

ANAIIS

ISBN: 978-65-88771-47-1

Realização

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos do autor (lei 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

*Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos*



Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional

GEDE – Grupo de Estudos em Desenvolvimento

XXIII ENCONTRO DE PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANAIS

Marinês Santana Justo Smith
Silvio Carvalho Neto
Melissa F. Cavalcanti Bandos
(Orgs.)

ISBN: 978-65-88771-47-1

FRANCA-SP

2022

© 2022 dos autores

Direitos de Publicação

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

www.unifacef.com.br

Os textos submetidos são de responsabilidade dos autores.

E37ep.

XXIII Encontro de Pesquisadores: ODS Conquistas e Desafios
para o Desenvolvimento Regional. ANAIS / Marinês S. J. Smith;
Silvio Carvalho Neto; Melissa F. Cavalcanti Bandos (Orgs.). – 617
p. Franca: Uni-FACEF, 2022.

ISBN: 978-65-88771-47-1

1. Interdisciplinar - Encontro. 2. Desenvolvimento Econômico. 3.
Desenvolvimento Humano/Social. 4. Políticas Públicas. 5. Educação.
6. Tecnologia. 7. Pesquisa. 8. Resumos II.T.

CDD 050

Promoção:

Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
GEDE - Grupo de Estudos de Pesquisa em Desenvolvimento

Comissão Organizadora:

Profa Dra. Marines S. J. Smith (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)

Comissão Científica:

Prof. Dr. Alfredo José Machado Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Barbara Fadel (Uni-FACEF/ UNESP)
Profa Dra. Carla Aparecida Arena Ventura (USP/RP)
Prof. Dr. Daniel F. Pires (Uni-FACEF)
Profa Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Dante Pinheiro Martinelli (USP-FEA-RP)
Prof. Dr. Fernando Carvalho de Almeida (USP-SP)
Prof. Dr. Flávio Henrique de Oliveira Costa (Uni-FACEF)
Prof. Dr. João Baptista Comparini (Uni-FACEF)
Prof. Dr. José Alfredo de Pádua Guerra (Uni-FACEF)
Profa. Dra. Lívia Maria Lopes Gazaffi (Uni-FACEF)
Profa Dra. Marta Lígia Pomim Valentim (UNESP/Marília)
Profa Dra. Marinês Santana Justo Smith (Uni-FACEF)
Profa Dra. Melissa F. Cavalcanti Bandos (Uni-FACEF)
Profa Dra. Mischel Carmen Neyra Belderrain (ITA)
Prof. Dr. Paulo de Tarso Oliveira (Uni-FACEF)
Profa Dra. Raquel Janissek Muniz (UFRGS)
Profa Dra. Regina Célia Belluzzo (UNESP/Marília e UNESP/Bauru)
Profa Dra. Sheila F. Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
Prof. Dr. Silvio Carvalho Neto (Uni-FACEF)
Profa Dra. Veronica Angelica Freitas De Paula (UFU)

Organização Executiva:

Daniela Cristina Raiz Raymundo
Layla Beatriz Costa Capel de Figueiredo

Apoio:



SUMÁRIO

(Ordem Alfabética de Títulos dos Artigos)

A audiodescrição como Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva: Uma Análise do Estado da Arte dos Últimos Dois Anos	9
A desindustrialização e o movimento de retrocesso do desenvolvimento econômico brasileiro	17
A espiritualidade e a construção do desenvolvimento humano e social: uma releitura da monografia Espiritualidade e morte: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas.....	32
A evolução do concubinato no contexto histórico-legislativo do Direito Privado Brasileiro	38
A gastronomia e o objetivo de desenvolvimento sustentável 8: profissionalização através da educação não formal .	52
A gestão da informação como suporte na estratégia de transformação digital em empresas do agronegócio.....	63
A importância da auditoria interna na detecção de fraudes tributárias: um estudo exploratório sobre a percepção dos profissionais da área	75
Alceu de Souza Novaes: Um intelectual e educador e sua contribuição para a educação no estado de MINAS GERAIS – 1910 A 1924	84
Análise da pesquisa nacional de saúde escolar: enfoque na violência sexual.....	96
Análise da Resiliência na Cadeia de Suprimentos em Restaurantes de Franca - SP	100
Análise do IEG-M dos municípios da Aglomeração Urbana de Franca e os objetivos do desenvolvimento sustentável	115
Análise Sobre as Demandas da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social: Gênero e Parentalidade.....	125
A necessidade de consentimento do cônjuge aos atos e ações sobre direitos reais imobiliários e a violência de gênero	135
As APAEs e o papel do Terceiro Setor como efetivação de políticas sociais para crianças com autismo	146
Assimetria da força de prensão manual e baixa velocidade usual de marcha em seis países de baixa e média renda: uma análise transversal com 13.015 idosos	152
A tese de impossibilidade de geração de efeitos previdenciários às famílias simultâneas - Análise dos temas 526 e 529 do STF.....	161
A Vulnerabilidade Social dos mais Pobres: “Banalização da Pobreza”	176
Bosque Dos Angicos como Laboratório Natural de Educação Ambiental Crítica em Franca – SP.....	186
Cenários Prospectivos como Ferramenta para o Planejamento Estratégico	199
Cidadãos pós-modernos e eficácia institucional: a construção social e filosófica da cidadania na pós-modernidade	208
Comércio eletrônico e desenvolvimento econômico	215
Construção de Valor: um estudo de caso sobre o comportamento do consumidor dos postos de gasolina da cidade de Franca.....	224
Curso Técnico em Administração: Simulação Realística como caminho para a educação inclusiva, equitativa e de qualidade	240
Diálogo intertextual com outros textos literários nas epígrafes de inocência – análise do primeiro capítulo	250
Direito Sucessório e Direito Digital: reflexões sobre a herança de criptoativos na sociedade tecnológica	262

Educação e a Recuperação do Sentenciado no Brasil.....	272
Educação Inclusiva e Metodologias Ativas no Ensino Remoto: Uma Revisão Integrativa	284
Educação para as relações étnico-raciais: aspecto promotor da Educação de Qualidade.....	297
Empreendedorismo na terceira idade e inovação.....	304
Energias renováveis e as cláusulas ambientais no comércio internacional: uma chance para o futuro.....	317
Ensino Superior e a Pandemia Covid-19: Proposta de pesquisa sobre os impactos da pandemia e o papel do ensino remoto no ensino superior	324
Famílias simultâneas: reflexos jurídicos no âmbito patrimonial do Direito das Famílias no Brasil	331
Gastronomia, Cultura Alimentar e a Fome em Campos do Jordão: Uma Proposta de Pesquisa para o Desenvolvimento de Políticas Públicas.....	342
Goalball como meio de inclusão social de pessoas com deficiência visual	352
Indicadores de desenvolvimento da cidade de Franca: identificação de problema público e reflexões sobre a atuação dos atores políticos municipais.....	362
Memórias e Patrimônio Cultural: a história da Etec Antônio Junqueira da Veiga dos anos 1993 a 2012	389
Obesidade e as Políticas Públicas direcionadas a essa condição: a abrangência dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	397
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Atenção Primária à Saúde.....	408
O Brasil cumprirá as ODS 1, 2 e 3 da Agenda 2030? Uma análise sobre o comportamento alimentar dos brasileiros	414
O encorajamento como aspecto de vitalidade para empreender na população 60 + ...	423
O eSOCIAL e ESG - Environment, Social and Corporate Governance o enlace das informações empresariais e as responsabilidades éticas no ambiente das pequenas empresas.....	433
O projeto de extensão universitária “Caminhos da Justiça” como instrumento do Direito Constitucional ao acesso à justiça em Franca/SP e arredores	445
Os impactos da pandemia de Covid-19 na vida das mulheres	460
Os Núcleos de assistência judiciária mantidos pelas Universidades e o acesso à justiça	469
Pagamento por Serviços Ambientais no Atendimento do Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU 2015	474
Políticas de saúde e desenvolvimento: As doenças crônicas não transmissíveis e a sustentabilidade	490
Políticas Públicas de Formação Continuada para Professores: Potencialidades de Práticas Pedagógicas Voltadas para o Desenvolvimento como Liberdade	499
Pós-desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável: algumas relações.....	510
Programa São Paulo amigo do idoso como estratégia para promoção da saúde da pessoa idosa: uma análise documental	519
Progressão Continuada: Impactos no Desenvolvimento do Estudante e da Sociedade	532
Projeto de Extensão no Campus da Unesp de Franca: Experiências Utilizando os Pilares de Jacques Delors (1996)	538
Qualidade do ensino superior na modalidade à distância e presencial	549
Realidade virtual como estratégia fisioterapêutica para a saúde biopsicossocial de indivíduos com síndrome de down: revisão de literatura.....	556

Revisão da 10ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde.....	566
Saúde como questão de justiça: tensões entre desigualdades materiais, neoliberalismo e reserva do possível	574
Segurança do paciente e quedas em idosos em unidade de terapia intensiva: revisão de literatura	579
Telemedicina como fator de promoção ao desenvolvimento Regional: Proposta de um estudo nos estabelecimentos de saúde de Ituverava-SP.....	588
Uma análise sobre o impacto da vacinação contra a COVID-19 no município de Franca-SP por meio de simulação do modelo SIR usando o GeoGebra	592
Um Breve Histórico da Velhice Frente aos Desafios do Envelhecimento da População Mundial	599
Vacinação Infantil e do Recém Nascido Pré-Termo no Brasil: Avanços E Retrocessos Históricos	607

LISTA DE AUTORES

ABDALLA, Pedro Pugliesi, 152
AGUIAR, Gabriel Moura, 317
ALMEIDA, Leonardo Costa de, 414, 607
ALVES, Ana Paula Taveira, 100
ALVES, José Humberto, 284
ALVES, Thiago Cândido, 152
AMARAL, Júlia Martins, 161
AMARAL, Patrick Souza, 208
AMORIM, Willian Campos, 9, 284, 352
ANARELI, Matheus do Couto, 215
ANTONIO, Isabel de Oliveira, 135, 445
ARAUJO, Denise Conceição Garcia, 460
BARBOSA, Caroline Carvalho, 186, 474, 538
BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos, 549
BARBOSA, Geovanna Ellen dos Santos, 125
BERETTA, Regina Célia de Souza, 460
BERTELLI, Célio, 186, 474, 538
BETTARELLO, Eduardo Jorge, 199
BETTARELLO, Flávio Jorge, 199
BOHN, Lucimere, 152
BORELI, Daniela, 75
BORELLI, Andrea, 556
BORGES, Ana Paula Oliveira, 519, 556
BORGES, Diego da Mota, 96, 469
BORGES, Donaldo de Assis, 96, 146, 176, 469
BORGES, Marilurdes Cruz, 414, 607
BRAGA FILHO, Helio, 17
BUENO, João Pedro Beretta, 460
BULGO, Danilo Cândido, 378, 519, 556, 579
BURANELLO, Mariana Colombini, 607
CÂMARA, Naiá Sadi, 115
CAMPANHOL, Edna Maria, 433
CAMPOS, Diego Lopes de, 389
CANAVEZ, Luciana Lopes, 125, 262, 445
CANELA, Kelly Cristina, 38, 161, 262, 331
CARDOSO, Diego Alvim, 272
CARMO, Andressa Oliveira do, 38
CARMO, Raíla Regina Alfeu do, 284
CARVALHO NETO, Silvio, 324, 588
CARVALHO, Francisco José Pereira de, 224
CARVALHO, Nádia de Castro, 224
CASTRO, Matheus Silva, 208
CAVALCANTE, Fabrício Vieira, 556
CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini, 272, 342, 362, 499
CESARIO, Raquel Rangel, 490, 566
CINTRA, Rafaela Costa, 186, 474, 538
COSTA, Flávio Henrique de Oliveira, 100
DIAS, Felipe de Sousa Linhares, 224
DONZELLI, Orivaldo, 224
FALEIROS, Tâmer de Oliveira, 186
FELIX, Ainã Bomfim, 9
FERRAREZI, Maria Amélia Duarte Oliveira, 433
FERREIRA, Lorrayne Jasmim, 414, 607
FERREIRA, Luiza Maniglia, 100
FERREIRA, Maria Júlia Mateus Vianna Alves, 262
FERRETE, Matheus Guimarães, 445
FONSECA, Genaro Alvarenga, 538
FRATTARI, Marina Bonissato, 38
FREITAS, Jéssica da Conceição de, 9
FURTADO, Ricardo Andrade, 378
GABRIEL, Ricardo Ziotti, 566
GAJARDONI, Rosana Medeiros Veluci, 331
GARCIA, Vitor de Almeida, 331
GIROLDI, Julio Cesar, 556, 579
GOMIDE, Euripedes Barsanulfo Gonçalves, 152
GONÇALVES, Cristian Ribeiro, 378, 519, 579
GONÇALVES, Gustavo Henrique, 9, 352
GOULART, Héilton Rodrigues, 414, 607
GUERRA, José Alfredo de Pádua, 146, 599
LANNES, Yuri Nathan da Costa, 262
LEAL, Murilo Cordero, 17, 362
LEITE, Carolina Beatriz Honorato, 579
LIMA, Natália Minotti Correa, 135, 445
LOPES, Livia Maria, 408
LOPES, Vítor Salvador Garcia, 262, 331
LOURENÇO, Gabriel de Aragão, 75
LUNA, Glebson Rafael da Silva, 284
MACHADO NETO, Alfredo José, 199
MACHADO, Dalmo Roberto Lopes, 152
MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz, 63
MARCELINO, Daniela, 519, 556, 579
MARCHIORI, Glauber Barbosa da Silva, 208
MARETTO, Luíza Câmara, 510
MARINHEIRO, Tábata de Paula Facioli, 556
MELO, Lucas Emanuel Souza, 208
MENDES, Daniella Salvador Trigueiro, 262, 331
MENDES, Vanessa, 96
MÉRCURI, Johnny Luis, 592
METIDIERI, Natália Damasceno, 100
MORAES, Cassia Regina Bassan de, 549
MOREIRA, Fernando Mazzotta, 176
MOTTA, Maiara, 38, 135
NALIN, Ana Paula Rodrigues, 574

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do, 378, 519, 579
OLIVEIRA, Abelardo de Paula, 199
OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges de, 84
OLIVEIRA, Gabriel Afonso Mei Alves de, 599
OLIVEIRA, Letícia Natália de, 519, 579
OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e, 52, 362
PAULA, Ana Cristina Alves de, 161, 250
PAULA, Rafael Afonso de, 324
PEREIRA, Lorena Rodrigues, 607
PEREIRA, Matheus Durval, 75
PEREIRA, Poliana de Almeida e Paula, 397
PIMENTA, Thalita Leal Leite, 490
PIRES, Daniel Facciolo, 215
POUSA, Jonatan, 17
RAIZ, Luciana Moreira Motta, 556
RAMOS, Amanda Pereira, 445
RAMOS, Marcos Daniel de Moura, 84
REIS, Jorge Augusto Alves dos, 125
RIBEIRO, Ana Luisa Brito, 224
RIBEIRO, Daniela de Figueiredo, 32, 297, 499, 510
RIBEIRO, Rogério de Jesus, 75
RICCI, Sofia Malveis, 125
RUSSO, Juliana de Sousa Gouvêa, 38
SANTO, Manoel Jorge Nobre do Espirito, 397
SANTOS, Higor da Costa, 75
SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães, 125, 262, 445
SANTOS, Paulo Ricardo Rabelo dos, 208
SATURI, Evandro Morales, 224
SCAPIM, Murilo Henrique de Oliveira, 588

SCARPINATI, Júlia, 445
SECO, Laura Orsini, 408
SILVA, Joelton Barboza da, 284
SILVA, Leonardo Santos Lopes da, 152
SILVA, Lucas Froner de Oliveira, 115
SILVA, Vitória Eduarda Brito da, 445
SMITH, Marinês Santana Justo, 240, 433
SOARES, Paula Santiago, 331
SONDAHL, Anna Clara Rodrigues, 9
SOUZA, Denis Cássio de, 519
SOUZA, Igor Mizuguchi de, 208
SPINIELI, André Luiz Pereira, 208, 574
SQUILANTE, Débora Luz, 297
SQUILANTE, Marcelo Fernandes, 304, 423
STECCA, Rodrigo da Silva, 63
SUGAHARA, Livia Ramos, 125
TASINAFIO JUNIOR, Marcio Fernando, 152
THOMAZINI, Taysa Mara, 272
TOZATI, Camila Aparecida Letro, 607
TOZZI, Gabriela Malheiro, 32
TURAZZA, Débora Nogueira, 199, 240
URSINI, Driely Turi, 532
VENTURA, Carla Aparecida Arena, 272
VENTURINI, Ana Claudia Rossini, 152
VIANNA, Camila Viegas, 52
VIANNA, Felipe Soave Viegas, 342
VIEIRA, Fabricio Barcelos, 146
XAVIER, Flavia Afonso, 499

***A AUDIODESCRIÇÃO COMO TECNOLOGIA ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA
ANÁLISE DO ESTADO DA ARTE DOS ÚLTIMOS DOIS ANOS***

***AUDIO DESCRIPTION AS ASSISTANT TECHNOLOGY IN INCLUSIVE EDUCATION: A STATE OF
THE ART ANALYSIS IN THE PAST TWO YEARS***

Área temática: Educação de Qualidade.

AMORIM, Willian Campos Amorim
Doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade – UNIVÁS
Bolsista FAPEMIG
Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – IFSP – Câmpus Sertãozinho
Professor de Ensino Superior da UEMG – Poços de Caldas
Orientador de TCC do Curso de Especialização em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
willian.amorim@uemg.br

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Doutorando em Ciências - UNIFRAN
Professor de Ensino Superior da UEMG – Passos
Co-orientador de TCC do Curso de Especialização em Educação Inclusiva - IFSuldeMinas
gustavo.goncalves@uemg.br

BIBIANI, Anna Clara Rodrigues Sondhl
Pós-Graduanda em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
annaclarabibiani95@gmail.com

FÉLIX, Ainã Bonfim
Pós-Graduanda em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
ainabonfim@gmail.com

FREITAS, Jéssica da Conceição de
Pós-Graduando em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
jessicaconceicao31@gmail.com

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir a possibilidade da audiodescrição como Tecnologia Assistiva e estratégia de inclusão da Educação Inclusiva a partir da análise do Estado da Arte dos últimos dois anos. Metodologicamente, o caminho escolhido para esse estudo fundamenta-se no Estado da Arte da temática, com o levantamento de revisão bibliográfica realizado a partir dos periódicos da Capes. Selecionamos os artigos a partir das palavras “Audiodescrição, Tecnologia Assistiva; e, Educação Inclusiva”, onde foi possível, a partir dos critérios estabelecidos, selecionar para análise nove artigos que abordam o tema. Apoiado em Ferreira (2002), trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo das produções acadêmicas e científicas da temática da audiodescrição como Tecnologia Assistiva e estratégia de inclusão da Educação Inclusiva de modo que seja possível compreender e contextualizar como o campo entende e o que produz sobre o assunto. Ao final desse trabalho, percebemos que essa temática ainda é pouca pesquisa, sendo assim os estudos acerca da audiodescrição (AD) precisam ser intensificados considerando sua amplitude como tecnologia assistiva e a sua importância na inclusão escolar e social da pessoa com deficiência. Os professores e demais profissionais precisam refletir sobre a temática e fazer acontecer a teoria em sala de aula, pois relacionar a teoria e prática da audiodescrição (AD) é importante para construção e consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Audiodescrição; Tecnologia Assistiva; Educação Inclusiva

Abstract

The present work aims to present and discuss the possibility of audio description as an Assistive Technology and inclusion strategy for Inclusive Education based on the analysis of the State of the Art of the last two years. Methodologically, the path chosen for the research is based on the State of the Art of the theme, with a bibliographic survey carried out from Capes journals. We selected the articles from the words "Audiodescription, Assistive Technology; and Inclusive Education", where it was possible to select 09 articles that address the topic. Supported by Ferreira (2002), this is a descriptive research of academic and scientific productions on the subject of audio description as an Assistive Technology and inclusion strategy for Inclusive Education so that it is possible to understand and contextualize how the field understands and what produces on the subject. At the end of this work, we realize that this topic is still little research, so studies on audio description (AD) need to be intensified considering its breadth as assistive technology and its importance in the school and social inclusion of people with disabilities. Teachers and other professionals need to reflect on the subject and make theory happen in the classroom, as relating the theory and practice of audio description (AD) is very important for the construction and consolidation of a truly inclusive education.

Keywords: Audio description; Assistive Technology; Inclusive education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é definido como estado da Arte, pois apresenta um caráter bibliográfico. Sendo assim, para o seu desenvolvimento optou-se pela pesquisa bibliográfica sobre a audiodescrição como tecnologia assistiva na educação inclusiva nos últimos dois anos, visto que é de suma importância mapear e analisar as produções acadêmicas existentes sobre o tema, bem como suas contribuições para efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

De acordo com Ferreira, as pesquisas caracterizadas como Estado da Arte:

também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 257).

Então, é preciso enfatizar a importância das Tecnologias Assistivas (TA) no âmbito da educação inclusiva, visto que esses recursos minimizam as limitações ou dificuldades, assim facilitando o processo de ensino-aprendizagem e promovendo equidade aos alunos com deficiência. Segundo Sardenberg e Maia (2021) as Tecnologias Assistivas compreendem tecnologias que visam à autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de Pessoas com Deficiência (PcD).

Desta forma, no intuito de discutir a possibilidade da audiodescrição como Tecnologia Assistiva e estratégia de inclusão da Educação Inclusiva, devemos entender o que de fato é a audiodescrição. Segundo Praxedes e Arraes (2017, p. 379):

A Audiodescrição (AD) é, grosso modo, a tradução em palavras das impressões visuais de dado objeto, com o intuito de torná-lo acessível às pessoas com deficiência visual (PcDVs). Consiste não apenas num meio de acessibilidade, mas também numa modalidade de tradução intersemiótica.

Neste contexto, a audiodescrição como tecnologia assistiva garante um papel de destaque dentro da educação inclusiva, pois é uma importante ferramenta de inclusão que possibilita as condições necessárias para atender as especificidades dos alunos com deficiência durante o processo de ensino-aprendizagem, bem como independência e desenvolvimento integral. Portanto, os professores devem procurar incluir a audiodescrição, assim como outras tecnologias assistivas no âmbito escolar sempre que necessário, visto que essas tecnologias promovem tanto a inclusão do aluno com deficiência em sala de aula como possibilitam a sua inclusão social.

2 OBJETIVOS E METODOLOGIA

Tendo em vista os fatos apresentados, para o desenvolvimento de nosso artigo, realizou-se um levantamento das produções científicas a respeito da temática “A Audiodescrição como Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva”. Para esse fim, foi empregado como parâmetro de busca o acervo de artigos virtuais do site “periódicos da Capes”, que reúne e disponibiliza o melhor das produções científicas nacionais e internacionais, a partir disso foi possível obtermos a base de dados a serem analisados.

Ao incluirmos as palavras-chave “Audiodescrição; Tecnologia Assistiva; Educação Inclusiva; Estado da Arte” no campo “busca” do acervo de artigos foram encontrados o número de 09 trabalhos. É preciso destacar que o levantamento é bem delimitado, em virtude da realização de um recorte temporal que apresenta os resultados de publicações dos últimos 2 anos, ou seja, no período de 2020 a 2022. No quadro1, abaixo, evidenciamos os seguintes dados selecionados:

Quadro 1- Dados dos Artigos Selecionados

Título	Autor(es)	Periódico	Publicação
Análise Multimodal da Organização Temática de Roteiros de Audiodescrição de Obras de Artes Bidimensionais: Um Estudo de Caso em Perspectiva-Funcional	ARREAS, Daniel de Albuquerque e; PRAXEDES FILHO, Pedro Henrique Lima; ADERALDO, Marisa Ferreira.	Revista Texto digital	Junho/2021
Acessibilidade e Audiodescrição: Um Olhar para a Aprendizagem dos Estudantes com Deficiência Visual	SANTOS, Silas Nascimento do; CAVALCANTE, Ticia Cassiany Ferro	Educação: Teoria e Prática	Dezembro/2020
Audiodescrição como ferramenta do Desenho Universal para a Aprendizagem: inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil	MENEZES, Agujane Lopes; ALVES, Cândida Beatriz	Revista Educação Especial	Outubro/2021
Caminhos para a Acessibilidade Educacional: Audiodescrição das Imagens do Aplicativo Iara	SILVA, Manuela Cristina Correia de Carvalho da; JESUS, Manuela Nunes de; SOARES, Elaine Alves; QUEIROZ, Andressa da Silva	Revista Geminis	Dezembro/2021
Inclusão Educacional e Audiodescrição de Histórias em Quadrinhos	SILVA, Anderson Tavares Correia da; PAIVA, Fábio da Silva; RIBEIRO, Ernani Nunes	Revista Intersaberes	Agosto/2020
Livros Infantojuvenis Para Cego Ver: a Imagem Materializada na audiodescrição	MARTINS, Lílíam Cristina; GRITTI, Fernanda	Revista FronteiraZ	Julho/2020
Para Além do Visível: pela Adoção de um Paradigma Emancipatório em Audiodescrição	SILVA, Manoela Cristina; BARROS Alessandra	Caderno de Tradução	Maio/2021
Som, Luzes, Câmera, Audiodescrição: Modos de Audiodescrever em Sala de Aula	MAKINO, Jéssica Mami	Educação Revista	Setembro/2021
Tecnologias Assistivas no Ensino de Física para Alunos com Deficiência Visual: um Estudo de Caso Baseado na Audiodescrição	SANTOS, Priscila Valdênia dos; BRANDÃO, Gisllayne Cristina de Araujo	Ciência e Educação	Abril/2020

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2022.

3 RESULTADOS

Ao analisarmos o Quadro 1, posto anteriormente, observamos que todos artigos selecionados continham em sua composição pelo menos uma das seguintes palavras “Audiodescrição; Tecnologia Assistiva e Educação Inclusiva”. Os nove artigos selecionados foram desenvolvidos e publicados entre abril de 2020 e dezembro de 2021, em nove revistas diferentes. Veja a baixo no Quadro 2:

Quadro 2 - Identificação das Revistas dos Artigos Selecionados

Revista	Instituição	ISSN	Qualis Capes/Área
Texto Digital	UFSC	1807-9288	B1
Educação: Teoria e Prática	Unesp	1981-8106	B1
Educação Especial	UFSM	1984-686X	A2
Geminis	UFSCar	2179-1465	B4
Intersaberes	UNINTER	1809-7286	B2
FronteiraZ	PUCSP	1983-4373	B1
Caderno de Tradução	UFSC	2175-7968	A1
Educação	UFSM	1984-5444	A1
Ciência e Educação	Unesp	1980-850X	A1

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2022.

Ao observarmos o Quadro 2, acima, verificamos que todos os artigos selecionados foram publicados em revistas pertencentes a Universidade Públicas, que possuem classificação pautada no Qualis da tabela Capes/Sucupira que variam de A1 e A2 que contemplam periódicos de excelência nacional; B1 e B2 abrange os periódicos de excelência nacional; B4 considera os periódicos de média relevância. Sendo assim, confirmar a qualidade das publicações aqui selecionadas.

4 ANÁLISES E DISCUSSÃO

Dando a continuidade a pesquisa, realizamos a análise dos objetivos de cada artigo selecionado, os quais foram verificados em seus referentes resumos:

Quadro 3 - Objetivos de cada artigo selecionado

Artigos	Autor(es)	Objetivos
Análise Multimodal da Organização Temática de Roteiros de Audiodescrição de Obras de Artes Bidimensionais: Um Estudo de Caso em Perspectiva-Funcional.	ARREAS, Daniel de Albuquerque e; PRAXEDES FILHO, Pedro Henrique Lima; ADERALDO, Marisa Ferreira.	Contribuir com a produção textual que decorre da leitura e interpretação da imagem.
Acessibilidade e Audiodescrição: Um Olhar para a Aprendizagem dos Estudantes com Deficiência Visual	SANTOS, Silas Nascimento do; CAVALCANTE, Ticia Cassiany Ferro	Apresentar a audiodescrição de imagens estáticas de um livro didático como ferramenta de adequação pedagógica contributiva para o acesso às imagens por estudantes com deficiência visual.
Audiodescrição como ferramenta do Desenho Universal para a Aprendizagem: inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil	MENEZES, Agujane Lopes; ALVES, Cândida Beatriz	Apresentar a AD como uma ferramenta do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) que, ao promover a inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil, traz benefícios ao desenvolvimento de toda a turma.
Caminhos para a Acessibilidade Educacional:	SILVA, Manuela Cristina Correia de Carvalho da;	Apresentar, considerando

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Audiodescrição das Imagens do Aplicativo Iara	JESUS, Manuela Nunes de; SOARES, Elaine Alves; QUEIROZ, Andressa da Silva	a escassez de pesquisas e diretrizes acerca da audiodescrição (AD) para o público infantil, o processo de audiodescrição do IaraApp, um aplicativo para o ensino de Ciências voltado a crianças de oito a dez anos.
Inclusão Educacional e Audiodescrição de Histórias em Quadrinhos	SILVA, Anderson Tavares Correia da; PAIVA, Fábio da Silva; RIBEIRO, Ernani Nunes	Refletir sobre o uso de histórias em quadrinhos (HQs) na educação. Destacando, seu aspecto visual e, consequentemente, eventuais barreiras para seu uso quando dentro do grupo de alunos há algum com deficiência visual.
Livros Infantojuvenis Para Cego Ver: a Imagem Materializada na audiodescrição	MARTINS, Líliam Cristina; GRITTI, Fernanda	Analisar a audiodescrição (AD) de ilustrações presentes em dois textos literários direcionados ao público infantojuvenil: <i>Simplemente Diferente</i> (2011), de autoria de Mônica Picavêa, e <i>Cinderela</i> (2014), adaptado por Anna Cláudia Ramos.
Para Além do Visível: pela Adoção de um Paradigma Emancipatório em Audiodescrição	SILVA, Manoela Cristina; BARROS Alessandra	Discutir as raízes e consequências negativas dessa prática, bem como apresentamos um paradigma alternativo: o paradigma emancipatório. Sob esse novo viés, a AD supera tendências assistencialistas, contribuindo para que seu público tenha maiores condições de fruir produtos audiovisuais a seu próprio modo.
Som, Luzes, Câmera, Audiodescrição: Modos de Audiodescrever em Sala de Aula	MAKINO, Jéssica Mami	Contribuir à discussão a respeito da importância da interpretação audiodescritiva para a utilização de obra visual, seja ela um vídeo, um espetáculo de dança ou teatro
Tecnologias Assistivas no Ensino de Física para Alunos com Deficiência Visual: um Estudo de Caso Baseado na Audiodescrição	SANTOS, Priscila Valdênia dos; BRANDÃO, Gislayne Cristina de Araujo	Verificar como a audiodescrição incorporada ao contexto educacional pode contribuir para o aprendizado de física dos estudantes universitários com deficiência visual

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2022.

Quando analisarmos o conteúdo de cada objetivo foi possível constatar que em geral, os artigos objetivam: apresentar, refletir, contribuir, discutir e verificar e analisar a utilização da audiodescrição como tecnologia assistiva e estratégia de inclusão da Educação Inclusiva durante o período dos últimos dois anos, apresentando como a audiodescrição foi utilizada nas diferentes áreas do conhecimento dentro do sistema de ensino e sua contribuição para o aprendizado das pessoas com deficiência. Neste contexto e com base no universo teórico dos trabalhos, iremos verificar a que conclusões chegaram os autores.

No artigo de Arreas; Praxedes Filho e Aderaldo (2021) intitulado “Análise Multimodal da Organização Temática de Roteiros de Audiodescrição de Obras de Artes Bidimensionais: Um Estudo de Caso em Perspectiva-Funcional”, trata de promover estudos sobre o fenômeno da audiodescrição e da formação de audiodescritores no Brasil, tendo em vista a carência de pesquisas nacionais que

ressaltem a importância da audiodescrição de obras de artes. Então, essa produção textual contribui com a leitura, interpretação da imagem e formação de audiodescritores.

Como estratégia de pesquisa foi utilizado o estudo de caso, onde os autores analisaram a obra de arte “*Frida y Diego Rivera*”, pintado por Frida Kahlo em 1931 a partir do MSSFA, enquanto os dois roteiros de audiodescrição descrevendo a referida pintura (um roteiro produzido por um audiodescritor iniciante e sua versão corrigida por um audiodescritor experiente) foram analisados a partir do recurso de periodicidade que compara a organização temática de dois roteiros de audiodescrição da mesma obra de arte.

Ainda, os autores sugerem uma forte discussão da organização temática e da periodicidade em roteiros de AD para que sejam incorporadas como conteúdo de futuros cursos de formação de audiodescritores de obras de arte. Então, garantindo melhor instrumentalização dos profissionais em treinamento para realizarem análises pictóricas e a tradução das informações visuais para a linguagem verbal (ARREAS; PRAXEDES FILHO; ADERALDO, 2021).

O artigo intitulado “Acessibilidade e Audiodescrição: Um Olhar para a Aprendizagem dos Estudantes com Deficiência Visual”, escrito por Santos e Cavalcante (2020), refere-se a um ensaio teórico sobre a audiodescrição de imagens estáticas de um livro didático, uma ferramenta de adequação pedagógica que promove o acesso aos estudantes com deficiência-visual. Além disso, os autores apresentam alguns exemplos de audiodescrição de atividades de livros didáticos, com a finalidade de possibilitar a reflexão sobre as possibilidades de realizarmos as adequações necessárias e garantirmos a acessibilidade visual dos nossos estudantes com deficiência.

Contudo, Santos e Cavalcante (2020, p. 12) ainda afirmam “Apresentamos a audiodescrição para que professores erradiquem as barreiras na escola, sobretudo nas imagens estáticas presentes no livro didático, fazendo que este se torne um recurso mais atraente, acessível e disponível”.

O artigo de Menezes e Alves (2021) apresentam a audiodescrição como ferramenta do Desenho Universal para a Aprendizagem: inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil, detalhando as possibilidades de compreensão do mundo das imagens a partir da audiodescrição utilizada no dia a dia da sala de aula da Educação Infantil, favorece a aprendizagem à medida que contornar as barreiras comunicacionais. Os autores ainda destacam no artigo:

As metodologias, gestos, livros, vídeos, filmes, imagens e os demais elementos visuais presentes no cotidiano da Educação Infantil, podem ser acessíveis às crianças com deficiência visual. Utilizar a AD como uma ferramenta pedagógica, permitirá que essas entendam as mensagens transmitidas visualmente e, assim, participem da cultura visual do ambiente em que estão inseridas. (MENEZES; ALVES, 2021, p. 16).

Neste contexto, o autor conclui que materiais audiodescritos e explicações descritivas em sala de aula, possibilitam maior participação dos alunos com deficiência visual e com isso sucesso na execução das tarefas escolares. Então, além de ampliar a percepção do mundo, ainda proporciona maior qualidade de vida e inclusão social aos alunos com deficiência visual.

Sobre o artigo “Caminhos para a Acessibilidade Educacional: Audiodescrição das Imagens do Aplicativo lara” os autores Silva et al (2021) relataram o processo de acessibilidade e a audiodescrição das imagens realizado através do laraApp, para tanto diferentes tipos de imagens foram analisadas. Essa audiodescrição foi voltada para o público infantil, audiodescrevendo imagens estáticas, fotos, desenhos e vídeos.

Os resultados apontaram que desafios podem acontecer durante o processo, mas utilizando as estratégias adequadas, pensadas nas especificidades de nossos alunos podemos alcançar a superação. As estratégias de comparação e padronização das descrições, entre outras estratégias podem promover um resultado satisfatório da audiodescrição voltada para crianças com deficiência visual. No geral o laraApp pode ser considerado um excelente recurso para acessibilizar a vida da pessoa com deficiência visual. No entanto, ainda ressaltam a necessidade de se estabelecer parâmetros mais nítidos e efetivos para audiodescrição.

Já o artigo de Silva; Paiva e Ribeiro abordou a Inclusão Educacional e Audiodescrição de Histórias em Quadrinho trazendo um modelo de audiodescrição de histórias em quadrinhos que serve de base para a produção de roteiros de audiodescrição de histórias em quadrinhos. Os autores enfatizam que a AD de HQs deve apresentar o texto, informações imagéticas e questões estéticas características desse gênero artístico para proporcionar a pessoa com deficiência visual a mesma

oportunidade de leitura que uma pessoa enxergante. Além disso, o roteiro HQs ainda devem ser divididas em etapas: estudo do texto de partida, escrita do roteiro audiodescritivo e difusão.

Por fim, concluem que o uso de HQs audiodescritivas beneficia o processo de ensino-aprendizagem, pois tem grande potencial educacional à medida que derruba as barreiras e acessibiliza a leitura de quadrinhos através de roteiros audiodescritivos para as pessoas com deficiência.

Martins e Gritti (2020) evidenciam em “Livros Infantojuvenis Para Cego Ver: A Imagem Materializada na Audiodescrição” que o texto literário Cinderela aparenta adotar mais o modelo de audiodescrição sugerido pela Audio Description Coalition e pelas adequações da Norma Inglesa, acreditam que isso pode ter relação com o fato do texto ter sido escrito cinco anos após o primeiro modelo de diretrizes para audiodescrição.

Os autores, também salientam que esses modelos de diretrizes para audiodescrição não representam a realidade brasileira, pois ainda não foi criado um modelo para a audiodescrição pautado nas especificidades do nosso contexto, incluindo o infanto-juvenil. Para garantir acesso a um material de qualidade é necessário da participação de todos os membros do segmento, a fim de consolidar diretrizes que atendam às necessidades das pessoas com deficiência brasileiros.

No artigo “Para Além do Visível: pela Adoção de um Paradigma Emancipatório em Audiodescrição”, Silva e Barros (2021) discutem a perspectiva compensatória denominada de paradigma emancipatório como alternativa para conseguirmos audiodescrição de qualidade. Quando utilizada essa nova perspectiva pode superar a lógica reducionista, transformando a audiodescrição em uma ferramenta assistencialista que possibilita uma maior aproximação do real sentido do conceito de inclusão e acessibilidade.

Em relação ao artigo “Som, Luzes, Câmera, Audiodescrição: Modos de Audiodescrever em Sala de Aula” Makino (2021) salienta que interpretação do audiodescritor não deve prejudicar o rendimento estético do ouvinte, visto que a qualidade da audiodescrição é resultante do equilíbrio entre o afastamento da racionalização da descrição e da empatia provada pela interpretação do audiodescritor. A autora ainda complementa que uma audiodescrição artisticamente interpretada seria o ideal para ouvinte e que a impessoalidade pode não ser eficiente para envolver crianças pequenas durante o uso da audiodescrição simultânea na apreciação de vídeos em sala de aula. Tecnologias.

Por fim o artigo de Santos e Brandão (2020) “Tecnologias Assistivas no Ensino de Física para Alunos com Deficiência Visual: um Estudo de Caso Baseado na Audiodescrição” apresentaram um estudo de caso a respeito a audiodescrição como tecnologias assistiva no processo de ensino-aprendizagem de um aluno de baixa visão do curso de licenciatura em Física na modalidade EAD. Os resultados apontaram que mesmo com a melhora considerável no aprendizado, é preciso enfatizar que apenas o uso da audiodescrição não garante o aprendizado do aluno, uma vez que a audiodescrição é uma ferramenta de auxílio que complementa o processo de ensino-aprendizagem.

A audiodescrição possibilita a redução das barreiras comunicacionais, porém sozinha, não é capaz de garantir a remoção de obstáculos encontrados pelos alunos com deficiência visual no ensino superior (EAD) durante o seu processo de inclusão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos e discutimos a possibilidade da audiodescrição como tecnologia assistiva e estratégia de inclusão da educação Inclusiva a partir da análise do Estado da Arte dos últimos dois anos, verificamos que as atuais pesquisas acerca da temática nos direcionam a refletir em relação a aplicação da audiodescrição no contexto educacional, incluindo os seus desafios e conquistas como tecnologia assistiva.

A audiodescrição como tecnologia assistiva é uma importante ferramenta inclusiva de ensino, pois possibilita as condições adequadas as especificidades do aluno e, conseqüente, reduzem as limitações no contexto educacional e social, como também garantem independência e desenvolvimento integral.

Também percebemos que essa temática ainda é pouca pesquisa, sendo assim os estudos acerca da audiodescrição (AD) precisam ser intensificados considerando sua amplitude como tecnologia assistiva e a sua importância na inclusão escolar e social da pessoa com deficiência. Os professores e demais profissionais precisam refletir sobre a temática e fazer acontecer a teoria em sala de aula, pois relacionar a teoria e prática da audiodescrição (AD) é importantíssimo para construção e consolidação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ARREAS, Daniel de Albuquerque e; PRAXEDES FILHO, Pedro Henrique Lima; ADERALDO, Marisa Ferreira. Análise multimodal da organização temática de roteiros de audiodescrição de obras de arte bidimensionais: um estudo de caso em perspectiva sistêmico-funcional". **Texto Digital**, Florianópolis, SC, Brasil, 17.1 (2021): 128-68.
- CORREIA-SILVA, A. T.; PAIVA, F. DA S.; RIBEIRO, E. N. Inclusão educacional e audiodescrição de histórias em quadrinhos. **Revista Intersaberes**, v. 15, n. 36, p. 936-962, 10 nov. 2020.
- DA SILVA, M. C.; DE JESUS, M. N.; SOARES, E. A.; QUEIROZ, A. da S. Caminhos para a acessibilidade educacional: audiodescrição das imagens do aplicativo iara. **Revista GEMInIS**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 100–123, 2022.
- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, 2002, v. 23, n. 79, pp. 257-272.
- MAKINO, J. M. Som, luzes, câmera, audiodescrição: modos de audiodescrever em sala de aula. **Educação**, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e93/ 1–17, 2021.
- MARINS, L. C.; GRITTI, F. Livros infantojuvenis Pra Cego Ver: a imagem materializada na audiodescrição. **FronteiraZ** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, [S. l.], n. 24, p. 104–118, 2020. DOI: 10.23925/1983-4373.2020i24p104-118.
- MENEZES, A. L.; ALVES, C. B. Audiodescrição como ferramenta do Desenho Universal para a Aprendizagem: inclusão de crianças com deficiência visual na Educação Infantil. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 34, p. e51/1–20, 2021.
- PRAXEDES, Pedro Henrique Lima e ARRAES, Daniel de Albuquerque e. Avaliar ou não avaliar, eis a questão: o estado da arte das pesquisas sobre avaliatividade em audiodescrição. **Trabalhos em Linguística Aplicada** [online]. 2017, v. 56, n. 02, p. 379-415.
- SARDENBERG, T.; MAIA, H. Tecnologia da informação e comunicação e tecnologia assistiva: aproximações e distanciamentos. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.4, p. 3072–3085, 2021.
- SANTOS, S. N. DOS; CAVALCANTE, T. C. F. Acessibilidade e audiodescrição: um olhar para a aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. **Educação: Teoria e Prática**, v. 30, n. 63, p. 1-19, 14 dez. 2020.
- SANTOS, Priscila Valdênia dos e BRANDÃO, Gisllayne Cristina de Araújo. Tecnologias Assistivas no Ensino de Física para Alunos com Deficiência Visual: um estudo de caso baseado na audiodescrição. **Ciência & Educação** (Bauru) [online]. 2020, v. 26.
- SILVA, Manoela Cristina; BARROS Alessandra. "Para além do visível: pela adoção de um paradigma emancipatório em audiodescrição". **Cadernos De Tradução**, 41.2 (2021): 66-84.

***A DESINDUSTRIALIZAÇÃO E O MOVIMENTO DE RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO***

***DEINDUSTRIALIZATION AND THE BACKWARD MOVEMENT OF BRAZILIAN ECONOMIC
DEVELOPMENT***

BRAGA FILHO, Hélio
UNI-FACEF
Doutor em Serviço Social – Unesp
hgp@com4.com.br

LEAL, Murilo Cordero
UNI-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional – Uni-Facef
mucordero@yahoo.com.br

POUSA, Jonatan
UNI-FACEF
Mestre em Desenvolvimento Regional – Uni-Facef
pousa.jonatan@gmail.com

Resumo

O objetivo do artigo foi examinar determinadas mudanças que ocorreram na economia brasileira e, que em alguma medida, impactaram no seu próprio desenvolvimento econômico. Entendemos que o desenvolvimento econômico brasileiro pode ser compreendido como um processo cuja trajetória descreve um movimento de modernização, marcado pelo rompimento com o modelo agroexportador e do início da industrialização substitutiva de importação (ISI) a partir da década de 1930, e, em sentido o posto, um movimento de retrocesso, iniciado nos anos 1990, decorrente da redução da participação da indústria de transformação (IT) no PIB, bem como, do retorno das commodities agrícolas e minerais como principais produtos exportados pelo país, além de outras ocorrências. Os procedimentos metodológicos empregados incluíram, além de uma pesquisa bibliográfica a utilização de dados estatísticos (indicadores econômicos) obtidos através de consulta em sítios oficiais nacionais e internacionais de pesquisa, como também, recorremos ao método de análise regional baseada no Coeficiente de Reestruturação. O resultado final da pesquisa mostrou-nos que em 2020, comparativamente ao ano de 1985, o valor obtido do citado coeficiente alcançou 0,1240 para a região Sul e 0,1736 para a região Sudeste, ou seja, valores inferiores a 1, indicando suave mudança na estrutura produtiva de ambas regiões.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico, Indústria, Estrutura Produtiva.

Abstract

The purpose of the article was verified by changes that made the Brazilian economy and, to some extent, impacted its own economic development. Understanding can be defined from an industrial movement as the beginning of the modernization process, marked by the set of process of replacement of the Brazilian 1, and modeling of the beginning of the post distribution process, a retrogression movement, initiated in the 1990s, resulting from the reduction in the share of the manufacturing industry (IT) in GDP, as well as the return of agricultural and mineral commodities as the main products exported by the country, in addition to our occurrences. The methodological procedures employed include, in addition to research, an efficient bibliographic use of statistical research of data, as well as the international methods of consultation of official and international analysis, we resort to a national consultation of analysis in based officials. The final result of the research showed us, comparatively to the year 1985, the result obtained lower to 0.1240 for the South region and 0.1736 for the Southeast region, that is, lower values at 1, indicating a slight change in the productive structure of both regions. regions.

Keywords: Economic Development, Industry, Productive Structure.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de mais de quatro séculos a economia brasileira e, por conseguinte o seu desenvolvimento econômico, baseou-se no modelo de dependência clássica, isto é, apoiava-se na atividade agroexportadora que era comandada de fora para dentro.

Entretanto, ao final da década de 1920, evento que atingiu a economia em escala mundial, a Grande Depressão de 1929 gestada pelo crash da Bolsa de Valores de New York, serviu de alerta ao governo brasileiro mostrando que sua fragilidade demandava resposta mais consistente em termos de ruptura estrutural. Assim, encerrava-se o ciclo de dependência clássica baseada no modelo agroexportador, e, inaugurava-se uma nova etapa do desenvolvimento econômico brasileiro o qual tinha como centro dinâmico o setor de transformação (indústria). Diante disto, dava-se início ao processo de modernização da economia brasileira através da industrialização substitutiva de importação (ISI) que se estendeu de 1920 até a década de 1980.

Nesse mesmo período importantes mudanças de viés estrutural ocorreram na economia e na sociedade brasileira, visto que, a industrialização modificou a composição de setorial do PIB – em virtude da progressiva expansão da indústria vis-à-vis à continua redução da participação da agropecuária – alterou a composição dos empregos, além do que, contribuiu para o surgimento de novas categorias profissionais resultante de uma divisão social e técnica do trabalho mais ampla e sofisticada, como também modificou a composição da balança comercial ampliando progressivamente expansão e, reduzindo as importações. Além disto, ao longo deste mesmo período o setor de transformação industrial sofreu importante mudança decorrente da progressiva expansão da indústria dinâmica em detrimento da redução da participação da indústria tradicional na composição do Valor de Transformação Industrial.

Entretanto, o processo de industrialização provocou também acelerado movimento de esvaziamento da área rural e, por conseguinte, promoveu intenso movimento em direção à área urbana, principalmente, nas áreas metropolitanas e nas aglomerações urbanas mais dinâmicas.

Por sua vez, a concentração da atividade industrial, sobretudo no eixo Rio-São Paulo (Sul – Sudeste), contribuiu decisivamente para provocar acentuado desequilíbrio regional no país.

Todavia, a partir da década 1990 em diante, a IT recuou tanto em porcentagem do PIB nacional, como também em escala mundial, como porcentagem do Valor Adicionado da Manufatura, além do que, tornou-se menos competitiva, principalmente por ser pouco inovadora – Investir menos em C&T e P&D e, as exportações de produtos básicos (commodities agrícolas e minerais) voltaram a superar as exportações de produtos manufaturados, sinalizando nítido movimento de reprimarização das exportações do país.

Convém assinalar que entre as décadas de 1930 até a década de 1980, a economia brasileira contou com a presença mais ampla e efetiva do Estado, principalmente dos grandes investimentos públicos, contudo, no período subsequente, década 1990 em diante, dado o nível de endividamento e da reduzida capacidade de poupança e da forte influência do receituário neoliberal, a presença do Estado na economia fora significativamente reduzida.

O objetivo do artigo foi verificar determinados aspectos/mudanças que ocorreram na economia brasileira, consequentemente no seu desenvolvimento econômico.

Para isto, o texto baseou-se em pesquisa bibliográfica (livros e artigos acadêmicos), além do que, contou ainda com o emprego de um variado painel de indicadores econômicos.

Em termos de estrutura, contando com a introdução, o artigo desmembrou-se em cinco seções, sendo que, a primeira foi destinada a explicar os procedimentos metodológicos.

A segunda, através de uma breve incursão ao pensamento econômico brasileiro, destacamos a contribuição de autores que examinaram o desenvolvimento econômico do país com ênfase na sua industrialização. Em seguida, abordamos por meio das contribuições de renomados autores, juntamente com o emprego de selecionados indicadores econômicos, a fase de transição do desenvolvimento econômico do país, notadamente seu retrocesso. A quarta seção foi dedicada a examinar se houve mudança na estrutura dos empregos no país medida por meio do Coeficiente de Reestruturação (CT). Finalmente, a quinta e última seção foi reservada às considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.

A elaboração do artigo baseou-se em pesquisa bibliográfica (livros, artigos acadêmicos e relatórios), como também se recorreu ao emprego de diversos indicadores econômicos.

A abordagem inicial enfatizou a relevância do pensamento econômico brasileiro baseada nas contribuições de alguns autores: Brum (1995); Furtado (1964); Curado (2013); Baer (1988) e Romão (1988). Sem se preocupar com a cronologia dessas contribuições, importou-nos senão destacá-las dado o seu conteúdo convergente à modernização da economia por meio da industrialização como estratégia do desenvolvimento econômico do país.

Após esta breve incursão que procurou retratar o processo de desenvolvimento econômico do país através da sua industrialização (movimento de avanço), passamos a examinar a trajetória da economia, notadamente da indústria de transformação e das exportações brasileiras, num contexto caracterizado por intensas mudanças na economia mundial, decorrentes da globalização, do novo paradigma tecnológico e da importância da inovação.

Diante disso, com a abertura comercial, dado o quadro de obsolescência e de deficiências competitivas, a indústria de transformação do país iniciou trajetória de redução de participação no PIB, demonstrou pouca predisposição à inovação, assim como as exportações do país sinalizaram para a reprimarização da economia (movimento de retrocesso).

Para examinar esse movimento recorreremos às contribuições de Coutinho e Ferraz (1994); Curado (2013); Alencar [et al] (2018); Batisti (2018) e Santos (2011).

Para melhor ilustrar ambos os movimentos recorreremos à utilização de vários indicadores econômicos obtidos em fontes secundárias nacionais e internacionais de estatísticas.

Para finalizar, calculamos, segundo proposto por Haddad (1989), o Coeficiente de Reestruturação para verificar se, em dado intervalo de tempo, ocorreu alguma modificação na composição setorial da economia nas regiões Sudeste e Sul do país.

O coeficiente de reestruturação relaciona a estrutura de emprego na região j entre dois períodos, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização desta região. Quando o coeficiente for igual a 0, não terá havido modificações na composição setorial da região. Se, por outro lado, o coeficiente foi igual a 1, terá ocorrido uma reestruturação profunda na composição setorial da região (HADDAD, 1989, p. 241).

Calcula-se o citado coeficiente através da somatória da diferença entre o percentual de participação no emprego total do setor i da região j no ano inicial (t_1) menos ano final (t_0). No caso deste estudo, o coeficiente de reestruturação não se refere à região, mas sim ao município. Assim, o Coeficiente de Reestruturação (CT), como medida regional, é calculado:

$$CT = \frac{\sum (l_{ie j} - i_{e j l})}{2}$$

Cumpra assinalar que a variável emprego corresponde ao total de vínculos ativos formais de cada grande setor da atividade econômica das mencionadas regiões.

A escolha dos anos de 1985 e de 2020 se deu em virtude de colidirem com dois momentos distintos na economia brasileira, quais sejam, o primeiro marca o auge da participação da indústria de transformação no PIB, enquanto o segundo, registra seu declínio.

Por sua vez, a opção pelas regiões Sul-Sudeste se deve pelo fato de ambas concentrarem parcela significativamente alta do valor da transformação Industrial (VTI).

3 A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E A ARGUMENTAÇÃO EM FAVOR DA INDUSTRIALIZAÇÃO.

A partir do seu descobrimento no ano 1500, até o início do século XX, ou ainda, por volta de 1930, a economia brasileira e, por conseguinte o seu desenvolvimento econômico, manteve-se assentado sob a base do modelo de dependência clássica, o qual, na divisão internacional do trabalho, caracterizava-se pela permanência do país como produtor e exportador de produtos primários.

Neste mesmo período, o centro dinâmico da economia era o setor agroexportador cuja desenvoltura estava subordinada à demanda externa, além do que, o desenvolvimento do país fora

influenciado por ciclos e subciclos econômicos, entre os quais destacamos o ciclo do algodão, do cacau, da borracha, o do açúcar e o do café.

As atividades econômicas, desde o início da colonização, são dirigidas para a exportação. Essa preponderância do setor externo se explica, basicamente, pela situação colonial e pela filosofia do mercantilismo que a acompanha. Não se cria um mercado interno, mantendo-se a imensa maioria da população, constituída de índios, pretos, mestiços e brancos pobres, submissa, em condições precárias de subsistência e marginalizada do processo econômico. De outro lado, a classe dos senhores e depois também a incipiente burguesia urbana, as únicas com rendas e padrões de consumo mais elevados, consomem produtos importados (BRUM, 1995, p.55).

O desenvolvimento brasileiro ao longo de mais de quatro séculos fora dependente da demanda externa, sua pauta de exportações limitou-se a alguns poucos produtos primários, além do que, uma de suas principais características foi marcada pelas desigualdades regionais e pela descontinuidade resultante do auge e do declínio dos ciclos econômicos.

O desenvolvimento de uma área se fazia enquanto outras, cujos recursos naturais se haviam esgotado ou cujos produtos de exportação haviam perdido os seus mercados, permaneciam estagnados ou em declínio. Como o desenvolvimento de uma área pouca ou nenhuma interferência tinha sobre as demais, as regiões que entraram em declínio, em épocas distantes, sobreviveram secularmente apoiando-se em formas de economia de subsistência, sem qualquer impulso próprio de crescimento. Explica-se, assim, a descontinuidade no desenvolvimento brasileiro e as grandes disparidades de níveis de renda entre regiões (FURTADO, 1964, p.101).

Convém observar que a manutenção do Brasil na divisão internacional do trabalho, como produtor e exportador de produtos primários, fora no período do império marcada pelo consenso que reforçava a vocação agrícola da economia brasileira, sobretudo pela influência do pensamento liberal protagonizado pela teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (CURADO, 2013).

Entre tantos outros, destacavam-se o Visconde de Cairu e Tavares Bastos como grandes defensores do liberalismo econômico.

Argumentavam que o Brasil deveria especializar-se nas atividades agrícolas e na exportação mineral, dadas as vantagens comparativas existentes, particularmente a abundância e a qualidade das terras cultiváveis (CURADO, 2013, p.611).

Talvez, os defensores da vocação agrícola da economia brasileira,consequentemente, da manutenção do modelo agro-exportador, não contavam com a possibilidade de uma crise econômica que pudesse desencadear efeitos danosos de amplitude mundial.

Entretanto, em 1929, a cidade de New York (EUA) tornar-se-ia epicentro do crash da sua bolsa de valores, deflagrando, por sua vez, uma crise econômica de alcance mundial.

A partir de 1930 tem início a fase de desagregação da economia cafeeira. A concomitância da crise nos mercados mundiais, que se inicia em 1929, [...], provocou o colapso da economia cafeeira, que permaneceria em total depressão durante três quinquênios sucessivos. O movimento político de 1930 permitiu renovar as cúpulas dirigentes, afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação [...]. É nesse período de realismo político que toma pé e se consolida o capitalismo industrial. [...]. Em realidade, o capitalismo industrial começou a dar os seus primeiros passos significativos quando a economia colonial entrara em franca decomposição [...] (FURTADO, 1964, p.115).

Na década de 1940, intenso debate fora realizado por Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, cujas ideias denotavam posições conflitantes entre ambos, visto que, enquanto o primeiro defendia as teses neoliberais, o segundo era ferrenho defensor do pensamento industrialista-nacionalista (CURADO, 2013).

Entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950, dois documentos, o texto produzido por Prebisch (1949) e o documento elaborado pela CEPAL (1951), exerceriam significativa influência no pensamento econômico brasileiro (CURADO, 2013). Prebisch (1949) iria

criticar a tese liberal ricardiana das vantagens comparativas, ao afirmar que a situação de estagnação e de subdesenvolvimento da América Latina decorria da tendência por ele observada de deterioração dos termos de intercâmbio. Ocorre que, os preços dos produtos primários exportados pelos países latino-americanos estavam sujeitos a flutuações mais intensas – quando aumentavam e quando diminuam – do que os preços dos produtos industrializados produzidos e exportados pelos países desenvolvidos.

Ademais, a deterioração dos termos de troca não só poderia provocar efeito deletério no balanço de pagamentos, como ainda poderia prejudicar a capacidade de importar dos países subdesenvolvidos da América Latina.

A superação do subdesenvolvimento se daria, portanto, a partir do processo de industrialização e da redefinição das relações comerciais entre centro e periferia. Promover a industrialização, na visão da “velha CEPAL”, era sinônimo de promover o desenvolvimento. Estrutura produtiva e desenvolvimento caminhavam, portanto, lado a lado (CURADO, 2013, p.620).

Assim, ao romper com o modelo de desenvolvimento “para fora” (agro- exportador), o governo brasileiro inaugura uma nova etapa do desenvolvimento “para dentro” cujo centro dinâmico passaria a ser comandado pela indústria através do ISI – industrialização substitutiva de importações.

Essencialmente, o governo brasileiro seguiu políticas de industrialização no fim dos anos 40 e durante toda a década de 50 aumentou a taxa de industrialização [...]. Isso implicou na maximização dos linkages na economia brasileira, isto é, o desenvolvimento não apenas de indústrias de bens de consumo, mas também uma vasta coleção de indústrias intermediárias e de bens de capital (BAER, 1988, p.300).

Ao final da década de 1940 já era possível constatar importantes mudanças estruturais na economia brasileira, enquanto reflexo da industrialização substitutiva de importações.

A população total do país, de 41,2 milhões em 1940, aumentou para 70,9 milhões de habitantes em 1960. O êxodo rural combinado com o processo de industrialização resultou do contínuo movimento de diminuição da população rural e, em sentido oposto, do aumento contínuo da população urbana. Assim, a proporção da população brasileira residente na área rural reduziu-se de 68,7% (1940) para 55,3% (1960) e 32,4% (1980), enquanto a população urbana passou a responder por 31,2%, 44,6% e 67,5%, respectivamente.¹

Quanto à composição setorial do produto – PIB a custo de fatores segundo os principais ramos de atividade econômica – em porcentagem, a agropecuária reduziu sua participação de 25,1% (1950) para 12,3% (1970), a indústria que respondia por 25% (1950) do produto total da economia do país, passou a representar 38,3% (1970), enquanto o setor de serviços de 53,3% alcançou 56,2% respectivamente.²

Como porcentagem da oferta total, as importações de bens de capital reduziram de 59% em 1949 para 13,7% em 1966, as importações de bens intermediários caíram de 25,9% para 6,8% e de bens de consumo diminuíram de 10 para 1,6% (BAER, 1988).

No que diz respeito à indústria brasileira, também se constatou modificações na sua própria estrutura.

¹ IBGE – Estatísticas do Século XX.

² IBGE – Estatísticas do Século XX, Contas Nacionais Consolidadas.

Tabela 1: Modificações na Estrutura Industrial do Brasil – 1939 e 1969

Subsetores da Indústria	1939	1969
Minerais não-metálicos	5,2	5,8
Metalúrgica	7,6	11,5
Mecânica	3,8	5,9
Material elétrico e de comunicação	1,2	6,3
Materiais de transporte	0,6	8,6
Madeira	5,3	4,2
Papel e papelão	1,5	2,6
Borracha	0,7	2,1
Couros e peles	1,7	0,6
Produtos químicos, farmacêuticos, plásticos	9,8	17,8
Têxteis	22,2	10,1
Vestuário e calçado	4,9	2,8
Produtos alimentares	24,2	13,0
Bebidas	4,4	2,6
Fumo	2,3	1,5
Editorial e gráfica	3,6	2,8
Diversos	1,0	1,8
Total	100	100

Fonte: BAER (1988), adaptada pelos autores

Entre os anos de 1939 e 1969 constata-se a ocorrência de importantes modificações na estrutura industrial brasileira, haja visto que as indústrias tradicionais como couros e peles, têxteis, vestuário e calçado, produtos alimentares, bebidas, madeiras e fumo que no ano de 1939 detinham participação de 65% na produção industrial, já em 1969 respondiam por 34,8%. Em sentido oposto, os gêneros industriais do grupo dinâmico como os de metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e produtos químicos, farmacêuticos e plásticos, aumentaram sua participação na produção industrial de 23% em 1939, para 50,1% em 1969.

Convém assinalar que o estilo de desenvolvimento brasileiro e, por conseguinte, a sua industrialização, fora influenciada em larga medida pela composição do consumo, o qual, por sua vez, refletia a má distribuição da renda no país.

A cesta de bens de consumo correspondente ao contingente de baixa renda é composta basicamente por bens de consumo não durável, de natureza mais essencial. Essa cesta é pouco diversificada e produzida em sua maior parte por indústrias tradicionais, normalmente onde desponta a predominância do capital nacional, inseridas, embora não exclusivamente, nos estratos tecnológicos primitivos e intermediários [...]. Diferente da cesta de bens de consumo da maioria pobre da população, a cesta de bens associada ao segmento rico é bastante diversificada, requerendo, por isso mesmo, complexos processos de industrialização para ser produzida no País, o que só pode ser levado a efeito por unidades de produção tecnologicamente avançadas do setor moderno, normalmente controladas pelo capital estrangeiro (ROMÃO, 1988, p.125).

Diante desta afirmação, compreende-se “[...] que há uma nítida associação entre a distribuição da renda e a composição da demanda agregada que, por sua vez, determina a conformação da capacidade produtiva” (ROMÃO, 1988, p.129).

Muito embora a industrialização tenha provocado modificações importantes na composição setorial do PIB, na estrutura ocupacional da força de trabalho, na estrutura social, na composição das exportações etc., também desencadeou impactos de sinal negativo, sobretudo no que diz respeito ao meio ambiente, à tecnologia e ao equilíbrio regional.

Segundo Baer (1988), os impactos da industrialização sobre o meio ambiente foram até por volta de 1975, ignorados pelos formuladores responsáveis pela política econômica do país.

Em relação à tecnologia, o fraco dinamismo do país estaria em boa medida relacionado ao fato que

Até a década de 70 foi criada no Brasil relativamente pouca tecnologia original. Isso pode ser explicado pela falta de tradição de pesquisa no sistema educacional do país até os anos 60. Assim sendo, o crescimento da capacidade industrial do país aumentou substancialmente o fluxo de saída de divisas para pagamento de tecnologia (BAER, 1988, p. 313).

Em se tratando do desenvolvimento regional, a industrialização pouco contribuiu para o equilíbrio regional, ao contrário, acentuou as desigualdades regionais.

No auge do “milagre econômico” já eram evidentes os limites do processo de industrialização para o desenvolvimento, sobretudo se levamos em consideração que a expansão da indústria deu-se concomitante ao aprofundamento das desigualdades regionais e a elevação no grau de concentração funcional da renda (CURADO, 2013, p.624-625).

Assim, entre os anos de 1939 e 1970, a industrialização e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico do país, caracterizava-se pelo seu caráter concentrador e regionalmente desigual.

Tabela 2: Brasil, Grandes Regiões segundo a distribuição do PIB (em %): 1939, 1960 e 1970

Grandes Regiões	Participação no PIB (em %)		
	1939	1960	1970
Nordeste	13,7	12,0	9,0
Norte	2,2	1,9	1,9
Sudeste	67,9	67,4	68,4
Sul	14,0	16,1	14,9
Centro-Oeste	2,2	2,6	5,8

FONTE: IPEADATA, Elaboração dos autores

A elevada participação da região Sudeste no PIB deve-se à expressiva concentração da atividade industrial em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo em vista que ambos os estados respondiam em 1966 por 75,2% do VTI (Valor da Transformação Industrial) da indústria de transformação. No mesmo ano, incluindo os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, somente esses quatro estados da federação produziam o equivalente a 90,5% do VTI.

4. ALGUMAS EVIDENCIAS DO RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

A década de 1980 inaugurou um período crítico para a economia e,consequentemente, para o desenvolvimento do país, visto que a industrialização substitutiva de importações (ISI) havia alcançado o seu limite, conquanto a crise gerada pelo endividamento externo desencadeou vários efeitos deletérios na economia. O vigoroso crescimento econômico da década de 1970 de aproximadamente 8,7% a.a., sofreu abrupta queda, tendo em vista que a taxa média de crescimento anual do PIB na década de 1980, fora de 3,1%. A taxa média de crescimento da indústria despencou de 11,3% (1970-1976) para apenas 3,2% (1980-1986).³

A expansão imoderada do índice geral de preços, isto é, da inflação, não só contribuiu para a retração do nível de atividade econômica, como também e, principalmente, atingiu mais diretamente a classe de trabalhadores assalariados, uma vez que o seu poder de compra era corroído pela inflação, impactando negativamente no seu consumo.

O elevado endividamento externo do país obrigou o governo brasileiro a adotar uma série de medidas de fomento às exportações e de inibição das importações, objetivando dessa forma, a geração de superávit comercial. Além disso, medidas de proteção industrial também foram adotadas.

Em relação à estrutura industrial, comparando o ano de 1980 com o ano de 1969, verifica-se que poucas alterações ocorreram.

Durante o segundo período de crescimento, do final da década de 60 ao início da de 80, a mudança mais pronunciada na estrutura industrial do

³ BAER (1988)

País foi o crescimento relativo dos setores de mecânica e química, o declínio do setor têxtil e de produtos alimentares/bebidas, e a estabilidade relativa do setor de material elétrico, enquanto o setor de material de transporte declinou ligeiramente (BAER, 1988, p.515).

O excessivo protecionismo concedido pelo governo ao setor industrial, a instabilidade macroeconômica traduzida, principalmente, pelo baixo crescimento econômico, inflação elevada, fraco dinamismo do mercado doméstico de consumo, baixo estímulo ao investimento etc., acabariam prejudicando a atualização tecnológica e, por conseguinte, a competitividade de vários segmentos da indústria.

O Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) coordenado por Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz, publicado em 1994, abrangeu 34 setores da atividade industrial e foram classificados em três setores, quais sejam: setores com capacidade competitiva, setores com deficiências competitivas e setores difusores de progresso técnico, entre os quais, destacamos aqueles com deficiências competitivas: abate, laticínios, fertilizantes, automobilística, autopeças, bens eletrônicos de consumo, têxtil, vestuário, calçados de couro, cimento, cerâmicas de revestimento, plásticos para construção civil, gráfica e móveis de madeira.

A deficiência competitiva é a situação que predomina na indústria brasileira. A maior parte dos setores está voltada apenas para o mercado interno que, se por suas dimensões representa a principal vantagem competitiva do país, pela redução do poder aquisitivo, crescente desigualdade na distribuição de renda e alijamento do mercado de parcelas significativas da população não tem representado estímulo à competitividade da indústria (COUTINHO, FERRAZ, 1994, p.258).

Mesmo assim, após uma década de estagnação econômica e com um parque industrial portador de deficiências competitivas, o governo FHC-1 aprofunda o processo de abertura comercial iniciado pelo seu antecessor no início da década de 1990.

No primeiro mandato de FHC, a indústria brasileira passaria a enfrentar uma conjuntura econômica deveras difícil, pois, não bastasse a remoção do protecionismo outrora concedido pelo governo à indústria, à transição da era da inflação crônica para a era da estabilidade duradoura, somava-se a redução abrupta das alíquotas de importação, câmbio apreciado, juros altos e carga tributária elevada.

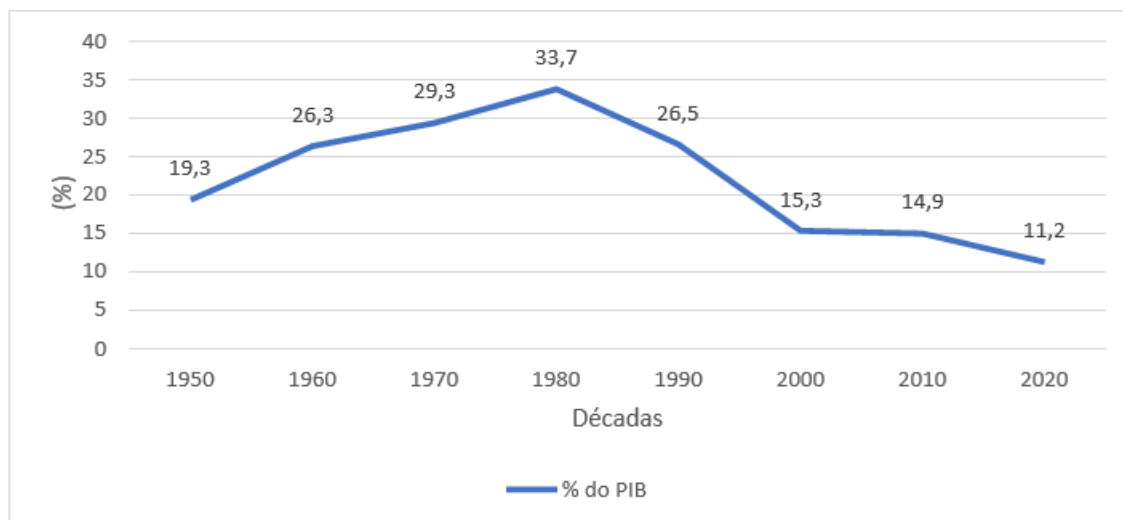
Diante disso, além de outros setores, a indústria, sobretudo a de transformação, para enfrentar a nova e competitiva conjuntura – dado o grau de exposição à concorrência externa – passaria por um intenso processo de reestruturação produtiva, o qual se traduziu na adoção de novas ferramentas gerenciais como reengenharia, downsizing, just-in-time, de fusões e aquisições, terceirização e até realocação industrial.

A partir daí, a indústria de transformação, por razões diversas – para as quais facultamos de uma análise mais detalhada – como por exemplo o tripé câmbio – juros

– tributos, infraestrutura com deficiências, o denominado custo Brasil, baixa qualificação e produtividade do fator trabalho, problemas em logística de transportes, entre outros, passou a enfrentar um processo para o qual diversos autores afirmam tratar-se de desindustrialização precoce.

Os efeitos decorrentes deste mesmo processo podem, entre outros, serem visualizados através da participação da indústria de transformação no PIB.

Gráfico 1: Brasil, Indústria de Transformação em porcentagem (%) do PIB.



Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores.

Outra questão importante relaciona-se ao fato de que com a globalização e a Terceira Revolução Industrial um novo paradigma tecnológico emergira atribuindo no âmbito da indústria relevante importância aos setores dinâmicos. Entre as décadas de 1970 e 1980, as experiências bem-sucedidas de países como o Japão e dos Tigres Asiáticos, como a Coreia do Sul, corroboraram as evidências

[...] de que os investimentos em desenvolvimento e aprendizado tecnológico em setores industriais dinâmicos do paradigma tecnológico de base microeletrônica se constituam em elementos centrais para a retomada do crescimento econômico de longo prazo (CURADO, 2013, p.628).

Convém assinalar que um dos fatores que diferencia a economia brasileira de outras economias, como a China, a Índia e a Coreia do Sul, relaciona-se ao percentual da demanda agregada destinada ao investimento (Formação Bruta de Capital Fixo/FBCF).

Enquanto a China destinava ao investimento 42,9%, a República da Coreia 31,1%, a Índia 27,1%, o Brasil somente 16,4%.⁴

Como se não bastasse, é oportuno observar que, em relação à manufatura, a participação no Valor Adicionado mundial da China entre os anos de 2005 e 2020 aumentou de 13,7% para 31,7%, da República da Coreia de 2,89% para 3,28%, da Índia de 1,74% para 2,99%, enquanto a participação do Brasil reduziu de 2,19% para 1,31%. Mas, vale salientar que outros países como EUA, Japão, Alemanha, Itália, Reino Unido e França também registraram queda de participação no VA mundial do setor manufatureiro, principalmente, mais acentuada foi a dos EUA.⁵

Embora o país continue exibindo significativos desequilíbrios regionais, o movimento de desconcentração industrial iniciado por volta de 1970, que entre outras motivações destaca-se a guerra fiscal travada entre as unidades da federação, acabou prejudicando alguns estados e beneficiando outros. O estado de São Paulo teve sua participação no VTI reduzida de 58,1% em 1966, para 36% em 2019, o Rio de Janeiro de 17,1% passou a responder por 8,4%, já Minas Gerais aumentou de 5,6% para 10,4%, o estado do Pará de 0,33% para 4,1%, Bahia de 1,94% para 4%, Paraná de 3,15% para 7,06% e o estado de Santa Catarina de 2,1% para 5,3%.⁶

Entretanto, apesar desse movimento de desconcentração da produção industrial, a desigualdade regional ainda persiste, tanto que as regiões Sudeste e Sul respondiam em 2002 por 73,6% do PIB nacional e, em 2019, por 70,2%.⁷

⁴ Refere-se ao ano de 2020 segundo UNSD – United Nations Statistics Division (National Accounts)

⁵ De acordo com as estatísticas da UNIDO.

⁶ IBGE/Pesquisa Industrial Anual (PIA).

⁷ Sistema de Contas Regionais - IBGE

Não bastasse as deficiências competitivas e a perda progressiva de participação da indústria de transformação no PIB, entre outros problemas, a reprimarização da economia brasileira ao invés de inquietar, ao contrário, faz-nos crer encantar o governo federal, pois para o cientista social e diretor técnico do DIEESE Augusto Junior:

“A visão de futuro do Governo é a de um país produtor de comida, minério e energia”, afirma Augusto, por isso o abandono de tudo relacionado com políticas industriais, inclusive os cortes de investimentos em ciência e tecnologia. “Temos ouvido ministros falarem que o Brasil será a grandefazenda do mundo, pois será também a grande mina. Não espere nenhuma indústria de carro elétrico chegando por aqui”, lamenta (IEDI, 2021).

De fato, as estatísticas corroboram tal argumento.

Tabela 3: Participação no total das exportações brasileiras por fator agregado (em %): anos diversos

Ano	Produtos Básicos	Produtos Manufaturados	Produtos Semi Manufaturados
1975	59,4	30,5	10,1
1980	42,7	45,4	11,9
1985	33,7	55,4	10,9
1990	28,3	55,1	16,6
1995	24	55,9	20,1
2000	23,4	60,7	15,9
2005	29,9	56,4	13,7
2010	45,8	39,8	14,4
2015	47,8	37,6	14,6
2020	57,3	28,7	14

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores.

Os números do comércio exterior retratam uma das faces do retrocesso da economia e, por conseguinte, do próprio desenvolvimento econômico do país, mesmo porque durante quarenta anos (1930-1970), notável esforço dos governos junto com os empresários nacionais e estrangeiros resultou da consolidação do capitalismo industrial e da modernização da economia brasileira. Entretanto, a partir do ano de 2003, com o movimento de expansão da demanda e de elevação dos preços das commodities agrícolas e minerais, a economia brasileira inicia uma trajetória de retrocesso com a reprimarização das suas exportações.

A participação no total das exportações brasileiras de produtos da agropecuária aumenta de 11% em 1997 para 20% em 2021, das indústrias extrativas de 6% para 28%, conquanto os produtos das indústrias de transformação recuam de 81% para 51%.⁸

Não bastasse a redução da participação dos produtos manufaturados, as exportações de produtos de alta tecnologia como porcentagem das exportações de produtos manufaturados ainda alcançam valores bem reduzidos.

⁸ Segundo as estatísticas do MDIC

Tabela 4: Brasil, China e Rep. da Coreia, exportações de produtos de alta tecnologia como porcentagem das exportações de produtos manufaturados: vários anos

Ano	% das exportações de produtos de alta tecnologia		
	Brasil	China	Rep. Da Coréia
2007	13	30	32
2010	13	32	32
2013	12	32	30
2016	16	30	31
2020	11	31	36

Fonte: World Bank, Elaboração dos autores

Nota da fonte: Las exportaciones de productos de alta tecnologia son productos altamente intensivos em investigacion y desarrollo, como son los productos de las industrias aeroespacial, informática, farmaceutica, de instrumentos científicos y de maquinaria elétricas.

Além disso, é um tanto contraditório, principalmente vindo a afirmação do governo federal de que o Brasil “será a fazenda do mundo”, quando percentagem expressiva da população encontra-se em situação de algum tipo de insegurança alimentar, outra face perversa do retrocesso do desenvolvimento do país.

Outra questão também importante relacionada ao desenvolvimento econômico, diz respeito às mudanças estruturais necessárias e capazes de modificarem a estrutura produtiva como também a estrutura industrial.

[...] de acordo com o estruturalismo cepalino da década de 1950, o processo de desenvolvimento econômico está diretamente relacionado a mudanças na estrutura de produção. Dessa forma, o crescimento da economia geraria uma transformação permanente na estrutura produtiva e o país gradualmente deixaria de produzir bens de baixo valor agregado para produzir bens cada vez mais sofisticados (ALENCAR [etal], 2018, p.253).

Ora, acreditamos que no caso do Brasil tal transformação ainda não ocorreu plenamente, pois, comparando o país com países como China e República da Coréia, constatamos haver significativas diferenças.

Tabela 5: Países selecionados e participação das IT no VA total da manufatura e no total de empregos por intensidade tecnológica – 2019

País	% VA Total de Manufaturados				% Emprego Total de Manuf.			
	A	MA	MB	B	A	MA	MB	B
BR	1,9	31,8	29,5	36,8	1,8	24,8	19,7	53,7
CH	10,3	31,1	30,0	28,6	13,9	34,6	21,9	29,6
RC	26,8	34,0	25,6	13,6	15,1	40,5	25,1	19,3

Fonte: UNIDO, Elaboração dos autores.

BR (Brasil); CH (China) e RC (República da Coréias).

A (Alta Intensidade); MA (Média Alta); MB (Média Baixa) e B (Baixa Intensidade).

No Brasil, verificou-se que, no ano de 2019, mais de 66% do VA total de manufatura industrial concentrava-se nas indústrias de média-baixa e baixa intensidade tecnológica, as quais respondiam por 73,4% do total de empregos daquele mesmo ramo. Diferentemente, China e Coréia do Sul detinham percentuais mais elevados no VA e nos empregos em setores/indústrias de média alta e alta intensidade tecnológica. Em razão disso e de outros fatores, mais de 49% dos empregos nas indústrias brasileiras recebem salários baixos, principalmente se comparados com as da Coréia do Sul.

Tabela 6: Brasil, China e Coréia do Sul segundo salário médio total por empregado (em US\$ a preços atuais) – 2005 a 2019.

País	Salário Médio Total (US\$)	
	2005	2019
Brasil	6.599	10.990
China	1.915	9.766
República da Coréia	25.104	39.512

Fonte: UNIDO, Elaboração dos autores

Convém acrescentar que um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento econômico está diretamente associado à mudança na estrutura da economia, decorrente da inovação.

[...] a mudança na estrutura econômica existente pode ser considerada o “start” de qualquer processo de desenvolvimento econômico. De acordo com Dosi, Pavitt e Soete (1990), ela sustenta o desenvolvimento ao diversificar a economia e incrementar a participação na estrutura produtiva, dos setores de maior intensidade em conhecimento e com maior taxa de crescimento da demanda (BATISTI, 2018, p.62).

No caso do Brasil, há de se levar em conta que o desenvolvimento econômico baseado em inovação ficou um tanto distante de outras economias, tendo em vista

[...] que existe um flagrante descompasso entre o conceito de desenvolvimento econômico (de Schumpeter) e a realidade dos fatos da economia brasileira. [...] embora a estrutura produtiva do Brasil tenha se transformado no sentido de elevar a produtividade do trabalho, essa transformação não foi fruto de um processo endógeno de inovação tecnológica, nem mesmo propiciou um sistema de inovação tecnológica. Pelo contrário, a industrialização do país nasceu e manteve um hiato entre as atividades de P&D e as empresas (SANTOS, 2011, p.90).

É oportuno assinalar que com a globalização, um novo paradigma tecnológico emergia gestado pela 3ª Revolução Industrial, a qual, provocou mudança radical na estrutura produtiva das economias mais desenvolvidas como o aumento da participação dos serviços – sobretudo do conhecimento através das atividades de C&T e de P&D – em detrimento de uma menor participação da indústria no produto total da economia. Dito isto, a competitividade econômica das nações passou a depender em boa medida do gasto (público e privado) destinado à atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Tabela 7: Brasil, China e Rep. Da Coreia gasto em Pesquisa e Desenvolvimento (% do PIB) – vários anos

Ano	Gasto em P&D em % do PIB		
	Brasil	China	Rep. Da Coréia
1996	-	0,5	1,9
2000	1,0	0,8	2,0
2004	0,9	1,2	1,9
2008	1,1	1,4	1,9
2012	1,1	1,9	2,0
2016	1,2	2,1	2,1
2020	-	2,4	2,6

Fonte: World Bank, elaboração dos autores

Além do mais, a reduzida participação do gasto público e privado em porcentagem do PIB na atividade de P&D, limita a participação dos produtos manufaturados de alta e média-alta composição tecnológica no total das exportações do país, contribuindo dessa forma para uma menor participação da economia brasileira no comércio internacional.

Por sua vez, a economia do país registrou nos anos 2015-2016 pronunciada queda da taxa anual de crescimento do PIB causada por uma aguda recessão promovida pelo ajuste fiscal praticado pelo governo federal.

Além disso, as modificações que ocorreram na estrutura produtiva do país não proporcionaram melhores condições de vida para a sua população, visto que o crescimento do PIB, antes da crise fiscal, contribuiu para uma concentração ainda maior da renda advinda do trabalho entre os 10% mais ricos (SANTOS, 2011)

TABELA 8: Brasil, China e Rep. da Coreia, PIB per capita (US\$ a preços constantes de 2010) – anos selecionados.

Ano	PIB per capita (US\$)		
	Brasil	China	Rep. Da Coréia
1960	2.611,1	238,2	1.027,5
1980	6.500,4	430,9	4.055,8
2000	6.787,7	2.193,9	16.992,5
2020	8.228,8	10.358,3	31.327,4

Fonte: World Bank, Elaboração dos autores

Acrescenta-se ainda ao fraco desempenho da economia brasileira o fato do produto per capita também registrar queda no ano de 2020, comparativamente ao ano de 2010, quando alcançou o valor de US\$ 8,702,3.

Finalmente, diante do propósito de verificar se houve de fato mudança mais expressiva na composição setorial da economia brasileira, recorremos ao emprego do Coeficiente de Reestruturação. Assim, calculamos os percentuais de participação relativa de cada um dos oito setores de atividade econômica em relação ao total de vínculos ativos de cada um das grandes regiões da federação brasileira selecionadas neste trabalho.

Tabela 9: Região Sul e Sudeste, segundo a distribuição dos vínculos ativos formais entre os grandes setores da economia (em%): 1985 e 2022.

Setores da Economia	Sul (%)		Sudeste (%)	
	1985	2020	1985	2020
Extrat.Mineiral	0,77	0,23	0,73	0,56
Ind.Transform.	29,75	23,93	30,11	15,54
SIUP*	1,44	0,90	1,27	0,98
Constr.Civil	3,08	3,88	4,12	4,46
Comércio	15,55	20,64	12,97	19,77
Serviços	28,06	33,66	32,48	41,70
Adm. Pública	19,58	14,09	16,64	14,31
Agropecuária	1,75	2,68	1,68	2,68
Total	100,0	100,00	100,00	100,00

Fonte: MET/Rais, Elaboração dos autores
 SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública

O resultado final mostrou-nos que em ambas as regiões o valor obtido do Coeficiente de Reestruturação foi de 0,1240 para a região Sul e, de 0,1736 para a região Sudeste, sinalizando desta forma o ocorrência de uma suave mudança na estrutura produtiva de ambas as regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma década de estagnação que marcou os anos 1980 como a Década Perdida para o Brasil, o governo central iniciou um processo de abertura comercial, que provocou como reação, sobretudo da indústria de transformação, intenso movimento de reestruturação produtiva. Este movimento resultou da venda de empresas privadas e estatais ao capital estrangeiro, encerramento das atividades de tantas outras empresas, como também, provocou a reestruturação e a realocação de muitas outras, contribuindo dessa forma para a redução da participação do setor de transformação no produto total de economia nacional.

Por sua vez, além de redução da participação da IT no PIB nacional, constata-se também, diminuição do Valor Adicionado do mesmo setor em relação à manufatura mundial. Soma-se a isto, o fato de também ter diminuída a participação dos produtos manufaturados no total das exportações do país.

Em síntese, após mais de quatro séculos de sua colonização e do desenvolvimento econômico do país ter-se baseado no modelo agroexportador, o Brasil, por iniciativa do governo federal, deu início à modernização da sua economia através do processo substitutivo de importações (PSI)

Diante disto, entre as décadas de 1930 a 1970, a indústria se desenvolveu, tornou a divisão social e técnica do trabalho mais abrangente e sofisticada, ampliou e alterou a estrutura social de classe, modificou a estrutura produtiva e, até mesmo a pauta de produtos exportados pelo país.

Entretanto, da década de 1990 em diante, por motivos diversos, principalmente pela ação nociva do tripé câmbio-juros-tributos, a indústria de transformação iniciou trajetória de contínua redução de sua participação no PIB, nos empregos formais como ainda, a participação dos produtos manufaturados em porcentagem das exportações totais caiu, denotando nítido movimento de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira.

Assim, acreditamos na ocorrência de um retrocesso do desenvolvimento econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, Júlia F.L.; FREITAS, Elton; ROMERO, João P.; BRITTO, Gustavo.

Complexidade Econômica e Desenvolvimento: Uma análise do caso latino- americano. - São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, v.37, n.02, MAI./AGO., 2018.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil.** Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

BATISTI, Vanessa de Souza. **Transformação da Estrutura Produtiva Regional e Desenvolvimento Endógeno: o Caso do Vale do Rio dos Sinos** – Porto Alegre, RS: UFRGS (Tese de Doutorado), 2018.

BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência.** – FGV: IBRE – Instituto Brasileiro de Economia. Texto para discussão, número 7, março de 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11689>, acessado em 17/04/2022.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro.** – 14ª Edição – Petrópolis/RJ: Vozes (Série FIDENE), 1995.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Calor (Coord.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** – Campinas, SP: Papyrus, 1994.

CURADO, Marcelo. **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro.** – Campinas, SP: Economia e Sociedade, v.22, n.3 (49), dez.2013.

FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. – 2ª Edição: Brasil, Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1964.

HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. – Fortaleza, BNB. ETENE, 1989.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Estatísticas do Século XX: Contas Nacionais Consolidadas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/tabelas>. Último acesso em: 17/04/2022.

IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI na Imprensa – “**Vamos virar uma grande fazenda**”: **Brasil vive acelerada desindustrialização** – 07/12/2021. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/imprensa/2021/iedi_na_imprensa_20211207_vamos_virar_uma_grande_fazenda_brasil_vive_acelerada_desindustrializacao.html. Acesso em: 17/04/2022.

IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada/ **Banco de Dados Macroeconômico**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Último acesso em: 17/04/2022

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercioexterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>. Último acesso em: 17/04/2022.

MENDES, Philipe Scherrer; AMARAL, Pedro Vasconcelos Maia do; CARVALHO, Lucas Resende de; ROCHA, Gustavo de BRITTO. **Condicionantes territoriais do salário industrial brasileiro: uma análise municipal para a indústria de transformação** – 2000 a 2016 – Fortaleza: Revista Economia NE, v.52, n.4, out./dez., 2021.

PEREIRA JR, Edilson Alves. **A indústria de calçados no Brasil diante da reestruturação territorial e produtiva**. In: O novo mapa da indústria no início do século

XXI. Eliseu Savério Sposito (org.). – 1ª ed. – São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

RIBEIRO, Fernando J.; POURCHET, Henry. **O comércio exterior brasileiro de calçados e têxteis: desempenho e indicadores por grupos de produtos**. – FUNCEX: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, TD n°152, julho de 2000. Disponível em: <http://www.funcex.org.br/publicacoes/tds/TDFUNCEX152.pdf>. Último acesso em: 17/04/2022.

ROMÃO, Maurício Costa. **Estrutura Produtiva e Padrão de Desenvolvimento no Brasil**. – Recife: Cad.Est.Soc.v.4, n.1, jan./jun., 1988.

UNIDO – United Nations Industrial Development Organization – **Statistical Country Briefs**. Disponível em: <https://www.unido.org/resources-statistics/statistical-country-briefs>. Último acesso em: 17/04/2022.

WORLD BANK OPEN DATA - <https://www.worldbank.org>

A ESPIRITUALIDADE E A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL: uma releitura da monografia Espiritualidade e morte: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas

SPIRITUALITY AND THE CONSTRUCTION OF HUMAN AND SOCIAL DEVELOPMENT: a re-reading of the monograph Spirituality and Death: an investigation into the conception and experience of death among the elderly

Saúde e Bem-estar

TOZZI, Gabriela Malheiro
Uni-FACEF

Psicóloga e estudante no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
gabsmalheiro@yahoo.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Uni-FACEF

Psicóloga, doutora e docente no curso de Psicologia (Uni-FACEF) e no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

O contexto sociocultural em que a sociedade se encontra é de transformação e diversas mudanças decorrentes da pandemia ainda existente da COVID-19. Por conta disso, os processos de adoecimentos se encontram ainda mais evidente, tornando-se possível observar um surgimento mais intenso na busca de valores relacionados à espiritualidade, considerando esta como fator de proteção no desenvolvimento de uma sociedade mais saudável. Isso porque é possível refletir acerca da relação entre espiritualidade e como a mesma influencia no desenvolvimento das comunidades, auxiliando, tanto no exercício das liberdades substantivas, quanto no desenvolvimento das capacidades reais humanas. Nesse sentido, o presente artigo objetiva realizar uma releitura da monografia intitulada *Espiritualidade e morte: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas*, da própria discente, à luz da teoria de Amartya Sen – *Desenvolvimento como Liberdade* – para o Bem Viver, com o intuito de descobrir se há relação entre espiritualidade e desenvolvimento, investigando como a espiritualidade pode influenciar no desenvolvimento humano e social, contribuindo para relações sociais mais saudáveis e, conseqüentemente, no desenvolvimento da sociedade em geral. Para isso, torna-se importante investigar quais seriam os valores ligados a espiritualidade que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade, além de refletir sobre práticas sociais atuais e as de potencial transformação do ponto de vista de valores éticos/espirituais e baseadas na proposta de Bem viver. A fundamentação teórica é, principalmente, acerca dos estudos e teorias do pesquisador, professor e economista Amartya Sen, bem como da proposta para imaginar formas de vida distintas, trazida por Alberto Acosta, denominada Bem Viver. A presente pesquisa torna-se de extrema relevância, em especial no momento atual, em que a presença e vivência de tanto sofrimento e adoecimento está presente, bem como a percepção da tamanha inversão de valores, com o intuito de auxiliar o desenvolvimento de uma sociedade mais saudável através da prática e vivência de indivíduos que se consideram satisfeitos e realizados, gerando maior qualidade de vida.

Palavras-chave: Amartya Sen. Desenvolvimento. Espiritualidade.

Abstract

The sociocultural context in which society finds itself is one of transformation and various changes resulting from the still existing pandemic of COVID-19. Because of this, the illness processes are even more evident, making it possible to observe a more intense search for values related to spirituality, considering it as a protection factor in the development of a healthier society. This is because it is possible to reflect on the relationship between spirituality and how it influences the development of communities, helping both the exercise of substantive freedoms and the development of real human capabilities. In this sense, the present article aims at re-reading the monograph entitled *Spirituality and Death: an investigation of the conception and experience of the elderly by the student herself*, in the light of Amartya Sen's theory - *Development as Freedom* - for the Good Life, with the purpose of discovering whether there is a relationship between spirituality and development, investigating how spirituality can influence human and social development, contributing to healthier social relationships and, consequently, to the development of society in general. To this end, it is important to investigate which values linked to spirituality contribute to the development of a society, in addition to reflecting on current social practices and those of potential transformation from the point of view of ethical/spiritual values and based on the proposal of the Good Life. The theoretical foundation is, mainly, about the studies and theories of the researcher, professor, and economist Amartya Sen, as well as the proposal to imagine different ways of living, brought by Alberto Acosta, called Living Well. This research becomes extremely relevant, especially in the current moment, in which the presence and experience of so much suffering and sickness is present, as well as the perception of such a great inversion of values, in order to help the development of a healthier society through the practice and experience of individuals who consider themselves satisfied and fulfilled, generating a higher quality of life.

Keywords: Amartya Sen. Development. Spirituality.

1 INTRODUÇÃO

A atual sociedade encontra-se em um contexto sociocultural de transformações e mudanças diversas decorrentes da pandemia da COVID-19, em que a identidade dos indivíduos encontra obstáculos (SHINN, 2008; OLIVEIRA; JUNGES, 2012), considerando, a fim de exemplificar, o necessário isolamento social, limitando as mais diversas relações sociais. Mais notável ainda se fez a questão do desamparo, sofrimento e ansiedade existencial (OLIVEIRA; RESSTEL; JUSTO, 2014) além de processos de adoecimentos, ainda que nem todos adoecem, envolvendo sentimentos de medo: medo do novo, do desconhecido e, indo além, dificuldades em lidar com esse medo, por mais que seja este um sentimento comum, um companheiro diário. Tais sentimentos fizeram com que se tornasse possível constatar um surgimento mais intenso de busca de valores relacionados à espiritualidade, como afirmam Oliveira e Junges (2012).

Considerando o ser humano como um ser multidimensional, que integra no indivíduo as dimensões biopsicossocioespiritual (OLIVEIRA; JUNGES, 2012), e tendo em vista que todas as dimensões do ser humano se entrelaçam, é possível uma reflexão acerca da relação entre espiritualidade e a influência que pode haver no desenvolvimento das comunidades (especialmente na maneira de se relacionar), melhorando o possível exercício das liberdades substantivas e, mais ainda, do desenvolvimento das capacidades reais humanas, conforme Amartya Sen (1999) pontua em seu livro "Sobre ética e economia".

Nesse sentido, Sen (2000), em seu livro "Desenvolvimento como liberdade" caracteriza o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, considerando que o papel primordial da liberdade diz respeito a forma com que os diferentes tipos de direitos, oportunidades e habilitações favorecem para a prosperidade da liberdade humana em geral, promovendo, conseqüentemente, o desenvolvimento, tendo em vista que o sucesso de uma sociedade deve ser avaliado por meio das liberdades de que seus membros desfrutam (SEN, 2000)

Isso porque Amartya Sen (2000) propõe que quando o indivíduo tem liberdade para realizar as coisas a que atribui valor, já considera valor por si mesmo, melhorando as condições para obter resultados. Sendo assim, a liberdade não constitui-se apenas como a base de se obter sucesso ou fracasso, mas, especialmente, como determinante primordial da iniciativa individual e eficácia social.

Amartya Sen (2000), propôs que o desenvolvimento ocorre quando os benefícios do crescimento auxiliam para a ampliação das capacidades humanas, sendo estas compreendidas como o conjunto de coisas que as pessoas podem ser ou fazer na vida. O autor pontua, ainda, sobre a importância de as pessoas serem livres para que possam exercer suas próprias escolhas e decisões, sendo que estas afetarão sua vida.

Assim sendo, é possível considerar o indivíduo na condição de agente, termo adotado por Sen (2000), entendendo que, enquanto agentes ativos de mudança, os indivíduos podem cuidar de si mesmos, influenciando os demais a ajudar uns aos outros (PORSSE et al., 2008). E esse cuidar estaria diretamente relacionado ao termo proposto no presente artigo denominado "espiritualidade". Entretanto, a fim de se falar sobre espiritualidade, primeiro é necessário fazer um exercício de desapego do que se pensa saber sobre esse assunto.

Por conta da abrangência de seu significado, configura-se um desafio encontrar uma definição exata para espiritualidade. Inclusive, a própria comunidade científica não conseguiu chegar a uma unanimidade acerca de seu conceito. Contudo, é possível dizer que ela é formada por diferentes conceitos que estão interligados entre si (LONGUINIERE et al., 2019; DEZORZI; CROSSETTI, 2008).

O termo *espiritualidade* é demasiado subjetivo e, para cada pessoa, se mostrará, demonstrará e será vivenciado de forma diferente. Entretanto, independente da definição e concepção de cada indivíduo, de modo geral, todas convergem a uma dimensão constitutiva do ser humano que revela o que há de melhor nele, instigando-o ao caminho da evolução e excelência, o que reverbera tanto no âmbito pessoal quanto coletivo, colaborando e influenciando a modificação de uma sociedade melhor, mais evoluída e desenvolvida, em todos os aspectos, tendo em vista que a mudança será na base da sociedade, que é o ser humano.

Deste modo, o indivíduo assume a condição de agente transformador – sendo que a condição de agente seria caracterizar a pessoa a fim de situá-la na promoção da realização humana de forma mais ampla e não apenas voltado aos seus desejos imediatos e individualistas, mas de forma a agir para a melhoria da condição de vida de todos. Essa condição refletir ia-se através de sua liberdade, ou seja, quanto mais liberdade, maior o potencial e a condição para produzir mudanças e influenciar processos nas várias esferas da vida social (SEN, 2000). Há de se conceber que a ideia de liberdade proposta por Sen (2000) vai ao encontro com o pensamento de Barroco (2001), ao definir a liberdade como sendo, tanto a capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, quanto a capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, a fim de que novas escolhas sejam criadas. Tal reflexão será aprofundada, futuramente, em seu respectivo capítulo, denominado *Desenvolvimento como Liberdade*.

A pesquisa intitulada *Espiritualidade e morte: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas* (TOZZI, 2021), sendo a responsável por instigar a reflexão e releitura do presente artigo, revela que, majoritariamente, a espiritualidade, da forma com que foi trazida pelas concepções de cada participante entrevistado, influencia, de forma positiva em sua vivência na sociedade, de forma geral, por mais que tenha sido, por diversas vezes confundida e/ou relacionada com a religiosidade, prática totalmente diferente, ainda que haja pontos que possam ligar ambas.

O Bem Viver, assim como a espiritualidade, tem diversas definições, contudo, todas também acabam convergindo a um mesmo ponto, sendo a busca da excelência humana e, consequentemente, desenvolvimento da sociedade, de forma integral. O conceito, assim como as definições e propostas de Bem Viver, serão mais bem apresentados, no decorrer da pesquisa, no capítulo *Possibilidades e alternativas em busca da excelência*.

Posto isto, o presente artigo objetiva realizar uma releitura da monografia intitulada *Espiritualidade e morte: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas* (TOZZI, 2021), da própria discente, à luz da teoria de Amartya Sen – *Desenvolvimento como Liberdade* – para o Bem Viver, com o intuito de descobrir se há relação entre espiritualidade e desenvolvimento, investigando como a espiritualidade pode influenciar no desenvolvimento humano e social, contribuindo para relações sociais mais saudáveis e, consequentemente, no desenvolvimento da sociedade em geral. Com esse intuito, de forma consequente, torna-se importante investigar quais os valores ligados a espiritualidade que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade, além de refletir sobre práticas sociais atuais e as de potencial transformação do ponto de vista de valores éticos/espirituais e baseadas na proposta de Bem Viver.

2 JUSTIFICATIVA

O sistema econômico capitalista em que nossa sociedade ainda se encontra é baseado, através do funcionamento tanto da economia quanto da sociedade, na ideia de que o melhor nível social possível se chega deixando em liberdade (valor fundamental) cada indivíduo na busca da realização pessoal, isto é, de forma individualista (e até mesmo egoísta) em um ambiente de intensa competição (mercado), que para eu ser bom o outro tem que ser pior e para eu ser melhor eu tenho que ter mais, possuir mais, em termos econômicos. Em decorrência disso, a concepção que a maioria em vista do panorama atual da população tem acerca de desenvolvimento é que o mesmo encontra-se diretamente relacionado a questões econômicas, isto é, que quanto mais se *tem*, mais é desenvolvido, deixando de lado e até mesmo esquecendo do *ser*. Entretanto, que conceito de desenvolvimento é esse que, além de não atingir seu propósito, ainda gera, e cada vez mais, indivíduos adoentados e alienados (até mesmo de si próprios)?

Deste modo, em vista do atual cenário de tantos sofrimentos, mudanças sociais e sujeitos frustrados e infelizes, massificados e dominados pelo sistema vigente atual, tem-se a reflexão acerca da influência e do papel que os valores circundados pelo termo espiritualidade possui para que haja um real desenvolvimento, considerando que os mesmos seriam responsáveis por formar indivíduos reflexivos, detentores de autoconhecimento e possuidores de enorme respeito por tudo e todos que os cercam, transformando-os em agentes transformadores da sociedade que buscam e vislumbram uma alternativa ao desenvolvimento que não seja focado apenas no âmbito econômico, mas também e principalmente humano e social, decorrendo em uma sociedade mais saudável e com melhor qualidade de vida, princípio esse denominado *Bem Viver*.

Posto isto, o presente artigo objetiva realizar uma releitura da monografia intitulada *Espiritualidade e morte: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas* (TOZZI, 2021), da própria discente, à luz da teoria de Amartya Sen – *Desenvolvimento como Liberdade* – para o Bem Viver, com o intuito de descobrir se há relação entre espiritualidade e desenvolvimento, investigando como a espiritualidade pode influenciar no desenvolvimento humano e social, contribuindo para relações sociais mais saudáveis e, conseqüentemente, no desenvolvimento da sociedade em geral. Com esse intuito, de forma conseqüente, torna-se importante investigar quais os valores ligados a espiritualidade que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade, além de refletir sobre práticas sociais atuais e as de potencial transformação do ponto de vista de valores éticos/espirituais e baseadas na proposta de Bem Viver.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a relação entre espiritualidade (valores/sentimentos/attitudes específicos individuais que convergem para um ponto em comum) e a teoria de desenvolvimento como liberdade, de Amartya Sen, em busca do Bem Viver.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Investigar quais seriam os possíveis valores ligados a espiritualidade que contribuiriam para o desenvolvimento humano e social;
- Investigar a influência e o papel que esses valores teriam para a evolução da sociedade;
- Refletir sobre os conceitos de desenvolvimento e bem viver.

4 METODOLOGIA

Lakatos e Marconi, em Fundamentos de metodologia científica (2003), define método como sendo um conjunto das atividades sistemáticas e racionais, que permite alcançar o objetivo (conhecimentos válidos e verdadeiros) planejando o caminho a ser seguido, além de identificar erros e auxiliar as decisões do pesquisador.

Nesse sentido, o presente estudo trata-se de ensaio teórico sobre um tema de relevância não só científica e profissional, mas, inclusive, social. Meneghetti (2011) expõe que o ensaio teórico trata-se de um recurso que possibilita promover a construção de novos saberes através da capacidade criativa, crítica e reflexiva do pesquisador frente determinada demanda.

A pesquisa ainda não foi finalizada, contudo possui o intuito de interpretar, refletir, debater e aprofundar, em especial, nas teorias de Desenvolvimento como Liberdade e Bem Viver, utilizando-se

de autores como Amartya Sen, Alberto Acosta, Boaventura de Souza Santos, Deleuze, Guatari e Foucault.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se ainda em andamento, havendo, com isso, considerações apenas parciais sobre o que foi possível observar, refletir e concluir até o momento. Uma delas é acerca do desenvolvimento que, desde o começo do século 21 são reforçadas diversas e diferentes contestações ao desenvolvimento, bem como ao progresso, decorrentes de outras realidades, leituras e reflexões. Contudo, esses conceitos – convencionais em nossa sociedade e realidade – não brindam respostas aos problemas da sociedade, não estão atingindo seus objetivos e nem mesmo satisfazendo a maioria dos indivíduos que compõem a sociedade. Sendo assim, a frustração torna-se geral, pois, caminhando nessa lógica, há de se concluir que o sujeito, ao realizar tarefas que lhe dão prazer, e, ainda mais, que faz sentido para ele, realizará de boa vontade, tendendo a fazer melhor, isto é, fará algo com mais qualidade. A consequência disso serão resultados mais positivos, em todos os âmbitos (econômico, pessoal e social). Naturalmente, a sociedade evoluiria, progrediria, tornando-se mais desenvolvida e, principalmente, mais saudável.

Se estamos caminhando rumo ao progresso, ao desenvolvimento, a maturidade, pode-se assim dizer, é de se pensar que e considerar que sabedoria e respeito venham juntos. Sendo assim, por qual motivo ainda é tão predominante em nossa sociedade a concepção da competitividade em detrimento da cooperação, a valorização da produtividade e do ter ser maior que o valor das pessoas e o ser?

O sistema atual produz uma massificação do povo em que há a perda da diversidade e do autoconhecimento, tirando sua liberdade, e, conseqüentemente, bem viver, a fim de se submeter a uma cultura e forma de viver imposta, ou seja, que pode não atender ao que o sujeito deseja e necessita, gerando tamanho adoecimento possível de ser observado. Dentro dessa realidade, onde entraria a ideia de ser essa a forma de se desenvolver uma sociedade, qual seria aí a definição de desenvolvimento?

O Bem Viver surge, então, como uma oportunidade alternativa de desenvolvimento, a fim de construir, coletivamente, novas formas de vida.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DEZORZI, Luciana Winterkorn; CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira. A espiritualidade no cuidado de si para profissionais de enfermagem em terapia intensiva. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 212-217, apr. 2008. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2022

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 29 mai. 2022.

LONGUINIÈRE, Agnes Claudine Fontes De La et al. Saúde, espiritualidade e o deus de espinosa. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, v. 9, 2019. Disponível em: Acesso em: 01 out. 2022.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/?lang=pt#>>. Acesso em: 02 out. 2022.

OLIVEIRA, Adriana Aparecida Almeida de; RESSTEL, Cizina Célia Fernandes Pereira; JUSTO, José Sterza. Desamparo Psíquico Na Contemporaneidade. *Rev. Psicol. UNESP, Assis*, v. 13, n. 1, p. 21-

32, jan. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2022.

OLIVEIRA, Márcia Regina de; JUNGES, José Roque. Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. Estudos de Psicologia, Natal, v. 17, n. 3, p. 469-476, set-dez 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300016>. Acesso em: 29 mai. 2022.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. OPAS/OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população. 2016. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governos-no-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mental-da-populacao&Itemid=839#:~:text=A%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial,de%20transtornos%20mentais%20ou%20defici%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 29 mai. 2022.

PORSSE, Melody de Campos et al. A abordagem das capacitações: um modelo alternativo para as ações públicas. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 159- 181, jan./abr. 2008. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5520/552056855006.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2022.

SEN, Amartya. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHINN, Terry. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. Sci. stud., São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2022.

TOZZI, Gabriela Malheiro. *Espiritualidade e morte*: uma investigação acerca da concepção e da vivência entre pessoas idosas. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário Municipal de Franca, Franca, p. 121, 2021.

***A EVOLUÇÃO DO CONCUBINATO NO CONTEXTO HISTÓRICO-LEGISLATIVO DO DIREITO
PRIVADO BRASILEIRO***

***THE EVOLUTION OF CONCUBINAGE IN THE HISTORICAL-LEGISLATIVE CONTEXT OF
BRAZILIAN PRIVATE LAW***

Área temática: 10 - Redução das Desigualdades.

CANELA, Kelly Cristina

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Doutora em Direito pela USP, mestra pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata
kelly.canela@unesp.br

MOTTA, Maiara

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Doutoranda, mestra e bacharel em Direito pela UNESP. O presente trabalho foi realizado com apoio
da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de
Financiamento 001
maiara.motta@unesp.br

CARMO, Andressa Oliveira do

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduanda em Direito
andressa.carmo@unesp.br

FRATTARI, Marina Bonissato

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestranda em Direito pela UNESP. Pós-graduada em Direito Processual Civil Empresarial pela
Faculdade de Direito de Franca e em Direito Educacional pela UniBF. Graduada em Direito pela
UEMG. Bolsista CAPES.
marina.b.frattari@unesp.br

RUSSO, Juliana de Sousa Gouvêa

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestranda em Direito pela UNESP. Pós-graduada em Direito Empresarial pela PUC-SP. Graduada
em Direito pela Faculdade Municipal de Direito de Franca. Advogada.
juliana.russo@unesp.br

Resumo

O presente artigo tem por objetivo estudar o tratamento jurídico destinado ao concubinato no Direito Privado brasileiro, tema extremamente relevante em discussões atuais no Direito das Famílias e das Sucessões e com repercussões em outras áreas, como o Direito Previdenciário. Como objeto de estudo, inicia-se com as origens do instituto no Direito Romano e analisam-se as regulamentações aplicadas no Brasil com as Ordenações do Reino, o Código Civil de 1916 e o Código Civil de 2002. Reconhecendo que o concubinato pode decorrer de pessoas impedidas ou não de se casarem, os diferentes ordenamentos previam consequências específicas para cada caso. Utilizando metodologias de vertente histórico-jurídica e jurídico-sociológica, realiza-se investigação dedutiva com técnica qualitativa bibliográfica. Conclui-se que, apesar da vedação legal, o concubinato ocorria em muitas situações concretas, o que refletiu nas modificações legislativas analisadas. Por isso, nos casos em que os envolvidos não estavam impedidos de se casarem, a situação foi regulamentada por meio da união estável. Já a relação entre pessoas com impedimento matrimonial ainda é objeto de debate, assim como muitas das consequências desse relacionamento.

Palavras-chave: direito privado, direito das famílias, concubinato.

Abstract

This article aims to study the legal treatment towards concubinage in Brazilian Private Law, an extremely relevant topic in current discussions in Family and Succession Law, and with repercussions in other areas, such as Social Security Law. Regarding the object of study, it begins with the origins of the institute in Roman Law, and analyzes the regulations applied in Brazil with the Ordinances of the Kingdom, the 1916 Civil Code, and the 2002 Civil Code. Acknowledging that concubinage can arise from people prevented or not from getting married, the different legal systems established specific consequences for each case. Using historical-legal and juridical-sociological methodologies, deductive research is carried out with qualitative bibliographic technique. It is concluded that, despite the legal prohibition, concubinage occurred in many concrete situations, which has been reflected in the legislative changes analyzed. Therefore, in the cases where those involved were not prevented from getting married, the situation was regulated through stable union. On the other hand, the relationship of people with marital impediment is still subject of debate, as well as many of the consequences of this relationship.

Keywords: private law, family law, concubinage.

1 INTRODUÇÃO

A poligamia, elemento que caracteriza as relações concubinárias, é conduta presente nos códigos legais desde a Roma Antiga, obtendo relativa aceitação social em determinados momentos históricos.

Contudo, a invisibilidade jurídica a que o concubinato adulterino foi submetido, especialmente por questões morais da sociedade, contribuiu para que houvesse uma conduta inapropriada por parte do legislador em relação a reconhecer esse fato social. A exemplo, tem-se o tratamento de questões patrimoniais circundantes ao concubinato como sociedade de fato, emprestando do direito societário e do direito das obrigações alguma tentativa de solução. Neste sentido, pretende-se com o presente estudo o tratamento jurídico destinado ao concubinato no Direito Privado brasileiro.

Para isso, reconhecendo que o concubinato pode decorrer de pessoas impedidas ou não de se casarem, os diferentes ordenamentos previam consequências específicas para cada caso. Assim, pretende-se realizar no primeiro tópico um breve comparativo do concubinato com o casamento na realidade da Roma Antiga, demonstrando quando foi renegado ou permitido. Isso, pois torna-se pertinente correlacionar o contexto do concubinato em períodos tão antigos já que resplandece nas mudanças das uniões afetivas modernas.

Em um segundo momento, será trazido *a lume* as primeiras regras aplicadas no Brasil, que eram as mesmas aplicadas em Portugal, sobre o tratamento jurídico-legal dado ao instituto em discussão. Desse modo, será exposto o que era tratado nas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.

Passo seguinte, chega-se ao disposto pelo Código Civil de 1916, que rompeu com a vigência das Ordenações Filipinas no que dizia respeito à matéria cível. No mais, ainda serão trazidas à discussão leis esparsas que dependiam sobre a configuração familiar e direitos e deveres que passaram a ser atribuídos aos concubinos no século XX.

Por fim, tem-se ao Código Civil de 2002, o qual ainda manteve resquícios da codificação anterior, evitado de discriminação quanto ao tema “concubinato”, caminhando em descompasso com preceitos do direito civil constitucional. Fato, como será evidenciado, é que a lei civil vigente manteve um enorme paradoxo ao proibir o concubinato, pois incentivou que ele exista ao passo de que não demonstra haver consequências patrimoniais ao cônjuge/companheiro adulterino, deixando ao concubino um direito pautado nas Obrigações e no direito Empresarial, não nas bases do direito das Famílias.

Para alcançar o desiderato proposto, então, partir-se-á de uma metodologia dedutiva, com natureza qualitativa e técnica de análise bibliográfica e documental ao passo em que se baseia no contexto histórico-jurídico e jurídico-sociológico do instituto concubinário, com foco nos estudos de José Carlos Moreira Alves, Álvaro Villaça Azevedo, Edgar de Moura Bittencourt, Inácio Carvalho Neto, Márcia dos Santos Coutinho, Maria Berenice Dias, Ibrahim Fleury, Rodrigo da Cunha Pereira, entre outros, além da análise legislativa privada sobre o tema no curso da história.

2 DIREITO ROMANO

A princípio, é importante destacar que, tratando-se de Direito Romano, é contundente identificar as diferenças notórias na época, em comparação à atualidade. No que preza-se além do concubinato, mas o entendimento profundo da consideração do matrimônio, este envolvido por estereótipos e arquétipos, os quais configuram os principais aspectos que envolviam as relações afetivas.

Sendo necessário, conquanto, abordar autores que aceitaram a distintiva ideia de casamento na Roma Antiga, atendendo a possíveis interrelações com o hodierno. No mais, traz-se a evolução da ideia de concubina, e positivando que em diferentes momentos, foram proibidos ou libertos certos regimentos. Diante disso, analise-se de forma acentuada, relevam-se as interpretações do livro: “Instituições de Direito Romano”, do autor, José Carlos Moreira Alves, permeado pela sua pesquisa envolvendo as compreensões quanto à concubina.

É inegável o acentuamento quanto à diferença entre cônjuges e concubinatos, entre a sociedade da Roma Antiga e a moderna, no que se destaca na posse do estado, ou seja, como dispõe Moreira Alves (2021, p. 666):

[...] presumiam-se cônjuges o homem e a mulher que vivessem na posse do estado de casados, como, aliás, ocorre ainda hoje, pois o estado de cônjuge, na sociedade atual, se exterioriza, principalmente, pela posse do estado de casado, e não pela celebração de atos solenes diante de um juiz competente ou da apresentação, a cada passo, de certidão de casamento.

Não somente, o casamento distinguia-se na perspectiva do concubinato, no que se refere a expressão do casal de viver sobre o mesmo habitat, tendo intenção de procriar e educar os filhos (ROCHA, 2015, p. 156). Visando o autor, a “ritualidade” do casamento, diferentemente de uma união concubina, a qual, o matrimônio, assim como é entendido hodiernamente, é um ato privado, solene e contratual, dentro do ponto de vista jurídico. Sendo este ainda, nas colocações do autor, uma celebração pública, com testemunhas, a troca do anel, como forma de símbolo visível e a redação de um documento, registrando a entrega do dote.

Sendo estas, por conseguinte, constituições, interpretam-se os ideais políticos, em que o casamento, é exteriorizado, principalmente, pela posse do estado, influenciando ainda nas tradições conjuntas entre o direito e a religião à época, sobretudo, na ideia de posse e com intenções pré-notórias.

No que se refere, o autor, José Carlos Moreira (2021, p. 667), é importante, entender as transições do que envolvia o concubinato, voltando ao tempo de Augusto, em que, dentro das leis matrimoniais (*Lex Iulia et Papia Poppaea de maritandis ordinibus* e *Lex Iulia de adulteriis*), seu contexto era levado em consideração pelo direito, mesmo que de maneira indireta, como menciona o autor.

Concernente ainda que, a proibição do casamento era considerada em certas circunstâncias, como era no caso do matrimônio entre senadores, e com mulheres de específicas categorias sociais. Sendo assim, é possível diferenciar o que era, na época, considerado casamento legítimo ou concubinato. A partir da ideia de que, quando um homem e uma mulher ingênua e de categoria elevada viviam em comum, presumiam-se casados, posto que, caso ao contrário, estariam cometendo um crime. Diferentemente, nos casos envolvendo os senadores ou mulheres de certas categorias sociais inferiores, em exemplo, as atrizes, em que, não podiam casar-se legitimamente, mas viverem em comum de forma lícita, configurando o concubinato (ALVES, 2021, p. 667).

Parte-se ainda na visão de Moreira Alves (2021, p. 667), sob o aspecto de outra época no direito romano, sendo este, no período pós clássico, em que os imperadores cristãos transformaram o concubinato em instituto jurídico, tornando-se fácil, inferiorizar a condição da concubina e de seus filhos. Vigorando-se durante os impérios, diversas mudanças, como foi no caso de Constantino, que proibiu a realização de doação à concubina e aos filhos naturais, notando-se a discriminação, juntamente, aos filhos nascidos fora do matrimônio legítimo. Ainda assim, posteriormente, Teodósio II e Valentiniano III, permitiriam procederem com pequenas doações.

Há no que destacar, dentro do direito de Justiniano, em que, durante seu império, as relações extraconjugais com mulher ingênua e de categoria social elevada, deixou de ser considerado crime. Entretanto, exigia-se certos requisitos para a consideração do concubinato, sendo estes:

- a) que os concubinos tenham atingido idade conjugal;
- b) que, com relação a eles, não existam os impedimentos matrimoniais relativos ao parentesco e à afinidade; e
- c) que o concubinato seja rigorosamente monogâmico (daí quem tem esposa não pode ter concubina, nem o concubino pode ter mais do que uma só concubina) (ALVES, 2021, p. 667).

É eloquente o destaque quanto às discrepâncias em que cabia-se às concubinas, em decorrência de que, mesmo a convivência entre o homem e a mulher dentro dos requisitos do concubinato, não fosse considerado crime, ainda desposar a mulher dos preconceitos da época. Já que, não sendo esta uma esposa legítima, não era permitido o desfrute da condição social de seu companheiro, faltando a relação *honor matrimonii* (FLEURY, 2014, p. 11).

Não obstante, menciona o autor que, devido a vinda dos imperadores cristãos como já citado, foi uma época de estímulo ao casamento, incentivando a conversão do concubinato em casamento, não sendo apenas uma convivência mútua de vidas, mas que fosse um matrimônio legítimo.

Podendo ainda observar, as exigências da *Lex Julia et Papia*, em que, conforme acentua Ibrahim Fleury (2014, p. 11), a respeito das previsões do Digesto (D., Liv. 25, Tít. 7, fr. 3, § 1): D. 25, 7, 3, 1.

[...] distinguíam-se casamento e concubinato apenas pela presunção, forçada pela condição social, por ser estado de fato, constituído sem solenidade ou ato simbólico. Ao concubinato foram atribuídos efeitos civis. Ademais, homem e mulher que convivessem sob o mesmo teto, de forma duradoura, embora com impedimento para se casarem, constituíam união “louvável”, especialmente se houvesse diferença social, como as de liberta e patrono [...].

Logo, pensava-se o concubinato como forma de união legal, gerando, além disso, direitos de ordem sucessória. A qual, mediante o Digesto, nota-se que a condição social da mulher era proeminente, levando em consideração à época, ainda assim, a ausência da solenidade do casamento.

Sem embargo, complementa Fleury (2014, p. 12), que no período de Justiniano, revogam-se as leis relacionadas ao concubinato. Havendo portanto, outros requisitos para haver a relação concubina, notando-se: “a) ser a concubina desimpedida, livre, para casar-se; b) ser única; c) ser mantida em coabitação por toda a vida, com fidelidade” (FLEURY, 2014, p. 12).

Ademais, evidencia Fleury (2014, p. 12) que pode-se resumir o concubinato como uma união com aspectos honestos, sendo aparente a um casamento, mas apenas reconhecido como instituto jurídico com o Digesto.

De maneira concisa, é relevante indagar os principais pontos apresentados, no que diz respeito, à condição da concubina na Roma Antiga. Sendo esta, pertencente à sociedade patriarcal, movida pelos interesses que regiam o casamento e seus frutos, além da conservação do matrimônio legítimo, levando em ultraje, os filhos que eram até então reconhecidos. José Carlos Moreira Alves (2021) traz em seus dizeres importantes acontecimentos em diferentes épocas, acentuando algumas regras que foram mudando conforme quem estava no poder. Demonstrando, por conseguinte, os requisitos que se encaixavam no concubinato, identificando que uma mulher de elevada condição social dentro de uma relação extraconjugal com um homem, estaria cometendo um crime.

Assim como enfatiza Dárcio Roberto Martins Rodrigues (1998, p. 96): “o concubinato era igualmente uma união estável, mas sem a *affectio maritalis* e sem o *honor matrimonii*. Era muito frequente sobretudo entre as pessoas que não se podiam casar em razão de algum impedimento legal que existisse para o seu matrimônio”.

De certo modo, torna-se pertinente, correlacionar o contexto do concubinato em períodos tão antigos, a qual, resplandece nas mudanças das uniões afetivas, presentes na modernidade. Assim como identificado na passagem, comparando o instituto com a união estável, sendo um direito do cidadão, mas diferentemente, não presumido pela condição social da mulher.

3 ORDENAÇÕES DO REINO

As primeiras regras aplicadas no país eram as mesmas aplicadas em Portugal. Desse modo, o princípio do ordenamento jurídico brasileiro consistia na aplicação das Ordenações Afonsinas,

Manuelinas e Filipinas, as quais vigoram, respectivamente, até 1514, 1603 e 1917, esta última considerando a entrada em vigor do Código Civil de 1916.

Logo, com base no período histórico, percebe-se a maior importância das Ordenações Filipinas, não apenas por serem aplicadas por mais tempo, mas também por corresponder ao período de efetiva povoação do país. Todas adotam estrutura semelhante, divididas em títulos em cinco livros, faltando a sistematização de um código, porém, dispondo sobre as mais diversas áreas: processual, criminal, administrativa, cível, etc. O conteúdo, embora atualizado a cada novo governante que lhe nomeava, em muitos casos não continha alterações substanciais. Por isso, os três regramentos serão estudados em conjunto, tendo como referencial o disposto nas Ordenações Afonsinas e, nas outras, comparadas as diferenças.

O concubinato era denominado *barregania* (ou *barreguice*, nas Ordenações Manuelinas) e as partes envolvidas eram a *barregã* e *barregueiro* (MAIA, 2007, *online*) ou *barregão* (COUTINHO, 2021). Quanto às espécies,

Existiram três tipos de *barregania*: o concubinato com homem solteiro; pecado cometido com homem casado; ou transgressão clerical. Embora na cronologia estudada a *barregania* e o termo *barregã* possuam um sentido pejorativo, nem sempre foi assim. A sua associação ao concubinato é que fomentou um teor depreciativo (COUTINHO, 2021, p. 125).

O caráter poderia ser ilícito, aqui compreendido o concubinato impuro, embora fosse reconhecida também uma espécie lícita (apesar de também criticada), com natureza familiar. Sobre a ilicitude, embora sejam poucos os momentos em que se explicita o crime de *barregania*, “Nas [Ordenações] Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, o célebre Livro V é dedicado ao direito penal” (PIERONI, [s.d.], *online*), correspondendo ao livro que mais regulamentava a *barregania* ou concubinato.

Nas três Ordenações, o instituto era analisado em quatro situações, a depender se envolvia homens religiosos, casados, solteiros ou que frequentavam a Corte. De início, já é perceptível a suposição de que era o homem, muitas vezes, quem tinha mais de um relacionamento. Por isso, seu estado era o principal levado em consideração para definir as consequências. Em contrapartida, como se verá, as sanções mais rígidas eram impostas às mulheres (as *barregãs*), sem muitas vezes diferenciar seu estado civil.

As Ordenações Afonsinas, no T. XXII do L. II e no T. XIX do L. V, mencionavam que muitos religiosos mantinham relações públicas com mulheres que, muitas vezes, eram melhores vestidas e cuidadas do que as casadas, o que acabava por afastá-las de procurar maridos. Por conta dessa relação, muitos fiéis (denominados *leigos*) não respeitavam os religiosos por serem “*barregueiros publicos*” (L. II, T. XXII). Como consequência, eles poderiam ser excomungados, suspensos ou submetidos a outras penas que fossem julgadas cabíveis.

Reconheceu-se, todavia, que a *barregania* não cessaria se as mulheres não estivessem também sujeitas a penas. Assim, na primeira vez em que elas fossem flagradas, seriam presas, pagariam multa e seriam degredadas por um ano do local. Em caso de reincidência, seria aplicada nova multa, no mesmo valor, e outra expulsão, mas agora do Bispado ou Arcebispado. Cumpridas as penas e sendo flagrada novamente, a punição seria física (açoite público), além da expulsão “até nossa mercê” (L. II, T. XXII). Haveria escusa da pena física caso as mulheres se casassem ou se tornassem freiras.

Nas Ordenações Manuelinas, a disposição era semelhante no L. V, T. XXVI, atualizando o valor da multa e dispondo especificamente o degredo a São Tomé no quarto flagrante. Entretanto, havendo prova de uma relação mais duradoura, desde o primeiro flagrante já havia a pena de açoite e o degredo do Bispado, até que tivesse perdão, além da pena pecuniária. Por outro lado, sendo a mulher escrava e sendo comprovada a relação duradoura e notória, ainda mais havendo filhos batizados e criados, não seria recebida a querela de *barregania*. Nesta parte a lei é clara que se tratava de um crime, embora fosse possível reconhecer essa exceção de excludente. As Ordenações Filipinas traziam regulamentações no mesmo sentido, ressaltando-se que após a quarta vez em que fosse flagrada, o degredo seria permanente tendo o Brasil como destino (L. V, T. XXX).

Com relação aos homens casados, os quais “depenavam suas fazendas, danificavam e gastavam e perdiam seus bens com *barregãs*, [...] e desamparavam suas mulheres” (L. V, T. XX), caso eles tentassem dar ou vender bens móveis ou imóveis à *barregã*, sua esposa teria o direito a

tais bens, podendo, inclusive, reclamá-los em juízo sem procuração do marido e administrá-los livremente, "como se casada não fosse" (Afonsinas: L. IV, T. XIII; Manuelinas: L. IV, T. VIII).

Nas Ordenações Manuelinas, acrescentou-se uma disposição sobre o prazo para propositura da demanda: a qualquer tempo, enquanto durasse a sociedade conjugal, ou até quatro anos após a separação do marido (o que, à época, apenas era possível com a morte), estendendo a legitimidade aos filhos ao prazo de quatro anos após a morte da mãe, se esta falecesse antes do homem (L. IV, T. VIII), visto que não era possível a separação ou o divórcio por outro meio. Além disso, o T. XXVIII do L. V acrescentou a impossibilidade de o homem litigar contra a barregã (fosse ele casado, solteiro ou religioso), mesmo se ela fugisse após roubar ou furtar bens dele. Ela somente poderia ser demandada pela esposa de seu barregão. No mesmo sentido dispunha o T. XXIX do L. V das Ordenações Filipinas, inclusive quanto ao prazo de quatro anos e os termos iniciais (L. IV, T. LXVI).

A multa imposta ao homem casado dependia do valor do seu patrimônio ou de sua profissão, bem como a quantidade de vezes que fosse flagrado em barregania, e a barregã deveria pagar quantia correspondente à metade da multa do homem (L. V, T. XX). Havia, ainda, sanções específicas às mulheres, afinal, o próprio regramento previa que a multa poderia ser paga pelos barregãos, e, conseqüentemente, pressupunha que isso não as desestimularia a continuar o concubinato. Por isso, havia também a pena de degredo por um ano - na primeira vez, da cidade ou vila; na segunda, do Bispado; na terceira, degredo para "além-mar", além de açoites públicos.

Nas Ordenações Manuelinas, as penas foram agravadas: após a primeira incidência, expulsão por três anos para outro lugar no Império português, multa apurada em porcentagem sobre os bens após retirar a parte pertencente à esposa; após a segunda, multa em dobro; após a terceira, multa em triplo. A cada vez, a soltura da prisão dependia de um Mandado especial e o valor pecuniário tinha um valor máximo, caso houvesse mais reincidências (L. V, T. XXV). Com relação às mulheres, eram as seguintes penas dependendo do tanto de vezes que fossem acusadas: na primeira, açoite público, degredo da vila ou cidade e o dever de pregar por um ano, além de metade do valor pago pelo homem; na segunda, pena criminal, pagando o dobro da multa anterior; na terceira vez, pagamento em triplo, açoite e degredo. Havia, ainda, a preocupação de que o homem e a mulher não fossem degredados para o mesmo lugar. Antes de serem presas, as mulheres poderiam evitar as sanções caso se devotassem à religião ou se casassem.

Nas Ordenações Filipinas, a quantia da multa imposta aos concubinos não foi alterada. Aumentou-se o tempo do primeiro degredo para o homem para três anos, estabelecendo o destino na África. Quanto à mulher, o destino era Castro-Marim, pelo período de um ano. Manteve seu açoite na terceira vez, além da multa e do degredo (L. V, T. XXVIII). Mais uma vez, além de as penas serem cumpridas em lugares diferentes, o regramento foi explícito em proibir o degredo dos barregãos ao mesmo lugar, sob a pena de a barregã ser açoitada. Outro ponto em comum às mulheres nessa legislação era a possibilidade de não se cumprir a pena de prisão se, antes disso, a mulher se casasse ou se devotasse à religião.

Então, percebe-se que em muitas situações os concubinos poderiam ser presos. Apesar disso, era regulamentado o incentivo a denúncias de concubinato nas Ordenações Afonsinas, pois o denunciante teria direito a um terço do valor das multas (L. V, T. XX).

Ressalte-se, por fim, que o perdão do ato dependia das mulheres casadas:

A mulher que procedera de maneira incorreta deveria se arrepender do erro cometido e não impor empecilhos para que o homem retornasse para sua esposa legítima. A esta por sua vez cabia perdoar a injúria que recebera contra sua honra para que o perdão do rei fosse concedido. Nesse sentido, a barregã de homem casado estava obrigada a solicitar da esposa ultrajada um documento no qual constasse que a mulher lidima lhe perdoava e abria mão do processo formal contra os adúlteros.

[...]

Cabia também à esposa legítima perdoar o marido que a ofendera pecando contra a lei do casamento. Este perdão da parte ofendida devia ser feito formalmente a fim de que o adúltero pudesse recorrer ao perdão régio (NASCIMENTO, 2016, p. 194).

Reconheceu-se o costume de que as barregãs que convivessem com homens solteiros não seriam demandadas nem açoitadas caso furtassem ou roubassem de seu companheiro. A crítica feita era que se tratava de uma situação "muito sem razão, não ser punido o ladrão do mal e roubo, que fez, e aquele a quem é feito não poder cobrar o seu" (L. V, T. XXIV). Apesar de não serem impedidos legalmente para casar, como o matrimônio era o meio legítimo de constituir família, os filhos advindos

dessa união até poderiam ser reconhecidos, mas com menos privilégios do que os filhos legítimos (NASCIMENTO, 2016, p. 195). Os filhos poderiam, ainda, herdar bens, contudo, pedia-se ao Rei para que “seja vossa mercê revogar tal costume” (L. V, T. XXIV).

Apesar dessa consideração, é importante mencionar que nas Ordenações posteriores, não havia a condenação específica de pessoas solteiras em situação de barregania, reforçando, justamente, como havia um aspecto lícito nessa união (e que, posteriormente, foi reconhecido e regulamentado).

A quarta e última disposição acerca do concubinato nas Ordenações Afonsinas dizia respeito ao impedimento de as barregãs frequentarem a Corte. Todavia, no caso das esposas legítimas, não haveria nenhum embargo, podendo levá-las livremente. (L. V., T. VIII). Caso a norma fosse contrariada, a sanção seria não receber mais o sustento do Poder Público; caso o acusado não recebesse esse dinheiro, seria degredado. A expulsão era imposta às mulheres em qualquer dos casos.

Nas Ordenações Manuelinas, independentemente de serem solteiros, os homens deveriam pagar uma multa (o valor era maior para cavaleiros, intermediário para escudeiros, e menor para os demais), além do degredo de um ano da Corte. Para as mulheres, o valor era menor, porém também eram degredadas por um ano, tanto da Corte, quanto de Lisboa (L. V, T. XXIV). Após a querela, mas antes da prisão, o casamento ou a devoção religiosa poderia evitar essa pena (de modo semelhante às barregãs de homens casados). Contudo, após a prisão, esse benefício não era mais oferecido.

Em semelhança, as Ordenações Filipinas previam a mesma multa aos homens (agora referindo-se, respectivamente, aos cavaleiros, homens sem dinheiro ou com menor patrimônio), além da expulsão de um ano da Corte. Às mulheres, além da multa, a novidade legislativa é que não poderiam continuar a realizar seus ofícios na Corte, nem na cidade de Lisboa (L. V, T., XXVII) e aplicavam-se as mesmas ressalvas para não serem condenadas à prisão (casar-se ou devotar-se à religião antes de iniciar o cumprimento de sua pena privativa de liberdade).

É nítida, então, a distinção entre o tratamento concedido a homens e mulheres: enquanto aqueles pagavam uma multa maior, estas eram condenadas mais frequentemente a penas de expulsão, sendo que somente as mulheres eram açoitadas em público, o que demonstra a grande repressão a esse instituto e maior preconceito com as mulheres, mesmo que em muitas situações não se levasse em consideração se eram solteiras, sendo preponderante a situação do homem para a determinação das penas.

4 CÓDIGO CIVIL DE 1916

O Código Civil de 1916 passou a vigor em janeiro de 1917, dando fim à vigência das Ordenações Filipinas no que dizia respeito à matéria cível, e findou-se em janeiro de 2003. O projeto de Beviláqua iniciou-se no final do século XIX e representava a visão da sociedade da época: patriarcal e centrada nos interesses do homem.

O desquite foi previsto no Código de 1916, no art. 315, inciso III, como uma das formas de término da sociedade conjugal¹, que nada mais era do que o divórcio regido pelo Decreto n. 181 de 1890, mas sob outra nomenclatura.

Pelo desquite, extinguíam-se o regime de bens, os deveres de coabitação e de fidelidade recíproca, mas permanecia o vínculo matrimonial. Dado que o casamento era indissolúvel, as pessoas desquitadas não podiam se casar novamente perante o Estado, e, em se unindo em novas uniões, essas eram denominadas como concubinato impuro.

O concubinato puro era o nome dado à união de pessoas que, apesar de não possuírem impedimento legal, não se casavam por opção, enquanto que o concubinato impuro referia-se às relações entre pessoas que estavam legalmente impedidas de se casarem.

Segundo Rodrigo da Cunha Pereira:

¹Assim estabelecida a redação original: “Art. 315 - A sociedade conjugal termina:

I. Pela morte de um dos cônjuges.

II. Pela nulidade ou anulação do casamento.

III. Pelo desquite, amigável ou judicial.

Parágrafo único - O casamento válido só se dissolve pela morte de um dos cônjuges, não se lhe aplicando a presunção estabelecida neste Código, art. 10, segunda parte”.

A classificação do concubinato em puro e impuro caiu em desuso, pois carregava consigo um significante e uma pecha moralista. Assim, concubinato puro era aquele que tinha uma “certa pureza”, e ao contrário do impuro, não violava a lei nem os “bons costumes”. Portanto, (Concubinato Puro) era a relação amorosa entre pessoas desimpedidas que viviam como se casadas fossem, constituindo uma família (2015, p. 178-179).

A solução apresentada pelo Código ao problema do término da sociedade conjugal era insuficiente para libertar homens e mulheres do vínculo, mas restaurava a autonomia à mulher caso não houvesse filhos. Se tivessem filhos, as mulheres viveriam sob constante temor e supervisão moral de seus ex-maridos, ameaçadas de perderem a guarda de seus filhos e demais represálias.

Como seria de se esperar, as pessoas desquitadas, impossibilitadas de se casarem, foram constituindo novas famílias ao longo dos anos, construindo, no plano real das relações e na pulsação natural da vida, famílias à margem da proteção legal.

Esses novos arranjos familiares para a época encontravam com graves consequências de ordem prática, social e legal e necessitavam de remédios legislativos. Devido às restrições de direitos e liberdades impostas às mulheres, elas sofriam com maior intensidade pelo não reconhecimento de seus direitos pelo Estado, enquanto concubinas, e também pelos públicos julgamentos, enxergadas como mulheres que traziam para si e seus filhos a pecha de desonra.

Coube a Nelson Carneiro, então Deputado Federal, propor uma lei regulando os direitos das companheiras, a quem o Código denominava de concubinas, em 1947. A intenção da lei era estender a todas as mulheres em uniões informais o direito de usufruir dos mesmos benefícios sociais vigentes para as mulheres casadas legalmente (MARQUES; MELO, 2008, *online*). O projeto chegou a ser aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, mas recebeu forte oposição e não foi concluído.

Em 1958, Nelson Carneiro - já sem mandato - e Orlando Gomes reeditaram o livro “Do reconhecimento dos filhos adulterinos”, com comentários sobre decisões judiciais que reconheceram o direito de companheiras a montepios e pensões devidas aos companheiros falecidos, e outras que classificavam filhos de pessoas desquitadas como adulterinos, conforme era previsto no Código Civil de 1916, em seu art. 183, VI².

O cenário da época era de exclusão de direitos aos concubinos, especialmente às mulheres e aos filhos. As pessoas que conviviam sem casamento formal, seja por opção ou por força das limitações legais impostas, denominadas concubinas, não poderiam ser herdeiras nem legatárias.³ Nascendo filhos da união, admitia-se o reconhecimento voluntário relativamente aos naturais; quanto aos adulterinos, admitia-se reconhecimento, mas não enquanto durasse a sociedade conjugal do genitor adúltero (Lei 883/49). Só o desquite ou morte autorizava a investigação de paternidade.

Como se vê, a punição legal e a exclusão social continuavam recaindo sobre os filhos e, normalmente sobre as mulheres, concubinas adulterinas, consideradas sem honra.

A evolução do concubinato caminhou sobre as mesmas pegadas das conquistas legais das mulheres, que na condição subalterna que ocupava, era sempre a concubina a quem a lei negava direitos e dignidade.

Segundo Maria Berenice Dias, o primeiro grande marco para romper a hegemonia masculina foi em 1962, quando da edição da Lei 6.121: o Estatuto da Mulher Casada, o qual devolveu a capacidade civil à mulher, que passou à condição de colaboradora na administração da sociedade conjugal (DIAS, 2008, *online*).

O processo de aprovação do projeto que deu origem ao Estatuto da Mulher Casada foi precedido de muita rejeição e de discursos acalorados, sobre como a perda da autoridade masculina no lar levaria à anarquia social (MARQUES; MELO, 2008, *online*).

Outro grande marco, foi a Lei do Divórcio, de 1977, aprovada graças à alteração da Constituição, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 09/1977, cuja discussão também contou com grandes embates e discursos inflamados (BELTRÃO, 2017, *online*).

Com efeito, a impossibilidade de extinção do casamento era definida no §1º do art. 167 da Constituição Federal de 1967: “Art. 167. A família é constituída pelo casamento e terá direito à proteção dos Poderes Públicos. §1º - O casamento é indissolúvel. [...]”.

² Conforme o art. 183: “Não podem casar (arts. 207 e 209): [...] VI. As pessoas casadas (art. 203)”.

³ Segundo o art. 1.719: “Não podem também ser nomeados herdeiros, nem legatários: [...] III. A concubina do testador casado”.

A partir de então, foi eliminado o caráter indissolúvel do casamento e a perpetuidade do vínculo matrimonial mesmo após o desquite. O §1º do art. 175 da Constituição de 1967 passou a vigorar com uma nova redação, que afirmava que "o casamento somente poderá ser dissolvido, nos casos expressos em lei, desde que haja prévia separação judicial por mais de três anos".

Após a alteração da Constituição, em 26 de dezembro de 1977, foi promulgada a Lei 6.515, conhecida como Lei do Divórcio, que revogou os arts. 315 a 328 do Código Civil de 1916, e instituiu o divórcio no ordenamento jurídico brasileiro.

Pela referida lei, a separação judicial ocupou o lugar do conhecido desquite, abrindo porém a possibilidade de dissolução futura do vínculo conjugal. A dissolução do vínculo conjugal só acontecia nos casos de "anulação" e "nulidade" do casamento ou pela morte do cônjuge. A lei, na verdade, acrescentou uma quarta modalidade de dissolução do vínculo conjugal, o chamado "divórcio por conversão", o qual perdurou até a EC 66/10 (MOLD, 2016, *online*).

Os companheiros, que antes possuíam impedimento legal para se casar, agora estavam autorizados e, aqueles que, mesmo assim, optassem por não fazê-lo e continuassem em união sem casamento, foram alçados ao *status* de concubinato puro.

A Constituição Federal de 1988 alterou profundamente o destino do concubinato e o conceito de família foi ampliado e passou a ser proibida qualquer forma de discriminação. O texto constitucional reconheceu como entidade familiar não só a família constituída pelo casamento, mas a união estável entre o homem e a mulher e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226).

Apesar de estabelecida a isonomia formal, foi a legislação infraconstitucional que começou a dar efetiva concretude aos direitos reconhecidos abstratamente pela Constituição, especialmente as Leis n. 8.791/94 e n. 9.278/96, que vieram para regular o parágrafo 3º do art. 226 da CF/88.

Segundo expõe Arnaldo Wald (1995), a Lei nº 8.971, que introduz o concubinato no direito de família e no direito sucessório, teria sido uma resposta dada ao mundo jurídico pós Constituição de 1988 e que alterava profundamente a tradição das decisões dos tribunais, antes amparadas no direito das obrigações, baseada na teoria da sociedade de fato:

No direito anterior, inexistia tal direito aos alimentos, pois os concubinos ou companheiros não eram nem parentes, nem cônjuges, não havendo amparo legal para que pudessem exigir alimentos, um do outro, sem prejuízo dos eventuais direitos decorrentes da sociedade de fato, real ou presumida, da prestação de serviços ou de indenização eventualmente devida em virtude de ato ilícito. Era essa a jurisprudência dominante e a posição praticamente unânime da doutrina, embora existissem alguns julgados isolados dos Tribunais de Justiça do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul que, em virtude de circunstâncias peculiares, já anteriormente à nova lei, admitiram o direito da concubina aos alimentos. Cabe, aliás, salientar que, nos casos em que havia contrato entre os concubinos garantindo ou prevendo direito aos alimentos, a licitude da cláusula parecia discutível a tal ponto que, em vários Estados, as escrituras que a continham eram vedadas por determinação da Corregedoria, que proibia que as mesmas fossem lavradas.

Assim, seis anos após a Constituição determinar a isonomia entre as famílias, com a Lei n. 8.971 de 1994, ao companheiro ou a companheira foram assegurados direitos sucessórios e de alimentos aos conviventes que não tivessem qualquer impedimento matrimonial - homem ou mulher com estados civis solteiro, separado judicialmente, divorciado ou viúvo - que com ele ou ela vivia há cinco anos ou dele tivesse prole. A lei dirigia-se aos companheiros de uniões heteroafetivas apenas.

O companheiro (ou a companheira), sem impedimento matrimonial, ingressou na ordem sucessória, conforme houvesse ou não descendentes e ascendentes do falecido (ou falecida). A lei, portanto, não incluiu como sujeitos de direitos aqueles que viviam em concubinato impuro.

Como já era previsto no Código Civil de 1916, para o cônjuge, o companheiro (ou a companheira) receberia a totalidade da herança na ausência de descendentes e ascendentes, figurando assim em terceiro lugar na vocação hereditária. Mas, se existissem descendentes ou ascendentes, o companheiro (ou a companheira) herdaria exatamente como previsto no § 1º do art. 1611 do Código Civil de 1916, que possuía a seguinte redação:

O cônjuge viúvo, se o regime de bens do casamento não era o da comunhão universal, terá direito, enquanto durar a viuvez ao usufruto da quarta-parte dos bens do cônjuge falecido, se houver filhos deste ou do casal e à metade, se não houver filhos, embora sobrevivam ascendentes do "de cujus".

A nova lei, que recebeu duras críticas quanto sua adequação à técnica, bem como pelo fato de ter se silenciado sobre importantes aspectos relacionados às questões práticas daqueles que já viviam em união, representou importante passo dado pelo legislador brasileiro para assegurar direitos aos companheiros, então concubinos (puros).

A lei n. 9.278, de 10 de maio de 1996, regulamentou o parágrafo 3º do art. 226 da Constituição Federal, segundo o qual a união estável está sob proteção do Estado. Enquanto a Lei 8.971/94 impunha cinco anos de convivência ou ter os conviventes prole em comum, a lei 9.278 atribuiu direitos aos companheiros de convivência duradoura, pública e contínua, estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Em relação aos bens, a nova lei presume serem comuns os bens adquiridos durante a união, salvo se houver estipulação em contrário em contrato escrito e se a aquisição do bem ocorrer com recursos havidos antes do início da união. Nesse ponto a lei inovou, pois não existia disposição similar até então.

Segundo Silvio Rodrigues (1996, *online*), em artigo escrito para o Jornal “Folha de São Paulo”:

A lei nº 9.278 era reclamada de há muito e sua edição preencheu enorme lacuna, principalmente em virtude da regra que cria a presunção de serem comuns os bens adquiridos durante o convívio. Mas não obstante, duas leis a regulamentar um mesmo preceito constitucional, aliás cheias de imperfeições, conduz à idéia de que o legislador fica devendo a consolidação da matéria, em um único diploma, coerente e sistemático.

Como se vê, apesar dos direitos daqueles que conviviam em concubinato-união estável serem tratados e reconhecidos pela legislação e jurisprudência de forma lenta e extremamente conservadora, somente com a Constituição e a regulamentação do art. 226 (§3º) é que foram jogadas algumas luzes sobre a sombria e anacrônica realidade então existente, abrindo-se o debate na comunidade jurídica e na sociedade.

5 CÓDIGO CIVIL DE 2002

A princípio, ressalta-se que o Código Civil vigente, fruto de um anteprojeto legislativo (PL n. 634) de 1975, mantém características da configuração familiar do século XX, mantendo, após 27 anos de tramitação, uma disciplina já ultrapassada ao passo de sua aprovação.

Exemplo disso é o concubinato, um dos assuntos que fora deixado à margem dos delineamentos da, então, nova legislação civil. O Código civilista, em relação à codificação de 1916, inovou em vários sentidos, especialmente no que diz respeito à igualdade, seja ela entre filhos ou entre os cônjuges, envolvido por uma máxima constitucional de que “todos são iguais perante a lei”.

No que se refere à influência constitucional, tem-se que, em relação ao concubinato, a Constituição visou proteger aquele do tipo “puro”, e não o “impuro” (AZEVEDO, 2002, p. 186; BITTENCOURT, 1969, p. 148-149). No mesmo caminho seguiu a legislação infraconstitucional civil. Ou seja, “só está sob a proteção legal a relação estável cujos concubinos não tenham qualquer impedimento matrimonial” (CARVALHO NETO, 2015, p. 164).

Na mesma esteira, o art. 1.723 do CC/02, reconheceu a união estável como entidade familiar, à luz também da Constituição Federal de 1988, bem como das Leis n. 8.791/94 e 9.278/96. Assim, passou o companheiro (a) a gozar do direito à alimentos, partilha de bens adquiridos em comum e direitos sucessórios, por exemplo.

Também, foi com o Código Civil de 2002 que houve, como norteador da doutrina e da jurisprudência, a distinção entre união estável (antigo concubinato puro) e concubinato (antigo concubinato impuro). É o seu art. 1.727 que define as relações concubinárias, sendo aquelas “relações não eventuais entre homem e mulher, impedidos de casar [...]”. Maia (2007, *online*) defende que “a partir da conceituação de cada um dos institutos, percebe-se que o que separa a união estável do concubinato é a conversibilidade ou não da relação em casamento”. Vale ressaltar, entretanto, que a conversibilidade da relação concubinária em casamento resta impedida por força do art. 1.521. Sendo assim, todas as hipóteses previstas nesse artigo podem ser consideradas como relações concubinárias.

O primeiro diz respeito à união estável, ou seja, “no mesmo teto ou em teto diferente [...] que não são ligados entre si por matrimônio legal” (BITTENCOURT, 1969, p. 148), acontecendo entre pessoas que não estão comprometidas pelo pacto matrimonial, cujo intuito de constituir família é iminente. Já o segundo diz respeito “a toda e qualquer união sexual livre” (AZEVEDO, 2002, p. p. 186), ocorrendo entre pessoas que são impedidas de se casarem, por força do já citado art. 1.521.

Em relação à primeira espécie, esta foi recepcionada pela Carta Maior de 1988, compondo o rol exemplificativo do art. 226, §3º, enquanto a segunda ficou à margem de todas as legislações no que diz respeito à direitos, sendo, lado oposto, imputada várias restrições pela codificação civil, com efeitos restringidos, então, à seara obrigacional, seja em se tratando de separação, morte ou assunto obrigacionais.

A título de exemplo, há o art. 550 que traz que “a doação do cônjuge adúltero a sua cúmplice pode ser anulada pelo outro cônjuge, ou por seus herdeiros necessários, até dois anos depois de dissolvida a sociedade conjugal”. Também, o art. 1.642, inciso V, alude que

Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher podem livremente: reivindicar os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provados que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, e o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos.

Não obstante, o art. 1801, inciso III, ainda traz que “não podem ser nomeados nem herdeiros nem legatários: o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato há mais de cinco anos”.

Visto todo o exposto, tem-se que recorrer ao direito das obrigações para sanar assuntos que, vezes, são evitados de afeto e carecem do reconhecimento da dignidade dos sujeitos envolvidos soa como um crasso erro, na medida em que fere preceitos básicos da Constituição Federal, bem como do próprio Código Civil, os quais prezam pela promoção da igualdade, da liberdade da família e do afeto.

O que ocorre é que as relações concubinárias são, quando levadas ao judiciário, tratadas como sociedade de fato, podendo, no máximo, ter reconhecido os serviços prestados na constância da relação e haver indenização por eles (CARVALHO NETO, 2015, p. 161-162), fazendo aumentar ainda mais o estigma social que paira sobre esse casal⁴.

A marginalização do concubinato no ordenamento jurídico pátrio relaciona-se, sobretudo, ao princípio da monogamia, o qual veta, de qualquer forma, relacionamentos extraconjugais. Para Rodrigo da Cunha Pereira (2016, p. 127), “não é simplesmente uma norma moral ou moralizante. Sua existência nos ordenamentos jurídicos que o adotam tem a função de um princípio jurídico ordenador”.

O que se tem, em verdade, é um enorme paradoxo criado pelo legislador. Ao proibir o concubinato, incentiva-se que ele exista, pois não haverá consequências patrimoniais ao cônjuge/companheiro adúltero.

Ainda, ao visar proteger uma entidade familiar em detrimento de outra, com base no princípio da monogamia, o que poderá ocorrer é a falta de proteção e lesão à dignidade daqueles que estão sendo deixados de lado (o concubino).

Para sanar tal impasse, o judiciário precisaria olhar com mais cautela para os casos em concreto, ressaltando o afeto existente entre os concubinos, a dignidade de todos os envolvidos e a realidade vivenciada entre as famílias da lide, a fim de que não haja enriquecimento ilícito por nenhuma das partes, nem mesmo a subestimação de uma relação afetiva, que não deverá, jamais, ser tratada como mais-valia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À análise dos capítulos enunciados, é de interesse identificar a evolução do concubinato no contexto histórico de diferentes épocas e Estados. Tem-se, um arcabouço de mudanças que

⁴ Maia (2007, *online*) atribuiu ao assunto que “a indenização por serviços prestados se revela ainda mais perversa, pelo fato de que a pretensão indenizatória pressupõe a existência de dano; mais grave ainda, pressupõe que o que existiu não foi uma relação baseada no afeto, e sim uma relação de mais-valia, de troca de favores (sexuais, principalmente), evidenciando ainda mais o estigma que o concubinato adúltero carrega”.

influenciaram as tomadas de decisões em anos posteriores, sendo cada instituto interpretado mediante os privilégios de cada sociedade. Assim como, identificou-se à natureza da concubina no período romano, o relevo observado nos escritos de Moreira Alves (2021), no que condiz a diferença da mulher concubina, da mulher casada, em que esta última vivia e ainda prevalece, pela posse do estado de casados.

Constituindo, ademais, com intenções pré notórias, em que, diferentemente, entendia-se à luz da “ritualidade” do casamento, como elencado por Rocha (2015). A concubina, portanto, aquela que pertence a categorias sociais inferiores, não tendo os mesmos direitos que a mulher legítima, mas que de alguma forma, foram passíveis de mudanças. Como observado no período de Justiniano, tendo por considerações, ser única, desimpedida e mantida em coabitação por toda a vida, vigorando-se como uma união louvável, aparente ao matrimônio, mas subjugada por impedimentos.

Embora seja um instituto notadamente do Direito das Famílias, no período das Ordenações do Reino, o concubinato era tratado principalmente no livro IV, o qual tinha dentre seus objetos os crimes, e previa-se que poderia ocorrer em três situações: com homens religiosos, homens casados e homens solteiros. Estes últimos somente foram abordados nas Ordenações Afonsinas, pois, na verdade, tratavam-se de pessoas desimpedidas para contrair matrimônio, tanto que, futuramente, a situação foi reconhecida e regulamentada.

Nas duas primeiras situações, as penas poderiam variar (ou até mesmo cumular) entre multas, degredo, prisão ou açoites públicos - embora essa última pena fosse destinada exclusivamente às mulheres. Em todos os casos, o tipo de relacionamento era avaliado, primeiramente, pelo viés do homem (a não ser no caso dos solteiros, em que se consideram o estado civil de ambos), e seu status social era utilizado como parâmetro para o pagamento de sua multa e da mulher, em metade daquele valor. Por fim, dispunha-se sobre a vedação do concubinato na Corte.

No Brasil, por um longo período durante a vigência do Código Civil de 1916, com a impossibilidade do divórcio, as relações concubinárias, ainda que não oriundas de adultério, mas formadas por pessoas desquitadas, eram categorizadas como concubinato impuro, o que retirava dos conviventes a possibilidade de reconhecimento dos direitos. Foram anos em que preponderou a aplicação de decisões injustas, até se chegar à garantia de certo conforto jurídico e social à família formada pela união estável.

Para tanto, grandes esforços de parlamentares e juristas dedicados às causas relacionadas à situação da mulher casada, da possibilidade do divórcio e do reconhecimento da união estável foram despendidos. Os resultados de tais debates e conquistas materializaram-se nas leis nº 883/49 (reconhecimentos de filhos ilegítimos), nº 6.121/62 (Estatuto da Mulher Casada), nº 6.515/77 (Lei do Divórcio), Constituição Federal de 1988 e as regulamentações do art. 226, § 3º, com as Leis n. 8.791/94 e n. 9.278/96, os quais afetaram grandemente os direitos dos companheiros.

A união estável, por seu turno, foi regulamentada para sanar os impasses despendidos ao, até então, “concubinato puro”. Contudo, aquela do tipo “impuro” permaneceu na obscuridade jurídica pois visa-se, em verdade, proteger uma entidade familiar em detrimento de outra, com base no princípio da monogamia, gerando a falta de proteção e lesão à dignidade daqueles que estão sendo deixados de lado (o concubino).

Para sanar tal impasse, é indubitável que o judiciário olhe com sensibilidade para os casos em concreto, ressaltando o afeto existente entre os concubinos, a dignidade de todos os envolvidos e a realidade vivenciada entre as famílias da lide. Isso, pois por se tratar de uma questão relativa ao Direito de Família não deveria esta ser resolvida com base em regras obrigacionais ou empresariais, a fim de que não haja a subestimação de uma relação afetiva, que não deverá, jamais, ser tratada como mais-valia.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Estatuto da Família de Fato**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

BELTRÃO, Tatiana. O divórcio demorou a chegar no Brasil. **Senado notícias**, 04/12/2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/divorcio-demorou-a-chegar-no-brasil>. Acesso em: 30 set. 2022.

BITTENCOURT, Edgar de Moura. **O Concubinato no Direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jurídica e Universitária, 1969.

CARVALHO NETO, Inácio. **Direito Sucessório do Cônjuge e do Companheiro**. 2. ed. São Paulo: GEN, 2015.

COUTINHO, Márcia dos Santos. Barregã e Manceba: Dois Estatutos Diferentes? As Cartas de Perdão na Chancelaria de D. João II. **Omni Tempore** – Atas dos Encontros da Primavera 2020, p. 115-141. Porto: FLUP, 2021. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8969-96-5/omni6a4>. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18728.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

DIAS, Maria Berenice. A mulher no Código Civil. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 21 nov. 2008. Disponível em: <https://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-civil/2247-a-mulher-no-codigo-civil>. Acesso em: 26 set. 2022.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 3. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia científica na pesquisa jurídica**. 9. ed., rev. e reform. São Paulo: Atlas, 2017.

MADEIRO, Filho Ibrahim Fleury de Camargo. **Conversão da união estável em casamento**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MAIA, Fabiana Meira. CONCUBINATO ADULTERINO: Panorama histórico e disciplina jurídica a partir do Código Civil de 2002. **IBDFam**, 27 ago. 2007. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/321/CONCUBINATO+ADULTERINO:+Panorama+hist%C3%B3rico+e+disciplina+jur%C3%ADdica+a+partir+do+C%C3%B3digo+Civil+de+2002>. Acesso em: 12 set. 2022.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes e MELO, Hildete Pereira. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962: ou como são feitas as leis. **Revista de estudos feministas**, vol. 16, n. 2, ago. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mkBHYrM8HVHMBwHsYTDmzKz/?lang=pt>. Acesso em: 30 set. 2022.

MOLD, Cristian Fetter. Divórcio sim! Mas só uma vez. **Migalhas**, 09 ago. 2016. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/243562/divorcio--sim--mas-so-uma-vez>. Acesso em: 01 out. 2022.

NASCIMENTO, Denise da Silva Menezes do. Barregania e perdão no reinado de D. João II. **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20819>. Acesso em: 29 set. 2022. Acesso em: 20 set. 2022.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. São Paulo: Saraiva, 2015.

PIERONI, Geraldo. **A pena do degredo nas Ordenações do Reino**. [s.d.]. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/11658-11658-1-PB.htm>. Acesso em: 29 set. 2022.

PORTUGAL. **Ordenações do Senhor Rey Dom Affonso V**. Ordenações Afonsinas. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>. Acesso em: 28 set. 2022.

PORTUGAL. **Ordenações do Senhor Rey D. Manuel**. Ordenações Manuelinas. [S.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>. Acesso em: 29 set. 2022.

PORTUGAL. **Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas per mandado do Muito Alto Catholico & poderoso Rei Dom Philippe O Pri.** Ordenações Filipinas. Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: [s.n.], 1870. Disponível em:
<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em: 29 set. 2022.

ROCHA, José Manuel de Sacadura. **História do direito no Ocidente:** Oriente, Grécia, Roma e Ibéricos: antiguidade. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

RODRIGUES, Dário Roberto Martins. **Aspectos de interesse atual do matrimônio romano.** São Paulo, 1998.

RODRIGUES, Sílvio. Concubinato - Lei Nova. **Folha de S. Paulo**, 06 jul. 1996. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/7/06/cotidiano/13.html>. Acesso em: 01 out. 2022.

WALD, Arnoldo. A LEI Nº 8.971 e as suas repercussões no direito civil brasileiro. **Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro**, RJ, Jan/jun, 1995.

**A GASTRONOMIA E O OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 8:
PROFISSIONALIZAÇÃO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

*THE GASTRONOMY AND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOAL 8: PROFESSIONALIZATION
THROUGH NON-FORMAL EDUCATION*

VIANNA, Camila Viegas
UniFacef
Mestranda em Desenvolvimento Regional
camilaviegas@hotmail.com

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Uni-FACEF
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa Unesp – Araraquara-SP
sheilafacef@gmail.com

Resumo

A gastronomia através da comercialização de produtos e serviços, é agente de desenvolvimento regional e a formação de recursos humanos se torna imprescindível para a profissionalização e consequente progresso econômico e social. A educação formal em gastronomia é relativamente recente no Brasil, oferece poucos títulos e não está acessível a todos, seja pelo local oferecido, pelos pré-requisitos de formação ou ainda, por não atender a uma necessidade específica. Esta pesquisa bibliográfica propõe a profissionalização em gastronomia através da educação não formal propondo a formação de uma rede de aprendizagem conectada pelas redes sociais. A proposição está associada a meta de objetivo de desenvolvimento sustentável 8 que tem como premissa trabalho decente e crescimento econômico, apoiada pelos ideais de desenvolvimento social de Amartya Sen e Paulo Freire.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, Educação não formal, Formação em gastronomia.

Abstract

Gastronomy, through the commercialization of products and services, is an agent of regional development and the training of human resources becomes essential for professionalization and consequent economic and social progress. Formal education in gastronomy is relatively recent in Brazil, offers few titles and is not accessible to everyone, either because of the location offered, the training prerequisites or because it does not meet a specific need. This article proposes professionalization in gastronomy through non-formal education, proposing the formation of a learning network connected by social networks. The proposition is associated with the goal of sustainable development 8 which is premised on decent work and economic growth, supported by the social development ideals of Amartya Sen and Paulo Freire.

Keywords: Regional development, Non-formal education, Training in gastronomy.

Introdução

A gastronomia é relevante agente de desenvolvimento regional a partir das atividades geradas em torno dela, seja econômico, seja como valor cultural de uma comunidade. As atividades econômicas envolvem toda uma cadeia de produção, desde o plantio favorecendo pequenos agricultores locais, passando pelo comércio através dos mercados e feiras, chegando ao setor de serviços por meio dos restaurantes, padarias, vendedores ambulantes e tantos outros. A economia em torno da alimentação é circular, gerando milhares de empregos e valorizando as heranças culturais através das gerações.

Tendo em vista o contexto, empregos são gerados. Entretanto, há muitas pessoas trabalhando por salários baixos, sem nenhum tipo de capacitação, sem perspectiva de carreira,

acarretando, além de má qualidade de vida para os indivíduos riscos para o consumidor e prejuízo para o negócio que irá operar, às vezes, aquém da sua capacidade por falta de conhecimentos técnicos que fariam diferença econômica, social e ambientalmente. Os conhecimentos técnicos podem ser adquiridos através de escolas profissionalizantes que não estão acessíveis a todos por diversas razões, sendo a principal delas falta de oferta fora dos grandes centros, mas também podemos citar a dificuldade de acesso, seja por não ter os pré-requisitos escolares requeridos para a matrícula, seja por falta de recursos financeiros.

A proposta deste artigo é discorrer sobre a possibilidade de formação profissional em gastronomia, através da educação não formal, utilizando redes de aprendizagem formada por pessoas de interesse comum e regional através das redes sociais e softwares de ambientes virtuais de aprendizagem, associada à meta de objetivo sustentável de número 8, que tem como premissa trabalho decente e crescimento econômico.

O objetivo dessas redes de aprendizagem é trazer a necessidade educacional local e formar profissionais utilizando os talentos da própria comunidade. Utilizando os ensinamentos de Paulo freire que dizia que “Ninguém educa ninguém. Os homens se educam em comunhão”. (FREIRE, 1981, p.79). As redes se organizariam de forma democrática para discutir as necessidades de formação daquele local e assim traçaria a melhor estratégia de ensino, com parcerias de dentro e de fora. E o objetivo da profissionalização em gastronomia é trazer desenvolvimento social e econômico a luz dos pensamentos de desenvolvimento para liberdade de Amartya Sen e Paulo freire.

Sendo o aumento da liberdade humana o objetivo principal das políticas de desenvolvimento. A população não deve mais ser passiva em programas de desenvolvimento e traçar ativamente o destino de suas comunidades. Segundo Sen (1999), a liberdade humana fundamenta-se em oportunidades sociais com garantias de transparência, facilidades econômicas e políticas, segurança e proteção e segundo Freire a educação tem um papel político e pode ser ter tanto um papel de dominação, quanto ser um instrumento de libertação (FREIRE, 1981). A visão adotada neste trabalho é de desenvolvimento econômico sustentável, socialmente justo, ecologicamente apropriado, sem nenhum tipo de discriminação e incluyente.

Esta é uma pesquisa bibliográfica e qualitativa que pretende contribuir com o desenvolvimento social e as políticas públicas com novas formas de pensar a formação de recursos humanos e de pensar educação profissional de forma democrática liberal concebendo uma formação onde é estimulada a autonomia do aluno e sua capacidade de aprender a aprender ao longo da vida com seus recursos disponíveis e onde os conhecimentos adquiridos vão além do aumento e melhora da produtividade ou renda, mas também provocam nesse indivíduo pensamento crítico e participação ativa nas decisões pessoais e de sua comunidade.

Conceituação e breve histórico da educação não formal no Brasil

O termo “educação não formal” é polissêmico e, por isso, não há uma única concepção estanque (MARQUES; FREITAS, 2017). A não formalidade na educação está em vários níveis, da educação infantil e de jovens, do contra turno escolar aos grupos que se organizam em movimentos sociais, igrejas etc., envolvendo uma diversidade de atividades e temas que dificultam uma concepção universal. No presente estudo, faz-se necessária uma comparação das concepções “educação formal” e “educação informal”. De acordo com Smith (2001), o Ensino Formal se difere por ser hierárquico e cronologicamente graduado, incluindo as escolas, os estudos acadêmicos e as capacitações profissionais. Por outro lado, o Ensino Informal são os conhecimentos obtidos através da experiência de vida e influências do meio, como atitudes, valores e crenças. Assim, o ensino Não Formal é dedicado a aprendizes que possuem objetivos de aprendizagem em atividades organizadas fora do sistema formal de educação.

O Relatório global sobre aprendizagem e educação de adultos publicado pela UNESCO (2010), define educação não formal como:

“A educação não formal, apesar das impressões contrárias, não constitui um sistema distinto e separado de educação, paralelo ao sistema formal de educação. É qualquer atividade educacional organizada, sistemática, desenvolvida fora do âmbito do sistema formal, que visa a oferecer tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como crianças. Assim definida, a educação não formal inclui, por exemplo, extensão rural e programas de treinamento de agricultores, programas de alfabetização de adultos, ensino profissionalizante oferecido fora do sistema formal, clubes de jovens com finalidade substancialmente educacional, e vários programas

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

comunitários de capacitação em saúde, nutrição, planejamento familiar cooperativas etc.” (UNESCO, 2010 p. 8).

A origem do termo “não formal” se deu nos países latino-americanos e possuía, a princípio, uma identificação com a ação emancipadora, política transformadora da educação. Na perspectiva da sociedade da informação, que se caracteriza pela principalmente pelo uso de tecnologias para adquirir e produzir conhecimento além de manter relações sociais, o termo surge também com a identificação de educação ao longo da vida.

Arantes (2008) classifica a educação não formal como metódica, dividida por classes de conhecimento, necessita de horário, tempo e local específicos, currículo pré-estabelecido, mas não tem sistematização ou regulamentação. Prepara o indivíduo para a vida com novas concepções de mundo, consciência coletiva, autovalorização e qualificação profissional, num ensino intencional.

A seguir quadro que ilustra as principais diferenças entre os tipos de ensino em questão:

Quadro 1 – Identidade dos contextos formal, não formal e informal de educação

Contextos educacionais	Formal	Não Formal	Informal
Propósito	Geral com certificado	Específico com ou sem certificado	Específico
Organização	Cronológica, padronizada	Individualizada, prática	Sem organização
Tempo	Longo prazo, contínuo, sequencial	Curto prazo, não sequencial	Sem prazo
Estrutura	Baseada na instituição, currículo definido, avaliativa	Baseada no aprendiz, currículo flexível, não avaliativa	Baseada no aprendiz, flexível, não avaliativa
Controle	Externo, hierárquico	Interno, democrático	Interno, democrático
Intencionalidade	Centrada no educador	Centrada no aprendiz	Centrada no aprendiz

Fonte: Montanario et al (2008)

A educação não formal no Brasil sempre teve relação com assistência social e capacitação para o trabalho, sendo normalmente dirigida à classe de trabalhadores e seus filhos. Seu surgimento se deu na década de 1960, impulsionado pela necessidade da educação dos adultos e foi se desenvolvendo e se aprimorando até sua ampliação, a partir especialmente dos anos 1990, para crianças e jovens, comandadas por organizações não governamentais (AROEIRA, 2008; GOHN, 2009).

No início da década de 1960, o Brasil enfrentava uma desigualdade social, tendo entre sua classe economicamente ativa, mais de 50% de analfabetos. Nesse cenário, surge uma prática exitosa no Nordeste que prometia o que as elites nacionais declaravam impossível, alfabetização de adultos em tempo recorde, e o responsável por estas experiências foi Paulo Freire (CATINI, 2021; FREIRE, 1994).

O projeto cumpria seus objetivos e ia além, pois Freire (1994) pensava principalmente no papel da alfabetização na democratização da sociedade, pois o próprio voto popular era vetado a analfabetos. Freire (1994) observava a influência da participação efetiva da população na construção do futuro da comunidade através da democracia. Porém, quando esta prática estava em vias de se tornar uma política pública educacional, teve início a ditadura militar que reprimiu os movimentos populares, extinguiu este projeto e levou Paulo Freire para a prisão, com posterior exílio do país (CATINI, 2021).

Após a extinção do trabalho de alfabetização coordenado por Freire, o Brasil ficou cerca de dez anos sem nenhum programa que o substituísse até que em 1971 foi lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização, conhecido pelo nome de Mobral.

Amplamente divulgado pelo governo militar para angariar a participação da população. A convocação popular era dirigida a empresários, sindicatos, igrejas, e indivíduos que tivessem algum contato com analfabetos. A propaganda dizia “Ensine o primeiro analfabeto que encontrar: a empregada, o jardineiro, a irmã da costureira, a costureira, a manicure. Com o material de alfabetização do Mobral, você ensina qualquer pessoa a ler e escrever em 90 dias”. Uma divulgação emblemática se dirige diretamente a empresários e inverte o ato de educar que até então era coletivo à prática de individualização e o coloca a serviço da classe dominante.

Fica evidente o processo de formação pela parceria do poder público com o privado, voltado ao trabalho social, mas também transforma cada trabalhador em uma peça de um mecanismo rentável e um investimento social com objetivo de investimento econômico.

Para Palhares (2007), o termo educação não formal tem sua origem de fora para dentro, de fora do sistema educacional formal e de fora do território nacional. Tem como objetivo investigar as práticas dos setores populares para aprender como gerar resultados com recursos escassos e aproveitar este conhecimento no uso do desenvolvimento de um plano educacional para o desenvolvimento das periferias.

Após o “mobral”, surgiram grupos que desenvolviam educação popular e outras experiências comunitárias que juridicamente se enquadravam como entidades privadas de caráter social. Segundo Haddad (2014), a formação das ONGs se inicia nos anos 1970, muitas ligadas às igrejas e ofereciam apoio a projetos populares, mas seu crescimento significativo se deu nos anos 1990, porém com um perfil mais voltado a projetos políticos do próprio Estado. Neste momento de explosão do número de ONGs surge no Brasil a educação não formal como campo de pesquisa (AROEIRA GARCIA, 2007).

A UNESCO também se posiciona em relação a e organizações que trabalham com educação não formal e o objetivo de educação permanente.

“A realização de ações conjuntas com organizações não-governamentais, em todos os níveis, oferece grandes possibilidades. Essas entidades autônomas, ao mesmo tempo que defendem pontos de vista públicos, independentes e críticos, podem desempenhar funções de acompanhamento, pesquisa, formação e produção de material, em proveito dos processos da educação não-formal e da educação permanente” (UNESCO, 1990, n.p.).

Em 1990, na “Declaração Mundial de Educação para Todos”, documento de âmbito internacional, demonstra um consenso em ampliar as ações da educação para sanar a incapacidade de levar aprendizagem a todos, por meio de alianças de diversos setores, ampliação dos agentes educativos, mobilização de recursos públicos e privados de modo a fortalecer as ONGs que realizam a educação não formal.

Profissionalização em gastronomia no Brasil

Inicialmente, é necessário delimitar o contexto de gastronomia trazido do grego que se traduzia como “estudo do estômago”. Envolve a combinação das tradições culinárias de um povo e como este explora os produtos de sua região, mas também está ligada a inovação, como novas criações de técnicas e misturas que tem o objetivo de renovação e aprimoramento desta tradição. A gastronomia abrange a comida, bebida, materiais e utensílios, modos de servir e todos os aspectos culturais e históricos que envolvem a comensalidade.

A oferta de formação profissionalizante na área, surgiu no governo de Getúlio Vargas com a criação, em 1946, do primeiro Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que oferecia alguns cursos curtos e finalmente, em 1964, cria a primeira escola técnica profissional para serviços de restaurante (RUBIM E REJOWSKI, 2013). Localizada até hoje no centro de São Paulo, a escola técnica Lauro Cardoso de Almeida, capacita cozinheiros, garçons, *barmans*, gestores de restaurantes etc.. Em 1970, é criado o curso de cozinheiro profissional que funciona até hoje e é direcionado a alunos de famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, onde recebem, além do curso, alojamento, alimentação, uniformes e uma ajuda de custo mensal.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em 1999 foi criado o primeiro curso em nível de graduação pela Universidade do Vale do Itajaí em Santa Catarina e desde então vem crescendo e se diversificando em várias áreas, exigindo vários níveis de formação (Toledo, 2010). A ascensão econômica e cultural do país, tem formado comensais cada vez mais exigentes e dispostos a pagar por novas experiências, seja no alimento, no ambiente ou no modo de servir, o que exige profissionais preparados para atender esta nova demanda e usufruir dela.

Para a formação na área há basicamente 3 caminhos para se iniciar uma carreira. Pode-se começar pelos cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou também chamados de cursos de qualificação profissional, ou através dos cursos técnicos ou ainda ingressando na graduação. Cada um com seus pré-requisitos de acesso e níveis de exigência.

Na educação formal, tomando como base o catálogo de cursos regulamentados pelo MEC, temos 7 títulos de nível técnico e 7 títulos de cursos superiores em tecnologia, que são aqueles que possuem uma duração menor que o tradicional bacharelado. As outras categorias de cursos especiais de livre oferta que compõem a FIC se caracterizam pela ausência de atos normativos por parte do Poder Público, conforme estabelecido no Art. 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei no. 9.394/1996). Porém no caso de um curso FIC que componha um itinerário formativo, deve-se respeitar a carga horária mínima de 160 horas. Os itinerários formativos podem ser consultados no catálogo nacional de cursos do ministério da educação (MEC, 2014). Segue quadro com as especificações das categorias:

Quadro 2 – Exemplos de cursos de gastronomia oferecidos no Brasil

Categoria e carga horária (CH)	Pré-requisitos mínimos	Títulos oferecidos
FIC Livre oferta CH = livre	Matrículas condicionadas à aproveitamento da formação, e não necessariamente ao nível de escolaridade.	Exemplos de títulos criados pelas instituições ofertantes: Bolos e tortas CH = 20 horas Docinhos para festa CH = 36 horas Massas e molhos CH = 24 horas Fotografia de alimentos CH = 60 horas
FIC Regulamentados CH mínima = 160 horas	Matrículas condicionadas à aproveitamento da formação, e não necessariamente ao nível de escolaridade.	Exemplos de títulos criados pelas instituições ofertantes: Salgadeiro CH = 180 horas Pizzaiolo CH = 160 horas Padeiro CH = 240 horas Garçom CH = 200 horas
Técnico CH= 800 horas	Ensino médio concluído ou cursando.	Técnico em gastronomia Técnico em serviços de restaurante e bar Técnico em alimentos Técnico em cervejaria Técnico em confeitaria Técnico em panificação Técnico em viticultura e enologia
Graduação Superiores de tecnologia CH= 1600 a 2400 horas	Ensino completo	Tecnologia em gastronomia (eixo lazer) Tecnologia em alimentos (eixo indústria) Tecnologia em laticínios Tecnologia em processamentos de carnes Tecnologia em produção de cacau e chocolate Tecnologia em produção de cachaça Tecnologia em viticultura e enologia

Fonte: catálogo nacional de cursos (MEC, 2014)

Os cursos livres FIC são de formação rápida e abertos à comunidade e estão sempre relacionados a atividades geradoras de trabalho e renda. Não tem carga horária pré-estabelecida e

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

não obedecem a critério algum de conteúdo e, por isso, apresentam características diversificadas, de acordo ao local e a necessidade das funções do mundo do trabalho.

Os cursos FIC regulamentados devem ter carga horária mínima de 160 horas e devem formar um profissional que corresponda a um perfil necessário, para uma ou mais ocupações reconhecidas no mercado de trabalho através do código brasileiro de ocupação (CBO). O curso deve garantir a profissionalização e ao mesmo tempo um itinerário formativo articulado, cujos estudos terão continuidade e será aproveitado nos cursos seguintes.

Podem oferecer estes cursos FIC, além das escolas formais públicas e privadas habilitadas pelo MEC, empresas e instituições não governamentais como sindicatos, igrejas, associações comunitárias, etc (MEC, 2014).

Os objetivos de desenvolvimento sustentável - ODS 8

No ano de 2015, todos os membros da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovaram dezessete objetivos de desenvolvimento, que têm como metas proteger o planeta e melhorar as condições de vida humana, trazendo novas perspectivas em todo o mundo. Este documento conhecido como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou ODS, estabelece um plano para alcançar seus objetivos em 15 anos, e fazendo parte da agenda 2030.

O projeto apresenta aos países e sociedades caminhos para melhorar a qualidade de vida para todos, tendo inclusive como slogan da campanha “Não deixe ninguém para trás” (ONU, 2015) e seus objetivos incluem desde eliminação da pobreza, combate a crise climática, educação para todos, igualdade de gênero entre outros, trazendo uma proposta de um novo desenho para as cidades. A seguir infográfico ilustrando os 17 objetivos:

Infográfico 1: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2015)

No presente estudo, há o enfoque no ODS 8, que traz o objetivo “Emprego digno e crescimento econômico”. Segundo a ONU (2015), trabalho digno ou também chamado de trabalho decente, implica a circunstância em que todas as pessoas tenham oportunidade de realizar uma atividade produtiva e que tenham uma renda justa, segurança no ambiente de trabalho, proteção social para as famílias, perspectivas de desenvolvimento pessoal e que favoreça a sociabilidade.

O documento também enfatiza a relevância de todos os homens e mulheres terem as mesmas oportunidades no local de trabalho. Sugere, aos governos, trabalharem para construir economias centradas nas pessoas, com economias inovadoras e sustentáveis, promovendo em particular emprego para os jovens e empoderamento profissional e econômico das mulheres.

“Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos” (ONU, 2015).

Estes objetivos tem um apelo global para protegermos o clima e a paz e prosperidade das pessoas, porém a ONU também traz documentos com metas específicas para os países. Seguem abaixo algumas das metas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 para a agenda 2030 no Brasil, especificamente relacionadas com nosso objetivo de pesquisa:

Quadro 3 - Metas ODS 8 relacionadas com a pesquisa

Nº Objetivo	Premissa
8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra.
8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros.
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.
8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais.

Fonte: ONU (2015).

Estes objetivos se relacionam especificamente com a pesquisa. No 8.2, traz o aumento de produtividade com foco em setores de alto valor agregado. Gastronomia é uma atividade onde a manipulação do alimento fará com que seu preço varie, sendo uma atividade de altíssimo valor agregado, onde o talento, estudo e experiência fazem total diferença no resultado, e aumentando seu valor de mercado. O objetivo 8.3 implica em incentivar a criação, formalização e o crescimento de pequenas empresas. O ensino não formal pode profissionalizar os indivíduos que irão profissionalizar as empresas através dos conhecimentos adquiridos na rede de aprendizagem. O item 8.5 fala sobre emprego pleno e equidade de salários para trabalhos iguais. A gastronomia é uma área que qualquer um pode trabalhar independente de sexo ou religião, a única exceção seria para pessoas com deficiência, que a depender de suas necessidades e locomoção, não poderão trabalhar em cozinha por ser um ambiente com certo índice de periculosidade. Mas nada impede que esta pessoa trabalhe em outros ambientes que não seja em produção em uma cozinha, mas ainda sim utilizando seus conhecimentos em gastronomia. O item 8.6 traz o objetivo de reduzir substancialmente o número de jovens sem emprego ou formação. A nossa proposta vem de encontro a este objetivo fornecendo educação de qualidade através de uma rede que seria acessível a todos através de tecnologia. E por fim o objetivo 8.9 que traz um cenário de turismo sustentável que promove a cultura e produtos locais. Pouca coisa representa mais um local e sua história que a gastronomia. O ensino em rede propõe reforçar ainda mais a regionalidade com troca de conhecimentos de pessoas da comunidade que farão a perpetuação dessa cultura alimentar e social em torno da comida.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é exploratória e qualitativa. Tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema e construir hipóteses. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, constituída por livros e artigos científicos. As palavras chave utilizadas foram baseadas em “educação não formal”, “formação em gastronomia”, “gastronomia e desenvolvimento”, “educação não formal e gastronomia”. O referencial teórico foi baseado nos conceitos de desenvolvimento de Amartya Sen e Paulo Freire, que concebem a liberdade humana como principal objetivo do desenvolvimento e crescimento econômico.

Resultados e discussão

O relatório da UNESCO de Recomendação sobre o Desenvolvimento da Educação de Adultos (1976) define educação de adultos, seja ela em qualquer nível, formal ou não, bem como estágios profissionais onde pessoas desenvolvem habilidades, adquirem qualificação técnica, tomam novas direções provocando mudanças em suas atitudes e influenciando seu meio, na perspectiva de desenvolvimento pessoal com participação plena na vida social, econômica e cultural, sendo esta educação parte integrante de um esquema global para a aprendizagem ao longo da vida.

Este esquema global ao qual o relatório se refere, "denota uma proposta geral destinada a reestruturar o sistema de educação já existente e desenvolver todo o potencial educacional fora do sistema educacional" (UNESCO, 1976, p. 2). A proposta apresenta homens e mulheres como agentes de sua própria educação, sem a limitação a um período de presença na escola, através de interações entre seus pensamentos e ações e ensino e aprendizagem, utilizando todos os meios possíveis, incluindo todas as competências e conhecimentos, devendo se estender ao longo da vida, dando a todas as pessoas oportunidades de pleno desenvolvimento.

A complexidade do reposicionamento da educação de adultos no âmbito da aprendizagem ao longo da vida em escala global, exige modelos de ensino que tragam autonomia e emancipação. Se no passado a educação de adultos influenciava políticas por conta da visão de capital humano¹, agora traz uma perspectiva mais abrangente, de desenvolvimento humano (SEN, 1999). Segundo o autor, os valores e princípios do empoderamento que devem estar no centro, dando a este indivíduo a capacidade de interagir e participar política e socialmente e não aprova como objetivo de política de desenvolvimento apenas o desenvolvimento econômico e o trabalho apenas como fonte de renda.

Para Amartya Sen (1999), a pobreza vai muito além da falta de riqueza e o desenvolvimento além do aumento de renda. A falta de recursos leva a privação de capacidades básicas levando neste sentido a uma limitação da liberdade. Devendo assim ser o aumento da liberdade humana o objetivo principal das políticas de desenvolvimento e a população não deve mais ser passiva em programas de desenvolvimento e traçar ativamente o destino de suas comunidades.

Sob essa perspectiva, a formação profissional não deve ser essencialmente técnica, onde a teoria e a prática não devem ser separadas colocando-a em convergência com a formação geral, pois mesmo que este indivíduo não consiga trabalho na área a qual foi qualificado, ele passa a ter maior competitividade no mercado de trabalho aumentando sua chance de empregabilidade.

Para Freire (1967, pg 94) "a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude. De criação de disposições democráticas através da qual se substituíssem no brasileiro, antigos e culturoológicos hábitos de passividade, por novos hábitos de participação". A educação surgida a partir e políticas de trabalho e renda, são baseadas em crescimento econômico e inclusão social. A inclusão social por sua vez, é a construção da cidadania, inserção em uma comunidade que se relaciona com o Estado e define seus direitos e deveres, sendo então a inclusão social um dos principais, se não o principal, objetivo da educação não formal.

A falta de trabalho, retira a sensação de pertencimento ao meio social e cria a falsa sensação de falta de direitos. Para Sen (1999, pg 130), a desocupação tem efeitos além dos percebidos pela falta de renda. Causa "dano psicológico, perda de motivação, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e entre os sexos".

Os espaços de educação não formal promovem o enriquecimento da sociabilidade com formação de grupos heterogêneos com idades, sexo e experiências de vida diferentes. Além de níveis intelectuais diferentes, fazendo com que "quem sabe mais ensina quem sabe menos", criando vínculos afetivos e enriquecendo o trabalho.

¹ A expressão "capital humano" foi originalmente cunhada pelo economista Adam Smith em 1776, mas foi aprofundada em 1960 por Theodor Schulz e Gary Becker. A teoria do capital humano postula que o investimento na educação e na formação de competências é tão significativo para o crescimento econômico quanto o investimento em máquinas e equipamentos. Economistas tentaram medir a taxa de retorno sobre o investimento em capital humano. Entretanto, a validade da aplicação da análise econométrica estrita a insumos e produtos educacionais para indivíduos foi objeto de muita crítica.

Proposição

O orçamento da educação pública não consegue atender plenamente a demanda por educação de adultos e sua qualificação profissional, por isso alianças entre Estado, sociedade civil e empresas se tornam necessárias e eficientes. Além desta união institucional, a abordagem da aprendizagem também se torna um diferencial quando se transfere a atividade individual para uma atividade coletiva. Educação comunitária, festivais de aprendizagem, comunidades de aprendizagem, entre outros esforços que transformam a aprendizagem individual para a esfera da aprendizagem comunitária e podem contribuir para a promoção da educação de adultos (UNESCO, 2010).

Uma das propostas de ação para a educação não formal em gastronomia, teria inicialmente como ação a criação de um grupo com interesses profissionais em comum formando redes de aprendizagem. Neste grupo, participam pessoas das mais diferentes formações, reunidas num esforço comum de procura de informação e aplicação. Tal informação pode tornar-se conhecimento quando é algo significativo pelo indivíduo. As interações com as pessoas envolvidas, pode ser utilizada na resolução de problemas específicos. Estas redes têm a potencialidade de gerar ambientes em que a construção do conhecimento corresponde a um esforço de colaboração entre todos os participantes que têm à sua disposição um conteúdo genuíno, que se aplica integralmente a sua realidade e não mais um conteúdo produzido em massa.

Para Freire (2005) a aprendizagem em rede se caracteriza como um projeto de transformação político-social voltado para as classes populares, visando o fim da exclusão e da desigualdade. O processo de ensino e aprendizagem se dá com a interação organizada dos participantes e interação com convidados externos à rede que poderão ser indivíduos técnicos ou instituições.

Essas ações coletivas podem ser facilmente estimuladas através dos recursos de tecnologia de informação e comunicação (TIC). As novas tecnologias trazem um imenso catálogo de recursos didáticos que além de ser um meio de se obter os conhecimentos, traz esta socialização dos integrantes e contato com pessoas de fora do grupo e que vivem longe em outras realidades aumentando o leque de possibilidades.

Algumas etapas e desafios deverão ser superados para a efetiva formação e manutenção do grupo de aprendizagem. Entre eles podemos destacar:

- Alinhar ferramentas tecnológicas para atender ao pleno e integral funcionamento da rede de aprendizagem. Uso das tecnologias para promover a troca de conhecimentos. Sugestão a ser avaliada: sistematização moodle ou pódio. Uso de redes sociais, aplicativos comuns para divulgação e troca de informações. Sugestão: Canal instagram, youtube, tik tok, etc.
- Viabilizar parcerias dos segmentos envolvidos e que se beneficiarão dos resultados; compartilhamento de conhecimentos entre os participantes e com a interação de técnicos contratados.
- Reunir profissionais envolvidos nos segmentos A&B, para compor um grupo gestor; Pessoas eleitas pelo grupo que farão a gestão da rede, como traçar cronograma de ações, angariar parcerias e patrocínios, formato de divulgação dos conteúdos, identidade da marca, etc.
- Promover a articulação, na cidade, de um centro de aprendizagem, com associações, sindicatos etc.; e
- Motivar a participação dos membros; com tratamento de questões levantadas pelos participantes com temas significativos, porque concentram uma diversidade de atividades e de informação num trabalho colaborativo que leva ao conhecimento.

Se faz importante também o reconhecimento, validação e certificação desses conhecimentos adquiridos através da educação não formal. Se faz necessário criar mecanismos de avaliação e reconhecimento de competências que considere também as experiências dos indivíduos. As habilidades para a vida que não são facilmente mensuráveis, mas que permitirá estabelecer uma certa equivalência com a educação formal admitindo uma vasta gama de níveis de desempenho garantindo reconhecimento de uma aprendizagem ao longo da vida, podendo também ser utilizado para se obter um panorama mais completo dos benefícios da aprendizagem onde, quando e como ela ocorre.

Considerações finais

A educação formal muitas vezes não consegue atingir o objetivo de ser para todos. Seja pela falta de acesso ou ainda pela incapacidade do aluno em absorver a informação e transformar em conhecimento pela forma a qual é ministrada. Sendo assim, a educação não formal, pode ajudar a sanar as necessidades de um público específico, pois é criada com conteúdo autêntico e gerida pelos beneficiários que serão ao mesmo tempo debatedores, professores e executores (aprendem dialogando, ensinando e fazendo).

As reflexões expostas sobre a educação não formal mostram claramente sua função a serviço da comunidade, onde a sociedade em parceria com poder público e privado, pensa em suas práticas para transformar sua realidade através da educação. A princípio sob a perspectiva de capital humano com iniciativas pautadas a serviço das economias competitivas, pois considerava este educando como um potencial consumidor, e na perspectiva atual, é priorizada a aprendizagem ao longo da vida com valores e princípios do empoderamento, dando a este indivíduo a capacidade de interagir e participar política e socialmente de sua comunidade, interagindo e transformando seu meio.

Gerar e manter o entusiasmo de adultos pode ser o desafio central dos programas de educação não formal e a oferta de conteúdo relevante que aborde contextos reais de sua localidade é fundamental para o êxito. A participação dos educandos na concepção dos recursos e conteúdos abordados irá contribuir para o envolvimento e assiduidade, além de levar autoestima pessoal e cultural a todos.

Muitos programas de educação não formal são apoiados pelo governo, porém fortemente dependentes de organizações do setor privado. Políticas públicas de longo prazo que facilitem o trabalho destas organizações como por exemplo o direito de utilização de instalações públicas é um exemplo de boa prática de coordenação e uso dos recursos disponíveis. A oferta de infraestrutura e outros incentivos, reforçam o compromisso das instituições e das comunidades que necessitam de recurso e segurança para operar e se auto desenvolver.

Referências

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

ARANTES, V. A.; GHANEM, E.; TRILLA, J.B. Educação formal e não formal: Pontos e Contrapontos. 1ª ed. São Paulo: Summus, 2008. V. 1. 168 p

AROEIRA GARCIA, Valéria. A educação não formal como acontecimento. v. 1. 1. ed. Holambra: Setembro, 2015. 477 p.

_____. Educação não formal: um mosaico. In: PARK, Margaret Brandini; SIEIRO FERNANDES, Renata; CARNIECL, Amarildo (org.). Palavras-chave em educação não formal. Holambra: Setembro; Campinas: Unicamp/CMU, 2007. p. 29-52.

_____. O papel da questão social e da educação não formal nas discussões e ações educacionais. Revista de Ciências da Educação, Americana, v. 10, n. 18, p. 65-97, 2008.

CATINI, Carolina. Educação não formal: história e crítica de uma forma social. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 47, e222980, 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000100725&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 ago. 2022.

R. S FERNANDES, V. A GARCIA. Educação não formal: campo de/em formação. Revista Profissão Docente, 6: 2006

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da liberação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. Pedagogia do Oprimido. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

____ O Mobral nasceu para negar meu método e meu discurso. Entrevista concedida à Marilene Felinto e Mônica Rodrigues da Costa. Folha de São Paulo, 29 maio 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/29/mais!/13.html>.

____ Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

____ Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Educação não formal: um novo campo de atuação. Revista Ensaio, Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, 1998. [Links]

____ Educação não formal e o educador social. São Paulo: Cortez, 2009.

____ Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>>

MARANDINO, M. Educação em museus: a mediação em foco. São Paulo: Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciência/FEUSP, p. 1-38, 2008.

MARQUES, Joana Brás Varanda; FREITAS, Denise de. Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, dez. 2017

RUBIM, Rebeca Elster; REJOWSKI, Mirian, O ensino superior da gastronomia no Brasil: análise da regulamentação, da distribuição e do perfil geral de formação (2010-2012) Revista Turismo: Visão e Ação, Itajaí, v. 15, n.2, p. 166–184, 2013.

SINGER, Paul. Poder, Política e Educação. Revista Brasileira de Educação, Campinas, SP, n.1, jan./abr. 1996. Disponível em:

<www.anped.org.br/rbe/rbedigital/.../rbde01_03_paul_singer.pdf>. Acesso em: 13 maio

2011.

TOLEDO, Rosana Fernandez Medina. A expansão dos cursos tecnológicos no Brasil. Um recorte no tecnólogo em Gastronomia. Revela: Periódico de Divulgação Científica da FALS, Praia Grande, ano III, n. VI p. 2-14, Out. 2009 / Jan. 2010.

UNESCO. Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos. – Brasília : UNESCO, 2010. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000188644/PDF/188644por.pdf.multi>.

**A GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO SUPORTE NA ESTRATÉGIA DE TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL EM EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO**

*INFORMATION MANAGEMENT AS A SUPPORT IN THE DIGITAL TRANSFORMATION STRATEGY
IN AGRIBUSINESS COMPANIES*

Área temática: Indústria, Inovação e Infraestrutura.

STECCA, Rodrigo da Silva
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento
rodrigostecca@gmail.com

MACHADO, João Guilherme de Camargo Ferraz
Unesp – Universidade Estadual Paulista
Doutor em Engenharia de Produção
jg.machado@unesp.br

Resumo

O objetivo do trabalho foi identificar como a Gestão da Informação (GI) pode contribuir para o sucesso de uma estratégia de Transformação Digital (TD) e proporcionar melhorias para as empresas que decidem implementar essa estratégia. Também foram obtidas informações relacionadas às três etapas que podem ser analisados por meio de uma visão sistêmica no agronegócio, o “antes”, o “dentro” e o “depois” da porteira, pontuando assim, as possibilidades de aplicação da TD e as contribuições da GI nessas etapas. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica acerca dos temas em bases de dados científicas. Os resultados mostraram que a GI é relevante para uma empresa que pretende iniciar um projeto de TD, pois auxilia na redução de erros, na tomada de decisão e, consequentemente, no desperdício de tempo, dinheiro e recursos em todos os aspectos da organização. Identificou-se que a dinâmica e a conexão das etapas do agronegócio resultam na geração de dados que devem ser armazenados, tratados e transformados em informação que darão suporte na tomada de decisão empresarial e no estabelecimento de diretrizes para a estratégia de TD.

Palavras-chave: Transformação Digital, Gestão da Informação, Agronegócio.

Abstract

The objective of the work was to identify how Information Management (GI) can contribute to the success of a Digital Transformation (TD) strategy and provide improvements for companies that decide to implement this strategy. Information was also obtained related to the three stages that can be analyzed through a systemic view in agribusiness, the “before”, the “inside” and the “after” of the gate, thus punctuating the possibilities of applying DT and the contributions of the GI in these steps. For this, a bibliographic review was carried out on the themes in scientific databases. The results showed that GI is relevant for a company that intends to start a DT project, as it helps in reducing errors, in decision making and, consequently, in the waste of time, money and resources in all aspects of the organization. It was identified that the dynamics and connection of agribusiness stages result in the generation of data that must be stored, processed, and transformed into information that will support business decision-making and the establishment of guidelines for the DT strategy.

Keywords: Digital Transformation, Information Management, Agribusiness.

1 INTRODUÇÃO

O avanço da internet e o aumento gradativo de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) disponíveis para utilização no âmbito empresarial têm feito com que as empresas integrem recursos digitais que auxiliam na organização empresarial, na melhoria da comunicação com os clientes, e na aquisição e implementação de soluções inovadoras para ganho de desempenho organizacional e de subsídios para a tomada de decisão empresarial (BASSO *et al.*, 2020; DIAS *et al.*, 2021).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A utilização de tecnologias digitais se intensificou após o início da pandemia de Covid-19, em março de 2020, pois as empresas consideradas não essenciais tiveram que fechar suas portas durante o período de quarentena e ficaram impedidas de fazer atendimento presencial. Além do aumento da utilização de tecnologia no âmbito empresarial, houve aumento de utilização de tecnologia por parte dos clientes, que se encontravam em isolamento social e com circulação restrita, modificando a forma de fazer suas compras, que passou a depender principalmente de recursos tecnológicos para fazer suas compras.

Os resultados da pesquisa “Panorama do uso de TI no Brasil”, de acordo com Meirelles (2022), indicam que os investimentos em Tecnologia da Informação das empresas brasileiras em um ano equivaleram ao que deveria ocorrer ao longo de quatro anos. Consequentemente, isso alterou o modo de operação interno e externo dessas organizações, que precisaram orientar suas equipes de colaboradores e os seus clientes para os novos formatos de trabalho.

Segundo Veras (2019), a TIC exerce um papel fundamental no mundo dos negócios, pois empresas dos mais variados segmentos utilizam ferramentas digitais em quase todos os tipos de processos organizacionais e para diferentes níveis de tomada de decisão, operacionais e estratégicos.

Para atender aos anseios dos consumidores, as organizações precisam passar por constantes transformações que auxiliam na comunicação interna e externa, com clientes, fornecedores e colaboradores, pois a melhoria nesse quesito contribui para o aumento da sua competitividade perante a concorrência. Quanto mais capacidade de transformação e adaptação, maior a possibilidade de obtenção de vantagens competitivas duradouras, superando assim, as que não desfrutavam desta flexibilidade para executar processos de transformação (KARIMI; WALTER, 2015).

Fatores como mudança no mercado ou avanços no cenário tecnológico são gatilhos acionados no âmbito externo que podem fazer com que as transformações ocorram nas organizações. Porém, muitas empresas percebem que a utilização das TIC de forma eficiente proporciona um enorme ganho de desempenho empresarial e iniciam o processo de mudança. A mudança estratégica é um fator considerado, atualmente, crítico para a sobrevivência das organizações, uma vez que o ambiente empresarial está cada vez mais competitivo, com utilização intensa de tecnologias digitais e muito dinamismo.

O processo de mudança desse cenário refere-se à Transformação Digital (TD), que proporciona melhorias nos procedimentos utilizados pelas empresas por meio da digitalização de processos, contribuindo para o ganho de eficiência nas operações, na produtividade e mudança da visão que os clientes têm da empresa. Além de proporcionar alterações na visão e no contato com o cliente, pode oferecer novas experiências de consumo ou até mesmo mudanças no modelo do negócio (ROGERS, 2017).

A implementação de tecnologias digitais nas organizações, que pode ser feita por meio de estratégias de TD ou não, chama a atenção para um outro aspecto muito importante: a quantidade de dados e informações que são geradas dentro do ambiente organizacional com a utilização das TIC. Segundo Valentim *et al.* (2008), a informação é considerada insumo para a construção do conhecimento em qualquer organização e necessita de ações específicas de gerenciamento para que possa causar impacto significativo no ambiente organizacional. A autora afirma que as TIC são estruturas que possibilitam o acesso, armazenagem, processamento e mediação/disseminação das informações, e o seu resultado é a geração de conhecimento que pode ser utilizado para a tomada de decisão estratégica.

A Gestão da Informação (GI) exige atenção dentro das organizações, pois de acordo com Machado, Jorge e Santos (2017), trata-se de um modelo de gerenciamento que exerce influência em todos os aspectos do contexto organizacional e consiste em um processo que supera a questão da entrada, armazenagem, processamento e saída dos dados transformados em informação, uma vez que a informação deve ser compreendida como um recurso vital para sua sobrevivência, influenciando na qualidade e eficiência das suas atividades.

A TD também tem sido implementada em empresas do agronegócio em todas as etapas das cadeias de produção. Segundo Araújo (2013), para se ter um entendimento sistêmico do agronegócio é necessário que se tenha uma visão holística que permite identificar três grandes fases existentes, o “antes da porteira”, o “dentro da porteira” e o “depois da porteira”.

A primeira fase consiste basicamente nas empresas fornecedoras de insumos para a produção agropecuária, empresas de concessão de crédito ou de maquinários para a produção. A segunda fase refere-se aos produtores responsáveis pelo cultivo da terra ou pela criação de animais.

A terceira fase é relacionada às indústrias de processamento, ao comércio atacadista e varejista, cooperativas e do setor logístico que faz a distribuição da produção executada na etapa anterior.

Em todas essas fases do fluxo de produção agropecuária há possibilidade de implementação de estratégias de TD que, segundo Aquino (2020), já estão bastante avançadas por haver um aumento gradativo de utilização de recursos tecnológicos em empresas do setor. A pandemia causou essa aceleração, especialmente por meio de aquisição de tecnologias como uso de imagens captadas por drones ou satélites, geoprocessamento, Inteligência Artificial (IA), sistemas de informação integrados em processos internos e externos, utilização de sensores e máquinas conectadas.

Considerando a existência de um fluxo informacional entre essas três fases e a importância das informações para o sucesso da TD no agronegócio, percebe-se que o gerenciamento de informações em toda a cadeia de produção, desde a fase de insumos ou pré-produção até a chegada do produto ao consumidor final, é importante por integrar toda a cadeia de produção e logística, culminando na melhoria dos processos e na redução do desperdício de recursos (financeiros ou não), do início ao fim do processo produtivo (FREDERICO, 2021).

Nesse sentido, objetivo do trabalho foi identificar como a Gestão da Informação (GI) pode contribuir para o sucesso de uma estratégia de Transformação Digital (TD) e proporcionar melhorias para as empresas que decidem implementar essa estratégia.

Esse artigo está organizado em cinco partes, sendo esta introdução a primeira. A segunda parte traz os procedimentos metodológicos. Em seguida o referencial teórico, que aborda a TD e a GI nas empresas de uma forma geral. A quarta parte apresenta e discute os resultados encontrados e, por fim, o artigo é fechado com as considerações do estudo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização desse trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos disponíveis em bibliotecas digitais e bases de dados que forneciam informações sobre as temáticas Transformação Digital (TD) e Gestão da Informação (GI). Esse método objetiva a busca de maior compreensão e visão em relação a problemática estudada, possibilitando a elaboração de hipóteses (MALHOTRA, 2005).

Segundo Gil (2002), a pesquisa é classificada como exploratória, pois seu desenvolvimento é feito com base em materiais já existentes, constituídos principalmente de artigos científicos e livros. Apesar de em todo trabalho científico ser exigido estudo dessa natureza, as pesquisas desenvolvidas exclusivamente utilizando fontes bibliográficas possibilitam que sejam analisadas teorias e investigações de cunho prático existentes em relação ao tema analisado, permitindo que seja feita uma investigação mais abrangente sobre a gama de fenômenos estudados em relação às temáticas TD e GI.

Também foram analisados conteúdos relacionados ao agronegócio, especificamente sob a ótica proposta por Araújo (2023), que visualiza o agronegócio em três grandes etapas, o “antes”, o “dentro” e o “depois” da porteira. A partir disso, foram analisadas as possibilidades de implementação de TD em cada uma delas, discutindo como a GI pode contribuir para o sucesso de uma estratégia de TD dentro do agronegócio. Para dar suporte à análise, foram considerados os três pontos propostos por Westermann *et al.* (2014) que devem ser explorados quando existe a intenção de implementar uma estratégia de TD e os cinco aspectos que segundo Rogers (2017), devem ser dominados para organizações que querem alcançar o sucesso em um projeto de TD.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Transformação Digital

Segundo Hess *et al.* (2019), a Transformação Digital (TD) é um evento no qual nenhum setor empresarial está imune às suas consequências. No entanto, atualmente empresas de todos os setores se deparam com a necessidade de agregação e de exploração de novas tecnologias digitais, fato que é considerado um dos maiores desafios para os gestores na atualidade.

Os autores comentam que a TD tem se tornado prioridade nos objetivos de gestão dos líderes empresariais, destacando especialmente países como os EUA e Reino Unido, que são pioneiros na implementação de estratégias de TD. Nesses casos, os gerentes que executam

estratégias visando a implementação de TD nas organizações esperam uma contribuição estratégica para seus negócios e uma mudança cultural que envolva todos os níveis organizacionais existentes.

Reis *et al.* (2018) comentam que o sucesso da TD exige o desenvolvimento de uma vasta gama de recursos, que dependendo da área de atuação do negócio e de suas especificidades, pode apresentar importâncias variadas. Entretanto, independentemente desses aspectos, o sucesso na TD depende da tecnologia se tornar central para a operação do negócio, contribuindo para que os modelos de negócios sejam repensados ou reinventados, visando a manutenção da competitividade.

Segundo Wang *et al.* (2016), não há um consenso sobre a definição de TD no âmbito acadêmico, mas sabe-se que é um processo que deve ser planejado e que se diferencia de uma simples aquisição de tecnologia para execução de uma tarefa ou rotina. A implantação de um sistema ERP (*Enterprise Resource Planning*), por exemplo, pode ser considerada como TD para uma empresa que não tinha qualquer processo informatizado na gestão de dados empresariais.

Entretanto, a TD também pode ser entendida como um processo mais radical e revolucionário, que segue um planejamento que envolva todos os setores da organização e que vai sendo desenvolvido ao longo do tempo. Nesse sentido, Berman e Marshall (2014) afirmam que algumas definições são associadas a novos modelos de negócios ou a novos processos que são acrescentados nas empresas utilizando tecnologias digitais.

Já para Vial *et al.* (2019), existem quatro propriedades essenciais para a construção de uma definição de TD, sendo: (i) entidade afetada pela TD, (ii) extensão das mudanças que ocorrem nas propriedades da entidade alvo, chamado de escopo, (iii) tecnologias envolvidas na criação da mudança dentro da entidade alvo, e (iv) resultado esperado. A partir disso, os autores, definiram a TD como "um processo que visa melhorar a entidade, desencadeando mudanças significativas em suas propriedades por meio de combinações das tecnologias de: informação, computação, comunicação e conectividade", considerando que esse conceito é centrado na digitalização e não na organização, e reconhecendo que a TD objetiva melhorias quando é implementada (VIAL *et al.*, 2019, p. 121).

Berman e Marshall (2014), Westermann *et al.* (2014) e Wang *et al.* (2016), afirmam que embora o investimento em tecnologia seja algo importante no processo de TD, o sucesso depende de como se dá o investimento nesses recursos digitais. Empresas que se destacam nesse sentido, os chamados mestres digitais, utilizam dois recursos essenciais: (i) constroem recursos digitais repensando e melhorando seus processos de negócios, seus compromissos com os clientes e seus modelos de negócios, e (ii) constroem fortes capacidades de liderança para visualizar e impulsionar a transformação (WESTERMANN *et al.*, 2014).

Chanias *et al.* (2018) complementam as afirmações acima ao reforçar a necessidade de participação ativa de toda a organização em ações que envolvam todos os níveis hierárquicos, elevando assim o grau de complexidade da estratégia de TD, de forma a enfrentar possíveis problemas com pessoas, recursos e modificações de processos que poderão alterar radicalmente o modo de trabalho da empresa.

A utilização de tecnologias digitais nos processos e estratégias de TD, segundo Baskerville *et al.* (2020), é influenciada pela disponibilidade e facilidade de acesso aos meios tecnológicos tanto por parte das organizações, quanto pelos consumidores, que passam a utilizar de maneira mais intensa e crescente os recursos tecnológicos disponíveis para a sociedade.

As mudanças vislumbradas quando uma organização pretende executar uma estratégia de TD, segundo Westermann *et al.* (2014), podem ocorrer em diversos aspectos, por meio da:

- criação de uma experiência atraente para o cliente: utiliza a experiência do cliente como centro da estratégia de TD e executando ações para melhorias contínuas em todos os processos que os envolvam, além da criação de *designs* personalizados, engajamento e utilização de dados desses clientes de forma centralizada;
- exploração das ações principais das empresas: a tecnologia digital possibilita que as empresas quebrem alguns dos paradoxos tradicionais de excelência operacional, ajudando empresas a construir capacidades que melhoram eficiência e agilidade, impulsionam novos compromissos com o cliente e influenciam na criação de novos modelos de negócios - tudo isso permanecendo oculto da concorrência; e
- reinvenção dos modelos de negócios, que pode ocorrer pela: (i) reinvenção da indústria, (ii) substituição de produtos e serviços, (iii) criação de novos negócios digitais, (iv) reconfiguração do seu modelo de entrega de valor, e (v) reconsideração das suas propostas de valor (repensar).

Um ponto importante a ser destacado na utilização de recursos tecnológicos é a quantidade de dados que passam a ser gerados e armazenados nos sistemas tecnológicos adotados. Para transformá-los em conteúdo útil para tomada de decisão no contexto organizacional, esses dados precisam de um tratamento adequado para que sejam transformados em informações disponíveis para as lideranças, ressaltando a importância do gerenciamento das informações como ferramenta que contribui para o sucesso da implantação da TD nas organizações.

Nesse sentido, Rogers (2017) cita cinco aspectos que precisam ser dominados visando o sucesso da implementação da TD de forma ampla e sistêmica (Figura 1).

Figura 1. Aspectos da Transformação Digital

Clientes	• Cliente no centro da TD • Estratégia voltada ao cliente • Criação de redes de clientes • TD deve começar e terminar com os clientes
Concorrência	• Disrupção de mercados • Soma/integração entre competidores (coopetição) • Maior possibilidade de integração e cooperação entre empresas que atuam no primeiro setor
Dados	• Forma que a informação é utilizada na empresa • Dificuldade em separar dados que são relevantes • Coleta, armazenamento e gerenciamento de dados transformando-os em informações
Inovação	• Utilização de dados de todas as operações da empresa contribuem para a inovação • A tecnologia possibilita a implementação, teste e feedback das inovações de forma ágil • Possibilidade de captação de informações antes do lançamento dos produtos
Valor	• Entender qual valor entrega aos clientes • A percepção de valor deve ser flexível para acompanhar o dinamismo do mercado

Fonte: elaborado pelos autores com base em Rogers (2017).

No aspecto clientes, o sucesso depende de uma estratégia de TD que tem o cliente como peça central, uma vez que todos os esforços para melhoria ou para criação da estratégia devem ser direcionados para atender às suas necessidades. Esse item é considerado tão importante na estratégia, que se entende que todo o planejamento deve começar e terminar pelos clientes, que serão os responsáveis pela validação do sucesso do projeto.

Diferentemente do entendimento tradicional de concorrência, em que existe um ambiente de competição acirrada onde as organizações se veem como rivais e, portanto, incapazes de colaborar umas com as outras, Rogers (2017) sugere que a TD nas organizações passa pela coopetição entre concorrentes diretos e indiretos, por meio de parcerias para o desenvolvimento de tecnologias e investimentos em pesquisa e desenvolvimento, que geram frutos para toda uma cadeia de produção, alterando de maneira disruptiva a forma de atuação do mercado.

No aspecto dados, a utilização das TIC contribui para a geração dados, que devem ser armazenados corretamente, analisados por uma equipe competente e convertidos em informações que devem ser disponibilizados para os sujeitos que precisam, quando eles precisam.

A inovação considera que em uma estratégia de TD o processo inovativo é facilitado, dada a contribuição das ferramentas tecnológicas para a coleta de informações sobre as preferências dos clientes, antes do lançamento de novos produtos. Esse aspecto também é facilitado pela quantidade de dados gerados por meio da utilização de recursos tecnológicos, porém exige que os dados sejam trabalhados de maneira correta, fornecendo, assim, informações úteis para o desenvolvimento e lançamento das inovações.

O último aspecto trata do entendimento do valor que a empresa representa (entrega) para o cliente. Enquanto o entendimento tradicional estabelece valores com pouca flexibilidade, alterando-os caso ocorra mudanças no mercado, o sucesso da TD e a manutenção da competitividade demanda

que a empresa esteja sempre atenta à percepção do cliente (e às mudanças) sobre valor na empresa, flexibilizando a proposta de valor e adequando-a quando necessário.

3.2 Gestão da Informação

Francisco, Kugler e Larieira (2017) comentam a existência de dois desafios principais para os profissionais que atuam na gestão da tecnologia da informação (TI) nas organizações, decorrentes de da mudança causada pelos impactos em três dimensões: (i) estrutura de custos dos sistemas produtivos, (ii) relação com os consumidores, e (iii) Gestão da Informação (GI). O primeiro desafio está relacionado com a seleção, aquisição e disponibilização de ferramentas que atendam aos anseios das organizações, além da sua estrutura. O segundo, consiste na aplicação desses recursos de forma correta, visando atender às necessidades dos colaboradores que utilizarão a tecnologia em projetos e serviços.

Além de informações geradas dentro do ambiente empresarial, existe uma infinidade de informações geradas a partir das transações com os clientes. Por isso, Las Casas (2010) comenta a importância de se manter um canal de comunicação constante com os clientes a fim de obter informações estratégicas que deem suporte às ações inovadoras ou mesmo às ações focadas na resolução de determinados problemas.

Sendo a informação um componente presente em todos os processos organizacionais, exigindo investimentos na organização e no acesso facilitado desse recurso para subsidiar a tomada de decisão empresarial (CHOO, 2006), o acesso e o gerenciamento de recursos informacionais relevantes possibilita melhorias em produtos e serviços oferecidos pela empresa, reduz as incertezas e minimiza riscos, e fornece acesso em tempo hábil para aqueles que necessitam da informação, ressaltando a necessidade do tratamento informacional na denominada “Sociedade da Informação” (CARVALHO; JUNIOR, 2014).

A execução correta do tratamento da informação no ambiente empresarial depende da compreensão da diferença entre dados, informação e conhecimento. Davenport e Prusak (1998) afirmam que os dados são de fácil captura, comunicação e armazenamento, enquanto a informação exige a realização de uma análise mais aprofundada, pois sua transmissão com maior clareza exige mais cuidado e aumenta a dificuldade em seu tratamento. O conhecimento, por sua vez, é percebido quando a informação é analisada dentro de um contexto, tornando-se informação mais importante. O Quadro 1 pontua essas diferenças entre elementos.

Quadro 1. Conceito de dados, informação e conhecimento.

Dados	Informação	Conhecimento
Simple observações sobre o estado do mundo	Dados dotados de relevância e propósito	Informações valiosas da mente humana. Inclui reflexão, síntese e contexto
· Facilmente estruturado; · Facilmente obtido por máquinas; · Frequentemente quantificado; · Facilmente transferível.	· Requer unidade de análise; · Exige consenso em relação ao significado; · Exige necessariamente a mediação humana.	· De difícil estruturação; · Difícil de capturar por máquinas; · Frequentemente tácito; · De difícil transferência.

Fonte: adaptado de Davenport e Prusak (1998, p.18).

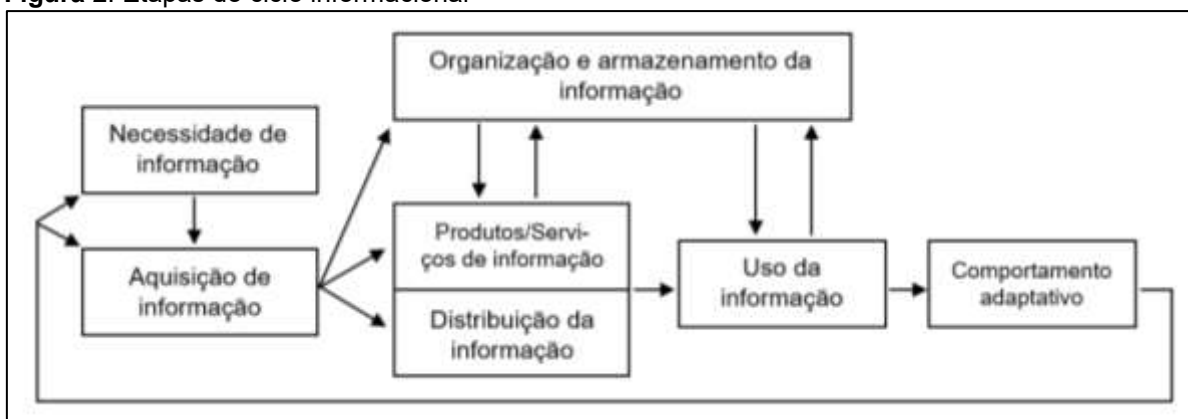
No âmbito acadêmico ou no âmbito empresarial, o ponto de partida é a compreensão de que a informação é elemento fundamental para qualquer atividade. A geração de novos conhecimentos só é possível quando os indivíduos ou as organizações se apropriam da informação por meio das suas relações cognitivas (SANTOS *et al.*, 2014).

Moraes e Fadel (2010) afirmam que a informação deve ser considerada como recursos estratégico dentro das organizações, que têm custo, preço e valor, reforçando a necessidade do seu gerenciamento, assim como os demais recursos existentes em qualquer organização. Diante disso, Ponjuán Dante (2004) define GI como:

“um processo mediante o qual se obtém, se desenvolve, ou se utilizam recursos básicos (econômicos, físicos, humanos, materiais) para o manejo da informação dentro do ambiente organizacional e para a sociedade a qual serve. Tem como elemento básico a gestão do ciclo de vida desse recurso, e corre em qualquer organização. É própria, também, de unidades especializadas que manejam esse recurso de forma intensiva, chamadas de unidades de informação. Esse processo de gestão da informação deve ser valorado sistematicamente em diferentes dimensões e o domínio de suas essências permite sua aplicação em qualquer organização” (PONJUÁN DANTE, 2004, p.19, tradução nossa).

Choo (1998) afirma que a GI deve funcionar como um ciclo de atividades desenvolvidas na organização, atuando de forma interrelacionada no planejamento, desenvolvimento e coordenação da informação, complementando visões mais tradicionais da gestão da TI e da gestão dos recursos informacionais. O autor apresenta um modelo processual de GI que segue uma linha de raciocínio voltada à organização e à valorização do conhecimento, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2. Etapas do ciclo informacional



Fonte: Choo (2003).

Choo (1998) destaca que a GI tem como objetivo a adaptação e a aprendizagem organizacional por meio das mudanças ambientais e o aproveitamento de recursos e capacidades informacionais de maneira cíclica, por meio de um processo que ocorre em seis etapas-chave: (i) as necessidades de informação, onde a empresa identifica quais informações precisa para resolução do problema ou melhoria da competitividade; (ii) a aquisição de informação, a partir das buscas por informações ou dados considerados relevantes para a resolução do conflito apresentado; (iii) a organização e o armazenamento da informação, com a criação de um banco de dados de acesso rápido e facilitado; (iv) os produtos e serviços informacionais, para posterior distribuição aos setores e indivíduos interessados nas informações obtidas; (v) a utilização da informação por quem a obteve nesse processo; e (vi) a fase final, possibilitando reiniciar o ciclo, fortalecendo o comportamento adaptativo.

Neste sentido, Santos e Valentim (2015) afirmam que a execução da correta GI no âmbito empresarial consiste na obtenção de informação de qualidade, confiável, com valor agregado e no momento certo. Afirmam, ainda, que não há como uma organização atuar de forma competitiva e obter sucesso sem informações de diferentes tipos e naturezas, fator que se dá por influência da revolução informacional, que possui como características principais a velocidade e a competitividade.

Um fator importante para a adoção da GI é o investimento em TI, item fundamental para o sucesso do processo, que permite agregar valor às estratégias implementadas, dinamizar as ações e auxiliar na tomada de decisão. Por isso, Machado, Jorge e Santos (2017) comentam que a GI é responsável por todos os elementos inseridos no contexto da informação, sendo um processo que vai além dos tratamentos de dados (entrada, armazenamento, processamento e saída).

Segundo Francisco, Kugler e Larieira (2017), no âmbito da TD, a GI é um ponto crítico que deve ser tratado com bastante cuidado e que tem sido acelerado no que concerne à geração de dados (como o *big data* e a internet das coisas) e potencial analítico utilizados para tratamento dos mesmos (como a inteligência artificial, a geoanálise e a computação cognitiva). Dessa forma, Ferrauioulo Jr. (2019) afirma que a GI não pode ficar de fora de um projeto de TD, em especial em

organizações que migram do analógico para o digital, pois elas possuem a maioria dos seus registros em papéis ou registrados em diferentes plataformas, fato que torna o acesso e o compartilhamento trabalhoso, ineficiente e lento.

O fato de grande parte das informações que transitam pelas empresas serem registradas de formas não estruturadas, como e-mails, documentos, vídeos etc., exigem uma categorização desse material para posterior organização e armazenamento, possibilitando acesso no tempo certo e de forma segura, contribuindo para alcançar os objetivos estabelecidos no projeto de TD implantado pelas empresas (FERRAIOULO, JR., 2019).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

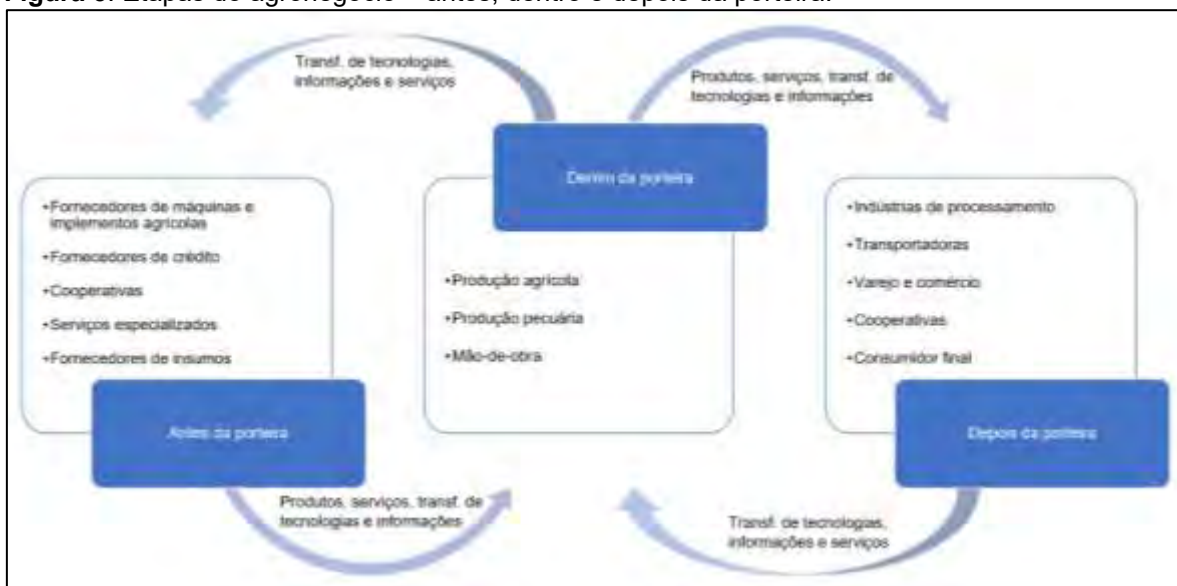
Segundo Shamin *et al.* (2019), a utilização de forma correta de tecnologias e ferramentas digitais auxiliam na organização e acesso das informações no âmbito empresarial e contribuem para uma estratégia de TD. Entende-se que na agricultura existem quatro grupos principais de tecnologias digitais que dão suporte ao processo produtivo: (i) conhecimento agrícola e sistemas de informação, que possui três subgrupos: coleta de informações, gestão da informação e fornecimento de informações relevantes para a gestão; (ii) ferramentas e serviços que fornecem acesso ao mercado e oportunidades de mercados; (iii) automação do processo de negócio da segurança alimentar; e (iv) automação do processo de garantia da segurança alimentar.

Esses quatro grupos utilizam, em comum (e de forma intensa), a informação para contribuir de forma eficiente com o desenvolvimento da agricultura. Massruhá (2018), por exemplo, relata diversas ferramentas à disposição dos produtores rurais, que dependem de e geram informações para a tomada de decisão no processo produtivo, como sensores de solo, irrigação inteligente, análises da quantidade de defensivos agrícolas que devem ser aplicados, drones, colheitadeiras automáticas, georreferenciamento etc.

Além da possibilidade de implementação de tecnologias digitais no processo produtivo (dentro da porteira), as TIC também estão presentes nas etapas antes e depois, gerando dados que precisam ser organizados e tratados para serem disponibilizados aos agentes envolvidos no processo, auxiliando na Transformação Digital das organizações e na melhoria de processos (FERNEDA, 2021).

A compreensão das etapas do agronegócio, baseada em Araújo (2013), e suas relações com a TD e a GI são apresentadas na Figura 3.

Figura 3. Etapas do agronegócio – antes, dentro e depois da porteira.



Fonte: elaborado pelos autores.

As organizações localizadas “antes” da porteira são as responsáveis por dar suporte para o processo produtivo. Por meio delas, os agricultores e pecuaristas dispõem de informações, matéria-

prima e serviços especializados para o desempenho das suas atividades. Nela estão o acesso a recursos financeiros e não financeiros, disponibilidade de financiamentos, cooperativas, defensivos, sementes, estudos de edição genômica, biologia computacional, acesso às tecnologias etc. (MASSRUHÁ, 2018; MOREIRA, 2022),

“Dentro” da porteira estão os responsáveis pela criação de animais e cultivo da terra, que são os produtores de grãos, hortifrutigranjeiros, produtores de leite, entre outros. Segundo Farneda (2021), existe uma tendência de alteração nos modelos de negócios do agronegócio por meio do enxugamento de empresas e de mão de obra devido utilização de dispositivos tecnológicos e máquinas e equipamentos automáticos. Essas ferramentas geralmente chegam até a etapa “dentro” da porteira por meio dos agentes que estão “antes” da porteira, beneficiando de forma gradativa toda a cadeia de produção, até “depois” da porteira.

A utilização de tecnologia e a integração de processos entre as etapas do agronegócio, ilustradas na Figura 3, quando passam a utilizar as tecnologias digitais, geram dados importantes para a coordenação dos negócios em todas as etapas, impactando de forma positiva toda a cadeia, proporcionando mudanças nos recursos humanos (mão de obra), auxiliando na interação com robôs e equipamentos digitais (FARNEDA, 2021).

Na última etapa da cadeia, as empresas que atuam “depois” da porteira, além das atividades ligadas às indústrias de processamento e logística, possuem relação com a venda dos produtos, e se beneficiam das tecnologias digitais que apoiam esses processos e das informações geradas nessa e nas demais etapas (MOREIRA, 2022).

Considerando o exposto, percebe-se também que as ferramentas tecnológicas que servem de suporte para o desenvolvimento dos processos em todas as etapas do agronegócio, favorecem as transferências de tecnologias e de informações entre os agentes dispostos a utilizá-las. Segundo Farneda (2018), a utilização de tecnologia que proporciona o rompimento gradativo dos métodos tradicionais de produção também contribui para o surgimento de novos modelos de negócios. Essas empresas, localizadas “antes” da porteira, desenvolvem inovações e as impulsionam para o produtor rural, impactando nos demais elos da cadeia produtiva.

Essas inovações estão diretamente relacionadas com a implementação das tecnologias e dos processos de TD nas empresas do agronegócio. Segundo Kurnosova *et al.* (2021), para que isso ocorra, é necessário identificar o grau de prontidão em que essas empresas estão para receber recursos tecnológicos e iniciar um processo de mudança nas suas rotinas de trabalho. Especificamente na etapa “dentro” da porteira, existe uma discrepância significativa de prontidão entre empresas, considerando que as grandes empresas ligadas ao processo produtivo dispõem de mão de obra especializada e recursos financeiros para investimentos na utilização de tecnologias, enquanto grande parte das pequenas e médias organizações rurais ainda sofrem com a falta de acesso a esses recursos, por questões financeiras, de pessoal ou estrutural.

A movimentação no sentido de melhorar o acesso às tecnologias em todos os elos das cadeias de produção do agronegócio dependem, segundo Siqueira (2022), de empresas de tecnologias responsáveis por facilitar e auxiliar na disseminação e implementação de tecnologias digitais. No Brasil, são exemplos disso, as *Auto Techs*, empresas especializadas em soluções de logística e transporte, que podem atuar “antes” ou “depois” da porteira fornecendo soluções e informações para os agentes das cadeias de produção. Outros exemplos são as empresas com tecnologias voltadas para gestão de equipes (*HRTechs*), empresas de tendências de marketing (*MarTechs*), de gestão financeira (*Open Banking*), de treinamento de capacitação de equipes (*EdTechs*), de tecnologias para alimentação e segurança alimentar (*FoodTechs*) empresas que desenvolvem tecnologias diretas para auxílio na produção direta no campo (*AgTechs*), todas oferecendo recursos tecnológicos que podem auxiliar em uma estratégia de TD “antes”, “dentro” e “depois” da porteira e contribuindo para o sucesso da estratégia a partir de mudanças em processos e da oferta de soluções tecnológicas e no tratamento de dados.

Todas as soluções e ferramentas tecnológicas utilizadas nas organizações do agronegócio geram dados em qualquer atividade ou etapa que esteja sendo implementada. Nesse sentido, há geração de insumos para servir como base na tomada de decisão para executar as mudanças propostas por Westermann *et al.* (2014) e para auxiliar os agentes das cadeias produtivas no domínio dos aspectos citados por Rogers (2017).

Considerando o processo de transformação dos dados, em informação e em conhecimento (DAVENPORT; PRUSAK, 1998), vislumbra-se a importância da integração da GI com a TD de forma eficiente, especialmente no âmbito do agronegócio, que possui etapas de produção e transformação complexas, cujas organizações competem local e globalmente na forma de cadeias de suprimentos.

Neste caso, para obterem maior competitividade, essas cadeias devem atuar de forma integrada, gerenciando dados e informações que possam ser compartilhadas entre as organizações e demais *stakeholders* na oportunidade para a melhor tomada de decisão (CHOO, 1998; SANTOS; VALENTIM, 2015; MACHADO; JORGE; SANTOS, 2017), que vão influenciar a comunicação com os clientes, identificação de percepção de valor, suporte para execução das atividades para recursos humanos e implementação de inovações de produtos ou processos (ROGERS, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do contexto apresentado, percebe-se que a Gestão da Informação (GI) é uma atividade relevante para todo o processo de Transformação Digital (TD), refletindo diretamente na definição dos objetivos para o projeto de implementação de TD. Executada de modo eficiente, a GI pode assegurar informações em tempo real de estoques, rastreabilidade, estatísticas de produção e movimentação de bens aos elos da cadeia de produção do agronegócio.

Em todas as etapas (antes, dentro e depois da porteira) do agronegócio, existem possibilidades de implementação de estratégias de TD, que provavelmente afetará os parceiros de negócios (fornecedores ou clientes) da organização que está sendo digitalizada, em consequência do maior e melhor tratamento de dados, que resultarão em processos mais eficientes, maior lucro e menos desperdício de tempo, dinheiro e recursos em geral.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, M. Relatório exclusivo tele.síntese campo digital. Ed. **Momento**, 2020. Disponível em: <<https://www.eventos.momentoeditorial.com.br/wp-content/uploads/2020/06/RETS-Campo-Digital-parte-01-20020615.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. Ed. 4. Atlas. São Paulo. 2013.
- BASKERVILLE, R.; MEYERS, M.; YOO, Y. Digital First: The Ontological Reversal and New Challenges for IS. **MIS Quarterly**. Ed. 2, v. 44, pág. 1–31, 2020.
- BASSO, S. M.; MAÇADA, A. C. G.; PINTO, A. de V.; LUNARDI, G. L. O Impacto dos Investimentos em Tecnologia da Informação nas Variáveis Estratégicas Organizacionais e no Desempenho das Micro e Pequenas Empresas (MPes). **Revista Iberoamericana de Empreendedorismo e Pequenas Empresas**, Ed. 9, v. 2, pág. 01–35, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14211/regepe.v9i2.1293>>. Acesso em 15 set. 2022.
- BELLUZZO, R. C. B. Bases teóricas de gestão da informação: das origens aos desafios na sociedade contemporânea. **Palavra Chave** (1666-2938), out. 2017. V. 7, n. 1, p. 1–12. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=lih&AN=126341266&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- BERMAN, S. J.; MARSHALL, A. The Next Digital Transformation: From an Individual-Centered to an Everyone-to-Everyone Economy. **Strategy & Leadership**, Ed. 5, V. 42, Pág. 9-17. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/SL-07-2014-0048>>. Acesso em: 10 set. 2020.
- CARVALHO, L. F.; JÚNIOR, R. H. de A. Gestão Da Informação: Estudo Comparativo Entre Quatro Modelos. **BIBLOS: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 1, p. 71–84. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4159>>. Acesso em: 28 out. 2018.
- CHANIAS, S.; MYERS, M. D.; HESS, T. Digital transformation strategy making in pre-digital organizations: The case of a financial services provider. **Journal of Strategic Information Systems**, Ed. 1. V. 28, pág. 17–33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jsis.2018.11.003>>. Acesso em: 07 ago. 2020.
- CHOO, C. W. **The Knowing Organization: How Organizations Use Information for Construct Meaning, Create Knowledge and Make Decisions**. Nova York: Oxford Press, 1998.
- CHOO, C. W. **Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.
- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006.
- DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. São Paulo: Futura, 1998.
- DIAS, G. L. P.; MOREIRA, M. A.; MARTINS, C. M. Contribuição da gestão da tecnologia da informação para tomada de decisão estratégica. **Revista UNEMAT De Contabilidade**. Ed. 10, v. 20,

- pág. 123–138, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.30681/ruc.v10i20.5676>>. Acesso em 10 set. 2022.
- FALÉCO, L. L.; JORGE, C. F. B. O uso da informação e sua aplicação como insumo estratégico para o agronegócio. **Revista Inteligência Competitiva**. V. 7, n. 3, 2017. Disponível em: <<http://www.inteligenciacompetitivarev.com.br/ojs/index.php/rev/article/view/267>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- FERNEDA, R. Adoção de tecnologias da indústria 4.0 no agronegócio: uma percepção de especialistas sobre as firmas pós porteira. **V ENEI – Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. Inovação, Sustentabilidade e Pandemia**. V. 8, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://www.proceedings.blucher.com.br/article-list/v-enei-355/list#articles>>. Acesso em 29 set. 2022.
- FERRAIOULO JR., C. A. Como a transformação digital está mudando a gestão da informação. **Portal Administradores.com**. 2019. Disponível em: <<https://administradores.com.br/noticias/como-a-transforma%C3%A7%C3%A3o-digital-est%C3%A1-mudando-a-gest%C3%A3o-da-informa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 15 ago. 2020.
- FRANCISCO, E. R.; KUGLER, J. R.; LARIEIRA, C. L. Líderes da Transformação Digital. **GVExecutivo**, Ed. 2, v. 16, pág. 22–27, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/68671>>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- FREDERICO, L. F. **A transformação digital no agronegócio e os motores da inovação dentro e fora da porteira**. Haze Shift, 2021. Disponível em: <<https://hazeshift.com.br/transformacao-digital-no-agronegocio/>>. Acesso em: 10 set. 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.
- HESS, T; MATT, C.; BENLIAN, A.; WIESBÖCK, F. Options for Formulating a Digital Transformation Strategy. **MIS Quarterly Executive**. Ed.15. pág. 123-139, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/291349362_Options_for_Formulating_a_Digital_Transformation_Strategy>. Acesso em 07 ago. 2020.
- KARIMI, J.; WALTER, Z. The Role of Dynamic Capabilities in Responding to Digital Disruption: A Factor-Based Study of the Newspaper Industry. **Journal of Management Information Systems**, Ed. 32, v. 1, pág. 39–81. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/07421222.2015.1029380>>. Acesso em 10 set. 2019.
- KURNOSOVA, N. S.; KURNOSOV, S. A.; ULEZ'KO, A. V. About models of ariculture digital transformation. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**. Mathematical modeling of technical and economic systems in agriculture III. V. 786, 2021. Disponível em: <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/786/1/012011>>. Acesso em 22 set. 2022.
- LAS CASAS, A. L. **Administração de marketing: conceitos, planejamentos e aplicações à realidade brasileira**. 3a Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MACHADO, J. G. C. F.; JORGE C. F. B.; SANTOS C. E. M. A gestão da informação e o processo de inteligência competitiva na produção rural: uma discussão preliminar. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 55., Santa Maria. Anais [...]. Santa Maria: **SOBER**, 2017. Disponível em: <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.7/8390.pdf>> Acesso em: 22 set. 2018.
- MALHOTRA, N. K. *et al.* **Introdução à pesquisa de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- MASSRUHA, S. M. F. S. O campo cada dia mais tecnológico - Chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária aponta as evoluções no agronegócio e a necessidade de algoritmos inteligentes para o auxílio nas análises dos dados. V. 15, n. 20, 2018. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/196001/1/AP-Entrevista-Silvia.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2022
- MEIRELLES, F. Panorama do uso de TI no Brasil – 2022. **FGV Online**, 2022. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/panorama-uso-ti-brasil-2022>>. Acesso em: 13 jul. 2022.
- MOREIRA, F. M.; ALENCAR, D. F.; MARTINS, P. G. M.; SANT'ANA, R. C. G. Transformação digital no contexto dos pequenos e médios produtores rurais – Os dados como diferencial para os desafios do século XXI. ECODAF, Tupã, Faculdade de Ciências e Engenharia – UNESP, 2022. Disponível em: <<https://codaf.tupa.unesp.br/noticias/1146-publicacao-do-ebook-contendo-trabalhos-e-palestras-do-viii-e-codaf>>. Acesso em: 29 set. 2022.
- PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información: dimensiones e implementación para el éxito organizacional**. Rosário: Nuevo Parhadigma, 2004.

- REIS, J.; AMORIM, M.; MELÃO, N.; MATOS, P. Digital Transformation: A Literature Review and Guidelines for Future Research. In: ROCHA Á.; ADELI, H.; REIS, L. P.; COSTANZO, S. **Trends and Advances in Information Systems and Technologies**. WorldCIST'18 2018. Advances in Intelligent Systems and Computing, vol. 745. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-3-319-77703-0_41>. Acesso em: 13 set. 2019.
- RÓDRIGUES, C.; BLATTMANN, U. **Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento**. Perspectivas em Ciência da Informação. 2014, vol.19, n.3, pp.4-29. ISSN 1981-5344. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-5344/1515>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
- ROGERS, D. **The digital transformation playbook**: Rethink your business for the digital age. Columbia University Press, 2017.
- SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. As interconexões entre a gestão da informação e a gestão do conhecimento para o gerenciamento dos fluxos informacionais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n.2, p. 19-33, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114790>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- SANTOS, C. D.; VALENTIM, M. L. P. Gestão da informação em ambientes organizacionais: em foco o setor têxtil e de vestuário. **Informação@Profissões**, Paraná, v. 4, n. 1, p. 56-81, 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/23542>>. Acesso em: 22 set. 2018.
- SANTOS, B. R. P. dos; MARTINS DAIAN, I. P. A gestão da informação e a competência em informação: subsídios para o âmbito empresarial. **Palavra chave**, Ensenada, v. 7, n. 1, p. 00, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1853-99122017000200003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2018.
- SHAMIN, A.; FROLOVA, O.; MAKARYCHEV, V.; YASHKOVA, N.; KORNILOVA, L.; AKIMOV, A. Digital transformation of agricultural industry. **IOP – 5th International Conference on Agricultural and Biological Sciences (ABS)**, IOP Conf. Series: Earth and Environmental Science. V. 346, 2019. Disponível em: <<https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1755-1315/346/1/012029>>. Acesso em 29 set. 2022.
- SIQUEIRA, D. Mudanças antes, dentro e depois da porteira: 5 reflexões sobre solos e agronegócio para o triênio 2020, 2021 e 2022, **Start Agro**, 2022. Disponível em: <<https://www.startagro.agr.br/mudancas-antes-dentro-e-depois-da-porteira-5-reflexoes-sobre-solos-e-agronegocio-para-o-trienio-20202021-e-2022/>>. Acesso em: 23 set. 2022.
- VALENTIM, M. L. P.; CARVALHO, E. L.; WOIDA, L. M.; CASSIANO, E. L. Gestão da informação utilizando o método informapping. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.13, n.1, p.184-198, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-99362008000100012>>. Acesso em 29 mai. 2019.
- VERAS, M. **Gestão da Tecnologia da Informação – Sustentação e Inovação para a Transformação Digital**. Ed. Brasport. Rio de Janeiro. 2019.
- VIAL, G. Understanding digital transformation: A review and a research agenda. **Journal of Strategic Information Systems**, Ed. 2, v. 28, pág. 118–144, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jsis.2019.01.003>>. Acesso em 07 ago. 2020.
- WANG, Y. et.al. Big Data Analytics: Understanding its Capabilities and Potential Benefits to Healthcare Organizations. **Technology Forecasting & Social Change**. V. 126. Jan. 2018. Pág. 3-13. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.techfore.2015.12.019>>. Acesso em 12 set. 2020.
- WESTERMAN, G.; BONNET, D.; MCAFEE, A. **Leading Digital**: Turning technology into business transformation. Boston: Harvard Business Review Press, 2014.

***A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA INTERNA NA DETECÇÃO DE FRAUDES TRIBUTÁRIAS: UM
ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA***

***THE IMPORTANCE OF INTERNAL AUDIT IN THE DETECTION OF TAX FRAUD: AN
EXPLORATORY STUDY ON THE PERCEPTION OF PROFESSIONALS IN THE AREA***

Área temática: Indústria, Inovação e Infraestrutura.

BORELI, Daniela
Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF
Universidade Brasil
Mestre em Ciências Ambientais
daniboreli@hotmail.com

LOURENÇO, Gabriel de Aragão
Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF
Graduando em Ciências Contábeis
gabriel_lourecoo@hotmail.com

PEREIRA, Matheus Durval
Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF
Graduando em Ciências Contábeis
matheusdurval1@hotmail.com

RIBEIRO, Rogério de Jesus
Fundação Educacional de Fernandópolis – FEF
Universidade de Araraquara - UNIARA
Mestre em Engenharia de Produção
rjribeiro81@gmail.com

SANTOS, Higor da Costa
Fundação Educacional de Fernandópolis - FEF
Graduando em Ciências Contábeis
hgsantos@live.com

Resumo

Este estudo trata da importância da auditoria interna na detecção de fraudes tributárias. No Brasil, as companhias estão sob riscos que podem ser mitigados pela inserção de controles internos, identificação de possíveis erros, fraudes e irregularidades aos quais a empresa está exposta, com o intuito de auxiliar a administração no alcance dos objetivos. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo geral identificar a pertinência das auditorias internas acerca da constatação de erros e fraudes, elucidando as informações por meio do conhecimento e experiência de profissionais atuantes na área. Para atender a essa proposta, dissertou-se sobre a origem, evolução e desenvolvimento da auditoria, estudou-se a experiência de auditores atuantes na vertente contábil da profissão, bem como suas percepções sobre ferramentas de mitigação de riscos e analisou-se dados obtidos em pesquisa exploratória que demonstrassem a diminuição dos riscos de fraudes ao passo em que as auditorias internas foram instituídas. Sabe-se que a auditoria aplicada à área tributária facilita o reconhecimento de erros comuns desde tributar uma alíquota incorreta, estar enquadrado em um regime errado, conferência das notas fiscais e alguma desatenção na entrega das obrigações essenciais e dispensáveis.

Palavras-chave: Auditoria, fraudes, tributação.

Abstract

This study deals with the importance of internal auditing in detecting tax fraud. In Brazil, companies are under risks that can be mitigated by inserting internal controls, identifying possible errors, fraud and irregularities to which the company is exposed, in order to help management achieve its objectives. In this sense, the work has the general objective of identifying the relevance of internal audits regarding the finding of errors and fraud, elucidating the information through the knowledge and experience of professionals working in the area. To meet this proposal, the origin, evolution and development of auditing was discussed, the experience of auditors working in the accounting aspect of the profession was studied, as well as their perceptions about risk mitigation tools and data obtained in exploratory research that demonstrated the reduction of fraud risks while internal audits were instituted. It is known that the audit applied to the tax area facilitates the recognition of common errors from taxing an incorrect rate, being framed in a wrong regime, checking invoices and some inattention in the delivery of essential and expendable obligations.

Keywords: Audit, frauds, taxation.

1 INTRODUÇÃO

A auditoria interna, atividade independente de caráter objetivo, que busca da avaliação e consultoria agregar valor à organização jurídica, tornou-se reconhecida há 20 anos para a maior parte dos profissionais estadunidenses, porém já havia sido estabelecida anos atrás por instituições maiores. No Brasil o conhecimento do exercício ocorreu nos últimos anos aprovado pelo Conselho Federal da Contabilidade (CFC) em 24 de março de 1995 (FRANCO; REIS, 2004).

Atualmente, as empresas estão expostas a muitos riscos que podem ser mitigados pela aplicação e elaboração de controles internos. A função do auditor resume-se em identificar possíveis erros, fraudes e irregularidades aos quais a empresa está exposta e auxiliar a alta administração no alcance dos objetivos organizacionais (OLIVEIRA; AMARAL; SILVA, 2019).

Nesse sentido, o trabalho tem como objetivo geral identificar a pertinência das auditorias internas acerca da constatação de erros e fraudes, elucidando as informações por meio do conhecimento e experiência de profissionais habilitados. Para atender a essa proposta, dissertou-se sobre a origem, evolução e desenvolvimento da auditoria, abordando os métodos utilizados na detecção de fraudes; estudou-se a experiência de auditores atuantes na vertente contábil da profissão, bem como suas percepções sobre ferramentas de mitigação de riscos; analisou-se dados obtidos em pesquisa exploratória que demonstrassem a diminuição dos riscos de fraudes ao passo em que as auditorias internas foram instituídas.

É sabido que a auditoria aplicada à área tributária facilita o reconhecimento de erros comuns desde tributar uma alíquota incorreta, estar emoldurado em um regime errado, conferência das notas fiscais e alguma desatenção na entrega das obrigações essenciais e dispensáveis. Além disso, atentar-se a esses aspectos auxilia a alta administração no alcance dos objetivos (OLIVEIRA; AMARAL; SILVA, 2019).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO E EVOLUÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

O termo auditoria tem sua origem no latim, advindo da palavra *audire* (ouvir). Na Inglaterra, o termo foi definido como *auditing*, dando ênfase à vertente contábil da profissão. Com o passar dos anos, tanto o termo, como o conceito de auditoria, tem sido disseminado consideravelmente na sociedade devido aos efeitos da globalização e enquadramento das empresas nas normas fiscais (PINHEIRO; CUNHA, 2009).

O exercício de auditar iniciou-se, em território brasileiro, com profissionais estrangeiros a partir de 1911. Já nas décadas de 40 a 70, foram publicadas as normas relevantes à profissão. Especificamente em 1976, houve o decreto da lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, que instaurou a obrigação de submeter as demonstrações financeiras dessas empresas à auditores (CÁCERES, 2019).

Diversas são as teorias que explanam sobre o nascimento da auditoria. No antigo Egito, diante da necessidade de validação das atividades, já se apresentava indícios de práticas de controles internos. Por sua vez, em Roma, os auditores consistiam em indivíduos responsáveis pela

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

economia local. Já na França, eram escolhidos alguns funcionários para que tomassem conhecimento acerca das demonstrações financeiras (CARDOZO, 2013).

No Brasil, especificamente na era colonial, definia-se um responsável para cuidar do tesouro. No Reino Unido, diante da revolução industrial ocorrida no século XVIII e, conseqüentemente, do desenvolvimento da economia e operacionalização das atividades produtivas, viu-se a necessidade de haver um profissional que pudesse certificar que os demonstrativos financeiros possuíam a confiabilidade necessária, por meio de seu parecer (GUEDES; SILVA, 2017).

Segundo Souza, Dyniewicz e Kalinowski (2010), não se sabe, ao certo, o início da aplicação da auditoria como um método profissional nas organizações, apesar das práticas subentendidas como funções do auditor, supracitadas anteriormente. Entretanto, há alguns fatos marcantes na história que corroboraram para o surgimento da profissão, a saber (ALMEIDA, 1996).

Quadro 1 – Acontecimentos que marcaram a história da auditoria no mundo

ANO	MUNDO
1310	Criação do Conselho de Londres – Inglaterra.
1314	Criação do cargo de auditor do Tesouro da Inglaterra.
1559	Sistematização e estabelecimento da auditoria dos pagamentos a servidores públicos pela Rainha Elizabeth I - Inglaterra.
1581	Criação do Colégio de Contadores de Veneza – Itália.
1640	Criação do Tribunal de Contas em Paris – França.
1658	Criação da Academia <i>Dei Ragionieri</i> , nas cidades de Milão e Bolonha - Itália.
1786	Criação do Guia profissional de New York – Estados Unidos.
1786	Criação do Guia Comercial inglês – Inglaterra.
1845	O <i>Railway Consolidation Act</i> passou a obrigar a verificação dos balanços por auditores – Inglaterra.
1880	Criação da Associação dos Contadores Públicos Certificados - Inglaterra.
1886	Criação da Associação dos Contadores Públicos Certificados (<i>AICPA-American Institute of Certified Public Accountants</i>) - Estados Unidos.
1894	Criação do Instituto Holandês de Contadores Públicos – Holanda.
1916	Criação da <i>American Accounting Association</i> (AAA) – Estados Unidos.
1934	Criação do <i>Security and Exchange Commission</i> (SEC) - Estados Unidos.
1972	Criação do International Accounting Standard Board – IASB

Fonte: Almeida, 1996.

No Brasil, há normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que são aplicadas às atividades de auditoria, tais como as NBC TA, que se relacionam às auditorias independentes, e a NBC TI, que se refere à norma de auditoria interna, aprovada pela resolução CFC Nº 986/03. Essa norma, em específico, aborda os conceitos relacionados à auditoria interna, a execução dos trabalhos, elaboração de relatórios, entre outros assuntos (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2022).

A auditoria pode classificar-se como externa ou interna, de forma que a primeira é executada por um profissional que não possui vínculos empregatícios com a empresa a ser auditada, com o intuito de elaborar seu parecer com base nos demonstrativos contábeis; a segunda, por sua vez, refere-se a uma atividade exercida por colaboradores pertencentes ao quadro de funcionários da empresa, entretanto, de forma independente no que diz respeito à subordinação aos demais setores, buscando atender às demandas da alta administração e auxiliar a organização no alcance dos objetivos (PINHEIRO; CUNHA, 2009).

Conforme abordado por Chiavenato (2002), a vertente interna da auditoria passou a ganhar destaque a partir de 1941, em Nova Iorque, após a fundação do Institute of Internal Auditors (IIA). Ainda, é possível defini-la como a averiguação das políticas internas da empresa, avaliando-as e propondo melhorias por meio de planos de ações.

2.2 A RESPONSABILIDADE DO AUDITOR INTERNO

A auditoria interna é comumente conhecida por “fiscais” que estão dispostos a somente investigar e apontar erros. A maioria dos colaboradores de uma empresa desconhecem as reais responsabilidades dos auditores internos, o que acaba por gerar questionamentos acerca da atuação desses profissionais (ALVES, 2014).

O auditor interno tem dentre suas atribuições o papel de averiguar e avaliar os processos da organização, identificando riscos e controles sobre cada processo examinado. Ainda, emite seu parecer sobre a eficácia dos controles existentes, com o intuito de auxiliar a organização no alcance dos objetivos e garantir a conformidade das atividades, promovendo a confiabilidade dos processos (THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS, 2018).

Por meio de suas avaliações, o profissional de auditoria possibilita que seja colocada em prática a melhoria contínua, adicionando valor aos processos e mitigando a probabilidade de que os riscos aconteçam, visto que propõe alterações e acompanha o cumprimento das ações propostas. O processo de gerenciar riscos da empresa tem o intuito de alinhar as decisões da organização de forma que possibilite responder aos riscos previamente identificados, reduzindo-os, evitando-os ou compartilhando-os com terceiros, além de antecipar os possíveis cenários que podem surgir caso a empresa não aplique as ações propostas (TCU, 2022).

2.3 A UTILIZAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA NA PREVENÇÃO DE FRAUDES TRIBUTÁRIAS

Conforme estudo realizado pela HSN Consult (1999), os prejuízos sofridos pelas empresas mediante fraudes podem refletir em até 37% do PIB, com base na média entre 65% das empresas que apontaram as fraudes como a maior adversidade. A projeção em valores apurou um valor médio anual de R\$ 67 mil por empresa.

Segundo uma pesquisa realizada pela empresa KPMG (2022), considerando países da América do Norte e Latina, demonstrou que 86% dos líderes organizacionais consideram que o trabalho remoto, necessário durante a pandemia de COVID-19 que afetou o mundo expressivamente nos anos de 2020 e 2021, diminuiu a habilidade de resposta adequada às fraudes devido à impossibilidade de supervisionar atitudes fraudulentas à distância. As fraudes, em média, representam, além de diversos danos à imagem e impactos morais à empresa, 1% do lucro das empresas. Todavia, não é possível estimar com exatidão a perda nesses casos, visto que variáveis como o tempo de duração podem influenciar e aumentar significativamente esse percentual.

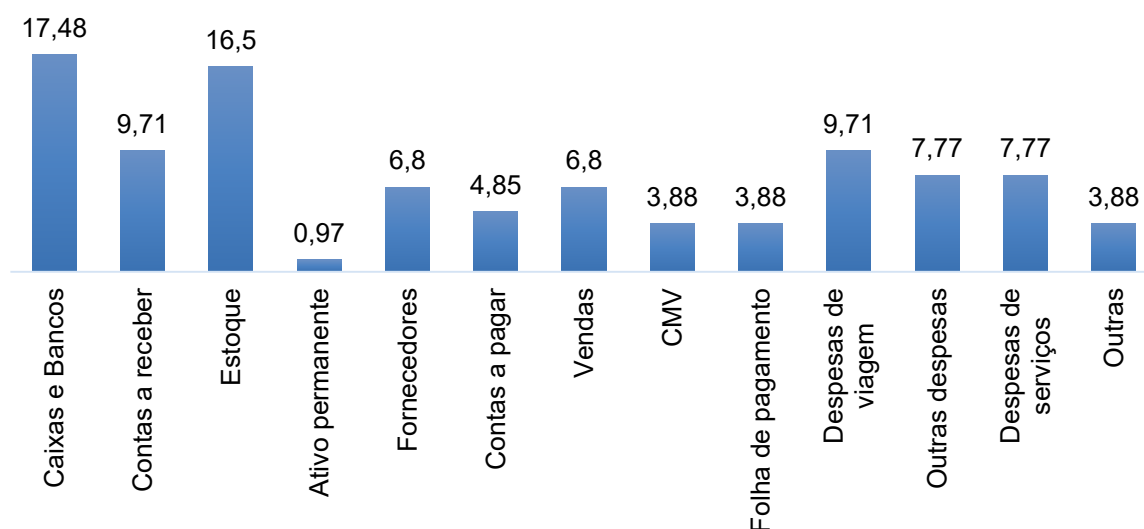
Alguns proprietários de empresas brasileiras, entrevistados por Souza e Bergamasco (2001), explanaram sobre os atos praticados em suas empresas, abordando questões como a ausência de emissão de notas fiscais em todas as vendas devido à excessiva carga tributária. Nesse âmbito, é iniciada um ambiente conivente com a fraude, que pode culminar na descontinuidade da empresa.

Segundo Sá (1982, p.15), “fraude não é apenas o furto comum, pela subtração direta de bens, mas toda forma de lesão ao direito de terceiros, tramada através de artifícios, executados através de métodos e práticas desonestas”.

Portanto, considerando a definição acima, a empresa deve voltar-se a identificar a presença de fraudes nas operações por meio de indícios e análises, além de aplicar métodos para punir os responsáveis por tais atos. As empresas devem priorizar o investimento em estratégias para evitar que as fraudes ocorram, ou seja, métodos preventivos, ao invés de somente aplicar medidas corretivas. Para isso, as áreas fundamentais concentram-se em auditoria e controles internos (PINHEIRO; CUNHA, 2009).

Uma das atribuições dos auditores contábeis refere-se à mensuração dos riscos, analisando, principalmente, as disponibilidades da empresa, tendo em vista que se constitui no grupo de contas mais fraudadas das organizações, vide gráfico abaixo (JORNAL CONTÁBIL, 2015).

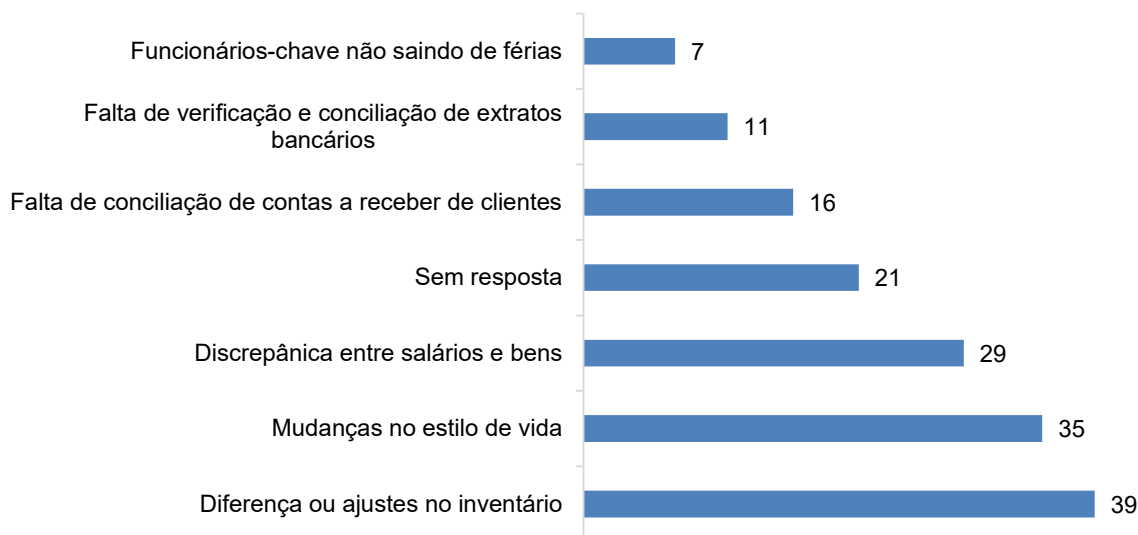
Gráfico 1 – Principais contas contábeis utilizadas para fraudes nas organizações (%).



Fonte: Jornal Contábil, 2015.

Nota-se, portanto, a interrelação entre auditoria e a descoberta de fraudes contábeis. Durante uma pesquisa da KPMG FORENSIC SERVICES (2000) acerca de sinais de alerta revelados por entrevistados, é possível notar que, com a análise das contas contábeis mencionadas acima, efetuada pela equipe de auditoria interna, a maioria das fraudes poderiam ter sido mitigadas.

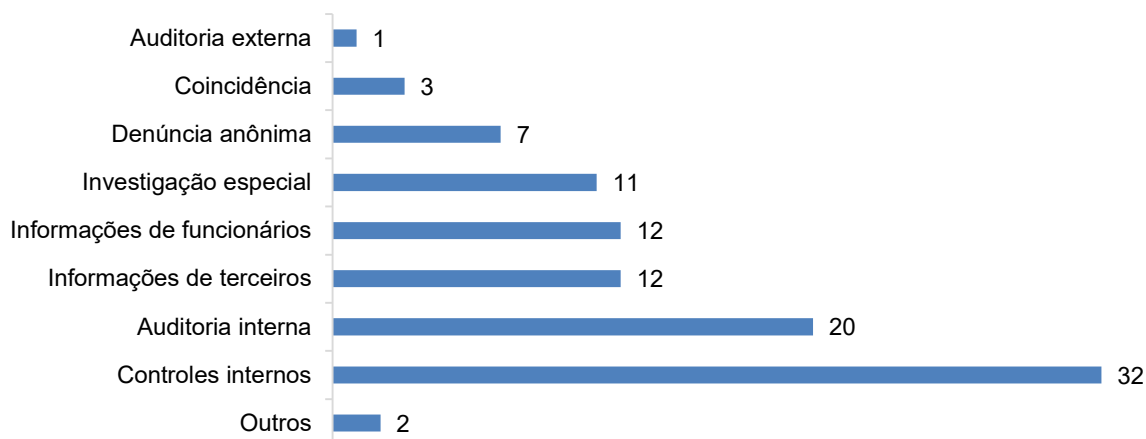
Gráfico 2 – Percentuais acumulados (%) de sinais de alertas apontados pelos entrevistados.



Fonte: KPMG FORENSIC SERVICES, 2000.

Ainda, esse aspecto pode ser certificado com base em outra questão levantada na pesquisa supracitada, elaborada pela KPMG FORENSIC SERVICES (2000), que questiona os empresários sobre as formas em que descobriram fraudes em suas companhias.

Gráfico 3 – Em porcentagem, os meios que propiciaram a descoberta de fraudes (%).



Fonte: KPMG FORENSIC SERVICES, 2000.

De modo geral, conforme apresentado no gráfico 3, a auditoria interna contribuiu em 20% para que essas situações fossem notadas (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, voltada para o estudo de casos de profissionais atuantes na área de auditoria interna e suas percepções sobre a importância desse setor na detecção de fraudes tributárias. A pesquisa bibliográfica foi definida por Gil (2002, p. 44) como aquela

[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.

A pesquisa exploratória, por sua vez, permite que o pesquisador se aproxime do tema pesquisado, com o intuito de descobrir resultados sobre as hipóteses previamente abordadas. Diante do exposto, foram analisadas as percepções dos profissionais da área em fontes secundárias de informações. Esse tipo de pesquisa é visto, na prática, como um estudo de caso, utilizando-se de base fontes bibliográficas. A partir dessas fundamentações, as informações da pesquisa bibliográfica tiveram como fonte livros, artigos científicos, periódicos, e-books, revistas e outros documentos pertinentes ao tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista que o objetivo desse estudo é identificar a pertinência das auditorias internas acerca da constatação de erros e fraudes, elucidando as informações por meio do conhecimento e experiência de profissionais habilitados, elaborado por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória, neste tópico são apresentados os resultados da pesquisa.

Com base no referencial teórico, foi apurado três casos em que a existência da auditoria interna nas organizações possibilitou a detecção de fraudes, bem como o método de identificação e resultados dos processos.

O primeiro caso abordado refere-se ao setor de auditoria interna do Departamento Estadual de Trânsito (Detran) do estado de Alagoas, em que foram apontados alguns indícios de fraudes no sistema de aplicação das provas para condutores realizadas nos anos de 2011 e 2012, de forma que 57 (cinquenta e sete) casos foram devidamente comprovados. Um dos principais riscos identificados pelos profissionais abrange a possibilidade de formação de maus condutores e cometimento de crimes à legislação, tendo em vista que foi detectado o risco da prática de falsidade ideológica durante o exame. Assim, como resultado, alguns candidatos transcorreram por todo o processo de habilitação novamente e a delegacia de polícia foi acionada para apurar se houve envolvimento de

colaboradores da empresa no caso. A notícia estudada nesse artigo foi publicada no veículo de comunicação Já é Notícia (2019).

O segundo caso ocorreu em 2013, em um banco brasileiro privado, denominado banco PAN. No início das atividades do banco na bolsa de valores para negociação de ações, já havia indícios de contradições contábeis, especificamente ocorridas no balanço patrimonial da companhia. A fraude consistia no aumento dos papéis da carteira de créditos, que já haviam sido vendidos a outras instituições, para fazer parte do patrimônio da empresa. Como consequência, o valor da empresa estava elevado, todavia, erroneamente. A irregularidade, descoberta pelo Banco Central, foi identificada por meio de procedimentos de auditoria (DEUS, 2014).

O terceiro caso apurado ocorreu em 2003 no grupo Parmalat, atuante no ramo alimentício, que destacava em suas demonstrações contábeis alguns ativos que, na verdade, não existiam. A fraude, calculada em aproximadamente € 3,95 bilhões na sua contabilidade, constatada por auditores. Após o escândalo vir a conhecimento público, em 2003, as ações da empresa perderam seu valor e a companhia foi denominada como insolvente (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004).

Tendo em vista que as fraudes mencionadas acima foram descobertas utilizando-se de procedimentos de auditoria interna, aborda-se, a seguir, a percepção dos profissionais atuantes na área, obtida com base em entrevistas.

Inicialmente, cita-se a declaração de um auditor especialista no combate a fraudes. Em sua fala, foi abordado que a fraude nas empresas brasileiras é intrínseca, ou seja, ocorrerá em determinado momento de sua existência. Considerando esse aspecto, a auditoria interna obteve maior visibilidade por ser uma área que tem como propósito garantir a conformidade dos processos, bem como assegurar o cumprimento de normas e legislações. Entretanto, o profissional menciona que não é possível utilizar-se somente da auditoria interna, mas, sim, deve haver a combinação de outros fatores tais como treinamentos dos colaboradores, controles internos, entre outros. Segundo ele, as fraudes podem acarretar prejuízos de mais de U\$174.000,00 por ano nas empresas da América Latina, além de perdas indiretas como redução da qualidade, aumento de custos, interferências na confiabilidade da empresa para com os *stakeholders*. Com base em suas experiências, o profissional afirma que a participação do proprietário do negócio é fundamental para combater a fraude, além de mudanças na cultura organizacional (CHUBATSU, 2016).

Em 2020, Carlin, coordenador da comissão dos profissionais de auditoria contábil no Paraná, deixou sua contribuição acerca do tema. Em seu depoimento, foi enfatizado o uso de tecnologias para otimização dos trabalhos da auditoria, principalmente voltadas para *data analytics*. Entretanto, ressaltou-se que, mesmo de forma eletrônica, o profissional deve certificar-se de que a origem das informações e dos controles existentes transmitem a confiança necessária para que seja elaborado o parecer do auditor. Ainda, afirmou que a auditoria agrega valor às companhias no que concerne a certificação de qualidade e confiança das demonstrações contábeis, proporcionando apoio à alta administração e mitigando a existência de riscos nos processos organizacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi apresentar a importância das auditorias internas acerca da constatação de erros e fraudes, elucidando as informações por meio de pesquisa exploratória que abordou o conhecimento e experiência de profissionais habilitados, bem como transcorreu-se sobre a origem, evolução e desenvolvimento da auditoria e casos em que houve a mitigação dos riscos de fraudes ao passo em que as auditorias internas foram aplicadas.

Conforme demonstrado nas pesquisas realizadas em fontes bibliográficas, a auditoria interna é uma ferramenta indispensável na detecção de fraudes, visto que, com base em normativas e regras, realiza a análise dos demonstrativos contábeis e mitiga riscos que podem resultar em perdas financeiras para a empresa e, até mesmo, levá-la à insolvência.

No decorrer da pesquisa, pode-se confrontar a percepção dos profissionais da área com os casos de fraudes detectadas em auditorias. Portanto, confirma-se a hipótese de que a atuação de auditores internos como *staff* em conjunto com a alta administração proporciona maior confiabilidade às informações emitidas pela empresa e aos controles internos realizados.

Para pesquisas futuras e complementação das informações abordadas nesse estudo, sugere-se a análise da contribuição de certificação de perícia para auditores internos no processo de análise das demonstrações contábeis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 1996.

ALVES, Nelma Sofia de Castro et al. O recurso a procedimentos de auditoria financeira no combate à fraude e evasão fiscais. 2014. Tese de Doutorado. **Instituto Politécnico do Porto**. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

CÁCERES, Livia Essarts. **Desenvolvimento da auditoria no Brasil**: da divulgação do primeiro parecer (1902) até a obrigatoriedade com a publicação da Lei das SA (1976). 2019. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/197606/001098032.pdf?sequence=1>>. Acesso em 28 ago. 2022.

CARDOZO, Julio Sergio. **Origem e conceitos de auditoria**. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 2, n. 2, p. 27-36, 2013.

CARLIN, Everson Breda. **Fórum do Auditor 2020**: entrevista com o coordenador da comissão organizadora, Everson Breda Carlin, que faz a palestra de abertura. 2020. Disponível em: <<https://www2.crcpr.org.br/imprensa/noticias/exibirParaLeitura/12532>>. Acesso em 06 set. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CHUBATSU, Diogo. **Entrevista de Diogo Chubatsu**: Fraudes ocupacionais e auditoria interna. 2016. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/pulse/entrevista-de-diogo-chubatsu-fraudes-ocupacionais-e-interna-chubatsu/?originalSubdomain=pt>>. Acesso em 29 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade**: NBC TI 01 - Da auditoria interna. Revisada em 2022. Disponível em: <<https://www.valor.srv.br/artigo.php?id=1003&titulo=norma-brasileira-contabilidade-nbc-ti-1>>. Acesso em 15 ago. 2022.

DEUS, Paulo Cesar Passos de. **Auditoria interna**: como instrumento de identificação de fraudes e erros nas demonstrações contábeis. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXIV, Nº. 000049, 05/03/2014. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/auditoria-interna-como-instrumento-de-identificacao-de-fraudes-e-erros-nas-demonstracoes>> Acesso em 01 set. 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Saiba mais sobre o escândalo financeiro da Parmalat**. 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u78832.shtml>>. Acesso em 05 set. 2022.

FRANCO, Adriana Aparecida Dellú; REIS, Jorge Augusto Gonçalves. O papel da auditoria interna nas empresas. **VIII Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e IV Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação**, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, Oldham Silva; SILVA, Kauary Souza. Origem e evolução da auditoria. **Centro Universitário São Lucas**: Origem e Evolução da Auditoria, Porto Velho. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.saolucas.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2786/Oldham%20Silva%20Guedes%2C%20Kauary%20Souza%20-%20Origem%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o%20da%20auditoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 20 ago. 2022.

HSN CONSULT. **Relatório HSN Consult sobre fraudes no Brasil**. Brasil, 1999. Disponível em <<http://hsn.com.br/serviços/fraude.htm>>. Acesso em: 08 set. 2022.

JÁ É NOTÍCIA. **PC prende dois homens que se passavam por candidatos em prova teórica do Detran/AL**. 2019. Disponível em: <<https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2019/08/13/63675-pc>>

prende-dois-homens-que-se-passavam-por-candidatos-em-prova-teorica-do-detranal>. Acesso em 01 set. 2022.

JORNAL CONTÁBIL. **Conheça as fraudes mais comuns nas empresas e o papel da auditoria interna**. 2015. Disponível em: <<https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-as-fraudes-mais-comuns-nas-empresas-e-o-papel-da-auditoria-interna/>>. Acesso em 02 ago. 2022.

KPMG. **Uma tripla ameaça nas Américas**: KPMG 2022 Fraud Outlook. 2022. Disponível em: <<https://home.kpmg/br/pt/home/insights/2022/01/kpmg-fraud-outlook-survey.html>>. Acesso em 20 ago. 2022.

KPMG FORENSIC SERVICES. **A fraude no Brasil – Relatório de pesquisa 2000**. Brasil, 2000. Disponível em <<http://www.kpmg.com.br>>. Acesso em 25 ago 2022.

OLIVEIRA, Kaique Araújo de; AMARAL, Emília de Araújo; SILVA, Fernando Linhares da. A importância da auditoria interna como ferramenta de controle e combate a erros e fraudes tributárias em empresas privadas. **Hígia-revista de ciências da saúde e sociais aplicadas do oeste baiano**, v. 4, n. 2, 2019.

PINHEIRO, Geraldo José; CUNHA, Luís Roberto Silva. A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes. **Contabilidade Vista & Revista**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 31-48, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/210>. Acesso em: 2 set. 2022.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fraudes Contábeis**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed: Tecnoprint, 1982.

SOUZA, Lázaro Evair de, BERGAMASCO, Cláudia. O tormento das fraudes. **Pequenas Empresas Grandes Negócios**, São Paulo, Ano XIII, n. 152, p. 16-21, set. 2001.

TCU. **Modelos de referência de gestão corporativa de riscos**. 2022. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/planejamento-governanca-e-gestao/gestao-de-riscos/politica-de-gestao-de-riscos/modelos-de-referencia.htm>>. Acesso em 16 ago. 2022.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS. **O papel da auditoria interna na governança corporativa**. 2018. Disponível em: <<https://iiabrasil.org.br/korbillload/upl/ippf/downloads/declarao-de-pos-ippf-00000006-14062018163019.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2022.

ALCEU DE SOUZA NOVAES: um intelectual e educador e sua contribuição para a educação no estado de MINAS GERAIS – 1910 a 1924

ALCEU DE SOUZA NOVAES: an intellectual and educator and his contribution to the education in the state of MINAS GERAIS – 1910 to 1924

Área temática: Educação de Qualidade.

RAMOS, Marcos Daniel de Moura
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
Graduado em Direito e História (licenciado), mestrando do Programa de Educação da UFTM
marcosdaniel200@hotmail.com

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges de
Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM
Graduada em História, Mestre em História e Doutora em Educação, Professora Adjunta do Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM
anelise.oliveira@uftm.edu.br

Resumo

A Proclamação da República no Brasil em 1889 e a Constituição de 1891, trouxeram uma educação descentralizada, ficando a sua organização sob a responsabilidade de cada estado da federação. Em Minas Gerais, na esteira de São Paulo, a adoção de reformas visava implantar o novo projeto estatal de educação, sendo a “João Pinheiro” (1906) a primeira delas. O presente artigo baseia-se no projeto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação da UFTM, cuja pesquisa está em curso e que objetiva esclarecer, considerando tal contexto temporal e histórico, a (s) contribuição (ções) do intelectual Alceu de Souza Novaes para a educação do estado de Minas Gerais, quando na função de Inspetor Técnico de Ensino (1906-1924), atuando em várias cidades do estado mineiro intervindo, moldando práticas pedagógicas, apropriações e troca de saberes nas escolas por onde passou, produzindo relatórios, artigos na revista de ensino e em jornais, que serão analisados à luz da legislação educacional vigente no período em que ocupou o cargo, afim de saber se produzia novas práticas, diferentes do que impunha o Estado. De outro lado, tais documentos também serão analisados considerando-se os referenciais teóricos (conceitos) dos historiadores e Jean François Sirinelli (geração, trajetória e rede de sociabilidade), Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen afim de se esclarecer se Alceu era um intelectual, e se era do tipo produtor ou mediador como também do sociólogo Pierre Bourdieu (Capital cultural, campo e *habitus*).

Palavras-chave: República, intelectual, história da educação.

Abstract

The Proclamation of the Republic in Brazil in 1889 and the Constitution of 1891, brought a decentralized education, leaving its organization under the responsibility of each state of the federation. In Minas Gerais, in the wake of São Paulo, an adoption of reforms intended to implement the new state education project. The "João Pinheiro" (1906) was the first one. This article is based on the project presented to the Postgraduate Program in Education at UFTM, whose research is in progress and which aims to clarify, considering such a temporal and historical context, the contribution(s) of the intellectual Alceu de Souza Novaes for the education of the state of Minas Gerais, when in the role of Technical Inspector of Education (1906-1924), acting in several cities of the state of Minas Gerais, intervening, shaping pedagogical practices, appropriations and exchange of knowledge in the schools where he passed, producing reports, articles in the teaching magazine and in newspapers, which will be analyzed in the light of the educational legislation in force during the period in which he held the position, in order to know if he produced new practices, different from those imposed by the State. On the other hand, such documents will also be analyzed considering the theoretical references (concepts) of historians and Jean François Sirinelli (generation, trajectory and sociability network), Ângela de Castro Gomes and Patrícia Hansen with the aim of clarifying whether Alceu was an intellectual and whether he was a producer or a mediator, as well as the sociologist Pierre Bourdieu (Cultural capital, field and *habitus*).

Keywords: Republic, intellectual, history of education.

1 INTRODUÇÃO

Durante o período monárquico no Brasil, a necessidade de escolarização da população era tema recorrente em várias Assembleias Provinciais, cujas normatizações também eram endereçadas às camadas sociais consideradas inferiores da época. Tais normatizações tornava, ao menos na teoria, obrigatória a presença da população livre à escola, encontrando aqueles que defendiam a extensão da educação à maioria da população muitos obstáculos de ordem política e cultural, considerando-se o fato de que a sociedade era escravista bem como, havia pouco investimento na instrução pública.

Assim, o Estado não assumia seu papel na educação e tinha uma presença pequena neste sentido, considerando o lugar social pouco destacado da escola à época. (FARIA FILHO, 2010, p 135-136)

Proclamada a República no Brasil (1889), dois anos mais tarde, em 1891, dentro dos moldes liberais norte-americanos a Assembleia Constituinte promulga a primeira Constituição Republicana. A educação (instrução pública) torna-se então função e dever do Estado, de forma descentralizada, ou seja, caberia aos estados da federação organizá-la, em especial a instrução primária na qual concorreria com os municípios, ao contrário dos tempos do Império, considerados ultrapassados em todos os sentidos. O texto constitucional nada mencionou quanto à obrigatoriedade e gratuidade do ensino escolar, contidas na Constituição do Império de 1824, mantendo dessa forma os seus padrões elitistas e seletivos que marcaram a educação. (CURY, 2001; 2010).

Como ressalta Carvalho (1987, p. 24), a República nada trouxe de novo no que concerne ao campo ideológico ou estético, sendo responsável, no entanto, por uma circulação maior e de forma mais livre de ideias que no regime anterior, o qual havia adotado teorias europeias como o liberalismo e o positivismo. A República trouxe, também da Europa, outros pensamentos: o comunismo e o anarquismo. Há ainda uma constatação, como estratégia de legitimação de tal regime, do uso da manipulação do imaginário e dos sentimentos coletivos, como se deu no caso da Revolução Francesa. “Para a Revolução, educação pública significava acima de tudo isso: formar as almas” (CARVALHO, 1990, p.11).

Neste passo, Marta Maria Chagas de Carvalho adverte que:

A escola foi, no imaginário republicano, signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso. Na sociedade excludente que se estruturou nas malhas da opção imigrantista, nos fins do século XIX e início do XX, a escola foi, entretanto, facultada a poucos. (2003, p.11)

Os artigos 35 e 72 da Constituição de 1891, observando a forma federativa de Estado, ao descentralizar a educação, atribuiu competência ao Congresso para “o desenvolvimento das letras, artes e ciências” (Brasil, 1891), cabendo à União criar estabelecimentos de ensino superior e secundário nos estados e promover a instrução secundária no Distrito Federal. O país, no entanto, apresentava desafios hercúleos, como o analfabetismo, que alcançava um percentual alarmante¹.

Na realidade, a instrução integral não era para todos como bem ressalta Hilsdorf (2003, p. 61, 62):

[...] o projeto republicano pensa e oferece a escola nos moldes dos cafeicultores, antes que outras diferentes camadas sociais a reivindicassem nos seus próprios moldes; propõe ensino elementar e profissional para as massas e educação científica para as elites “condutoras do processo” e reivindica ampla educação popular.

Caberia então a cada comissão constituinte dos estados da federação, organizar sua educação em sua própria Constituição. Os estados de São Paulo e Minas Gerais promoveram várias reformas educacionais e enviamaram esforços para implementar a civilização, modernidade e progresso nas maiores cidades até os rincões mais ermos, pela imposição de um modelo de ensino.

Souza (1998), nos adverte que o regime republicano que se instaurava no Brasil, na busca por sua legitimação, aliada ao anseio de relegar os tempos do Império ao esquecimento, ao romper

¹ [...] em 1890, a população no Brasil era constituída de 85,21% de analfabetos, isto é, um total de 14.333.915 milhões de pessoas, a maioria, 12.213.356 milhões não sabia ler nem escrever. Dez anos depois, em 1900, houve uma pequena queda neste índice, caindo o percentual para 74, 72%; isso representou uma diferença de apenas 10,49%, do total de analfabetos. Por outro lado, o índice de alfabetizados passou de 14,79% para 25,28%. (MARTINS, 2014, p.19).

com o passado e vislumbrando um futuro com vistas a uma nação civilizada, se concentrou na adoção de modelos educacionais revolucionários trazidos de outros países. Notadamente no estado de São Paulo embora tenham ocorrido avanços relevantes no que se refere ao âmbito escolar, cabendo ao professor, principalmente as do sexo feminino, categoria sobre a qual recaía a tarefa de implementar tais inovações, a escola graduada não conseguiu que a instrução fosse democratizada. Em suma, traduzia-se como projeto conservador para uma educação disciplinadora.

Conforme argumenta Saviani (2006, p. 21-28), sendo a República um regime político descentralizado, por influência americana ou dos cafeicultores que privilegiavam o poder local face ao central, coube ao estado de São Paulo, portador de hegemonia econômica e política, dar início à organização e implantação da instrução pública, com a elaboração do Decreto de 12 de março de 1890 elaborado por Rangel Pestana e Caetano de Campos e inspirado nos métodos de ensino da Alemanha, Suíça e Estados Unidos, adaptando-os às necessidades locais. Foram então instaladas as escolas modelos de 2º e 3º graus, junto à Escola Normal. Embora a reforma contida em tal decreto e na posterior reforma geral da instrução pública paulista (Lei n.88 de 8 de setembro de 1992 regulamentada pelo Decreto 144B de 3 de dezembro), visassem abranger toda instrução pública, o destaque central se dirigia à escola primária. O “método intuitivo”, divulgado por discípulos de Pestalozzi no século XIX, foi o método pedagógico defendido por Rui Barbosa, Caetano de Campos e o adotado na reforma. Outra marca da reforma foi a política de construção de escolas normais e grupos escolares.

Faria Filho (2010), esclarece que em 1902, o inspetor do Ensino de Minas Gerais, Estevam de Oliveira, ao realizar uma visita técnica, se impressionou e daí em diante passou a defender a implantação desse modelo em Minas Gerais, que já em 1906 começa construir seus primeiros grupos escolares.

Em Minas Gerais, seguindo o modelo paulista, foi implementada a reforma denominada João Pinheiro, nome do então presidente do estado (Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelo Decreto nº 1960). A reforma tratou, dentre outros temas, do ensino normal e primário, além da competência do exercício da função de inspetoria técnica de ensino. Além dessa, outras reformas educacionais modernizadoras também ocorreram no estado como: Wenceslau Brás (Decreto 2.836, de 1910), Bueno Brandão (Lei n. 533, de 1910), Delfim Moreira (Lei n. 657, de 1915), Artur Bernardes (Lei n. 800, de 1920), Olegário Maciel (Lei n. 864, de 1924).

Ao apresentar um panorama sobre a formação e atuação dos inspetores de ensino, de acordo com a reforma educacional João Pinheiro, aponta Martins (2014, p. 127) que:

Considerados elementos essenciais para aplicar e realizar a reforma da educação no estado, os inspetores passaram por formação acadêmica e treinamento nos modernos métodos e processos de ensino para que se transformarem em técnicos capazes de interpretar a reforma e atuarem com articuladores da nova proposta pedagógica e formadores de professores. Depois de habilitados e treinados, mediante cursos ministrados por especialistas nacionais e internacionais, sobre a nova concepção pedagógica e os novos métodos e técnicas de ensino, oferecidos na Escola de Aperfeiçoamento, cabia a esses inspetores difundir a educação por meio de palestras e publicações de artigos na Revista do Ensino, dar aulas-modelo e prestar assistência técnico-pedagógica e administrativa.

Assim, conclui-se que os inspetores de ensino exerceriam um papel preponderante na concessão dos objetivos constantes da reforma, funcionando como “longa manus” do estado para alcançar as escolas das regiões mais distantes dos grandes centros, modelando práticas.

Segundo Isobe (2013, p. 15):

A atuação da inspetoria técnica se configurava a partir de um duplo movimento: modelar as práticas escolares e relatar as mudanças realizadas, o que era feito por meio de relatórios quinzenais, que deveriam ser encaminhados aos órgãos centrais. A produção de um campo de visibilidade sobre as práticas escolares, por meio dos relatórios quinzenais, tinha o propósito de garantir a ação reguladora do governo com vistas à conformar os saberes e práticas de tais funcionários, que só recebiam o pagamento de seus salários mediante o encaminhamento de tais documentos aos órgãos centrais.

A presente pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, aborda como objeto o uberabense Alceu de Souza Novaes (1886-1962) e sua atuação profissional, que se inicia como inspetor técnico de ensino, a título comissionado, para atuar junto a 7ª circunscrição, por nomeação do então Secretário do Interior Delfim Moreira, no período compreendido entre os anos de 1910 a 1914, sendo efetivado em 8 de setembro de 1918, até o final da gestão de Raul Soares, ou seja, de 07/09/1922 a 04/08/1924², quando encerra tal carreira. (FERREIRA, 1982)

Alceu de Souza Novaes atuou em várias cidades do estado de Minas Gerais³, por vezes fazendo longas viagens, à pé, à cavalo, trem, automóvel e até barco, visitando inúmeras escolas em várias cidades, atuando ainda em outros cargos públicos ou não, como membro do Conselho Superior da Instrução de Minas Gerais; diretor do Grupo Escolar de Conquista; proprietário e diretor do Instituto Sousa Novaes; presidente do Tiro de Guerra 168; diretor da “Gazeta de Uberaba”, diretor de “A Flama”; presidente de honra da Sociedade Frente Negra de Uberaba; orador oficial de vários centros espíritas; membro do Conselho supremo da União da Mocidade Espírita de Uberaba; membro da Associação Brasileira de Imprensa, além de compor a equipe de reorganização da instrução municipal de Uberaba. (FERREIRA, 1982)

Por intermédio da presente pesquisa, objetiva-se de forma específica, verificar se Alceu era um intelectual e a qual categoria de intelectual pertencia: produtor ou mediador, traçar seu perfil biográfico, levando-se em consideração o contexto histórico, político e social em que viveu, esclarecer se suas ações foram voltadas à solução de problemas práticos (didático-pedagógicos e administrativos) nas escolas em que visitou quando era inspetor e se sua postura foi ou não inovadora frente as práticas pedagógicas impostas nas reformas educacionais do estado de Minas Gerais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca por alcançar tais objetivos, faz-se necessário um aparato teórico adequado que guiará as investigações já em curso na presente pesquisa, mediante uma abordagem biográfica e histórica sobre os intelectuais.

A pesquisa educacional, notadamente na área da história da educação, ante a diversidade de temas, problemas e objetos de pesquisa, permite ao pesquisador o entendimento da importância da contribuição por intermédio das referidas abordagens, sendo essas eficazes no sentido de entender os resultados de tais intervenções para o processo educacional em relação à sociedade, tendo, como uma das vertentes, a história dos intelectuais.

A pesquisa em educação representa um terreno fértil para a construção do conhecimento científico, dada à necessidade de compreensão do papel dos sistemas educacionais na configuração social em determinado tempo e espaço. Dentre as divisões possíveis, a história e a historiografia da educação representam um ramo que possibilita a discussão de bases do contexto social no qual se inserem as propostas e ações do ensino e suas consequências sociais e políticas. Um dos caminhos para o estudo da história da educação é a análise da obra e de ações de personalidades no cenário intelectual e político em certos momentos históricos e em diferentes locais. (COELHO; DORIGÃO; MACHADO, 2016, p. 176).

Após um período de ostracismo nos campos da análise do político e do social por influência da Escola dos *Annales*, incluindo aí a História dos intelectuais, ganhando novamente relevância como campo para pesquisas, em que as reflexões e análises são voltadas às ações e práticas dos sujeitos históricos denominados “intelectuais” e a consequência delas para época em que viveram.

² MINAS GERAIS. **Raul Soares de Moura**. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, [20-]. Disponível em: www.mg.gov.br/governador/Raul-soares-de-moura. Acesso em: 03 set. 2022.

³ Conforme Ferreira (1982, p. 7), Alceu de Souza Novaes atuou como inspetor técnico, nos seguintes lugares: Teófilo Otoni, Malacacheta, Bom Jesus, Araçuaí, São Domingos, Rio Preto, Pontal, Boa Vista do Jequitinhonha, Itinga, Comercinho, Santa Rita, Lagoa dos Guedes, Porto Alegre, Margem do Jequitinhonha, São Miguel, Nazário, Belo Horizonte, Araxá, Jabuticabal, São José do Rio Preto, Barbacena, Porto das Flores, Araguari, Monte Alegre, Franca, Juiz de Fora, Uberlândia, Perobas, Cidade do Prata e mais dezenas de outras cidades e lugares.

O manifesto de Émile Zola, que contou com o apoio de outros escritores e artistas é considerado como marco inicial, não somente do nascimento do uso da expressão intelectual que tem origem na França, mas da concepção dada a ela. Por meio desse documento, eles se manifestaram politicamente em apoio ao Capitão Dreyfus, acusado e condenado por fornecer documentos confidenciais ao governo alemão, no sentido de considerar que as provas que lastreavam tal fato eram falsas, havendo um engajamento político antes não observado.

Desde então, tendo a figura do intelectual voltada a uma posição política, inúmeras teorias apresentaram um aparato teórico-metodológico que propiciasse a pesquisa enquanto fenômeno, em variados enfoques, tendo contribuições de autores como: Norberto Bobbio com sua obra “Os intelectuais e o poder”, Jean-Paul Sartre “Em defesa dos intelectuais”, Antônio Gramsci “Intelectuais e a organização da Cultura” entre outros.

Segundo Wasserman (2015, p. 66):

A “história dos intelectuais”, de tradição francesa, propõe uma cartografia dos intelectuais contemplando redes de sociabilidade, filiação política, gerações, itinerários, entre outros aspectos, representada por Christophe Charle e Jean-François Sirinelli.

Com a reconstituição da trajetória de Alceu de Souza Novaes, atribuindo-lhe hipoteticamente o *status* de “intelectual”, será utilizado o tripé conceitual cunhado pelo historiador Jean François Sirinelli (2003; 2005) consistente na geração, trajetória e rede de sociabilidade como referencial teórico adotado para efeito da análise e interpretação dos dados coletados visando a confirmação ou não de tal hipótese. Nessa teoria, ainda se baseiam Angela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), para defender a extensão da compreensão do termo, considerando o intelectual mediador.

Conforme nos esclarece Correia (2016, p. 274) ao parafrasear:

J.F. Sirinelli (1986) em seu registro sobre o estudo dos intelectuais e seu papel na sociedade, ressalta a necessidade de uma definição quanto a objetivos e métodos para a execução de uma história dos intelectuais. Nesse sentido, aponta para um programa de investigação a ser desenvolvido a partir da utilização das noções de itinerário ou trajetórias, estruturas de sociabilidade ou redes e microclimas, além de geração.

Essas serão as categorias de análise utilizadas para compreender se Alceu de Souza Novaes adequa-se a categoria de intelectual, em relação a sua função de educador, visando descobrir sua real influência e contribuição para a educação mineira.

Gomes e Hasen (2016, p. 24-25) entendem a rede de sociabilidade como a localização do intelectual no tempo e no espaço, bem como a sua relação nos meios sociais nos quais transitou, onde dividiu experiências, sentimentos e valores, inspirando competição. Nessa categoria localizacional se incorporam a trajetória e a geração. A trajetória se relaciona ao percurso profissional e à compreensão das ações e intenções do intelectual. Já a geração refere-se à formação do intelectual em meio ao grupo, à ligação e à vivência com os outros. Tal perspectiva social possibilita ao historiador entender a “dinâmica organizacional e os microclimas”.

Para efeito de complemento de análise, além da teoria de Sirinelli, será realizado um diálogo com o conceito de campo (campo intelectual) formulado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983, 2007, 2009, 2013), considerando o momento histórico e as características da sociedade em que o intelectual está inserido. Em tal campo, evidencia-se as lutas de força do intelectual, a legitimidade advinda de seus pares que compõe seu “capital simbólico”, o apoio entre ele e os pares, bem como as disputas de poder e a hierarquização, denotando sua posição no campo a que pertence e a relação desse com outros campos (FERREIRA e AMORIM, 2016).

De acordo com Pierre Bourdieu (2007, p.28):

[...] *campo de poder* (de preferência a *classe dominante*, conceito realista que designa uma população verdadeiramente real de detentores dessa realidade tangível que se chama poder), entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social – ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar nas lutas pelo monopólio do poder, entre as quais possuem uma dimensão capital as que têm por finalidade a definição da forma legítima do poder (penso, por exemplo, nos confrontos entre “artistas” e “burgueses” no século XIX).

A teoria Bourdieusiana é fundamental para compreender como Alceu de Souza Novaes,

procedia em termos estratégicos (*habitus*) nos meios que transitava (campo), investido de parcela de poder estatal, contido no cargo de Inpetor Técnico de Ensino, por ele ocupado, além de seu vasto conhecimento pedagógico (capital).

Bourdieu (2009, p.93), em outro texto, define *habitus* como sendo:

História incorporada, feita natureza, e por isso esquecida como tal, o *habitus* é a presença operante de todo o passado do qual é o produto: no entanto, ele é o que confere às práticas sua independência relativa em relação às determinações exteriores do presente imediato. Essa autonomia é o passado operado e operante que, funcionando como capital acumulado, produz história a partir da história e garante assim a permanência na mudança que faz o agente individual como mundo no mundo. Espontaneidade sem consciência nem vontade, o *habitus* não se opõe menos a à necessidade mecânica do que à liberdade reflexiva. Às coisas sem história das teorias mecanicistas do que aos sujeitos “sem inércia” das teorias racionalistas.

Observa-se pela leitura da teoria de Bourdieu o aperfeiçoamento dos conceitos em cada obra que vai publicando no curso de sua carreira como sociólogo, notadamente o conceito de *habitus* é revisitado neste sentido, como a seguir:

[...] *habitus* como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante. (BOURDIEU, 2013, p.191)

Assim, por intermédio de um maior esclarecimento e exploração dos três conceitos ou categorias de análise (campo, *habitus* e capital), que somente podem ser definidas, compreendidas de forma interdependente em meio a teoria bourdieusiana que as constituem, pretende-se esclarecer a que campo, compreendido como espaço social, com leis próprias, onde são travadas lutas, Alceu de Souza Novaes pertencia.

Seguindo esse raciocínio analítico, como um agente social que ocupava determinado lugar neste campo, o qual exige um tipo específico de capital, quais foram as disputas e relações de poder por ele travadas dentro desse âmbito, suas estratégias, seus interesses, *habitus* e o capital que ele possuía e que o levaram a ser reconhecido, ou seja, a ocupar uma posição, nos meios em que exerceu sua função de Inspetor Técnico de Ensino (campo).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em curso possui uma abordagem qualitativa, sendo ao mesmo tempo exploratória e descritiva quanto ao seu objetivo, e, bibliográfica e documental quanto ao procedimento. Assim sendo, de início, optou-se pela análise de documentos como percurso metodológico de levantamento, escolha, categorização dos documentos a serem posteriormente analisados com o auxílio do repertório teórico escolhido.

Assim, a formação do *corpus* empírico está sendo feita por intermédio do levantamento, identificação, seleção e da busca de dados em fontes documentais oficiais tais como: pareceres, relatórios de inspetoria, termos de visita, artigos de caráter didáticos publicados na Revista de Ensino (órgão oficial de divulgação do Governo do Estado de Minas Gerais) produzidos por Alceu de Souza Novaes⁴, mensagens dos Presidentes do estado de Minas Gerais, legislação educacional -

⁴ Tais documentos compunham a burocracia da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais e podem ser encontrados no Arquivo Público Mineiro, localizado na Avenida João Pinheiro, nº 372, Funcionários, Belo Horizonte - Endereço disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>. Acesso em: 08 set. de 2022.

que compreenderá o período em que ocupou o cargo de inspetor⁵, bem como as fontes documentais não oficiais como jornais nos quais foram publicados artigos de cunho didático-pedagógico, fotos na imprensa de Uberaba, na época em que era inspetor, produções acadêmicas que constem seu nome (artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses), como também sua biografia, escrita por Inácio Ferreira e publicada em 1982, dentre outras que sugirem e se fizerem necessárias à consecução dos objetivos propostos, no sentido de buscar solução para o problema de pesquisa formulado.

André (1986, p.48-49) nos esclarece que em relação a análise de documentos, terminada a fase de coleta de dados, o pesquisador deve estar orientado em termos teóricos afim de categorizá-los, para isso, necessário se faz a leitura do material, observando os elementos que o compõe buscando relações com outros componentes. No entanto, a fase de classificação, organização e categorização somente são preparações para uma próxima fase que é mais complexa. Nessa fase, caberá ao pesquisa fazer um esforço de abstração, estabelecer conexões, que o possibilitem propor novas explicações e interpretações, acrescentando assim algo novo ao que já existe.

Tal caminho metodológico já está sendo trilhado na presente pesquisa, que contará ainda com a confecção de fichas de pesquisa para efeito de organização da coleta de dados, registrando-os e analisando-os.

Uma revisão bibliográfica está em curso, afim de subsidiar a pesquisa no que concerne a contextualização histórica, social e política em que vivia Alceu de Souza Novais, abordando assim a educação no contexto de 1910 até 1924, quando ele encerra a carreira de inspetor técnico de ensino no estado de Minas Gerais.

Para tanto, até o presente momento foi realizada a busca de textos, artigos, capítulos de livro e livros relativos à História da Educação que abranjam tal período temporal. Também foram elencados os seguintes teóricos da História da Educação para subsidiar esta parte do trabalho que abrangerá a contextualização da educação: Demerval Saviani (2006), José Carlos Souza Araújo e Décio Gatti Júnior (2002), Luciano Mendes Faria Filho (2010), Rosa Fátima Sousa (1998), Marta Maria Chagas de Carvalho (2003), Carlos Roberto Jamil Cury (2001, 2010), Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2011), José Murilo de Carvalho (1987;1990), entre outros.

De outro lado, está em curso o levantamento de textos teóricos que abordem a teoria de Jean François Sirinelli (2003; 2005), Pierre Bourdieu (2009; 2012) e outros relativos a análise da imprensa como fonte histórica – Maria Helena Capelatto (1996), René Zigman Barata (1985), Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), visando subsidiar metodologicamente o uso dos jornais como fonte, ou seja, os artigos de Alceu de Souza Novaes que tratem do tema educação de modo geral.

Será igualmente realizado o levantamento de textos metodológicos que envolvam pesquisa qualitativa e análise documental como: Menga Lüdke e Marli Eliza Dalmazo Afonso de André (1986).

Considerando o fato de que tanto o Jornal Lavoura e Comércio, quanto o Gazeta de Uberaba, jornais em que Alceu mais publicou artigos e teve até colunas, estão digitalizados e disponíveis na Emeroteca do Arquivo Público de Uberaba⁶, estou procedendo o levantamento dos artigos em abordam questões didático-pedagógicas ou sobre o ensino em geral.

Não há como negar que a imprensa se mostra deveras importante, como fonte documental, para a compreensão da história da educação brasileira, dela podendo ser extraído o pensamento educacional vigente em determinada época.

Conforme Zigman (1985, p.90) a imprensa, "[...] é rica de dados e elementos, e para alguns periódicos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc."

No Brasil, com o início do ideário republicano, a imprensa pôde experimentar uma maior liberdade não somente para se expressar, como para difundir ideias, sendo portanto importante mecanismo de afirmação do novo regime e dos princípios que o norteavam. Nesta esteira, ocorreu

⁵. A legislação educacional e mesmo a Constituição do estado de Minas Gerais podem ser consultadas no seguinte endereço, disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/>. Acesso em: 08 set. de 2022.

⁶ COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA. Jornal Lavoura e Comércio (1910-1924). Disponível em: <http://www.codiub.com.br/lavouraecomercio/pages/main.xhtml>
Gazeta de Uberaba. 1874. Disponível em: <http://uberaba.mg.gov.br/jornalgazetadeuberaba/#/home>.

um movimento tanto de profissionalização do aparato técnico, como da produção discursiva. A configuração da realidade em seus aspectos mais importantes podem ser compreendidos por intermédio dos periódicos encarrando-os como veículo de informação, ou ainda, como formador de opinião.

Como espaço onde ocorre a articulação de projetos, embora devido a falta de parcialidade e neutralidade, não articule o real, nos periódicos, como agente histórico, identifica-se uma “linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal” (CRUZ E PEIXOTO, 2007, p.260).

De acordo com Capelato (1994, p.15), os jornais faziam uso de vários recursos para “atrair o público e conquistar seus corações”, visando convencê-lo de suas causas.

Araújo (2002, 94-95) interpreta a função dos jornais e das revistas nos seguintes termos:

(...) o jornalismo resulta como um componente estruturador e construtor da sociedade urbana e industrial. A atividade jornalística surge para dar sustentação a esse tipo de sociedade. A notícia, o anúncio e o debate de temas políticos, educacionais, morais veiculados pela revista cobrem espaços geográficos muito amplos à proporção de sua capacidade de circulação, vem como faz circular em tempo muito menor uma quantidade de informação enorme. Portanto, comparativamente a séculos anteriores, o jornal e a revista são provocadores de interação social, na medida em que põem em circulação qualquer tipo de informação. Por isso mesmo, eles são como que alicerces parciais da sociedade urbana, carente de dinamicidade na circulação e no consumo de informações. Como recurso tecnológico veiculador de informação, eles dão sustentação à vida sociourbana.

Ante tais considerações, se mostra relevante investigar como Alceu de Souza Novaes, utilizou-se do jornalismo e mesmo da Revista de Ensino (Órgão Oficial da Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais), onde publicava artigos, em especial, os de cunho pedagógico.

Não se pode olvidar que tais veículos de comunicação se apresentam com “locus” de debates, de divulgação, circulação de ideias, deficiências, avanços, permanências e retrocessos. Mais especificamente, esses meios de comunicação se apresentam como lugares de expressão do pensamento político-pedagógico, onde também se tecia críticas, se polemizava ou não, entre outros aspectos, os quais serão analisados à luz do aparato teórico já descrito, afim de atender aos objetivos tanto específicos quanto geral que balizam a presente pesquisa.

Neste sentido, fichas de pesquisa serão confeccionadas para efeito de coleta de dados, onde será realizado o registro de trechos originais mais importantes dos artigos publicados por Alceu, bem como os documentos (relatórios de inspeção, atas de reuniões e outros) constantes do Arquivo Público Mineiro seguido do registro da análise com base nas categorias de análises dos dois teóricos franceses acima citados.

Da mesma forma, serão também confeccionadas fichas para efeito da coleta e interpretação dos trechos das legislações que tratem de assuntos correlatos a função de Inspetor Técnico de Ensino, bem como das mensagens dos presidentes do estado de Minas Gerais.

Nesta fase, será realizada a análise da legislação do estado de Minas Gerais, no sentido de esclarecer qual era a intencionalidade estatal em relação aos Inspectores Técnicos de Ensino, afim de que os relatórios, artigos em jornais e na Revista de Ensino produzidos por Alceu de Souza Novaes sejam comparados e interpretados frente a tais anseios estatais. Assim, visa-se identificar ações inovadoras de caráter administrativo e teórico-pedagógicas por ele implementadas enquanto ocupante da referida função.

Por último, será realizada uma revisão bibliográfica em relação a artigos, capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, constantes nos repositórios Institucionais das universidades federais brasileiras e de sites como Scielo, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de teses e dissertações da Capes (Portal Capes). Buscar-se-á confirmar a hipótese quanto ao ineditismo de que se reveste a presente pesquisa, visto que a importância de Alceu de Souza Novaes como ator educacional nunca foi efetivamente resgatada, de forma individualizada, no campo acadêmico relativo à História da Educação pelo que se percebe como resultado da investigação até aqui efetuada.

Por outro viés, os trabalhos acadêmicos encontrados, que mencionem Alceu de Souza Novaes no exercício da função de Inspetor Técnico de Ensino, também auxiliarão a presente pesquisa no que concerne a busca de documentos, aonde e como consegui-los, bibliografias

utilizadas, dentre outros dados que forem de relevância para a presente pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após relacionar, de forma breve, o perfil biográfico de Alceu de Souza Naves com contexto histórico e educacional em que viveu, no período em que exerceu a função de inspetor técnico de ensino, percebe-se que ele pôde intervir, influenciar, moldar as práticas pedagógicas dos professores das escolas onde visitou, por meio da publicação de artigos na Revista de Ensino (órgão oficial da Secretaria do Interior, enquanto ocupava o cargo de inspetor) e nos jornais.

Assim, tais meios de acesso, aliado aos inúmeros estudos de que se ocupava, serviram para que atingisse variado público. Esse público compunha desde os profissionais atinentes à instrução no estado de Minas Gerais - representado por seus pares inspetores, docentes, diretores -, até a população em geral, resultando assim em mediações e trocas de saberes, circulação de ideias, representadas na produção de vários documentos relacionados ao aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.

Ademais, pela leitura já realizada da biografia de Alceu de Souza Novaes, observa-se que este herdou do pai, Manoel Felipe de Sousa, o gosto pelo ensino e pelas letras, além do fervor com que seguia a doutrina espírita Kardecista. Enquanto homem de letras, seu genitor ocupou importantes cargos na cidade de Uberaba, a saber, professor de português da antiga Escola Normal de Uberaba, jornalista (escreveu sob alcunha de MF no Jornal Lavoura e Comércio), vice-presidente da Sociedade Abolicionista de Uberaba, e, segundo-escrivão de órfãos, nomeado pelo então Presidente do estado de Minas Gerais, Dr. João Pinheiro (FERREIRA, 1982, p. 05.).

Tais influências constituem a categoria de análise denominada “geração”. Segundo Sirinelli (1996, p. 255):

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita.

Não há qualquer homogeneidade na geração, ela se constitui de fraturas, nos alertando, que embora sejam marcados por distinções, as três categorias de análise utilizadas por Sirinelli, quais sejam, geração, itinerários e rede de sociabilidade, possuem interfaces, sendo que a primeira delas engloba as demais, contextualizando-as, iluminando-as no sentido de mapear circunstâncias que justificariam escolhas, espaços institucionais e de circulação cultural dentre outras características. (ALVES, 2019, p.36)

Ao nosso ver, a principal fratura que marca a trajetória de Alceu de Souza Novaes, em relação a geração de seu genitor se traduz na passagem do Império à República que se apresenta em 1889, além dos aspectos que tal regime de governo acarreta em termos sociais, econômicos e culturais, mais notadamente no campo da instrução.

Considerando as leituras já realizadas em sua biografia, bem como das teses, dissertações e legislações educacionais que descrevem tanto as atribuições e exigências da função de Inspetor Técnico de Ensino, o fato de ser sido nomeado para tal cargo denota que Alceu de Souza Novaes possuía capacidade e experiência já reconhecida como educador constante de seu currículo, além de uma relação política que não pode ser ignorada, detectada por intermédio das “amizades” e “cartas de recomendação” que tinha em mãos. (FERREIRA, 1982, p.07)

De outro lado, conforme a teoria cunhada por Sirinelli, duas são as acepções atribuídas a expressão intelectual: “[...] uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e “mediadores” culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito.” (SIRINELLI, 2003, p. 242). O caráter intrínseco entre as duas acepções faz com que não sejam excludentes.

Gomes e Hansen (2016, p. 10) explicam que:

Na acepção mais ampla que aqui consideramos, são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social. Sendo assim, áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem tensões, mas com distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social.

Para Gomes e Hansen (2016, p. 18-19), o intelectual mediador não pode ser considerado como um mero transmissor, face ao fato de que produz novos significados e sentidos aos bens de que se apropria, para posteriormente divulgá-los, tendo inclusive que se preparar e se aperfeiçoar para tal apropriação e divulgação por meio de estratégias, uso de linguagens, não havendo motivo para distingui-lo do intelectual produtor.

Chama a atenção na leitura das dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos que são voltados para o exercício de inspeção, que há clara menção da forma pormenorizada e aprofundada com que dominava os métodos pedagógicos, constantes dos pareceres, relatórios de inspeção e mesmo em artigos de jornais da autoria de Alceu de Souza Novaes.

Tendo em vista a trajetória de Alceu de Souza Novaes e suas relações, advindas de redes sociabilidade ainda a serem investigadas, pode-se afirmar que o mesmo foi autor de práticas que envolveram novas formas de bens culturais. Tais indícios possibilitam enquadrá-lo na categoria de intelectual.

Por fim resta ressaltar que até o presente momento, observa-se dos artigos, dissertações e teses já lidos, que Alceu de Souza Novaes foi apenas mencionado, não figurando como objeto principal de tais pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de constituição de um sistema educacional ideado pela República, e seguido pelas unidades da federação brasileira, em especial de Minas Gerais, se pautava na pedagogia moderna e tinha nos inspetores técnicos de ensino verdadeiros “modeladores” das práticas docentes de modo a uniformizá-las, prestando-lhes assistência técnica, intervindo diretamente no seu fazer em sala de aula, avaliando-os, apontando-lhes os defeitos, faltas e indicando modificações para aperfeiçoamento de sua prática, inclusive ministrando aulas em seu lugar se necessário. Tal função, requeria de seu ocupante, como já esclarecido, grande número de conhecimentos pedagógicos e de todas as disciplinas ministradas, ao passo que lhe conferia, como agentes da Secretaria do Interior, uma considerável parcela de poder estatal, em suma um lugar de saber/poder, ao passo que, por sua vez, também tinham sua competência técnica conformada e controlada pela mesma instituição por meio de relatórios quinzenais que condicionavam o pagamento de seus salários, além de serem instruídos quanto às orientações sobre o ensino por meio de circulares e ofícios. (ISOBE, 2013, 9-21)

Dessa forma o estado mantinha o desenvolvimento do processo educacional sobre seu estrito controle, sobre o professor e o que ensinava e sobre o inspetor e seu mister de avaliador e modelador de práticas docentes.

Por outro lado, na esteira da Reforma Educacional paulista, Minas Gerais centrou esforços na institucionalização e consolidação da escola graduada, tendo nos inspetores figura essencial na propagação de um novo modelo escolar que atendesse o ideal republicano no sentido de que o Brasil se tornasse uma nação civilizada, moderna e progressista.

Alceu de Souza Novaes, exerceu por 14 (quatorze) anos, somente no cargo de Inspetor Técnico de Ensino, além de outros ligados diretamente a educação, culminando com a abertura do colégio Souza Novaes de sua propriedade. Trata-se de uma vida inteira dedicada à educação mineira.

Ao reconstituir a trajetória profissional de Alceu de Souza Novaes numa perspectiva regional, a presente pesquisa possibilita também compreender a conjuntura histórico-educacional em Minas Gerais, atrelando-se, igualmente, ao cenário da educação em um contexto mais abrangente, qual seja, o da conjuntura brasileira vivenciada no período.

Nessa perspectiva, evidencia-se a importância de Alceu de Souza Novaes no que tange às suas práticas culturais e políticas exercidas como intelectual, ao longo de sua intensa atividade voltada à educação, conquistando um lugar de destaque e legitimação no meio social em que viveu. Tal importância foi traduzida nos inúmeros cargos que ocupou, principalmente na função de Inspetor Técnico de Ensino, que lhe propiciou modelar as práticas pedagógicas de escolas em todo o estado de Minas Gerais. Para além da inspeção de ensino, sua notoriedade pode ser observada na publicação de seus artigos nas Revistas de Ensino da Secretaria do Interior, em vários jornais do estado mineiro, e mesmo fora dele, na publicação de sua biografia, e ainda na sua representatividade perante à comunidade uberabense nos dias de hoje, ao dar nome a uma escola da rede estadual de ensino, localizada na mesma cidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Cláudia. (2019). Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. *Educação E Filosofia*, 33(67), 27–55. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.v33n67a2019-47879>. Acesso em: 23 set. 2022.
- ARAÚJO, José Carlos Souza (2002). Um capítulo da veiculação da discussão educacional na imprensa do Triângulo Mineiro: a revista A Escola (1920-1921). In.: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos temas em História da Educação Brasileira*. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, p. 91-132.
- BRASIL. [Constituição (1891)]. Constituição dos Estado Unidos do Brasil: 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso 03 ago. de 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos campos**. In.: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1983, p. 89-94.
- BOURDIEU, Pierre; **Campo de poder**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. **Senso prático**. Rio de Janeiro. Vozes, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/USP, 1996.
- CRUZ, Heloísa; PEIXOTO, Maria do Rosário. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p.255-272, dez/2007.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA. *Jornal Lavoura e Comércio (1910-1924)*. Disponível em: <http://www.codiub.com.br/lavouraeconomia/pages/main.xhtml>
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. República - Educação - Cidadania: tensões e conflitos. **Cadernos de História da Educação (UFU. Impresso)**, v. 9, p. 31-43, 2010
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- FERREIRA, Inácio. **Alceu de Sousa Novais: jornalista e educador**. Uberaba, MG: [s. n], 1982.
- FERREIRA, Márcia Santos; AMORIM, Rômulo Pinheiro de. Intelectuais, história e educação: os professores na história intelectual. **Poiesis Pedagógica**, Catalão, GO, v. 14, n. 1, p. 77–93, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v14i1.45053>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/45053>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- GOMES, Angela de Castro Gomes; HANSEN, Patrícia Santos. (org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política/ organização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GUIMARÃES, Paula Cristina David. **Maria Lacerda de Moura e o “Estudo científico da criança patricária” em Minas Gerais (1908-1925)**. 2016. Tese (Doutorado em educação). -- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo, Cengage Learning, 2011.
- ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. *Inspeção técnica como dispositivo de formação de professores:*

estratégia de produção de um modelo escolar em Minas Gerais. **Revista da História da Educação**, Porto Alegre, RS, v. 17, n. 39, p. 9-21, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3216/321627378002.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

PONTES, Hildebrando de Araújo. A Imprensa em Uberaba por Hildebrando Pontes. **Jornal Correio Católico**, outubro de 1874 a março de 1932. Superintendência do Arquivo Público de Uberaba. Uberaba. *E-Book*. 2019. Disponível em: http://app.codiub.com.br/drive_root/arquivopublico/Imprensa%20em%20Uberaba%20Hildebrando/files/basic-html/page4.html. Acesso em: 08 set. 2022.

LÜDKE, Menga; André, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **A Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; DORIGÃO, Antônio Marcos; COELHO, Gisele Fermino. As pesquisas com intelectuais em história da educação: um campo profícuo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 67, p. 175–188, 2016. DOI: 10.20396/rho.v16i67.8645233. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645233>. Acesso em: 3ago. 2021.

MARTINS, Rosa Maria de Sousa. **A organização da instrução em Minas Gerais**: o inspetor escolarenquanto agente do projeto racionalizador mineiro (1906-1938). 2014. Tese (Doutorado em Educação) -- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13684>. Acesso em: 02 out. 2021.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003. p. 231-269.

SIRINELLI, Jean François. **Os intelectuais no final do século XX**: abordagens históricas e configurações historiográficas. In: Azevedo, Cecília Silva e outros. *Cultura política, memória e historiografia*. RJ: FGV, 2005, p. 47-58.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 9-54.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

WASSERMAN, Claudia. História intelectual: origens e abordagens. **Tempos Históricos**, Cascavel, PR, v. 19, n. 1, p. 63-79, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762/8823>. Acesso em: 31 ago. de 2021.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, p. 89-103, 1985.

ANÁLISE DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR: ENFOQUE NA VIOLÊNCIA SEXUAL

ANALYSIS OF THE NATIONAL SCHOOL HEALTH SURVEY: FOCUS ON SEXUAL VIOLENCE

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

BORGES, Diego da Mota
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.
Professor Universitário. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela FDRP-USP. Pós-graduado em
Direito Penal Econômico Aplicado pela PUC-Minas. Advogado.
diegomotaborges@gmail.com

MENDES, Vanessa
Graduanda em Direito na Facesb - Faculdade de Ciências Empresariais de São Joaquim da Barra
vanessammeugenio@gmail.com

Resumo

O presente estudo analisou os dados da pesquisa PENSE (Pesquisa Nacional de Saúde Escolar), com enfoque na violência sexual em idade escolar. Além disso, utilizou-se pesquisa bibliográfica, análise de legislação aplicável às crianças e adolescentes. O objetivo do artigo foi buscar abrir questionamento sobre a aparente inércia da sociedade perante o levante de violação de direitos da criança e do adolescente.

Palavras-chaves: adolescente, criança, violência sexual.

Abstract

The present research analyzed data from the PENSE survey (National School Health Survey), focusing on sexual violence at school age. In addition, bibliographic research and analysis of legislation applicable to children and adolescents were used. The objective of the article was to seek to open a questioning about the apparent inertia of society in the face of the uprising of violation of the rights of children and adolescents.

Keywords: adolescent, child, sexual violence.

1 Introdução

A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar PENSE, realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério da Saúde, ocorreu no ano 2019 e trouxe dados alarmantes sobre as crianças e adolescentes, demonstrando em números uma população extremamente vulnerável, sobre a ótica de uma violência velada, que ocorre em sua maioria nos lares brasileiros. Torna-se extremamente necessário a análise e divulgação desta estatística, para que haja maiores discussões sobre o assunto, sobretudo em razão da necessidade de participação de todos, enquanto cidadãos vigilantes e responsáveis pela saúde e bem-estar das crianças, para identificar esses casos, realizar o acolhimento, dar a atenção necessária à vítima e excluir da conduta social, de uma vez por toda essa cultura do “deixa isso quieto”.

Deve-se atentar ao fato de que, fingir que um fato aterrorizante e extremamente impactante como a violência, em especial a violência sexual, não trará impactos na vida do indivíduo é como deixar um animal sendo criado com mordidas e quando ele finalmente cresce e cria forças para rasgá-las, pois além de sufocar, faz com que sangue, e sangue não somente por fora, ao chegar esse ponto, a hemorragia está saturando seu corpo inteiro, e após o processo de “incubação” o desvencilhar das amarras é brutal e com sequelas inimagináveis na ótica dos demais.

O estudo foi elaborado a partir da análise da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar, acompanhado de pesquisa das leis e programas de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

2 Análise da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar

A PENSE é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE em parceria com o Ministério da Saúde e da Educação de forma trienal, que teve início no ano de 2009 e vem aperfeiçoando os parâmetros, aos quais se adequaram aos internacionais, com as Diretrizes da OMS. Inicialmente era realizada com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, de escolas públicas e privadas nas capitais brasileiras, entretanto nas últimas pesquisas, a faixa etária foi expandida, com objetivo de oferecer maiores parâmetros da realidade do jovem brasileiro e assim subsidiar e aperfeiçoar políticas públicas.

A pesquisa levanta dados sobre aspectos gerais das escolas, esporte, saúde, saneamento básico, segurança, sexo, alimentação, cigarro, álcool e outras drogas. Com a passagem de 10 anos de dados, foi possível fazer novas compilações de dados comparativos durante este período. O método de coleta de dados se dá através de um questionário que envolve diversos assuntos, respondido através de um dispositivo móvel ao qual o próprio aluno manipula, dando mais conforto e confiabilidade ao anonimato das respostas, conseguindo assim, maior proximidade com a realidade.

Teve-se um grande avanço no tocante ao aumento da escolaridade das mães e também o aumento exponencial de jovens com acesso à internet. Entretanto, demonstra também um retrato repugnante, conforme abaixo:

Dentre as meninas, uma em cada cinco adolescentes (20,1%) de 13 a 17 anos diz já ter sido tocada, manipulada, beijada ou ter tido partes do corpo expostas contra a sua vontade. E 8,8% das meninas nessa idade já foram forçadas ao sexo, a maioria antes dos 14 anos.

6,3% dos adolescentes disseram já terem sido obrigados a ter relações sexuais contra a sua vontade. E mais uma vez as meninas se mostraram o principal alvo dos agressores: 8,8% disseram já terem sido forçadas, frente a um percentual de 3,6% para os meninos. A ocorrência foi mais alta entre os estudantes da rede pública (6,5%, frente a 4,9% na rede privada).

Um dado ainda mais alarmante foi que, em 68,2% dos casos desse tipo de violência, o aluno tinha 13 anos ou menos quando foi forçado. Namorado ou namorada foram apontados como os principais autores (26,1%), seguido por outro familiar (22,4%). Mas pessoa desconhecida (19,2%), amigo (17,7%), outra pessoa além das relacionadas (14,7%) e pai, mãe ou responsável (10,1%) tiveram percentuais também relevantes.

No geral, 14,6% dos estudantes de 13 a 17 anos narraram já terem sofrido algum tipo de violência sexual pelo menos uma vez na vida. Mas o percentual entre as meninas (20,1%) foi mais que o dobro do observado entre os meninos (9,0%). E na

rede privada houve mais relatos desse tipo de violência (16,3%) do que na rede pública (14,4%). (CREILER, 2022).

Uma em cada cinco estudantes já esteve sujeita a alguma situação de violação de seu corpo contra vontade, por exemplo, em uma sala de aula onde a média nas escolas públicas é de 35 a 40 alunos, supondo que metade são mulheres, provavelmente, já ocorreu qualquer desses episódios com, pelo menos sete alunas em uma única sala de aula.

Quase 70% das agressões ocorreram até 13 anos de idade ou menos, posto que o Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança, a pessoa com 12 anos incompletos, tal agressão ocorreu, muito provavelmente na infância, o que causa maior repulsa.

Esses dados foram coletados antes da pandemia, o que nos remete que o isolamento social, possivelmente aumentou esses números, posto que na maioria dos casos, o agressor é muito próximo da vítima. Assim, a próxima pesquisa, poderá trazer números mais expressivos, nos diversos setores de violação de direitos da criança e do adolescente.

3 Dos Direitos da Criança e do Adolescente

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente a Lei 8.069/1990 que determina e assegura os direitos das crianças e adolescentes, institui prioridades em demandas, prevê a criação de programas de proteção e de promoção de saúde e bem-estar, assim como especifica que toda a sociedade é responsável por essa proteção:

“Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Lei 8069/90)

O precursor do Estatuto foi a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227 que tornasse o guia para elaboração de novas formas de garantias e proteção. O momento histórico para que esses direitos fossem garantidos em nossa Constituição, foi o encontro realizado em Brasília em 05 de outubro de 1985, onde se reuniram mais 20 mil meninos e meninas de todas as regiões do Brasil, organizados pelo Movimento Meninas e Meninos de Rua, com um único objeto, serem ouvidos e previsão legal de proteção. Esse encontro histórico sensibilizou toda a sociedade, que pode enxergar a necessidade emergente da garantia de direitos básicos.

O artigo 227 e 228 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente foram baseados em dois documentos internacionais importantíssimos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e a Declaração Universal dos Direitos da Criança 1959, ambas criada pelas Nações Unidas. O caminho para conseguir reconhecimento desses direitos foi longo, a ideia da criança como um ser de direitos, que necessita de tutela especial, demorou a ter a devida atenção, mas enfim quando conseguimos será que deixamos de lado o exercício do direito? Posto que a previsão legal existe, politicamente nosso texto constitucional é lindo, mas por vezes, parece apenas uma mera formalidade internacional, pois consta-se a não efetivação, a falta de diagnóstico e a constante violação desses direitos.

4 Considerações Finais

A necessidade de efetivação de tantas leis, tratados, convenções, instruções e resoluções são emergentes, nossas crianças precisam de proteção, diagnóstico e acompanhamento *in loco*, é inadmissível ao ponto de nos deparar com tais números e se manter a posição de inércia. Conforme previsto em nossa legislação, todos são responsáveis por zelar pela segurança e bem-estar das crianças e adolescentes.

Manter a indiferença, por achar que o problema está longe, é minimamente egoísta, essa pesquisa precisa ter a devida publicidade, posto que pelos números demonstrados a chance se conhecer criança, que sofreu algum tipo de violação é muito grande.

Essas atrocidades precisam ser identificadas, mas principalmente, para de criar um ambiente em que se sintam seguros para relatar os fatos ocorridos. Todavia a capacitação dos profissionais de educação, para que estejam preparados para diagnóstico comportamental, escuta atenta e ativa, encaminhamento para equipes multidisciplinares, de forma não evasiva. Posto que a criança sente na escola segurança, mas sempre atento que o agente agressor, muitos vezes está no ambiente familiar e tal conduta deve ser pautada com a devida cautela.

Teve-se a era da opressão, a era da luta pelos direitos, a conquista dos mesmos e não se pode criar a era da indiferença, o momento agora é da efetivação, disseminação, realização e do verdadeiro exercício de direitos. O caminho de tudo inicia ou passa pela educação, pela luz do conhecimento e mais pela adequada aplicação desse conhecimento. Figurar convenções, encontros filosóficos sem efetivação é meramente o direito por política e não o direito pelo direito.

Necessário se faz o levante da população, para que através do conhecimento de seus direitos, adquiridos sempre a duras penas, possa exercer seu poder de cidadão e cobrar a efetividade das políticas públicas e programas de proteção, sem esquecer logicamente, de estar sempre atento ao seu ambiente, e assim com a informação, conhecimento e um pouco de empatia, mudar a realidade ao nosso redor, assim esperando que esse vírus da luta de um para todos se dissemine e possa contaminar ainda mais.

Referências

CENPEC Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/conheca-a-historia-e-a-importancia-do-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-eca#:~:text=Contexto%20hist%C3%B3rico%20do%20ECA&text=Eles%20se%20articularam%20no%20F%C3%B3rum,5%20de%20outubro%20de%201988>.

IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31575-pense-2019-uma-em-cada-cinco-escolares-sofreu-violencia-sexual>

IBGE Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31579-uma-em-cada-cinco-estudantes-ja-sofreu-violencia-sexual>

LEGISWEB <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104402>

PAINEL DE DADOS Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>

PAINEL DE DADOS Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2022>

PLANALTO Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

UNIDEF Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>

ANÁLISE DA RESILIÊNCIA NA CADEIA DE SUPRIMENTOS EM RESTAURANTES DE FRANCA-SP

ANALYSIS OF RESILIENCE IN THE RESTAURANTS SUPPLY CHAIN AT FRANCA-SP

Área temática: Indústria, Inovação e Infraestrutura

ALVES, Ana Paula Taveira
Uni-FACEF
anapaulataveira5@gmail.com

FERREIRA, Luiza Maniglia
Uni-FACEF
luizamaniglia@hotmail.com

METIDIERI, Natalia Damasceno
Uni-FACEF
nat.dm@hotmail.com

COSTA, Flavio Henrique de Oliveira
Uni-FACEF
flaviocosta91@hotmail.com

Resumo

Resiliência na cadeia de suprimentos é a capacidade adaptativa de uma cadeia em se preparar para eventos inesperados, responder a rupturas e se recuperar delas, mantendo continuidade das operações. Nesse contexto, acredita-se que a resiliência contribua com a redução dos impactos causados por eventos adversos, como o *lockdown*, gerado pela pandemia de COVID-19 que se iniciou no ano de 2020 e cujas consequências são sentidas até o momento em que este estudo é apresentado. Dentre as consequências sentidas em todo o mundo, podemos destacar o grande impacto nas operações dos *food services*, os quais engloba todos os segmentos nos quais as refeições são preparadas fora do lar e podem ter o consumo no local ou no domicílio. A Pandemia gerou diversas incertezas e, por esta razão, este segmento necessitou se reinventar para conseguir manter-se no mercado. Este estudo teve por objetivo avaliar a relação entre a resiliência e a resposta à pandemia de COVID-19 nas empresas de *food services*. Participaram do estudo dez empresas de micro e pequeno porte, localizadas na cidade de Franca - SP. Para a avaliação foram realizadas entrevistas semiestruturadas, suas análises revelaram que as empresas pesquisadas não possuíam planejamento para enfrentar tal ruptura. Os dados obtidos revelam que os riscos que a cadeia de suprimentos estão sujeitas deriva de vários fatores internos ou externos.

Palavras-chave: Cadeia de suprimentos, Food services, Resiliência.

Abstract

Supply chain resilience is the adaptative capacity of it in getting prepared to unpredictable events, answering to ruptures and recovering from them, maintaining continuity of operations. In this context, it is believed that resilience contributes to the reduction of impacts caused by adverse events, as the lockdown measure generated by COVID-19 pandemic initiated in 2020, whose consequences are felt until the moment this study is presented. Among the consequences felt worldwide, it can be highlighted the impacts in food service's operations. Food service includes all segments in which meals are prepared away from home and consumed on-site or at home. The Pandemic created several uncertainties, for this reason, this segment needed to reinvent itself to stay on the market. This study aimed to evaluate the connection between resilience and the response to COVID-19 pandemic in food service companies. Ten micro and small companies, located in Franca - SP, participated in the study. For the evaluation, semi-structured interviews were carried out, their analyzes revealed that the

companies did not have the planning to face such rupture. The data obtained reveal that the risks to which the supply chain is submitted arise from several internal and external factors, it should be noted that the external ones are harder to control.

Keywords: Supply chain, Food services, Resilience.

1 INTRODUÇÃO

Um hábito disseminado no cotidiano de toda a população é o de “comer fora”, o qual foi enraizado pelas mudanças no comportamento familiar e no mercado de trabalho, com o ingresso das mulheres no meio corporativo (BADARÓ; AZEVEDO; ALMEIDA, 2007). Entretanto, em 2020 o mundo passava por uma pandemia propagada pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2. Este, causou inúmeras repercussões, em escala global, de ordem epidemiológica, bem como impactos sociais, econômicos, entre outros, afetando todos os segmentos, incluindo os *food services* (FIOCRUZ, 2020).

O *food service* é o termo utilizado para refeições preparadas fora do lar e que abrangem as refeições realizadas nos locais de trabalho, lazer, consumidas no domicílio, ou seja, todas aquelas adquiridas pelos consumidores e preparadas em outro local (DONNA, 2020).

O fechamento definitivo e as restrições de horário para abertura de diversos estabelecimentos foi um dos efeitos e consequências da pandemia de COVID-19, uma vez que, para obter o seu controle e evitar sua propagação, viu-se a necessidade de realizar *lockdowns* e adotar medidas de distanciamento social. Salienta-se que, por mais que sejam eficientes, *lockdowns* possuem um elevado custo econômico e social (BBC, 2021).

Assim, podemos observar que os restaurantes foram um dos setores mais afetados e, para se manterem no mercado, é necessário reinventar-se e investir em transformação digital, intensificando o uso de sistemas de *delivery* (entrega), *take away* (retirada no local), *dark kitchens* (cozinhas que atuam somente para *delivery*) e *ghost kitchens* (cozinhas compartilhadas destinadas ao *delivery*), visto a sua importância e necessidade, pois as pessoas não deixaram de consumir alimentos (COLLAR, 2020; ABIA, 2020).

Desse modo, é visível que a pandemia ofereceu diversas dificuldades e interrupções em todos os segmentos, desde o fornecimento de suprimentos à produção e entrega. Assim, é importante elaborar estratégias para responder a estes riscos. Um deles é tornar a cadeia de suprimentos mais resiliente, sendo possível a adaptação a eventos inesperados e rupturas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gestão de riscos

A gestão de riscos é utilizada desde os primórdios da civilização com o intuito de mitigar riscos, (OLIVEIRA, 2020). Segundo Boostel (2019), risco pode ser traduzido como a incerteza de um resultado e pode ter reflexos positivos (oportunidades), ou negativos (ameaças).

Ainda segundo o autor, vale ressaltar que os riscos podem ocorrer internamente, aqueles que ocorrem mediante à erros nos processos e deficiência no gerenciamento, ou externamente, os quais não são controlados pela organização e podem fugir ao controle dos gestores.

Nesse sentido, o gerenciamento de riscos tem se tornado cada vez mais importante no cotidiano das empresas, não somente em decorrência do medo dos fracassos corporativos, mas também pela importância estratégica que este gerenciamento representa, uma vez que é a parte fundamental do planejamento estratégico e exige processos contínuos e estruturados, desenhados de acordo com a realidade de cada organização (FRAPORTI, 2018).

É possível observar a importância referente ao gerenciamento de riscos, uma vez que este é inerente a todas as atividades, desta forma, vê-se a necessidade em discutir sobre os tipos de riscos existentes em uma organização, em sua cadeia de suprimentos. Por isso, o próximo tópico abordará este assunto.

2.1.1 Tipos de riscos

As cadeias de suprimentos são suscetíveis a diferentes tipos de riscos, sendo proporcionados pela demanda, fornecedores e ainda, eventos externos. Entretanto, há diversas classificações perante os riscos existentes na cadeia de suprimentos. A primeira classificação a ser abordada tipifica-os em três, sendo eles: intencionais, acidentais e por eventos aleatórios. O primeiro tipo, intencionais, é classificado por ser premeditado, assim como ataques terroristas ou greves. Já o segundo, acidentais, é causado por algum acontecimento não intencional, como acidentes gerados por imprudência ou falhas. Por fim, tem-se o terceiro tipo, por eventos aleatórios, este, é definido como sendo fora do controle das organizações envolvidas, como desastres naturais (PEREIRA, 2020; SHEFFI; RICE, 2005).

Manson-Jones e Towill (1998), apud Tanoue (2011) classificam a divisão dos riscos em cinco tipos, sendo eles: Riscos ambientais, riscos de demanda, riscos de abastecimento, riscos de processos e riscos de controle. Ainda segundo os autores, esta divisão é classificada por meio de três abrangências, internos à empresa, externos à empresa, mas internos à rede de cadeias de suprimentos e externos à rede de cadeia de suprimentos. A definição de cada categoria está representada no Quadro 1:

Quadro 1 – Definição dos tipos de riscos

Divisão dos riscos	Riscos	Definição
Internos à empresa	Processos	São riscos relativos a rupturas na sequência de atividades que agregam valor para a organização.
Internos à empresa	Controle	Riscos relacionados com a aplicação ou não de regras e procedimentos.
Externos à empresa e internos à rede de cadeias de suprimentos	Demanda	São riscos que podem ocasionar distúrbios no fluxo de materiais e informações.
Externos à empresa e internos à rede de cadeias de suprimentos	Abastecimento	Também podem ocasionar distúrbios no fluxo de materiais e informações, porém este risco está relacionado ao fornecimento.
Externos à empresa e externos à rede de cadeias de suprimentos	Ambientais	São resultantes de eventos sociopolíticos, econômicos ou tecnológicos, estes podem ocorrer distantes da organização, entretanto irão afetá-la. Ressalta-se que alguns desses eventos não são previsíveis.

Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Manson-Jones Towill (1998), apud, Tanoue (2011).

Visto os diversos tipos de riscos que as organizações estão suscetíveis, entende-se que cabe a elas possuírem a capacidade de identifica-los, mensurá-los, avaliar suas consequências e, então, reagir de acordo. Salienta-se que para isso, deve ser realizado o planejamento de ações para desta maneira, evitar, reduzir, transferir, compartilhar e até mesmo aceitar seus impactos e assim conseguir responder efetivamente aos riscos e mitigar suas consequências (PEREIRA, 2020).

As organizações dependem de um fluxo constante de insumos, materiais e demandas para manter sua operação. Sendo assim, eventos que impactem esse fluxo, ocasionarão consequências no sistema, possuindo potencial para gerarem rupturas. Visto isto, o próximo tópico abordará os riscos de rupturas.

2.1.2 Riscos de ruptura

Rupturas são as interrupções que são ocasionadas por um evento inesperado, o qual como vem anteriormente, pode ter ligação com fornecimento, demanda ou eventos externos. A seguir serão abordadas as suas principais fontes de rupturas.

Pela perspectiva do fornecimento, as rupturas estão relacionadas às relações com fornecedores e a complexidade e estrutura da base de fornecimento (WAGNER; NESHAT, 2010). A seguir, o Quadro 2 exemplifica estas fontes de ruptura no fornecimento.

Quadro 2 – Principais fontes de ruptura no fornecimento

Fontes de ruptura	Conceitualização
Estrutura da base de fornecedores	Ocorre quando não possui uma base consolidada, podendo acontecer de um fornecedor estar integrado com um concorrente direto e forçar a rescisão do relacionamento, deixando a base desfalcada.
Falência de fornecedores	Ocorre quando se tem um fornecedor individual, isto possui alguns fatores preocupantes para a organização, como a instabilidade financeira do fornecedor, a inadimplência e a falência deste.
Falhas na comunicação com fornecedores	Ocorre quando não há alinhamento entre diretrizes, prazos, políticas, qualidade esperada pelo serviço e ainda, não há o compartilhamento sobre as necessidades da organização.
Má qualidade de produtos fornecidos	Uma das consequências da má comunicação, uma vez que não há o alinhamento de diretrizes e necessidades. Para reduzi-lo deve-se ter estratégias de certificação de fornecedores, programas de qualidade e auditoria.
Atrasos na entrega	Também é considerado como consequência pelas falhas na comunicação e a falta de alinhamento. Para combatê-lo é importante ampliar a base de fornecedores.
Dependência de fornecedores	Ocorre quando possui uma base reduzida de fornecedores. Acarreta a oportunidade de o fornecedor explorar tal fato, deixando a empresa suscetível à performance, qualidade e condições financeiras de seus fornecedores.

Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Wagner e Neshat (2010); Tomas (2014); Bernardes e Pinho (2002).

Já pelo horizonte da demanda, as rupturas estão relacionadas com o funcionamento da cadeia de suprimentos, a seguir, o Quadro 3 exemplifica estas fontes de ruptura na demanda.

Quadro 3 – Principais fontes de ruptura na demanda

Fontes de ruptura	Conceitualização
Mudança na preferência dos clientes	Mudanças de hábitos e comportamentos por parte dos clientes, como também novas necessidades e prioridades, isto faz com que seja necessário interpretar os hábitos de consumo e adequar o negócio.
Ausência de planejamento colaborativo com os clientes	O princípio básico do trabalho colaborativo na cadeia de abastecimento é que a troca de informações pode reduzir a incerteza e erros.
Falta de acurácia nos métodos de previsão de demanda	A acurácia é um fator importante na escolha do método de previsão. Utiliza-se para identificar a previsão desejada, de forma a diminuir os erros do planejamento.
Baixa comunicação com clientes	O planejamento interno deve ser feito de forma integrada ao cliente, visto que a integração complementa e agrega valor ao cliente da rede, visando aspectos como a conformidade com as especificações do cliente e sua satisfação.
Dependência de modal logístico único	Ocorre quando há dependência em um único modal e pode gerar alto custo e atraso nas entregas. Um exemplo é a dependência do Brasil pelo transporte rodoviário e as crises que enfrentam quando há greve de caminhoneiros.

Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Parthenon (2020); Christopher e Peck (2004); Chiba (2019); Wieland e Wallenburg (2013); Rodrigues (2018).

Com relação à categoria de riscos externos à cadeia que podem levar a rupturas, como viu-se anteriormente, eles estão ligados aos riscos provenientes de desastres naturais, como ataques terroristas ou crises financeiras e humanitárias, em escala mundial. A seguir, o Quadro 4 exemplifica estas fontes de ruptura por eventos externos.

Quadro 4 – Principais fontes de ruptura por eventos externos

Fontes de ruptura	Conceitualização
Crises econômicas	Englobado na categoria financeira, é um período de escassez do nível de produção, comercialização e consumo. Possui grande influência em todos os âmbitos, gerando grandes consequências.
Variabilidade sazonalidade e na disponibilidade de matéria prima	Englobado na categoria mercado, é referente a qualquer produto ou serviço sujeito às flutuações de demanda. Essas flutuações têm as mais diversas origens, como climáticas (estações do ano), datas comemorativas, eventos periódicos (copa do mundo), crises diversas (hídrica, COVID-19),
Insuficiente capacidade de tráfego	Englobado na categoria infraestrutura, ocorre quando há deficiência no planejamento e acarreta maior tempo para as entregas. Também pode ser ocasionado por manifestações sociais, como, greve dos caminhoneiros, uma vez que paralisa ou diminui o fornecimento de combustíveis.
Mudança de atitude do cliente em relação ao produto/processo	Englobado na categoria social, ocasionado por mudança nas necessidades e prioridades dos clientes, geralmente é uma consequência de crises econômicas.
Manifestações sociais (Paralisações, greves de servidores públicos)	Englobado na categoria social, afetam diretamente as cadeias de suprimentos, como por exemplo, as greves de caminhoneiros, as quais ocasionam no desabastecimento de alimentos, combustíveis, insumos industriais, dentre outros
Fatores sanitários	Englobado na categoria ambiental, são aqueles que podem ameaçar a saúde. Um exemplo é a pandemia de Covid-19, a qual trouxe grande instabilidades em todos os âmbitos. A cadeia de suprimentos foi afetada tanto por importadores (atrasos nas entregas), como exportadores (portos fechados, falta de <i>containers</i> e caminhões parados).

Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Petronas (2020); Sales, Fernando e Bastos (2017); Endeavor (2015); Laczynski e Goulart (2021).

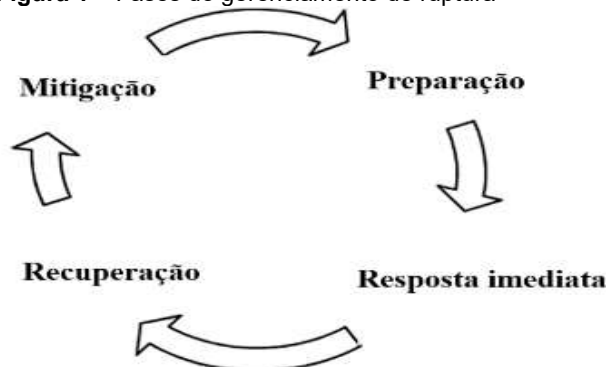
Levando em consideração a importância do gerenciamento de riscos em uma organização e em sua cadeia de suprimentos, uma vez que estes estão sujeitos aos diversos tipos de riscos e rupturas, salienta-se que ocasionam efeitos positivos ou negativos. Devido a isto, o próximo tópico abordará sobre a resiliência na cadeia de suprimentos.

2.2 Resiliência na cadeia de suprimentos

Resiliência é um termo que faz alusão a flexibilidade e capacidade de restabelecimento e recuperação (PINHEIRO, 2004). Já a cadeia de suprimentos, é definida como a composição de várias partes que trabalham em conjunto, com a finalidade de satisfazer as necessidades dos consumidores e consequentemente, gerar lucros (CHOPRA; MEINDL, 2013). Nesse sentido, Lima (2018) e Mubarik et al, apud Duarte et al (2021) caracterizam a cadeia de suprimentos resiliente como a capacidade de sofrer impactos e rupturas, preparar a cadeia para lidar com interrupções inesperadas e se reconfigurar de forma eficiente, a fim de atender as demandas do mercado.

Para Scholten, Scott e Fynes (2014), é a habilidade de responder positivamente às mudanças imprevisíveis no mercado, salienta-se que a resiliência na cadeia de suprimentos possui três fases, antecipação/preparação, resposta imediata/resistência e recuperação, ressalta se que trabalham em conjunto com uma fase da gestão de riscos, a mitigação. Nesse sentido, os autores classificaram as fases da resiliência de acordo com a Figura 1.

Figura 1 – Fases do gerenciamento de ruptura



Fonte: Adaptado de Scholten, Scott e Fynes (2014), apud Costa, Silva e Pereira (2016)

Observa-se que a preparação para algum tipo de ruptura ocorre quando a organização possui prevenção para dado evento. A resposta imediata consiste nas ações tomadas após a ruptura, ou seja, assim que um problema for detectado. Já a recuperação é a implantação destas ações, para assim, minimizar os impactos da ruptura. Por fim, a fase da mitigação, a qual faz parte da melhoria contínua dos processos (SHEFFI; RICE, 2005; SCHOLTEN; SCOTT; FYNES, 2014; KAMALAHMADI; PARAST, 2016).

Tendo em vista o conceito de resiliência na cadeia de suprimentos e sua importância para uma organização, de modo que seja possível mitigar os riscos e responder positivamente às mudanças/rupturas, o próximo tópico abordará os elementos da resiliência na cadeia de suprimentos.

2.2.1 Elementos da resiliência na cadeia de suprimentos

Diversos elementos auxiliam a tornar a cadeia de suprimentos mais resiliente, o Quadro 5 discorre sobre eles.

Quadro 5 – Elementos de resiliência

Elementos de resiliência	Definição
Comunicação	Compartilhar informações e criar um diálogo eficaz auxilia no gerenciamento de relacionamentos, desenvolvimento de parcerias e resolução de problemas.
Gestão de riscos	Auxiliam a minimizar as possíveis vulnerabilidade, por meio de monitoramento, conhecimento e prevenção.
Flexibilidade	Capacidade de aumentar a sua adaptação a possíveis trocas de processos, produtos, fornecedores.
Agilidade	Possui relação com flexibilidade, é a capacidade da organização de se movimentar perante as ações que precisam ser tomadas.
Inovação	Se dá por meio de aperfeiçoamento buscando reinventar-se e tornar-se atraente aos seus consumidores.
Plano de contingência	Consiste em plano previamente definido e passível de ser executado.
Gestão de conhecimentos	Conhecimentos acumulados por meio de eventos, treinamentos e trocas de informações.
Redundância	Capacidade adicional de produção, estoque, instalações de armazenamento.
Tecnologia	Auxiliam na segurança e antecipação de problema.

Fonte: Elaborado pelos autores. Adaptado de Wieland e Wallenburg (2012) apud Costa (2016), Pereira (2020), Goldman (2005) apud Tanoue (2011), Blackhurst; Dunn; Craighead (2011) apud Grandi et al (2019), Daleprane (2007), Braunscheidel e Suresh (2009), IFB (2021).

Compreendendo os principais elementos de resiliência na cadeia de suprimentos e suas definições, nota-se a importância destes para que uma organização consiga superar as rupturas e possuir maior resiliência. Visto isso, o próximo tópico irá conceitualizar sobre os *food services*, objeto de pesquisa deste estudo.

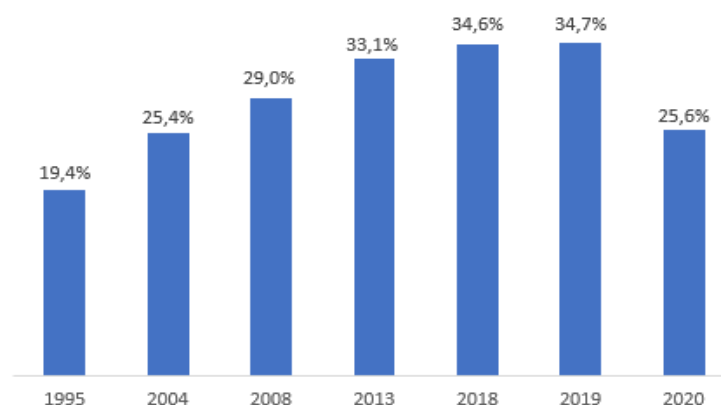
2.3 Food services

O *food services* é o fornecimento de mercadorias, produtos e serviços aos estabelecimentos públicos ou privados, que preparam e fornecem alimentação aos consumidores, sendo esta efetuada fora do lar ou refeições adquiridas prontas para consumo entregues em domicílio. Envolve toda a cadeia de produção de alimentos, insumos, equipamentos e serviços, desta maneira observa-se que é um mercado amplo, que cresce significativamente dentro do ramo de alimentação (ABIA, 2010; DONNA, 2020).

Dessa forma, diante dos desafios colocados pela pandemia, este segmento passou por um processo intenso de transformações, uma vez que houve a disrupção do comportamento do consumidor, o que ocasionou na aceleração do processo de transformação digital em toda a cadeia do *food service*, com a intensificação do uso de novas tecnologias nas operações de preparo e distribuição de refeições (*delivery, take away e dark kitchens*) (ABIA, 2021).

Com as medidas de restrições e as necessidades dos consumidores modificadas por meio da crise enfrentada, os *food services* foram um dos principais segmentos afetados com os efeitos negativos dessa nova realidade. Desde março de 2020, muitos donos de *food services* tiveram que inovar para não perder espaço no mercado, entretanto, cerca de 300 mil não conseguiram e tiveram que fechar as portas por conta da situação, como ilustrado na Figura 2 (IFB, 2022; ZANFOLIN, 2021).

Figura 2 – Participação dos *food services* em gastos com alimentação



Fonte: ABIA (2021)

Tendo em vista o conceito de *food services* e a importância deste setor para a economia e a sociedade e ainda, sabendo que foi altamente atingido pela Pandemia de COVID-19, o próximo tópico abordará sobre esta pandemia e seus efeitos sob a cadeia de suprimentos dos *food services*.

2.4 Pandemia COVID-19

Trata-se de uma síndrome respiratória aguda nos seres humanos, a qual possui alta transmissibilidade e difícil controle. Após três meses, em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a doença como uma pandemia, a qual provocou consequências muito além da saúde. Sendo assim, considerada o maior risco social e econômico global contemporâneo, uma vez que reflexos econômicos foram notados em quase todas as áreas e países (XIANG et al, 2020, apud RENGEL; MONTEIRO; MARÇAL; SCHNORRENBARGER, 2020).

Diante disto, Governos de diversos países, inclusive o Brasil, adotaram o distanciamento social como medida de segurança para o controle e enfrentamento da pandemia (RENGEL; MONTEIRO; MARÇAL; SCHNORRENBARGER, 2020). De acordo com dados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL) (2021), o mercado de *food services* foi um dos mais atingidos pelas medidas de restrição adotadas para conter a pandemia.

Como alternativa, para responder à nova realidade, diversos estabelecimentos optaram por utilizar os sistemas de *delivery* para continuar suas atividades, adaptando-se ao cenário atual

(ZANFOLIN, 2021). Segundo pesquisa do Sebrae em parceria com a ABRASEL (2020) os aplicativos de *delivery* ganharam força nesse momento de pandemia, visto que anterior a ela cerca de 54% dos estabelecimentos ofereciam *delivery*, número que subiu para 66% em 2020, com 94% de aumento no consumo.

Nesse panorama, entende-se que os empresários precisaram reestruturar seus estabelecimentos, seja por meio de tecnologia, inovação de produtos e serviços oferecidos, entre outros, para assim continuar sendo relevantes para seus consumidores. Visto isto, os próximos tópicos abordarão um estudo de caso para compreender as estratégias utilizadas e entender os desafios passados e como foram e estão sendo superados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente trabalho optou-se por utilizar o procedimento de estudo de caso, sendo este de natureza aplicada, possuindo o objetivo exploratório com abordagem qualitativa. Nesse sentido, classifica-se como exploratória quando há investigações que procuram uma visão geral do agente em estudo, para assim, definir a natureza exata do problema a ser resolvido e obter melhor compreensão do seu ambiente (RICHARDSON, 2017; BONHO, 2018).

Dessa maneira, essa pesquisa está dividida em três etapas principais: Quadro teórico, pesquisa de campo e divulgação dos resultados. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e exploratório para desenvolver o tema abordado, por meio de pesquisas em livros e artigos de autores renomados. Após, foi realizada a estruturação de um roteiro pré-definido, com base no levantamento bibliográfico do tema a ser discutido, para auxiliar na coleta de dados.

Na etapa seguinte, foi realizado o estudo de caso, no qual houve a coleta de dados por meio de visita *in loco* e entrevistas semiestruturadas por meio de um roteiro, com 22 questões discursivas e após, houve a análise de dados. Por fim, a terceira etapa, a qual aconteceu por meio do desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 Caracterização da empresa

Este tópico abordará as principais características das empresas utilizadas como fonte de pesquisa, o Quadro 6 apresenta as informações primordiais para a familiarização de cada empresa.

Quadro 6 – Caracterização das empresas pesquisadas

Empresa	Ramo	Principais produtos	Tempo no mercado (anos)	Nº de funcionários – classificação
A	Franquia de Hambúrgueres	Hambúrgueres artesanais	4	15 – P
B	Franquia de <i>fast food</i>	Sanduíche personalizado	9	15 – P
C	<i>Pizzaria</i>	<i>Pizzas</i> e pratos <i>à la carte</i>	12	35 – P
D	Padaria	Panificação	35	20 – P
E	<i>Buffet</i> e distribuidora de lanches naturais	<i>Pizzas</i> e lanche artesanal	11	5– M
F	Bar	Bebidas alcoólicas e petiscos	29	10 – P
G	Franquia de <i>Gelato</i>	gelatos em cascão e copinhos	2	9 – M
H	Bar e pastelaria	Bebidas alcoólicas e pastel	14	8 – M
I	Cafeteria	cafés, pães e almoços	10	5 – M
J	Confeitaria	<i>brownies</i>	8	5 – M

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da caracterização das empresas nota-se que são empresas que possuem experiências e vivências distintas, tanto pelo ramo e segmentação, bem como pelo tempo que possuem de mercado, porte e número de funcionários. Ressalta-se que cada empresa segue segmentações distintas dentro do ramo de alimentação e que M é considerado micro porte e P pequeno porte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a análise de dados, nota-se que em primeiro momento, a maior preocupação das empresas entrevistadas era conseguir manter sua equipe de funcionários, entretanto, algumas não obtiveram êxito, seja por falta de capital ou por seu negócio não ser sustentável para o momento de pandemia.

Dessa maneira, os estabelecimentos necessitaram realizar diversas mudanças, as quais tiveram que ser aplicadas em relação aos funcionários, como realizar contratações, demissões ou outras providências, como afastamento e férias. Verificou-se que apenas 30% das empresas realizaram demissões sem buscar alternativa, as empresas *Buffet*, Bar e Bar/Pastelaria, precisaram fechar uma parte da empresa, representante do maior faturamento como eventos ou vendas presenciais, ou, precisaram fechar por completo a empresa durante um período. Verifica-se também que 30% precisaram realizar apenas contratações durante a pandemia, uma vez que obtiveram alta na demanda. Os 40% restantes, aplicaram todas as alternativas existentes sendo elas férias, adiantamento de férias e afastamentos, a fim de não ser necessário realizar demissões, entretanto, mesmo assim, uma parte dessas empresas não conseguiram manter sua equipe. Vale ressaltar que foi observado que realizar o corte de custos por meio do ato de demissões é uma decisão difícil e de alto valor aquisitivo.

A empresa *Buffet* informou que uma das maiores dificuldades empresariais atualmente é conseguir formar uma boa equipe, com colaboradores que possuam a mesma visão que a do dono e, por isso, perder sua equipe foi uma das maiores dificuldades que a pandemia gerou. Já a Cafeteria informou que, em um momento, viu-se diante de um grande dilema. Não possuía capital para manter sua equipe, não obstante, também não possuía capital para realizar o acerto e as demissões. Sem alternativas, optou pela contratação de um empréstimo em banco, para conseguir “cortar custos”, diminuindo o gasto com os funcionários e, assim, continuar pagando as contas da empresa e manter-se aberto e funcionando. Entretanto, informou que no momento que deveria começar a pagar o empréstimo, ainda não havia elevado seu faturamento e desse modo, não possuía capital para isso e foi necessário realizar outra dívida em banco para conseguir liquidar a primeira.

Verificou-se que 80% das empresas analisadas, continuaram trabalhando durante toda a pandemia. Aqui vê-se a importância da inovação, uma vez que, por não poder realizar vendas presencialmente, optaram por outras alternativas, por meio de *drive-thru*, *delivery* e retiradas.

Destaca-se que nem todas as empresas trabalhavam com *delivery*. Desse modo, como foi necessário realizar mudanças em suas frentes de vendas, como incrementar novas para manter-se trabalhando, metade das empresas informaram ter sofrido queda em suas vendas, enquanto 20% afirmaram que a queda foi apenas inicialmente. O restante, tiveram aumento desde o primeiro momento.

Notou-se que as empresas que tiveram quedas em suas vendas foram por três motivos: a) Paralisação em sua atividade de principal faturamento, empresas de Bar, *Buffet* e Bar e Pastelaria, b) Não aceitação do público na realização de *delivery* em seu produto carro chefe, empresas *Gelato* e Cafeteria, e c) Produtos vendidos por vitrine, Padaria.

Tendo como destaque a empresa de *fast food*, a qual teve queda em suas vendas inicialmente, notou que os métodos que estavam utilizando para as vendas não estavam sendo eficientes. Ao notar quedas em seu faturamento, a empresa decidiu inovar e criar um *drive-thru*, já que este não existia na franquia, pois está não acreditava que seu produto poderia ser sustentável com outros modelos que não fosse a venda presencial. Do mesmo modo, decidiram reformar o estabelecimento e construir uma cozinha apenas para o *delivery*. Após estas mudanças, conseguiram aumentar suas vendas e faturamento mês a mês, o que comprova a relevância da flexibilidade, agilidade e inovação para responder às rupturas.

Visto a dificuldade enfrentada para realizar vendas e manter o faturamento positivo ou apenas conseguir com que este não fosse negativo, as empresas necessitaram realizar mudanças em seus estabelecimentos e adaptar-se ao novo cenário vivido por conta da pandemia. O Quadro 7 ilustram quais foram as mudanças realizadas nesse período.

Quadro 7 – Principais mudanças

Empresa	Principais mudanças
A	Criação de estoque no espaço do salão
B	Criação de <i>drive</i> e <i>delivery</i> e criação de "mercadinho" com os produtos fechados, pães e molhos
C	Não realizar vendas presenciais e diminuição do espaço do salão
D	Criação de <i>delivery</i>
E	Perda de seu espaço físico e de sua equipe
F	Adequação aos protocolos sanitários
G	Não realizar vendas presenciais, realizar <i>delivery</i> pois seu produto ainda não era aceito pelo público para a realização de <i>delivery</i>
H	Não realizar vendas presenciais e adequação aos protocolos sanitários
I	Ter que realizar <i>delivery</i> , seu produto não era aceito pelo público para a realização de <i>delivery</i>
J	Modificação no espaço físico, retiradas das mesas e cardápio de vendas presenciais (opções de salgados)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio do quadro nota-se que as principais mudanças estão ligadas ao espaço físico e presencial, seja a perda de uma parte dele ou ele por completo, mudanças no espaço, já que não realizam mais vendas presenciais, o que ocasionou a criação de *delivery*. Salienta-se que 50% das empresas entrevistadas não trabalhavam com *delivery*, a empresa Padaria informou que por mais que seus clientes pedissem para realizarem entregas e *delivery*, possuíam restrições quanto a isto e só iniciaram por conta da pandemia, contudo, perceberam que isto era uma perda de oportunidade, já que atualmente suas vendas aumentaram por possuírem outra frente de vendas, isso é possível por meio da tecnologia, uma vez que para realizar *deliveries* a empresa adquiriu um celular, para utilizar o *WhatsApp* e outras redes sociais para fazer com que seus clientes vissem seu produto e conseguissem comprar sem sair de casa.

As maiores dificuldades informadas para a realização do *delivery* são: Organização das entregas e da produção (25%), valor alto das taxas de aplicativos (19%), adequação ao tipo de embalagens (19%), aceitação do tipo de produto por parte dos consumidores (12%), aumento de reclamações dos clientes (6%) e não possuem dificuldades em realizar *delivery* (19%). Embora todas essas dificuldades, 90% dos entrevistados acreditam que o *delivery* continuará em alta e afirmaram que mesmo com os estabelecimentos reabertos, as vendas por essa frente de venda não cessaram ou diminuíram, apenas uma empresa, a empresa Hamburgueria, informou não estar vendendo bem por *delivery* ou presencialmente no momento pós-pandêmico, acredita-se que um dos fatores para isto é por esta empresa ter sido a única que informou não ser flexível com as marcas das matérias primas que utilizam, de modo que não é aceito a troca de suas matérias primas por outras que possuam a mesma qualidade ou qualidade similar e um menor custo, desse modo, seu produto final possui o preço mais elevado.

Dentre os vários problemas que a pandemia trouxe, podemos citar as perdas de alimentos e os problemas com fornecedores. A maior parte das empresas, sendo 60%, afirmaram que possuíam perdas de alimentos, o motivo era a incerteza e a falta de planejamento, uma vez que não sabiam e não tinham controle se o estabelecimento estaria aberto ou fechado ao público. Informaram que se programavam para a abertura do comércio, dessa maneira, realizavam compras em longa escala e aumentavam a produção, entretanto, este continuava fechado e perdiam tudo o que haviam comprado e produzido, para contornar esta situação, algumas empresas congelaram os suprimentos, venderam as matérias primas fechadas, contudo, ainda assim tiveram perdas e prejuízos.

Já os problemas com os fornecedores foram os aumentos nos preços das mercadorias, falta de mercadorias, atraso nas entregas e problemas relacionados à pagamentos, pois muitos não possuíam a flexibilidade de permitir com que eles fizessem o giro de capital para conseguir pagá-los. Como estratégia, a empresa Pizzaria e *Gelato* informaram ter realizado união com outros estabelecimentos para comprar em grande escala e assim conseguirem uma melhor negociação, do mesmo modo, realizaram compras dos produtos que encontravam nos mercados locais, principalmente durante o período de *lockdown*, nesse momento, a marca não importava, o importante era adquirir a matéria-prima para conseguir produzir, desse modo, é possível verificar a relevância da

comunicação, uma vez que torna possível o desenvolvimento de parcerias, resolução de problemas e colaboração. Ressalta-se que metade dos estabelecimentos entrevistados informaram que realizaram troca ou aumento de fornecedores durante a pandemia.

As principais dificuldades durante este período estão descritas no Quadro 8.

Quadro 8 – Principais dificuldades enfrentadas

Empresa	Principais dificuldades enfrentadas
A	Realizar custo correto dos seus produtos
B	Incerteza e medo, sendo eles, perder o emprego, perder a loja, não conseguir manter as vendas, não conseguir administrar novas frentes de vendas
C	Incerteza, sendo está por conta da demanda, dessa forma havia dificuldade em mensurar as compras de matéria prima, uma vez que não sabia se iria vender
D	Oscilação de movimento, incerteza, uma vez que não podiam fazer vendas presenciais e nunca haviam feito vendas de outra forma, como também porque sus vendas eram por vitrine e aumento de preço dos suprimentos
E	Limitação, uma vez que seu maior faturamento dependia de eventos e vendas em universidades e turismo, como isto cessou, viram-se, em primeiro momento, sem opções do que realizar, ou seja, limitados
F	Fechamento para o atendimento presencial
G	Planejamento e incerteza, por conta de não ter um produto aceito sem ser por meio de venda presencial, por conta da demanda, do <i>lockdown</i> e de serem novos no mercado
H	Falta de movimento, queda nas vendas e dificuldades financeiras
I	Realizar as demissões e gerir escassez
J	Custos, incerteza e medo, sendo esses por conta da doença em si, perderam pessoas próximas e ficaram com medo de contratar funcionários e correr risco de se contaminar com o vírus, como também, por conta da oscilação de demanda e falta de insumos

Fonte: Elaborado pelos autores.

Por meio do quadro, é possível verificar que a maior dificuldade foi a incerteza e o medo, sendo eles: não conseguir manter o emprego ou o estabelecimento, não conseguir manter as vendas, incerteza de utilizar um novo método de vendas, o qual até então era novo para alguns estabelecimentos, pela demanda que sofria diversas oscilações, o risco de haver *lockdown*, não poder vender presencialmente ou realizar eventos, ter que se reinventar para conseguir continuar mantendo-se no mercado e também, medo do vírus.

Dessa forma, como este risco era de causas externas, ou seja, não são previsíveis, por mais que as empresas pudessem ter alguma alternativa para contornar a situação, não possuíam controle perante o que aconteceria no dia seguinte, se o estabelecimento continuaria fechado, se seria aberto ao público, se teria aumento ou quedas nas vendas, desse modo, entende-se que era difícil prever a demanda e também, se teriam matérias primas disponíveis e se elas teriam aumento, assim, a incerteza e o medo fez-se presente nas organizações durante a pandemia.

Todas as empresas entrevistadas informaram que começaram a utilizar ou aumentaram a frequência que utilizavam as redes sociais, de maneira a aproximar-se de seus clientes e, assim, conseguissem aumentar o número de vendas. A maior parte das empresas entrevistadas (60%) relataram que obtiveram aumento de vendas com o aumento nas frentes de vendas e que estas continuaram mesmo após a reabertura do mercado, por isso, irão continuar com todas as opções de vendas, *drive-thru*, *delivery*, *take away* e presenciais.

Também foi possível verificar que todos os estabelecimentos relataram a importância em possuir um bom planejamento e como isto fez falta para eles neste período, entretanto, 60% informou que acredita que apenas a experiência vivida nessa pandemia já os preparou para outra situação do tipo. Os planos, dos 40% que informaram que irão preparar-se para caso ocorra alguma situação parecida no futuro são os seguintes: a) Equipar e aumentar as cozinhas para conseguir atender toda a demanda, b) Sempre manter a empresa com caixa de emergências e c) Fechar o estabelecimento, pois verificou que se tivesse fechado no começo da pandemia, estaria em uma situação melhor atualmente, pois possuiria menos dívidas.

Desse modo, verifica-se que mesmo que os estabelecimentos comprovaram na prática a importância de possuir um bom planejamento para enfrentar riscos e rupturas, estes ainda acreditam que a gestão de conhecimento é a melhor forma de gerir um negócio, defrontar crises e assim continuar no mercado. Nota-se que as empresas não possuem sequer o planejamento mais básico, como o de identificar e apontar prazos para continuar testando alternativas e identificar a melhor

decisão, visto que, eventualmente, adaptar-se às situações não é a única ou a melhor escolha, uma vez que é necessário possuir capital, aceitação ao seu produto e alternativas do que realizar caso alguma decisão/planejamento não seja efetiva.

Salienta-se, a importância da realização de parcerias, tanto com fornecedores, quanto com outros estabelecimentos, uma vez que em situações onde os suprimentos estão em falta, seu abastecimento não será tão afetado e no momento de realizar cotações/compras, a negociação será mais efetiva, visto que a volumetria será mais elevada e também, a possibilidade em aprender com a experiência vivida por outros negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender e analisar como a resiliência contribui na resposta à pandemia de COVID-19 nas empresas de *food services*. Através das empresas escolhidas, foi possível verificar que os riscos são causados por vários fatores, podendo ser ambientais, de demanda, abastecimento, processos e controles. Da mesma maneira, notou-se que as rupturas são ocasionadas por eventos inesperados, as quais estão relacionadas com diversos fatores, como fornecedores, demanda e eventos externos.

Os resultados obtidos revelam-se importantes para o meio acadêmico e podem auxiliar a compreender como a resiliência na cadeia de suprimentos é criada e auxiliar a enfrentar riscos e rupturas. Como também, a importância de ter-se um planejamento para enfrentar crises, uma vez que estas são inesperadas. As dificuldades foram mapeadas, sendo as principais incerteza, oscilação de movimento e custos, estas devem ser mitigadas para o melhor desempenho destes negócios em cenários como o apresentado neste estudo.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações: a primeira delas refere-se ao fato de ter sido feito apenas uma análise exploratória, não generalizável, entretanto, a resiliência é um tema relativamente novo, como afirmado por Christopher e Peck (2004), Ponomarov e Holcomb (2009), Blackhurst, Dunn e Craighead (2011), apud Grandi et al (2019) e Scavarda et al. (2015). Dessa forma, esse recorte pareceu o mais adequado. Outro aspecto, é que devido ao recorte, para empresas de pequeno e médio porte, e o estudo estar em busca da visão gerencial da resiliência, o número de entrevistas em cada empresa foi baixo, já que a maior parte dessas organizações possuía apenas um funcionário de nível gerencial, ou proprietário.

Existem diversas oportunidades de pesquisas futuras no contexto nacional, sugerimos uma ampliação da pesquisa, que possa investigar a resiliência na cadeia de suprimentos em *food services* do mesmo segmento, para assim compreender as estratégias utilizadas, se possuem semelhanças por segmentos e auxiliar as organizações a compreender as melhores estratégias que podem optar por utilizarem de acordo com seu empreendimento.

Por fim, foi possível verificar que as organizações não preocupam-se com estratégias futuras e planejamento a longo prazo, uma vez que mesmo tendo constatado na prática a importância em ter-se um planejamento para conseguirem ser resilientes e manter-se no mercado, as empresas não consideram importante adquirir esta cultura de se preparem para conseguirem ter respostas imediatas frente às crises e saberem analisar seus resultados para uma boa recuperação e mitigação para assim possuírem uma melhoria contínua e conseguirem se reconfigurar de forma mais eficiente, minimizando os efeitos negativos que as rupturas causam e assim possuindo uma cadeia de suprimentos resiliente.

REFERÊNCIAS

- ABIA. **Canais de distribuição da ind. Da alimentação no mercado interno (R\$ bilhões)**. 2020. Disponível em <<https://www.abia.org.br/downloads/numeros-mercado-interno-ABIA2020.pdf>> Acesso em: 13/11/2021
- ABIA. **13º Congresso Internacional de Food Service ABIA 2020**. 2020. Disponível em <<https://www.abia.org.br/noticias/13-congresso-internacional-de-food-service-abia-2020>> Acesso em: 13/11/2021
- ABIA. **3º Congresso internacional de Food Service ABIA 2010**. 2010. Disponível em: <[https://www.abia.org.br/cfs2010/telas/foodservice.asp#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Food,fora%20do%20lar\)%20aos%20consumidores.](https://www.abia.org.br/cfs2010/telas/foodservice.asp#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20o%20Food,fora%20do%20lar)%20aos%20consumidores.)> Acesso em: 17/02/2022
- ABIA. **O mercado do Food Service**. 2020. Disponível em: <<https://www.abia.org.br/cfs2021/omercadofoodservice.html>> Acesso em: 17/02/2022

- ABRASEL. **Alto endividamento pressiona bares e restaurantes, diz pesquisa nacional da Abrasel.** 2021. Disponível em <<https://abrasel.com.br/noticias/noticias/alto-endividamento-pressiona-bares-e-restaurantes-diz-pesquisa-nacional-da-abrasel/>> Acesso em: 13/11/2021
- ABRASEL. **Capital de giro é o maior desafio dos empresários do setor de alimentação fora do lar durante a pandemia.** 2020. Disponível em: <https://abrasel.com.br/noticias/noticias/capital-de-giro-e-o-maior-desafio-dos-empresarios-do-setor-de-alimentacao-fora-do-lar-durante-a-pandemia/?fb_comment_id=3255723841207600_4060317624081547#:~:text=Para%20conseguirem%20se%20manter%20em,esse%20percentual%20subiu%20para%2066%25.>> Acesso em: 20/02/2022
- BADARÓ, Andréa Cátia Leal; AZEREDO, Raquel Monteiro Cordeiro de; ALMEIDA, Martha Elisa Ferreira de. **Vigilância Sanitária De Alimentos: Uma Revisão Sanitary Surveillance Of Foods: A Review.** 2007. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1525876-Vigilancia-sanitaria-de-alimentos-uma-revisao-sanitary-surveillance-of-foods-a-review.html>> Acesso em: 19/02/2022
- BBC. **Coronavírus: 'Não há dúvida sobre eficácia de lockdown', diz ex-chefe do combate à pandemia em Israel.** 2021. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56417661>> Acesso em: 13/11/2021
- BERNARDES, Roberto; PINHO, Marcelo. **Aglomeracao e aprendizado na rede de fornecedores locais da Embraer.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Pinho-2/publication/310628693_Aglomeracao_e_Aprendizado_na_Nete_de_Fornecedores_da_Embraer/links/58346d6308aef19cb81f7d3a/Aglomeracao-e-Aprendizado-na-Rede-de-Fornecedores-da-Embraer.pdf> Acesso em: 08/01/2020
- BONHO, Fabiana Tramontin. **Pesquisa mercadológica.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026636/pageid/1>> Acesso em: 27/10/2021
- BOOSTEL, Isis. **Gestão de custos, riscos e perdas [recurso eletrônico].** Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028623/pageid/1>> Acesso em: 19/10/2021
- CHIBA, Guilherme Issao; LUNA, Mônica Maria Mendes. **Modelos de séries temporais: a análise da acurácia das previsões da demanda de uma linha de produtos em empresa do setor do vestuário.** Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas, v. 15, n. 4, p. 219, 2020. Disponível em: <<https://www.revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/2664>> Acesso em: 08/01/2022
- CHRISTOPHER, Martin; PECK, Helen. **Building the resilient supply chain.** 2004. Disponível em: <https://dspace.lib.cranfield.ac.uk/bitstream/handle/1826/2666/Building_the_resilient_supply_chain-2003.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 08/01/2022
- CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Supply chain management. Strategy, planning & operation.** In: Das summa summarum des management. Gabler, 2007. p. 265-275. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-8349-9320-5_22> Acesso em: 15/01/2022
- COLLAR, Vitoria Yulia Biihrer. **Restaurantes e impactos ambiental durante a pandemia de COVID-19.** XXII ENGEMA USP. 2020. Disponível em <http://engemausp.submissao.com.br/22/anais/resumo.php?cod_trabalho=440> Acesso em: 13/11/2021
- COSTA, Flávio Henrique de Oliveira; SILVA, Andrea Lago da; PEREIRA, Carla Roberta. **O que favorece a resiliência na cadeia de suprimentos? Insights a partir de uma revisão sistemática de literatura.** Produção online. 2016 Disponível em: <<https://producaoonline.org.br/rpo/article/view/2223>> Acesso em: 15/01/2021
- COSTA, Flávio Henrique de Oliveira. **Caracterização dos facilitadores para criação de resiliência na cadeia de suprimentos: um estudo de caso a partir das atividades da logística inbound.** 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7304>> Acesso em: 22/02/2022
- DONNA, ENZO. **As Tendências da Alimentação Fora do Lar Enzo Donna. Brasil Food Trends 2020.** 2020. Disponível em <http://www.brazilfoodtrends.com.br/docs/enzo_foodservice.pdf> Acesso em: 13/11/2021
- DUARTE, Thamires Eis, et al. **Resiliência na Cadeia de Suprimentos do setor de óleo e gás durante a pandemia do COVID-19.** ENEGEP 2021, Foz do Iguaçu, PR. 2021. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_359_1849_41635.pdf> Acesso em: 16/02/2022

- ENDEAVOR. **Sazonalidade:** sua empresa está pronta para ela? 2015. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/vendas/sazonalidade/>> Acesso em: 08/01/2022
- FIOCRUZ. **Impactos sociais, econômicos, culturais e políticos da pandemia.** 2020. Disponível em <<https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia>> Acesso em: 13/11/2021
- FRAPORTI, Simone. **Gerenciamento de riscos [recurso eletrônico].** Porto Alegre: SAGAH, 2018. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023352/pageid/1>> Acesso em: 19/10/2021
- IFB, Redação. **Food services e as tendências de transformação digital.** 2021. Disponível em: <<https://foodbizbrasil.com/negocios/o-futuro-do-foodservice-pos-pandemia/>> Acesso em: 17/02/2022
- IFB, Redação. **O futuro do food service pós pandemia.** 2022. Disponível em: <<https://foodbizbrasil.com/inovacao/foodservice-e-transformacao-digital/>> Acesso em: 17/02/2022
- KAMALAHMADI, M.; PARAST, M. M. A Review of the Literature on the Principles of Enterprise and Supply Chain Resilience: Major Findings and Directions for Future Research. **International Journal of Production Economics**, v. 171, p. 116–133, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527315004041?casa_token=rjbmk8OYjFAAA:AAA:QW4YaUUvba8-KI7MrZuOwDW1tn6NMqPQsc0kvjzWsFQtZRB7xY7AhrJmZnBtLcYGk1936GV6p_9x> Acesso em: 15/01/2022
- LACZYNSKI, Priscila de Souza Miguel; GOULART, Daniel Franco. **O que a greve dos caminhoneiros nos ensina sobre a logística brasileira?** FVG. 2021. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/artigos/greve-caminhoneiros-ensina-sobre-logistica-brasileira>> Acesso em: 08/01/2022
- LAMBERT, J. L. et al. **As principais evoluções dos comportamentos alimentares:** O caso da França. Revista de Nutricao, v. 18, n. 5, p. 577–591, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/GSFPqNhRYjzG4DhH3GftyKw/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 17/02/2022
- LIMA, Danilo Nascimento. **Resiliência da cadeia de suprimentos:** proposta de um índice composto. Bauru, São Paulo. 2018. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/156009/lima_dn_me_bauru.pdf?sequence=3&isAllowed=y> Acesso em: 13/11/2021
- OLIVEIRA, Roberto C. Q. **Gestão de riscos e continuidade nos negócios.** Editora Senac São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LqvaDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=Gest%C3%A3o+de+riscos+e+continuidade+nos+neg%C3%B3cios&ots=BQTyclRMEP&sig=MveXj4v1o-s4Wn2sIBsnCV4hEUE#v=onepage&q=Gest%C3%A3o%20de%20riscos%20e%20continuidade%20nos%20neg%C3%B3cios&f=false>> Acesso em: 19/10/2021
- PALMIERI, Fernanda Geraldini. **Mudanças de hábitos de consumo durante a quarentena podem permanecer no pós-isolamento.** 2020. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/mudancas-de-habitos-de-consumo-durante-a-quarentena-podem-permanecer-no-pos-isolamento.aspx>> Acesso em: 20/02/2022
- PARTHENON, Ey. **Consumo e pandemia:** as mudanças de hábitos e padrões de comportamento provocados pelo coronavírus. Veja. 2020. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/insights-list/insight-3/>> Acesso em: 08/01/2022
- PEREIRA, Susana. C. F. **“Impactos da COVID-19 e a resiliência em cadeias de suprimentos”** (lecture); ENEGEP, web, outubro, 2020.
- PETRONAS. **Como a cadeia de suprimentos é impactada em meio a crise mundial. Inovação Industrial.** 2020. Disponível em: <<https://inovacaoindustrial.com.br/como-a-cadeia-de-suprimentos-e-impactada-em-meio-a-crise-mundial/>> Acesso em: 08/01/2022
- PINHEIRO, Débora P. N. **A resiliência em discussão.** Psicologia em estudo, v. 9, n. 1, p. 67-75, 2004. Disponível em: <<https://inovacaoindustrial.com.br/como-a-cadeia-de-suprimentos-e-impactada-em-meio-a-crise-mundial/>> Acesso em: 15/01/2022
- RENGEL, R.; MONTEIRO, J. J.; MARÇAL, R. R.; SCHNORRENBARGER, D. **Desafios na gestão empresarial frente à COVID-19:** O caso do restaurante Bom-Apetite. 2020 Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/10congresso/anais/10CCF/20200706180449_id.pdf> Acesso em: 18/10/2020
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017. Disponível em:

- <<https://www.scielo.br/j/pe/a/hCkq6FLmry946QGxPWFxsGQ/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 27/10/2021
- RODRIGUES, Alex. **Crise dos caminhoneiros expõe dependência de único meio de transporte.** Agência Brasil. 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-05/crise-dos-caminhoneiros-expoe-dependencia-de-unico-meio-de-transporte>> Acesso em: 08/01/2022
- SALES, Chiara Angela de Carvalho Sales; FERNANDES, Rayssa Yohanna Camilo Fernandes; BASTOS, Robson Felipe Roque Bastos. **Impacto da crise econômica no comportamento do consumidor de supermercados.** CONNEXIO-ISSN 2236-8760, v. 6, n. 1, p. 127-138, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/connexio/article/view/1627>> Acesso em: 08/01/2022
- SCHOLTEN, K.; SCOTT, P. S.; FYNES, B. Mitigation processes – antecedents for building supply chain resilience. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 19, n. 2, p.211–228, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/259557595_Mitigation_Processes_-_Antecedents_for_Building_Supply_Chain_Resilience_Capabilities>. Acesso em: 15/01/2021.
- SHEFFI, Yossi; RICE, James B. **A supply chain view of the resilient enterprise.** 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255599289_A_Supply_Chain_View_of_the_Resilient_Enterprise> Acesso em: 13/11/2021
- TANOUE, Giovanni Ortiz. **Flexibilidade organizacional e gestão de riscos na cadeia de suprimentos para geração de resiliência na cadeia automotiva.** 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3664>> Acesso em: 06/01/2022
- TOMAS, Robson Nogueira. **Mitigação de riscos e compartilhamento de informações na cadeia de suprimentos:** efeitos na melhoria do desempenho de empresas agroindustriais. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3439>> Acesso em: 08/01/2020
- WAGNER, Stephan M.; NESHAT, Nikrouz. **Assessing the vulnerability of supply chains using graph theory.** International Journal of Production Economics, v. 126, n. 1, p. 121-129, 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527309003661?casa_token=cjGew0zvhyCAA:Y18BMbMEVroSMISTWBbJ5_VUr8WcqHACCEIoDkyDczdMi-EQ2YRB4JXymHqa9n6kbWQP5-9vOV4> Acesso em: 08/01/2022
- WIELAND, Andreas; WALLENBURG, Carl Marcus. **The influence of relational competencies on supply chain resilience: a relational view.** International Journal of Physical Distribution & Logistics Management, 2012. Disponível em: <<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/IJPDLM-08-2012-0243/full/pdf?title=the-influence-of-relational-competencies-on-supply-chain-resilience-a-relational-view>> Acesso em: 08/01/2022
- YIN, Robert K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2015. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582602324/pageid/1>> Acesso em: 27/10/2021
- ZANFOLIN, Thainá. **O futuro do mercado de food service após a pandemia.** 2021. Disponível em: <<https://www.consumidormoderno.com.br/2021/07/01/o-futuro-do-mercado-do-food-service-apos-pandemia/>> Acesso em: 20/02/2022

**ANÁLISE DO IEG-M DOS MUNICÍPIOS DA AGLOMERAÇÃO URBANA DE FRANCA E OS
OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*ANALYSIS OF THE IEG-M OF THE MUNICIPALITIES OF THE URBAN AGGLOMERATION OF
FRANCA AND THE OBJECTIVES OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT.*

Área temática: Parcerias e Meios de Implementação.

SILVA, Lucas Froner de Oliveira
Uni-FACEF
Mestrado em Desenvolvimento Regional.
adm.lucasfroner@gmail.com

CÂMARA, Naiá Sadi
Uni-FACEF
naiasadi@gmail.com

Resumo

Este trabalho tem por objetivo explorar e analisar o Índice de Efetividade da Gestão dos municípios, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, assim como analisar os resultados dos índices temáticos referentes aos municípios da Aglomeração Urbana de Franca, considerando o caráter institucional que essa unidade regional possui, por intermédio de seu Conselho de Desenvolvimento. A pesquisa se justifica na necessidade de identificar-se outras atribuições que podem ser outorgadas ao Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração e que atendam aos Objetivos do Desenvolvimento sustentável, demonstrando a relevância das parcerias no acompanhamento e revisão em nível regional da implantação dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Este trabalho utilizou-se de uma metodologia com abordagem qualitativa de objetivo exploratório, por meio de pesquisa documental de fontes primárias, fazendo uso de documentos publicados por órgãos da administração pública, além da pesquisa bibliográfica. Os resultados de pesquisa demonstraram que as atribuições que atendem aos ODS não são aplicadas pelos municípios da Aglomeração Urbana de Franca, visto que 57,89% dos municípios dessa unidade regional se encontram na faixa de baixo nível de adequação aos índices temáticos do IEG-M. Desta forma, no contexto da pesquisa, conclui-se que ao vincularmos os campos funcionais da unidade regional aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, temos no IEG-M e no IEG-E um referencial na busca de soluções compartilhadas ao Estado e aos municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

Palavras-chave: Agenda 2030. Índice de efetividade da gestão. Aglomeração urbana de Franca.

Abstract

This work aims to explore and analyze the Municipality Management Effectiveness Index, prepared by the São Paulo State Court of Auditors, as well as analyze the results of thematic indexes referring to the municipalities of the Urban Agglomeration of Franca, considering the institutional character that this regional unit has, through its Development Council. The research is justified by the need to identify other attributions that can be granted to the Agglomeration Development Council and that meet the Sustainable Development Goals, demonstrating the relevance of partnerships in the monitoring and review at regional level of the implementation of sustainable development goals. This work used a methodology with a qualitative approach with an exploratory objective, through documental research of primary sources, making use of documents published by public administration bodies, in addition to bibliographic research. The research results showed that the attributions that meet the SDGs are not applied by the municipalities of the Urban Agglomeration of Franca, since 57.89% of the municipalities of this regional unit are in the range of low level of adequacy to the thematic indices of the IEG-M. In this way, in the context of the research, it is concluded that when we link the functional fields of the regional unit to the Sustainable Development Goals, we have in the

IEG-M and in the IEG-E a reference in the search for shared solutions to the State and the municipalities of the Agglomeration. Urban Franca.

Keywords: Agenda 2030. Management Effectiveness Index. Urban agglomeration of Franca.

1. INTRODUÇÃO

A Resolução 70/1 – *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*¹, publicada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 25 de setembro de 2015, foi resultado de um processo participativo organizado pelas Nações Unidas no qual governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de pesquisa contribuíram para sua implementação a partir do ano de 2016, ampliando o escopo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A Agenda 2030, comumente conhecida pela sigla ODS em referência aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável é constituída por 17 objetivos e 169 metas de abordagem qualitativa, dada sua amplitude e generalização.

Salvo pela fixação de prazo até o ano de 2030, e eventualmente para o ano de 2020, a Agenda 2030 não fixa metas quantitativas, mas oferece as diretrizes sempre no sentido de mitigar, reduzir e extinguir os fatores que se contrapõe ao desenvolvimento econômico sustentável.

O interesse pelo desenvolvimento desse trabalho deu-se a partir do resultado de pesquisa sobre o papel da Aglomeração Urbana de Franca no desenvolvimento regional, que obteve dentre as respostas a questão sobre quais outras competências e atribuições de interesse comum ao Estado e aos Municípios poderiam ser outorgadas por lei ao Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Franca: *“atribuições que atendam às ODS (as quais já deveriam estar sendo aplicadas pelos Municípios há muito tempo)!!!!”* (SILVA, 2022).

Nesse contexto, este trabalho apresenta como problema de pesquisa identificar quais são as atribuições que atendam os ODS, tendo como hipótese que elas não são aplicadas pelos municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

Diante do exposto, a pesquisa tem por objetivo geral a análise do Índice de Efetividade da Gestão dos municípios, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo por objetivo específico a análise dos resultados dos índices temáticos dos municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

A metodologia empregada nesse trabalho foi de abordagem qualitativa de objetivo exploratório, por meio de pesquisa documental de fontes primárias, fazendo uso de documentos publicados por órgãos da administração pública, tais como: leis, decretos, manuais e cartilhas concernentes aos objetivos dessa pesquisa, além da pesquisa bibliográfica.

Na primeira seção desse artigo é apresentado o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), assim como sua correlação como os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), referentes a Agenda 2030 das Nações Unidas, adotando o recorte territorial da Aglomeração Urbana de Franca, enquanto unidade regional do território do Estado de São Paulo, dado seu caráter institucional por meio do Conselho de Desenvolvimento, de modo a demonstrar a articulação da pesquisa a área temática *de parcerias e meios de implementação*, em referência ao Objetivo 17 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O Referencial Teórico contempla a Resolução 70/1 das Nações Unidas, assim como as publicações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável e o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M), por meio de uma pesquisa descritiva, de modo a evidenciar sua correlação.

Em Procedimentos Metodológicos são exploradas as metodologias utilizadas na construção dos 07 Índices Temáticos e na composição final do IEG-M 2021.

Em Resultados e Discussão são apresentados os resultados dos índices temáticos dos municípios da Aglomeração Urbana de Franca, assim como uma discussão sobre os campos funcionais podem ensinar em outras competências e atribuições de interesse comum a serem

¹ A/RES/70/1 Transforming our world - the United Nations. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>. Acesso em 22 set. 2022.

outorgadas por lei ao Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Franca, no que diz respeito a Agenda 2030.

Por fim, em Considerações Finais são apresentadas conclusões ao problema da pesquisa, assim como uma proposta a partir do resultado e discussão dessa pesquisa, a fim de contribuir com a efetivação do objetivo e meta 17.17 *Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias*², entre os municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

2. Agenda 2030 e o IGE-M dos municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

De acordo com a Resolução 70/1 das Nações Unidas, entende-se por desenvolvimento sustentável a satisfação das necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades e para tanto, se faz necessário equilibrar o crescimento econômico, a inclusão social e proteção ao meio ambiente.

A Agenda 2030 propõe uma ação coordenada entre os governos, iniciativa privada e a sociedade civil para alcançar os 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e suas 169 metas com foco nas pessoas, planeta, prosperidade, paz e parcerias.

Classificado em décimo sétimo dentre os objetivos do desenvolvimento sustentável, os meios para implementação da Agenda 2030 tem a suas gênesis na própria redação da Resolução 70/1 das Nações Unidas, ao reconhecer o papel essencial dos governos e instituições públicas com autoridades regionais e locais, instituições sub-regionais, instituições internacionais, academia, organizações filantrópicas, grupos de voluntários e o outros na efetivação da Agenda 2030.

Nesse contexto, este trabalho traz a luz do conhecimento a iniciativa do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no sentido de acompanhar a efetividade das políticas públicas no Estado, incentivando o desenvolvimento sustentável nas cidades paulistas, por meio do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – (IEG-M), no que diz respeito ao acompanhamento e revisão dos objetivos do desenvolvimento sustentável, nos termos da Resolução 70/1 das Nações Unidas.

45. Nossos Governos têm a responsabilidade primária de acompanhar e revisar, nos níveis nacional, regional e global, em relação ao progresso feito na implementação dos Objetivos e metas nos próximos 15 anos. Para apoiar a prestação de contas aos nossos cidadãos, providenciaremos o acompanhamento e a revisão sistemáticos nos vários níveis, conforme estabelecido nesta Agenda [...] (UNITED NATIONS, 2015, p. 11) (tradução livre)

Criado em 2015, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e o Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEG-E) medem a eficiência dos municípios e do Estado, por meio da análise de quesitos sobre educação, saúde, gestão fiscal, defesa civil, planejamento, meio ambiente, tecnologia da informação e segurança pública.

Segundo o site do Observatório do Futuro³, 09 dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável estão presentes no IEG-M, sendo que outros 31 quesitos abordam assuntos diretamente ligados às metas da Agenda 2030. Mediante essa convergência, o indicador passou a ser usado como instrumento oficial das Nações Unidas para o monitoramento da evolução da Agenda 2030 em todo o Estado de São Paulo.

O Anuário 2022 traz os resultados finalísticos do IEG-M, com destaque para as apresentações em mapas da visão geográfica dos municípios e das médias apuradas por Região Administrativa, porém não faz menção a aglomeração urbana, enquanto unidades regionais do território do Estado de São Paulo, nos termos do Art. 25 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

² Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 17 | Parcerias e meios de implementação reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/17>>. Acesso em 23 set. 2022.

³ Indicadores do TCESP e ODS. Disponível em: < <https://www.tce.sp.gov.br/observatorio/indicadores>>. Acesso em 25 set. 2022.

Diferente das regiões administrativas que foram criadas por decreto⁴, dentro de um modelo de unidades territoriais polarizadas e da mesma forma adotadas pelos órgãos da Administração Pública Estadual também por meio de decreto⁵, a Aglomeração Urbana de Franca foi criada por meio de lei complementar⁶, enquanto unidade regional do território do Estado de São Paulo, possuindo um caráter institucional por intermédio de seu Conselho de Desenvolvimento.

Nesse contexto, o recorte regional da Aglomeração Urbana de Franca apresenta uma maior afinidade com o Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação, dada a sua representatividade pela participação dos Prefeitos da aglomeração urbana no Conselho de Desenvolvimento, assim como no Conselho Consultivo composto também por representantes do Poder Legislativo e por representantes da sociedade civil.

Na próxima sessão serão explorados os principais pontos da Resolução 70/ das Nações Unidas e a confluência do índice de efetividade da gestão municipal (IEG-M), com objetivo de trazer a discussão dessa pesquisa a importância do acompanhamento e a revisão nos níveis regional e sub-regional, no sentido de oferecer oportunidades para o compartilhamento de melhores práticas e a discussão de metas compartilhadas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Tendo como ponto de partida a Resolução nº 70/1 da Nações, originalmente em inglês, o documento apresenta além do preâmbulo e introdução, outras oito seções dedicadas a explicar sobre a visão dos líderes de estado e altos representantes, reunidos na sede das Nações Unidas em Nova York no dia 25 de setembro de 2015.

As seções que seguem tratam dos compromissos e princípios compartilhados, assim como de uma percepção do mundo naquele momento e após 15 anos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Após uma extensa apresentação da Nova Agenda, são apresentados nas seções seguintes os meios de implementação, acompanhamento e revisão e por fim os objetivos e metas do desenvolvimento sustentável.

Dentre os objetivos, o único que apresenta uma subdivisão em seções é o décimo sétimo objetivo, que trata do fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

O detalhamento deste objetivo se dá com relação ao financiamento, tecnologia, capacitação, comércio e questões sistêmicas, referentes a política e coerência institucional, as parcerias com várias partes interessadas, dados, monitoramento e responsabilidade dos participantes desse pacto global.

Nas páginas que se seguem, são aprofundados os discursos sobre meios de implementação e a parceria global, além dos meios de acompanhamento e revisão.

De forma reiterada e detalhada ao parágrafo 45 da Resolução 70/1, é apresentado nos parágrafos 80 e 81 a importância do acompanhamento e a revisão nos níveis regional e sub-regional, no sentido de oferecer oportunidades para o compartilhamento de melhores práticas e a discussão de metas compartilhadas. Nesse sentido, a declaração reconhece a importância de aproveitar os mecanismos existentes de acompanhamento e revisão em nível regional, de modo a permitir o espaço adequado para políticas e a identificação de um fórum regional mais adequado para participação.

⁴ DECRETO N. 48.162, DE 3 DE JULHO DE 1967 Dispõe sobre normas para regionalização das atividades da administração estadual. Disponível em: <
<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-48162-03.07.1967.html>>. Acesso em 27 set. 2022.

⁵ DECRETO N. 48.163, DE 3 DE JULHO DE 1967 - Dispõe sobre as regiões que deverão ser adotadas pelos órgãos da Administração Pública. Disponível em:
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-48163-03.07.1967.html>>. Acesso em 27 set. 2022.

⁶ Lei Complementar nº 1.323 de 22 de maio de 2018. Cria a Aglomeração Urbana de Franca, e dá providências correlatas. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/186440>>. Acesso em: 27 de set. 2022.

Diante do exposto o Anuário 2022 de resultados consolidados do IEG-M, exercício 2014-2020, e o Manual 2021 dados do exercício 2020 identificados na pesquisa bibliográfica e documental se apresentaram como um resultado prático aos preceitos da Agenda 2030.

Em relação ao Anuário 2022, o TCE-SP afirma que esse instrumento apresenta uma nova metodologia que incorpora os atributos de controle externos quanto a ser: *Específico, Mensurável, Acessível, Relevante, Oportuno e Extensível*.

Essa nova metodologia baseia-se no método SMART⁷ de definição de metas, sendo evidenciado como produto derivado do IEG-M enquanto Matriz de Risco (SMART). Segundo o Manual do IEG-M 2021, o termo SMART é uma correspondência ao termo utilizado pelo Tribunal de Contas Europeu, definido como um método para identificar e analisar riscos internos e externos.

Segundo Pereira (2011 apud CARDOSO et al., 2018), o método SMART foi proposto por Peter Drucker (1954), em seu livro “*The Practice of Management*”, todavia, a obra não faz menção direta ao acrônimo SMART ou as palavras que o formam, ficando subentendido que o conceito está implícito na obra.

Em 1981, George T. Doran publicou um artigo intitulado: “*There’s a S.M.A.R.T way to write management’s goals and objectives*”, porém sem citação as obras ou a Peter Druker, o que lança a hipótese que o método pode ter sido atribuído a Druker pelo senso comum, dada a sua biografia e produção literária.

Em relação ao Manual 2021, este apresenta os produtos derivados do IEG-M, assim como suas *Dimensões* em referência aos eixos temáticos, e as sínteses das metodologias utilizadas nesses índices temáticos. No geral, a base de dados utilizada é do Sistema AUDESP – base multivalorada, que será descrita nos procedimentos metodológicos. Por fim, o manual apresenta de forma descritiva a composição final do IEG-M, assim como as faixas de resultado e seu regramento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Criado em 2015, pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para medir a eficiência dos 644⁸ municípios paulistas, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – (IEG-M) tem foco na infraestrutura e processos, avaliando a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração, sendo: saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos, meio ambiente e governança em tecnologia da informação, que representam os Índices Temáticos desse instrumento de acompanhamento e fiscalização.

A relevância do IEG-M foi reconhecida pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o que resultou na assinatura de uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para uso do IEG-M como índice oficial para o monitoramento das ações municipais no Estado de São Paulo⁹.

O IGE-M é composto por dados governamentais, dados do Sistema AUDESP¹⁰ e por informações levantadas por meio de questionários enviados a prefeituras, que são posteriormente organizados em sete eixos temáticos, a saber:

1. i-Educ. – que mede os resultados do setor por meio de quesitos relacionados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, com foco em infraestrutura escolar;
2. i-Saúde – que mede os resultados da área por meio de quesitos relacionados à Atenção Básica, às Equipes de Saúde da Família, aos Conselhos Municipais de Saúde, a tratamentos e vacinação;
3. i-Plan. – que mede a consistência entre o planejado e o efetivamente implementado e a coerência entre as metas e os recursos empregados;

⁷ Acrônimo das palavras em inglês *Specific* (específico), *Measurable* (mensurável), *Assignable* (atribuível), *Realistic* (realistas), e *Time-related* (Relacionado ao tempo).

⁸ O Estado de São Paulo possui 645 municípios, no entanto o município de São Paulo, Capital, possui seu próprio Tribunal de Contas. Disponível em: <<https://portal.tcm.sp.gov.br/>>. Acesso em 23 set. 2022.

⁹ Site institucional do IEG-M/TCESP. Disponível em: <https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3Aieg_m%3Aiegm.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero#col-imagem>. Acesso em 23 set. 2022.

¹⁰ Divisão de Auditoria do Eletrônica de São Paulo. Disponível em: <<https://www.tce.sp.gov.br/audesp>>. Acesso em: 23 set. 2022.

4. i-Fiscal – que mede os resultados da administração fiscal a partir da análise da execução financeira e orçamentária e do respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
5. i-Amb – que mede os resultados das ações relacionadas ao ecossistema que impactam serviços e a qualidade de vida do cidadão. Examina dados sobre resíduos sólidos, educação ambiental e estrutura dos conselhos relacionados ao setor, entre outros;
6. i-Cidade – que mede o grau de planejamento de ações relacionadas à segurança dos municípios diante de eventuais acidentes e desastres naturais;
7. i-Gov TI – que mede o grau de utilização de recursos tecnológicos em áreas como capacitação de pessoal, transparência e segurança da informação.

A combinação das análises destes 07 índices temáticos busca avaliar ao longo do tempo se os objetivos dos municípios foram alcançados de forma efetiva, oferecendo elementos importantes para auxiliar a fiscalização externa, assim como pela sociedade.

Este instrumento apresenta uma metodologia baseada no método *SMART* que incorpora os atributos:

- Específico: mede características particulares da gestão municipal de forma clara e objetiva;
- Mensurável: permite a quantificação do desempenho dos municípios ao longo do tempo;
- Acessível: de modo que seja utilizado como insumo para o planejamento da fiscalização;
- Relevante: como instrumento de controle;
- Oportuno: elaborado no tempo adequado para utilização pela Fiscalização;
- Extensível: a todos os Tribunais de Contas cujo escopo de atuação inclua pelo menos um município brasileiro.

O IEG-M possui cinco faixas de classificação, definidas a partir das notas atingidas nos sete índices setoriais, sendo:

- (A) altamente efetiva;
- (B+) muito efetiva;
- (B) efetiva;
- (C+) em fase de adequação;
- (C) baixo nível de adequação.

Todas as informações obtidas são fornecidas pelas administrações municipais e validadas, por amostragem, pelas equipes de Fiscalização do TCESP, todavia, não são todos os ODS que possuem quesitos no IEG-M, a exemplo do ODS 5 – Igualdade de Gênero.

Para o acompanhamento e revisão, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo oferece o *Painel ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, por meio de site institucional que permite a consulta por objetivo, meta, ano e município, com a identificação do índice temático relacionado e as questões respondidas pelos municípios.

Para o compartilhamento de melhores práticas, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo oferece o site institucional denominado *Observatório do Futuro*, que possui um núcleo encarregado da promoção da Agenda 2030 e da difusão de boas práticas.

O Observatório do Futuro além de publicações periódicas em sua página eletrônica, oferece também publicações em mídia digital para difusão de boas práticas, tal como o Manual de Gestão Sustentável¹¹ como meio de divulgação das ações implementadas e dos resultados alcançados pelo TCE-SP.

Tanto o Painel ODS quanto o Observatório do Futuro fazem menção a importância dos governos subnacionais e locais para o sucesso desse projeto, já que estão mais próximas da população.

Nessa linha de pensamento, serão apresentados na próxima seção os resultados dos índices temáticos referentes ao exercício 2020 dos municípios da Aglomeração Urbana de Franca, de modo a oferecer um panorama quanto a consolidação do planejamento dos municípios.

¹¹ Manual de Gestão Sustentável | Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmninnbpcjpcglclefindmkaj/https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/observatorio/publicacoes/Manual-Sustentabilidade-TCESP.pdf. Acesso em 25 set. 2022

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados dos índices temáticos referentes ao exercício 2020, demonstrou que nenhum município da Aglomeração Urbana de Franca alcançou a média geral na faixa de resultado A (altamente efetivo), assim como, a faixa de resultados B+ (muito efetivo), sendo que o destaque dessa regionalização ficou para o município de Patrocínio Paulista, único média geral na faixa de resultado B (Efetivo).

Tabela 1: Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B (efetivo).

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado B (Efetivo)							
Município	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Patrocínio Paulista	B	B	B	C+	C+	C	C+

Fonte: ANUÁRIO 2022 | exercícios 2014-2020 - TCE-SP.

Na relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação), temos os municípios de Aramina, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Jeriquara, Pedregulho e Rifaina.

Tabela 2: Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação).

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação)							
Município	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Aramina	C	B	B	C+	C	C	C
Cristais Paulista	B	C+	C+	B	B	C+	C
Franca	C	B	C	C+	B	C	C+
Guaíra	B	B	C+	C+	C	C	B
Jeriquara	B	C+	C	B	C	C	C+
Pedregulho	C	C+	C+	B	B+	C	C
Rifaina	C	B	C+	B	C	B	C

Fonte: ANUÁRIO 2022 | exercícios 2014-2020 - TCE-SP.

Por fim, na relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação), temos os municípios de Buritizal, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Miguelópolis, Restinga, Ribeirão Corrente, São Joaquim da Barra e São José da Bela Vista.

Tabela 3: Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação).

Relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação)							
Município	i-Plan	i-Fiscal	i-Educ	i-Saúde	i-Amb	i-Cidade	i-Gov TI
Buritizal	C+	B	C	B	C	C	C
Guará	C	C+	C	B	C	C	B+
Igarapava	C+	C	C	B	C	C	C
Ipuã	C	B	C	B	C	C	C
Itirapuã	C	C+	C+	C+	C	C	C
Ituverava	C+	C	C	C	C	C	C
Miguelópolis	C	C	C+	C	C+	C	C
Restinga	C	C	C	C+	C	C	C

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ribeirão Corrente	C	C+	B	B	C	C	C
São Joaquim da Barra	C	C+	C	C+	C	C+	C
São José da Bela Vista	C	C	C	C	C	C	C

Fonte: ANUÁRIO 2022 | exercícios 2014-2020 - TCE-SP.

Ainda que o anuário não ofereça uma classificação com base nas notas, visto que todos os municípios em questão foram agrupados de acordo com a média geral da faixa, ao aplicarmos o método de comparação de pares, considerando o valor de cada nota igual a 01 e pesos decrescentes de 05 a 01, conforme Tabela 4, o destaque fica para o município de *Cristais Paulista*, alcançou a média geral na faixa de resultado C+ (em fase de adequação), e da mesma forma na relação de municípios que alcançaram média geral na faixa de resultado C (baixo nível de adequação), o destaque fica para o município de *Guará*.

Tabela 4: Método de comparação de pares - notas e pesos.

Nota	Faixa	Peso
A	Altamente efetiva	5
B+	Muito efetiva	4
B	Efetiva	3
C+	Em fase de adequação	2
C	Baixo nível de adequação	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisarmos a distribuição dos municípios da Aglomeração Urbana de Franca nas faixas de resultado, com exceção do município de Patrocínio Paulista, é possível aceitar a hipótese inicial que atribuições que atendam aos ODS não são aplicadas pelos municípios da Aglomeração Urbana de Franca, visto que 57,89% dos municípios dessa unidade regional se encontram na faixa de baixo nível de adequação aos índices temáticos do IEG-M, e outros 36,84% encontram-se em fase de adequação.

O Anuário 2022, apresenta também as médias apuradas por região administrativa e segundo o documento, apesar da maior parte das regiões administrativas permanecerem com resultado na Faixa C+ (em fase de adequação), a Região Administrativa de Franca obteve uma queda de desempenho, obtendo uma média de resultado na Faixa C (baixa nível de adequação).

Tabela 5: Médias Apuradas por Região Administrativa – IEG-M/TCE-SP.

Região Administrativa	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Franca	B	B	B	C+	C+	C+	C

Fonte: ANUÁRIO 2022 | exercícios 2014-2020 - TCE-SP.

Desta forma, considerando que 18 dos 24 municípios que compõem a Região Administrativa de Franca fazem parte da Aglomeração Urbana, com exceção do município de Guará pertencente a Região Administrativa de Barretos, temos uma evidência que de fato as atribuições que atendem aos ODS não são aplicadas pelos municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

Com relação ao problema de pesquisa em identificar quais são as atribuições que atendam aos ODS, verifica-se na Resolução 70/1 das Nações Unidas uma proposta viável no que diz respeito em aproveitar os mecanismos existentes de acompanhamento e revisão em nível regional, neste caso o IEG-M.

Dentre as atribuições do Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração de Franca, nos termos da lei complementar, consta a aprovação de objetivos, metas e prioridades de interesse regional, para sua compatibilização com os objetivos do Estado e dos municípios da unidade regional, que encontram no i-PLAN a possibilidade de avaliar a implementação dos programas finalísticos e seus indicadores com relação aos objetivos e metas, além da criação de indicadores mensuráveis em relação às metas físico-financeiras estabelecidas.

Analisando os demais índices temáticos, verifica-se a relação do i-Educ, i-Saúde, i-Amb e i-Cidade aos campos funcionais do meio ambiente, desenvolvimento econômico e atendimento social, visto que, segundo o § 3º do Artigo 11 da LC nº 1.323 de 22/05/2018, esses campos funcionais

compreenderão as funções saúde, educação, planejamento integrado da segurança pública, recursos hídricos e defesa civil dentre outros especificados no texto da lei.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que o Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M é um indicador de avaliação da qualidade da gestão pública local. Nesse sentido, ao vincularmos os campos funcionais da unidade regional aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, temos no IEG-M e no IEG-E um referencial para especificar as funções públicas de interesse comum ao Estado e aos municípios da Aglomeração Urbana de Franca.

Desta forma, ao promover o acompanhamento e revisão em nível regional, por meio da relação entre o IGE-M e o IGE-E, o Conselho de Desenvolvimento da Aglomeração Urbana de Franca pode configurar-se como um fórum regional mais adequado de participação para o compartilhamento de melhores práticas e a discussão de metas compartilhadas.

Nesse contexto, ressalta-se que cabe ao Conselho de Desenvolvimento estabelecer em seu regimento, regras sobre a criação e o funcionamento do Conselho Consultivo da Aglomeração Urbana de Franca a ser formado por Prefeito, representantes do Poder Legislativo Municipal e por representantes da sociedade civil, escolhidos pelos habitantes da unidade regional.

A fim de viabilizar essa iniciativa, o Conselho de Desenvolvimento pode fazer uso plano de desenvolvimento urbano integrado (PDUI)¹² como instrumento de planejamento e viabilização econômico-financeira de projetos estruturantes da aglomeração urbana, ressaltando a iniciativa da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, nos anos de 2021 e 2022, com a publicação dos primeiros estudos para a elaboração do PDUI da Aglomeração Urbana de Franca¹³.

O estudo em questão não fez menção aos objetivos do desenvolvimento sustentável, trazendo apenas pautas relevantes para aquela ocasião, todavia, se apresentam com uma oportunidade de parceria e meio para implementação dos ODS em consonância com o 17º objetivo do desenvolvimento sustentável com base no IEG-M e IEG-E.

Desta forma, espera-se que este trabalho tenha contribuído na identificação de uma nova atribuição do Conselho de Administração da Aglomeração Urbana de Franca, no sentido de buscar soluções compartilhadas em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável em fórum regional adequado para o compartilhamento das melhores práticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Complementar nº 760, de 01 de agosto de 1994. Estabelece diretrizes para a Organização Regional do Estado de São Paulo.** Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/12941>>. Acesso em 23 set. 2022.

BRASIL. **Lei Complementar nº 1.323, de 22 de maio de 2018 - Cria a aglomeração urbana de Franca, e dá providências correlatas.** Lex: legislação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/186440>>. Acesso em 23 set. 2022.

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **IEG-M/ Índice de Efetividade da Gestão Municipal – Manual 2021 – dados do exercício 2020.** São Paulo: TCESP, 2020

BRASIL. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. **Índice de Efetividade da Gestão – Municipal – Anuário 2021 – exercícios 2014-2020.** São Paulo: TCESP, 2020.

¹² Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

¹³ Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da AUF. Disponível em: < <https://auf.pdui.sp.gov.br/>>. Acesso em 30 set. 2022.

CARDOSO, Adriano Lindon Leite et al. **Planejamento de metas para redução de falhas no processo de distribuição de uma empresa transportadora.** R. Gest. Industr., Ponta Grossa, v. 14, n. 2, p. 206-226, abr./jun.2018.

DORAN, G.T. **There's a SMART Way to Write Management's Goals and Objectives.** Journal of Management Review, 70, 35-36, 1981. Disponível em: <<https://community.mis.temple.edu/mis0855002fall2015/files/2015/10/S.M.A.R.T-Way-Management-Review.pdf>>. Acesso em 25 set. 2022.

MARIA, LAKATOS. E. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo: Grupo GEN, 2021. 9788597026610. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>>. Acesso em 23 set. 2022.

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e. **Estrutura e formatação de trabalhos acadêmicos: compilação e discussão das normas da ABNT** / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira. 4.ed.rev.ampl. – Franca (SP): Uni-FACEF, 2013. 77p.; il.; 16 x 23 cm

SILVA, Lucas Froner de Oliveira da. **O papel da aglomeração urbana de franca no desenvolvimento regional.** / Lucas Froner de Oliveira da Silva. – Franca (SP): Uni- FACEF, 2022. 131f.; il.

UNITED NATIONS. **Resolution 70/1. Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development.** A/RES/70/1. New York: NY, 2015.

**ANÁLISE SOBRE AS DEMANDAS DA UNIDADE AUXILIAR CENTRO JURÍDICO SOCIAL:
GÊNERO E PARENTALIDADE**

**ANALYSIS OF THE DEMANDS OF THE AUXILIARY UNIT CENTER LEGAL SOCIAL: GENDER AND
PARENTALITY**

Área temática: Equidade de Gênero

BARBOSA, Geovanna Ellen dos Santos
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho”
Bacharelada em Serviço Social
geovanna.ellen@unesp.br

SUGAHARA, Livia Ramos
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho”
Bacharelada em Serviço Social
livia.sugahara@unesp.br

REIS, Jorge Augusto Alves dos
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho”
Bacharelado em Direito
jorge.augusto@unesp.br

RICCI, Sofia Malveis
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho”
Bacharelada em Direito
sofia.malveis@unesp.br

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho”
Advogada, Mestre e Doutoranda em Direito
isadora.magalhaes@unesp.br

CANAVEZ, Luciana Lopes
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista –Júlio de Mesquita Filho”
Professora Assistente Doutora de Direito Civil e Propriedade Intelectual nos programas de Graduação
e Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito
luciana.canavez@unesp.br

Resumo

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as demandas sobre gênero e parentalidade nos atendimentos da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, presente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp de Franca, no projeto “Gaminhos da Justiça”, onde são realizados atendimentos em alguns bairros da cidade. A partir do enfoque nas mais diversas formas de famílias, o que aponta para uma sociedade que reconhece a diversidade de configurações de agrupamentos humanos, tem-se como objetivo a investigação dos atendimentos referentes às ações de alimentos, guarda e visitas e a influência do gênero nessas demandas, relacionando a maior probabilidade de abandono paterno e consequentemente a maior procura nesses atendimentos por mulheres. Deste modo, no presente artigo foram utilizados arcabouços metodológicos de abordagem dedutiva através da pesquisa bibliográfica da literatura sobre os temas de abandono paterno e famílias monoparentais, com enfoque nas áreas de Direito e Serviço Social, bem como na abordagem indutiva e quantitativa por meio do levantamento de dados sobre atendimentos coletados na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp, Campus de Franca, referente aos meses de janeiro a agosto de 2022.

Como conclusão retrata-se que há uma grande disparidade entre o gênero de quem acompanha as ações de alimentos junto à UACJS, reforçando, portanto, que a situação dos processos de estabelecimento ou revisão de regime de alimentos, guardas e/ou visitas apresentados é uma demanda predominantemente feminina.

Palavras-chave: Parentalidade, Abandono Parental, Cuidados com a Criança.

Abstract

The present research aims to analyze the demands on gender and parenting in the assistance of the Auxiliary Unit of the Social Legal Center, presented at the Faculty of Human and Social Sciences - Unesp de Franca, in the project "Paths of analysis", where consultations are carried out in some cases. city neighborhoods. The focus on the most diverse forms of families points to a society that recognizes the diversity of configurations of human groupings, the objective is to investigate the reference services such as food, custody and visits and the influence of gender on these demands. , relating the greater probability of paternal abandonment and, consequently, the greater demand for these services by women. Thus, in this article, framework methods of deductive approach were used through bibliographic research on the themes of paternal abandonment and single parents, focusing on families of Law and Social Work, as well as in the inductive and detailed approach by data on complementary legal services at the Auxiliary Unit of the Unesp Social Center, Campus de Franca, on August 2022. to the UACJS, reinforcing, therefore, that the situation of the processes of establishment or female food regime, guards and/or visits presented is a predominantly demand

Keywords: Parenting, Parental Abandonment, Childcare.

1 INTRODUÇÃO

A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) - Unesp Campus de Franca, é uma unidade de atendimento sociojurídico gratuito, destinada à população em situação de vulnerabilidade econômica e social da cidade de Franca. Existe desde 1990, e sempre atuou através da interdisciplinaridade nas áreas de Serviço Social e Direito. O atendimento à população é realizado por estagiárias e estagiários de ambos os cursos, que são oferecidos no campus, e supervisionados por profissionais de ambas as áreas. É uma instituição que abrange o tripé universitário por completo: além do ensino, a extensão também está presente no projeto "*Caminhos da Justiça*", através do qual são realizados atendimentos nos bairros da cidade; além disso, é considerado um laboratório de estudos, com diversos trabalhos já realizados e em realização dentro da Unidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DA CONSTRUÇÃO DO DIREITO DAS FAMÍLIAS E DA CRIANÇA

É impossível falar sobre o Direito das Famílias, principalmente no que diz respeito ao tema de monoparentalidade e abandono paterno, sem discutir sua origem e a evolução do pensamento da doutrina sobre ele, até mesmo no que diz respeito ao seu nome, estando tudo isso relacionado ao entendimento do conceito de família vigente na sociedade brasileira. Partiremos, então, desta evolução, conforme trecho a seguir:

No Brasil, durante muitos séculos, o modelo legal e, portanto, legítimo de família era aquele constituído pelo casamento religioso ou civil. Ainda que boa parte da população não possuísse os recursos financeiros necessários para arcar com os custos da solenidade do casamento, ou que não professasse a fé católica, ou simplesmente não desejasse a autorização do Estado para a constituição de uma família, as entidades formadas à margem da lei eram, da mesma forma, marginalizadas pelos Poderes

Públicos, sendo alvo de grande preconceito na sociedade (SOUSA; WAKIM, 2015, p. 71)

Dessa maneira, fazia sentido a existência de um Direito de Família, na medida em que só existia, no entendimento social dominante, um modelo de família verdadeiro. Acontece que, como amplamente compreendido no presente artigo, existem diversos modelos de família possíveis, os quais não dependem do casamento como organismo estruturante, conforme reconhecido pela Constituição de 1988, a qual ampliou as possibilidades de agrupamento familiar para além dos laços consanguíneos, e estabeleceu o direito à proteção dessas estruturas. Daí também vem o estabelecimento jurídico da socioafetividade como elemento para reconhecimento filial, o reconhecimento das uniões homoafetivas e a possibilidade de multiparentalidade, o que aponta para uma sociedade que reconhece a diversidade de configurações nas quais os humanos se agrupam.

Nesse sentido, ressaltam as autoras Mônica Teresa Costa Sousa e Bruna Barbieri Wakim:

Não há que se falar hoje em um Direito de Família, resgatando a noção tradicional de família como conceito singular. Doutrinadores como Maria Berenice Dias, Cristiano Chaves de Farias e Rolf Madaleno têm preferido denominar este ramo do Direito Civil de Direito das Famílias, para fazer jus às conquistas no reconhecimento do conceito plurisubstantivo de família e despertar sempre a atenção para a expansão das liberdades individuais no seio da unidade fundamental à sociedade (SOUSA; WAKIM, 2015, p. 84-85).

2.2 DOS REGIMES DE GUARDA, VISITA E ALIMENTOS

A obrigação de prestar alimentos, isto é, a obrigação de uma parte, neste caso, o pai, de arcar com as despesas essenciais à subsistência de outrem, neste caso, o filho, é estabelecida e regulamentada no Código Civil de 2002. Em seu artigo 1.694, parágrafo primeiro, é estabelecido o célebre binômio possibilidade-necessidade, quando se afirma que “os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada” (BRASIL, 2002).

Assim, está colocado um dos mais importantes paradigmas que acompanham a monoparentalidade e o abandono paterno: a possibilidade do pai enquanto alimentante como limite para a necessidade do alimentando, e a necessidade do filho como alimentando como fator de exigência dos alimentos. É necessário apontar que, retornando aos dados coletados, há uma disparidade enorme entre o gênero de quem acompanha as ações de alimentos junto à UACJS, reforçando, portanto, que a situação dos processos de estabelecimento ou revisão de regime de alimentos apresentados é uma demanda predominantemente feminina, de modo que fica cristalino o envolvimento de pais e mães que não constituem família nuclear na criação do filho, levando à monoparentalidade.

2.3 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

O direito à convivência familiar é basilar para a população infanto-juvenil, e como é previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, conforme exposto, é:

Dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Além do previsto no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o artigo 226 prioriza a família socioafetiva à luz da dignidade da pessoa humana, garantindo a proteção especial a ela. Nesse sentido, o Código Civil de 2002 trouxe no seu artigo 1.632 que “a separação judicial, o divórcio e a dissolução da união estável não alteram as relações entre pais e filhos senão quanto ao direito, que

aos primeiros cabe, de terem em sua companhia os segundos” (BRASIL, 2002). De modo complementar o artigo 1.634, incisos I e II garante o pleno exercício do Poder Familiar.

Entretanto conforme a construção social patriarcal como o homem sendo apenas provedor da família e não afetivo faz com que frustrar os direitos de convivência da criança com seu pai, de modo que o que se espera nos dispositivos legais como o artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é que a sejam assegurados a eles seus direitos de convivência familiar (BRASIL, 1990).

Busca-se, portanto, evidenciar o direito de convivência familiar, tratado como um direito bilateral, já que é visto como um direito dos pais em conviver com seus filhos, mas também dos filhos conviverem com seus pais (MORARES e VIEIRA, 2022). De acordo com Eizirik e Bergmann (2004) a ausência paterna pode influenciar no desenvolvimento integral da criança e do adolescente e, além disso, a ausência da figura paterna implica uma violação direta no direito próprio da personalidade humana (FONSECA e CARRIERI, 2019).

Portanto, como será visto a seguir, além da mulher ser quem mais procura a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social – UNESP, há também a problemática que essa busca é para garantir o direito dos filhos e filhas que se encontram violados por quem deveria os assegurar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente artigo, foram utilizados dois arcabouços metodológicos relevantes. O primeiro deles foi a abordagem dedutiva através da pesquisa bibliográfica da literatura relevante aos temas de abandono paterno e famílias monoparentais, com enfoque na produção brasileira das áreas de Direito e Serviço Social.

O segundo consiste na abordagem qualitativa e descritiva da análise documental, relativa a fichas de atendimento coletadas na Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) da Unesp, Câmpus de Franca. Foram estudados todos os atendimentos dos meses de janeiro a agosto de 2022, sendo critérios para a análise a natureza do pedido de atendimento, doravante chamada de “ação”, e o gênero do usuário que solicitou tal ação. Serão consideradas relevantes as ações relativas aos pedidos de alimentos, guarda e visita de menores de idade, incluindo os pedidos de revisão de parâmetros previamente estabelecidos e os pedidos de defesa contra ações relativas a esses temas.

Dessa forma, foram coletados os dados do total de atendimentos realizados na UACJS, o número de atendimentos relevantes ao tema do presente estudo, e a proporção do gênero dos solicitantes nos casos relevantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos demonstram a extrema recorrência do abandono paterno no país, o que destaca a importância da família monoparental. Uma pesquisa evidencia que “a ruptura do relacionamento amoroso ou conjugal muitas vezes vem acompanhada do abandono parental, especialmente do abandono paterno. Dados do IBGE revelam que, entre 2005 e 2015, houve um incremento de 16% no número de mães que criam os filhos sozinhas” (SOUZA; REIS, 2021, p. 98). Em decorrência do sistema político e social, o qual atribui juízos de valor desiguais para as ações de homens e mulheres, impõe-se a esta uma maternidade naturalizada e instintiva, ao invés de algo desenvolvido por hábito e treinamento, inversamente, ao homem não lhe é atribuído. Porém, coloca-se um papel de provedor financeiro, sem nenhuma outra responsabilidade, tanto objetiva quanto subjetiva, com o lar e filhos. Nesse sentido, a maternidade se torna compulsória, enquanto o exercício das tarefas cotidianas da paternidade é naturalizado como opcional. Consequentemente, este fato ocasiona uma sobrecarga, principalmente àquelas chefes de família, cujo compromisso financeiro e emocional com os filhos ficam majoritariamente como sua atribuição.

De mesmo modo, também resulta em consequências no desenvolvimento da criança ou adolescente que sofre com o abandono e a omissão paterna, não apenas no aspecto material, como intelectual, moral, psicológico e educacional, em decorrência de seu genitor não se enxergar nesse papel de cuidado e proximidade, além de não visualizar a gravidade provocada por sua ausência na saúde psíquica dos mesmos, por isso é importante, primeiramente, considerar a perspectiva da proteção de direitos de crianças e adolescentes. Haja vista que, conforme a configuração conservadora e patriarcal, o homem é representado pela figura de provedor, não demonstrando, na

maioria dos casos, afetividade perante sua família, devido aos estereótipos formulados socialmente. Concomitantemente, à mulher atribui-se como figura doméstica e de afetividade, por conseguinte à criança e ao adolescente, porventura culminam em ter maiores laços afetivos com a figura materna, por isso, é importante conforme Oliveira (2020, p. 99): –Compreender a divisão sexual do trabalho durante a união conjugal é condição importante para apreensão das transformações familiares que incidem sobre homens, mulheres e crianças a partir da separação.”

Ademais, devemos considerar as demandas judiciais iniciadas pelas figuras paternas, tratando-se especificamente dos dados coletados da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da UNESP, sob o contraste quantitativo entre processos que partem pelo pai ou pela mãe dos jovens em questão. A maior fragilidade financeira dos núcleos familiares chefiados por mulheres tem fundamentos profundos, sob dados numéricos somam 38 atendimentos pelo lado paterno, enquanto houve 105 do lado materno, de acordo com as informações quantitativas de demandas do UACJS.

No contexto estatístico, houve 143 atendimentos e/ou orientações (26,8% do total de 532 demandas), as quais trataram sobre guarda, visitas ou alimentos, podendo ser concomitantes ou não. Por conseguinte, as ações relacionadas a tais pautas procuradas pelas mães somam a maioria, com 73,4% do total, situando a problemática do gênero na responsabilização, a princípio, pela busca de recursos financeiros para um mínimo suporte no custeio de despesas rotineiras dos filhos.

Destacamos a questão do vínculo familiar fragilizado nos momentos pós-dissolução, podendo a separação conflituosa ou não consensual interferir diretamente no modo com que os pais irão desempenhar a parentalidade (Corso & Corso, 2011; Grzybowski & Wagner, 2012; Turney, 2011). Logo, a permanência do laço entre pais e filhos está permeada por mudanças no âmbito conjugal do núcleo onde se encontram e, contrastando com um contexto de aumento no número de separações e recomposições conjugais (Pereira & Arpini, 2012), a construção do planejamento familiar não é a mesma como antigamente, perpassando o agravamento das condições socioeconômicas contemporâneas no Brasil. Com isso, a margem de renda genericamente cai, especialmente das famílias chefiadas por mulheres e, ainda sob a conjuntura pós-pandemia e altos níveis nacionais de desemprego:

Mulheres são a maioria dos desempregados; 45,7% das que têm idade de trabalhar estão ocupadas, dos 12 milhões de desempregados, 6,5 milhões são mulheres, segundo última pesquisa do IBGE. A taxa de desocupação dos homens está em 9%, enquanto a das mulheres é de 13,9%. O desemprego atinge historicamente mais as mulheres do que os homens, mas, na pandemia, a situação se agravou, uma vez que muitas mulheres que tiveram que deixar o mercado de trabalho para cuidar dos filhos por conta do fechamento de creches e escolas infantis pela pandemia do novo coronavírus. Os números do IBGE mostram que, nos últimos meses, aumentou o número de brasileiros ocupados – mas a recuperação segue mais lenta para as mulheres, que representam o maior contingente de pessoas fora do mercado de trabalho. Além das 6,5 milhões de desempregadas, há mais de 41 milhões de brasileiras fora da força de trabalho. (IBGE, 2021).

A conjuntura pandêmica, além de trazer diversas perdas pelo vírus do COVID-19 por negligências no setor da saúde e da administração pública, nota-se a sobrecarga de responsabilidades para as mães, na realidade de distanciamento social e atividades remotas escolares, por exemplo, enquanto, a função parental da figura paterna se restringiu, na maioria das vezes, por somente o pagamento regular de Alimentos, cujas diretrizes se mantiveram na pandemia. Ademais, o senso comum reforça que os cuidados sejam respaldados e guiados pelo lado materno, socialmente entendido como primordial, sem considerar a coparentalidade, a qual visa equilibrar os papéis no desenvolvimento e acompanhamento das crianças e adolescentes envolvidos. Somado a isso, a guarda compartilhada é um dos modos mais adequados, quando há um relacionamento saudável e uma boa comunicação entre as partes, mesmo pós-dissolução. Ressalta-se que permanece a obrigação de cumprir Alimentos, inclusive dentro do regimento da guarda compartilhada, uma vez que haverá um lar de referência, devendo o valor ser pago àquele que o possui. Nesse caso e na guarda unilateral, a Defensoria Pública do Estado de Goiás afirma:

A defensora pública Cristiana Baptista, da 1ª Defensoria Pública Especializada de Família e Sucessões de Aparecida de Goiânia, explica que pais e mães desempregados não estão isentos de pagar os alimentos aos filhos. "Eles continuam tendo essa obrigação e o valor continua sendo o mesmo estabelecido anteriormente. Se essa pessoa estiver desempregada, é fundamental que ela ajuíze uma ação para que esse valor seja revisto e assim ela evite uma futura execução", ressalta (DPEGO, 2021).

Tais ações de revisão de Alimentos ocorrem no núcleo da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, pela mudança de condição socioeconômica comparadas ao momento no qual o valor foi fixado, mas, na maioria dos casos, por variados motivos, a pensão alimentícia deixa de ser paga sem justificativa legal, sendo iniciativa das mães ou responsáveis para reaver o valor devido e o recebimento continuado, e, em dados numéricos, perpassam os 105 atendimentos relacionados de janeiro a agosto de 2022. Não obstante, os relatos das mães também destacam que os compromissos ligados à rotina escolar e ao acompanhamento médico são feitos somente pelas mesmas, assim como o custeio de medicamentos, quando necessários. A rede de apoio, em geral, é restrita, sendo comum as avós paternas e maternas ajudarem se preciso, destacando mais uma vez o gênero enquanto pressuposto na delegação social pelos cuidados integrais no âmbito familiar.

Durante os períodos mais delicados da pandemia em 2020, a questão das visitas paternas também foi pauta para discussão, em função da gravidade do contexto e a fácil disseminação do vírus, sendo essa uma possível brecha para o não cumprimento dessa obrigação, ainda mais quando respaldada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, sob justificativa de saúde pública:

Em decisão liminar, o desembargador da 8ª Turma Cível do TJDFT determinou a suspensão temporária do regime de visitas de um pai a filha menor de 18 anos, durante o período de isolamento social determinado pelo Governo do Distrito Federal. O pedido para suspender a visitação foi feito pelo próprio pai da criança, sob o argumento de que vive com seus genitores já idosos, integrantes, portanto, do grupo de risco estabelecido pelos órgãos de saúde, e com os deslocamentos poderia se contaminar com o vírus COVID-19, colocando a vida dele e dos familiares em risco (TJDFT, 2020)

A estipulação do regime de visitas é, preferivelmente, feita em comum acordo com as partes envolvidas, somada à contribuição e à importância das entrevistas sociais realizadas no UACJS que perpassam a estipulação de visitas, em meio às demandas de divórcio e alimentos. Os principais objetivos que embasam a escolha dos assistentes sociais pela utilização da entrevista são a possibilidade de conhecimento; enquanto atendimento; como orientação, sensibilização e aconselhamento e finalidade avaliativa, para compor um parecer (CRAVEIRO, 2018).

Outrossim, salientamos a importância de ser realizada, quando possível, o contato com as crianças e os adolescentes, de forma lúdica, inseridos no contexto, para que sejam consideradas suas vivências e opiniões diante do convívio com os familiares, junto a informações que podem ser cruciais na condução social e jurídica da demanda, determinando se haverá encaminhamentos para outros serviços da rede de Assistência. A partir disso, busca-se a análise da totalidade conforme as informações fornecidas pela população atendida, com destaque para o uso de outros instrumentais que dão sustentação à atuação profissional do assistente social no setor sociojurídico, podendo ser o estudo social, um dos outros caminhos a serem traçados para a perspectiva integral da demanda e do núcleo familiar em questão.

4.1 DOS DADOS COLETADOS

A partir da análise documental das fichas de atendimento da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social, obteve-se números expressivos:

Tabela 1

TODAS AS AÇÕES									
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
TÊM RELAÇÃO	14	4	5	10	22	28	24	36	143
NÃO TÊM RELAÇÃO	27	12	17	32	88	86	55	89	389
TOTAL	41	16	22	42	110	114	79	125	532

TÊM RELAÇÃO									
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	TOTAL
MULHERES	13	3	4	7	16	19	18	25	105
HOMENS	1	1	1	3	6	9	6	11	38
TOTAL	14	4	5	10	22	28	24	36	143

Fonte: elaborada pelos autores.

Nesse sentido, na análise da tabela anterior destaca-se que em janeiro de 2022, aproximadamente 92% dos atendimentos referentes a alimentos, guarda e visitas - doravante chamados de relevantes - foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 31% foram relevantes e solicitados por mulheres. Em fevereiro de 2022, 75% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 18% foram relevantes e solicitados por mulheres. Em março de 2022, 80% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 18% foram relevantes e solicitados por mulheres. Em abril de 2022, 70% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 16% foram relevantes e solicitados por mulheres. Em maio de 2022, aproximadamente 72% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 14% foram relevantes e solicitados por mulheres. Em junho de 2022, aproximadamente 67% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 18% foram relevantes e solicitados por mulheres.

No segundo semestre, em julho de 2022, 75% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 22% foram relevantes e solicitados por mulheres. Em agosto de 2022, aproximadamente 69% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 20% foram relevantes e solicitados por mulheres.

No período de janeiro a agosto de 2022, aproximadamente 73% dos atendimentos relevantes foram solicitados por mulheres. De todos os atendimentos, aproximadamente 19% foram relevantes e solicitados por mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O machismo, patriarcado e o racismo se constituem como sistemas que, fundidos ao capitalismo, oferecem as bases para criação de uma sociedade estruturalmente desigual. A formação social do Brasil se constitui marcada pela ocupação colonial fundamentada na hierarquização, possuindo como figura primordial e no topo da pirâmide social, o homem branco, estabelecendo a autoridade masculina em todas as esferas sociais, sob o intuito de manter um padrão de poder assegurado a sua superioridade como figura dominante, bem como a manutenção da ordem vigente. Por conseguinte, ocasiona até os dias atuais, a continuidade de um intenso processo de exploração e opressão contra as mulheres, que são alvos de múltiplas violências, violações e invisibilidade sexistas, além de racistas e de classe, sofrendo com as múltiplas expressões da questão social. A manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 77).

Portanto, a sociedade brasileira se constituiu de modo a promover um espaço privado às mulheres, cabendo-lhe uma identidade doméstica, ressaltando que, para a classe trabalhadora e, em

especial, às mulheres negras, lhes foram instituídos além do espaço doméstico, o trabalho assalariado precarizado, com longas horas e baixos salários. Em virtude disso, é de suma importância enfatizar que “A universalização da categoria ‘mulheres’ tendo em vista a representação política foi feita tendo como base a mulher branca de classe média- trabalhar fora sem autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres” (RIBEIRO, 2018, p.46) e, nessa perspectiva, aos homens brancos foi instituída a liberdade para participar livremente da vida pública em geral.

Todavia, mesmo com a inserção da mulher branca e de alta educação no mercado, as atividades domésticas não foram compartilhadas entre os componentes do lar, ao contrário, houve a sobrecarga dos afazeres domésticos e produtivos à figura feminina, o que já era vivenciado pela classe trabalhadora, sobretudo por mulheres negras. E, na atualidade, é expressa essa conjuntura, conforme os autores Souza e Reis (2021, p. 87):

Tal fato pode ser confirmado com os dados obtidos pela Pesquisa Nacional de Análise de Domicílios Contínua 2018, levantamento anual executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O tópico “Outras formas de trabalho”, revelou que no referido ano, as mulheres dedicaram, em geral, cerca de 21,3 horas semanais com afazeres da casa, enquanto os homens, cerca de 10,9 horas.

Tendo em vista que, no caso das mães solo, representa-se a maior concentração dessas responsabilidades na figura feminina, que se depara sobrecarregada pelas funções de cuidados domésticos e aos filhos, em contrapartida ao pai, representado pela figura do homem, não lhe é pré-estabelecida nenhuma função, deixando-lhe livre a escolha de exercer o papel ou não.

Nesse sentido, se torna corriqueiro na sociedade brasileira o abandono paterno, dando importância que o mesmo é caracterizado pelo não cumprimento do dever de cuidado e criação dos filhos, portanto, não se identifica ativamente como responsável pelas demandas de sua família, que é quando o pai se exime de qualquer compromisso, restando à mãe a responsabilidade de arcar financeiramente e emocionalmente com os cuidados dos filhos, mesmo que perante a lei, enquanto genitor, o homem detém deveres e direitos perante seu núcleo familiar. Em virtude disso, este fato pode acarretar à mulher uma situação de vulnerabilidade social.

Isto porque, segundo dados divulgados pelo IBGE (2017), tem-se que a taxa de pobreza por família é maior entre as famílias compostas por mulheres sem cônjuge e com filhos(as). Ademais, os dados obtidos por Manso, Toledo e Burgarelli (2019) com o sistema Ibope apontam que em São Paulo/SP as chances de ser mãe solo na periferia é até 3,5 vezes maior do que nas demais zonas da cidade. (GALVÃO, p.15, 2020)

Isto dentro de uma conjuntura de modelo capitalista, em um cenário ultraliberal, regressivo e reacionário, cujo resultado produz o crescimento exponencial do desemprego, do emprego precário sem proteção e do subemprego, consequentemente acentuando as expressões da questão social, sobretudo para as camadas mais oprimidas socialmente, com recortes na totalidade das dimensões de raça, etnia, território, gênero e sexualidade. Haja vista que, padrões cruzados de discriminação acentuam as dificuldades de inserção no campo de trabalho. Assim, são inúmeras as condições adversas do mercado de trabalho para as mulheres, dado aos estigmas da figura feminina na sociedade, vista como incapaz para assumir papéis de liderança e são diretamente relacionadas a atividades de cuidado, como se não tivessem aptidão em áreas que não aquelas assemelhadas às tarefas domésticas.

Logo, a mulher negra perpassa por uma conjuntura de dupla estigmatização, tendo em vista que, segundo os dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (2021, p.76) a dupla estigmatização a insere em um lugar de maior vulnerabilidade social, haja vista que: “São elas as que se encontram em posição de maior desvantagem em relação ao trabalho precarizado: em 2014, as mulheres negras eram 39% do contingente que exercia esse tipo de trabalho, seguidas de 31,6% de homens negros, 27% das mulheres brancas e, por fim, 20,6% dos homens brancos”. Como resultado, são marcadas por informalidade e baixa remuneração, bem como a taxa de desemprego se encontra maior quando comparada aos homens.

Desse modo, apesar da Lei de Alimentos nº 5.478, de 25 de Julho de 1968, reforçar a prerrogativa da obrigatoriedade de prestação entre pais e filhos(as) no que norteia as questões materiais, nota-se que as famílias monoparentais nas quais se encontram mulheres como chefes de família ainda alcançam dificuldades para obter os alimentos. Simultaneamente, o homem se isenta de arcar financeiramente com o desenvolvimento de sua família, principalmente após o rompimento de relações conjugais.

Logo, sendo esse um reflexo estrutural quanto à responsabilização paterna, enxerga-se a negligência em relação aos deveres parentais, os quais, tratando-se de Alimentos, são de amplo conhecimento da sociedade, mas permanecem em descumprimento. Sobretudo, é necessário evidenciar a necessidade de partilha dos demais aspectos inerentes à criação dos filhos.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. **Mulheres são a maioria dos desempregados; 45,7% das que têm idade de trabalhar estão ocupadas**. G1. 08 de mar. de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-sao-a-maioria-dos-desempregados-457percent-das-que-tem-idade-de-trabalhar-estao-ocupadas.ghtml>>. Acesso em 27 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19/09/2022.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13.07.1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 19/09/2022.

BRASIL. Lei nº 10.406 de 10.01.2002. **Institui o Código Civil**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em 19/09/2022.

Conselho Nacional de Justiça (Brasil). **Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero [recurso eletrônico]**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça – CNJ; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados — Enfam, 2021. Disponível para download em Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero – 2021 – Enfam. *Direito previdenciário (p.75-79) Direito da Família e Sucessões (p.95-97)*.

CÚNICO, Sabrina D.; ARPINI, Dorian M. **Projeto parental não compartilhado: implicações no exercício da parentalidade**. Psicologia, Rio Grande do Sul, v. 33, n. 33414, p. 1-9, ago./2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e33414>. Acesso em: 28 set. 2022.

GALVÃO, Lize B. **Mãe solteira não. mãe solo! considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina**. Revista Direito e Sexualidade, v. 1 n. 1 (2020). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872>. Acesso em: 27 set. 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JUSTIÇA suspende visitas paternas temporariamente para evitar a disseminação do Coronavírus. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Distrito Federal**, 2020. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2020/abril/coronavirus-desembargador-suspende-temporariamente-visitas-de-pai-a-filha-menor-de-idade>>. Acesso em 27 set. 2022.

MIL, Aline. **Pensão alimentícia: como fica a cobrança durante a pandemia**. Defensoria Pública do Estado de Goiás. 05 de mar. de 2021. Disponível em: <http://www.defensoriapublica.go.gov.br/depego/index.php?option=com_content&view=article&id=2308:pensao-alimenticia-como-fica-a-cobranca-durante-a-pandemia&catid=8&Itemid=180>. Acesso em 27 set. 2022.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MORAES, Carlos Alexandre; VIEIRA, Diego Fernandes. DA PARENTALIDADE SUSTENTÁVEL: O Direito à Convivência Familiar Como Realidade e Não Como Expectativa. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 10, n. 19, p. 1-17, 2022. Acesso em: 21/09/2022.

OLIVEIRA, R. C. S. **Perícia social nas disputas judiciais de guarda**: contribuições das relações sociais de gênero sobre igualdade parental. n: FÁVERO, Eunice T. (Org.). Famílias na cena contemporânea: (des) proteção social, desigualdades e judicialização. 1ª edição eletrônica. (p.113-128), Navegando Publicações, Uberlândia, 2020. Disponível em: 35e7c6_070d973937f54e8ca2b1345118208eb8.pdf (editoranavegando.com). Acesso em 27 set. 2022

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** Companhia das letras, 1º edição, São Paulo, 2018.

SOUSA, Mônica Teresa Costa; WAKIM, Bruna Barbieri. Do direito de família ao direito das famílias - A repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 52 Número 205 jan./mar. 2015.

SOUZA, Paloma B. A; REIS, Fabrina U. M. **Um olhar feminista sobre o exercício da parentalidade após a separação**. Revista Conversas Cíclicas, v. 1 n. 1 (2021). Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/conversascivilisticas/article/view/44623>. Acessado em: 27 set. 2022.

VAZ, Ana; BATISTELA, Clarisse. **Pesquisa revela que 48,7% das famílias são chefiadas por mulheres: 'Mãe empreendedora', diz moradora de SC**. G1. 23 de janeiro de 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/01/23/maes-empreendedoras-pesquisa-revela-que-487percent-das-familias-sao-chefiadas-por-mulheres.ghml>>. Acesso em 27 set. 2022.

***A NECESSIDADE DE CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE AOS ATOS E AÇÕES SOBRE DIREITOS
REAIS IMOBILIÁRIOS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO***

***THE MARITAL CONSENT REQUIREMENT IN ACTIONS AND ACTS THAT CONCERNS
PROPERTY RIGHTS IN REM AND GENDER VIOLENCE***

Área temática: 05 - Igualdade de Gênero

ANTONIO, Isabel de Oliveira
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Graduanda em Direito
isabel.antonio@unesp.br

LIMA, Natália Minotti Correa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Graduanda em Direito
natalia.minotti@unesp.br

MOTTA, Maiara
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutoranda, mestra, bacharela em Direito (UNESP). Especialista em Processo Civil (Escola Paulista da Magistratura). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001
maiara.motta@unesp.br

RESUMO: O presente artigo apresenta uma análise da necessidade da outorga conjugal exigida em ações e atos que versam sobre direitos reais e a proteção da mulher violentada no contexto de violência de gênero. Este estudo foi realizado com a metodologia dedutiva, por meio da revisão bibliográfica e análise documental. Esta pesquisa teve como objetivo levantar, a partir da legislação brasileira, a existência ou falta de normas que protegem pessoas em situação de vulnerabilidade em razão da violência de gênero, mais especificamente as que sofrem violência doméstica e patrimonial e precisam da autorização do cônjuge para realizar alguns atos e ações que versem sobre alguns direitos reais. Buscou-se discutir a defesa dos interesses dos cônjuges nesses litígios e a manutenção da situação de violência de gênero, sem deixar de explorar também a proteção à mulher garantida pela Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), com as medidas protetivas de urgência. Também foi abordada criticamente a situação em que a vítima é colocada pela necessidade da autorização conjugal, e então, na sua ausência, a autorização judicial. Depois de todo o estudo, pode-se concluir que a previsão normativa explorada neste artigo, mesmo com sua extensão no tempo, não considera a realidade de mulheres em situação de violência.

PALAVRAS-CHAVE: Necessidade de consentimento conjugal. Violência de gênero. Direitos reais.

ABSTRACT: This paper presents an analysis about the marital consent requirement in actions and acts that concern rights in rem and the protection of the violated woman in a gender-based violence context. This study was made under the deductive methodology, with bibliographic review and documental analysis. The objective of this research was to raise, based on the Brazilian legislation, the existence or lack of laws that protect people put in a vulnerable position because of gender violence, more specifically those who suffer patrimonial violence and need the marital consent to do actions that concern rights in rem. It was sought to discuss the defense of the couple's interest in these disputes and the maintenance of the situation of violence that the woman suffers, without forgetting to explore the patrimonial protection guaranteed by the Law nº 11.340/06 (Maria da Penha Law), with the urgent protective measures. Moreover, the situation that the victim is put in by the marital consent requirement was critically addressed. After the whole study, it was understood that the legislative provision explored in this article, even with its time extension, does not consider the reality of violated women.

KEYWORDS: Marital consent requirement. Rights in rem. Gender violence.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é levantar, a partir da legislação brasileira, a existência ou falta de normas que protegem pessoas em situação de vulnerabilidade em razão da violência de gênero, mais especificamente as que sofrem violência doméstica e patrimonial, e precisam da autorização do cônjuge para realizar alguns atos que versem sobre alguns direitos reais.

Esta pesquisa foi desenvolvida com a metodologia dedutiva por meio da revisão bibliográfica e análise documental. Foram escolhidas obras de dois processualistas civis relevantes, de antes da publicação do Código de Processo Civil de 2015 ou logo após, e uma obra mais recente. Além disso, para iniciar a discussão do assunto, foi escolhida a obra de um dos principais civilistas brasileiros do ano de 2020, para ser possível uma análise de forma mais completa do assunto que este artigo trata. O referencial teórico que foi utilizado para tratar do tema da violência doméstica foi escolhido por meio da pesquisa das palavras-chave “violência de gênero”, “violência doméstica”, “violência patrimonial”, “outorga” e “direitos reais” na ferramenta Google Acadêmico, observando a relevância dos artigos e de seus autores nestes assuntos.

Neste artigo, trataremos do recorte da violência de gênero, mas vale ressaltar que, dentro da violência de gênero, o aspecto raça, identidade de gênero, classe, entre outros, constituem recortes de muita importância. Nesse sentido, estudos apontam que as mulheres negras representam 59,71% dos atendimentos em que foram relatados casos de violência no primeiro semestre do ano de 2016, de acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (CARNEIRO, 2017, p. 20). Este estudo apresentou que o período entre 2003 e 2013, enquanto os homicídios oriundos de violência de gênero, para as mulheres brancas, diminuíram de 3,6 para 3,2 por 100 mil; para as mulheres negras o índice cresceu de 4,5 para 5,4 por 100 mil, como demonstra o Mapa da Violência de 2015. Para pessoas que se identificam como transexuais ou travestis, observa-se, no ano de 2017, em média 11 registros de violência pelo Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) por dia (GÊNERO E NÚMERO, 2021).

Em outras palavras, ao escolher o uso da modalidade violência de gênero, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos relacionais e que têm cenários sociais e históricos não uniformes, tanto que pode se interconectar com outras violências do nosso meio social, como a racial, a étnica e a de classe econômica. A centralidade dessas ações violentas incide sobre as mulheres e os grupos tidos como feminizados (crianças, idosos, LGBTQIs), quer sejam violências físicas, sexuais, psicológicas ou morais, tanto no âmbito privado como público, sendo ainda mais expressivas dentre coletivos que vivenciam um somatório articulado de opressões, tais como as mulheres negras, indígenas, ciganas etc. A expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos (ainda mais sobre aqueles considerados racializados, etnicizados e pobres) e as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam a vida rotineira em todas as relações sociais. (DE ALMEIDA, 2020, p. 42-43)

Portanto, há diversos outros recortes que se poderiam fazer para aprofundar o tema, a depender dos contextos relacionais, e dos cenários sociais e históricos. Nesta pesquisa, o enfoque é apenas sobre o aspecto de gênero.

2 CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE NOS ATOS SOBRE DIREITOS REAIS IMOBILIÁRIOS

O Código Civil de 2002, em seus artigos 1.647 a 1.649, trata da necessidade do consentimento dos cônjuges em atos que versem sobre alguns direitos reais - aqueles que não estão sob o regime de separação absoluta de bens.

Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta:

I - alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;

II - pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos;

III - prestar fiança ou aval;

IV - fazer doação, não sendo remuneratória, de bens comuns, ou dos que possam integrar futura meação.

Parágrafo único. São válidas as doações nupciais feitas aos filhos quando casarem ou estabelecerem economia separada.

Art. 1.648. Cabe ao juiz, nos casos do artigo antecedente, suprir a outorga, quando um dos cônjuges a denegue sem motivo justo, ou lhe seja impossível concedê-la.

Art. 1.649. A falta de autorização, não suprida pelo juiz, quando necessária (art. 1.647), tornará anulável o ato praticado, podendo o outro cônjuge pleitear-lhe a anulação, até dois anos depois de terminada a sociedade conjugal.

Parágrafo único. A aprovação torna válido o ato, desde que feita por instrumento público, ou particular, autenticado. (BRASIL, 2002)

Visto isso, percebe-se que para realizar determinados atos que versam sobre alguns direitos reais, é necessária a autorização dos cônjuges. Nesse sentido, Carlos Roberto Gonçalves discorre sobre alguns destes atos que necessitam do consentimento conjugal, mencionando a servidão, o direito do promitente comprador do imóvel, a anticrese, entre outros.

Assim, somente os proprietários podem estipular servidão. Como ato de alienação, só pode constituí-la quem tiver poder de disposição, como o proprietário, o enfiteuta e o fiduciário. Consequentemente, não podem instituí-la o condômino (a não ser com a anuência dos demais condôminos), o nu-proprietário, o senhorio direto, o locatário, o compromissário comprador, o credor anticrético e o simples possuidor. Se casado o concedente, depende de outorga uxória (CC, art. 1.647, II). [...] Malgrado alguma controvérsia que ainda paira sobre a necessidade da outorga conjugal ao promitente vendedor, é ela indispensável, por consistir em alienação de bem imóvel sujeita a adjudicação compulsória. Segundo estatui o art. 1.647 do Código Civil, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta, "alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis". (GONÇALVES, 2020, p. 448-501)

Sobre esta relação entre os vários direitos reais e outras ações relacionadas a eles requererem o consentimento do cônjuge, Fredie Didier Jr. traz uma citação de Araken de Assis para explicar a amplitude do instituto.

"A locução legal é ampla e abrange, além das ações diretamente relacionadas aos direitos reais catalogados" no Código Civil, "quaisquer outras, ainda que indiretamente relacionadas com aqueles direitos", como as ações envolvendo hipoteca, a demolitória, a divisória, a nunciação de obra nova etc. (ASSIS apud DIDIER JR., 2015, p. 321-322)

Além disso, é importante dizer que, segundo Humberto Theodoro Júnior (2014, p. 425), o Código Civil de 2002 atenuou a exigência da autorização entre os cônjuges para uma ação judicial no que versa sobre bens imóveis, pois excluiu a exigência de tal autorização nos regimes de separação absoluta de bens. Para complementar, Fredie Didier Jr (2015, p. 323) elucida que esta legislação não determina uma forma para o consentimento prévio que, por isso, é um ato de forma livre; diferentemente do consentimento concedido posteriormente à prática do ato, a aprovação, que possui forma prevista pelo parágrafo único do art. 1.649, CC.

2.1 CÓDIGO CIVIL DE 1916

O Código Civil de 1916 já previa a necessidade de consentimento do cônjuge para atos e ações que versam sobre direitos reais. No entanto, tal legislação impôs essa necessidade para diversos outros atos também.

Art. 235. O marido não pode, sem consentimento da mulher, qualquer que seja o regime de bens:

I. Alienar, imóveis ou direitos reais, direitos reais sobre imóveis alheios (arts. 178, § 9º, nº I, a, 237, 276 e 293).

II. Pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens e direitos.

III. Prestar fiança (arts. 178, § 9º, nº I, b, e 263, nº X).

IV. Fazer doação, não sendo remuneratória ou de pequeno valor, com os bens ou rendimentos comuns (arts. 178, § 9º, nº I, b).

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

I. Praticar os atos que este não poderia sem o consentimento da mulher (art. 235).

II. Alienar, ou gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens (arts. 263, nº II, III, VIII, 269, 275 e 310).

III. Alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outra.

IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.

V. Aceitar tutela, curatela ou outro munus público.

VI. Litigar em juízo civil ou comercial, não ser nos casos indicados nos arts. 248 e 251.

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).

VIII. Contrair obrigações, que possam importar em alheação de bens do casal.

IX. Aceitar mandato (art. 1.299). (BRASIL, 1916)

Como este trabalho trata também de violência de gênero, é importante ressaltar a diferença de tratamento da própria legislação brasileira entre os gêneros masculino e feminino, principalmente até o Estatuto da Mulher Casada, e como tal tratamento foi modificado, ao menos neste quesito, no Código Civil de 2002.

2.2 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973

O Código de Processo Civil de 1973 previa a necessidade de consentimento do cônjuge para propor ações que tratam de bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios em seus artigos 10 e 11.

O artigo 10 sofreu alterações pela Lei nº 5.925, de 1973, e pela Lei nº 8.952, de 1994, tendo sua redação original completamente modificada, ao contrário do artigo 11, que manteve sua redação original.

Art. 10. O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre direitos reais imobiliários. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)
§1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações: (Parágrafo único renumerado pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)
I - que versem sobre direitos reais imobiliários; (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)
II - resultantes de fatos que digam respeito a ambos os cônjuges ou de atos praticados por eles; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1.10.1973)
III - fundadas em dívidas contraídas pelo marido a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados; (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1.10.1973)
IV - que tenham por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóveis de um ou de ambos os cônjuges. (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1.10.1973)
§2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de composse ou de ato por ambos praticados. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994)
Art. 11. A autorização do marido e a outorga da mulher podem suprir-se judicialmente, quando um cônjuge a recuse ao outro sem justo motivo, ou lhe seja impossível dá-la.
Parágrafo único. A falta, não suprida pelo juiz, da autorização ou da outorga, quando necessária, invalida o processo. (BRASIL, 1973)

O artigo 10 sofreu alterações pela Lei nº 5.925, de 1973, e pela Lei nº 8.952, de 1994, tendo sua redação original completamente modificada, ao contrário do artigo 11, que manteve sua redação original. Assim, para uma melhor compreensão dos institutos, compará-los ao Código mais recente se faz essencial. Dessa forma, expõe-se o que a legislação vigente dispõe a seguir.

2.3 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

O Código de Processo Civil de 2015 trata da necessidade de autorização em seus artigos 73 e 74, e, conforme Didier Jr. (2019, p. 379) apresenta, reflete o que já estava previsto nos artigos 1.643 a 1.648 do Código Civil de 2002.

Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.
§1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação:
I - que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;
II - resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles;
III - fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família;
IV - que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.
§2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de composse ou de ato por ambos praticado.
§3º Aplica-se o disposto neste artigo à união estável comprovada nos autos.
Art. 74. O consentimento previsto no art. 73 pode ser suprido judicialmente quando for negado por um dos cônjuges sem justo motivo, ou quando lhe seja impossível concedê-lo.
Parágrafo único. A falta de consentimento, quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo. (BRASIL, 2015)

Todavia, além de reforçar o que tal legislação previa, preencheu algumas lacunas que os legisladores do CC/02 deixaram em aberto, como a questão da necessidade de outorga conjugal em

ações possessórias. Como a posse não é um direito real, mas é um instituto que está intrinsecamente ligado aos direitos reais, era preciso elucidar se existe a necessidade da autorização conjugal para ações possessórias. Assim, como diz o §2º do art. 73, somente é exigido o litisconsórcio quando o casal está numa situação de composses ou de ato praticado por ambos, segundo o que ensina Didier Jr. (2019, p. 381-382).

Sobre o litisconsórcio dos cônjuges, é estabelecido que o litisconsórcio ativo não é necessário, e sim facultativo, pois o consentimento do cônjuge pode ser dado de outra forma além de serem ambos autores da ação. Contudo, o litisconsórcio passivo é necessário, a não ser que sejam casados sob o regime de separação absoluta de bens.

Importante destacar que estes artigos se aplicam à união estável comprovada nos autos, segundo o §3º do art. 73. Didier Jr. trata do termo “comprovada”, o que isso requer e como funciona.

Comprovada é, aqui, a união estável registrada, o que é possível nos termos do Provimento n. 37/2014 do Conselho Nacional de Justiça. Admite-se o registro da união estável formalizada por escritura pública ou reconhecida por decisão judicial. O registro da união estável é facultativo. Como todo registro, sua utilidade maior é dar publicidade a terceiros e, assim, resguardar a segurança jurídica. A dissolução da união estável não pode ser registrada - esse registro não pressupõe o prévio registro da existência da união estável (art. 7º do Provimento n. 37/2014 do CNJ). (DIDIER JR., 2015, p. 323-324)

Ademais, a Lei de Registros Públicos, em seu art. 94-A, inserido no ano de 2022, determinou a inclusão, no registro civil de pessoas naturais, de quaisquer documentos que confirmem o reconhecimento ou dissolução da união estável, sejam eles judiciais ou extrajudiciais – abrangendo, inclusive, sentença estrangeira e termos elaborados perante o oficial cartorário. Assim sendo, surgem novas formas de comprovação da união estável.

Então, nota-se que as alterações feitas ao instituto da outorga conjugal pelo Código de Processo Civil de 2015 mudou a forma como os papéis de gênero eram tratados pela legislação, especificamente no inc. III, que anteriormente falava apenas no “marido” que “contraía bens em favor da família”, e passou a prever “cônjuge” no lugar.

Considerando a maior amplitude do instituto da união estável, torna-se imprescindível compreender os reais efeitos do consentimento exigido pelo cônjuge ou companheiro nas ações que versem sobre direitos reais, no que tange a violência de gênero que será abordada por este artigo.

3 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Violência de gênero é um termo mais amplo que violência contra a mulher. Violência contra a mulher, que possui diversos significados¹, está dentro do termo guarda-chuva que se entende por violência de gênero.

Assim, pode-se definir violência de gênero como uma categoria que abrange as violências contra a mulher, as dificuldades e obstáculos ao acesso à justiça pelas mulheres, a luta pela equidade de gênero, bem como “carrega em si uma dimensão política explícita e desejada pelos movimentos feministas, base da própria afirmação do caráter político das relações de gênero.” (RIFIOTIS apud SCIAMMARELLA; AMAYA; RIVERA, 2017, p. 52). É o nome que se dá a toda a violência sofrida com aqueles que estão submetidos ao patriarcado branco.

Ademais, Fabiana Severi, estudando Alda Facio e Martha Minow, conclui que ambas autoras estabelecem que o

direito não é um espaço fechado e todo coerente de dominação patriarcal ou que represente, uniformemente, somente os valores e interesses do gênero masculino. A relação entre direito e ordem social patriarcal é mais complexa e atravessada por outros eixos de dominação como o racismo e a exploração de classes. Ela também é variável: há fissuras e ambiguidades que podem ser exploradas para se pensar transformações sociais contra as opressões e desigualdades. (2016, p. 577).

¹ Nesse sentido: “Embora o uso da expressão violência contra a mulher possa ter diversos significados, dependendo de suas implicações empíricas e teóricas, segundo Almeida (2007), seus variados usos semânticos têm, muitas vezes, sentidos equivalentes nas distintas nomenclaturas: violência contra a mulher, violência doméstica, violência intrafamiliar, violência conjugal, violência familiar e violência de gênero. Os diversos significados dessas categorias adquirem desdobramentos e implicações teóricas e práticas, em função das condições e situações específicas de sua concretude” (DE ALMEIDA, 2020, p. 42).

Assim, a violência de gênero pode ser definida como a expressão da discriminação, desigualdade e opressão de gênero existentes tanto na ordem social quanto jurídica, mas há espaço para mudança dentro do próprio ordenamento jurídico. A autora, adiante no texto, traz que tal mudança no ordenamento é obrigação do Brasil enquanto país signatário da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará), que assumiu compromisso a serem cumpridos, para efetivar a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, e medidas para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

Nesse sentido, Saffioti (2001, p. 115) aprofunda a conceituação de violência de gênero apresentada, explicando que

Violência de gênero é o conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

Para o cumprimento do objetivo deste artigo, foi essencial elaborar dois itens separados para que violência doméstica e violência patrimonial tivessem seus conceitos e discussões aprofundados. Para a composição da categoria de pessoas em situação de vulnerabilidade em razão da violência de gênero, se mostrou mais apropriado abordar mulheres em situação de violência doméstica, bem como uma de suas formas, a violência patrimonial. Ressalta-se que violência doméstica pertence à categoria violência contra a mulher, e violência de gênero, em razão de, em geral, serem mulheres as vítimas são acometidas por violência doméstica, e tal violência ser a expressão extrema do que é o poder patriarcal tratado por Saffioti, e das desigualdades e opressões trazidas por Severi.

3.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A definição da violência doméstica e familiar é construção de variados dispositivos elaborados na ordem jurídica internacional. A caracterização nacional mais relevante encontra-se na Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a qual reproduz o entendimento de tratados assinados pelo Brasil, anteriormente à promulgação da lei, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, elaborada em Belém do Pará.

A Convenção de Belém do Pará define a violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (BRASIL, 1996). A Lei Maria da Penha reafirma esse conceito em seu artigo 5º ao afirmar a mulher violentada como aquela que sofreu qualquer ação ou omissão em diversos níveis, “[...] em relação à integridade física, aos bens materiais ou aos bens imateriais” (SIMIONI; DA CRUZ, 2011, p. 186). Ademais, em seus incisos, determina a esfera em que a violência doméstica e familiar ocorre: na unidade doméstica, na família e em qualquer relação íntima de afeto.

O art. 7º da supracitada lei delinea as mais diferentes formas em que a violência ocorre, de acordo com Virgínia Feix (2011, p. 203), de maneira exemplificativa, evidenciado pela expressão “entre outras”. São elaboradas, então, em cinco dimensões: a física, a psicológica, a sexual, a patrimonial e a moral. A autora (FEIX, 2011, p. 204) narra que é considerada a primeira forma como a “mais socialmente visível e identificável”, e é grande indício da ocorrência das demais. Na segunda, ocorre a restrição do direito fundamental à liberdade da mulher. Na terceira, há obstáculos ao exercício da liberdade sexual e reprodutiva. A quarta, explorar-se-á em tópico seguinte, por ser objeto deste artigo. A quinta e última corresponde a uma ação verbal contra a mulher, nos mesmos moldes dos crimes contra a honra.

3.2 VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

A violência patrimonial, definida pelo inciso IV do art. 7º da Lei nº 11.340/06, é considerada como inovação trazida pela lei:

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades. (BRASIL, 2006)

Entendendo a violência contra a mulher como manutenção da cultura de dominação dos homens sobre as mulheres, Feix (2011, p. 208) explica que esta forma pode ser facilmente compreendida como meio da continuação dessa realidade ao atingir a liberdade econômico-financeira da mulher, exigindo a dependência e, portanto, a submissão. Conforme a autora (FEIX, 2011, p. 210), deve-se considerar também o “abandono material decorrente do não pagamento de pensão alimentícia ou prejuízo financeiro infligido como castigo”.

Tendo em vista que, no casamento em regime de comunhão parcial de bens e na união estável, caso não seja registrado e optado por regime diverso, os bens adquiridos no relacionamento pertencem a ambos, torna-se imperativo a proteção do patrimônio da mulher, no que concerne o particular e o comum.

O art. 24 da referida lei compromete-se à proteção patrimonial da mulher, permitindo ao juiz determinação de medida protetiva de urgência para: restituir bens indevidamente subtraídos, proibir temporariamente celebração de atos e contratos de compra, venda e locação, salvo expressa autorização judicial, suspender procurações conferidas pela mulher ao agressor e prestar caução provisória por perdas e danos decorrente da prática de violência.

4 A NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DO CÔNJUGE NAS AÇÕES DE DIREITOS REAIS IMOBILIÁRIOS E A CONTINUIDADE DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero, por abranger a violência contra mulher e a violência doméstica, e representar as vítimas do exercício do poder patriarcal, é a categoria ampla da qual se trata este artigo. No entanto, nesta seção, o objeto será, especificamente, dentro da violência de gênero, a violência doméstica, e sua relação com a necessidade da outorga conjugal.

Os artigos de lei importantes no que diz respeito à proteção da vítima de violência doméstica dentro da situação de necessidade, imposta pela lei, da autorização conjugal são: o artigo 24 da Lei Maria da Penha, o artigo 74 do Código de Processo Civil, e o artigo 1.648 do Código Civil. No entanto, todos eles propõem que o juiz escolha o destino da vítima, e, caso o juiz não conceda a autorização na falta do consentimento do cônjuge, o art. 1.649, CC prevê que o cônjuge pode pleitear a anulação em até dois anos depois de terminada a sociedade conjugal. Portanto, entende-se a previsão normativa como não suficiente para a garantia dos direitos da vítima da violência doméstica em relação a bens imóveis, não podendo realizar atos a respeito deles sem a autorização conjugal.

Ainda, cabe destacar o fato do Direito ser patriarcal, machista e androcêntrico:

Por fin, en tanto se considera que el derecho responde a las necesidades del hombre, occidental, blanco, de clase media, adulto y sin discapacidades, Facio concluye que este es androcéntrico. Pero, además, por cuanto que el derecho contribuye a la invisibilización de las mujeres, agrega Facio que el derecho es también patriarcal. (FACIO apud COSTA, p. 20)²

Com isso, a situação da vítima de violência doméstica, que não pode ser dissociada da perspectiva de gênero, porque, como exposto anteriormente, quando se fala em violência doméstica também se fala em violência contra a mulher, esta necessidade da autorização do cônjuge, aqui pensado na posição de agressor, ou, na falta dela, a autorização do juiz³, agrava a violência e a situação de vulnerabilidade da mulher agredida, pois coloca a vítima numa posição mais submissa à vontade do cônjuge e do juiz. Isso reforça a realidade machista e patriarcal, com “falta de preparo teórico e as noções jurídicas equivocadas relacionadas à temática de gênero” (BARBOZA; DEMETRIO, 2019, p. 27), que muitas vezes decide o futuro e as escolhas da vítima.

² Tradução nossa: Por fim, na medida em que se considera que o direito responde às necessidades do homem, ocidental, branco, de classe média, adulto e sem deficiência, Facio conclui que este é androcêntrico. Porém, além disso, enquanto que o direito contribui à invisibilização das mulheres, acrescenta Facio que o direito é também patriarcal.

³ Juiz homem e branco, na maioria das vezes, em razão do gênero masculino representar 63% do corpo do órgão Judiciário brasileiro, segundo pesquisa de 2018 do CNJ, sendo que, de acordo com a mesma pesquisa, “as mulheres ainda progredem menos na carreira jurídica em comparação com eles. [homens]”. Além disso, 80,3% dos magistrados são brancos, 18% negros, 1,6% de origem asiática e somente 11 magistrados se declaram indígenas, conforme mostra a pesquisa (BANDEIRA, 2018, online)..

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Como resultado, é preciso superar a influência dos estereótipos e da discriminação na interpretação de casos em que, supostamente baseados em documentos legais neutros, foram interpretados como não aplicáveis às mulheres por preconceitos culturais, bem como buscar uma interpretação que procure não só a igualdade formal mas também a igualdade material, que retire a mulher do seu local de subordinação em relação aos homens (sexual, profissional e política), caminhando para uma interpretação constitucional feminista. (BARBOZA; DEMETRIO, 2019, p. 28)

Além disso, há a manutenção do ciclo de violência nas situações da necessidade de consentimento conjugal, na hipótese de violência doméstica em que a vítima quer realizar um ato que verze sobre direitos reais e não consegue em razão da ausência da outorga conjugal. Além de tudo, a necessidade da autorização do cônjuge mantém mais uma amarra judicial entre ela e o agressor.

Por outro lado, a necessidade da outorga protege a vítima, na medida em que o cônjuge também precisa de seu consentimento para realizar atos concernentes aos bens imóveis do casal. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que essa proteção também é feita pela Lei Maria da Penha em seu art. 24, ao definir medidas protetivas de urgência que podem ser determinadas liminarmente pelo juiz para a tutela patrimonial dos bens da sociedade conjugal, como explicado em tópico anterior.

Além das medidas de urgência já expostas, pode o juiz vedar a compra e venda, e a locação dos bens comuns, especialmente a de imóvel urbano comum, tendo em vista que a locação “[...] em regra, independe de autorização do cônjuge, salvo se celebrado o contrato por prazo igual ou superior a 10 anos (art. 3º, Lei Federal nº 8.245/91)” (DIDIER JR.; OLIVEIRA, 2021, p. 10-11), a qual dependerá de autorização judicial.

Por fim, poderia se falar na concessão do direito real de habitação à mulher vítima de violência doméstica, como uma outra forma de proteção a ela, promovendo também a dignidade da mulher e a igualdade de gêneros. Nesse sentido, Ana Carolina de Paula Machado e Ana Paula de Oliveira Lewin (2015, p. 13) concluem que

não há previsão expressa no sistema legal brasileiro atribuindo o direito real de habitação à mulher vítima de violência doméstica e familiar. No entanto, uma interpretação constitucional do texto normativo permitiria a promoção da igualdade de gêneros e a eliminação da discriminação da mulher no âmbito privado, já que, historicamente, essa mulher é economicamente dependente do cônjuge ou do companheiro.

Diante disso, a concessão do direito real de habitação promoverá a igualdade de gêneros e a dignidade da mulher, na medida em que assegurará seu direito à moradia.

Além de uma proteção específica ao direito de moradia de mulheres em situação de violência doméstica, que não existe ainda no Brasil, há outros meios de promover a proteção de vítimas frente à violência de gênero, para que seus direitos, em geral, sejam efetivados e assegurados.

No cenário atual do ordenamento jurídico brasileiro, a necessidade da autorização conjugal, em relação a vítimas especificamente de violência doméstica, é um instrumento da violência de gênero, e de violência patrimonial, podendo causar uma continuidade do ciclo de violência sofrido por mulheres, ao demandar tal outorga, e deixar como única solução para a ausência da outorga a autorização judicial.

Os Estados partes da CEDAW deverão tomar todas as medidas apropriadas para acelerar a conquista da igualdade entre os sexos e/ou gêneros e para a eliminação da discriminação contra as mulheres em todas as esferas (política, social, econômica, cultural entre outras), inclusive de caráter temporário ou especial (ações afirmativas). Entre tais medidas, encontram-se várias relacionadas à garantia de acesso à justiça e de devida diligência, por parte dos órgãos e entidades do sistema de justiça, na tutela jurisdicional dos direitos das mulheres. (SEVERI, 2016, p. 580)

Assim, construir instrumentos de proteção das mulheres contra a violência de gênero, em qualquer uma de suas formas, é um dos modos do Brasil cumprir seu papel enquanto signatário da CEDAW e da Convenção de Belém do Pará, e realizar aquilo que se comprometeu a fazer quando celebrou estes tratados. A necessidade de outorga conjugal para realizar ações e atos que concernem alguns direitos reais, explorados neste artigo, precisa ser revista quando se trata de vítimas de violência de gênero, mais especificamente de violência doméstica.

É essencial para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, bem como para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher que tal instituto do direito civil seja revisto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se discutir a necessidade de consentimento do cônjuge para realizar ações e atos que versem sobre direitos reais nos regimes de casamento, com exceção da separação absoluta de bens, em um contexto de violência de gênero, especificamente em situações de violência doméstica e patrimonial.

Para o primeiro tema, explorou-se a evolução histórica do instituto no ordenamento jurídico, abordando os Códigos Civis de 1916 e 2002 e os Códigos de Processo Civil de 1973 e 2015. Para o segundo, averiguou-se a Lei nº 11.340/2006, Lei Maria da Penha, e a definição das diferentes formas de violência, feitas de forma não taxativa, em seu art. 7º, bem como a definição de violência de gênero.

Então, entendeu-se que a violência doméstica patrimonial, compreendida como forma de cercear a liberdade econômico-financeira da mulher, é perpetuada na medida em que se exige a outorga conjugal em situações de vulnerabilidade feminina pela violência sofrida. Isto porque conserva uma realidade de submissão da mulher por parte do agressor e do juiz, para o qual é permitido que se suprima sua anuência, considerando uma realidade de um Judiciário essencialmente androcêntrico e patriarcal.

Ademais, também há a conservação do ciclo de violência, ao exigir-se que a mulher esteja em constante contato com seu agressor. Entretanto, não pode-se deixar de mencionar que o instituto protege a mulher e seus direitos, por também exigir a aquiescência do agressor - proteção esta que também é feita de forma específica pela Lei Maria da Penha.

Percebe-se que o instituto cível não é suficiente para salvaguardar os direitos reais de mulheres vulneráveis em função de violência doméstica. A previsão normativa, mesmo com sua extensão no tempo, não considera a realidade de mulheres vítimas de violência. Para que a proteção à mulher violentada seja feita de forma satisfatória, deve-se garantir a maior efetividade possível da Lei Maria da Penha, da CEDAW, e da Convenção de Belém do Pará, marcos da tutela dos direitos das mulheres.

Portanto, entende-se que tal necessidade da outorga conjugal, em situações que não são incomuns à realidade brasileira, de pessoas em situação de violência doméstica, é um instrumento de manutenção da violência de gênero, em específico, da violência patrimonial, tendo em vista a situação que a vítima é colocada, sendo mais uma forma de exercício do poder por parte do patriarcado, e expressão das opressões e desigualdades de gênero existentes nas ordens social e jurídica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Regina. Juiz brasileiro é homem, branco, casado, católico e pai. **Agência CNJ de Notícias**, 12 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/juiz-brasileiro-e-homem-branco-casado-catolico-e-pai/>. Acesso em: 18 out. 2021.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; DEMETRIO, André. Quando o gênero bate à porta do STF: a busca por um constitucionalismo feminista. **Revista Direito GV**. 2019, v. 15, n. 3. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/h6zYg8QxXTwxhmsjVDdcqXc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1973.htm. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 08 out. 2021.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.** Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869impressao.htm. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 01 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 02 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 03 out. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres Negras e Violência Doméstica:** decodificando os números. São Paulo, Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e-BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%AANCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmoros-isbn.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

COSTA, Malena. El Pensamiento Jurídico feminista en América Latina: Escenarios, contenidos y dilemas. **Gênero & Direito** - Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/20416>. Acesso em: 18 out. 2021.

DE ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A importância da perspectiva de gênero e o enfrentamento à violência contra as mulheres. In: FERREIRA, Larissa (org.). **Gênero em perspectiva.** Curitiba: CRV, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44956759/Ecos_da_abomina%C3%A7%C3%A3o_das_dissid%C3%Aancias_sexuais_e_de_g%C3%AAnero_Inquisi%C3%A7%C3%A3o_exorcismo_psiquiatriz%C3%A7%C3%A3o_e_ideologia_de_g%C3%AAnero_?auto=citations&from=cover_page. Acesso em: 19 out. 2021.

DIDIER JR., Fredie; OLIVEIRA, Rafael. **Aspectos processuais civis da Lei Maria da Penha (violência doméstica e familiar contra a mulher).** Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/artigos/Aspectos%20Processuais%20Civis%20da%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf>. Acesso em: 19 out. 2021.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil:** introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. v. 1. 17. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2015.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil:** introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. v. 1. 21. ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2019.

DO VALE, Eliara Bianospino Ferreira. Violência patrimonial no ambiente doméstico, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto. **Revista JurisFIB**, v. 7, ano 7. 2016. Disponível em: <https://revistas.fibbauru.br/jurisfib/article/view/239>. Acesso em: 19 out. 2021.

FEIX, Virgínia. Das formas de violência contra a mulher – artigo 7º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org.). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GÊNERO E NÚMERO. **Mapa da violência de gênero, 2021.** LGBT. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/lgbt/>. Acesso em 19 out. 2021.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito das coisas:** Direito civil brasileiro. v. 5. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Lei Maria da Penha na íntegra e comentada.** Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/lei-maria-da-penha-na-integra-e-comentada.html>. Acesso em: 02 out. 2021.

MACHADO, Ana Carolina de Paula; LEWIN, Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles. É possível a concessão do direito real de habitação à mulher vítima de violência doméstica e familiar, enquanto perdurar a condição de dependência econômica em relação ao ex-cônjuge/companheiro(a), à luz do princípio constitucional da igualdade de gêneros. **Tese apresentada no XII Congresso Nacional de Defensores Públicos**, realizado pela Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep) e Associação de Defensores Públicos do Paraná (Adepar). Curitiba, PR. 2015. Disponível em: <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=25701>. Acesso em: 19 out. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** [online]. 2001, n. 16, p. 115-136. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxYcbKMSHnHNLrqwYhKL/#>. Acesso em: 19 set. 2022.

SCIAMMARELLA, Ana Paula; AMAYA, Andrea Catalina León; RIVERA, Patrícia Elisa. Mobilização Feminista, Violência de Gênero e Práticas Judiciais no Brasil: Reflexões à Luz da Teoria dos Sistemas Sociais. **Revista Punto Género**, nº 7, 2017, p. 46 - 68. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-0417.2017.46262>. Disponível em: <https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/46262>. Acesso em: 19 set. 2022.

SEVERI, F. C. Justiça em uma perspectiva de gênero: elementos teóricos, normativos e metodológicos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 574-601, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3n3p574-601>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/119320>. Acesso em: 20 set. 2022.

SIMIONI, Fabiane; DA CRUZ, Rúbia Abs. Da violência doméstica e familiar – artigo 5º. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Org). **Lei Maria da Penha Comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil:** Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. v. 1. 55. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil:** Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum. v. 1. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

As APAEs e o papel do Terceiro Setor como efetivação de políticas sociais para crianças com autismo

The APAEs and the role of the Third Sector as the implementation of social policies for children with autism

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

VIEIRA, Fabrício Barcelos
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Pós-graduado em Direito Previdenciário pela UNISAL. Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil pela UNIFRAN. MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Advogado.
fabricao.vieira@outlook.com

BORGES, Donaldo de Assis
Doutor em História pela UNESP. Mestre em Direito pela UNIFRAN. Professor do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Advogado.
donaldo.borges@gmail.com

GERRA, José Alfredo de Pádua.
Doutor em Serviço Social pela UNESP, Mestre em Administração pelo Uni-FACEF com Graduação em Economia
josealfredopaduaguerra@gmail.com

Resumo

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) realiza um importante papel na sociedade brasileira. Como entidade representante do Terceiro Setor atua na proteção de pessoas com deficiência intelectual e múltipla. O texto busca apresentar a APAE como executante de políticas sociais voltadas para crianças com autismo em todo país. O objetivo geral, nesse sentido, é apresentar alguns exemplos de políticas sociais voltadas para criança com TEA e sua família realizadas pela APAE. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico baseado exclusivamente em dados secundários. Em conclusão, observa-se que, em que pese a ausência estatal, a APAE cumpre com seu papel social.

Palavras-chave: criança, autismo, APAE, terceiro setor, direito social.

Abstract

The Association of Parents and Friends of the Exceptional (APAE) plays an important role in Brazilian society. As an entity representing the Third Sector, it works to protect people with intellectual and multiple disabilities. The text seeks to present APAE as an executor of social policies aimed at children with autism throughout the country. The general objective, in this sense, is to present some examples of social policies aimed at children with ASD and their families. Therefore, a bibliographic survey was carried out based exclusively on secondary data. In conclusion, it is observed that, despite the absence of the State, APAE fulfills its social role.

Keywords: child, autism, APAE, third sector, social right.

1 INTRODUÇÃO

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) surge no Brasil em meados da década de 1950 com o intuito de ajudar pessoas com deficiência intelectual na melhoria das condições de vida e apoio às famílias.

Em seu “site” na “internet” a APAE se autodenomina “por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla”. E mais, segundo mesma página eletrônica, atualmente existem algo em torno de 2.200 (dois mil e duzentos) municípios em todo o território nacional atendidos por alguma unidade da APAE (APAE BRASIL, 2022).

Como instituição representante do Terceiro Setor, a APAE atua e presta serviços em nome do Estado, preenchendo uma lacuna cada vez maior entre as demandas da sociedade e o que é oferecido por órgãos estatais.

Tendo por base essa premissa, o presente estudo busca apresentar a APAE como instrumento de efetivação de políticas sociais para crianças com autismo.

2 DO TERCEIRO SETOR

É fato que o Brasil foi construído a partir da presença do Estado. Contudo, verificou-se que a atuação estatal em todas as esferas não se mostrou suficiente e competente para atender as demandas da sociedade. Neste momento surge então a concepção de entidades e organismos do chamado Terceiro Setor (concepção oriunda e emprestada da economia).

Antes, porém, importante destacar a presença do setor chamado público estatal, também denominado de primeiro setor. Este se caracteriza por exercer funções públicas.

De outro lado, tem-se também o segundo setor. Aqui encontram-se organizações com finalidades privadas.

Já as organizações do Terceiro Setor são instituições sem fins lucrativos. Caracterizam-se por exercer funções públicas e podem ser financiados por receitas estatais ou privadas.

AMARAL e COSAC (2009) apontam que as entidades do Terceiro Setor abrigam “diferentes origens organizacionais: das organizações voluntárias aos movimentos sociais, das causas ativistas às ações oriundas do mercado”.

E mais, ONGs, organizações não lucrativas, organizações de caridade, organizações voluntárias, organizações da sociedade civil são manifestações e termos utilizados para o Terceiro Setor.

É neste contexto, então, que aparece a atuação das APAEs. Ou seja, como entidade do Terceiro Setor, constituindo-se em uma instituição de caráter privado que exerce funções com finalidades públicas e tem, entre outras fontes de recursos, o financiamento estatal.

Conforme acima mencionado, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais atuam em lacunas deixadas pelo Estado em face a demandas sociais. No caso deste artigo, demonstra-se que a ausência governamental nos cuidados de crianças com autismo resultou na atuação da APAE, como representante do Terceiro Setor.

Antes de se adentrar na justificativa da ausência estatal e a necessidade de atuação da APAE, importante trazermos as concepções do que é o autismo.

3 DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Destaca-se que não há no Brasil dados estatísticos oficiais sobre o autismo no país. Em virtude da Lei nº. 13.861 de 18 de julho de 2019 (BRASIL, 2019) tais números passarão a fazer parte do censo e o IBGE passará a computar tais informações (MESSIAS, CAMILO, 2020). Há expectativa que o próximo censo seja realizado ainda neste ano de 2022.

Segundo Santos e Niesley (2020, p. 45): “O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado como transtorno do neurodesenvolvimento de início precoce na infância; de curso crônico; causas multifatoriais e com etiologia, até o presente momento, inconcludente”.

A Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2012), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, também denominada de “Lei Berenice Piana”, considera a pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada nas seguintes formas:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

Para SOUZA e ANACHE (2020), o Transtorno do Espectro Autista – TEA "impacta a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento do indivíduo, os quais podem causar prejuízos no desenvolvimento social e intelectual destas pessoas".

A mencionada Lei 12.764/2012 (BRASIL, 2012), em seu art. 1º, § 2º, considera, para todos os efeitos legais, a pessoa com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência.

Com base nesta premissa, segundo o qual a pessoa com TEA é considerada pessoa com deficiência (PCD) para todos os efeitos legais, apresenta-se, nas linhas abaixo, a atuação das APAEs como entidade do Terceiro Setor que atua na integração das crianças com autismo na sociedade e como executante de políticas sociais para essa população.

Aliás, a APAE representa para muitas pessoas a única possibilidade de inclusão da criança com autismo na sociedade e a garantia dos seus direitos (LIMA, SANTOS, 2014).

Com efeito, "(...) refletir sobre a questão dos direitos das pessoas com deficiência, em especial do indivíduo com (TEA) significa hoje discutir cidadania e democracia, igualdade social e respeito às diferenças" (SOUZA e ANACHE, 2020).

4 DA AUSÊNCIA DO ESTADO E A ATUAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

Quando o Poder Público entende que há outros setores que podem exercer funções de caráter estatal com mais eficiência ele delega a prestação dos serviços (por intermédio de financiamento de recursos) e cumpre apenas o papel de regulador.

Na questão ligada às crianças com autismo, observa-se que um diagnóstico precoce e a intervenção de profissionais especializados em psicologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional (multidisciplinar) pode gerar resultados mais satisfatórios para uma melhor qualidade de vida à criança.

Aliás, de acordo com a já apontada Lei nº 12.764/2012: "é assegurado aos indivíduos atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social" (VERAS e CASTRO, 2021)

O que se observa é que uma intervenção nos moldes acima estabelecidos, infelizmente, não é oferecida pela rede pública de saúde (SUS) de forma adequada.

Rios e Camargo Júnior (2019) apontam que há a ausência de uma rede ampla de atendimentos especializados para crianças com autismo. Não há qualquer preparo para recebimento das crianças com TEA no sistema público, e há grande dificuldade de acesso a tratamentos especializados na rede pública de saúde, que oferece poucos serviços.

É neste momento que surge a atuação das APAEs. Para suprir essa lacuna estatal, essa entidade atua em prol das crianças com autismo seja no tratamento clínico precoce e especializado possibilitando a atenção integral de pessoas com autismo, assim como para promoção de políticas sociais para os atendidos e para suas famílias.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS

Embora não haja unanimidade entre os autores especializados, importante se trazer o conceito do que seja política pública.

Para Secchi (2017) "uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público". Logo, "a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante".

Di Giovani (2008) aponta que as políticas públicas "são intervenções planejadas do poder público com a finalidade de resolver situações problemáticas, que sejam socialmente relevantes".

Secchi (2017) afirma ainda que política pública é um conceito abstrato que se materializa com instrumentos concretos, como por exemplo, leis, programas, campanhas, obras, prestação de serviços, subsídios, impostos e taxas, decisões judiciais, dentre muitos outros.

Indivíduos, grupos e organizações são relevantes no processo de política pública, seja na formulação ou na sua aplicação. Por essa razão, ou seja, por exercerem um papel daqueles que “têm capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública”, são então denominados pelo termo “atores” (SECCHI, 2017).

Aqui, mais uma vez se reforça a participação da APAE como um ator na aplicação de políticas públicas para crianças com autismo. Por outro lado, aprofundando-se na questão, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) atua na execução de um termo mais específico, chamado de políticas sociais.

Destaca-se que as políticas públicas que tratam de direitos sociais são conhecidas como políticas sociais.

As políticas sociais podem ser conceituadas como “o conjunto das políticas públicas, voltadas para o campo da proteção social”. Ou seja, busca-se através desse mecanismo amparar os cidadãos através de um complexo sistema de proteção social (saúde, educação, assistência social, previdência social, entre outros). O que diferencia as políticas sociais das demais expressões de políticas públicas é que aquelas se definem por seu objetivo, e não por seu campo de decisões (DI GIOVANI, 2008).

Ao promover a integração social de pessoas com deficiência e, no caso em concreto, de crianças com autismo, a APAE, reconhecidamente, atua como instrumento de efetivação de políticas sociais.

“Entende-se, portanto, que os direitos sociais são prestações positivas do Estado, em favor dos menos favorecidos, que visam trazer igualdade entre as pessoas. Possuem conteúdo econômico, social e cultural e têm como objetivo melhorar as condições de vida para todos” (VIEIRA, AMARAL, AMARAL, 2020, p. 11).

No que diz respeito ao acompanhamento de crianças com autismo, entre os diversos exemplos de participação efetiva da APAE, podemos citar a execução de programas de inclusão escolar e o tratamento clínico interventivo e precoce (através de psicólogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos).

Experiências demonstram, como ocorreu no município de Atibaia SP, que a atuação a APAE, a partir do ano de 2011, aumentou significativamente a inclusão de crianças com autismo na rede escolar. Antes disso, o relato é que havia um baixo atendimento escolar de crianças com TEA (LIMA e LAPLANE, 2016):

A Escola de Educação Especial Raio de Luz - APAE oferece atendimento educacional para alunos encaminhados por outros setores como: Secretaria de Saúde, CADE, Conselho Tutelar, Secretarias de Educação e demanda espontânea. A APAE agenda a triagem e a avaliação é realizada por uma equipe multidisciplinar (fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psiquiatra e psicólogo). O trabalho educacional com esses alunos na E.E.E. Raio de Luz - APAE é focado no currículo funcional que visa ensinar habilidades que tenham função para a vida e que possam ser úteis para o aluno tornando-o cada vez mais produtivo e independente de acordo com as suas necessidades e potencialidades. O trabalho com alunos com autismo nessa escola utiliza métodos de comunicação alternativa. Existem oito salas na escola para alunos com autismo, sendo que em cada sala há um grupo de quatro alunos com idade aproximada entre si que são acompanhados por pedagoga com especialização em Educação Especial (...).

Ressalta-se que “(...) as crianças portadoras do Transtorno do Espectro Autista, possuem plenos direitos à educação. Em confirmação a isso, a Constituição Federal de 1988, no Art. 205, prevê que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família” para o alcance do “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (SANTOS, NIESLEY, 2020, p.48)

Deve-se também dar destaque ao apoio social prestado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais às famílias de crianças com TEA, uma vez que o Transtorno traz mudanças na vida, fazendo assim com que as famílias tenham uma dedicação exclusiva aos filhos, abandonando alguns sonhos e expectativas (MONHOL, JASTROW, SOARES, et al, 2021).

E mais, as APAEs atuam com “prevenção, diagnóstico, reabilitação, aprendizagem e inclusão no mercado de trabalho, visando à inclusão social” (MONHOL, JASTROW, SOARES, et al, 2021).

Com efeito, a incorporação da APAE na rede de atendimentos, “a fim de favorecer a comunicação entre os diferentes serviços e o acesso aos serviços de atendimento, mostra-se uma estratégia acessível e prática” (ROSSI, LOVISI, ABELHA, et al, 2018).

Não há dúvidas da enorme contribuição que a APAE vem trazendo à sociedade brasileira, assim como para as famílias de crianças com autismo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, o presente artigo trouxe, em linhas gerais, o papel da APAE, como integrante do terceiro setor, na atuação e execução de políticas sociais em prol de crianças com autismo, assim como para suas famílias.

O trabalho trouxe a concepção do que se constitui uma organização do Terceiro Setor e sua atuação em funções públicas, em situações em que o Estado não cumpre com eficiência suas competências.

Conceituou-se, conforme disposições legislativas, o que é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), de acordo com a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei Berenice Piana).

Apontou-se, também, que a Lei do TEA deixou claro que a pessoa com autismo é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos.

O texto também demonstrou que uma intervenção multidisciplinar, com profissionais especializados, e de forma precoce não é oferecida pela rede pública de saúde (SUS) de forma adequada às crianças com autismo. E, é neste momento, suprimindo uma lacuna estatal, que surge a atuação da APAE.

Apresentou-se o que são políticas públicas e políticas sociais e indicou-se alguns exemplos de atuação das APAES como ator social. Experiências exitosas de integração educacional e trabalho com as famílias das crianças com TEA estiveram presente no texto.

Em conclusão, buscou-se demonstrar a fundamental importância das APAEs como instrumento de aplicação de políticas públicas sociais para apoio às crianças com autismo e suas famílias.

REFERÊNCIAS

APAE BRASIL. Disponível em <<https://www.apaebrasil.org.br/conteudo/quem-somos>>. Acesso em 27 jun. 2022.

AMARAL, Roberto Galassi; COSAC, Cláudia Maria Daher. O terceiro setor e desenvolvimento sustentável. Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p. 81-106, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 2012. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº. 13.861 de 18 de julho de 2019. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13861.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.861%2C%20DE%2018,espectro%20autista%20nos%20censos%20demogr%C3%A1ficos.>>. Acesso em 28 jun. 2022.

DI GIOVANI, Geraldo. Políticas públicas e política social. Blog do Gera Di Diovani, 22 ago. 2008. Disponível em: < geradigiovanni.blogspot.com/2008/08/politicas-pblicas-e-politica-social.html >. Acesso em: 27 jun. 2022.

LIMA, Stéfany Melo; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. Escolarização de alunos com autismo. Revista Brasileira de Educação Especial, 22(2), 269-284, 2016.

LIMA, Beatriz Santos; SANTOS, Lucas Cesar Pantoja dos. Análise da APAE como organização do terceiro setor e sua efetividade na inclusão de jovens e adultos no mercado de trabalho. Revista brasileira de administração científica. Aquidabã, v. 6, n. 1. Jun 2014.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CAMILO, Christiane de Holanda Camilo; MESSIAS, Gabriel Soares. Considerações sobre o autismo e o direito ao trabalho: sociabilidade e identidade sob a ótica dos direitos humanos. *Revista Reflexão e Crítica do Direito*, v. 8, n. 2, p. 34-55, jul./dez. 2020.

MONHOL, Patrícia Poletto; JASTROW, Juliana Maria Bello; Yasmin Neves SOARES, et al. Filhos com transtorno do espectro autista: percepção e vivência das famílias. *J Hum Growth. Dev.* 2021; 31(2):224-235. DOI: 10.36311/jhgd.v31.12224

RIOS, Clarice; CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel. Especialismo, especificidade e identidade – as controvérsias em torno do autismo no SUS. *Ciência e Saúde Coletiva*, (2019), 1111-1120, 24(3).

ROSSI, Livia Peluso; LOVISI, Giovanni Marcos; ABELHA, Lúcia; et al. Caminhos virtuais e autismo: acesso aos serviços de saúde na perspectiva da análise das redes sociais. *Ciência e saúde coletiva*, 23 (10); 3319-3326, 2018.

SANTOS, Ysllariane; NIESLLEY, Bezerra et al. Autismo e educação inclusiva: (in) existência na efetivação do Estado na inclusão de crianças com transtorno do espectro autista. *Ciências Humanas e Sociais | Alagoas | v. 6 | n.2 | p. 43-54 | Outubro 2020*.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. Ed. – São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

SOUZA, André Luiz Alvarenga de; ANACHE, Alexandra Ayach. A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM O TRANSTORNADO ESPECTRO AUTISTA: AVANÇOS E DESAFIOS. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, vol.24, núm. 2, Esp., 2020, setembro, pp. 1035-1053. Disponível em < <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=637766276007>>. Acesso em 23 fev. 2022.

VERAS, Paulo e CASTRO, Raimundo. (2021). Acesso de pessoas com autismo no mercado de trabalho / *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.10, p. 95945-95965 oct. 2021. DOI:10.34117/bjdv7n10-084.

VIEIRA, Fabiano de Mello. AMARAL, Maurício Koubay do. AMARAL, Tabata Brandt do. Direitos sociais das pessoas com transtorno do espectro autista. In: *Revista Eletrônica do Curso de Direito do Centro Universitário UniOpet*. Curitiba-PR. Ano XIII, n. 22, jan/jun 2020. ISSN 2175-7119.

**ASSIMETRIA DA FORÇA DE PREENSÃO MANUAL E BAIXA VELOCIDADE USUAL DE MARCHA
EM SEIS PAÍSES DE BAIXA E MÉDIA RENDA: UMA ANÁLISE TRANSVERSAL COM 13.015
IDOSOS**

**HANDGRIP STRENGTH ASYMMETRY AND LOW USUAL GAIT SPEED IN SIX LOW- AND MIDDLE-
INCOME COUNTRIES: A CROSS-SECTIONAL ANALYSIS WITH 13,015 OLDER PEOPLE**

Área temática: Saúde e Bem-estar.

ABDALLA, Pedro Pugliesi
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Doutor em Ciências e em Atividade Física e Saúde.
pedroabdalla11@gmail.com

BOHN, Lucimere
Universidade Lusófona do Porto, Faculdade de Psicologia, Educação e Desporto, Porto, Portugal.
Doutora em Atividade Física e Saúde.
lucimerebohn@gmail.com

TASINAFO JR, Marcio Fernando
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Mestrando em Ciências.
marciotasinafojr@usp.br

SILVA, Leonardo Santos Lopes
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Graduando em Educação Física e Esporte.
leonardosilva.unip@gmail.com

ALVES, Thiago Cândido
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Doutor em Ciências.
thiago_alves@alumni.usp.br

GOMIDE, Euripedes Barsanulfo Gonçalves
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Doutorando em Ciências.
euripedesgomide@claretiano.edu.br

ROSSINI-VENTURINI, Ana Claudia
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Doutoranda em Ciências.
anacriv@usp.br

MACHADO, Dalmo Roberto Lopes
Grupo de Estudo e Pesquisa em Antropometria, Treinamento e Esporte (GEPEATE), Universidade de
São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.
Doutor em Ciências.
dalmo@usp.br

Resumo

A assimetria da força máxima de preensão manual (FPM) está associada à baixa velocidade de marcha em idosos de países de alta renda. Ambos marcam disfunção muscular, risco de quedas e resultados adversos à saúde. Essa associação não foi confirmada em países de menor renda. Assim, o objetivo foi verificar a associação da assimetria da FPM com a velocidade de marcha em idosos de seis países de baixa e média renda. Dados de 13.015 idosos (≥ 60 anos) do Study on Global AGEing and Adult Health (SAGE) foram utilizados. A diferença entre a FPM da mão direita e esquerda foi utilizada para categorizar os grupos de assimetria: 0,0-10,0%, 10,1-20,1%, 20,1-30,0% ou $>30,0\%$. A baixa velocidade usual de marcha (m/s) foi caracterizada quando $<0,59$ (homens) e $<0,51$ (mulheres). As associações da assimetria da FPM com a velocidade da marcha foram verificadas com barras de erro agrupadas com intervalo de confiança para a média ($\alpha=5\%$). Os idosos apresentaram idade média de $69,0 \pm 7,0$ anos, de $24,7 \pm 10,9$ kg na FPM e de $0,90 \pm 0,34$ m/s na velocidade usual de marcha. Os grupos de maior assimetria na FPM (20,1-30,0% e $>30\%$) apresentaram piores valores de velocidade usual de marcha ($0,90 \pm 0,32$ e $0,87 \pm 0,37$ m/s, respectivamente) em comparação com o grupo de menor assimetria (0,0-10,0%; $0,92 \pm 0,32$ m/s). Em conclusão, houve também associação da assimetria da FPM com a baixa velocidade de marcha em países economicamente desfavorecidos. Novos índices para identificar a função muscular prejudicada podem ser estabelecidos com base na assimetria da força de preensão manual.

Palavras-chave: Avaliação geriátrica, Força de preensão, Função física.

Abstract

Handgrip strength (HGS) asymmetry is associated with low gait speed in older adults from high-income countries. Both mark muscle dysfunction, risk of falls, and adverse health outcomes. This association has not been confirmed in lower- and middle-income countries. Thus, the objective was to verify the association of HGS asymmetry with gait speed in older people from six low- and middle-income countries. Data from 13,015 older adults (≥ 60 years) from the Study on Global AGEing and Adult Health (SAGE) were used. The difference between right and left hand HGS was used to categorize the asymmetry groups: 0.0-10.0%, 10.1-20.1%, 20.1-30.0% or $>30.0\%$. The usual low gait speed (m/s) was characterized when <0.59 (men) and <0.51 (women). The associations of HGS asymmetry with gait speed were verified with error bars grouped with confidence intervals for the mean ($\alpha=5\%$). Participants had a mean age of 69.0 ± 7.0 years, 24.7 ± 10.9 kg in HGS and 0.90 ± 0.34 m/s in the usual gait speed. The groups with greater asymmetry in HGS (20.1-30.0% and $>30\%$) had worse usual gait speed (0.90 ± 0.32 and 0.87 ± 0.37 m/s, respectively) compared to the group with less asymmetry (0.0-10.0%; 0.92 ± 0.32 m/s). In conclusion, there was also an association of HGS asymmetry with low gait speed in economically disadvantaged countries. New indices to identify impaired muscle function can be established based on handgrip strength asymmetry.

Keywords: Geriatric assessment, Handgrip, Physical function.

1 INTRODUÇÃO e 2 REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com as Nações Unidas, o mundo está enfrentando uma revolução da longevidade, com a população envelhecendo mais rápido do que nunca (UNITED NATIONS, 2019). Em 2050, aproximadamente 22% da população mundial terá 60 anos ou mais e quase 80% dos idosos viverão em países de baixa e média renda (RUDNICKA et al., 2020; WHO, 2021). Como consequência, espera-se um aumento significativo na ocorrência de muitas síndromes geriátricas (SANFORD et al., 2020). Nesse sentido, implementar estratégias para retardar o aparecimento das síndromes acima mencionadas a partir da identificação precoce de quaisquer potenciais fatores de risco deve ser uma prioridade dos sistemas de saúde.

A redução da aptidão física, principalmente a redução da aptidão muscular, é fator de risco para síndromes geriátricas (SANFORD et al., 2020). A força muscular e a massa muscular diminuem à medida que as pessoas envelhecem, com um declínio subsequente na força de preensão manual (FPM) (TAEKEMA et al., 2010; XU et al., 2021).

A assimetria da FPM é descrita como a discrepância na FPM entre as mãos direita e esquerda, e está se tornando um marcador evidente de disfunção muscular, bem como um potencial marcador de risco aumentado de desfechos adversos à saúde (MCGRATH, RYAN et al., 2022). Em particular, a discrepância da FPM entre as mãos pode representar função motora assimétrica, o que leva ao desequilíbrio físico e limitações funcionais, resultando em quedas (MCGRATH, R. et al., 2020). Além disso, a assimetria na FPM está associada a limitações de mobilidade (MCGRATH, RYAN et al., 2022), incapacidade funcional, deterioração do sistema neuromuscular (MCGRATH, R. et al., 2021), e mortalidade precoce por todas as causas (YATES et al., 2017).

Recentemente, a assimetria da FPM foi associada à baixa velocidade da marcha em idosos que vivem em países de alta renda (MCGRATH, RYAN et al., 2022). A redução da velocidade da marcha ligada à senescência significa a falta de eficácia para realizar tarefas relacionadas à mobilidade (LANDI et al., 2010) e está associado ao risco de mortalidade (YATES et al., 2017) e declínio cognitivo em 5 anos (INZITARI et al., 2007).

Como retratado anteriormente, a associação entre assimetria da FPM e velocidade da marcha foi demonstrada para amostras geriátricas provenientes de países de alta renda, porém ainda não foi estudada em países de baixa e média renda. Para tanto, o presente estudo teve como objetivo examinar a associação entre assimetria da FPM e lentidão em uma grande amostra de idosos de países de baixa e média renda.

Com base em estudos anteriores, levantamos a hipótese de que a assimetria da FPM estaria associada à velocidade da marcha, ou seja, quanto maior a assimetria observada, mais lentos seriam os indivíduos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Banco de dados utilizado

Dados do *Study on Global Aging and Adult Health* (SAGE) foram utilizados (WHO, 2010). O SAGE foi realizado com participantes (n=47.443) maiores de 18 anos em domicílios da África do Sul, China, Gana, Índia, México e Rússia entre 2007 e 2010, com uma taxa de resposta >55% em participantes com 60 anos ou mais (WHO, 2010). O protocolo de pesquisa e a aprovação ética foram publicados previamente (KOWAL et al., 2012).

Amostra

Neste estudo, a análise dos dados foi restrita aos idosos com 60 anos ou mais (n=24.212). Os critérios de exclusão (n=9.262) envolveram limitações cognitivas (julgadas pelo entrevistador), incapacidade de manter a posição ortostática, uso de cadeira de rodas, paralisia, amputação de membro, qualquer dor ou cirurgia recente (nos últimos três meses) e artrite em mãos ou pulsos. Dados de participantes com valores implausíveis para o Questionário de Atividade Física Global (GPAQ) também foram excluídos (n=86).

Velocidade usual de marcha

A velocidade da marcha foi avaliada por meio de uma caminhada cronometrada de 4 m concluída no local da entrevista. Os participantes foram solicitados a caminhar em um ritmo habitual ("como se você estivesse andando na rua para ir à loja") e foram autorizados a usar quaisquer auxiliares de mobilidade que normalmente usavam durante a caminhada (i.e.: andador ou bengala). Os entrevistadores registraram o tempo para completar o percurso de 4 m e a velocidade foi calculada (m/s). Os limiares para baixa velocidade foram considerados como 0,59 m/s para homens e 0,51 m/s para mulheres com base no quintil mais baixo de velocidade de caminhada padronizado para a estatura medida (CAPISTRANT; GLYMOUR; BERKMAN, 2014).

Antropometria

Estatura (m) e massa corporal (kg) foram medidos usando um estadiômetro e uma balança, respectivamente (RAMLAGAN; PELTZER; PHASWANA-MAFUYA, 2014).

Força máxima de preensão manual (FPM)

A força máxima de preensão manual (FPM) foi medida duas vezes em ambas as mãos usando um dinamômetro de preensão manual Smedley (Scandidact Aps, Dinamarca), seguindo o protocolo publicado anteriormente (RAMLAGAN; PELTZER; PHASWANA-MAFUYA, 2014). A lateralidade foi confirmada com a pergunta "qual mão você considera sua mão dominante?". As

respostas obtidas foram: “1: esquerda; 2: direita; 3: uso as duas de forma igual”. O maior valor entre as duas tentativas da mão dominante foi considerado na análise. Nos participantes ambidestros, foi adotada a maior das quatro medidas (RAMLAGAN; PELTZER; PHASWANA-MAFUYA, 2014).

Assimetria da FPM

Os maiores valores de FPM registrados de cada mão foram usados para calcular a assimetria de FPM (MCGRATH, RYAN et al., 2022). Uma razão de assimetria foi usada para calcular a gravidade da assimetria entre as medidas de FPM de maior desempenho, independentemente da mão (MCGRATH, RYAN et al., 2022):

$$\text{Assimetria da FPM} = \frac{\text{Maior FPM (kg)}}{\text{Maior FPM medida na outra mão (kg)}}$$

Todas as razões de assimetria foram, portanto, $\geq 1,0$. Dado que pode existir variabilidade na força entre as mãos, os participantes foram categorizados em grupos com base na gravidade de sua assimetria de FPM (MCGRATH, RYAN et al., 2022): 1) 0,0%-10,0% (ou seja, razão de assimetria HGS 1,000-1,100), 2) 10,1%-20,0% (ou seja, razão de assimetria HGS 1,101–1,200), 3) 20,1%-30,0% (ou seja, razão de assimetria HGS 1,201 -1,300), e 4) >30,0% (ou seja, razão de assimetria HGS > 1,300) (MCGRATH, RYAN et al., 2021).

Covariáveis

Os participantes relataram sua idade em anos e sexo.

A baixa FPM (fraqueza muscular) foi classificada com pontos de corte específicos propostos para países de baixa e média renda para FPM ajustada alometricamente ($\text{FPM}/\text{massa corporal}^{0,40}$), de acordo com o país e sexo (ABDALLA et al., 2022).

O índice de massa corporal (IMC) foi calculado como peso em quilogramas dividido pela estatura em metros quadrados e pessoas com $\text{IMC} > 30 \text{ kg/m}^2$ foram classificadas como obesas.

A saúde auto-percebida foi classificada como “muito boa”, “boa”, “moderada”, “ruim” ou “muito ruim”.

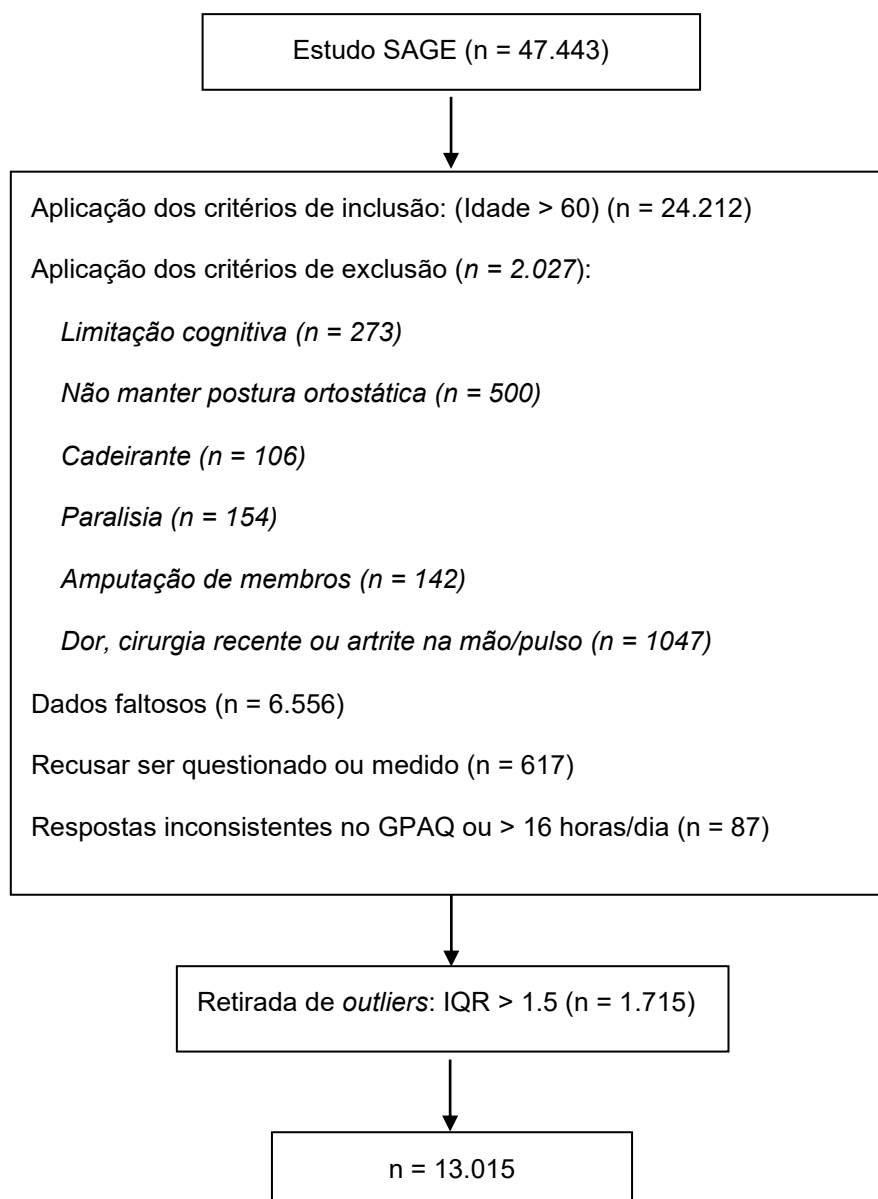
O nível de atividade física foi estimado pelo GPAQ (ARMSTRONG; BULL, 2006). Os participantes foram classificados como ativos ou inativos de acordo com o guia de análise do GPAQ da OMS e os valores implausíveis foram verificados no mesmo guia (WORLD HEALTH ORGANIZATION). A atividade física moderada a vigorosa (AFMV) em min/dia foi registrada.

Análise estatística

Estatísticas descritivas para variáveis quantitativas (média $\pm$ desvio padrão) e categóricas (frequência absoluta e relativa) foram calculadas por grupos de assimetria da FPM. Participantes com valores discrepantes (*outliers*) de força de preensão, massa corporal e de estatura (fora do intervalo interquartil - IQR de 1,5 de acordo com sexo e país) foram excluídos ($n = 1.715$) (WANG et al., 2018). Um gráfico de barras de erro agrupadas com intervalo de confiança (IC) para a média exibiu a relação entre a assimetria da FPM e a velocidade usual de marcha. Um nível alfa de 5% foi usado para todas as análises.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo aplicação dos critérios de inclusão/exclusão além da retirada dos *outliers* é mostrado na Figura 1. Foram incluídos dados de 13.015 participantes (com idade entre 60 e 113 anos).



Note. GPAQ: Global Physical Activity Questionnaire; IQR: amplitude interquartile

Figura 1. Fluxograma do estudo.

As características descritivas dos 13.015 idosos de países de baixa e média renda incluídos em nosso estudo são apresentadas na Tabela 1. No geral, os participantes tinham $69,0 \pm 7,0$ anos e eram predominantemente mulheres (n = 6.835 [52,5%]). Pessoas com assimetria FPM >30,0% apresentaram uma frequência maior de saúde auto-percebida ruim ou muito ruim (21,4%) e menor média de AFMV (120,8 min/dia) em comparação com indivíduos com assimetria de 0,0%-10,0% (20,3%, 138,6 min/dia, respectivamente). Quanto maior a assimetria, mais velhos eram os participantes, houve maior presença de fraqueza muscular, IMC maior, maior frequência de obesidade e da baixa velocidade usual de marcha.

A Figura 2 mostra barras de erros agrupadas (por sexo) com intervalo de confiança (IC) para a média da velocidade da marcha segundo os grupos de assimetria da FPM. A maior assimetria na

FPM foi associada com uma menor velocidade da marcha, com exceção dos homens no grupo de assimetria da FPM de 20,1-30%.

Tabela 1. Estatística descritiva dos participantes.

	Total (n=13.015)	Assimetria da FPM			
		0-10,0% (n=5.890)	10,1-20,0% (n=3.453)	20,1-30,0% (n=1.530)	>30,0% (n=2.142)
Idade (anos)	69,0 ± 7,0	68,7 ± 6,9	68,9 ± 6,9	68,9 ± 6,9	69,9 ± 7,3
Maior FPM (kg)	24,7 ± 10,9	27 ± 10,6	24,9 ± 10,4	23,6 ± 9,9	18,5 ± 11,0
Fraqueza muscular (n (%))	2572 (19,8)	713 (12,1)	567 (16,4)	329 (21,5)	963 (45,0)
Mulheres (n (%))	6835 (52,5)	2902 (49,3)	1864 (54,0)	790 (51,6)	1279 (59,7)
IMC (kg/m ²)	23,7 ± 5,1	23,6 ± 4,8	23,7 ± 5,4	23,8 ± 5,4	23,9 ± 5,2
Obesidade (n (%))	1367 (10,5)	546 (9,3)	389 (11,3)	183 (12,0)	249 (11,6)
Saúde auto-percebida ruim ou muito ruim (n (%))	2652 (20,4)	1193 (20,3)	674 (19,5)	326 (21,3)	459 (21,4)
AFMV (min/dia)	133,3 ± 160,9	138,6 ± 163,6	132,3 ± 156,6	132,5 ± 163,0	120,8 ± 158,0
Velocidade usual de marcha (m/s)	0,90 ± 0,34	0,92 ± 0,32	0,89 ± 0,35	0,90 ± 0,32	0,87 ± 0,37
[†] Baixa velocidade usual de marcha (n (%))	1495 (11,5)	587 (10,0)	417 (12,1)	188 (12,3)	303 (14,1)

Nota: Resultados apresentados como Média ± desvio padrão ou frequência (porcentagem). FPM = força de prensão manual, IMC = índice de massa corporal, kg/m² = quilogramas por metros quadrados, min/dia = minutos por dia, AVM = atividade física moderada e vigorosa, m/s = metros por segundo, [†] = <0,59 m/s em homens, e <0,51 m/s em mulheres.

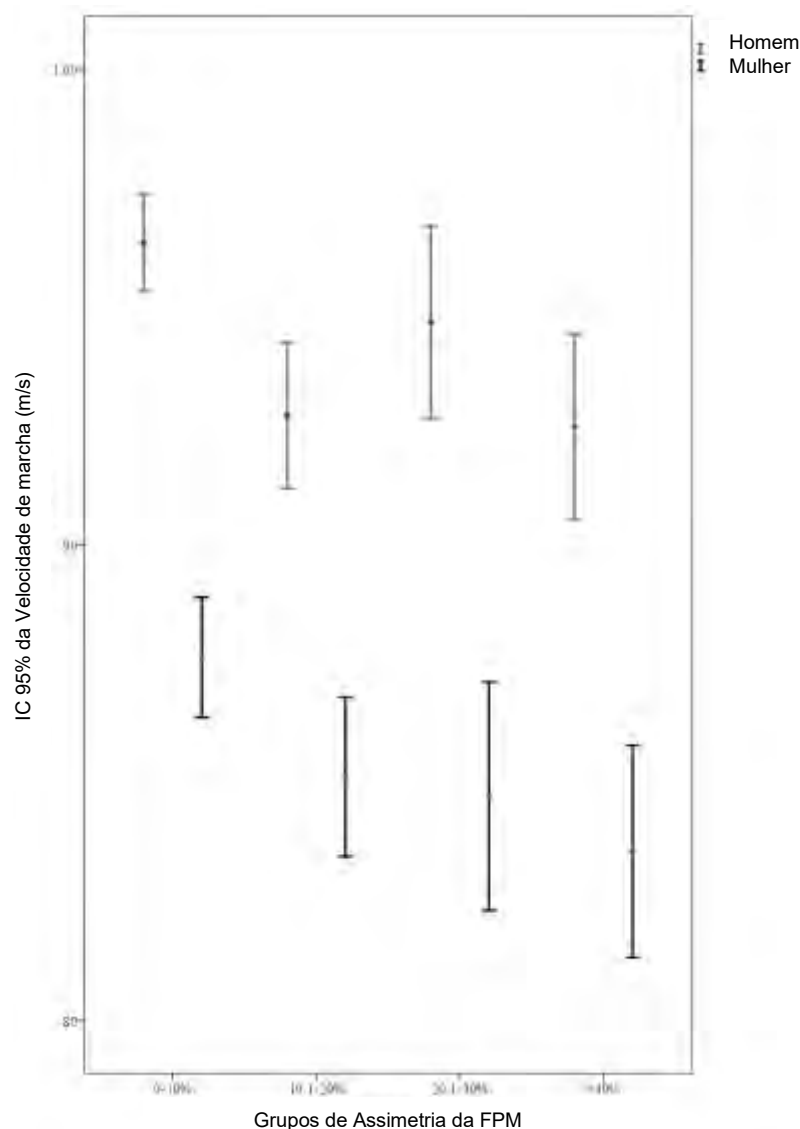


Figura 2. Barras de erro agrupadas com intervalo de confiança (IC) para a média da velocidade da marcha (m/s) de acordo com os grupos de assimetria de força de preensão manual (FPM).

A assimetria da FPM está associada à baixa velocidade de marcha em idosos de países de baixa e média renda. Nossos achados mostraram que a assimetria da FPM está associada à capacidade funcional dos membros inferiores. Assim a assimetria da FPM pode ter valor prognóstico para detectar diminuição da capacidade física em idosos (MAHONEY et al., 2022; MCGRATH, RYAN et al., 2022). Consequentemente, a assimetria da FPM pode ser útil para identificar precocemente a diminuição da velocidade da marcha em idosos de países de baixa e média renda e, assim, ajudar a sinalizar aqueles idosos que devem ser integrados em intervenções para prevenir uma diminuição funcional mais grave e/ou restaurar a condição física/capacidade funcional (MCGRATH, RYAN et al., 2022). Embora a “regra dos 10%” de assimetria tenha apresentado associação com covariáveis importantes de saúde, o desenvolvimento de pontos de corte da assimetria de FPM pode ser mais adequado futuramente para detectar morbidades em idosos (KLAWITTER et al., 2021).

Até onde sabemos, nossa proposta inovadora pode ser referência de futuros estudos que pretendam propor uma ferramenta simples e precisa para o acompanhamento da velocidade da marcha de idosos. Ainda não houve propostas de pontos de corte para identificar lentidão a partir da assimetria de FPM (COLLINS et al., 2020). Nesse sentido, nossa proposta inovadora pode ser uma ferramenta simples e precisa para construção de pontos de corte para acompanhamento da velocidade da marcha de idosos. Como a assimetria da FPM está associada à incapacidade funcional, função cognitiva inferior, risco de distúrbios neurodegenerativos, quedas (GO; LEE; LEE, 2021), depressão (HURH et al., 2021), e redução na atividade do sistema nervoso central (MCGRATH, RYAN et al., 2022). Futuros pontos de corte específicos para cada sexo podem ser utilizados para monitorar e prevenir esses desfechos ruins em idosos (MCGRATH, R. et al., 2020a; PARKER et al., 2021; CHEN; HO; CHAU, 2022).

Embora a medida usual da velocidade da marcha também seja simples de ser obtida, muitas vezes no ambiente clínico não há espaço para sua obtenção. Além disso, a FPM muitas vezes já está presente nos registros clínicos, permitindo economizar tempo em medições de testes adicionais (por exemplo, velocidade da marcha).

Nosso estudo avança métodos de detecção de mobilidade limitada em países de baixa e média renda. Em estudos futuros, sugerimos verificar se o treinamento para diminuir a assimetria da FPM pode ajudar no aumento da mobilidade.

Algumas limitações deste estudo devem ser reconhecidas. Em primeiro lugar, trata-se de um estudo de desenho transversal que dificulta inferências causais. Em segundo lugar, a covariável atividade física foi medida com um questionário. A atividade física medida dessa forma tende a superestimar a atividade física moderada a vigorosa, e sabe-se que a atividade física, principalmente o exercício, influencia tanto a FPM quanto a velocidade da marcha. Nesse sentido, medidas objetivas de atividade física devem ser consideradas em futuras pesquisas sobre o tema. A determinação do estado cognitivo foi baseada no julgamento dos avaliadores, e talvez houvesse alguns idosos com limitações cognitivas que é uma síndrome geriátrica, representando um viés de estudo. Apesar de considerar idosos de países de baixa e média renda e as análises serem realizadas considerando sexo, a etnia e país não foi considerada como covariável. Embora a regra dos 10% tenha sido utilizada como limiar para determinar a assimetria para investigação, a FPM entre as mãos pode variar entre os indivíduos (PETERSEN et al., 1989). Isso é de particular importância porque as populações mais velhas podem ter obrigações de serem destrás em idades mais jovens, o que pode ter comprometido a lateralização.

Este estudo tem pontos fortes. O tamanho da amostra do nosso estudo abrangeu uma grande variedade de idades e características nem sempre contempladas em estudos com idosos, ampliando a generalização de nossos achados. Por exemplo, havia idosos acima de 85 anos ($\approx 3\%$), com idades extremas de até 113 anos, além de grande diversidade de estado nutricional, com casos de classificações extremas de baixo peso (25%) e obesidade (11%). Além disso, este estudo inclui um grande tamanho de amostra da população nacionalmente representativa, o que dá à análise estatística poder suficiente para tirar conclusões razoáveis. A velocidade da marcha e a FPM foram determinadas diretamente por avaliadores bem treinados que seguiram os procedimentos operacionais padrão, o que pode diminuir o risco de viés na determinação da força e velocidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a triagem sugerida para assimetria da FPM é um procedimento conveniente, simples e não invasivo que pode ser facilmente realizado em ambientes de atenção primária para triagem da baixa velocidade de marcha em idosos. Pontos de corte devem ser propostos para identificar a baixa velocidade de marcha com o índice de assimetria da FPM, incluindo a proposição para países de alta renda.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, P. P.; BOHN, L.; DOS SANTOS, A. P.; TASINAFIO JUNIOR, M. F.; DA SILVA, L. S. L.; MARINI, J. A. G.; VENTURINI, A. C. R.; CARVALHO, A. D. S.; BORGES, G. A.; RAMOS, N. C.; MOTA, J.; MACHADO, D. R. L. Adjusting Grip Strength to Body Size: Analyses From 6 Countries. **Journal of the American Medical Directors Association**, v., n., p. 1-6, 2022.
- ARMSTRONG, T.; BULL, F. Development of the world health organization global physical activity questionnaire (GPAQ). **Journal of Public Health**, v. 14, n. 2, p. 66-70, 2006.
- CAPISTRANT, B. D.; GLYMOUR, M. M.; BERKMAN, L. F. Assessing mobility difficulties for cross-national comparisons: results from the World Health Organization Study on Global AGEing and Adult Health. **J Am Geriatr Soc**, v. 62, n. 2, p. 329-335, 2014.
- INZITARI, M.; NEWMAN, A. B.; YAFFE, K.; BOUDREAU, R.; DE REKENEIRE, N.; SHORR, R.; HARRIS, T. B.; ROSANO, C. Gait Speed Predicts Decline in Attention and Psychomotor Speed in Older Adults: The Health Aging and Body Composition Study. **Neuroepidemiology**, v. 29, n. 3-4, p. 156-162, 2007.
- KOWAL, P.; CHATTERJI, S.; NAIDOO, N.; BIRITWUM, R.; FAN, W.; LOPEZ RIDAURA, R.; MAXIMOVA, T.; AROKIASAMY, P.; PHASWANA-MAFUYA, N.; WILLIAMS, S.; SNODGRASS, J. J.; MINICUCI, N.; D'ESTE, C.; PELTZER, K.; BOERMA, J. T.; THE, S. C. Data Resource Profile: The World Health Organization Study on global AGEing and adult health (SAGE). **International Journal of Epidemiology**, v. 41, n. 6, p. 1639-1649, 2012.
- LANDI, F.; LIPEROTI, R.; RUSSO, A.; CAPOLUONGO, E.; BARILLARO, C.; PAHOR, M.; BERNABEI, R.; ONDER, G. Disability, more than multimorbidity, was predictive of mortality among older persons aged 80 years and older. **J Clin Epidemiol**, v. 63, n. 7, p. 752-759, 2010.
- MCGRATH, R.; JOHNSON, N.; KLAUITTER, L.; MAHONEY, S.; TRAUTMAN, K.; CARLSON, C.; ROCKSTAD, E.; HACKNEY, K. J. What are the association patterns between handgrip strength and adverse health conditions? A topical review. **SAGE Open Med**, v. 8, n., p. 2050312120910358, 2020.
- MCGRATH, R.; CLARK, B. C.; CESARI, M.; JOHNSON, C.; JURIVICH, D. A. Handgrip strength asymmetry is associated with future falls in older Americans. **Aging clinical and experimental research**, v. 33, n. 9, p. 2461-2469, 2021.
- MCGRATH, R.; VINCENT, B. M.; JURIVICH, D. A.; HACKNEY, K. J.; TOMKINSON, G. R.; DAHL, L. J.; CLARK, B. C. Handgrip Strength Asymmetry and Weakness Together Are Associated With Functional Disability in Aging Americans. **J Gerontol A Biol Sci Med Sci**, v. 76, n. 2, p. 291-296, 2021.
- MCGRATH, R.; LANG, J. J.; ORTEGA, F. B.; CHAPUT, J.-P.; ZHANG, K.; SMITH, J.; VINCENT, B.; PIÑERO, J. C.; GARCIA, M. C.; TOMKINSON, G. R. Handgrip strength asymmetry is associated with slow gait speed and poorer standing balance in older Americans. **Archives of gerontology and geriatrics**, v. 102, n., p. 104716, 2022.
- RAMLAGAN, S.; PELTZER, K.; PHASWANA-MAFUYA, N. Hand grip strength and associated factors in non-institutionalised men and women 50 years and older in South Africa. **BMC Res Notes**, v. 7, n., p. 8, 2014.

RUDNICKA, E.; NAPIERAŁA, P.; PODFIGURNA, A.; MĘCZEKALSKI, B.; SMOLARCZYK, R.; GRYMOWICZ, M. The World Health Organization (WHO) approach to healthy ageing. **Maturitas**, v. 139, n., p. 6-11, 2020.

SANFORD, A. M.; MORLEY, J. E.; BERG-WEGER, M.; LUNDY, J.; LITTLE, M. O.; LEONARD, K.; MALMSTROM, T. K. High prevalence of geriatric syndromes in older adults. **PLoS One**, v. 15, n. 6, p. e0233857, 2020.

TAEKEMA, D. G.; GUSSEKLOO, J.; MAIER, A. B.; WESTENDORP, R. G.; DE CRAEN, A. J. Handgrip strength as a predictor of functional, psychological and social health. A prospective population-based study among the oldest old. **Age Ageing**, v. 39, n. 3, p. 331-337, 2010.

UNITED NATIONS. **World Population Ageing 2019 - Highlights**: secondary title. New York: Department of Economic and Social Affairs - Population Division, 2019. 2022.

WANG, Y. C.; BOHANNON, R. W.; LI, X.; SINDHU, B.; KAPELLUSCH, J. Hand-Grip Strength: Normative Reference Values and Equations for Individuals 18 to 85 Years of Age Residing in the United States. **J Orthop Sports Phys Ther**, v. 48, n. 9, p. 685-693, 2018.

WHO. **WHO Study on Global AGEing and Adult Health (SAGE)**. secondary title, 2010. 2020.

WHO. **Ageing and health**: secondary title. Switzerland: WHO, 2021. 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global Physical Activity Questionnaire (GPAQ) Analysis Guide** secondary title. Geneva, Switzerland World Health Organization. 2022.

XU, Z. Y.; GAO, D. F.; XU, K.; ZHOU, Z. Q.; GUO, Y. K. The Effect of Posture on Maximum Grip Strength Measurements. **J Clin Densitom**, v. 24, n. 4, p. 638-644, 2021.

YATES, T.; ZACCARDI, F.; DHALWANI, N. N.; DAVIES, M. J.; BAKRANIA, K.; CELIS-MORALES, C. A.; GILL, J. M. R.; FRANKS, P. W.; KHUNTI, K. Association of walking pace and handgrip strength with all-cause, cardiovascular, and cancer mortality: a UK Biobank observational study. **European Heart Journal**, v. 38, n. 43, p. 3232-3240, 2017.

**A TESE DE IMPOSSIBILIDADE DE GERAÇÃO DE EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS ÀS FAMÍLIAS
SIMULTÂNEAS – ANÁLISE DOS TEMAS 526 E 529 DO STF**

THE THESIS OF IMPOSSIBILITY OF GENERATION OF SOCIAL SECURITY EFFECTS TO
SIMULTANEOUS FAMILIES - ANALYSIS OF THEMES 526 AND 529 OF THE STF

Área temática: 10 - Redução das Desigualdades.

CANELA, Kelly Cristina
UNESP/FCHS

Doutora em Direito pela USP, mestra pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata.

kelly.canela@unesp.br

PAULA, Ana Cristina Alves de
UNESP/FCHS

Doutoranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de
Franca/SP, sob orientação do Prof. Dr. Daniel Damasio Borges.

ana.c.paula@unesp.br

AMARAL, Júlia Martins
UNESP/FCHS

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de
Franca/SP.

julia.m.amaral@unesp.br

Resumo

O presente trabalho se destina ao estudo das repercussões jurídicas do instituto do concubinato no âmbito do direito previdenciário, abordando sua evolução tanto na sociedade como no ordenamento jurídico brasileiro e a sua aplicação no direito ao benefício previdenciário pensão por morte, destacando o entendimento apresentado nos temas 526 e 529 pelo Supremo Tribunal Federal e a tese da impossibilidade de equiparação do concubinato às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável. A pesquisa partiu do método dedutivo, através de técnica de pesquisa bibliográfica, baseando-se na legislação em vigor, na doutrina e na jurisprudência, utilizando-se de artigos científicos, livros e notícias disponíveis sobre o tema. Instado a decidir a questão, o Supremo Tribunal Federal assentou não ser possível o reconhecimento de direitos previdenciários derivados de relação concubinária. Diante disso, conclui-se que, enquanto houver a distinção entre os institutos, uma vez caracterizado o concubinato, tal como nos casos acima mencionados, impossível o reconhecimento de direitos dele derivados.

Palavras-chave: pensão por morte, concubinato, temas 526 e 529 STF.

Abstract

The present work is intended to study the legal repercussions of the concubinage institute in the scope of social security law, addressing its evolution both in society and in the Brazilian legal system and its application in the right to social security benefit pension for death, highlighting the understanding presented in themes 526 and 529 by the Federal Supreme Court and the thesis of the impossibility of equating concubinage with affective unions resulting from marriage and stable union.. The research started from the deductive method, through bibliographic research technique, based on current legislation, doctrine and jurisprudence, using scientific articles, books and news available on the subject. Urged to decide the issue, the Federal Supreme Court ruled that it was not possible to recognize social security rights derived from a concubinary relationship. In view of this, it is concluded that, as long as there is a distinction between the institutes, once the concubinage is characterized, as in the aforementioned cases, it is impossible to recognize the rights derived from it.

Keywords: pension for death, concubinage, themes 526 and 529 STF.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, nos termos do art. 220, § 3º, inc. II, reconhece a família como um sujeito de direitos autônomo em relação aos seus membros. De acordo com Flávia Biroli (2014, p. 76), “em uma sociedade democrática, a pluralidade das formas de vida ganha espaço nas leis e toma forma também na participação dos indivíduos na construção das políticas que os afetam”.

Carlos Roberto Gonçalves (2021, p. 13) corrobora a importância dos novos preceitos trazidos pela Constituição Federal de 1988 para o direito, enfatizando a pluralidade dos arranjos familiares:

A Constituição Federal de 1988 — absorveu essa transformação e adotou uma nova ordem de valores, privilegiando a dignidade da pessoa humana, realizando verdadeira revolução no Direito de Família [...]. Assim, o art. 226 afirma que “a entidade familiar é plural e não mais singular, tendo várias formas de constituição”.

As transformações sociais e o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico no intuito de acompanhá-las têm dado um novo leque de atuação tanto ao Direito de Família como também ao Direito Previdenciário, sendo este último o enfoque do presente estudo.

É pertinente tecer considerações, ainda que breves, a respeito da Previdência Social para que fique evidenciada ainda mais sua importância para a sociedade. Nas palavras de Frederico Amado (2017, p. 180), pode ser conceituada como:

Um seguro com regime jurídico especial, pois regida por normas de Direito Público, sendo necessariamente contributiva, que disponibiliza benefícios e serviços aos segurados e seus dependentes, que variarão a depender do plano de cobertura.

Por intermédio da Previdência Social, o Estado garante aos indivíduos que exercem atividade laborativa remunerada e seus dependentes a proteção ante os infortúnios, contingências sociais e vicissitudes que de alguma forma repercutam na sua capacidade laborativa e, por via de consequência, a sua própria subsistência e a de sua família, por meio da concessão de benefícios pecuniários. Diversos benefícios estão previstos legalmente para aqueles que preencham os requisitos estabelecidos. E os benefícios que geram direito à percepção pelos dependentes são a pensão por morte e o auxílio-reclusão.

A proteção devida ao núcleo familiar constitui elemento estrutural da sociedade, seja ele formalizado pelo casamento ou consolidado numa união estável. Conforme Eduardo Cambi (2000, p. 114):

Lealdade e respeito mútuo remontam à ideia de fidelidade recíproca. A fidelidade é um requisito fático intrínseco à noção de entidade familiar. Mais que uma exigência da sociedade monogâmica, faz parte da concepção eudemonista que reclama da família moderna a afetividade que se realiza na promoção do desenvolvimento emocional da pessoa humana.

Concubino(a) é aquela pessoa que estabelece uma relação equivalente à de união estável havendo causa legal de impedimento nessa relação, pois um dos membros possui um impedimento anterior (casamento ou união estável), sendo que esse impedimento para o matrimônio se comunica pela posição atual da jurisprudência do Direito de Família para o Direito Previdenciário. Nesse ínterim, concubinato — é a expressão usada para designar uma relação amorosa entre duas pessoas, constituindo famílias sem o selo da oficialidade do casamento, que até algumas décadas atrás tinha o sentido de “ilegitimidade” (PEREIRA, 2018, p. 197).

Por se tratar o concubinato de uma espécie de relacionamento, levanta-se a questão: há possibilidade de os indivíduos, na constância do concubinato, virem a ser titulares de benefícios previdenciários? Presume-se a dependência financeira da(o) concubina(o)?

A pesquisa utiliza, como método de abordagem científica, do método dedutivo, sob uma perspectiva jurídico-dogmática e empírica propiciada por meio da análise minuciosa de legislações, doutrinas e jurisprudências acerca dos recentes entendimentos frente às relações oriundas de famílias paralelas e do benefício previdenciário da pensão por morte. De acordo com Palma, Feferbaum e Pinheiro, “A particularidade das pesquisas jurisprudenciais está no fato de que essa pergunta apenas pode ser respondida por meio da análise de julgados, orientada por uma metodologia de investigação” (PALMA; FEFERBAUM; PINHEIRO, 2019, p. 101).

O exercício metódico da dedução pressupõe a razão como única forma de chegar ao conhecimento verdadeiro, uma vez que é um processo que procura explicar os fatos particulares por referência a princípios ou leis gerais, utilizando-se de uma cadeia de raciocínio descendente ao partir de uma tese para chegar a uma síntese.

No trabalho do jurista, o raciocínio dedutivo ocupa lugar de destaque, consistindo, por exemplo, em invocar a lei, demonstrar os fatos e formular o pedido. A certeza das premissas é transferida para a conclusão, em virtude do emprego correto das regras lógicas. O método dedutivo permite a adoção de uma teoria de base para analisar o fenômeno escolhido à sua luz.

Importa destacar que a presente proposta não se fundamenta em um único paradigma, perpassando as teorias da Hermenêutica Jurídica de Ronald Dworkin, o qual estabeleceu que, diante de um caso específico, deve o operador do direito ponderar o peso de cada princípio envolvido naquela situação.

Com ênfase na investigação exploratória e dogmática, será levantada extensa bibliografia sobre o tema, bem como realizar-se-á pesquisa nas fontes primárias de investigação jurídico-dogmática. A confecção da pesquisa contará com bibliografia especializada, com obras da doutrina nacional e estrangeira, artigos científicos, legislações, bem como a jurisprudência nacional.

Ao longo deste artigo, será analisada a classe I de dependentes dos segurados e o benefício da pensão por morte no RGPS, passando pela investigação da relação entre a família simultânea e o casamento e a união estável, até culminar no exame da tese de impossibilidade de geração de efeitos previdenciários às famílias simultâneas, fixada nos temas 526 e 529 do STF.

Assim, o presente trabalho tem como escopo principal a análise dos supostos reflexos jurídicos do concubinato sobre o benefício previdenciário da pensão por morte, destacando o entendimento apresentado nos temas 526 (RE 883.168-SC) e 529 (RE 1045273-SE) pelo Supremo Tribunal Federal sobre a não possibilidade de rateio da pensão por morte entre viúva e concubina.

Este trabalho busca contribuir com a seara das novas constituições familiares e os impactos previdenciários, pois o Direito Previdenciário depende do Direito das Famílias para servir de efetivo instrumento de proteção social. Portanto, não há como se pensar o Direito Previdenciário sem que os aplicadores deste conheçam o Direito das Famílias.

2 A CLASSE I DE DEPENDENTES DOS SEGURADOS E O BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os beneficiários das prestações previdenciárias são os segurados e os seus dependentes. De efeito, a legislação previdenciária instituiu três classes de dependentes de segurados (art. 16 da Lei nº 8.213/91):

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

II - os pais;

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

Existia uma quarta classe, composta pelo menor de 21 anos de idade designado ou maior de 60 anos ou inválido, que foi revogada pela Lei nº 9032/95.

A *inscrição do dependente* ocorrerá no momento do requerimento da prestação previdenciária, mediante a apresentação dos documentos listados no art. 22 do RPS.

Art. 22. A inscrição do dependente do segurado será promovida quando do requerimento do benefício a que tiver direito, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - para os dependentes preferenciais:

a) cônjuge e filhos - certidões de casamento e de nascimento;

b) companheira ou companheiro - documento de identidade e certidão de casamento com averbação da separação judicial ou divórcio, quando um dos companheiros ou ambos já tiverem sido casados, ou de óbito, se for o caso; e

c) equiparado a filho - certidão judicial de tutela e, em se tratando de enteado, certidão de casamento do segurado e de nascimento do dependente, observado o disposto no § 3º do art. 16;

II - pais - certidão de nascimento do segurado e documentos de identidade dos mesmos; e

III - irmão - certidão de nascimento (BRASIL, 1999).

Para que uma pessoa natural seja dependente no RGPS, é preciso que o falecido ou o preso seja segurado da Previdência Social para instituir a pensão por morte ou o auxílio-reclusão respectivamente, salvo na situação excepcional prevista na Súmula 416 do STJ. Isso porque a relação do dependente do segurado com a Previdência Social é derivada da relação jurídica entre o segurado e o Regime Geral de Previdência Social, não possuindo autonomia, em um primeiro momento.

O dependente, assim considerado na legislação previdenciária, pode valer-se de amplo espectro probatório de sua condição, seja para comprovar a relação de parentesco, seja para, nos casos em que não presumível por lei, demonstrar a dependência. Esta pode ser parcial, devendo, contudo, representar um auxílio substancial, permanente e necessário, cuja falta acarretaria desequilíbrio dos meios de subsistência do dependente.

Os dependentes da classe I gozam de presunção absoluta de dependência econômica, ou seja, mesmo que o segurado instituidor da pensão por morte ou do auxílio-reclusão não proveesse o seu sustento, mesmo assim farão jus a esses benefícios. Deveras, o art. 16, § 4º, da Lei nº 8213/91, fala apenas em presunção, sem especificar a sua natureza. Entretanto, é remansoso o entendimento de que se cuida de presunção absoluta, inclusive no âmbito do INSS.

Ademais, os dependentes da classe I são preferenciais, afastando em caso de concurso os da classe II e III, não havendo posterior transferência de direito para as classes inferiores. Bom, dito isso, resta claro que, caso o segurado venha a falecer, sua esposa / companheira terá o direito de pleitear junto ao INSS o benefício de pensão por morte, eis que preenche todos os requisitos legais para tanto.

Em situações em que há mais de um pensionista, o benefício será rateado entre todos em partes iguais (*per capita*) dentro de uma mesma classe. A EC nº 103/19, além de alterar o valor da cota-parte da pensão, enfatizou que, perdendo o dependente a sua qualidade, a parte não passa para os demais dependentes como era realizado anteriormente.

Além do(a) cônjuge ou companheiro(a) do segurado, o ex-cônjuge e o ex-companheiro(a) também serão considerados como dependentes, desde que haja a percepção de alimentos por ocasião da separação judicial ou do divórcio. Nessa situação, o ex-cônjuge e o atual irão dividir de forma igualitária o valor da pensão por morte. Na hipótese de separação de fato, resta afastada a presunção de dependência econômica, devendo o cônjuge ou companheiro(a) que postular benefício comprová-la, na forma do art. 76, § 1º, da Lei nº 8213/91.

Já o cônjuge que não recebia pensão de alimentos poderá requerer a pensão por morte desde que comprove a necessidade de amparo do falecido, ainda que superveniente ao momento da separação. No mesmo sentido, a Súmula nº 336 do STJ: “A mulher que renunciou aos alimentos na separação judicial tem direito à pensão previdenciária por morte do ex-marido, comprovada a necessidade econômica superveniente”.

O conceito de união estável adotado no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.213/91, é mais restritivo do que a definição do Código Civil, pois “considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal” (BRASIL, 1991). Deveras, para a legislação previdenciária, apenas estaria configurada a união estável na hipótese de as pessoas de sexos diversos não serem casadas, ao passo que o art. 1.723 do Código Civil permite a união estável entre pessoas casadas, desde que separadas de fato.

Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

§ 1º A união estável não se constituirá se ocorrerem os impedimentos do art. 1.521; não se aplicando a incidência do inciso VI no caso de a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente (BRASIL, 2002).

A união estável somente será reconhecida se reunir as seguintes características: a convivência pública, contínua e duradoura de seres humanos, com a intenção de constituir família, desde que não haja impedimentos matrimoniais entre eles, a não ser a hipótese de casamento findo por separação de fato. Outrossim, é mister destacar que a união estável já fora reconhecida entre

pessoas do mesmo sexo, razão pela qual o direito à concessão do benefício previdenciário se estende igualmente às relações homoafetivas.

Na prática, vem se adotando a definição do Código Civil, pois é irrazoável a restrição imposta pela legislação previdenciária, razão pela qual o próprio INSS não mais adota a definição de união estável do art. 16, § 6º, do RPS, pois tacitamente revogada pelo Código Civil de 2002.

A comprovação do(a) cônjuge é possível mediante apresentação da certidão de casamento. Por sua vez, para o(a) companheiro(a), a união estável deverá ser comprovada por uma relação de 02 anos ou mais para que ocorra a comprovação de dependência econômica.

A legislação previdenciária deixou ao arbítrio do julgador a análise de todas as provas legais que pudessem formar a sua convicção sobre a existência da vida em comum entre os companheiros. Ademais, o próprio art. 22, § 3º, do RPS prescreve que para a comprovação do vínculo e da dependência econômica se faz necessária a apresentação de no mínimo três documentos dentre aqueles listados no rol trazido pelo Decreto nº 3048/99. Havendo falta ou insuficiência de documento, ou sendo necessária a produção de prova de fato ou circunstância de interesse dos beneficiários, a legislação previdenciária traz a possibilidade de se requerer a realização de justificação administrativa, ou seja, prova testemunhal, perante a Previdência Social.

O casamento / união estável de aparência, com fins exclusivamente previdenciários, realizado mediante simulação, em que os cônjuges / companheiros não têm a intenção de assumir nenhum dos compromissos inerentes ao matrimônio / união estável e visam burlar a legislação previdenciária e ludibriar os institutos da Previdência, conferindo arditosamente a qualidade de dependente como forma de legitimar a concessão do futuro benefício de pensão por morte, pode ser enquadrado no crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do CP, c/c Súmula 24 do STJ).

No que concerne ao concubinato, assim considerada a relação que se desenvolve paralelamente ao casamento sem a separação dos cônjuges, quer de fato, quer judicialmente, tanto o STF quanto o STJ vem afastando sumariamente a condição de dependente do(a) concubino(a).

STF (RE 590.779, de 10.02.2009)

A titularidade da pensão por morte decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina (BRASIL, 2009a).

STJ (REsp 1.114.490, 5ª Turma, de 19.11.2009)

1. A jurisprudência do STJ prestigia o entendimento de que uma existência de impedimento para o matrimônio, por parte de um dos companheiros pretensos, embaraça uma constituição da união estável, inclusive para fins previdenciários.
2. Afigura-se inviável, desse modo, reconhecer à recorrida o direito à percepção da pensão por morte em concurso com uma viúva, haja vista que o de cujus, à época do óbito, casado com uma permanência recorrente (BRASIL, 2009c).

Assim como outros benefícios, a pensão por morte é um benefício de trato sucessivo, entretanto é destinada única e exclusivamente aos dependentes do segurado.

O risco social caracterizador da pensão por morte é um evento futuro e incerto, denominado morte. Esse evento é incerto, porque, apesar de cientes de que toda a vida humana se finda na morte, não somos capazes de prever o momento exato em que ela irá ocorrer. Sendo a morte um acontecimento imprevisível, a Previdência Social, por seu caráter protetivo instituiu o benefício da pensão por morte.

O referido benefício depende do preenchimento de três requisitos: ocorrência do evento morte; demonstração da qualidade de segurado do falecido à época do óbito e a demonstração da condição de dependente do beneficiário.

3 A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA SIMULTÂNEA E O CASAMENTO E A UNIÃO ESTÁVEL – UMA ANÁLISE CONCEITUAL E DOUTRINÁRIA

Na perspectiva do Direito Constitucional, as famílias e as relações familiares estão estruturadas por cinco princípios constitucionais: a multiplicidade ou pluralidade de entidades familiares; igualdade entre homens e mulheres; igualdade entre os filhos; a facilitação da dissolução do casamento e a responsabilidade parental.

Percebe-se que os princípios, acima elencados, exercem força normativa para estabelecer a segurança jurídica nas relações familiares, por mais que tais dogmas tenham seu conteúdo aberto, de solução casuística e valorativa. Exemplo disso reside na Súmula 301 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que em caso de colisão entre os princípios consagrados às famílias, dever-se-á utilizar um balanceamento entre eles, ou seja, uma espécie de ponderação de interesses, a fim de viabilizar e concretizar estabilidade no âmbito das famílias.

Neste sentido, para que seja possível identificar a relação do casamento e do concubinato com o Direito de Família, sob as ópticas constitucional e civil, faz-se necessário debruçar-se, especialmente, no princípio da multiplicidade ou pluralidade de entidades familiares.

Assim, de acordo com o *caput* do artigo 226 da Constituição Federal (CF/88), pode-se observar que a família é a base da sociedade, que terá proteção especial do Estado brasileiro (TEPEDINO; TEIXEIRA, 2022, p. 45). O dispositivo constitucional tem como objetivo a proteção de toda e qualquer família no âmbito da sociedade brasileira, ou seja, a norma consagra a proteção da pluralidade das entidades familiares, sem que coloque restrições quanto à sua formação.

Ainda, o artigo 226 da CF/88 traz em seus parágrafos referências importantes sobre as famílias formadas não apenas por meio do casamento, mas àquelas decorrentes da união estável e monoparental. Nota-se que o rol do artigo 226 da CF/88 é exemplificativo, afinal há consolidação de entendimentos que a família pode ser formada de outras maneiras, como aquelas consagradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a saber: família natural, ampliada e substitutiva; bem como as famílias anaparental e avoenga.

Logo, o artigo 226 da CF/88 traduz uma norma jurídica que promove a inclusão, ou seja, estabelece a inclusão das famílias, independentemente de como elas se formaram, e promove a proteção estatal. Nesse sentido, afirma-se que a pluralidade das entidades famílias, ou das relações familiares, está garantida constitucionalmente, por meio de um rol não taxativo, como já afirmado.

Partindo dos apontamentos lançados, o casamento até a promulgação da CF/88 era a única forma de uma família ser constituída. Foi a partir do advento da CF/88, baseado no artigo 226, que surgiram as formas plurais de entidades familiares, ou seja, o casamento é apenas uma das maneiras de se constituir uma família.

Como é sabido, sob a perspectiva do Direito Civil, o casamento é uma entidade familiar solene, formal, que tem efeito *erga omnes* diante da confirmação do seu registro. Aduz o artigo 1.511 do Código Civil (CC) que o casamento, negócio jurídico, será estabelecido com a comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres entre cônjuges, partes integrantes deste contrato. Logo, o casamento é a união formal de pessoas, cujo objetivo é a constituição de família.

Insta salientar, conforme previsto no artigo 1.513 do CC, que a ideia da comunhão plena de vida com o objetivo de constituir família, afasta qualquer interferência de terceiros no casamento, afinal, a norma jurídica é clara [...] a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família” (BRASIL, 2002). Nesse sentido, o STJ consolidou o entendimento de que os deveres na órbita do casamento, estendendo-se também à união estável, são *intra* partes, ou seja, não pode ser oponível a terceiros, o qual traz implicações diretas em temáticas como a responsabilidade civil do *amante*, a seguir:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALIMENTOS. IRREPETIBILIDADE. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE FIDELIDADE. OMISSÃO SOBRE A VERDADEIRA PATERNIDADE BIOLÓGICA DE FILHO NASCIDO NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. DOR MORAL CONFIGURADA. REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. [...] **3. O dever de fidelidade recíproca dos cônjuges é atributo básico do casamento e não se estende ao cúmplice de traição a quem não pode ser imputado o fracasso da sociedade.** [...] 7. Recurso especial do autor desprovido; recurso especial da primeira corré parcialmente provido e do segundo corré provido para julgar improcedente o pedido de sua condenação, arcando o autor, neste caso, com as despesas processuais e honorários advocatícios (BRASIL, 2013 - *grifo nosso*).

O casamento proporciona às partes efeitos jurídicos múltiplos (patrimoniais, pessoais e sociais). Assim, os efeitos patrimoniais terão sua repercussão por meio da escolha do regime de bens, conforme aponta o artigo 1.639 do CC. Tal dispositivo é responsável por sedimentar o estatuto patrimonial do casamento, que será regido pelo princípio da liberdade de escolha do regime, da variabilidade e da mutabilidade.

Na sequência, os efeitos pessoais do casamento, em primeiro momento, podem ser vistos no artigo 1.511 do CC, o qual aduz o estabelecimento de uma comunhão plena de vidas; já o artigo 1.569 do CC, aponta a respeito da fixação do domicílio conjugal; o artigo 1.568 do CC trata sobre a contribuição proporcional que deve existir na relação entre os nubentes em razão da manutenção do lar, que independerá da escolha de regime de bens feita por eles.

Por fim, quanto aos efeitos sociais, mostra-se que a constituição de uma entidade familiar é o pressuposto fundamental, vindo de encontro à emancipação do cônjuge; a presunção da paternidade dos filhos que nascem na constância do casamento, de acordo com o artigo 1.597 do CC; a mudança do estado civil e a formação de parentesco por afinidade entre os cônjuges e os seus parentes, conforme previsto no artigo 1.595 do CC.

Outro núcleo familiar é a união estável. Mas, como é sabido, o Código Civil de 1916 não trazia em seus dispositivos o reconhecimento da união estável como uma forma de constituição de família. Isto porque, naquela época, a única forma era o casamento, como já apontado. Nesse sentido, as relações que eram constituídas por pessoas sem que fosse por meio do casamento eram chamadas de concubinato, ou seja, uma sociedade de fato que apenas produzia entre as partes efeitos obrigacionais e não patrimoniais.

Assim, o concubinato que passou a ser uma realidade social, teve seus efeitos reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por meio da publicação de 02 (duas) súmulas, a 380 e a 382. Nesse sentido, a súmula 380 do STF trata a respeito da possibilidade de partilha do patrimônio que foi adquirido pelo esforço comum dos concubinos, como pode ser examinado a seguir: *–Súmula 380 STF: comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum.* Já, a súmula 382 do STF, mostra a preocupação da Corte superior no reconhecimento do concubinato mesmo em casos que os concubinos não morassem no mesmo local, segue: *–Súmula 382 STF: a vida em comum sob o mesmo teto, "more uxório", não é indispensável à caracterização do concubinato.*

Nesta toada, diante do reconhecimento de efeitos jurídicos nas relações de concubinato pelo STF, passou-se a dividi-lo em duas espécies: concubinato puro e o impuro. Assim, o concubinato puro é a união estável, reconhecida como uma entidade familiar, como o casamento, que pode ser constituída por pessoas viúvas, solteiras, separadas de fato e divorciadas. Por outro lado, o concubinato impuro é caracterizado pela união de pessoas casadas ou separadas, que tem impedimentos para contrair matrimônio e que podem apenas ter uma sociedade de fato, como aduz a Súmula 380 do STF.

Foi a partir destes entendimentos pelo STF que a legislação infraconstitucional começou a se preocupar com a segurança jurídica das pessoas que estavam no cerne destas relações, destacam-se a Lei 6.015/1973, que trouxe a possibilidade de acréscimo de sobrenome pela concubina e a antiga Lei Previdenciária de 1976. Como dito anteriormente, apenas com a promulgação da CF/88 que o tratamento do concubinato passou a ser tratado como entidade familiar, ou seja, o concubinato puro passou a ser reconhecido como união estável (forma de constituição de uma entidade familiar como o casamento).

Vale ressaltar que o concubinato impuro, na perspectiva do Direito Civil, não é reconhecido como entidade familiar, como pode ser visto no artigo 1.727 do CC: *–As relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar-se, constituem concubinato*". Nesse sentido, a respeito da temática, TEPEDINO e TEIXEIRA (2022, p. 209) trazem a seguinte reflexão:

O Código Civil institui vedação a qualquer tipo de interferência externa à família, em seu art. 1.513. Essa proibição permite a tutela das mais variadas formas de constituição da família, desprovida de preconceitos de qualquer tipo. Não é dado ao Estado impor a estrutura familiar que julgar acertada, sob pena restringir ilegitimamente a esfera de liberdade dos indivíduos.

O artigo 1.723 do CC conceitua a união estável como *“[...] entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”* Portanto, a união estável ou concubinato puro é aquela constituída por pessoas que não tem qualquer impedimento para se casarem. Logo, havendo qualquer tipo de impedimento, será configurado o concubinato impuro, previsto no artigo 1.727 do CC.

A título de esclarecimento, aduz que a união estável é uma entidade familiar; o concubinato impuro é uma sociedade de fato; a união livre de pessoas é uma relação puramente de vínculo obrigacional, pois não há intenção de constituição de família, como é visto em namoros e noivados.

O CC trata o concubinato com cuidado, diante da sensibilidade e peculiaridade que a temática está envolvida. Desta maneira, pode-se dizer que as relações de concubinato estão à margem no Direito de Família, afinal tal relação é identificada como uma sociedade de fato e não uma entidade familiar, observando-se uma verdadeira resistência no reconhecimento da pluralidade dos vínculos parentais e conjugais, em uma espécie de mitigação do princípio da pluralidade de formas de famílias, apego à tradicionalidade e receio de uma possível ~~destruição~~ da verdadeira família” (PEREIRA, 2004, p. 119).

Isto posto, o CC traz a proibição de doação para o concubino, conforme preceitua o artigo 550 do Código, se caso acontecer, o ato jurídico será anulado. Nesse sentido, [f.].]

” Como pode ser visto, em termos de aplicação do dispositivo, o STJ decidiu:

DIREITO CIVIL. DOAÇÃO. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM NOME DA COMPANHEIRA POR HOMEM CASADO, JÁ SEPARADO DE FATO. DISTINÇÃO ENTRE CONCUBINA E COMPANHEIRA. As doações feitas por homem casado à sua companheira, após a separação de fato da sua esposa, são válidas, porque, nesse momento, o concubinato anterior dá lugar à união estável; a contrário sensu, as doações feitas antes disso são nulas. Recurso Especial de Marília Soares de Oliveira conhecido em parte e, nessa parte, provido; recurso especial de Françoise Pauline Portalier Tersiguel não conhecido. (BRASIL, 2009b).

O artigo 1.801, III do CC menciona que é proibido nomear como herdeiro ou legatário o concubino, veja: *Art. 1.801. Não podem ser nomeados herdeiros nem legatários: [...] III - o concubino do testador casado, salvo se este, sem culpa sua, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos [...]*” (BRASIL, 2002).

Ainda, o CC menciona que é proibido o seguro de vida para a concubina, sob pena de nulidade, conforme preceitua o artigo 793: *— é válida a instituição do companheiro como beneficiário, se ao tempo do contrato o segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato*” (BRASIL, 2002).

Avançando nesta temática, o STF no Recurso Extraordinário 397.762/BA entendeu pela não ocorrência de benefício previdenciário ao concubino, afinal a sua relação não é reconhecida como uma entidade familiar e sim, uma sociedade de fato. Veja:

COMPANHEIRA E CONCUBINA – DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL – PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO – SERVIDOR PÚBLICO – MULHER – CONCUBINA – DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina (BRASIL, 2008).

Logo, pelo exposto dos institutos e do que se caracteriza, juridicamente, uma entidade familiar, é ilegal que haja o reconhecimento como união estável uma relação de concubinato impuro, ou seja, aquela que acontece simultaneamente ao casamento válido.

4 A TESE DE IMPOSSIBILIDADE DE GERAÇÃO DE EFEITOS PREVIDENCIÁRIOS ÀS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS – ANÁLISE DOS TEMAS 526 E 529 DO STF SOBRE A NÃO POSSIBILIDADE DE RATEIO DA PENSÃO POR MORTE ENTRE VIÚVA E CONCUBINA

Em 02 de agosto de 2021, o STF apreciou o tema 526 em julgamento, fixando o entendimento de que seria incompatível com a CF/88 o reconhecimento dos direitos previdenciários, ou seja, da pensão por morte, à pessoa que manteve união estável com outra que era casada, ressaltando que “[...] b q f tal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável” (BRASIL, 2021, p. 14).

O recurso extraordinário RE 883.168, que teve como relator o ministro Dias Toffoli, consolidou o entendimento da Corte superior de que não seria possível que houvesse reconhecimento de direitos previdenciários derivados de uma relação de concubinato. Vale ressaltar que, o julgamento teve referência a tese de repercussão geral já fixada no RE 1.045.273 da Corte. Neste sentido:

A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, §1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro (BRASIL, 2021).

Segundo o Instituto Brasileiro de Direito de Família (2021), o STF no julgamento do Tema 526, preferiu manter o seu entendimento, já publicado quando foi apreciado o Tema 529, que [...] definiu que a preexistência de casamento ou de união estável impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários”.

Ainda, insta salientar que foi aduzida a tese que haveria incompatibilidade com a CF/88, em caso de [...] reconhecimento de direitos previdenciários à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal [...]” (IBDFAM, 2021).

Nesta toada, a ementa do julgamento do Tema 529 também merece ser observada e analisada, tendo em vista a precisa fundamentação que se alinha ao entendimento doutrinário e jurisprudencial, no âmbito dos Direitos Constitucional, Civil e Previdenciário, a seguir:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 529. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE COMPANHEIRA E COMPANHEIRO, DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES. IMPOSSIBILIDADE. 1 — A questão constitucional em jogo neste precedente com repercussão geral reconhecida é a possibilidade de reconhecimento, pelo Estado, da coexistência de duas uniões estáveis paralelas, e o consequente rateio da pensão por morte entre os companheiros sobreviventes — independentemente de serem relações hétero ou homoafetivas. 2 — O Supremo Tribunal Federal tem precedentes no sentido da impossibilidade de reconhecimento de união estável, em que um dos conviventes estivesse paralelamente envolvido em casamento ainda válido, sendo tal relação enquadrada no artigo 1.727 do Código Civil, que se reporta à figura da relação concubinária (as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato). 3 — É vedado o reconhecimento de uma segunda união estável, independentemente de ser hétero ou homoafetiva, quando demonstrada a existência de uma primeira união estável, juridicamente reconhecida. Em que pesem os avanços na dinâmica e na forma do tratamento dispensado aos mais matizados núcleos familiares, movidos pelo afeto, pela compreensão das diferenças, respeito mútuo, busca da felicidade e liberdade individual de cada qual dos membros, entre outros predicados, que regem inclusive os que vivem sob a égide do casamento e da união estável, subsistem em nosso ordenamento jurídico constitucional os ideais monogâmicos, para o reconhecimento do casamento e da união estável, sendo, inclusive, previsto como deveres aos cônjuges, com substrato no regime monogâmico, a exigência de fidelidade recíproca durante o pacto nupcial (artigo 1.566, I, do Código Civil). 4 — A existência de uma declaração judicial de existência de união estável é, por si só, óbice ao reconhecimento de uma outra união paralelamente estabelecida por um dos companheiros durante o mesmo período, uma vez que o artigo 226, §3º, da Constituição se esteia no princípio de exclusividade ou de monogamia, como requisito para o reconhecimento jurídico desse tipo de relação afetiva inserta no mosaico familiar atual, independentemente de se tratar de relacionamentos hétero ou homoafetivos. 5 — Tese para fins de repercussão geral: A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, §1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico constitucional brasileiro. 6 — Recurso extraordinário a que se nega provimento (BRASIL, 2020).

Mesmo diante de tal julgamento, merece ser relatada a crítica dada pelo IBDFAM (2021a), que aponta já ser entendimento das instâncias inferiores no país, ou seja, juízes e tribunais regionais vêm reconhecendo os efeitos jurídicos às relações que envolvem duas uniões estáveis, com fundamento na norma jurídica prevista no artigo 226 da CF/88. A título de exemplificação, tem-se a Apelação Cível nº 0000164-32.2011.4.05.8203, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que se coloca em sentido contrário ao mencionado anteriormente no presente trabalho, sustentando a possibilidade da concubina adentrar no rateio da pensão por morte:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA DE HOMEM CASADO. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL. RATEIO DO BENEFÍCIO COM A ESPOSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE DESTE TRIBUNAL. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. 1. A Constituição de 88 promoveu a extensão da proteção constitucional, em que não apenas a família legítima, fundada no casamento, teve guarida, mas também todas as entidades familiares constituídas. 2. **Nesta exegese, não se tem como atribuir ao referido dispositivo constitucional interpretação restritiva, sob pena de violação aos postulados da dignidade da pessoa humana, da liberdade, da autodeterminação, da igualdade e da não discriminação, como ainda, à própria finalidade do legislador constituinte em conferir à unidade familiar proteção máxima. Assim, a outra conclusão não se chega, senão a de que a constituição visa proteger não apenas o núcleo familiar formal, mas qualquer estrutura familiar, indiscriminadamente.** 3. É inegável, portanto, que tanto a união estável como o concubinato gozam de proteção. Negar ao concubino a proteção alimentar implica em violar a própria teleologia da norma constitucional. 4. Pelas provas acostadas aos autos, em especial a oitiva das partes e o depoimento das testemunhas (arquivo de mídia anexado), restou demonstrada a existência do relacionamento entre a apelante (M. A. J. S.) e o falecido (M. F. N.), do qual resultou o nascimento da filha menor do casal, beneficiária de metade da pensão por morte. 5. Também observa-se que não existem nos autos nenhuma prova de que o falecido havia se separado de fato da sua esposa e autora da demanda (Q. C. S.). 6. Por todo o exposto, considera-se devido o rateio da pensão por morte entre a filha menor do falecido (já beneficiária), a sua esposa (Q. C. S.) e a sua companheira (M. A. J. S.). 7. Apelação parcialmente provida apenas para determinar o rateio da pensão entre a esposa, a companheira e a filha menor do falecido (TRF da 5ª Região, Acórdão n. 0000164-32.2011.4.05.8203, PB, Quarta Turma, Rel. Des. Fed. Rogério Fialho Moreira, DEJF 10/04/2015, p. 168) (apud HIRONAKA; TARTUCE, 2019 - *grifo nosso*).

Logo, tal posicionamento merece destaque, pois conforme o próprio Instituto (2021b) menciona – “Estado não diz mais o que é família e como elas se constituem, como diziam as constituições anteriores.” Nesse ínterim, ao Judiciário se direcionar no sentido do não reconhecimento das famílias paralelas como entidades familiares dignas de proteção pelo ordenamento jurídico como um todo e pelo Direito Previdenciário, evidencia-se claramente a tentativa de manutenção de um princípio que determina a monogamia no ordenamento jurídico brasileiro” (HIRONAKA; TARTUCE, 2019) há muito ultrapassado, demonstrando que os legisladores e julgadores mostram-se, por diversas vezes, inertes à realidade, na qual as relações sociológicas de afeto em famílias paralelas já são frequentemente observáveis. Não obstante, cabe ressaltar que – a lei não refaz a sociedade, mas que a sociedade refaz a lei” (HIRONAKA, 2013, p. 201).

Conclui-se, portanto, que a doutrina e a jurisprudência, talvez não estejam alinhadas com a norma jurídica da Carta Magna, que deve observar os rearranjos da sociedade e das pessoas que a compõem. Necessário se faz a proteção, por meio da segurança jurídica, a fim de garantir direitos previdenciários e intrinsecamente ligados à dignidade de tais indivíduos, na busca pela pluralidade jurídica e pela ecologia de direitos e de justiça, de modo a – incluir as lutas jurídicas que florescem na interlegalidade dos encontros jurídicos e nas lacunas do Estado” (ARAÚJO, 2016, p. 107).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Previdência Social é um instrumento de segurança e proteção social nas adversidades da vida – além de contar com prestações em favor do desenvolvimento da família, atende aos grandes males que afligem a pessoa humana, como a idade avançada, a incapacidade temporária ou permanente e também a morte. A principiologia regente da Previdência Social, a qual é parte da Seguridade Social, mantém uma forte correlação com o princípio da dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, restou devidamente comprovado neste estudo que, apesar do Direito de Família e o Direito Previdenciário serem ramos autônomos do Direito Previdenciário serem ramos autônomos do Direito, em muitos casos, correlacionam-se. A denominação tradicionalista de família, com o ato solene do casamento, sofreu uma evolução na sociedade, pois surgiram outras formas de família, tais como a união estável heteroafetiva e homoafetiva, fato pelo qual ocorreu também uma transformação no ordenamento jurídico brasileiro.

De efeito, a legislação previdenciária instituiu três classes de dependentes de segurados: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; II - os pais; e III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

No primeiro item, verificou-se que a lei previdenciária não restringe as novas modalidades de família, estando em consonância com a Constituição Federal de 1988, que traz como fundamentação central a afetividade, abrangendo as modalidades que possuam o objetivo de constituir família. É preciso analisar o protagonismo das relações afetivas, tendo em vista que constituir uma família é mais do que unir-se juridicamente a alguém, trazendo, portanto, reflexos no direito aos dependentes na percepção do benefício previdenciário.

O legislador entendeu conveniente distinguir a união estável do concubinato, deixando de prever direitos e deveres para o que se chama, em sede doutrinária, de concubinato adulterino, impuro ou de má-fé. Desta forma, a lei não reconhece como entidade familiar a relação existente entre pessoas impedidas de se casar. Cumpre ressaltar que, embora o legislador tenha utilizado a expressão “impedidos de casar”, melhor teria sido a designação “relações adulterinas ou incestuosas”, uma vez que as pessoas separadas de fato ou separadas judicialmente, apesar de impedidas de casar, podem constituir união estável.

No item 3, constatou-se que a exclusão decorre de previsão constitucional, expressa no art. 226, § 3º, da CF/88. Tanto a doutrina quanto a jurisprudência têm entendido que o concubinato não deve ser inserido no âmbito do direito de família, por configurar uma sociedade de fato, devendo, pois, ser regulada pelo Direito das Obrigações.

No item 4, verificou-se que o rol de dependentes constantes na lei previdenciária somente faz menção aos que viveram sob o instituto do casamento e da união estável; dessa forma, por ser o rol taxativo, não cabe outra interpretação a não ser esta, afastando, assim, o concubinato e as uniões estáveis paralelas, que não caracterizam uma das formas do instituto familiar, não fazendo jus, portanto, à proteção estatal e, por consequência, a quaisquer benefícios previdenciários. O posicionamento atual do Supremo Tribunal Federal é que o(a) concubino(a) não possui proteção previdenciária – a existência de impedimento para o matrimônio/união estável embaraça a constituição da união estável paralela e não se aplica para fins previdenciários de percepção de pensão por morte.

Portanto, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar os Temas 526 e 529, da repercussão geral, fixou a tese de que o concubinato impuro não enseja condição de dependente previdenciário. Atualmente, o concubinato tem sido considerado como um motivo de exclusão, ou seja, o concubino ou concubina não são considerados dependentes.

REFERÊNCIAS

AMADO, Frederico. **Curso de direito e processo previdenciário**. 9. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

ARAÚJO, Sara. O primado do direito e as exclusões abissais: reconstruir velhos conceitos, desafiar o cânone. **Sociologias**: Porto Alegre, ano 18, nº 43, set/dez 2016, p. 88-115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/z6DRhTH6bsP5kWpQN9vJWvn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BIROLI, Flávia. **Família**: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

BRANCATO, Roberta Maria Fattori. Casamento, união estável e namoro qualificado e os efeitos no direito aos benefícios previdenciários. In: RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier; HORVATH JÚNIOR, Miguel (coord.). **A proteção à família no direito previdenciário**. São Paulo: Rideel, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 24 de julho de 1991.

BRASIL. **Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 6 de maio de 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. PL 634/1975.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 397.762. COMPANHEIRA E CONCUBINA - DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL - PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO - MULHER - CONCUBINA - DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina. Relator Ministro Marco Aurélio, Primeira Turma. Bahia, 03 de junho de 2008. **Lex**: DJe-172, publicado em 12-09-2008; RTJ VOL-00206-02 PP-00865; RDDP n. 69, 2008, p. 149-162; RSJADV mar., 2009, p. 48-58; LEXSTF v. 30, n. 360, 2008, p. 129-160.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 590779. COMPANHEIRA E CONCUBINA - DISTINÇÃO. Sendo o Direito uma verdadeira ciência, impossível é confundir institutos, expressões e vocábulos, sob pena de prevalecer a babel. UNIÃO ESTÁVEL - PROTEÇÃO DO ESTADO. A proteção do Estado à união estável alcança apenas as situações legítimas e nestas não está incluído o concubinato. PENSÃO - SERVIDOR PÚBLICO - MULHER - CONCUBINA - DIREITO. A titularidade da pensão decorrente do falecimento de servidor público pressupõe vínculo agasalhado pelo ordenamento jurídico, mostrando-se impróprio o implemento de divisão a beneficiar, em detrimento da família, a concubina. Reclamante: Cecília Nitz. Reclamado: Irani Luiza da Costa. Relator: Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma. Espírito Santo, 10 de fevereiro de 2009a. **Lex**: DJe-059 publicado em 27-03-2009; LEXSTF v. 31, n. 363, 2009, p. 292-301.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 408.296. DIREITO CIVIL. DOAÇÃO. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL EM NOME DA COMPANHEIRA POR HOMEM CASADO, JÁ SEPARADO DE FATO. DISTINÇÃO ENTRE CONCUBINA E COMPANHEIRA. As doações feitas por homem casado à sua companheira, após a separação de fato de sua esposa, são válidas, porque, nesse momento, o concubinato anterior dá lugar à união estável; a contrario sensu, as doações feitas antes disso são nulas. Recurso Especial de Marília Soares de Oliveira conhecido em parte e, nessa parte, provido; recurso especial de Françoise Pauline Portulier Tersiguel não conhecido. Relator Ministro Ari Pargendler, Terceira Turma. Rio de Janeiro, 18 de junho de 2009b. **Lex**: DJe 24/06/2009.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 1.114.490. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. UNIÃO ESTÁVEL. CONCUBINA. CONCOMITÂNCIA. IMPEDIMENTO. RECONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. 1. A jurisprudência do STJ prestigia o entendimento de que a existência de impedimento para o matrimônio, por parte de um dos pretensos companheiros, embaraça a constituição da união estável, inclusive para fins previdenciários. 2. Afigura-se inviável, desse modo, reconhecer à recorrida o direito à percepção da pensão por morte em concurso com a viúva, haja vista que o de cujus, à época do óbito, permanecia casado com a recorrente. 3. Recurso especial provido. Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma. Rio Grande do Sul, 19 de novembro de 2009c. **Lex**: DJe de 01/02/2010.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial nº 922.462. RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ALIMENTOS. IRREPETIBILIDADE. DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE FIDELIDADE. OMISSÃO SOBRE A VERDADEIRA PATERNIDADE BIOLÓGICA DE FILHO NASCIDO NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. DOR MORAL CONFIGURADA. REDUÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. 1. Os alimentos pagos a menor

para prover as condições de sua subsistência são irrepetíveis. 2. O elo de afetividade determinante para a assunção voluntária da paternidade presumidamente legítima pelo nascimento de criança na constância do casamento não invalida a relação construída com o pai socioafetivo ao longo do período de convivência. 3. O dever de fidelidade recíproca dos cônjuges é atributo básico do casamento e não se estende ao cúmplice de traição a quem não pode ser imputado o fracasso da sociedade conjugal por falta de previsão legal. 4. O cônjuge que deliberadamente omite a verdadeira paternidade biológica do filho gerado na constância do casamento viola o dever de boa-fé, ferindo a dignidade do companheiro (honra subjetiva) induzido a erro acerca de relevantíssimo aspecto da vida que é o exercício da paternidade, verdadeiro projeto de vida. 5. A família é o centro de preservação da pessoa e base mestra da sociedade (art. 226 CF/88) devendo-se preservar no seu âmago a intimidade, a reputação e a autoestima dos seus membros. 6. Impõe-se a redução do valor fixado a título de danos morais por representar solução coerente com o sistema. 7. Recurso especial do autor desprovido; recurso especial da primeira corrê parcialmente provido e do segundo corrê provido para julgar improcedente o pedido de sua condenação, arcando o autor, neste caso, com as despesas processuais e honorários advocatícios. Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma. São Paulo, 4 de abril de 2013. **Lex:** RDDP vol. 129, p. 123, DJe de 13/05/2013).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 1045273. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 529. CONSTITUCIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RATEIO ENTRE COMPANHEIRA E COMPANHEIRO, DE UNIÕES ESTÁVEIS CONCOMITANTES. IMPOSSIBILIDADE. 1. A questão constitucional em jogo neste precedente com repercussão geral reconhecida é a possibilidade de reconhecimento, pelo Estado, da coexistência de duas uniões estáveis paralelas, e o consequente rateio da pensão por morte entre os companheiros sobreviventes - independentemente de serem relações hétero ou homoafetivas. 2. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL tem precedentes no sentido da impossibilidade de reconhecimento de união estável, em que um dos conviventes estivesse paralelamente envolvido em casamento ainda válido, sendo tal relação enquadrada no art. 1.727 do Código Civil, que se reporta à figura da relação concubinária (as relações não eventuais entre o homem e a mulher, impedidos de casar, constituem concubinato). 3. É vedado o reconhecimento de uma segunda união estável, independentemente de ser hétero ou homoafetiva, quando demonstrada a existência de uma primeira união estável, juridicamente reconhecida. Em que pesem os avanços na dinâmica e na forma do tratamento dispensado aos mais matizados núcleos familiares, movidos pelo afeto, pela compreensão das diferenças, respeito mútuo, busca da felicidade e liberdade individual de cada qual dos membros, entre outros predicados, que regem inclusive os que vivem sob a égide do casamento e da união estável, subsistem em nosso ordenamento jurídico constitucional os ideais monogâmicos, para o reconhecimento do casamento e da união estável, sendo, inclusive, previsto como deveres aos cônjuges, com substrato no regime monogâmico, a exigência de fidelidade recíproca durante o pacto nupcial (art. 1.566, I, do Código Civil). 4. A existência de uma declaração judicial de existência de união estável é, por si só, óbice ao reconhecimento de uma outra união paralelamente estabelecida por um dos companheiros durante o mesmo período, uma vez que o artigo 226, § 3º, da Constituição se esteia no princípio de exclusividade ou de monogamia, como requisito para o reconhecimento jurídico desse tipo de relação afetiva inserta no mosaico familiar atual, independentemente de se tratar de relacionamentos hétero ou homoafetivos. 5. Tese para fins de repercussão geral: -A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro". 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento. Relator Ministro Alexandre de Moraes. Sergipe, 21 de dezembro de 2020. **Lex:** DJe-066, DIVULG 08-04-2021, PUBLIC 09-04-2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 883.168. EMENTA Direito Previdenciário e Constitucional. Recurso extraordinário. Sistemática da repercussão geral. Tema nº 526. Pensão por morte. Rateio entre a concubina e a viúva. Convivência simultânea. Concubinato e Casamento. Impossibilidade. Recurso extraordinário provido. 1. Assentou-se no acórdão recorrido que, comprovada a convivência e a dependência econômica, faz jus a concubina à quota parte de pensão deixada por ex-combatente, em concorrência com a viúva, a contar do pedido efetivado na seara administrativa. Tal orientação, contudo, contraria a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do processo paradigma do Tema nº 529 sob a sistemática da repercussão geral, in

verbis: —A existência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro”. 2. Antes do advento da Constituição de 1988, havia o emprego indistinto da expressão concubinato para qualquer relação não estabelecida sob as formalidades da lei, daí porque se falava em concubinato puro (hoje união estável) e concubinato impuro (relações duradoras com impedimento ao casamento). Erigida a união estável, pelo texto constitucional (art. 226, § 3º, da CF), ao status de entidade familiar e tendo o Código Civil traçado sua distinção em face do concubinato (art. 1.723, § 1º, c/c art. 1.521, VI e art. 1.727 do CC), os termos passaram a disciplinar situações diversas, o que não pode ser desconsiderado pelo intérprete da Constituição. 3. O art. 1.521 do Código Civil – que trata dos impedimentos para casar -, por força da legislação (art. 1.723, § 1º), também se aplica à união estável, sob claro reconhecimento de que a ela, como entidade familiar, também se assegura proteção à unicidade do vínculo. A espécie de vínculo que se interpõe a outro juridicamente estabelecido (seja casamento ou união estável) a legislação nomina concubinato (art. 1.727 do CC). Assim, a pessoa casada não pode ter reconhecida uma união estável concomitante, por força do art. 1.723, § 1º, c/c o art. 1.521, VI, do Código Civil. 4. Considerando que não é possível reconhecer, nos termos da lei civil (art. 1.723, § 1º, c/c art. 1.521, VI e art. 1.727 do Código Civil Brasileiro), a concomitância de casamento e união estável (salvo na hipótese do § 1º, art. 1.723, do CC/02), impende concluir que o concubinato – união entre pessoas impedidas de casar - não gera efeitos previdenciários. 5. A exegese constitucional mais consentânea ao telos implícito no microsistema jurídico que rege a família, entendida como base da sociedade (art. 226, caput, da CF), orienta-se pelos princípios da exclusividade e da boa-fé, bem como pelos deveres de lealdade e fidelidade que visam a assegurar maior estabilidade e segurança às relações familiares. 5. Foi fixada a seguinte tese de repercussão geral: “É incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável”. 6. Recurso extraordinário a que se dá provimento. Relator Ministro Dias Toffoli, Tribunal Pleno. Santa Catarina, 03 de agosto de 2021. **Lex:** DJe-200, DIVULG 06-10-2021, PUBLIC 07-10-2021.

CAMBI, Eduardo. As uniões extramatrimoniais no velho projeto do novo Código Civil. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, vol. 2, p. 114-127, abr.-jun. 2000.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. Volume 6: Direito de Família. 18. Ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Famílias Paralelas. São Paulo: **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, vol. 108, jan./dez. 2013, p. 199-219. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67983/70840>. Acesso em: 15 set. 2022.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. Famílias Paralelas. Visão Atualizada. São Paulo: **Revista Pensamento Jurídico**, vol. 13, nº 2, jul./dez. 2019. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/RPensam-Jur_v.13_n.2.11.pdf. Acesso em: 30 ago. 2022.

IBDFAM. **STF**: Dias Toffoli reforça tese de impossibilidade de geração de efeitos previdenciários às famílias simultâneas. 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8642/STF%3ADias+Toffoli+refor%C3%A7a+tese+de+impossibilidade+de+gera%C3%A7%C3%A3o+de+efeitos+previdenci%C3%A1rios+%C3%A0s+fam%C3%ADlias+simult%C3%A2neas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

IBDFAM. **STF forma maioria pelo não reconhecimento de efeitos previdenciários às famílias simultâneas**. 2021. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/8656/STF%20forma%20maioria%20pelo%20n%C3%A3o%20reconhecimento%20de%20efeitos%20previdenci%C3%A1rios%20%C3%A0s%20fam%C3%ADlias%20simult%C3%A2neas>. Acesso em: 30 ago. 2021.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PALMA, Juliana Bonacorsi de; FEFERBAUM, Marina; PINHEIRO, Victor Marcel. Meu trabalho precisa de jurisprudência? Como posso utilizá-la?. In: QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia de pesquisa em direito**: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios Fundamentais e Norteadores para a Organização Jurídica da Família**. Curitiba, 2004.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Dicionário de Direito de Família e Sucessões**. 2. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2018.

TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. **Fundamentos do Direito Civil**: direito de família. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

A VULNERABILIDADE SOCIAL DOS MAIS POBRES: “Banalização da Pobreza”.

THE SOCIAL VULNERABILITY OF THE POOR: “Poverty Trivialization”

Erradicação da Pobreza

MOREIRA, Fernando Mazzotta
UNI-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca)
Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNI-FACEF
mazzotta@gmail.com

BORGES, Donaldo de Assis
UNI-FACEF (Centro Universitário Municipal de Franca)
Doutor em História pela UNESP
Docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
donaldo.borges@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a discussão a respeito da pobreza como privação de capacidades, baseando-se na teoria de Amartya Sen e demonstra a banalização da pobreza. O tratamento desigual que suprime as liberdades, afronta princípios fundamentais do Estado Constitucional brasileiro. Busca-se traçar meios não apenas instrumentais como a renda, mas também meios intrínsecos ao desenvolvimento como a saúde e a educação. Buscou-se, ainda, traçar uma análise acerca do cenário atual da pobreza no Brasil, observando-se erros substanciais na maneira como o governo busca combater a desigualdade social. Foram traçadas possíveis soluções e melhorias para a pobreza como privação de capacidade.

Palavras-chave: Pobreza, Desigualdade Social, Desenvolvimento.

Abstract

This article aims to discuss poverty as a deprivation of capabilities, based on Amartya Sen's theory and demonstrates the poverty trivialization. The unequal treatment that suppresses freedoms is an affront to fundamental principles of the Brazilian Constitutional State. It seeks to outline not only instrumental means such as income, but also means intrinsic to development such as health and education. It was also sought to draw an analysis of the current scenario of poverty in Brazil, observing substantial errors in the way the government seeks to combat social inequality. Possible solutions and improvements to poverty such as capacity deprivation were outlined.

Keywords: Poverty; Social Inequality; Development.

1 INTRODUÇÃO

A importância e relevância do tema, decorre, sobretudo, das inúmeras questões que o envolvem, posto haver efetivamente privações das capacidades básicas das pessoas que não se restringe apenas a questão atinente a renda.

Neste aspecto, deve-se analisar a pobreza para além da falta de renda, bem como possíveis soluções ou esforços para efetivo combate à pobreza.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Na obra do vencedor do prêmio Nobel, Amartya Sen, “Desenvolvimento como Liberdade”, o renomado autor e economista propôs uma abordagem diferente para o desenvolvimento econômico e social e conclui que o desenvolvimento seria um processo de expansão das liberdades.

A pobreza, na visão do autor seria um sistema de privação de capacidades básicas e deveriam ser empregados meios para combatê-la, demonstrando possíveis soluções adotadas por países que se consagraram em suas políticas públicas para alcançar o desenvolvimento.

O artigo traz ainda reflexões acerca de como a sociedade como um todo tem banalizado a pobreza.

Na sequência, são apontadas as políticas públicas adotadas e executadas no Brasil, que levam a reflexões sobre a atuação macroeconômica no país questionando-se possíveis direções a serem seguidas, utilizando-se de uma metodologia bibliográfica e documental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em três tópicos, a saber: Pobreza e Privação: “A Banalização da Pobreza”, a partir das ideias de Sen (2010), Crespo e Gurivitz (2002), Grubba e Correa (2019); Desenvolvimento e Renda x Desenvolvimento e Capacidade, segundo as teorias de Sen (2010), Klaus Schwab (2016) e, Planejamento para Redução da Pobreza no Brasil, de acordo com Ricardo Agostini Martini (2014), Kageyama e Hoffmann (1994), Barros (2020) e Medeiros, Brito e Soares (2007).

2.1 POBREZA E PRIVAÇÃO: “A Banalização da Pobreza”.

Pobreza em seu caráter multidimensional pode ser considerada como a privação de uma pessoa em relação ao acesso à saúde, educação, saneamento básico, além da impossibilidade de ter seus direitos sociais garantidos ou, ainda, o desprovido de uma vida que a leve a um desenvolvimento digno. Assim, um indivíduo estará em uma situação de pobreza quando não consegue expandir suas capacidades a fim de auferir um maior número de recursos que faça com que ele possa levar uma vida plena e saudável. Diante disso, a falta de dinheiro não seria a raiz principal do problema, posto que este é apenas um instrumento para derrotar a pobreza, contudo, apenas podemos superá-la quando são proporcionadas capacidades intrínsecas na sociedade para a vida plena, como, por exemplo, saúde e educação.

Na visão de Sen, a pobreza é entendida como a privação de capacidades básicas e não apenas como escassez de renda (2010). Segundo Crespo e Gurovitz (2002), as “capacidades” são denominadas como um conjunto de funcionamentos que podem se concretizar, ou seja, a capacidade pode ser subentendida como a liberdade de realizar combinações de funcionamentos ou a liberdade de ter o estilo de vida que optar.

Os funcionamentos são definidos como aquilo que um agente considera importante ter ou fazer. Os funcionamentos podem ser caracterizados como elementares: ser bem nutrido, não ter doenças, ou mais complexos: viver plenamente em sociedade, ter respeito próprio. (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

De acordo com Sen, a renda baixa pode afetar a capacidade das pessoas, uma vez que, quanto menor são as suas condições monetárias piores serão os acessos à educação básica e a saúde, que são os meios para a elevação da capacidade dos indivíduos de auferirem um maior número de recursos. Por exemplo, se uma pessoa não possui uma renda suficiente a fim de conseguir ir à escola, em razão de ter que sustentar a família, futuramente não vai conseguir um bom lugar no mercado de trabalho. Consequentemente, limitará seu nível de renda reduzindo sua capacidade de adquirir alimentos, de se vestir melhor, de ter maiores momentos de lazer etc.

Ainda de acordo com Crespo e Gurovitz:

A pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Não se pode esquecer que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

privações humanas mais raras e menos crônicas. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

O ser humano é considerado pobre em razão de suas privações, sejam elas no tocante aos alimentos (ausência de nutrição adequada), nos cuidados à saúde, ao saneamento básico e água potável, de uma educação eficaz, emprego rentável, segurança econômica e social, de liberdades políticas e direitos sociais.

De acordo com Codes (2008), quando ocorre privação de capacitações básicas, um indivíduo não passa fome porque não tem alimentos disponíveis, mas porque ele não tem capacidade para obtê-los.

Nas palavras de Sen (2010, p. 123):

O que a perspectiva da capacidade faz na análise da pobreza é melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação desviando a atenção principal dos meios (e de um meio específico que geralmente recebe atenção exclusiva, ou seja, a renda) para os fins que as pessoas têm razão para buscar e, correspondentemente, para as liberdades de poder alcançar esses fins.

O hipossuficiente destas capacidades, portanto, é discriminado, sofrendo preconceito ético, religioso, racial, por preferência sexual, entre tantos outros, sofre danos psicológicos graves (perda de autoconfiança e motivação, por exemplo) e existe o aumento de doenças como a depressão. Tudo isto, leva o indivíduo a não ter capacidade suficiente para interagir em sociedade.

Desta forma, podemos concluir que a renda e a capacidade estão interligadas, de certo modo. Portanto, a relação entre elas pode ser afetada pela idade da pessoa; sexo; e localização.

Em relação a idade, as necessidades específicas dos idosos e de muitos jovens. Como, por exemplo, assistência à saúde aos idosos, e na questão dos jovens a educação. O sexo, nota-se que, a privação das meninas é mais prontamente constatada quando se verifica a privação de capacidades (mortalidade, morbidez, subnutrição, negligência médica etc.). E de acordo com a localização, por exemplo, insegurança e violência em alguns bairros mais humildes. E, também, o pobre em um país rico tem a sua privação de capacidade totalmente absoluta, pois a sua renda é abaixo dos padrões, mesmo que essa pessoa possua um nível de renda elevado em outros países.

Observa-se grandes distorções sociais, resultantes da incessante busca pelo lucro, que suprime e ignora os danos sociais e naturais, muitas pessoas são deixadas à margem, sendo esquecidas, em situação de extrema pobreza.

Na visão de Leliane Grubba e Angélica Corrêa, a pobreza pode ser definida como o estado de carência de um sujeito cujo bem-estar é inferior ao que a sociedade é moralmente obrigada a garantir (GRUBBA et. al., 2019, p. 240).

A pobreza no Brasil tem sido vista como algo natural, tornou-se banal, a exclusão social é tamanha que se pode traçar uma analogia com a banalização do mal, teoria apresentada por Hannah Arendt, em seu livro intitulado “Eichmann em Jerusalém”. Neste livro, segundo as autoras Grubba e Corrêa, a escritora Hannah Arendt relata que apesar de todas as atrocidades empreendidas pelos nazistas e, no caso específico, por Eichmann, que era membro do partido nazista alemão, não haveria motivos para demonizá-lo, pois, segundo Arendt, ele era um típico burocrata que se limitava a cumprir ordens, com zelo e por amor ao dever, retratando-o como uma pessoa absolutamente normal, como qualquer outro cidadão (ARENDR, apud GRUBBA et. al., 2019, p. 245).

No Brasil, ao conviver rotineiramente com pessoas marginalizadas e abandonadas pela sociedade, em situação de pobreza e miséria, deixamos nosso senso crítico de lado e passamos a achar essas situações normais.

Esse fato, por si só, não é capaz de nos transformar em monstros, porém ao adotar esse comportamento coletivo acabamos por estabelecer uma verdadeira crueldade com os mais necessitados, relegando-os ao esquecimento.

Quando deparamo-nos com crianças nas ruas pedindo dinheiro em semáforos, vendendo balas e outras coisas, simplesmente as ignoramos, trata-se de um fato rotineiro em nosso cotidiano, uma visão simplista e comum, temos banalizado essas situações de miséria, estamos nos tornando “burocratas”.

A situação de pobreza, quando categorizada como “juízo de valor”, trata de uma visão subjetiva e abstrata do indivíduo acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de

necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável (GRUBBA et. al., 2019, p. 255).

A pobreza pode ser estudada, ora do ponto de vista econômico, ora incorporando aspectos não-econômicos, sendo contextualizada de modo dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade (CRESPO et. al., 2002).

Na concepção de Amartya Sen, um dos estudiosos do tema, não há equivalência plena entre o aumento da renda e a melhoria da qualidade de vida, visto que a primeira, por si só, não se converte necessariamente em várias realizações importantes para o bem-estar humano.

Para Sen (2010), a pobreza deve ser entendida como uma composição de privações econômicas e não-econômicas, posto que as pessoas não encontram valor apenas na posse de bens e acesso aos serviços, mas essencialmente naquilo que podem ser e fazer com base na liberdade de que desfrutam. Desta forma, a posição de um indivíduo em um ordenamento social deve ser apreciada, também, em função dos estados e ações que ele realiza ao viver, os chamados funcionamentos, e da forma como estes estados e ações venham a emergir, ou seja, se foram fruto de uma efetiva liberdade de escolha da pessoa ou não.

Segundo Amartya Sen, as privações das capacidades dos indivíduos se relacionam com a pobreza, na medida em que as características das pessoas e do respectivo ambiente em que vivem, natural ou social, os privam da possibilidade de escolha. Quando faz-se menção a “capacidade”, Sen compreende ser as combinações alternativas de funcionamentos, de possível realização (GRUBBA et. al., 2019, p. 250).

Também para Amartya Sen, (2010) a relação entre os recursos e a pobreza é variável e profundamente dependente das características das respectivas pessoas e do ambiente em que vivem, tanto natural como social. E desta forma, a problemática se firma quando resulta na relevância das inaptidões e na compreensão dessas privações que, na maior parte, é subestimada pelo mundo, e esse pode ser um dos argumentos mais importantes para prestar atenção na perspectiva da capacidade.

A noção de pobreza como inadequação de capacidade e como baixo nível de renda, estão vinculadas, uma vez que a renda é um meio fundamental na obtenção de capacidade. Quanto mais capacidades, maior o potencial produtivo de uma pessoa e, conseqüentemente, maior a chance de se obter uma renda mais elevada. (SEN, 2010, p.126).

Uma renda mais elevada não significa necessariamente capacidades maiores. Contudo, essa relação é importante na eliminação da pobreza de renda (GRUBBA et. al., 2019, p. 252).

Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, segundo Grubba e Corrêa (2019, p. 252), maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (SEN, 2010, p.124).

A pobreza, na visão Grubba e Corrêa (2019, p. 252), deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm (SEN. 2010, p. 126).

A pobreza e privação de capacidades não podem ser focadas somente em detrimento da renda, visto que doenças, perturbação nas relações familiares, exclusões sociais, racismo e discriminações sexuais também as causam (GRUBBA et. al., 2019, p. 253).

Existe o que podemos chamar de aspecto psicológico da pobreza. Muitas vezes, os pobres têm consciência de sua ausência de voz, de poder e até mesmo independência que acaba por os sujeitar à exploração.

A situação decorrente do empobrecimento e da miséria deixa as pessoas mais vulneráveis, sujeitas à humilhação e ao tratamento desumano pelos agentes públicos e privados de quem dependem.

Essa incapacidade de participar do dia-a-dia na vida comunitária leva a uma ruptura nas relações sociais.

Conforme o estudo de Amartya Sen, de acordo com Grubba e Corrêa (2019, p. 254) a mudança deve começar pelas necessidades básicas da população, em especial a saúde, educação e projetos habitacionais, pois a pobreza é um fenômeno multidimensional em que há a falta do que é necessário para o bem-estar material.

A situação da pobreza ao ser encarada pelo seu aspecto multidimensional, proposto por Amartya Sen, parece-nos ser a única maneira de reconhecer que a vida das pessoas é influenciada por diversas dimensões além da monetária.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A pobreza tem um caráter plural e complexo, não podendo ser abordada pelos entes públicos com estratégias unilaterais sobre os quesitos renda ou riqueza (SEN, 2010).

De acordo com esta visão, pode-se entender que ser pobre não implica apresentar somente privação material ou privação de renda, mas também privações em relação ao posicionamento como cidadãos na sociedade. Desta forma, as pessoas, têm razão para buscar melhorias e formas de suprir essas privações e, conseqüentemente, ter liberdade para poder alcançar essa finalidade.

A privação das capacidades básicas muitas vezes acaba por refletir em morte prematura, desnutrição, doenças, analfabetismo e inúmeros outros problemas decorrentes da exclusão social.

Cumpre-se ressaltar que a abordagem das capacidades mencionadas por Sen, não devem rejeitar a ideia de que a baixa renda, sem sombra de dúvidas, é um dos fatores condicionantes da pobreza, posto que, a ausência de renda pode acabar por privar as pessoas das capacidades. No entanto, há outras dimensões da vida social que influenciam as condições de privação e analisá-las é uma das condições para avaliar de forma eficaz a realidade social.

O desenvolvimento de serviços de infraestrutura básica com oferta destes serviços básicos de modo ampliado e democrático para toda a população, seria um ponto importantíssimo para podermos oferecer melhores condições para a população

Por ser a pobreza um fenômeno existente ao longo da história da própria formação do Brasil, torna-se importantíssimo a instituição de programas sociais para o combate de situações de vulnerabilidade vivida pelos brasileiros. É de suma importância oferecer condições básicas para que as pessoas possam encontrar formas para prosperarem, daí que investimentos em serviços públicos de infraestrutura básica, em que pese o aumento dos gastos sociais, são necessários para que se proporcione mais qualidade de vida aos mais necessitados.

Denota-se que as políticas sociais carecem de maior articulação entre si e com a política macroeconômica de geração de emprego e de distribuição da renda socialmente produzida, formas que garantiriam uma transformação social capaz de reduzir desigualdades e evitar a banalização da pobreza.

O Brasil, em que pese a enorme barreira que separa ricos e pobres, não pode ser considerado um país pobre, trata-se de um país rico, com enorme contingente de pobres, excluídos, cheio de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, mas que pode ser modificado, desde que haja uma efetiva expansão das liberdades capazes de transformar os indivíduos.

Ainda, de acordo com Sen (2010, p.125-126):

Embora valha a pena ressaltar essas relações entre pobreza de renda e pobreza de capacidades, também é importante não perder de vista o fato fundamental de que a redução da pobreza de renda não pode em si, ser a motivação suprema de políticas de combate à pobreza. É perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada de privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. com o argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda. Isso seria confundir os fins com os meios. As questões básicas de fundamentação obrigam-nos por razões já expostas, a entender a pobreza como privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das qualidades humanas enquadra-se diretamente nestas considerações básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

A renda não é o único instrumento de geração de capacidades. O indivíduo que tem uma renda elevada, mas sem oportunidades de participação política não é “pobre” no sentido usual, portanto é claramente pobre no que diz respeito a uma liberdade importante. Por exemplo, segundo Sen, alguém que é mais rico de que a maioria, mas tem uma doença cujo o tratamento é muito caro, obviamente sofre privação em um sentido importante, mesmo que as estatísticas mostrem que essa pessoa não é classificada de acordo com a sua renda como pobre. E também uma pessoa a quem é negada a oportunidade de emprego, mas recebe uma ajuda do Estado a título de “auxílio-desemprego” pode aparentar sofrer menos privação no espaço das rendas, mas sofre por falta de uma função valiosa.

2.2 DESENVOLVIMENTO E RENDA X DESENVOLVIMENTO E CAPACIDADE

A sociedade como um todo necessita ser menos desigual, a fim de permitir um desenvolvimento com dignidade e menos violência.

Para Klaus Schwab, “[...] sociedades desiguais tendem a ser mais violentas, têm maior número de pessoas nas prisões, maiores níveis de obesidade, de doenças mentais e têm baixa expectativa de vida e baixos níveis de confiança”. (2016, p. 95).

Ainda, de acordo com o autor: “[...] níveis mais elevados de desigualdade aumentam a segregação e reduzem resultados educacionais de crianças e jovens adultos” (SCHWAB, 2016, p. 95.).

Quando se obtém uma renda elevada é possível alcançar maiores aptidões e capacidades, bem como liberdade, logo é notória a relação entre renda e desenvolvimento. No entanto, Amartya Sen propõe uma inversão de papéis em uma busca por desenvolvimento e, assim entende que ao capacitar seria possível obter melhor fonte de renda.

Em seu livro: “Desenvolvimento como Liberdade”, Amartya Sen nos mostra alguns exemplos de diferenças com que alguns países, grupos étnicos e grupos de gênero, são atingidos em relação a ideia de desenvolvimento pela capacidade e a ideia desenvolvimento pela renda, e que ao obter renda nem sempre é possível obter o desenvolvimento pleno.

A expansão das capacidades humanas enquadra-se diretamente nessas condições básicas. Acontece que o aumento das capacidades humanas também tende a andar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Essa conexão estabelece um importante encadeamento indireto mediante o qual um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes. As relações instrumentais, por mais importantes que sejam, não podem substituir a necessidade de compreensão básica da natureza e das características da pobreza. (SEN, 2010, p.126)

Como forma de demonstrar melhor a ideia apontada, pode-se destacar o exemplo da experiência dos Estados Unidos em contraste com a da Europa ocidental. Com o objetivo de sanar a desigualdade de renda, a Europa ocidental resolveu garantir uma renda mínima a todo cidadão, através de um auxílio governamental aos desempregados. Já os Estados Unidos apostaram no combate ao desemprego, atingindo taxas baixíssimas de tal situação em seu território.

Como consequência, é possível observar altas taxas de desemprego na Europa ocidental, que traz consigo não só o problema da falta de renda, pois este seria sanado pelo auxílio, mas tendo por custo um grande desgaste mental e social aos atingidos. Já nos Estados Unidos, as taxas de desemprego se mantiveram baixas, e tal problema não foi constatado.

O contraste entre Europa ocidental e Estados Unidos suscita outra questão interessante – e, sob alguns aspectos, mais em geral. A ética social americana parece julgar possível não ajudar os indigentes e os pobres, de um modo que um europeu ocidental típico, criado em um Estado do bem-estar, acha difícil aceitar. Mas a mesma ética social americana julgaria intoleráveis os níveis de desemprego de dois dígitos comuns na Europa (SEN, 2010, p. 131).

De outro lado, a realidade vivenciada por afro-americanos, em um país considerado extremamente rico, é muito desanimadora. Posto que ao considerarmos que a expectativa de vida de um homem negro nos Estados Unidos é mais baixa que a de um chinês ou que um indiano no estado do Kerala, que tem, em média, uma renda muito inferior. Podendo-se apontar que uma das causas dessa desigualdade seria justamente a falta de políticas públicas dos Estados Unidos, em relação a saúde pública, segurança, auxílio desemprego, etc.

A natureza dos comportamentos políticos – e a falta deles – parece diferir fundamentalmente entre Europa e Estados Unidos, e as diferenças relacionam-se estreitamente à visão da desigualdade como deficiências específicas de capacidades básicas (SEN, 2010, p. 134).

É importante destacar que a capacidade política e sua estabilidade interferem também diretamente sobre o desenvolvimento de uma nação e sobre sua expectativa de vida. Possível realizar esta constatação quando é apresentado no texto a diferença e semelhança das duas áreas mais pobres do mundo, a Índia e a África subsaariana. Em ambas, a fome, o analfabetismo, e os

tratamentos de saúde eram igualmente precários, mas a Índia se destacava quanto a expectativa de vida, dada em razão de sua estabilidade política e ausência de fome coletiva, ainda comuns na África subsaariana.

Finalmente, a ampliação da base conceitual, de que antes de renda é necessária capacidade, enriquece nossa compreensão sobre desigualdades e pobreza de maneira absurda. Constatamos que capacitar e dar oportunidades é a melhor maneira de desenvolver, seja possibilitando a diminuição do desemprego, seja através de políticas públicas funcionais.

2.3 PLANEJAMENTO PARA REDUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Ao longo dos anos, o processo da pobreza no Brasil vem se modificando. Entretanto, ao analisar os grupos que tem mais probabilidades de serem pobres, como negros, famílias chefiadas por mulheres, pessoas com baixa escolaridade, entendemos que a prática de políticas públicas para a amenização não devem se concentrar somente na obtenção de renda, mas sim no combate à discriminação e de incentivos ao desenvolvimento.

De acordo com um dos economistas do BNDES, Ricardo Agostini Martini (2014, p. 188):

De um modo geral, os estudos voltados às economias desenvolvidas tendem a concluir que, embora os movimentos de expansão beneficiem a maioria dos trabalhadores, os choques recessivos são mais intensos para trabalhadores de menores indicadores de produtividade (isto é, baixa qualificação e experiência no trabalho), e esse processo se reforçou desde a década de oitenta. Por outro lado, os estudos voltados às economias subdesenvolvidas tendem a encontrar fenômenos de exclusão social, tais como discriminação de raça, de gênero e de acesso a determinados bens de infraestrutura social, que explicam a heterogeneidades dos impactos dos choques.

Os momentos de crescimento em favor dos mais pobres no Brasil foram os anos que imediatamente sucederam planos de estabilização macroeconômica, como o plano Cruzado (1987) e o plano Real (KAGEYAMA e HOFFMANN, 1994). No que diz respeito à taxa de pobreza, foi estimado que ela depende menos do ciclo macroeconômico do que das características individuais dos pobres, sobretudo no que diz respeito a sua escolaridade e qualificação profissional.

Desta forma, trabalhadores de baixo nível educacional tendem a empobrecer com maior frequência nos períodos de crise, contudo não se recuperam totalmente nos períodos de crescimento, levando-os a um processo de empobrecimento progressivo.

No tocante ao emprego, observou-se que a taxa de desemprego tende a acompanhar o ciclo econômico. Contudo, não há uma correlação direta entre o desemprego e a pobreza no Brasil, tanto pelo papel do setor informal no mercado de trabalho, que absorve parte da mão-de-obra sobretudo nos períodos de recessão, como pelo papel dos mecanismos de seguro-desemprego, que ajudam o trabalhador a escolher melhor seu próximo emprego, nas épocas de expansão econômica.

Denota-se que o principal problema não é a falta ou escassez de recursos no Brasil, mas a desigualdade na distribuição destes recursos.

Diante disso, observa-se que o governo brasileiro vem tomando ações para ajudar esses grupos a obterem capacidade e atingirem o desenvolvimento. Todavia, em que pese o grande número de programas sociais e incentivos a esses grupos mais carentes, a desigualdade e a pobreza continuam a ser um problema no Brasil. O economista Ricardo Paes de Barros, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, menciona que o maior problema da perpetuação da pobreza no país é a aplicação desses benefícios de ajuda serem feitos separadamente.

De acordo com o economista, a unificação de benefícios como abono salarial, seguro desemprego e Bolsa família poderia abrir caminho a um programa social que transfira R\$ 100 bilhões a R\$ 120 bilhões à população mais vulnerável, com uma renda que vá de R\$ 200 a R\$ 300 reais por pessoa, e afirma „o Brasil tem condições de zerar a pobreza“. A unificação de programas sociais garantiria uma proteção maior, simplificaria a assistência e criaria capacidade para o indivíduo superar seu estado de pobreza, apesar da instabilidade dos ciclos macroeconômicos (BARROS, 2020).

De acordo com IBGE, tem-se a estimativa de que cerca de 7% das crianças no Brasil padecem de subnutrição, enquanto a produção nacional de grãos seria suficiente para alimentar uma vez e meia a população total. No mesmo sentido, avaliações sobre a quantidade de recursos

necessários para a erradicação da pobreza indicam que, supondo-se perfeitamente identificados os pobres, seria necessário apenas cerca de 5% da renda nacional para a completa eliminação da pobreza no país. Levando-se em conta que mais de 75% da população mundial vive com uma renda *per capita* inferior à brasileira, é necessário reconhecer que as precárias condições de vida de segmentos importantes da sociedade brasileira não advêm de uma escassez absoluta de recursos, mas da má distribuição desses. Este dado justifica a percepção de que é preciso canalizar os recursos disponíveis para atividades prioritárias e aumentar o controle social sobre eles, de modo a assegurar eficiência na alocação destes recursos (2019).

Somente um programa efetivo de transferência de renda poderia auxiliar no problema da pobreza no Brasil.

As transferências de renda aumentam a capacidade de consumo das famílias enquanto forem recebidas. Evidentemente, se as transferências forem interrompidas, essa capacidade é imediatamente reduzida. Ao menos a curto prazo, as famílias que saem da pobreza graças às transferências dependem delas para manter seu nível de consumo (MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007, p. 25).

Os programas de transferência de renda, em geral, têm por finalidade realizar a redistribuição de benefícios financeiros à população em situação de vulnerabilidade, atingidas em grande parte pelos efeitos negativos decorrentes da globalização e do capitalismo selvagem dos dias atuais, que causaram excessivo “desemprego e precarização das ocupações dos trabalhadores menos qualificados” (COBO 2012, p. 30). Diante disso, o trabalhador com menor qualificação tem grandes possibilidades de estar fora do mercado de trabalho ou com renda insuficiente para garantir condições mínimas de sobrevivência.

Entretanto, programas de transferência de renda não seriam a única possível solução, posto que seriam necessárias políticas públicas que promovam a capacitação e igualdade para efetiva inclusão destes brasileiros que são deixados à margem da sociedade.

Possível constatar que o Brasil tem meios e recursos para combater o fenômeno da pobreza, contudo é necessária a implantação conjunta e efetiva das políticas públicas já existentes, com critérios e condicionalidades específicos e rigorosos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de pesquisa descritiva e bibliográfica que visa reunir conhecimentos e debater acerca da pobreza no Brasil, que vai além da privação unicamente econômica, discutindo sua banalização, e buscando traçar possíveis soluções visando seu combate e diminuir privações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo demonstra as dificuldades e vulnerabilidades enfrentadas por aqueles que são privados em suas capacidades básicas, marginalizados e excluídos deixados à margem pela sociedade, demonstra, ainda, a importância da atuação da sociedade para eliminar estas diferenças, buscando formas de reduzir as diversas privações sociais a luz da obra do vencedor do prêmio Nobel, Amartya Sen.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se da observância das ideias introduzidas por Amartya Sen acerca da pobreza, constatamos que a falta de dinheiro não é, em si, a única questão ou a principal razão da pobreza, posto que a renda é apenas um dos instrumentos para superá-la.

Diante disso, denota-se que apenas é possível combater a situação de miserabilidade e as vulnerabilidades decorrentes da pobreza por meio de capacidades propiciadas na busca por uma vida plena, proporcionando principalmente saúde e educação.

Logo é possível perceber que a renda não é o único instrumento de geração de capacidades, que podem por meio do poder político, buscar iniciativas para o combate ao desemprego e propiciar condições mínimas para o combate da pobreza.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A sociedade não pode fechar os olhos para a realidade e banalizar a questão da pobreza, deixando as camadas mais pobres excluídas e sem acesso à saúde e educação básicas, que são os principais agentes de combate à exclusão social.

A principal tese de Sen seria justamente a inversão dos papéis na busca por desenvolvimento, ou seja, gerar capacitação a fim de propiciar renda.

Capacitar pessoas é a forma mais eficiente e importante para o desenvolvimento social. Em nosso país, o maior vetor de desigualdade e geração de pobreza é, sem sombra de dúvidas, a má distribuição de renda. Desta forma, programas sociais, visando o combate à pobreza são introduzidos, como, por exemplo, “bolsa família” e, mais atualmente o denominado “auxílio-brasil”.

No entanto, a utilização única e exclusiva desses tipos de programas sociais tem sido ineficientes para a redução das desigualdades, fazendo-se necessário buscar outras formas de se combater a pobreza, como a ampliação dos referidos programas a fim de propiciar um maior alcance, além da geração de empregos e maior capacitação da mão de obra.

Além disso, é mais do que necessário que o Brasil supra sua deficiência de capacitação educacional e supra questões como a precariedade habitacional, de saneamento e empregatícia, que expõem os mais vulneráveis à miséria existencial.

Diante disso, é importantíssimo aprimorar e desenvolver os programas sociais e políticas públicas já existentes, para que atuem de maneira mais funcional, garantindo-se maior liberdade.

O desenvolvimento social deve ser visto além das fronteiras unicamente econômicas. As liberdades individuais, a educação e o acesso à saneamento e saúde básicos são fatores determinantes para um desenvolvimento humano digno, permitindo a inclusão social e efetiva daqueles que são deixadas à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes. „**O país tem condições de zerar a pobreza**“. Entrevista concedida ao jornal Estado de São Paulo. São Paulo, 02/07/2020. Disponível em:

<<https://www.infomoney.com.br/economia/o-pais-tem-condicoes-de-zerar-a-pobreza-diz-ricardo-paes-de-barros/>> Acesso em: 27 ago. 2022.

COBO, Bárbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo, Brasil: Cortez, 2012.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Textos para discussão nº 1332). Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1489/1/TD_1332.pdf >. Acesso em 20 ago. 2022.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional**, 2002. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?lang=pt> > Acesso em: 27 ago. 2022.

GRUBBA, Leilane Serrattine; CORRÊA, Angélica da Silva. **A Banalização da Pobreza no Brasil a partir das concepções de Amartya Sen**. Revista de Direito da Cidade, 2019. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/35787> >. Acesso em 20 ago. 2022.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acesso em: 02 set. 2022.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642922/10492>>. Acesso em: 03 set. 2022.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Ciclos econômicos e a composição da pobreza no Brasil: um análise para as décadas recentes**. Economia e sociedade. Campinas, vol. 23. N° 01, Jan./abril. 2014.

Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642166/9654>>.

Acesso em 04 set. 2022.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. Brasília: IPEA, 2007. (**Texto para Discussão, n. 1.283**).

Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf>. Acesso em 27 ago. 2022.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial** / Klaus Schwab; tradução Daniel Moreira Miranda. – São Paulo: Edipro, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. Ed. São Paulo: companhia de bolso, 2010.

**BOSQUE DOS ANGICOS COMO LABORATÓRIO NATURAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
CRÍTICA EM FRANCA – SP**

*BOSQUE DOS ANGICOS AS A NATURAL LABORATORY OF CRITICAL AMBIENTAL EDUCATION
IN FRANCA – SP*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de Qualidade

BERTELLI, Célio
UNESP FRANCA
Doutor em Geociências e Meio Ambiente (UNESP Rio Claro)
celio.bertelli@unesp.br

FALEIROS, Tâmer de O.
FAFRAM Ituverava
Mestre em Zoologia (UNESP BOTUCATU)
tamerfaleiros@gmail.com

BARBOSA, Caroline C.
UNESP FRANCA
Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFRAN)
caroline.c.barbosa@unesp.br

CINTRA, Rafaela, C.
UNESP FRANCA
Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFRAN)
rafaela.cintra@unesp.br

Resumo

Este estudo tem como objetivo propor a implantação de oficinas pedagógicas no Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, conhecido também como Bosque dos Angicos, no município de Franca – SP, de Educação Ambiental Crítica, seguindo os princípios conhecer, fazer, viver e ser, de Jacques Delors, 1996. A metodologia aplicada é qualitativa exploratória, com levantamento bibliográfico e pesquisa local acerca do assunto e do ambiente tratado. Este parque é caracterizado pelo bioma Cerrado, que vem perdendo espaço ao longo dos anos para a agricultura e urbanismo, mas responsável por abrigar espécies endêmicas brasileiras e flora medicinal muito utilizada, demonstrando assim, sua importância. Os parques urbanos também apresentam grande importância para a qualidade de vida dos habitantes e manutenção da fauna e flora locais. Sabendo que a aplicação de uma educação ambiental bem-sucedida se faz apenas com a formulação do pensamento crítico acerca da situação social e ambiental em que os alunos e professores estão inseridos, este trabalho aponta que a ação de oficinas pedagógicas no âmbito de Educação Ambiental Crítica, utilizando como laboratório natural o Bosque dos Angicos, promove a restauração, proteção e conservação do Cerrado e dos fragmentos de vegetação nativa encontrados no município de Franca, incentivando a transformação social e educação ambiental aos habitantes.

Palavras-chave: parque municipal, arborização urbana, Cerrado.

Abstract

This study aims to propose the implementation of pedagogical workshops in the Ecological Park Sebastião Alves Branquinho, also known as Bosque dos Angicos, in the municipality of Franca - SP, of Critical Environmental Education, following the principles of knowing, doing, living and being, by Jacques Delors, 1996. The methodology applied is qualitative exploratory, with bibliographic survey and local research about the subject and the treated environment. This park is characterized by the

Cerrado biome, which has been losing space over the years to agriculture and urbanism, but responsible for housing endemic Brazilian species and widely used medicinal flora, thus demonstrating its importance. Urban parks are also of great importance for the quality of life of the inhabitants and the maintenance of the local fauna and flora. Knowing that the application of a successful environmental education is done only with the formulation of critical thinking about the social and environmental situation in which students and teachers are inserted, this work points out that the action of pedagogical workshops in the context of Critical Environmental Education, using Bosque dos Angicos as a natural laboratory, promotes the restoration, protection and conservation of the Cerrado and the fragments of native vegetation found in the municipality of Franca, encouraging social transformation and environmental education for the inhabitants.

Keywords: city park, urban afforestation, Cerrado.

1 INTRODUÇÃO

O estudo está inserido em um fragmento de Cerrado, no município de Franca – SP, em área urbana, de nome Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, conhecido também como Bosque dos Angicos, com área de aproximadamente 2,73 hectares, nas coordenadas UTM: 23 K 246.587,44 m E 7.727.164,85 m S.

Em 20 de novembro de 1990 foi instituída a Lei Municipal nº 3.858, a qual denomina o “Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho”, como área de lazer, situada no Bairro São Joaquim, na cidade de Franca – SP.

O Parque Ecológico encontra-se inteiramente em um planalto, constituído por um ecossistema misto, caracterizado principalmente pela vegetação de Cerradão, com transição para Floresta Estacional Semidescidual (GIOLI, 1998). Tendo em vista a redução gradativa das áreas caracterizadas pelo Cerrado no Brasil, nota-se a necessidade de promover a divulgação deste para a comunidade do município.

Este trabalho visa propor a implantação de oficinas pedagógicas no Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, utilizando-o como laboratório natural, no município de Franca – SP, a partir de uma Educação Ambiental Crítica, seguindo os princípios de Jacques Delors (1996) conhecer, fazer, viver e ser, na conscientização, valorização e conservação desse ecossistema remanescente de Cerrado, assim, proporcionará maior conhecimento dos aspectos ecológicos e sociais, para então promover a importância deste ambiente natural na malha urbana do município.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O município de Franca - SP localiza-se ao nordeste do Estado de São Paulo, possui aproximadamente 7.836 ha de cobertura vegetal nativa, que corresponde a 12,9% em uma área total de superfície 60.733 ha, e está classificado como alta prioridade para restauração da vegetação nativa, conforme Resolução SMA nº 07/2017.

Em 1990 foi instituída a Lei Municipal nº 3.858 de 20 de novembro de 1990, a qual denomina o “Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho”, como área de lazer, situada no Bairro São Joaquim, na cidade de Franca – SP. O Parque Ecológico encontra-se inteiramente em um planalto, constituído por um ecossistema misto, caracterizado principalmente pela vegetação de Cerradão, com transição para Floresta Estacional Semidescidual (GIOLI, 1998).

Enfatizando a região do município de Franca - SP, nota-se que existem poucos estudos publicados referente a levantamento da flora no Bioma Cerrado. ARAUJO et al. (2004) descreveu um trecho do Cerrado no município de Franca - SP, onde ressalta as condições ambientais caracterizando a vegetação própria da região.

Cerrado é um dos principais biomas encontrados no Brasil, compõe 23,3% do território do país, considerado o segundo maior bioma brasileiro, perdendo apenas para Amazônia com 49,5% (IBGE, 2019).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Atualmente as classes de maior ocupação do solo do Cerrado são as pastagens cultivadas e as culturas agrícolas, que ocuparam 26,5% e 10,5%, respectivamente, distribuídas de forma heterogênea nos estados em que se encontra o Bioma Cerrado (SANO et al. 2008).

A composição florística de área remanescente do Cerrado, no Brasil, equivale a 8,5% da superfície mundial, e 2,0% no Estado de São Paulo, que são protegidas pelo conjunto das Unidades de Conservação Estaduais Paulista de Proteção Integrada (REIS, 2018).

O Cerrado também está dentre os 35 Hotspots do mundo, em razão da antropização com perda de mais de 70% da sua vegetação natural (SAWYER, et al. 2017). Ainda segundo esse autor, de acordo com a definição original, o Cerrado Hotspots, situa-se na América do Sul Central, com área total de 2.024.838 km², que corresponde a 99,30% no Brasil e o restante dividido entre Paraguai (0,41%) e Bolívia (0,29%). Essa área foi atualizada para 2.064.301 km², contando também com o perfil de ecossistema.

Coutinho (1978), conceitua o Cerrado como um mosaico de vegetação, por sua extensão territorial, representado por suas formações oreádicas, que vão desde Campo Limpo até Cerradão, compondo as Savanas (Campo Sujo, Campo Cerrado e Cerrado Sensu Stricto), são verdadeiros ecótonos de vegetação, comparando vegetação florestal, representada pelo Cerradão, e a Campestre, constituída pelo Campo Limpo.

Este bioma é reconhecido como a Savana mais rica do mundo em biodiversidade endêmica. A flora é composta por mais de 7.000 espécies conhecidas até 2016, sendo a proporção entre herbáceas e lenhosas de 3:1, aproximadamente (COUTINHO, 2016). Suas principais famílias botânicas, com maior número de gêneros e espécies zoocóricas são: Rubiaceae, Fabaceae, Myrtaceae, Euphorbiaceae, Aracaceae, Lauraceae, Cucurbitaceae, Annonaceae, Melastomataceae e Moraceae (KUHLMANN, 2018).

A biodiversidade dos ecossistemas vem sofrendo sucessivas ameaças, que são distribuídas de forma desarmônica (SAWYER, et. al. 2017), e o Cerrado vem sendo um deles, impactado de forma direta e indireta desde a década de 60 e 70, quando houve a modernização da agricultura, refletindo no aumento da população ligada à agricultura e pecuária (SANO et al. 2008).

Foram identificadas 29 famílias distribuídas em 51 gêneros e 67 espécies, sendo na maioria, plantas nativas do Brasil e do Bioma Cerrado. Na Tabela 1 estão todas as espécies identificadas no presente estudo, organizadas em ordem alfabética de acordo com as famílias (CINTRA & ARAÚJO, 2021). A tabela a seguir (Tabela 1) foi retirada deste trabalho de conclusão de curso de 2021, o qual evidencia as espécies encontradas no parque.

Tabela 1. Listagem das espécies arbóreas (DAP ≥ 0,10cm), organizadas em ordem alfabética por família, do Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, Franca – SP, 2021. Fonte: CINTRA & ARAÚJO, 2021.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR
ANACARDIACEAE	<i>Mangifera indica</i> L.	Manga
	<i>Annona coriacea</i> Mart.	Araticum, marôlo
ANNONACEAE	<i>Xylopia aromatica</i> (Lam.) Mart.	Pimenta-de-macaco
	<i>Xylopia sericeae</i> A. St. -Hil.	Pimenta do mato, pindaíba-vermelha
	<i>Aspidosperma parvifolium</i> A. DC.	Guatambú
APOCYNACEAE	<i>Aspidosperma polyneuron</i> Müll. Arg.	Peroba-Rosa
	<i>Aspidosperma tomentosum</i> Mart. & Zucc.	Peroba-do-campo
ARALIACEAE	<i>Didymopanax macrocarpus</i> (Cham. & Schltdl.) Seem.	Mandioqueiro-do-Cerrado
ARECACEAE	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. Ex Mart.	Macaúba, coco-de-espinho

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR
BIGNONIACEAE	<i>Handroanthus chrysotrichus</i>	Ipê-amarelo-paulista
	<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. Ex DC.) Mattos	Ipê-roxo-de-bola
	<i>Handroanthus</i> sp.	
BORAGINACEAE	<i>Zeyheria tuberculosa</i> (Vell.) Bureau ex Verl.	Ipê-tabaco
	<i>Cordia ecalyculata</i> Vell.	Maria-preta, louro-mole
BURSERACEAE	<i>Cordia sellowiana</i> Cham.	Mata-fome, baba-de-boi
	<i>Protium heptaphyllum</i> Rovelli ex André	Almesca
CALOPHYLLACEAE	<i>Calophyllum brasiliense</i> Cambess	Guanandi
	<i>Kielmeyera variabilis</i> Mart. & Zucc.	Pau-santo
CARYOCARACEAE	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.	Pequi
	<i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	Óleo de copaíba
	<i>Diptychandra aurantiaca</i> Tul.	Balsamo do Cerrado, balsaminho
FABACEAE-CAESALPINIOIDEAE	<i>Hymenaea courbaril</i> L.	Jatobá
	<i>Paubrasilia echinata</i> (Lam.) Gagnon, H.C.Lima & G.P.Lewis	Pau-Brasil
	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F.Macbr.	Pau-jacaré
FABACEAE- FABOIDEAE	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	Canafístula
	<i>Schizolobium parahyba</i> (Vell.) Blake var. <i>parahyba</i>	Guapuruvú
	<i>Acosmium subelegans</i> (Mohl.) Yakol.	Chapadinha
FABACEAE- MIMOSOIDEAE	<i>Acosmium dasycarpum</i> Vogel	Perobinha-do-campo
	<i>Bowdichia virgilioides</i> Kunth	Sucupira-preta, sucupira-do-Cerrado
	<i>Dalbergia miscolobium</i> Benth.	Caviúna do Cerrado
FABACEAE- MIMOSOIDEAE	<i>Machaerium nyctitans</i> (Vell.) Benth.	Jacarandá-bico-de-pato
	<i>Platypodium elegans</i> Vogel.	Amendoim-do-campo
	<i>Pterodon emarginatus</i> Vogel.	Sucupira-roxa
FABACEAE- MIMOSOIDEAE	<i>Acacia polyphylla</i> DC.	Monjoleiro
	<i>Albizia polycephala</i> (Benth.) Killip	Angico-branco
FABACEAE- MIMOSOIDEAE	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Angico-branco

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME POPULAR
	<i>Anadenanthera falcata</i> (Benth.) Speg.	Angico-do-Cerrado
	<i>Anadenanthera macrocarpa</i> (Benth.)	Angico-vermelho, angico, angico preto
	<i>Stryphnodendron adstrigens</i> (Mart.) Coville	Barbatimão-de-folha-larga
LAMIACEAE	<i>Aegiphila lhotzkiana</i> (Léo)	Tamanqueiro
	<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez	Canela-fogo
LAURACEAE	<i>Ocotea pulchella</i> (Nees & Mart.) Mez	Canela-fedida
	<i>Ocotea corymbosa</i> (Meisn.) Mez	Canela, canela-preta
LECYTHIDACEAE	<i>Carinianna estrellensis</i> (Raddi) Kuntze	Jequitibá-branco
	<i>Cariniana legalis</i> (Mart.) Kuntze	Jequitibá-rosa
MALPIGHIACEAE	<i>Byrsonima coccolobifolia</i> Kunth.	Murici de flor rosa, Murici de chaparro.
	<i>Byrsonima intermedia</i> A. Juss	Murici-do-campo
	<i>Luehea divaricata</i> Mart. & Zucc.	Açoita-cavalo-miúdo
MALVACEAE	<i>Luehea grandiflora</i> Mart. & Zucc.	Açoita-cavalo
	<i>Eriotheca gracilipes</i> (K. Schum.) A. Robyns	Paineira-do-campo
MELIACEAE	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Cedro rosa
MORACEAE	<i>Ficus guaranitica</i> Chodat.	Figueira-branca
	<i>Brosimum gaudichaudii</i> Trecul	Mamica-de-cadela
MYRISTICACEAE	<i>Virola sebifera</i> Aub	Ucuúba
	<i>Eugenia</i> spp.	
MYRTACEAE	<i>Myrcia tomentosa</i> (Aubl.) DC.	Goiaba-brava
	<i>Myrcia variabilis</i> Mar. ex DC.	Myrcia
	<i>Syzygium jambolanum</i> DC.	Jambolão
OCHNACEAE	<i>Ouratea castaneifolia</i> (DC.) Engl.	Folha-de-castanha
RHAMNACEAE	<i>Rhamnidium elaeocarpum</i> Reissek	Saguaraji
SALICACEAE	<i>Casearia decandra</i> Jacq.	Guaçatunga-branca
	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Guaçatunga
VOCHYSIACEAE	<i>Qualea grandiflora</i> Mart.	Pau-terra-da-folha-larga
	<i>Qualea parviflora</i> Mart.	Pau-terra-do-Cerrado

De acordo com a Resolução SMA n° 057, de 05 de junho de 2016, que revisa as espécies de plantas em extinção no estado de São Paulo, apenas duas espécies, identificadas no estudo de 2021, estão listadas como vulneráveis (VU), são elas: *Zeyheria tuberculosa* (ipê-tabaco), coletada com frutos e *Cedrela fissilis* (cedro rosa).

Nos últimos 30 anos, a espécie *Zeyheria tuberculosa* (ipê-tabaco) sofreu um declínio populacional superior a 30%, devido a superexploração, principal ameaça à espécie. A madeira possui interesse econômico, por ser de excelente qualidade para ser utilizada em construção civil, cercas e ferramentas, as sementes também têm valor comercial, sendo comumente usadas em reflorestamentos (MARTINELLI e MORAES, 2013).

O mesmo ocorre com a espécie *Cedrela fissilis* (cedro rosa), que sofre com a exploração da madeira, além disso, grande parte dos seus habitats fora completamente degradados, sendo convertidos em áreas urbanas, pastagens, culturas agrícolas, entre outros. Supõe-se que, devido a esses fatores, esta espécie tenha sofrido um declínio de pelo menos 30%, assim como a *Zeyheria tuberculosa* (ipê-tabaco) ao longo das últimas três gerações (MARTINELLI e MORAES, 2013).

Considerando este diagnóstico florístico do parque, entende-se a evidência de sua importância. Além disso, os locais arborizados em malhas urbanas são mais agradáveis aos sentidos humanos, reduzem a amplitude térmica, diminuem o potencial de temperaturas extremas, controlam os ventos, promovem sombras, reduzem a poluição atmosférica, sonora e visual. Assim, ameniza os efeitos das ilhas de calor, comuns em centros urbanos (LOCKE; BAINE, 2015; KOLBE et al., 2016; SARTORI et al., 2018 apud. GONÇALVES, et al., 2018). Esses são os chamados serviços ecossistêmicos, determinados pela Lei Federal 14.119/2021 que institui a política do Pagamento por Serviços Ambientais, em seu artigo 2º, parágrafo II. Já a ausência de vegetação neste meio desencadeia o aumento da impermeabilização do solo, aumento da poluição do ar, aumento dos riscos de enchentes, do consumo de energia e perda da qualidade ambiental urbana (DUARTE et al. 2017).

A Resolução CONAMA N°369/2006, em seu artigo 8º, parágrafo 1º afirma que:

considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização

Com a criação da Lei Federal n. 9.985 (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação) em 2000, o parque urbano no Brasil passou a evidenciar sua importância de preservação da biodiversidade para o bem da comunidade, passando a ser o local da preservação ambiental, da contemplação e do bem-estar daqueles que o utilizam e/ou que vivem ao redor do parque (CARDOSO, SOBRINHO & VASCONCELOS, 2015).

Como método de proteção e conservação desses ambientes naturais urbanos, se faz necessário considerar a abordagem da educação, como formadora de cidadãos e transformadora de sociedades.

A Conferência de Tbilisi, de 1977 classifica como principais características da Educação ser um processo dinâmico integrativo, sendo permanente no qual os indivíduos e a comunidade adquirem consciência do seu meio e, com isso, estabelecem valores, habilidades, experiências e a determinação para agir, do indivíduo para o coletivo em busca da resolução dos problemas (BARRETOS, GUIMARÃES & OLIVEIRA, 2009).

A Constituição Federal, de 1988, no inciso VI do parágrafo 1º, artigo 225 institui que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" ambientais.

De acordo com a Lei Federal n°9.795/1999, Artigo 1º:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Nesta mesma lei são definidos dois tipos de educação ambiental: a formal, desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino, públicas e privadas, e a não formal, relativa às ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Em conformidade com a legislação federal, a resolução nº 2 do Ministério da Educação, de 2012, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, reintegra que esta é um componente essencial e permanente a Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integralmente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Além disso, o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), define a EA como um processo de formação e transmissão de informação, voltado à promoção e desenvolvimento da consciência crítica, sobre assuntos ambientais e de atividades que propiciem a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental (DIAS; DIAS, 2017).

No estado de São Paulo, foi instituída a Lei nº 12.780/2007, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Em seu Artigo 3º afirma:

Entende-se por Educação Ambiental os processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando à melhoria da qualidade da vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que a integra.

Pode-se afirmar que esta modalidade se caracteriza por incorporar as dimensões socioeconômicas, política, cultural e histórica, não se baseando em pautas rígidas e de aplicação universal, sendo considerado, portanto, as peculiaridades de cada país, região e comunidade, principalmente sob uma perspectiva histórica (LEÃO & SILVA, 1995 *apud*. Da SILVA, 2017). De acordo com o autor:

(...) Educação Ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conformam o ambiente, com vistas a utilizar racionalmente os recursos do meio na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro (LEÃO & SILVA, 1995 *apud*. Da SILVA, 2017 p.166).

Em concordância com este pensamento, Jacobi (2003) afirma que a Educação Ambiental é baseada no diálogo e na interação interpessoal, construindo uma opinião crítica em constante processo de recriação e reinterpretação de informações, que se originam do aprendizado escolar ou da vivência do aluno.

Entretanto, existem ainda dificuldades no processo de educação, principalmente na participação dos alunos, além disso, conciliar o alcance das demandas e das ações propostas resulta em uma aplicação que desvia sua atenção das necessidades da comunidade e do aluno como formador de opinião e membro da sociedade, necessitado de uma formação crítica e reflexiva (JACOBI, 2003).

Como método de Educação Crítica, o economista e político francês, Jacques Delors, determinou, em 1996, uma linha de aprendizagem seguindo quatro pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser.

De acordo com o autor, aprender a conhecer pretende que cada um aprenda a compreender o mundo em que vive, mas primeiramente, aprender a aprender, exercitando a atenção, memória e pensamento. O jovem contemporâneo deve aprender a prestar atenção de forma que entenda que aprender requer paciência e espera, algo dificultado pela velocidade acelerada atual.

Este processo é interminável, pois pode enriquecer-se com qualquer experiência, por exemplo a de trabalho quando este torna-se menos rotineiro. Portanto, objetiva impulsionar e dar base para as pessoas continuarem a aprender ao longo de toda a vida, no trabalho e fora dele (DELORS, 1996).

O autor ainda afirma que o aprender a fazer está ligado a formação profissional, ensinar ao aluno como colocar em prática seus conhecimentos, como aprender a comportar-se, de maneira eficaz, numa situação de incerteza, como participar da criação do futuro.

Aprender a viver em comunidade, tendo como metodologia o contato entre diferentes grupos, em um contexto igualitário, em busca de um objetivo em comum. Passa a descoberta do outro e pela descoberta de si mesmo, só assim poderão ter empatia e compreensão na vivência de outros. Ou seja, desenvolver projetos de cooperação, desde a infância, estimulando a participação do aluno em atividades sociais (DELORS, 1996).

Finalmente, Delors (1996) explica que aprender a ser pretende que todos tenham o preparo na elaboração de pensamentos autônomos e críticos, para formular os seus próprios juízes de valor, assim, aprender a decidir por si mesmo como agir nas diversas circunstâncias da vida. Portanto:

Mais do que preparar as crianças para uma dada sociedade, o problema será, então, fornecer-lhes constantemente forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que as rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino (p. 100).

A respeito da utilização de parques para a Educação Ambiental Crítica, Pereira (*et al.*, 2020) descreve que:

Os parques são espaços destinados à construção de uma consciência ecológica, nos quais os cidadãos podem compreender os processos naturais por meio do contato direto com os elementos da natureza (fauna e flora) e utilizam essas informações na conservação dos recursos ambientais (p.59).

Sabe-se que o Bosque dos Angicos já é utilizado para educação ambiental pelos Escoteiro da Franca do Imperador e visitas de escolas como em 2017, pela Escola Municipal Augusto Marques, no projeto denominado “Mogli, o menino lobo” (FRANCA, 2017).

Portanto, o planejamento urbano junto de políticas públicas de educação ambiental e a sociedade necessitam de buscar um desenvolvimento justo, através da consciência coletiva, dessa forma, garantindo um ambiente saudável presente e futuro (BRASIL, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Seguiu-se como metodologia pesquisa qualitativa, com busca de referencial bibliográfico a respeito da caracterização do bosque e da Educação Ambiental crítica e dialógica seguindo os princípios de Jacques Delors (1996).

De acordo com Martins (2004), a metodologia qualitativa levanta questões éticas, isso devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados. Em concordância com este pensamento, Da Matta (1991) afirma que é necessário considerar a interação complexa entre investigador e o sujeito investigado, que, mesmo sem se comunicarem, compartilham de um mesmo universo de experiências humanas. É um método que necessita de atenção especial, dessa forma, o pesquisador precisa saber buscar aquilo que não se enxerga com tanta facilidade, que teima em se esconder em discursos comuns, ou seja, necessita de uma percepção crítica.

Gil (1991) afirma que a metodologia bibliográfica se propõe analisar as diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas principalmente a partir de fontes bibliográficas. Volpato (2011), acredita que todo cientista busca por respostas ainda não encontradas, as pesquisas que não possuem respostas previsíveis trazem grande novidade e mudam o rumo de pesquisas futuras da área.

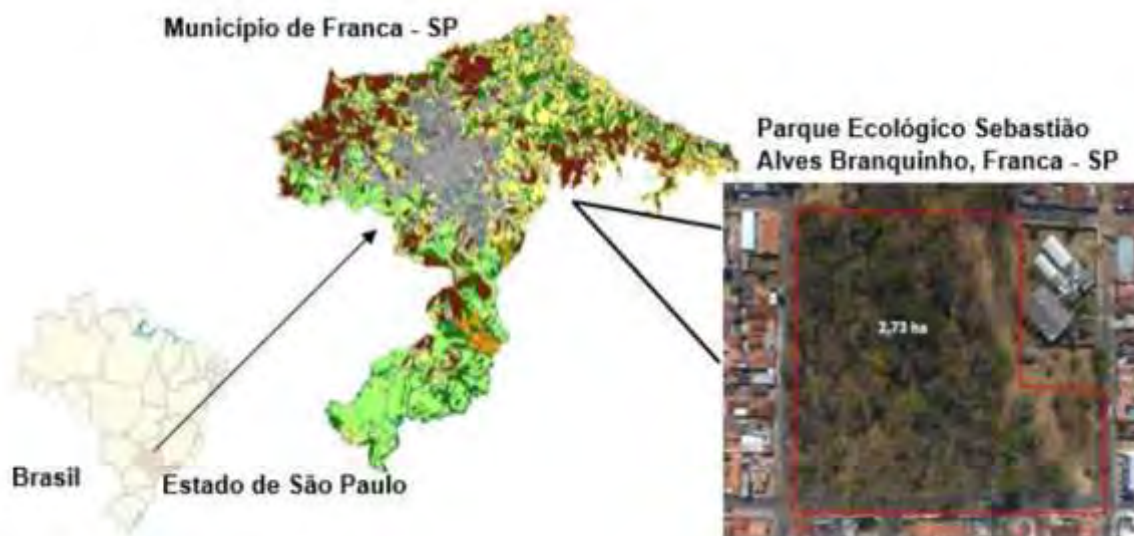


Figura 3. Panorâmica da área estudada, Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, Franca – SP, 2021.
Fonte: CINTRA & ARAÚJO, 2021.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Bosque dos Angicos é um exemplo de fragmento que vem oferecendo serviços ecossistêmicos à população, servindo na limpeza do ar, equilíbrio da temperatura e lazer aos habitantes da cidade. Além de possuir em seu território duas espécies consideradas vulneráveis no estado de São Paulo, *Zeyheria tuberculosa* (ipê-tabaco) e *Cedrela fissilis* (cedro rosa).

Este bem patrimonial pode ser valorizado de outras formas, como por exemplo, na aplicação de oficinas pedagógicas. Sabendo que o método rígido de uma metodologia pedagógica mais teórica não se enquadra quando implementado em uma educação ambiental, sendo que, a educação é a formação de cidadãos e transformadora da comunidade, a metodologia de Jacques Delors (conhecer, fazer, viver e ser) parece alcançar o esperado para transformar os alunos e inspirá-los ao pensamento crítico quanto ao meio em que vive e como vive.

Com as oficinas, os alunos aprenderão a conhecer o meio ambiente, o bioma Cerrado e a importância do parque para a cidade como um todo. Para a aprendizagem do fazer, a aplicação apresentará atividades práticas das quais os alunos se incluirão como agentes transformadores e comunicadores, além de participarem de atividades de práticas ambientais na proteção e conservação do parque. Aprender a viver em comunidade, com os demais grupos sociais e participantes das oficinas, onde haverá a troca de experiências e a aprendizagem mútua entre alunos e professores. Por fim, aprender a ser, com todo o conhecimento transmitido, conseguirão formar pensamentos críticos a respeito de si mesmos e do meio em que vivem.

Portanto, este trabalho propõe a aplicação de oficinas pedagógicas utilizando os pilares de Jacques Delors para auxiliar na restauração, conservação e proteção do Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho / Bosque dos Angicos, no município de Franca - SP, como metodologia transformadora e criadora de pensamentos críticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Cerrado é um bioma que vem perdendo espaço no território brasileiro há muito tempo, um dos fatores é a própria expansão urbana, onde se encontravam florestas passaram a ser moradias e comércio da população.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os parques encontrados em malha urbana oferecem diversos benefícios para a saúde da população, além disso, servem de abrigo para a fauna local e são fragmentos da flora que antes havia em todo o entorno.

Assim, a Educação Ambiental Crítica como metodologia das oficinas pedagógicas propostas no Bosque, acarretarão na transformação social e ambiental do local e dos envolvidos, promovendo uma educação de qualidade, como prevê um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015)

REFERÊNCIAS

Agência IBGE Notícias. IBGE lança mapa inédito de Biomas e Sistema Costeiro-Marinho, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agenciade-noticias/releases/25798-ibge-lanca-mapa-inedito-de-biomas-e-sistemacosteiro-marinho>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

ARAUJO, A. R. B., TEIXEIRA, M. I. J. G., VALERI, S. V., RODRIGUES, R. R. Florística e Fitossociologia de Área de Cerrado S.S. no Município de Patrocínio Paulista, Nordeste do Estado de São Paulo, Bragança, Campinas, v. 63, n. 1, p. 1-11, 2004. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/3266/S0006-87052004000100001.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

BARRETO, K.F.B.; GUIMARÃES, C.R.P.; OLIVEIRA, I.S.S. O zoológico como recurso didático para a prática da Educação Ambiental. Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, n.15, p. 79-91, 2009.

BRASIL (2000). Lei Federal nº9.985/2000. "Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza". Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm >. Acesso em: 30 de set. de 2022.

BRASIL, Diário Oficial da União. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.119-de-13-de-janeiro-de-2021-298899394>. Acesso em: 25 de janeiro de 2022.

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192 > Acesso em: 30 de set. de 2022.

BRASIL. Plano de mobilidade por bicicleta nas cidades. Coleção Bicicleta Brasil, caderno 1, Secretaria Nacional de Transporte de Mobilidade Urbana. Brasília: MS, 2007.

CARDOSO, S. L. C.; SOBRINHO, M. V.; VASCONCELLOS, A. M. A.; Gestão Ambiental de Parques Urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. Revista Brasileira de Gestão Urbana, Belém, p. 74-90, 2015.

CINTRA, R.C., ARAÚJO, A.R.B. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Franca (UNIFRAN). Levantamento da flora arbustivo-arbórea no Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho, no município de Franca – SP, 2021.

COUTINHO, L.M. Biomas brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

COUTINHO, L.M. O conceito do Cerrado, 1978. Disponível em: <http://files.pedroeisenlohr.webnode.com.br/200000479-d64cfd7473/Coutinho%201978.pdf>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

Da MATTA, R. Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DA SILVA, Heloína Oliveira. A importância da educação ambiental no âmbito escolar. **Revista Interface (Porto Nacional)**, n. 12, p. 163-172, 2017.

DELORS, Jacques et al. **Educação: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI**. Cortez, 1996.

Demo, P. (2004). Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. 2.ed. Campinas, SP: Editora Papirus, 135p. ISBN 85-308-0624-7

DIAS, A.A.; DIAS, S.M.O. Educação Ambiental: a agricultura como modo de sustentabilidade para a pequena propriedade rural. *Revista de Direitos Difusos, Rondônia*, v. 68, p. 161-178, 2017.

DUARTE, T.E.P.N. et al. Arborização urbana no Brasil: um reflexo de injustiça ambiental. *Ver Terr@Plural*, v.11, n.2, p.291-303, 2017.

FRANCA, SÃO PAULO. Lei nº 3.858, de 20 de novembro de 1990. Dá a denominação de Sebastião Alves Branquinho à área de lazer do Bairro São Joaquim desta cidade e dá outras providências. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/f/franca/lei-ordinaria/1990/386/3858/lei-ordinaria-n-3858-1990-da-a-denominacao-de-sebastiao-alves-branquinho-a-area-de-lazer-do-bairro-sao-joaquim-desta-cidade-e-da-outras-providencias?q=+3.858> > Acesso em: 29 de set. de 2022.

FRANCA, SÃO PAULO. Projeto da Escola Augusto Marques incentiva respeito aos animais e à natureza, 2017. Disponível em: <https://www.franca.sp.gov.br/noticias/educacao/projeto-da-escola-augusto-marques-incentiva-respeito-aos-animais-e-a-natureza>. Acesso em: 30 de set. de 2022.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIOLI, L. D. Florística do Parque Ecológico Sebastião Alves Branquinho Franca – SP: Estudo Preliminar Visando a Educação Ambiental, Franca, 1998.

GONÇALVES, Larisse Medeiros et al. Arborização urbana: a importância do seu planejamento para qualidade de vida nas cidades. *Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde*, v. 22, n. 2, p. 128-136, 2018.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa* [online]. 2003, n. 118 [Acessado 28 Setembro 2022], pp. 189-206. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>>. Epub 02 Set 2003. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742003000100008>.

KUHLMANN, M. Frutos e sementes do Cerrado: espécies atrativas para a fauna: volume 1. – 2. Ed. – Brasília: M.K. Peres, 2018. 464 p.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARTINELLI G., MORAES M. A. Livro vermelho da flora do Brasil, 1. ed. - Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://dspace.jbrj.gov.br/jspui/handle/doc/26>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

Martins, Heloisa Helena T. de Souza Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa [online]. 2004, v. 30, n. 2 [Acessado 29 Setembro 2022], pp. 289-300. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>>. Epub 01 Out 2004. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>.

NARCIZO, K. R. dos S. UMA ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], v. 22, 2012. DOI: 10.14295/remea.v22i0.2807. Disponível em: <https://seer.furg.br/remea/article/view/2807>. Acesso em: 26 set. 2022.

PEREIRA, O. A.; SIQUEIRA, A. C.; VILAÇA, F. A.; FRENEDOZO, R. de C. A Educação Ambiental no Parque Ecológico Mário do Canto - Itaquaquecetuba-SP: uma percepção pelos frequentadores. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 46-63, 2020. DOI: 10.26843/rencima.v11i2.2709. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/view/2709>. Acesso em: 29 set. 2022.

REIS L. São Paulo Protege Cerrado no Centro-Oeste Paulista, 2018. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/2018/12/saopaulo-protege-Cerrado-no-centro-oeste-paulista/>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

ROOS, Alana; BECKER, Elsbeth Leia Spod. Educação ambiental e sustentabilidade. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, p. 857-866, 2012.

SANO, E. E., ROSA, R., BRITO, J. L. S., FERREIRA, L. G. Mapeamento Semidetalhado do Uso da Terra do Bioma Cerrado, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pab/a/d849WYR63MFQSN9wVx7ZtYn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

SÃO PAULO, Brasil (2016). Resolução SMA nº 057, de 05 de junho de 2016. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2016/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-SMA-057-2016-subst-300616.pdf>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

SÃO PAULO, Brasil (2017). Resolução SMA nº 07, de 18 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://smastr16.blob.core.windows.net/legislacao/2017/01/resolucao-sma-007-2017-processo-15.947-2009-criterios-e-parametros-para-compensacaoambiental-de-areas-objetode-pedido-de-autorizacao-para-supressao.pdf>. Acesso em: 28 de set. de 2022.

SÃO PAULO. Resolução CONAMA N°369 de 28 de março de 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104080> > Acesso em: 30 de set. de 2022.

SÃO PAULO, Lei estadual nº12.780 de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20Fica%20institu%C3%ADa%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.&text=Artigo%205%C2%BA%20%2D%20A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental,dos%20processos%20de%20gest%C3%A3o%20ambiental>. Acesso em 30 Set. de 2022.

SAWYER, D., MESQUITA, B., COUTINHO, B., ALMEIDA, F. V., FIGUEIREDO, I., LAMAS, I., PEREIRA, L. E., PINTO, L. P., PIRES, M. O., KASECKER, T. Perfil do Ecosistema Hotspot de Biodiversidade do Cerrado, 2017. Disponível em: <https://www.cepf.net/sites/default/files/cerrado-ecosystem-profile-prupdated.pdf>. Acessado em: 27 de set de 2022.

VOLPATO, G.L. Método lógico para redação científica. Botucatu: Best Writing, 2011.

CENÁRIOS PROSPECTIVOS COMO FERRAMENTA PARA O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PROSPECTIVE SCENARIOS AS A TOOL FOR STRATEGIC PLANNING

BETTARELLO, Flávio Jorge

Mestrando em desenvolvimento regional na UniFACEF

flaviobettarello@gmail.com

BETTARELLO, Eduardo Jorge

Mestrando em desenvolvimento regional na UniFACEF

ebettarello4@gmail.com

TURAZZA, Débora Nogueira

Mestrando em desenvolvimento regional na UniFACEF

adv.deboranogueira@gmail.com

OLIVEIRA, Abelardo de Paula

Mestrando em desenvolvimento regional na UniFACEF

abelardo.paula@gmail.com

NETO, Alfredo José Machado

Professor Doutor da UniFacef

alfredo.unifacef@gmail.com

Resumo

A prospecção de cenários, atualmente, é uma ferramenta indispensável em uma corporação, pois ela auxilia no planejamento estratégico e em tomadas de decisões futuras, trazendo mais confiabilidade e tranquilidade para empresa. Este artigo tem como objetivo analisar a aplicabilidade de cenários prospectivos trazendo como base a visão de uma indústria metalúrgica na cidade de Franca, localizada no interior do estado de São Paulo, para o período de 2023 à 2028. Através de uma metodologia qualitativa, bibliográfica e exploratória, serão apresentadas as principais fases da construção dos cenários propostos. A metodologia utilizada é composta pelo Método proposto por Blanning e Reinig, para a prospecção dos possíveis cenários futuros, da Matriz de Impactos Cruzados e do Método Delphi, para o levantamento das diversas probabilidades de eventos futuros. Em conclusão pretende-se obter três prováveis cenários futuros: Otimista; Pessimista e Realista. Tais cenários servirão de base para o planejamento estratégico da empresa. Como contribuição adicional, este artigo possibilitará, ainda, o conhecimento básico desta ferramenta indispensável em qualquer empresa ou instituição.

Palavras-chave: Prospecção de cenários, Eventos, Futuro.

Abstract

The prospection of scenarios is currently an indispensable tool in a corporation because it assists in strategic planning and in future decision making, bringing more reliability and security to the company. The objective of this article is to analyze the applicability of prospective scenarios based on the vision of a metallurgical industry in the city of Franca, located in the interior of the state of São Paulo, for the period 2023 to 2028. Through a qualitative, bibliographical and exploratory methodology, the main phases of the construction of the proposed scenarios will be presented. The methodology used is composed of the Method proposed by Blanning and Reinig, for the prospection of possible future scenarios, the Cross Impact Matrix and the Delphi Method, for the survey of the various probabilities of future events. In conclusion, the intention is to obtain three probable future scenarios: Optimistic, Pessimistic, and Realistic. These scenarios will serve as a basis for the company's strategic planning. As an additional contribution, this article will also enable the basic knowledge of this indispensable tool in any company or institution.

Keywords: Prospecting scenarios, Events, Future.

1. INTRODUÇÃO

Quando pensamos nos principais aspectos de negócio, que podem afetar a competitividade de uma empresa, como obter crescimento de lucros e cota de mercado, como instaurar com sucesso seus novos produtos, como encontrar e atrair novos talentos e como obter fidelidade e satisfação continua dos clientes, tudo em futuro pré-determinado, nos deparamos com o conceito de que diretores e gerentes de uma corporação devem viver para o futuro (WADE, 2013).

Analisar e responder estas questões, no contexto complexo, globalizado e obscuro que se encontram as empresas atualmente, torna cada vez mais difícil definir estratégias que terão êxito no futuro, sendo, portanto, fundamental utilizarmos de ferramentas destinadas a este planejamento, tal como a prospecção de cenários futuros (MARCIAL, 2005). A prospecção de cenários é um instrumento que possibilita reduzir as incertezas ambientais, ao permitir a análise de diversas probabilidades de futuro em uma realidade virtual.

Para indústria brasileira em geral, pode-se dizer que as dificuldades e necessidades se ampliam, pois estudos apresentados na últimas décadas mostram que o Brasil está passando por um grave e precoce processo de desindustrialização (RIBEIRO, 2021).

Portanto o objetivo desta pesquisa será conceituar e analisar a importância da aplicação de cenários prospectivos em uma empresa. Como estudo de caso, a base para esta análise será através de uma indústria metalúrgica da cidade de Franca, interior do estado de São Paulo, com a aplicação do projeto de cenários prospectivos para poder enxergar além dos eventos atuais, traçando objetivos em longo prazo e mantendo recursos para enfrentamento das turbulências que inevitavelmente ocorrerão (SCHWARTZ, 2003).

Como metodologia, este artigo trabalha com o preenchimento de questionários para uma análise qualitativa e, através de pesquisas bibliográficas e exploratórias, busca o embasamento teórico necessário para sua aplicabilidade.

Como premissa, será direcionado seis pessoas para analisar e liderar o preenchimento de questionários que apontará quais eventos que visualizam como impactante para o futuro da empresa do estudo de caso, dos seis integrantes, um é o sócio fundador da empresa, quatro integrantes são mestrandos do curso de pós graduação interdisciplinar em desenvolvimento regional da Uni-Facef, sendo dos quatro, dois atuantes diretamente na empresa estudada, com uma visão focada e em cargos de decisão dentro da corporação. O sexto integrante é professor do curso de pós graduação interdisciplinar em desenvolvimento regional da Uni-Facef.

Para a realização da pesquisa será utilizado o Método Delphi, para levantar, nas opiniões de pessoas, de dentro e fora da corporação, quais são os prováveis eventos futuros que poderão vir a impactar na empresa nos próximos cinco anos. O objetivo é levantar, pelo menos, vinte eventos, e analisar as probabilidades de suas ocorrências e o quanto cada evento é favorável ou desfavorável para a empresa. O cruzamento dessas informações permitirá a construção dos três cenários: Otimista; Pessimista e Realista.

Em seguida, considerando a probabilidade de ocorrência dos eventos, será construída a Matriz de Impactos Cruzados, que busca analisar a dependência entre os eventos, bem como a identificação das forças motrizes do sistema, ou seja, aqueles eventos que, se vierem a ocorrer, irão impactar todos os demais (MARCIAL, 2005).

Por fim se tem a análise de três cenários, um cenário contextualizando os eventos com boa probabilidade de ocorrência e com boa favorabilidade, ou seja, um cenário otimista que denominamos de “Escoamento Laminar”. Um segundo cenário apresentando os eventos com boa probabilidade de ocorrência, mas com baixa favorabilidade, ou seja, um cenário pessimista que denominamos de “Escoamento Turbulento”. O terceiro e último cenário analisado é um cenário realista que considerará apenas os eventos com alta taxa de probabilidade de ocorrência, independentemente de sua favorabilidade, chamaremos este cenário de “Escoamento de Transição”.

Para descrever e desenvolver o conteúdo, o artigo será dividido em três seções, além desta Introdução. A primeira seção apresentará o referencial teórico, trazendo embasamentos sobre cenários prospectivos, desde sua história até suas principais técnicas de aplicações. Na segunda seção será apresentada a aplicabilidade do Método Delphi vinculado ao Método dos Impactos Cruzados, para demonstrar qual o impacto que a ocorrência (ou não ocorrência) de cada evento causa sobre os demais, buscando definir as “forças motrizes” do sistema.

E por fim, a conclusão será feita através de considerações parciais e análises sobre a implantação do método de análise de cenários nesta indústria metalúrgica.

2. OS CENÁRIOS PROSPECTIVOS

2.1. HISTÓRICO

Para a melhor compreensão do que realmente se trata os cenários prospectivos é necessário olhar para história e entender o início do conceito. Na época dos faraós do Egito antigo, no início da primavera, os sacerdotes e oráculos se reuniam às margens do Rio Nilo, buscando, através da análise do nível e da coloração das águas do rio, prever, antecipadamente, os resultados das colheitas. Foi daí que surgiu o nome do Método Delphi, cujos procedimentos serão descritos no capítulo sobre a metodologia do trabalho. Profetas bíblicos, magos, bruxos são exemplos também de pessoas que sempre buscaram visualizar o futuro. A humanidade sempre buscou através da ciência prever o futuro (MARCIAL, 2005).

Após a segunda guerra mundial, a formação de cenários foi muito utilizada pela Força Aérea Americana (FAA) e assim se iniciaram os planejamentos e simulações de guerra buscando prever o combate com o inimigo (SCHWARTZ, 2000). Até mesmo peritos e especialistas foram contratados para desenvolver e elaborar objetivos futuros no campo bélico, estratégico e tático. Desta forma a análise não era mais feita para um único futuro e sim para diversas possibilidades de futuros. Apesar de já conceituada a prospecção de cenários, o termo foi referenciado apenas em 1957, por Gaston Berger, em “A atitude prospectiva” (MARCIAL, 2005).

Segundo Marcial (2005), além de Berger que criou a palavra prospectiva, deixando de lado a previsão, palavra até então amplamente utilizada, muitos autores colocam Herman Kahn como a pessoa que desenvolveu a metodologia de prospecção de cenários e iniciou sua popularização. Ainda segundo o autor, o método Delphi que trataremos nesta pesquisa foi elaborado em 1964 por Olaf Helmes.

Pode-se dizer que um marco expressivo da utilização da prospecção de cenários em uma corporação se iniciou nos anos 70, com o francês Pierre Wack, na área de planejamento da Royal Dutch Shell. No ano de 1988, ao lado de Peter Schwartz, Wack fundou a Global Business Network (GBN), empresa especializada no emprego de cenários como instrumento de planejamento estratégico corporativo (MARCIAL, 2005).

No Brasil, os cenários vêm se intensificando dentro das empresas, porém ainda é uma prática recente, iniciada em meados da década de 80 por empresas governamentais, tais como o BNDES, Eletrobrás, Petrobrás e Eletronorte (BUARQUE, 1998).

2.2. TURBULÊNCIAS E INCERTEZAS

Antes de iniciar qualquer debate de prospecção de cenários, ou até mesmo o desenvolvimento dos eventos futuros, é necessário ter em mente que momentos turbulentos sempre ocorrerão e que, nestes momentos, sempre teremos surpresas e teremos que saber lidar com elas, pois o sucesso de um planejamento é saber se preparar para estas surpresas (SCHWARTZ, 2003).

Para tanto, segundo Schwartz (2003), é necessário tomar cuidado com duas reações naturais quando nos deparamos com algumas surpresas, a negação e a defesa que podem, juntas ou não, colocar em risco qualquer planejamento estratégico ou até mesmo a operacionalidade de uma empresa. Negar a situação de um produto ou de um evento pode causar danos irreparáveis em uma corporação, pois com a negação a mesma não se preparará para o evento e sua chegada pode ser catastrófica. Apesar de contrária a negação, a defesa pode representar o mesmo desastre de uma negação, pois as pessoas buscarão se proteger cortando gastos e investimentos e assim perdendo oportunidades únicas. Em momentos turbulentos, de tanta incerteza, a conclusão mais sensata é que não fazer nada a respeito de um evento é a decisão mais arriscada.

E os eventos completamente inesperados? Eventos isolados que com toda certeza, poucas pessoas considerariam? Estes eventos raros com baixíssima probabilidade de ocorrência são chamados de Cisnes Negros, que se ocorrerem, terão impactos profundos e em alguns casos, irreversíveis. Não necessariamente um cisne negro será negativo, podem ocorrer eventos imprevisivelmente raros com característica positiva e que pode afetar apenas uma única corporação (TALEB, 2008).

Outro fator destacado por Taleb (2008) é que, após um evento cisne negro, muitas pessoas analisam o ocorrido e chegam à conclusão que o mesmo faz sentido, que na realidade não foi tão surpreendente.

É impossível não exemplificar o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 como o principal evento cisne negro, porém existiram, apesar de seu caráter raro e improvável, quando analisado após o ocorrido, é possível verificar que o sistema interno de segurança americano era falho e que o ataque sim poderia ter sido prospectado, aliás, ele foi previsto pela GBN em trabalhos enviados ao governo norte americano (SCHWARTZ, 2003).

2.3. UMA VISÃO DE MERCADO – O PLANEJAMENTO

O planejamento de cenários é uma forma singular de preparar uma empresa para enfrentamento, não apenas de um único cenário provável, mas sim, para algumas possibilidades que possam vir a ocorrer. Ao invés de focar apenas em projeções da realidade atual para o futuro, este planejamento busca abrir a visão do mercado e principalmente a de tomadas de decisões, pois nunca haverá apenas um futuro certo. Como fruto do trabalho de prospecções de cenários, a empresa poderá se deparar com diferentes visões de diferentes futuros em variados eventos, não apenas eventos globais, mas também, eventos específicos à empresa, tais como aparecimento de novos concorrentes, novos produtos, novos clientes, fornecedores entre outros. Nesta conjuntura, pode a equipe de planejamento se flexibilizar para se preparar para todos possíveis cenários futuros que enfrentarão, garantindo agilidade, força e tomadas de decisões coerentes. Além de com a visão aberta, mesmo em eventos não previstos ou até mesmo pautados anteriormente, uma equipe acostumada a lidar com prospecção de cenários terá maleabilidade e aceitação para o enfrentamento (WADE, 2013).

Infelizmente ainda é possível se deparar com departamentos de planejamento de varias corporações, que são céticos a forças ocultas e que consideram meramente o futuro como simplesmente uma extrapolação do presente, ou seja, que todos os eventos se manterão como em uma cadeia de evolução. Podem-se destacar duas formas de extrapolação, a primeira, uma extrapolação numérica, matemática, ou seja, constrói-se o planejamento do futuro apenas alterando números dos últimos anos, criando cenários com eventos semelhantes ao presente. A segunda é uma extrapolação mental, que da mesma forma da primeira, coloca o futuro completamente moldado pelo presente, deixando toda a situação extremamente confortável pelas inexistências de surpresas (WADE, 2013).

Ainda segundo Wade (2013), é sim necessário compreender o presente, para se planejar o futuro, mas é necessário ir além, é necessário buscar enxergar o imprevisto, o imaginável ou até mesmo aquele evento que todos da empresa sabem que pode ocorrer, porém nunca é pautado, como a entrada forte de um novo concorrente. Fazendo isto, toda a equipe estará mais preparada para enfrentar o futuro.

Uma forma clara e sensata de iniciar um trabalho eficaz de prospecção de cenários é analisar as tendências existentes. Para isso é fundamental limpar a mente e aceitar que nada se sabe, para pôr fim conseguir ter uma visão do futuro e das tendências existentes sem nenhum preconceito ou influência. É preciso focar em todas as mudanças, para não ter a incapacidade de detectar as mudanças mais simples que passam na nossa frente, pois as mudanças podem ser muito complexas e duradoras que não conseguimos notar, ou até mesmo normais demais e pequenas que passem despercebidas (LINDKVIST, 2010).

As tendências podem ser separadas em três tipos, as microtendências que possuem duração curtas, de um a cinco anos, as macrotendências que pode durar de uma a duas décadas e as megatendências que costumam durar mais de duas décadas. Cada uma será de analisada e valorada de acordo com o horizonte do cenário aplicado (LINDKVIST, 2010).

E quais são as tendências mais importantes? De acordo com Wade, a resposta para este questionamento é simples:

A resposta é: “Depende. Quase tudo pode ser relevante, especialmente porque o objetivo do exercício como um todo é pensar criativamente. Nesse caso, pode ser instrutivo explorar relações de causa e efeito menos óbvias. O futuro será afetado por muitas forças cujo impacto é apenas indireto.

Nessa fase do processo, você deve estar imaginando quais poderiam ser elas.” (WADE, 2013, p.32).

Segundo Wade (2013), para um bom gestor conseguir trazer a liderança para sua essência, que é constantemente trabalhar com o futuro, direcionando a equipe com a visão necessária para a realidade, auxiliando e inspirando para o enfrentamento do imprevisto, o autor indica, de forma clara, o planejamento de cenários:

“O planejamento de cenários é, portanto, uma ferramenta fundamental para qualquer pessoa que não esteja apenas gerindo, mas também liderando. Ele facilita a capacidade de criar uma visão realista do futuro, bem como a de criar as estratégias que garantirão o sucesso quando você chegar lá.” (WADE, 2013, p.14)

Portanto, é fundamental atentar-se que mesmo a previsão ou prospecção melhor executada, ela nunca absorverá e retratará todos os impactos futuros, porém as empresas que consideram um evento futuro, com toda certeza ela estará mais preparada para enfrenta-lo (WADE, 2013), pois segundo Wade:

“...a função do planejamento é explorar os futuros possíveis e, então, com confiança, tomar as medidas necessárias para melhorar a flexibilidade e a capacidade de resposta da sua organização às diferentes oportunidades e ameaças que esses futuros possam trazer. Exploração mais preparação: esse é o verdadeiro sentido do planejamento.” (WADE, 2013, p.21)

3. CONSTRUÇÃO DE CENÁRIOS - MÉTODO DELPHI E MATRIZ DE IMPACTOS CRUZADOS

A construção de cenários prospectivos se torna a cada dia, uma ferramenta extremamente importante a fim de testar, desenvolver e analisar o desempenho das organizações em situações dinâmicas. O potencial de um planejamento de cenários é surpreendente em inúmeros aspectos, basta saber trabalhar de forma correta e sensata o método utilizado, ou até mesmo, criado. Esta ferramenta é fundamental para motivar uma equipe, agregar conhecimentos, mas principalmente para tomadas de decisão (JUNIOR, 2010).

Nunca se sabe se uma empresa se deparará nos próximos anos com um cenário de Caos e caso ocorra, pode ser que possamos nos beneficiar com alguns momentos de caos, principalmente, provocados por movimentações políticas e econômicas (KOTLER, 2008).

Para esta pesquisa foi utilizada a metodologia de prospecção de cenários de Blainning e Reinig (1998), como subsídio teórico e prático de análise dos eventos. Como metodologia, este método utiliza uma análise em grupo que busca alinhar as diferentes opiniões da equipe minimizando conflitos de opiniões. Segundo Marcial (2005), em uma análise em grupo, opiniões ou até mesmo ideologias ligadas a inúmeros aspectos podem causar divergências e consequentemente conflitos, porém é exatamente o que este método busca eliminar através de três premissas:

- Anonimato – Busca eliminar influências do grupo que possam superar a visão individual;
- Disposição estatística dos dados;
- Retroalimentação do raciocínio elaborado.

Desta forma, a equipe é dividida em dois grupos, um de peritos que realizarão a análise e facilitará a elaboração através do raciocínio lógico e o segundo grupo de analistas que analisa e interpreta o resultado (MARCIAL, 2005).

Como projeto futuro deste estudo de caso, serão estabelecidos todos os agentes necessários para desempenhar as tarefas descritas.

Abaixo, na tabela 1, é possível verificar que existirá uma seleção de vinte eventos que serão escritos e esclarecidos.

Matriz de Probabilidade x Favorabilidade

nº	Eventos	Prob.	Favorab.	Descrição dos Eventos
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

Tabela 1 – Matriz de Probabilidade x Favorabilidade - Fonte: Elaborado pelos autores

Nesta tabela serão apresentados os vinte eventos selecionados pela equipe, descritos a seguir para que se tenha clareza para todos de sua descrição. Nesta mesma tabela serão analisados evento por evento, sua probabilidade de ocorrência dentro do período de 2023 a 2028, e também, caso ocorra, o grau de favorabilidade daquele evento para empresa em estudo.

Após todos os eventos qualificados e listados, através do gráfico 1 é possível identificar três possíveis cenários.

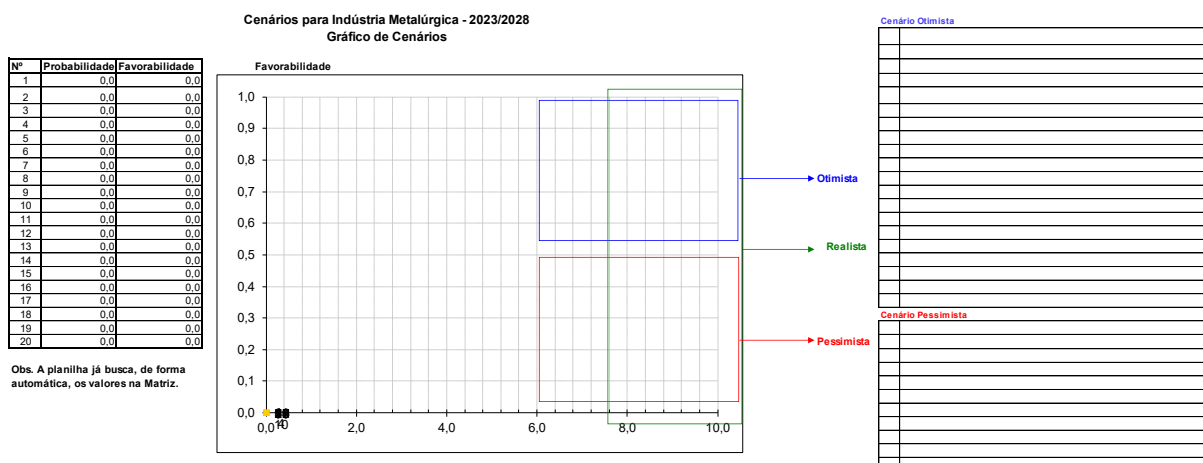


Gráfico 1 – Gráfico de cenários - Fonte: Elaborado pelos autores

Através do gráfico de cenários se analisará os cenários otimista, pessimista e o realista. Segundo Wade (2013), nomear um cenário facilita na identificação e associação do mesmo perante seus participantes, portanto os cenários serão nomeados de acordo com um conceito hidráulico de escoamento de fluidos, nomes que foram escolhidos devido à atuação da empresa no segmento.

O cenário otimista levantado será denominado de “Escoamento laminar”, pois escoamentos laminares são escoamentos tranquilos e uniformes, onde não é necessário se preocupar, pois provavelmente nada de errado ocorrerá. O cenário pessimista será denominado como “Escoamento turbulento”, como o próprio nome já descreve, escoamentos turbulentos são escoamento que não apresentam padrões e tão pouco trazem tranquilidade em sua análise. Já o cenário realista será denominado como “Escoamento de transição”, pois é o escoamento em que transita entre os dois tipos anteriores, trazendo turbulências e tranquilidades para sua análise.

Os parâmetros de limites entre pessimista, otimista e realista podem ser alterados de acordo com o resultado dos eventos selecionados, porém seguem uma lógica que eventos com boa probabilidade de ocorrência e com alta favorabilidade se enquadrarão no cenário otimista, já os eventos com a boa probabilidade de ocorrência, porém com baixa favorabilidade serão direcionados para o cenário pessimista. O cenário realista buscará apenas os eventos com alta probabilidade de ocorrência independentemente de sua favorabilidade.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Antes de analisar os cenários é fundamental a utilização da Matriz de Impactos Cruzados como apresentado na tabela 2 a seguir.

Matriz de Impactos Cruzados (Motricidade x Dependência)																						
Evento	Prob.%	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Dep
1	0	0																				####
2	0	0																				####
3	0	0																				####
4	0	0																				####
5	0	0																				####
6	0	0																				####
7	0	0																				####
8	0	0																				####
9	0	0																				####
10	0	0																				####
11	0	0																				####
12	0	0																				####
13	0	0																				####
14	0	0																				####
15	0	0																				####
16	0	0																				####
17	0	0																				####
18	0	0																				####
19	0	0																				####
20	0	0																				####
Motricidade (Média)			####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####	####
Instruções: Indicar, considerando o percentual de probabilidade, o impacto da ocorrência de cada evento sobre os demais. A escala a ser utilizada é de 0 a 10, sendo: a) o valor 0 (zero) indica que não haverá nenhum impacto; b) o valor 10 (dez) indica que o impacto será extremamente forte; c) os valores entre estes extremos indicam os graus de dependência.																						

Tabela 2 - Matriz de impactos cruzados - Fonte: Elaborado pelos autores

A matriz de impactos cruzados traz a relação entre os eventos, qualificando os eventos motrizes e os eventos dependentes, desta forma é possível analisar o impacto que a ocorrência ou não de um evento tem sobre a ocorrência (ou não) dos demais (MARCIAL, 2005).

Desta forma é possível analisar quais os eventos motrizes e atentar nas consequências nos eventos dependentes também. Portanto a análise pode ser mais completa, relevante e clara a partir do gráfico 2 a seguir.

Cenários para Indústria Metalúrgica - 2023/2028
Gráfico de Motricidade x Dependência

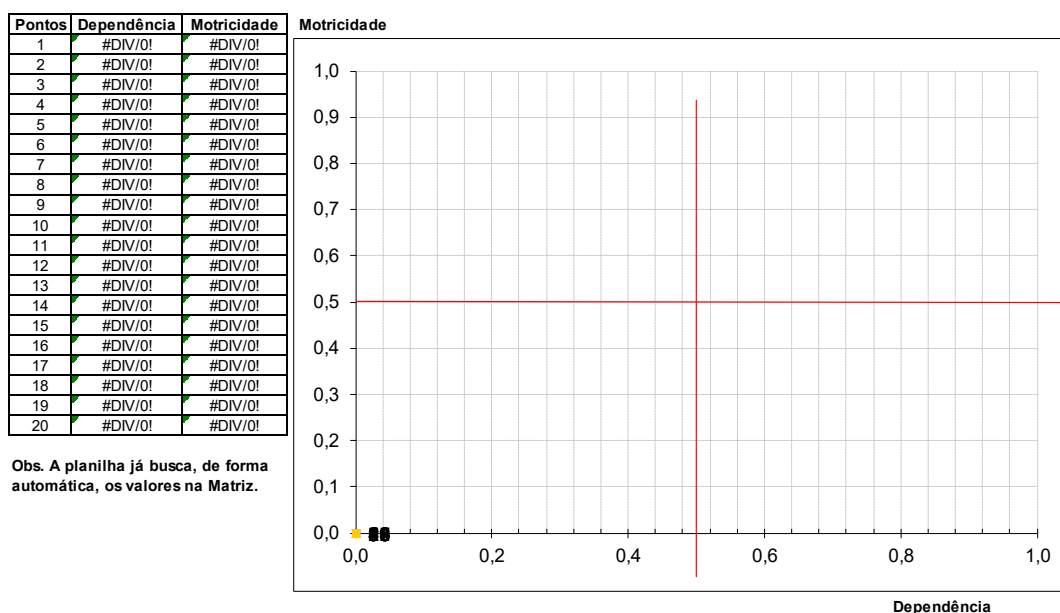


Gráfico 2 – Gráfico de Motricidade x Dependência – Fonte: Elaborado pelos autores

O gráfico de motricidade x dependência pode ser a ferramenta mais clara para identificar quais eventos efetivamente devemos nos prevenir, ou melhor, nos prevenirmos para um evento que ocorrerá devido sua dependência de outro evento.

Assim, com os cenários definidos e seus eventos interligados, é possível criar estratégias de planejamento para todos cenários existentes.

4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em momentos em que o foco mundial está no desenvolvimento sustentável, visualizado através dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), a utilização de prospecção de cenários futuros pode se tornar fundamental para o desenvolvimento de todos os ODSs propostos na agenda 2030. No estudo de caso da indústria metalúrgica, a prospecção de cenários estará diretamente ligada a ODS 8 - Emprego decente e crescimento econômico e a ODS 9 - Indústria, inovação e Infraestrutura (ODSBRASIL, 2022).

Como demonstrado, a ferramenta de prospecção de cenários futuros é de grande valia dentro de qualquer instituição. Seu uso não deve ser para prever o futuro, mas sim, para se preparar para as diversas probabilidades de futuros que poderão vir a ocorrer. Uma empresa que visa atingir sucesso, que preze por sua continuidade, não pode deixar de analisar, planejar e se preparar para o futuro, seja ele desejável ou não.

Em razão das incertezas e quebras de tendências que permeiam o ambiente de negócios, as empresas que não se utilizam de tais planejamentos, podem ter dificuldades em conseguir se manter estáveis e saudáveis na atualidade, razão pela qual é possível afirmar que a aplicação de cenários prospectivos é muito importante para o sucesso futuro e até mesmo o presente da organização.

Através da construção de cenários futuros proposto por Blanning e Reinig (1998), foi possível identificar uma metodologia bem estruturada com sequencias bem definidas. Através do estudo de caso que será aplicado em projeto futuro, será possível o trabalho em equipe buscando uma interação mais profunda e qualitativa para aplicação desta metodologia.

O resultado desta implantação será obtido através da seleção de vinte eventos possíveis e impactantes na instituição classificados de zero à dez em comum acordo pelos especialistas com relação à sua probabilidade e favorabilidade.

Após esta análise, ainda sobre a proposta de Blanning e Reining (1998), será possível identificar a construção de três cenários futuros possíveis:

- Cenário de “Escoamento Laminar” – Um cenário otimista que irá conter os eventos com média e alta probabilidade de ocorrência e média e alta favorabilidade caso ocorra o evento.
- Cenário de “Escoamento Turbulento” – Um cenário pessimista que irá conter os eventos com média e alta probabilidade de ocorrência, porém com e média e baixa favorabilidade.
- Cenário de “Escoamento Transitório” – Um cenário realista que apresentará apenas os eventos com alta probabilidade de ocorrência, independentemente de sua probabilidade.

Por fim, complementando o trabalho, será aplicado o método dos impactos cruzados, que segundo Marcial (2005), buscará a interrelação entre os eventos identificando assim os eventos motrizes e os dependentes, sendo fundamentais para tomadas de decisões.

Assim, conclui-se que a metodologia proposta por Blanning e Reinig (1998), através do método Delphi, vinculado com o método de impactos cruzados, como se pôde verificar, são métodos de simples aplicabilidade e que podem trazer resultados perspicazes. A análise dos cenários prospectivos projetados para a empresa metalúrgica estudada, permitirá que seus gestores consigam se organizar em todos os níveis da empresa. Observou-se que foram prospectados um leque de cenários, que se bem analisados e utilizados pela empresa, contribuirão para o seu sucesso em um futuro próximo e distante, pois permitirá que sejam adotadas ações de acordo com as expectativas levantadas, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis à empresa.

Referências

BLANNING, R. W.; REINIG, B. A. Building scénários for Hong Kong using EMS. Long Rang Planing, v. 31, iss. 6, p. 900-910, 1998.

BUARQUE, Sérgio C. Experiencias recentes de elaboração de cenários do Brasil e da Amazônia brasileira. Parcerias Estratégicas (5): 5-35, set. 1998.

JUNIOR, Antônio; OLIVEIRA, Luiz Claudio; KILIMNIK, Zélia. O planejamento de cenários como aprendizado. In.: Future Studies Research Journal, V2. 2010. Disponível em: <https://revistafuture.org> › FSRJ › article › download. Acesso em 23 de set. de 2022

KOTLER, Philip; CASLIONE, John A. Vencer no caos. 1. ed. Rio de Janeiro Ed: Elsevier, 2009.

LINDKVIST, Magnus. O guia do caçador de tendências. São Paulo: Editora Gente, 2010.

MARCIAL, Elaine Coutinho. GRUMBACH, Raul José dos Santos. Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor. 3. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

ODSBRASIL. Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/> Acesso em 29 de set. de 2022.

RIBEIRO, Cássio Garcia. CARDOZO, Soraia Aparecida. MARTINS, Humberto. Dinâmica Regional da Indústria de Transformação no Brasil (2000-2017). In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V23. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/gzcVh4CC3MWqr6XFF7s3CrG/abstract/?lang=pt>. Acesso em 25 de ago. de 2022

SCHWARTZ, Peter., A arte da visão de longo prazo - São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

SCHWARTZ, Peter., Cenários As Surpresas Inevitáveis. 1º ed. São Paulo: Editora Campus, 2003.

TALEB, Nassim Nicholas – A lógica do cisne negro. 19º ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2008.

WADE, WOODY., Planejando Cenários. 1º ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

***CIDADÃOS PÓS-MODERNOS E EFICÁCIA INSTITUCIONAL: A CONSTRUÇÃO SOCIAL E
FILOSÓFICA DA CIDADANIA NA PÓS-MODERNIDADE***

***POST-MODERN CITIZENS AND INSTITUTIONAL EFFECTIVENESS: THE SOCIAL AND
PHILOSOPHICAL CONSTRUCTION OF CITIZENSHIP IN POST-MODERNITY***

Área temática: 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

SPINIELI, André Luiz Pereira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestre em Direito
andre.spineli@unesp.br

SANTOS, Paulo Ricardo Rabelo dos
Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF)
Graduando em Filosofia
paulorrsdemaria@hotmail.com

MELO, Lucas Emanuel Souza
Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF)
Graduando em Filosofia
lucas.souzaem@gmail.com

CASTRO, Matheus Silva
Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF)
Graduando em Filosofia
matheus-s-castro@hotmail.com

MARCHIORI, Glauber Barbosa da Silva
Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF)
Graduando em Filosofia
glauber.marchiori@gmail.com

AMARAL, Patrick Souza
Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF)
Graduando em Filosofia
patrick_amaral10@hotmail.com

SOUZA, Igor Mizuguchi de
Instituto Agostiniano de Filosofia (IAF)
Graduando em Filosofia
igormizu@hotmail.com

Resumo

Estudos contemporâneos sobre cidadania partem da ideia segundo a qual suas concepções tradicionais, responsáveis por vincular o indivíduo a determinada comunidade política conforme critérios de participação social, tornaram-se insuficientes para resolver questões sociais contemporâneas e assimilar a própria abertura tipológica dessa categoria. No entanto, na condição de categoria filosófica e política, a cidadania é determinante tanto para a efetividade institucional quanto para o desenvolvimento social. Na pós-modernidade, a recepção desse fenômeno representou a introdução de um conceito histórico em um novo momento que se associa ao capitalismo tardio e às reformulações profundas do pensamento social, motivadas principalmente pela incapacidade cultural de se opor ao triunfo da sociedade capitalista. A partir de uma abordagem bibliográfica, que recupera os debates sobre cidadania na contemporaneidade e a fundamentação de

novas formas interpretativas acerca desse conceito, a proposta central deste trabalho é apresentar três formulações filosóficas sobre cidadania, associadas à corrente teórica da pós-modernidade, buscando verificar como ela dialoga com o cenário institucional em múltiplas perspectivas. Recorremos às contribuições de Zygmunt Bauman, Pierre Lévy e Byung-Chul Han. Conclui-se que a emergência da pós-modernidade forneceu novos significados às ideias de cidadania e cidadão. A dificuldade de articular o conceito de cidadania sob o ponto de vista tradicional deu abertura a outras interpretações, que procuram retomá-la como elemento que influencia a organização social.

Palavras-chave: Cidadania, instituições, filosofia contemporânea.

Abstract

Contemporary studies on citizenship start from the idea that their traditional conceptions, responsible for linking the individual to a given political community according to criteria of social participation, have become insufficient to resolve contemporary social issues and assimilate the typological opening of this category. However, as a philosophical and political category, citizenship is crucial for both institutional effectiveness and social development. In postmodernity, the reception of this phenomenon represented the introduction of a historical concept in a new moment that is associated with late capitalism and the profound reformulations of social thought, motivated mainly by the cultural inability to oppose the triumph of capitalist society. From a bibliographical approach, which recovers the debates on citizenship in contemporary times and the foundation of new ways of interpreting this concept, the central proposal of this work is to present three philosophical formulations about citizenship, associated with the theoretical current of postmodernity, seeking to verify how it dialogues with the institutional scenario in multiple perspectives. We resort to the contributions of Zygmunt Bauman, Pierre Lévy and Byung-Chul Han. It is concluded that the emergence of postmodernity provided new meanings to the ideas of citizenship and citizen. The difficulty of articulating the concept of citizenship from the traditional point of view opened up other interpretations, which seek to retake it as an element that influences social organization.

Keywords: Citizenship, institutions, contemporary philosophy.

1 INTRODUÇÃO

A cidadania representa uma categoria que interessa igualmente aos campos da sociologia e do pensamento filosófico e político. Pensá-la enquanto parcela indissociável dessas áreas do conhecimento representa a manutenção de uma tradição histórica própria do mundo ocidental, que não apenas foi responsável por forjar a ideia de cidadania como um vínculo jurídico e político do indivíduo com as instituições estatais, como também tem se esforçado para trazer à tona novas visões para esse fenômeno. Os estudos contemporâneos sobre cidadania têm partido da premissa de que não é mais possível utilizar as categorias e os vínculos clássicos do indivíduo com uma comunidade política para responder aos problemas que afetam grupos postos à revelia dos projetos coletivos (ISIN; TURNER, 2002). De fato, afirma-se que o período contemporâneo carrega consigo uma enorme carga teórica e prática em termos de política e construção de pensamentos filosóficos que contribuem diretamente para uma efetividade em maior ou menor grau da ideia de cidadania. Nesse contexto, a cidadania é determinante tanto para o desenvolvimento das instituições políticas quanto para o sentido participativo do ator social (BONFIM; SILVA, 2003, p. 109-123).

Pode-se compreender o instante contemporâneo enquanto um momento no qual a vivência de diferentes sujeitos sociais tem sido conformada por uma visão unitária, que desrespeita o pluralismo de visões e experiências individuais e coletivas em termos de cidadania em nome de uma perspectiva responsável por priorizar construções europeias sobre aquelas consideradas marginais. Embora a ideia de cidadania tenha sido construída no contexto de formação das comunidades políticas gregas e romanas, é fundamental levarmos em consideração o fato de que, na contemporaneidade, essa categoria se tornou parte de um projeto civilizatório que insere as conquistas sociopolíticas atuais como resultados de transformações promovidas puramente por atores europeus. A *europeização* de elementos sociais, políticos e jurídicos, dentre os quais a própria cidadania, se tornou problemática na medida em que a modernidade foi considerada uma etapa histórica evolutiva capaz de superar o atraso vivenciado nos períodos anteriores, inclusive por meio da promoção de transformações profundas na concepção de cidadania.

Em outros termos, significa dizer que esse conceito, oscilante entre a filosofia, o direito e a política, se tornou alvo de narrativas que desconsideram avanços não pertencentes ao espaço

européu (MASSEY, 2008). A integração da ideia de cidadania à esfera da pós-modernidade representou a introdução de um conceito histórico em um novo momento típico do capitalismo tardio e de seu reflexo no pensamento social, no qual elementos considerados historicamente fixos foram deteriorados a partir da incapacidade política e cultural de se opor ao triunfo da sociedade capitalista (ADELMAN, 2009, p. 184-217). A partir desse panorama, a proposta deste trabalho é tecer considerações acerca da introdução do conceito de cidadania no contexto da pós-modernidade, observando brevemente suas implicações e transformações, assim como interagindo com os desdobramentos dessa categoria no pensamento de três autores contemporâneos que enfocam suas teses no âmbito da cultura pós-moderna. Nesse sentido, estrutura-se a ideia de cidadania a partir das contribuições teóricas de Zygmunt Bauman, Pierre Lévy e Byung-Chul Han.

2 A CIDADANIA NOS TRILHOS DA PÓS-MODERNIDADE

A dinâmica do mundo contemporâneo tem como fonte principal uma constelação de elementos que se formaram predominantemente ao longo da manifestação de um espírito iluminista na modernidade e cujos efeitos se prolongaram até os tempos atuais – ainda que sem produzir os resultados desejados (ADORNO, 2009). Enquanto as revoluções liberais permitiram que a divisão entre a esfera pública e privada pudesse ser reconstruída, os deslocamentos culturais que retiraram as civilizações modernas do contexto absolutista para inseri-las na dimensão das comunidades políticas administradas pela burguesia permitiram que novos valores sociais, políticos e jurídicos voltassem a ser objeto de discussão. A racionalidade filosófica forjada durante a época moderna foi determinante para uma compreensão extensiva dos conceitos de cidadania e cidadão, uma vez que essas categorias foram ressignificadas a partir de concepções políticas que enfatizaram a liberdade humana em detrimento das intervenções de outros indivíduos, grupos ou da própria vontade estatal.

A constituição de uma cultura comunitária e voltada à cidadania não apenas relevou a tendência da filosofia e das ciências sociais em geral de introduzir o homem e a razão como objetos centrais dos debates modernos, mas fez também com que a contemporaneidade contemplasse um conjunto extenso de teorias e correntes de pensamento vinculadas à tentativa de ofertar respostas satisfatórias aos problemas percebidos em termos de cidadania. O complexo de temáticas discutidas na contemporaneidade se desdobra em dois grandes princípios indicativos das propostas do pensamento social no período atual: a pretensão de compreender a realidade do modo como ela se manifesta na contraposição entre teoria e prática e a tentativa de conhecer as trajetórias vivenciadas cotidianamente pelo homem e os elementos que dão sentido às novas formas de cidadania. Assim, o enfraquecimento da metafísica operado pela racionalidade iluminista fez com que alguns teóricos da contemporaneidade reconhecessem que, na verdade, nos encontramos inseridos em uma condição de pós-modernidade, que se situa histórica, temporal e espacialmente como uma crise paradigmática que afeta conceitos compreendidos como centrais para a modernidade, como as noções de *verdade*, *razão* e *sujeito* (LYOTARD, 2009, p. 5-7).

Ao invés da construção das bases do contemporâneo, sustentar a ideia de uma pós-modernidade nos revela uma importante problemática da atualidade: foram constituídos movimentos cuja finalidade principal é desnaturalizar qualquer conceito pré-determinado, assim como princípios ou dogmas, compreendendo que as noções responsáveis por fornecer sustentação às relações sociais são, na verdade, construtos institucionais ou orgânicos, e não dados naturais. Para os autores vinculados à proposta de pós-modernidade, esse período consiste em um sistema que nega a existência de verdades universais, o que inclui a concepção de cidadania como categoria genericamente aplicável aos indivíduos, assim como questiona as relações entre diferentes cosmovisões. A pós-modernidade representa uma continuidade dos avanços filosóficos, culturais e sociopolíticos que foram assistidos pelo homem durante a modernidade, tendo como base o ideal de que cada indivíduo é capaz de deliberar sobre suas próprias atitudes por meio da razão e que a realidade constitui apenas o que percebemos a partir dos fenômenos. No contexto pós-moderno, o único elemento que pode ser conhecido verdadeiramente pelo homem é a experiência pessoal e suas interpretações (LYOTARD, 2009, p. 5-7). Logo, a cidadania se tornou alvo de constantes construções e tentativas de afirmar uma autonomia muitas vezes *líquida*, *virtual* ou que sucumbe à *sociedade do cansaço*.

3 ZYGMUNT BAUMAN: CAPITALISMO, TRABALHO E CIDADANIAS LÍQUIDAS

O pensador polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) é considerado um dos principais sociólogos da contemporaneidade, em razão de sua contribuição teórica para o desenvolvimento das ciências sociais a partir da cunhagem do conceito de liquidez. Além de ter sido professor nas

Universidades de Leeds e Varsóvia, também lecionou no Canadá, Estados Unidos e Austrália, especialmente após a censura de alguns de seus escritos. A reflexão que Bauman construiu sobre a pós-modernidade foi reconhecida como um dos principais diálogos da atualidade, uma vez que levaram em consideração as intersecções entre filosofia, cultura e sociedade. A obra baumaniana pode ser distribuída em três importantes fases: inicialmente, o autor se dedicou à reflexão sobre o *marxismo*, fixando as bases de seu pensamento a partir do distanciamento da ideia de comunismo enquanto utopia; na segunda etapa, resgata os problemas da *pós-modernidade*, além de se dedicar à construção de uma crítica acerca das questões do período contemporâneo; a conclusão de seu pensamento engloba a aproximação *mosaica* entre temáticas subjetivas, como o amor, e a compreensão do contemporâneo (BEILHARZ, 2000).

Em termos teóricos, a principal contribuição de Bauman para as ciências sociais diz respeito à construção da modernidade líquida. Para a formação dessa ideia, o autor traça um paradigma dicotômico entre uma modernidade sólida ou pesada e sua contrariedade, determinada pela liquidez. Essa concepção nos informa que a contemporaneidade deve ser analisada sob o ponto de vista temporal, uma vez que o sujeito do instante pós-moderno passou a administrar o tempo de modo a satisfazer necessariamente seus anseios lucrativos nas diferentes esferas da vida social. Em realidade, trata-se da formação de um contexto no qual há uma produção contínua vinculada à otimização constante do tempo. Nesse sentido, a modernidade líquida baumaniana denuncia a imersão do indivíduo em um cenário de desregulamentações, de laços humanos quebrantáveis e descrença no potencial emancipatório do trabalho e dos deveres modernizantes (BAUMAN, 2001, p. 36). O contexto de modernidade líquida determina a existência de processos constantes de individualização, responsáveis por estabelecer novas formas de relações sociais. A produção de vivências líquidas se relaciona com a formação de uma sociedade que se distingue de todos os outros modelos de vivência humana na medida em que é compulsiva, obsessiva, irrefreável e incompleta.

O estabelecimento de uma relação direta entre o pensamento baumaniano e a ideia de cidadania na pós-modernidade decorre do fato de que o indivíduo introduzido na contemporaneidade é incapaz de permanecer estático. A inquietação do cidadão pós-moderno tem como fundamento uma constante busca por uma plena satisfação, que é impossível de ser atingida. Sob o ponto de vista baumaniano, ser um cidadão nesse instante histórico pode ser compreendido tanto como a capacidade de se colocar à frente de si próprio, em um cenário de constantes transgressões, quanto de assumir uma identidade que apenas pode ser enfrentada como um projeto irrealizável (BAUMAN, 2001, p. 37). Assim como outras categorias da modernidade foram liquefeitas na pós-modernidade, a ideia de cidadania também passou por significativas mudanças: não há mais estabilidade nos elos que estruturam as escolhas individuais e as ações coletivas. A cidadania pós-moderna se tornou uma marca não de membros de determinada comunidade política, mas sim de indivíduos, que sofreram profundas transformações ao passo em que as identidades individuais e coletivas se tornaram tarefas responsáveis por encarregar atores sociais de sua própria realização (BAUMAN, 2001, p. 40). Logo, o principal efeito da pós-modernidade individualista sobre a cidadania diz respeito ao esvaziamento do espaço público e de sua transformação em arena para a discussão de elementos privados.

Em momentos históricos anteriores, o conceito de trabalho foi reconhecido como parcela da sustentação do homem tanto em relação aos seus desejos socioeconômicos quanto às necessidades físicas. Tratava-se da capacidade do ser humano de participar diretamente de um sistema produtivo e, consequentemente, desenvolver a possibilidade de atuar em diferentes projetos sociais, o que fornecia ao trabalho uma importante aproximação à questão da cidadania. Na modernidade líquida, em que a sociedade se convola como um complexo de indivíduos consumidores, o trabalho se transformou em *empregabilidade*. Essa categoria compreende a necessidade de manter sujeitos empregáveis no mercado, independentemente das circunstâncias sociais, políticas ou mesmo econômicas. A dissolução do conceito de cidadania a partir do trabalho também está associada ao fato de que a capacitação e atualização do conhecimento e técnica dos trabalhadores não mais pertencem aos governos, empresas e organizações, mas sim ao próprio indivíduo. Isso significa que a responsabilidade sobre o trabalho e a construção da cidadania não mais pertencem ao capitalismo, que se livrou dos ônus exorbitantes ao promover a descorporificação do trabalho e a produção de funções incompletas e irrealizáveis isoladamente (BAUMAN, 2001, p. 141).

4 PIERRE LÉVY: A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA DIGITAL

A pós-modernidade é demarcada teórica e pragmaticamente a partir de diferentes feixes de intersecção com elementos que, a princípio, não se encontram delimitados por aspectos

socioculturais. Nesse sentido, a proposta pós-moderna de Pierre Lévy (1956-) é justamente pensar a *cibercultura* enquanto um complexo de técnicas, práticas, atividades, modelos de pensamento e valores que se desenvolvem conjuntamente a partir do crescimento de uma realidade alternativa, que o autor nomeia de *ciberespaço* (LÉVY, 1999, p. 54). Na verdade, a conformação da ideia de ciberespaço como parcela indissociável da pós-modernidade depende de seu reconhecimento enquanto resultado de um movimento global de procura por novas formas de comunicação, distanciadas da mídia clássica. A abertura das capacidades individuais e coletivas para espaços inéditos de comunicação impõe ao cidadão a necessidade de explorar as benesses ofertadas por esses campos a partir de uma dimensão socioeconômica, cultural e política. Na concepção do autor, o desenvolvimento do ciberespaço provocou não apenas a construção de uma cibercultura, mas principalmente a emergência de modelos e práticas civilizacionais nunca antes experimentados.

Se o ciberespaço pressupõe universalidade de acesso e inclusão, então é preciso compreender que sua formação provocou impactos significativos sobre a concepção de cidadania. Não se trata apenas de uma vivência política no plano da realidade material, mas também a transposição do indivíduo para um universo distinto, de caráter cibernético. Nesse viés, o desenvolvimento do ciberespaço implica mudanças profundas no espaço urbano, em suas organizações e na produção simultânea de comunidades e valores virtuais e territoriais. Exemplo disso é o fato de que a construção do ciberespaço provocou uma densa substituição das funções clássicas dos indivíduos e dos espaços reais pelos recursos técnicos próprios da cibercultura. A colocação do ciberespaço a favor do desenvolvimento individual e coletivo impõe a ressignificação do próprio conceito de cultura e todos os elementos que dele decorrem, uma vez que passa a ser compreendido como a capacidade do ser humano de fazer emergir uma presença virtual por meio da imposição de uma unidade de sentido. Em outros termos, representa dizer que o pensamento lévyiano foi suficiente para produzir uma nova concepção de cidadania, demonstrando não apenas a insuficiência dos paradigmas clássicos, mas principalmente a necessidade de reformulação dessas ideias, a fim de enquadrar novos elementos em seu núcleo rígido.

Historicamente, a ideia de cidadania esteve prioritariamente vinculada às dimensões da política e do direito. Sob o ponto de vista político, a cidadania designava a existência de um vínculo entre o indivíduo e as instituições estatais, por meio do qual se tornava possível não apenas a integração do sujeito em sociedade, mas também uma abertura à participação ativa nos projetos coletivos. A cidadania representava juridicamente uma condição específica atribuída a determinadas pessoas em razão da posição social que ocupavam. Em outros termos, significa dizer que a cidadania foi estruturalmente subtraída de sujeitos que não faziam jus ao reconhecimento enquanto cidadãos e que, em virtude de aspectos associados à classe social que pertenciam, não gozavam da possibilidade de atuar de forma competente na comunidade política a que estavam vinculados. A teoria institucional da cidadania afirma que uma abordagem correta sobre essa categoria depende de sua leitura a partir dos problemas de classe social (MARSHALL, 1967, p. 63-65). No contexto de surgimento dessa tese, as principais preocupações em relação à cidadania estavam voltadas à afirmação dos direitos humanos, uma vez que os vínculos entre a cidadania e esses direitos podem ser traduzidos na afirmação de uma discussão central no âmbito da filosofia política e nas reflexões sobre a construção histórica dos direitos humanos. Em sua concepção original, a cidadania foi lida como parcela dos direitos conquistados a partir das revoluções liberais e da mobilização da classe trabalhadora.

Nesse sentido, as primeiras formas de cidadania no contexto moderno diziam respeito à materialização dos direitos civis, políticos e sociais, consistentes, respectivamente, nas liberdades fundamentais, na capacidade de atuação política e no usufruto de um mínimo de bem-estar social. Porém, o problema que podemos identificar na pós-modernidade, especialmente após as transformações trazidas à tona pela globalização, é justamente a insuficiência dessas concepções para lidar com os problemas atuais – inclusive em relação ao surgimento de novos direitos e novas relações sociais. O desenvolvimento das tecnologias da informação, do próprio ciberespaço e de novos direitos que acompanharam a estruturação desses elementos trouxe ao indivíduo contemporâneo a necessidade de fornecer significados alternativos à ideia de cidadania. O surgimento da *internet* e sua rápida propagação enquanto principal mecanismo de comunicação das sociedades pós-industriais resultou na formação de uma nova categoria: a cidadania digital. Esse conceito tem sido objeto de debate em meio aos campos do conhecimento que trabalham diretamente com as tecnologias da informação e comunicação, assim como junto às diferentes áreas que buscam regulamentar os limites do uso de tais mecanismos.

A cidadania digital diz respeito à capacidade que o indivíduo possui de participar, além de uma sociedade material, de uma comunidade cibernética. A construção dessa categoria está associada ao fato de que a cibercultura e o ciberespaço assumiram uma posição fundamental nos padrões de uma vida considerada civilizada. A difusão das tecnologias da informação e a possibilidade de pessoas estabelecerem laços não mais por meio de aplicativos específicos para essa finalidade, mas também pela inter-relação do plano virtual com o real demonstra a existência de um processo de democratização da informação. Significa dizer que a cidadania digital constitui um incentivo à inclusão social (MOSSBERGER; TOLBERT; MCNEAL, 2008, p. 2-5). A afirmação da indústria de jogos eletrônicos como uma das potências advindas das transformações realizadas pela globalização foi suficiente para produzir números ampliados de cidadãos digitais. Essa noção faz referência aos sujeitos que utilizam a internet e outros instrumentos dessa natureza de forma eficaz e regular para desenvolver suas potencialidades individuais e coletivas. Assim, pensar a cidadania digital a partir do pensamento de Lévy tem como propósito buscar a formulação de uma sociedade pautada na informação e na inclusão de diferentes atores sociais não apenas no âmbito do conceito de cidadania, mas também nas práticas que decorrem dessa ideia: alguns atores sociais podem ser vítimas de processos de exclusão na vida material e encontrarem nos meios digitais formas seguras para apresentar suas reivindicações. A efetivação de níveis ampliados de participação foi capaz de produzir uma ciberdemocracia, que pressupõe não apenas o surgimento de novas demandas por direitos humanos no ciberespaço, mas também o reforço a essa nova categoria de cidadania (CASTELLS, 2007, p. 698).

5 BYUNG-CHUL HAN: SOCIEDADE DO CANSAÇO E REINTERPRETAÇÃO DA CIDADANIA

Ao contrário de outros pensadores, responsáveis por tecer considerações sobre a produção de sociedades forjadas sob a lógica do efêmero ou de uma hipermodernidade individualista, Byung-Chul Han (1959-) se destaca pelo fato de trazer à tona um diagnóstico do homem pós-moderno sob o ponto de vista das patologias potencializadas especificamente em um instante histórico no qual o indivíduo é chamado continuamente à produção e ao desempenho. Para o pensador sul-coreano, a sociedade pós-moderna é construída a partir de um movimento típico desse momento e de suas necessidades sociais: houve uma transmutação da sociedade disciplinar foucaultiana para a sociedade do desempenho, na qual os sujeitos sociais são incentivados à produção maximizada e eficiente (HAN, 2015, p. 23-26). Na era imunológica, o elemento mais importante é justamente contrastar o modelo sociopolítico pós-moderno com os diferentes modelos de positivações. Em um cenário social demarcado pelo incentivo contínuo ao fazer, produções cada vez mais positivas e eficientes forneceriam ao homem a capacidade de se tornar senhor de si próprio.

Han defende que a era imunológica é constituída pela necessidade constante de se imunizar frente àquilo que é considerado estranho. Na medida em que os sujeitos sociais estão expostos a diferentes síndromes causadas pela emergência de uma nova lógica socioeconômica voltada à positivação do sujeito. A afirmação da ideia de positividade no pensamento de Han exige levar em consideração o fato de que a constituição pós-moderna é influenciada por um programa social e político vinculado à exploração do outro, considerado estranho ou exterior ao eu, como elemento a ser evitado. A transição da sociedade disciplinar para o modelo produtivista é conformada por uma mudança também em nível material: instituições totais, como hospitais, escolas, presídios, conventos e quartéis, cederam espaço para uma sociedade de academias, escritórios, bancos, shoppings centers e aeroportos (HAN, 2018, p. 22). No entanto, a problemática se enrijece ao passo em que Han percebe que a sociedade disciplinar não foi totalmente encerrada. Em realidade, operou-se uma soma às exigências da sociedade do desempenho, pautada no poder e na tentativa de estabelecer índices aceitáveis de liberdade aos sujeitos sociais.

O pensador sul-coreano não se debruçou especificamente sobre as questões da cidadania pós-moderna e tampouco produziu uma teoria exata sobre esse problema. Na verdade, a leitura das ideias de cidadania e cidadão se tornam possíveis à luz do pensamento de Byung-Chul Han pelo fato de que, em seus escritos, o autor realiza uma denúncia acerca do adoecimento do sujeito contemporâneo diante de um regime de positividade, responsável por impedir a alteridade e abrir margem para a exaustão e a violência neuronal. A afirmação ininterrupta de discursos de iniciativa, projeção e motivação provoca uma implosão neuronal diante de um sistema de produção no qual a liberdade é explorada a partir do indivíduo considerado em si próprio. A construção de uma cidadania influenciada pela positividade faz com que o homem da pós-modernidade seja enxergado não como sujeito livre, mas sim como consumidor ou indivíduo das empresas e da produção. No contexto da sociedade pós-moderna do cansaço e da produtividade, o indivíduo que não consegue exercer uma

cidadania marcada pelos critérios de positividade é visto como alguém que não soube se autogovernar e gerir sua liberdade. Assim, uma leitura dos conceitos de cidadania e cidadão a partir da obra de Byung-Chul Han depende diretamente da compreensão de que, na sociedade pós-moderna, o homem deixou de ser capaz de um aprofundamento contemplativo (HAN, 2015, p. 32). Nesse sentido, o pensamento do sul-coreano funciona como um convite à necessidade de reinterpretar a cidadania para além de uma lógica voltada ao *ter para ser*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste trabalho foi analisar a construção do conceito de cidadania a partir de uma perspectiva teórica da pós-modernidade. Para isso, recorremos fundamentalmente a três autores principais desse período: Zygmunt Bauman, Pierre Lévy e Byung-Chul Han. De fato, a construção da modernidade – e, também, da pós-modernidade – foi trabalhada como um projeto formado a partir das influências e referências europeias, o que produziu cenários de marginalidade cultural diante da não aderência ao modelo dominante de sociedade. A emergência da pós-modernidade como instante último da sociedade capitalista e das formas de relação social forneceu novos significados às ideias de cidadania e cidadão. Se a cidadania era concebida unicamente sob o ponto de vista civil, político e social a partir de um paradigma institucional, a leitura dos autores selecionados nos mostra que, na sociedade pós-moderna, essas categorias são retomadas e ampliadas, como forma de garantir novas interpretações possíveis, impondo outras possibilidades e horizontes para as instituições contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Visões da pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 11, n. 21, p. 184-217, jan./jun. 2009.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BEILHARZ, Peter. *Zygmunt Bauman: dialectic of modernity*. London: Sage Publications, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2007.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Trad. Ênio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.
- ISIN, Engin F.; TURNER, Bryan S. Citizenship studies: an introduction. In: ISIN, Engin F.; TURNER, Bryan S. (Eds.). *Handbook of citizenship studies*. London: Sage Publications, 2002.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1967.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MOSSBERGER, Karen; TOLBERT, Caroline J.; MCNEAL, Ramona S. *Digital citizenship: the internet, society, and participation*. Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology, 2008.

COMÉRCIO ELETRÔNICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

E-COMMERCE AND ECONOMIC DEVELOPMENT

Área temática: Trabalho Decente e Crescimento Econômico

ANARELI, Matheus do Couto
Uni-FACEF

Mestrando em Desenvolvimento Regional
matheus_anareli@hotmail.com

PIRES, Daniel Facciolo
Uni-FACEF
Doutor em Física Aplicada em Medicina e Biologia
daniel@facef.br

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo descrever o comércio eletrônico no atual momento e suas perspectivas. Aliado a isso visa entender como pode contribuir para o desenvolvimento econômico à luz do conceito de Amartya Sen. A justificativa para o estudo é o aumento expressivo da modalidade de comércio nas últimas duas décadas e se torna relevante procurando entender como isso pode ajudar a sociedade brasileira a se tornar mais livre por meio de ganhos econômicos. Foram coletados dados abertos sobre o comércio online nos últimos vinte anos e interpretados de forma singular e conjunta. Os resultados ajudam a entender a dinâmica que o setor tem e como as pessoas se comportam quando se trata de compras online. O artigo finaliza com sugerindo sobre a contribuição que pode ser dada pelo setor de logística no fomento e ampliação do comércio online.

Palavras-chave: comércio eletrônico, autonomia, liberdade.

Abstract

The present work aims to describe electronic commerce at the present time and its perspectives. Allied to this, it aims to understand how it can contribute to economic development in the light of Amartya Sen's concept. The justification for the study is the significant increase in the modality of commerce in the last two decades and it becomes relevant to try to understand how this can help Brazilian society to become freer through economic gains. Open data on online commerce were collected in the last twenty years and interpreted in a singular and joint way. The results help to understand the dynamics that the industry has and how people behave when it comes to online shopping. The article ends with a suggestion about the contribution that can be made by the logistics sector in the promotion and expansion of online commerce.

Keywords: e-commerce, autonomy, freedom.

1 INTRODUÇÃO

O comércio eletrônico tem ocupado lugar de destaque nos últimos anos, principalmente após a pandemia covid-19, e tem gerado números que merecem a atenção das pessoas, visto que os dados de crescimento são consideráveis.

Neste trabalho procura-se descrever como o essa modalidade de comércio pode impactar no desenvolvimento da sociedade, à luz de Sen (2010) e seu critério de liberdade a partir das facilidades econômicas proporcionadas.

A Associação Brasileira de Comércio eletrônico (ABCOMM) juntamente com a empresa Forekast mantém em no ar uma página com *dashboards* e tabelas com dados em tempo real do e-

commerce no Brasil, provendo informações muito úteis acerca desse varejo. Os dados foram coletados e elaborados gráficos para melhor leitura.

O trabalho se divide em cinco capítulos sendo eles introdução o primeiro deles. No segundo tem-se o referencial teórico com os conceitos necessários para o entendimento do que é exposto na discussão. O terceiro capítulo fala sobre os procedimentos adotados para a análise dos dados obtidos. O Quarto capítulo apresenta os resultados e faz a discussão dos dados fazendo relação entre eles à luz de Sen (2010). O quinto capítulo apresenta as considerações finais com as impressões do autor acerca do tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento

O desenvolvimento na perspectiva de Sen (2010) ultrapassa os conceitos de Produto Interno Bruto (PIB), nível de industrialização e tecnologia. Ainda de acordo com o autor essas métricas não devem ser a finalidade, mas um meio de se melhorar as condições de vida dos cidadãos e de se fortalecer a liberdade, ponto central de sua teoria. Através disso entende-se que a carência dos recursos econômicos leva as pessoas a condições indignas de vida.

Ainda em sua obra Sen (2010) propõe cinco liberdades instrumentais, são elas: política, facilidades econômicas, oportunidades sociais e as garantias de transparência e segurança. Neste trabalho o foco será nas facilidades econômicas (renda e riqueza) que o comércio eletrônico pode proporcionar.

Ainda em sua obra é relevante destacar que Sen (2010, p.36) mostra um exemplo de liberdade de participação dos cidadãos no mercado e da importância dos arranjos do mercado no desenvolvimento, além do envolvimento de pequenos produtores no acesso ao mercado. Esse tópico é particularmente importante no entendimento da relação que se desenvolverá no presente artigo.

2.2 Comércio eletrônico

O comércio, de forma geral, tem seu nascimento a partir da percepção de que o a evolução da sociedade aumenta e a economia de subsistência não mais suporta os indivíduos. As relações de troca nascem como forma de aproveitar o excedente das produções. Com isto surge o problema da equivalência dos bens trocados, fazendo assim com que os meios de pagamentos comecem a aparecer; rudimentares no início, tais como metais preciosos, animais e até surgir a moeda. Com o passar dos anos o tipo de comércio evoluiu e os meios de pagamento também o acompanharam (FILKENSTEIN, 2019).

Com a evolução tecnológica e o surgimento da internet, surge também o comércio eletrônico e a possibilidade de se comercializar com todo o mundo. Drucker (2001) faz uma analogia de que o comércio eletrônico está para a revolução da informação assim como a ferrovia estava para a revolução industrial.

Toledo (2020) traz uma interessante análise geográfica a respeito do comércio eletrônico e que será usada neste trabalho.

Para a geografia, esse ponto se torna fundamental em sua análise espacial, pois, após anos de exploração da espacialidade do comércio na cidade, temos a plena certeza da localização dos pontos comerciais, mas não a do consumidor, que, graças à tecnologia, pode estar localizado em qualquer parte do mundo. Esta lógica se complementa e se torna mais interessante à análise pelo ponto de vista do consumidor, que mantém uma relação mais virtual como ponto comercial do que geográfica; ou seja, o endereço da loja passa ser o eletrônico, e não mais o de sua representação física. (TOLEDO, 2020, p.362).

Esse conceito de que os limites geográficos são removidos faz com que muitos empresários decidam por abrir sua loja *online*; assim conseguem chegar naqueles clientes dos locais mais distantes de seu ponto físico. Há limitações que devem ser lembradas como a própria estrutura

logística e o investimento em marketing digital, estas, porém não são objeto de discussão neste trabalho.

2.3 Comércio eletrônico no Brasil

Segundo o site Miniwatts Marketing Group (2022) o Brasil possui uma população estimada de 212 milhões de pessoas e 149 milhões delas com acesso à internet, totalizando aproximadamente 70% das pessoas com acesso ao mundo digital.

A Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (2022) ainda constata que quase 80 milhões de brasileiros realizam compra online. Em 2021 o Brasil ultrapassou o número de 1,6 milhão de lojas online (BIG DATA CORP, 2021).

Em termos de aceitação pode-se dizer que o brasileiro aceitou e se adaptou bem à realidade de compras virtuais.

2.4 Marketplaces

Marketplaces são mercados em que inúmeros vendedores são dispostos, podendo ser tanto no mundo físico ou virtual, sendo que na realidade *online* a diferenciação pode ser dada pela nomenclatura *e-marketplaces* (SILVA et al., 2019). Esses mercados online possuem plataformas de integração em que cada vendedor pode integrar seu estoque e vender seus produtos, onde toda a intermediação de venda, pagamento, envio e comissionamento é feito diretamente por essa plataforma. Os vendedores de *e-marketplaces* podem ter, ou não, um *e-commerce* próprio.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa deste trabalho visa fazer uma análise descritiva-exploratória de dados obtidos a partir de dados de relatórios anuais e mensais específicos do varejo virtual que contemplam tantos *e-commerces* próprios como *e-marketplaces*. Portanto, a análise será quantitativa. Tais relatórios são de domínio público, consequentemente não são dados coletados exclusivamente para o presente artigo, portanto são dados secundários.

Os dados obtidos através da página da web ABCOMM/FOREKAST (2022) são reais até o ano de 2021, enquanto a partir do ano de 2022 são previsões feitas em conjunto pelas instituições em opções separadas de dados; para melhor visualização e explanação esses dados foram agrupados em um gráfico com diferenciação de cores gerado no software Microsoft Excel. Com isso visa-se melhor entender o comportamento das vendas eletrônicas e se fará uma discussão em cima do conceito de desenvolvimento econômico proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A evolução do comércio eletrônico é percebida por muitos, mas essa medida até então qualitativa pode ser comprovada pelos dados da ABCOMM/FOREKAST (2022), tornando-se uma variável quantizada e com tendência de aumento, a figura 1 mostra o aumento do faturamento em bilhões de reais.

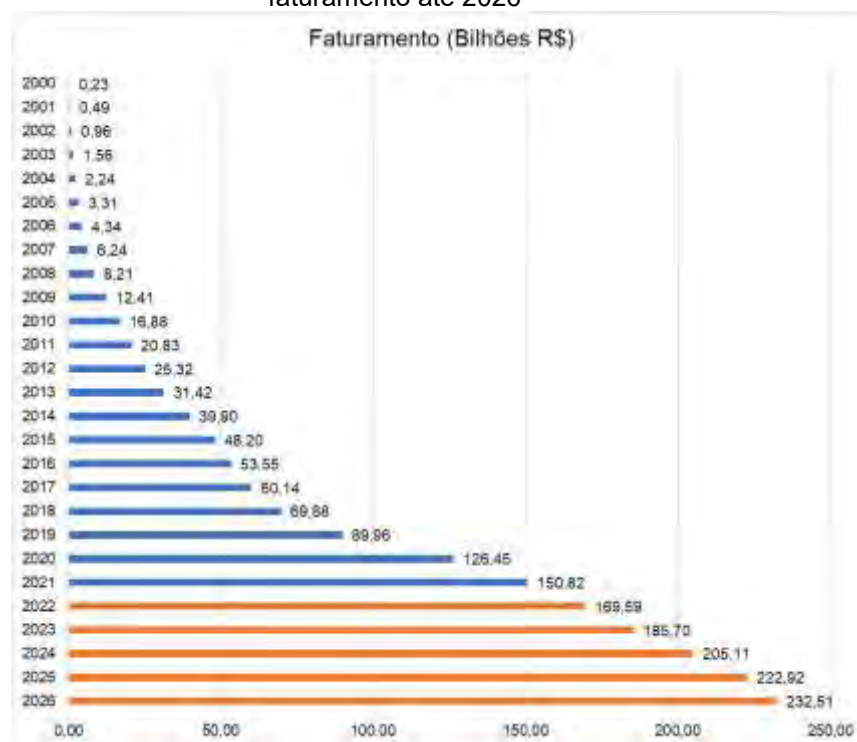
A figura 1 mostra o faturamento real do comércio eletrônico brasileiro de 2000 até 2021, em azul, e a previsão de crescimento até 2026, em laranja. Pode-se avaliar não apenas o crescimento vertiginoso, mas tendência de acentuação nesse crescimento para os próximos anos.

A figura 2 apresenta a quantidade de pedidos, em milhões, para o mesmo período da figura 1 e a previsão para os próximos anos. É possível a constatação que a quantidade de pedidos também tem tendência de aumento, acompanhando assim o faturamento.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

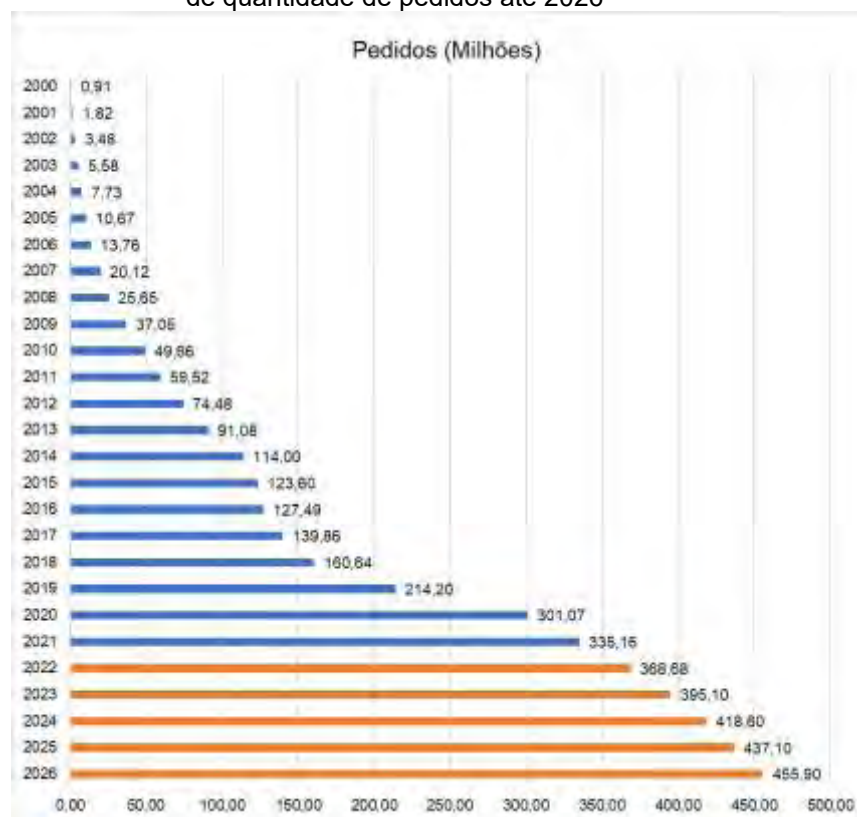
ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Figura 1 - Faturamento real do comércio eletrônico no Brasil de 2000 até 2021 e previsão de faturamento até 2026



Fonte: ABCOMM/FOREKAST (2022)

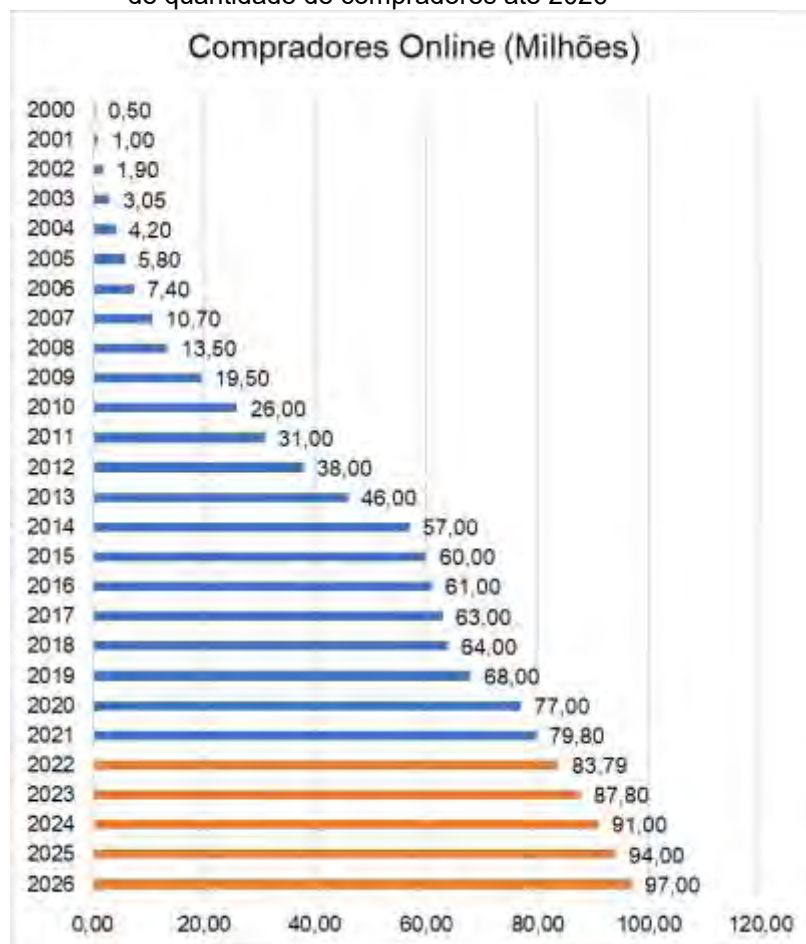
Figura 2 - Quantidade de pedidos real do comércio eletrônico no Brasil de 2000 até 2021 e previsão de quantidade de pedidos até 2026



Fonte: ABCOMM/FOREKAST (2022)

A figura 3 mostra o avanço na quantidade de pessoas que compram online e a sua tendência de crescimento.

Figura 3 - Quantidade de compradores do comércio eletrônico no Brasil de 2000 até 2021 e previsão de quantidade de compradores até 2026

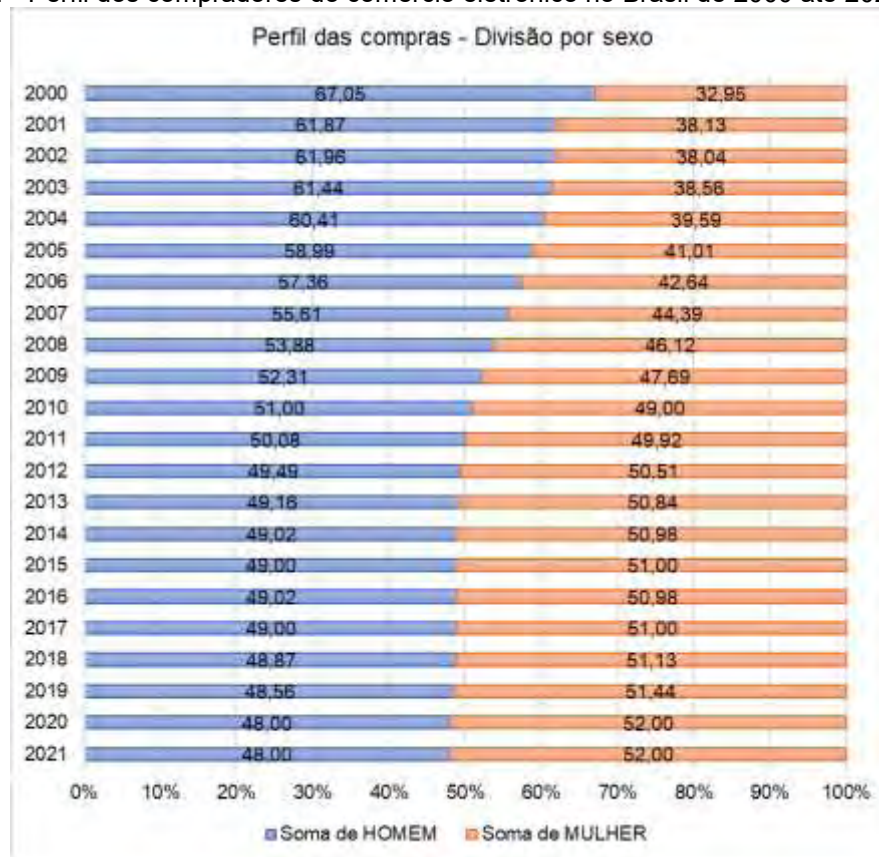


Fonte: ABCOMM/FOREKAST (2022)

Na figura 3 há um ponto interessante de crescimento de dezoito milhões de novos compradores em cinco anos, chegando quase na marca de cem milhões de e-consumidores brasileiros, uma expectativa de aumento da quantidade de novos compradores online de 20%. Isso pode ser atribuído à quantidade de pessoas que se tornarão economicamente ativas, ao acesso à internet que se expande no país, ao acesso de pessoas a aparelhos com conexão de internet e à experiências de primeira compra que foram bem sucedidas e as pessoas passaram a utilizar o meio digital para compras.

A figura 4 mostra a distribuição percentual de compras por sexo. Ao longo dos anos a diferença entre homens e mulheres diminuiu e parece ter se estabilizado com pequena diferença para as mulheres. Uma possível explicação é a proporção de homens e mulheres na população brasileira, sendo o percentual de diferença muito próximo à diferença encontrada na figura 4 (IBGE, 2022).

Figura 4 - Perfil dos compradores do comércio eletrônico no Brasil de 2000 até 2021

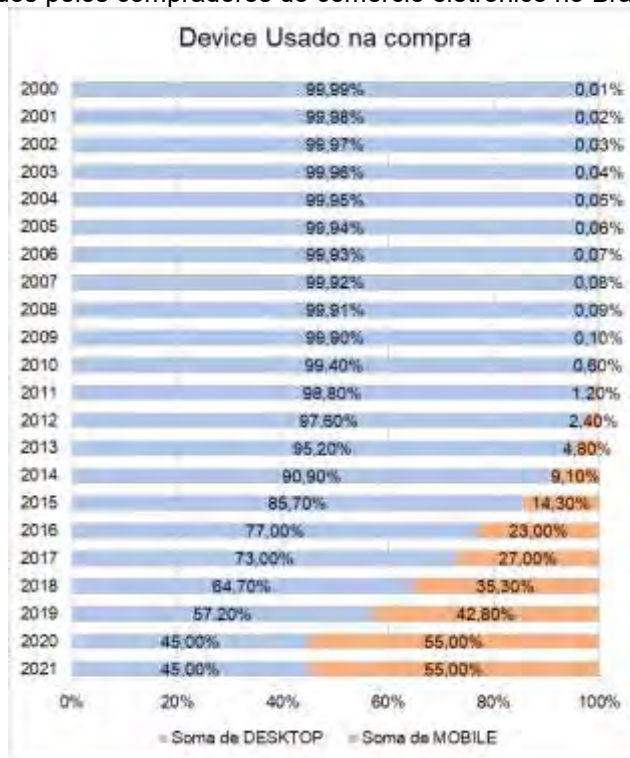


Fonte: ABCOMM/FOREKAST (2022)

Na figura 5 é averiguado o crescimento do uso dos dispositivos para a compra em *e-commerces*, sendo que os tipos *mobile* - smartphones e tablets – ultrapassaram o uso dos computadores, sejam desktops ou notebooks. É relevante lembrar que no ano de 2020 houve a pandemia covid-19 em que houve *lockdown* nas cidades e isso pode ter levado as pessoas a passarem mais tempo em seus celulares, porém isso não diminui o fato de que o movimento de aumento do uso de dispositivos móveis já estava em franca ascensão. Outro fator a se destacar é que as funcionalidades atribuídas a esses dispositivos também ajudaram as pessoas e ficar menos dependentes de computadores (entenda-se laptops e desktops).

Outro fato a ser lembrado na análise da figura 5 é que as linhas de telefone também tiveram aumento na acessibilidade, juntamente a elas o acesso às redes 3G e 4G, o que possibilitou o acesso de mais pessoas ao mercado eletrônico.

Figura 5 - Dispositivos usados pelos compradores do comércio eletrônico no Brasil de 2000 até 2021

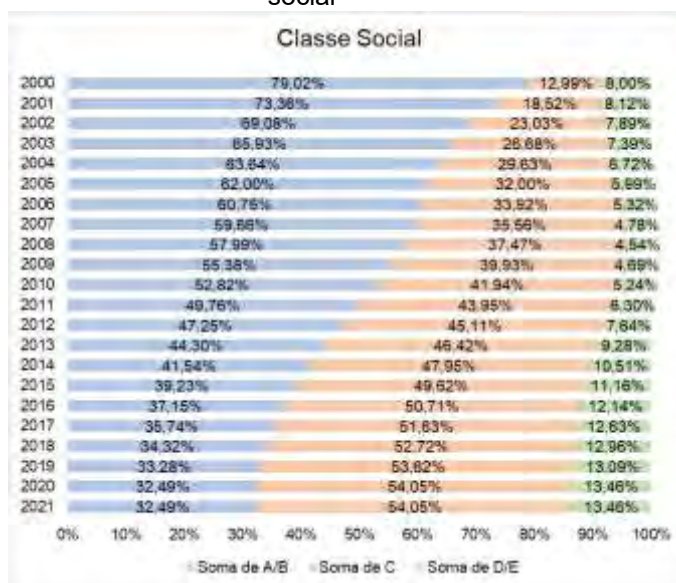


Fonte: ABCOMM/FOREKAST (2022)

A figura 6 apresenta um interessante dado sobre as compras feitas no comércio eletrônico dividido por classes sociais. Constata-se que as classes C, D e E tiveram crescimento no período de análise, com grande destaque para a classe C que teve crescimento de mais de 40%.

Esse dado mostra um aumento da liberdade para o acesso desses indivíduos de classes mais baixas para poder usufruir das benesses oferecidas pelo mercado da internet.

Figura 6 - Disposição de compradores do comércio eletrônico no Brasil de 2000 até 2021 por classe social



Fonte: ABCOMM/FOREKAST (2022)

Esse conjunto de dados é mais bem interpretado quando os dados são analisados como um todo. É totalmente evidente a relação entre aumento de faturamento (figura 1) e aumento de pedidos (figura 2).

Analisando os gráficos das figuras 3 e 6, pode-se interpretar que a quantidade de compradores novos na internet foi puxada principalmente pela classe C, que tem grande parcela da população (IBGE, 2016), uma vez que as classes A/B têm um número menor de pessoas e acabam por ocupar menos do total de pedidos.

Outro ponto de importância a ser observado é que a representação da classe C, D e E no total de pedidos analisada em conjunto com a figura 5 nos leva ao acesso do mercado eletrônico trazido pelos dispositivos móveis, uma vez que seu preço é menor que o de um computador, assim ficando à disposição das camadas menos desprovidas da sociedade.

A informação trazida pela Big Data Corp (2021) de que o Brasil já possui mais de 1,6 milhão de lojas online aliada ao fato observado pela figura 5, leva a uma outra questão que é a facilidade que algumas redes sociais oferecem para se comercializar, fazendo com que as classes mais baixas também possam se utilizar dessas ferramentas para também expor seus produtos. Nesse quesito o comércio virtual tem muito a oferecer em favor das pessoas, dando mais autonomia para que elas possam escolher de onde adquirir seus produtos, discernindo como fazer para gastar seus ganhos.

Um aspecto importante é sobre a autonomia que as pequenas empresas adquirem ao adentra o mundo virtual. Além da busca por novos fornecedores, há a possibilidade de atingir diretamente o consumidor final, que muitas vezes está a uma distância geográfica que impossibilitaria a venda. Essa abordagem direta com o consumidor traz uma relação mutualística onde o fornecedor passa a ter uma margem maior de lucro e o consumidor tem a possibilidade de pagar menos por comprar direto do produtor. Ainda nas vantagens que o produtor pode obter, principalmente as pequenas e médias empresas, o fato de não haver um distribuidor intermediário (lojas e outros grandes *players*) faz com que a negociação seja uma relação ganha-ganha, diferente das relações existentes em muitos processos de venda onde um grande *player*, com grande poder de compra, faz exigências que acabam por comprometer os ganhos do fornecedor. Sendo assim, o fornecedor passa a ter uma condição econômica favorável, podendo assim refletir para o bem da empresa e de todos que se beneficiam dela de forma direta ou indireta.

Essa flexibilidade e inclusão trazidas pelo *e-commerce* propiciam um ciclo virtuoso, onde consumidor pode desfrutar de uma vitrine ilimitada e ter a liberdade de escolher o que é melhor para ele naquele momento economicamente, podendo optar tanto pelo produto mais barato ou pelo mais caro, sem o impedimento de não haver uma única oferta. Já para o produtor a possibilidade de se obter melhores resultados diante da possibilidade de abordagem direta do consumidor faz com que ele possa obter a liberdade de poder escolher o seu cliente, sem que precise abdicar do resultado, trazendo o bem estar econômico para a empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho discutiu-se acerca da economia e da autonomia gerada pelo comércio eletrônico, mas é importante ressaltar o desenvolvimento trazido na perspectiva do conceito de Sen (2010) colocada. A liberdade que esse modo de comerciar trouxe proporcionou autonomia para comprador e vendedor, fazendo com que possam decidir como melhor aplicar seus recursos econômicos.

Há que se fazer algumas considerações sobre algumas áreas que podem aumentar a liberdade do indivíduo nas escolhas, trazendo consigo desenvolvimento econômico e consequentemente melhoria nas condições de vida dos indivíduos.

Aumentar o trabalho no desenvolvimento logístico a fim de amparar o *e-commerce* pode trazer redução de custos e velocidade, assim pode melhorar ajudar as pessoas a escolherem o que melhor lhe convém. Junto a isso vem o aumento de empregos no setor que irão trazer mais pessoas para o mercado de trabalho, fazendo com que possam ter sua autonomia restaurada.

Outro setor que é beneficiado com essa modalidade é o produtivo, que pode se beneficiar e crescer com a demanda crescente como mostra a previsão das figuras 1, 2 e 3. Assim o ciclo virtuoso também pode crescer e beneficiar mais pessoas.

REFERÊNCIAS

- ABCOMM/FOREKAST - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO ELETRÔNICO (Brasil). Principais Indicadores do e-Commerce. In: **Principais Indicadores do e-Commerce**: 2021. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://dados.abcomm.org/>. Acesso em: 8 set. 2022.
- BIG DATA CORP (Brasil). Big Data Corp. Estudo: Perfil do E-Commerce Brasileiro. In: **Estudo**: Perfil do E-Commerce Brasileiro. 7. ed. [S. l.], 16 ago. 2021. Disponível em: <https://bigdatacorp.com.br/estudo-perfil-do-e-commerce-brasileiro-7a-edicao/>. Acesso em: 8 set. 2022.
- DO NASCIMENTO, D. C. . RESENHA DO LIVRO "DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE" DE AMARTYA SEN. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 165–168, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/29506>. Acesso em: 27 set. 2022.
- DRUCKER, Peter. A revolução do comércio eletrônico. In: JULIO, Carlos Alberto; SALIBIU NETO, José. E-business e tecnologia: autores e conceitos imprescindíveis. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 90–107
- FINKELSTEIN, Maria Eugênia et al. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO: o comércio eletrônico e suas novas tendências. *Revista Internacional Consinter de Direito*, [S.L.], v. 8, n. 8, p. 53-70, 28 jun. 2019. CONSINTER. <http://dx.doi.org/10.19135/revista.consinter.00008.03>.
- Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108p
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características gerais dos moradores 2020-2021 / IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios**: pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: características gerais dos moradores: 2020-2021; pnad contínua: características gerais dos moradores: 2020-2021. Rio de Janeiro: Ibge, 2022. 115 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101957>. Acesso em: 15 nov. 2022.
- MINIWATTS MARKETING GROUP (Índia). Internet World Stats. TOP 20 COUNTRIES WITH THE HIGHEST NUMBER OF INTERNET USERS. In: MINIWATTS MARKETING GROUP (Índia). **Internet World Stats**: Usage and Population Statistics. [S. l.], 29 maio 2022. Disponível em: <https://www.internetworldstats.com/top20.htm>. Acesso em: 8 set. 2022.
- SILVA, Nôga Simões de Arruda Corrêa da et al. E-MARKETPLACES: crescimento de vendas para os e-commerces. **Caderno de Administração**, [S.L.], v. 26, n. 2, p. 21, 25 abr. 2019. Universidade Estadual de Maringá. <http://dx.doi.org/10.4025/cadadm.v26i2.43189>.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- TOLEDO, Pedro Eduardo Ribeiro de. O comércio eletrônico sob a ótica geográfica. **Geosul**, [S.L.], v. 35, n. 76, p. 352-376, 27 out. 2020. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n76p352>.

CONSTRUÇÃO DE VALOR: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR DOS POSTOS DE GASOLINA DA CIDADE DE FRANCA.

VALUE CONSTRUCTION: A CASE STUDY ON CONSUMER BEHAVIOR AT GASOLINE STATIONS IN THE CITY OF FRANCA.

Área Temática: Consumo e Produção Sustentáveis

CARVALHO, Nádia de Castro
Profa. Me Uni-FACEF
nadiacarvalho@facef.br

SATURI, Evandro Morales
Prof. Me Fatec
emsaturi@gmail.com

CARVALHO, Francisco Jose Pereira de
Prof. Me Fatec
fcarvalhocem@hotmail.com

DONZELLI, Orivaldo
Prof. Dr. Uni-FACEF
orivaldo@facef.br

DIAS, Felipe de Sousa Linhares
Empresa Júnior – Uni-FACEF
felipelinhaires.fsl@gmail.com

RIBEIRO, Ana Luísa Brito
Empresa Júnior – Uni-FACEF
ana05brito@hotmail.com

RESUMO

Atualmente é possível afirmar que indivíduos, em um modo geral, segmentam-se em distintos grupos sociais e o consumo econômico se faz o mais relevante indicador desta diferenciação. Ao adquirir produtos ou serviços de uma determinada empresa, há uma série de razões intangíveis envolvidas no ato. Este estudo busca compreender o Marketing voltado para o Valor como condição contribuinte no comportamento do consumidor dos postos de gasolina da cidade de Franca. De modo a entender o cenário adotou-se uma pesquisa que contou com um formulário *web survey*. A pesquisa realizada, pode ser considerada quantitativa descritiva, uma vez que visa expor percepções comuns dos entrevistados. Referente a coleta de dados para a realização da pesquisa objetivou-se a coleta de 617 respostas, visando uma ampla diversidade no público, na qual foram escolhidos bairros distintos dentro da cidade de Franca, dividindo as coletas entre manhã e tarde, com número semelhante de respostas para cada local. No estudo realizado os três postos de gasolina mais citados foram Shell, Petrobrás e Ipiranga, o que mostra evidências da importância da bandeira. A localização perto de casa e trabalho, bem como o preço mostraram ser um fator decisivo na compra. Os produtos premium não são relevantes para o público pesquisado, contudo acessibilidade, atendimento, infraestrutura, localização e marca do combustível mostram-se relevantes. Superar as expectativas do cliente pode se tornar um diferencial para a empresa, que, para ser assertiva na estratégia, precisa conhecer suas capacidades internas e, sobretudo, identificar a força e sinergia oferecida pelas marcas.

PALAVRAS-CHAVE: Construção de Valor; Segmentação e Posicionamento, Comportamento do Consumidor

ABSTRACT

Currently, it is likely that it will be relevant, that it will segment, in a generally relevant way, into social groups and the economic one will be the most relevant of this measurement. When purchasing or services from a particular company, there are a number of intangible reasons involved in the act. Comprehensive study of the environmental behavior of marketing for this value as a condition not to search for gas stations in the city of Franca. In order to understand the alternative, a search is contoured with a web search form. The one carried out can be considered research, since it is seen as common in the studies. Regarding the collection of data for the accomplishment of the research, the objective was to collect 617 answers, with a wide diversity in the public, which were used the different neighborhoods within the city, dividing as collections between the city, with similar answers for each location. The study carried out the three gas stations most cited by Shell, Petrobras and Ipiranga, which shows evidence of the importance of the brand. The close location, as well as home purchase price is a decisive factor Premium products are not relevant to the researched public, however accessibility, service, infrastructure, location and fuel brand are relevant. Exceeding customer expectations can make a difference for the company, which, in order to be assertive in its strategy, needs to identify its internal capabilities and, above all, identify a differential and specific strength by brands.

KEYWORDS: Constrution of Value; Segementation and Positing; Consumer Behavior

1. INTRODUÇÃO

O mercado de combustíveis, sobretudo petróleo e gás natural, movimentaram em 2020 aproximadamente 13% do PIB do Brasil, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis). Deste modo, evidencia-se a importância do setor para a economia nacional e internacional, uma vez que em abril de 2022, como aponta o Boletim de Petróleo e Gás Natural divulgado pela ANP, foram produzidos no país 2.999 MMbbl/d (milhões de barris diários) de petróleo, ainda que o setor não supra as necessidades internas do país, fazendo-se necessário, em muitos casos, a importação.

É possível encontrar, em suma, dois tipos de postos: bandeirados ou bandeira branca. Enquanto os bandeirados carregam o nome de marcas usufruindo-se dos benefícios destas marcas e, sobretudo do nome e confiabilidade que seus consumidores depositam nelas, o posto de bandeira possui maior liberdade em seu empreendimento, no combustível e pode construir a força de sua própria marca. Logo, de modo a entender o cenário atual e garantir dados concretos e específicos para o embasamento da construção de valor e identificar o comportamento do consumidor dos postos de gasolina da cidade de Franca adotou-se uma pesquisa que contou com um formulário *web survey*, na qual sejam capazes de mapear as principais percepções do público a respeito das marcas dos postos da cidade.

2 – REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção do artigo, apresentam-se aspectos teóricos sobre os conceitos de Marketing que contribuem para o entendimento de necessidades dos clientes e sobre maneiras de se especializar para atendê-los. São eles: Mix de Marketing, Construção de Valor de Marca, Segmentação,

Posicionamento e, também, Marketing de Nicho. De acordo com Kotler e Armstrong (2006), as principais características do marketing se permeiam em atrair novos clientes, através do valor superior demonstrado, e preservar os atuais, por intermédio da satisfação mantida.

O relacionamento de uma companhia com seus clientes – e não apenas o processo de venda em si – constitui o Marketing de uma empresa. Analisar necessidades, conhecer o perfil do público desejado, criar demandas, ofertar produtos, vender e administrar o contato com o consumidor são alguns dos tópicos relacionados ao assunto. De acordo com Kotler e Armstrong (2015, p.4) “marketing é o processo pelo qual as empresas criam valor para os clientes e constroem fortes relacionamentos com eles para capturar valor deles em troca”.

Dentre os diversos tipos de Marketing existentes (valores e posicionamentos morais, lucros em dinheiro, contribuição social, etc.), este estudo busca compreender o Marketing voltado para o Valor como condição contribuinte no comportamento do consumidor dos postos de gasolina da cidade de Franca. Este tipo de Marketing é praticado por organizações cuja filosofia institucional se dedique a desenvolver e entregar valor superior aos clientes para, então, alcançar objetivos estipulados (lucro, fidelidade, indicações, entre outros) conforme afirmado por Churchill Jr. e Peter (2006). O consumidor e suas necessidades devem ser o foco principal deste tipo de prática.

Atualmente é possível afirmar que indivíduos, em um modo geral, segmentam-se em distintos grupos sociais e o consumo econômico se faz o mais relevante indicador desta diferenciação. Ao adquirir produtos ou serviços de uma determinada empresa, há uma série de razões intangíveis envolvidas no ato, pois, “Com base no que já conhecem sobre a marca – sua qualidade, características de produto e assim por diante – os consumidores podem fazer suposições e desenvolver expectativas razoáveis sobre o que podem *não* saber sobre a marca” (KELLER; MACHADO, 2006, p.7). Em outras palavras, pode-se especificar que os usos de determinadas marcas estabelecem posições sociais desejadas (Moura e Araújo, 2014) e isto é capaz de se tornar uma situação conveniente as empresas que se especializam e se dedicam a um determinado nicho de produtos.

As empresas podem trabalhar com a divulgação do valor agregado aos serviços e com a possibilidade de superar o que seus consumidores esperam, pois, de acordo com Caldas e Godinho (2007), os usuários procuram se nortear através das vantagens que as instituições conseguem disseminar em sua comunicação e desempenho. Isto posto, este estudo se justifica, pois, segundo o Manual de Oslo (1997), ações de marketing voltadas às necessidades do consumidor, abrindo mercados ou reposicionando produtos, podem aumentar as vendas. A realidade, porém, mostra que algumas empresas têm resistência e falta de conhecimentos sobre a importância e influência destes aspectos de Marketing no aumento das vendas e na recorrência de compra. Tópicos estes que podem não envolver custos altos, mas sim, comportamentos relacionados à conduta com os consumidores.

2.1 Mix Marketing

São categorizadas como Mix de Marketing as ferramentas utilizadas para realizar e controlar as atividades de marketing da empresa que envolvam a criação de demandas para seus produtos e que estejam voltadas para os clientes, assim como para o que os motiva a comprar (KOTLER; ARMSTRONG, 2015). Estes instrumentos são classificados como os 4P's do Marketing: Produto, Preço, Praça e Promoção e são fatores que a própria empresa controla. O consumidor é o centro da estratégia, onde a organização decide a quem irá atender (segmentação) e como fará isso (posicionamento): O Mix de Marketing é uma ferramenta de orientação para as empresas visualizarem o que fazem para atrair e manter clientes, assim como o que podem melhorar em sua estratégia. A atuação da instituição focada nos interesses do cliente permite maior assertividade em suas ações, pois, a empresa trabalhará de acordo com os benefícios e experiências que seu consumidor espera, e deste modo, agregará maior valor à sua marca.

2.2 Construção de Valor

O que determina como um consumidor percebe os atributos de uma marca, estando disposto a interagir e comprar seus produtos, é o quanto de valor ele consegue perceber nela (Moura e Araújo, 2014). Uma empresa cria valor quando trabalha qualitativamente com a diferença entre o que o cliente percebe como benefícios da compra e uso do produto e serviço, e os custos que ele precisa desembolsar para obtê-los, conforme destacado por Churchill Jr. e Peter (2006). Os autores ainda explicam que para criar valor é preciso entender os clientes, seus desejos, necessidades, dividindo-os em classes e selecionando quais serão atendidas (mercados-alvo).

Uma instituição não pode atender a todos os clientes de um mercado de maneira lucrativa, pois caso sejam muitos, não os atenderá da mesma maneira e com a devida atenção que os satisfaz. A empresa deve analisar o mercado e identificar o segmento que melhor contempla para focar seu empenho nisto, onde seu atendimento se supere cada vez mais, ultrapasse a concorrência e exceda o que o cliente espera – consequentemente, obtendo maior lucro (KOTLER; ARMSTRONG, 2015).

Desde o instante em que a preocupação da empresa estiver no entendimento das necessidades e opiniões de seus clientes, no estudo do seu consumo e também na análise do comportamento concorrente com hábitos de gestão apropriados, possibilidades para aplicação de conhecimentos e, também, inovações, surgirão (ITO, et al, 2012).

De acordo com Keller e Machado (2006), existem quatro etapas para a construção de valor forte em uma marca: Identificação da Marca; Significado da Marca; Respostas à Marca e Relacionamentos com a Marca. Segundo a proposta dos teóricos, para que estes tópicos contribuam na construção de marca, é necessário seguir uma sequência paralela de fatores que se relacionam com as etapas: É preciso que o consumidor compreenda qual necessidade a marca satisfaz (identificação); O cliente também deve formar uma imagem positiva da empresa, de acordo com seu desempenho já verificado (significado); Os julgamentos e sentimentos que o comprador demonstra estimulam seu comportamento de consumo (respostas); O retorno de compra e lealdade à marca mostra se o mesmo está fidelizado (relacionamentos).

Ao criar maior valor que os concorrentes em um determinado período de tempo, define-se que a organização pode ser considerada em vantagem competitiva. De acordo com Porter (1985), a empresa que possui esta vantagem pode melhor trabalhar sua disposição de preços. Há a oportunidade de análise e uso estratégico da diferença entre o valor que o cliente está disposto a pagar e a média trabalhada no mercado, onde um preço prêmio pode ser cobrado de acordo com a qualidade do serviço/produto relacionada ao conhecimento que a instituição possui sobre o perfil do seu consumidor e como quer atendê-lo (posicionamento de mercado) - o que resultaria em margens de lucro maiores.

2.3 Segmentação e Posicionamento

Clientes organizam preferências de consumo em diversos níveis, de forma hierárquica. Segundo Keller e Machado (2006), este agrupamento tem importante papel na tomada de decisão do consumidor na hora da compra. A consciência que o comprador possui da marca e de seu desempenho se relaciona com a probabilidade de ela ser lembrada e escolhida. Faz-se necessário estudar o mercado, identificando o perfil do cliente desejado de acordo com o propósito da instituição, para então, utilizar estratégias adequadas e assertivas no relacionamento com ele. A fim de garantir objetividade perante as ações de marketing que realiza, uma empresa precisa analisar o ambiente em que atua e escolher atender ao público com o qual se dá melhor, através de oferta, vendas, relacionamento e retorno. Isto é segmentar, o que Churchill Jr. e Peter (2006, p. 210) definem como

“[...] o processo de dividir um mercado em grupos de compradores potenciais que tenham semelhantes necessidades e desejos, percepções de valores ou comportamentos de compra”.

Já de acordo com Kotler e Armstrong (2015, p.54), a divisão deve ser ainda mais cuidadosa e seletiva, pois “Todo mercado possui segmentos, mas nem todas as formas de segmentação de um mercado são igualmente úteis”. Em outras palavras, é preciso analisar e conhecer públicos que reajam de maneira similar às ações da empresa para se trabalhar adequadamente com eles. Ainda segundo os autores, os esforços da organização devem estar em atender as necessidades distintas dos segmentos de mercado individuais. Ao identificar algo em determinado local, comparando-o com semelhantes em outros demarcados locais, estamos posicionando-o (Serralvo e Furrier, 2005). Se tratando de diferenciação empresarial, é preciso também se localizar apropriadamente e considerar a concorrência. Uma empresa tende a querer estar bem posicionada frente à seu concorrente, pois, subjetivamente, isto significa que ela apresenta melhor desempenho, maior valor para os consumidores e, deste modo, será lembrada e desejada por eles.

A empresa precisa planejar sobre como chegará à frente da concorrência e sobre como quer ser enxergada pelos clientes. “Um bom posicionamento de marca ajuda a orientar a estratégia de marketing, esclarecendo o significado da marca, como ela é exclusiva ou similar às marcas concorrentes e por que os consumidores devem preferi-la” (KELLER; MACHADO, 2006, p.70).

No momento em que a organização escolhe utilizar uma estratégia de atuação que seja adequada ao tipo de público que quer atingir, ela está se posicionando (Moura e Araújo, 2014). A partir do conhecimento que a empresa possui sobre o perfil de cliente desejado, de uma atuação estratégica de acordo com suas melhores capacidades e, unindo a isso, uma precificação adequada perante os benefícios oferecidos ao público, pode-se dizer que a instituição passa a fazer parte de um nicho específico de mercado.

2.4 Marketing de Nicho

Pode-se definir nicho como um grupo de relações mais estreitas com determinada fração de público. Uma estratégia interessante e favorável à Micro e Pequena Empresa é o uso do Marketing de Nicho. Esta técnica consiste na grande participação de uma empresa em um ou apenas em poucos nichos de mercado ou segmento, ao invés de uma atuação mínima em grandes mercados (KOTLER; ARMSTRONG, 2015, p.221).

Empresas praticantes deste tipo de marketing dedicam esforços para se especializar em atender as demandas de nichos específicos, ao invés de trabalhar de modo generalizado, obtendo maior conhecimento sobre as necessidades de seus clientes, e, conseqüentemente, atuando de modo assertivo, podendo ajustar seu mix de marketing e cobrar um preço a parte por isto, pois é reconhecida pelo consumidor.

Este se faz um aspecto favorável as MPE's, pois, ainda de acordo com Kotler e Armstrong (2015), pequenas empresas podem reunir seus recursos limitados no atendimento de pequenos grupos, que podem ser desinteressantes para grandes redes. Segundo os autores, é grande o número de organizações que atendem nichos e se desenvolvem a ponto de chegar a concorrer com grandes empresas. Micro e Pequenas Empresas podem desenvolver bons relacionamentos com consumidores – proporcionados pela individualidade e intimidade encontrada em seus atendimentos – e isto se faz chave para a fidelidade dos clientes (Mello, 2008).

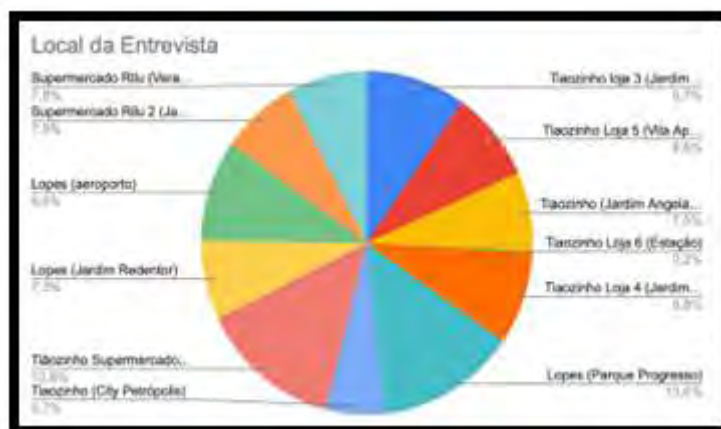
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada, no que diz respeito aos seus fins, pode ser considerada enquanto descritiva, uma vez que visa expor percepções comuns dos entrevistados sobre postos de gasolina, além de, sobretudo, identificar a força e sinergia oferecida pelas marcas. Por esse motivo, adotou-se o modelo de pesquisa descritiva, a qual de acordo com Gil (1995, apud SILVA 2012), “esse modo operatório consiste no estudo das características de um grupo e tem por objetivo levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população, identificar a existência de relações entre as variáveis e determinar a natureza da relação”. Referente a coleta de dados, foram selecionados 11 pontos distintos para a coleta de dados, sendo todos eles supermercados dentro da cidade de Franca e em diferentes bairros: Tiãozinho Supermercados (City Petrópolis), Sebastião Lopes Supermercados (Jardim Redentor), Supermercado Rilu 2 (Jardim Luiza), Tiãozinho Supermercados (Jardim Ângela Rosa), Supermercado Rilu (Vera Cruz), Tiãozinho Supermercados Loja 5 (Vila Aparecida), Tiãozinho Supermercados Loja 4 (Jardim Integração), Tiãozinho Supermercados Loja 3 (Jardim Cambuí), Tiãozinho Supermercados Loja 2 (Residencial Ana Dorothea), Sebastião Lopes Supermercados (Aeroporto), Sebastião Lopes Supermercados (Parque Progresso) e em dois períodos distintos: manhã (7h-11h); tarde (12h-16h); pois buscando variedade de públicos, as diferentes áreas da cidade colabora para uma pesquisa mais diversas em opiniões e respostas. Apesar de ser realizada através da aplicação de um formulário estruturado, no qual todas as perguntas foram realizadas por um entrevistador, optou-se pela utilização ampla de perguntas abertas, intuindo minimizar vieses na pesquisa. Por esse motivo os dados obtidos foram previamente tratados e agrupados em categorias baseadas a partir de seus núcleos de sentido, de modo que as respostas pudessem quantificadas e expressas através de gráficos ou tabelas que facilitassem sua análise e compreensão. Para a realização da pesquisa objetivou-se a coleta de 617 respostas em onze pontos diferentes, visando uma ampla diversidade no público, na qual foram escolhidos bairros distintos dentro da cidade de Franca, dividindo as coletas entre manhã e tarde com número semelhante de respostas para cada local. Todos os critérios de avaliação, organização e a elaboração do formulário foram realizados sob tendo em vista o objetivo central da pesquisa. Os formulários foram aplicados nos locais estabelecidos, realizado por vinte pesquisadores contratados, divididos em sete dias e em cada local foram feitos dois turnos (manhã e tarde). Cada coleta obteve, ao menos, trinta respostas por turno. Os vinte pesquisadores foram divididos entre os supermercados e turnos de acordo com a disponibilidade de cada um. Uma vez que a meta do turno de determinada região fosse atingida, as coletas naquele ponto, para aquele dia e horário eram paralisadas. Os pesquisadores receberam as devidas instruções de como deveriam se portar para realizar a pesquisa com os possíveis entrevistados, ainda mais por ser uma pesquisa feita inteiramente na “rua”. Ao totalizar as 617 respostas a pesquisa foi finalizada e as análises dos dados foram feitas como mostra os tópicos a seguir.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo da pesquisa apresenta o que foi identificado, os respectivos resultados apurados e os comentários sobre tais levantamentos, conforme a seguir.

Gráfico n° 01 - Local da entrevista

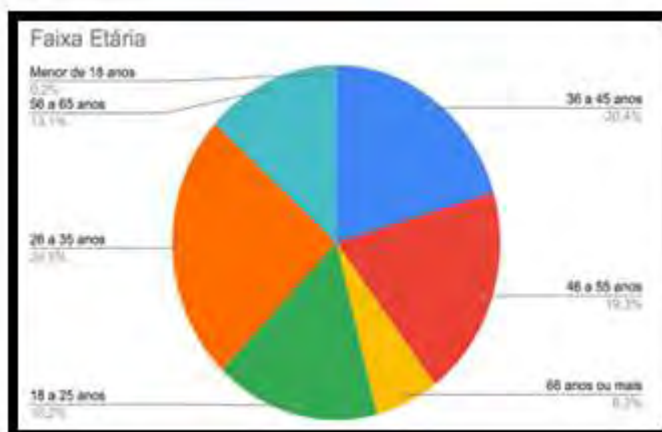


Fonte: Elaborado pelos Autores

Pela análise do gráfico “Local da entrevista”, nota-se que os locais de maior frequência de pessoas foram Tiãozinho Supermercado Loja 2, no bairro Residencial Ana Dorothea, com 14% e Lopes Supermercados, no bairro Parque Progresso, com 13,6% das respostas. O local de menor frequência foi o Tiãozinho Supermercado Loja 6, no bairro Estação, com apenas 1 resposta (0,002%). Os outros locais se dividiram em uma média de 8% de respostas.

De acordo com o gráfico, percebemos que há uma maior frequência de homens, representando 64% das respostas, enquanto as mulheres representam apenas 36%.

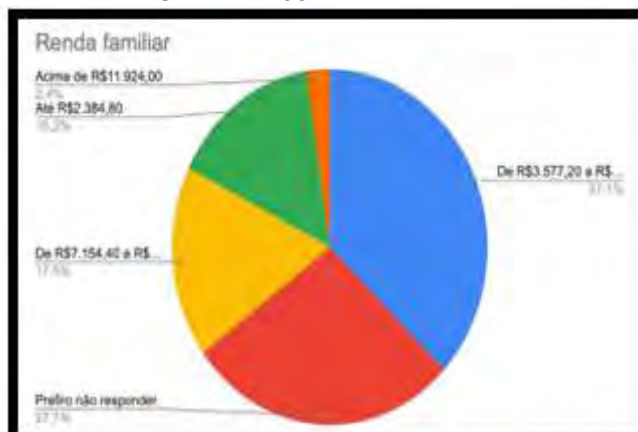
Gráfico n° 02 - Faixa etária



Fonte: Elaborado pelos Autores

Analisando o gráfico apresentado pode-se observar que a faixa etária de maior incidência foi de 26 a 35 anos, com 24% dos respondentes. As faixas de 18 a 25 e 36 até 65 anos apresentaram uma média de 17% de respostas, e representam uma média alta dos respondentes. Já a faixa de 66 anos ou mais obteve a porcentagem mais baixa de pessoas, com 6%. A faixa de menor de 18 anos apresentou somente 1 respondente.

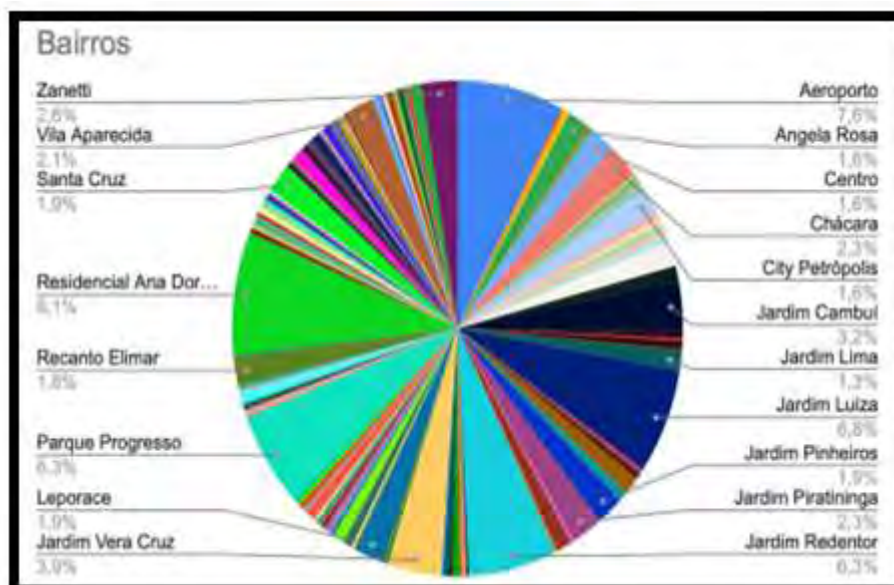
Gráfico n° 03 - Renda familiar



Fonte: Elaborado pelos Autores

Na análise deste gráfico, podemos perceber que, em primeiro lugar, 27,7% das pessoas entrevistadas não quiseram responder a essa questão. Dos que aceitaram responder, 37,1% representam o grupo de R\$3.577,20 a R\$7.154,40, que apresentou a maior porcentagem. Os grupos de até R\$2.384,80 e de R\$7.154,40 a R\$11.924,00 tiveram uma média de 16,35% das respostas, o que representa uma média baixa dos respondentes. E o grupo que obteve menor número de respostas foi o de acima de R\$11.924,00, com 2,4% de respostas.

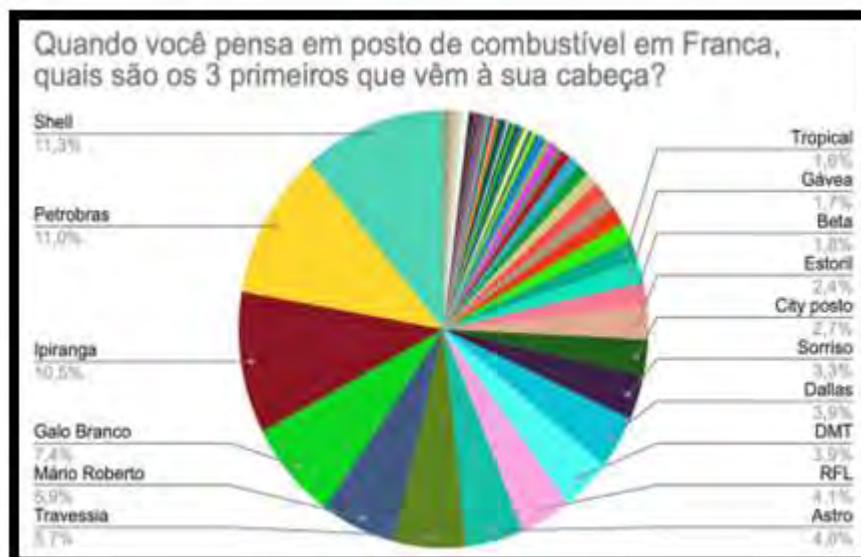
Gráfico n° 04- Bairros



Fonte: Elaborado pelos Autores

De acordo com o gráfico, os bairros de maior incidência foram Aeroporto, Jardim Cambuí, Jardim Luiza, Jardim Redentor, Jardim Vera Cruz, Parque Progresso e Residencial Ana Dorotea. Os que obtiveram maior porcentagem foram Residencial Ana Dorotea com 8%, Aeroporto com 7,8% e Jardim Redentor com 6% dos respondentes. Isso significa que as zonas de maior frequência são zona norte e leste.

Gráfico nº05-
Quando você pensa em posto de combustível em Franca,
quais são os 3 primeiros que vêm à sua cabeça?



Fonte: Elaborado pelos Autores

Os dados sobre essa pergunta mostram os postos que os entrevistados pensam quando precisam abastecer seus carros, com 11,3% aparece "Shell", logo em seguida "Petrobras" (11%), "Ipiranga" (10,5%), "Galo Branco" (7,4%), "Mário Roberto" (5,9%), "Travessia" (5,7%), , "Astro" (4,6%), "RFL" (4,1%), "DMT" (3,9%), "Dallas" (3,9%). Pode-se perceber a preferência pelas marcas dos combustíveis, Shell, Petrobras e Ipiranga, sendo as 3 primeiras em destaque nas respostas. Galo Branco também tem seu destaque em quarto lugar quando pensam em postos em Franca.. Outros postos também aparecem, mas com uma porcentagem menor, não sendo destaques. Como: Paineirão, City Posto, Jofer, Estoril, Select, Jofer, Makro.

Gráfico 06 -"Normalmente, quando você abastece em um posto, você costuma escolher:"



Fonte: Elaborado pelos Autores

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

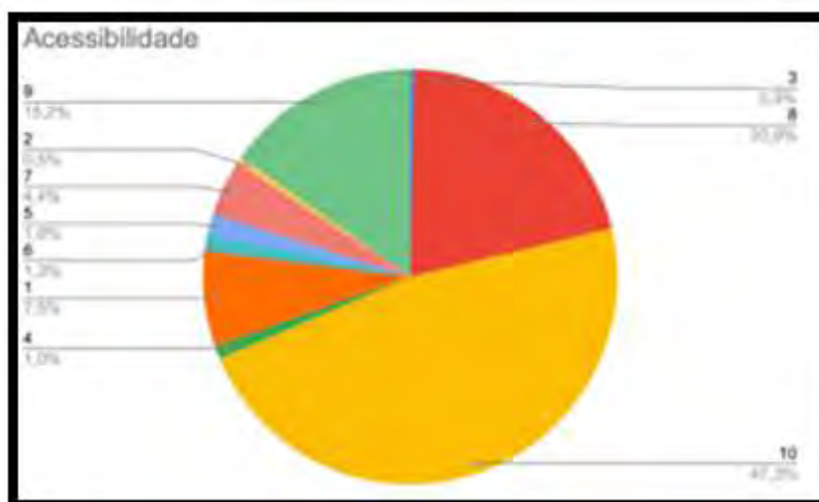
ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A partir de análises dos questionários, 25,56% dos entrevistados abastecem nos postos com preços mais baratos. Entretanto, 25,08% preferem abastecer em postos perto de suas residências e 13,66% preferem abastecer em postos perto de seus trabalhos. Em conclusão, 38,74% dos entrevistados optam pela praticidade de abastecer em postos próximos de algum compromisso. Já 19,64% abastece em postos com bandeiras, em contrapartida 80,36% levam outros critérios em consideração no lugar da bandeira. Há também aqueles que abastecem sem critérios sendo estes 12,37% dos entrevistados. A partir da análise, a maioria busca postos mais baratos e perto dos compromissos deles. Os postos que mais aparecem nas respostas dos entrevistados são: Ipiranga (7%), Travessia (5,8%), DMT (5,6%), Galo Branco (5,1%), Shell (5,1%), Astro (4,8%), RFL (4,7%), Dallas (4,2%), Mário Roberto e BR (4,0%). Com esses dados pode-se perceber uma preferência para combustíveis da marca Ipiranga, DMT e Shell. O Galo Branco tem um destaque sendo o quarto posto mais mencionado pelos entrevistados. Outros postos também foram citados nas respostas como Posto Sorriso, Petrobras, Estoril, City Posto, Paineirão, Posto Beta, Select e também com uma porcentagem mínima que não souberam responder, entrevistados que não possuem nenhuma preferência no momento que abastece ou não é um cliente fidelizado com algum posto ou marca de combustível.

Na pergunta em questão, os entrevistados dariam notas em uma escala de 1 a 10 para as seguintes características do momento de escolha de um posto de gasolina: acessibilidade, atendimento, infraestrutura, localização, marca do combustível, preço, produtos Premium e qualidade do combustível.

Portanto, no Gráfico 7 a pesquisa teve como base a acessibilidade conforme apresentado a seguir.

Gráfico 7 – Acessibilidade

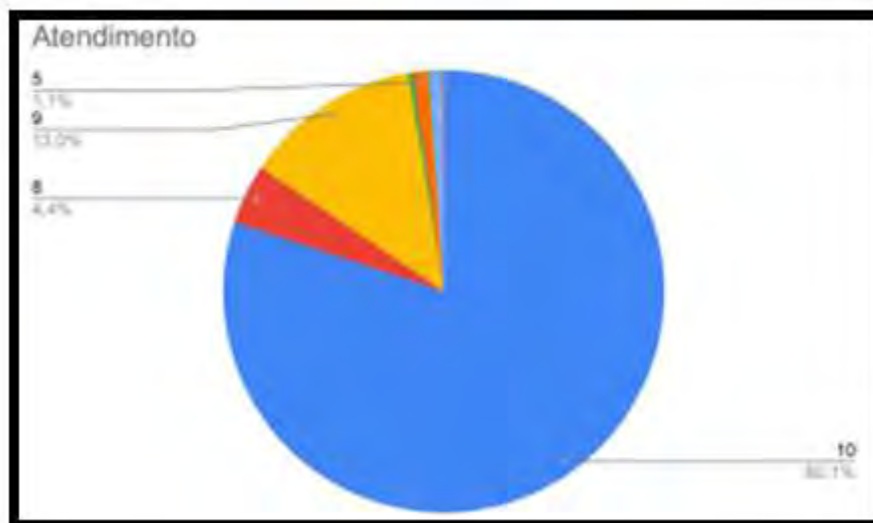


Fonte: Elaborado pelos Autores

No que se diz respeito ao fator “**Acessibilidade**”, 47,3% dos entrevistados deram nota 10, julgando ser um fator extremamente importante. Ao que se refere às outras notas relativas ao mesmo critério, temos: Nota 9: 15,23%; Nota 8: 20,90%; Nota 7: 4,37%; Nota 6: 1,29%; Nota 5: 1,62%; Nota 4: 0,97%; Nota 3: 0,32%; Nota 2: 0,48%; Nota 1: 7,45%.

Em relação ao atendimento, os resultados se encontram no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Atendimento

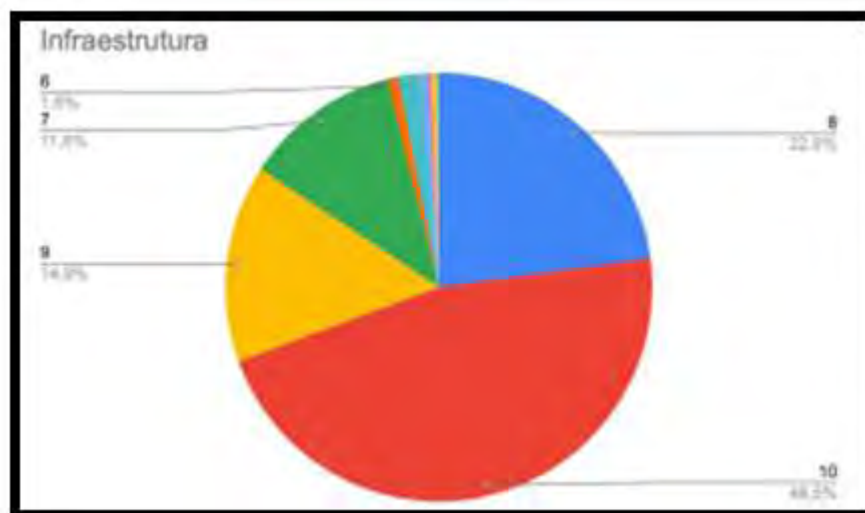


Fonte: Elaborado pelos Autores

Referente ao fator “**atendimento**”, 80,06% dos entrevistados deram nota 10 para o critério em questão. Para as outras notas, temos: Nota 9: 12,96%; Nota 8: 4,37%; Nota 7: 0,81%; Nota 6: 0,32%; Nota 5: 1,13%; Nota 4: 0%; Nota 3: 0,16%; Nota 2: 0%; Nota 1: 0,16%..

No que se refere à infraestrutura, o Gráfico 9 ilustra os resultados obtidos.

Gráfico 9 - Infraestrutura

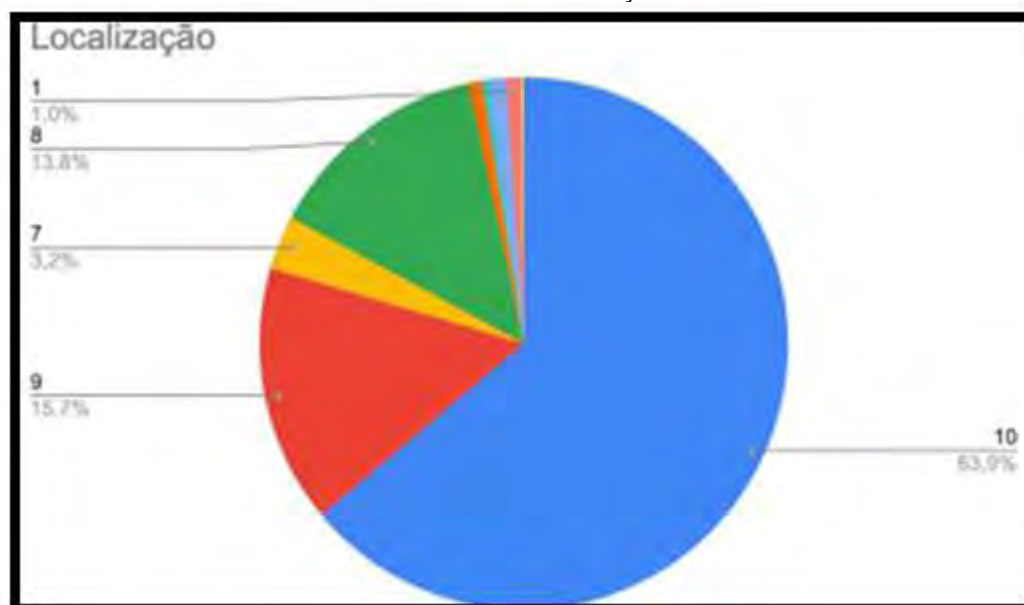


Fonte: Elaborado pelos Autores

Relativo ao fator “**Infraestrutura**”, 46,51% dos entrevistados julgaram a infraestrutura do posto ser um critério extremamente importante e deram nota 10. Ao que se refere às outras notas relativas ao mesmo critério, temos: Nota 9: 14,91%; Nota 8: 22,85%; Nota 7: 11,83%; Nota 6: 1,62%; Nota 5: 0,81%; Nota 4: 0,16%; Nota 3: 0,64%; Nota 2: 0,32%; Nota 1: 0,32%.

Quanto à localização, o Gráfico 10 demonstra o que foi apurado.

Gráfico 10 - Localização

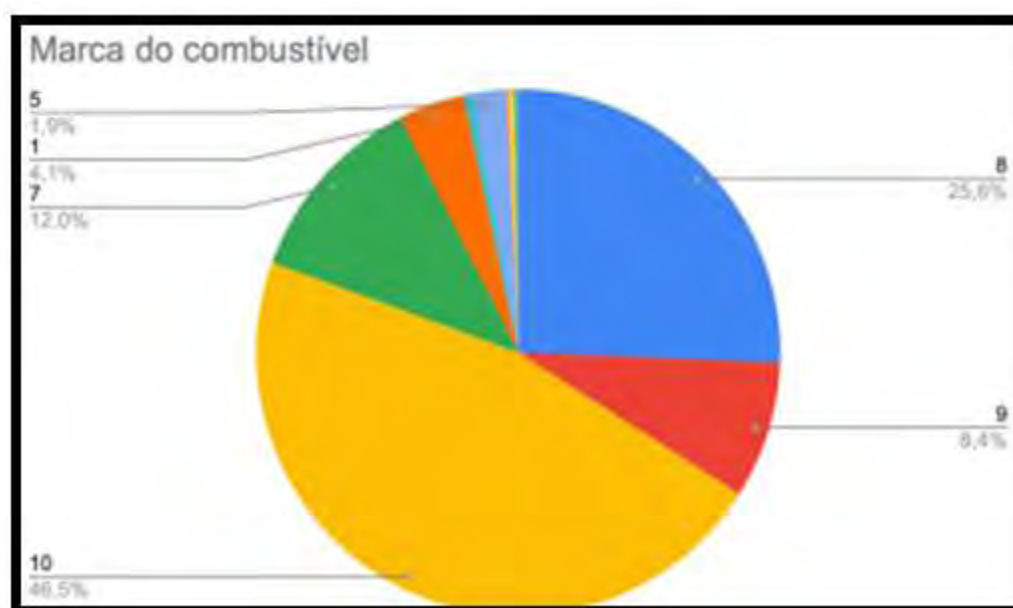


Fonte: Elaborado pelos Autores

Já em relação ao fator “**Localização**”, temos as seguintes quantidades de resposta para cada nota: Nota 10: 63,9%; Nota 9: 15,75%, Nota 8: 13,8%; Nota 7: 3,24%; Nota 6: 0,81%, Nota 5: 0,97%, Nota 4: 0,48%; Nota 3: 0,16%, Nota 2: 0%, Nota 1: 0,97%.

O Gráfico 11 apresenta os percentuais obtidos na realização da presente pesquisa.

Gráfico 11 – Marca de Combustível



Fonte: Elaborado pelos Autores

No que diz respeito ao fator “**Marca do Combustível**”, 46% dos entrevistados deram nota 10 para o quesito, considerando então a marca do combustível importante. Em relação às outras

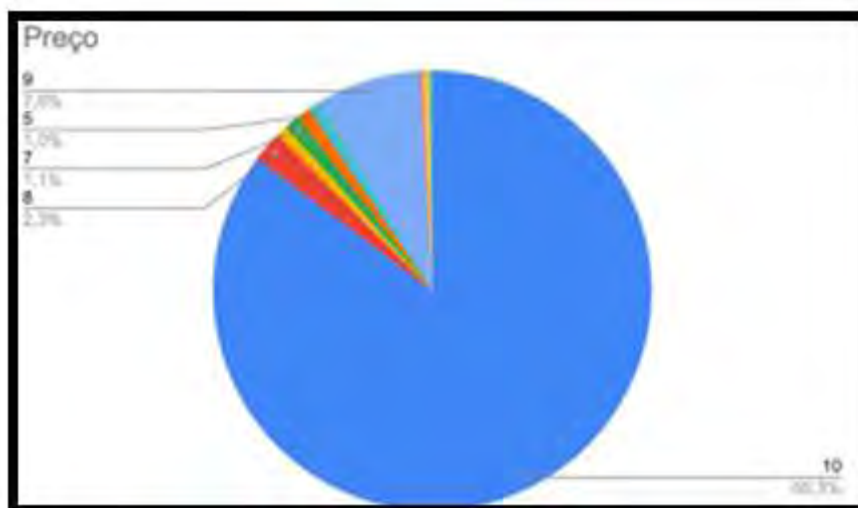
XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

notas, temos: nota 9: 8,42%; nota 8: 25,60%; nota 7: 12%; nota 6: 0,64%; nota 5: 1,94%; Nota 4: 0,32%; nota 3: 0,32%; nota 2: 0,16%; nota 1: 4,1%.

O item preço está demonstrado no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Preço

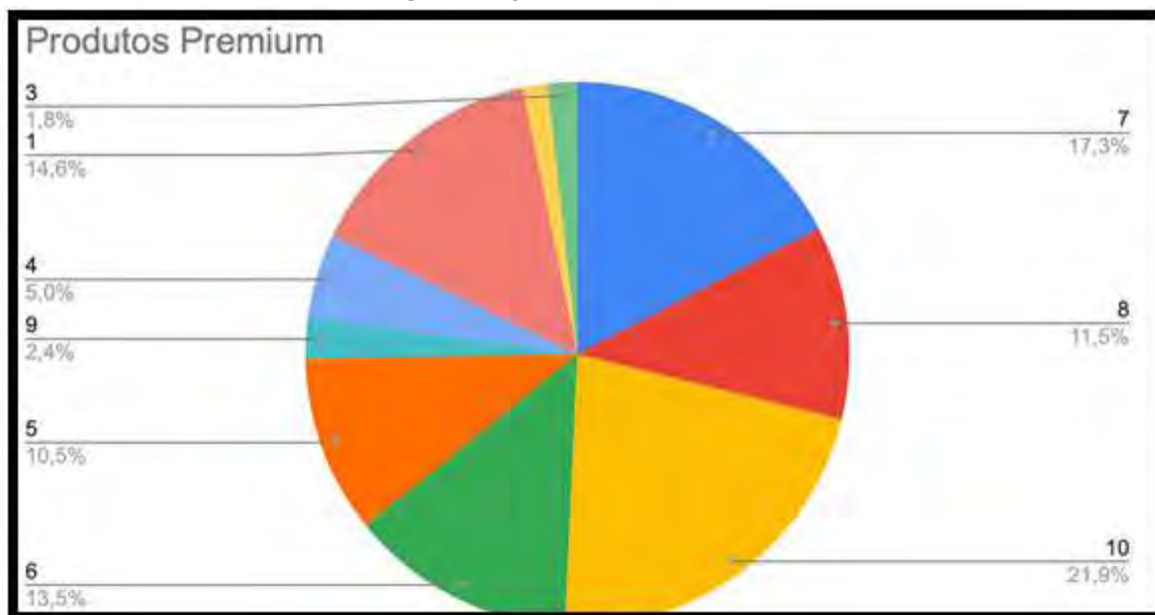


Fonte: Elaborado pelos Autores

Relativo ao fator “**Preço**”, temos a seguinte porcentagem de respostas para cada nota: Nota 10: 85,3%; Nota 9: 7,6%; Nota 8: 2,3%; Nota 7: 1,1%; Nota 6: 0,81%; Nota 5: 1%; Nota 4: 0,32%; Nota 3: 0,32%; Nota 2: 0,32%; Nota 1: 0,97%.

A pesquisa em relação aos produtos “premium” tem seu resultado demonstrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Produtos Premium



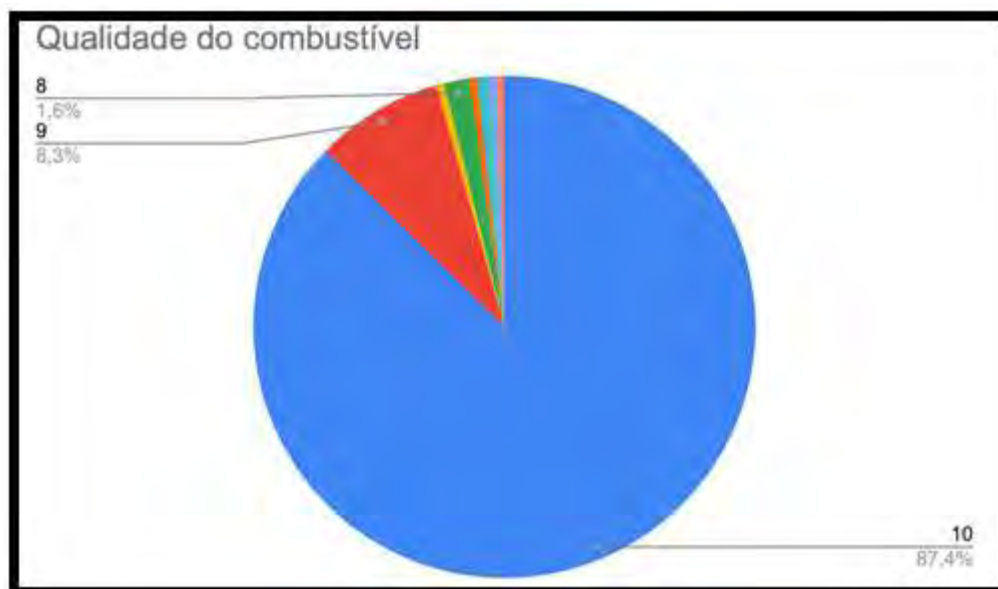
Fonte: Elaborado pelos Autores

Referente ao fator “**Produtos Premium**”, a quantidade de respostas para cada nota

foram: Nota 10: 21,9%; Nota 9: 2,4%; Nota 8: 11,5%; Nota 7: 13,3%; Nota 6: 13,5%; Nota 5: 10,5%; Nota 4: 5,0%; Nota 3: 1,8%; Nota 2: 1,46%; Nota 1: 14,6%..

O Gráfico 14 apresenta os resultados em relação à qualidade do combustível.

Gráfico 14 – Qualidade do Combustível



Fonte: Elaborado pelos Autores

Relativo ao fator “**Qualidade do Combustível**”, temos: Nota: 10: 87,4%; Nota 9: 8,3%; Nota 8: 1,62%; Nota 7: 0,49%; Nota 6: 0,49%; Nota 5: 0,49%; Nota 4: 0%; Nota 3: 0,49%; Nota 2: 0%; Nota 1: 0,81%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS / CONCLUSÃO

Este artigo teve como premissa identificar o comportamento do consumidor dos postos de gasolina da cidade de Franca, e averiguar quais são as ações de marketing voltadas às necessidades deste consumidor, que demonstram evidências de abrir mercados e reposicionar produtos, podendo aumentar as vendas e construir o valor agregado. Dos respondentes 64% são homens, numa faixa etária de 18 a 65 anos perfazendo a média de 18% em cada faixa etária. No estudo realizado os três postos de gasolina mais citados foram Shell, Petrobrás e Ipiranga, o que mostra evidências da importância da bandeira. A localização perto de casa e trabalho, bem como o preço mostraram ser um fator decisivo na compra, o que evidencia a importância de uma estratégia de marketing nos bairros. Os produtos premium não são relevantes para o público pesquisado, contudo acessibilidade, atendimento, infraestrutura, localização e marca do combustível mostram-se relevantes.

Superar as expectativas do cliente pode se tornar um diferencial para a empresa, que, para ser assertiva na estratégia, precisa conhecer suas capacidades internas e, também, definir a clientela desejada, entendendo seus anseios e desejos de consumo, a fim de proporcionar a solução adequada. Segundo Denise Von Porter “precisamos analisar a necessidade e o desejo do cliente e não tentar dar a ele o que achamos que ele quer” (2005, p.03). Empresas que se especializam em um segmento de mercado, dividindo clientes em categorias (segmentação), podem obter vantagem competitiva e superar o que o consumidor espera.

REFERÊNCIAS

- BACHMANN, Dórian L.; DESTEFANI, Jilly Heverly. **Metodologia para Estimar o Grau de Inovação nas MPE: Cultura do Empreendedorismo e Inovação**. Curitiba, 2008.
- BRITO, Renata Peregrino de; BRITO, Luiz Artur Ledur. **Vantagem Competitiva e sua Relação com o Desempenho – uma Abordagem Baseada em Valor**. Rio de Janeiro, RAC, v. 16, n. 3, art. 2, p. 360-380, Maio/Junho, 2012.
- CONDI, Paulo Ricardo. **Dimensão Marca: Uma ferramenta para desenvolver a geração de valor e diferenciação**. Cadernos de Inovação em Pequenos Negócios. v. 3, n. 3, p. 149-161, 2015.
- CHURCHILL JR, Gilbert A; PETER. J. Paul. **Marketing: Criando valor para os clientes**. 3ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.
- ITO, Nobuiuki Costa. et al. **Valor e Vantagem Competitiva: Buscando Definições, Relações e Repercussões**. Rio de Janeiro: RAC, v. 16, n. 2, art. 7, p. 290-307, Março/Abril 2012.
- KHAUAJA, Daniela Motta Romeiro; MATTAR, Fauze Najib. **Fatores de Marketing na construção de marcas sólidas: Estudo exploratório com marcas brasileiras**. São Paulo: Revista de Gestão USP, v. 13, n. 4, p. 25-38, outubro/dezembro 2006.
- KELLER, Kevin Lane; MACHADO, Marcos. **Gestão Estratégica de Marcas**. São Paulo: Pearson, 2006.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 15ed. São Paulo: Pearson, 2015.
- MANUAL de Oslo: **Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação**. 3ed. Paris: AOCD, 1997.
- MASCARENHAS, Sidnei A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson, 2012.
- MELLO, Cristiane Marques de; VIEIRA, Francisco Giovanni David. **Marketing de relacionamento: Um estudo empírico em micro e pequenas empresas do comércio varejista de Campo Mourão/PR. Perspectivas Contemporâneas - Revista Eletrônica de Ciências Sociais aplicadas**. V.3, n.1, p. 109-130. 2008
- MOURA, Davi Jeremias da Silva; ARAÚJO, Ana Beatriz Alves de. **Marca, Posicionamento e Brand Equity: Um levantamento teórico**. Revista Tecnologia & Informação, a. 1, n. 3, p. 7-19, julho/outubro 2014.
- POSER, Denise Von. **Marketing de Relacionamento: maior lucratividade para empresas vencedoras**. São Paulo: Manole, p. 1-5, 2005.
- PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva**. Nova York: Simon and Schuster, 1985.
- SAMPAIO, Danilo Oliveira. **Marcas como diferencial competitivo em Empresas de Pequeno Porte**. Revista Gestão e Planejamento. Salvador: Revista Gestão e Planejamento, a. 5, n. 10, p. 21-34, Julho/Dezembro 2004.
- SERRALVO, Francisco Antonio; FURRIER, Márcio Tadeu. **Fundamentos do Posicionamento de Marcas - Uma revisão teórica**. VII SEMEAD - FEA-USP, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Guia da Inovação:** Instrumento de orientação de ações para melhoria das dimensões da Inovação. 2010. Disponível em: http://www.sebraepr.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Guia_para_inovacao_instrumento_de_orientacao.pdf.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Micro e Pequenas Empresas geram 27% do PIB do Brasil.** 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD> . Acesso em: 04 jan. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O negócio da construção civil.** 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-negocio-da-construcao-civil,bfb99e665b182410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 04 jan. 2017.

TEH, Chang Chuan; KAYO, Eduardo Kazuo; KIMURA, Hermert. **Marcas, Patentes e Criação de Valor.** RAM – Revista de Administração Mackenzie, v. 9, n. 1, p. 86-106, 2008.

***CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO: SIMULAÇÃO REALÍSTICA COMO CAMINHO PARA A
EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EQUITATIVA E DE QUALIDADE***

*TECHNICAL COURSE IN ADMINISTRATION: REALISTIC SIMULATION AS A PATH TO
INCLUSIVE, EQUITABLE AND QUALITY EDUCATION*

Área temática: ODS 4. Educação de Qualidade

TURAZZA, Débora Nogueira
Uni-facef

Mestrando em desenvolvimento regional na UniFACEF
adv.deboranogueira@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-facef

Professora Doutora da UniFacef
marjustosmith@gmail.com

Resumo:

O curso Técnico em Administração tem, entre seus objetivos, formar profissionais aptos para desenvolver atividades de planejamento e gestão dos serviços administrativos nas organizações. Entre as práticas educacionais, identifica-se a oportunidade do uso de metodologias ativas, como contribuição para o ensino-aprendizagem. Neste contexto, este artigo tem como objetivo destacar a relevância do uso de metodologias ativas nos cursos técnicos, para contribuir no alcance de um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Trata-se do ODS 4 que tem como foco assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. O estudo está estruturado, inicialmente, em uma pesquisa bibliográfica acerca do uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem nos cursos técnicos e do foco do ODS 4. Após as discussões conceituais, é apresentado um estudo de caso de uma escola do Curso Técnico em Administração, no município de São Joaquim da Barra, que desenvolveu um projeto baseado em um modelo de simulação realística, cuja meta foi integrar o conhecimento teórico do componente curricular com a experiência prático-profissional, com o intuito do aluno contribuir na construção de seu próprio conhecimento. Por fim, apresentou-se os resultados obtidos com a aplicação desta metodologia ativa, concluindo com a importância de se desenvolver atividades que propiciem aos alunos, associar o conteúdo teórico estudado à prática profissional almejada, estimulando a autonomia para resolução de problemas e para aprendizagem ao longo da vida além de propiciar ao curso técnico um ambiente de educação inclusiva e de qualidade, articulando com o ODS 4.

Palavras-chave: Administração, Metodologias ativas, ODS 4

Abstract:

The Technical Course in Administration has, among its objectives, to train professionals able to develop planning and management activities of administrative services in organizations. Among the educational practices, the opportunity to use active methodologies is identified as a contribution to teaching and learning. In this context, this article aims to highlight the relevance of the use of active methodologies in technical courses, to contribute to the achievement of one of the Sustainable Development Goals (SDGs) of the UN 2030 Agenda. This is SDG 4, which focuses on ensuring inclusive, equitable and quality education for all. The study is structured, initially, in a bibliographical research about the use of active methodologies in the teaching-learning process in technical courses and the focus of SDG 4. After the conceptual discussions, a case study of a school of the Technical Course is presented. In Administration, in the city of São Joaquim da Barra, who developed a project based on a realistic simulation model, whose goal was to integrate the theoretical knowledge of the curricular component with the practical-professional experience, with the aim of the student contributing to the construction of his knowledge itself. Finally, the results obtained with the application of this active methodology were presented, concluding with the importance of developing activities that allow students to associate the theoretical content studied with the desired professional practice, stimulating autonomy for problem solving and for learning at the same time. Life, in addition to

providing the technical course with an inclusive and quality education environment, articulating with SDG 4.

Keywords: Administration, Active Methodologies, SDG 4

1. INTRODUÇÃO

As organizações estão sempre em constantes transformações, diante dos avanços tecnológicos, cada vez mais céleres e facilitadores de avanços das fronteiras geográficas, condição esta, que estimula e as vezes exige dessas empresas, diferentes modelos de negócios.

Ao se avaliar o contexto em que atualmente as organizações estão inseridas, observa-se que está ficando cada vez mais difícil determinar estratégias que garantam sua sobrevivência nesta nova sociedade globalizada em que estamos inseridos, fundamentada na tecnologia e no conhecimento, e na qual a competição aumenta e o volume de informações a serem monitoradas cresce exponencialmente. (MARCIAL, GRUMBACH, 2005).

Diante deste cenário prospectivo, as organizações, ao buscar por profissionais formados em um curso técnico em administração, têm escolhido aqueles que são capazes de atuar de forma multifacetada. As organizações buscam por profissionais cuja formação o torne capaz de potencializar suas habilidades e competências, capacitando-o para desenvolver suas atividades de forma global, sempre atento a estas constantes mudanças.

Com vistas a formação deste futuro profissional, uma das áreas necessárias, seria o Planejamento e Organização de Rotinas Departamento Pessoal, para desenvolver nos alunos as competências e habilidades necessárias para auxiliar, dentro das organizações, processos de recrutamento, seleção e admissão de colaboradores.

Portanto, para trabalhar nesta área, o profissional formado em um curso técnico em administração deve ter conhecimento de todas as fases que envolvem um processo de recrutamento e seleção e deve saber selecionar o melhor candidato àquela vaga disponibilizada, para assim contribuir positivamente e desempenhar da melhor forma suas atividades e evitar desperdício de tempo e de custos para a empresa.

Um processo de recrutamento e seleção envolve diferentes e igualmente importantes etapas, como a divulgação da vaga triagem de currículos, entrevistas de emprego, dentre outras, cujo objetivo é avaliar se o candidato a ser selecionado atende aos requisitos da função para o qual será contratado.

No âmbito profissional, esse aluno deve se apropriar de conhecimento sobre todas as etapas que envolvem um processo de recrutamento e seleção de pessoas, pois cabe ao futuro profissional entender as várias etapas deste sistema que inicia-se com a necessidade de preenchimento de uma vaga nova ou em aberto dentro de uma organização, a qual terá que inicialmente ser divulgada em diferentes canais, a fim de atrair os candidatos interessados e que posteriormente, deverá realizar uma correta seleção, inicialmente através de análise dos currículos recebidos e depois, realização de dinâmicas de grupo, análises comportamentais, testes de conhecimentos técnicos, entrevistas pessoais ou por telefone, dentre outras, escolhendo o profissional que mais se adequa ao perfil da vaga solicitada.

Para contribuir com a formação destes profissionais, as escolas de nível técnico vêm instituindo o uso das chamadas metodologias ativas de aprendizagem. Ao se pensar na formação de um profissional competente para desempenhar estas funções, destaca-se o uso destas metodologias na construção do aprendizado prático deste aluno.

Neste contexto, este artigo tem como objetivo destacar a relevância do uso de metodologias ativas nos cursos técnicos, para contribuir no alcance de um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Trata-se do ODS 4 que tem como foco assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

O estudo está estruturado, inicialmente, em uma pesquisa bibliográfica acerca do uso de metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem nos cursos técnicos e do foco do ODS 4.

Após as discussões conceituais, é apresentado um estudo de caso de uma escola do Curso Técnico em Administração, no município de São Joaquim da Barra, que desenvolveu um projeto baseado em um modelo de simulação realística, cuja meta foi integrar o conhecimento teórico do componente curricular com a experiência prático-profissional, com o intuito do aluno contribuir na construção de seu próprio conhecimento e, por fim, apresentou-se os resultados obtidos com a aplicação desta metodologia ativa e sua articulação com o ODS 4.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO: UMA VISÃO GERAL DAS METODOLOGIAS ATIVAS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O ensino tradicional comumente se desenvolve através de aulas expositivas, fazendo uso de recursos visuais que não interagem com o aluno, como quadro negro e giz, retroprojektor, data show, entre outros. Tem-se visto crescer as críticas a esta metodologia por não proporcionar uma aprendizagem inspiradora ao aluno, que possibilite a reflexão e a absorção ativa. A abordagem educacional tradicional, na grande maioria dos casos não contribui para que haja a formação de indivíduos críticos, criativos e autônomos intelectualmente, resultando em um desenvolvimento limitado e mecanicista que concede precário espaço para um processo educativo mais amplo e consequentemente voltado para a resolução de problemas (REIS; MAGALHÃES; DIAS; SANTOS; FREITAS DIAS, 2005).

O Ensino Técnico associa distintos formatos de educação para desenvolver as habilidades e competências que estes alunos levarão para a vida, principalmente com relação a um entendimento da educação politécnica, que incorpora as relações de trabalho do homem com a formação cultural e o trabalho ativo na construção social. (MONTEGUTI, 2021). Assim, cada vez mais vem sendo adotado pelas instituições de ensino técnico, o emprego de metodologias ativas em sala de aula.

Essas metodologias ativas, enquanto processo de aprendizagem, colocam o aluno a explorar de forma ativa, o ambiente de trabalho relacionado a profissão pela qual está buscando formação, estimulando que este busque respostas de diversos problemas, possibilitando que se coloque em prática, sua capacidade de exame e reflexão. (RIBEIRO, FREITAS E SILVA, 2021).

O conceito de educação vem evoluindo e ultrapassando os limites de tempo e de espaço. (RIBEIRO; FREITAS E SILVA, 2021). Durante anos, o modelo tradicional de educação tinha como único foco, a figura do professor, sendo este o principal personagem dentro do processo educacional.

Neste modelo, não eram consideradas as perspectivas relacionadas à forma como os alunos constroem o seu conhecimento. O formato da aula era focado apenas no docente, que fornecia o conteúdo e o conhecimento aos discentes, que eram considerados meramente agentes passivos (MONTEGUTI, 2021). Nesta metodologia de ensino o professor explicava o conteúdo e os alunos apenas somente ouviam e absorviam.

Assim, o uso dessas metodologias ativas diferenciadas vêm sendo estudado por diversos autores e idealizadas por professores como uma estratégia para ensino e como forma de contribuição ao desenvolvimento de habilidades, inclusive em alunos da área de administração.

No ensino da Administração, existem diversas metodologias ativas que podem auxiliar os professores a atingir os objetivos de uma determinada disciplina e desenvolver em seus discentes, as competências que devem ser adquiridas por estes. (VALDEVINO, BRANDÃO, CARNEIRO, SANTOS E SANTANA, 2017).

O aluno deve ser levado a aprender a conduzir a sua vida, em um mundo no qual a rapidez das mudanças, aliada ao fenômeno da globalização, requer um alto grau de competitividade, ensejando em uma busca por uma educação empreendedora. (RIBEIRO; FREITAS E SILVA, 2021).

Assim, o professor deve procurar por metodologias de ensino que propiciem um aprendizado eficaz e contínuo, sendo este o novo desafio recomendado aos docentes. O aprendizado promovido através da experiência é um método que, não apenas proporciona a tomada de decisão, pelo desenvolvimento de habilidades, mas também o senso de responsabilidade, capacitando o aluno para que aprenda a se colocar de forma crítica e assim, caso necessário, intervir na sua própria realidade. Observa-se que a aprendizagem ocorre significativamente, desde que tenha significado para este aluno, ou seja, que tenha sentido. Dessa forma, dificilmente este aluno esquecerá o que aprendeu, uma vez que, ao se envolver na atividade proposta, a analisará, extraindo uma descoberta e aplicando ali suas próprias conclusões. (REIS; MAGALHÃES; DIAS; SANTOS E FREITAS DIAS, 2005).

Portanto, assim que se conhece a necessidade de se desenvolver nestes discentes, habilidades sociais e emocionais e não apenas ministrar conhecimentos, a instituição de ambientes para que haja uma intervenção das relações indivíduo-trabalho-organização, irá consequentemente implicar em resultados importantes para que seja moldado um aluno potencialmente empreendedor, saudável e sustentável dentro desta sociedade. Ou seja, é necessário enxergar-se além do formato de educação tradicional onde o aluno, a sala de aula e processo de ensino-aprendizagem são

centrados apenas na autoridade do professor e não na curiosidade e protagonismo do aluno. (RIBEIRO; FREITAS E SILVA, 2021).

São exemplos destas metodologias: Aulas práticas de campo, nas quais se insere o aluno em um ambiente para provocar nele uma interação e uma observação de fenômenos que podem ocorrer durante o processo de estudo; Trabalhos em grupo, que favorecem o debate e a construção de críticas, bem como desenvolvem habilidades relacionadas a organização de informações e uma contextualização sobre o tema que está sendo estudado; Seminários, nos quais grupos reduzidos de alunos recebem um tema para investigar e estudar o conteúdo e assim posteriormente apresentar aos colegas, os resultados obtidos pelo seu estudo, por meio de apresentações, exposições ou de uma simples atividade de conversação; Jogos que estimulam a compreensão de um ambiente empresarial e o estudo das variáveis que possam vir a afetar essas empresas, com vistas a formação complementar destes alunos; Simulações, que levam ao estudo e ao desenvolvimento de ações dentro de um ambiente controlado e sem riscos reais e cujo o objetivo é avaliar algumas situações e as consequentes reações que podem ocorrer ou não e também, o chamado Método do Role Play, que é uma modalidade de jogo de papéis ou então uma encenação, na qual os alunos assumem papéis diversos, e devem improvisar falas e comportamentos, dentro do contexto do tema estudado. (VALDEVINO, BRANDÃO, CARNEIRO, SANTOS E SANTANA, 2017).

O projeto foi desenvolvido com uma metodologia diferenciada, baseada na realização de simulações realistas, com vistas desenvolver também o protagonismo deste aluno em sala de aula e objetivando formar um profissional apto a enfrentar os problemas passíveis de serem encontrados no mercado de trabalho. Uma modalidade de aprendizagem, pautada no desenvolvimento de projetos, é uma metodologia pela qual os alunos se envolvem em tarefas e/ou desafios para solucionar um problema ou realizar um projeto, estabelecendo uma conexão com suas vidas e/ou com o ambiente de trabalho. (MONTEGUTI, 2021).

Deve ser lembrado sempre que é papel das instituições de ensino profissionalizantes, como preservadoras e propagadoras do conhecimento, prezar pelo aperfeiçoamento e pela qualificação deste indivíduo, que será colocado na nova ordem capitalista, onde a criatividade e o planejamento são elementos essenciais para o sucesso profissional (HASHIMOTO, FONSECA JÚNIOR, 2014).

A aprendizagem acontece quando ela passa a ter um significado para a pessoa deste aluno, ou seja, ela passa a ter um sentido e isso fará com que dificilmente este esqueça o que aprendeu. Ao se envolver em uma atividade, este discente a analisa, extraindo dela uma descoberta e aplicando suas próprias conclusões. (REIS, MAGALHÃES, DIAS, SANTOS E FREITAS DIAS, 2005).

Nesse contexto, e objetivando maior interação entre os alunos e objeto de estudo, novas metodologias de ensino são cada vez mais frequentes no cenário educacional em geral (MONTEGUTI 2021).

Para que haja uma aprendizagem por meio de uma vivência, faz-se necessário proporcionar a este aluno, uma liberdade para o seu desenvolvimento. Esta autonomia pode ser alcançada por meio de uma simples experiência de lhe obrigar a tomar decisões, visualizando as consequências e assumindo a responsabilidade pelos seus atos. (REIS, MAGALHÃES, DIAS, SANTOS E FREITAS DIAS, 2005).

O sistema educacional tradicional se preocupa quase que unicamente com o aprender a conhecer. Ainda que este modo de avaliação possa ser considerada necessária em um momento inicial do processo de ensino, seguramente se mostra plenamente insuficiente se considerarmos o processo de aprendizagem como um todo (REIS; MAGALHÃES; DIAS; SANTOS; FREITAS DIAS, 2005).

O ensino nas escolas tanto as de nível técnico como superior, costuma ser fundamentado em uma estrutura tradicional que divide o conteúdo em áreas de conhecimento que, se por um lado facilita o aprendizado, por outro compartimentaliza o saber em áreas específicas que em geral, torna-se acessíveis apenas ao especialista (REIS; MAGALHÃES; DIAS; SANTOS; FREITAS DIAS, 2005).

Além disso, a possibilidade de se desenvolver com a atividade realizada, uma interdisciplinaridade com outras áreas de conhecimento, resulta em avanços benéficos para a construção da aprendizagem do aluno do curso técnico em administração, visto que o futuro profissional deve possuir uma visão globalizada das organizações e do mercado de trabalho.

Ao contrário da visão de mundo disciplinar, a lógica principal da interdisciplinaridade baseia-se no conjectura de que tanto a pesquisa básica, quanto a aplicada, poderiam agregar o conhecimento, que sempre foi historicamente segmentado e assim solucionar, inclusive, os problemas complexos da sociedade, de forma que se fossem estudadas isoladamente, não conseguiriam o mesmo êxito (STEIL, 2011).

Ressalta-se também que cursos técnicos são compostos por alunos jovens e adultos, gerando aos docentes desafios diferentes daqueles encontrados no âmbito da educação básica e de acordo com Ribeiro, Freitas e Silva (2021), grande parte dos desafios encontrados por educadores de diferentes áreas do conhecimento estão relacionados em encontrar metodologias que realmente possam contribuir para a melhoria da eficácia da aprendizagem adulta.

2.2. ODS 4: PONTOS CONVERGENTES EM RELAÇÃO AO OBJETIVO DOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO

O processo de aprendizagem é tido como primordial na formação dos estudantes, que devem concorrer de forma ativa e participativa nele. Neste contexto, ao pensar em educação, é de extrema importância mencionar a agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), que instituiu objetivos e metas para que os seus países membros alcancem um futuro sustentável, dentre estes, o de assegurar a inclusão da educação de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem para todas as pessoas ao longo da vida (ALVES, WECHINEWSKY, 2020).

Em setembro de 2015, os países membros da Organização das Nações Unidas reuniram-se em Nova York, onde aprovaram a publicação da denominada Agenda 2030 e os “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, pelos quais, os seus países integrantes firmaram um compromisso para o desenvolvimento sustentável humano, em forma de dar continuidade à agenda anterior, conhecida como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O documento que estabelece essas ODS é composto de 17 objetivos, divididos em 169 metas, que pretendem dar enfrentamento a um conjunto amplo de questões, vistas consensualmente como impedimentos ao desenvolvimento da população mundial.

São ações para enfrentamento dos problemas apontados com estes ODS e que devem ser realizadas através da adoção de políticas públicas nacionais e também da cooperação internacional entre os Estados signatários do documento, visto que os problemas a serem enfrentados, relacionados ao desenvolvimento, possuem efeitos globais, como por exemplo mudanças climáticas e problemas sanitários e de saúde, bem como pelo fato de que alguns países não tem capacidade de lidar de forma autônoma com seus problemas nacionais (VARGAS, 2019).

Assim, este Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados na 70ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), estabelecem a maior iniciativa, quando analisada a nível global, com ações direcionadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, redução da pobreza e das desigualdades e melhoria das condições econômicas e sociais da população, com vistas à promoção dos direitos humanos.

Esta Agenda 2030 tem como desafio estruturar, de forma simultânea e equilibrada, os esforços globais em prol da erradicação da pobreza e da integração efetiva das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável e deverá contar com uma perspectiva abrangente e universal, com compromissos que se apliquem tanto a países em desenvolvimento quanto aos desenvolvidos, visto que construída sobre a experiência internacional com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, ou ODM, cuja vigência se encerrou em 2015 e que diferentemente, propunham metas setoriais. (Brasil, 2014 p. 04 e 05).

Não menos importante que a diminuição das desigualdades econômicas, sociais e ambientais, o presente artigo abordará a ODS 4, que propõe “assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover a aprendizagem ao longo da vida para todos” é essencial para o desenvolvimento sustentável das sociedades e assim, possibilitar que a Agenda 2030 consiga ser cumprida (CÂMARA, 2019).

Este Objetivo 4, refere-se a garantir o acesso à uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Em diversos estudos, vêm sendo demonstrado que a educação e o conhecimento sempre foram fatores indispensáveis na contribuição para que qualquer nação venha a se desenvolver, pois o crescimento de um país seja na esfera econômica, política ou social, sempre é muito dependente do nível educacional proporcionado à sua população (ALLEN; SEAMAN, 2010).

Sabe-se que a educação atual, principalmente neste período pós-pandemia, demanda uma crescente inovação das técnicas de ensino aprendizagem, para construir a formação dos alunos. Neste contexto, vem ganhando espaço nos ambientes de ensino, as denominadas metodologias ativas de aprendizagem, as quais podem ser utilizadas para garantir a qualidade da educação e no caso dos cursos de formação técnica, propiciar uma melhor qualificação deste aluno e preparo para o mercado de trabalho. Uma metodologia ativa de ensino e aprendizagem pode ser compreendida

como uma forma de ensinar, na qual os alunos assumem um papel central e a responsabilidade por seu próprio aprendizado (MONTEGUTI, 2021).

Como se viu, a educação é um pilar essencial para o desenvolvimento de um país e neste atual cenário de crise, a concepção de desenvolvimento como crescimento econômico vem começando a dar sinais de esgotamento, identificando-se a necessidade de repensar o sentido atribuído à ideia de desenvolvimento e as estratégias para conquistá-lo (THEIS, 2020). Portanto, identifica-se que é urgente a criação e adoção de ações, voltadas também para a construção de uma educação de qualidade e seguir o compromisso com a Agenda 2030 da ONU.

Sabe-se que o capital intelectual das empresas é um dos grandes responsáveis pelo sucesso das organizações, ainda que a tecnologia tenha assumido um papel significativo nos resultados. A inteligência competitiva, dentro da sociedade do conhecimento é uma ferramenta valiosa, a qual, pessoas, empresas e governos estão fazendo uso para conseguirem se manter competitivos em ambientes cada vez mais globalizadas (MARCIAL, GRUMBACH, 2005).

Assim, os alunos do ensino técnico contemporâneo deverão, ao longo do curso, construir saberes técnicos e procedimentais, com foco no empreendedorismo e criatividade, para se posicionar diante das competências éticas, políticas e técnicas exigidas para a sua formação. O discente deve ser capaz de conduzir o seu processo de formação e é exatamente neste contexto que as metodologias ativas de aprendizagem podem contribuir para o seu próprio processo de formação. Não há como se atingir os objetivos da Agenda 2030, sem proporcionar uma educação de qualidade a todos os estudantes, em todos os níveis de ensino.

Os espaços de aprendizagem devem ser vistos como molas propulsoras das mudanças da forma de vida e consequentemente das cadeias produtivas locais e globais (CÂMARA, 2019).

As metodologias ativas devem ser enxergadas como intervenções transdisciplinares nas práticas educacionais, sendo considerado como investimentos para estimular as competências e habilidades desejadas nos discentes e neste caso, enquanto estudantes de um curso técnico, desejáveis também na sua formação profissional. Para a professora Naiá Sadi Câmara, são competências e habilidades que possibilitarão a estes sujeitos, terem uma capacidade de interação com os avanços tecnológicos, científicos e profissionais, consagrando-se então, protagonistas de seu próprio desenvolvimento (CÂMARA, 2019).

O profissional técnico em administração necessita portanto, de uma formação não apenas teórica, para se destacar no mercado de trabalho, pois em um ambiente incerto, o profissional deve saber lidar com a definição de estratégias para lidar com turbulências.

3. ESTUDO DE CASO

Para contribuir no alcance do objetivo geral proposto foi realizada uma análise de um projeto baseado no uso de metodologias ativas, desenvolvido com os alunos do Curso Técnico em Administração da Escola Técnica Estadual Pedro Badran, localizada no município de São Joaquim da Barra, integrante do Centro Paula Souza, uma autarquia do Estado de São Paulo.

Nas escolas técnicas do Centro Paula Souza, dentro dos cursos do eixo tecnológico Gestão e Negócios, o emprego dessas denominadas metodologias ativas, procura levar o aluno a utilizar experiências reais ou simuladas, contribuindo para desenvolver sua capacidade de solucionar futuros problemas nas atividades que deve fazer parte de sua atuação no exercício de sua profissão.

Cada vez mais, tem sido necessário uma busca acertada por uma mão de obra qualificada para garantir que as organizações alcancem o desempenho desejado. Diante dessas circunstâncias, enxergou-se de grande importância trabalhar para que esses alunos estejam preparados para selecionar pessoas com as competências técnicas e socioemocionais desejadas para a organização que porventura vierem a trabalhar, aptos para desenvolverem um assertivo processo de recrutamento e seleção.

Assim, o presente artigo analisou um projeto baseado em simulações realistas, realizado com vistas a contribuir para prática pedagógica desenvolvida junto com os alunos do módulo I do Curso Técnico em Administração, dentro do componente curricular denominado Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal, que visou com que o discente aprendesse não apenas na teoria como se desenvolve todo este processo de recrutamento e seleção mas sim se ambientar com a prática de sua execução.

3.1. PROJETO BASEADO EM SIMULAÇÃO REALISTA

Com vistas então a compreender como funciona um processo de recrutamento e seleção na prática, foi proposto aos alunos que trabalhassem em grupos. Cada grupo precisou criar uma empresa fictícia, sendo livre a escolha da atividade. Após a criação da empresa, os alunos tiveram que criar uma vaga de emprego fictícia e com base nestas escolhas, elaborar um processo de recrutamento e seleção da forma que julgassem mais adequada as necessidades e a realidade de sua simulação.

Posteriormente, os alunos apresentaram em sala a simulação construída, desde a empresa criada, a vaga disponibilizada e as técnicas utilizadas para recrutamento e seleção deste profissional.

Alguns grupos encenaram teatralmente o processo de recrutamento e seleção elaborado, demonstrando e realizando todas as fases escolhidas, o que trouxe dinamismo as apresentações.

Observou-se, conforme esperado, qual grupo desenvolveu seu trabalho de forma peculiar e diferente dos demais, escolhendo os métodos que julgaram convenientes para escolha do profissional adequado a vaga ficticiamente criada por eles.

Entretanto, importante relatar que todos os grupos fizeram questão de incluir no projeto e analisar as seguintes fases: divulgação da vaga e triagem dos currículos (o que possibilitou trabalhar a interdisciplinaridade com o componente: Linguagem, Trabalho e Tecnologia), que pode ser traduzida como o conjunto de experiências singulares de um indivíduo relacionadas à sua formação acadêmica interdisciplinar, também chamada de dimensão formativa e/ou às suas experiências profissionais com características interdisciplinares, conhecida como dimensão profissional. (STEIL, 2011).

Com relação as demais fases do processo elaborado, os grupos optaram por escolher entre as seguintes etapas: entrevistas, dinâmicas de grupo, análise comportamental, testes de conhecimento técnico, soluções de casos, entre outras formas de seleção do profissional adequado, o que deixou as apresentações do projeto bem ecléticas e porventura, dinâmicas.

Assim, a realização desta atividade foi de grande importância, não apenas para que os alunos aprendessem de forma prática as dificuldades encontradas pelo profissional técnico em administração que futuramente venha a trabalhar na área de Departamento Pessoal, mas também para avaliar tanto o aprendizado destes discentes, analisando a sua capacidade em alinhar o conteúdo aprendido nas aulas teóricas à prática profissional. Foi permitido ao aluno vivenciar as atividades enquanto futuro profissional e ao docente uma análise de seu desempenho no processo de ensino-aprendizagem.

Dois grupos se destacaram na apresentação, devido a encenação teatral que realizaram e, estes foram posteriormente escolhidos para se apresentar em uma feira realizada pela escola, destinada a demonstrar os trabalhos realizados pelos cursos à comunidade local.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o trabalho desenvolvido foi possível integrar os alunos do módulo I do curso técnico em administração, promovendo uma interação dos discentes através da organização de um trabalho em grupo no início do semestre, assim como uma avaliação diagnóstica que permitia a correção durante o processo de execução por toda equipe.

O projeto alcançou o objetivo de integrar o conhecimento teórico do componente curricular a experiência prático-profissional deste futuro profissional. A atividade alcançou o resultado esperado, de que o aprendizado fosse desenvolvido através do emprego de uma metodologia ativa diferenciada, para levar o aluno a construir o seu próprio conhecimento.

Obteve o mérito em promover nestes discentes, a compreensão e o aprendizado das atitudes e responsabilidades que são necessárias para, enquanto profissional técnico em administração, auxiliar nos processos de recrutamento e seleção de novos colaboradores nas organizações. Foi possível também, formar nesses alunos, valores e atitudes voltados para o senso crítico e ensinar a se responsabilizarem pela produção e correta divulgação de informações necessárias e realização de escolhas de forma mais assertiva possível.

Sobre a importância de proporcionar a estes futuros administradores, uma formação de qualidade, observamos o que traz os autores Marcial e Grubach acerca da Administração, também conhecida ou gestão estratégica. Para eles, trata-se de um processo de gestão do relacionamento da empresa ou organização com o ambiente na qual ela está inserida, incluindo o estabelecimento de

estratégias, planejamento de potencialidades, administração da implantação de estratégias e a administração das questões estratégicas (MARCIAL, GRUMBACH, 2005).

O projeto de simulação realística analisado, apresentou como objetivo, aplicar a teoria à prática profissional das rotinas de departamento pessoal e apresentar aos discentes, não apenas de forma teórica, uma das muitas funções que, enquanto profissional técnico em administração, o curso capacitará ele a desenvolver.

A competência desenvolvida no projeto foi a de analisar os processos de atração de pessoal e admissão de funcionários. Com relação às habilidades, foram trabalhadas as de identificar as ações do Departamento Pessoal no atendimento às demandas de funcionários, coletar informações sobre o mercado de trabalho, selecionar fontes de recrutamento existentes e executar processos de recrutamento e seleção de pessoal.

Objetivando uma somatória aos métodos tradicionais de aulas expositivas, o uso destes métodos ativos de aprendizagem foi pensado para transformar os discentes deste curso, não apenas em sujeitos passivos da construção de seu aprendizado, mas também em empreendedores da construção de seu processo de ensino-aprendizagem.

Consequentemente, através de simulações de situações reais, os alunos aprenderam a resolver os desafios futuros no ambiente de trabalho.

Acredita-se que a atividade simulada possibilitou um duplo aprendizado para o aluno, tanto como futuro recrutador, bem como enquanto possível candidato a uma vaga de emprego, visto que a presente simulação abordou questões como, elaboração de currículos, postura de um candidato e os comportamentos necessários para participar de um processo de seleção em uma organização.

Além disso, o desenvolvimento da atividade proporcionou aos discentes um contato com a prática do conteúdo estudado, sem que houvesse uma especialização em apenas um componente curricular do curso.

Os alunos do ensino técnico contemporâneo deverão, ao longo do curso, construir saberes técnicos e procedimentais, com foco no empreendedorismo e criatividade, para se posicionar diante das competências éticas, políticas e técnicas exigidas para a sua formação. O discente deve ser capaz de conduzir o seu processo de formação e é exatamente neste contexto que as metodologias ativas de aprendizagem podem contribuir para o seu próprio processo de formação.

Avaliou-se que o trabalho atendeu aos requisitos propostos quanto à criatividade na criação de uma empresa e de uma vaga de emprego fictícia. A maioria dos alunos apresentou de forma satisfatória e com clareza as informações criadas e acertou na escolha dos métodos de recrutamento e seleção. Analisou-se também uma dinâmica muito boa de apresentação em alguns grupos, interação entre os membros da equipe e acima de tudo a capacidade de compreender o fenômeno e o processo que se propôs a ser estudado, bem como transmitir as informações relacionadas ao trabalho desenvolvido.

Entretanto, também foi possível analisar e identificar que alguns alunos encontraram dificuldades na elaboração e/ou na apresentação do trabalho.

Com relação à fase de elaboração, observou-se que alguns alunos não possuíam prática na confecção dos materiais de apresentação, como por exemplo, slides no aplicativo Power Point. Identificou-se também que faltou criatividade para determinados grupos, o que fez com que alguns trabalhos se destacassem e fossem escolhidos para representar a sala no evento posteriormente realizado na escola.

Identificou-se também que houve uma certa dificuldade por alguns alunos, em apresentar o trabalho para os colegas em sala de aula, deve ser encarada como falta de prática, que culminou em pouca desenvoltura para falar em público e dominar a timidez. Entretanto, as diferenças de qualidade dos trabalhos, não influenciaram no resultado final e no mérito de todos os alunos.

Com esta atividade foi possível avaliar não apenas o nível de conhecimento técnico dos alunos, mas também a sua capacidade de alinhar o conteúdo aprendido nas aulas à prática profissional desejada, enquanto técnico em administração e futuro profissional da área de Departamento Pessoal em uma organização, oportunizando ao nosso alunado não apenas a conhecer, mas, aprender a fazer, aprender a viver e conviver com diferentes estágios do processo ensino-aprendizagem.

Concluiu-se então que o projeto realizado fortaleceu e favoreceu a formação de alunos aptos e competentes a analisar questões de forma prática e não apenas teórica, preparando-os para o aprendizado dos demais conteúdos, dentro do componente curricular de Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal.

O futuro profissional da área da administração precisa desde logo, que é necessário compreender o presente, para se planejar o futuro, razão pela qual, enxerga-se a importância de proporcionar uma educação de qualidade, como forma de contribuir para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentáveis trazidos pela ONU.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos deste artigo foi demonstrar a importância do emprego de metodologias ativas de ensino técnico de administração, cujo objetivo é o de aproximar o aluno à realidade profissional que lhe aguarda. No presente caso, a atividade desenvolvida e analisada neste artigo, foi importante para propiciar aos alunos uma vivência da prática profissional de um técnico em administração, mais especificadamente na área de Departamento Pessoal de uma organização.

O projeto desenvolvido com os alunos permitiu a estes, não apenas aprender de forma teórica, mas também conseguir analisar, através da elaboração e da participação em um processo de recrutamento e admissão de novos colaboradores dentro de uma organização, como será a sua vida profissional. Aplicar a teoria à realidade prática, propiciando ao aluno um contato com a mesma, é um desafio que permite ao educando ser protagonista no processo ensino aprendizagem, ser agente na tomada de decisões e escolhas, assim como fazer uso de diferentes ferramentas e metodologias no curso.

Estudos apontam que estas práticas, decorrentes do emprego de metodologias ativas em sala de aula, podem ser enriquecedoras para o aluno. O aprendizado é facilitado, uma vez que o aluno passa a possuir uma maior liberdade e autonomia para errar e aprender, para criar, pesquisar e apropriar-se de saberes que promovam a sua formação técnica e cidadã.

No presente caso, esta atividade contribuiu para que os alunos compreendessem os fenômenos práticos existentes em um processo de recrutamento e seleção e prepará-los para os demais conteúdos, dentro do componente curricular de Planejamento e Organização de Rotinas de Departamento Pessoal.

Acredita-se que a relevância do projeto extrapola os limites dos horizontes acadêmicos dentro de um curso técnico em administração, pois a integração teórico/prática é necessária para a formação de profissionais que possuam, além do conhecimento teórico, uma prática que permita uma aproximação deste discente com realidade que será vivenciada em sua vida profissional. Foi observado também uma boa aceitação do projeto pelos alunos, que inclusive reapresentaram este para a comunidade local, em um evento realizado pela escola.

Por fim e não menos importante, identificando-se que o projeto desenvolvido, contribuiu para as práticas educacionais e para a formação deste aluno, a realização de atividades de metodologias ativas diferenciadas é uma importante ferramenta para alcançar uma educação inclusiva e de qualidade para todos, nos termos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas.

REFERÊNCIAS

ALLEN, I. E.; SEAMAN, J. Class differences: on-line education in the United States. Needham, MA: Sloan Consortium, 2010.

ALVES, G. S.; WECHINEWSKY, P. M. A inclusão digital nas escolas brasileiras durante a pandemia de COVID-19 em consonância com o objetivo de nº 04 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). *Academia de Direito*, v. 4, p. 559–578, abr 2022. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/acaddir/article/view/3879>. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015: Elementos Orientadores da Posição Brasileira. Brasília, 2014.

CÂMARA, Naia Sadi. EDUCAÇÃO 360: uma proposta de intervenção nas práticas educativas brasileiras. In: OLIVEIRA, Paulo de Tarso; SMITH, Marinês S. J. *Desenvolvimento Sustentável: implicações regionais das demandas dos ODS/ONU*. Franca: Uni-FACEF, 2019. Cap. 3, p. 48-63p.

HASHIMOTO, Marcos; FONSECA JÚNIOR, Ranulfo Soares da. A Importância do Ensino Empreendedor na Formação do Nível Técnico. *Revista de Negócios*, v. 23, n. 3, p. 7-18, fev. 2019. Disponível em: <https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/60-2.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

MARCIAL, Elaine Coutinho. GRUMBACH, Raul José dos Santos. *Cenários Prospectivos: como construir um futuro melhor*. 3. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005.

MONTEGUTI, Rafaela Dalazen Veronez. A Metodologia da Aprendizagem Baseada em Projetos na transposição do Ensino Presencial para o Ensino Remoto: estudo de caso no Ensino Técnico. 2021. Dissertação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação.) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

REIS, José Roberto; MAGALHÃES, Elenice Maria de; DIAS, Tereza Cristina; SANTOS, Jorge Alberto dos; DIAS, Carolina Aparecida de Freitas. Empresa simulada: uma estratégia diferenciada no processo ensino-aprendizagem em administração. *Revista Eletrônica De Administração*, v. 11, n. 3, jun. 2013. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/40663>. Acesso em: 24 set. 2022.

RIBEIRO, Cristiano Valério; FREITAS, Alan Ferreira de; SILVA, Samuel Soares da. Educação empreendedora no ensino de Administração: uma simulação realista como instrumento de ensino. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 3, mar. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13066>. Acesso em: 24 set. 2022.

STEIL, A. V. Trajetória interdisciplinar formativa e profissional na sociedade do conhecimento. In: Arlindo Philippi Jr.; Antônio J. Silva Neto. (Org.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação*. Barueri: Manole, 2011, p. 209-228.

VALDEVINO, Antonio Messias; BRANDÃO, Halana Adelino; CARNEIRO, Jailson Santana; SANTOS, Ítalo Anderson Taumaturgo dos; SANTANA, Webert Jannsen Pires de. Caso para ensino como metodologia ativa em administração. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 11, n. 3, p. 1-12, ago 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441752441002.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.

VARGAS, Mojana. ODS 4 Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. In: MENEZES, Henrique Zeferino. *Os objetivos de desenvolvimento sustentável e as relações internacionais*. João Pessoa: Editora UFPB, 2019. Cap. 4, p. 79-94p.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. In: FURTADO, Celso: *a esperança militante (Desafios): vol. 3 [online]*. Campina Grande: EDUEPB, 2020, p. 43-74p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/swr8b/pdf/sousa-9786586221688.pdf#page=44>. Acesso em: 30 set. 2022.

***DIALOGO INTERTEXTUAL COM OUTROS TEXTOS LITERÁRIOS NAS EPÍGRAFES DE
INOCÊNCIA – análise do primeiro capítulo***

*INTERTEXTUAL DIALOGUE WITH OTHER LITERARY TEXTS IN THE EPIGRAPHS OF
INNOCENCE – analysis of the first chapter*

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

ALVES DE PAULA, Ana Cristina

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (campus de São José do Rio Preto/SP)
Mestranda em Letras vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Unesp/Ibilce, bolsista
CNPq PPG Letras, sob orientação da Profa. Dra. Norma Wimmer.
ana.c.paula@unesp.br

Resumo

Uma vez que o rico universo literário de Taunay permite uma série de diálogos intertextuais, este estudo se propõe a analisar como o autor, nas epígrafes do romance mencionado, dialoga com obras que datam da Antiguidade Clássica ao Romantismo Europeu, bem como a relação entre as epígrafes e o enredo da obra. Para a realização desta pesquisa, serão considerados os seguintes objetivos: reflexões acerca da biografia (vida e obra) de Alfredo D'Escragnolle Taunay, pois a objetividade na representação dos fatos da realidade por adquirido pelo autor a partir de sua participação militar nas campanhas da guerra contra o Paraguai (1864-1870); uma análise da romance Inocência, cujo narrador é onisciente e se comporta como um guia, empregando termos científicos reveladores de uma visão especializada da natureza, em uma linguagem refinada, com atenção ao ritmo e à escolha cuidadosa das palavras, sem deixar de dar vazão à expansividade própria do olhar romântico; e, finalmente, a análise das epígrafes de Inocência, que, além de apontarem para a erudição de Taunay, estabelecem um amplo diálogo entre o Romantismo brasileiro e a tradição literária da Grécia à contemporaneidade, sendo que a maioria delas pode ser considerada verdadeiros prenúncios do enredo, fundamentais à estratégia narrativa do romance. Ademais, o trabalho de fazer uma correspondência de Inocência com a literatura ocidental nas epígrafes conferiu um tom enigmático à obra, além de revelar a erudição de Taunay.

Abstract

Since Taunay's rich literary universe allows for a series of intertextual dialogues, this study proposes to analyze how the author, in the epigraphs of the aforementioned novel, dialogues with works dating from Classical Antiquity to European Romanticism, as well as the relationship between the epigraphs and the plot of the work. In order to carry out this research, the following objectives will be considered: reflections on the biography (life and work) of Alfredo D'Escragnolle Taunay, since the objectivity in the representation of the facts of reality acquired by the author from his military participation in the campaigns of the war against Paraguay (1864-1870); an analysis of the novel Inocência, whose narrator is omniscient and behaves as a guide, using scientific terms revealing a specialized view of nature, in a refined language, with attention to the rhythm and careful choice of words, without failing to give vent to the expansiveness characteristic of the romantic gaze; and, finally, the analysis of the epigraphs of Inocência, which, in addition to pointing to the erudition of Taunay, establish a broad dialogue between Brazilian Romanticism and the literary tradition from Greece to contemporary times, most of which can be considered true harbingers of the plot, fundamental to the narrative strategy of the novel. The work of matching Innocence with Western literature in the epigraphs gave the work an enigmatic tone, in addition to revealing Taunay's erudition.

1 INTRODUÇÃO

A prosa de ficção brasileira conheceu um notável desenvolvimento a partir do Romantismo. O romance, principalmente, nasceu e consolidou-se graças à existência de um público consumidor e de alguns autores que souberam produzir textos que satisfaziam as aspirações desse público,

constituído principalmente pela crescente burguesia urbana. Tematicamente diversificada, a produção de romances no século XIX manteve uma constante preocupação com a criação de uma arte nacional. Desenvolveram-se, dessa forma, algumas tendências principais: o romance de costumes, o romance regionalista, o romance histórico e o romance indianista, sempre dedicados a investigar e interpretar as origens e características da chamada “nacionalidade brasileira”.

Inocência (1872) é o retrato do mundo sertanejo. Ali aparece a beleza do cenário natural e as personagens são apresentadas em sua pureza primitiva, de que Inocência, é o símbolo pelo nome e pela vida. O romance focaliza a história do roceiro João Pereira, que vive com sua filha Inocência numa fazenda no sul do Mato Grosso. A moça é prometida ao vaqueiro Manecão, mas se apaixona pelo curandeiro Cirino, recém-chegado ao lugar. Como é recíproca a paixão, o caso entre os dois acaba causando um drama. Manecão, profundamente enciumado, assassina Cirino. A jovem Inocência, transtornada com a morte de Cirino, acaba por falecer.

Esta recorrência à tradição literária ocidental, pode, a priori, estabelecer um pacto entre Taunay e os leitores mais eruditos: os poucos no Brasil imperial que tinham tal erudição. Ao público menos erudito, formado, especialmente, por leitores dos recentes folhetins, a correlação entre os capítulos e as epígrafes deve ter passado despercebida, no entanto, deve ter conferido um tom enigmático à obra, além de desvelar a erudição de Taunay. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo – uma constante na literatura.

Neste capítulo, será realizada a análise das epígrafes apresentadas no primeiro capítulo de Inocência, que, além de apontarem para a erudição de Taunay, estabelecem um amplo diálogo entre o escritor e os precursores do movimento literário do Romantismo, as quais podem ser consideradas verdadeiros prenúncios do enredo, fundamentais à estratégia narrativa do romance.

O viés adotado foi uma articulação entre a teoria da Intertextualidade e a Literatura Comparada, buscando observar novos contornos entre obras tão semelhantes e tão distintas entre si, seja de ordem estilística, narrativa e quicá, poética, que serviram como fonte de matéria-prima para reelaboração e produção literária de muitos autores que usufruíram de sua escrita, como Visconde de Taunay.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Delimitado o tema, o método adotado para significar o traçado das etapas fundamentais da pesquisa será a Literatura Comparada e a teoria da Intertextualidade, favorável “na detecção do significado sutil de um elemento concreto em um texto em um sentido micro e da interação e objetivo de um texto como um todo” (ZHAO, 2017, p. 120).

Vitor Manuel de Aguiar e Silva, por exemplo, no livro *Teoria da Literatura*, aponta a intertextualidade como “uma característica fundamental de todos os textos verbais e, mais latamente, de todos os textos semióticos” (SILVA, 1997, p. 628). Antoine Compagnon, por sua vez, em *O demônio da teoria*, afirma que ela “se apresenta como uma maneira de abrir o texto, se não ao mundo, pelo menos aos livros, à biblioteca.” (COMPAGNON, 2006, p. 111). Já Tania Carvalhal, levando em consideração a relevância da intertextualidade para os estudos literários, assinala que a “crença de que há nos textos literários elementos comuns que identificam sua natureza, sem que isso os uniformize, é que ampara a atuação não só da teoria literária como da literatura comparada” (CARVALHAL, 2006, p. 125).

A intertextualidade é proveniente da ideia de *dialogismo*, proposta por Mikhail Bakhtin, que, em seus estudos acerca da obra de Dostoiévski, atribui a esse autor a criação de um gênero que ele denomina *romance polifônico*. Para Bakhtin (2005, p. 4, grifos do autor), a “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski.” Nesse sentido, diferentemente do que ocorre nas obras de Tolstói, nas quais a voz do autor regula as vozes das personagens, em Dostoiévski a “voz do herói sobre si mesmo e o mundo é tão plena como a palavra comum do autor [...]. Ela possui independência excepcional na estrutura da obra, é como se soasse ao lado da palavra do autor” (p. 5, grifos do autor).

Essa concepção de dialogismo se faz presente, embora de diferentes formas, na maior parte dos estudos de Bakhtin acerca do romance. Em *Questões de literatura e estética*, ele assinala que esse gênero literário, “tomado como um conjunto, caracteriza-se como um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal.” (BAKHTIN, 1990, p. 73). Ele acrescenta ainda que o romance

é uma diversidade social de linguagens organizadas artisticamente, às vezes de línguas e de vozes individuais. A estratificação interna de uma língua nacional única em dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações [...], enfim, toda estratificação interna de cada língua em cada momento dado de sua existência histórica constitui premissa indispensável ao gênero romanesco. E é graças a esse plurilinguismo social e ao crescimento em seu solo de vozes diferentes que o romance orquestra todos os seus temas, todo seu mundo objetal, semântico, figurativo e expressivo.

Embora reconhecendo esse caráter heterogêneo do gênero romanesco, Bakhtin (1990, p. 100) não deixa de ressaltar a complexidade inerente ao processo de submissão da linguagem às intenções do Eu. Para ele, nem todos os discursos são passíveis de serem assimilados ou apropriados: “muitos resistem firmemente, outros permanecem alheios, soam de maneira estranha na boca do falante que se apossou deles, não podem ser assimilados por seu contexto e escapam dele”. Nesse sentido, no processo de acolhimento de diferentes linguagens – tanto da língua literária quanto da extraliterária –, cabe ao prosador-romancista submetê-las a uma “elaboração literária”, para que, desse modo, organizem-se no romance “em um sistema estilístico harmonioso, expressando a posição sócio-ideológica *diferenciada* do autor no seio dos diferentes discursos da sua época” (p. 106).

Já em *Estética da criação verbal*, Bakhtin amplia a discussão acerca dos gêneros do discurso, definidos como “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2003, p. 262), elaborados por cada campo em que a língua é utilizada. Nesse sentido, ele desenvolve a ideia de que o surgimento de novos gêneros está associado a um processo de reelaboração de outros previamente existentes. Gêneros secundários – os romances e os dramas, por exemplo, formados em um meio cultural mais complexo – reelaboram e incorporam traços de gêneros primários, que são mais simples, visto o imediatismo com que surgem em certas situações de comunicação. Assim, pode-se dizer que há um diálogo entre os gêneros, visto que os enunciados não são elaborados a partir do nada. Conforme assinala Bakhtin,

todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (p. 272).

Enquanto os pressupostos bakhtinianos abrangem uma complexa rede de elementos – os falantes, seus enunciados, os gêneros etc. –, a noção de intertextualidade está associada apenas ao texto. Silva (1997, p. 628) chega a afirmar que é incorreto e “abusivo considerar como intertextualidade a manifestação, na estrutura formal e semântica de um texto literário, de caracteres próprios de outras artes como, por exemplo, a pintura e a música”.

A semioticista Julia Kristeva (2005) foi a primeira personalidade a tratar do conceito de Intertextualidade, em que se constata a presença de um texto anterior no texto atual, tal como pressupõe o conceito tradicional de mosaico de citações. Assim, levando em consideração que “a palavra (o texto) é um cruzamento de palavras (de textos) onde se lê, pelo menos, uma outra palavra (texto)” (KRISTEVA, 1974, p. 64), Julia Kristeva, em seu ensaio intitulado “A palavra, o diálogo e o romance”, assinala que “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de *intertextualidade* e a linguagem poética lê-se pelo menos como *dupla*” (grifos da autora).

Leila Perrone-Moisés (1990, p. 94) aponta que o objetivo da intertextualidade é examinar de que maneira ocorre a “produção do novo texto, os processos de rpto, absorção e integração de elementos alheios na criação da nova obra.” Leva-se em consideração, portanto, o aspecto coletivo da escrita literária, tendo em vista que a linguagem, sendo “dupla”, pertence a um dado texto e também a outros que o precedem. Nessa perspectiva, conforme assinala Nitirini (2000, p. 163), toda “sequência está duplamente orientada: para o ato da reminiscência (evocação de uma outra escrita) e para o ato da somação (a transformação dessa escrita).” Desse modo, um livro faz

remissão a outros e, por meio de um processo somatório, elabora seu próprio significado, conferindo aos outros livros uma nova configuração. Em *Inocência*, por exemplo, as epígrafes atuam como mecanismo de remissão a outros textos, compondo um mosaico de citações que se somam para, desse modo, constituírem o novo texto.

Nitrini (p. 164) acrescenta, ainda, que três elementos encontram-se envolvidos no jogo intertextual, a saber: o intertexto (o novo texto), o enunciado incorporado a outro texto, e a fonte de onde tal enunciado foi extraído. Nesse sentido, a autora enumera dois tipos de relações intertextuais: as que são referentes ao texto de origem e o enunciado dele extraído e modificado em um novo contexto; e as relações entre o enunciado transformado e o texto que o assimilou. Ela conclui, então, que a análise de uma obra literária “buscará inicialmente avaliar as semelhanças que persistem entre o enunciado transformador e o seu lugar de origem e, em segundo lugar, ver de que modo o intertexto absorveu o material do qual se apropriou” (p. 164).

Embora Kristeva busque separar a intertextualidade da noção de “crítica das fontes de um texto” (KRISTEVA apud JENNY, 1979, p. 60), Laurent Jenny (1979, p. 14) assinala que a intertextualidade não deixa de estar atrelada à crítica das fontes, pois o trabalho de assimilação de textos não é feito de forma confusa e misteriosa, sendo operado, ao invés disso, “por um texto centralizador, que detém o comando do sentido.” Jenny entende a intertextualidade como um processo de assimilação e transformação de outros textos, partindo daquela definição proposta por Kristeva, na qual, segundo ele, “a noção de texto é seriamente alargada” (p. 13). Isso tornaria imprecisa tal definição, uma vez que o texto é concebido como sistema de signos, “quer se trate de obras literárias, de linguagens orais, de sistemas simbólicos sociais ou inconscientes”, e, por esse motivo, Jenny prefere se utilizar da noção de texto em sentido estrito. E é seguindo essa perspectiva que ele discorre acerca dos mecanismos intertextuais, não deixando de trazer à tona a noção de transformação, que pode ser considerada o ponto-chave dessa teorização que Jenny elabora sobre intertextualidade. Conforme ele assinala, é

bastante raro um texto literário ser recuperado e citado tal qual. O novo contexto procura, em geral, uma apropriação triunfante do texto pressuposto. Ou essa finalidade permanece escondida, e o trabalho intertextual equivale a uma maquiagem, tanto mais eficaz quanto o texto aproveitado tiver sido mais sabiamente transformado. Ou então o novo contexto confessa operar um reescrita crítica, e dá em espetáculo o refazer dum texto. Em ambos os casos, a deformação explica-se pela preocupação de escapar a um procedimento puramente tautológico, durante o qual, ainda por cima, o texto pressuposto ameaçaria ganhar corpo, fechar-se e suplantar, pela sua presença, o próprio contexto. (p. 43-44).

Para Jenny (p. 10), as obras literárias “nunca são simples memórias – reescrevem as suas lembranças” –, e, nesse sentido, o olhar intertextual pode ser caracterizado como um olhar crítico. Esse estudioso francês destaca que a relação de uma obra literária com os seus arquétipos é o viés pelo qual consegue se aprender o sentido dela. Tais arquétipos são abstraídos “de longas séries de textos, de que constituem, por assim dizer, a constante”, e “codificam as formas de uso dessa ‘linguagem secundária’ [...] que é a literatura.” Assim, diante dos modelos arquetípicos, “a obra literária entra sempre numa relação de realização, de transformação ou de transgressão” (p. 5).

Isso pode ser verificado na relação de *Inocência* com obras do romantismo caracterizadas como obras arquetípicas, as quais fornecem elementos que são reelaborados ao serem inseridos no romance. Jenny conclui, desse modo, que a intertextualidade é

máquina perturbadora. Trata-se de não deixar o sentido em sossego – de evitar o triunfo do “clichê” por um trabalho de transformação. Se, com efeito, a remanência cultural alimenta todo e qualquer texto, ela também o ameaça constantemente de se atolar, logo que ceda ao automatismo das associações e se deixe paralisar pela interrupção de estereótipos, sempre mais avassaladores. (p. 45).

Em consonância com essa noção de texto assimilando e transformando outros textos, Compagnon (1996, p. 41), em *O trabalho da citação*, concebe a citação com um “operador trivial de intertextualidade”. Inicialmente, Compagnon (p. 23-29) discorre acerca das práticas de leitura e

escrita, que são derivadas de duas experiências fundamentais com o papel: o recorte e a colagem. Nesse sentido, o trabalho de escrever corresponderia ao de reescrever, “já que se trata de converter elementos separados e descontínuos em um todo contínuo e coerente”, daí a caracterização de toda escrita como “colagem e glosa, citação e comentário”. A citação é apontada como um corpo estranho, por se tratar de um elemento do qual nos apropriamos e, por esse motivo, também “a sua assimilação, assim como o enxerto de um órgão, comporta um risco de rejeição” contra o qual é preciso se prevenir “e cuja superação é motivo de júbilo”.

Assim, conforme assinala esse estudioso, a citação

supõe, na verdade, que uma outra pessoa se apodere da palavra e a aplique a outra coisa, porque deseja dizer alguma coisa diferente. O mesmo objeto, a mesma palavra muda de sentido segundo a força que se apropria dela: ela tem tanto sentido quantas são as forças suscetíveis de se apoderar dela. O sentido da citação seria, pois, a relação instantânea da coisa com a força real que a impulsiona. (p. 35).

Samoyault (2008, p. 49-52), por sua vez, destaca que, dentre as práticas de co- presença, apenas a citação expõe nitidamente a existência de uma relação entre dois textos distintos. Isso se dá devido à utilização de certas marcas tipográficas, tais como as aspas, os itálicos, bem como o posicionamento do fragmento citado, deixando visível, portanto, a heterogeneidade entre o texto citante e o citado. Nesse caso, a citação explicita a relação de quem cita com a biblioteca, e também a dupla enunciação resultante da inserção realizada, fazendo aparecer o que está por trás do texto, ou seja, o trabalho empreendido pelo autor para chegar a esse texto. No tocante a essa explicitação do caráter heterogêneo de um texto relacionada ao trabalho de citação, Samoyault assinala que uma

tipologia assim fundada sobre o caráter concreto dos empréstimos e a disposição dos intertextos nas obras permitem salientar um problema central de toda a poética da intertextualidade: a descontinuidade. Mesmo quando é absorvida pelo texto, a citação abre-o para uma exterioridade, confronta-o com uma alteridade que perturba sua unidade, coloca-o do lado múltiplo e da dispersão. (p. 67)

Compagnon (1996, p. 19) ressalta que a citação promove uma integração do texto em um conjunto de outros textos, e o principal meio pelo qual ela se manifesta é a epígrafe, caracterizada como “a citação por excelência, a quintessência da citação” (p. 79). Em convergência com essas ideias, Samoyault (2008, p. 64) afirma que a inserção de uma epígrafe faz com que apareçam, simultaneamente, uma separação – devido ao espaço em branco que separa o texto e o intertexto – e uma reunião, associada às qualidades e ao renome de um certo autor ou texto precedentes, os quais são transmitidos ao texto que deles se utiliza: “o lugar da epígrafe, acima do texto, sugere a figura genealógica”. Nesse sentido, Compagnon (p. 79), ainda em suas considerações acerca dessa forma de citação, considera-a

um símbolo (relação do texto com um outro texto, relação lógica, homológica), um índice (relação do texto com um autor antigo, que desempenha o papel de protetor, é a figura do doador, no canto do quadro). Mas ela é, sobretudo, um ícone, no sentido de uma entrada privilegiada na enunciação. É um diagrama, dada a sua simetria com a bibliografia de que é precursora (um índice e uma imagem). Porém, ainda mais, ela é uma imagem, uma insígnia ou uma decoração ostensiva no peito do autor.

Gerard Genette (2001), em *Paratexts: thresholds of interpretation*, classifica a epígrafe como um tipo de paratexto, ou seja, um elemento localizado fora do texto, mas que mantém uma relação direta com ele. Ela estaria inserida, assim, em uma categoria denominada *paratextualidade*, que, juntamente com a *intertextualidade*, *metatextualidade*, *arquitecturalidade* e *hipertextualidade*, integra o que Genette (2006, p. 7) nomeia de *transtextualidade*. Definindo a intertextualidade como uma “relação de co-presença entre dois ou vários textos” (2006, p. 8), ele aponta a citação como a sua forma mais explícita e literal, enquanto a “menos explícita e literal é a *alusão*, isto é, um enunciado cuja compreensão plena supõe a percepção de uma relação entre ele e um outro, ao qual necessariamente uma de suas inflexões remete” (grifo do autor). Em *Inocência*, encontramos tanto

referências de caráter mais explícito a obras da tradição literária ocidental, manifestadas por meio das epígrafes, como também outras menos explícitas, principalmente no que diz respeito a alusões a certos elementos desses dramas que não estão explicitados em tais citações. Genette enumera, ainda, o *plágio*, que seria um empréstimo literal, embora não declarado, configurando-se, portanto, como uma forma de intertextualidade menos explícita e literal do que a *alusão*.

A Literatura Comparada, cujo norteamento é a verificação de semelhanças e diferenças entre duas ou mais literaturas cotejando uma literatura dramática com um romance, e o propósito desse trabalho está em averiguar não apenas até que ponto essas obras se assemelham e distinguem, mas em que medida elas coexistem. Nas palavras de Tania Franco Carvalhal (2006), ao lermos determinado texto literário e quando ensejamos o trabalho comparatista, a compreensão está além das palavras escritas, ou seja, o enfoque está na relação de diálogo e aproximação entre essas palavras, imagens e conceitos que figuram no texto literário. A comparação existe “não apenas com o objetivo de concluir sobre a natureza dos elementos confrontados, mas, principalmente, para saber se são iguais ou diferentes”(CARVALHAL, 2006, p.7-8).

Dessa maneira, empenha-se uma crítica textual que vem a ser incorporada, com o objetivo de que “não estacione na simples identificação de relações, mas que as analise em profundidade, chegando às interpretações dos motivos que geraram essas relações” (CARVALHAL, 2006, p.52). Para embasar este argumento, utilizam-se as palavras de Ben Hutchinson (2018): “Quanto mais sabemos, mais contextualizamos; quanto mais aprendemos, mais comparamos. O conhecimento em si é comparativo. Além de como lemos, além de como escrevemos, as comparações estão muito ligadas às maneiras que pensamos (HUTCHINSON, 2018, p. 2).

A partir da fala de Hutchinson, pode-se afirmar que a leitura que se realiza tanto de um texto literário como de uma adaptação cinematográfica já nos abrem margens para um exercício comparativo, seja no nível temático, seja no narrativo, e no caso do presente trabalho, realiza-se uma leitura comparativa de duas obras clássicas redimensionadas intertextualmente em um romance. Dessa forma, pode-se assegurar que o exercício de comparação (seja entre literaturas, seja entre as mídias), é uma primazia em nossa contemporaneidade. Desta maneira, destaca-se outra reflexão de Hutchinson, que diz que ser curioso, assim como ter uma pré-disposição intelectual, são “pré-requisitos para fazer comparações”, o que leva a dissertar sobre o porquê e o como de uma determinada obra ter transcendido a linha do tempo e ser reformulada em um outro gênero, em um outro estilo (HUTCHINSON, 2018, p. 3).

Os trechos elencados para esse trabalho comparativo serão de Johann Wolfgang von Goethe e Jean-Jacques Rousseau. Assim, corrobora-se com Carvalhal de que “ao lermos um texto, estamos lendo, através dele, o gênero a que pertence e, sobretudo, os textos que ele leu (aí não exclusivamente literários)” (CARVALHAL, 2006, p. 55). Essas obras, situadas em temporalidades tão distintas, mas tão semelhantes em sua escritura, denotam um teor de diálogo, sendo esse marcado pela intertextualidade, ou seja, não se trata de um rastreio, mas “de leitura intertextual. Vemos que um poema lê outro e queremos saber como e porquê” (CARVALHAL, 2006, p.55).

Quando comparamos literaturas não apenas estamos apontando semelhanças e dissidências entre elas, mas também averiguar até que ponto essas obras coexistem, melhor dizendo, em que medida a primeira literatura pode ser traduzida na segunda; em Literatura Comparada, não estamos apenas propondo o que foi dito acima, pois comparar é, para o propósito desse trabalho, um ato de leitura e que essa leitura feita por nós não exclui outro conjunto, e mesmo que sejam leituras parciais, uma vez que “o intertexto não está explícito, mas as suas referências e o conhecimento prévio por parte do leitor” nos permitem, enquanto comparatistas, enxergarmos as obras literárias com possíveis percepções (LUIZ, 2019, p. 21).

Ao ler *Inocência* com o conhecimento de mundo ativado, encontrar-se-ão vestígios das obras de Goethe e Rousseau, denotando um diálogo tradutório e intertextual. Por fim, mas não menos importante, logo após o trabalho analítico, faremos as nossas considerações finais acerca do trabalho desenvolvido, sugerindo futuras pesquisas para esse entrelaçamento entre os autores europeus e o romancista do sertão.

Como bem pontuado por Zhao (2017), a Intertextualidade sustenta a ideia de que o autor “original” não elabora a sua produção literária do nada; há sempre um ponto de partida para o seu processo criativo, e essa figura “só age como um papel que fornece uma área de espaço para a interação entre os textos. Assim, criatividade e produtividade são transferidas do autor para o texto ou a interação entre os textos” (ZHAO, 2017, p. 120).

Articulando a Literatura Comparada com a Intertextualidade, pode-se afirmar que, no romance *Inocência*, os elementos provenientes dos antecessores de Taunay são recriados e ressignificam a obra do escritor sertanejo por meio das epígrafes, marcadas pela presença de uso de imagens e metáforas que desenham a narrativa. Taunay soube reaproveitar esses elementos na sua composição literária, não como marca de eruditismo, mas de criatividade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alfredo d'Escagnolle Taunay, descendente de nobre família francesa que acompanhou a Missão Artística de 1818 ao Brasil, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843. Cresceu em ambiente culto, vivendo intensamente a arte e a literatura, tendo desenvolvido a paixão literária e o gosto pela música e o desenho desde muito cedo.

Fez-se engenheiro militar, após ter concluído o curso de humanidades no Colégio Pedro II e Matemática e Ciências Físicas na Escola Central. Durante a Guerra do Paraguai, foi incorporado ao exército como secretário da Comissão de Engenheiros. Após a Retirada da Laguna, regressou ao Rio, quando foi promovido ao posto de capitão. Sucedem-lhe então promoções e condecorações. Como político, exerceu várias funções de relevo, a maior delas, senador do Império pela Província de Santa Catarina. Em setembro de 1889, foi agraciado por D. Pedro II com o título de visconde. Proclamada a República, retirou-se da política, dedicando-se exclusivamente às letras. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras. Escreveu suas *Memórias*, para serem publicadas, por recomendação sua, um século após a data de seu nascimento. Faleceu no Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1899.

Visconde de Taunay escreveu romances, contos, narrativas sobre a guerra e o sertão, escritos políticos, teatro, crítica literária e textos autobiográficos, deixando-nos mais de trinta obras. Mas fama mesmo, deram-lhe *A retirada da Laguna*, relato histórico do triste episódio da Guerra do Paraguai, escrito em francês, e o romance *Inocência*, obra-prima do regionalismo romântico, traduzida para vários idiomas.

De acordo com Carlos Martins Júnior (2006), fiel às lições básicas do Romantismo, que associa história e nação para indicar o caminho que leva ao encontro da singularidade cultural de um povo, a ficção romântica brasileira foi buscar inspiração, para inventar essa singularidade, nos quadros regionais da natureza do país. Conforme Antonio Candido (1993, p. 101), "com fome e uma ânsia topográfica de apalpar todo o Brasil", essa narrativa ficcional, mais do que criar tipos, personagens e enredos, fixou-se no ambiente e, praticamente, escravizou-se a ele.

O impulso de revelar uma essência nacional significou, segundo Antonio Candido, "a tomada de consciência, no plano literário, do espaço geográfico - social do país", que procurou realizar o registro da maior parte das características regionais de todos os quadrantes (CANDIDO, 1993, p. 102). Ainda de acordo com Candido, "a presença marcante do sertão como quadro natural e social dos enredos dos romances regionalistas dessa fase não resultou na eliminação da realidade humana palpante na natureza primitiva dos cenários". Da perspectiva desse autor, o regionalismo desse período, num país como o Brasil, que "ainda se apalpa e estremece a cada momento com as surpresas do próprio corpo, foi [...] um instrumento de descoberta" (CANDIDO, 1993, p. 193).

Entretanto, as situações da vida social e cultural do campo não são mostradas de forma concreta, mas idealizadas, apresentando os lugares-comuns e excessos descritivos que marcam as produções dessa corrente literária. Os quadros exóticos e a natureza exuberante, plenos de brasilidade, representados pelos escritores sertanistas, apontam uma situação contraditória (OLIVEIRA, 2016). Eles pretendiam encontrar um Brasil despojado, sem marcas estrangeiras, mas não o fizeram inteiramente: seus relatos estão repletos da ideologia eurocêntrica, ansiosa pela expressão literária do pitoresco regional. O registro de pequenos quadros de costumes coloca, entretanto, muitas dessas produções como precursoras do movimento realista.

Consoante Carlos Martins Júnior (2006), é nessa versão, mais sóbria e densa do regionalismo romântico, que se insere a produção literária de Alfredo D'Escagnolle Taunay, profundamente marcada pela intenção nacionalista de reconhecer e identificar literariamente as várias culturas que germinaram entre nós. Nesse sentido, o romance de Taunay constituiu uma opção para a literatura de tom universalista (leia-se parisiense) que o homem do Rio de Janeiro estava habituado a consumir. O desejo de autonomia literária e a preocupação com o Centro-Oeste, com sua integridade ainda intocada pela invasão de culturas estrangeiras, com a afirmação e importância de suas características peculiares, consubstanciaram a ideologia do regionalismo de Taunay. O romancista assumiu a defesa intransigente de uma parte do Brasil, dada sua

especificidade, e que, para ser entendida, necessitaria ser vista como um todo autônomo que se destacava do restante do país.

O romance *Inocência* até hoje merece a atenção da crítica. O linguista Dino Preti explica por quê:

[...] Taunay possuía, sem dúvida, uma elogiável consciência técnica na elaboração de sua obra. Longe de ser apenas um bom observador da realidade que conheceu na campanha do Paraguai, seu romance revela, no que toca ao diálogo, [...] um conhecimento linguístico apreciável, noção correta do problema dos níveis de fala, da dinâmica da língua oral e das estreitas relações que ligam a cultura e a personalidade do indivíduo ao seu dialeto social.

De acordo Ferreira (1986), a definição de “epígrafe” no Novo Dicionário da Língua Portuguesa significa “sentença ou divisa posta no frontispício de livro, capítulo, princípio de discurso, conto, composição poética, etc.: Cada capítulo do romance *Inocência*, do Visconde de Taunay, vem antecedido de pelo menos uma epígrafe” (FERREIRA, 1986, p. 672, grifos do autor). Ao que parece, os exemplos encontrados com essa definição se remetem aos gêneros textuais, que podem ser definidos como unidades formadoras de sentido, com determinado propósito ou intencionalidades discursivas. O autor do Novo Dicionário da Língua Portuguesa, no entanto, parece sugerir por meio da expressão latina “etc.” que as epígrafes também podem existir em outras situações, como em cartas de jogo, embora não seja possível confirmar isso.

O Dicionário Houaiss Eletrônico 3.0 da Língua Portuguesa assim define epígrafe:

Substantivo feminino. 1. Inscrição („palavra ou frase que se grava”) 2. Título ou frase que, colocado no início de um livro, um capítulo, um poema etc., serve de tema ao assunto ou para resumir o sentido ou situar a motivação da obra; mote 3. Fragmento de texto, citação curta, máxima etc, colocada em frontispício de livro, no início de uma narrativa, um capítulo, uma composição poética etc.

Todas as acepções se adequam ao sentido da epígrafe nas edições de *Inocência*: é uma inscrição gravada, constituída por duas frases diferentes em cada edição, colocadas no início do livro e que servem como pistas de leitura para o leitor, que antes de adentrar o primeiro capítulo, se dedicar atenção a essas curtas citações, poderá antecipar-lhe o sentido.

Segundo Samoyault (2008, p. 9-10), “a retomada de um texto existente pode ser aleatória ou consentida, vaga lembrança, homenagem explícita ou ainda submissão a um modelo, subversão do cânon ou inspiração voluntária”.

De acordo com Samoyault (2008),

Também pode ser conhecido como “Próximo Oriente”. Se cada texto constrói sua própria origem (sua originalidade), inscreve-se ao mesmo tempo numa genealogia que ele pode mais ou menos explicitar. Esta compõe uma árvore com galhos numerosos, com um rizoma mais do que com uma raiz única, onde as filiações se dispersam e cujas evoluções são tanto horizontais quanto verticais. É impossível assim pintar um quadro analítico das relações que os textos estabelecem entre si: da mesma natureza, nascem uns dos outros; influenciam uns aos outros, segundo o princípio de uma geração não espontânea; ao mesmo tempo não há nunca reprodução pura e simples ou adoção plena (SAMOYAUULT, 2008, p. 9, grifos do autor).

De acordo com Samoyault (2008, p. 11), “a heterogeneidade do intertexto funda-se na originalidade do texto”.

No caso de *Inocência*, Visconde de Taunay traduziu intertextualmente a rede dramática de textos que datam da Antiguidade Clássica até o Romantismo europeu, por meio de fragmentos correspondentes a obras provenientes dessas temporalidades, como as epígrafes.

As epígrafes “estão estreitamente vinculadas aos principais temas abordados em cada capítulo e, a um leitor atento, elas podem antecipar não só os temas, como a evolução da história, o desenlace trágico da obra e a romântica perenização do nome da protagonista para além da morte”(FORTES, 2005, p. 217).

A citação de Fortes (2005) pontua que o fato de Taunay estar usufruindo da literatura ocidental corrobora com o fato de que, no contexto em que o literato se encontrava, havia uma presença nítida de leitores eruditos, ou seja, uma parcela das instâncias sociais que seriam capazes de encontrar vestígios dessa literatura, ao passo que a classe menos privilegiada, se deleitava com os folhetins.

Segundo Fortes (2005), o trabalho de fazer uma correspondência de *Inocência* com a literatura ocidental nos capítulos e epígrafe “deve ter conferido um certo tom enigmático à obra, além de desvelar a erudição de Taunay. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo – uma constante na literatura” (FORTES, 2005, p. 218).

Das quarenta e sete epígrafes divididas entre os trinta capítulos que compõem o romance, quatorze são de autores franceses e as demais são de autores clássicos, como Menandro, Eurípides, Ovídio, Catulo, Plauto e Horácio; a Bíblia também surge em epígrafe no romance. No que tange ao primeiro capítulo, são utilizadas epígrafes de Goethe e Rousseau.

Pretende-se aqui analisar a correspondência de *Inocência* com a literatura ocidental nas epígrafes do primeiro capítulo, para corroborar o fato de que, no contexto em que o literato se encontrava, havia uma presença nítida de leitores eruditos, ou seja, uma parcela das instâncias sociais que seria capaz de encontrar vestígios dessa literatura, ao passo que, para o público menos erudito, formado, especialmente, por leitores dos recentes folhetins, a correlação entre os capítulos e as epígrafes deve ter passado despercebida, mas também deve ter conferido um tom enigmático à obra, além de desvelar a erudição de Taunay. Este expediente de dialogar com a tradição sempre foi – e continua sendo – uma constante na literatura.

Para ilustrar a intertextualidade empenhada por Taunay, tomemos o primeiro capítulo intitulado *O sertão e o sertanejo*, cujas epígrafes são da obra Fausto, de Johann Wolfgang von Goethe, e do pré-romântico francês Jean Jacques Rousseau, e a dimensão que elas trazem à *Inocência* traduzem tanto a história como o capítulo. Ambas estão perfeitamente articuladas à história como um todo e ao capítulo de forma específica.

O título do capítulo é revelador, principalmente pelo destaque do primeiro elemento: o sertão. A frase assim posta cria uma relação entre os dois elementos, sendo o segundo derivado do primeiro, o que reforça a significação do sertão. A ação da natureza determina, age sobre o homem, o qualifica, é uma forma de o autor mostrar entusiasmo por ela.

Este entusiasmo pela natureza em Taunay decorre de dois fatores: a formação recebida da família de pintores franceses, manifesta no olhar do estrangeiro sobre o pitoresco da paisagem brasileira e também sua formação ideológica, que transita entre o pensamento romântico e a forma de pensar mais realista, decorrente das experiências como militar viajante, o cientista que era obrigado a se posicionar objetivamente em relação ao objeto. Esta observação, a partir do título do capítulo, bem como de seu conteúdo, no todo, remetem à análise do nacionalismo estético.

O Brasil sentia urgência de se livrar das amarras de Portugal, fugir do lusitanismo, era preciso declarar a independência política e também cultural, mostrar algo que revelasse o país e seu povo em sua singularidade, criar uma literatura que de fato pudesse ser chamada de nacional, desse aspecto decorre o entusiasmo pela natureza, que seria o tema que, aplicado à forma, possibilitaria estabelecer ou criar uma identidade para o país.

Os franceses aqui chegaram com a tarefa de transformar o cenário⁴⁵ e passaram a ser modelos para a sociedade. Autores franceses faziam sucesso entre os leitores brasileiros e o modo de pensar do movimento estético do Romantismo levou o país a buscar concordâncias ou harmonias entre a natureza e o homem: primeiro o índio, cuja imagem desgastou-se e foi substituída pelo sertanejo que se encontrava em regiões mais afastadas da costa, em que o cenário e costumes se mantinham mais “brasileiros”, intocados. Isto posto, dá-se continuidade à análise, focando as epígrafes que antecedem o capítulo.

A epígrafe, segundo Wimmer, é um tipo especial de citação que encerra função estética, de ornamento “para a qual, mais do que a exatidão do trecho citado, têm importância as associações e o clima mental por elas evocado” (WIMMER, 1992, p. 62). Elas também funcionam como demonstradores de erudição, ampliando ou refutando a visão do texto em que são inseridas, atuam como fontes de informações de leituras.

Todos vós bem sentis a ação secreta/ Da natureza em seu governo eterno.
(GOETHE, apud TAUNAY p. 9).

A partir deste trecho introdutório do romance, dessa ouverture, segundo Candido, é possível identificar coordenadas do estilo de Taunay.

A alusão a Goethe remete às forças secretas da natureza que conspiram para que, acidentalmente, Cirino encontre Pereira, o pai de Inocência, e, em virtude deste encontro, desvie do seu caminho. Este desvio implicará a sua morte. No entanto, no momento em que o encontro acontece, ele parece uma bênção e não a maldição subliminar que de fato é.

O tema de Goethe – retomado por Taunay – remete às forças do mal que podem subjazer às escolhas humanas, visto que, ao longo da travessia humana, os rumos podem mudar e um bem pode converter-se em mal. O desenrolar do romance confirma e que, em certa medida, é prenunciada pela epígrafe. A bênção inicial para Cirino, que viaja pelo sertão em busca de clientes; para Pereira, que precisa de remédio para curar a filha, atacada pela maleita; para Inocência; e, também para Manecão, outra vítima desta trama oculta, que ninguém, conscientemente, urdiu – é, de fato, uma força subterrânea a tecer a tragédia das personagens.

Então com passo tranqüilo metia-me eu por algum recanto da floresta, algum lugar deserto, onde nada me indicasse a mão do homem, me denunciasse a servidão e o domínio; asilo em que pudesse crer ter primeiro entrado, onde nenhum importuno viesse interpor-se entre mim e a natureza (ROSSEAU, apud TAUNAY, p. 9).

A segunda epígrafe do primeiro capítulo estabelece uma correlação precisa com a idealização rousseana a respeito da natureza enquanto perfeição, ainda intocada pelas máculas da civilização. A descrição da paisagem no romance situa-se espacialmente na região limítrofe entre Mato Grosso – onde se passa a história – Minas Gerais, São Paulo e Goiás, região ainda parcamente povoada no século XIX. A descrição fidedigna do narrador parece ter saído de uma idealizada página de Rousseau.

Comparando-se a descrição acima, resultante do desejo do pré-romântico francês de poder usufruir do contato com a natureza de forma direta, sem interferências da civilização, fica evidente que o que Rousseau sonhara, as personagens de Taunay vivenciam, apenas com a diferença que estas não têm plena consciência deste privilégio. No entanto, o narrador a tem.

Costa extensa e quase despovoada zona da parte sul-oriental da vastíssima província do Mato Grosso a estrada que da Vila de Sant'Ana do Paranaíba vai ter ao sítio abandonado de Camapuã. (...) rareiam, porém, depois as casas, mais e mais, e caminham-se largas horas, dias inteiros sem se ver morada nem gente até ao retiro de João Pereira, guarda avançada daquelas solidões (p. 9).

O que mais chama a atenção, no entanto, é uma observação de Wimmer que recorreu às fontes para desenvolver seu trabalho, e que dificilmente seria posta em dúvida pelo leitor: o texto que Taunay indica como *O Encanto da Solidão*, de Rousseau pertence à terceira carta a Malesherbes, cuja imagem dominante é a busca da solidão da natureza, associada ao exílio de Rousseau em Montmorency, pressupondo uma interpretação pessoal e intimista da natureza. Em *Inocência*, o foco é a interpretação do cenário e da vegetação do Mato Grosso, com detalhes de realismo e da cor local.

A solidão do sertanejo surge como consequência do afastamento geográfico do viajante (WIMMER, 1992, p. 83). Essas escolhas confirmam os efeitos da formação de Taunay e seu posicionamento diante da arte. O início do capítulo, com a descrição da estrada que corta a região, mescla o sentimento romântico (“vastíssima província”) à visão objetiva da realidade (descrição do local).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inocência (1872), romance de Alfredo d'Escagnolle Taunay “é, talvez, o produto mais equilibrado da nossa última ficção romântica” (REIS, apud TAUNAY, 1991, p. 5). Este equilíbrio resulta – a despeito da intensidade da paixão entre Inocência e Cirino, os protagonistas da história, que, bem ao gosto romântico, morrem por amor – de uma leitura cuidadosa dos costumes regionalistas, descritos com objetividade e uma verossimilhança que se aproxima da prosa realista, a qual passaria a predominar na Literatura Brasileira a partir do último quartel do século XIX.

Os trinta capítulos que compõem o romance são precedidos por epígrafes, nas quais o autor dialoga com a tradição literária ocidental da Grécia Clássica, passando pela Bíblia, e chegando ao

Romantismo europeu. Essas epígrafes estão estreitamente vinculadas aos principais temas abordados em cada capítulo e, a um leitor atento, elas podem antecipar não só os temas, como a evolução da história, o desenlace trágico da obra e a romântica perenização do nome da protagonista para além da morte.

O presente trabalho teve como propósito fazer um enlace entre Goethe, Rousseau e Taunay, cujas obras primordiais os colocaram no pedestal da literatura ocidental e nacional. O viés adotado foi de cunho intertextual, em que a leitura desses intelectuais europeus se faz presente em sua escrita, e pelo veio comparatista, onde Taunay soube reatualizar e representar a realidade de sua época por meio das epígrafes.

A análise do primeiro capítulo demonstra que a força proveniente da Natureza faz com que Cirino conheça Pereira, o pai de Inocência, e também faz com que aquele se desvie do seu caminho, resultando em sua morte. A impressão que se tem é de que esse encontro seria um fator positivo, no entanto, acaba sendo prejudicial, tal como uma operação dialética, ou seja, Cirino reproduz o Fausto goethiano, em que há “forças do mal que podem subjazer às escolhas humanas, visto que, ao longo da travessia humana, os rumos podem mudar e um bem pode converter-se em mal” (FORTES, 2005, p. 218).

Devido à limitação de espaço, o trabalho tentou cumprir com seu objetivo de inserir esses autores como objeto de pesquisa em Literatura Comparada, pelo redimensionamento do caráter romântico que permeia essas obras, em que vemos novos contornos entre essas obras tão semelhantes e tão distintas entre si, seja de ordem estilística, narrativa e quicá, poética.

REFERÊNCIAS

- CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. 2. ed. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora Ática, 2006.
- CAVALCANTI, Ariane da Mota. Dom **Casmurro em movimento**: suas traduções-reescrituras em São Bernardo e O amor de Capitu. 227f. Dissertação (Mestrado em Letras). Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.
- ECO, Umberto. **Obra aberta**: formas e indeterminação nas poéticas contemporâneas. 10 ed. Tradução de Giovanni Cutolo. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. Polysystem Theory. In: EVEN-ZOHAR, Itamar(ed). Polysystem Studies. **A special issue of Poetics Today**. Durham: Duke University Press, 1990, p. 9-26.
- FORTES, Rita Félix. Um diálogo com a tradição nas epígrafes de Inocência. **Revista Trama**, Cascavel, vol. 1, núm. 2, p. 217-231, 2005.
- FREITAS, Luana Ferreira. Intertextualidade e tradução. **Fragmentos**, Florianópolis, núm.35, p. 11-20, jul -dez/ 2008.
- GREGÓRIO, Paulo Henrique da Silva. **Do teatro elisabetano ao sertão do século XIX**: a presença de Shakespeare em Inocência. 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2012.
- HUTCHINSON, Ben. **Comparative Literature**: A Very Short Introduction. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- KRISTEVA, Julia. **Introdução à semanálise**. 2 ed. Tradução de Lucia Helena França Ferraz. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- LUIZ, Tiago Marques. **Apontamentos na produção do riso na adaptação de Romeu e Julietapela Turma da Mônica**. 2019. 243f. Tese (Doutorado em Estudos Literários). Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.
- MORINI, Massimiliano. Intertextuality and Early Modern Translation Theory. **Renæssance forum**, vol. 14, 2018, p. 79-96.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro. Literatura e as outras artes hoje: o texto traduzido. **Letras**, Santa Maria, n. 34, p. 189-205, jul. 2007.

ROBERTO, Hélio. **Inocência e o casamento como contrato**. 15 de julho de 2019. Disponível em: <<https://www.gospelprime.com.br/inocencia-e-o-casamento-como-contrato/>> Acesso em: 05 nov. 2019.

STEINER, George. **Real Presences**. London: Boston, Faber & Faber, 1989

VISCONDE DE TAUNAY. **Inocência**. 19. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ZHANG, Huanyao; MA, Huijuan. Intertextuality in retranslation. **Perspectives: Studies in Translation Theory and Practice**, London, vol. 26, núm, 4, p. 1-17, 2018.

ZHAO, Honghui. An Intertextual Approach to Translation at the Micro-Level. **Open Journal of Social Sciences**, China, vol, 5, p. 119-127, 2017.

WIMMER, Norma. **Marcas Francesas na Obra do Visconde de Taunay**. 1992. 187 f. Tese. (Doutorado em Curso da Língua e Literatura Francesa). – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. SP.

***DIREITO SUCESSÓRIO E DIREITO DIGITAL: REFLEXÕES SOBRE A HERANÇA DE
CRIPTOATIVOS NA SOCIEDADE TECNOLÓGICA***

***SUCCESSORY LAW AND DIGITAL LAW: REFLECTIONS ON THE INHERITANCE OF
CRYPTO ASSETS IN THE TECHNOLOGICAL SOCIETY***

Área temática: 09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura.

CANELA, Kelly Cristina
Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais –
UNESP/Franca kelly.canela@unesp.br

CANAVEZ, Luciana Lopes
Professora Assistente Doutora de Direito Civil e Propriedade Intelectual nos programas de
Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Estadual Paulista –
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP/Franca
luciana.canavez@unesp.br

LANNES, Yuri Nathan da Costa.
Advogado atuante nas áreas de tributação, tecnologia e LGPD. Professor titular na Faculdade
de Direito de Franca, Mackenzie e Universidade Católica de Pernambuco. Pós-Doutorado em Direito
na UNB, Doutor em Direito pela Mackenzie e Mestre em Direito pela UNINOVE. Diretor no CONPEDI
e coordenador ESA-OAS-SP, Núcleo de Leme/SP
yuri.lannes@direitofranca.br

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Doutoranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais – UNESP/Franca
isadora.magalhaes@unesp.br

MENDES, Daniella Salvador Trigueiro
Mestranda em Direito pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas
e Sociais – UNESP/Franca
daniella.salvador@unesp.br

FERREIRA, Maria Júlia Mateus Vianna Alves
Graduanda pela Faculdade de Direito de Franca
FDF/Franca
majuaferreira02@gmail.com

LOPES, Vítor Salvador Garcia
Graduando em Direito pela Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais – UNESP/Franca
vitor-salvador.lopes@unesp.br

Resumo

Como um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, a expansão do acesso universal à internet foi fundamental para o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação, o que deu origem a uma sociedade contemporânea caracterizada como sociedade tecnológica. Dentro do ciberespaço, além de mídias e redes sociais, também foram criados bens patrimoniais intangíveis, registrados somente no meio digital, como os criptoativos, NFT's e criptomoedas. A partir dessas inovações surgem indagações de como esses ativos virtuais podem ser transmitidos ao sucessor da herança, uma vez que muitos são criptografados e necessitam de

uma chave privada para o acesso. Correlacionando as áreas de Direito Sucessório e Direito Digital, o presente artigo, a partir das definições sobre patrimônio digital, aborda sobre a possibilidade de sucessão de ativos virtuais por meio do direito de herança, visto que, atualmente, ainda não há regulamentação sobre sucessão de bens digitais. Nesse sentido, à luz do método de abordagem dedutivo e método de procedimento exploratório, eminentemente bibliográfico, sobre uma temática nova, pouco discutida pela doutrina e jurisprudência nacional, objetiva-se encontrar possíveis caminhos para a efetividade do direito de sucessão dos bens digitais, até uma regulamentação específica, bem como, pretende-se também, sugerir quais as adaptações necessárias para a legislação vigente. A conclusão é que a melhor opção, antes de uma regulamentação específica, é deixar os criptoativos discriminados e com senha no testamento, até o surgimento de uma legislação específica.

Palavras-chave: herança de criptoativos, direito digital, direito sucessório.

Abstract

As one of the objectives of sustainable development, the expansion of universal access to the internet was fundamental to the development of new information and communication technologies, which created a new contemporary society characterized as a technological society. Inside the cyberspace, in addition to the media and social media, was also created intangible property assets, which are only registered in digital media, such as crypto assets, NFT's and crypto coins. From these inventions emerge questions like how these virtual assets can be transmitted to the successor of the heritage, once many of these are cryptographed and need a private key to access them. Correlating the areas of Successory Law and Digital Law, the present article, from the definition of digital patrimony, addresses the possibility of the succession of virtual assets through the heritage law, since there is currently no regulation about the succession of digital assets. In that regard, in the light of the method of the deductive approach method and exploratory procedure method, eminently bibliographic, on a new theme, little discussed by national doctrine and jurisprudence, the objective is to find possible ways for the effectiveness of the right of succession of digital assets, until a specific regulation, as well as, it is also intended to suggest which adaptations are necessary for the current legislation. The conclusion is that the best option, before a specific regulation, is to leave crypto assets broken down and with a password in the will, until the emergence of specific legislation.

Keywords: heritage of crypto assets, digital law, successory law.

1 INTRODUÇÃO

O advento da sociedade tecnológica ocasionou drásticas mudanças no cenário global, seja na cultura, economia e até no direito, trazendo formas de comunicação inteiramente organizadas em volta da virtualidade. A chegada da sociedade tecnológica é marcada pelo aumento do acesso universal da internet, que é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável idealizado pela Organização das Nações Unidas, para melhorias no setor de inovação e tecnologia em vários países, inclusive no Brasil.

Com base na análise de Manuel Castells em seu livro *Sociedade em Rede* (2020), a primeira transformação tecnológica vista pelo mundo financeiro, foram modelos capazes de gerir a crescente complexidade dos sistemas econômicos, que operam interdependentes em uma escala global, sendo capazes de realizarem transações a velocidade de um raio, sendo assim, é fato que a internet introduziu em nosso mundo acesso ilimitado à informação, além de facilitar, a relação entre pessoas e empresas. No entanto, mudando-as drasticamente, seja na maneira de se efetuar compras, com os e-commerces, ou na educação, tendo as plataformas de ensino a distância, e até os bancos virtuais, com os pagamentos instantâneos, além de diversas novas maneiras de efetuar pagamentos, tendo como exemplo as tão faladas criptomonedas.

Tendo em vista a rápida evolução da sociedade na rede, e sua relação com o novo mundo, a legislação passou a ter dificuldade em acompanhar sua progressão e criar métodos para adaptar, a chamada sociedade tecnológica com o direito atual, exigindo que seja pensado e debatido de uma forma mais profunda, para que se ajuste a era informacional e a crescente criação de institutos jurídicos na sociedade, tais como os criptoativos e a sua possibilidade de adequação ao direito sucessório, devido ao seu valor econômico, tópico o qual será discutido adiante.

No Brasil, os criptoativos são definidos pelo artigo 5º da Instrução Normativa nº 1888 da Receita Federal do Brasil. Além disso, as operações com criptomoedas, em território nacional, podem ocorrer tanto de maneira direta entre os particulares, quanto por intermédio daquilo que é chamado de *exchanges*, as quais servem para facilitar a transferência, e são definidas como pessoas jurídicas cuja função é a operacionalização de transação desses ativos digitais.

Todavia, o presente trabalho não visa meramente estudar a inter-relação desses criptoativos sob a luz do Direito Digital, mas também a influência dessa nova área dentro do Direito das Sucessões. Para tanto, é de suma importância, para o pleno entendimento dessa inter-relação, compreender o funcionamento do direito sucessório pátrio e as formas sucessórias aptas ao detentor do patrimônio para exercício de sua autonomia privada.

Assim, essa seara jurídica visa reger o processo de destinação de bens de um indivíduo *post mortem*, o que é chamado de “herança”. Com isso, visa estabelecer os direitos e deveres da universalidade dos bens do *de cujus*, inclusive quanto aos bens digitais, sobretudo quanto aos criptoativos.

A herança de criptoativos é uma discussão extremamente recente no mundo jurídico pátrio. Assim como em qualquer área do Direito, o Direito das Sucessões tem constantemente tentado se modificar na medida que a sociedade exige. Todavia, as mudanças legislativas não têm trazido alterações substanciais, uma vez que consideraram os bens digitais como sendo um bem similar aos outros entendidos pelo Direito Civil.

A realidade é que muitos desses bens são personalíssimos, sem qualquer valor econômico, e que possuem forte relação com o direito de esquecimento. Há também os criptoativos, que possuem valor econômico atrelado, mas que não podem ser considerados como passíveis de apropriação. Assim, a discussão quanto à herança dos bens digitais, independente de qual seja a sua natureza, é muito mais profunda do que os legisladores têm demonstrado em suas tentativas de adequar o sistema normativo às necessidades sociais.

Isto posto, a presente pesquisa pretende, à luz do método de abordagem dedutivo e método de procedimento exploratório, sobre uma temática nova, com pesquisa eminentemente bibliográfica, estabelecer possíveis rumos para a efetividade do direito de sucessão dos bens digitais, até uma regulamentação específica, bem como, pretende-se, também, sugerir quais as adaptações necessárias para a legislação vigente.

2 DIREITO DIGITAL E SOCIEDADE TECNOLÓGICA

O Direito Digital é uma das áreas jurídicas que mais cresce e se destaca atualmente. Na tentativa de acompanhar o desenvolvimento tecnológico, é preciso notar as novidades da rede e oferecer uma nova abordagem das questões de tecnologia aplicadas ao Direito.

Como definição, pode-se dizer que o Direito Digital estuda a relação entre o Direito e a tecnologia mediante a análise de novas práticas, e tem como objetivo adequar a regulamentação de conflitos sociais que se desenvolvem como fruto de inovações. O desafio do Direito Digital, portanto, é enfrentar a contradição entre globalização e individualização (PINHEIRO, 2021, p. 34-35).

Deste modo, é possível perceber a importância do Direito Digital na sociedade tecnológica, sociedade marcada por interações e transações que tendem a se tornar cada vez mais digitais, onde há dificuldade de limitações físicas e o principal instrumento utilizado é a tecnologia.

Nessa nova ordem mundial, setores como o de comunicação e de transações financeiras se transformaram de modo permanente, com o grande aumento de inovações que vão desde a existência de negócios, operações e trocas na rede, por meio do *e-commerce* e mídias digitais, até a criação de bens exclusivamente digitais como moedas e outros ativos criptografados, registrados em uma espécie de livro-caixa, denominado de *Blockchain*, onde podem ser transacionados diretamente entre usuários sem a intermediação de um banco (SCHWAB, 2016, p. 30-31).

Os ativos criptografados são ferramentas tecnológicas que possibilitaram uma grande mudança no sistema financeiro por meio da sua modernização, enfatizando uma maior emancipação do indivíduo (UHDRE, 2021, p. 106). Isto posto, os criptoativos, considerados como bens suscetíveis de valoração econômica, têm uma característica peculiar, que é a possibilidade de transferência anônima de propriedade, e, por este motivo, também podem ser utilizados para fins ilícitos como em procedimentos de lavagem de dinheiro e para fins de pagamento de propinas em casos de corrupção, onde não existem informações sobre a procedências desses recursos (PINHEIRO, 2021, p. 184).

No entanto, ainda que bens intangíveis, sem registro em nenhum órgão central, e com a possibilidade de armazenamento em qualquer país, os criptoativos também podem ser utilizados para

transações lícitas, sendo ainda, considerados bens passíveis transmissão por meio do direito de herança, com a morte de seu titular, tendo em vista seu caráter patrimonial.

Nesse sentido, é importante delimitar a definição de criptoativos que será utilizada neste artigo, antes de enfrentar qualquer argumento sobre como essa espécie de ativo pode ser passível de herança no Brasil.

2.1 Criptoativos

A palavra “criptoativo” pode ser utilizada como gênero para se referir a qualquer ativo digital criptografado, ativos intangíveis, que representam valores, que são registrados digitalmente e que somente podem ser encontrados na rede, como por exemplo, as criptomoedas como *Bitcoin*, *Ether*, *Litecoin*, *Dodge* e, *Stablecoins*, algumas espécies de tokens como os NFT's, (*non-fungible token*), *Utility Tokens* (acesso à utilidades, bens ou serviços) *Security token* (ligados à investimentos, representações criptográficas de ativos mobiliários), etc. (UHDRE, 2021, p. 63-64).

As criptomoedas podem ser consideradas espécie de criptoativos que desempenham funções de meios de pagamento, reserva de valor e meio de troca (UHDRE, 2021, p. 64). Já os *Tokens* são representações digitais e criptografada de ativos, que de maneira geral, podem fazer referência tanto a ativos digitais, quanto ativos físicos, quando ocorre a tokenização (de modo inverso, é a transformação do direito de propriedade de um ativo físico em um ativo digital criptografado). Contudo, se tratando de ativos exclusivos e nativos do mundo virtual, pode-se dizer que esses tipos de Tokens são criptoativos (UHDRE, 2021, p. 64).

Deste modo, ainda que os ativos digitais como gênero discorram sobre uma numerosa quantidade de ativos, nesta pesquisa, para elucidar as possibilidades de sucessão de ativos digitais criptografados, pretende-se analisar os mais populares, como o *Bitcoin*, principal criptomoeda, e o NFT, *non-fungible token*, como a mais conhecida categoria de *token*.

O Bitcoin data a origem das criptomoedas no ano de 2008, época de uma grave crise de confiança no sistema financeiro, o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos, que originou um sistema de transação financeira ponto a ponto, uma tecnologia denominada *Blockchain* (UHDRE, 2021, p. 30). Seu criador, denominado como Satoshi Nakamoto, em outubro do mesmo ano, divulgou um artigo de nove páginas sobre um novo tipo de dinheiro digital denominado por ele como “Bitcoin”, que poderia ser enviado por pessoas diretamente pela internet, sem a participação de um terceiro, que normalmente é um banco, o que retirava a possibilidade dos bancos e do governo de terem controle sobre esse sistema de envio de dinheiro (FILIPPI; WRIGHT, 2018, p. 18). O *Bitcoin*, portanto, seria uma espécie de dinheiro democrático, com mínimos custos de transação, sem intermediários e completamente digital (NAKAMOTO, 2008, p. 01).

Por outro lado, os tokens podem ser definidos como títulos digitais ao portador, cujo direito é determinado pelos dados incorporados na Blockchain a que estão conexos, e podem representar qualquer coisa, como um acesso a um serviço on-line, bens e direitos (UHDRE, 2021, p. 68). No entanto, os tokens como os NFTs, *non-fungible token*, também denominados de “cryptocollectibles”, bens digitais transformados em bens escassos artificialmente, rastreados em uma Blockchain, possuem uma característica típica que é a infungibilidade, ou seja, representam algo único que não pode ser trocado por outro da mesma espécie qualidade e quantidade (CHEVET, 2018, p. 05).

Os NFTs, portanto, são como peças de arte armazenadas em forma de dados, imagem, texto e som, identificadas exclusivamente por uma Blockchain. Diferente das criptomoedas que são fungíveis, ou seja, qualquer Bitcoin é equivalente em valor a qualquer outro Bitcoin, assim como um dólar é equivalente a qualquer outro dólar, os NFTs, como ativos não fungíveis, são únicos e diferenciados entre si. Essa característica única de *Cryptocollectibles* envolve a noção de escassez, ou seja, uma peça de arte digital armazenada em uma Blockchain pode, portanto, ser única e rastreada até seu legítimo proprietário sem a necessidade de uma câmara de compensação centralizada mantendo registros de todas as transações (CHEVET, 2018, p. 05).

Como uma tecnologia inovadora que ao mesmo tempo pode armazenar informações e também pode executar protocolos, em sua essência, importante ainda, definir a Blockchain como bancos de dados descentralizados, mantidos por uma rede de computadores que combinam uma variedade de diferentes tecnologias (FILIPPI; WRIGHT, 2018, p.13). Nesse sentido a tecnologia Blockchain pode ser definida como um livro contábil programável, compartilhado, criptograficamente seguro e confiável. Ela não é controlada por nenhum usuário único, mas pode ser inspecionada por todos (SCHWAB, 2016, p. 30-31).

2.2 Criptoativos no Brasil

No Brasil, as operações de criptomoedas podem ocorrer diretamente entre as partes, no entanto, é bem comum a utilização das denominadas *exchanges* para facilitação da transação. A partir de maio de 2019, por meio da instrução normativa nº 1888 da Receita Federal do Brasil, as *exchanges* foram obrigadas a fornecer informações detalhadas das transações, mensalmente e por cada cliente, independentemente do valor da negociação, para prestação de contas com finalidade de taxação de impostos (PINHEIRO, 2021, p. 184).

O artigo 5º da Instrução Normativa nº 1888 da Receita Federal do Brasil passou a definir criptoativos:

I - criptoativo: a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal [...] (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

A mesma instrução normativa, ainda definiu a Exchange de criptoativos, como “pessoa jurídica, ainda que não financeira que oferece serviços referentes a operações realizadas com criptoativos, inclusive intermediação, negociação ou custódia, e que pode aceitar quaisquer meios de pagamento, inclusive outros criptoativos” (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Mesmo com o surgimento das criptomoedas datarem o ano de 2008, como o Bitcoin, somente em 2019 que o governo brasileiro publicou instruções específicas para operações de criptoativos, como medidas de fiscalização para prevenção de sonegação de imposto e desvio de dinheiro. Com essa resolução da Receita Federal as operações com criptoativos foram incluídas como obrigatórias para prestação de informações, para pessoas físicas e jurídicas.

Toda a negociação de criptoativos é feita necessariamente em plataformas eletrônicas, sendo criptografadas por senha. Neste sentido, para fazer operações de criptoativos é necessária uma carteira virtual, comumente denominada de *wallet*, uma chave pública e uma chave privada, que dá acesso a carteira virtual, uma vez que, a criptografia desses ativos dificulta a identificação do autor dessas transações.

3 DIREITO SUCESSÓRIO E PATRIMÔNIO DIGITAL

3.1 Direito sucessório no Brasil

O direito das sucessões visa regular a destinação do patrimônio de um indivíduo após a sua morte, denominado “herança”, compreendendo a universalidade de bens, direitos e deveres provenientes das relações jurídicas dotadas de valor econômico (art. 91 do Código Civil), entabuladas pelo de *cujus*, exceto aquelas vinculadas à pessoa, que se extinguem com o seu óbito. (GOMES, 2019, p. 5-6).

Assim, verifica-se a limitação do conteúdo do direito das sucessões, visto que se restringe às relações patrimoniais, e não a todos os direitos, como os direitos personalíssimos ou os direitos de família sem conteúdo patrimonial, que são intransmissíveis (GOMES, 2019, p. 9).

A morte ou *causa mortis*, portanto, implica automaticamente a abertura da sucessão e transmissão da herança aos herdeiros legítimos e testamentários, conforme preceituado pelo artigo 1.784 do Código Civil. Nesse sentido, observa-se que o ordenamento jurídico brasileiro prevê três modalidades de sucessão, denominadas de sucessão legítima, sucessão testamentária e sucessão anômala ou irregular.

A sucessão legítima ou *ab intestato* decorre da lei, com caráter subsidiário, visto que é aplicada quando o de *cujus* não houver destinado seu patrimônio, no todo ou em parte, à pessoa(s) determinada(a), ou ainda quando possuir herdeiros necessários, ressaltando que a legislação pátria protege tais herdeiros, cujo rol está previsto no artigo 1.829, incisos I, II e III do Código Civil, aos quais está reservada metade da herança, denominada “legítima”.

A sucessão testamentária, em contrapartida, está consubstanciada em um negócio jurídico unilateral pelo qual o autor da herança exerce sua autonomia privada para destinar um bem, ou um conjunto de bens determinados, integrantes de seu patrimônio para alguém (GOMES, 2019, p. 6).

As referidas transmissões de bens podem ocorrer a título universal, na qual o sucessor assume sua posição jurídica em todas as relações patrimoniais nos casos da sucessão legítima ou na sucessão testamentária, quando não há herdeiros necessários, ou, a título singular, quando há sucessão de uma parte individualizado dos bens, operada apenas por meio do testamento ou codicilo.

Tais meios de transmissão de bens podem ou não ocorrer simultaneamente, desde que em consonância com os limites e pressupostos legais trazidos pelo Código Civil.

3.2 Sucessão de bens digitais “criptoativos”

A sucessão de bens digitais é dos temas mais atuais quando se trata da questão relacionada ao direito sucessório sob a ótica da sociedade da informação. O Código Civil cuida de regulamentar toda a dinâmica da transmissão patrimonial para os sucessores, pelos modais e pela perspectiva já apontadas. Entretanto a herança digital transita por questões um tanto complexas.

A sucessão, como bem apontado anteriormente, tem como parâmetro a identificação do patrimônio compreendido sob o manto da universalidade de bens, direitos e deveres.

Atualmente, o Projeto de Lei 3050/2020, de autoria de Gilberto Abramo, é o que aglutina uma série de projetos legislativos voltados a regulação da herança digital, seja para fins de dar acesso aos sucessores aos dados pessoais, seja para regular a exclusão ou a destinação de contas de redes sociais, seja para dar destinação a arquivos digitais (tendo ou não natureza econômica).

O Projeto de Lei 3050/2020, basicamente traz novamente a discussão parlamentar com quase nenhuma alteração o PL 4.099/2012:

Art. 1º Esta lei altera o art. 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, a fim de dispor sobre a sucessão dos bens e contas digitais do autor da herança de qualidade patrimonial.

Art. 2º. O art. 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art.1.788.....

Parágrafo único. Serão transmitidos aos herdeiros todos os conteúdos de qualidade patrimonial contas ou arquivos digitais de titularidade do autor da herança.” (NR)

Não parece difícil se chegar à conclusão de que o direito brasileiro eventualmente já cuidava de determinar a sucessão patrimonial. A herança é compreendida conceitualmente como o patrimônio deixado por alguém que veio a falecer, que por sua vez é a representação econômica de um indivíduo. (GAGLIANO; PAMPLONA FILHO, 2022, p. 18)

A princípio, parece que os Projetos de Lei que tratam dos bens e arquivos digitais não trazem nada de novo, uma vez que bens digitais, antes de serem digitais, são bens, e por assim serem já estão regulados e disciplinados pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Ocorre que há uma grande diferença na estrutura da linguagem e arquitetura que se relaciona com os chamados bens digitais. A primeira delas está relacionada a própria estrutura e extensão dos direitos relacionados a personalidade, ou conjunto de direitos personalíssimos, ou “patrimônio moral”, não passíveis da transmissibilidade, pois atinentes ao indivíduo.

Nesta linha, inúmeras reflexões têm surgido, principalmente ao se tratar de arquivos digitais que não possuem natureza econômica, restando apenas como direito de personalidade, que eventualmente estariam cingidos pelo sigilo, pela memória, pelo direito ao esquecimento.

De outro lado, há aqueles conteúdos e arquivos digitais que de certa maneira são representados por alguma natureza econômica, ou seja, os ativos digitais, criptoativos (que podem englobar tanto os NFTs quanto as criptomoedas).

Apesar do nome, criptomoedas não necessariamente são moedas, seja pelo prisma econômico (compreendida como todo objeto que serve para facilitar trocas de bens e serviços em uma economia, que é de emissão e oferta exclusiva do Estado [SILVA, 2018, p. 84]) seja pelo prisma jurídico, onde a Constituição Federal, em seu artigo 64 e 164, dispõe sobre a competência exclusiva da União para emissão de moeda.

Em que pese o artigo Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, em seu art. 6º, inciso VI, definir moeda eletrônica como sendo “recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento”, essa ideia se restringe ao modal ou dispositivo em que as operações ocorrem com a moeda nacional.

Criptoativos, do ponto de vista de arquitetura, não poderia ser caracterizado como um bem passível de apropriação, posto que estão mais próximos de registros contábeis que possuem entradas e saídas (registros distribuídos de informação), que representa uma riqueza em formato intangível e que possuem o fluxo de conversibilidade bidirecional (no formato I owe you – eu devo a você).

Os criptoativos são ativos criptografados negociados por meio de plataformas de registros distribuídos, onde os membros de uma rede se comportam como clientes (que acessam a informação) e ao mesmo tempo como servidores de autenticidade da cadeia de informação.¹

Talvez a primeira coisa que se tenha que esclarecer, do ponto de vista jurídico, é se a criptomoeda é um bem intangível, ou um direito obrigacional que no momento da concretização da operação possa ser representado por moeda de curso legal.

A segunda questão tecnológica que permeará o criptoativo é o local e a forma de seu armazenamento, segundo a Glassnode, empresa de análise de mercado on-chain, a quantidade total de bitcoin potencialmente perdido (possivelmente pessoas que perderam o acesso às carteiras) atingiu 33,96%. (JAMES, 2021)

Isso denota que o sistema utilizado para o armazenamento dos criptoativos não é necessariamente recuperável, ou seja, o acesso e a recuperação dos criptoativos independe da vontade dos herdeiros ou de determinação judicial.

Eventualmente caiba ao direito determinar a natureza do criptoativo, o âmbito de aplicabilidade e a compreensão de seu objeto enquanto relação negocial ou rés, para fins de exercício sobre eles, ou eventualmente reste ao direito e ao judiciário melhor compreender a arquitetura para aplicação das regras já existentes no direito sucessório.

4 O TESTAMENTO COMO INSTRUMENTO JURÍDICO SUCESSÓRIO À HERANÇA DE CRIPTOATIVOS

O Direito das Sucessões contemporâneo ultrapassa a natureza patrimonial dos bens e direitos sobre os quais incide, arcando, em alguns casos, determinações jurídicas sem conteúdo econômico (GAMA, 2018, p. 22).

Conforme demonstrado anteriormente, a sucessão testamentária, materializada pelo testamento e pelas disposições que o compõe, materializam a expressão de última vontade declarada pelo testador, de acordo com as previsões legais trazidas pelo Código Civil, ou seja, por testamento público ou particular, este último com maior acessibilidade pela população pelo seu custo.

O testamento, enquanto negócio jurídico, é unilateral e personalíssimo, utilizado como instrumento jurídico sucessório para exercício da autonomia da vontade do testador sobre os bens e direitos que compõem seu patrimônio em momento posterior ao seu óbito

Sob tal aspecto, o patrimônio digital do testador, por se tratar de bens em sentido amplo, independentemente de apresentar conteúdo patrimonial ou não, poderá ser mencionado no teor do testamento para determinar a sua destinação após o falecimento. Para tanto, pode ser determinada a continuidade *post mortem* dos bens digitais por meio de herdeiros necessários ou testamentários, em casos de redes sociais, por exemplo, a manutenção de sigilo, exclusão de contas em redes sociais, e-mails, arquivos de fotos, músicas etc.

¹ A assinatura de documentos digitalmente, assim como o processo de certificação digital, pressupõe a existência de relações de confiança entre os emissores das mensagens ou entre os emissores e a entidade certificadora. Em alguns casos, porém, essa relação de confiança não pode ser estabelecida. A blockchain surgiu para solucionar esse problema por meio de uma cadeia de dados públicos, que torna todos os blocos de dados encadeados entre si (e daí o nome, blockchain, ou corrente de dados). Para isso, usa conceitos como chave pública e privada e hash.

[...] Apesar de o conceito de blockchain basear-se no sistema desenvolvido para a criação e a transação de bitcoins, o seu formato de distribuição, acesso aos dados e criação de blocos encadeados pode ser utilizado por soluções descentralizadas de armazenamento de dados, garantindo a irreversibilidade de registros. Em um sistema de certificação digital, essa propriedade pode ser utilizada para garantir que, uma vez assinada, uma transação passe a ser reconhecida publicamente como válida. O sistema notarial poderia ser substituído por uma cadeia semelhante, em que qualquer pessoa ou instituição poderia registrar os seus dados e confirmar, aceitando ou rejeitando, transações. (NASCIMENTO; et al. 2021, p.22-23)

Desse modo, nota-se a viabilidade do testamento abranger determinações gerais quanto às referidas questões, bem como a destinação de criptoativos, independentemente de eventual regulamentação de sua natureza como bem tangível ou intangível, mormente pela transmissão das chaves de acesso às carteiras digitais.

É provável que o legislador tivesse levado em conta uma ideia maior, a soberana ideia do homem de que, por meio do testamento, realizaria e expandiria, para além de sua morte e para um futuro no qual já não mais estará, uma das mais importantes ilações de sua personalidade, qual seja o seu desejo, o seu querer e a sua vontade, no que diz respeito ao destino a ser dados aos bens que em vida amealhou ou administrou, ou – quando é ainda mais significativo – no que diz respeito a disposições acerca de outros bens jurídicos, de caráter extrapatrimonial, mas por isso mesmo mais valiosos, quicá, que quaisquer outros, como, por exemplo, a disposição testamentária que tem por objetivo operar o reconhecimento da paternidade de um filho extraconjugalmente havido. (CAHALI; HIRONAKA, 2012, p. 264)

Ademais, os autores CAHALI e HIRONAKA citam ainda as lições de José Lopes de Oliveira (2012, p. 267) para quem, através do testamento, o indivíduo “dispõe, no todo ou em parte, de seu patrimônio para depois de sua morte, ou determina providências de caráter pessoal ou familiar”. Tal funcionalização da sucessão testamentária é, portanto, aplicável aos bens digitais com ou sem conteúdo econômico.

Assim, diante da atual omissão de regulamentação específica, tal medida se apresenta como forma eficaz ao combate à perda de tal patrimônio e preservação dos bens de acordo com a vontade exarada pelo testador.

Contudo, persistem controvérsias não abrangidas pelo presente estudo, que não objetiva esgotar a temática, sobretudo pela limitação e concretização das disposições testamentárias em razão da arquitetura dos criptoativos, que demandam diversas especificidades para seu funcionamento, além da tributação e incidência de imposto causa *mortis* sobre o patrimônio digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesta pesquisa, o constante desenvolvimento tecnológico da sociedade, e a implementação do metaverso se transformando para servir diversos serviços essenciais aos indivíduos que começa a se tornar uma extensão do mundo real, deve-se destacar o âmbito digital como um instituto jurídico novo.

A priori, tendo em vista que os criptoativos se tornaram um importante elemento na economia digital, os quais possuem valor econômico e estão em evidência no mundo atual, sendo necessário total atenção, uma vez que aparecerão com mais frequência no mundo jurídico. Nesse sentido, é amplamente necessário que a legislação brasileira busque maneiras de regulamentar tal instituto jurídico, principalmente acerca do modo pelo qual tal patrimônio será transferido após a morte de seu titular, diante da escassez de definições estritamente necessárias para o direito sucessório.

Ademais, no Brasil os criptoativos estão sendo tardiamente tutelados pela legislação nacional. Isso é notado quando se observa que o Bitcoin surgiu em 2008 e apenas foi “regulamentado” por uma instrução normativa em 2019, que tratou dessa forma de patrimônio. Assim, percebe-se que a discussão sobre Direito Digital no Brasil é extremamente incipiente.

Nesse sentido, o Direito das Sucessões é uma seara extremamente atrelada à outras áreas do Direito, com forte conexão com as demandas sociais, o que faz com que essa área deva se adaptar rapidamente às dinâmicas contemporâneas, cujas limitações e pressupostos legais se aplicam à universalidade de bens e direitos de um indivíduo, denominada “herança”, nas quais os bens digitais estão inseridos.

A herança de bens digitais é algo extremamente difícil de se discutir. Não somente isso, mas também é um tema pouco regulamentado pela legislação vigente, que os trata de maneira semelhante aos já previstos pelo direito civil. Todavia, a legislação brasileira ignora as peculiaridades dos bens digitais, como a sua arquitetura e, assim, dificulta total tutela jurídica para transmissão de tal patrimônio.

Diante de tal omissão normativa, o testamento surge como instrumento jurídico sucessório adequado à manifestação da autonomia de vontade do testador quanto aos bens digitais, providos ou

não te conteúdo econômico, enquanto a temática não é analisada com mais profundidade pelo legislador.

Portanto, é necessário discutir sobre os instrumentos jurídicos vigentes para adaptá-los à sociedade contemporânea, correlacionando o direito digital ao direito das sucessões, em busca à preservação de finalidades econômicas e sociais de seus usuários.

REFERÊNCIAS

AYRES, Marcela. **Agência Reuters** – Brasília. Investimento em criptoativos deve ser discutido pelo BC, diz diretor. Agência Brasil, 7 out. 2021. Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-10/investimento-em-criptoativos-deve-ser-discutido-pelo-BC-diz-diretor>. Acesso em: 24 jul. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3.050 de 2020. Altera o art. 1.788 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1997738. Acesso em 28 set. 2022.

_____. **LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002**: Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Publicação em 11.01.2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em 15 fev. 2020.

CAHALI, Francisco José. HIRONAKA, G. M. F. N. **Direito das sucessões**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**; v.1. / Manuel Castells; tradução Roneide Venancio Majer – 21ª edição, revista e ampliada. – São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CHEVET, Sylve, **Blockchain Technology and Non-Fungible Tokens**: Reshaping Value Chains in Creative Industries (May 10, 2018). Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3212662>. Acesso em: 14 jul. 2022.

COSTA FILHO, M. A. F. Herança digital: valor patrimonial e sucessão de bens armazenados virtualmente. **Revista Jurídica da Seção Judiciária de Pernambuco**, n. 09, 2016, p. 205. Disponível em: <https://revista.jfpe.jus.br/index.php/RJSJPE/article/view/152>. Acesso em: 1º de maio de 2020.
FILIPPI, Primavera de; WRIGHT, Aaron. **Blockchain and the law: the rule of code**. Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLINA FILHO, RODOLFO. **Novo Curso de Direito Civil** – Direito das Sucessões. v. 7. 9. ed. – São Paulo: Saraiva, 2022.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da Gama. **Herança legítima ad tempus: tutela sucessória no âmbito da filiação resultante de reprodução assistida póstuma**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

GOMES, Orlando. **Sucessões**. 17. ed. [revista e atualizada por] Maria Roberto Carvalho de Faria. Rio de Janeiro: Forense, 2019. ISBN 978-85-309-6970-7.

JAMES, Ryan. Potentially Lost Bitcoin in Dormant Wallets Totals 34% of Supply, Says Glassnode. Yahoo Finances, 22. Ago. 2021. Disponível em: <https://finance.yahoo.com/news/potentially-lost-bitcoin-dormant-wallets-155105746.html> Acesso em: 27. Set. 2022.

MAGNUSON, William. **Blockchain democracy**: technology, law and the rule of the crowd. New York: Cambridge University Press, 2020.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA – SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Diário Oficial da União** – DOU. Instrução normativa n.º 1.888, de 3 de maio de 2019. Publicado em

7/5/2019. Edição 86, seção 1, página 14. Disponível em:

<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=100592>. Acesso em: 27 jul. 2022.

NAKAMOTO, Satoshi. **Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System**. 2008. Disponível em:

<https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 11 de jul. 2022.

NASCIMENTO, Leonardo Brendo Gomes; et. al. **Criptomoedas e blockchain**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital** – 7. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial**. São Paulo: EDIPRO, 2016.

SILVA, César Roberto Leite. **introdução à economia: da Economia e mercados**. 20. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, Tiago Mendes da. "A transmissão de herança das moedas virtuais com ênfase no Bitcoin". Monografia de Conclusão de Curso, apresentada para obtenção do grau de Bacharel, no curso de Direito, da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/5545>

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito digital e processo eletrônico**. – 5. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

UHDRE, Dayana de Carvalho. **Blockchain, tokens e criptomoedas: análise jurídica**. São Paulo: Almedina, 2021.

EDUCAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DO SENTENCIADO NO BRASIL.

EDUCATION AND THE RECOVERY OF THE CONSENTED IN BRAZIL.

Área temática: Educação e Desenvolvimento

THOMAZINI, Taysa Mara
Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA
Especialista em Direito Constitucional
Especialista em Direito Administrativo
Mestranda em Desenvolvimento Regional
cmf.taysa@gmail.com

CARDOSO, Diego Alvim
Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA
Especialista em Direito Penal
Especialista em Processo Penal
Especializando em Direito Tributário
diegoalvimcardoso@gmail.com

BANDOS, Melissa Franquini Cavalcante
Doutora e Mestre em Administração pela FEA-USP
Docente do PPGDR – Uni-FACEF
melissa@facef.br

VENTURA, Carla Aparecida Arena
Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo
Livre Docência pela Escola de Enfermagem USP
Docente titular do Departamento de Enfermagem
Psiquiátrica e Ciências Humanas – USP-RP
Docente colaboradora do PPGDR – Uni-FACEF
caaventu@gmail.com

Resumo

O artigo tem por objetivo discutir a importância da educação no sistema prisional brasileiro, como forma de garantir valores da dignidade humana e o desenvolvimento. Por meio de uma pesquisa qualitativa e exclusivamente baseada em dados secundários, realizou-se uma revisão de literatura usando os seguintes termos: “Educação no sistema prisional brasileiro”, “Ressocialização no sistema prisional brasileiro”, “Índice de Reincidência no sistema prisional brasileiro”, “Dignidade da Pessoa Humana como valor supremo”, “Desenvolvimento”. Foram identificados 113 artigos, dos quais analisou-se 17. Após a análise, verificou-se, de modo geral, que existem vários desafios a serem superados para a efetiva educação dos detentos. Ações são necessárias, por meio de Políticas públicas voltadas à ressocialização do sentenciado, que envolvem vários agentes como atores ativos, que, todavia, devem ser coordenadas pelo Estado, que exerce função essencial e indelegável. No caso de permanência de sua omissão, com desrespeito a direitos fundamentais garantidos pelo Ordenamento Jurídico, há forte tendência para que a questão seja judicializada.

Palavras-chave: Educação; Sistema Prisional Brasileiro, Dignidade humana, Desenvolvimento.

Abstract

The article aims to discuss the importance of education in the Brazilian prison system, as a way of guaranteeing values of human dignity and development. Through a qualitative research and

exclusively based on secondary data, a literature review was carried out using the following terms: "Education in the Brazilian prison system", "Resocialization in the Brazilian prison system", "Recidivism rate in the Brazilian prison system", "Human Dignity as a supreme value", "Development". 113 articles were identified, of which 17 were analyzed. After the analysis, it was found, in general, that there are several challenges to be overcome for the effective education of detainees. Actions are necessary, through public policies aimed at the resocialization of the convict, which involve several agents as active actors, which, however, must be coordinated by the State, which performs an essential and non-delegable function. In the case of permanence of its omission, with disrespect for fundamental rights guaranteed by the Legal System, there is a strong tendency for the matter to be judicialized.

Keywords: Education; Brazilian Prison System, Human Dignity, Development.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende discutir a importância de políticas públicas voltadas à educação no sistema prisional brasileiro, como forma de diminuir a criminalidade e, por consequência, as desigualdades econômicas, sociais e humanas, que prejudicam o desenvolvimento regional.

São recorrentes no noticiário brasileiro, e comentado em diversos setores da sociedade, a discussão sobre a criminalidade no Brasil, como ela tem tornado a sociedade refém da violência, por ausência do Estado na educação e pontualmente pela ineficiência das políticas públicas de ressocialização do sentenciado.

Essa problemática prejudica o desenvolvimento, e resulta de dois fatores diferentes e autônomos: O primeiro gira em torno da criação de normas gerais, que na ótica da sociedade não geram os efeitos que deveriam ter, transmitindo aquele sentimento de impunidade, quando a sociedade clama por castigo e não reprimenda. O segundo está ligado à ausência de políticas públicas, cuja essência está firmada na ressocialização do sentenciado, o que interfere diretamente na redução da criminalidade no Brasil, e consequentemente na desigualdade econômica, social e humana.

O antigo pensamento de que a detenção proporcionaria transformação aos indivíduos enclausurados, para depois serem levados de volta à sociedade, mostrou-se fracassada. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, atualmente o Brasil conta com 1.936 estabelecimentos prisionais, que oferecem 471.720 vagas para 650.356 presos, havendo, portanto, um déficit de 178.636 vagas.

Ainda de acordo com referido Órgão, em trabalho apresentado no ano de 2020, apurou-se que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicou uma taxa de reincidência de 70%, ou seja, a cada dez pessoas liberadas do sistema prisional, sete voltariam a cometer novos crimes.

Os índices de criminalidade apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, apontam que a prisão mostrou-se em sua realidade e em seus efeitos visíveis como um grande fracasso da justiça penal.

Ao analisar tais pontos, o artigo traz a reflexão da necessidade de se vincular o dever do Estado de investir na educação, ao princípio da dignidade da pessoa humana, direito consagrado na Constituição Federal de 1988, para realizar políticas públicas educacionais eficazes no sistema prisional. Isto porque o princípio da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, constituindo-se como cláusula pétrea, ou seja, é insuscetível de alteração por qualquer lei, pois é valor supremo, para a promoção e proteção da pessoa humana, ao passo que, na mesma direção, a educação de detentos é fator de humanização e cria expectativa favorável para o reingresso na vida social, quando em liberdade.

Assim, nada mais certo do que unir dois direitos constitucionais, quais sejam, o direito da dignidade da pessoa humana e o direito à educação, para garantir ações que contribuam na ressocialização dos detentos.

A educação contribui para o crescimento pessoal, e por isso, assume o status de direito humano, pois é parte integrante da dignidade humana na medida em que contribui para ampliá-la com conhecimento, saber e discernimento.

Por todo o exposto, o artigo tem como objetivo geral: discutir a importância da educação no sistema prisional brasileiro, como forma de garantir valores da dignidade humana e o desenvolvimento, por meio de uma pesquisa qualitativa essencialmente baseada em dados secundários.

Dessa forma, o trabalho encontra-se dividido por esta introdução, seguido por considerações teóricas sobre a importância de políticas públicas eficazes na educação de detentos, bem como as consequências de sua ausência para o desenvolvimento regional. A seguir, são detalhados os procedimentos metodológicos. Posteriormente, apresentam-se os resultados e as considerações finais da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre a criminalidade no Brasil gera questionamentos sobre a ineficiência do Estado nas políticas públicas de educação para a ressocialização do sentenciado.

Não é novidade que a punição desempenha uma *função social complexa*. A sanção pelo crime não é simplesmente o seu único elemento essencial. Há que se atentar para os “efeitos positivos” e úteis que de alguma forma ela acaba por sustentar. Castigos não foram feitos apenas para sancionar, sabemos servem também para manter aperfeiçoar os próprios mecanismos punitivos e suas funções (ROSA, 2017, p. 26).

A mera imputação da pena como “castigo”, não tem o sentido de recuperar ou preparar o sentenciado para sua reinserção na sociedade. É necessário o caráter educacional, que sem dúvida, deveria ser o ponto principal da política pública do Estado, quando o assunto é sistema penitenciário brasileiro.

A lei de Execução Penal nos artigos 17 à 21 diz respeito a educação do reeducando: “Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa. Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. § 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. § 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos. § 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição. Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados. Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.”

Ao observar os artigos acima citados, verificamos a previsão de ações importantes para a ressocialização dos detentos por meio da educação. Nota-se que é obrigatória a conclusão do ensino fundamental por parte do preso, com a finalidade de combater o analfabetismo e buscar o crescimento social. Verifica-se, ainda, diretrizes para a implantação de programas educacionais, de aperfeiçoamento técnico, e a possibilidade de convênios em entidades públicas ou particulares para a instalação de escolas e cursos especializados.

Todavia, a realidade vivenciada e os dados oficiais apresentados levam a duas hipóteses: o que está na Lei não é cumprido, ou, se é, é cumprido de forma ineficaz.

Ressalta-se que, de acordo com os dados apresentados no site oficial do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, atualmente o Brasil conta com 1.936 estabelecimentos prisionais, que oferecem 471.720 vagas para 650.356 presos, havendo, portanto, um déficit de 178.636 vagas. Ainda de acordo com referido Órgão, em trabalho apresentado no ano de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indicou uma taxa de reincidência de 70%, ou seja, a cada dez pessoas liberadas do sistema prisional, sete voltariam a cometer novos crimes.

Ainda com base em informações do CNJ, nos estudos produzidos para o Informe „O sistema prisional Brasileiro fora da Constituição” indica-se um aumento crescente da população prisional, da taxa de encarceramento e do quantitativo de estabelecimentos superlotados de 15,6% entre 2014 e 2020 segundo o CNIEP – Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais.

Historicamente, a providência adotada pelo Estado quanto à crescente razão de presos por vaga a construção de novas vagas, o que traz um duplo revés. Em primeiro lugar, preciso

considerar o custo social do encarceramento, com reverberações não apenas na vida da pessoa sob custódia para muito além da duração da pena, mas na de sua família, podendo atingir cerca de 17 pessoas. Além disso, há o significativo custo financeiro aos cofres públicos com a construção e manutenção de vagas, que evidencia que a política calcada no aumento do número de vagas não sustentável também sob o prisma econômico. Por fim, ao comparar o crescimento da população prisional com a criação de vagas na última década, verifica-se que esta não é capaz de acompanhar a velocidade do encarceramento, tornando a superlotação endêmica e invalidando de forma pragmática o principal argumento para a superação do cenário.

Também com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) coletados em 2022, estudos da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da USP apontam que um preso custa, em média, R\$ 1,8 mil mensais aos cofres brasileiros, enquanto que, um aluno da educação básica – segundo informações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) – recebe um investimento mínimo médio anual de R\$ 5,6 mil – cerca de R\$ 470,00 por mês, valor quatro vezes menor. O comparativo dos valores destinados à educação e ao sistema carcerário é desproporcional, especialmente se considerarmos o caráter dessocializador do sistema prisional. Pesquisas apontam que, em 90% dos casos, uma pessoa encarcerada sai do sistema prisional com dificuldades em exercer atividades cotidianas, classificadas, como socialização negativa (AMARAL, 2022).

Frente a essa realidade, as políticas públicas educacionais se mostram como uma forma de mudar esse cenário, com a ressocialização do detento, evitando a sua reincidência. Isto porque a educação é fator de humanização e cria expectativa favorável para o reingresso na vida social, quando em liberdade.

Amaral (2022) defende que a sociedade brasileira precisa mudar a ótica com que olha as cadeias, deixando de lado o desprezo e adotando uma postura de análise social dos presídios brasileiros. Essa prática viabiliza discussões e propostas que contribuem para uma melhora do sistema prisional como um todo e, consequentemente, uma melhor utilização dos recursos públicos da sociedade.

Abre-se, assim, a discussão dos impactos que a ausência ou ineficiência das políticas públicas atualmente existentes, voltadas à educação no sistema prisional brasileiro, ocasionam ao desenvolvimento. Pela pesquisa realizada, verifica-se uma relação direta da ineficiência dessas políticas com as causas das desigualdades econômicas, sociais e humanas.

O desenvolvimento contemporâneo exige pessoas informadas sobre a realidade onde vivem e trabalham, percebe-se que pessoas desinformadas não participam, e sem participação não há desenvolvimento. A informação somente acontece por meio da educação com um mínimo de qualidade. Logo, a ideia da educação para o desenvolvimento está diretamente vinculada a esta compreensão, e à necessidade de se formar pessoas que possam participar de forma ativa das iniciativas capazes de transformar o seu entorno (região), de gerar dinâmicas construtivas (DOWBOR, 2006).

Para tanto, entra-se nos desafios, que não são poucos.

O primeiro desafio em garantir o direito à educação para os grupos sociais mais vulneráveis, no caso, os detentos, revela-se em driblar a contradição existente do próprio conceito de educação como „liberdade“. Em Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), aborda-se a educação como exercício de diálogo, autonomia e exercício de conscientização sobre o mundo e sobre o próprio sujeito, que o liberta da visão fatalista da sociedade e da história; educação que requer relações e interações humanas horizontais, pautadas pelo respeito e pelo reconhecimento do outro como sujeito da história, da cultura e da política, na contramão do sistema prisional que remete à restrição de liberdade, retirando o indivíduo do convívio com o restante da sociedade. (GODINHO, JULIÃO, ONOFRE, 2020).

Outro ponto desafiador se revela no sentido de que, para que a educação seja ofertada no sistema prisional é preciso que existam trabalhadores para desempenhar a atividade de docência dentro desses espaços, dispostos a vencer as diferenças físicas/estruturais, humanas e metodológicas. Ao contrário de uma escola regular, a escola dentro do sistema prisional possui características próprias. As condições do espaço, as características das pessoas, aquilo que é oferecido para elas, o contexto que elas estão, é tudo diferente; é uma metodologia diferente, é um olhar diferente (BESSIL, MERLO, 2017).

Por fim, a abordagem do tema, ainda encontra o desafio de garantir a dignidade da pessoa humana, por meio da educação, em contextos de privação de liberdade, como a finalidade de desenvolvimento social e humano.

Ao se tratar do tema desenvolvimento social e humano na contemporaneidade, sob um prisma interdisciplinar, é necessário inicialmente situá-lo no contexto das instituições internacionais que têm como objetivo intervir na política social global com vistas à redução das desigualdades e promoção da justiça social em escala global. Grande parte destas instituições pertence ao complexo institucional da Organização das Nações Unidas (ONU), como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), entre outras agências e programas como o Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Em 1990 foi redigido o primeiro relatório de Desenvolvimento Humano pelo PNUD, partindo da premissa de que “People are the real wealth of a nation”, ou a tradução livre: As pessoas são a verdadeira riqueza das nações. Assim, afirmava-se que o desenvolvimento como sinônimo de industrialização e crescimento econômico não poderia produzir por si só o aprimoramento necessário das condições sociais.” (RIBEIRO, 2011).

É importante ressaltar que se trata de pessoas privadas de liberdade, mas que não são privadas de direito, uma vez que em nosso país, a saúde e a educação são direitos universais, fazendo parte do princípio da dignidade humana.

“Poderíamos até dizer que a eminência da dignidade da pessoa humana é tal que é dotada ao mesmo tempo da natureza de valor supremo, princípio constitucional fundamental e geral que inspiram a ordem jurídica, Mas a verdade é que a Constituição lhe dá mais do que isso, quando a põe como fundamento da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito. Se é fundamento é porque se constitui num valor supremo, num valor fundante da República, da Federação, do País, da Democracia e do Direito. Portanto, não é apenas um princípio da ordem jurídica, mas o é também da ordem política, social, econômica e cultural. Daí sua natureza de valor supremo, porque está na base de toda a vida nacional.” (SILVA, 1998).

Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu: “É dever do Estado e direito subjetivo do preso que a execução da pena se dê de **forma humanizada, garantindo-se os direitos fundamentais do detento** de ter preservada a sua incolumidade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal). (...) 8. Repercussão geral constitucional que assenta a tese de que: em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no artigo 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte do detento.(...) (RE 841526, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30/03/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-159 DIVULG 29-07-2016 PUBLIC 01-08-2016) (g.n.)

Logo, vê-se que o direito dos detentos existe e se encontra amparado na Constituição Federal, nas Leis, nos tratados internacionais e pela jurisprudência. Todavia, não são cumpridos.

Assim, a situação deve ser analisada num sentido macro, num sentido de um sistema prisional como um todo, tendo em vista que a população carcerária não é a única afetada pelas más condições dos presídios e desrespeito aos direitos normatizados. Ou seja, um sistema carcerário precário afeta, não só os detentos, mas também seus familiares e todo o povo brasileiro que estará exposto à insegurança proporcionada por pessoas que, ao final do cumprimento da pena, sairão mais deterioradas do que entraram. Serão ex-detentos carentes de educação, trabalho ou ofício, além de carregarem consigo sentimentos de angústia, raiva e vontade de vingança, efeitos psicológicos dos maus-tratos sofridos nas masmorras brasileiras. Nesse contexto vemos que, sem dúvida, são interesses e direitos difusos que foram violados que prejudicam o desenvolvimento em massa (NETO, 2019).

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na realização deste trabalho baseou nos pressupostos teóricos, através da revisão de literatura sistemática sobre os temas Educação do detento para a Ressocialização no Sistema Prisional Brasileiro; a Dignidade da Pessoa Humana e o Desenvolvimento.

Por meio de uma pesquisa qualitativa, que se baseia em várias abordagens teóricas resultantes de diferentes linhas de desenvolvimento, considerando a subjetividade dos pesquisadores e sujeitos estudados como parte integrante do processo investigativo, assim como, suas reflexões, observações, impressões e sentimentos (GUASQUE, 2007), e exclusivamente baseada em dados secundários como livros, artigos, jurisprudências, estatísticas e censos governamentais, realizou-se uma revisão de literatura usando os seguintes termos: “Educação no sistema prisional brasileiro”, “Ressocialização no sistema prisional brasileiro”, “Índice de Reincidência no sistema prisional brasileiro”, “Dignidade da Pessoa Humana como valor supremo”, “Desenvolvimento”. Foram identificados 113 artigos, dos quais analisou-se 17.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos realizados revelaram que, para atingir o desenvolvimento regional, por meio do desenvolvimento econômico, social e humano, as prisões penais devem cumprir indistintamente suas funções de reeducar e recuperar o sentenciado, observando indiscutivelmente a sua finalidade que é a reinserção do homem sentenciado, egresso, no corpo social.

Somente o castigo, por si só, sem o efeito educacional, não traz ao sentenciado nenhum efeito de recuperação, de forma alguma o prepara para o retorno social.

Não é nenhuma novidade que a punição desempenha uma *função social complexa*, que a sanção pelo crime não é simplesmente o seu único elemento essencial. Isto nos ajuda a atentar, como fez há algum tempo Rusche e Kirchheimer, para os “efeitos positivos” e úteis que de alguma forma ela acaba por sustentar. Castigos não foram feitos apenas para sancionar, sabemos servem também para manter aperfeiçoar os próprios mecanismos punitivos e suas funções (ROSA, 2017, p. 26).

A imputação da pena como “castigo”, não tem o sentido de recuperar ou preparar o sentenciado para sua reinserção na sociedade, mas sim, o privar de liberdade, o que não possui, de forma alguma, caráter educacional, que sem dúvida, deveria ser o ponto principal da política pública do Estado, quando o assunto é sistema penitenciário brasileiro.

Um governo que tem necessidade de censores, ou qualquer outra espécie de magistrados arbitrários, prova que é mal organizado e que sua constituição não tem força. Num país em que o destino dos cidadãos está entregue à incerteza, a tirania oculta imola mais vítimas do que o tirano mais cruel que age abertamente. Este último revolta, mas não avilta (BECCARIA, 2016. p.88).

Neste sentido, a reclusão deve ser um local adaptado para a recuperação do homem cumpridor da pena, mediante um trabalho de políticas públicas em alto nível a garantir a esse homem uma educação recuperativa, essencial para sua retirada das margens sociais.

Todavia, o espaço escolar na prisão assume características próprias.

No contexto de conservadorismo que temos vivenciado no Brasil, é imprescindível mudar padrões, para haver o reconhecimento do sujeito apenado como ser humano. Apesar das privações do direito de ir e vir na sociedade livre, o mesmo mantém os seus demais direitos garantidos constitucionalmente, pela legislação brasileira, como cidadão, principalmente, liberdade de consciência, de expressão, de religião e de criação.

Nessa direção, é necessário investir em políticas públicas de conscientização da sociedade sobre os valores humanos e o papel da educação no sistema prisional, visando-se extirpar

discriminações e preconceitos, tanto em relação aos apenados, quanto aos profissionais docentes que ali prestam serviços.

Revela-se ainda, a importância de estudos para fins de se reinventar a profissão do docente no sistema prisional, onde as expectativas depositadas no professor são diferentes daquelas que vigoram naqueles que trabalham em uma escola regular. Há que se pensar em um profissional acolhedor da diversidade, aberto à inovação, comprometido com o sucesso da aprendizagem e solidário com as características e dificuldades de seus alunos. Para tanto, é importante que esse profissional tenha capacidade de articular os conteúdos curriculares aos conhecimentos pedagógicos, que garanta a efetivação de projetos interdisciplinares, trabalhe em equipe de maneira reflexiva, que improvise com criatividade e se comprometa com a gestão de seu desenvolvimento profissional com autonomia.

Somente assim, a educação atualiza-se e se fortalece em todas as formas de defesa dos direitos humanos. Resgatar a consciência de nossa humanidade, dos valores de uma sociedade justa e solidária, e aplicá-los ao ambiente de reclusão, são ações indispensáveis para o êxito em uma vida digna, como denunciam diversos documentos e tratados internacionais de direitos humanos. Fatores estes que, por lógica, desencadeiam no desenvolvimento humano, social e econômico.

Observa-se, pois, que há vários desafios a serem vencidos, ligadas à recuperação do sentenciado para sua reinserção na sociedade, sendo primordiais as políticas públicas de educação, que devem envolver a participação de diferentes agentes como atores (Estado, atores sociais e empresariais). Todavia, o Estado deve assumir suas funções essenciais, que são indelegáveis. Não pode, simplesmente, repassar para a sociedade resolver.

No caso de omissão do Estado, que reflete a nossa realidade no sistema prisional, com infringência a direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, a tendência pode ser a intervenção do Poder Judiciário, que tem tomado frente em algumas ações neste sentido.

Citamos como exemplo, o caso atualmente em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF nº 347. Esta é uma ação ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, que enfrenta o problema como um todo e que tem como objetivo alcançar padrões mínimos de dignidade à população carcerária que está sob tutela do Estado, argumentando:

“(…)Além da gravíssima e generalizada ofensa aos direitos mais básicos dos presos, as mazelas do sistema carcerário brasileiro comprometem também a segurança da sociedade. Afinal, as condições degradantes em que são cumpridas as penas privativas de liberdade, e a “mistura” entre presos com graus muito diferentes de periculosidade, tornam uma quimera a perspectiva de ressocialização dos detentos, como demonstram as nossas elevadíssimas taxas de reincidência, que, segundo algumas estimativas, chegam a 70%¹⁵. 8. Neste contexto, a prisão torna-se uma verdadeira “escola do crime”, e a perversidade do sistema ajuda a ferver o caldeirão em que vêm surgindo e prosperando as mais perigosas facções criminosas. O encarceramento em massa não gera a segurança que promete, mas, ao contrário, agrava os índices de criminalidade e de violência social, em detrimento de toda a população. Como consignou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, “quando os cárceres não recebem a atenção e os recursos necessários, a sua função se distorce e, em vez de proporcionarem proteção, se convertem em escolas da delinquência e comportamento antissocial, que propiciam a reincidência em vez da reabilitação”.¹⁶ 9. Este cenário é francamente incompatível com a Constituição de 88. Afinal, nossa Lei Fundamental consagra o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), proíbe a tortura e o tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III), veda as sanções cruéis (art. 5º, XLVII, “e”), impõe o cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e sexo do apenado (art. 5º, XLVIII) assegura aos presos o respeito à integridade física e moral (art. 5º, XLIX), e prevê a presunção de inocência (art. 5º, LVII). Estes e inúmeros outros direitos fundamentais – como saúde, educação,

alimentação adequada e acesso à justiça – são gravemente afrontados pela vexaminosa realidade dos nossos cárceres. O quadro é também flagrantemente incompatível com diversos tratados internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo país, como o Pacto dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Interamericana de Direitos Humanos, ofendendo, ainda, a Lei de Execução Penal. 10. O drama carcerário brasileiro não é novidade. Porém, as dimensões do problema vêm se agravando, em razão do crescimento exponencial da nossa população prisional. O Brasil tinha, em 1990, cerca de 90.000 presos¹⁷. Em maio de 2014, este número ultrapassou os 563.000 presos – sem contar os mais de 147.000 em regime de prisão domiciliar¹⁸. Desde então, a cifra certamente cresceu, e deve hoje tangenciar, senão ultrapassar, o número de 600.000. Desconsideradas as pessoas em prisão domiciliar, o Brasil é hoje o quarto país com a maior população carcerária do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia.¹⁹ Nesse intervalo de 25 anos, o aumento da população prisional brasileira, em números reais, foi de mais de 650%! 11. Este quadro de superlotação é agravado em função do uso abusivo da prisão provisória. De acordo com dados do CNJ, 41% dos presos brasileiros são provisórios. 12. Como já destacado, não faltam normas jurídicas – inclusive do mais elevado escalão hierárquico – garantindo o respeito aos direitos humanos dos presos brasileiros. Infelizmente, o que tem faltado ao Estado brasileiro, nos seus diversos poderes e instâncias federativas, é a mínima vontade política para transpor do papel para a realidade a promessa constitucional de garantia da dignidade humana do preso. 13. É que os presos, além de não votarem, constituem um grupo particularmente impopular na sociedade brasileira, o que desestimula o sistema político e a burocracia estatal a “levarem a sério” os seus direitos. Mas os direitos fundamentais das minorias têm de ser levados a sério. O seu respeito não pode depender de juízos discricionários, de preferências ideológicas ou de cálculos de conveniência política dos governantes de plantão. 14. O cenário, portanto, desafia a intervenção da jurisdição constitucional brasileira. Esta, como se demonstrará em seguida, não se volta apenas ao controle de constitucionalidade de atos normativos. Ela pode - deve - enfrentar também outras afrontas à Constituição, decorrentes de atos e omissões dos poderes públicos, especialmente quando se constate que estão em jogo os direitos mais básicos de uma minoria estigmatizada. É nestas hipóteses, de proteção à dignidade de grupos vulneráveis, que o exercício do papel contramajoritário do STF mais se legitima. 15. O Direito Constitucional Comparado fornece exemplos interessantes de intervenção da jurisdição constitucional diante de graves falhas estruturais nas políticas públicas voltadas à proteção de direitos fundamentais. Há experiências fecundas nesta área, em países como os Estados Unidos, África do Sul e Índia. Uma das construções mais férteis neste campo tem origem na Corte Constitucional da Colômbia: o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional. Como se verá adiante, a Corte Colombiana se vale desta categoria quando reconhece a presença de uma violação maciça de direitos fundamentais de um número significativo de pessoas, cujo equacionamento dependa de um conjunto complexo e coordenado de medidas a serem adotados por diversas entidades. Nestas hipóteses, a Corte pode inclusive reter a sua jurisdição para monitorar, em procedimento público, o cumprimento das medidas que estabelecer.(...)” (Petição Inicial - ADPF 347 STF).

Em referida ação, o STF, liminarmente, reconheceu o „Estado de Coisas Inconstitucional”, nos seguintes termos:

“Ementa

CUSTODIADO – INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL – SISTEMA PENITENCIÁRIO – ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADEQUAÇÃO. Cabível é a arguição de descumprimento de preceito fundamental considerada a situação degradante das penitenciárias no Brasil. SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL – SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA – CONDIÇÕES DESUMANAS DE CUSTÓDIA – VIOLAÇÃO MASSIVA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS – FALHAS ESTRUTURAIS – ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL – CONFIGURAÇÃO. Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e orçamentária, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional”. FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL – VERBAS – CONTINGENCIAMENTO. Ante a situação precária das penitenciárias, o interesse público direciona à liberação das verbas do Fundo Penitenciário Nacional. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA – OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. Estão obrigados juízes e tribunais, observados os artigos 9.3 do Pacto dos Direitos Civis e Políticos e 7.5 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, a realizarem, em até noventa dias, audiências de custódia, viabilizando o comparecimento do preso perante a autoridade judiciária no prazo máximo de 24 horas, contado do momento da prisão.” (**ADPF 347 MC / DF - DISTRITO FEDERAL**).

Referida ação encontra-se em tramitação, aguardando decisão final quanto ao mérito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento não se resume apenas à Geografia e a Economia, já que se nutre de outras fontes, com destaque para a Sociologia, a Ciência Política, a Antropologia, a História, o Direito e a Arquitetura. Deve-se assim, mobilizar outros campos de conhecimento, com caráter interdisciplinar, inventariando-se a produção intelectual sobre desenvolvimento regional em outras disciplinas (THEIS, 2019).

A superlotação carcerária um fenômeno de causas multifatoriais, que envolve desde a inadequação de investimentos, obstáculos legislativos, uso excessivo da medida de prisão à lentidão na tramitação de ações criminais e da execução penal e ineficácia de políticas públicas na área da educação para detentos.

Em sendo um problema de múltiplas causas, sua superação também requer a intervenção articulada de diferentes Poderes, instituições e da sociedade em geral. Exauridos todos os antigos e ineficazes, a confrontação da superlotação carcerária exige uma iniciativa inovadora que compreenda a prisão e as medidas alternativas de modo sistêmico e que assente parâmetros práticos para atacar este problema estrutural de modo planejado e contínuo.

O professor Amartya Sen (2010), em sua brilhante obra – Desenvolvimento como Liberdade, expõe que as políticas públicas voltadas a saúde e educação são meios de liberdade que se colocam como fatores de um desenvolvimento necessário ao ser humano.

É necessário investir e inovar nas políticas públicas de educação nos sistemas prisionais, pois, da forma como se está, os dados oficiais apresentados são conclusivos no sentido de que não se contribui, de nenhuma forma, para a reinserção do sentenciado na sua família e na sociedade nos moldes que deveriam ocorrer.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A educação do detento é fator essencial para garantir a humanização e criar expectativa favorável para o reingresso na vida social, quando em liberdade, evitando-se, pois, os casos de reincidência.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como um dos fundamentos da República a dignidade da pessoa humana, prevista no artigo 1º, III da CF, “Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana;”. Esse princípio tem como finalidade zelar e proteger todo indivíduo; não há como se falar em direitos sem ao menos mencionar a dignidade da pessoa humana, esse sem dúvida se trata de valor absoluto garantido a todo cidadão sem distinção de raça, sexo e condições financeiras.

Assim, nada mais certo do que unir dois direitos fundamentais garantidos pela Constituição, quais sejam, o direito da dignidade da pessoa humana e o direito à educação, para garantir ações que contribuam na ressocialização dos detentos.

Neste contexto, para a eficácia e êxito das políticas públicas aplicadas no sistema prisional na área de educação, é necessário superar alguns desafios, com investimento nos seguintes eixos:

A conscientização sobre a finalidade da criação de normas gerais inerentes ao sistema prisional, para prevalecer o verdadeiro caráter da reprimenda. O mero castigo, com a privação de liberdade, sem o caráter educacional, não tem a função de ressocialização do sentenciado e ainda favorece a reincidência.

É preciso ainda ponderar o custo social do encarceramento, com resultados prejudiciais não apenas na vida da pessoa sob custódia, mas na de sua família e de toda a sociedade, considerando-se, ainda, o significativo custo financeiro aos cofres públicos com a construção e manutenção de vagas, que evidencia que a política calcada no aumento do número de vagas, encarceramento, não sustentável também sob o prisma econômico.

Também deve ser trabalhada a conscientização sobre os valores humanos, com base no princípio da dignidade da pessoa humana, e o papel da educação no sistema prisional, visando-se extirpar discriminações e preconceitos, tanto em relação aos apenados, quanto aos profissionais docentes que ali prestam serviços. Há de se driblar a contradição, a princípio existente, do conceito de educação como “liberdade”, à restrição de liberdade do detento. Para tanto, deve-se amparar no princípio da dignidade da pessoa humana, onde, no caso, por meio da educação, em contextos de privação de liberdade, exercerá a função de desenvolvimento social e humano.

Outro ponto que merece investimentos é na inovação e valorização das atividades de docência ofertada no sistema prisional. É preciso que existam trabalhadores para desempenhar a atividade de docência dentro desses espaços, dispostos a vencer as diferenças físicas/estruturais, humanas e metodológicas. Há que se pensar em um profissional acolhedor da diversidade, aberto à inovação, comprometido com o sucesso da aprendizagem e solidário com as características e dificuldades de seus alunos.

A partir dos elementos narrados, conclui-se que há vários desafios a serem vencidos, ligados à recuperação do sentenciado para sua reinserção na sociedade, sendo primordial as políticas públicas de educação, que envolvem a participação de diferentes atores sociais, todavia, é de fácil percepção que o Estado deve assumir suas funções essenciais, que são indelegáveis e não pode, simplesmente, repassar para a sociedade resolver.

No caso de permanência da omissão do Estado, e diante da falência do atual sistema prisional, com infringência incontestável aos direitos supremos previstos na Constituição Federal, há forte tendência para que a questão seja judicializada.

Nesse passo, pode haver a intervenção do Poder Judiciário, que tem tomado frente em algumas ações neste sentido, como vem ocorrendo na Ação de descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 347, onde o Supremo Tribunal Federal reconheceu o “Estado de Coisas Inconstitucional”, em sede liminar, com o objetivo de alcançar padrões mínimos de dignidade à população carcerária que está sob tutela do Estado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Claudio do Prado. Jornal da Usp, disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/brasil-gasta-quase-quatro-vezes-mais-com-sistema-prisional-em-comparacao-com-educacao-basica/>. Acesso em: 12 set. 2022.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Edipro, 2016.

BESSIL, Marcela Haupt. MERLO, Álvaro Roberto Crespo. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. Scielo Brasil. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121115>.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça, disponível em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php (Acesso em 12/09/2022).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Pesquisa de Processo. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/pesquisa_de_processo>. Acesso em: 15 set. 2022.

de Azevedo Caldeira Pires, A., & Gatti, T. H. (2006). A reinserção social de egressos do sistema prisional por meio de políticas públicas, da educação, do trabalho e da comunidade. *Inclusão Social*, 1(2). Recuperado de <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1518>

GASQUE, Kelley Cristine D.G. Teoria Fundamentada: nova perspectiva a pesquisa exploratória. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org). Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus. 2007. P. 83-1

GODINHO, Ana Claudia Ferreira; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Cammarosano. 2020. Desafios da educação popular em contextos de privação de liberdade. **EccoS – Revista Científica**. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17100/8292>.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/38200>>. Acesso em: 2 mai. 2022.

NETO, Gentil Ferreira de Souza . O papel do Estado na condição dos presídios e a proteção dos direitos fundamentais:: Como o estado de coisas inconstitucional e o compromisso significativo podem ajudar?. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24 , n. 6023, 28 dez. 2019 . Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/76172>. Acesso em: 14 set. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1992.

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo. Desenvolvimento Social e Humano: Perspectivas Contemporâneas. 3º Seminário de Pesquisa. 2011.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Franciso (Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 2002.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Cultura da punição**: a ostentação do horror. 3. ed. Rio de Janeiro. Empório do Direito, 2017.

SILVA, José Afonso da. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia. *Revista de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro. 1998.

SEN, Amartya; **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, 334-360, set. 2019. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v24i3.13670>.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Paris. Zahar, 2001.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO REMOTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

INCLUSIVE EDUCATION AND ACTIVE METHODOLOGIES IN REMOTE EDUCATION: AN INTEGRATIVE REVIEW

Área temática: Educação de Qualidade

AMORIM, Willian Campos Amorim
Doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade - UNIVÁS
Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – IFSP – Câmpus Sertãozinho
Professor de Ensino Superior da UEMG – Poços de Caldas
Orientador de TCC do Curso de Especialização em Educação Inclusiva - IFSuldeMinas
willian.amorim@uemg.br

ALVES, José Humberto
Graduado em Fisioterapia – UNIUBE
Pós-Graduando em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
jhfisioterapeuta@gmail.com

CARMO, Raíla Regina Alfeu do
Graduada em Pedagogia - UFOP
Pós-Graduanda em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
railadocarmo@yahoo.com.br

LUNA, Glebson Rafael da Silva
Pós-Graduado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica – IFPEE
Pós-Graduando em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
glebson_rafael@hotmail.com

SILVA, Joelton Barboza da
Doutorando em Comunicação - UFF
Pós-Graduando em Educação Inclusiva – IFSuldeMinas
joelton.barbozaexu@hotmail.com

Resumo

O presente estudo teve como objetivo, analisar, por meio da literatura, as metodologias ativas utilizadas na educação inclusiva para o ensino remoto. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nos portais científicos “Periódicos da Capes e Google Acadêmico”, utilizando-se dos seguintes descritores: “Metodologias Ativas” e “Ensino Remoto” na língua portuguesa, inglesa e espanhola. Foram incluídos na amostra estudos que abordaram a utilização das metodologias ativas na educação inclusiva para o ensino remoto, publicados com um recorte temporal entre janeiro de 2018 a Agosto de 2022, últimos cinco anos. Foram recuperados 3.720 artigos, dos quais quinze compuseram a amostra final. Os temas principais foram agrupados por afinidade de conteúdo em uma única categoria, com identificação de ano de publicação, título, autores, periódico, objetivo e resultado. Conclui-se que, as metodologias ativas utilizadas na educação inclusiva para o ensino remoto as mais utilizadas são, estudo de caso, gameificação, sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e projetos, gerando lacunas para futuras pesquisas sobre outros tipos de metodologias bem como suas aplicações e relatos de experiências.

Palavras-chave: Ensino Remoto; Educação Inclusiva; Metodologias Ativas; Revisão Integrativa.

Abstract

The present study aimed to analyze, through the literature, the active methodologies used in inclusive education for remote teaching. This is an integrative literature review, carried out in the scientific portals "Periódicos da Capes and Google Scholar", using the following descriptors: "Active Methodologies" and "Remote Teaching" in Portuguese, English and Spanish. Studies that addressed the use of active methodologies in inclusive education for remote teaching were included in the sample, published with a time frame between January 2018 and August 2022, the last five years. A total of 3,720 articles were retrieved, of which fifteen made up the final sample. The main themes were grouped by content affinity in a single category, with identification of year of publication, title, authors, journal, objective and result. It is concluded that, the active methodologies used in inclusive education for remote teaching, the most used are case study, gamification, inverted classroom, problem-based learning and projects, generating gaps for future research on other types of methodologies as well as their applications and experience reports.

Keywords: Remote Teaching; Inclusive Education; Active Metodologies; Integrative Review.

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo do processo de ensino e aprendizagem é a formação do aluno, o desenvolvimento de sua capacidade de pensar, refletir e criar formas de representações sociais (MARQUES, FRAGUAS, 2021). Ultimamente, os procedimentos de ensino são considerados tão relevantes quanto os próprios conteúdos de aprendizagem. Portanto, torna-se indispensável a proposta de novas metodologias de ensino-aprendizagem (FREITAG, 2017).

Nesse contexto, as novas tecnologias possibilitam maior flexibilidade e criatividade ao formar cidadãos mais críticos e reflexivos (GEMIGNANI, 2013). Entretanto, é importante ressaltar que, o modo como a tecnologia educacional é incorporada à experiência de aprendizagem é fundamental para o sucesso do processo de ensino, pois, a utilização das metodologias de ensino configura-se como recurso eficaz na promoção do ensino de qualidade (DA SILVA, 2017).

Segundo Da Silva (2017), as metodologias de aprendizagem são estratégias de aprendizagem que impulsionam o aluno a descobrir um fenômeno, compreender seus conceitos e relacionar suas descobertas com seu conhecimento prévio, ou seja, a partir das metodologias ativas o aluno tem papel ativo em sua aprendizagem e desenvolve capacidade de trabalhar de forma colaborativa e resolver situações – problema, além de possibilitar oportunidades significativas de intervenção na realidade concreta em que está inserido, ou seja, torna possível a integração entre teoria e prática.

As metodologias ativas surgiram na década de 1980 como alternativa a uma tradição de aprendizagem passiva, onde o professor era o detentor do processo de ensino e a única estratégia didática era a apresentação oral do professor, se opondo ao ensino tradicional, as metodologias ativas estimulam o aluno a buscar autonomia e responsabilidade em seu processo de aprender, com métodos e técnicas que estimulam a aprendizagem significativa (MOTA, DAROSA, 2018).

A educação inclusiva configura-se como o direito de todos os indivíduos terem acesso à educação, independente de cor, raça, etnia, situação de deficiência ou superdotação (BAZON et al, 2018). A escola inclusiva além de flexibilizar e adaptar os seus currículos, reestrutura as suas práticas de organização e de funcionamento, de forma a responder à diversidade dos seus estudantes, valorizando todos as etapas do processo educativo, com isso, o professor deve criar possibilidades de aprendizagens para todos os alunos, que vão além de suas limitações (HEREDERO, 2010). No caso da educação inclusiva, o professor regente e o professor apoio trabalham mutuamente para desenvolver técnicas específicas, com materiais adaptados, instrumentos que facilitem as aprendizagens e elementos que levem o aluno a se apropriar dos conhecimentos escolares (DE OLIVEIRA, LOPES, 2021).

Diversas estratégias de ensino e metodologias ativas podem ser incorporadas à educação inclusiva, como o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, capazes de promover a educação integral, além da mera transmissão de conhecimentos; a resolução de problemas, envolvendo situações reais e cotidianas, transformando o estudante em protagonista de seu processo de aprendizagem e diversas outras ferramentas capazes de ampliar as possibilidades de aprendizado e a formação ética e social dos alunos (FONSECA, GUIMARÃES, 2018).

Muitos aspectos de nossa vida social foram alterados devido ao novo cenário em que nos encontramos, com a pandemia de COVID-19, e, medidas de prevenção e enfrentamento à doença

(ESTRELA et al, 2020). O distanciamento social afetou as atividades cotidianas, incluindo o âmbito educacional, as equipes pedagógicas, direção, alunos e comunidade escolar que tiveram que se adequar às novas necessidades e demandas conforme surgiram o ensino remoto, entre elas a infraestrutura tecnológica e capacitação profissional (GALZERANO, 2021).

Conforme explicitado no Portal do Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Ministério da Educação (MEC) aprovaram novas diretrizes para orientar escolas da educação básica e instituições de ensino superior durante a pandemia do Corona vírus. Assim, as instituições escolares tiveram que modificar o reordenamento curricular e estratégias de ensino para cumprir os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para cada ano de escolaridade (PORTAL MEC, 2020).

As aulas presenciais foram substituídas por disciplinas remotas, ou seja, atividades letivas que utilizam recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais. Diante do novo formato educacional proposto, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) começaram a ser implementadas no processo de ensino aprendizagem com mais ênfase. Entretanto, as instituições educacionais enfrentaram muitos desafios quanto à infraestrutura tecnológica (equipamentos, redes de computadores, profissionais de Tecnologia da Informação – TI). Além disso, muitos profissionais da educação não apresentam facilidade no uso das novas tecnologias e falta infraestrutura tecnológica nas residências de estudantes e professores (DE OLIVEIRA MENEZES; FRANCISCO, 2020).

Várias estratégias podem ser abordadas ao implementar metodologias ativas na sala de aula, como aproveitar o tempo de aula para discutir ideias e argumentos, contextualizar as informações com os conhecimentos já adquiridos, a implementação de técnicas metacognitivas, inserção de recursos tecnológicos, promoção do ensino colaborativo, desenvolvimento do pensamento crítico do aluno diante diferentes realidades e demais estratégias que tornem o discente centro do processo educativo.

Ao inserir novas propostas pedagógicas, as metodologias ativas surgem com o objetivo de impulsionar a construção de conhecimentos e desafios para o processo de ensino. O objetivo do presente artigo configura-se como analisar, por meio da literatura, as metodologias ativas utilizadas para o aprendizado no ensino remoto e os recursos utilizados para a efetivação da aprendizagem significativa.

2 MÉTODO

Esse estudo, trata-se de uma revisão integrativa que tem como definição ser a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de diferentes estudos, experimentais e não-experimentais, para uma ampla concepção acerca do objeto de estudo a ser analisada. Por meio da revisão integrativa é possível realizar uma extração de conhecimentos e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos, na prática (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2020).

Desse modo, essa proposta metodológica estabelece critérios definidos sobre a coleta de dados e a interpretação e análises dos resultados, tendo como ponto de partida um protocolo de pesquisa previamente elaborado e validado (LANZONI; MEIRELLES, 2011).

Para a realização dessa revisão integrativa, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

- 1-Identificação do tema e elaboração da questão de pesquisa;
- 2-Definição dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos encontrados;
- 3-Identificação e extração dos estudos pré-selecionados e selecionados;
- 4-Categorização dos estudos selecionados;
- 5-Análise e interpretação dos estudos;
- 6-Apresentação da síntese do conhecimento.

Ressalta-se que todos as pesquisas realizadas estão diretamente relacionadas aos referenciais teóricos utilizados, bem como a apresentação da revisão se dá por meio da categorização dos estudos, a fim de facilitar a compreensão das informações.

Para iniciar as discussões e definir o objetivo desse estudo, traçamos o seguinte questionamento norteador: “Como as metodologias ativas de ensino-aprendizagem vêm sendo utilizadas nos cenários de educação: Quais são os recursos utilizados? E como funcionaram/funcionam na educação inclusiva no ensino remoto?”.

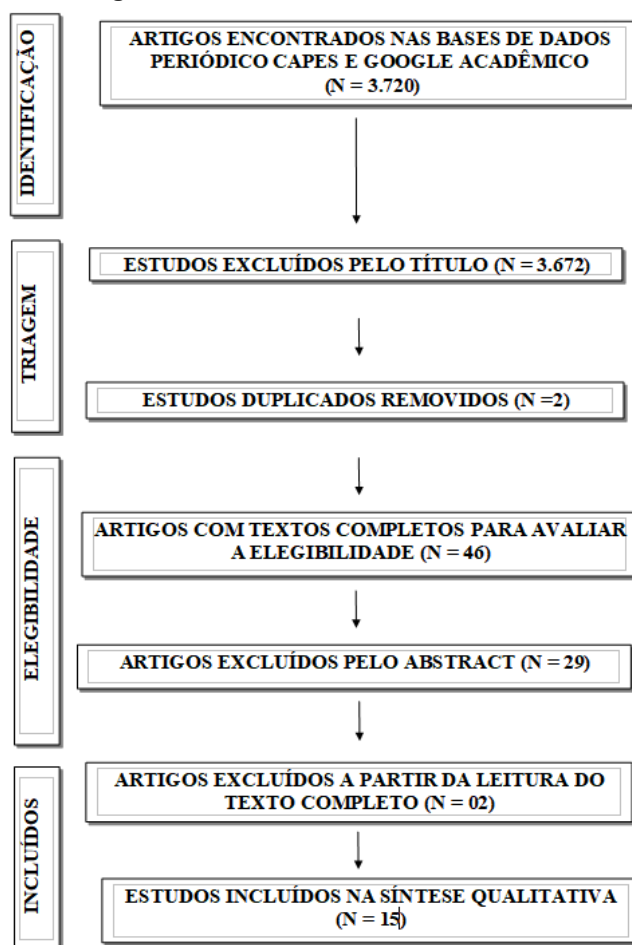
A coleta de dados se deu nos portais Google Acadêmico e Periódico CAPES, utilizando-se dos seguintes descritores: “Metodologias Ativas” e “Ensino Remoto” na língua portuguesa, inglesa e espanhola. Considerou-se os seguintes critérios de inclusão dos trabalhos encontrados: 1-Textos em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra e gratuitamente; e, 2-Publicados entre janeiro de 2018 a julho de 2022.

Adotou-se como critério de exclusão, artigos de opinião, apostilas, cartas e editoriais, artigos de revisão de literatura, editoriais, teses e dissertações, tendo como foco principal as publicações em periódicos científicos revisadas por pares.

As buscas foram realizadas utilizando-se de um instrumento de extração de dados para revisão integrativa, adaptado por Ursi e Gavão (2009), contemplando as seguintes informações: (ano da publicação, título, autores, título do periódico, local do estudo) objetivos e resultados, recomendações, identificação de limites e vieses. Os trabalhos selecionados foram identificados, numerados e as informações extraídas a partir do instrumento, organizadas em tabelas, com o objetivo de realizar a análise, a partir dos padrões e diferenças identificadas por meio dos processos avaliativos realizados nos estudos (URSI; GAVÃO, 2009).

Os estudos foram, primeiramente, avaliados pela leitura do título, os temas relacionados ao objetivo foram selecionados para uma segunda análise, que foi realizada pela leitura do resumo completo dos artigos, para avaliação crítica, realizou-se a leitura na íntegra dos estudos e a releitura dos resultados, com finalidade de identificar aspectos relevantes que se repetiam ou se destacavam. O fluxograma utilizado para esta revisão foi o PRISMA, para atender e comunicar de forma clara e objetiva todo o processo de seleção das evidências científicas, através do processo de identificação, triagem, elegibilidade e os dados da síntese qualitativa final, com os critérios de seleção e inclusão disponibilizados na Figura 1 (GALVÃO; PANSANI; HARRAD, 2015).

FIGURA 1 – Fluxograma e Critérios de Seleção e Inclusão dos Artigos



Fonte: Elaborado pelo Autores, 2022.

3 RESULTADOS

De acordo com as estratégias de busca determinadas, foram encontrados 3.720 estudos, somatório de todas as bases de dados, desse total de artigos recuperados deu-se início ao levantamento por meio da seleção dos quais 3.672 foram excluídos após a leitura do título e 02 por repetição. Somente 46 pesquisas foram elegíveis para uma análise criteriosa e, 29 excluídos pela leitura do resumo, na sequência restaram 17 artigos para leitura na íntegra do texto, do qual 02 foram excluídos após essa leitura completa, restando 15 materiais na síntese qualitativa final, disponíveis no quadro 01, identificados por números, de acordo com a ordem de publicação, da mais recente para a mais antiga e organizados em ficha bibliográfica com os seguintes itens: ano, título, autores, revista, objetivos e resultados.

QUADRO 1 – Demonstrativo dos artigos que integram a Revisão Integrativa

# N	AUTORES E ANO	TÍTULO	PERIÓDICO	OBJETIVO	RESULTADOS
01	Carolina Del Roveri; Amanda Rezende Costa Xavier 2022	Metodologias ativas no ensino superior: a sala de aula invertida aplicada no ensino presencial e ensino remoto, em uma unidade curricular profissionalizante do curso de engenharia de Minas	Brazilian Journal of Development	Comparar a aplicação da metodologia de Sala de Aula Invertida (<i>Flipped Classroom</i>) em uma Unidade Curricular ministrada no âmbito do Curso de Engenharia de Minas de uma Universidade Federal situada no Sul do Estado de Minas Gerais, em semestres de ensino presencial e períodos de ensino remoto.	A análise dos dados permitiu a verificação de que o uso da metodologia é bastante positivo para a aprendizagem no âmbito da Unidade Curricular analisada, quando comparada ao ensino tradicional. Porém, verifica-se certa resistência de parte dos discentes em sua aplicação, pois a dedicação que deles se requer é maior, uma vez que eles se tornam protagonistas de seu processo de aprendizagem e isso provoca uma mudança da cultura estudantil, movimento na dimensão pedagógica que, ainda, exige bastante investimento institucional.
02	Taíze Aparecida Teixeira do Nascimento; Hilderline Câmara de Oliveira 2022	Metodologias Ativas Aplicadas no Processo de Ensino em Tempos de Pandemia	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE	Identificar as metodologias ativas utilizadas em tempos de pandemia da Covid/19 juntos aos graduandos dos cursos de Tecnólogo em Agroecologia e Licenciaturas em Informática e Química do IFRN do Campus Ipanguaçu no Rio Grande do	Apesar dos desafios das aulas no contexto de ensino remoto, pode-se compreender que as aulas tiveram um avanço considerável, permitindo novos contextos de aprendizagem através das diversas metodologias ativas utilizadas e mencionadas pelos alunos, com ganho de uma gama de competências e conhecimentos que eles vão levar, não só para o fazer profissional, mas também para outras esferas da vida.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

				Norte-RN.	
03	Rayanne Cristina da Silva Santos; Marcelo Monteiro Marques 2022	A utilização de atividades gamificadas e da Ciência Forense como metodologias ativas para o Ensino de Química durante o Ensino Remoto	Revista Insignare Scientia	Mostrar a elaboração e a aplicação de jogos digitais dentro de uma sequência didática, utilizando ferramentas de ensino motivadoras para aprendizagem e discussão dos conceitos de Química contextualizados à Química Forens	Os resultados evidenciaram a importância e a necessidade de se adotarem diferentes metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa em Ciências, como o desenvolvimento de jogos, já que esses se mostraram bastante eficazes na construção de um conhecimento químico mais abrangente, sólido e significativo, além de terem estimulado o raciocínio lógico do educando, a participação ativa nas atividades propostas e o interesse em aprender mais a Química.
04	Adervan Fernandes Sousa; Jandson Araújo Silva; Fabrício Bonfim Sudério 2021	Uso de metodologias ativas como estratégia no ensino remoto em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas	Research, Society and Development	Observar a viabilidade do uso de metodologias ativas com atividades síncronas e assíncronas no contexto de ensino remoto em um Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.	De acordo os dados, os estudantes avaliaram positivamente o método utilizado por proporcionar melhor conhecimento em relação aos conteúdos das disciplinas e por desenvolver uma visão crítica da realidade local. Desta forma, a experiência vivenciada com o uso de Metodologias Ativas no ensino remoto nas disciplinas de Ecologia e Ecologia Regional propiciou um ambiente adequado de produção ativa dos estudantes e de consequente aprendizado.
05	Maria Bethânia Tomaszewski Bueno; Emerson da Rosa Rodrigues; Maria Isabel Giusti Moreira 2021	O Modelo da Sala de Aula Invertida: Uma estratégia ativa para o ensino presencial e remoto	Revista Educar Mais	Refletir perante a percepção de docentes frente ao modelo da Sala de Aula Invertida como uma estratégia ativa no processo de ensino e de aprendizagem.	Os resultados evidenciaram que esses docentes estão dispostos a implementar e a conhecer outras propostas no contexto educacional, possuem o entendimento frente ao Ensino Híbrido e especificamente ao modelo delineado.
06	Elias Vieira de Paula; Everton Rangel Bispo; Kátia Eliane Santos Avelar	O Ensino Remoto Como Metodologia Ativa para o Empreendedorismo E A Inovação Na Educação Básica	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE	Desenvolver uma ferramenta tecnológica destinada ao ensino do empreendedorismo e da inovação.	Os resultados da pesquisa demonstraram que a utilização do aplicativo foi útil, não só como ferramenta com orientações, mas também, como instrumento de conhecimento, pois eles desconheciam as

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	2021				informações básicas para serem agentes de transformação local.
07	Juliana Silva Arrudai; Liliane Maria Ramalho de Castro Siqueiraii 2021	Metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os artefatos Digitais: sala de aula em tempos de pandemia	Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - PEMO	Apresentar uma prática educacional e sustentável adotada em tempos de Covid 19, pelos alunos e professora do curso de Ciências Contábeis.	As análises permitiram inferir que os aprendentes mostraram apropriação dos conceitos teóricos trabalhados virtualmente, demonstrando a relevância do uso das TIC para atuação e participação discente nas atividades propostas.
08	Guilherme Saramago de Oliveira; Jacqueline Aparecida Mendonça; Lidia Andrade da Silva 2021	Metodologias ativas e tdics experiências no ensino remoto	Revista Cadernos da Fucamp - UNIFUCAMP	Construir uma reflexão sobre como as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs foram essenciais para a tentativa de promover uma maior interação e participação ativa dos estudantes nas aulas síncronas	Para que o estudante ocupe o seu lugar de protagonista no processo de aprendizagem, é preciso que o professor se “desapegue” do seu pedestal da sala de aula, compreendendo que sua função é criar situações de aprendizagem e intermediá-las tornando-se mediador de todo o processo.
09	Katia Fernanda Alves Moreira; Cleson Oliveira de Moura; Adriana Dias Silva; Jandra Cibele Rodrigues de Abrantes Pereira Leite; Arlindo Gonzaga Branco Junior; Aldrin de Sousa Pinheiro; Daiana Evangelista Rodrigues Fernandes 2021	Metodologias ativas e o ensino remoto: integrando o programa de educação pelo trabalho e residência multiprofissional	Revista de APS - Atenção Primária à Saúde	Descrever a experiência das oficinas remotas realizadas pelos tutores, utilizando-se o método <i>Problem Based Learning</i> (PBL), com os alunos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde Interprofissionalidade e residentes em saúde da família de uma universidade pública de Rondônia.	Foram realizadas oito rodas de conversa por meio de oficinas remotas semanais, via plataforma Google Meet. A ferramenta utilizada para atividades assíncronas e postagem das atividades de cada oficina foi o Trello. O recurso pedagógico utilizado foi a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

10	Dayane Artuzi; Ana Graciela Mendes Fernandes da Fonseca Voltolini; José Serafim Bertoloto	Análise da experiência remota e uso de metodologias ativas no ensino de língua inglesa na EJA	Revista Prática Docente (RPD)	Compreender a respeito da plataforma designada para a mediação das aulas, a metodologia ativa escolhida e o contexto de ensino remoto.	Com relação as condições técnicas, o acesso à internet e dispositivos com configurações mínimas representam dificuldades no processo, quanto a metodologia, fomentar o uso das TDIC, a dependência do professor na realização das atividades e a autonomia são aspectos que demonstram a necessidade de serem intensificados em propostas futuras.
	2021				
11	Eliane de Lourdes Fontana Piffero; Caroline Puglieri Coelho; Renata Godinho Soares; Rafael Roehrs	Um novo contexto, uma nova forma de ensinar: Metodologias ativas em aulas remotas	Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico	Averiguar a percepção de alunos de duas escolas, uma pública e uma privada, sobre o desenvolvimento das aulas remotas e a possibilidade do uso de metodologias ativas.	Averiguou-se que a conexão da internet é um dos fatores que mais prejudicam o desenvolvimento das aulas remotas e a comodidade e a segurança apresentam-se como pontos positivos dessa forma de ensino. Para que a aprendizagem seja significativa, é importante que metodologias ativas sejam utilizadas nas aulas remotas, fazendo com que o aluno seja o centro do ensino, agindo e refletindo suas ações.
	2020				
12	Augusto Parada; Mateus Portal; Marley Rodrigues; Eduardo Zilles Borba;	O uso de metodologias ativas no ensino remoto com alunos de uma IES durante a pandemia do Covid-19	Redin - Revista Educacional Interdisciplinar	Compartilhar vivências docentes com a comunidade científica.	Foram usados vários caminhos metodológicos ativos, diversas oficinas aplicadas aos docentes de IES: Design Thinking, Aprendizagem baseada em problema, Aprendizagem Baseada em Projetos, Gamificação, Podcast, World Café, Aulas Expositivas-Dialogadas e Estudos de Caso.
	2020				
13	Ana Paula Machado Silva; Bárbara Carvalho de Araújo; Martin Dharlle Oliveira Santana; Ruhena Kelber Abrão Ferreira	Estratégias docentes na transição do ensino presencial para o ensino remoto	Revista Humanidades e Inovação	Analisar as estratégias de ensinagem dos docentes na transição do ensino presencial para o remoto em uma instituição de ensino superior (IES) do estado do Tocantins.	Entre os resultados podemos destacar que os docentes não receberam capacitação/ treinamento adequado para atuação no ensino remoto. Ao serem analisadas as estratégias de ensino adotadas pelos docentes no ensino remoto, notou-se que parte deles não utilizam táticas de ensinagem, como o uso de métodos alternativos: slides, vídeos e videoconferência. Porém,

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	2020				alguns docentes relataram o uso de metodologias ativas como aulas expositivas e dialogadas, sala de aula invertida.
14	Humberto Luiz Barros Moraes; Solange Melo do Nascimento; Mário André de Freitas Faria; Gilson Pereira dos Santos Júnior 2020	De ensino presencial para o remoto emergencial: adaptações, desafios e impactos na pós-graduação	Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais	Discutir as mudanças realizadas nas práticas pedagógicas, durante o processo de transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial na disciplina de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe.	A discussão sintetizou que os impactos sobre o ensino, de modo geral, não foram positivos, entretanto, destacou-se a mudança de postura quanto ao uso das tecnologias na educação. Embora não se trate de uma novidade, até então havia um número considerável de não adeptos à inserção destas no cenário escolar.
15	Raquel Garcia D'Avilla Menezes 2020	Adaptação de um curso de alemão em contexto acadêmico para o ensino remoto emergencial através de metodologias ativas	Revista Signo. Santa Cruz do Sul	Trazar uma reflexão sobre a adaptação do curso presencial de idiomas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mais especificamente do curso de alemão, para a modalidade à distância.	Os resultados revelam uma enorme defasagem entre o crescente interesse pela EaD e o limitado acesso às TDICs e à banda larga de internet, os aprendizes matriculados nos cursos de alemão do PROMUL não enfrentaram grandes dificuldades em acompanhar as aulas durante o ERE.

Fonte: Elaborado pelos Autores, 2022.

Os estudos analisados na síntese qualitativa final evidenciam que, as principais metodologias ativas utilizadas durante as aulas no ensino remoto para uma educação mais inclusiva foram: Fórum e Fórum Invertido, Gamificação, Sala de aula invertida, Storytelling, Team-Based Learning (TBL) – Aprendizagem em Pares ou Times e o Think Pair Share (TPS) – Pensar, Compartilhar e Socializar (PCS), Video Based Learning (VBL) – Aprendizagem Baseada em Vídeos, em suma com a utilização via plataforma *Google Meet*. As Metodologias Ativas no ensino remoto podem ser utilizadas no atendimento ao aluno para garantir que o processo de ensino e aprendizagem se efetive de uma forma inclusiva.

4 DISCUSSÃO

Um fato interessante a ser observado em todos os artigos selecionados é que eles foram publicados na época da pandemia da Covid-19, ou seja, de 2020 em diante. Período esse em que o ensino remoto ganhou força e passou a ser a única solução encontrada para que o processo de ensino e aprendizagem continuasse em meio à crise instalada em todo o mundo, mostrando assim que as tecnologias assistivas ganharam força nesses últimos anos, principalmente com intuito de uma educação mais inclusiva.

Sendo assim, Roveri e Xavier (2022), tratam das metodologias ativas no ensino superior, em uma unidade curricular profissionalizante do curso de engenharia de Minas. As autoras concluem que a análise dos dados permitiu a verificação de que o uso da metodologia é bastante positivo para a aprendizagem no âmbito da Unidade Curricular analisada, quando comparada ao ensino tradicional.

Nascimento e Oliveira (2022), abordam as metodologias ativas aplicadas no processo de Ensino em Tempos de Pandemia. O estudo foi publicado na Revista Ibero – Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE. As autoras destacam que, apesar dos desafios das aulas no contexto de ensino remoto, pode-se compreender que elas tiveram um avanço considerável, permitindo novos contextos de aprendizagem através das diversas metodologias ativas utilizadas e mencionadas pelos alunos.

Santos e Marques (2022) enfatizam a utilização de atividades gameficadas e da Ciência Forense como metodologias ativas para o Ensino de Química durante o Ensino Remoto. Os resultados evidenciaram a importância e a necessidade de se adotarem diferentes metodologias ativas para uma aprendizagem mais significativa em Ciências, como o desenvolvimento de jogos, já que esses se mostraram bastante eficazes na construção de um conhecimento químico mais abrangente, sólido e significativo.

Sousa, Silva e Sudério (2021) ponderam o uso de metodologias ativas como estratégia no ensino remoto em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Nele, os autores observam a viabilidade do uso de metodologias ativas com atividades síncronas e assíncronas no contexto de ensino remoto em um Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Os estudantes avaliaram positivamente o método utilizado por proporcionar melhor conhecimento em relação aos conteúdos das disciplinas e por desenvolver uma visão crítica da realidade local.

A pesquisa de Tomaschewski, Rodrigues e Moreira (2021) trata do Modelo da Sala de Aula Invertida, enfocando em uma estratégia ativa para o ensino presencial e remoto, onde é feita uma reflexão perante a percepção de docentes frente ao modelo da Sala de Aula Invertida como uma estratégia ativa no processo de ensino e de aprendizagem. Assim, os resultados evidenciaram que esses docentes estão dispostos a implementar e a conhecer outras propostas no contexto educacional, possuem o entendimento frente ao Ensino Híbrido e especificamente ao modelo delineado.

Paula, Bispo e Avelar (2021) desenvolvem uma ferramenta tecnológica destinada ao ensino do empreendedorismo e da inovação. Os resultados da pesquisa demonstram que a utilização do aplicativo foi útil, não só como ferramenta com orientações, mas também, como instrumento de conhecimento, pois eles desconheciam as informações básicas para serem agentes de transformação local.

Arrudai e Siqueiraii (2021) trazem as metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os artefatos Digitais em sala de aula durante a pandemia, onde as autoras apresentam uma prática educacional e sustentável adotada em tempos de Covid 19, pelos alunos e professora do curso de Ciências Contábeis. As análises permitiram inferir que os aprendentes mostraram apropriação dos conceitos teóricos trabalhados virtualmente, demonstrando a relevância do uso das TIC para atuação e participação discente nas atividades propostas.

Oliveira, Mendonça e Silva (2021), abordam as metodologias ativas e tidcs experiências no ensino remoto. Publicado na Revista Cadernos da Fucamp – UNIFUCAMP, eles constroem uma reflexão sobre como as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação - TDICs foram essenciais para a tentativa de promover uma maior interação e participação ativa dos estudantes nas aulas síncronas. Seus resultados mostraram que para que o estudante ocupe o seu lugar de protagonista no processo de aprendizagem, é preciso que o professor se “desapegue” do seu pedestal da sala de aula, compreendendo que sua função é criar situações de aprendizagem e intermediá-las tornando-se mediador de todo o processo.

Moreira et al (2021), falam de metodologias ativas e o ensino remoto, integrando o programa de educação pelo trabalho e residência multiprofissional. Os autores descrevem a experiência das

oficinas remotas realizadas pelos tutores, utilizando-se o método *Problem Based Learning (PBL)*, com os alunos do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET- Saúde Interprofissionalidade e residentes em saúde da família de uma universidade pública de Rondônia.

Artuzi, Voltolin e Bertoloto (2021), realizam uma análise da experiência remota e uso de metodologias ativas no ensino de língua inglesa na EJA. Publicada na Revista Prática Doente (RPD). Ela busca compreender a respeito da plataforma designada para a mediação das aulas, a metodologia ativa escolhida e o contexto de ensino remoto.

Piffero et al (2020) trazem a temática intitulando-a de um novo contexto e uma nova forma de ensinar atrelada ao remoto. Publicado na Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico, ele averigua a percepção de alunos de duas escolas, uma pública e uma privada, sobre o desenvolvimento das aulas remotas e a possibilidade do uso de metodologias ativas. Com isso, observou-se que a conexão da internet é um dos fatores que mais prejudicam o desenvolvimento das aulas remotas e a comodidade e a segurança apresentam-se como pontos positivos dessa forma de ensino.

Parada et al (2020), se propõem a fazer uso de metodologias ativas no ensino remoto com alunos de uma IES durante a pandemia do Covid-19. Conforme os autores, foram usados vários caminhos metodológicos ativos, diversas oficinas aplicadas aos docentes de IES: *Design Thinking*, Aprendizagem baseada em problema, entre outros.

Silva et al (2020), falam das estratégias docentes na transição do ensino presencial para o ensino remoto. Da Revista Humanidades e Inovação, são analisadas as estratégias de ensinagem dos docentes na transição do ensino presencial para o remoto em uma instituição de ensino superior (IES) do estado do Tocantins. Ao serem analisadas as estratégias de ensino adotadas pelos docentes no ensino remoto, notou-se que parte deles não utilizam táticas de ensinagem, como o uso de métodos alternativos: slides, vídeos e videoconferência.

Moraes et al (2020), falam do ensino presencial para o remoto emergencial, apontando adaptações, desafios e impactos na pós-graduação, discutindo as mudanças realizadas nas práticas pedagógicas, durante o processo de transição do ensino presencial para o ensino remoto emergencial na disciplina de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe. A discussão sintetizou que os impactos sobre o ensino, de modo geral, não foram positivos, entretanto, destacou-se a mudança de postura quanto ao uso das tecnologias na educação.

Menezes (2020) traz uma reflexão sobre a adaptação do curso presencial de idiomas da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mais especificamente do curso de alemão, para a modalidade à distância, onde os resultados revelam uma enorme defasagem entre o crescente interesse pela EaD e o limitado acesso às TDICs e à banda larga de internet, os aprendizes matriculados nos cursos de alemão do PROMUL não enfrentaram grandes dificuldades em acompanhar as aulas durante o ERE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que, as metodologias ativas são ótimos recursos para utilizar em uma educação mais inclusiva no ensino remoto. Dessa forma, cabe ao professor assumir o papel de entender, se aperfeiçoar e selecionar dentre as mais diversas possibilidades qual ferramenta será utilizada em sua proposta metodológica, ao qual depende do seguimento atuante, da faixa etária da turma e, principalmente, os recursos disponíveis ou que a turma tem acesso, pois a falta de recursos tecnológicos é uma realidade para o desenvolvimento de aulas não presenciais.

Contudo, ao analisar as metodologias ativas utilizadas na educação inclusiva para o ensino remoto as mais utilizadas são, estudo de caso, gamificação, sala de aula invertida, aprendizagem baseada em problemas e projetos, gerando lacunas para futuras pesquisas sobre outros tipos de metodologias bem como suas aplicações e relatos de experiências. Salientamos também a necessidade da formação continuada de docentes, em relação ao uso das tecnologias quanto ao uso das metodologias ativas no ensino remoto para uma educação mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Juliana Silva; DE CASTRO SIQUEIRA, Liliane Maria Ramalho. Metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os Artefatos Digitais: sala de aula em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades-Rev. Pemo**, v. 3, n. 1, p. e314292-e314292, 2021.

ARTUZI, Dayane et al. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA REMOTA E USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA EJA. **Revista Prática Docente**, v. 6, n. 2, p. e061-e061, 2021.

BAZON, Fernanda Vilhena Mafra et al. Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. **Educação e Pesquisa**, v. 44, 2018.

BUENO, Maria Bethânia Tomaschewski; DA ROSA RODRIGUES, Emerson; MOREIRA, Maria Isabel Giusti. O Modelo da Sala de Aula Invertida: Uma estratégia ativa para o ensino presencial e remoto. **Revista Educar Mais**, v. 5, n. 3, p. 662-684, 2021.

DA SILVA, Adilson et al. **Metodologia ativa na educação**. Pimenta Cultural, 2017.

DE ARAÚJO BERNARDO, Anacléa; DE MOURA, Anaisa Alves; MARTINS, Evaneide Dourado. O processo de construção do conhecimento e os desafios do ensino-aprendizagem. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 22, n. 1, p. 410-423, 2018.

DE FREITAS FARIAS, Mário André et al. De ensino presencial para o remoto emergencial: adaptações, desafios e impactos na pós-graduação. **Educação**, v. 10, n. 1, p. 180-193, 2020.

DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; MENDONÇA, Jacqueline Aparecida; DA SILVA, Lidia Andrade. METODOLOGIAS ATIVAS E TDICs EXPERIÊNCIAS NO ENSINO REMOTO. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 46, 2021.

DE OLIVEIRA, Francismara Janaina Cordeiro; LOPES, Marili Moreira. Metodologias ativas no ensino remoto emergencial: O atendimento educacional especializado com aluno com deficiência Intelectual-DI. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, p. 91928-91941, 2021.

DE OLIVEIRA MENEZES, Suzy Kamylla; FRANCISCO, Deise Juliana. Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 28, p. 985-1012, 2020.

DE PAULA, Elias Vieira; BISPO, Everton Rangel; AVELAR, Kátia Eliane Santos. O ensino remoto como metodologia ativa para o empreendedorismo e a inovação na educação básica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 1346-1362, 2021.

DA SILVA SANTOS, Rayanne Cristina; MARQUES, Marcelo Monteiro. A utilização de atividades gamificadas e da Ciência Forense como metodologias ativas para o Ensino de Química durante o Ensino Remoto. **Revista Insignare Scientia-RIS**, v. 5, n. 2, p. 397-412, 2022.

DEL ROVERI, Carolina; XAVIER, Amanda Rezende Costa. Metodologias ativas no ensino superior: a sala de aula invertida aplicada no ensino presencial e ensino remoto, em uma unidade curricular profissionalizante do curso de engenharia de Minas Active methodologies in higher education: the flipped classroom applied to face-to-face teaching and remote teaching, in. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 8771-8788, 2022.

DO NASCIMENTO, Taíze Aparecida Teixeira; DE OLIVEIRA, Hilderline Câmara. METODOLOGIAS ATIVAS APLICADAS NO PROCESSO DE ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 4, p. 63-79, 2022.

ESTRELA, Fernanda Matheus et al. Covid-19 e doenças crônicas: impactos e desdobramentos frente à pandemia. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 2020.

FONSECA, Alessandra Diendry; GUIMARÃES, Fabiane Fantacholi. NOVAS ESTRATÉGIAS DE CONCEBER O ENSINO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL COM A PERSPECTIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. **DIVERSITÀ: Revista Multidisciplinar do Centro Universitário Cidade Verde**, v. 4, n. 2, p. 57-67, 2018.

FREITAG, Isabela Hrecek. A importância dos recursos didáticos para o processo ensino-aprendizagem. **Arquivos do MUDI**, v. 21, n. 2, p. 20-31, 2017.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e serviços de saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GALZERANO, Luciana Sardenha. Políticas educacionais em tempos de pandemia. **Argumentum**, v. 13, n. 1, p. 123-138, 2021.

GEMIGNANI, Elizabeth Yu Me Yut. Formação de professores e metodologias ativas de ensino-aprendizagem: ensinar para a compreensão. **Fronteiras da Educação**, v. 1, n. 2, 2013.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

LANZONI, Gabriela Marcellino de Mello; MEIRELLES, Betina Hörner Schelindwein. Liderança do enfermeiro: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 3, mai./jun. 2011.

MARQUES, Ronualdo; FRAGUAS, Talita. A formação do senso crítico no processo de ensino e aprendizagem como forma de superação do senso comum. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, p. e31010716655-e31010716655, 2021.

MENEZES, Raquel Garcia D.'Avila. Adaptação de um curso de alemão em contexto acadêmico para o ensino remoto emergencial através de metodologias ativas. **Signo**, v. 46, n. 85, p. 170-179, 2021.

MOREIRA, Katia Fernanda Alves et al. Metodologias ativas e o ensino remoto: integrando o programa de educação pelo trabalho e residência multiprofissional. **Revista de Atenção Primária a Saúde**, v. 24, n. 3, 2021.

MOTA, Ana Rita; DA ROSA, Cleci Teresinha Werner. Ensaio sobre metodologias ativas: reflexões e propostas. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 25, n. 2, p. 261-276, 2018.

PARADA, Augusto Rodrigues et al. O uso de metodologias ativas no ensino remoto com alunos de uma IES durante a pandemia do Covid-19. **Redin-Revista Educacional Interdisciplinar**, v. 9, n. 1, 2020.

PIFFERO, Eliane de Lourdes Fontana et al. Um novo contexto, uma nova forma de ensinar: Metodologias ativas em aulas remotas. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 6, p. e142020-e142020, 2020.

SILVA, Ana Paula Machado et al. Estratégias docentes na transição do ensino presencial para o ensino remoto. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 44, p. 63-72, 2021.

SOUSA, Adervan Fernandes; DA SILVA, Jandson Araújo; SUDÉRIO, Fabrício Bonfim. Uso de metodologias ativas como estratégia no ensino remoto em um curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 12, pág. e341101220440-e341101220440, 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Raquel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 102-106, 2010.

URSI, E. S.; GALVÃO, C. M. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 124-131, Universidade de São Paulo, 2009.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS ENQUANTO PROMOTOR DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS AS A PROMOTER OF QUALITY EDUCATION

Área temática: Educação de Qualidade

SQUILANTE, Débora Luz
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
deb.squilante@gmail.com

Ribeiro, Daniela de Figueiredo
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni - FACEF
Docente no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
danifiribeiro@yahoo.com.br

Resumo

A Educação Antirracista é um dos pilares formadores da Educação de Qualidade. Esse trabalho investigou as determinações da Lei 10.639/03 e o nível de conhecimento dos docentes da Educação Básica sobre a História e a Cultura africana e afro-brasileira e as relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Justifica-se que o currículo escolar apresenta uma vertente explícita ou formal e uma vertente implícita e que se revela diariamente por meio da linguagem, vestimenta, atitudes, crenças e comportamentos variados. Para compreender como os professores lidam com a reprodução do racismo e da violência racial é necessário, primeiramente, investigar o seu conhecimento acadêmico e pessoal sobre a temática, uma vez que também foram formados em uma sociedade sistematicamente racista. Para tal, utilizou-se do método qualitativo e etnográfico com observação participante e registro de diário de campo. Em seguida, ocorreram entrevistas com professores e com o coordenador pedagógico, todos eles educadores de uma mesma escola pública estadual no interior de São Paulo. Os educadores demonstraram baixo conhecimento sobre História e a Cultura africana e afro-brasileira e as relações étnico-raciais no cotidiano escolar. Conclui-se que o preceito de Educação de Qualidade não alcançará suas metas enquanto as relações étnico-raciais não forem vistas e trabalhadas no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Educação Básica, Educação Antirracista, Lei 10.639/03.

Abstract

Anti-racist Education is one of the forming pillars of Quality Education. This work investigated the determinations of Law 10.639/03 and the level of knowledge of Basic Education teachers about African and Afro-Brazilian History and Culture and ethnic-racial relations in school daily life. It is justified that the school curriculum has an explicit or formal aspect and an implicit aspect and that is revealed daily through language, dress, attitudes, beliefs and varied behaviors. To understand how teachers deal with the reproduction of racism and racial violence, it is first necessary to investigate their academic and personal knowledge on the subject, since they were also trained in a systematically racist society. For this, we used the qualitative and ethnographic method with participant observation and field diary recording. Then, there were interviews with teachers and the pedagogical coordinator, all of them educators from the same state public school in the interior of São Paulo. Educators showed low knowledge about African and Afro-Brazilian History and Culture and ethnic-racial relations in school daily life. It is concluded that the precept of Quality Education will not reach its goals as long as ethnic-racial relations are not seen and worked on in the school routine

Keywords: Basic Education, Anti-racist Education, Law 10.639/03.

1 INTRODUÇÃO

A educação antirracista na educação básica se tornou uma proposta urgente e necessária para o combate do racismo brasileiro e suas manifestações violentas, que são diversas e emaranhadas desde o passado até o momento presente, uma vez que são permanentemente atualizadas nas relações cotidianas.

Afirmar-se que a Educação Básica Brasileira, garantida a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais, estabelece bases comuns nacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio com a finalidade de substanciar o direito de todo brasileiro à formação humana e cidadã e a formação profissional, na vivência e convivência em ambiente educativo (BRASIL, 2013).

Quanto aos níveis de ensino, a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) traz no Título V, capítulo II, seção I, suas disposições. No artigo 22, é estabelecida a finalidade de desenvolver o educando para o exercício da cidadania, com meios para progredir no trabalho e nos estudos. O exercício de uma plena cidadania envolve ações voltadas para a diversidade e as singularidades.

Já a educação antirracista é apresentada como aquela que combate ações, atitudes, valores e discursos racistas na escola, além de incluir no seu projeto político pedagógico o reconhecimento e a valorização da identidade, história e cultura dos diversos povos que contribuíram positivamente para a formação da sociedade brasileira, caracterizada por ser multiétnica e multirracial (BRASIL, 2013).

Rocha (2011), esclarece que a proposta exige um paradigma educacional com novas práticas e rituais pedagógicos que rompam com o silêncio sobre as marcações raciais na sociedade brasileira e nos sistemas de ensino. Nessa reformulação, há duas vias de ações principais, sendo a primeira a revisão da presença dominante do eurocentrismo nos currículos, e a segunda, a consideração e a valorização positiva das experiências socioculturais dos estudantes, alavancando e dando sentido aos processos de ensino e aprendizagem.

Para subsidiar e implementar os preceitos da educação antirracista nas escolas brasileira foi criada a Lei nº. 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica, além da educação das relações étnico-raciais. Declara-se que a obrigatoriedade alcança todos os níveis de ensino, abarcando o setor público e privado.

Em relação ao conteúdo programático, determina-se no 1º parágrafo do artigo 26-A, que os estabelecimentos de ensino deverão incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

Com a mesma finalidade de construir currículos escolares equitativos, antirracistas e com maior aproximação da história brasileira e do povo que pertence a esta nação, no ano de 2008 declara-se a Lei 11.645.

A Lei citada torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Assim, a partir de 2008, os diversos aspectos da história e da cultura destes dois grupos étnicos deve ser incluído no conteúdo programático de todos os anos escolares da educação básica. Ressalta-se que essa Lei também se originou da preocupação em combater o racismo, mas contra os indígenas, afirmando os valores inestimáveis de sua contribuição da história brasileira e da formação da nação, valorizando aspectos no passado e no presente.

Para a formulação de uma política educacional de implementação da Lei nº 10.639/03, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC) executou uma diversidade de ações desde 2004, as quais são expostas no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013).

Entre as ações, destaca-se: Apoio a formação inicial e continuada de professores em todo o país com foco na temática da diversidade étnico racial, publicação de materiais didáticos e paradidáticos, fortalecimento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), criação dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação e Diversidade Étnico-Racial, inclusão desta temática na Conferência Nacional de Educação em 2010, criação do Grupo Interministerial para a realização da Proposta do Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/03 e oferta de assistência técnica a estados e municípios para a implementação das Leis nº 10.639/03 e também a Lei nº 11.645/08.

Contudo, apesar das ações concretizadas até momento, a 2ª edição do documento Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) reconhece as dificuldades inerentes ao processo de implementação, justificando a complexidade em articular os diversos atores sociais para o desenvolvimento de ações equânimes. Acrescenta-se que a incorporação da temática étnico racial no projeto político pedagógico de cada escola depende dos esforços dos Conselhos Estaduais, Municipais e Distrital de Educação, das ações de pesquisa no Ensino Superior, formação continuada e de qualidade das equipes pedagógicas, aquisição e produção de material didático e paradidático pelas Secretarias de Educação, participação social da gestão escolar e valorização da larga experiência do movimento negro brasileiro, além do domínio conceitual sobre o que está expresso nas Diretrizes Curriculares.

Embora se reconheça a presença das diversas etnias brasileiras dentro das escolas, essa pesquisa se propôs a conhecer as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2013) e o nível de conhecimento dos docentes da educação básica em relação a este documento. Portanto, o foco dessa investigação se aproximou da Lei 10.639/03 e das discussões sobre o acesso e tratamento dos alunos negros brasileiros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para a compreensão sobre os marcos legislativos anteriormente citados, afirma-se que a Lei 10639/2003 se originou a partir alteração da Lei nº 9.394/96, referente a Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino da educação básica, além de orientações específicas para o Ensino Superior.

Com essa alteração, o conteúdo programático dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio passam a incluir o estudo da História da África e dos Africanos, sendo apresentado o Parecer CNE/CP 03/2004, o qual aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

Em relação ao Parecer, ele é uma política curricular fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira, que busca combater o racismo e as discriminações contra a população negra. Por esse motivo, ele se expressa como parte de um sistema de reparações, de reconhecimento e de valorização da história, cultura e identidade negra, compondo o campo de políticas de ações afirmativas na educação.

Por um lado, o Parecer CNE/CP 03/2004 garante o direito de acesso da população negra e de cidadãos brasileiros em geral a todas as etapas e modalidades de ensino da educação básica, e por outro lado, reforça a necessidade do sistema de ensino se prover de profissionais da educação qualificados, que são aqueles capazes de lidar com as demandas contemporâneas e com as relações étnico-raciais.

Após 10 anos da Lei 10.639/03, os estudos do ministério da Educação (MEC) e da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, juntamente com suas parcerias, como a Coordenação Geral de Educação para as relações étnico-raciais, observaram que haviam falhas e ausências na implementação. Com isso, em 2013, foi lançada a 2ª edição do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Este documento apresenta, entre várias ações, quais são os objetivos da Educação Básica e do Ensino Superior. Nessa pesquisa, destaca-se o ensino fundamental, ciclo educacional que se inicia após a educação infantil.

As principais ações para o ensino fundamental são subdivididas em oito tópicos, sendo que três deles se referem direta ou indiretamente a atuação docente (2013, p.23):

- a) Assegurar a formação inicial e continuada aos professores e profissionais dessa etapa de ensino para a incorporação dos conteúdos da cultura afro-brasileira e indígena e o desenvolvimento de uma educação para as relações étnico-racial
- b) Abordar a temática étnico-racial como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos

pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem;

c) Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados e utilizar materiais para didáticos sobre a temática.

Como observado no item b, os conteúdos devem ser ministrados em contextos multidisciplinares e interdisciplinares. Mesmo assim, o documento prevê a necessidade de uma atenção especial dos professores de literatura, história brasileira e educação artística. Justifica-se que são disciplinas capazes de fomentar a reflexão crítica e de promover aptidões para enfrentar a vida, desde que sejam oferecidos conteúdos e materiais com respeito e valorização a diversidade étnico-racial.

Nesse sentido, Lopes (2005) pontua que o reconhecimento de que o racismo existe no interior da escola não é o suficiente. É urgente que se inclua o estudo das relações étnico-raciais de forma que cada aluno se torne capaz de identificar os casos de discriminação no seu contexto social e escolar, e em seguida, possa contribuir ativamente no combate e na resolução de conflitos raciais.

Para tal, afirma-se a importância de identificar o conhecimento dos professores em relação ao estudo das relações étnico-raciais e como essa temática tem se revelado nos currículos formais da educação básica.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com aprovação do comitê de ética em pesquisa do Centro Universitário Municipal de Franca (UNI – FACEF), iniciou-se o contato da pesquisadora com uma escola estadual do município de Franca, interior de São Paulo com a proposta de realizar uma investigação qualitativa e com interesse no tema racismo na educação.

Após o aceite da escola, foi realizado um estudo de caso do tipo etnográfico como proposto por André (2010), a qual denominou o método de Etnografia da Prática Escolar. De acordo a autora, um caso do tipo etnográfico em educação faz uso de técnicas tradicionalmente associadas à etnografia, como observação participante, entrevista e uso de diário de campo.

A observação favorece um grau de interação com a situação estudada, afetando-a e sendo afetado por ela. Já as entrevistas aprofundam questões ou esclarecem problemas observados (ANDRÉ, 2010).

Para seguimento da investigação do tipo etnográfico, foi necessária maior atenção a três dimensões inter-relacionadas, sendo elas: (1) o encontro professor-aluno-conhecimento; (2) as relações construídas pelos agentes da instituição escolar; e (3) os fatores socioculturais mais amplos que afetam a dinâmica escolar.

Com esses aspectos estabelecidos, a observação participante e as entrevistas com docentes foram realizadas no decorrer de 10 semanas.

A escolha dos participantes para as entrevistas semi-estruturadas sobre as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana obedeceram aos seguintes critérios a) ministrar aulas nos anos finais do ensino fundamental na escola participante b) ser professor de Literatura ou de Educação Artística ou de História Brasileira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas com os profissionais da educação foram transcritas e durante o processo de análise de dados, foi possível realizar um estudo comparativo entre as respostas dos participantes e as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (BRASIL, 2013).

De acordo com as respostas dos docentes, afirma-se que a maioria não participou de cursos de formação continuada sobre racismo ou relações étnico-raciais. Além disso, até o momento, não realizaram ou participaram de projetos que continham esse tema dentro da escola, nem mesmo próximo de datas cívicas e importantes para o movimento negro, como: 21 de março, dia

internacional da luta pela eliminação da discriminação racial; 13 de maio, dia nacional de denúncia contra o racismo; 20 de novembro, dia nacional da consciência negra.

No período de observação participante, foi possível conhecer os livros didáticos e paradidáticos dispostos na sala de leitura da escola. Afirma-se que haviam livros variados sobre diversidade, racismo e relações étnico raciais, além de materiais específicos que subsidiam o estudo da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. No entanto, os participantes entrevistados reconheceram que não fazem uso da sala de leitura da escola e que também não procuram por outros livros ou materiais de apoio.

Outro dado importante é que apesar da Lei 10.639/03 e das principais ações determinadas para o ensino fundamental no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2013), os participantes desta pesquisa afirmaram que o estudo das relações étnico-raciais não pertence ao currículo oficial da escola.

De maneira geral, apresenta-se que as respostas obtidas na coleta de dados revelam que os professores não trouxeram um vislumbre de perspectivas antirracistas em sua atuação cotidiana. Além disso, notou-se percepções preconceituosas sobre a população negra brasileira, reforçando estereótipos e estigmas racistas.

Nessa pesquisa, no entanto, não foi possível coletar dados sobre o nível de conhecimento dos alunos sobre a História e Cultura da África. Destaca-se como o ensino da História Brasileira se mostra como um pilar importante na desconstrução de papéis sociais racistas e também para a validação da luta dos povos afro-brasileiros.

Silva (2005), argumenta sobre a importância de aprender sobre Africanidades Brasileiras, explicando que:

“...estamos nos referindo às raízes da cultura brasileira que têm origem africana. Dizendo de outra forma, estamos, de um lado, nos referindo aos modos de ser, de viver, de organizar suas lutas, próprios dos negros brasileiros, e de outro lado, às marcas da cultura africana que, independentemente da origem étnica de cada brasileiro, fazem parte do seu dia-a-dia (p.157).

Para a organização de uma estrutura didática, Silva (2005, p.159) apresenta uma variedade de objetivos para o estudo das Africanidades, que aqui são transcritas na íntegra devido a sua notoriedade: (a) valorizem igualmente as diferentes e diversificadas raízes das identidades dos distintos grupos que constituem o povo brasileiro; (b) busquem compreender e ensinem a respeitar diferentes modos de ser, viver, conviver e pensar; (c) discutam as relações étnicas, no Brasil, e analisem a perversidade da assim designada “democracia racial”; (d) encontrem formas de levar a refazer concepções relativas à população negra, forjadas com base em preconceitos, que subestimam sua capacidade de realizar e de participar da sociedade, material e intelectualmente; (e) identifiquem e ensinem a manusear fontes em que se encontram registros de como os descendentes de africanos vêm, nos quase 500 anos de Brasil, construindo suas vidas e sua história, no interior do seu grupo étnico e no convívio com outro grupos; (f) permitam aprender a respeitar as expressões culturais negras que, juntamente com outras de diferentes raízes étnicas, compõem a história e a vida de nosso país; (g) situem histórica e socialmente as produções de origem e/ou influência africana, no Brasil, e proponham instrumentos para que sejam analisadas e criticamente valorizadas.

Para complementar, apresenta-se que Nussbaum (2019) defende que a cidadania global precisa das humanidades e que o ensino da História é relevante para a formação de cidadãos capazes de questionarem sobre as diferenças de poder e de oportunidade, do lugar das minorias e dos méritos e das diferentes estruturas de organização política.

Ademais, essa pesquisa de campo na educação permite discutir as privações simbólicas e identitárias a qual a população negra brasileira é diariamente submetida. Deve-se ir além das discussões sobre privações de necessidades físicas, especialmente quando há interesse na formação de uma sociedade democrática, justa e equitativa, aspectos importantes dentro dos objetivos das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável

Para esclarecimento, apresenta-se que as Nações Unidas, enquanto um órgão internacional, participa da realização de ações para diminuição e ou eliminação da pobreza, proteção ao meio ambiente e o clima e buscam garantir que as pessoas do mundo todo possam desfrutar de paz e de prosperidade.

Com essa proposta foram lançados 17 objetivos para serem alcançados até 2030, sendo o objetivo 4 a educação de qualidade. Na especificação do que é solicitado para o fomento da

educação de qualidade, propõe-se ações para a formação de professores, aumentando substancialmente a quantidade de profissionais qualificados.

Por isso, reafirma-se a importância de mais investigações sobre o nível de conhecimento dos docentes, especialmente sobre a História e Cultura de seu país, pois essa já está sendo recontada diariamente na sala de aula, seja por meio do currículo formal ou por meio de atitudes, gestos e discursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de qualidade é obrigatoriamente inclusiva. No entanto, os discursos ou as determinações legais desde a promulgação da constituição cidadã de 1988 não foram suficientes para a garantia do tratamento igualitário entre os alunos, o que corresponde tanto às atitudes e crenças dos docentes e de toda equipe escolar em relação aos alunos, quanto ao que é explicitamente ensinado.

Dessa forma, o objetivo 4 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, além de lutar para a universalização do acesso ao ensino, deveria buscar estratégias para a manutenção dos alunos nos bancos escolares. Para tal há de se reconhecer as discrepâncias de tratamento entre alunos de origens étnicas diferentes e as omissões dos currículos, as quais privilegiam um grupo social específico em detrimento de outros.

Destaca-se que os alunos não brancos têm direito de ter acesso e conhecimento verdadeiro sobre a sua história e cultura sem discriminações ou comparações valorativas.

Finalmente, retoma-se a necessidade de formação continuada dos professores da rede de ensino da educação básica, mas não antes de revisar e refletir sobre os conteúdos ministrados nestas formações. Justifica-se que os docentes têm tido acesso à educação continuada, por exemplo, através dos cursos gratuitos e on-line da Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão (SECAD), no entanto, ainda faltam investigações da qualidade e do propósito destas formações, especialmente porque elas estão embasadas em visões e projetos nacionais.

REFERÊNCIAS

SILVA, P.B.G. APRENDIZAGEM E ENSINO DAS AFRICANIDADES BRASILEIRAS. IN: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: SECADI / MEC, 2013.

ROCHA, M.C. Educação das Relações Étnico-Raciais: Pensando referenciais para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Mazza edições, 2011.

NUSSBAUM, M. Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades. São Paulo, editora Martins fontes, 2019.

LOPES, V.N. Racismo, Preconceito e Discriminação. IN: **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC / SECAD, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC) /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD). Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: MEC / SECAD, 2006.

EMPREENDEDORISMO NA TERCEIRA IDADE E INOVAÇÃO
ENTREPRENEURSHIP IN OLD AGE AND INNOVATION

Marcelo Fernandes Squilante
Centro Paula Souza
prof.squilante@gmail.com

RESUMO

O fenômeno do empreendedorismo surge das próprias mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas. Visa a proporcionar serviços de alta qualidade e a oferecer mais opções e benefícios, sendo constituído de indivíduos, organizações, redes e movimentos sociais. No encalço do empreendedorismo, vem a inovação. É praticamente impossível desassociar um conceito do outro, pois dificilmente se consegue empreender sem pelo menos pensar em inovar. E como o idoso empreendedor se encaixa dentro desse contexto movido a constantes desafios e novidades? Por esse motivo, o presente estudo tem por objetivo analisar a relação entre o conceito de inovação e empreendedorismo na terceira idade. O método de pesquisa utilizado neste trabalho fundamentou-se em livros, artigos científicos e artigos da internet, sendo esta, portanto, uma pesquisa bibliográfica. Como procedimento técnico de análise, os materiais utilizados foram provenientes de bases científicas e artigos disponíveis na internet. Isso permitiu chegar à conclusão de que o grupo composto por idosos que abraça o empreendedorismo tem a seu favor a experiência adquirida durante os anos vividos. Por outro lado, um ponto de atenção ficou evidente: o fato dessa faixa etária trazer consigo um vasto repertório e entender que isso é o suficiente para tocar um negócio.

Palavras-Chave: Empreendedorismo; Terceira idade; Inovação.

ABSTRACT

The phenomenon of entrepreneurship arises from the very economic changes that have occurred in recent decades. It aims to provide high quality services and offer more options and benefits, and is made up of individuals, organizations, networks, and social movements. On the heels of entrepreneurship comes innovation. It is practically impossible to disassociate one concept from the other, because one can hardly be entrepreneurial without at least thinking about innovating. And how does the entrepreneurial elderly person fit into this context driven by constant challenges and novelties? For this reason, this study aims to analyze the relationship between the concept of innovation and entrepreneurship in the elderly. The research method used in this work was based on books, scientific articles, and internet articles; therefore, this is a bibliographic research. As a technical procedure of analysis, the materials used came from scientific bases and articles available on the internet. This allowed us to reach the conclusion that the group composed of seniors who embrace entrepreneurship has in its favor the experience acquired during the years lived. On the other hand, a point of attention became evident: the fact that this age group brings with it a vast repertoire and understands that this is enough to run a business.

Key-words: Entrepreneurship; Third Age; Innovation.

1 Introdução

É praticamente um consenso que o empreendedorismo trabalha com a capacidade de identificar problemas e oportunidades e, assim, investir recursos e competências na criação de um negócio. Protagonizando as ações, encontra-se a figura do empreendedor, que além de assumir todas essas responsabilidades, conforme Chiavenato (2006), tem que se comprometer em inovar de forma contínua. Empreender é firmar uma espécie de acordo com a inovação.

Em face desse contexto, coube um questionamento: como o empreendedor da terceira idade se comporta num cenário tão cheio de desafios, onde há uma necessidade de atender aos anseios do mercado aliados a um diferencial de negócio que promova algum tipo de vantagem perante a concorrência? Foi isso que motivou a elaboração deste artigo.

O presente trabalho tem como objetivo maior entender como o empreendedor sênior lida com a necessidade de gerir seu negócio e, ao mesmo tempo, ter que recorrer à inovação para se destacar e, também, se manter ativo.

O resultado do que foi feito neste trabalho foi apresentado em seis seções, levando em conta a introdução e as considerações finais:

Na seção 1 – Introdução – consta, além da síntese de cada tópico, o objeto que dá razão deste artigo existir.

A seção 2 – Empreendedorismo – além de trazer o conceito, promove uma reflexão sobre o papel do empreendedorismo no mundo, sem deixar de especificar o Brasil dentro desse contexto.

A seção 3 – O empreendedorismo na terceira idade – apresenta a necessidade desse grupo estar inserido no segmento, assim como os desafios enfrentados, sobretudo, no Brasil.

A seção 4 – Inovação – traz o que conceito de inovação e os seus tipos. Com base em estudos de consagrados teóricos da área, mostra a sua importância, finalidade e contribuição para o empreendedorismo.

A seção 5 – Empreendedorismo na terceira idade e inovação – expõe os desafios do empreendedor 60+ dentro de um contexto em que ele precisa estar de mãos dadas com as novidades do mercado.

Na seção 6 – Considerações finais – enumeram-se os pontos abordados neste artigo. Assim como a conclusão que se chegou embasada pela fundamentação teórica.

2 Empreendedorismo

À medida que velhas formas de empreender têm se mostrado ineficientes, ocorreram, nos últimos anos, mudanças a respeito do empreendedorismo para que os recursos fossem melhor gerenciados e se revertissem em benefício para sociedade de um modo geral – além da necessidade de se ter produtos e serviços ofertados mais efetivos, como maneiras inovadoras em consequência das perspectivas da Administração Gerencial Orientada.

Para que isso acontecesse, foi necessário tomar atitudes baseadas em ações típicas da administração estratégica, para dirimir os processos do empreendimento, que de acordo com Borges (2013) e Valadares e Emmendoerfer (2015), estiveram muito tempo relegados a um segundo plano.

Borins (1998) e Drucker (1985) afirmam que o empreendedorismo visa a proporcionar serviços de alta qualidade e a oferecer mais opções e benefícios.

As práticas de empreendedorismo, baseadas no mercado, oferecem uma série de vantagens e desempenham um papel importante na sociedade e na administração (BOZEMAN, 2007, p. 7).

A prática do empreendedorismo abre oportunidades, permite a inovação e contribui para a proatividade, a sustentabilidade e a produtividade, sendo esta, talvez, a melhor maneira de se melhorar a percepção de serviços menos eficientes (LLEWELLYN; JONES 2003).

Segundo Kim (2010), as pesquisas sobre o tema estão voltadas somente para a análise de características psicológicas e comportamentais dos indivíduos, sendo esses levantamentos considerados insuficientes pelo autor para se entender o funcionamento do empreendedorismo como uma ação estimuladora. Além disso, sua aplicação não pode ser feita sem uma análise prévia, em que suas características devem ser estudadas para que o ambiente organizacional favoreça a implementação de ações empreendedoras.

Kim (2010) afirma que características organizacionais-estruturais, administrativas, culturais e ambientais podem influenciar na maneira de implementação do empreendedorismo nas organizações

públicas. Com base nesse entendimento, empreendedor é aquele que, em vez de tomar a iniciativa de abrir o seu próprio negócio, cria, inova e busca novas oportunidades e negócios na organização onde trabalha.

Julien (2010) destaca que, ao definir empreendedorismo limitado ao indivíduo, podemos encontrar:

- Capacidade de criar uma empresa inovadora inédita ou que imite outros tipos de negócios.
- Reabertura de uma empresa com mudanças.
- Ampliação de mercado por meio do intraempreendedorismo, ou seja, promovendo o empreendedorismo pelos funcionários de uma organização.

Baratter (2010), afirma que, nas últimas décadas, esse termo começou a ser utilizado para tratar de uma categoria de empreendedores associados à criação e às mudanças de instituições, promovendo inovações, alterando arranjos institucionais e introduzindo novas práticas para a ação (DIMAGGIO, 1988).

Hardy e Maguire (2008) destacam que o empreendedorismo é constituído de indivíduos, organizações, redes e de movimentos sociais. Esses atores desenvolvem uma habilidade de enxergar fora da estrutura em que estão inseridos, propondo caminhos alternativos para o futuro (BARATTER, 2010).

Para Baez e Abolafia (2002), as mudanças institucionais podem ser realizadas de várias maneiras: pelo *keying* (as mudanças institucionais ocorrem, mas as regras permanecem as mesmas), *improvisation* (improviso realizado a partir de um problema encontrado na instituição que não pode ser resolvido por métodos conhecidos) e *reprise* (reestruturação do ambiente institucional se caso uma mudança desorganizada ocorra em consequência de um improviso).

McCrimmon (1995), acredita que a empresa que tem a intenção de promover o intraempreendedorismo deve focar no desenvolvimento de uma cultura organizacional que dê suporte a medidas intraempreendedoras, ao invés de buscar candidatos intraempreendedores para formar algum projeto. Dessa forma, o ambiente organizacional deve incentivar e apoiar, adequadamente, ações empreendedoras para que os colaboradores surjam naturalmente (MCCRIMMON, 1995).

Alguns estudos têm destacado a importância do empreendedorismo ao enfatizar processos que incentivem a criatividade e a iniciativa dos colaboradores das empresas (DORNELAS, 2007; KLEIN, 2015; PINCHOT; PELLMAN, 2004;).

Stoker (2006) e Rainey (2009) acreditam que o empreendedorismo implica:

- mercados econômicos e suas pressões de redução de custos;
- influências políticas;
- questões como equidade, responsabilidade, franqueza e transparência aos usuários e multiplicidade de conflito, centralização de ideias, flexibilidade, e menor incentivo, riscos e recompensas.

No Brasil, esse tema ainda é pouco tratado – talvez pelo estágio atual da administração e pelas novidades que o empreendedorismo traz. Valadares e Emmendoerfer (2015), observam, a partir pesquisa nos principais periódicos na área de administração, na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que o tema é tratado em alguns periódicos como a Revista de Administração Pública (RAP), Cadernos EBAPE.BR, Revista de Administração Contemporânea (RAC) e a Revista de Ciências de Administração (RCA).

Em um estudo realizado no ano de 2013, Moraes *et al.* (2015) analisam alguns artigos publicados em revistas internacionais sobre o empreendedorismo no setor público, e verifica como o empreendedorismo tem sido abordado nas publicações científicas recentes. De acordo com o estudo, percebeu-se que o tema foi tratado de maneira ampla em artigos internacionais, e pôde-se notar como essa área de estudo tem crescido nos últimos anos, com destaque às discussões com enfoque no fator político do empreendedor.

No entanto, como apontam Valadares e Emmendoerfer (2015), as definições sobre o empreendedorismo são limitadas e muito diversificadas (CURRIE *et al.*, 2008; MORRIS; JONES, 1999; KEARNEY; HISRIC; ROCHE, 2007; ROBERTS; KING, 1991;).

O empreendedorismo implica recriar a cadeia de valores e instituir uma cultura inovadora. Sequeira (2005) destaca os mecanismos que sustentam um ambiente intraempreendedor, que envolvem: criação e instituição de políticas de autorização, estímulos, divulgação de missão e visão, como reconhecimento e recompensas, trabalho em equipe, patrocínio e experimentação de ideias,

tolerância ao erro e/ou fracasso, sintetização de níveis hierárquicos, agilidade na obtenção dos recursos e autonomia de decisões (*empowerment*).

Assim, tendo em vista os avanços tecnológicos, o desafio do empreendedor é árduo, demandando novas competências para executar projetos com criatividade e estilo de ação eficaz, determinantes para execução de um trabalho.

Bernier e Hfsi (2007) acreditam que o empreendedor não cria novos artefatos, não desenvolve projetos grandiosos, mas, aos poucos, se reinventa, transformando os sistemas controladores da eficácia e eficiência do negócio de maneira gradual e cíclica.

O empreendedorismo é estudado a partir de três abordagens (DANJOU, 2002): a primeira refere-se à pessoa (o empreendedor), a segunda ao contexto, se tratando de fatores ambientais que afetam a atividade empreendedora, além da motivação para empreender (valores socioculturais, políticas públicas, educação, estrutura de mercado, entre outros).

A terceira abordagem trata da ação, se referindo ao empreendedorismo como um processo de inovação que inclui desde a motivação de novas ideias a serem implementadas nas organizações até as formas de distribuição de bens e serviços (DANJOU, 2002).

Meza et al. (2012) destaca que o fenômeno do empreendedorismo surge das próprias mudanças econômicas ocorridas nas últimas décadas e afirma que os governos têm se tornado mais colaborativos ao atribuírem benefícios ao empreendedor.

O empreendedorismo é um fenômeno social em que as ideias empreendedoras são enquadradas, desenvolvidas e institucionalizadas. Para o atendimento dos interesses públicos, são necessários esforços criativos em que seja realizada uma abordagem mais sofisticada sobre a gestão da inovação (MEZA et al, 2012).

As práticas empreendedoras acabam exigindo comportamentos de enfrentamento dos problemas cotidianos, que normalmente, dependem de demoradas e complexas decisões externas (CASTOR, 2000). Diante de todo esse turbilhão, como os empreendedores idosos se comportam? Será que, por exemplo, a experiência adquirida durante os anos de vida implica em algum tipo de diferencial? Dentre esse e outros pontos, veremos, a seguir, a atuação do público de faixa etária mais elevada no competitivo mundo do empreendedorismo.

3 O empreendedorismo na terceira idade

Segundo Drucker (1985), o empreendedorismo na terceira idade modifica, percebe as necessidades de mudanças e encontrar as soluções para que isso aconteça com respaldo da sociedade, enquanto Bellone e Goerl (1992), consideram uma maneira dos cidadãos idosos participarem do planejamento público.

Para Moon (1999), empreender na terceira idade está ligado ao comportamento padrão da sociedade contemporânea, e Morris e Jones (1999), creem que o empreendedorismo praticado pelos idosos é um processo que cria valores para a sociedade.

Borges (2013) vê o ato de empreender, depois dos 60 anos, como sendo um processo um pouco arriscado se o idoso não tiver conhecimento de causa e se não receber adequado suporte. Já Carpenter (2001), que compartilha com a visão de Roberts e King (1991) e Roberts (1992), vê o processo como indutor de novas ideias e inovador e Edwards *et al.* (2002), acredita que o empreendedorismo, em qualquer idade, interliga a sociedade e gestores por incentivar a participação social na propositura soluções.

No entanto, para Stone (1992) e Currie *et al.* (2008), o empreendedorismo na terceira idade, também, envolve a tomada de risco minimizada no setor público por uma tomada de decisão consciente e pela produtividade.

O empreendedorismo na terceira idade, de um modo geral, de acordo com Moraes *et al.* (2015, p.28), ressalta que no Brasil essa modalidade: “[...] ainda é bastante incipiente”. Esses últimos autores apostam na novidade do empreendedor idoso para esse fato, enquanto Kim (2010), associa o empreendedorismo na terceira idade ao surgimento da Nova Administração para tentar remediar os problemas da burocracia tradicional.

Tornou-se uma tendência inquestionável no Brasil em 1995, segundo Bresser-Pereira (1999), essa Nova Administração Gerencial, de acordo com Valadares e Emmendoerfer (2011), é bastante benéfico ao processo de inovação e modernização e nos últimos anos “tem sido associado a noções comportamentais gerenciais, imbuídas de conceitos e práticas, que eram próprias e, até então, restritas à a força de trabalho ativa no mercado. No entanto, o objetivo do empreendedorismo na

terceira idade, diferentemente dos métodos de mercado, tem por objetivo ampliar e melhorar os serviços ofertados à população. Kim (2010) afirma que:

[...] o principal ponto por detrás do empreendedorismo na terceira idade não é fazer um governo de negócios ou que compreenda o mercado, ao invés disso, a ideia do empreendedorismo Depois Dos 60 anos é aumentar as oportunidades para a adoção de ideias inovadoras e encontrar maneiras de oferecer mais escolhas e benefícios públicos, proporcionando serviços de alta qualidade aos cidadãos. (KIM, 2010, p. 781).

Assim, para Kim (2010), o empreendedorismo realizado pelos idosos, atualmente pela experiência inquestionável desse público, e, por uma visão que associada às inovações contemporâneas, torna-se completo e bem-sucedido. Não se trata estritamente da questão econômica, e passa a ser definido em termos de tomada de risco, inovação e proatividade que contribui para economia e o crescimento do país.

No contexto do setor público, há um alto grau de burocratização que inibe a cultura empreendedora na terceira idade baseada na inovação, na autonomia e na flexibilidade, na medida em que os órgãos públicos, diante de um regime de controle, diminuem a autonomia necessária para a expansão do intraempreendedorismo.

O discurso do empreendedorismo foi introduzido a partir de um pensamento neoliberal e se consolidou com o surgimento do modelo de administração gerencial, denominado *New Management* (HOOD, 1991; POLLITT; BOUCKAERT, 2002).

O gestor com mais de 60 anos precisa ser capacitado para atuar no âmbito administrativo, tendo preparo adequado e partindo de estudos aprofundados sobre a realidade administrativa. Há uma necessidade de o gerente possuir formação e capacitação para vender, ser responsável por assessorar, planejar, coordenar ações e avaliar programas e políticas da empresa que gerencia.

Esses gestores podem também assumir funções técnicas de direção, chefia e coordenação a fim de direcionar estratégias e participação para estimular o controle do empreendimento.

Blanchard e Hersey (1986) afirmam que esse novo modelo de empreendedorismo requer um conhecimento que permite lidar com as pessoas para alcançar objetivos da empresa, e Secchi (2009), pontua que a inspiração do empreendedor na terceira idade se deu de acordo com a teoria moderna de administração, em que os administradores se utilizam da linguagem e de ferramentas da administração para resolver e promover melhorias inovações sociais.

Martins (1997) afirma que, dessa forma, surgiu no mundo um estilo pragmático de empreendedorismo, fortemente influenciado pela administração tradicional, mas notavelmente marcada por inovações tecnológicas e pela experiência de mundo dos empreendedores com mais de 60 anos.

Martins (2007, p.2) aponta que uma gestão empreendedora alinhada a esse modelo é definida como:

A gestão empreendedora é a orientação para transformar a burocracia em resultados efetivos e melhorar a governança. O propósito do empreendedorismo na maturidade é reduzir custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados. Seu princípio básico é a introdução de um novo paradigma gerencial nos empreendimentos contemporâneos, voltado para resultados, focado no cliente/cidadão, baseado em parcerias, compromisso, responsabilização, autonomia, risco, iniciativa, aprendizado conjunto e trabalho em rede. A visão orientadora desse princípio é a formação de um empreendedorismo eficaz, eficiente, flexível, transparente, altamente capacitado e profissionalizado (MARTINS, 2007, p. 2).

O empreendedor na terceira idade surgiu então com solução, tanto ao modelo burocrático ortodoxo, que se baseia em métodos e técnicas de administração de empresas tradicionais e limitantes a participação de idosos, como ao modelo liberal, que prega a maior presença da sociedade em empreendimentos que o próprio governo financia como forma de incentivo.

Todavia, é importante ressaltar que o empreendimento na terceira idade, a exemplo da administração tradicional, deve ser inspirada por critérios de eficiência empresarial. Por isso, sempre entendedores com mais de 60 anos devem ser orientados para desenvolver capacidades gerenciais necessárias ao êxito do empreendimento (MARTINS, 1997).

Osborne (1993) destaca que as estratégias a serem adotadas para incentivar o empreendedorismo na terceira idade devem aumentar os ganhos, por meio de aplicações financeiras e ampliação de prestação de serviços. Assim sendo, a tendência é que os empreendedores com mais de 60 anos possam fazer, dessa nova etapa de suas vidas, um aprendizado contínuo na área de finanças, por meio da qual contribuíram efetivamente para a sociedade.

Martins (2007) evidencia que os moldes da gestão empreendedora vigentes fundamentam -se nas seguintes ações:

- Gestão empreendedora, que visa a ampliação de resultados para e a redução de custos;
- Qualidade dos serviços;
- Desburocratização;
- Valorização do Produto ou serviço oferecido, ampliando a sua autonomia e responsabilização.

Kingdon (2003) destaca três características com relação às qualidades de um empreendedor com 60 anos ou mais:

É um indivíduo que possui experiência no assunto em questão, habilidade na comunicação ou posição formal no processo decisório;

Se relaciona às conexões Sociais e tem habilidade de negociação, decorrentes de sua experiência de vida;

Disponibilidade investimento de grandes quantidades de recursos pessoais, que constituem o seu know-how.

4 Inovação

Inovação refere-se à introdução no mercado de um produto ou processo novo ou significativamente, aprimorado em relação aos anteriormente desenvolvidos pela unidade jurídica.

Distinguem-se dois tipos de inovação: inovações de produto (bens ou serviços) e inovações de processo (incluindo inovações organizacionais e de marketing). Mais precisamente:

Inovação de produto inclui mudanças significativas de design e bens ou serviços digitais. Exclui a revenda, tal como esta de novos bens ou serviços e alterações de natureza estética;

Inovação de processo diz respeito a métodos de produção e desenvolvimento, logística e distribuição, sistema de informação e comunicação, tarefas administrativas e contábeis, organização de procedimentos, gestão de relações com fornecedores, organização do trabalho, processos de tomada de decisão, recursos humanos, marketing, embalagem, preços e serviço pós-venda.

Num contexto de rápidas mudanças do ambiente econômico, a inovação é considerada um determinante da competitividade e flexibilidade das empresas. Vários estudos mostraram que a inovação tecnológica contribui significativamente para a produtividade (CRÉPON; DUGUET; MAIRESSE, 1998; GALIA; GRIFFITH *et al.*, 2006; LÖÖF; HESHMATI, 2002; POLDER *et al.*, 2010; ROBIN; MAIRESSE, 2008).

Diante do acirramento da competição internacional, a criação de novos produtos e novos métodos de produção tornam-se imprescindíveis para que as empresas mantenham ou melhorem sua posição competitiva.

Doravante, o estudo da relação inovação-produtividade do trabalho pioneiro de Griliches (1979) que, utilizando uma função de produção Cobb-Douglas aumentada por P&D, mostra que o fluxo de conhecimento resultante da inovação tem efeito positivo na produtividade.

Crépon, Duguet e Mairesse (1998) iniciaram um desenvolvimento significativo desses resultados, que serviu de base para trabalhos recentes sobre desempenho em inovação. As características internas e externas da empresa determinam a sua atividade de I&D. Este último estimula o desenvolvimento do capital de conhecimento tecnológico e a intensidade da inovação que promovem a produtividade da empresa.

Sua principal contribuição é distinguir as entradas e saídas da inovação. Todos os fatores internos e externos que promovem o comprometimento de uma empresa com uma atividade de

inovação são considerados insumos da inovação. Esses estimuladores de inovação são compostos, principalmente, por P&D interno, *demanda puxada* e *impulso tecnológico*.

Eles medem os resultados da inovação 1) pela introdução de novos produtos, a mudança ou melhoria significativa nos métodos de produção e 2) pela intensidade dessas inovações, medida graças à participação das vendas de novos produtos no volume de negócios.

Vários estudos corroboraram o impacto positivo da inovação na produtividade (GRIFFITH ET AL., 2006; LÖÖF; HESHMATI, 2002; ROBIN; MAIRESSE, 2008). A maior parte deste trabalho tem como foco a inovação tecnológica de produto, na medida em que é o único tipo de inovação que pode ser avaliada com precisão, por meio de dados quantitativos (número de patentes, participação de novos produtos no faturamento).

No entanto, o surgimento de novas pesquisas de inovação comunitária possibilita a introdução de outros insumos (investimento em TIC), resultados (inovação organizacional e de marketing) de inovação e gera um enriquecimento real dos dados disponíveis.

Assim, é de suma importância o efeito das práticas organizacionais e da *gestão do conhecimento* no sucesso da inovação. Há necessidade de inovações tecnológicas, para que os empreendimentos sejam eficazes, acompanhados de mudanças organizacionais (BRESNAHAN; BRYNJOLFSSON; HITT, 2002; BRYNJOLFSSON; HITT, 2000; GALIA; LEGROS, 2005; GREENAN; MAIRESSE, 2004; POLDER *et al.*, 2010).

Devem-se investigar e examinar, com maior precisão, os fatores internos e externos que favorecem os diferentes tipos de inovação, complementaridade das inovações tecnológicas e organizacionais e os seus efeitos ao nível da produtividade. Essa questão permanece muito pouco abordada pela literatura, apesar da abundância de trabalhos sobre o desempenho de inovações tecnológicas.

É importante integrar como insumos de inovação, os investimentos em P&D externo e na compra de máquinas e software (M&L), além dos clássicos investimentos em P&D interno. Por outro lado, devem-se introduzir inovações organizacionais (mudança nas estratégias de gestão, na organização do trabalho ou nas relações com o mundo exterior) e de marketing (mudança no design do produto, na embalagem ou no preço), como saídas complementares às inovações tecnológicas de produto (inovação ou melhoria significativa de bens e serviços) e de processo (mudança nos métodos de produção ou distribuição).

5 Empreendedorismo na terceira idade e inovação

Como bem destacou Dornellas (2007), a capacidade de empreender não nasce com o indivíduo. Além de ter o ambiente em que se vive, ela conta com o tempo para forjar potenciais empreendedores – quanto mais o tempo passa, mais experiência é adquirida, maiores são o domínio e o conhecimento a respeito de determinada área. E o idoso se encaixa perfeitamente nesse perfil. Porém, nem o importante fato de ter amalhado tanta informação em sua trajetória de vida tira daquele que empreende na terceira idade a necessidade de inovar, pois esta tem que ser uma ação constante de qualquer empreendedor: “um empreendedor que continua a aprender a respeito de possíveis oportunidades de negócios e a tomar decisões moderadamente arriscadas que objetiva a inovação, continuará a desempenhar um papel empreendedor” (FILION, 1999. p. 19).

A experiência e a capacidade intelectual adquiridas, durante os anos, certamente são os maiores trunfos de quem está à frente de um negócio. Os idosos têm isso a seu favor e nisso um certo “perigo” pode ser observado: o de achar que de tudo sabe, de que novos conhecimentos não precisem ser absorvidos e de que a inovação representa um diferencial de mercado. O mundo passa por mudanças velozes e quem empreende precisa estar atento a esse movimento.

Antes de abrir um negócio é importante que o idoso procure orientação para manter-se atualizado e preparado para encarar o mercado competitivo, já que os negócios mudam constantemente, como os processos administrativos e a maneira de divulgar o seu produto (O CENÁRIO, 2014).

No fim da década de 40, Schumpeter (1949) já deixava explícita que a essência do empreendedorismo está no ato de observar as oportunidades e delas se apropriar dentro daquilo que lhe cabe. Empreender é buscar inovação, independente da faixa etária. E isso pode ser confirmado através de exemplos de empreendedores seniores com seus negócios que dialogam com a modernidade, como bem apontaram Empreendedorismo (2018) e Almeida (2022):

Coliv – plataforma de moradia compartilhada fundada por Veronique Forat e Marta Monteiro, 64 e 67 anos respectivamente. O negócio tem por objetivo facilitar a experiência para quem gostaria de dividir o teto, mas não está disposto a morar com completos estranhos;

Onebuy – tendo como um dos criadores Leo do Amaral, 69 anos, é uma solução criada com a finalidade de unificar cadastros de quem compra em *e-commerces*. Dessa forma, não há necessidade de preencher as informações por diversas vezes ao comprar pela internet;

Strap-Mate – aos 70 anos, Lisa Gable criou uma espécie de suporte ajustável que evita a queda das alças do sutiã. Sua invenção, atualmente, é encontrada em grandes lojas dos Estados Unidos.

6 Considerações finais

Esse estudo teve por objetivo discorrer a respeito do empreendedorismo na terceira idade. Nesse intuito, foram apresentados e analisados os quadros de percepção, fatos, situações e processos que desencadeiam essa tendência contemporânea.

Para atingir esses objetivos, o método de pesquisa utilizado foi a análise de referências bibliográficas, por meio da qual, foi possível analisar o constante na literatura científica referente ao assunto. No entanto, constatou-se que se trata de um tema que merece investigações mais específicas, haja vista que a literatura disponível se refere, principalmente aos empreendedores realizados por pessoas com idade até 40 anos ou um pouco mais.

Esse estudo teve início com a apresentação do conceito e as implicações provenientes do empreendedorismo na faixa etária em questão. Na sequência, foram expostos os motivos por que há dificuldades para que o empreendedorismo, praticado por pessoas da terceira idade seja mais limitado, bem como os fatores intervenientes no processo e técnicas específicas para a obtenção de resultados satisfatórios por parte desse público.

Os dados obtidos permitem concluir que as características do empreendedorismo aliadas às da inovação podem ser um trunfo ainda maior para o idoso que está à frente de um negócio, pois ele pode unir sua vasta experiência com as inevitáveis mudanças do mercado. Por outro lado, o fato de ter adquirido tanto conhecimento, durante a trajetória de vida, pode fazer com que o empreendedor dessa faixa etária não veja necessidade de buscar soluções novas para o seu negócio.

Consequentemente, a implementação do empreendedorismo na 3ª idade. Requer que os empreendedores, promovam e estimulem essas ideias inovadoras que interferem significativamente na sociedade.

Para trabalhos futuros, recomenda-se que esta pesquisa seja aplicada a fim de tentar levantar as características que podem ser comuns aos empreendedores da terceira idade. Isso, posteriormente, poderá ser comparado a análises de artigos publicados por outros teóricos que tenham reconhecimento no âmbito científico referente ao assunto, de modo que se possa auxiliar a identificação de um padrão que permita uma caracterização do perfil empreendedor do público de 60 anos ou mais. Após essas novas pesquisas, será possível realizar comparações a nível nacional e também com a literatura internacional, a qual conta com mais trabalhos publicados na área que o Brasil.

Referências

Administração, [s. l.], v. 17, n. 41, p. 82-98, 2015. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/17157>. Acesso em: 31 maio 2022.

ALMEIDA, F. "Eu poderia estar tricotando, mas estou liderando uma startup", diz empreendedora madura. **Forbes**, [s. l.], 10 de mar. 2022. Disponível em : <https://forbes.com.br/forbes-mulher/2022/03/eu-poderia-estar-tricotando-mas-estou-liderando-uma-startup-diz-empreendedora-madura/>. Acesso em : 13 jun. 2022.

BAEZ, B.; ABOLAFIA, M. Y. Bureaucratic entrepreneurship and institutional change: a sense-making approach. **Journal of public administration research and theory**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 525-552,

2002. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jpart.a003546>. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article/12/4/525/996648?login=true>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BARATTER, M. A. **Habilidades sociais no arranjo produtivo de software na cidade de Curitiba**. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Positivo, Curitiba, 2010.

BELLONE, C. J.; GOERL, G. F. Reconciling public entrepreneurship and democracy. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 130-134, 1992. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/976466>. Acesso em: 17 jun. 2022.

BERNIER, L.; HAFSI, T. The changing nature of public entrepreneurship. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 67, n. 3, p. 488-503. DOI : <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2007.00731.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6210.2007.00731.x>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BRESNAHAN T. F., BRYNJOLFSSON E., HITT L. M. Tecnologia da informação, organização do local de trabalho e a demanda por mão de obra qualificada: evidências de nível de empresa. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 117, n. 1, p. 339-376, 2002. DOI: [10.1162 / 003355502753399526](https://doi.org/10.1162/003355502753399526).

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 50, n. 4, p. 5-30, 1999. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v50i4.354>. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/354>. Acesso em: 6 jun. 2022.

BORGES, D. A. H. Empreendedorismo no setor público: os papéis das características organizacionais. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFLA, 26., 2013, Lavras. **Anais [...]**. Lavras: UFLA, 2013.

BORINS, S. Lessons from the new public management in commonwealth nations. **International Public Management Journal**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 37-58, 1998. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1096-7494\(99\)80085-3](https://doi.org/10.1016/S1096-7494(99)80085-3). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1096749499800853>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BOZEMAN, B. **Public values and public interest: counterbalancing economic Individualism**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2007.

BRYNJOLFSSON E.; HITT L. M. "Beyond Computation: Information Technology, Organizational Transformation and Business Performance". **Journal of Economic Perspectives**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 23-48, 2000. DOI: [10.1257 / jep.14.4.23](https://doi.org/10.1257/jep.14.4.23). Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jep.14.4.23>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CARPENTER, D. P. **The forging of bureaucratic autonomy: reputation, networks and policy innovation in executive agencies, 1862-1928**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

CASTOR, J. B. V. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba: IBOP-PR, 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

CRÉPON, B; DUGUET, E; MAIRESSEC, J. Research, Innovation And Productivity: An Econometric Analysis At The Firm Level. **Economics of Innovation and new Technology**, v. 7, n. 2, p. 115-158, 1998. DOI: <https://doi.org/10.1080/10438599800000031>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10438599800000031>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CURRIE, G. *et al.* Entrepreneurial leadership in the english public sector: paradox or possibility? **Public Administration**, [s. l.], v. 86, n. 4, p. 987-1008, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2008.00736.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9299.2008.00736.x>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CURRIE, G. *et al.* Entrepreneurial leadership in the English public sector: paradox or possibility?. **Public Administration**, [s. l.], v. 86, n. 4, p. 987-1008, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.2008.00736.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9299.2008.00736.x>. Acesso em: 06 jun. 2022.

DANJOU, I. L. Entrepreneuriat: um champfertile à larecherche de sonunité.Paris, **Revuefrançaise de Gestión**, [s. l.], v. 28, n. 138, p. 109-125, 2002. Disponível em: <https://archives-rfg.revuesonline.com/article.jsp?articleId=43125>.

DIMAGGIO, P. Interest and Agent in Institutional Theory. **Institutional Patterns and Organizations**, p. 3-22, 1988.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo: conceitos e aplicações. **Revista de Negócios**, [s. l.], v. 9, n. 2, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.7867/1980-4431.2004v9n2p%p>. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/rn/article/view/289>. Acesso em: 02 jun. 2022.

DRUCKER, P. F. **Innovation and entrepreneurship**: practice and principles. Londres: Butterworth-Heinemann, 1985.

EDWARDS, C. *et al.* Public entrepreneurship: rhetoric, reality, and context. **Journal of Public Administration**, [s. l.], v. 25, n. 12, p. 1539-1554, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1081/PAD-120014260>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1081/PAD-120014260?journalCode=lpad20>. Acesso em: 09 jun. 2022.

EMMENDOERFER, M. L.; VALADARES, J. L. Reflexões e perspectivas acerca da construção do conhecimento sobre empreendedorismo interno. **Revista de Ciências de Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 30, p. 88-117. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273520054005.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.

EMPREENDEORISMO na terceira idade: histórias de sucesso. **Inovação SEBRAE**, Belo Horizonte, 11 de set. de 2018. Disponível em: <https://inovacaosebreaeminas.com.br/empreendedorismo-na-terceira-idade/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de administração**, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 5-28, 1999. Disponível em: <http://rausp.usp.br/wp-content/uploads/files/3402005.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2022.

GALIA F.; LEGROS D. Gestão do conhecimento e práticas de recursos humanos em uma perspectiva de inovação: evidências da França, **Journal of Knowledge Management**, [s. l.], v. 2, p. 54-3, 2005.

GREENAN, N.; MAIRESSE, J. A firm level investigation of the complementarity between information and communication technologies and new organizational practices. In: **79th Annual conference of the Western Economic Association International**. 2004.

GRIFFITH, R. *et al.* Inovação e Produtividade em Quatro Países Europeus. **Oxford Review of Economic Policy**, [s. l.] v. 22, n. 4, p. 483-498, 2006. DOI: [10.1093 / oxrep / grj028](https://doi.org/10.1093/oxrep/grj028). Acesso em: 16 jun. 2022.

GRILICHES, Z. Questões na avaliação da contribuição da pesquisa e desenvolvimento para o crescimento da produtividade. **The Bell Journal of Economics**, v. 10, n. 1, p. 92-116.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DOI: <https://doi.org/10.2307/3003321>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3003321>. Acesso em: 08 jun. 2022.

HARDY, C.; MAGUIRE, S. Institutional entrepreneurship. **The Sage handbook of organizational institutionalism**, [s. l.], p. 198-217, 2008. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=2CIIcwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA198&dq=Hardy,+C.+and+S.+Maguire,+Institutional+entrepreneurship.+The+Sage+handbook+of+organizational+institutionalism&ots=5pxmOd5V5D&sig=Rr1BYL7UVwpj4luyydPrWNqkcWg&redir_esc=y#v=onepage&q=Hardy%2C%20C.%20and%20S.%20Maguire%2C%20Institutional%20entrepreneurship.%20The%20Sage%20handbook%20of%20organizational%20institutionalism&f=false. Acesso em: 11 jun. 2022.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. H. **Psicologia para administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional**. (S. l.): Editora Pedagógica e Universitária, 1986

HOOD, C. A public management for all seasons? **Public administration**, [s. l.], v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x>.

JULIEN, P. A. **Empreendedorismo regional e a economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KEARNEY, C.; HISRICH, R.; ROCHE, F. Facilitating public sector corporate entrepreneurship process: a conceptual model. **Journal of Enterprising Culture**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 275-299, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1142/S0218495807000150>. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S0218495807000150>. Acesso em: 09 jun. 2022.

KIM, Y. Stimulating entrepreneurial practices in the public sector: the roles of organizational characteristics. **Administration & Society**, [s. l.], v. 42, n. 7, p. 780-814, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/0095399710377432>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0095399710377432>. Acesso em: 07 jun. 2022.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives and public policies**. 3. ed. New York: Harper Collins, 2003.

KLEIN, G. A naturalistic decision making perspective on studying intuitive decision making. **Journal of applied research in memory and cognition**, v. 4, n. 3, p. 164-168, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jarmac.2015.07.001>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211368115000364>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LLEWELLYN, N.; JONES, G. Controversies and conceptual development: examining public entrepreneurship. **Public Management Review**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 245-266, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1080/1461667032000066426>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1461667032000066426>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LÖÖF, H.; HESHMATI, A. (2002). Knowledge capital and performance heterogeneity: a firm-level innovation study. **International Journal of Production Economics**, v. 76, n. 1, p. 61-85. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0925-5273\(01\)00147-5](https://doi.org/10.1016/S0925-5273(01)00147-5). Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0925527301001475>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MARTINS, H. F. Avança Brasil e a gestão empreendedora: uma análise de modelos de planejamento e gestão governamental. **Revista eletrônica sobre a reforma do Estado**, Salvador, n. 11, 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=232>.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
MCCRIMMON, M. Teams without roles: empowering teams for greater creativity. **Journal of Management Development**, [s. l.], v. 14, n. 6, p. 35-41, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1108/02621719510086165>. Disponível em:

<https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/02621719510086165/full/html>. Acesso em: 13 jun. 2022.

MEZA, M. L. F. G. *et al.* **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOON, M. J. The pursuit of managerial entrepreneurship: does organization matter? **Public Administration Review**, v. 59, n. 51, p. 31-43, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/977477>.

MORAIS, M. C. A. *et al.* Polissemias do empreendedorismo no setor público. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 26-53, 2015.

MORRIS, M. H.; JONES, F. F. Entrepreneurship in established organizations: the case of the public sector. **Entrepreneurship Theory and Practice**, [s. l.], v. 24, n. 1, p. 71-91, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1177/104225879902400105>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/104225879902400105>. Acesso em: 18 jun. 2022.

MORRIS, M. H.; KURATKO, D. F.; COVIN, J. G. **Corporate entrepreneurship and innovation**: entrepreneurial development within organizations. Mason: Thomson/South-Western, 2008.

O CENÁRIO do empreendedorismo na terceira idade no Brasil. **Mundo carreira**, [s. l.], 27 de jun. de 2014. Disponível em: <http://mundocarreira.com.br/empreendedores/o-cenario-empreendedorismo-na-terceira-idade-brasil/>. Acesso em: 01 jun. 2022.

OSBORNE, D. **Reinventing government**. *Public Productivity & Management Review*, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 349-356, 1993. DOI: <https://doi.org/10.2307/3381012>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3381012>. Acesso em: 09 jun. 2022.

POLDER M. *et al.* Product, Process and Organizational Innovation: Drivers, Complementarity and Productivity Effects, CIRANO, [s. l.], 2010. DOI: [10.2139/ssrn.1626805](https://doi.org/10.2139/ssrn.1626805). Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Product%2C-Process-and-Organizational-Innovation%3A-and-Polder-Leeuwen/5691ec2a594c07c1c38ba166b0088f9e5a750b1c>. Acesso em: 17 jun. 2022.

POLLITT, C.; BOUCKAERT, G. Avaliando reformas da gestão pública: uma perspectiva internacional. **Revista do Serviço Público**, [s. l.], v. 53, n. 3, p. 7-31, 2002. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1918>. Acesso em: 8 jun. 2022.

PINCHOT G.; PELLMAN, R. **Intraempreendedorismo na prática**: um guia de inovação nos negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004).

RAINEY, H. G. **Understanding and managing public organizations**. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

ROBERTS, N. C. Public entrepreneurship and innovation. **Policy Studies Review**, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 55-74, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.1992.tb00332.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1541-1338.1992.tb00332.x>.

ROBERTS, N. C.; KING, P. J. Policy entrepreneurs: their activity structure and function in the policy process. **Journal of Public Administration Research and Theory**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 147-175, 1991. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jpart.a037081>. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article-abstract/1/2/147/904459?login=false>. Acesso em: 14 jun. 2022.

ROBIN, S.; MAIRESSE, J. Innovation and productivity: a firm-level analysis for French manufacturing and services using CIS3 and CIS4 data (1998-2000 and 2002-2004). In: **presentado em la**

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

conferencia DRUID, Copenhagen, 2008. Disponível em:
<https://iaes.confex.com/iaes/2008/techprogram/P1778.HTM>.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WM63xtBVpfvK9SxJ4DM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 jun. 2022.

SEQUEIRA, S. V. **Intraempreendedorismo e organizações não- governamentais: prática e discursos**. 2005. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/10438/2483>. Acesso em: 03 jun. 2022.

STONE, J. B. **Public entrepreneurship in Florida local government administration**. Tallahassee: Florida State University, 1992.

STOKER, G. Public value management: a new narrative for networked governance? **The American Review of Public Administration**, [s. l.], v. 36, n. 1, p. 41-57, 2006. DOI:
<https://doi.org/10.1177/0275074005282583>. Disponível em:
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0275074005282583>. Acesso em: 17 jun. 2022.

VALADARES, J. L.; EMMENDOERFER, M. L. A incorporação do Empreendedorismo no Setor Público: reflexões baseadas no contexto brasileiro. **Revista de Ciências da Administração**, [s. l.], v. 17, n. 41, p. 82-98, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17n41p82>. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p82>. Acesso em: 05 jun. 2022.

***ENERGIAS RENOVÁVEIS E AS CLÁUSULAS AMBIENTAIS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL:
UMA CHANCE PARA O FUTURO***

***RENEWABLE ENERGIES AND THE ENVIRONMENTAL CLAUSES IN INTERNATIONAL TRADE: A
CHANCE FOR THE FUTURE***

Área temática: 07 - Energia Limpa e Acessível

AGUIAR, Gabriel Moura
Unesp

Mestre e Bacharel em Direito pela Unesp/Franca. Especialista em Direito Processual Civil pela Escola
Paulista da Magistratura (EPM)
aguiar.gma@gmail.com

Resumo

O comércio internacional é tão antigo quanto à própria história da civilização humana. Por séculos, este comércio desenvolveu-se com uma prevalência suprema do interesse econômico sobre temas sociais. Em relação ao meio ambiente, a comunidade internacional passou a preocupar-se significativamente com os efeitos ambientais nocivos das atividades humanas apenas na segunda metade do século XX, demonstrado pela primeira conferência sobre o clima das Nações Unidas, realizada em 1972 em Estocolmo. A partir deste marco, a preocupação ambiental ganhou força, porém, no âmbito do comércio internacional, quando ganhou contornos de obrigatoriedade, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994. Estes momentos impulsionaram pesquisas e buscas por métodos ambientalmente menos gravosos, com destaque para formas renováveis de energia, o que criou um verdadeiro mercado. O artigo objetiva, pois, analisar este histórico da proteção ambiental e o atual mercado de energias renováveis, seus percalços e os pontos nos quais há espaço para melhora, bem como os desafios enfrentados, notadamente para uma maior democratização do acesso à estas energias sustentáveis. O tema possui grande relevância teórica e prática, diante do acirramento das mudanças climáticas, da instabilidade política e da crise econômica atualmente observada no mundo, que demandam soluções inovadoras e com o menor custo possível. A pesquisa, eminentemente bibliográfica e de metodologia dedutiva, com uma investigação do tipo jurídica-prospectiva, resultou num estudo sobre formas mais utilizadas e desenvolvidas de energias renováveis e de iniciativas sobre soluções portáteis e baratas, para serem utilizadas em comunidades de baixa renda e/ou com pouca infraestrutura.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, comércio internacional, cláusulas ambientais.

Abstract

International trade is as old as human civilization itself. For centuries, trade has developed with supreme superiority of economic interests over social matters. Regarding the environment, the international community started to worry significantly about the damaging environmental effects of human activities only in the second half of the 20th century, as shown by the first United Nations climate conference, held in Stockholm in 1972. From this point, the environmental concern strengthened, however, in the field of international trade, gaining some level of enforcement with the creation of the World Trade Organization (WTO) in 1994. These two moments gave impulse to research and the search for methods less aggressive to the environment, highlighting renewable forms of energy, which created truly a new market. This paper, then, aims to analyze this history of the environmental protection and the current market of renewable energies, its difficulties and points in which there is room for improvement, as well the challenges already face, notably to democratize more the access to the renewable energies. The matter has great theoretical and practical relevance, due to the speeding of climate changes, political instability and the economic crisis currently seen throughout the world, that demand innovative and low-cost solutions. The research, using the deductive method and a legal-prospective scientific investigation, resulted in a study of the most used and developed renewable energy sources, such as wind and solar, and also initiatives of NGOs and research centers of portable and cheap solutions to be applied in low-income communities.

Keywords: sustainable development, international trade, environmental clauses.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Internacional Público parece distante da realidade cotidiana, contudo, sua presença pode ser sentida em diversos pontos, sendo um dos principais a mudança, ainda gradual e com alguns retrocessos, de uma economia baseada em energias não renováveis para modelos híbridos, contendo energias não renováveis e renováveis, com uma intenção futura do abandono daquelas. Sobre o Direito Internacional Público discorre Mazzuoli (2021):

o Direito vai deixando de somente regular questões internas para também disciplinar atividades que transcendem os limites físicos dos Estados, criando um conjunto de normas com aptidão para realizar tal mister. Esse sistema de normas jurídicas (dinâmico por excelência) que visa disciplinar e regulamentar as atividades exteriores da sociedade dos Estados (e também, atualmente, das organizações interestatais e dos próprios indivíduos) é o que se chama de Direito Internacional Público ou Direito das Gentes.

O Direito Internacional Público, pelo seu dinamismo, adapta-se às mudanças da sociedade internacional que, nas últimas décadas, foram significativas. A queda do Muro de Berlim em 1989 e fim da Guerra Fria no início dos anos 1990 redesenharam a ordem mundial e favoreceram o multilateralismo, o que culminou, no âmbito do comércio internacional, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1994, momento no qual a pauta do meio ambiente também ganhou destaque. O comércio internacional situa-se no Direito Internacional Público, sendo, pois dinâmico como este, com a contribuição de áreas afins como a economia e as relações internacionais.

Por séculos, o comércio internacional desenvolveu-se sem quaisquer preocupações quanto ao meio ambiente, e os efeitos sociais provocados pela atividade, ainda que reconhecidos, não eram relevantes para as práticas comerciais, prevalecendo o interesse econômico. O decorrer dos anos, notadamente a partir do momento histórico do final da Guerra Fria, trouxe a necessidade do ingresso destes temas no comércio internacional, que hoje assumem grande importância e polêmica, uma vez que a proteção social e ambiental não raramente colidem com o interesse econômico.

As mudanças no comércio internacional rumo a atual ordem mundial iniciaram ao final da Segunda Grande Guerra. A partir de 1945, e paralelamente à criação das organizações internacionais de proteção dos direitos humanos, como a ONU, os países vencedores do conflito capitanearam um movimento de desregulamentação e ampliação do comércio mundial, que culminou com a aprovação do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio ou General Agreement on Tariffs and Trade, o GATT. Em 1947. O GATT tinha como principal objetivo estimular o comércio internacional pela promoção da liberdade comercial, com uma progressiva retirada ou redução das barreiras alfandegárias, mantendo-as apenas excepcionalmente, princípio este mantido na OMC (PORTELA, 2021, p. 514).

Apesar de um grande avanço na liberalização do comércio e na tentativa de uma maior integração econômica, superando o protecionismo e fomentando a cooperação entre os países, pontos importantes para um cenário pós-guerra, o GATT possuía algumas falhas. A primeira delas que merece menção é a de que o Acordo era restrito à comercialização de mercadorias e bens, não incluindo o comércio de serviços, o que foi corrigido com uma revisão de 1994, no bojo da criação da OMC, no que ficou conhecido como GATT 1994, vigente até hoje e considerado o principal instrumento jurídico da Organização, renomeando, também, a versão original do Acordo para GATT 1947 (PORTELA, 2021, p. 516).

Um segundo ponto negativo do GATT 1947 era a ausência de preocupação com o meio ambiente, ainda não em voga à época. Para os elaboradores do antigo Acordo, cláusulas ambientais eram vistas com desconfiança, pois poderiam limitar o comércio e, dessa forma, dificultar a realização de seus objetivos (FIORATI, 2008). Com efeito, esta preocupação manteve-se evidente durante todo o período de vigência deste modelo, realçando uma primazia quase absoluta do desenvolvimento e de interesses econômicos sobre os demais, em especial nos âmbitos social e ambiental.

Um exemplo de primazia do interesse econômico sobre o social e o ambiental são os BITs, Bilateral Investment Treaties ou Acordos Bilaterais de Comércio, firmados entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Nestes acordos, o aspecto econômico prevalecia nitidamente sobre o social,

privilegiando os investidores estrangeiros em detrimento dos governos e nacionais dos países em desenvolvimento receptores dos investimentos.

Foi somente na década de 1990, com grande impulso do Relatório Brundtland de 1987, que as cláusulas ambientais se tornaram uma realidade no comércio internacional. O maior ponto de inflexão foi a Eco92, conferência sobre o clima da ONU realizada no Rio de Janeiro, na qual foi consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável e a necessidade de realizar o comércio internacional tendo em vista a preservação do meio ambiente. Na mesma linha, o Tratado de Marraquexe, que instituiu a OMC, coloca a proteção ambiental como um dos princípios que deve reger o comércio internacional, e os Tratados bilaterais e multilaterais de comércio e investimentos passaram a conter cláusulas ambientais.

Contudo, a primeira convenção internacional a por em discussão a proteção ao meio ambiente foi a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Clima, realizada em Estocolmo, capital da Suécia, em 1972. Como resultado da Conferência foi redigida a Declaração de Estocolmo, considerada o ponto de partida para o sistema internacional de proteção ao meio ambiente (PORTELA, 2021), que já traz os princípios básicos da regulamentação internacional da matéria:

A Declaração parte do princípio de que o meio ambiente equilibrado é essencial para o bem-estar das pessoas e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à própria vida. Fundamenta-se também na premissa de que o ser humano, com o rápido progresso científico e tecnológico, conquistou o poder de transformar o meio ambiente de inúmeras maneiras e em escalas sem precedentes, o que, feito de maneira equivocada, pode causar danos maciços e irreversíveis. Na Declaração de Estocolmo, a proteção e a melhoria do meio ambiente é [sic] considerada o aspecto mais relevante para o bem-estar dos povos e o desenvolvimento do mundo inteiro e, nesse sentido, passa a ser dever de todos os Estados e objetivo dos povos comuns do mundo, a ser assegurado para as gerações presentes e futuras, em harmonia com a paz e o desenvolvimento econômico e social (PORTELA, 2021).

A tônica da Declaração de Estocolmo é visível na Constituição Federal de 1988, que dispõe, em seu art. 225, caput, ser direito de todos um meio ambiente “ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, [2022]. A Constituição, no mesmo sentido do documento internacional, relaciona o direito à vida com o meio ambiente equilibrado, bem como demanda do Estado e da sociedade o dever de preservação e proteção. O texto constitucional não faz referência direta ao uso das tecnologias e avanços científicos, contudo, tal uso é plenamente compatível com o espírito da Constituição neste ponto.

Também merece destaque a menção à necessidade de harmonização da proteção ao meio ambiente com o desenvolvimento econômico e social. Esta preocupação foi externada pelos países em desenvolvimento presentes na Conferência, que conseguiram a inclusão deste ponto na Declaração final (FIORATI, 2008). Como já visto, desde a formulação do GATT em 1947 os países em desenvolvimento consideravam a pauta ambiental como ameaçadora às suas aspirações desenvolvimentistas. A atenção ao desenvolvimento econômico e social pautou a evolução da proteção internacional ao meio ambiente, culminando na próxima norma de relevo do Direito Internacional do Meio Ambiente: a Declaração do Rio, de 1992.

A Declaração do Rio é oriunda da Eco 92, outra Conferência sobre o Clima das Nações Unidas, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Esta Conferência, de grande destaque e importância no cenário internacional, e em especial no Brasil, por ter sido realizada no país, manteve quase todos os valores da Declaração de Estocolmo, atualizando-os, porém, como fruto de duas décadas de negociações (PORTELA, 2021). Paralelamente à Declaração do Rio, foi aprovada na Eco 92 a Agenda 21. Documento extenso, a Agenda 21 traz em suas seções diversos pontos de preocupação com o meio ambiente, medidas a serem tomadas em variadas frentes e os atores responsáveis por estas medidas. Um conceito, trazido na Declaração da Eco 92 e crucial para a evolução das energias renováveis é o de desenvolvimento sustentável.

Apesar de consagrado na Eco 92, o conceito de desenvolvimento sustentável está no Relatório “Nosso Futuro Comum”, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, de 1987. Também conhecido como Relatório Brundtland, sobrenome da Primeira-Ministra da

Noruega e presidente da Comissão, o texto assim define o desenvolvimento sustentável: “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (UNITED NATIONS, 1987)¹. Em seguida, o Relatório elabora duas ideias ou conceitos, o de necessidades, notadamente as necessidades dos mais pobres, e o de “limitações”. As limitações são aquelas impostas pelo estado da tecnologia e a organização social, sobre a habilidade do meio ambiente em satisfazer as necessidades atuais e futuras (UNITED NATIONS, 1987 – tradução nossa).

O Relatório também aponta como o uso da energia é um dos pontos nos quais boa parte da humanidade vive acima da capacidade ecológica do globo: “Living standards that go beyond the basic minimum are sustainable only if consumption standards everywhere have regard for long-term sustainability. Yet many of us live beyond the world's ecological means, for instance in our patterns of energy use” (UNITED NATIONS, 1987)². O Relatório Brundtland, em outro ponto, torna mais clara a relação direta entre a busca por energias renováveis e o desenvolvimento sustentável, ao apontar como essencial o incentivo ao seu uso:

The Commission believes that every effort should be made to develop the potential for renewable energy, which should form the foundation of the global energy structure during the 21st Century. A much more concerted effort must be mounted if this potential is to be realized. But a major programme of renewable energy development will involve large costs and high risks, particularly massive-scale solar and biomass industries. Developing countries lack the resources to finance all but a small fraction of this cost although they will be important users and possibly even exporters. Large-scale financial and technical assistance will therefore be required (UNITED NATIONS, 1987)³.

Este trecho do Relatório também aponta um dos principais desafios da mudança para uma matriz energética mais renovável: os altos custos, notadamente para países em desenvolvimento, assunto que será debatido na parte de resultados e discussão. Outro tema diretamente relacionado com as energias limpas é o combate ao aquecimento global e as mudanças climáticas. A poluição atmosférica foi o principal tema de interesse da Conferência da ONU de 1972, porém o primeiro Tratado sobre o tema foi a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima de 1992, que tem como objetivos o combate ao efeito-estufa e a destruição da camada de ozônio (PORTELA, 2021). Todavia, o Tratado mais conhecido sobre o combate ao efeito-estufa é o Protocolo de Quioto.

O Protocolo de Quioto, firmado na cidade japonesa homônima em 1998 foi realizado no bojo da Convenção-Quadro da ONU e, com vistas a combater o aquecimento global,

Determina que os Estados deverão, para promover o desenvolvimento sustentável, implementar e/ou aprimorar políticas e medidas em áreas como as seguintes: aumento da eficiência energética em setores relevantes da economia nacional; promoção de formas sustentáveis de agricultura; proteção e o aumento de sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal, levando em conta seus compromissos assumidos em acordos internacionais relevantes sobre o meio ambiente (...) (PORTELA, 2021).

¹Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações atenderem suas próprias necessidades. Tradução nossa.

²Os padrões de vida que vão além do mínimo básico são sustentáveis somente se os padrões de consumo em todas as áreas atentarem para sustentabilidade de longo prazo. Mesmo assim muitos de nós vivem além dos meios ecológicos do mundo, inclusive nos nossos padrões de consumo de energia. Living standards that go beyond the basic minimum are sustainable only if consumption standards everywhere have regard for long-term sustainability. Yet many of us live beyond the world's ecological means, for instance in our patterns of energy use

³

O Protocolo de Quioto, na visão de parte da sociedade internacional, não alcançou os objetivos pretendidos, razão pela qual foi feito um novo protocolo à Convenção-Quadro: o Acordo de Paris. O objetivo do acordo é o de reforçar a resposta mundial contra as ameaças vinculadas às mudanças climáticas, e isto “dentro de um marco de promoção do desenvolvimento sustentável e de redução da pobreza” (PORTELA, 2021). São ambiciosas as metas do Acordo de Paris, com a manutenção da temperatura mundial bem abaixo de 2°C e uma tentativa de limitar este aumento da temperatura a 1,5°C (PORTELA, 2021). A busca por energias limpas e renováveis tem, justamente, como principal objetivo a redução das emissões de gases estufa, notadamente nas áreas de transporte e produção industrial, como será analisado no espaço para resultados e discussões.

Nos anos 1990 a sociedade internacional alcançou avanços significativos na proteção ao meio ambiente e na busca por um desenvolvimento sustentável, ou seja, crescimento econômico e social tendo em vista a finitude dos recursos naturais e a necessidade de sua salvaguarda. Na mesma época, e conjuntamente com esta evolução na seara do meio ambiente, a sociedade internacional também evoluiu sobremaneira no estabelecimento de regras e uma maior cooperação no âmbito do comércio internacional, notadamente com a criação da OMC e a remodelação do GATT. Estas duas vertentes, pois, se interconectaram, trazendo a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável para a pauta do comércio internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os acordos e protocolos de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, apresentados na introdução, formaram a base para o desenvolvimento do tema, e levaram ao ingresso destas pautas no âmbito do comércio internacional, sendo, portanto, um referencial teórico indireto. Porém, os referenciais teóricos principais do trabalho são os documentos fundantes da Organização Mundial do Comércio, compilados na chamada Ata de Marraquexe, em especial os dispositivos que dizem respeito ao desenvolvimento sustentável e as exceções não comerciais. A Ata de Marraquexe contém o Tratado de criação da OMC, o GATT 1994 e outros acordos multilaterais firmados na mesma Convenção.

A OMC foi criada com o objetivo de incentivar e liberalizar o comércio internacional, continuando o trabalho iniciado com o GATT, reduzindo barreiras ao fluxo de bens, mercadorias e, desde a aplicação do Acordo, de serviços. Todavia, o GATT 1994 prevê situações nas quais os países poderão impor barreiras ao comércio, sendo estas as chamadas exceções não comerciais:

O fato de a OMC preconizar a liberalização do comércio internacional não implica que ficam eliminadas todas as possibilidades de restrições aos fluxos comerciais, que podem ser aplicadas diante, por exemplo, da necessidade de proteger a saúde e a vida das pessoas, de garantir a preservação dos recursos naturais esgotáveis em geral e de resguardar tesouros nacionais de valor artístico, histórico ou arqueológico (PORTELA, 2021).

Logo, nota-se que a preservação dos recursos naturais esgotáveis é uma das exceções não comerciais, autorizadora da imposição de restrições ao comércio internacional. O desenvolvimento sustentável, por sua vez, é considerado pela Ata de Marraquexe como uma manifestação do princípio da lealdade, que pauta a OMC. Com base no princípio da lealdade, devem ser vedadas práticas que venham a distorcer a competição no cenário internacional, e que violem valores caros à comunidade internacional, como a proteção da dignidade da pessoa humana e a promoção do desenvolvimento sustentável (PORTELA, 2021).

Nesta seara, buscando o desenvolvimento sustentável, e tendo como base os princípios que regem a OMC, além dos Tratados e Protocolos envolvendo a proteção ao meio ambiente, a sociedade internacional desenvolveu um verdadeiro mercado verde, envolvendo investimentos em proteção ambiental e desenvolvimento sustentável. Dentro deste mercado, destacam-se iniciativas envolvendo o incremento do uso de energias limpas, com investimento em novas formas e o desenvolvimento de novas técnicas e métodos mais baratos e acessíveis de produção.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado na pesquisa foi o dedutivo, partindo das premissas acerca da construção da proteção ambiental e do comércio internacional para concluir acerca da evolução deste cenário e as iniciativas observadas notadamente no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A humanidade, em suas atividades comerciais e industriais, desde a Revolução Industrial do século XVII, vem utilizando fontes não renováveis de energia, notadamente as provenientes de combustíveis fósseis, principalmente petróleo, carvão mineral e gás natural, contribuindo para o aquecimento do planeta e a degradação ambiental:

O uso dos nossos recursos energéticos é um dos principais fatores a afetar o ambiente (e a aplicação de produtos químicos outro). O crescimento da utilização de combustíveis fósseis observado desde o início da era industrial causou o aumento da concentração de dióxido de carbono atmosférico em torno de 30%.

Foi diante destes dados que a sociedade internacional se mobilizou para, a partir dos anos 1970 e principalmente 1990, promover uma mudança significativa nas fontes energéticas, de combustíveis fósseis para energias renováveis. As iniciativas vêm apresentando resultados, com uma melhoria nos índices de uso de energias renováveis em diversos países do mundo, sendo o Brasil um dos mais destacados. Conforme dados do Governo Federal, a matriz energética brasileira é composta em 46% de energias renováveis, ante 14% do mundo. Quando analisada a matriz elétrica, ou seja, fontes de energia utilizadas para a geração de energia elétrica, o Brasil sobe para 86%, ante 27% (BRASIL, 2021). Todavia, a matriz elétrica brasileira é composta em 65% de energia hidroelétrica que, apesar de considerada renovável, traz impactos ambientais devido a inundação de áreas florestais. A energia solar corresponde a, apenas, 1,7%, a eólica 8,8% e a biomassa, 9,1% (BRASIL, 2021).

Um outro ponto de destaque, diretamente relacionado com o comércio internacional de e a substituição da matriz energética é o mercado de créditos de carbono. Este mercado foi aquecido pela crise econômica global de 2008 e 2009, e consiste na compensação das emissões de países desenvolvidos com a preservação ambiental em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2021). Trata-se de um mercado que poderia ser muito melhor explorado no país, com iniciativas melhores de preservação ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos vários avanços foram notados, tanto em relação às cláusulas sociais quanto às ambientais, com a criação de novos mercados, como os créditos de carbono, novas fontes de energia sustentáveis, e um avanço claro da sociedade internacional para a inclusão de práticas comerciais mais sustentáveis e investimentos em energias limpas. Contudo, momentos de instabilidades políticas e de crises econômicas, como a vivida na atualidade, têm deteriorado a proteção social e ambiental, razão pela qual os desafios para a manutenção das cláusulas ambientais e sociais no comércio internacional se mostram de grande monta. Entretanto, os avanços na diversificação da matriz energética no Brasil e no mundo são notáveis, bem como as iniciativas para uma maior democratização do acesso às energias limpas para comunidades mais carentes, no país e no mundo, devendo tais iniciativas contar com uma maior divulgação e apoio da sociedade internacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Empresa de Pesquisa Energética. **Matriz Energética e Elétrica**, 2021. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcedenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acesso em: 02 out 2022.

FIORATI, Jete Jane. **Meio ambiente e concorrência na OMC**. Franca: FHDSS, 2008.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MAZZUOLI, Valerio de O. **Curso de Direito Internacional Público**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559641307. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641307/>. Acesso em: 02 out. 2022.

DA SILVEIRA, Caroline Soares; DE OLIVEIRA, Letícia. Análise do mercado de carbono no Brasil: histórico e desenvolvimento. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 24, n. 3, dez. 2021. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/9354/8099>>. Acesso em: 02 out. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/ncn.v24i3.9354>.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**: incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

ENSINO SUPERIOR E A PANDEMIA COVID 19: Proposta de pesquisa sobre os impactos da pandemia e o papel do ensino remoto no ensino superior

HIGHER EDUCATION AND THE COVID 19 PANDEMIC: Research proposal on the impacts of the pandemic and the role of remote learning in higher education

Área temática: 04 - Educação de Qualidade

AFONSO, Rafael
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF)
rafaelfonsao@gmail.com

CARVALHO NETO, Silvio
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca
Doutor em Administração (USP)
silvio@facef.br

Resumo

Diante da mudança radical da rotina de grande parte da população do nosso país, devido à Pandemia Covid-19, que causou uma grande devastação em todo mundo, trazendo a necessidade do distanciamento social, foram necessárias adotar medidas na rotina, educação e para a vida do cidadão em geral. A disponibilidade de ferramentas para auxiliar educadores e alunos se tornou parte da rotina educacional, e dominar esse novo mundo tem sido o desafio desses usuários nesse período. Esse artigo tem como propósito apresentar uma proposta de pesquisa, que está em andamento, que tem como objetivo analisar os impactos causados pela pandemia no ensino superior em uma universidade de Franca-SP. A proposta consiste na realização de um levantamento bibliográfico de revistas, livros e artigos científicos, e de uma pesquisa de campo com posterior análise dos dados coletados e discussão dos resultados.

Palavras-chave: Metodologia; Aprendizagem; Tecnologia; Ensino; Remoto.

Abstract

Faced with this radical change in the routine of a large part of the population of our country, due to the Coronavirus that has caused great devastation around the world, bringing the need for social distance, it was necessary to adopt measures in routine, education and for your life. The availability of tools to help educators and students has become part of everyone's routine, and mastering this new world has been the challenge for these users in this period. This research aims to analyze the impacts caused by the pandemic on higher education in a university in Franca-SP, a bibliographic survey of journals, books and scientific articles will be carried out, a field research will be carried out and later an analysis of the data collected and discussion of results.

Keywords: Methodology; Learning; Technology; Teaching; Remote.

1 INTRODUÇÃO

Diante da crise causada pela pandemia Covid-19 (Sars-Cov-2) que mudou a rotina de milhares de pessoas ao redor do mundo, foi necessário adotar novas estratégias emergências como por exemplo: o distanciamento social, uso de máscaras, uso de álcool em gel e ensino remoto. Dentro dessas mudanças nota-se que o ensino-remoto surgiu como uma medida emergencial, de modo que as aulas os conteúdos não se perdessem durante os tempos de isolamento.

O ensino-remoto permitiu o acesso à educação através de dispositivos móveis como por exemplo: smartphones e tablets. A escola passou a ser um espaço virtual, onde seus alunos precisavam estar conectados através de um software/aplicativo para assistirem suas aulas, necessitando a conexão com a internet e um bom hardware/dispositivo para que tenha um bom acesso sem delays e travamentos. O fato de ter uma boa largura de banda e um bom dispositivo evidenciou a desigualdade digital. Será que todos tem acesso a esses recursos? Esta temática é um dos pontos centrais da presente proposta de pesquisa, que serão analisados nesse trabalho.

A pesquisa terá como propósito em analisar os impactos causados pela Sars-Cov-2 a Covid-19, em um curso de nível de superior de uma universidade de Franca-SP. Será realizado um levantamento bibliográfico e de dados sobre a educação nos tempos de crise, através de artigos, revistas e livros científicos, de modo que se contemple a discussão desse presente trabalho.

Essa pesquisa tem como objetivo apresentar esta proposta de analisar os impactos causados pelo ensino-remoto em curso de ensino superior por meio de levantamento bibliográfico e de pesquisa de campo, e posterior análise dos dados coletados e discussão dos resultados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SOBRE A PANDEMIA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com Porsse *et.al* (2020, p. 4) “o primeiro caso de Covid-19 foi registrado na China em dezembro de 2019” e em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou o estado de contaminação à pandemia. A pandemia é declarada quando uma doença infecciosa atinge várias regiões/países em grande região demográfica.

No momento dos estudos dos autores Porsse *et.al* (2020), o Brasil já tinha registrado o primeiro caso do vírus, assim como também o avanço do vírus em todos os estados brasileiros. Segundo os autores “a doença apresenta vigorosa dinâmica de crescimento território nacional, registrando-se 11,13 mil casos confirmados e 486 mortes”. O avanço do vírus vem gerando grande mudanças e consequências no sistema econômico, na saúde e educação (PORSSE, *et.al*, 2020, p.4-5).

Brandt et al (2020,129) discorrem que essa crise sanitária vem gerando um grande consumo e busca pela informação, gerando um “cenário de incertezas e imprevisibilidade em âmbito global.”, ou seja, informações geradas e consumidas por fontes não confiáveis, que formam e se espalham muito rápido ao redor do globo, com isso temos a “infodemia”.

O conceito de infodemia está atrelado a um grande fluxo de informações que se espalham com grande velocidade que podem prejudicar o trabalho de profissionais da saúde, professores, gestores públicos, grupos sociais e políticos, devido às denominadas Fake News (BRANDT, *et.al*, 2020, p. 129)

Em resposta a infodemia os autores enfatizam a importância de se verificar a fonte daquela notícia, de modo que se evite a disseminação de Fake News, onde entra também a importância dos cientistas e pesquisadores por meio dos seus trabalhos científicos venham a dar informações claras e objetivas acerca da Covid-19 (BRANDT, *et.al*, 2020, p. 129).

A publicação científica tem relação ao Desenvolvimento Regional e à Dinâmica Territorial segundo Brandt *et.al* (2020), pois envolve uma ação coletiva e coordenada, afim de combater o avanço da pandemia. Com o avanço da pandemia e de como ela está impactando o mundo, seja na economia, educação, na política, foi necessária a mobilização das Políticas Públicas para resolver os problemas gerados pela pandemia na população.

2.1 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO

Costa *et.al* (2021) discorrem sobre como a pandemia afetou a educação e todos os seus envolvidos professores, alunos, coordenadores, profissionais da educação, em que foi preciso uma reorganização sobre o calendário escolar para o modelo de ensino virtual. Com a mudança para o virtual os autores salientam sobre a dificuldade de adaptação para o domínio na usabilidade das tecnologias digitais, pois não são todos que possuem uma capacitação para administração desses recursos. Para que os objetivos do modelo de ensino virtual sejam atingidos, o autor enfatiza a importância do letramento digital por parte de professores, para construção do “mais significativo do conhecimento nos ambientes virtuais” (COSTA, *et.al*, 2021, p.12).

Os autores realizaram uma pesquisa de âmbito quantitativa-qualitativa, acerca da opinião sobre o cotidiano pedagógico das escolas de coordenadores pedagógicos e diretores de diferentes escolas da rede pública e privada de atuação. Participaram da pesquisa coordenadores e diretores da Educação Básica que atuam desde a Educação Infantil até ao Ensino Médio de seis estados brasileiros (COSTA, *et.al*, 2021)

Dentro da pesquisa os autores verificaram através do levantamento de dados, que algumas escolas conseguiram se adequar ao ensino remoto, mas não foram todas, devido à falta de recursos, má conexão com a internet, dificultando o acesso a este recurso e continuidade de ensino (COSTA, *et.al*, 2021).

De acordo com Costa *et.al* (2021, p.15) foi observado que 76,92% das escolas que não possuem internet à disposição dos docentes são da rede pública de ensino, onde 53,84% encontram-se localizadas na região Nordeste, 38,46% no Sudeste e 7,7% no Norte do país. Em relação ao percentual de escolas que possuem internet, 69,8% dos participantes declaram que as escolas em que trabalham disponibilizam internet aos professores, entretanto apenas 26,66% deste percentual é de escolas públicas, o que configura menor acesso à internet no ambiente de trabalho por professores da rede desse seguimento.

Com isso nota-se que escola precisa ter infraestrutura para que este método seja eficaz, para a promoção de ensino-aprendizagem. Um dos pontos levantados pelos autores é em relação se todos os alunos possuem acesso AVA (Ambiente Virtual de aprendizagem nas escolas:

Para Costa *et.al*. (2021, p. 14) a quantidade média de alunos da pesquisa por escola é de 100 a 200 alunos. Ao serem analisadas as respostas à seguinte pergunta “existem alunos que não estão acessando as aulas virtuais?”, obteve-se a informação que em 74% das unidades existem alunos que não são assistidos pelos modelos de aulas adotados nas escolas, o que nos leva a refletir que a modalidade de ensino remoto virtual ocasiona desigualdades no que concerne à equidade do ensino.

Verifica-se que a porcentagem é preocupante, pois é apontado, sobre a desigualdade gerada pelo ensino-remoto, que não são todos que possuem um bom hardware, uma boa internet para ter acesso ao conteúdo. Os autores discorrem que as escolas tiveram que adotar métodos alternativos para esses alunos, citam que foram utilizadas ferramentas “via redes de comunicação direta, como WhatsApp e ligação – telefônica – de acompanhamento”, de modo que esses alunos não saíssem prejudicados. Com isso foi necessária a adoção de planos contingenciais, como medida estratégia para

“continuidade das atividades na Educação Básica e adequação de realidades em diferentes contextos diferentes para garantir o acesso à educação” (COSTA, *et.al*, 2021, p.14).

Verifica-se o tamanho do impacto da Pandemia Covid-19 na educação, de modo que fosse necessário adotar planos contingências, mudança de métodos e estratégias, se adequar mesmo que não haja capacitação. Estes foram alguns desafios enfrentados pelos participantes dessa pesquisa. A tecnologia foi uma grande aliada e ao mesmo tempo uma grande barreira para, não apenas para o professor, mas sim para os alunos, coordenadores e diretores, pois todos tiveram que se adequar diante essa nova realidade causada por esta crise sanitária.

Para ilustrar os impactos da Covid-19 é importante ressaltar os dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em relação a fechamentos das escolas devido a Covid-19 no Brasil. A representação da UNESCO no Brasil é localizada em Brasília, tendo início ao seu trabalho no país em 19 de junho de 1964, tendo como objetivo de auxiliar a formalização e operacionalização de políticas públicas. Tendo um papel fundamental durante a crise sanitária, causada pela Covid-19 como o monitoramento da educação, durante a pandemia.

De acordo com a UNESCO, “um ano após o início da pandemia COVID-19, quase metade dos estudantes do mundo ainda são afetados pelo fechamento parcial ou total das escolas, e mais de 100 milhões de crianças adicionais cairão abaixo do nível mínimo de proficiência em leitura como resultado dessa crise de saúde. Priorizar a recuperação da educação é essencial para evitar uma catástrofe geracional, conforme destacado na reunião ministerial de alto nível, realizada em março de 2021” (UNESCO, 2022).

Com isso evidencia-se o impacto causado pela Covid-19 na educação, quando se refere ao isolamento e fechamento das escolas. Para que a educação não saísse prejudicada, as escolas tiveram que adotar medidas emergenciais, dentre elas o ensino remoto. Através do site da Unesco é possível ter acesso ao monitoramento mundial fechamento das escolas devido Covid-19 ao redor do mundo como pode-se ver nas Figuras 01 e 02, que refletem os dados de Abril de 2020 e Fevereiro de 2022, respectivamente.



Figura 01: Fechamento de escolas devido à Covid-19 – Abril de 2020

Fonte: UNESCO (2022)

Verifica-se que no Brasil em 20/04/2020 as escolas tiveram que fechar, devido a Covid-19, sendo 43,156,329 dos estudantes afetados. Na Figura 02 a seguir se encontram os dados de monitoramento mais recentes.



Figura 02: Fechamento de escolas devido à Covid-19 – Fevereiro de 2022
Fonte: UNESCO (2022)

Verifica-se que até 28 de fevereiro as escolas do Brasil ficaram parcialmente abertas devido a Covid-19, sendo 43.156.329 estudantes afetados em todo o país. Com isso verifica-se que a escola teve que se adaptar diante o fechamento e isolamento social. Segundo os autores Pereira e Santiago (2022, p. 2) foram muitos países, assim como também no Brasil, que adotaram o emprego das “TDICs (tecnologia digitais de informação)”, devido a Covid-19.

Segundo Costa (et. al, 2021) em decorrência da pandemia as escolas passaram a ser um espaço virtual, devido ao risco de contaminação/transmissão da Covid-19. Então verifica-se que a escola teve que se adaptar com os recursos com tecnológicos, sendo necessária uma readequação do calendário escolar. Os autores também pontuam que “coube as instituições de ensino básico adaptar seus metodológicos presenciais” (COSTA, et.al, 2021, p. 11), o que significa que a escola teve que platformizar o ensino, e citam como exemplo o próprio AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) para a se dar continuidade ao ensino.

Dias e Ramalho (2021) apontam que com a globalização as tecnologias digitais ganharam destaque nesse cenário pandêmico. Com isolamento social, as escolas tiveram que adotar o ensino a distância e também o Mobile Learning (Ensino Remoto). Os autores (DIAS; RAMALHO, 2021, p. 68) apontam a diferença entre o ensino remoto da Educação a Distância: “Compreende-se que a Educação a Distância tem uma regulamentação própria e características particulares quanto aos processos de gestão. De fato, Educação a Distância é uma modalidade da Educação brasileira e Ensino Remoto um arranjo para reduzir os prejuízos gerados pela pandemia. Contudo, a proposta do Ensino Remoto aborda a utilização de recursos tecnológicos digitais para a implementação de atividades de ensino e aprendizagem e mesmo que saibamos que Ensino Remoto não é Educação a Distância, sem sombras de dúvidas, as aprendizagens docentes oriundas da EaD podem ser úteis aos momentos de ensino e aprendizagens durante a pandemia”.

Aqui verifica-se que a Educação a Distância tem uma regulamentação própria, sendo uma modalidade já existente na educação brasileira, no entanto, o ensino-remoto foi medida emergencial adotada para reduzir os prejuízos gerados pela pandemia na educação.

Para Pereira e Santiago (2022, p. 4) “as modificações neste panorama impuseram ao modelo de ensino presencial, uma breve ausência no cenário brasileiro”, o que fez surgir a modalidade emergencial o ensino remoto.

De acordo com a Portaria No 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020) que dispõe “sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Corona vírus - COVID-19” em seus artigos: *“Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017”* (BRASIL, 2020). *“§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput”* (BRASIL, 2020)

Aqui verifica-se que as escolas e universidade tiveram que substituir as suas disciplinas presenciais, por aulas que faziam usam das TIC's (Tecnologias de informação e comunicação) oferecendo o acesso e disponibilização de ferramentas, de modo que os alunos possam ter acesso ao conteúdo, assim como também avaliação, e neste sentido cabe a proposta da presente pesquisa, que é investigar sobre os impactos da pandemia e discutir o papel do ensino remoto no ensino superior.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa ainda se encontra em estágio de definição de escopo, no entanto, a proposta inicial é que seja realizado um levantamento bibliográfico de artigos, revistas e livros científicos de modo que se contemple a análise de dados, para posteriormente ser realizada uma pesquisa de campo em instituição de ensino superior de Franca-SP com alunos e professores, após consentimento da instituição e dos participantes.

A proposta de análise seria a partir do procedimento de estudo de caso, com a análise qualitativa e quantitativa do desenvolvimento dos alunos nas plataformas de ensino digital e se a referida adesão impactaria ou não no desenvolvimento da escola, município e ou região.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o ensino-remoto foi um grande aliado nesse momento de crise mundial, sendo um recurso que permitiu o acesso à educação de modo que o docente ou discente pudesse interagir com os recursos digitais para a construção de conhecimento. Nota-se ainda esforço por parte de instituições de ensino, professores, alunos e familiares para que o processo de ensino aprendizagem não pare durante o período de isolamento.

Diante de tantos esforços, as barreiras que surgem são relativas ao acesso de todos às referidas tecnologias digitais, pois, mesmo que se tenha a internet disponível a todos, nem sempre é possível que todos se conectem de forma plena e rápida, e às vezes, mesmo tendo o hardware e capacidade de rede necessária, ainda pode não ser suficiente por causa do analfabetismo digital ou dificuldades de adaptação do aluno com a tecnologia. Assim necessita-se de mais estudos e pesquisas para se investigar como se encontra a situação

escolar com o ensino remoto no período da pandemia e pós-pandemia Covid-19, e é nesse sentido que se encaixa a presente proposta, que procura discutir os efeitos da pandemia e o papel do ensino remoto no ensino superior, e como estes impactos contribuem com o desenvolvimento regional e local.

REFERÊNCIAS

BRANDT, G. B; FELIPPI, A. C. T; OLIVEIRA, V. C; FACCIN, G. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICAS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O PROJETO OBSERVADR/COVID-19. G&DR. V. 16, N. 4, P. 128-140, dez/2020 (Ed. Especial), Taubaté, SP, Brasil.

BRASIL. DOU. Resolução do MEC nº 343, de 17 de Março de 2020. Disponível em <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> Acesso em: Ago. 2022.

COSTA. F. J. C; SOARES, M. C; LEITE, A. A. G. R. Ensino Remoto como estratégia de Intervenção Pedagógica em Tempos de Crise Sanitária. CINTED-UFRGS, Revista Novas Tecnologias na Educação, V. 19 Nº 2, Dezembro, 2021.

COUTO, E. S., & Cruz, I. de M. P. (2020). #FIQUEEMCASA: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA COVID-19. EDUCAÇÃO, 8(3), 200–217. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-21>.

DIAS, D. S. F; RAMALHO, B. L. Mobile Learning no Ensino de Didática: caminhos na pandemia. INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO teoria & prática, vol. 24, nº 2, Porto Alegre, 2021.

PORSSE, A. A.; SOUZA, K. B. de; Carvalho, T. S.; VALE, V. A. Impactos Econômicos do COVID-19 no Brasil. Nota Técnica NEDUR-UFPR No 01-2020, Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Urbano e Regional (NEDUR) da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Abril/2020.

PEREIRA, J. G. N; SANTIAGO, S. B. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO ENSINO BRASILEIRO: UMA REVISÃO DA EDUCAÇÃO REMOTA NA PANDEMIA DO COVID-19. Conex. Ci. e Tecnol. Fortaleza/CE, v.16, p. 01-10, e022004, 2022.

UNESCO. Educação: da interrupção a recuperação. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: < <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse> >. Acesso em: 25 Ago. 2022.

**FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS: REFLEXOS JURÍDICOS NO ÂMBITO PATRIMONIAL
DO DIREITO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL**

*SIMULTANEOUS FAMILIES: LEGAL REFLECTIONS IN THE HERITAGE SCOPE OF FAMILY LAW
IN BRAZIL*

Área temática: 10 – Redução as Desigualdades

CANELA, Kelly Cristina

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Doutora em Direito pela USP, mestra pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata.

kelly.canela@unesp.br

GAJARDONI, Rosana Medeiros Veluci

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestre em Direito pela UNESP. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – FDF.

rosana.gajardoni@unesp.br

MENDES, Daniella Salvador Trigueiro

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestranda em Direito pela UNESP. Pós-graduada em Processos didático-pedagógicos para cursos
na modalidade a distância pela UNIVESP. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Franca.

daniella.salvador@unesp.br

SOARES, Paula Santiago

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestranda e graduada em Direito pela UNESP.

paula.s.soares@unesp.br

GARCIA, Vitor de Almeida

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Mestrando em Direito pela UNESP. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Franca.

vitor.a.garcia@unesp.br

LOPES, Vitor Salvador Garcia

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Graduando em Direito pela UNESP.

vitor-salvador.lopes@unesp.br

Resumo

O presente artigo trata sobre as modificações promovidas nas relações familiares por meio do advento da Constituição Federal de 1988, sobretudo sobre a instrumentalização da família como meio de desenvolvimento de seus entes para promoção de sua felicidade. A repersolinização das relações, nesse sentido, observa os preceitos constitucionais para abarcar novas entidades familiares que se enquadram em seus parâmetros, envolvendo-as no ordenamento legal protetivo. Nesse contexto, discute-se sobre as divergências acerca do reconhecimento das famílias simultâneas à luz dos princípios constitucionais, analisando os reflexos jurídicos e respectivos direitos reconhecidos ou não pela doutrina e jurisprudência pátria, sobretudo no âmbito patrimonial. Desse modo, pretende-se alcançar os objetivos delineados por meio do método dedutivo e qualitativo, com análise de dados bibliográficos e documentais, além da análise jurisprudencial de julgados pátrios com os termos “família simultânea” e “família paralela” após o advento da Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: família simultânea, princípios constitucionais, sociedade de fato.

Abstract

This article deals with the changes promoted in family relationships through the advent of the Federal Constitution of 1988, especially about the instrumentalization of the family as a means of developing their loved ones to promote their happiness. The repersolization of relations, in this sense, observes the constitutional precepts to include new family entities that fit their parameters, involving them in the protective legal order. In this context, we discuss the divergences about the recognition of simultaneous families in the light of constitutional principles, analyzing the legal reflexes and respective rights recognized or not by the doctrine and jurisprudence of the homeland, especially in the patrimonial sphere. Thus, it is intended to achieve the objectives outlined through the deductive and qualitative method, with analysis of bibliographic and documentary data, in addition to the jurisprudential analysis of judgments with the terms "simultaneous family" and "parallel family" after the advent of the Federal Constitution of 1988.

Keywords: simultaneous family, constitutional principles, fact society.

1 INTRODUÇÃO

O advento da Constituição Federal de 1988 reestruturou o Direito de Família ao consagrar a afetividade como princípio jurídico e, conseqüentemente, abarcar novos arranjos familiares provenientes do desenvolvimento social e da pluralidade de relações humanas, demonstrando a modificação paradigmática da relação familiar formal decorrente da unidade matrimonial pelo reconhecimento da finalidade instrumental do núcleo familiar para desenvolvimento pessoal e efetivação da cidadania civil.

Sob tal aspecto, vislumbra-se a utilização da afetividade pela doutrina e jurisprudência como eixo condutor das referidas relações por meio do reconhecimento legal das modalidades familiares expressamente previstas constitucionalmente, assim como das demais abarcadas de modo extensivo pelo gênero denominado "família eudemonista", cujo conceito remete à busca pela felicidade e realização pessoal individual através do núcleo familiar.

Dentro desse contexto de constitucionalização do ordenamento jurídico pátrio, eleva-se o debate e divergência doutrinária e jurisprudencial acerca do reconhecimento de novos arranjos familiares, como ocorre as denominadas famílias simultâneas ou paralelas, em que há dois ou mais núcleos familiares coexistindo concomitantemente por pelo menos um membro (MADALENO, 2018, p. 66).

Assim, o presente estudo justifica sua relevância por meio da análise dos princípios basilares do direito de família, referendados pela Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira, sobretudo quanto à afetividade, dignidade da pessoa humana, autonomia privada, solidariedade e livre planejamento familiar para viabilidade de reconhecimento de tal entidade familiar.

Nesse segmento, será realizada uma análise sobre os direitos reconhecidos ou não pela jurisprudência pátria à família simultânea, termo utilizado neste trabalho para facilitar a apresentação dos conceitos, além de entendimentos contemporâneos proferidos pelos tribunais superiores. Por fim, serão analisados os reflexos patrimoniais às relações simultâneas, no âmbito do direito de família ou do direito das obrigações, por meio da aplicação do enunciado previsto na súmula 380 do Superior Tribunal Federal.

A metodologia utilizada para alcançar as reflexões a que a pesquisa se propõe, apresentará método dedutivo e qualitativo, com a coleta de dados bibliográficos e documental pela análise de julgados proferidos pelos tribunais superiores e estaduais, publicados após o ano de 1988, com menção aos termos "famílias simultâneas" e "famílias paralelas".

Portanto, busca-se analisar os direitos fundamentais das famílias simultâneas, em consonância à proteção constitucional e princípios dos direitos das famílias contemporâneas e a delimitação de seus aspectos jurídicos diante da atuação do Poder Judiciário, mormente quanto ao direito patrimonial dos partícipes de tal relação.

2 AS RELAÇÕES FAMILIARES SIMULTÂNEAS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS FAMÍLIAS NO BRASIL

As relações familiares se formam em variados arranjos, refletindo-se como produto da sociedade, época e cultura em que estão inseridas. O núcleo familiar, portanto, não se traduz em um único conceito fechado ou rígido, havendo espaço para o reconhecimento de grupos familiares diversos, à luz dos princípios constitucionais que regem esta seara do direito em nosso país.

Neste sentido, vale a menção que o ordenamento jurídico brasileiro, responsável pela regularização destas relações interpessoais, prevê a família como base da sociedade, vide art. 226, *caput*, da Carta Magna, contemplando em seus parágrafos, além do núcleo formado por meio do casamento, as famílias constituídas pela união estável e as monoparentais, compreendidas como aquelas em que há apenas um ascendente e seus descendentes.

Não obstante a Constituição Federal de 1988, mediante o artigo supracitado, tenha expressamente previsto estas três formas de constituição da família, depreende-se que este rol tem caráter meramente exemplificativo, sendo reconhecidos diversos outros arranjos familiares, tais como a família extensa ou ampliada¹, anaparental², unipessoal³, socioafetiva e multiparental⁴, dentre outras.

Em todos estes casos, respeitadas suas respectivas particularidades, o núcleo familiar resta amparado pelas previsões contidas na Lei de nº 8.009 de 1990, por exemplo, tornando impenhorável o bem de família destes grupos como consequência direta do reconhecimento destes núcleos como entidades familiares, havendo preservação também de direitos patrimoniais e sucessórios entre seus membros.

A compreensão destes núcleos como entidades familiares deriva, quando não de expressa previsão legal, do entendimento doutrinário e jurisprudencial que vem amparado, como dito, no conteúdo principiológico da Carta Maior que guia o direito das famílias, no plural justamente pelo seu sentido amplo e não restritivo.

Dentre os muitos princípios que alicerçam a entidade familiar no Brasil, pode-se elencar como primordiais, sem prejuízo dos demais, o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), da solidariedade (art. 3º, I, da Constituição Federal), da igualdade entre filhos (art. 227, § 6º, da Constituição Federal, e art. 1.596 do Código Civil), da mínima intervenção estatal ou da liberdade (art. 1.513 do Código Civil) e o princípio da afetividade.

Especificamente sobre o afeto como princípio regulador da família, em que pese não haver norma que o preveja de forma expressa, é pacífico seu reconhecimento como balizador dessas relações, conforme pontua Tartuce (2019, p. 55-56) ao afirmar que “o afeto talvez seja apontado, atualmente, como o principal fundamento das relações familiares”.

No mesmo sentido caminham Rolf Madaleno (2018, p. 145) e Rodrigo da Cunha Pereira (2021, p. 188), ao elucidar, respectivamente, que “o afeto é a mola propulsora dos laços familiares e das relações interpessoais movidas pelo sentimento e pelo amor, para ao fim e ao cabo dar sentido e dignidade à existência humana”, constituindo-se, ao lado dos princípios da dignidade humana, solidariedade e responsabilidade, “a base da sustentação do Direito de Família”.

Sob um enfoque jurisprudencial, o entendimento não é distinto, conforme ilustra trecho do REsp 1.574.859-SP, pontuando que “dentre os princípios constitucionais do Direito Civil no âmbito familiar, merece relevância e destaque o princípio da afetividade”, tornando evidente sua importância no contemporâneo conceito de entidade familiar no país. Decorrencia desta constatação, é a constitucional aceitação da família plural, admitindo-se suas variadas formações, pautadas na busca da felicidade dos indivíduos que a compõem.

Ainda assim, o debate sobre o reconhecimento de determinados arranjos familiares permanece, como ocorre, por exemplo, com a situação das famílias simultâneas ou paralelas, ocasião em que dois ou mais núcleos familiares existem concomitantemente tendo pelo menos um membro constante em todos eles (MADALENO, 2018, p. 66).

¹ Conforme se depreende do artigo 25, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente, previsão incluída pela Lei de nº 12.010, de 2009, define-se como família extensa ou ampliada “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

² Nos termos da Ministra Nancy Andrighi, em julgado do Superior Tribunal de Justiça, a família anaparental restaria configurada “sem a presença de um ascendente, quando constatado os vínculos subjetivos que remetem à família, merece o reconhecimento e igual status” (STJ, REsp 1217415-RS, Rel.^a Min.^a Nancy Andrighi, 3ª T., publ. 28/06/2012).

³ É também reconhecida a família formada por uma única pessoa, seja ela solteira, separada ou viúva, estendendo-se a esta, por consequência, os efeitos da impenhorabilidade de bem de família, sob a égide da Súmula 364 do Superior Tribunal de Justiça.

⁴ A família multiparental consiste em uma multiplicidade de vínculos de ascendência, com a possibilidade de reconhecimento concomitante, vide RE 898060/2016, do Supremo Tribunal Federal, e Provimento nº 63/2017, alterado pelo Provimento nº 83/2019, ambos do Conselho Nacional de Justiça, exemplificadamente. Assim como pode ocorrer na multiparentalidade, a família socioafetiva advém dos vínculos afetivos entre as partes, sendo uma consequência de desbiologização como legitimadora das relações familiares.

Vale pontuar que a família simultânea restará configurada quando coexistirem duas uniões estáveis paralelas. Distingue-se da situação em que concomitantemente subsistem um casamento e uma união estável, compreendida como concubinato por força do art. 1.727 c/c 1.521, VI, ambos do Código Civil, ou dois casamentos simultâneos, conduta vedada pelo Código Penal, vide seu artigo 235, denominada bigamia.

Isto posto e voltando-se unicamente para as famílias simultâneas, compreende-se que a resistência no reconhecimento dos relacionamentos simultâneos como entidades familiares deriva, dentre outros fatores, da consideração da monogamia também como princípio constitucional balizador do direito das famílias, o que viria a vedar a possibilidade de arranjos que ampliassem estes vínculos afetivos amorosos à mais de um parceiro ou parceira.

Segue-se também, as proibições expressas, conforme estampado acima, ao concubinato e bigamia, podendo, inclusive, tais relações serem vistas como uma afronta ao dever dos cônjuges, extensivamente aplicado aos companheiros, de fidelidade recíproca, previsto pelo artigo 1.566 do Código Civil, havendo também regulamentação específica à união estável no que diz respeito à lealdade (art. 1.724 do Código Civil)⁵.

Tanto é que, quando constatada a existência destes relacionamentos concomitantes, no caso do concubinato, por exemplo, fala-se de putatividade, ou seja, da boa-fé de um dos cônjuges quanto à existência de fator impeditivo ao casamento, para que então lhe sejam aproveitados os efeitos civis da relação, valendo tal previsão, por lógico e consequência, ao companheiro ou companheira que constituiu união estável com pessoa casada ignorando esta realidade.

Novamente, todas essas limitações vêm pautadas no entendimento da monogamia como princípio norteador das famílias brasileiras (MADALENO, 2018, p. 67). Ainda que haja constantes debates sobre este tópico e ao fato de a monogamia ser, de fato, um princípio jurídico ou meramente uma regra restritiva à existência de dois casamentos concomitantes, por não ser o objetivo do presente estudo, não adentrar-se-á neste campo, mantendo-se a compreensão desta como princípio constitucional, para os fins aqui propostos.

Assim sendo, há que se verificar um conflito entre os teores principiológicos aqui dispostos, posto que, ao mesmo tempo que determinados princípios prezam pela formação da família baseada no afeto entre seus membros, sem restrições formais, outro traz uma latente restrição aos grupos que desejem construir relações afetuosas com mais de uma pessoa ao mesmo tempo.

Sendo a existência familiar uma realidade fática, restando ao direito apenas regulamentar o já existente, as complicações práticas se tornam evidentes. Resta, portanto, o questionamento de como proceder na hipótese de configuradas relações simultâneas que preencham todos os requisitos da união estável, quais sejam, convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituir família (art. 1.723, *caput*, do Código Civil).

Não havendo uma previsão legal expressa sobre o tópico, resta, por consequência, à jurisprudência pátria regulamentar as divergências deste teor que são levadas à apreciação do judiciário, com atenção especial ao posicionamento dos tribunais superiores, conforme passa a ser abordado a seguir.

3 DIREITOS (NÃO) RECONHECIDOS ATUALMENTE ÀS FAMÍLIAS SIMULTÂNEAS

O artigo 226 da Constituição Federal Brasileira estabelece que a família é a base da sociedade. Ciente de que não há, na atualidade, apenas um modelo de entidade familiar, o legislador constituinte não forneceu um conceito do que se entende por família, se limitando a elencar a família oriunda do casamento, da união estável e a família monoparental (HIRONAKA; TARTUCE, 2019, p. 3).

Da mesma forma que o conceito de família pode variar de acordo com a evolução da sociedade e a modificação de seus valores e de sua estrutura, os direitos que lhe são conferidos e reconhecidos também podem variar.

Fato é que a família deixou de ser vista apenas no tocante àquele modelo patriarcal e patrimonialista do Código Civil de 1916 (HIRONAKA, TARTUCE, 2019, p. 3), passando a ter o afeto e a felicidade como seu elemento estruturante (FARIAS; ROSENVALD, 2011, p. 89-90).

⁵ Neste ponto, vale distinção dos conceitos de fidelidade e lealdade, conforme ensina Rodrigo da Cunha Pereira (2021, p. 322), afirmando que a primeira seria uma espécie do gênero maior lealdade, sendo a fidelidade um dever dos parceiros amorosos derivado do princípio jurídico da monogamia. Por outro lado, a lealdade estaria intrinsecamente ligada ao respeito e consideração entre os companheiros, sendo uma postura mais aberta, não se restringindo, portanto, à questão sexual, e abrangendo a exigência da honestidade mútua, primordialmente.

A família, como fato ou fenômeno cultural, antecede a norma jurídica (FACHIN, 1999, p.14), que não consegue acompanhar as transformações ocorridas no decorrer do tempo no que diz respeito à sua constituição.

Não existe no ordenamento pátrio, por isso, legislação que regulamente ou reconheça a existência das famílias simultâneas. Cabe ao Poder Judiciário eventualmente reconhecer os direitos daqueles que se encontram nesse modelo de arranjo familiar. Embora, como se verifica, ainda é minoritária a jurisprudência que reconheça a possibilidade de relacionamento familiar simultâneo.

Na própria doutrina brasileira não há consenso a respeito da possibilidade de se reconhecer as famílias simultâneas como entidades familiares, situação em que, nas palavras de Giselda Hironaka e Flávio Tartuce, "concorrerem, em igualdade de condições, ambos os núcleos, relativamente a direitos e deveres daí derivados" (HIRONAKA; TARTUCE, 2019, p. 6).

Isso porque a monogamia é o modelo central de entidade familiar da sociedade ocidental contemporânea. Porém, isso não significa dizer que não existam outros modelos familiares que se afastem desse padrão. Muito menos que possam ser relegadas ao campo da ilicitude, sem merecerem ser tuteladas pelo Estado através do direito das famílias (PIANOVSKI, [s.d.], p. 4).⁶

Por isso, Carlos Eduardo Pianovski defende um direito das famílias plural e democrático que não ignore situações familiares que existem no mundo dos fatos, dentre as quais, a família simultânea (PIANOVSKI, [s.d.], p. 5).

O que o ordenamento jurídico não pode é, em desrespeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade, simplesmente ignorar a realidade fática, mesmo porque, a Constituição Federal Brasileira, ao elencar os modelos de entidades familiares, não a fez "*numerus clausus*" (LÔBO, 2004).

Não se fala aqui de qualquer situação de eventualidade, mas aquelas que apresentam os requisitos estruturantes de família, como ostensibilidade, durabilidade, além de respeito à dignidade das pessoas envolvidas.

Situação em que a norma deverá se dirigir não ao todo abstratamente considerado, mas a cada um de seus integrantes, sendo possível localizar, "na perspectiva de algum deles, coexistências familiares em núcleos diversos entre si, mas que, nem por isso, podem ser reputadas de antemão como mutuamente excludentes" (PIANOVSKI, [s.d.], p.15).

Não se nega que a mudança da legislação nessa seara se dará a passos largos, sendo essencial, pelo menos, previsões a respeito do dever de alimentos e partilha de bens.

Interessante abordagem feita por Carlos Eduardo Pianovski a respeito da impenhorabilidade do bem de família. Embora a situação de famílias simultâneas não esteja prevista na Lei 8009/90, o autor defende que se estende a impenhorabilidade "aos imóveis utilizados como residência por todas as entidades familiares simultâneas, ainda que pertencentes os referidos bens a um único titular, componente comum de todas as famílias" (PIANOVSKI, [s.d.], p. 23).

Referentemente a aspectos patrimoniais, distingue-se algumas situações. 1. Quando há uma relação matrimonial concomitante com uma relação não matrimonializada, mas que todos os integrantes são cientes da situação e agem de boa-fé; 2. Quando há coexistência de duas uniões estáveis simultâneas, ostensivas e duráveis, em que também há ciência de todos os envolvidos; 3. e a existência de uma relação em que o cônjuge/companheiro da primeira união desconhece a existência da segunda e vice-versa.⁷

As situações elencadas acima, em virtude do princípio da boa-fé e a despeito da lacuna da legislação, devem ser resolvidas com base no direito das famílias, aplicando por analogia as regras referentes a matrimônio e regime de bens previstos no Código Civil (PIANOVSKI, [s.d.], p. 23-24).

Diferente é a situação em que o companheiro da segunda relação omite esse fato do cônjuge/companheiro da primeira relação. Nessa hipótese, por não estar presente o requisito da boa-fé e da ostensibilidade, a relação é considerada uma sociedade de fato e eventuais litígios envolvendo aspectos patrimoniais, serão resolvidos pelo direito das obrigações.

⁶ Ao discorrer sobre os valores morais o autor salienta: "Não se trata de criticar a orientação monogâmica comum a uma moral social média, que reflete uma longa permanência histórica. Trata-se, sim, de criticar a pretensão de atribuir ao direito estatal o poder de reputar ilícitas formas de convivência decorrentes de escolhas coexistenciais materialmente livres." (PIANOVSKI, [s.d.], p. 4).

⁷ Na última situação elencada, entende-se que se aplica por analogia, as regras do casamento putativo, artigo 1561, § 1º do CC. Laura de Toledo Ponzoni critica essa solução pois, no seu entender, a união estável não se iguala a casamento, além de ser um problema a necessidade de se ordenar as relações no tempo a fim de se identificar qual a relação putativa. (PONZONI, 2008, *online*).

No entanto, Maria Berenice Dias não distingue essas situações e adverte que não é legítimo deixar de conceder tutela jurídica a situações que de fato existem. Para a autora, “presentes os requisitos legais, é mister reconhecer que configuram união estável, sob pena de se cancelar o enriquecimento injustificado, dando uma resposta que afronta a ética.” (DIAS, 2005, p. 79).

O debate doutrinário a respeito das famílias simultâneas vai ao encontro do que se assiste no mundo dos fatos. Embora o Legislativo ainda não tenha se debruçado sobre o tema, no Poder Judiciário já se assiste a um crescimento de demandas referentes a essa questão, tendo, por ora, acenado em sentido contrário ao reconhecimento de alguns direitos dos componentes da referida entidade familiar.

No julgamento do tema 529, o Supremo Tribunal Federal não reconheceu a possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e relação homoafetiva concomitante. Fixou-se a tese de que “a pré-existência de casamento ou união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do art. 1.723, § 1º, do CC, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico constitucional brasileiro”.

Isso também sucedeu com o julgamento do tema 526 – que tratava da (im)possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários –, ocasião em que STF entendeu ser incompatível com a Constituição Federal o “reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável”.

No Superior Tribunal de Justiça o entendimento não é diferente. Na Edição n. 50 da ferramenta Jurisprudência em Teses do STJ, o item 4 diz expressamente ser impossível o reconhecimento de uniões estáveis simultâneas.

Em julgados mais recentes o Superior Tribunal de Justiça mantém esse posicionamento. No julgamento do AREsp 2145332, em decisão monocrática o ministro Moura Ribeiro deixa claro que “a jurisprudência do STJ⁸ não admite o reconhecimento de uniões estáveis paralelas ou de união estável concomitante a casamento em que não configurada separação de fato.”.

Quanto aos Tribunais Estaduais, devido aos limites deste artigo, se mencionará apenas o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que já reconheceu na Apelação Cível n. 70019387455, a possibilidade de triação (divisão em três partes) de bens patrimoniais adquiridos na constância das relações dúplices.

No entanto, em virtude do julgamento em repercussão geral pelo STF dos Temas 526 e 529, julgados mais recentes do Tribunal gaúcho são no sentido da impossibilidade do reconhecimento de relações paralelas. É o que se verifica no julgamento da apelação número 50003552520168213001:

APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM. RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE UNIÕES ESTÁVEIS SIMULTÂNEAS OU DE UNIÃO ESTÁVEL SIMULTÂNEA AO CASAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. TESE DE REPERCUSSÃO GERAL FIXADA PELO STF NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 1045273. O Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, quando do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) n. 1045273, com repercussão geral reconhecida, realizado em 21/12/2020, apreciando o Tema 529 da repercussão geral, considerou ilegítima a existência paralela de duas uniões estáveis, ou de um casamento e uma união estável, inclusive para efeitos previdenciários [...].

Diante dessas considerações, embora parcela da doutrina reconheça a existência de alguns direitos aos integrantes das famílias simultâneas – inclusive diferenciando situações de casamento com união estável simultânea, ou uniões estáveis simultâneas, com boa ou má-fé –, o Poder

⁸ O acórdão menciona outras decisões semelhantes proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, como **AREsp 2087080**, Relatora Min. Nancy Andrighi, julgado em 03.08.2022, publicado em: 05.08.2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=FAMILIAS+SIMULTANEAS&b=DTXT&p=true&tp=T>. Acesso em: 13 set. 2022; e **REsp 1157273/RN**, 3ª Turma, Relatora Min. Nancy Andrighi, julgado em: 18.05.2010, publicado em: 07.06.2010. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=FAMILIAS+SIMULTANEAS&b=ACOR&p=true&tp=T>. Acesso em: 13 set. 2022. (BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **AREsp 2145332**. Relator Min. Moura Ribeiro, julgado em: 17.08.2022, publicado em: 18.08.2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 15 set. 2022).

Judiciário se nega a fazê-lo, firme no entendimento de que o artigo 1.723, § 1º, do Código Civil, consagra o dever de fidelidade e da monogamia no ordenamento jurídico brasileiro.

4 AS ATUAIS PERSPECTIVAS PATRIMONIAIS DA FAMÍLIA SIMULTÂNEA EM FACE DA NEGATIVA DE DIREITOS

Conforme demonstrado, a temática sobre o reconhecimento e os respectivos reflexos jurídicos acerca das denominadas famílias simultâneas se apresenta como tema constante e contemporâneo discutido pelos tribunais e pela doutrina brasileira, sobretudo quanto à proteção dos indivíduos que compõem seu núcleo.

A discussão, não obstante as alterações paradigmáticas do direito de família em seu caráter existencial pela elevação da afetividade como princípio basilar das relações, objetivando o desenvolvimento pessoal e a felicidade dos indivíduos que a compõem, também repercute de modo substancial em sua esfera patrimonial.

Assim, é salutar observar os reflexos patrimoniais em relações simultâneas diante da imprescindibilidade de formação de um complexo de bens e recursos capazes de sustentar e garantir segurança ao enlace afetivo para atender aos encargos das famílias, principalmente quando há um desequilíbrio econômico entre os sujeitos da relação.

Consoante aos julgamentos apresentados no tópico anterior, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, está em consonância com a decisão de repercussão geral pelo STF dos Temas 526 e 529, visto que julgou em setembro de 2022 a impossibilidade de reconhecimento de união estável simultânea ao casamento, apesar de aquela ter se iniciado anteriormente ao matrimônio.

Nesse sentido, no âmbito patrimonial, dispôs sobre a inviabilidade de aplicação da denominada “triação”, cujo conceito consiste na partilha de bens em três partes iguais, usualmente mencionada para relações simultâneas.

O caso acima mencionado fez referência ao recurso especial interposto por uma mulher que conviveu pelo período de 25 anos com outro homem, dos quais três anos foi em período anterior ao casamento do homem com terceira pessoa. O acórdão ainda traz que ambos tiveram uma convivência pública e duradoura, com conhecimento de todos, da qual nasceram dois filhos.

Todavia, em que pese a estabilidade, publicidade e o intuito de constituição familiar aplicável conceito legal e doutrinário pátrio de união estável, a relatora Nancy Andrighi enquadrou o período posterior ao casamento como concubinato, configurando-o como mera sociedade de fato quanto aos bens adquiridos, nos termos da súmula 380 do Supremo Tribunal Federal.⁹

Desse modo, a relatora dispôs ser imprescindível a comprovação cabal do esforço comum para construção e aquisição do patrimônio durante a relação “concubinária” e da união estável anterior, pois entabulada antes da vigência da Lei 9.278/1996.

Observa-se, portanto, a preferência pela manutenção do enquadramento das relações simultâneas como concubinárias, em atenção à monogamia e ao dever de fidelidade, em sobreposição à presença dos requisitos intrínsecos à união estável como a externalização da estabilidade, constituição de família e boa-fé de seus componentes, decorrentes da publicidade e conhecimento de seus partícipes.

O autor Rolf Madaleno (2020, p. 24) analisa o benefício da aplicação da referida súmula aos casos em que não é possível reconhecer as relações afetivas em virtude de impedimentos legais para afastar o enriquecimento de um parceiro em detrimento de outro. Assevera que tal análise é necessária

especialmente quando há aquisição de patrimônio ou sua valorização, constando o bem apenas em nome de uma das partes, embora o acréscimo patrimonial tenha decorrido da contribuição financeira e do esforço material de ambos, ou só do concubino, cujo nome não aparece no registro civil de domínio. (MADALENO, 2020, p. 24).

⁹ A súmula 380 do STF traz expressamente que “comprovada a existência de sociedade de fato entre os concubinos, é cabível a sua dissolução judicial, com a partilha do patrimônio adquirido pelo esforço comum”. (BRASIL, Supremo Tribunal Federal. DJ de 12-5-1964. Disponível em [XXIII Encontro de Pesquisadores: ODS: Conquistas e Desafios para o Desenvolvimento Regional.
Uni-FACEF - Centro Universitário Municipal de Franca. Franca-SP, 03 e 04 de novembro de 2022.](https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=2482#:~:text=Comprovada%20a%20exist%C3%AAncia%20de%20sociedade,patrim%C3%B4nio%20adquirido%20pelo%20esfor%C3%A7o%20com%20um. Acesso em 23 set. 2022)</p></div><div data-bbox=)

Em que pese o enquadramento da análise e partilha de bens sob o enunciado da súmula 380 do STF para solucionar os casos práticos decorrentes de relações simultâneas, afastá-la da proteção conferida pelo direito de família, na seara patrimonial, enseja risco de enriquecimento sem causa por um dos partícipes da relação em desfavor de outros, sobretudo pela dificuldade de demonstração do esforço em comum.

Ressalta-se acerca da distinção aos casos em que a segunda relação (não-oficial) é omitida ao cônjuge/companheiro da primeira relação, casos em que é incontestável a aplicabilidade da súmula 380 do STF.

O direito das famílias prevê os regimes de bens que recairão sobre as relações afetivas e patrimoniais na seara familiar, atribuindo autonomia aos partícipes das relações por meio de contratos de união estável e pactos antenupciais, resguardando-os em eventual dissolução do relacionamento. A legislação prevê, ainda, que haverá a aplicação do regime de comunhão parcial de bens nos casos em que houver omissão quanto à escolha de regime diverso.

Insta observar que o patrimônio compreende o complexo de bens e recursos necessários para a subsistência da família, sem qualquer menção expressa à forma de contribuição dos entes para formação de tais recursos. Tal omissão deve-se à proteção conferida às diversas dinâmicas familiares, dentre as quais pode existir desequilíbrio econômico entre seus componentes, ou casos em que uma das partes se dedica majoritariamente ou exclusivamente às tarefas domésticas e criação da prole comum enquanto o outro pode se dedicar de modo integral à atividade laboral remunerada.

As relações simultâneas não fogem a tais possibilidades, nas quais os esforços de seus integrantes, seja por meio de constituição patrimonial direta, aplicação financeira ou dedicação a questões não remuneradas, ensejam a formação do patrimônio.

Diante disso, a inaplicabilidade do direito das famílias pela substituição do direito obrigacional, por meio da configuração da sociedade de fato (súmula 380 do STF) às famílias simultâneas, na qual é necessária a comprovação de esforço comum para aquisição patrimonial, apresenta patente afronta aos princípios constitucionais de igualdade e dignidade da pessoa humana, conforme preceituado por Priscila M. P. Corrêa da Fonseca:

[...] não se pode negar que a recusa à admissão das uniões simultâneas e do deferimento aos seus integrantes dos mesmos e idênticos direitos atribuídos aos partícipes de toda e qualquer cédula familiar, implica, a par de inconcebível moralismo e conservadorismo, inconstitucional afronta aos primados da igualdade e da dignidade da pessoa humana. (FONSECA, 2020, p. 34).

Trata-se de negação à realidade acerca da coexistência de núcleos familiares que, caso analisados isoladamente, se enquadram na proteção constitucional, cujos preceitos rechaçam distinções entre famílias de primeira e segunda classe, qualquer que seja a sua origem constitutiva. Assim, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na Apelação Cível n. 100170016882-6/003, reconheceu a possibilidade de triação do patrimônio adquirido durante a relação dúplici:

Negar a existência de união estável, quando um dos companheiros é casado, é solução fácil. Mantém-se ao desamparo do Direito na clandestinidade, o que parte da sociedade prefere esconder. Como se uma suposta invisibilidade fosse capaz de negar a existência de um fato social que sempre aconteceu e continuará acontecendo. A solução para tais uniões está em reconhecer que ela gera efeitos jurídicos, de forma a evitar a irresponsabilidade, o enriquecimento ilícito de um companheiro em desfavor do outro.

Ademais, o REsp n. 1.185.337/RS, relatado pelo Ministro João Otávio de Noronha, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, reconheceu relação paralela entabulada ao longo de quatro décadas para conceder o direito de alimentos à concubina idosa septuagenária, que havia se dedicado de forma integral e exclusivamente ao alimentante, inclusive pelo abandono de sua atividade profissional. A decisão baseou-se nos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade, corroborados pela prova incontestável de dependência econômica entre as partes.

Apesar dos esforços dos tribunais superiores para negar direitos aos partícipes das relações simultâneas, sobretudo no âmbito patrimonial, o caso acima traz a semelhança da fundamentação à matéria e princípios familiaristas, como a mútua assistência, solidariedade familiar, dignidade da

pessoa humana e da autonomia privada, pois está em consonância ao sustento espontâneo operado pelo alimentante à idosa ao longo de todo o período de relacionamento.

Desse modo, os recentes entendimentos do Poder Judiciário demonstram a grande controvérsia sobre os direitos relativos às relações simultâneas, principalmente quanto à aplicabilidade ou não do direito de família para partilha de bens, conferindo insegurança, pelo menos de modo indeterminado, a tais relações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou as alterações paradigmáticas que transpassam as relações familiares após o advento da Constituição Federal de 1988 até os dias atuais, cujos efeitos ensejam a despatrimonialização e repersonalização de tais relações para abarcar novas modalidades familiares.

Todavia, a aceitação da denominada família simultânea apresenta resistência doutrinária e jurisprudencial, sobretudo diante de julgamentos recentes proferidos pelos tribunais superiores pátrios, sob a fundamentação de inexistência dos deveres de fidelidade, legalmente e ao princípio da monogamia, dentre outros.

Nesse sentido, a jurisprudência majoritária aplica o teor da súmula 380 do Supremo Tribunal Federal para análise de partilha de bens provenientes de relações simultâneas, enquadrando-as como sociedade de fato durante a relação concubinária, nas quais é imprescindível a prova de esforços em comum para constituição do patrimônio e partilha entre os seus partícipes.

Desse modo, a *priori*, vislumbra-se o afastamento da aplicação do direito de família e seus respectivos regimes de bens previstos legalmente, para incidência do direito das obrigações em tais relacionamentos.

Contudo, apesar da tentativa de afastamento de prejuízos e enriquecimento sem causa de uma das partes em detrimento das demais por meio da referida súmula, demonstrou-se que o direito das famílias confere maior proteção patrimonial por não dispor de forma expressa sobre a maneira pela qual cada ente contribuirá no relacionamento. Basta, portanto, a aplicação dos regimes de bens para afastar o ônus da prova quanto o esforço em comum previsto na súmula.

Tal entendimento advém do fato da diversidade de dinâmicas estabelecidas entre os partícipes nas relações familiares, que se estendem às simultâneas, nas quais uma das partes pode contribuir para o crescimento patrimonial através de atividades não remuneradas, consubstanciadas no cuidado majoritário ou exclusivo dos afazeres domésticos e relativos à prole.

Assim, apesar da existência familiar simultânea ser uma realidade fática, além das modificações jurídicas baseadas nos princípios familiares e preceitos apresentados no trabalho, as famílias simultâneas não possuem segurança jurídica diante das complicações práticas postas sob análise dos tribunais, principalmente quanto às questões patrimoniais, apesar do preenchimento de todos os requisitos da união estável, como convivência pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituir família

REFERÊNCIAS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **AREsp 2087080**. Relatora Min. Nancy Andrighi, julgado em 03.08.2022, publicado em: 05.08.2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=FAMILIAS+SIMULTANEAS&b=DTXT&p=true&tp=T>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **AREsp 2145332**. Relator Min. Moura Ribeiro, julgado em: 17.08.2022, publicado em: 18.08.2022. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **É incabível o reconhecimento de união estável paralela, ainda que iniciada antes do casamento**. Data da decisão: 15/09/2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1157273/RN**. 3ª Turma, Relatora Min. Nancy Andrighi, julgado em: 18.05.2010, publicado em: 07.06.2010. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp?livre=FAMILIAS+SIMULTANEAS&b=ACOR&p=true&tp=T>, Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Jurisprudência em Teses**. Publicado em: 18.12.2015. Disponível em: <https://processo.stj.jus.br/SCON/jt/toc.jsp>. Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 380**. DJ de 12-5-1964. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=2482#:~:text=Comprova da%20a%20exist%C3%Aancia%20de%20sociedade,patrim%C3%B4nio%20adquirido%20pelo%20esfor%C3%A7o%20comum>. Acesso em 23 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 526**. Relator: Min. Dias Tófoli. Julgado em: 12.03.2022, publicado em: 23.05.2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4757390&numeroProcesso=883168&classeProcesso=RE&numeroTema=526>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Tema 529**. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Julgado em: 01.05.2021, publicado em: 21.05.2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=5181220&numeroProcesso=1045273&classeProcesso=RE&numeroTema=529>. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul. **Apelação Cível 70019387455**. 8ª Câmara Cível, Rel. Rui Portanova, j. 24/05/2007. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/busca/?return=proc&client=wp_index&combo_comarca=&comarca=&numero_processo=&numero_processo_desktop=70019387455&CNJ=N&comarca=&nome_comarca=&uf_OAB=&OAB=&comarca=&nome_comarca=&nome_parte=#. Acesso em: 14 set. 2022.

BRASIL. Tribunal De Justiça Do Rio Grande Do Sul. **Apelação Cível 50003552520168213001**. 7ª Câmara Cível. Rel. Carlos Eduardo Zietlow Duro, j. 05.07.2022. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/buscas/jurisprudencia/exibe_html.php. Acesso em: 14 set. 2022.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2022/15092022-E-incabivel-o-reconhecimento-de-uniao-estavel-paralela--ainda-que-iniciada-antes-do-casamento.aspx>. Acesso em 28 set. 2022.

FACHIN, Luiz Edson. **Elementos críticos do Direito de Família**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FONSECA, Priscila M. P. Corrêa da. **Manual do planejamento patrimonial das relações afetivas e sucessórias**. 2. ed. rev. e atualizada, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes; TARTUCE, Flávio. Famílias Paralelas. Visão Atualizada. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, vol. 13, nº 2, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/182/238>. Acesso em: 10 set. 2022.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do “*numerus clausus*”. **IBDFAM**, 23/03/2004. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/artigos/128/Entidades+familiares+constitucionalizadas:+para+al%C3%A9m+do+numerus+clausus>. Acesso em: 10 set. 2022.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 8. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**; prefácio Edson Fachin. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

PIANOVSKI, Carlos Eduardo. **Famílias Simultâneas e Monogamia**. [s.d.]. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/9.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

PONZONI, Laura de Toledo. Famílias Simultâneas: União Estável e Concubinato. **IBDFAM**, 27/10/2008. Disponível em:
<https://ibdfam.org.br/artigos/461/Fam%C3%ADlias+Simult%C3%A2neas%3A+Uniao+Est%C3%A1vel+e+Concubinato>. Acesso em: 12 set. 2022.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**: direito de família. v. 5. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

**GASTRONOMIA, CULTURA ALIMENTAR E A FOME EM CAMPOS DO JORDÃO: UMA
PROPOSTA DE PESQUISA PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

GASTRONOMY, FOOD CULTURE AND HUNGER IN CAMPOS DO JORDÃO: A RESEARCH
PROPOSAL FOR THE DEVELOPMENT OF PUBLIC POLICIES

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

VIANNA, Felipe Soave Viegas
Uni-FACEF
vianna100@hotmail.com

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini
Uni-FACEF
melissa@facef.br

Resumo

Com o advento da COVID-19, o mundo enfrenta uma pandemia onde muitas pessoas estão em situação de insegurança alimentar. No mundo, no ano de 2020, 820 milhões de pessoas sofreram de fome e no Brasil 35 milhões de pessoas cruzaram a linha da pobreza e em Campos do Jordão, uma estância turística no estado de São Paulo, há famílias revirando lixo para se alimentarem. Torna-se necessária uma avaliação das políticas públicas para a gastronomia e a cultura alimentar no Brasil, conjuntamente com uma pesquisa de iniciativas nacionais considerando o tripé: fome, gastronomia e cultura alimentar. O tema da pesquisa é o Programa de Políticas Públicas de Gastronomia, Cultura Alimentar e Combate a Fome no Município de Campos do Jordão. O objetivo central é relacionar o caminho da política pública social do Município de Campos do Jordão N° 4.118, de combate a fome, com a possível instauração de um Programa de políticas públicas de gastronomia, cultura alimentar e combate a fome no Município de Campos do Jordão, para esclarecer, quais as ações do Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar podem gerar desenvolvimento social e combate a fome? Para alcançar este objetivo o método de pesquisa será qualitativa utilizando a metodologia da pesquisa-ação com levantamento bibliográfico e histórico. Como resultados vislumbra-se potencializar a participação social nas propostas de ações para o Programa Municipal da Gastronomia e Cultura Alimentar, propondo um fórum técnico setorial e um calendário de ações para a valorização de Gastronomia da Mantiqueira, a sua cultura alimentar e apoiar ações de combate a fome.

Palavras-chave: Gastronomia, Políticas Públicas, Fome.

Abstract

With the advent of COVID-19, the world is facing a pandemic where many people are food insecure. In the world, in 2020, 820 million people suffered from hunger and in Brazil 35 million people crossed the poverty line and in Campos do Jordão, a tourist resort in the state of São Paulo, there are families scavenging for food (SIPIONI et al, 2020). An evaluation of public policies for gastronomy and food culture in Brazil is necessary, together with a survey of national initiatives considering the tripod: hunger, gastronomy and food culture. The research theme is the Public Policies Program for Gastronomy, Food Culture and Fight against Hunger in the Municipality of Campos do Jordão. The main objective is to relate the path of the social public policy of the Municipality of Campos do Jordão N° 4.118, to fight hunger, with the possible establishment of a Municipal Council of Gastronomy in the municipality, to clarify, which actions of the Municipal Council of Gastronomy and Food Culture can generate social development and fight hunger? To achieve this objective, the research method will be qualitative using the action research methodology (THIOLLENT, 2003) with bibliographic and historical survey. As a result, it is envisaged to enhance social participation in the proposals for actions for the Municipal Program of Gastronomy and Food Culture, proposing a sectoral technical forum and a calendar of actions for the appreciation of Mantiqueira's Gastronomy, its food culture and support actions to combat it. the hunger.

Keywords: Gastronomy, Public Policies, Hunger.

1 INTRODUÇÃO

Com a divisão da Índia no ano de 1947, a maior colônia inglesa até então, como consequência emergiu uma separação religiosa onde a maioria de hindus e *sikhs* ficaram em território indiano e muçulmanos no território paquistanês. Após a separação muitos conflitos sangrentos surgiram e como consequência, visível na sociedade, aparece a privação de liberdades como a liberdade econômica, com consequência, a ausência de liberdade social e de liberdade política (SEN, 2010, p. 22), que moldaram a vida das pessoas ao ponto de se arriscarem em territórios hostis para garantir a alimentação básica, muito do que é visto hoje nas cidades Brasileiras e o mesmo acontece consequentemente no Município de Campos do Jordão devido a complexidade na execução e até mesmo no desenvolvimento de políticas públicas contra a fome e a valorização da cultura alimentar.

A partir do advento da COVID-19, o mundo enfrenta uma pandemia e muitas pessoas estão em situação de insegurança alimentar. No mundo, no ano de 2020, 820 milhões de pessoas sofreram de fome e no Brasil, segundo a Organização Internacional do Trabalho, 35 milhões de pessoas cruzaram a linha da pobreza e até em municípios como Campos do Jordão, uma estância turística, há famílias revirando lixo para se alimentarem (SIPIONI et al, 2020).

Outro ponto importante são as ações das políticas públicas no Brasil na luta contra a fome, pois temos como exemplo a Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, que “ altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como um direito social (BRASIL, 2010) e a lei federal Nº 14.016, de 23 de junho de 2020 que dispôs sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano, estabelecendo no seu Art. 1º: “Os estabelecimentos dedicados à produção e ao fornecimento de alimentos, incluídos alimentos in natura, produtos industrializados e refeições prontas para o consumo, ficam autorizados a doar os excedentes não comercializados e ainda próprios para o consumo humano (...)” (BRASIL, 2020), considerando critérios de prazo de validade, condições do alimento, condições de conservação, garantia da segurança sanitária, bem como a as propriedades nutricionais, temos no país movimentos a favor das políticas públicas para erradicar a fome.

Além do desafio da gastronomia com a efetivação do direito humano à alimentação de qualidade adequada – DHAA, existe um desafio nas políticas públicas para esta área no nível federal, estadual e municipal como a lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida como Lei Rouanet que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC (BRASIL, 1991), cujo projeto não incluiu a cultura alimentar na forma da palavra gastronomia para garantir mais incentivos à área. Questão discutida no ano de 2014 pelo Instituto ATA, no movimento “ #eucomocultura” (GIMENES-MINASSE, 2016), que movimentou a sociedade para a valorização da gastronomia como cultura e a inclusão na Lei Rouanet das duas palavras e na emenda valorizando cultura alimentar nacional. O objetivo era alterar na Lei Rouanet o art. 25 que dispôs, “Os projetos a serem apresentados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, de natureza cultural para fins de incentivo, objetivarão desenvolver as formas de expressão, os modos de criar e fazer, os processos de preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, e os estudos e métodos de interpretação da realidade cultural, bem como contribuir para propiciar meios, à população em geral, que permitam o conhecimento dos bens de valores artísticos e culturais, compreendendo, entre outros, os seguintes segmentos [...]” (BRASIL, 1991), para incluir como segmentos a gastronomia e a cultura alimentar com a PL 6562/2013, que apresenta na sua emenda, “Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para incluir a gastronomia brasileira como segmento beneficiário da política de incentivo fiscal.” (BRASIL, 2013), mas infelizmente foi arquivada após muitas tratativas no ano de 2019.

Portanto, torna-se necessária uma avaliação das políticas públicas para a gastronomia e a cultura alimentar, conjuntamente com uma pesquisa de iniciativas nacionais envolvendo a área da gastronomia e a cultura alimentar no tripé, fome, gastronomia e cultura alimentar. Outro ponto será a conexão com o ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 e 2, “Cidades e comunidades sustentáveis” e “Fome zero e agricultura sustentável” respectivamente, especificamente com base na Agenda 2030, com o livro “Educação para os ODS” (UNESCO, 2017). A visão estratégica de ciência política neste projeto é multicêntrica (SECCHI, 2016), considerando múltiplos olhares, positivos ou negativos, que regulam, influenciam e podem determinar um comportamento específico da sociedade no âmbito individual ou geral (SOUZA, 1007).

No Palácio da Abolição, do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, no dia 06 de agosto de 2021, a política pública estadual, lei nº 17.608, faz saber que a Assembleia Legislativa decretou e o Governador do Estado do Ceará sancionou e instituiu a política estadual da gastronomia e da

cultura alimentar, e criou o Programa Ceará Gastronomia (CEARÁ, 2021) com características de intersetorialidade com outras áreas como a educação, setores da economia, desenvolvimento agrário, cultura, turismo e meio ambiente. Este programa fomenta políticas públicas, como exemplo a criação do Conselho Estadual de Gastronomia e Cultura Alimentar. A missão desse conselho estadual do Estado do Ceará é a “de salvaguardar o Patrimônio Gastronômico do Estado do Ceará em toda a sua diversidade e origem, bem como os modos de fazer e os saberes relacionados à cultura alimentar, de forma a garantir a preservação das tradições locais como um dos aspectos de desenvolvimento da gastronomia, cultura material e imaterial de grupos familiares, indígenas, quilombolas, comunidades de matriz africana ou de terreiro, pescadores artesanais, aquicultores, maricultores, silvicultores, extrativistas, suas cooperativas e associações e demais povos e comunidades tradicionais” (CEARÁ, 2021).

O fato é que realmente no Brasil este problema público acompanha nosso desenvolvimento por muitos anos e como a política pública necessita de um problema público, da intencionalidade para uma resposta à necessidade, com diretrizes, o que fazer, como fazer, como avaliar e como recircular a sua formação e desenvolvimento (SOUZA, 2007), muitas possibilidades se abrem para projetos com objetivos claros para atacar a fome no país como a lei municipal de Campos do Jordão N° 4.118 de 3 de maio de 2022, que “dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes para o consumo humano” (CAMPOS DO JORDÃO, 2022).

O tema da pesquisa é o Programa de políticas públicas de gastronomia, cultura alimentar e combate a fome no Município de Campos do Jordão, com o uma delimitação para o problema de pesquisa que é a relação da lei municipal de Campos do Jordão N° 4.118 de 3 de maio de 2022 de combate a fome com a possibilidades de criação de um Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar como desenvolvimento local para o Município de Campos do Jordão. Portanto, o problema de pesquisa: quais as ações do Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar do Município de Campos do Jordão podem gerar desenvolvimento social e combate a fome?, foi estabelecido e uma proposição é o desenvolvimento de um programa de gastronomia para o município de Campos do Jordão com início na política pública, lei municipal N° 4.118, de combate a fome para contribuir com desenvolvimento social, redução de desperdício de alimentos nas escolas profissionais de gastronomia, valorização da cultura alimentar local e apoio ao ciclo da política pública.

Para chegar nas proposições escolhidas temos o objetivo central que é Relacionar o caminho da política pública social do Município de campos do Jordão N° 4.118, de combate a fome, com a possível instauração de um Programa de políticas públicas de gastronomia, cultura alimentar e combate a fome no Município de Campos do Jordão, com dois objetivos específicos: 1 – Compreender os impactos na ação cidadã dos participantes do desenvolvimento da política pública N° 4.118, de combate a fome, do município de Campos do Jordão e 2 – Buscar múltiplos olhares sobre a criação de um Conselho Municipal de Gastronomia no Município de Campos do Jordão, bem como, indicações de sua formação. Outro complemento sobre a pesquisa é que o método de pesquisa será qualitativa utilizando a metodologia da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2003), levantamento bibliográfico e levantamento histórico.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Gastronomia em Campos do Jordão: Políticas Públicas para o desenvolvimento do setor e no combate a fome

Nesta seção será apresentada a formação da gastronomia de Campos do Jordão e a cultura alimentar deste município com o artigo, Gastronomia de Campos do Jordão: Uma análise histórica de sua formação, que contribuirá para identificar as práticas culturais pelas relações sociais, apresentando a alma do local relacionada com as tradições gastronômicas do município e o processo de desenvolvimento de uma cozinha local que hoje é chamada de “Cozinha da Montanha” (Cunha, 2019).

Outrossim, o artigo Alimentação e Cultura: Preservação da Gastronomia Tradicional que pesquisou as cozinhas típicas como identidade da localidade e os saberes da gastronomia típica de uma região (MULLER et all, 2010). Para finalizar esta cessão será apresentada a lei nº 13/2022 que dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano.

2.2. Aspectos gerais das Políticas públicas voltadas à valorização da Gastronomia: cenário federal, estadual e municipal

Nesta seção, são apresentados os aspectos gerais acerca das políticas públicas, como podem ser observados na relação no quadro 2 na qual são apresentados a definição e os modelos de Política Pública, as intersecções relacionadas as políticas públicas, o que o governo faz e o que pretende, os atores envolvidos, a relação com as leis e regras, a ação com intencionalidade e objetivos claros, os impactos de curto e longo prazo, a decisão, a proposição, a implementação, a execução, a avaliação e os estudos sobre a arte. No desenvolvimento das políticas públicas as definições e modelos são muito importantes como o papel do governo, dos atores e as definições conforme abaixo:

Quadro 2 - Definição e os modelos de Política Pública

<i>Politcs, Politican, Political Parties</i>	•O que o governo pretende fazer e o que faz.
<i>Policy Makers</i>	•Atores formais e informais.
<i>Public Policy, Policy</i>	•Não se limita a leis e regras.
<i>Policy cicle</i>	•Ciclo da política pública. Ação intencional e com objetivos.
<i>Policy takers</i>	•Impacto no curto prazo, mas com foco no longo prazo.
<i>Policy image, Policy cicle , Policy analysis</i>	•Decisão, proposição, implementação, execução e avaliação.
<i>Politics, Policy makers, political community</i>	•Estudos sobre políticas públicas.

Fonte: Criado pelo próprio autor com base em Souza (2017).

A Política Pública necessita de um problema público, da intencionalidade para uma resposta à necessidade, com diretrizes, o que fazer, como fazer, como avaliar e como recircular a formação de políticas públicas. Assim, uma possível definição para políticas públicas é a regra formulada pelos *policy makers*, com determinações a partir do conceito holístico considerando múltiplos olhares, positivos ou negativos que influenciam, regulam e podem determinar um específico comportamento da sociedade no âmbito geral e individual (SOUZA, 2007).

Uma relação com o Quadro 2 - Definição e os modelos de Política Pública são os conceitos de *policy* ou *public policy*, a política pública, leis, regras, campanhas, prêmios, obras, multas, taxas, impostos e a própria agenda pública. Os políticos representam o que o governo deve fazer e o que faz, *politics* ou *politican* e no caso dos partidos, *political parties*. Os atores informais ou formais são formadores das políticas públicas, governo, sociedade e mercado, *policy makers*. A ação intencional e com objetivos, conjuntamente com o impacto no curto prazo, mas com foco no longo prazo subsidiam a decisão, a proposição, a implementação, a execução e a avaliação formando o ciclo da política pública, *policy cicle* e a *policy image*. Finalmente os estudos sobre políticas públicas por toda a comunidade política, *political community* e a *polity*, a política (SECHHI, 2013 e SOUZA 2007). Levando em consideração que os estudos sobre políticas públicas surgiram na área acadêmica nos

Estados Unidos da América na década de 1930 (SOUZA, 2007) e atualmente duas vertentes foram adotadas, a abordagem estatista e a abordagem multicêntrica.

Portanto, neste estudo a abordagem será a multicêntrica e será apresentada a lei nº 17.608 que instituiu a política estadual da gastronomia e da cultura alimentar e criou o Programa Ceará Gastronomia, como pioneira no Brasil no que diz respeito a Gastronomia e alguns exemplos de projetos semelhantes que não são políticas públicas.

2.3. Liberdade, desenvolvimento social, governança e relação com o ODS 11

Na seção Liberdade, desenvolvimento local, governança e relação com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 - Cidades e comunidades sustentáveis, busca-se compreender por que surge a teoria do desenvolvimento? O que é, como e por que ocorre, e como (e se) pode ser medido o fenômeno do desenvolvimento?, devido a linha de pesquisa e a emergência do paradigma do desenvolvimento endógeno relacionado à valorização do local impulsionaram o ressurgimento da temática do desenvolvimento regional/local, a partir das principais abordagens teóricas (BELLINGIERI, 2017):

- Teorias Clássicas da Localização
- Teorias do Desenvolvimento Regional.
- Base de Exportação, Causação Circular Cumulativa, Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento, Polos de Crescimento)
- Paradigma do desenvolvimento endógeno - Nova Teoria do Crescimento, Distrito Industrial, Milieu Innovateur, Cluster, Capital Social, Cidade Criativa.

Para conectar partes distintas dos âmbitos da sociedade há a necessidade de uma infraestrutura de redes e surgem novas formas de organização e de racionalização econômica dos processos de produção e das relações de trabalho” (BELLUZZO, 2014, p.49), e sem margens para a negativa identifica-se que ao longo dos anos o desenvolvimento sustentável é tratado de uma forma organizada e racional. Com novos paradigmas relacionados a sustentabilidade a Organização das Nações Unidas - ONU desenvolveu um novo marco legal em 2015 os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, são no total 17 ODS com 169 metas que devem influenciar positivamente na identificação de problemas públicos municipais em todos os âmbitos, no desenvolvimento de políticas públicas e no ciclo das políticas públicas no caso deste estudo sobre a instauração de um CMGC – Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar.

Como os ODS abarcam desafios para a sobrevivência humana considerando aspectos econômicos, sociais e naturais, a análise será sobre a participação social verificando as indicações no ODS 11, Cidades e comunidades sustentáveis, com referências ao Livro Educação para os ODS (UNESCO, 2018) que apresenta possibilidades de ações nas escolas com os estudantes. Outra referência é o livro, Educação para os ODS, “ comunidades e suas dinâmicas” - tomada de decisões, governança, planejamento, resolução de conflitos, comunidades alternativas, comunidades saudáveis, comunidades inclusivas, ecovilas e cidades de transição” (UNESCO, 2018), como sugestão de estreitamento no desenvolvimento de políticas públicas e o envolvimento da sociedade com foco no desenvolvimento social e econômico. É possível identificar a relação de integração dos Objetivos de Aprendizagem para o ODS 11 com as comunidades e suas dinâmicas, na aprendizagem cognitiva, socioemocional e comportamental (UNESCO, 2018).

O artigo Evidências da governança na gestão de cidades criativas da gastronomia: análise de ações coletivas em instâncias municipais no contexto brasileiro, complementa esta cessão com a relação do desenvolvimento e da governança como uma dinâmica da ação coletiva analisando a eficiência da governança destes projetos em quatro municípios brasileiros, Belém, Belo Horizonte, Florianópolis e Paraty, que fazem parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco – *Unesco Creative Cities Network*, da política internacional da ONU que legitima e chancela municípios para serem chamados de cidades criativas (MEDIOTTE, 2022).

2.4. O processo de Criação de Conselhos Municipais – Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar de Campos do Jordão

Dando sequência aos estudos sobre os conselhos municipais, nesta seção, o objetivo é apresentar o perfil e a dinâmica dos conselhos municipais de gestão participativa no Brasil com o

livro, Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil, que apresenta a relação da democracia, gestão local e suas influências nas políticas públicas. Neste livro os organizadores apresentam como base pesquisas nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Belém, Curitiba e Porto Alegre para aprofundamento nas experiências dos conselhos municipais com a possível adoção de modelos mais democráticos de gestão municipal (SANTOS JUNIOR, 2004).

Todavia, é imprescindível analisar como a cozinha e a investigação científica colaboram com o desenvolvimento local apresentando ações de extensão universitária que visam desenvolvimento local, municipais, mas sem a formalização dos conselhos de gestão municipal. Neste caso, o artigo, Cozinha e investigação científica: estudo de caso de um processo educativo para o desenvolvimento local, será estudado como exemplo de ações de colegiados na universidade que influenciam a gestão municipal.

Ainda é necessário um livro para compor o referencial teórico, O Espaço do Cidadão, de Milton Santos, que apresenta a relação da cidadania com o espaço geográfico, o cidadão integral e sua relação intrínseca entre cultura e território (SANTOS, 2020).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como constructo e procedimentos metodológicos, este estudo será de abordagem qualitativa utilizando o método de pesquisa-ação, levantamento bibliográfico e levantamento histórico. Portanto, modificar, deixar nítido, alterar conceitos e ideias, sempre buscando a solução de um problema público ou a possibilidade de novas visões e hipóteses para o futuro formam e promovem um fato (GIL, 1994, p.44) no sentido da pesquisa. A pesquisa científica com base em livros, textos, revistas, resenhas, artigos científicos, leis, decretos e outras fontes foram a leitura de referência e leitura corrente.

A pesquisa-ação, como conceitua o autor Michel Thiollent, no livro Metodologia da Pesquisa-ação, é orientada pela resolução de problemas com a participação direta do pesquisador com ação planejada de caráter social, educacional, técnico ou outros, diferentes muitas vezes da pesquisa participante. Seu objetivo central é promover aos pesquisadores e grupos participantes os meios para a resposta rápida com eficiência aos problemas que os cercam (THIOLLENT, 2003). A abrangência da pesquisa-ação deve ser microssocial, com o envolvimento de indivíduos, pequenos grupos e instituições, com a aplicação do processo diagnóstico ante do início da pesquisa considerando principalmente os aspectos psicológicos das relações interpessoais, bem como os aspectos sócio-políticos (THIOLLENT, 2003).

Sendo assim, a pesquisa-ação, “[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e o qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (THIOLLENT, p. 14, 2003).

O primeiro passo da pesquisa-ação é a fase exploratório que busca conhecer e descobrir o capó de pesquisa, os interessados, participantes, as expectativas e o diagnóstico da situação, do problema e de possíveis ações. Assim, o segundo passo da pesquisa-ação é definir o tema da pesquisa, que é a indicação da área de conhecimento que será trabalhada e o problema prático, nesta pesquisa, Programa de políticas públicas de gastronomia, cultura alimentar e combate a fome no Município de Campos do Jordão. O terceiro passo da pesquisa-ação é a colocação do problema para desencadear a investigação e possíveis ações para solucionar que no caso desta pesquisa o problema é: quais as ações do Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar do Município de Campos do Jordão podem gerar desenvolvimento social e combate a fome? (THIOLLENT, 2003).

O quarto passo da pesquisa-ação é a hipótese, como suposição gerada pelo pesquisador e grupo participante a respeito de possíveis soluções para o problema da pesquisa (THIOLLENT, p. 56, 2003), que no caso dessa pesquisa, a hipótese: Desenvolvimento de um programa de gastronomia para o município de Campos do Jordão com início na política pública, lei municipal N° 4.118, de combate a fome para contribuir com desenvolvimento social, redução de desperdício de alimentos nas escolas profissionais de gastronomia, valorização da cultura alimentar local e apoio ao ciclo da política pública.

O quinto passo é a realização de um seminário, que a partir dos objetivos da pesquisa, do problema e da hipótese, cria-se um grupo que pode ser o mesmo para acompanhar a investigação e todo o conjunto do processo (THIOLLENT, p. 58, 2003), assim as principais tarefas do seminário são (THIOLLENT, p. 59, 2003):

- “Definir o tema e equacionar os problemas para os quais a pesquisa foi solicitada.
- Elaborar a problemática na qual serão tratados os problemas e as correspondentes hipóteses da pesquisa.
- Constituir os grupos de estudo e equipes de pesquisa. Coordenar suas atividades.
- Centralizar as informações provenientes das diversas fontes e grupos.
- Elaborar as interpretações.
- Buscar soluções e definir diretrizes de ação.
- Acompanhar e avaliar as ações.
- Divulgar os resultados pelos canais apropriados”.

O quinto passo da pesquisa-ação é o campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa, considerando que a definição do campo de observação será objeto de debate entre o pesquisador e os interessados. Sendo assim, nesta pesquisa o campo de atuação é um Centro Universitário no município de Campos do Jordão que é considerado também como uma escola profissional na área de Gastronomia (THIOLLENT, p. 62, 2003).

O sexto passo da pesquisa-ação é a coleta de dados a partir de análises pelo grupo de trabalho e pelo pesquisador no seminário central (THIOLLENT, p. 64, 2003).

O sétimo passo da pesquisa-ação é a aprendizagem que está ligado a investigação da pesquisa e ao desenvolvimento no caminho trilhado de todos os participantes e do pesquisador. A aprendizagem é organizada através dos seminários ou grupo de estudos complementares com o objetivo de complementarem os resultados esperado e a conclusão da pesquisa. O oitavo passo da pesquisa-ação é deixar claro as diferenças do saber formal e do informal, utilizando o mapeamento de informações e sua sistematização (THIOLLENT, 2003).

Como um constructo importante da metodologia da pesquisa ação, o plano de ação, considerado o nono passo, corresponde aos objetivos que a pesquisa deve concretizar com ação planejada, objeto da análise, deliberação e avaliação (THIOLLENT, p. 69, 2003).

O último passo da pesquisa-ação é a divulgação externa que consiste em divulgar para toda a sociedade os resultados da pesquisa, que nesta pesquisa ocorreu com a publicação da lei municipal N° 4.118, de combate a fome. Pode-se considerar também como divulgação prévia as duas sessões do camará municipal de vereadores de Campos do Jordão.

Deste modo, na pesquisa social é necessário estabelecer critérios quantitativos, amostragem estaticamente controlada, que no caso desta pesquisa será representada por um participante da pesquisa por categoria, serão treze pessoas envolvidas na pesquisa como indicado no Quadro 3, sujeitos da pesquisa.

Quadro 3 - Sujeitos da pesquisa

Sujeitos da pesquisa	Participação no projeto de pesquisa ação	Quantidade
Morador de Campos do Jordão e diretor de um Centro Universitário Campos do Jordão	Pesquisador	1
Coordenador de ensino superior de gastronomia de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	1
Apoio Técnico do ensino superior de gastronomia de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	1

Coordenador e professor de curso superior de gastronomia de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	1
Monitora de práticas profissionais de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	1
Coordenador administrativo de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	1
Aluno participante do projeto de extensão Comida que Aquece de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	4
Funcionário da área de relacionamento de um Centro Universitário Campos do Jordão	Participante	1
Vereador do Município de Campos do Jordão	Participante	1
Assessor do Vereador do Município de Campos do Jordão	Participante	1

Fonte: Desenvolvido pelo próprio autor.

4 DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, com a metodologia de pesquisa-ação, fez-se necessário atender o objetivo de relacionar o caminho da política pública social do no Município de Campos do Jordão N° 4.118, de combate a fome, com a possível instauração de um Conselho Municipal de Gastronomia no Município de Campos do Jordão. Portanto, a partir da pesquisa bibliográfica, dos exemplos estaduais e federais de políticas públicas na gastronomia e da pesquisa qualitativa. Assim é preciso avaliar o posicionamento dos profissionais que participaram da criação da lei N° 4.118 sobre a criação, atuação e participações para um Conselho Municipal de Gastronomia no Município de Campos do Jordão. Além do objetivo central, dois objetivos específicos foram estabelecidos, compreender os impactos da instauração de um Conselho Municipal de Gastronomia no Município de Campos do Jordão e apontar os possíveis participantes ou atores para este colegiado, bem como os temas a serem trabalhados e desenvolvidos.

Ainda no sentido da verificação, quais as ações do Conselho Municipal de Gastronomia e Cultura Alimentar do Município de Campos do Jordão podem gerar desenvolvimento social e combate a fome?, a partir da compreensão os impactos da instauração de um Conselho Municipal de Gastronomia no Município, a relação de proprietários e empregados sobre a participação neste colegiado e a proposta de ações para o Programa Municipal da Gastronomia e Cultura Alimentar como um fórum técnico setorial, o conselho, eventos para a valorização da gastronomia e da cultura alimentar e conexão com as cidades da região com o objetivo de valorizar a Cozinha da Montanha e/ou a Gastronomia da Mantiqueira e a sua cultura alimentar.

Espera-se que o desenvolvimento da pesquisa seja com foco em sugestões estratégicas para a governança municipal, estabelecendo visão de futuro com sustentabilidade em todo as esferas do projeto, a valorização da Gastronomia, da cultura alimentar e do turismo local, com possibilidade de

promover desenvolvimento social e contribuição para a redução da fome no município de Campos do Jordão.

REFERÊNCIAS

BELLINGIERI, C.J. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/4678>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. O conhecimento, as redes e a competência em informação (COINFO) na sociedade contemporânea: uma proposta de articulação CONCEITUAL. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, [S. l.], v. 4, p. 48 63, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/21276>. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. (1991). Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. (2013). PL 6562/2013 altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para incluir a gastronomia brasileira como segmento beneficiário da política de incentivo fiscal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=596141> Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. (2010). Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2064%2C%20DE,a%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20social.&text=.%22%20\(NR\)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2064%2C%20DE,a%20alimenta%C3%A7%C3%A3o%20como%20direito%20social.&text=.%22%20(NR)-,Art.,na%20data%20de%20sua%20publica%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. (2020). Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 2, 24 jun. de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-263187111>. Acesso em: 13 abr. 2022.

CAMPOS DO JORDÃO. (2022) Projeto de lei 13/2022. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Disponível em: <https://www.camaracamposdojordao.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/PROJETO-DE-LEI-13-22.pdf>. Acesso em: 9/5/2022.

CEARÁ. (2021). Lei nº 17.608, 6 de agosto de 2021. Institui a política Estadual da gastronomia e da cultura alimentar, e cria o programa Ceará gastronomia. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/lei-ordinaria-n-17608-2021-ceara-institui-a-politica-estadual-da-gastronomia-e-da-cultura-alimentar-e-cria-o-programa-ceara-gastronomia>. Acesso em: 13 abr. 2022.

COUNCIL, British.(2020). Empreendedorismo Criativo e Social no Brasil. Disponível em: https://www.britishcouncil.org.br/sites/default/files/_relatorio_dice_brasil_pt_web.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

CUNHA, A.L. Gastronomia de Campos do Jordão: Uma análise histórica de sua formação. Alimentação e turismo: criatividade, experiência e patrimônio cultural. João Pessoa: Editora CCTA, 2019. Disponível em: http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/hotelaria/alimentacao-e-turismo/alimentacaoeturismo_criatividade.pdf. Acesso em: 9/5/2022.

FELICIANO, P. O. Cozinha e Investigação Científica: Estudo de Caso de um Processo Educativo para o Desenvolvimento Local In: V Congresso Internacional Observatori de la Alimentació & Fundació

Alficia, 2019, Barcelona. Patrimonios Alimentarios, Turismo e Sostenibilidad. Barcelona: Grafica Cromtipe, 2019. P.420-432. Disponível em: http://www.ub.edu/odela/wp-content/2020/01/Actes_Congr%C3%A9sPatrimonisAlimentaris.pdf. Acesso em: 11/5/2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social – São Paulo: Atlas, 1994.

GIMENES-MINASSE, M. H. S. G. Notas sobre Políticas Públicas a respeito da Gastronomia no contexto turístico Brasileiro. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/48571>. Acesso em: 13 abr. 2022.

KÜLLER, José Antonio. Ritos de Passagem: gerenciando pessoas para a qualidade São Paulo: Editora Senac São Paulo, 1996, p.20.

MARTINEZ, F., BISQUERRA, R., SARRIERA, J. C. Introdução à Estatística. Ed. Bookman, 2007.

MEDIOTTE, E. J., Emmendoerfer, M. L., Knupp, M. E. C. G., Carvalho, A. N., Volta, C. L. C. C., Santos, Y. T. Evidências da governança na gestão de cidades criativas da gastronomia: análise de ações coletivas em instâncias municipais no contexto brasileiro. Disponível em: <http://revistainclusiones.com/carga/wp-content/uploads/2022/01/2-Elias-et-al-BrasilGobernanza-VOL-9-NUMESPC-ENEMAR2022INCL.pdf>. Acesso em: 15 abr.2022.

MULLER, S.G. Amaral, F.M. Remos, C.A. Alimentação e Cultura: Preservação da Gastronomia Tradicional. Disponível em: https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/13/Alimentacao%20e%20Cultura%20Preservacao%20da%20Gastronomia%20Tradisional.pdf. Acesso em: 9/5/2022.

SANTOS, M. O Espaço Cidadão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS JUNIOR, O.A., Querioz, L.C, Azevedo, S. Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2004.

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas. Conceitos, Esquema de análise, Casos Práticos - São Paulo: Cengage. 2013.

SECCHI, Leonardo. Análise de Políticas públicas. Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções. São Paulo/SP: Cengage Learning, 2016.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SIPIONI, M. E. ., Riquieri, M. R. L., Barbosa, J. P. M., Biscotto, D. B., Sarti, T. D., & Andrade, M. A. C. (2020). MÁSCARAS COBREM O ROSTO, A FOME DESMASCARA O RESTO: COVID-19 E O ENFRENTAMENTO À FOME NO BRASIL. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/660/866>. Acesso em: 13 abr. 2022.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2003.

Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Education for Sustainable Development Goals: learning objectives Brasília: UNESCO, 2017.

UNESCO. (2018). Ensinar respeito por todos: guia de implementação. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261591>. Acesso em: 18 set. 2021.

GOALBALL COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

GOALBALL AS A MEANS OF SOCIAL INCLUSION OF VISUALLY IMPAIRED PEOPLE

Área temática: Educação de Qualidade

AMORIM, Willian Campos Amorim
Doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade – UNIVÁS
Bolsista FAPEMIG
Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica – IFSP – Câmpus Sertãozinho
Professor de Ensino Superior da UEMG – Poços de Caldas
willian.amorim@uemg.br

GONÇALVES, Gustavo Henrique
Doutorando em Ciências - UNIFRAN
Professor de Ensino Superior da UEMG – Passos
gustavo.goncalves@uemg.br

Resumo

Alguns estudos têm demonstrado que as políticas públicas não proporcionam nenhuma preocupação em fomentar ações diretas às pessoas com algum tipo de deficiência, sendo as poucas atividades ofertadas pertinentes àquelas que exigem poucas modificações estruturais, restringindo, com isso, as possibilidades dessa população desempenhar ou desenvolver suas potencialidades. Em função de alguns preconceitos velados e dos padrões estabelecidos pela sociedade, muitas pessoas com deficiências físicas, mentais, visuais, auditivas ou múltiplas são excluídas de quaisquer programações sociais, sendo praticamente inexistente uma opção de lazer em sociedade para estas. Nesse viés, este trabalho tem como objetivo analisar como o Goalball pode possibilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual. Ademais, elencamos como objetivos específicos: pesquisar a legislação referente à inclusão social de pessoas com deficiência; identificar os principais elementos a serem considerados para a execução do Goalball como esporte adaptado; e, por último, analisar pesquisas que tratam das potencialidades do Goalball no tocante aos aspectos motores, socioafetivos e cognitivos das pessoas com deficiência. A metodologia utilizada neste trabalho foi a revisão bibliográfica, tomando como material empírico livros, teses, dissertações e artigos sobre a aludida temática. Precipuamente, as pesquisas analisadas evidenciam que o Goalball desenvolve inúmeras habilidades e competências, portanto, torna-se uma profícua proposta inclusiva para se trabalhar com pessoas deficientes no âmbito do lazer, da qualidade de vida e do desporto, visando o desenvolvimento de todos os seus aspectos motor, afetivo, cognitivo e social e, especialmente, a inclusão social.

Palavras-chave: Deficiência Visual, Inclusão, Goalball.

Abstract

Some studies have shown that public policies do not provide any concern in promoting direct actions to people with some type of disability, and the few activities offered are relevant to those that require few structural changes, thus restricting the possibilities of this population to perform or develop their activities. potentialities. Due to some veiled prejudices and the standards established by society, many people with physical, mental, visual, hearing or multiple disabilities are excluded from any social programs, and there is practically no option for leisure in society for them. In this bias, this work aims to analyze how Goalball can enable the social inclusion of people with visual impairments. Furthermore, we list as specific objectives: to research the legislation regarding the social inclusion of people with disabilities; identify the main elements to be considered for the implementation of Goalball as an adapted sport; and, finally, to analyze researches that deal with the potential of Goalball regarding the motor, socio-affective and cognitive aspects of people with disabilities. The methodology used in this work was the bibliographic review, taking as empirical material books, theses,

dissertations and articles on the aforementioned theme. Primarily, the analyzed research shows that Goalball develops numerous skills and competences, therefore, it becomes a fruitful inclusive proposal to work with disabled people in the scope of leisure, quality of life and sport, aiming at the development of all their abilities. motor, affective, cognitive and social aspects and, especially, social inclusion.

Keywords: Visual Impairment, Inclusion, Goalball.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual, o esporte e as atividades físicas de lazer são meios para se promover uma transformação social ou ainda uma revolução cultural, e, é claro, uma possível forma de dirimir as desigualdades sociais, fomentando a inclusão. Para tanto, essas manifestações precisam se transformar, abarcar todos as pessoas sem discriminações.

Um dos grandes obstáculos para isso são as políticas públicas. Muitas vezes, não há projetos que garantam os direitos e a permanência de projetos de inclusão na sociedade. Nesse cenário, comumente, essas políticas acabam por marginalizar os indivíduos que nela estão.

Em suma, incluir pessoas com deficiência na sociedade é garantir a estas ter voz e visibilidade, é torná-las parte de algo, é dar a elas exemplos de respeito mútuo, e, fomentar, com isso, a valorização e a luta contra preconceitos e exclusões sociais. É dar possibilidades as pessoas para que possam desenvolver sua autonomia intelectual e social.

Portanto, os Esportes Adaptados voltados para o lazer, reabilitação, qualidade de vida ou desporto, sob a égide dos preceitos da inclusão, é de suma importância, uma vez que visa à minimização de todo e qualquer tipo de exclusão na sociedade, elevando o nível de participação de seus integrantes.

Ademais, fundamenta ideais democráticos, pois almeja uma estrutura social menos excludente, tendo como preceitos, argumentos de que todos têm o mesmo valor e todos merecem respeito. Por isso, esses tipos de atividades defendem que as pessoas, sem exceções, devem ser consideradas e respeitadas na sua maneira única de ser.

É interessante ressaltar que as modalidades a serem trabalhadas no contexto do Esporte Adaptado têm sido, geralmente, a Bocha Paralímpica, o Goalball e o Vôlei (sentado).

Ressalta-se que a prática de um esporte adaptado como o Goalball, pode ser praticado por todos sem discriminação (pessoas com deficiência ou não). Mas, destinando-se aos deficientes visuais, faz com que o deficiente consiga superar os seus limites, estabelecendo caminhos com graus de dificuldades variados, de acordo com o grau de sua deficiência.

Nesse contexto, o objetivo principal do presente artigo é analisar como o Goalball pode possibilitar a inclusão social de pessoas com deficiência visual.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, o atendimento as pessoas que possuem deficiência no Brasil, surgiu na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, que é o atual Instituto Benjamin Constant - IBC, e o Instituto do Surdo Mudo, em 1857, que hoje é conhecido como Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES, eles se localizam no Rio de Janeiro (BRASIL, 2007).

Januzzi (2006, p. 67) indica que

[...] desde os primórdios de nossa colonização as diferenças individuais mais evidentes foram inspirando acolhimento, em locais às vezes mais, às vezes menos educativos, quer em hospitais junto aos doentes, quer em asilos com outros “desvalidos” (crianças abandonadas, órfãos, pobres). [Assim], enquanto a educação popular permanecia sob a responsabilidade das províncias desde o Ato Adicional de 1834, o governo da Corte, numa sociedade agrária, iletrada, assumia educar uma minoria de cegos e surdos, movido, provavelmente, por forças ligadas ao poder político, sensibilizadas com esse alunado por diversos motivos, inclusive vínculos familiares.

No entanto, é a partir do século XX, que se intensifica as ações em prol dos deficientes. Com isso, é fundado o Instituto Pestalozzi em 1926, sendo esta uma instituição especializada no atendimento de pessoas com deficiência mental. Em 1945, Helena Antipoff criou o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi. Em 1954, foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Resumidamente, Januzzi (2006) depreende que a Educação Especial pode ser descrita em dois períodos específicos, sendo de 1854 a 1956, período este caracterizado com as iniciativas oficiais e também por meio de ações particulares isoladas. E de 1957 a 1993, sendo este um período relativo às iniciativas oficiais no contexto educacional.

A Educação Especial é um conjunto de medidas e recursos (humanos e materiais) que as políticas públicas devem colocar à disposição de pessoas de todas as idades, com necessidades educativas e formativas especiais. Isto é, pessoas com algum tipo de déficit, carência, disfunção, ou incapacidade física, psíquica ou sensorial, que impeça um adequado desenvolvimento e adaptação na sociedade (BRASIL, 2007).

Em termos de legislação, a Constituição Federal de 1988, tem como um de seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos sem preconceito de origem, raças, cor, idade, sexo e qualquer outra forma de discriminação (artigo 3º, inciso IV)”.

Na década de 1990, documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos, em 1990, e a Declaração de Salamanca, em 1994, passaram a influenciar de maneira significativa a formulação das práticas públicas referentes à Educação Inclusiva. Isso não apenas no âmbito escolar.

Outro documento de grande importância concerne a Convenção da Guatemala, realizada em 1999. Trata-se de um documento resultante da “Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação com as Pessoas Portadoras de Deficiência”, no qual os “Estados Partes” reafirmaram que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais em relação às outras pessoas (BRASIL, 2004).

Além disso, é basilar mencionar que esses direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, decorrem da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano. Em suma, esta Convenção objetiva prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com quaisquer tipos de deficiência e proporcionar a sua plena integração junto à sociedade (BRASIL, 2004).

Em defesa da Inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, há o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (*International Disability and Development Consortium*), realizado na Índia em março de 1998, que propôs a sociedade só será considerada inclusiva se abarcar a definição ampla deste conceito, fundando-se nos subsequentes princípios: Reconhecer que todas as pessoas têm o direito de aprender; reconhecer e respeitar as diferenças de idade, sexo, etnia, língua, deficiência/inabilidade, classe social, estado de saúde; permitir que as estruturas, sistemas e metodologias de ensino atendam às necessidades de todas as pessoas; promover uma sociedade inclusiva; reconhecer este como um processo dinâmico que está em evolução constante (ALMEIDA, 2007).

De resto, é essencial analisar que Pasolini (2008) concebe que os documentos da Declaração de Salamanca, Convenção da Guatemala e Declaração de Jomtien, basicamente, dão azo para se debater a inclusão, a partir da ideia de que a inclusão é um movimento, isto é, uma prática que tem como princípio a luta contra todos os tipos de discriminação. A inclusão é um sentimento de pertencimento e não uma proposta discursiva.

Portanto, está fundada em uma filosofia de valorização e respeito à diversidade. Em síntese, a introdução de uma proposta de atividades físicas de lazer ou não são imprescindíveis para a sociedade, com vistas a oferecer a inclusão e uma formação de qualidade para todas as pessoas. Em outras palavras, acomodar estilos, ritmos de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou quaisquer outras, levando em conta o contexto sociocultural em que os sujeitos estão inseridos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa pesquisa, a revisão de literatura foi fundamentada a partir de um levantamento bibliográfico, isto é, de fontes secundárias já publicadas, no formato de: livros, artigos, teses e dissertações. Ressalta-se que este instrumento possibilita colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi produzido, a respeito de uma determinada temática, possibilitando, assim, a

manipulação de informações e a comparação entre dados coletados na pesquisa de campo e o que já foi produzido (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse contexto, a pesquisa ocorreu por intermédio da análise de livros, artigos científicos, teses e dissertações. Para tanto, foram utilizados os seguintes parâmetros de busca: SciELO (Scientific Eletronic Library Online), Biblioteca Digital da Unicamp, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, Biblioteca da Faculdade Calafiori (livros e revistas), e, finalmente, periódicos científicos, avaliados pela CAPES, concernentes a temática da presente pesquisa. Enfatiza-se que o período base da consulta foi de: 2002 – 2022. As palavras-chaves selecionadas para as consultas foram: Educação Física Especial e Adaptada, Goalball, Inclusão Social, Deficiência Visual.

O tratamento das informações coletadas nos artigos, livros, teses, dissertações, incidiram em agrupamentos, segregados em tópicos respeitando os seguintes itens:

- a) Educação Física Especial e Adaptada: definição, características principais, conteúdo abordado e metodologias de ensino;
- b) Goalball: análise sistemática de trabalhos científicos concernentes a esta modalidade esportiva;
- c) Inclusão: análise dos discursos e da legislação respeitante aos processos de inclusão social, mormente, sobre os processos de inclusão do deficiente visual na sociedade;
- d) Deficiência Visual: estudo dos conceitos (graus de visão), da orientação, da mobilidade e de projetos na receptividade e no trabalho pedagógico com indivíduos portadores desta deficiência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Deficiência Visual

Conforme a Instituto Benjamin Constant define-se a deficiência visual da cegueira total à visão subnormal. Assim, a visão subnormal conceitua-se quando o indivíduo não consegue enxergar com clareza, como, por exemplo, não conseguir enxergar nitidamente os dedos da mão a uma distância de aproximadamente três metros. Portanto, é uma visão em que o indivíduo mantém alguns resquícios da visão. A cegueira, por sua vez, é a ausência total de visão até a perda da capacidade de indicar a projeção da luz.

Atualmente, as pessoas com vestígios de visão são tratadas de uma forma diferenciada, pois foram desenvolvidas técnicas a serem trabalhadas melhorando assim a qualidade de vida destas pessoas. Com a ajuda de alguns instrumentos como: óculos, lupa, lentes de contato, e até cirurgias, o indivíduo com baixa visão consegue distinguir vultos, sombras e a claridade (GOMES et al., 2013).

Segundo a Classificação Médica, da American College of Sports Medicine – ACSM (1997 apud GOMES et al., 2013), a cegueira pode ser definida como:

- **Cegueira por acuidade:** possuir visão de 20/200 pés ou inferior, com a melhor correção (uso de óculos). É a habilidade de ver em 20 pés ou 6,096 metros, o que o olho normal vê em 200 pés ou 60,96 metros (quer dizer, 1/10 ou menos que a visão normal), sendo 1 pé = 30,48 cm;

- **Cegueira por campo visual:** significa ter um campo visual menor do que 10° de visão central, em outros termos, ter uma visão de túnel;

- **Cegueira total ou não percepção de luz:** é a ausência de percepção visual ou ainda a incapacidade de reconhecer uma luz intensa exibida diretamente no olho.

No que concerne à perda da visão, a deficiência visual pode ser adquirida ou congênita, com isso, o indivíduo que perde a sua visão com o passar do tempo, de uma certa maneira, tem uma adaptação mais fácil, devido a já possuir uma memória visual, visto que se lembra de cores, formatos, luzes, facilitando sua readaptação. Por outro lado, quem nasce sem a capacidade da visão, jamais pode formar uma memória visual, quer dizer, ter lembranças visuais (MUNSTER; ALMEIDA, 2005).

O impacto da deficiência visual (adquirida ou congênita) no indivíduo é muito grande, pois atinge seu desenvolvimento psicológico e individual, mas isso depende da idade, do grau de deficiência e das intervenções familiares ou médicas. A cegueira adquirida também acarreta outras perdas, tais como: afetivas, motoras, profissionais, de comunicação. Na infância, o principal problema se dá no desenvolvimento neuropsicomotor, repercutindo emocional, educacional e socialmente (MUNSTER; ALMEIDA, 2005.).

4.2 A Cegueira e o Domínio Corporal

Na concepção de Oliveira Filho et al. (2006), as incapacidades geradas pela cegueira estão na coordenação dos movimentos e no controle postural. Assim, as limitações causadas pelo impedimento visual estão, especialmente, na estimulação motora (interação com os pais, aquisição de base emocional e motivacional para expandir o repertório motor). Além disso, no desenvolvimento de pré-requisitos cognitivos para habilidades motoras finas e locomotoras.

Nesse sentido, deve-se promover um trabalho voltado para o estímulo ao desenvolvimento motor, em que preconize as experiências multissensoriais, fazendo combinação de movimentos com bolas, panos e bambolês e, também, estímulos sonoros com instrumentos musicais, músicas, incentivar o uso do corpo em brincadeiras e jogos (MUNSTER; ALMEIDA, 2005.).

A respeito do sistema tátil-cinestésico, vestibular e proprioceptivo, deve-se atender: o desenvolvimento e a aquisição do equilíbrio e do controle postural; o estímulo a propriocepção; o favorecimento da compreensão das relações espaço-temporais; e, a regularização do tônus muscular (MUNSTER; ALMEIDA, 2005).

As atividades sugeridas, para desenvolver estes sistemas, são: movimentar horizontalmente a criança em decúbito dorsal; fazer o rolamento corporal para ambos os lados, alternando, e sentada em movimentos rítmicos verticais; usar bolas suíças grandes, com ou sem guizos e relevos, para movimentar a criança, sentada sobre a bola, executando movimentos verticais como pequenos saltos; selecionar atividades que estimulem a integração sensorial com brinquedos típicos de parques e praças, como balanço, gangorra, escorrega, cavalinho, dentre outros (RODRIGUES, 2006).

Enfim, desenvolver a manutenção do sistema postural (equilíbrio e controle postural), por meio de atividades que promovam diversos tipos de deslocamentos, em dois ou quatro apoios, movimentos em linha reta frontal e lateral, rolamentos com finalização em que a criança fique sentada ou em posição ortostática (NEVES et al., 2013).

4.3 Desporto Adaptado

A área da Educação Física Adaptada (EFA) surgiu nos Estados Unidos, na década de 1950, devido ao aumento do contingente de alunos com necessidades especiais frequentando os ambientes escolares e não escolares (SILVA; DRIGO, 2012).

No Brasil, enquanto área da Educação Física, a EFA surgiu oficialmente nos cursos de graduação, por meio da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação, em que prevê a atuação do professor de Educação Física com o portador de deficiência e de outras necessidades especiais. Portanto, é de extrema importância que os professores de Educação Física recebam em sua formação conteúdos e/ou assuntos atinentes à Educação Física Adaptada ou a Inclusão (CIDADE; FREITAS, 2002).

A Educação Física Especial e Adaptada, nessa acepção, é uma modalidade da Educação Física à qual o professor precisa ser conhecedor das dificuldades e das particularidades dos alunos com deficiências, depreendendo suas características, limitações e causas para poder intervir de modo pertinente em relação às dificuldades ou limitações motoras, intelectuais ou sensoriais que cada indivíduo (TONELLO, 2007).

Deve-se aludir também que a Educação Física Adaptada é uma área da Educação Física que tem como objeto de estudo, a motricidade humana para as pessoas com necessidades ou habilidades especiais, em que se adequa as metodologias de ensino para o atendimento às características de cada portador de deficiência, respeitando, principalmente, as suas diferenças individuais (CIDADE; FREITAS, 2002).

Segundo Bueno e Resa (1995), umas das particularidades da EFA é que ela não se diferencia Educação Física em seus conteúdos, pois abarca técnicas, métodos e métodos de organização que são aplicados aos indivíduos portadores de necessidades especiais. Por consequência, o seu planejamento deve ser imprescindível, visto que objetiva atender as necessidades dos educandos, exigindo do professor conhecimentos básicos relacionados ao aluno como o tipo de deficiência, as funções e estruturas que estão prejudicadas e se estas são transitórias ou permanentes.

4.4 Desporto Adaptado e a Cegueira

A EFA destinada aos portadores de cegueira ou visão subnormal deve se organizar devido ao agrupamento de deficientes visuais, que de acordo com a escala oftalmológica se refere a: acuidade visual, aquilo que se enxerga a determinada distância e campo visual, a amplitude da área alcançada pela visão (GORGATRI; GORGATTI, 2005).

Em 1966, a Organização Mundial de Saúde (OMS) registrou 66 diferentes definições de cegueira, sendo estas utilizadas para fins estatísticos em diversos países. Buscando delimitar o assunto, um grupo de estudos sobre a Prevenção da Cegueira da OMS, no ano de 1972, propôs algumas normas para a definição de cegueira e para uniformizar as anotações dos valores de acuidade visual com finalidades estatísticas (NEVES et al., 2013).

Conforme o Neves et al. (2013) foi por um trabalho da *American Academy of Ophthalmology* e do Conselho Internacional de Oftalmologia, que surgiram definições e conceitos respeitantes aos que foram escritos no Relatório Oficial do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, em 1980. Neste documento, foi-se introduzido, ao lado de 'cegueira', o termo 'visão subnormal'.

Portanto, não basta aplicar “atividades físicas adaptadas” ou “esportes Paralímpicos” somente com fins recreativos, mais do que isto, é preciso ensinar bem a todos, valorizar cada indivíduo e fomentar valores éticos e morais. A inclusão é um processo de deve ser baseado na consciência, na solidariedade e no respeito mútuo partindo das pessoas, isto é, a inclusão vai além das leis impostas.

No que concerne as características do desenvolvimento motor de um indivíduo cego, Neves et al. (2013) inferirem que o cego possui algumas defasagens em relação ao equilíbrio falho, a mobilidade comprometida, o esquema corporal e sinestésico não internalizados, a locomoção dependente, a postura incorreta, a lateralidade e a percepção espacial não estabelecidas, a expressão corporal e facial muito raras, a coordenação motora global prejudicada, a falta de resistência física e de tônus muscular, além da falta de auto iniciativa para ação motora.

Nesse contexto, o cego só poderá ser independente corporalmente falando, se for submetido a um programa completo de orientação e mobilidade, no qual é constituído por três fases fundamentais: Pré-mobilidade; Mobilidade propriamente dita; e, Pós-mobilidade.

Em linhas gerais, a Pré-mobilidade compreende todo o desenvolvimento do equipamento sensorial, cognitivo e motor dos deficientes visuais, possibilitando uma melhora na postura e na capacidade física. A Mobilidade propriamente dita é a fase em que se começa a conscientização do ato motor, para, posteriormente, passar para uma fase de automatismo das técnicas. Finalmente, a Pós-Mobilidade que é quando o cego vai vivenciar diferentes situações das posteriores, como, por exemplo, vivenciar jogos, esportes, brincadeiras, na sua plenitude (CASTRO, 1996).

Em síntese, o Desporto Adaptado para a pessoa cega objetiva ajudar no aumento do desenvolvimento psicomotor, dos aspectos cognitivos, sensoriais e sócio-afetivos. Assim, integrando o indivíduo em situações-problema visando sua superação e sua independência social (NEVES et al., 2013).

Para tanto, uma das formas de propiciar um desenvolvimento integral de pessoas cegas na sociedade por meio de esportes adaptados. Um dos esportes/jogos mais usados para trabalhar com cegos é o Goalball. Este se trata de um jogo coletivo disputado por duas equipes constituídas por três jogadores de cada lado, em campo, mais três jogadores suplentes e o objetivo principal é marcar o maior número de gols no campo adversário. Na seção a seguir, trataremos de analisar acuradamente o Goalball.

4.5 O Goalball

O Goalball foi inventado por Hanz Lorenzen (austríaco) e Sett Reindle (alemão) em 1946, criado como desporto, e também usado como forma de reabilitação. O Goalball foi arquitetado com o objetivo de reabilitar os veteranos da Segunda Guerra Mundial, pois estes ficaram cegos e, sobretudo, possibilitar o desenvolvimento de suas capacidades de concentração e qualidades físicas (SILVA, 1999).

Resumidamente, este jogo é praticado em recintos fechados, o campo tem as mesmas dimensões do campo de voleibol, 18 m X 9 m, de piso de madeira polida ou outro material liso (figura 1), ocupando todo o fundo da quadra (9 m) dos dois lados da quadra estão as balizas, de 1,3 m de altura com suportes e redes. As linhas do campo são marcadas por uma linha, através de um cordel de 3 mm de calibre preso na quadra por fitas adesivas, para que os jogadores possam se orientar dentro da quadra através do tato (SILVA, 1999).

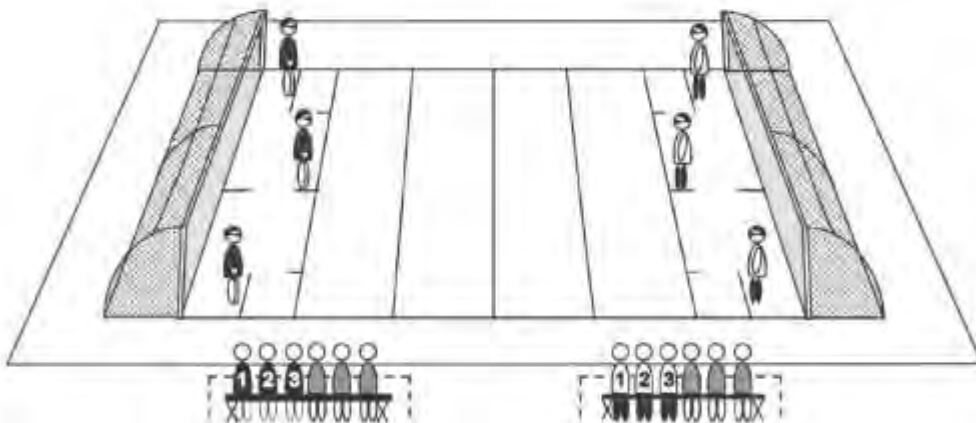
De acordo com Caldeira (2006), o campo do Goalball é dividido em seis retângulos de 3x9m; duas áreas de equipe de 3x9m cada, limitadas posteriormente pelas linhas de baliza, onde ficam os atletas posicionados nas ações defensivas; duas áreas de lançamento (3x9m cada), logo a seguir às áreas de equipe (área limite para a realização do lançamento); uma área neutra, compreendendo os dois retângulos centrais (6x9m). Em cada uma das áreas de equipe estão marcadas, sempre em relevo, duas linhas de 1,5m de comprimento, distantes 1,5m das linhas de baliza e paralelas a estas. A área de lançamento é de fundamental importância, uma vez que a bola quando parte do ataque, tem obrigatoriamente de tocar o solo correspondente à mesma. E por último, as áreas neutras, que são as restantes, ficando localizadas entre as áreas de lançamento, medindo 6m de comprimento (3m + 3m).

Figura1: Quadra do Goalball



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/>

Figura 2: Quadra de Goalball e o Posicionamento dos Jogadores.



Fonte: Nascimento e Camargo (2012).

A partida do Goalball começa com o lançamento para a equipe adversária, enquanto esta deverá fazer a defesa, o jogo é composto de dois tempos de dez minutos cada com um intervalo de três minutos, os jogadores ao realizarem o lançamento posicionam-se de pé, para fazer a defesa os jogadores posicionam-se no chão sendo deitados ou agachados procurando ocupar a maior área possível. Por este motivo os jogadores devem usar equipamentos específicos para proteção. Mesmo o Goalball sendo um esporte coletivo, este não é um esporte de contato (CALDEIRA, 2006; SILVA, 1999).

4.6 As Potencialidades e Possibilidades do Goalball para o Desenvolvimento do cego

Para Silva (1999), o Goalball proporciona aos praticantes, uma melhoria da sua qualidade de vida, devido à sua prática requerer uma grande capacidade de concentração e de domínio motor. Além disto, desenvolve a resistência anaeróbica devido ao recurso contínuo de deslocamentos curtos e rápidos de máxima intensidade e de orientação espacial e temporal, provenientes aos estímulos sonoros (bola com guizo).

O quadro a seguir, adaptado de Silva (1999) e Caldeira (2006), evidenciam as potencialidades do Goalball:

Quadro 1 – Potencialidades do Goalball

Capacidades motoras	Capacidades intelectuais	Capacidades socioafetivas
Andar Correr Rolar Levantar Manipular Arremessar Trocar passes Deslocar Equilibrar Velocidade de reação Percepção tátil Percepção Cinestésica Resistência Flexibilidade Agilidade Potência aeróbica Força Percepção corporal	Memória Concentração Atenção Percepção auditiva Percepção espacial Percepção espaço-temporal	Interação Socialização Trabalho em equipe Comunicação Aceitação das regras e do resultado final Cooperação

Fonte: Elaborado pelos Autores a partir de Silva (1999) e Caldeira (2006).

Em suma, conforme observado anteriormente, a grande possibilidade de desenvolvimento perceptivo é um dos grandes benefícios que o Goalball pode proporcionar não só para os deficientes visuais, mas também, para praticantes não cegos. A capacidade de concentração também é muito requerida, uma vez que, segundo Nascimento e Camargo (2012), constatou-se que há uma melhora na atenção e na concentração em praticantes (deficientes ou não) de Goalball.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a sociedade vive numa época, no qual o outro só é aceito ou só faz sentido na medida em que ele tem algo de valor, segundo um parâmetro de referência advindo da sociedade, construído culturalmente por elementos que são externos.

Nossa sociedade é meritocrática, isto é, valorizam os vencedores ou os considerados bons jogadores de futebol ou de basquete, enaltece a menina sarada, a pessoa veloz ou ao que ganha mais títulos.

Contrapondo esta visão, propõe-se uma sociedade mais inclusiva, em que utilize dos esportes adaptados, das atividades físicas de lazer para portadores de deficiência na busca de

construir sentidos e de minimizar as barreiras à aprendizagem, promovendo, sobretudo, a participação de todos os indivíduos em situação de exclusão.

Esse artigo mostrou, a partir da literatura pesquisa, que um dos esportes indicados para os deficientes visuais é o Goalball. Esporte este exclusivamente para deficientes visuais, que apesar de não ser considerado adaptado para estes, quando utilizado em turmas de alunos não deficientes, torna-se adaptado. Ele é uma forma de fazer com que cegos ou não participem das atividades e que possam interagir uns com outros que são videntes.

O Goalball desenvolve inúmeras habilidades e competências motoras, cognitivas, socioafetivas e éticas. Habilidades como a percepção auditiva, o tato, a lateralidade, a percepção espacial e, sobretudo, a vivência da cegueira, isto é, realizar uma atividade física em condições limitadas.

Enfim, averiguou-se, a partir desta pesquisa, que as políticas públicas precisam valorizar um trabalho inclusivo, quer dizer, que abarque as pessoas com deficiências em todos os seus aspectos motor, afetivo, cognitivo e social, enfatizando a inclusão social. Só assim, poderá ser iniciado um processo de inclusão e derrubada de preconceitos na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. R. A Escola Inclusiva do Século XXI: as crianças podem esperar tanto tempo?

BICA, n. 41, dez. 2007. Disponível em: <<http://bica.imagina.pt/2007/a-escola-inclusiva-do-seculo-xxi-as-criancas-podem-esperar-tanto-tempo/>>. Acesso em: 12 de set. de 2022.

ALMEIDA, J. J. G. **Estratégias para aprendizagem esportiva para deficientes visuais: uma abordagem pedagógica**. São Paulo, 1995, 175 p. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 1995.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. **Educação Inclusiva** (v. 1): fundamentação filosófica. Coordenação geral SEESP/MEC; organização Maria Salete Fábio Aranha. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Brasília: MEC/SEESP, 2007.

CIDADE, R. E, FREITAS, P. S. Educação Física e Inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola. **Revista Integração**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano14. Edição especial 2002, p. 26-30.

GOMES, M. A. S et al. Os fatores de inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física. **Revista Digital – EFdeportes**. Buenos Aires, a. 17, n. 177, 2013.

GORGATTI, M. G.; GORGATTI, T. O esporte para pessoas com necessidades especiais. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. da. **A atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 484-519.

JANNUZZI, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2006.

MUNSTER, M. de A. V.; ALMEIDA, J. J. G. de. Atividade física e deficiência visual. In: GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **A atividade física adaptada**: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. Barueri, SP: Manole, 2005. p. 2875.

NEVES, G. N. et al. Educação Física adaptada à pessoa com deficiência visual. **Revista Eletrônica Fafit/Facic**, v. 4, n. 1, 2013.

PASOLINI, M. S. **Análise do atendimento da educação especial no município de Colatina/Espírito Santo**: construindo um olhar na perspectiva inclusiva. (Dissertação de mestrado) UFES, 2008.

RODRIGUES, David. As dimensões de adaptação de atividades motoras adaptadas. In: RODRIGUES, David (org.). **Atividade motora adaptada**: a alegria do corpo. São Paulo: Artes Médicas, 2006a. p. 39-47

SILVA, C. S; DRIGO, A. J. A. **A educação física adaptada**. Implicações curriculares e formação profissional. Editora cultura acadêmica, 2012.

TONELLO, M. G. M. **Educação Física**: Como Planejar as Aulas na Educação Básica. São Paulo: Avercamp, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais**: Acesso e Qualidade. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca de 7 a 10 de Junho em 1994. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional, 1994.

**INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE FRANCA: IDENTIFICAÇÃO DE
PROBLEMA PÚBLICO E REFLEXÕES SOBRE ATUAÇÃO DOS ATORES POLÍTICOS
MUNICIPAIS**

**DEVELOPMENT INDICATORS OF THE CITY OF FRANCA: IDENTIFICATION OF PUBLIC
PROBLEM AND REFLECTIONS ON THE PERFORMANCE OF MUNICIPAL POLITICAL ACTORS**

Área temática: 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico.

CAVALCANTE-BANDOS, Melissa Franchini
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Administração pela FEA-USP, Mestre em Administração pela FEA-USP, Graduada em
Administração pela FEARP-USP e em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto
melissafcb@gmail.com

LEAL, Murilo Cordero
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Uni-Facef, Graduado em Filosofia pela UFSJ e em
Direito pela Faculdade de Direito de Franca.
mucordero@yahoo.com.br

OLIVEIRA, Sheila Fernandes Pimenta e
Uni-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, Mestre em Ciências e
Práticas Educativas, com Graduação em Letras
sheilafacef@gmail.com

Resumo

A utilização de indicadores de desenvolvimento em todas as etapas do ciclo de políticas públicas é fundamental para que os atores políticos possam formular as ações necessárias ao enfrentamento do problema público. Os objetivos deste artigo são examinar e interpretar os indicadores de desenvolvimento do município de Franca/SP e, a partir disso, identificar o problema público referente ao seu baixo desenvolvimento econômico, o que impacta em seu IDH e o coloca em patamar inferior aos demais municípios com características similares às suas. A partir da conceituação de desenvolvimento econômico, de seu impacto na vida das pessoas e de sua correlação com os demais eixos do desenvolvimento humano, tornou-se evidente a relevância desse problema público entrar na agenda das políticas públicas e de *policies making* públicas serem conduzidas com protagonismo pelo governo municipal de Franca/SP, que deverá aglutinar demais atores políticos (*policymakers, policytakers, etc.*) em prol da elaboração de projeto de desenvolvimento local capaz de ocasionar ruptura estrutural em sua economia, conduzindo o município para maior dinamização e desenvolvimento econômico. Os procedimentos metodológicos adotados basearam-se em pesquisa secundária de indicadores de desenvolvimento do município e, a partir deles, na criação de um método comparativo capaz de traduzir para a realidade territorial o que de fato esses indicadores significam. Soma-se a isso pesquisa bibliográfica dos assuntos abordados.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico municipal, políticas públicas, Franca/SP e indicadores de desenvolvimento.

Abstract

The use of development indicators at all stages of the public policy cycle is essential for political actors to formulate the necessary actions to face the public problem. The objectives of this article are to examine and interpret the development indicators of the municipality of Franca/SP and, from that, to identify the public problem related to its low economic development, which impacts on its

HDI and puts it at a lower level than other municipalities with characteristics similar to yours. From the conceptualization of economic development, its impact on people's lives and its correlation with the other axes of human development, it became evident the relevance of this public problem to enter the agenda of public policies and public policies making to be conducted with protagonism by the municipal government of Franca/SP, which should bring together other political actors (policymakers, policytakers etc.) in favor of the elaboration of a local development project capable of causing a structural rupture in its economy, leading the municipality to greater dynamism and economic development. The methodological procedures adopted were based on secondary research of development indicators in the municipality and, based on them, on the creation of a comparative method capable of translating to the territorial reality what these indicators actually mean. Added to this is a bibliographic research of the topics covered.

Keywords: Municipal economic development, public policies, Franca/SP and development indicators.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas são ferramentas utilizadas por atores políticos no enfrentamento de problemas públicos. A utilização de indicadores de desenvolvimento em todas as etapas do ciclo de políticas públicas permite que os atores políticos atuem com maior assertividade. Assim, seja na definição do problema público que entrará na agenda de políticas públicas, seja nas etapas de planejamento, execução e avaliação da política pública, os indicadores de desenvolvimento capturam uma situação real e a sistematiza em números conforme uma metodologia. Dessa forma, os indicadores de desenvolvimento são referenciais que devem ser utilizados como ponto de partida para eleger determinada situação como sendo um problema público e, ao final da intervenção dos atores políticos através de políticas públicas, novos indicadores serão utilizados para avaliar os resultados obtidos.

Esse artigo tem por objetivo identificar o problema público relacionado ao baixo desenvolvimento econômico de Franca/SP e, a partir de reflexões amparadas em pesquisa bibliográfica, propor alternativas para a solução desse problema, o que se pode atingir por meio da atuação do governo municipal através da formulação de políticas públicas. Para isso, são interpretados índices relativos ao desenvolvimento de Franca/SP, através de pesquisas de caráter secundário amparadas em estudos realizados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados). O estudo está dividido nas seguintes seções: 1. Introdução, 2. Análise dos indicadores de desenvolvimento do município de Franca/SP; 3. Desenvolvimento econômico como exercício das liberdades; 4. Políticas públicas e ruptura estrutural; 5. Considerações finais.

Franca está localizada no interior do Estado de São Paulo e dista 400 km da capital; possui 348.801 habitantes, conforme dados de 2019 (SEADE), e é uma das 16 cidades-sede de Região Administrativa (RA) do Estado. Em função de seu porte populacional, o município de Franca congrega um conjunto relevante de serviços estatais (administrativos, médicos, educacionais) e empresariais (indústrias, comércios e serviços), exercendo significativa influência sobre os demais municípios que compõem a RA de Franca: Aramina, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira e São Joaquim da Barra. (SÃO PAULO, 2016).

Por outro lado, também exerce influência sobre municípios próximos que estão localizados no estado de Minas Gerais. A esse respeito, Franca se apresenta como o município de maior relevância na região geográfica denominada Alta Mogiana e que congrega 29 municípios do estado de São Paulo (Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodowski, Buritizal, Cravinhos, Morro Agudo, Cristais Paulista, Franca, Guaíra, Guará, Ituverava, Igarapava, Itirapuã, Ipuã, Jardinópolis, Jeriquara, Miguelópolis, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Ribeirão Corrente, Rifaina, Restinga, Santo Antônio da Alegria, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista, Sales Oliveira e Serrana) (COMAM, 2015) e 8 municípios no estado de Minas Gerais (Claraval, Capetinga, Cássia, Ibiraci, Itamogi, Sacramento, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino) (AGENCIA CÂMARA, 2017).

Nesse contexto, é analisado o desenvolvimento do município de Franca não apenas através dos indicadores isolados, mas também no contraste com os indicadores de demais territorialidades com características similares à sua. Por abranger um conjunto de fatores peculiares - sociais, culturais, políticos, naturais etc. - é impossível que haja dois territórios iguais. Entretanto, a contraposição se dá entre municípios da mesma unidade federativa da união (São Paulo), porte populacional dentro de determinada faixa considerada similar no exercício de influência sobre demais localidades da região na qual está inserida, além da exigência de que todos os municípios sejam cidades-sede de Região Administrativa do Estado de São Paulo.

Não há consenso universal sobre a definição de desenvolvimento, sendo que "uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente". (SOUZA, 2012, p. 5).

Aqui foi adotado como índice de estudo central o IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios, por se tratar de índice plenamente difundido e aceito em escala mundial. Isso porque, apesar de carregar os problemas de sintetização dos índices de forma geral, é uma quebra de paradigma em relação ao entendimento do desenvolvimento predominante no pós-guerra, fortemente influenciado por economistas neoclássicos (Meade e Solow) e de inspiração keynesiana (Harrod, Domar e Kaldor), que entendiam o desenvolvimento como resultado colateral do crescimento econômico, que obtido de forma sistemática e acima do crescimento populacional, resulta em elevação da renda *per capita* (SOUZA, 2012). Entretanto, a partir da década de setenta, o entendimento de que elevada renda *per capita* seria sinônimo de qualidade de vida passa a ser bastante questionado, sobretudo a partir da análise das condições de vida em países do oriente médio com renda *per capita* muito elevada, acima inclusive de países europeus, o que era inflacionado pelas altas receitas da exploração petrolífera.

Coube ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1965), encomendar estudos no sentido de construir um indicador que refletisse melhor a qualidade de vida das pessoas, deslocando o foco da renda *per capita* para demais elementos constitutivos de bem-estar. Assim, o economista paquistanês Mahbub ul Haq, apoiado pelo economista e filósofo indiano Amartya Sen, criaram o IDH em 1990, índice que é resultado de três componentes essenciais, quais sejam, vida longa e saudável (longevidade); conhecimento (educação) e acesso a recursos necessários para manter um nível decrescente de vida (renda):

A primeira medida corresponde à expectativa de vida ao nascer e leva em consideração, neste caso, valores associados à mortalidade; o segundo componente faz referência à média dos anos de estudo da população adulta e à expectativa de escolarização; e a terceira dimensão equivale ao logaritmo 5 do produto per capita definido em dólares, por sua facilidade de mensuração (DALBERTO, *et al*, 2015, p. 339).

O IDHM, por sua vez, é o IDH que traduz esses componentes para a realidade dos municípios. No que diz respeito à componente renda, a análise será complementada, através de indicadores formulados pela Fundação SEADE, o que irá aperfeiçoá-la, além de proporcionar novas conclusões.

A partir da análise desses indicadores, é refletida a atuação dos atores políticos, sobretudo dos governos municipais, na construção de políticas públicas capazes de realizar efetiva mudança nas estruturas da economia, partindo do pressuposto de que desenvolvimento é o resultado de um conjunto de elementos que surgem a partir da atuação conjunta dos atores políticos através de ações que permitam uma ruptura estrutural. Com a descentralização do poder ocorrida a partir da redemocratização do país, fica cada vez mais evidente que o desenvolvimento não pode estar ancorado apenas em políticas públicas formuladas pelos governos federal ou estadual, sendo que os governos municipais devem atuar com protagonismo, até mesmo como forma de aproveitar suas forças endógenas.

2 ANÁLISE DOS INDICADORES DO MUNICÍPIO DE FRANCA/SP

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, é uma medida resumida, geral e sintética das três dimensões básicas que o compõe, quais sejam: renda, educação e saúde. A partir de uma média geométrica entre os fatores renda (produto interno bruto *per capita* com paridade do poder de compra), educação (índice que leva em consideração anos médios de estudo e anos esperado de escolaridade) e saúde (expectativa de vida ao nascer), o índice final se dá em uma escala que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo o resultado for de 1, maior o índice de desenvolvimento. O IDH apresenta uma classificação de desenvolvimento dentro de faixas do índice. Assim, índices até 0,500 se referem a localidades com IDH baixo; índices entre 0,500 e 0,799 são relacionados a localidades com IDH médio; índices entre 0,800 e 0,899 dizem respeito a localidades com IDH alto e, por fim, índices entre 0,900 e 1 indicam localidades com IDH muito alto (PNUD, 2022).

Conforme dados do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010, o índice de desenvolvimento humano do município (IDHM) de Franca é 0,780, o que o coloca na classificação de município de médio desenvolvimento. Ao confrontarmos esse índice com o do Brasil, que é de 0,727, temos que o município de Franca possui índice 7% superior ao do país. Ao realizarmos essa mesma contraposição com o Estado de São Paulo, que possui índice de 0,783, temos índices similares. Contudo, o índice estadual traz a realidade de municípios dos mais longínquos rincões do estado, a maioria deles com população menor que a verificada no município de Franca, estruturas urbanas de baixa complexidade, baixa oferta de serviços e economias predominantemente calcadas no setor primário. Enfim: as realidades encontradas nos 645 municípios do Estado de São Paulo são muito diversas e isso pode distorcer a comparação desses índices.

Diante disso, uma melhor metodologia de comparação seria a contraposição de índices entre as cidades-sedes de região administrativa do Estado de São Paulo, posto que esses municípios foram eleitos pelo Governo do Estado para serem vetores do desenvolvimento regional, com maior proximidade entre o governo central e a população periférica, o que resulta em melhorias na oferta de estruturas e serviços realizados pelo governo estadual, seja em educação, segurança, saúde, transporte e até mesmo na economia, ocasionando maior número de funcionários públicos e consequente elevação na renda. Por outro lado, todos esses municípios possuem população acima de 50 mil habitantes e, portanto, são considerados de médio porte pela metodologia do IBGE. Isso pressupõe maior estrutura empresarial direcionada para indústrias, comércios e serviços, o que também resulta em melhor oferta de emprego e renda.

Como forma de evidenciar a metodologia de contraposição dos indicadores elegidos, de modo que possamos aprofundar a interpretação em relação aos números obtidos através da pesquisa secundária, foca-se a análise apenas nos municípios que, além de sede de região administrativa no Estado de São Paulo, possuam a mesma classificação do município de Franca no que diz respeito à hierarquia urbana¹. Essa classificação é resultado da pesquisa produzida pelo IBGE e intitulada REGIC – Regiões de Influência das Cidades – 2018, na qual há a seguinte conceituação:

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. (...) as Cidades brasileiras foram classificadas, hierarquicamente, a partir das funções de gestão que exercem sobre outras Cidades, considerando tanto seu papel de comando em atividades empresariais quanto de gestão pública, e, ainda, em função da sua atratividade para suprir bens e serviços para outras Cidades. O alcance desse comando e atratividade no território corresponde à delimitação de sua área de influência, ou seja, quais Cidades estão subordinadas a cada centralidade classificada na pesquisa (IBGE, 2018, p. 11 e 13).

¹ “A hierarquia urbana indica a centralidade da Cidade de acordo com a atração que exerce a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços e o nível de articulação territorial que a Cidade possui por estar inserida em atividades de gestão pública e empresarial. São cinco níveis hierárquicos, com onze subdivisões: Metrópoles (1A, 1B e 1C), Capitais Regionais (2A, 2B e 2C), Centros Sub-Regionais (3A e 3B), Centros de Zona (4A e 4B) e Centros Locais (5). Alguns Municípios são muito integrados entre si e constituem apenas uma Cidade para fim de hierarquia urbana, tratam-se dos Arranjos Populacionais, os quais são indicados no complemento da hierarquia urbana quando ocorrem” (IBGE, 2018).

A partir desse documento, tem-se a seguinte classificação da hierarquia urbana nacional conforme seu grau de influência:

Quadro 1 - Hierarquia Urbana - Regiões de Influências das Cidades

Classificação	Descrição
1 Metrópole	São regiões com amplo espectro de influência em todos os municípios e regiões do país. Classificação composta por 15 territórios, sendo que a São Paulo é a única a figurar na posição de Grande Metrópole Nacional.
1a Grande Metrópole Nacional	
1b Metrópole Nacional	
1c Metrópole	
2 Capitais Regionais	São centros urbanos com alta concentração de atividades públicas e empresariais, mas que exercem menor influência em relação às Metrópoles. Classificação compostas por 97 cidades elencadas de 2a a 2c conforme a população.
2a Capital Regional A	
2b Capital Regional B	
2c Capital Regional C	
3 Centro Sub-regionais	Compostas por centros urbanos com menor influência e com atividades de gestão menos complexas, divididas de 3a a 3c conforme a população. 352 cidades compõem essa classificação.
3a Centro Sub-regionais A	
3b Centro Sub-regionais B	
3c Centro Sub-regionais C	

Fonte: Elaborado pelo autor (IBGE, 2018).

A Tabela 1 apresenta todas as cidades-sedes de Região Administrativa do Estado de São Paulo ranqueadas pelo índice de desenvolvimento humano dos municípios de 2010. Traz ainda a população e a classificação conforme a hierarquia urbana. A partir disso é possível agrupar as cidades que possuem a mesma classificação do município de Franca, que resulta nos seguintes municípios: Santos, Araraquara, Presidente Prudente, Marília, Barretos, Araçatuba e Franca:

Tabela 1 - Ranking IDHM: cidades-sede de Região Administrativa no Estado de São Paulo

Territorialidade	População (2019)	IDHM (2010)	Ranking IDHM	Hierarquia Urbana (2018)
Santos (SP)	429.513,00	0,840	1/16	2 c
Araraquara (SP)	228.792,00	0,815	2/16	2 c
São José dos Campos (SP)	716.688,00	0,807	3/16	2 b
Presidente Prudente (SP)	221.938,00	0,806	4/16	2 c
Campinas (SP)	1.181.555,00	0,805	5/16	1 c
São Paulo (SP)	11.914.851,00	0,805	6/16	1 a
Bauru (SP)	365.523,00	0,801	7/16	2 b
Ribeirão Preto (SP)	688.894,00	0,800	8/16	2 a
Marília (SP)	232.599,00	0,798	9/16	2 c
Sorocaba (SP)	663.739,00	0,798	10/16	2 b
São José do Rio Preto (SP)	450.361,00	0,797	11/16	2 b
Barretos (SP)	118.419,00	0,789	12/16	2 c
Araçatuba (SP)	190.921,00	0,788	13/16	2 c
Franca (SP)	343.801,00	0,780	14/16	2 c
Registro (SP)	54.270,00	0,754	15/16	3 b
Itapeva (SP)	92.123,00	0,732	16/16	3 a

Fonte: Elaborado pelo autor (IBGE, 2018).

Conforme explicado anteriormente, os dados são comparados apenas entre as cidades que, além de sede de região administrativa, possuem a mesma hierarquia urbana conforme definido pelo IBGE, ou seja: esses municípios, em tese, possuem estruturas similares de serviços públicos ofertados pelo governo estadual, o que se traduz por similaridade de órgãos públicos e funcionários públicos estaduais, gerando efeitos positivos na economia local no que diz respeito a emprego e renda, o que impulsiona, consequentemente, o comércio e os serviços locais.

Então, a informação da Tabela 1 será decomposta, agrupando apenas as cidades com hierarquia urbana 2c, que resulta, então, nas informações constantes da tabela 2:

Tabela 2: Ranking IDHM: cidades-sede de R.A. em SP e classificação 2C pela hierarquia de municípios do IBGE

Territorialidade	População (2019)	IDHM (2010)	Ranking IDHM	Hierarquia Urbana (2018)
Santos (SP)	429.513,00	0,840	1/7	2 c
Araraquara (SP)	228.792,00	0,815	2/7	2 c
Presidente Prudente (SP)	221.938,00	0,806	3/7	2 c
Marília (SP)	232.599,00	0,798	4/7	2 c
Barretos (SP)	118.419,00	0,789	5/7	2 c
Araçatuba (SP)	190.921,00	0,788	6/7	2 c
Franca (SP)	343.801,00	0,780	7/7	2 c

Fonte: Elaborado pelo autor (IBGE, 2018).

Dos dados obtidos e constantes da Tabela 2, pode-se concluir que o município de Franca, quando comparado com as demais cidades-sedes de Região Administrativa do Estado de São Paulo e que possuem a mesma classificação na visão hierarquia dos municípios do IBGE, possui o menor índice de desenvolvimento humano.

Aprofundando essa análise, a Tabela 3 traz os indicadores na visão de cada um dos três componentes que resultam no IDHM final, quais sejam, renda, longevidade e educação:

Tabela 3 - IDHM por Componente - Renda, Longevidade e Educação

Territorialidade	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	Ranking Renda 2010	IDHM Long. 2010	Ranking Long. 2010	IDHM Educação 2010	Ranking Educação 2010
Brasil	0,727	0,739	prej	0,816	prej	0,637	prej
Estado de SP	0,783	0,789	prej	0,845	prej	0,719	prej
Santos	0,840	0,861	1/7	0,852	5/7	0,807	1/7
Araraquara	0,815	0,788	2/7	0,877	1/7	0,782	2/7
Pres Prudente	0,806	0,788	3/7	0,858	3/7	0,774	4/7
Marília	0,798	0,768	5/7	0,854	4/7	0,776	3/7
Barretos	0,789	0,762	6/7	0,875	2/7	0,738	7/7
Araçatuba	0,788	0,782	4/7	0,841	7/7	0,744	6/7
Franca	0,780	0,749	7/7	0,842	6/7	0,753	5/7

Fonte: Elaborado pelo autor (IBGE, 2018).

A partir da análise da Tabela 3, constata-se que o município de Franca, apesar de ter o menor índice final na comparação dos IDHMs dentre as cidades analisadas, não é última colocada em longevidade, ocupando a 6ª posição dentre as 7 cidades; também não o é em relação à educação, em que ocupa a 5ª colocação. Assim, é possível concluir que o componente determinante na colocação final do município no IDHM utilizando a metodologia proposta, é a renda *per capita*, na qual ocupa a última colocação com 0,749, abaixo inclusive do índice do Estado de São Paulo, com 0,789, e muito próximo do índice do Brasil, com 0,739. Nos outros dois componentes, longevidade e educação, a diferença do município de Franca em relação ao Brasil é bastante acentuada. Em relação ao Estado de São Paulo, os índices dos componentes longevidade e educação do município de Franca também é superior.

Diante dessas observações, fica evidente que o município de Franca, muito embora não tenha posição de destaque nos indicadores longevidade e educação dentre os municípios analisados, apresenta melhores indicadores sociais que os verificados no Brasil e no Estado de São Paulo.

A análise desses indicadores mostra-se relevante para a realização de políticas públicas e tomada de decisões, sendo que diversas ações estão relacionadas ao desempenho de determinada cidade em cada um dos componentes. Por um lado, se eles indicam números ruins, agem como subsídio para a ação dos governos; por outro, se os índices são bons e melhores que de demais localidades, podem servir de apoio para a realização de investimentos pela iniciativa privada:

Sendo uma fonte de informação não apenas para os governantes verificarem as atuais circunstâncias de seu país ou um retrato social exclusivo da ONU, o IDH é um guia para todas as pessoas e organismos públicos e privados na definição de políticas públicas e investimentos entre as nações. Cabe a ele, portanto, não somente definir a atual conjuntura econômico-social de uma região, mas também considerar os esforços envolvidos na busca de melhores resultados (DALBERTO, et al, 2015, pag. 339).

Tendo em vista que para a realização de políticas públicas é essencial que haja canalização de recursos, sendo esses originários da arrecadação de impostos, podemos inferir, através do IDHM Renda, que o município de Franca possui menos recursos disponíveis para a realização de políticas públicas em relação aos demais municípios analisados. Como forma de aprofundar as discussões e obter outras conclusões, são analisados dados obtidos na Fundação SEADE, com data base de 2018, que trazem informações em relação à economia:

Tabela 4 - Dimensão Econômica - % de Participação de Setores da Economia no PIB (2018) dos municípios analisados pela metodologia proposta.

Cidade	Ano	Participação da administração pública no total do valor adicionado (em %)	Participação da indústria no total do valor adicionado (em %)	Participação dos serviços no total do valor adicionado (em %)	Participação da agropecuária no total do valor adicionado (em %)
Franca	2018	13,52	19,47	79,60	0,93
Marília	2018	13,03	16,39	82,61	1,00
Santos	2018	12,13	8,46	91,53	0,02
Araraquara	2018	11,97	20,19	78,70	1,11
Barretos	2018	11,71	26,80	68,93	4,27
Presidente Prudente	2018	11,62	13,48	86,13	0,39
Araçatuba	2018	10,14	17,08	81,30	1,62

Fonte: Elaborado pelo autor (SEADE, 2021).

A partir da análise da participação de cada setor de atividade na composição do PIB de Franca/SP, constata-se o setor de serviços com a maior participação, com 79,60%, sendo a indústria

a segunda colocada com 19,47%, administração pública com 13,52% e, por fim, a agropecuária com 0,93%. Ao confrontar-se esses dados com os referentes às demais cidades, por um lado o setor de serviços de Franca apresenta a 5ª menor participação percentual na composição do PIB, enquanto a administração pública apresenta o maior percentual de participação dentre esses municípios. Isso pode ser um dos fatores preponderantes para que Franca possua o menor rendimento médio dentre as cidades analisadas, tendo em vista que o setor de serviços está relacionado a atividades de maior complexidade e demanda por profissionais mais qualificados, o que resulta em melhores salários pagos. Por outro lado, o elevado percentual de participação da Administração Pública no Total do Valor Adicionado também demonstra que a economia francana apresenta traços de baixa dinamização do setor produtivo, o que é característica de economias locais menos desenvolvidas. Seja como for, mesmo na comparação dos demais setores, o rendimento médio do trabalhador francano é ponto de atenção: na indústria, que é a segunda a mais empregar no município, a renda é também a mais baixa dentre os municípios avaliados, conforme apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 - Dimensão: Trabalho - rendimento médio em R\$ por setor da economia (2019) - dos municípios analisados pela metodologia proposta.

Cidades	Empregos Formais	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Indústria	Construção	Comércio Atacadista e Varejista	Serviços
Santos	3.296,58	2.241,17	6.256,28	2.870,49	2.311,16	3.379,13
Marília	2.770,85	1.712,55	2.992,84	2.418,94	2.077,92	3.063,13
Araraquara	2.765,99	1.764,00	3.276,54	2.578,19	2.126,87	2.881,34
Barretos	2.710,63	2.199,96	3.352,71	2.160,98	2.041,40	2.876,98
Presidente Prudente	2.691,59	2.048,49	2.615,73	2.062,18	2.149,46	3.024,07
Araçatuba	2.620,82	2.400,89	2.818,25	2.661,17	2.151,58	2.818,33
Franca	2.353,59	1.735,68	2.162,87	2.012,80	2.095,28	2.741,21

Fonte: Elaborado pelo autor (SEADE, 2021).

Assim, quando, além do PIB *per capita*, é adicionada à análise a renda média dos trabalhadores, é possível se desvencilhar de argumentos contrários às análises econômicas nos aspectos do desenvolvimento: se, por um lado, o PIB per capita distorce o impacto real dos aspectos econômicos na vida das pessoas, tendo em vista que um PIB elevado pode, simplesmente, estar concentrado em pequenos grupos ou indivíduos de uma sociedade, a análise da renda média por setor de atividade apresenta números mais próximos da realidade das pessoas.

Tendo em vista que os indicadores de longevidade e educação de Franca também não apresentam bons resultados ante os municípios avaliados, há que se refletir sobre a correlação existente entre a renda e seus reflexos no desenvolvimento social.

Entender de que modo esses indicadores se relacionam e geram influências entre si é um trabalho complexo e de difícil síntese em um artigo, mas essa simples evidência de inter-relação, trazida pela pesquisa apresentada, é um forte indicativo de que o desenvolvimento econômico e a renda baixa dos municípios francanos é um problema público que deve ser enfrentado com prioridade pelo governo municipal e demais atores políticos municipais.

A esse respeito, importante observar que esse é exatamente um dos 17 componentes dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, mais especificamente o eixo número “8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos” (ONU, 2022b). Assim, a ODS 8 traz para a agenda de políticas públicas a importância do desenvolvimento econômico como um dos 17 eixos que, ao serem trabalhados pelos atores políticos, irão gerar maior desenvolvimento humano.

3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO COMO EXERCÍCIO DAS LIBERDADES

No contexto das análises resultantes das pesquisas trazidas na seção 2, torna-se evidente o desafio que o município de Franca possui em relação aos indicadores de desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Como já pontuado, se por um lado temos que o desenvolvimento econômico não é garantia de qualidade de vida, por outro, temos que ele é parte fundamental na construção de uma sociedade mais justa, à medida que o desenvolvimento econômico proporciona maiores oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, melhores rendas e melhores condições das pessoas suprirem suas necessidades. Importante salientar que o desenvolvimento econômico não é sinônimo de crescimento econômico. Este é o resultado de um crescimento persistente do PIB acima do crescimento demográfico de determinada territorialidade. Já o desenvolvimento econômico está relacionado às alterações nas estruturas de determinada economia que resultam em melhores condições de vida para as pessoas (SOUZA, 2012).

A esse respeito, é essencial mencionar os estudos de Amartya Sen, economista e filósofo indiano que trabalhou na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, ganhador do prêmio Nobel de economia de 1998 por seus estudos sobre a economia do bem-estar, doutor em economia pelo Trinity College, em Cambridge e professor da Universidade Harvard (SEN, 2011). Para Sen (2010), a liberdade é o fim e o instrumento de realização do desenvolvimento econômico. Essa afirmação se mostra pertinente para contrapor teorias econômicas que determinavam uma primazia dos indicadores econômicos sobre demais aspectos relacionados ao desenvolvimento. Isso porque havia entendimento de que o desenvolvimento humano seria maior na medida em que houvesse crescimento econômico. Isso, por um lado, tirava o foco das ditaduras espalhadas pelo mundo que se utilizavam do progresso econômico como salvo conduto para manter as liberdades políticas em segundo plano, como é o caso do governo chinês. Por outro, barrava uma análise mais profunda relacionada à liberdade econômica das pessoas no que diz respeito à possibilidade de escolha de quais atividades exercer e, assim, utilizar suas capacidades individuais de forma mais plena. Ou seja: para Sen (2010), a liberdade é essencial para que o indivíduo possa exercer suas capacidades, conforme o que ele é de fato capaz de fazer e o que irá proporcioná-lo maior realização pessoal.

A renda é, sem dúvidas, essencial para que as pessoas alcancem melhor qualidade de vida, entretanto, ela não deve ser analisada como um valor isolado em si mesmo, mas como um instrumento para a obtenção de uma vida mais plena, a partir das escolhas que ela proporciona às pessoas:

Na verdade, buscamos renda primeiramente pela ajuda que ela pode nos proporcionar na obtenção de uma boa vida – uma vida que tenhamos motivo para valorizar. Essa visão sugere que nos concentremos nas características da qualidade de vida, a qual – como Aristóteles analisou (em *Ética a Nicômaco* e na *Política*) – consiste de funcionamentos específicos: o que poderemos *fazer* e *ser* (SEN; KLIKSBER; 2010, p. 96).

Além disso, Sen (2010) apresenta o conceito de intitulentos, que está relacionado à possibilidade de os indivíduos adquirirem produtos e serviços que são importantes para seu bem-estar. Assim, temos, por um lado, que mesmo que o indivíduo possua recursos financeiros suficientes para adquirir determinado bem, mas esse bem não esteja disponível por alguma questão social, ambiental ou política, temos que o indivíduo está limitado em suas liberdades. Por outro lado, os indivíduos que não possuem sequer a renda necessária para a aquisição dos bens que julga necessário para seu bem-estar também está limitado em suas liberdades:

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca. Os intitulentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitulentos econômicos da população (SEN, 2010, p. 59).

Para exemplificar esse conceito, podemos analisar o contexto de atipicidades ambientais vivenciado pelos munícipes da cidade de Franca ao longo do ano de 2021. Em função da forte seca,

situação que já se desenhava em pleno mês de janeiro, que apresentou médias pluviométricas abaixo das médias históricas, o município entrou em estado de racionamento de água potável, com a implantação, pela SABESP, de plano de contingenciamento com rodízio de oferta de água por regiões da cidade. A situação climática foi tão extrema que a cidade enfrentou uma situação inédita: em 26 de setembro de 2021 Franca foi “engolida” por uma densa tempestade de poeira, resultado da combinação da seca e das queimadas ocorridas no município e região (FOLHA, 2021). Nesse contexto, mesmo o município possuindo toda a estrutura de captação, tratamento e distribuição de água, e mesmo os cidadãos possuindo condições financeiras para pagar pela água encanada diretamente na torneira de suas casas, simplesmente não havia água disponível em função do problema ambiental. Assim, as pessoas não conseguiram exercer sua liberdade de utilização de água potável para suas atividades corriqueiras do dia a dia.

Seja como for, é relevante que o fator renda seja entendido como fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas não como um fim em si mesmo, é dizer: uma política pública de melhoria da renda das pessoas é apenas um meio para a obtenção do desenvolvimento humano. Nesse sentido, os atores políticos municipais devem se esforçar, para colocar o problema público da renda baixa dos munícipes francanos na agenda de políticas públicas, pois isso envolverá necessariamente uma dinamização da economia, o que gerará maiores oportunidades às pessoas e isso diz respeito a melhores condições de exercício das capacidades individuais. Maiores e melhores oportunidades no mercado de trabalho ampliam as possibilidades de exercício das liberdades, sendo que a liberdade sim é um fim em si mesmo.

A questão aqui é a dificuldade de compreensão da significância da renda no desenvolvimento humano, porque isso, por vezes, conduz às antigas teorias de desenvolvimento que entendiam que a elevação da renda em si mesma já era suficiente para gerar desenvolvimento econômico. Então, o desenvolvimento humano é constituído por um conjunto de fatores que impactam positivamente o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Além disso, o desenvolvimento econômico não se dá exclusivamente pela elevação isolada da renda, o que, como já foi explicado, pode se dar como consequência da elevação do PIB, mas sem gerar efeitos distributivos. Assim, é crucial que o desenvolvimento econômico esteja relacionado à efetiva elevação da renda dos cidadãos e, para além disso, essa elevação esteja relacionada às oportunidades de exercício das capacidades que ela gera na vida das pessoas. Então, há um deslocamento conceitual do papel da renda na vida das pessoas, que passa a ser um meio para o exercício e a aquisição daquilo que as pessoas realmente valorizam:

Ao propor um deslocamento fundamental do foco de atenção, passando dos meios de vida para as oportunidades reais de uma pessoa, a abordagem das capacidades visa a uma mudança bastante radical nas abordagens avaliativas padrão amplamente utilizadas em economia e ciências sociais. Ela também inicia um afastamento bastante substancial da “orientação para os meios” que prevalece em algumas abordagens padrão na filosofia política. (...) Através do reconhecimento explícito de que os meios para a vida humana satisfatória não são eles mesmos os fins da boa vida (o ponto principal do argumento aristotélico), a abordagem das capacidades ajuda a produzir uma significativa ampliação do alcance do exercício avaliativo (SEN; KLIKSBER; 2010, p. 288).

Os conceitos de Sen (2010), em relação às liberdades econômicas, reforçam a relevância que o desenvolvimento econômico deve ter na agenda de políticas públicas dos municípios. No caso de Franca, especificamente, os indicadores relacionados à renda e à composição da economia, conforme os setores (primário, secundário e terciário), podem explicar e estarem relacionados a um ambiente econômico que oferece poucas liberdades de escolha para seus munícipes, bem como restringe o exercício dos seus intuídos e de suas capacidades, o que demonstra a necessidade de dinamização da economia.

Como exemplo, uma política pública voltada para o desenvolvimento do setor de serviços, com foco no turismo, que apresenta forte potencial na cidade de Franca em razão de suas vocações históricas – em se tratando de turismo de negócios, Franca é considerada a capital do calçado masculino e possui a maior especialização regional na produção calçadista do Brasil (SINDIFRANCA, 2022); no agronegócio, Franca é o município central da região da Alta Mogiana, que além de

destaque na produção possui indicação de procedência desde 2013 (BRASIL, 2021); no que diz respeito ao turismo de aventura, o município de Franca está rodeado por cidades com belezas naturais, inclusive com parques Estadual e Federal, como o Parque Estadual Furnas do Bom Jesus, em Pedregulho/SP, (SÃO PAULO, 2022) e o Parque Federal da Serra da Canastra, que abrange os municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita, todos em MG (BRASIL, 2022) – apresenta grande potencial para melhoria da renda e do exercício das capacidades dos munícipes francanos e deveria entrar na agenda de políticas públicas do município.

A esse respeito, o ODS 8 é explícito em relação ao desenvolvimento econômico a partir do turismo local, ao estabelecer em seu item 8.9 o compromisso de “até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais” (ONU, 2022).

Nesse sentido, as ações voltadas ao desenvolvimento econômico de municípios estão previstas nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, o que reforça que os atores locais devem se unir de forma sinérgica para que as forças endógenas sejam potencializadas e se transformem em maior oferta de empregos, melhores rendas e condições de trabalho, o que faz parte do conjunto de ações necessárias para os municípios evoluam no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E RUPTURA ESTRUTURAL ECONÔMICA

A partir do conceito de ciclo de políticas públicas (*policy cycle*) apresentado por Secchi (2013), nas seções precedentes foi possível estabelecer a primeira fase desse ciclo, ou seja, a identificação do problema público, que é a “diferença entre a situação atual e uma situação ideal possível para a realidade pública” (SECCHI, 2013, p.10). No âmbito deste artigo, o problema público analisado é o baixo desenvolvimento econômico do município de Franca quando comparado com as cidades definidas, conforme os critérios elegidos e apresentados na seção 2. Essa concepção do problema público é sustentada da seguinte forma: por um lado, é um problema, porque o baixo desenvolvimento econômico, que na prática se traduz em baixa renda dos munícipes francanos, é uma situação inadequada e que, como apresentado na seção 3, limita o exercício das liberdades individuais e, portanto, é relevante; por outro, é público porque afeta milhares de cidadãos francanos (SECCHI, 2013).

Isso posto, a próxima fase, a Formação da Agenda, mostra-se significativa na construção das políticas públicas, tendo em vista que o fato de o problema ser incluído na agenda apresenta a relevância que determinada sociedade confere ao assunto:

A agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes. Ela pode tomar forma de um programa de governo, um planejamento orçamentário, um estatuto partidário ou, ainda, de uma simples lista de assuntos que o comitê editorial de um jornal entende como importantes (SECCHI, 2006 in SECCHI, 2013, p. 46).

Nesse ponto, deve-se tratar sobre os diversos atores políticos que podem influenciar a formação da agenda, sendo que os atores são pessoas, grupos de pessoas ou organizações que são capazes de desempenhar um papel na arena política e exercer pressão e influência sobre os demais atores, sobretudo sobre os governos, pois eles “interagem, alocam recursos, constroem coalizões, resolvem conflitos em um cenário político” (SECCHI, 2013, p.99). No âmbito deste artigo, coadunamos com a abordagem multicêntrica ou policêntrica no que diz respeito ao estabelecimento de políticas públicas, pois entendemos que essas são resultado de uma rede de políticas públicas (*policy networks*), ou seja: empresas privadas, ONGs, sindicatos, grupos de interesses etc., que, juntamente com os atores estatais, interagem na arena política para dar forma às políticas públicas, numa espécie de crisol em que os diversos interesses medem forças, interagem, desgastam, criam sinergia, para, enfim, resultar em ações que, muitas das vezes, não são ideias, mas o que foi possível após um equilíbrio das forças conflitantes.

No que diz respeito a essa fase, importante observar que diversos atores políticos incluíram o desenvolvimento econômico na agenda do município de Franca. Isso pode ser comprovado através de iniciativas recentes de atores do terceiro setor no sentido de discutir a economia local ou ampliar sua pujança em determinado setor. Como exemplo, podemos citar:

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- a) A realização no município de Franca, em 2020, da 1ª Alta Café – Feira de Negócios e Tecnologia da Alta Mogiana, evento organizado pela AEAGRO – Associação dos Empreendedores do Agronegócio de Franca e Região, através da liderança do Sindicato Rural dos Produtores Rurais de Franca; (ALTA CAFÉ, 2021). Em 2022, a 2ª edição da feira apresentou crescimento relevante em relação à edição de 2020, passando de 89 para 180 expositores (ALTA CAFÉ, 2022);
- b) A realização do V Fórum Internacional de Cidades Criativas, organizado pelo NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Economia Criativa, com apoio do UNI-Facef – Centro Universitário Municipal de Franca, SEBRAE e ACIF (Associação do Comércio e Indústria de Franca). (A VERADE ON, 2021).

O primeiro evento, Feira Alta Café, superou a fase de formação da agenda e chegou à fase de implementação. Nesse sentido, podemos afirmar que os atores do agronegócio de Franca implementaram ações de caráter finalístico, ou seja, a partir da identificação do problema, ele foi incluído na agenda de políticas públicas e o Sindicato Rural de Franca, que em parceria com demais empresários do setor, passaram para a etapa de formulação de alternativas e, posteriormente, tomada de decisão e implementação. Então, essa política pública é um exemplo da visão multicêntrica, tendo em vista que todo o ciclo foi realizado por atores políticos diversos do poder público.

Já em relação ao V Fórum Internacional de Cidades Criativas, não apresentou caráter finalístico e, muito embora tenha sido elaborado documento final com um conjunto de medidas a serem tomadas no sentido de dinamizar a economia local, foi entregue à Prefeitura Municipal de Franca, que deveria se encarregar da implementação das sugestões contidas nesse documento. Então, por um lado, o problema público de baixo dinamismo da economia local entrou na agenda de políticas públicas, mas cabe aos atores públicos governamentais fazer com que haja, de fato, a concretização das propostas apresentadas.

Conforme apresentado por Secchi (2013), as Políticas Públicas são resultado da atuação de vários atores relevantes em uma sociedade e que conseguem exercer influência na arena política. No contexto do município de Franca, conforme os exemplos apresentados, pode-se afirmar que atores da arena política estão se posicionando em relação ao problema que foi diagnosticado neste trabalho. Contudo, o poder público deve exercer o protagonismo na tomada de decisão e na implementação de políticas públicas para que haja efetiva mudança em relação ao baixo desenvolvimento econômico do município de Franca.

Essa afirmação está ancorada, por um lado, na análise da legislação aprovada na Câmara Municipal de Franca ao longo da legislatura de 2021 (FRANCA, 2021), que demonstrou quantidade diminuta de legislação direcionada ao desenvolvimento econômico do município. Ressalva seja feita em relação à Lei 9.020, de 20 de abril de 2021, que versa sobre a implantação do conceito de “Smart Cities” (Cidades Inteligentes) na cidade de Franca. Entretanto, o conteúdo é genérico, não apresentando ações concretas que possam gerar maior desenvolvimento econômico.

Por outro lado, no que diz respeito à Prefeitura Municipal, muito embora esteja constituída formalmente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, não há plano de ação organizado para uma efetiva atuação do município no sentido de proporcionar maior desenvolvimento econômico e, assim, exercer papel de protagonismo na implementação de políticas públicas realizadas com essa finalidade.

A partir da análise do Orçamento Municipal de Franca para 2022 - Lei N° 9.099, de 24 de novembro de 2021 (FRANCA, 2021), constatamos que essa secretaria é a que recebeu um dos menores aportes orçamentários dentre todas as Secretarias Municipais, com o montante de R\$12.291.265,00, o que representa apenas 1,28% do montante de despesas aprovadas para o município em 2022.

Seja como for, o debate gira em torno do papel de protagonismo que o poder público deve manter na tomada de decisão e na implementação das políticas públicas que poderão conduzir o município na rota do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, de maior desenvolvimento humano. A esse respeito, esse protagonismo deve ser exercido, primeiramente, no sentido de aglutinar os atores políticos e construir um projeto de desenvolvimento que represente os diversos setores econômicos do município e suas várias possibilidades de colaboração para resolução do problema público aqui apresentado.

Esse protagonismo do governo municipal na condução do desenvolvimento econômico é crucial no sentido de romper o círculo vicioso da economia, no qual a cumulação circular tende a ser

predominantemente negativa, tendo em vista que os locais que são regidos pelas forças de mercado aumentam a desigualdade social e as desigualdades regionais (DA SILVA, 2014).

Em relação a isso, salienta-se o conceito de ruptura estrutural que, relacionado à economia, é entendido como mudanças ocorridas em determinada localidade e que são impulsionadoras do desenvolvimento econômico. O início do crescimento econômico de um local está relacionado com a atratividade de populações para seu território em função do potencial de atividades primárias. Entretanto, isso não representa potencial para geração do desenvolvimento econômico. Assim, a ruptura estrutural é o meio pelo qual a territorialidade consegue romper com essa divisão do trabalho e dinamizar sua economia migrando as atividades econômicas do setor primário para o secundário e terciário.

Assim, o município e os atores locais devem encontrar formas de gerar crescimento econômico dentro de novas estruturas produtivas (DA SILVA, 2014), de modo que a economia possa apresentar novas oportunidades, para que os cidadãos exerçam suas liberdades, com possibilidades de melhor exercer suas capacidades e utilizar seus intitulentos. A esse respeito, o ODS 8, em seu item 8.3 faz alusão à diversificação econômica e à dinamização da economia, na medida em que estabelece como objetivo “Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros” (ONU, 2022b).

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 21, inciso IX, que “compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 1988). Já em relação aos municípios, o Capítulo IV e seus artigos 29, 30 e 31 não fazem qualquer menção à competência do Município em relação ao desenvolvimento econômico, direcionando suas responsabilidades mais especificamente para a saúde, educação, transporte, organização do território e preservação do patrimônio histórico-cultural. Entretanto, isso não impede que o município atue para o desenvolvimento econômico local. A esse respeito, o próprio artigo 29, estabelece em seu inciso I que compete ao município “legislar sobre assuntos de interesse local” e, em seu inciso II, “suplementar a legislação federal e estadual no que couber” (BRASIL, 1988). Ora, o problema público apresentado é assunto de interesse local, como já salientado, e a União e o Estado muitas vezes não irão legislar sobre especificidades dos municípios, cabendo a eles mesmos esse papel. Isso posto, é fundamental que o município cuide para que o desenvolvimento econômico também esteja em sua agenda de políticas públicas.

Por fim, promover novas estruturas econômicas para o município não condiciona abrir mão ou desestruturar setores já existentes. Pelo contrário: deve-se aproveitar as forças endógenas do município, para desenvolver atividades que façam sentido para aquela territorialidade (DA SILVA, 2014). Traduzindo para a realidade do município de Franca, isso poderia ocorrer através de um plano de ação voltado para o setor do turismo, especificamente relacionado às suas vocações econômicas históricas, quais sejam, a cafeicultura e a produção de calçados. Assim, esse plano de ação poderia utilizar da expertise dos setores primário e secundário, respectivamente, para desenvolver o setor terciário, através da atração de recursos externos, geração de empregos no setor de serviços e elevação nas vendas do comércio. Este estudo, contudo, não tem pretensão de descrever e abordar detalhadamente ações possíveis nesse diapasão, mas apenas de jogar luz sobre o tema e aprofundar o debate.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa secundária apresentada neste artigo demonstrou que o município de Franca apresenta um problema público relacionado ao desenvolvimento econômico, tendo em vista que apresenta baixa renda per capita, baixos rendimentos médios e baixa participação do terceiro setor, em sua economia, em relação aos municípios elegidos para comparação, conforme metodologia apresentada.

Esse problema público apresenta uma série de profundos desafios, para que o município possa melhorar seus índices de desenvolvimento e elevar-se à categoria de cidade de “muito alto desenvolvimento”. A relevância da elevação na renda das pessoas não está relacionada apenas ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento humano, à medida que uma renda justa possui papel instrumental na construção de uma sociedade com maiores liberdades para o exercício de suas capacidades e intitulentos. Ou seja: o conceito de desenvolvimento é complexo e seus diversos aspectos estão interligados e são interdependentes, de modo que, para que haja

uma melhoria na vida das pessoas, é necessário que todos os eixos do desenvolvimento humano sejam trabalhados conjuntamente (indicadores econômicos e sociais).

Nesse sentido, esse problema público municipal deve ser enfrentado e conduzido pelos atores políticos locais dentro do ciclo de políticas públicas, para que haja uma ruptura estrutural na economia francana que a conduza a uma maior dinamização.

No contexto de Franca, cabe a todos os atores sociais, conduzidos pelo governo municipal, estimular, de alguma forma, a economia. Entretanto, quando isoladas, essas ações não causam o impacto que poderiam causar se fossem conduzidas no bojo de um plano de desenvolvimento amplo, que levasse em consideração os setores econômicos do município e suas forças endógenas.

REFERÊNCIAS

ALTA Café: Sobre a Feira. **Alta Café**, Franca. Disponível em: <https://altacafe.com.br/afeira>. Acesso em: 20 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Congresso Nacional do Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 set. 2022.

CAFÉS brasileiros com indicação geográfica. **Ministério das Relações Exteriores**, Roma, jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-deografica/arquivos-publicacoes-ig/catalogo-cafes-brasileiros-com-indicacao-geografica>. Acesso em: 20 set. 2022.

COMAM: Quem Somos. **COMAM**, Franca, 10 maio 2015. Disponível em: <https://comam.sp.gov.br/comam/sobre>. Acesso em: 30 set. 2022.

DA SILVA, Ariana Cericatto; DE LIMA, Jandir Ferrera. O Conceito de ruptura estrutural no desenvolvimento econômico regional. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 15, p. 133-149, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/4323/3966>. Acesso em: 8 de dezembro de 2021.

DALBERTO, Cassiano Ricardo *et al.* Índice de desenvolvimento humano eficiente: uma mensuração alternativa do bem-estar das nações. **Repositório do Conhecimento do IPEA**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6009>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

FÓRUM Internacional de Cidades Criativas Propõe 40 Ações em Franca. **A Verdade On**, Franca, 10 dez 2021. Disponível em: <https://verdadeon.com.br/portal/2021/12/10/forum-internacional-das-cidades-criativas-propoe-40-acoes-em-franca/>. Acesso em: 30 set de 2022.

FRANCA. **Lei N° 9.099, de 24 de novembro de 2021**. Dispõe sobre o Orçamento Fiscal, estimando a receita e fixando a despesa do Município para o exercício de 2022, e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal de Franca, 2021. Disponível em: http://www.franca.sp.gov.br:8084/online2003/contabil/novo_portal_transparencia/loa/2022/lei/01%20Lei%20n%C2%BA%209099,%20de%2024%20de%20novembro%20de%202021.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

_____. **Lei 9.020, de 20 de abril de 2021**. Dispõe sobre a implantação do conceito de "Smart Cities" (Cidades Inteligentes) no município de Franca e dá outras providências. Franca: Câmara Municipal de Franca, 2021. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/f/franca/lei-ordinaria/2021/902/9020/lei-ordinaria-n-9020-2021-dispoe-sobre-a-implantacao-do-conceito-de-smart-cities-cidades-inteligentes-no-municipio-de-franca-e-da-outras-providencias?r=c>. Acesso em: 30 set. 2022.

FRÖHLICH, Sandro. Enfoque de capacidades: para melhor compreender o desenvolvimento humano a partir da perspectiva de Amartya Sen. **Filosofazer**, Passo Fundo, v. 45, n. 2, 2016.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas, uma abordagem integral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUQUES, Nelise; OLIVEIRA, Roberto. Tempestade de poeira 'engole' Franca, no interior de SP; veja vídeo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 set. 2021. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/09/tempestade-de-poeira-engole-franca-no-interior-de-sp-veja-video.shtml>. Acesso em: 20 set. 2022.

OBJETIVO 8: Trabalho Decente e Desenvolvimento Econômico. Brasília: **ONU**, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>. Acessado em: 20 de setembro de 2022.

PANORAMA dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/registro/panorama>. Acesso em: 30 set. 2022.

PANSIERI, Flávio. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen. **Constituição, economia e desenvolvimento**: revista eletrônica da academia brasileira de direito constitucional, Curitiba, v. 8, n. 15, ago/dez. 2016, p. 453-479. Disponível em: <http://abdconstojs.com.br/index.php/revista/article/view/153>. Acesso em: 30 set. 2022.

PARQUE Estadual Furnas do Bom Jesus. **Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://guiadeareasprotegidas.sp.gov.br/ap/parque-estadual-furnas-do-bom-jesus/>. Acesso em: 20 set. 2022.

PARQUE Nacional da Serra da Canastra. **Governo Federal do Brasil – Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/cerrado/lista-de-ucs/parna-da-serra-da-canastra>. Acesso em: 30 set. 2022.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento - **PNUD**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>. Acesso em: 30 set. 2022.

REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: **IBGE** - Coordenação de Geografia, 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 30 set. 2022.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 4, p. 245-255, 1993. Disponível em: <https://revistas.dee.sp.gov.br/index.php/indicadores/article/download/758/1013>. Acesso em: 20 set 2022.

SÃO PAULO. Lei nº 6.207, de 26 de outubro de 1988. Cria a Região Administrativa de Franca, com sede no município do mesmo nome. São Paulo: **Assembleia Legislativa de São Paulo**, 1988. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1988/lei-6207-26.10.1988.html>. Acesso em: 30 set. 2022.

SHISHITO, Fábio A.; DE REZENDE, Maria José. **Análise do conceito de desenvolvimento humano utilizado pelo PNUD/ONU**: raízes e desdobramentos. Disponível em: http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/analise_do_conceito_de_desenvolvimento_humano_utilizado_pelo_pnud_onu_raizes_e_desdobramentos.pdf. Acesso em: 20 set 2022.

SEADE. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/divpolitica/>. Acesso em: 30 set. 2022.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquema de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage. 2013.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar:** a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Murilo. Projeto cria roteiro turístico dos cafés da Alta Mogiana. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 16 jun 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/518541-projeto-cria-roteiro-turistico-dos-cafes-da-alta-mogiana/>. Acesso em: 30 set 2022.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2012.

**MEDICAMENTOS, FREQUÊNCIA NA PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS DE IDOSOS DE UM
MUNICÍPIO DO INTERIOR PAULISTA: um olhar para o Objetivo de Desenvolvimento
Sustentável 3**

**MEDICINES, FREQUENCY IN THE PRACTICE OF PHYSICAL ACTIVITIES BY THE ELDERLY IN A
MUNICIPALITY IN THE INTERIOR PAULISTA: a look at the Sustainable Development Goal- 3**

Área temática: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03 - Saúde e Bem-estar

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharel (UNIFRAN)
prof.cristianribeiro@gmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Bacharel em Fisioterapia, Licenciado em Educação Física e Pedagogia (UNIFRAN)
danilobulgo@gmail.com

FURTADO, Ricardo Andrade
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutor em Ciências (USP) e Mestre em Ciências (UNIFRAN)
Bacharel em Ciências Biológicas (UNIFRAN)
ricardo.furtado@unifran.edu.br

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Promoção de Saúde (UNIFRAN) e Mestra em Educação Física (UFTM)
Bacharel em Fisioterapia (UFTM)
lilian.nascimento@unifran.edu.br

RESUMO

Objetivo: descrever o uso de medicamentos antidepressivos e a frequência na prática de atividades físicas de idosos praticantes e não praticantes de um município localizado no interior paulista. **Metodologia:** Trata-se de um trabalho de cunho quantitativo, exploratório e de corte transversal. A amostra foi constituída por 172 idosos do sexo masculino, faixa etária de 60 anos de idade ou mais, residentes em Franca/SP e que assinaram o Termo de Consentimento e concordaram em responder um questionário composto por perguntas referentes aos aspectos sociodemográficos, utilização de medicamentos e frequência na prática de atividades físicas. **Resultados:** 172 participantes do presente estudo, apresentaram predominância: na faixa etária entre 61 e 69 anos (46,5%), casados (59,9%); com nível de escolaridade com ensino fundamental incompleto (24,4%) e moradia própria (83,7%), referente a frequência semanal na prática de atividades físicas, identificou-se que a maioria dos participantes (60,5%) não realizavam nenhum tipo de atividade física e que dentre os que realizavam, 51,4% realizavam entre duas e três vezes por semana. No que tange a medicação, idosos que não praticam atividade física prevalecem na utilização de fármacos. **Conclusão:** A prática de atividade física se mostrou uma medida não farmacológica recomendada para a saúde biopsicossocial da população idosa, visto que esse grupo populacional tem aumentado consideravelmente em todo o mundo, assim, o hábito da prática de atividade física e conceitos que envolvem a promoção da saúde, pode proporcionar aos idosos melhora na saúde, aumento da

autonomia, independência funcional e participação nas esferas sociais e redução do uso de medicamentos.

Palavras-chave: Atividade física, Medicação, Pessoa Idosa

ABSTRACT

Objective: to describe the use of antidepressant drugs and the frequency in the practice of physical activities by elderly practitioners and non-practitioners of a municipality located in the interior of São Paulo. **Methodology:** This is a quantitative, exploratory and cross-sectional study. The sample consisted of 172 elderly males, aged 60 years or older, living in the city of Franca/SP, who signed the Consent Form and agreed to answer a questionnaire consisting of questions regarding sociodemographic, use of medication and frequency in the practice of physical activities. **Results:** 172 participants in the present study showed predominance: in the age group between 61 and 69 years (46.5%), married (59.9%); with an education level with incomplete elementary education (24.4%) and own housing (83.7%), referring to weekly frequency in the practice of physical activities, it was identified that most participants (60.5%) did not perform no type of physical activity and that among those who performed it, 51.4% performed it between two and three times a week. Regarding medication, elderly people who do not practice physical activity prevail in the use of drugs. **Conclusion:** The practice of physical activity proved to be a non-pharmacological measure recommended for the biopsychosocial health of the elderly population, since this population group has increased considerably worldwide, thus, the habit of physical activity practice and concepts that involve the promotion of health, can provide the elderly with improved health, increased autonomy, functional independence and participation in social spheres and reduced use of medicines.

Keywords: Physical activity, Medication, Elderly Person

INTRODUÇÃO

O aumento da expectativa de vida e o envelhecimento populacional no Brasil e no mundo têm se dado de forma acelerada, fazendo necessária a busca por condições de como a pessoa idosa está envelhecendo (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Pensando em promover o bem-estar de todos os indivíduos em todas as idades, o sujeito que envelhece ganha cada vez mais destaque e assim, conceituar esse grupo populacional, advém de uma gama de estudos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a pessoa idosa, em países subdesenvolvidos, aquele indivíduo com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos (OMS, 2002).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2030, o número de idosos deverá superar o de crianças e adolescentes em cerca de quatro milhões, diferença que aumentará para 35,8 milhões em 2050 (BRASIL, 2009). O panorama do envelhecimento populacional brasileiro é resultado de múltiplos fatores como: a diminuição das taxas de mortalidade infantil e da natalidade; maior alcance aos serviços e profissionais de saúde; aos medicamentos e à cobertura de vacinas; aumento dos serviços de saneamento básico; controle de doenças infectocontagiosas e parasitárias, o uso de tecnologias, dentre outras ações sanitário-políticas e específicas da área da saúde, que contribuíram para o aumento na expectativa de vida da população (BITTAR; LIMA, 2016).

De acordo com Alencar e Carvalho (2009) o envelhecimento é um processo inevitável, irreversível, dinâmico. Está associado a perdas tanto nos aspectos biológicos quanto nos aspectos sócio afetivo e político. Além de exigir vulnerabilidades que se diferenciam conforme gênero, idade, classe social, raça, local geográfico, entre outras variáveis. Essas vulnerabilidades impactam na expectativa de vida, na qualidade de vida e na morbidade e mortalidade desse grupo populacional.

Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o envelhecimento se destaca por ser parte do ciclo de vida humano, o qual é definido a partir de sucessivas alterações fisiológicas no organismo, que desencadeia a minimização de tais funções (BRASIL, 2006). Nessa

conceituação, Falleret *et al.*, (2015), relatam que o conceito relacionam-se com os aspectos cronológicos, físicos, biológicos, comportamentais, socioculturais e somam-se a esses fatores as relações com o meio e as experiências vivenciadas na vida de cada pessoa.

Envelhecer prediz então, a associação com o estilo de vida sedentário favorece ao acometimento de doenças de cunho mental, social e físico (SOUZA; FILLINBAUM; BLAY, 2015).

Devido as alterações no cotidiano de vida das pessoas idosas com o avançar da idade, a palavra velhice pode passar, então, a significar decadência (FREITAS; QUEIROZ; SOUSA, 2010; MORANDO *et al.*, 2018). Assim, neste estágio do desenvolvimento humano, com frequência, as pessoas idosas têm a tendência a sentirem-se frustradas, inúteis, mal-humoradas, ansiosas, irritadas e depressivas.

Estes sentimentos são derivados às transições que experimentam, tais como a aposentadoria e a exclusão do mercado de trabalho, o afastamento dos círculos sociais, a morte de amigos e entes queridos, dentre outras, e podem levar à falta de sentido da vida (SILVA *et al.*, 2014). Matias, Fonseca, Gomes e Matos (2016) observaram uma relevante prevalência de indícios depressivos entre os idosos, mesmo em amostras não clínicas. Muitas vezes, o início da depressão passa despercebido ou não é diagnosticado com precisão.

O pré-diagnóstico da depressão em pessoas idosas apresenta-se como um cenário alarmante. Entre as razões que explicam o obstáculo em se identificar os sintomas de depressão nessa faixa etária, nota-se que existe uma dificuldade bilateral quanto à dissociação entre os aspectos naturais do próprio envelhecimento e os sintomas depressivos (LUZ; SARDINHA; ARRUDA, 2019).

Muitos casos de depressão podem ser secundários a ocorrência de doenças crônicas, declínio físico-funcional ou cognitivo, e nessa situação o atendimento em saúde pode auxiliar no tratamento da causa ou do possível gatilho dos sintomas depressivos nessa população. Idosos com sintomas depressivos podem ser poli queixosos e podem procurar os serviços de saúde em decorrência de dor crônica. A dor pode ser de origem física (decorrente de lesão, inflamação etc.) ou psicogênica (emocional). Vale lembrar que a dor pode de

A depressão pode ser desencadeada por fatores biológicos, sendo a genética um fator significativo no desenvolvimento desse quadro; além disso, fatores psicológicos causam perda da autonomia e agravamento de quadros patológicos pré-existent no idoso, assim como os fatores sociais que interferem na capacidade funcional, do autocuidado e nas suas relações sociais (NÓBREGA *et al.*, 2015).

As modificações das habilidades cognitivas, sensoriais e motoras vêm sendo cada vez mais associadas ao processo de envelhecimento saudável. Além do mais, o envelhecimento normalmente leva à perda de massa muscular, diminuição de densidade óssea, acompanhada da redução na força máxima muscular assim como o atraso das respostas motoras (TARGINO *et al.*, 2012).

Do ponto de vista dos fatores físicos, devemos ressaltar a associação do envelhecimento com as reduções na capacidade física que podem comprometer a autonomia funcional e influenciar de modo negativo as atividades cotidianas e a qualidade de vida dessa população (SOARES; FARINATTI; MONTEIRO, 2010).

Nessa perspectiva, o sedentarismo prejudica a saúde da pessoa idosa e pode, até mesmo, levar ao desenvolvimento de doenças crônicas, como a hipertensão arterial, o diabetes, a osteoporose e, inclusive, as doenças psicológicas como a depressão (SANTOS *et al.*, 2015).

Dentro desse cenário, a prática regular de atividade física deve se tornar um hábito comum a fim de romper com o círculo vicioso entre o estilo de vida sedentário, o surgimento de doenças e a incapacidade funcional da população idosa (PENHA; PIÇARRO; BARROS NETO, 2012; CIOLAC, 2013).

Para Han e colaboradores (2015), ainda que a prática de atividade física pode contribuir para uma maior participação social dos idosos, resultando além de benefícios no aspecto físico, também nos aspectos psicológicos e sociais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida desse grupo populacional.

A prática sistemática de atividade física desempenha um importante papel na melhoria e manutenção da execução das atividades da vida diária do indivíduo, especialmente para a pessoa idosa, diminuindo o impacto do déficit funcional natural, causado pelo processo de envelhecimento (NASCIMENTO; PINHEIRO, 2013).

Conforme Cho e An (2014) a realização de atividade física leve, moderada ou intensa têm sido associadas com a percepção positiva de saúde de pessoas idosas. O nível de atividade física é um elemento importante na estabilização e na redução do progresso de diversas doenças crônicas associadas ao aumento da idade.

Dentre os métodos não farmacológicos utilizados para o controle e o tratamento das doenças crônicas, a atividade física tem-se apresentado extremamente eficaz para a relação saúde-doença, especialmente quando se leva em consideração o conceito de saúde como um bem-estar físico, social e mental (ZAGO, 2010; COELHO *et al.*, 2013).

Dentro desse contexto, as alterações morfológicas e funcionais relacionadas ao envelhecimento compõem uma das grandes preocupações para os profissionais da área da saúde, sobretudo no que se refere à melhora na qualidade de vida e na prevenção de doenças (SILVA *et al.*, 2012).

Pensando na prática de atividade física e nos preceitos da promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida, surgiu em 2015, a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” composto por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e 169 metas que compõem a Agenda Universal, visando a estimulação de ações para os próximos 15 anos em áreas de grande relevância para a humanidade e para o planeta (BRASIL, 2015).

Assim, no presente trabalho, destaca-se o ODS 3, que é: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Bem-estar é a medida que um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro, de lidar com o meio ambiente, além de até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar (ONU, 2015 s.p).

Consoante ao exposto, o presente trabalho teve como objetivo descrever o uso de medicamentos antidepressivos e a frequência na prática de atividades físicas de idosos praticantes e não praticantes de um município localizado no interior paulista.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho de cunho quantitativo, exploratório e de corte transversal. A seleção da amostra foi realizada por meio da amostragem probabilística por acessibilidade (MAROTTI *et al.*, 2008). Quanto aos aspectos éticos, conforme Resolução Nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde em Pesquisa, envolvendo seres humanos, este projeto foi encaminhado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Franca (UNIFRAN) e aprovado, sob nº 3.306.800.

A amostra é constituída por 172 idosos do sexo masculino, que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: ter 60 anos de idade ou mais, residentes na cidade de Franca/SP e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Não participaram do estudo: idosos com algum tipo de comprometimento físico e/ou cognitivo que viesse a incapacitá-los de responderem aos questionários, indivíduos que se recusaram a assinar o TCLE, pessoas que estavam de passagem na cidade (visitando familiares) e residentes na zona rural do município estudado.

Após esses procedimentos, os participantes da pesquisa, que aceitaram voluntariamente em participar do estudo, foram submetidos à uma entrevista direta por meio da aplicação de um questionário semiestruturado, elaborado especificamente para o estudo pelos autores. Tal questionário foi composto por perguntas referentes aos aspectos sociodemográficos, utilização de medicamentos e frequência na prática de atividades físicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os 172 participantes do presente estudo, apresentaram predominância: na faixa etária entre 61 e 69 anos (46,5%), casados (59,9%); com nível de escolaridade com ensino fundamental incompleto (24,4%) e moradia própria (83,7%). Na Tabela 1, encontra-se descrito as variáveis descritivas acerca dos participantes.

Tabela 1 – Característica da amostra de idosos estudados

Variáveis	Categorias	F	%
n.		172	100
Idade	60 anos	17	9,9
	Entre 61 e 69 anos	80	46,5
	Entre 70 e 79 anos	54	31,4
	Acima de 80 anos	21	12,2
Estado civil	Solteiro(a)	8	4,6
	Vive com o(a) Companheiro(a)	15	8,7
	Casado(a)	103	59,9
	Viúvo(a)	24	14
	Separado(a)	7	4,1
	Divorciado(a)	12	7
	Namorando	3	1,7
Escolaridade	Fundamental Incompleto	42	24,4
	Fundamental Completo	34	19,8
	Médio Incompleto	15	8,7
	Médio Completo	27	15,7
	Técnico	13	7,6
	Superior Incompleto	8	4,6
	Superior Completo	17	9,9
	Pós-graduação Completa	16	9,3
Moradia	Própria	144	83,7
	Alugada	19	11
	Cedida	9	5,3

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Em relação ao estado civil da população estudada, apresenta-se maior predominância nos casados (59,9%), seguindo de viúvos (14%), no qual esses achados corroboram com outros estudos brasileiros, apresentando prevalência de casados (45%) e viúvos (43%), e assim apresentam uma qualidade de vida satisfatória no geral, pois idosos com seus cônjuges têm melhor qualidade de vida quando comparados com idosos solteiros ou viúvos (VARELA *et al.*, 2015).

Em relação à moradia, a presente amostra apresenta uma maior prevalência para aqueles que possuem moradia própria e segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), idosos que possuem casa própria e que residem em ambientes mais seguros estão sujeitos a serem mais independentes, o que resulta em uma melhor qualidade de vida (ALEXANDRE; CORDEIRO; RAMOS, 2009). Quanto à escolaridade, a amostra apresentou um percentual maior em nível superior quando comparados ao Brasil, já no ensino fundamental se assemelham (BRASIL, 2016).

A seguir a tabela 2, verificou se os participantes praticavam algum tipo de atividade física e, dentre aqueles que praticavam, qual a frequência semanal da prática. Nota-se que 39,5% do grupo estudado pratica atividade física ao menos uma vez na semana, sendo em sua maioria (51,4%) realiza a prática de atividade física entre duas e três vezes na semana.

Tabela 2 – Frequência semanal da prática de atividade física

Variáveis		Categorias	F	%
n.			172	100
Prática Atividade física	Sim		68	39,5
	Não		104	60,5
Frequência semanal	1 vez		4	5,9
	2 vezes		19	27,9
	3 vezes		16	23,5
	4 vezes		10	14,7
	5 vezes		10	14,7
	7 vezes		9	13,2

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)

Referente a frequência semanal na prática de atividades físicas, identificou-se que a maioria dos participantes (60,5%) não realizavam nenhum tipo de atividade física e que dentre os que realizavam, 51,4% realizavam entre duas e três vezes por semana. Estes dados vão de encontro com resultados emitidos pelo Ministério da Saúde, onde referem que apenas 22% dos idosos brasileiros estavam fisicamente ativos (BRASIL, 2017).

Segundo a OMS (2010), um fator que pode explicar esse cenário é que na maior parte dos países, os idosos têm menos oportunidades de acesso a programas adequados e a lugares nos quais possam praticar atividades físicas com segurança, reforçando as desigualdades na saúde do idoso decorrente das diferenças sociais, demográficas, econômicas, culturais, biológicas ou outras.

Uma das diretrizes amplamente adotadas em todo o mundo, do *American College of Sports Medicine* (ACSM), orienta que adultos realizem 30 minutos ou mais de atividades físicas com intensidade moderada pelo menos 5 dias por semana, ou 20 minutos de atividades físicas de intensidade vigorosa pelo menos 3 dias por semana, além das atividades da vida diária (BLAIR; LaMONTE; NICHAMAN, 2004).

Neste contexto, Costa e colaboradores (2017) relatam que a prática do exercício físico é qualquer atividade física que mantém ou aumenta a aptidão física em geral e tem o objetivo de alcançar a saúde e também a recreação, promovendo a elevação da força, coordenação e do equilíbrio.

Na tabela 3, observou-se se os participantes faziam uso de algum tipo de medicação e, se o fizessem, qual a quantidade de medicamentos consumidos por dia, sendo separados em dois grupos: Grupo PAF (praticantes de atividade física) e Grupo NAF (não praticantes de atividade física).

O bem-estar mental e social humano está diretamente associado ao corpo e à mente e se esses dois fatores se não estiverem em harmonia, as doenças físicas e mentais podem se apropriar. A depressão no cenário contemporâneo, é uma doença psiquiátrica que pode corroborar em sentimentos depreciativos, desencadeando redução da qualidade de vida. Estima-se que doença hoje, atinge mais de 322 milhões de pessoas pelo mundo (OMS, 2015).

Tabela 3 - Utilização e frequência de medicamentos/patologias (Grupos PAF e NAF)

Variações	Categorias	f (PAF)	% (PAF)	f (NAF)	% (NAF)
Número de participantes		68	100	104	100
Uso de medicamentos por dia	1 por dia	19	27,9	19	18,3
	2 por dia	9	13,2	32	30,8
	3 por dia	16	23,5	10	9,6
	4 por dia	4	5,9	13	12,5
	acima de 5 por dia	5	7,4	8	7,7
	Não utiliza medicamentos	15	22,1	22	21,1
Medicamentos/ doenças	Hipertensão Arterial	37	54,4	51	49
	Dores	20	29,4	44	42,3
	Colesterol	19	27,9	26	25
	Anti Depressivo	6	8,8	20	19,2
	Diabetes	18	26,5	23	22,1
	Outros	14	20,6	21	20,2

Fonte: Elaborado pelos autores (2002)

Conforme apresentado na supracitada, 37 participantes (29,1% da amostra total) não fazem uso de nenhum tipo de medicamento, destes 15 do grupo PAF (22,1%) e 22 do grupo NAF (21,1%), nota-se que o percentual de participantes que praticam atividade física e não utilizam nenhum tipo de medicamento é ligeiramente maior se comparado ao grupo não praticante de atividade física.

Vila *et al.* (2013) apontam que a prática de exercícios físicos na terceira idade previne e combate os prejuízos que podem ser causados pelo sedentarismo que, aliado ao processo do envelhecimento, oportunizam o surgimento de doenças crônicas e o uso de medicamentos no tratamento.

A inatividade física se destaca por ser o quarto principal fator de risco para mortalidade global. A importância de estilos de vida saudáveis é priorizada na Agenda 2030. A prática de esporte e atividades físicas, pode motivar as pessoas a serem mais ativas, contribuindo para a redução da “ ” ú NU 2015).

O exercício físico impacta de maneira positiva frente ao envelhecimento ativo, envolvendo a melhora nas capacidades cognitivas e funcionais, minimizando o risco de doenças crônicas e incapacitantes, elevando a qualidade de vida e bem-estar, além de ser responsável pela inserção da pessoa idosa nos ambientes (PRADO *et al.*, 2021).

No presente estudo, dentre os idosos que fazem uso de medicamentos, a categoria mais assinalada nos dois grupos foi para o controle da pressão arterial (54,4% no grupo PAF e 49% no grupo NAF), corroborando com o trabalho de Gonçalves, Lamboglia e Lima (2013) relacionando o uso de fármacos à prática de exercícios físicos em idosos de Fortaleza/CE, onde 47,8% dos participantes utilizavam anti-hipertensivos.

Em seguida, aparece a categoria de dores (29,4% e 42,3% respectivamente), sendo a dor um atributo negativo na velhice, segundo o trabalho de Alves *et al.*, (2017) com idosos na cidade de Ocara/CE, 94,1% dos participantes relataram fazer uso de medicamentos para dor.

A utilização de medicamentos antidepressivos se mostra alta entre os participantes que não praticam atividade física (n=20; 19,2%) em comparação aos praticantes (n=6; 8,8%), tais dados vão de encontro com o estudo de Teixeira *et al.* (2016) que indicam maiores níveis de autoestima e menores níveis de depressão em pessoas idosas praticantes de atividades se comparados com não praticantes, apontando ainda que quanto maior a frequência semanal de atividades menores os níveis de depressão e maiores os de autoestima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos achados no presente trabalho, a prática de atividade física se mostrou uma medida não farmacológica recomendada para a saúde biopsicossocial da população idosa, visto que esse grupo populacional tem aumentado consideravelmente em todo o mundo e assim, se faz necessário aumento da atenção dos pilares de saúde em disseminar os benefícios da atividade física para a saúde multidimensional e busca ao envelhecimento saudável. O hábito da prática de atividade física e conceitos que envolvem a promoção da saúde, pode proporcionar aos idosos melhora na saúde, aumento da autonomia, independência funcional e participação nas esferas sociais. Ademais, no que concerne a qualidade de vida, percebeu-se que os idosos que participam de programas de intervenção e praticam atividades físicas tem um ganho positivo em relação à qualidade de vida, comparado aos idosos que não praticam atividades físicas e demandam maior uso de medicação em sua rotina de vida. Novos estudos são importantes para evidenciar ainda mais como a prática de atividade física pode auxiliar na diminuição da utilização de medicações antidepressivas e aumentar a qualidade de vida da população idosa.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. S. S.; CARVALHO, C. M. R. G. O envelhecimento pela ótica conceitual, sociodemográfica e político-educacional: ênfase na experiência piauiense. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 13, n. 29, p. 435-444, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/icse/2009.v13n29/435-444/pt> Acesso em 20 ago. 2022
- ALEXANDRE, T. S.; CORDEIRO, R. C.; RAMOS, L. R. Factors associated to quality of life in active elderly. **Rev Saúde Pub**, v. 43, n. 4, p. 613-621, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/dRLwMC3y4Vjft93RdWY8GcJ/abstract/?lang=en> Acesso em: 07 set. 2022.
- ALVES, L. A. S.; BRASILEIRO, I. C.; BASTOS, V. P. D.; VASCONCELOS, T. B. Dor, histórico de quedas e qualidade de vida de idosos participantes de um projeto comunitário de educação em saúde e atividade física. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 5, n. 3, p. 259-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/1152/449> Acesso em: 06 set. 2022.
- BITTAR, C. M. L.; LIMA, L. C. V. L. **Grupos vulneráveis: idoso**. In: FIGUEIREDO, G. L. A.; MARTINS, C. H. G. Políticas, tecnologias e práticas em Promoção da Saúde. São Paulo: Hucitec, 2016.
- BLAIR, S. N.; LAMONTE, M. J.; NICHAMAN, M. Z. The evolution of physical activity recommendations: how much is enough? **The American journal of clinical nutrition**, v. 79, n. 5, p. 913-920, 2004.
- BORGES, S. M. **Fisioterapia e a depressão**. In: FORLENZA, O. V.; RADANOVIC, M.; APRAHAMIAN, I. Neuropsiquiatria geriátrica, 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais 2016**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads> Acesso em: 07 set. 2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coordenação de população e indicadores sociais. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil: 2009**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel - Brasil 2016: Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil-2016.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022

CHO, S. I.; AN, D. H. Effectsof a fallpreventionexerciseprogramonmusclestrengthand balance oftheold-oldelderly. **Journalofphysicaltherapyscience**, v. 26, n. 11, p. 1771-1774, 2014. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/jpts/26/11/26_jpts-2014-202/_pdf-char/ja Acesso em: 07 set 2022

CIOLAC, E. G. Exercise training as a preventive tool for age-relateddisorders: a brief review. **Clinics**, v. 68, n. 5, p. 710-717, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/clin/v68n5/1807-5932-clin-68-05-710.pdf> Acesso em: 08 set. 2022

COELHO, F. G. M.; et al., Physicalexercisemodulatesperipherallevelsofbrain-derivedneurotrophicfactor (BDNF): A systematic review of experimental studies in theelderly. **Archivesofgerontologyandgeriatrics**, v. 56, n. 1, p. 10-15, 2013.

COSTA, F. S.; CABRAL, C. O. M.; RODRIGUES, J. P.; SANTOS, A. M. (2017). Idosos e Exercícios Físicos: Motivações e Contribuições para Saúde e o Lazer. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, 20(4), 212–237. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1732>.

FALLER, J. W.; TESTON, E. F; MARCON, S. S. (2015). A velhice na percepção de idosos de diferentes nacionalidades. **Texto & Contexto - Enfermagem**, 24(1), 128- 137. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002170013>.

FREITAS, M. C.; QUEIROZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. The meaningofold age andtheagingexperienceof in theelderly. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 407- 412, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n2/en_24.pdf Acesso em: 25 fev. 2020.

GARCIA, L. A. A. et al., Inatividade física e depressão em idosos no Brasil: Uma revisão sistemática. **Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social**, v. 5, n. 1, p. 66-74, 2017. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/refacs/article/view/1916/1933> Acesso em: 25 ago 2022

GONÇALVES, F. T. R.; LAMBOGLIA, C. M. G. F.; LIMA, D. L. F. Prevalência de doenças crônicas e uso de fármacos em idosos praticantes de exercício físico supervisionado. **Revista Brasileira de Promoção de Saúde**, v. 26, n. 3, p. 372-380, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/408/40829885010.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.

HAN, K.; LEE, Y.; GU, J.; OH, H.; HAN, J.; KIM, K. Psychosocialfactors for influencinghealthyaging in adults in Korea. **Health Qual Life Outcomes**, v. 13, n. 1, p. 31-41, 2015. Disponível em: <https://hqlq.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12955-015-0225-5> Acesso em: 20 ago. 2022

LUZ, D. H. S.; SARDINHA, S. M. A.; ARRUDA, O. M. **A prevalência de transtornos depressivos em idosos assistidos por uma unidade básica de saúde**. In: REBOUÇAS, A. D.; CARVALHO, A. A. B.; DAVID, J. C. Pesquisa Científica em foco. Campo Grande: Inovar, 2019.

MAROTTI, J.; et al. Amostragem em Pesquisa Clínica: tamanho da amostra. **Rev. de Odont. da Univ. Cid. de São Paulo**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 186-194, maio/ago. 2008. Disponível em:<https://www.researchgate.net/profile/Juliana_Marotti/publication/285800533_Amostragem_em_pesquisa_clinica_Tamanho_da_amostra/links/566aca4008aea0892c4b9e11.pdf Acesso em: 09 set 2022

MATIAS, A. G. C.; et al., Indicatorsofdepression in elderlyanddifferentsscreeningmethods. **Einstein**, v. 14, n. 1, p. 6-11, 2016. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/indicadores-de-depressao-em-idosos-e-os-diferentes-metodos-de-rastreamento/> Acesso em: 25 ago. 2022.

MATSUDO, S. M.; MATSUDO, V. K. R.; BARROS NETO, T. L. Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. **RevBras Med Esporte**, v. 7, n. 1, p. 2-13, 2001. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-86922001000100002&script=sci_arttext&lng=pt Acesso em: 20 out. 2019.

MORANDO, E. M. G.; SCHMITT, J. C.; FERREIRA, M. E. C.; MÁRMORA, C. H. C. O conceito de estigma de goffman aplicado à velhice. **International Journal of Developmental and Educational Psychology / INFAD: Revista de Psicología**, v. 1, n. 2, p. 21-32, 2018. Disponível em: <http://www.infad.eu/RevistaINFAD/OJS/index.php/IJODAEP/article/view/1341/1158> Acesso em: 25 ago 2022

NASCIMENTO, S. M.; PINHEIRO, R. S. Participação no programa de atividade física de idosos residentes em uma Casa Gerontológica no Rio de Janeiro. **Cad. saúde colet.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 47-52, mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414462X2013000100008&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 21 ago 2022

NÓBREGA, I. R. A. P.; LEAL, M. C. C.; MARQUES, A. P. O.; VIEIRA, J. C. M. Fatores associados à depressão em idosos institucionalizados: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, v. 39, p. 536-550, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2015.v39n105/536-550> Acesso em: 25 ago. 2022

OLIVEIRA, A. D.; RAMOS, O. A.; PANHOCA, I.; ALVES, V. L. S. A intersetorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-103, jun. 2014. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/kairos/article/view/21278/15556> Acesso em: 25 ago 2022

OMS – WHO - World Health Organization. **Keeping fit for life: meeting thenutritionalneeds ofolder persons**. Geneva: WHO, 2002.

OMS. World Health Organization. **Global recommendations on physical activity for health**. Genebra: WHO, 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK305057/>>. Acesso em: 07 set 2022.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. A Agenda 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 13 de agosto de 2022

PENHA, J. C. L.; PIÇARRO, I. C.; BARROS NETO, T. L. Evolução da aptidão física e capacidade funcional de mulheres ativas acima de 50 anos de idade de acordo com a idade cronológica, na cidade de Santos. **Cien Saude Colet.**, v. 17, n. 1, p. 245-253, 2012.

PRADO, B. P. et al. Exercício físico como ferramenta para o envelhecimento ativo: Uma reflexão teórica. **Research, Society andDevelopment**, v. 10, n. 7, p. e37710716629-e37710716629, 2021.

SANTOS, R. G. et al. DAMIÃO, R.; TRIBESS, S.; VIRTUOSO JÚNIOR, J. S. Comportamento Sedentário em Idosos: Uma revisão sistemática. **Motricidade**, v. 11, n. 3, p. 171-186, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/mot/v11n3/v11n3a16.pdf> Acesso em: 25 ago 2022.

SILVA, L. M.; MOREIRA, M. A. S. P.; BEZERRA, V. P.; ALMEIDA, S. A.; BRENNAN, S.; SILVA, A. O. Representações sociais sobre solidão por idosos institucionalizados. **Journal of Research Fundamental Care Online**, v. 6, n. 5, p. 1-9, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5057/505750772001.pdf> Acesso em: 07 set 2022.

SILVA, M. F.; GOULART, N. B. A.; LANFERDINI, F. J.; MARCON, M.; DIAS, C. P. Relação entre os níveis de atividade física e qualidade de vida de idosos sedentários e fisicamente ativos. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 635-642, out./dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403838800004.pdf> Acesso em: 23 ago. 2022

SOARES, P. P. S.; FARINATTI, P. T. V.; MONTEIRO, W. D. **Aspectos fisiológicos do exercício no envelhecimento.** In: ALVES JÚNIOR, E. D. Envelhecimento e vida saudável, 2. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

SOUZA, A. M.; FILLENBAUM, G. G.; BLAY, S. L. Prevalence and correlates of physical inactivity among older adults in Rio Grande do Sul, Brazil. **PLoS One.**, v. 10, n. 2, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article/file?id=10.1371/journal.pone.0117060&type=printable> Acesso em 20 ago. 2022

TARGINO, V. R. FREIRE, A. N. F.; SOUSA, A. C. P. A.; MACIEL, N. F. B.; GUERRA, R. O. Effect of a dual-task training on dynamic and static balance control of pre-frail elderly: a pilot study. **Fisioter Mov.**, v. 25, n. 2, p. 351-360, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fm/v25n2/v25n2a13.pdf> Acesso em: 23 ago. 2022

TEIXEIRA, C. M.; NUNES, F. M. S.; RIBEIRO, F. M. S.; ARBINAGA, F.; VASCONCELOS-RAPOSO, J. Atividade física, autoestima e depressão em idosos. **Cuadernos de psicología del deporte**, v. 16, n. 3, p. 55-66, 2016.

VARELA, F. R. A.; CICONELLI, R. M.; CAMPOLINA, A. G.; SOAREZ, P. C. Quality of life evaluation of frail elderly in Campinas. **Rev Assoc Med Bra**, v. 61, n. 5, p. 423-430, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/wXJH5XCcSbZwbq3gxGXwbwk/abstract/?lang=en> Acesso em: 07 set. 2022.

VERAS, R. Population aging today: demands, challenges and innovations. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 548-554, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rsp/2009.v43n3/548-554/en> Acesso em: 20 out. 2019.

VILA, C. P.; SILVA, M. E. M.; SIMAS, J. P. N.; GUIMARÃES, A. C. A.; PARCIAS, S. R. Aptidão física funcional e nível de atenção em idosos praticantes de exercício físico. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 355-364, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4038/403838811015.pdf> Acesso em: 06 set. 2022.

ZAGO, A. S. Exercício físico e o processo saúde-doença no envelhecimento. **Revista brasileira de geriatria e gerontologia**, v. 13, n. 1, p. 153-158, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v13n1/a16v13n1.pdf> Acesso em: 20 ago. 2022

***MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL: A HISTÓRIA DA ETEC ANTÔNIO JUNQUEIRA DA
VEIGA DOS ANOS 1993 A 2012.***

***MEMORIES AND CULTURAL HERITAGE: THE HISTORY OF ETEC ANTÔNIO JUNQUEIRA DA
VEIGA FROM 1993 TO 2012.***

Área temática: Educação de Qualidade.

CAMPOS, Diego Lopes de
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.
Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Unesp/Franca.
diego.campos22@etec.sp.gov.br

Resumo

O presente trabalho tem por escopo investigar a história e a memória escolar da Etec Antônio Junqueira da Veiga, unidade escolar situada no município de Igarapava-SP e pertencente a autarquia estadual paulista Centro Paula Souza. Entendemos que a preservação da memória escolar é um importante exercício de cidadania, ao estimular a consciência histórica e reflexão sobre a identidade de um lugar, um grupo de pessoas e de uma instituição, no caso uma instituição escolar. Dessa forma, a trabalho busca historicizar, dar luz e catalogar informações, objetos, documentos, relatos e memórias sobre a instituição: seja por iconografia, documentação escrita, material e história oral. O nosso recorte temporal (1993-2012) privilegiará o processo de transição da unidade escolar, como uma instituição subordinada a pasta da educação para pertencer a autarquia estadual paulista, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Palavras-chave: Memória escolar; Patrimônio cultural; História da educação.

Abstract

The present work aims to investigate the history and school memory of Etec Antônio Junqueira da Veiga, a school located in the municipality of Igarapava-SP and belonging to the São Paulo state authority Centro Paula Souza. We understand that the preservation of school memory is an important exercise of citizenship, by stimulating historical awareness and reflection on the identity of a place, a group of people and an institution, in this case a school institution. In this way, the work seeks to histify, shed light and catalog information, objects, documents, reports and memories about the institution: whether through iconography, written documentation, material and oral history. Our time frame (1993-2012) will focus on the transition process of the school unit, as an institution subordinated to the education portfolio to belong to the state autarchy of São Paulo, Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Keywords: School memory; Cultural heritage; History of education.

1 INTRODUÇÃO

Todos os textos do artigo devem ser formatados em fonte Arial tamanho 10. Os títulos e subtítulos devem estar em negrito. O espaçamento entre linhas deve ser simples. Não deve haver espaçamento entre parágrafos.

Preâmbulos Históricos

A fundação da cidade de Igarapava é um fato um tanto quanto controverso, no entanto cronistas da cidade datam o périplo pelos idos de 1842, com o vilarejo ainda conhecido por “*Santa Rita do Paraíso*” e parte integrante da comarca de Franca, neste intento destaca-se as figuras do Capitão Ferreira Anselmo de Barcelos, Padre Zeferino Batista do Carmo e João Gomes na constituição física do lugarejo.

A instigante figura de Anselmo de Barcelos oferece-nos referências interessantes de apreensão do processo de povoamento de “*Santa Rita do Paraíso*”. Natural de Franca, o capitão protagonizou uma sedição contra os poderes do juiz de paz Manuel Rodrigues Pombo. O certo era que o Cap. Barcelos era sobrinho do Cap. Hipólito Antônio Pinheiro, fundador de Franca, e então vereador da cidade e envia um ofício ao juiz de paz da municipalidade (1836) por considerar fraudulentas as eleições que excluíam o seu grupo político das fileiras de poder municipal. Inicia-se, então um mal-estar, dentro da política local de grupos rivais. O grupo político antigo local, que dentre as suas lideranças figurava o Cap. Ferreira de Barcelos ao perder as eleições para juiz de paz e vereadores em 1836, enceta uma série de ataques políticos aos rivais representados por Antônio Barboza Sandoval, Luís Gonçalves Lima e Manoel Rodrigues Pombo acusando-os além de fraudes para com o certame eleitoral, de culpa em alguns casos de querelas de ordem pessoal¹. O fato que esses ataques descambam ao assassinado de Manuel Pombo (o então eleito juiz de paz da comarca da Franca-SP), encomendado pelo Capitão Anselmo de Barcelos (BENTIVOGLIO, 2000)

Com o fato consumado, a situação do capitão mostrou-se insustentável, em Franca, e fez-se necessário sua volta para a fazenda Borda da Mata, referida em alguns relatos da época, por muitos outros nomes e que depois ficou conhecida, popularmente, por Vargem Alegre, no que hoje é conhecido pelo município de Igarapava. Inclusive tais talhões de terras datam de uma ordenação metropolitana de 1804 referentes a uma sesmaria oferecida à família Barcelos assim de sua vinda às terras paulista partindo de Minas Gerais². Nesse fato do coronel Barcelos fugir para sua fazenda às margens do Rio Grande, fronteira com Minas Gerais, a fim de fugir das autoridades da justiça francana dá o início de um povoado, no que hoje é Igarapava (Souza, 1985).

O desenvolvimento do vilarejo faz com que esse se desmembre de Franca pela Lei nº 80, em 25 de agosto de 1892, e se torne município em 4 de novembro de 1907, pela Lei Estadual 1 097, onde a alcunha Santa Rita do Paraíso dá espaço ao atual do município: **Igarapava**.

Porém, foi no século XX que o município tem seu desenvolvimento mais intenso, contextualizado pela expansão do complexo cafeeiro, no norte paulista.

A expansão ferroviária que se articulou, no Estado de São Paulo, a partir de meados de 1880, em face do desenvolvimento da atividade cafeeira trouxe consigo um novo ritmo ao cotidiano destas novas áreas de cultivo, contribuindo decisivamente no processo de modernização destas novas cidades ao longo de seus trilhos.

Nesta perspectiva, os novos ramais serviram de ligação entre as áreas produtoras e os portos exportadores. Os novos entroncamentos férreos possibilitaram maior circulação de pessoas e mercadorias nestas regiões de difícil acesso. Grandes companhias como a Mogiana, a Paulista e Sorocabana desempenharam papel de relevância dentro deste processo de desbravamento do sertão paulista.

As cidades que conseguiram atrair a ferrovia sofreram os impactos desta nova dinâmica imprimida pelo incremento da sociabilidade capitalista no seio de suas relações sociais.

Os trilhos possibilitaram a criação do espaço urbano em áreas de entroncamento de ramais ou até ampliação de *lôcus urbanos*, em regiões que eram previamente povoadas. Dentro do conceito de complexo cafeeiro, que confere ao capital cafeeiro a importância gestora e motriz das relações capitalistas brasileiras, neste contexto histórico (TOSI, 2002).

¹ Casos desta ordem são referências narradas pelas monografias do professor Carmelino Corrêa que se encontram arquivadas no Museu de Franca.

² De acordo com informações colhidas no Arquivo Municipal de Franca

Apesar de uma produção insipiente de café, em comparado a municípios como Ribeirão Preto e Sertãozinho que se vocacionaram como grandes produtores cafeeiros Igarapava faz parte da gama de municípios que vieram a sofrer as transformações imposta pela expansão cafeeira e chegada da ferrovia, em sua localidade. Há trabalhos que desenvolvem exemplos deste impacto gerado pela chegada dos trilhos, no município, traduzindo-se em obras públicas, desenvolvimentos das atividades urbanas: como criação de escolas, jornais, teatros, hotéis, hospitais, o que seria em última instância a sociabilidade capitalista e seus desdobramentos na vida humana e na sociedade local.

Nesse contexto de transformações, nota-se datado de 19 de maio de 1919, a contratação do governo estadual paulista para a construção do primeiro prédio destinado a instalação da primeira escola pública igarapavense, o “Colégio Professor Edmund Dantes” que na época era conhecido como Escola Primária. Nota-se o princípio de rentabilidade tributária revertida em obras públicas é posto em ação na cidade que investe o montante de 84.150\$000 (oitenta e quatro contos e cento e cinquenta mil réis) no empreendimento escolar, que realizava as funções de Grupo Escolar (SOUZA, 1985).

Em consonância com um processo que ocorria em todo Estado de São Paulo, para efeito da crise que se desenrolava pelos anos de 1930, Igarapava passou por um processo de diversificação de sua economia agrícola, sendo importante destacar a cultura do arroz e da cana-de-açúcar que amorteceram os efeitos da crise na cidade. Tal efeito marcou a vocação econômica da cidade, como grande produtora agrícola, desde sempre, em se destacando seus férteis solos e a proximidade com o rio Grande e vasto complexo de riachos e córregos, o que confere rico repositório de águas.

Quem foi o patrono?

Feito uma breve apresentação histórica da cidade de Igarapava. É necessário voltarmos o nosso olhar para o nosso objeto a Escola Agrícola de Igarapava, atual Etec Antônio Junqueira da Veiga.

E o patrono da instituição escolar traz uma forte representação ao contexto histórico da cidade, pois representa a elite agrícola da cidade e a maior instituição econômica do município, naquele momento, a “Usina Junqueira”. A cana-de-açúcar se torna o carro-chefe da economia local, que tinha como coadjuvantes a rizicultura e o gado de leite. E a usina de açúcar, como uma das maiores e produtivas do Brasil, na época (SOARES, 2000).

A Usina Junqueira e as fazendas adjacentes eram propriedade de Francisco Maximiano Junqueira e de sua esposa Theolina Junqueira, conhecida como Sinhá Junqueira. O Coronel Junqueira era grande cafeeiro ribeirão-pretano, porém investiu seu capital oriundo do café em cana-de-açúcar (adquirindo terras e construindo a Usina Junqueira, em Igarapava-SP), o que se mostrou um negócio vantajoso, vide a crise de 1929 e a queda dos preços do café (alto estoque), em contrapartida uma maior demanda pelo açúcar, no mercado internacional.

O coronel Quinto Junqueira falece em 1938, e todas as suas propriedades ficam sob a gerência de sua esposa Sinhá Junqueira que administra o capital, inclusive investindo boa parte de seu capital em doações e obras assistenciais, escolas, fundações e hospitais. Como o casal não deixou herdeiros, Sinhá convida o seu sobrinho Antônio Junqueira da Veiga para gerir os negócios da família.

Antônio Junqueira da Veiga. N. em 8-12-1888, em Ribeirão Preto. Coursou o Colégio Arquidiocesano de S. Paulo, foi comprador de café e, a partir de 1954, a convite de D. Sinhá, ocupou os cargos de superintendente geral de suas fazendas de café e gado e membro do Conselho Consultivo da Fundação Sinhá Junqueira nas regiões de Ribeirão Preto e Colina. Com a morte de D. Sinhá, passou a ocupar também o cargo de Diretor Deliberativo da Fundação Sinhá Junqueira, cargos esses que só deixou ao falecer, em 6 de fevereiro de 1971. C.c. D. Antonia Ruffo. (Barros, 2010).

Na década de 1960, o senhor Antônio Junqueira da Veiga incentiva e faz a doação das terras para a construção da Escola Agrícola de Igarapava, antigo anseio da região de vocação agrícola, que hoje compõe a Etec Antônio Junqueira da Veiga. Tornando, assim o patrono da instituição escolar.

Um pouco da História da Escola Agrícola de Igarapava.

A *Escola Técnica Estadual “Antônio Junqueira da Veiga”*, foi criada em 1963 pela Secretaria da Agricultura, na gestão do então governador de São Paulo o srº Adhemar de Barros, naquele

contexto possuía o nome de *Escola de Iniciação Agrícola*, instituído pela Lei nº 7.887, do dia 26 de abril daquele ano.

A partir de 1968, com o decreto nº 51.094, de 16 de dezembro, são criados os Colégios Técnicos Agrícolas em dezoito municípios paulistas, inclusive Igarapava.

A história da Instituição bem como das Escolas Técnicas paulistas é marcada por descontinuidades do ponto de vista administrativo, ora subordinados a pasta da educação, ora da agricultura, ora das ciências e tecnologia.

Em 1969, por meio do Ato nº 45, é autorizado em Igarapava, no Colégio Agrícola de Igarapava o funcionamento do 2º Ciclo, em documento assinado pelo Secretário de Educação do Estado de São Paulo. Ou seja, além do ensino agrícola seria autorizado o funcionamento do ensino médio regular no quadro escolar.

A década de 1970 apresenta a criação e expansão de um novo modelo educacional e organização do Ensino Técnico Agrícola, no Estado de São Paulo. Esse novo modelo foi caracterizado pela Escola-Fazenda, idealizado pelo professor e Engenheiro Agrônomo Sigheo Mizoguchi que preconizava a formação de um agricultor polivalente, familiarizando o educando com situações próximas a que teria que enfrentar na vida real, ou seja, é a síntese dos conceitos de “aprender a fazer” e “fazer para aprender” (Silva, 2017).

O Decreto Estadual nº 7510, de 1976 promove reformas na pasta da Educação do Estado de São Paulo, extinguindo a Coordenadoria do Ensino Técnico, que institucionalmente alocava a Diretoria do Ensino Agrícola, subordinando as escolas agrícolas à Coordenadoria de Ensino do Interior.

Na década de 1980, no governo estadual de Montoro e Paulo Tarso na pasta da Educação há um movimento de retorno dos Colégios Agrícolas sob a tutela da educação. O Fórum de Educação do Estado de São Paulo 1983 relata discussões nesse sentido, mais especificamente em sua II Seção Pública.

Tais debates materializam a criação da DIASETE, em 1985 que é a Divisão de Supervisão e Apoio às Escolas Técnicas Estaduais que seria responsável pela administração das escolas técnicas industriais e agrícolas paulistas; essa estrutura administrativa, do DIASETE perdurou até 1991.

Em 1991 inicia-se o quarto ciclo administrativo das escolas técnico paulista disposto pelo Decreto Estadual nº 34.032/91, de 22 de outubro, com a transferência de suas administrações a Secretaria da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, do Estado de São Paulo.

O referido decreto em seu artigo nº 7 dispôs sobre o afastamento dos integrantes do quadro de magistério da Secretaria de Educação junto aos colégios agrícolas e industriais, agora sob a responsabilidade da nova secretaria.

Porém, o ano 1993 marca até agora o último ciclo dessa História com as Escolas Técnicas Estaduais transferidas, por meio do Decreto nº 37.735/93, para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, uma autarquia da Secretaria da Ciência e Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; tendo o seu efeito legal marcado para se iniciar em 1 de janeiro de 1994.

Nesse novo contexto, o Colégio Agrícola de Igarapava se tornou a Escola Técnica Antônio Junqueira da Veiga, subordinada ao *Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza* e o seu nome em homenagem ao fazendeiro que doou as terras que hoje perfazem a estrutura territorial da unidade escolar, em Igarapava-SP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Porque preservar a História?

A memória é um elemento constituinte da identidade, tal processo possibilita ao reconhecimento si, do outro e de um grupo social. Desse modo, as escolas devem ser vistas como espaço de interação social, são objetos e lócus dessa memória, pois as escolas são resultado da interação sociocultural histórica.

Dessa forma, preservar a memória desses locais, suas interações sociais e culturais, objetos, patrimônio cultural e material é um dever de consciência histórica. Ou seja, um processo que se relaciona com o ser (identidade), mas também como dever (ação) e que torna inteligível o presente, pela preservação da memória e confere uma expectativa em relação do futuro.

Nesse contexto exortamos a Pierre Nora (1993) que nos fala da necessidade do homem em criar museus, organizar, selecionar e guardar memórias, em uma tentativa de se evitar o esquecimento. Pois, para o autor apesar da memória ser carregada pelo homem e passível de

alterações ao longo do tempo é uma importante fonte histórica, uma vez que essa fornece dados que análise fria dos documentos oficiais não permite, como perceber como as pessoas do passado pensavam, sentiam e agiam em relação a um determinado fato ou lugar.

Em seu artigo 216, a Constituição Federal define que o patrimônio cultural brasileiro se compõe de bens de natureza material e imaterial, perfazendo “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais”.

Claramente, após essa abordagem jurídica e institucional a questão do patrimônio material e cultural, no Brasil passou a ter uma relevância maior tanto no debate acadêmico, como nas ações de políticas públicas. Não era para menos, devido a importância do tema.

Um povo prescinde de sua memória para conhecer as suas origens, sua identidade.

Afinal, a preservação do passado por meio de fotos, registros, documentos, memórias orais não serve, prioritariamente, para que nos prendamos excessivamente ao passado, porém sem olvidar seu devido valor, em nossa identidade social. O olhar ao passado não deve ser algo nostálgico, apesar de que poderá ser prazeroso, mas deve se pautar em uma análise sobre as origens do presente: seus erros e acertos, a fim de que compreendamos o presente e nos planejemos para o futuro.

Além de entendermos que a preservação da memória institucional não é só resgatar o passado, mas também, reconhecer os limites de cada período histórico, evitando anacronismos insidiosos. É redescobrir valores e renovar os vínculos, mas também oportunidade de redefinir novos conceitos, novos paradigmas. Um olhar sobre a instituição, seus objetos e patrimônio, mas também para as pessoas e as várias histórias que compõem esse todo.

Todavia, é interessante notar uma gama de trabalhos que trazem essa perspectiva de memória institucional para as escolas.

O trabalho professora Maria Eliza Vieira Elias (2016) que aborda a evolução da materialidade do espaço escolar brasileiro, abrindo perspectivas de como esse espaço foi pensando ao seu contexto, de acordo com as políticas públicas e mentalidade vigentes a época.

Porém, o trabalho também abre um nicho de observação para a materialidade dos mobiliários escolares, seus prédios. E nesse sentido a cultura material, das instituições escolares, fornece ao estudioso um valioso subsídio ao entender que o mobiliário, o prédio, as edificações, objetos, o currículo traz uma estreita relação com os conceitos, práticas e normas escolarizadas que eram reproduzidas, naquele contexto. Ou seja, pode-se captar parte da cultura dessas instituições, no estudo dos espaços escolares, principalmente quando ressignificado pela memória daqueles que vivenciaram tal contexto.

Partindo da lógica de que os prédios além de contarem a história das instituições que resguardam, também contam a própria história da cidade da qual fazem parte. Pois, é inegável o envolvimento de empresários, cidadãos e empresas da cidade que convergiram ações a fim de viabilizar o projeto e promover o desenvolvimento não só educacional da instituição, mas também em como essa instituição promoveu o desenvolvimento tecnológico e de saberes das empresas e do arranjo produtivo local. E como essas personalidades locais possivelmente tem estreita relação com o colégio, muitas vezes como alunos ou docentes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Porque e como a História Oral?

A escolha de se trabalhar com história oral requer algumas considerações importantes, pois deve considerar trabalhar com narrativas que se valem necessariamente e até exclusivamente da memória. E como sabemos a memória é seletiva, com claros recortes, sentidos e anacronismos de sujeito que narra a história, influenciado por sentimentos coadjuvantes e até por percepções e vivências a posteriori.

A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. A memória é em parte herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações, que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. (POLLAK, 1992, p.204).

Cabendo, portanto a reflexão do Foucault sobre a utilização da história oral, atentando-se para a subjetividade que a perfaz, tanto do entrevistador/pesquisador, como do entrevistado/sujeito pesquisado. Abrindo uma discussão interessante da qual muitos historiadores da atualidade se

debruçam que é análise de discurso, algo que anteriormente se limitava somente ao ofício dos linguistas.

Assim, a historial oral possibilita a publicidade de várias histórias, uma pluralidade de várias narrativas que se cruzam, e que por ora se convergem, divergem, em um jogo de aproximações e distanciamentos, sombras e luzes sobre o passado (Carvalho, 2013).

A escolha pela história oral considera seu caráter mais pessoal e subjetivo de registro de experiências individuais, dessa forma, não se deve buscar nessa perspectiva investigativa a reconstrução do passado, em sua totalidade, mas partes desse passado. Pois, o que se pretende com essa fonte histórica é entender como os acontecimentos históricos se desenrolaram e influenciaram o indivíduo e sua percepção de mundo e realidade social-histórica (Carvalho, 2013).

É óbvio que cabe ao historiador o papel de confrontar várias fontes históricas, e feliz daqueles estudiosos e pesquisadores que escrutinam o específico, o evento local e suas particularidades, sem perder o todo, o contexto geral, em sua totalidade na reconstrução do passado.

Recomenda-se algumas recomendações ao realizar as entrevistas, de acordo com a professor Maria Lucia Mendes de Carvalho, em seu trabalho em conjunto com a professores Suzana Ribeiro (2013) que aborda o uso da História Oral na educação.

Uma possível definição para a realização de um trabalho de história oral é que ela seja entendida como um conjunto de procedimentos, e não apenas a realização de uma ou mais entrevistas. Esses procedimentos envolvem a elaboração de um projeto, que se desdobra no contato com as pessoas a serem entrevistadas, na criação de uma relação entrevistador e entrevistado - em que cabe explicar o projeto e suas intenções, e abrir para contribuições, caso o entrevistado ache pertinente. Só então é que deve acontecer a gravação da entrevista. Este registro pode se dar em áudio ou vídeo, pode acontecer em um único encontro ou em vários (CARVALHO, 2013, p. 16).

Introduzindo ao entrevistando o intuito do projeto a fim de criar uma certa intimidade e confidencialidade entre entrevistador e entrevistado.

Sobre a entrevista após realizada e registrada, seja por vídeo ou áudio as autoras dizem:

Depois da entrevista gravada, pode acontecer o tratamento da entrevista. Este tratamento pode prever edições de texto, de áudio e/ou de vídeo. No caso do texto, será importante refletir sobre a transposição do código oral para o escrito, respeitando o entrevistado e tomando os devidos cuidados éticos. Sendo assim, costumeiramente são realizadas transcrições e, posteriormente, trabalhos como os denominados textualizações e transcrições. No caso de áudios e vídeos será importante a criação de roteiros narrativos para a organização dos cortes e encadeamento da história. Alguns desses trabalhos priorizam o contato com uma narrativa que toma como referência a vida como um todo e, por isso, são chamados de "história de vida". Outros acabam por destacar uma história, em meio a tantas, e se aproximam, portanto, de processos narrativos de contação de histórias, sendo conhecidos por seu nome em inglês: storytelling (CARVALHO, 2013, p. 16 e 17).

Ou seja, a transcrição da entrevista e sua fidedignidade é imprescindível ao projeto. Para facilitar o trabalho, quando realizado por áudio ou vídeo, é interessante a utilização de roteiros narrativos por parte do entrevistador.

O conjunto de procedimentos pode finalizar com a devolução do trabalho ao narrador ou à comunidade que o gerou. Isto pode ocorrer com o pesquisador entregando sua tese, as fotos e registros que fez, seja com a possibilidade de uma publicação ou acesso público dos resultados do trabalho. Hoje, com a popularização dos meios eletrônicos, muitos trabalhos têm utilizado sites e blogs, como importantes meios para a ampliação do acesso às histórias registradas. (CARVALHO, 2013, p. 17).

Dessa forma, devemos considerar como entregaremos a comunidade tal material, afinal de contas a publicidade ao público, confere a finalidade última do trabalho, quando se trata de preservar a memória. Ou seja, levar a máximo de pessoas as informações, experiências e saberes do seu objeto de estudo, o patrimônio histórico.

Portanto, o presente projeto tem como foco atingir prioritariamente a comunidade escolar, e secundamente a comunidade local, inclusive alunos egressos que partilham de experiências que envolvem a memória da instituição Escola Agrícola de Igarapava, atualmente Etec Antônio Junqueira da Veiga.

Comunidade de destino: entende-se por comunidade de destino o acervo de experiências, que motivaram as razões do envolvimento e pertencimento ao grupo, podendo ser compreendida como todos os que de alguma forma se sentem ligados aos temas ou às atividades estudadas, sendo parte deste recorte um grande grupo de pessoas, que mantêm laços de afinidade e se encontram ligados por seus interesses (CARVALHO, 2013, p 20.).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Em um primeiro momento realizaremos entrevista com três ex-diretores da unidade escolar, em um período específico, o período de transição da unidade escolar entre estar ligada a Secretaria de Agricultura, depois Desenvolvimento Social e tecnologia, e mais tarde ao Centro Paula Souza. Portanto, serão desenvolvidas entrevistas, pelo menos em primeiro momento desse projeto no formato colônia, um grupo menor de pessoas e de caráter mais fechado.

Colônia: A colônia, por sua vez, é o grupo de onde podem emergir os entrevistados de nossas pesquisas. Que estiveram mais intimamente ligados à experiência estudada. Pode ser um grupo menor, contido no grupo de pessoas da comunidade de destino (CARVALHO, 2013, p. 21).

Porém, isso não impede que o desenvolvimento das entrevistas e das pesquisas novos nomes e personagens surjam, assim como entrevistas com esses personagens, o que as autoras citadas entendem como entrevistas em rede.

Rede: A rede ou as redes de entrevistados são grupos de pessoas formados por indicação dos colaboradores, serão estabelecidas no decorrer do trabalho. No entanto, vemos a possibilidade de definirem-se redes a partir das condições de integração, de geração, de gênero, ou não. Este princípio não elimina a possibilidade de existência de sub-redes que tragam à tona outros fatores importantes para a construção da identidade do grupo a ser estudado ((CARVALHO, 2013, p. 21).

Dito isso. É justamente por esse motivo que o presente trabalho tem como escopo a realização de entrevistas com três diretores da unidade escolar, Etec Antônio Junqueira da Veiga que foram personagens ativos da história institucional e podem desnovelar fatos, memórias e percepções sobre a memória escolar.

Os entrevistando/depoentes serão os ex-diretores e professores Vinicius Maciel (1970-1982, e depois no ano de 1993), Eliana Junqueira (1994 a 2004) e Wanda Cintra de Grandi (06/2004 a 12/2012).

Desse modo, utilizaremos uma metodologia que busca mesclar elementos de uma entrevista e de um depoimento, pois as perguntas feitas ao interlocutor obedecerão a certos tópicos de interesse do entrevistador, com uma estrutura não rígida, bem como oferecendo certa liberdade ao depoente, respeitando a sequência memorialística do depoente, os seus silêncios e frisando uma lógica de não interromper a fala, sobretudo ser um ouvinte.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas/depoimentos serão gravadas em mídia visual e, posteriormente transcritas. Esse material comporá uma primeira fase, de um projeto maior que mais tarde contará com a participação e entrevistas/depoimentos de mais personagens que participaram e construíram a história e memória da instituição escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o presente trabalho colabore com o levantamento de subsídios para estimulem a reflexão sobre a história da educação, de forma específica, uma vez que aborda o estudo de uma instituição escolar, contextualizada sob um contexto histórico. Ainda, o presente trabalho aborde uma perspectiva que aponte a preservação da memória escolar: seus objetos, relatos, hábitos e cultura organizacional.

REFERÊNCIAS

BARROS. José Fernando Cedeño de. A benemerência privada no estado de São Paulo, vista através de dois testamentos. Revista da ASBRAP nº 16. 2010.

BENTIVOGLIO, Júlio C. Trajetória Urbana de Franca. Franca. Editora UNESP. 2000. p 53.

CARVALHO. Maria Lucia Mendes de (org.) Suzana Lopes Salgado Ribeiro (org.) *HISTÓRIA ORAL NA EDUCAÇÃO*. Memórias e Identidades. Centro Paula Souza. São Paulo. 2013.

ELIAS, Maria Eliza Vieira. Evolução do espaço escolar no Brasil: referências ao planejamento urbano de Limeira-SP. UNESP/IGCE. Rio Claro. 2006.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira da Veiga. A Flor do Café e o Caldo da Cana – Os caminhos de Sinhá e Quito Junqueira, Fundação Sinhá Junqueira, Uberaba (MG), 1997.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

SILVA, Marta Leandro da; MARQUES, Waldemar. A trajetória política e histórico-normativa do ensino técnico da área de agropecuária no estado de São Paulo: a história política de transição por decretos (de 1882 a 2001). Revista on line de Política e Gestão Educacional, [S.l.], n. 16, feb. 2017. ISSN 1519-9029. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9362>>. Acesso em: 30 july 2020. doi:<https://doi.org/10.22633/rpge.v0i16.9362>.

SOARES. Alcides Ribeiro. Um século de economia açucareira: evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo de 1877 a 1970. São Paulo. Cliper. 2000.p

SOUZA, Sebastião Ângelo de. Pelos Caminhos da História de Santa Rita do Paraíso. São Paulo. Ed Vitória. 1985.

TOSI, Pedro Geraldo. Capitais no Interior. Franca e a história da indústria coureiro-calçadista, (1860-1945). Franca/SP: FHDSS, 2002.

Obesidade e as Políticas Públicas direcionadas a essa condição: a abrangência dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

PEREIRA, Poliana de Almeida e Paula
UNI-FACEF, Mestranda em Desenvolvimento Regional

NOBRE, Manoel Jorge
USP; UNI-FACEF
Doutor em psicobiologia pela USP, Professor do mestrado, professor-Pesquisador

Resumo

Considerada como um problema mundial e atual de saúde pública, a obesidade retrata uma condição que acomete à todas as classes sociais. Gerada pela associação do baixo gasto energético ao consumo excessivo de alimentos, muitas vezes, esse consumo é estimulado pelo marketing da indústria de alimentos veiculado nas mídias, ou fruto da necessidade de se consumir produtos mais acessíveis a população de baixa renda, ricos em açúcares, gorduras e carboidratos. Assim, a obesidade passa a agir lentamente no corpo humano, ao longo dos anos, provocando prejuízos a saúde das pessoas e impulsionando a indústria dos medicamentos. Tal condição de saúde passa assim a prejudicar o desenvolvimento humano, social, a onerar o sistema de saúde, desfavorecendo o desenvolvimento regional. O presente trabalho levanta as diretrizes governamentais e as políticas públicas federais que atuam frente a obesidade no Brasil no âmbito da atenção primária nos últimos anos e promove uma compreensão dessas condutas frente os ODS para a promoção do desenvolvimento humano.

Palavras chaves: obesidade, ODS, políticas publicas.

Summary

Considered as a global and current public health problem, obesity portrays a condition that affects all social classes. Generated by the association of low energy expenditure with excessive consumption of food, this consumption is often stimulated by the marketing of the food industry transmitted in the media, or as a result of the need to consume products that are more accessible to the low-income population, rich in sugars, fats and carbohydrates. Thus, obesity starts to act slowly in the human body, over the years, causing damage to people's health and boosting the drug industry. Such a health condition thus harms human and social development, burdening the health system, disfavoring regional development. The present article raises the governmental guidelines and federal public policies that work against obesity in Brazil in the scope of primary care in recent years and promotes an understanding of these behaviors in the face of the SDGs for the promotion of human development.

Keywords: obesity, SDGs, public policies.

1 INTRODUÇÃO

Muito tem-se discutido sobre a obesidade e suas conseqüências nos últimos anos (HENRIQUES et. Al, 2018; MENDES, BASTOS E MORAES, 2019) e diante do aumento desta questão de saúde pública medidas de intervenção têm sido adotadas ao longo dos anos pelos Governos. Desta forma, o objetivo deste artigo é tanto levantar as políticas públicas de saúde direcionadas a obesidade quanto entender se estas ações governamentais alinham-se as ODS e ao desenvolvimento humano, analisando tais informações e compreendendo a obesidade em suas múltiplas facetas.

A preocupação com os problemas de saúde gerados pela obesidade só aumentam diante das previsões. A Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica estima que em 2025 a população mundial de adultos chegará a aproximadamente 2,3 milhões de pessoas acima do peso sendo que destas, mais de 700 milhões serão de obesos (SOUZA, et. al., 2015; ABESO, 2016).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nossa realidade não é diferente, pois, no Brasil a prevalência da obesidade nos últimos 10 anos saltou de 11% da população em 2006 para 18,9% em 2016, sendo um preditor para o aumento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (BRASIL, 2016; BRASIL, 2017).

Considerada uma epidemia mundial, a obesidade tem repercussão principalmente pelo aumento da incidência dessas doenças crônicas não transmissíveis, sendo algumas das principais consequências da obesidade o diabetes mellitus tipo 2, assim como cânceres e doenças cardiovasculares, fato que contribui para o aumento da incapacidade física e da mortalidade da população (HENRIQUES ET AL., 2018; MENSORIO; COSTA JUNIOR, 2016).

Com o crescimento de tal problema de saúde em todo o mundo os olhares das organizações de saúde voltam-se para medidas que possam ser adotadas no combate a obesidade e para a garantia ao ser humano de ter uma vida mais digna e equilibrada.

Através da Constituição de 1988 obteve-se maior efetividade das políticas sociais voltadas para a área de saúde e colocou-se em destaque que o direito à saúde é um direito de todos, tornando-se um direito social em evidência com a criação do SUS (COHN; ELIAS, 2003; NOGUEIRA, 2002).

Ao considerar-se tais políticas sociais direcionadas a área da saúde Santos e Scherer (2012, p. 96) comentam sobre a importância de compreender-se as políticas públicas:

“... para falar no direito à saúde, é necessária a compreensão das políticas públicas presentes, que circundam o âmbito das Ciências Sociais, da Ciência Política e da Economia Política, pois o setor da saúde sofreu influências do contexto político-social e dos momentos econômicos da sociedade brasileira. As ações de saúde propostas pelo governo brasileiro sempre procuraram atender a grupos determinados, em momentos de maior tensão, como nos casos de epidemias.”

Ao longo de todo o curso do problema na vida do indivíduo a ocorrência da obesidade pode afetar também a saúde psicológica (MENDES, BASTOS E MORAES, 2019) e por seus fatores estigmatizantes, limitadores e devastadores. Tais fatos comprometeriam a saúde física, emocional e o desenvolvimento das liberdades humanas destes indivíduos obesos, comprometendo também o seu desenvolvimento social e humano.

O desenvolvimento social fundamenta-se não só no entendimento do desenvolvimento enquanto aumento das riquezas de uma nação - medido através de critérios de viés exclusivamente econômico tais como: PNB (Produto Nacional Bruto), PIB (Produto Interno Bruto), Renda Per Capita entre outros; mas fundamenta-se também no processo que objetiva a expansão das liberdades humanas e o aumento na qualidade de vida da população diminuindo as desigualdades sociais (ANDRADE E ZIMMERMAN, 2008).

Ciente das disparidades econômicas existentes no território nacional nossa Constituição não estabelece apenas o desenvolvimento nacional como objetivo fundamental mas, acredita que em nossos pequenos núcleos regionais é que o desenvolvimento econômico pode favorecer a diminuição das desigualdades sociais através do desenvolvimento regional (GOUVEA, 2011). Dentre as muitas intervenções governamentais e algumas vezes do setor privado que favorecem o desenvolvimento regional e social estão as políticas públicas de saúde.

Muitas Políticas públicas se alinham aos ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresentados em 2012 pela Organização das Nações Unidas, são um apelo global à ação para que possa-se erradicar a pobreza, assim como, proteger o meio ambiente e o clima, garantindo que as pessoas, de todos os países, possam desfrutar de bem-estar, paz e de prosperidade (ONU, 2022).

Para Lobstein e Cooper, (2020, p. 470, tradução nossa) são pelo menos 14 as metas temáticas dos 17 ODS que atuam diretamente na condução da epidemia de obesidade, no entanto, tais objetivos não incluem o tratamento da obesidade como uma das metas dessa campanha. Diante das preocupações mundiais com essa condição de saúde, o combate a obesidade poderia estar discriminada dentro dos ODS de saúde, alimentação, educação, qualidade da água, qualidade da terra e do oceano, urbanização e emprego, dentre outros.

O presente artigo tem o objetivo de identificar políticas públicas que promovam ações relacionadas a obesidade, levantar como elas estão sendo implementadas na atenção básica de saúde e de que forma suas características intervencionistas, preventivas e/ou educacionais se alinham as ODS.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A OBESIDADE

Os movimentos internacionais do pós-guerra— Conferências, Fóruns, Encontros, ressaltam a importância desse campo do conhecimento, denominado políticas públicas (RIBEIRO, RAICHELES, 2012). Entre os fatores que contribuíram para maior visibilidade deste campo, destaca-se o crescente debate sobre os Direitos Humanos, Sustentabilidade, o papel do Estado, dos governos e das políticas públicas no desenvolvimento humano e na preservação dos direitos e promoção do bem-estar.

Conforme Ribeiro e Raichelles (2012, p. 53) a transitoriedade dos governos requer exigências mundiais que garantam Direitos e Desenvolvimento Humano. Para os autores:

“A multiplicidade de organismos criados após a Segunda Guerra Mundial desempenhou importante papel na estratégia de consolidar a internacionalização do sistema econômico vigente. Nas democracias modernas, os governos são transitórios com alternância prevista a cada quatro ou cinco anos, de acordo com as Constituições nacionais. As estruturas das instituições são permanentes e oferecem possibilidades de fixar concepções, valores e interesses, dos quais são instrumentos de implementação e sedimentam dinâmicas próprias de funcionamento...”

Na busca por promover melhores condições de vida e dignidade ao cidadão as políticas públicas baseiam-se nessas exigências internacionais em favor dos Direitos Humanos e da preservação da vida e do meio ambiente. Grisa e Schneider (2015), as descrevem como um programa, um projeto ou um plano de desenvolvimento que pode ser elaborado pelos governos, ou pode ser fruto de intervenções e proposições da sociedade, contando ou não com a participação de organizações da sociedade civil, com a intenção de transformar espaços e territórios e melhorar a vida do cidadão.

Ao compreender as estruturas de formação das políticas públicas, Grisa e Schneider (2015, p. 393), percebem que elas podem ser elaboradas de duas formas: “...de cima para baixo, ou seja, a partir de um setor do governo para atender uma demanda da população, sem contar com sua participação; ou de baixo para cima, que conta com ampla participação da sociedade organizada”. Essa participação horizontal, descentralizada, dá voz a sociedade e permite com que todos participem dos processos das políticas públicas, tornando-o mais claro, mais abrangente e passível de maior controle.

As políticas públicas de saúde se estruturam como pilares fundamentais do sistema de proteção social constituídos ao longo do século XX. Proteger o cidadão e seus direitos tornou-se fundamental diante da ganância capitalista. Nas últimas décadas muitos países passaram por processos de reforma que repercutiram sobre suas políticas sociais e de saúde, no entanto, estes processos diferenciam-se do Brasil por adotarem diretrizes de redução das intervenções do Estado e aumento do espaço de atuação dos mercados particulares (MACHADO, BAPTISTA E LIMA, 2012). No Brasil, a criação do SUS, Sistema Único de Saúde, em 1988, aumenta o espaço de atuação do governo junto a saúde da população brasileira, tornando a saúde um direito de todos.

A criação do Sistema Único de Saúde – SUS, trouxe avanços à área da saúde iniciando-se uma ampliação no conceito de saúde e nas formas de intervenção nesta área, além de implantação de planos e ações governamentais. Diretamente relacionado à intervenção na obesidade, a criação de um órgão destinado a tabular gêneros alimentícios de primeira necessidade foi um primeiro avanço, assim como a amplitude do alcance do Programa Fome Zero e, mais recentemente, o crescimento de iniciativas voltadas à atenção para com a obesidade. Além disso, os estados passaram a adotar outras ações sob a forma de projetos de controle alimentar (PIMENTA, ROCHA E MARCONDES, 2015; SANTOS E SCHERER, 2012).

A obesidade ganha foco como objeto de intervenção governamental no Brasil desde a primeira Política Nacional de Alimentação e Nutrição PNAN (BRASIL, 2013). Interferindo significativamente na qualidade de vida e sendo considerada um dos principais problemas de saúde pública da atualidade, a obesidade tem adquirido proporções epidêmicas em países desenvolvidos e em desenvolvimento. No caso da obesidade infantil, ela começa a sobrepor-se a preocupações de outrora, tais como, desnutrição e doenças infecciosas (HALPERN, RODRIGUES, COSTA, 2004).

Após ganhar posição de destaque na agenda pública internacional, fato que vem ocorrendo nos últimos 30 anos, a obesidade torna-se objeto de políticas públicas também no Brasil, nesses últimos 15 anos. Dias, et Al. (2017, p. 2) já destacaram que o Ministério da Saúde é o órgão que está diretamente envolvido com essas ações direcionadas ao tratamento e prevenção da obesidade e suas consequências por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Políticas Públicas direcionadas ao tratamento da obesidade necessitam compreender essa condição de saúde não só como uma doença e suas possíveis consequências, mas, também como um reflexo da pobreza. Para Lobstein e Cooper (2020, p. 470, tradução nossa) a desnutrição deve ser compreendida, também, como a ingestão excessiva e desequilibrada de alimentos que muitas vezes possuem preços mais acessíveis a população e nutrem de uma forma descompensada.

Através da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2013) estabeleceu-se diretrizes para as ações de prevenção e tratamento da obesidade no SUS, as mesmas foram revisada no ano de 2012, somando-se a elas propostas mais diretas de ação. No ano de 2013 a linha de cuidado para obesidade passa a fazer parte da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Problemas com a obesidade, na maioria das vezes, iniciam-se durante a infância, fase de intensa aquisição de conhecimentos e também de modulação dos padrões alimentares. Com um olhar intervencionista, que pretende atuar junto a esse problema, o governo brasileiro lança um conjunto de ações para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), que permitirão reflexos potenciais no enfrentamento da obesidade infantil e adulta (HENRIQUES, et al. , 2018), proposta esta, a ser implementada junto as crianças e aos adolescentes.

Sobre a PAAS o Ministério da Saúde (Brasil, 2021) nos explica que:

A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) tem por objetivo apoiar Estados e municípios brasileiros no desenvolvimento da promoção e proteção à saúde da população, possibilitando um pleno potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania. Além disso, reflete a preocupação com a prevenção e com o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição como a prevenção das carências nutricionais específicas, desnutrição e contribui para a redução da prevalência do sobrepeso e obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis, além de contemplar necessidades alimentares especiais tais como doença falciforme, hipertensão, diabetes, câncer, doença celíaca, entre outras.

Ao citarmos a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu Artigo 25, parágrafo 1, vimos que é direito de todo ser humano ter “...um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis...” (ONU, 1948). Neste sentido a PAAS atende a esse direito quando proporciona a realização de práticas alimentares adequadas contemplando as necessidades biológicas e sociocultural do indivíduo, atuando ao mesmo tempo de forma sustentável junto ao meio ambiente (HENRIQUES, et al., 2018). A PAAS pertence a uma das diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e quando pensamos em promoção de saúde, ela está inserida como eixo estratégico da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) conforme explicado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2021).

São referências de ações governamentais para prevenção e controle da obesidade a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), os da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e os da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Também conta-se com os Guias Alimentares e com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional.

No entanto a implementação de todas essas políticas é lenta e muitas vezes ignorada, pois afeta os interesses dos atores envolvidos. Aquilo que é de atribuição do Estado e do município precisa ficar claro. Sem contar, com as intervenções estatais na vida privada e nos setores econômicos, especialmente quando os interesses das práticas produtivas e comerciais da indústria não são direcionados para o tratamento da obesidade (HENRIQUES, et. al. 2018).

Em 2008 nutricionistas passaram a fazer parte das equipes de saúde dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Essas equipes estão envolvidas com a alimentação e nutrição na Atenção Básica à Saúde. Já no ano de 2011 o Programa Academia da Saúde (PAS), composto por academias públicas e profissionais de educação física, passa a compor as estratégias de promoção de saúde do governo e tem como objetivo a promoção da saúde e hábitos de vida saudáveis (CARVALHO, et. al. 2021; COELHO; VERDI, 2015; SÁ, et al., 2016).

Atualmente a atenção direcionada as doenças crônicas, dentre elas a obesidade, se estabelece na organização dos sistemas de saúde de forma fragmentada ou de forma integrada – “os

sistemas fragmentados de saúde e os sistemas integrados de saúde ou as Redes de Atenção à Saúde” (BRASIL, 2015).

Os programas direcionados a obesidade, como uma condição de saúde crônica, realmente possuem esse caráter intervencionista, preventivo e educacional na Atenção Primária? O Núcleo de Apoio à Saúde da Família, o Centro de Atenção Psicossocial e o Programa Academia da Saúde tem oferecido políticas públicas de caráter distinto e de diferente eficácia.

2.1 A obesidade no Núcleo de Apoio à Saúde da Família

Muitos são os desafios das equipes de saúde – são necessários estudos e aperfeiçoamento nas estratégias de cuidado e prevenção do excesso de peso, cada área da saúde traz a todo momento técnicas mais efetivas de tratamento e abordagem do problema e há necessidade de alinhar-se interdisciplinariamente aos diversos profissionais envolvidos no processo, muitos são os centros de atendimentos a essa população que não dispõem de espaço para atividades e intervenções e as quebras nesse processo, muitas vezes resultam em tratamentos ineficazes, descontinuados e desacreditados (CARVALHO, et. al. 2021; CORI; PETTY; ALVARENGA, 2015).

Para Almeida et al., (2017, p. 116) muitos são os desafios de enfrentamento da obesidade, dentre eles:

“...prevalência de obesidade entre as populações de baixa renda, a baixa capacitação dos profissionais de saúde, a escassez de promoção da saúde na APS, a dificuldade em avaliar a efetividade das ações de alimentação e nutrição nas escolas, e a qualidade das informações nos prontuários e protocolos de nutrição nas UBS”.

Há uma tendência a olhar o indivíduo dentro de uma visão mais positivista de saúde. Esses atendimentos são muitas vezes focados na realização de atendimentos individuais e prescritivos, sem a realização do acompanhamento longitudinal do indivíduo obeso e sem apoio multidisciplinar em centros de saúde lotados para as consultas médicas, com o apoio de poucos nutricionistas, poucos educadores físicos e nenhum psicólogo (CARVALHO, et. al. 2021).

No Núcleo de Apoio à Saúde da Família todas as práticas - intervencionistas, preventivas ou educacionais, possuem uma execução deficitária pela dificuldade de integração dos profissionais, pelo número de consultas que sobrecarregam o sistema, por falta de espaço físico para desenvolvimento das atividades propostas e muitas vezes pela falta de profissionais contratados. Apesar da Política Pública direcionada ao tratamento da obesidade já existir, ela encontra entraves para o seu bom funcionamento.

2.2 A obesidade no Centro de Atenção Psicossocial

Referência na promoção de saúde e tratamento de indivíduos com transtornos mentais, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) oferecem serviços comunitários, ambulatoriais e regionalizados especializados para o tratamento dos transtornos psiquiátricos, sendo composto por equipes multidisciplinares (LEAL; ANTONI, 2013).

Estudos epidemiológicos desenvolvidos ao longo dos anos constaram uma relação entre o maior acúmulo de gordura e a ocorrência de transtornos psiquiátricos, causados tanto pelo sedentarismo, quanto pelas disfunções endocrinológicas e pelo uso de medicamentos que favorecem o ganho de peso (KENDERISKI et al., 2014; CARVALHO, et. al., 2021).

No CAPS os diversos profissionais que compõem a equipe de saúde possuem condições de compreender os problemas da obesidade para trabalharem interdisciplinarmente e aplicar os diversos programas de políticas públicas para essa condição de doença crônica. Dentre essas ações, podemos ressaltar as ações realizadas por nutricionistas na atenção primária à saúde. Destaca-se aqui características intervencionistas, preventivas ou educacionais como a avaliação do perfil antropométrico e do consumo alimentar, as ações educativas e de intervenção nos hábitos alimentares e de estilo de vida o que nos faz entender esse sistema como um programa que aplica de forma mais ampla as políticas públicas de saúde destinadas a obesidade (CARVALHO, et. al., 2021).

Quando se fala em melhoria da Qualidade de vida essas ações são importantes para dar maior autonomia e melhores condições de saúde aos usuários do CAPS (BURLIN et al., 2016). Nesse sentido o CAPS torna-se um espaço para a ação de aprimoramento e promoção da saúde, promovendo um local de encontros e de trocas e integração entre os profissionais, equipes do serviço, pacientes e famílias promovendo um olhar mais atento aos problemas do ser humano.

2.3 A obesidade no Programa Academia da Saúde

A portaria nº 719/GM/MS, que entra em vigor em 2011, apresenta o Programa Academia da Saúde (PAS), que é formado por uma associação de várias práticas profissionais voltadas a promoção de saúde, a fim de atuar diante de condições crônicas de saúde, relacionadas também a obesidade, promovendo práticas corporais e atividade física, promoção da alimentação saudável e educação em saúde, produzindo ensinamentos para o cuidado e para mudanças no estilo de vida da população. (BRASIL, 2014).

Um dos principais pontos para o tratamento da obesidade e do aumento de peso é um acompanhamento contínuo do indivíduo que promova um controle, ou maior vigilância dos hábitos alimentares, da mudança do estilo de vida e da introdução de práticas físicas e psicológicas.

Através dos oito eixos que a Portaria nº 2.681, de 07 de novembro de 2013 estabelece para definir a atuação da PAS contemplamos as múltiplas atuações do programa. Foram incluídas práticas corporais e atividades físicas, acompanhamento para alimentação saudável, participação da comunidade, educação em saúde, práticas artísticas e culturais, capacitação para o autocuidado e para modos de vida saudável, práticas integrativas e complementares, planejamento e gestão (BRASIL, 2014).

A forma de atuação da PAS permite uma visão global do ser humano que o atenda e promova o máximo de oportunidades possíveis para os cuidados com a saúde. O programa atua com características intervencionistas, preventivas ou educacionais em sua mais completa forma de atuação. As possibilidades do programa são infinitas principalmente se atuarem em rede junto ao Programa de Saúde da Família, o que permitiria uma maior abrangência de conhecimentos e possibilidades de atuação das equipes de saúde.

3 A OBESIDADE VISTA A PARTIR DOS ODS

Ao apontar-se para o tratamento e intervenção profissional da obesidade os principais focos de ação são o manejo alimentar e nutricional de indivíduos, famílias e comunidades em primeiro lugar e a promoção de espaços que permitam a prática de exercícios físicos para algum gasto energético.

Ao descrever esse processo, Carvalho et. al. (2021, p. 2) nos mostra que “a Assistência Primária à saúde é a porta de entrada do sistema de saúde, sendo local privilegiado para as ações de cuidado integral da obesidade”. Sendo esse o lugar onde as ações poderão se torna mais amplas e efetivas.

Tais ações focadas na promoção de saúde, prevenção e tratamento da obesidade vem ao longo dos últimos anos alinhando-se as exigências de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, tenta-se compreender de que forma os ODS são relevantes para o tratamento da Obesidade.

3.1 ODS 1 – Erradicação da Pobreza

A primeira ODS lança seu olhar sobre o fato das condições de pobreza e miséria atravancarem o processo do Desenvolvimento Sustentável. Muitas vezes, determinada pela história de seu país, a pobreza pode ser perpetuada por décadas, tornando-se uma barreira a ser ultrapassada socialmente, através de ações de toda a nação.

Ao olhar-se para a obesidade como uma consequência da pobreza, Lobstein e Cooper (2020, p. 472, tradução nossa) identificam que em países mais ricos a obesidade apresenta-se mais comumente entre cidadãos desfavorecidos socioeconomicamente, e seu desenvolvimento de dá por uma conjunção de fatores formados: pelo fácil acesso a alimentação e bebidas não saudáveis e de baixo custo; associados à falta de segurança pública para a prática de atividades ao ar livre e a dificuldade de acesso ao sistema de saúde.

As metas propostas pela ODS para o ano de 2030 contemplam em primeiro lugar a erradicação da pobreza. Fato que dará a todo cidadão maior liberdade e maiores condições de escolha de seus próprios alimentos. No entanto, entre os anos de 2016 e 2020, no Brasil, os avanços sobre os rendimentos per capita mensais das famílias, demonstram que não houve praticamente nenhuma variação na proporção da população em situação de pobreza.

O combate a obesidade, dessa forma, parte inicialmente da erradicação da pobreza, e para Ramos (2022, p. 11) atingir tal meta do ODS 1 condiz com seguir um caminho que depende de:

“...uma combinação de crescimento econômico sustentável, programas de redistribuição de renda permanentes, programas sociais que visem a

emancipação de famílias e indivíduo em situação de vulnerabilidade e risco visando a universalização do acesso ao sistema de proteção social brasileiro fundamentalmente para as crianças e adolescentes brasileiros.”

Urge o momento em que se torna necessário um olhar mais acolhedor sobre o ser humano e o meio ambiente. Em que os lucros colhidos pelas indústrias de alimentação e de medicamentos não sejam mais os protagonistas dessa história e que o cidadão seja auxiliado a sair da condição de pobreza e não mais retornar a ela.

3.2 ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável

As preocupações mundiais com a má nutrição englobam tanto os problemas de desnutrição, como os problemas da obesidade. No entanto, os ODS focaram seus esforços no combate a desnutrição e a fome.

Tal foco encontra sustentação quando percebe-se que muitas podem ser as consequências da desnutrição e a Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, (2019, p. 3), nos mostra que apesar de muitas crianças estarem recebendo ajuda e sobrevivendo, os danos causados pela fome não as deixam prosperar.

Ainda assim, a obesidade, aquela relacionada a má nutrição, é um problema de saúde pública. Dados indicam que cada dia mais cresce o número de pessoas afetadas por essa condição de saúde. Para Unicef (2019, p. 3):

“O número de meninas e meninos com obesidade entre 5 e 19 anos cresceu desde meados da década de 1970, aumentando de 10 a 12 vezes no mundo. Sobrepeso e obesidade, há muito considerados uma condição dos ricos, agora são cada vez mais uma condição dos pobres, refletindo a maior disponibilidade de “calorias baratas” provenientes de alimentos gordurosos e açucarados em todo o mundo.”

Na ODS 2, Lobstein e Cooper (2022, p. 473, tradução nossa), consideram que a obesidade, por sua importância e abrangência, deveria ter sido citada nos objetivos principais e não apenas em sua meta 2.2 “...reduzir as formas de má-nutrição relacionadas ao sobrepeso ou à obesidade...”.

Há uma forte relação entre a renda mensal e o consumo de frutas, verduras e legumes no Brasil, conforme nos apresenta Barbieri e Mello (2012, p. 129). Segundo as autoras:

“...dados apresentados pela Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA, 2008, apud Barbieri e Mello 2012, p. 129), indicaram que no Brasil, no ano de 2008, 56.263.735 pessoas sobreviviam com menos de meio salário mínimo mensal, cerca de R\$ 255,00, havendo uma predominância de residentes na região norte. Nesse sentido, ainda de acordo com dados fornecidos pela RIPSA (2002, apud Barbieri e Mello 2012, p. 129), a participação diária per capita das calorias de frutas, verduras e legumes no total de calorias da dieta da população da região norte do Brasil, era de 1,7%, em contrapartida, na região sul, a participação era de 2,7% no total de calorias consumidas, o que ainda é pouco.”

Diante de tais realidades, políticas públicas direcionadas ao tratamento da obesidade necessitam ser fortalecidas e revistas para que condições de alimentação mais humanas, saudáveis e sustentáveis cheguem à mesa da população mais carente. A Política Nacional de Segurança Alimentar é instrumento fundamental para a erradicação da fome e a melhoria das condições alimentares do Brasil. A alimentação é um direito humano fundamental. Assim, órgãos com o Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e o antigo e desativado Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) são peças fundamentais para atuação do governo junto a indivíduos com problemas de obesidade.

3.3 ODS 3 – Saúde e Bem-estar

Partindo do último meio século, no Brasil observou-se transições importantes que se relacionaram a saúde. Mudanças demográfica, epidemiológica e nutricional estabeleceram um novo padrão de consumo alimentar, fato que afetou diretamente a saúde da população. Para a UNICEF (2019) tais mudanças alimentares estabeleceram uma “tripla carga de doenças, em que a

desnutrição, anemia e hipovitaminose A coexistem com o sobrepeso e a obesidade, associados a doenças crônicas não transmissíveis.”

O aumento da obesidade passa a ser consequência das mudanças socioeconômicas e demográficas, assim, como de fatores psicológicos, genéticos e hereditários. Entender essa conexão multifacetada da obesidade com esses fatores abre espaço para uma compreensão ampla do problema e planejamento de intervenções mais efetivas.

Dentre as recomendações feitas pela ABRINQ, Fonseca e Portella (2022, p. 48), pesquisa executada pela Fundação Getúlio Vargas, esse cenário só poderá ser revertido com a ampliação de um foco em políticas públicas para a prevenção do sobrepeso e da obesidade que conduza ações sobre:

“...incentivo ao aleitamento materno; regulação do marketing para crianças; melhoria na rotulagem nutricional; promoção da alimentação saudável nas escolas; entre outras. O UNICEF apoia essas medidas, focando em campanhas de conscientização, mobilização de tomadores de decisão e produção de materiais para profissionais de saúde, educação e assistência.”

Medidas de saúde necessitam sair do papel e serem implementadas, assim como, ações que foquem não somente no indivíduo, mas, também na comunidade. A equipe de saúde necessita ser capacitada e o compromisso pela saúde deve contar com a participação de todos.

4 CONCLUSÃO

Ao levantar-se as políticas públicas direcionadas ao problema da obesidade poderemos melhor compreender quais medidas estão sendo implementadas e avaliar o que ainda poderá ser aplicado a esta condição de saúde pública, tecendo uma análise sobre a constituição do problema.

Programas com características intervencionistas, preventivas e educacionais que promovam o acolhimento da pessoa obesa ou com sobrepeso e atuem dentro de uma visão multidisciplinar do ser humano, têm maiores possibilidades de promover tratamentos mais eficazes e de diminuir os problemas de adesão ao tratamento.

As políticas públicas de saúde existentes, voltadas para as questões da obesidade e doenças crônicas, possuem características de intervenção, de prevenção e de educação bem estabelecidas e discriminadas. Estão na maioria das vezes muito bem estruturadas. As maiores dificuldades estão na implementação da política, tanto na articulação de profissionais, quanto na dificuldade de espaços físicos para a promoção dessas políticas. Para tanto é fundamental que o Ciclo das Políticas Públicas se cumpra, principalmente com a participação da sociedade civil para o cumprimento pleno das Políticas estabelecidas.

O alinhamento dessas políticas públicas às exigências dos órgãos internacionais, além de promover maior comprometimento e eficácia aos processos de saúde, também promovem uma ampliação do pensamento e do entendimento sobre as condições de vida humana. Pensar a obesidade do ponto de vista dos ODS permite uma melhor compreensão sobre as consequências da pobreza e das faltas que ela acarreta.

A comunidade científica envolvida com o tratamento da obesidade clama por especificações mais claras e comprometidas das Nações Unidas, relacionadas a obesidade, que sejam descritas para o cumprimento dos ODS.

A obesidade, vista como consequência das escolhas da sociedade, que visa o lucro acima inclusive da saúde, manifesta as condições de pobreza, a perpetuação da falta de escolhas, a desumanização dos menos favorecidos e o desrespeito à vida. Aponta-se assim, a importância dos programas sociais que garantam, através de repasses financeiros, cotas e outros projetos sociais a possibilidade de pessoas em situação de risco construírem caminhos mais dignos.

REFERENCIAS

ALMEIDA, L. M., CAMPOS, K. F. C., RANDOW, R., & ALMEIDA, V. **Estratégias e desafios da gestão da atenção primária à saúde no controle e prevenção da obesidade.** Rev. Gestão & Saúde, 2017, 8, 114-139.

ANDRADE F. F de E ZIMMERMANN C. R. **Desenvolvimento Social e proteção social: o que Existe de Convergência?** Serviço Social em Revista. Vol. 11, Num. 1, Jul/Dez 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/pdf/2008/32%20DESENVOLVIMENTO%20SOCIAL%20E%20PR>

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[OTE%C7%C3O%20SOCIAL%20O%20que%20existe%20de%20converg%EAncia.pdf](#) Acesso em: 10 set 2022.

ABESO. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA ESTUDO DA OBESIDADE E SÍNDROME METABÓLICA. **Mapa da obesidade**. São Paulo: ABESO, 2021. Disponível em: <https://abeso.org.br/obesidade-e-sindrome-metabolica/mapa-da-obesidade/> Acesso em: 10 ago 2022.

BARBIERI, ALINE FABIANE; MELLO, ROSÂNGELA APARECIDA. **As causas da obesidade**: uma análise sob a perspectiva materialista histórica. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 1, p. 121-141, jan./abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde **Perspectivas e desafios no cuidado às pessoas com obesidade no SUS: resultados do Laboratório de Inovação no manejo da obesidade nas Redes de Atenção à Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde. 2014.

_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde**. – Brasília: CONASS, 2015.

_____. Vigilatel Brasil 2016. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília, Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/marco/02/vigitel-brasil2016.pdf> . Acesso em: 10 ago 2022.

_____. Vigilatel Brasil 2017: **Vigilância de fatores e risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-svs/vigitel/vigitel-brasil-2017-vigilancia-fatores-risco-1ed-rev.pdf/view> Acesso em: 10 ago 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Promoção da Saúde e da Alimentação Adequada e Saudável**. Brasília, Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://aps.saude.gov.br/ape/promocaosaude> Acesso em: 8 ago 2022.

BURLIN, A. C., et. al. **Avaliação nutricional de usuários atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)**. BRASPEN J, 2016. 31(3), 226-316.

CARVALHO, L. d. S., et. al. **Reflexões sobre os desafios e perspectivas no enfrentamento da obesidade no âmbito da atenção básica no Brasil**. Research, Society and Development. 10, n. 7, 2021.

COELHO, C. S.; VERDI, M. I. M. **Políticas e programas de atividade física**: uma crítica à luz da promoção da saúde. Sau. & Transf. Soc., 2015. 6(3), 96-108.

COHN, A.; ELIAS, P. E. **Saúde no Brasil**: políticas e organização de serviços. 5. ed. São Paulo: Cortez-CEDEC, 2003.

CORI, G. C., PETTY, M. C. B., & ALVARENGA, M. S. (2015). **Atitudes de nutricionistas em relação a indivíduos obesos** – um estudo exploratório. Ciênc. Saúde coletiva, 20(2), 565-576.

DIAS, P. C. et al. **Obesidade e políticas públicas**: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. Cadernos de Saúde Pública. 2017, v. 33, n. 7, e00006016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00006016>>. Acesso 2 out 2022.

FONSECA, E. M. da; PORTELLA, B. C. ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. In: FUNDAÇÃO ABRINQ. **Um retrato da infância e adolescência no Brasil**. Programa Presidente Amigo da Criança. 1ª Edição | São Paulo - SP, Junho/2022.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Um retrato da infância e adolescência no Brasil**. Programa Presidente Amigo da Criança. 1ª Edição | São Paulo - SP, Junho/2022.

GOUVEA, M. DE F. Desenvolvimento regional: princípios, significado e instrumentos. Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento. 28 novembro 2011. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/desenvolvimento-regional-princ%C3%ADpios-significado-e-instrumentos> Acesso em: set 2022.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S.(Orgs.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p.19-52

HALPERN, Z. S. C., RODRIGUES, M. del B. e COSTA, R. F. da. **Determinantes fisiológicos do controle do peso e apetite**. Archives of Clinical Psychiatry. São Paulo,. 2004, v. 31, n. 4, pp. 150-153. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832004000400002> . Acesso em: 2 Out 2022.

HENRIQUES, P., O'DWYER, G., DIAS, P. C., BARBOSA, R. M. S., & BURLANDY, L. **Políticas de Saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional: desafios para o controle da obesidade infantil**. Rev. Ciência e Saúde Coletiva, 23(12), 4143-4152, 2018.

KENGERISKI, Milena Frichenbruder et al. Estado nutricional e hábitos alimentares de usuários em Centro de Atenção Psicossocial de Porto Alegre, Brasil. Clinical & Biomedical Research, v. 34, n. 3, 2014.

LEAL, B. M.; ANTONI, C. **Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): estruturação, interdisciplinaridade e intersetorialidade**. Aletheia, 2013, 40: 87-101.

LOBSTEIN, T.; COOPER, K. Obesity: a Ghost at the Feast of the Sustainable Development Goals. Curr Obes Rep (2020) 9:470–478. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13679-020-00405-x>. Acesso em: 23 set 2022.

MACHADO, C. V., BAPTISTA, T. W. DE F., LIMA, L. D. DE. **Políticas de Saúde no Brasil: continuidades e mudanças**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2012.

MENDES J. de O. H.; BASTOS, R. de C.; MORAES, P. M. **Características psicológicas e relações familiares na obesidade infantil: uma revisão sistemática**. Rev. Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, vol. 22, no. 2, Rio de Janeiro: Jul./Dez. de 2019.

MENSORIO, M. S., COSTA JUNIOR, A. L. **Obesidade e estratégias de enfrentamento: o que destaca a literatura?** Psicol. saúde doenças, 17(3), 468-482, 2016.

NOGUEIRA, V. M. R. **Direito à saúde na sociedade contemporânea: um convite à reflexão**. SER Social – Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Departamento de Serviço Social, v. 1, n. 1, 2002, p. 9-31.

ONU. ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Paris, 1948.

_____. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> Acesso em: 15 set 2022.

PIMENTA, T. A. M.; ROCHA, R.; MARCONDES, N. A. V. **Políticas Públicas de Intervenção na Obesidade Infantil no Brasil: uma Breve Análise da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e Política Nacional de Promoção da Saúde**. UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde 2015;17(2):139-46. Disponível em: <https://journalhealthscience.pgskroton.com.br/article/view/305> Acesso em: 10 ago 2022.

RAMOS, A. M. F. ODS 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. In: FUNDAÇÃO ABRINQ. **Um retrato da infância e adolescência no Brasil**. Programa Presidente Amigo da Criança. 1ª Edição | São Paulo - SP, Junho/2022.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

____ ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável In: FUNDAÇÃO ABRINQ. **Um retrato da infância e adolescência no Brasil**. Programa Presidente Amigo da Criança. 1ª Edição | São Paulo - SP, Junho/2022.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. (RIPSA). **Proporção de pessoas com baixa renda** (1/2 sm). 2008. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2009/b05.def> . Acesso em: 13 set. 2022. In: BARBIERI, ALINE FABIANE; MELLO, ROSÂNGELA APARECIDA. **As causas da obesidade: uma análise sob a perspectiva materialista histórica**. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 1, p. 121-141, jan./abr. 2012. ISSN: 1983-9030

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE (RIPSA). **Participação diária per capita das calorias de frutas, verduras e legumes no total de calorias da dieta**. 2002. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2009/g12.htm> . Acesso em: 14 set. 2022. In: BARBIERI, ALINE FABIANE; MELLO, ROSÂNGELA APARECIDA. **As causas da obesidade: uma análise sob a perspectiva materialista histórica**. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 10, n. 1, p. 121-141, jan./abr. 2012. ISSN: 1983-9030

RIBEIRO, N. e RAICHELIS, R. **Revisitando as influências das agências internacionais na origem dos conselhos de políticas públicas**. Serviço Social & Sociedade [online]. 2012, n. 109 pp. 45-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100004> . Epub 13 Mar 2012. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282012000100004> . Acesso em: 28 set 2022.

SÁ, G. B. A. R., et. al. **O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação**. Ciênc. saúde coletiva, 2016, 21(6), 1849-1860.

SANTOS, A. M., SCHERER, P. T., **Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma história de carências**. Textos Contextos 2012;11(1):92-105. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/10777> Acesso em: 10 set 2022.

SOUZA, M. D. G. et al. **Prevalência de obesidade e síndrome metabólica em frequentadores de um parque**. ABCD - Arquivos Brasileiro de Cirurgia Digestiva, São Paulo, v.28, n. 01, p. 31-35, 2015.

UNICEF. **Situação mundial da infância 2019**. Crianças, alimentação e nutrição: Crescendo Saudável em um mundo em transformação. Resumo Executivo América Latina e Caribe. Versão em Português. Out/2019. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/5576/file/SOWC2019_Informacoes_America_Latina_Caribe.pdf . Acesso em: 15 set. 2022.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS AND PRIMARY HEALTH CARE

Área temática: ODS 3 – Saúde e Bem-estar

SECO, Laura Orsini
Uni-FACEF

Mestranda em Desenvolvimento Regional e Graduação em Arquitetura e Urbanismo
lauraorsini@hotmail.com

LOPES-GAZAFFI, Livia Maria
Uni-FACEF

Doutora e Mestre em Ciências / Enfermagem em Saúde Pública, Especialização em Vigilância em
Saúde e Graduação em Enfermagem
liviamaria@facef.br

Resumo

O presente trabalho objetiva fazer um pequeno estudo sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, as discussões acerca da atenção primária à saúde (APS) e a relação com o ODS 3 - assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades. Para isso, fez-se uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos relacionados com a saúde e o desenvolvimento. Nesse sentido, pretende-se mostrar que a política pública de saúde do Brasil configura-se como um avanço quando comparado com as aplicações internacionais.

Palavras-chave: Saúde, Desenvolvimento, Atenção Primária à Saúde.

Abstract

The present work aims to make a small study on the concept of sustainable development, the discussions about primary health care (PHC) and the relationship with SDG 3 - ensuring a healthy life and promoting well-being for all, in all ages. For this, a brief bibliographic review was carried out on concepts related to health and development. In this sense, it is intended to show that the public health policy in Brazil is an advance when compared to international applications.

Keywords: Health, Development, Primary Health Care.

1 INTRODUÇÃO

Para a Organização das Nações Unidas – ONU (1987), desenvolvimento sustentável é o modelo de desenvolvimento que busca suprir as necessidades atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades. Seu alcance depende do equilíbrio entre o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente.

O conceito de sustentabilidade havia sido cunhado no relatório da Comissão Brundtland, divulgado em 1987 sob o título “Nosso Futuro Comum”. Os representantes dos países concordaram com a elaboração da Agenda 21, na qual listavam metas e estratégias para os principais obstáculos ao desenvolvimento, desde o nível local, regional, nacional e até internacional. (Rattner, 2009)

O primeiro parágrafo da Carta das Nações Unidas traz a determinação de “promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla” (ONU, 1945, p. 3). Segundo a ONU, a pobreza é a incapacidade de aproveitar oportunidades e fazer escolhas. É uma violação dos direitos humanos básicos e da dignidade. (SILVA, 2018)

Nesse sentido, o presente trabalho não tem a pretensão de expor as diversas contradições presentes no atendimento universal de saúde no Brasil e no mundo. Pretende-se fazer breve revisão sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, as discussões acerca da atenção primária à saúde (APS) e a relação com o ODS 3. Para isso, fez-se uma breve revisão bibliográfica no que tange os conceitos relacionados com a saúde e desenvolvimento, mostrando que a política pública de saúde do Brasil configura-se como um avanço quando comparado com as aplicações internacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Objetivos do desenvolvimento sustentável

Pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), a meta era reduzir a pobreza extrema pela metade até 2015. Complementado no documento da Agenda 2030, ressaltando que o crescimento econômico deve ser inclusivo e sustentável, sendo essencial para a prosperidade. E isso só será possível se a riqueza for compartilhada e a desigualdade de renda for combatida. (ONU, 2015). Destaca ainda, que os temas dos dezessete ODS precisam ser analisados a partir das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica, ambiental e institucional. É difícil analisar os ODS de forma independente um do outro, pois todos são correlacionados e têm como base o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, que concebe a ideia de que nenhum direito humano pode ser integralmente implementado sem que os outros direitos também o sejam. E, sem ações coordenadas que integrem todas as dimensões não será possível atingir os objetivos. (SILVA, 2018)

Compartilhar a prosperidade é um imperativo ético e político que reconhece o direito de todos a ter acesso às inovações nos mais diversos campos do conhecimento – infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, comunicação etc. – para reduzir o esforço de todos para ter uma vida digna (SILVA, 2018). Deve-se entender o desenvolvimento como potencialidade, algo que abranja uma visão interdisciplinar, em um território múltiplo, que satisfaça os multi-atores envolvidos no processo, considerando questões nas esferas ambientais, sociais, éticas, culturais, econômicas e de território. (FISCHBORN, 2015)

O conceito de desenvolvimento contemplado na Agenda dos ODS aproxima-se de Amartya Sen (2010), visando que o foco na condição humana é essencial, sendo a liberdade o meio e o fim para se atingir o desenvolvimento, defendendo que o indivíduo deve ser agente ativo nos processos, ter a liberdade de fazer escolhas pessoais e coletivas, sendo impossível aos indivíduos que tem as suas capacidades básicas privadas (FISCHBORN, 2015). Sobretudo quando afirma que a base de desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas na dimensão sociocultural, no contexto onde os valores e as instituições são fundamentais. Para Sen, o que as pessoas conseguem realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras, como boa saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. (SILVA, 2018)

Para Matta e Morosini (2008), a saúde abrange as condições de habitação, alimentação, educação, renda, trabalho, meio ambiente, transporte, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde, considerando a saúde também como forma de cidadania e democracia. Assim como afirma Amartya Sen, o Estado e a sociedade têm papéis amplos de incentivo, difusão e proteção das capacidades humanas e devem agir de forma articulada, onde relata que com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Defende que o conceito de funcionamentos seria um conjunto de ações valiosas para o viver humano, os quais vão desde as questões elementares, como estar adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, até as mais complexas, como ter respeito próprio e participar da vida comunitária. E aponta que uma pessoa saudável, no sentido do conceito ampliado de saúde é uma pessoa mais disposta para o trabalho, para a participação da educação de seus filhos, para promoção do autocuidado, para realizar o controle social do serviço, sendo uma pessoa que se sente valorizada e estimulada a buscar conhecimento e desenvolver o seu local de moradia, enfim, seria um cidadão livre. (FISCHBORN, 2015).

Determinantes de saúde

Os determinantes sociais e os profissionais de saúde atuando em diferentes níveis de complexidade, no Brasil, como saúde comunitária, atenção hospitalar, empresas, comunidade, ONG,

entre outros, têm papel fundamental para que a meta global de equidade em saúde seja conquistada (MONTEIRO, 2018). Os desafios em termos de saúde são muitos, o acesso à saúde é quase um luxo da população dos países mais ricos. Os pobres tem maiores dificuldades no acesso a cuidados de saúde, maiores taxas de mortalidade, menor esperança de vida (GATO, 2007). Outro desafio para os profissionais de saúde está diretamente relacionado às mudanças na sociedade, como a expectativa dos usuários referentes à customização de seu atendimento, baseada em suas características pessoais e necessidades. (MONTEIRO, 2018)

A Constituição Federal brasileira de 1988 reconhece a conexão do desenvolvimento econômico e social e das condições ambientais na determinação do processo saúde-doença e estabelece “saúde como direito de todos e dever do Estado”. Alinha-se assim ao espírito da Declaração de Alma-Ata, de 1978, sobre atenção primária à saúde (APS) que convocou os governos a formular políticas nacionais, estratégias e planos de ação para implementar a APS como parte de um sistema nacional de saúde integral (GIOVANELLA, 2019)

Na comemoração dos 40 anos da Declaração de Alma-Ata, por iniciativa da OMS, do UNICEF e do Governo do Cazaquistão, realizou-se, em Astana, em outubro de 2018, a Conferência Global sobre Atenção Primária à Saúde, com o propósito de renovar o compromisso da APS para o alcance da cobertura universal em saúde (Universal Health Coverage – UHC) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. (GIOVANELLA, 2019)

A Conferência de Alma-Ata ocorreu na sequência de uma série de conferências promovidas por organizações das Nações Unidas durante a década de 1970, que debateram uma agenda ampliada para uma nova ordem econômica internacional visando à redução das disparidades entre os países centrais e os então chamados países do terceiro mundo. Mahler, na Organização Mundial da Saúde (OMS), assumiu ser impossível dissociar o desenvolvimento econômico e social e a saúde, o que bem se expressa no ideário da APS integral e saúde para todos da Carta de Alma-Ata (GIOVANELLA, 2019).

Entre as pautas prioritárias apresentadas destacam-se: a reafirmação dos princípios da Declaração de Alma-Ata, a defesa do direito universal à saúde, o fortalecimento dos sistemas públicos universais de saúde, a responsabilidade primordial dos governos na garantia do direito à saúde, justiça social, equidade, a não comercialização da saúde, o financiamento adequado e sustentável, a determinação econômica, social e ambiental da saúde. Uma nova “saúde para todos” que não se restrinja ao acesso a serviços de saúde de qualidade, mas seja também uma força impulsionadora do desenvolvimento sustentável, promovendo equidade e justiça social, como clamou Clarissa Etienne, citada por GIOVANELLA (2019).

A Declaração de Astana foi apresentada e aprovada por aclamação. Seguiram-se sessões plenárias e paralelas sobre APS e temas específicos como a prestação integrada de serviços, acesso a medicamentos, formação de recursos humanos para a APS, saúde mental, cuidados paliativos, doenças não transmissíveis etc., com a participação de representantes governamentais, de agências internacionais, da sociedade civil, do setor privado e da academia. (GIOVANELLA, 2019)

A proposta de UHC na forma como foi aprovada na resolução da OMS sobre financiamento de 2011 e como uma das metas da Agenda 2030 vem sendo difundida globalmente pelas agências internacionais com foco no financiamento por combinação de fundos gerenciados por seguradoras privadas ou públicas, afiliação por modalidade de asseguração e definição de cesta limitada de serviços, reeditando a APS seletiva. Resulta, portanto, em cobertura segmentada por seguros diferenciados por grupos sociais conforme sua renda e respectivos pacotes de serviços que cristalizam desigualdades, o que é muito distinto de garantir o direito universal à saúde (GIOVANELLA, 2019).

Atenção primária à saúde

A experiência brasileira de APS configurada na Estratégia Saúde da Família, parte estruturante e indissociável da constituição de nosso sistema universal de saúde, o SUS, foi mencionada por várias autoridades na plenária inaugural e em diversas sessões como modelo exitoso por seus impactos relevantes na melhoria do acesso e na saúde da população. Com suas 41 mil equipes multiprofissionais e assistindo 130 milhões de brasileiros, o exemplo brasileiro de APS, base de um sistema universal, foi apresentado concomitantemente a outros exemplos de ampliação de cobertura por seguros sociais e seguros de saúde de base comunitária em países de baixa renda (GIOVANELLA, 2019).

Examinando a APS, a saúde foi destacada como tema central e a melhor evidência do sucesso na implementação da Agenda 2030. Apesar dos limites da concepção de UHC, integrar os temas da Agenda 2030 e da APS juntos, no espírito de Alma-Ata, com seus componentes de promoção da saúde e da equidade com enfrentamentos dos determinantes sociais, é crucial para a garantia do direito à saúde e o alcance sinérgico dos ODS. (GIOVANELLA, 2019)

Segundo Giovanella (2019), o sucesso da APS será dependente de: financiamento adequado e sustentável, recursos humanos bem capacitados organizados em equipes multidisciplinares com trabalho decente e valorizado, atenção integrada para todas as pessoas, de promoção, prevenção, cura, reabilitação, cuidados paliativos e com sistema de referência para outros níveis, enfrentando a fragmentação. Para tal, a APS e os serviços de saúde devem ser de alta qualidade, seguros, integrais, integrados, acessíveis, disponíveis e alcançáveis para todos e em todos os lugares, prestados com compaixão, respeito e dignidade, por profissionais de saúde bem formados, competentes, motivados e comprometidos.

Para Fischborn (2015), as mudanças significativas que ocorreram na área da saúde no Brasil deram-se a partir da Constituição Federal de 1988, em especial o acesso aos serviços de saúde de forma gratuita. O foco da política de saúde na Atenção Primária, respaldada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), resultou em programas, projetos e estratégias que vieram para unir as intenções de aplicação de um conceito ampliado de saúde, promovendo ações sociais que fortaleçam a cidadania da população.

Conceitualmente quando falamos do SUS, entende-se que o sistema deve ser entendido como o conjunto de ações e instituições, que de forma ordenada e articulada contribuem para uma finalidade comum, como pela perspectiva de ruptura com os esquemas assistenciais direcionados a populações específicas, por critérios socioeconômicos ou definidos através de critérios nosológicos. (BAHIA, 2008)

Através de Constituição de 88, com a implantação do SUS, a saúde passou a ser vista como direito do cidadão e dever do Estado, partindo dos princípios de universalidade, integralidade e equidade, norteadores do SUS (FISCHBORN, 2015). Com a construção de um estado democrático, posicionando a saúde como prática social e não apenas como um fenômeno biológico, o sistema passou a ser responsável pelo atendimento exclusivo de 140 milhões de pessoas, ou 75% da população brasileira, segundo Mendes (2013). As ações do SUS vão desde ações de promoção, vigilância e educação em saúde, até a garantia de cuidados especializados a nível ambulatorial e hospitalar, porém, no momento as atenções tem sido voltadas para a saúde primária, ou a chamada atenção básica. (Fischborn, 2015)

Fischborn (2015), aborda que a ESF, que substituiu conceitualmente o PSF (Programa de Saúde da Família), diz que pode ser considerada uma estratégia governamental para reorganizar o sistema de saúde e o modelo de atenção à saúde, no sentido de construção de um novo conceito de saúde, contemplando visitas domiciliares, atendimento diferenciado ao usuário com foco na prevenção e promoção à saúde. A atuação das equipes ocorre principalmente nas unidades básicas de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade, caracterizando-se como porta de entrada de um sistema hierarquizado e regionalizado de saúde. (BRASIL, 2012)

A ESF tem como objetivo fortalecer o vínculo entre a comunidade e a equipe, através do atendimento periódico e sistemático das mesmas famílias; a promoção da saúde e prevenção da doença de maneira permanente e *in loco*; a promoção de discussões dos casos de saúde das famílias com um olhar interdisciplinar dos vários integrantes da equipe de saúde; facilitar o acesso do usuário ao serviço de saúde; estimular a educação em saúde da população a fim de promover a autonomia individual e coletiva; incentivar ações de gestão local e controle social por parte da população; entre tantos outros objetivos que tem como fim, a qualidade de vida do usuário. (FISCHBORN, 2015)

As ESF encontram-se em áreas de vulnerabilidade social, com problemas de saneamento, indicadores de saúde desfavoráveis, baixa adesão à escola, entre outros. Atualmente cobrem cerca de 58% da população brasileira, reduzindo a mortalidade infantil e de crianças com menos de cinco anos, tendo impacto na morbidade, com evidente foco nos mais pobres. (Mendes, 2013)

Para Fischborn (2015), as ações de educação em saúde da rede básica devem primar pelo envolvimento do usuário nas ações de saúde, estimulando o autocuidado, promovendo um diálogo entre equipe e usuário de forma não hierárquica e respeitando a cultura individual de cada usuário.

Para Morosini, Fonseca e Pereira (2008), fazer educação em saúde na perspectiva do SUS deve passar pela estimulação da ação política de indivíduos e sociedade no sentido de pensar a

saúde de maneira social, cultural, ética, política e científica. Assim, os trabalhadores juntamente com a população passam a ser sujeitos do processo de produção dos cuidados em saúde.

Para Mendes (2013), o SUS constitui a maior política de inclusão social da história do nosso país. Antes do SUS havia um “Tratado de Tordesilhas” da saúde que separava quem portava a carteirinha do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) e tinha acesso a uma assistência curativa razoável das grandes maiorias que eram atendidas por uma medicina simplificada na atenção primária em saúde e como indigentes na atenção hospitalar. [...]. Fez desaparecer, definitivamente, a figura do indigente sanitário. Ainda que apresentem problemas na sua implantação, os projetos caminham no sentido de promover a autonomia e a coletividade em vários aspectos da sua vida, entendendo que o indivíduo saudável deve ser autônomo, participativo e protagonista das ações que permeiam a vida, alega Fischborn (2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário prosseguir na construção de sistemas públicos universais de saúde, gratuitos e de financiamento fiscal que têm a APS integral como o núcleo estruturante de sistemas públicos universais de qualidade, modelo eficaz e eficiente para garantia da saúde como direito humano, condição para a efetivação da diretriz da Agenda 2030 de “não deixar ninguém para trás”, conforme citado por Giovanella (2019).

Há ainda a necessidade de muita discussão sobre esse tema, diante da sua importância e falta de ações efetivas para execução no cenário internacional. No Brasil, as premissas do SUS vem sendo cumpridas, sem ignorar seus limites e problemas, servindo de modelo para o mundo, como um exemplo de desenvolvimento focado nas pessoas, na qualidade de vida e bem-estar.

REFERÊNCIAS

BAHIA, L. **Sistema Único de Saúde**. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C., F. (org.). Dicionário da Educação profissional em saúde. 2.ed. Rio Janeiro: EPSJV, 2008. p. 357-364.

BELLUZZO, R. C. B. **Competência em informação (coinfo) e midiática: inter-relação com a agenda 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea**. Revista Folha de Rostov, v. 4, n. 1, p. 15-24, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/39619>. Acesso em: 08 nov. 2021.

FISCHBORN, A. F. **Saúde e desenvolvimento: uma análise a partir do conceito de desenvolvimento de Amartya Sen**. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, 5(1), 201–210, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v5i1.604>. Acesso em: 06 set. 2021.

GATO, A. P. **Saúde e desenvolvimento sustentável**. Percursos, 2, nº3, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/902>. Acesso em: 30 out. 2021.

GIOVANELLA, L. et al. **De Alma-Ata a Astana. Atenção primária à saúde e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p.1-6, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00012219>. Acesso em: 03 nov. 2021.

MATTA, G. C.; MOROSINI, M. V. G. **Atenção à saúde**. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). Dicionário da Educação profissional em saúde. 2.ed. Rio Janeiro: EPSJV, 2008. p. 39-44.

MENDES, E. V. **25 anos do Sistema Único de saúde: resultados e desafios**. Estudos Avançados, v. 27, n. 78, p. 27-34, 2013.

MONTEIRO, M.I. **Determinantes sociais, objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios para os profissionais da área da saúde no Brasil**. Journal of Nursing and Health, 8, 3, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/jonah.v8i3.14573>. Acesso em: 01 nov. 2021.

RATTNER, H. **Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável**. Ciência e saúde coletiva. 14, 6. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CJWJqXs4PhrMBK9MKHFN3cj/?lang=pt>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras. 2010.

SILVA, E. R. A. da. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios da nação**. Desafios da nação: artigos de apoio, volume 2 / organizadores: NEGRI, J. A. de, ARAÚJO, B. C., BACELETTE, R. – Brasília: Ipea. v. 2 (678 p.) 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32983. Acesso em: 01 nov. 2021.

SOUZA, H. L., ZOBOLI, E. L. C. P., PAZ, C. R. DE P., SCHVEITZER, M. C., HOHL, K. G., PESSALACIA, J. D. R. **Cuidados paliativos na atenção primária à saúde: considerações éticas**. Revista Bioética 23 (2) mai - ago 2015.

O Brasil cumprirá as ODS 1, 2 e 3 da Agenda 2030? Uma análise sobre o comportamento alimentar dos brasileiros

O Brasil retorna ao quadro da Fome e aumenta o número de Pacientes Obesos

GOULART, Héltton Rodrigues
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Bacharel em Nutrição pela Universidade de Franca
Pós graduado em Gestão Estratégica de pessoas pela Universidade de Franca
Licenciado em História pela Universidade de Franca
hrgoulart@hotmail.com

FERREIRA, Lorryne Jasmim
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca
Pós graduada em Fisioterapia Neonatal e Pediátrica pela rede CERTRO
jasmim_loh@hotmail.com

ALMEIDA, Leonardo Costa de
Universidade de Franca/UNIFRAN
Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca
Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca
leocalmeoda964@gmail.com

BORGES, Marilurdes Cruz
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Linguística, pela UNESP, Araraquara
Docente dos programas de Pós-Graduação em Linguística e Promoção de Saúde
marilurdescruz@gmail.com

RESUMO

Estudos recentes mostram que mudanças significativas são percebidas tanto no quadro da Insegurança Alimentar e Fome, quanto no quadro de pessoas com Sobrepeso e Obesidade no Brasil. A situação fica mais grave quando o país e sua população enfrentam problemas políticos, sociais e econômicos, causados pela tragédia mundial, chamada Covid 19. O objetivo desse estudo é refletirmos sobre a necessidade de ações possíveis e eficazes contra as duas vertentes da área alimentar. Dois estudos foram selecionados para análise, sendo o primeiro um Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid 19 no Brasil, que trata sobre a Insegurança Alimentar e a Fome da população brasileira e o segundo sobre a Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL 2021, mostrando o aumento do sobrepeso e da obesidade na população. Os resultados das pesquisas levantadas apontam o quanto as famílias brasileiras precisam de apoio educacional, social e financeiro para sair da crise alimentar instalada por problemas derivados da globalização e da falta de competência política e empresarial. É importante que todos assumam sua parcela de responsabilidade e que ajudem na cobrança dos governantes as ações que promovam saúde e qualidade de vida para todos.

Palavras-chave: Excesso de Peso, Fome, Obesidade.

Abstract

Recent studies show that significant changes are perceived both in the context of Food Insecurity and Hunger, and in the context of people with Overweight and Obesity in Brazil. The situation becomes more serious when the country and its population face political, social and economic problems, caused by the world tragedy, called Covid 19. The objective of this study is to reflect on the need for possible and effective actions against the two aspects of the food area. Two studies were selected for analysis, the first being a National Survey on Food Insecurity in the Context of the Covid 19 Pandemic in Brazil, which deals with Food Insecurity and Hunger of the Brazilian population and the second on the Surveillance of Risk and Protection Factors for Chronic Diseases by Telephone Survey – VIGITEL 2021, showing the increase in overweight and obesity in the population. The survey results show how much Brazilian families need educational, social and financial support to get out of the food crisis caused by problems arising from globalization and the lack of political and business competence. It is important that everyone assumes their share of responsibility and that they help the government to demand actions that promote health and quality of life for all.

Keywords: Overweight, Hunger, Obesity

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira, nas últimas décadas, experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e consumo alimentar. Essas transformações acarretaram impacto na diminuição da pobreza e da exclusão social e, conseqüentemente, da fome e da desnutrição. Por outro lado, observa-se aumento vertiginoso do excesso de peso em todas as camadas da população, apontando para um novo cenário de problemas relacionados à alimentação e à nutrição (PNAN, 2013).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) integra os esforços dos Estado Brasileiro que, por meio de um conjunto de políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação (PNAN, 2013).

A alimentação e a nutrição estão presentes na legislação, com destaque para a Lei 8.080, de 19/09/1990 (BRASIL, 1990), que entende a alimentação como um fator condicionante e determinante da saúde e que as ações de alimentação e de nutrição devem ser desempenhadas de forma transversal às ações de saúde, em caráter complementar e com formulação, execução e avaliação dentro das atividades e responsabilidades do sistema de saúde (PNAN, 2013).

A necessidade de formulação e de implantação de estratégias nutricionais, locais e regionais efetivas e integradas para a redução da morbimortalidade está relacionada à alimentação inadequada e ao sedentarismo, com recomendações e indicações adaptadas frente à diferentes realidades dos países e integradas às suas políticas. Com vistas a garantir aos indivíduos a capacidade de fazer escolhas saudáveis com relação à alimentação e à atividade física, é possível prever ações de caráter regulatório, fiscal e legislativo que visam tornar essas escolhas factíveis à população (PNAN, 2013).

Em relação à análise do perfil alimentar dos brasileiros, existem pontos a serem considerados, como o consumo alimentar da população de baixa renda, os diferentes grupos etários, custo benefício dos alimentos saudáveis, população residentes nos grandes centros urbanos e nas zonas rurais e, principalmente, nas condições socioeconômicas.

O cenário atual apresenta duas situações próximas, porém bem distintas, que é o aumento da população classificada com Insegurança Alimentar, por decorrência da miséria e da pobreza e o crescimento acelerado da população com excesso de peso e obesidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fome e Insegurança Alimentar no Brasil

O relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI, 2022), lançado pela ONU, aponta que o número de pessoas afetadas pela fome em todo mundo subiu para 828 milhões em 2021, uma alta de cerca de 46 milhões desde 2020 e 150 milhões desde o início da pandemia de Covid-19. Em contrapartida, as tendências globais de prevalência e números absolutos indicam que o

excesso de peso entre crianças menores de cinco anos, a anemia entre mulheres e a obesidade entre os adultos estão aumentando (OMS, 2022).

A edição do relatório, feito em parceria pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Mundial de Alimentos (PMA), e Organização Mundial da Saúde (OMS), fornece evidências de que o mundo está se afastando, cada vez mais, do seu objetivo de acabar com a fome, com a insegurança alimentar e com a desnutrição até 2030 (OMS, 2022).

No Brasil, a fome é um problema histórico. Após uma queda considerável, voltou a crescer nos últimos anos e hoje afeta uma parcela de 15,5% da população. (Rede PENSSAN, 2022). O número de pessoas sem ter o que comer aumentou nas últimas duas décadas, principalmente, se levarmos em consideração que, em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome, elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Um dos fatores mais marcantes para o aumento da fome e da miséria, nos países subdesenvolvidos, foi a crise sanitária instalada pela pandemia da COVID-19. A crise transformou o perfil socioeconômico de muitas pessoas, aumentando o número de desempregos e dificultando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade.

Para acabar com a fome, é preciso encarar diversos desafios, como: diminuir o preço dos alimentos, reduzir as desigualdades de acessos aos recursos e, principalmente, produzir e consumir alimentos de forma sustentável.

Inúmeras estratégias estão sendo elaboradas para que sejam cumpridos os 17 ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030. Cada ODS tem suas áreas a serem trabalhadas, porém todas estão interligadas e possuem objetivos parecidos.

2.2 Excesso de Peso e Obesidade no Brasil

A Organização Mundial de Saúde afirma que a obesidade é um dos mais graves problemas de saúde que temos para enfrentar. Em 2025, a estimativa é que 2,3 bilhões de adultos ao redor do mundo estejam acima do peso, sendo 700 milhões de indivíduos com obesidade, isto é, com um índice de massa corporal (IMC) acima de 30 (ABESO, 2022).

No Brasil, essa doença crônica aumentou 72% nos últimos treze anos, saindo de 11,8% em 2006 para 20,3% em 2019. Diante dessa prevalência, vale chamar a atenção que, de acordo com a Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e de Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), a frequência de obesidade é semelhante entre homens e mulheres. Em ambas pesquisas, a obesidade diminui com o aumento da escolaridade (ABESO, 2022).

O padrão de consumo alimentar atual está baseado na excessiva ingestão de alimentos de alta densidade energética, ricos em açúcares simples, gordura saturada, sódio e conservantes, e são pobres em fibras e micronutrientes. Os principais responsáveis pelo aumento acelerado da obesidade no mundo e em nosso país estão relacionados ao ambiente e às mudanças de modo de vida, sendo, portanto, passíveis de intervenção, demandando ações no âmbito individual e coletivo (MS 2006).

Outros fatores que estão associados ao ganho excessivo de peso são as mudanças em alguns momentos da vida (ex: casamento, viuvez, separação); determinadas situações de violência; fatores psicológicos (como o estresse, a ansiedade, a depressão e a compulsão alimentar); alguns tratamentos medicamentosos (como psicofármacos e corticoides); suspensão do hábito de fumar; consumo excessivo de álcool; redução drástica de atividade física (GIGANTE, 1997; MENDONÇA, 2005; WORLD HEALTH ORGANIZATION, 1998).

Como se pode observar, a obesidade está relacionada às maneiras de viver e às condições efetivas de vida e saúde de sociedades, classes, grupos e indivíduos, que são construções históricas e sociais. Entretanto, historicamente, as abordagens de prevenção e controle deste agravo têm se concentrado basicamente em estratégias educacionais, comportamentais e farmacológicas. Ainda que essas estratégias possam ser importantes no âmbito individual, não serão suficientemente efetivas para a prevenção e controle da obesidade em âmbito populacional, se não estiverem associadas a medidas que contemplem as diversas dimensões do ambiente (física, econômica, política e sociocultural) de forma a torná-lo menos obesogênico (LESSA, 1998; SWINBURN et al., 1999).

Medidas eficazes estão sendo analisadas para prevenção do excesso de peso e da obesidade. É necessário um processo de mudança de hábitos que deve contemplar, uma boa alimentação, prática de atividade física, acompanhamento médico e principalmente psicológico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para análise e desenvolvimento do presente artigo, foram realizadas revisões bibliográficas em livros, leis e cartilhas do Ministério da Saúde - MS, além de relatórios, notas e publicações da Organização Mundial de Saúde - OMS, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre outros. Os diferentes dados analisados nos fazem compreender os objetivos e as metas propostas nos ODS 01, 02 e 03, que tratam, respectivamente, da Erradicação da Pobreza, Fome Zero e Agricultura Sustentável e Saúde e Bem-estar.

A seguir será apresentado resultados de pesquisas realizadas com a população brasileira em duas situações opostas, tratando por um lado o aumento da Insegurança Alimentar e da fome e por outro o aumento do Excesso de Peso e Obesidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Análise da Insegurança Alimentar e da Fome no Brasil

Um estudo realizado pela Rede PENSSAN, composta por professores e pesquisadores de diversas instituições e universidades do país, contou com o instituto Vox Populi, responsável pelo trabalho de campo, que incluiu uma amostra de 12.745 domicílios no Brasil. Os dados foram coletados entre novembro de 2021 a abril de 2022. Para medir os níveis de Insegurança Alimentar, foram feitas oito perguntas da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que considera desde a preocupação das pessoas sobre sua alimentação à concreta falta de comida (Rede PENSSAN).

Os resultados revelaram que a pandemia agravou ainda mais as condições econômicas e sociais da população do Brasil, aumentando consideravelmente o número de famílias convivendo com a Insegurança Alimentar.

De acordo com a Rede PENSSAN, não é possível apresentar resultados que diferenciem zona urbana e rural de desagregação. A amostra se distribui em 577 municípios localizados nas cinco macrorregiões. Da população que convive com a fome na região Norte, a maioria (2,6 milhões) está no estado do Pará, enquanto na região Nordeste, 2,4 milhões vivem no Ceará; 2,1 milhões no Maranhão; o mesmo número em Pernambuco; e 1,7 milhões na Bahia. O Sudeste, macrorregião mais populosa do país, tem o maior contingente de pessoas em situação de fome, das quais 6,8 milhões estão em São Paulo e 2,7 milhões no estado do Rio de Janeiro.

Os resultados apresentados refletem as desigualdades regionais relativas à capacidade das famílias de acesso aos alimentos e evidenciam diferenças substanciais entre os estados no interior e cada macrorregião do país. Ainda são apresentadas as características populacionais definidas por indicadores selecionados que melhor explicam as variações no padrão de acesso aos alimentos, dentre eles rendimentos familiares; escolaridade; condições de emprego e trabalho da pessoa responsável pela família; existência de crianças no domicílio; endividamento das famílias; e acesso aos programas atuais de transferência de renda (Rede PENSSAN).

As diferenças entre as macrorregiões revelam um traço marcante das iniquidades relativas ao acesso à alimentação suficiente e de qualidade. Embora a Insegurança Alimentar tenha se disseminado como um fenômeno social de dimensões nacionais, os dados expostos permitem identificar situações típicas e agravadas nas regiões mais pobres do país. Sendo importante frisar que, mesmo nas regiões mais desenvolvidas, como o Sul e Sudeste, ficou evidente, em seus estados, a relação entre pobreza e Insegurança Alimentar. Essas diferenças entre os estados estão ligadas tanto aos processos históricos de suas dinâmicas populacionais, estruturas socioeconômicas e processos políticos, quanto à aderência das decisões político-administrativas e das agendas de organizações sociais às necessidades de suas populações locais (Rede PENSSAN).

4.2 Análise da população com Excesso de Peso e Obesidade no Brasil

Em estudos epidemiológicos, o diagnóstico do estado nutricional de adultos é feito a partir do índice de massa corporal (IMC), obtido pela divisão do peso, medido em quilogramas, pela altura ao quadrado, medida em metros (kg/m²) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2000). O excesso de

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

peso é diagnosticado quando o IMC alcança valor igual ou superior a 25 kg/m², enquanto a obesidade é diagnosticada com valor de IMC igual ou superior a 30 kg/m². Esses critérios são os utilizados pelo VIGITEL para analisar as informações sobre peso e altura fornecidas pelos entrevistados (VIGITEL, 2021).

A frequência de adultos com excesso de peso variou entre 49,3% em São Luís e 64,4% em Porto Velho. As maiores frequências de excesso de peso foram observadas, entre homens, em Porto Velho (67,5%), João Pessoa (66,5%) e Manaus (65,2%) e, entre mulheres, em Manaus (61,8%), Porto Velho e Belém (61,0%). As menores frequências de excesso de peso entre homens, ocorreram em Salvador (50,8%), São Luís (51,4%) e Vitória (55,8%) e, entre mulheres, em Palmas (45,0%), Teresina (46,4%) e São Luís (47,5%) (VIGITEL, 2021).

Tabela 1 - Percentual* de adultos (≥18 anos) com excesso de peso (IMC ≥25 kg/m²), por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal (VIGITEL, 2021).

Capitais/DF	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
Aracaju	57,3	52,3 - 62,4	60,9	52,1 - 69,8	54,4	48,8 - 60,0
Belém	61,3	56,8 - 65,7	61,6	54,3 - 68,8	61,0	55,6 - 66,4
Belo Horizonte	58,6	54,1 - 63,0	58,4	51,1 - 65,7	58,7	53,3 - 64,1
Boa Vista	56,4	52,2 - 60,5	58,7	51,9 - 65,5	54,2	49,3 - 59,1
Campo Grande	58,1	52,5 - 63,8	61,3	51,9 - 70,6	55,4	48,6 - 62,1
Cuiabá	57,0	51,8 - 62,3	58,5	50,2 - 66,8	55,7	49,2 - 62,2
Curitiba	55,3	50,6 - 60,1	62,8	55,8 - 69,9	48,9	42,7 - 55,0
Florianópolis	56,9	51,9 - 61,9	59,5	51,7 - 67,3	54,5	48,3 - 60,8
Fortaleza	59,2	54,4 - 64,0	61,2	53,4 - 68,9	57,5	51,5 - 63,6
Goiânia	56,3	51,4 - 61,1	62,1	54,4 - 69,9	51,2	45,2 - 57,2
João Pessoa	59,6	54,6 - 64,6	66,5	58,6 - 74,3	53,9	47,6 - 60,2
Macapá	58,7	54,6 - 62,9	62,3	55,9 - 68,6	55,5	50,1 - 60,9
Maceió	58,1	53,0 - 63,2	59,2	51,3 - 67,1	57,2	50,4 - 64,0
Manaus	63,5	58,7 - 68,2	65,2	57,4 - 73,1	61,8	56,3 - 67,4
Natal	59,1	54,2 - 63,9	60,9	52,7 - 69,1	57,5	51,7 - 63,3
Palmas	50,1	45,2 - 55,0	55,9	47,8 - 64,0	45,0	39,4 - 50,5
Porto Alegre	62,2	56,9 - 67,4	64,4	57,0 - 71,7	60,4	52,9 - 67,8
Porto Velho	64,4	59,8 - 69,0	67,5	60,3 - 74,7	61,0	55,5 - 66,6
Recife	56,7	51,5 - 61,9	58,1	49,2 - 67,1	55,6	49,5 - 61,6
Rio Branco	60,4	55,7 - 65,0	63,2	55,6 - 70,8	57,8	52,0 - 63,6
Rio de Janeiro	56,1	51,0 - 61,2	64,0	56,4 - 71,7	49,4	43,1 - 55,8
Salvador	53,2	48,5 - 57,9	50,8	43,0 - 58,7	55,1	49,5 - 60,8
São Luís	49,3	44,4 - 54,1	51,4	43,2 - 59,7	47,5	41,8 - 53,2
São Paulo	57,4	52,8 - 62,0	57,6	50,8 - 64,4	57,3	51,0 - 63,5
Teresina	52,5	47,6 - 57,5	60,0	52,1 - 67,9	46,4	40,4 - 52,3
Vitória	51,5	46,7 - 56,3	55,8	48,1 - 63,5	47,8	41,9 - 53,7
Distrito Federal	56,4	51,5 - 61,2	59,4	51,7 - 67,2	53,7	47,5 - 59,8

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta da cidade projetada para o ano de 2021 (ver Aspectos Metodológicos).

Nota: IC = Intervalo de Confiança.

Fonte: VIGITEL, P.37, 2021.

No conjunto das 27 cidades, a frequência de excesso de peso foi de 57,2%, sendo maior entre os homens (59,9%) do que entre as mulheres (55,0%). No total da população, a frequência dessa condição aumentou com a idade até os 54 anos e reduziu com o aumento da escolaridade (VIGITEL, 2021).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela 2 - Percentual* de indivíduos com excesso de peso (IMC ≥ 25 kg/m²) no conjunto da população adulta (≥ 18 anos) das capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal, por sexo, segundo idade e anos de escolaridade (VIGITEL, 2021).

Variáveis	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
Idade (anos)						
18 a 24	35,7	31,5 - 40,0	39,3	33,6 - 45,0	31,7	25,5 - 37,9
25 a 34	54,4	50,4 - 58,5	63,4	57,7 - 69,1	46,6	41,1 - 52,0
35 a 44	62,4	59,0 - 65,8	62,9	57,3 - 68,6	61,9	57,7 - 66,1
45 a 54	64,4	61,5 - 67,2	67,2	62,6 - 71,9	61,9	58,5 - 65,3
55 a 64	64,1	61,4 - 66,7	61,9	57,2 - 66,7	65,7	62,7 - 68,6
65 e mais	60,7	58,8 - 62,6	60,7	57,2 - 64,2	60,7	58,6 - 62,9
Anos de escolaridade						
0 a 8	63,3	60,7 - 66,0	61,9	57,6 - 66,2	64,6	61,3 - 67,9
9 a 11	56,0	53,6 - 58,5	57,1	53,4 - 60,9	55,0	51,8 - 58,2
12 e mais	53,8	51,2 - 56,5	61,8	57,9 - 65,6	47,8	44,2 - 51,5
Total	57,2	55,7 - 58,8	59,9	57,6 - 62,2	55,0	53,0 - 57,0

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para o ano de 2021 (ver Aspectos Metodológicos).
Nota: IC = Intervalo de Confiança.

Fonte: VIGITEL, p.39, 2021.

A frequência de adultos obesos variou entre 17,9% em Vitória e 26,4% em Porto Velho. As maiores frequências de obesidade foram observadas, entre os homens, em Aracaju (27,9%), Goiânia (26,7%) e Porto Velho (26,6%) e, entre as mulheres, em Manaus (26,6%), Recife (26,5%) e Porto Velho (26,2%). As menores frequências de obesidade ocorreram, entre homens, em Recife (17,7%), São Luís e Salvador (18,6%), e entre as mulheres, em Palmas (16,1%), Vitória (16,8%) e Teresina (17,2%) (VIGITEL, 2021).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela 3 - Percentual* de adultos (≥18 anos) com obesidade (IMC ≥30 kg/m²), por sexo, segundo as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal (VIGITEL, 2021).

Capitais/DF	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
Aracaju	25,0	20,4 – 29,5	27,9	19,3 – 36,4	22,6	18,4 – 26,9
Belém	24,0	19,9 – 28,0	23,8	17,1 – 30,4	24,2	19,2 – 29,1
Belo Horizonte	21,4	17,6 – 25,2	20,7	14,3 – 27,0	22,0	17,4 – 26,6
Boa Vista	23,6	20,1 – 27,1	25,0	19,2 – 30,8	22,3	18,3 – 26,3
Campo Grande	20,2	16,1 – 24,4	19,4	12,5 – 26,3	21,0	16,1 – 25,9
Cuiabá	23,8	19,4 – 28,2	22,6	15,3 – 29,9	25,0	19,8 – 30,1
Curitiba	22,6	18,6 – 26,6	24,3	17,7 – 30,9	21,1	16,3 – 25,9
Florianópolis	20,2	16,4 – 24,1	21,4	15,0 – 27,9	19,2	14,6 – 23,7
Fortaleza	23,7	19,6 – 27,8	23,2	16,5 – 30,0	24,1	19,1 – 29,0
Goiânia	23,3	19,1 – 27,5	26,7	19,4 – 33,9	20,3	15,7 – 24,8
João Pessoa	23,7	19,3 – 28,1	22,0	15,3 – 28,7	25,1	19,4 – 30,8
Macapá	23,7	20,3 – 27,1	23,7	18,5 – 28,9	23,7	19,3 – 28,2
Maceió	24,6	19,7 – 29,5	23,7	16,2 – 31,2	25,4	18,9 – 31,9
Manaus	25,0	20,8 – 29,1	23,3	16,7 – 29,8	26,6	21,4 – 31,7
Natal	23,0	18,8 – 27,3	23,0	16,3 – 29,7	23,1	17,8 – 28,4
Palmas	19,5	15,0 – 24,0	23,3	15,0 – 31,6	16,1	12,3 – 19,9
Porto Alegre	22,6	18,1 – 27,1	22,9	16,0 – 29,8	22,4	16,4 – 28,3
Porto Velho	26,4	22,1 – 30,7	26,6	19,9 – 33,3	26,2	21,2 – 31,2
Recife	22,6	18,3 – 26,9	17,7	11,5 – 23,9	26,5	20,7 – 32,3
Rio Branco	24,2	20,3 – 28,0	25,0	18,8 – 31,3	23,4	18,7 – 28,0
Rio de Janeiro	21,5	17,4 – 25,5	23,1	15,9 – 30,3	20,1	15,7 – 24,5
Salvador	20,5	17,0 – 23,9	18,6	12,9 – 24,3	22,0	17,7 – 26,3
São Luís	18,0	13,9 – 22,1	18,6	11,1 – 26,0	17,6	13,3 – 21,9
São Paulo	22,5	18,8 – 26,3	20,6	14,8 – 26,3	24,2	19,2 – 29,1
Teresina	20,3	16,3 – 24,3	24,1	16,9 – 31,2	17,2	12,9 – 21,4
Vitória	17,9	14,4 – 21,4	19,2	13,1 – 25,4	16,8	12,9 – 20,6
Distrito Federal	22,6	18,6 – 26,6	23,0	16,6 – 29,3	22,2	17,2 – 27,3

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel à distribuição da população adulta de cada cidade projetada para o ano de 2021 (ver Aspectos Metodológicos).
Nota: IC = Intervalo de Confiança.

Fonte: VIGITEL, p. 40, 2021.

No conjunto das 27 cidades, a frequência de adultos obesos foi de 22,4%, semelhante entre as mulheres (22,6%) e os homens (22,0%). A frequência de obesidade aumentou com a idade até os 64 anos para mulheres. Entre as mulheres, a frequência de obesidade diminuiu com o aumento da escolaridade, com seu menor valor entre aquelas com 12 e mais anos de estudo (VIGITEL, 2021).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela 4 - Percentual* de indivíduos com obesidade (IMC ≥ 30 kg/m²) no conjunto da população adulta (≥ 18 anos) das capitais dos estados brasileiros e do Distrito Federal, por sexo, segundo idade e anos de escolaridade (VIGITEL, 2021).

Variáveis	Sexo					
	Total		Masculino		Feminino	
	%	IC 95%	%	IC 95%	%	IC 95%
Idade (anos)						
18 a 24	12,2	9,2 – 15,3	13,1	9,3 – 17,0	11,2	6,4 – 16,0
25 a 34	20,8	17,4 – 24,1	25,5	19,9 – 31,1	16,6	12,8 – 20,4
35 a 44	25,5	22,5 – 28,4	25,1	20,7 – 29,6	25,7	21,9 – 29,5
45 a 54	26,2	23,7 – 28,8	24,3	20,3 – 28,3	27,9	24,7 – 31,2
55 a 64	26,2	23,8 – 28,7	22,1	18,3 – 26,0	29,3	26,2 – 32,5
65 e mais	21,8	20,2 – 23,4	16,8	14,1 – 19,5	25,3	23,4 – 27,2
Anos de escolaridade						
0 a 8	25,8	23,4 – 28,3	23,2	19,2 – 27,3	28,2	25,3 – 31,0
9 a 11	22,8	20,8 – 24,8	22,2	19,2 – 25,2	23,4	20,8 – 26,0
12 e mais	19,0	17,0 – 21,1	20,8	17,4 – 24,2	17,7	15,2 – 20,3
Total	22,4	21,1 – 23,6	22,0	20,0 – 24,0	22,6	21,1 – 24,2

*Percentual ponderado para ajustar a distribuição sociodemográfica da amostra Vigitel e distribuição da população adulta de cada cidade projetada para o ano de 2021 (ver Aspectos Metodológicos)
Nota: IC = Intervalo de Confiança.

Fonte: VIGITEL, p.42, 2021.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o excesso de peso e obesidade são definidos como uma acumulação anormal ou excesso de gordura, que apresenta riscos à saúde. A obesidade é considerada uma doença crônica, complexa e multifatorial, com um elevado impacto na qualidade de vida dos indivíduos. Vários fatores podem promover o desenvolvimento do excesso de peso e da obesidade, entre eles os principais são: alimentação inadequada e o sedentarismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo nos fez refletir sobre a disparidade do quadro de saúde alimentar da população brasileira. Ao mesmo tempo que grande parcela da população está acima do peso ou obeso, a outra está em situação de Insegurança Alimentar e fome. A educação nutricional ainda é uma das melhores formas de conscientizar a população sobre os hábitos saudáveis e eficazes para a promoção de saúde. É importante destacar que ainda estamos longe de alcançar os objetivos propostos da Agenda 2030, no entanto, podemos nos apoiar e exigir dos nossos governantes que seja feito pelo menos o que está previsto em lei.

A pesquisa mostrou que as diferenças entre os dois perfis alimentares estão ligadas tanto aos processos históricos, culturais e regionais da população, quanto a urgência de decisões político administrativas. Por isso, é importante considerar que o acesso ao alimento é um direito de todos e o custo desse alimento deve ser acessível para todas as classes sociais, principalmente quando somos os maiores produtores de alimentos saudáveis do mundo. Em contrapartida, com o avanço da globalização, ficamos mais informatizados, porém menos adeptos a exercícios físicos e hábitos alimentares saudáveis.

Logo, para contribuímos com os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, será preciso investir em uma educação para a alimentação saudável. Só assim será possível reverter esses dados e minimizar os impactos que a má alimentação gera no indivíduo e na sociedade.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Milena Serenini et al. (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021.

BRASIL; BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 6-6, 2010.

BRASIL, Casa Civil et al. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização eo funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da união**, v. 20, 1990.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA): A Segurança Alimentar e Nutricional eo Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022. **Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde**, p. 160, 2011.

LUCENA, Regina Célia Borges de. Articulação entre o Conselho Consultivo da Anvisa e o Conselho Nacional de Saúde: uma análise no período de 2000 a 2010. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, p. 381-399, 2015.

MALTA, Deborah Carvalho; SILVA JR, Jarbas Barbosa da. Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil após três anos de implantação, 2011-2013. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, p. 389-395, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Comissão Nacional sobre determinantes sociais da saúde: as causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil. 2008.

MUNDO, Transformando Nosso. a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Recuperado em**, v. 15, p. 24, 2016. **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2022. 148 p. il. (Coleção Temas em Saúde).

SILVA, Sandro Pereira. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação. 2014.

VIGITEL, Brasil 2021. Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico : estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2021 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. – Brasília: **Ministério da Saúde**, 2021.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN – relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, Rede PENSSAN, 2022. (Análise, 1). **E-book**. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2022.

O encorajamento como aspecto de vitalidade para empreender na população 60 +

Marcelo Fernandes Squilante
Centro Paula Souza
prof.squilante@gmail.com

RESUMO

Devido ao aumento da expectativa de vida das pessoas, o número de idosos tem aumentado no mundo todo, inclusive no Brasil, fazendo com que haja também algumas mudanças no modo com a sociedade se comporta. Visto a expectativa de vida atual do brasileiro ser de 74 anos, os idosos, com idade a partir dos 60, passam a buscar mais significado para a sua vida, começando a ter mais planos para o futuro, sendo o empreendedorismo um deles. Embora o tema sobre o ato de empreender contemple, na maioria das vezes, um público mais jovem e com mais habilidade para o uso da tecnologia, o presente artigo tem como objetivo abordar o empreendedorismo após os 60 anos, usando como metodologia uma revisão de literatura, além de apresentar alguns casos reais de pessoas que começaram a empreender na terceira idade. Como resultado, o presente estudo aponta que é possível ter uma história de sucesso com o empreendedorismo, mesmo passando dos 60 anos.

Palavras-chave: Terceira idade; Empreendedorismo; Sucesso.

ABSTRACT

Due to the increase in people's life expectancy, the number of elderly people has increased worldwide, including in Brazil, causing there to be some changes in the way society behaves. Since the life expectancy of the current Brazilian is seventy-four years old, the elderly, from sixty years, begin to seek more meaning for their lives, beginning to have more plans for the future, being entrepreneurship, one of them. Although the theme on entrepreneurship most often contemplates a younger and more skillful public for the use of technology, this article aims to address entrepreneurship after 60 years of age, using a literature review as methodology, besides presenting some real cases of people who began to undertake in the elderly. As a result, the present study points out that it is possible to have a success story with entrepreneurship, even after the age of sixty years.

Keywords: Old age; Entrepreneurship; Success.

INTRODUÇÃO

A velhice é associada por muitos ao fim da vida, fase em que a pessoa já conquistou tudo que podia e que agora irá descansar, depois de anos se dedicando ao trabalho. Não raro, essa fase é relacionada, também, à obsolescência, à inutilidade e à falta de produtividade. Assim, o preconceito a respeito das pessoas idosas, chamado de etarismo, pode impactar até mesmo o modo como o próprio idoso se vê e como se comporta na sociedade.

Entretanto, devido ao aumento da expectativa de vida das pessoas, o número de idosos tem aumentado no mundo todo, inclusive no Brasil, fazendo com que haja também algumas mudanças no modo com a sociedade se relaciona com a pessoa idosa.

Um aspecto relevante é que a expectativa de vida do brasileiro atual é de 74 anos. Assim, os idosos, a partir de 55 anos, passam buscar mais significado para as suas vidas, começando a ter mais planos para o futuro, como por exemplo, começar a empreender.

Normalmente, o tema sobre empreendedorismo envolve, na maioria das vezes, um público mais jovem e com mais habilidade para o uso da tecnologia. Porém, este estudo tem como objetivo abordar a inovação e o empreendedorismo após os 60 anos. O estudo aponta como hipótese que é possível ter uma história de sucesso com o empreendedorismo, mesmo passando dos 60 anos.

Para o embasamento do presente texto, será usada como metodologia uma revisão de literatura fundamentada em livros e artigos, e em relevantes estudos de caso encontrados na *World Wide Web*. Além disso, pretende-se também apresentar alguns casos reais de pessoas que começaram a empreender na terceira idade.

Assim, o artigo vai apresentar o referencial teórico com o conceito do termo “idoso”, destacando alguns princípios sobre o empreendedorismo e discorrendo sobre o empreendedorismo na terceira idade. Por fim, pretende-se enfatizar os desafios e os casos de sucesso dos empreendedores após passar dos cinquenta e cinco anos.

Conceito de Idoso

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), idoso é todo indivíduo com 60 anos ou mais. O mesmo entendimento está presente na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). A primeira tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso à saúde, ao trabalho, à assistência social, à educação, à cultura, ao esporte, à habitação e aos meios de transportes, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. O Estatuto vem regular todos esses direitos, concedendo a quem tem 60 anos ou mais, por exemplo, atendimento preferencial em estabelecimentos públicos e privados e prioridade na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas.

O que é Empreendedorismo

Segundo Dornelas (2008), empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Podemos exemplificar como o empreendedor atende a “dor” entendendo os motivos pelos quais o cliente potencial precisa do seu produto ou serviço. Ter esse conhecimento para desenvolver seu projeto empreendedor com uma proposta de valor definida com exatidão e objetividade, fatores essenciais para expressar os benefícios oferecidos pelo seu produto ou serviço.

O empreendedor vive no futuro, nunca no passado, raramente no presente. É mais feliz quando livre para construir imagens de “e se” e de “e quando”. O empreendedor é a personalidade criativa, sempre lidando melhor com o desconhecido, analisando o futuro, transformando possibilidades em probabilidades, caos em harmonia (GERBER, 1992, p. 22).

Para Longenecker, Moore e Petty (2004), os empreendedores são heróis populares da moderna vida empresarial. Eles fornecem empregos, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico. A presença do empreendedor torna-se cada vez mais fundamental para as organizações, quando estas avaliam a necessidade cotidiana de criatividade, do trabalho eficiente, da inserção de novas possibilidades, da criação de uma nova postura de trabalho, fazendo com que a empresa tenha um centro espontaneamente criativo, gerando soluções rápidas, constantes e funcionais a estas organizações. “Atualmente os empreendedores são reconhecidos como componentes essenciais para mobilizar capital, agregar valor aos recursos naturais, produzir bens e administrar os meios para administrar o comércio” (SEBRAE, 2007, p.2). A atividade empreendedora se constitui como uma alternativa capaz de promover o desenvolvimento econômico de um país. Contudo, para que os empreendimentos possam crescer, é preciso que haja maior apoio financeiro e este ainda é tido como um dos aspectos que dificultam a expansão dos empreendedores brasileiros (GRECO *et al.*, 2010).

Características Empreendedoras

Encorajamento como aspecto de vitalidade	
Tradicional	Novos caminhos
Busca de oportunidades e iniciativa	Perseguir as suas ideias negociando
Persistência	Encarar cada novo trabalho como um novo projeto,
Correr riscos calculados	Buscar pessoas que possam ajudar
Exigência de qualidade e eficiência	Apresentar ideias tornando-as atrativas para investimentos
Comprometimento	Aprender com acertos e erros
Busca de informações	Ter visão bem-humorada do futuro
Estabelecimento de metas	Normas e políticas parametrizam comportamentos e ações
Planejamento e monitoramento sistemáticos	Honrar patrocinadores
Persuasão e rede de contatos	Comunicar, comunicar, comunicar
Independência e autoconfiança	Você e seu talento são exclusivos

Fonte: Autor (2022).

Observando os idosos 60+, podemos afirmar que aqueles que querem empreender possuem:

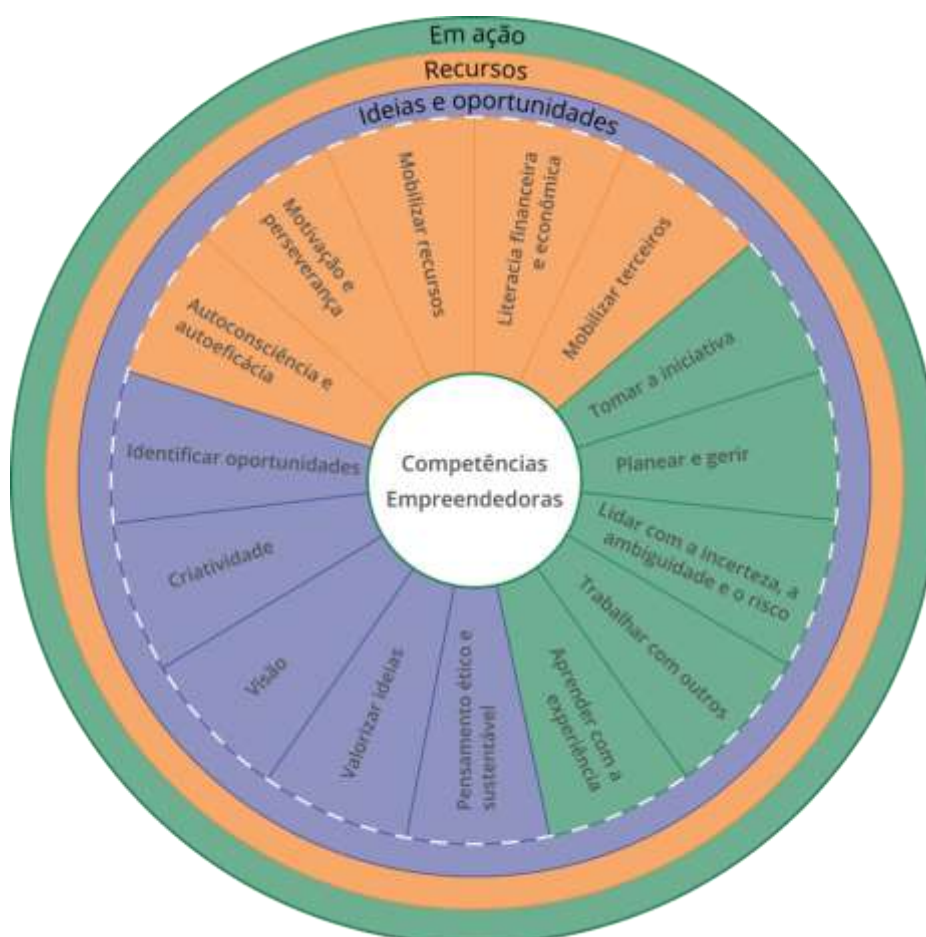
- 70% dos idosos possuem 12 destas 15 Competências Empreendedoras;
- 20% dos idosos possuem 9 destas 15 Competências Empreendedoras;
- 10% dos idosos possuem 6 destas 15 Competências Empreendedoras.

Todos os observados querem desenvolver a atitude de aprender e desenvolver as competências empreendedoras que lhes faltam, pois entendem que é essencial para poderem empreender com segurança e menor risco possível e ter um desempenho que satisfaça nossos desejos e necessidade.

Competências Empreendedoras - Referencial Comissão Europeia Entrecomp

Na Figura 1, a principais competências observadas em um empreendedor.

Figura 1 – Competências empreendedoras



Fonte: Bacigalupo *et al.* (2016).

Empreender para romper o etarismo no mercado de trabalho.

A inclusão social nas empresas ainda está longe do ideal em relação a diversos grupos, entre eles o de pessoas de mais idade. No Mapeamento do Ecossistema de Startups, produzido pela *ABStartups*, com apoio da Deloitte, 97% das empresas participantes disseram apoiar a diversidade. No entanto, mais de 60% não possuem processo seletivo voltado à inclusão de grupos minoritários e 62,3% não incluem idosos em seus quadros. O cenário é preocupante quando levamos em conta que, até 2029, conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), ao menos um terço da população do país terá 50 anos ou mais (VAZ, 2022). Em 2060, pessoas com 65 anos ou mais devem ser 25% da população (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018).

Diante desses dados, o empreendedorismo no grupo dos 60+ traz diversos benefícios para os idosos como bem-estar, prolongamento da vida, network, novos aprendizados, satisfação pessoal e profissional entre outros e também para todo o Brasil como geração de trabalho, emprego e renda, aumento da produção, consumo e circulação de bens e serviços gerando oportunidades para jovens estagiários e colaboradores sem colocação no mercado e impostos que servem para custear os gastos de segurança, educação, cultura, transporte, saúde, pagamentos de salários de funcionários públicos e etc. O dinheiro público também é usado para investimento em obras públicas, como rodovias, hospitais, hidrelétricas, portos, universidades. Para que toda essa movimentação aconteça, entendemos que dois aspectos precisam ser incentivados e levados em consideração sempre: o encorajamento e a vitalidade.

Para Rodrigues (2020), “o encorajamento vem da palavra coragem que tem na sua raiz „core“= coração, „agir com o coração“. É dar a outra pessoa a possibilidade de desenvolver “o senso de capacidade, de autoavaliação, de autonomia” (2020). Encorajar o idoso 60+ para o empreendedorismo significa especialmente:

- Promover mais saúde e qualidade de vida do idoso;
- Proporcionar novos conhecimentos, principalmente utilizando o conceito o *lifelong learning*;
- Atualizá-lo sobre novas tecnologias de gestão, assim como de comunicação;
- Desenvolver e utilizar fortemente sua rede de contatos (networking);
- Oportunizar a realização pessoal, profissional e financeira entre outros.

No que tange à vitalidade, de acordo com Noronha *et al.* (2016), um indivíduo que a traz consigo é uma pessoa "vital, enérgica, que possui vigor físico e vigor mental; é alguém que está sempre em movimento e possui o sentimento de estar vivo, entusiasmado e ativo". E essa aptidão para a vida também se faz muito presente no grupo dos 60+, dando-lhe motivação e segurança quando o assunto é empreender.

Um estudo realizado pela Baylor University e pela Louisiana State University pode concluir que, ao passo que o volume de pequenas empresas crescia, a saúde da comunidade ao redor se tornava melhor. Além disso, também foi possível observar que os empreendedores têm uma menor tendência a doenças físicas e mentais.

No Brasil, o número de idosos que já estão empreendendo ultrapassa 650 mil e em pesquisa realizada pelo SEBRAE foi constatado que 10,8% dos idosos que ainda não empreendem pensam em empreender. Isso acontece porque, muitas pessoas, mesmo após se aposentar, pensam em complementar a renda e preencher de forma estimulante e lucrativa o seu tempo livre, ou até mesmo realizar sonhos adiados ao longo da vida.

Se os idosos 60+ querem empreender e estão incertos do sucesso e dos benefícios do empreender, façam uma reflexão com o conceito de si e certamente vão mudar de ideia, pois tem qualificação, experiência, vivências e habilidade que são indícios de empreendedores de alto desempenho.

Empreendedores idosos: os que mais faturam e empregam

Se ainda resta dúvida sobre a capacidade dos idosos terem êxito à frente de um negócio, importantes números vêm dirimir desconfiças sobre a capacidade empreendedora do grupo dos 60+. Conforme Fonseca (2019), os empreendedores seniores apresentam maior rendimento mensal do que seus colegas mais jovens – 14% daqueles ganham 5 salários mínimos ou mais. Ainda, são os maiores geradores de emprego da área, responsáveis por 18% dos postos de trabalho criados.

Mesmo o cenário apresentando números animadores, as dificuldades também estão presentes como “a baixa escolaridade e a falta de informatização na gestão” (FONSECA, 2019). Isso nos faz entender que havendo incentivo em áreas, onde certas carências são latentes, a representatividade do grupo dos longevos seria maior no empreendedorismo.

Estudos de caso

Neste tópico, abordaremos os casos de sucesso dos empreendedores brasileiros com idade 60+.

- 1- Com 73 anos, Maria Albina Oliveira da Cruz dirige diariamente como motorista de aplicativo em Santos, no litoral de São Paulo. Ao G1, a 'Vovó do Uber' contou que dirige desde os 20 anos, mas que só atua na profissão há três anos e meio. Ela não considera

dirigir um trabalho, mas sim, um passeio. Com mais de 14 mil viagens registradas na plataforma do aplicativo. Maria brinca dizendo que só três passageiros a estressaram nesse período. Ela trabalha de sete a oito horas por dia, atendendo entre 22 e 25 corridas. "Não é o dinheiro que me prende. Quando começa a escurecer, eu paro, pois se eu ficar muito tempo dirigindo à noite, começa a me dar ansiedade. Gosto de dirigir durante o dia" (BENTO, 2021).

- 2- A criação de um empreendimento na terceira idade está relacionada justamente a estes dois pontos: a oportunidade e a necessidade. Maria de Lourdes Patricio Silveira vaga entre esses dois pontos: assim como muitas empreendedoras, a confeitadeira e proprietária da @Ninahchocolates começou seu negócio aos 70 anos de idade como uma forma de fazer uma renda extra e complementar o orçamento familiar. Além disso, o apreço pelo chocolate vem de berço, em um ofício distante que foi ensinado por sua tia Meiva..
"Sou funcionária pública aposentada. Trabalhei a vida toda na escola e, depois disso, fiquei em casa cuidando da família por um bom tempo. Nesse período, quando necessário, auxiliava minha tia, que já trabalhava com chocolates e havia me ensinado a manusear doces corretamente na produção dos confeitos", conta (ACADEMIA ASSAI, 2021).
- 3- Antes de começar sua própria consultoria de marketing, Denize Costa Pinto passou por diversas experiências pessoais e profissionais e acredita que todas elas foram essenciais para levá-la onde chegou.
Primeiramente, Denize cursou faculdade de serviço social e trabalhou como assistente social em hospitais do Rio de Janeiro. Quando passou a trabalhar em grandes empresas e organizar eventos, começou a pensar em novas possibilidades. Com isso, fez mestrado para aprender mais sobre qualidade de vida e produtividade do trabalhador.
Aos 40, abriu uma confecção que, infelizmente, não rendeu os lucros esperados, mas que a inspirou a fazer um MBA sobre vendas e moda. Ali, ela percebeu que os colegas de sala sabiam muito sobre tecnologia, mas não tinham tantos contatos e experiência quanto ela. "Temos que usar o que nossa maturidade deu de presente e usar ao nosso favor", afirma a empresária em entrevista ao 60+. Aliás, com toda essa bagagem, ela se descobriu montando um empreendimento de prestação de serviços na área de marketing e organização de eventos, que nomeou como DCP Comunicação. Para Denize, empreender nem sempre é montar um negócio físico, já que você também pode prestar serviços realizando um investimento mínimo e desenvolvendo suas principais habilidades.
- 4- Veronique Forat e Marta Monteiro - Veronique, especialista em Marketing, e Marta, especialista no mercado imobiliário, uniram seus talentos para criar uma plataforma para atender a necessidade que elas mesmas sentiam: encontrar uma moradia compartilhada com mais detalhes sobre o parceiro de casa. Sendo assim, a dupla percebeu que a maioria dos anúncios ofereciam mais informações sobre a casa e pouquíssimos dados sobre a pessoa que mora lá. Sendo que, ambas histórias, são essenciais para uma moradia harmônica. Com isso, elas criaram o Coliiv, uma plataforma onde você pode encontrar uma casa ideal a partir das suas preferências em relação ao espaço físico e também sobre quem vai compartilhar a moradia com você! É possível tanto encontrar um espaço para morar quanto anunciar o interesse em compartilhar sua própria casa (TURBIANI, 2020).
- 5- Depois de anos de experiência no mercado de trabalho, Paulo Camiz de Fonseca decidiu empreender na maturidade, especialmente para investir no meio digital com o objetivo de oferecer uma fonte da juventude para a mente de todos. Formado em engenharia pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e administração pela Fundação Getúlio Vargas, Paulo se uniu ao filho, Paulo Camiz de Fonseca Filho, para criar o Mente Turbinada. O aplicativo reúne jogos 3D que estimulam as funções cerebrais e até mesmo ajudam na prevenção e recuperação de doenças neurológicas. Por mais que o projeto tenha sido criado pensando para os 60+ inicialmente, ele pode ser utilizado por todas as

faixas etárias, já que ajuda a melhorar a concentração e até mesmo a memória (60 mais, 2020).

- 6- Mesmo tendo trabalhado na área da informática por décadas, Kazuo Kaneto se tornou um dos empreendedores digitais 60+ há apenas 10 anos. Então, ele criou o Babica, um sistema de gestão escolar que tem o objetivo de melhorar a produtividade, especialmente nos processos mais burocráticos.
Ele acreditava que, depois dessa empreitada, estaria pronto para se aposentar e viver uma nova fase. Mas, descobriu que ainda quer aprender mais e manter a mente mais ativa do que nunca (60 mais, 2020).
- 7- Para Márcia Carvalheira, empreender não tem idade. Ela é pedagoga, designer de interiores e depois dos 60 resolveu empreender como artesã. “Não me sinto com 60 anos. Não me senti frustrada por chegar aos 60 anos. Sempre estou fazendo alguma coisa” – comentou a empreendedora (60 mais, 2018).
- 8- Rui Martins Rosado aos 62 anos montou sua própria startup. Com experiência de trabalho em grandes corporações na área comercial e em tecnologia da informação, Rui chegou a morar na Alemanha por conta do trabalho, mas sentiu o impacto da idade dentro das empresas.
“O mercado está fechado para as pessoas mais experientes e isso de certa forma impulsiona o empreendedorismo”, diz. “Eu me sinto no auge da produtividade e posso dizer que tenho mais sonhos que meu filho”.
Para não ficar fora do mercado, Rosado colocou o plano B em ação e criou a IdCel, uma plataforma para monitoramento de atividades utilizando geolocalização e para o desenvolvimento de soluções provendo informações para os clientes. E os planos no param, para o mês de outubro está previsto o lançamento um sistema de gestão e administração de grupos de motociclistas entregadores, o Motoka (DUNDER, 2018).

Recomendações para empreender.

Cerca de 23% das micro e pequenas empresas fecham antes de completar cinco anos de atividade no Brasil, segundo estudo divulgado em 2021 pelo Serviço Brasileiro de Apoio a estes negócios (Sebrae). No caso dos Microempreendedores Individuais (MEIs), o índice chega a quase 30%.

Estes números alarmantes segundo especialistas têm um grande “vilão” que é a falta de uma gestão empresarial.

A gestão empresarial é um conjunto de ações e estratégias com o objetivo de levar a empresa a medir resultados, mensurar problemas, evitar falhas e corrigir erros.

No Mapa conceitual, Figura 2, apresentamos algumas recomendações de estratégias que podem evitar o fechamento de empresas. vamos entender o que é gestão nas empresas.

Podemos analisar as recomendações indicadas abaixo como ações e estratégias que os empreendedores 60 mais podem desenvolver sem grandes dificuldades, atualmente temos fácil acesso a cursos de curta duração de renomadas organizações gratuitos e de ótima qualidade.

Figura 2 – Mapa conceitual



Fonte: Autor (2022).

Conclusão

No Brasil, a taxa de empreendedorismo total (TTE) no ano de 2019 foi de 38,7%, representando, aproximadamente, 53 milhões de brasileiros adultos que realizavam alguma atividade empreendedora como o envolvimento na criação ou na consolidação de um novo negócio ou na manutenção de um empreendimento já estabelecido.

No Brasil estima-se que 8% dos empreendedores têm mais de 60 anos, são pessoas que possuem larga experiência em diversas áreas – seja no comércio, indústria ou serviços, bem como uma vivência para compreender as mudanças constantes no mercado empresarial.

Para Kotler e Armstrong (2003), “o mercado empresarial compreende todas as organizações que comprem bens e serviços para utilizar na produção de outros produtos. Compreende também os varejistas e atacadistas, que adquirem bens com o propósito de revendê-los ou alugá-los e, assim, obter lucro”.

O empreendedor 60+ busca, com prioridade, a saúde e o bem-estar. Talvez, por isso, muitos alcançam sucesso financeiro devido a pouca pressão ou necessidades eminentes para o seu sustento e o da família.

Empreendedores e futuros empreendedores estão buscando uma educação formal para completar suas experiências e conhecimentos em cursos específicos de curta duração e até mesmo em universidade.

Ao analisarmos as competências empreendedoras e os seus resultados, fica evidenciado que os idosos estão dispostos a entrar no mundo empreendedor com conhecimento, qualificação e experiência.

Nesse cenário, vislumbra-se um crescimento do número de empreendedores 60+ com atuações exitosas e exemplares.

A preparação de educadores será fundamental para que esses empreendedores tenham sucesso não somente financeiro, mas também satisfação com a vida, *network*, novos

aprendizados e realização nos campos profissional e pessoal. Para que tudo isso aconteça tornam-se essenciais metodologias ágeis, inovadoras e a adoção da andragogia – que tem por fundamento a educação de adultos.

Referências

BACIGALUPO, M. *et al.* **EntreComp**: the entrepreneurship competence framework. Luxembourg: Uropean Union, 2016. Disponível em: <https://www.thewomensorganisation.org.uk/wp-content/uploads/2020/06/6.-Entrecomp-The-Entrepreneurship-Competance-Framework.pdf>.

Acesso em: 29 abr. 2022.

BENTO, B. Aos 73 anos, 'Vovó do Uber' dirige 8 horas por dia como motorista de aplicativo por hobby: 'Terapia'. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/11/24/aos-73-anos-vovo-do-uber-dirige-8-horas-por-dia-como-motorista-de-aplicativo-por-hobby-terapia.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.842, 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 4 jan. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

BRASIL. Lei nº 10.471, 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 10 maio 2022.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. São Paulo: Empreende, 2008.

DUNDER, K. Taxa de empreendedorismo sobe mais entre maiores de 55 anos. **R7**, 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/taxa-de-empreendedorismo-sobe-mais-entre-maiores-de-55-anos-14092018>. Acesso em: 15 abr. 2022.

EMPREENDEDORE na terceira idade: conheça esse case de negócio. **Academia Assai**, 2021. Disponível em: <https://www.academiaassai.com.br/noticia/empreendedorismo/empreendedora-na-terceira-idade-conheca-esse-case-de-negocio>. Acesso em: 26 abr. 2022.

EMPREENDER na maturidade: 5 empresários 60+ que você precisa conhecer. **60 mais**, 2020. Disponível em: <https://60mais.com.br/financas-oportunidades/empreender-na-maturidade/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FONSECA, M. Quem são os empreendedores que mais faturam e empregam: a terceira idade. **Exame**, [s. l.], jun. 2019. Disponível em: <https://exame.com/pme/quem-sao-os-empreendedores-que-mais-faturam-e-empregam-a-terceira-idade/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GERBER, M. E. **O mito do empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 1992.

GRECO, S. M. S. S. *et al.* **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **População idosa brasileira deve aumentar até 2060**. [S. l.]: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33875. Acesso em: 29 abr. 2022.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

LONGNECKER, J. G; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. **Administração de pequenas empresas**. Londres: Pearson, 2004.

NORONHA, A. P. P. *et al.* Evidências de validade para a escala de vitalidade. **Periódico eletrônico de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 3, dez. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672016000300004#:~:text=De%20acordo%20com%20Ryan%20e,na%20concep%C3%A7%C3%A3o%20de%20energia%20subjativa. Acesso em: 18 abr. 2022.

RODRIGUES, B. P. Você sabe a diferença entre elogiar e encorajar o seu filho? Veja o que diz a disciplina positiva. **Canguru News**, [s. l.], ago. 2020. Disponível em: <https://cangurunews.com.br/elogio-encorajamento/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Sebrae, 2007, 67p. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/\\$File/5696.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/$File/5696.pdf). Acesso em: 25 abr. 2022.

SEBRAE. **Disciplina de empreendedorismo**. São Paulo: Sebrae, 2007, 67p. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/\\$File/5696.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/$File/5696.pdf). Acesso em: 25 abr. 2022.

0 entrevista Márcia Carvalheira. outube, 4 set. 201 . Dispon vel em <https://www.youtube.com/watch?v=74ggvC8vaog>. Acesso em: 17 abr. 2022.

TURBIANI, R. Empresárias com mais de 60 anos fundam startup de moradia compartilhada. **Universa Uol**, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/26/empresarias-com-mais-de-60-anos-fundam-startup-de-moradia-compartilhada.htm>. Acesso em: 20 abr. 2022.

VAZ, E. Inclusão de profissionais seniores é desafio nas empresas. **O liberal**, Belém, abr. 2022. Disponível em: [https://www.oliberal.com/empreendamaais/inclusao-de-profissionais-seniores-e-desafio-nas-empresas-1.517367#:~:text=Ao%20menos%20um%20ter%C3%A7o%20da,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)](https://www.oliberal.com/empreendamaais/inclusao-de-profissionais-seniores-e-desafio-nas-empresas-1.517367#:~:text=Ao%20menos%20um%20ter%C3%A7o%20da,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)). Acesso em: 27 abr. 2022.

O eSOCIAL e ESG - ENVIRONMENT, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE: o enlace das informações empresariais e as responsabilidades éticas no ambiente das pequenas empresas

eSOCIAL and ESG - ENVIRONMENT, SOCIAL AND CORPORATE GOVERNANCE: the link between business information and ethical responsibilities in the small business environment.

Área temática: ODS 10 - Redução das desigualdades.

FERRAREZI, Maria Amélia D. Oliveira
Uni-FACEF

Mestre em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF-Franca)
madoferrarezi@gmail.com

CAMPANHOL, Edna Maria
Uni-FACEF

Doutora em Serviço Social (Unesp-Franca)
campanholiedna@gmail.com

SMITH, Marinês Santana Justo
Uni-FACEF

Doutora em Ciência da Informação (Unesp-Marília)
marjustosmith@gmail.com

Resumo

O objetivo da pesquisa é descrever o processo de geração das informações ligadas às relações de trabalho em uma empresa industrial do ramo de metalurgia, à luz do eSocial para averiguar a consonância com as informações das questões sociais, um dos pilares Environment, Social and Corporate Governance (ESG). Pressupõe-se que este enlace pode promover o desenvolvimento sustentável da empresa e possibilidades da redução de desigualdades sociais no tocante ao acesso às informações. O objetivo exposto busca responder se: As informações geradas pelo eSocial são congruentes às geradas pela vertente social do ESG e satisfazem as questões éticas das relações de trabalho também nas pequenas e médias empresas? O estudo se justifica por ser imprescindível para a sociedade a verificação da geração de informações sobre sustentabilidade, sua veracidade e seu potencial para impacto social. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, descritiva, com estudo de caso. A partir, do qual, foi possível averiguar que o conjunto de informações presentes no eSocial, possibilita às pequenas e grandes empresas oferecerem aos investidores, ao governo e a sociedade, o acesso ampliado das informações referente às questões sociais, um dos pilares ESG. Ademais, aproxima as pequenas empresas com as grandes empresas, em termo de qualidade de informação pertinente às relações de trabalho, ainda que, reduz a assimetria informacional permitindo ao governo acessar os dados de todas as empresas brasileiras e elaborar indicadores sociais e assim, implementar políticas públicas para a redução das desigualdades, um dos objetivos de desenvolvimento sustentável propostos pela ONU para a Agenda 2030.

Palavras-chave: eSocial, ESG, informações empresariais. ODS 10.

Abstract

The objective of the research is to describe the process of generating information related to labor relations in an industrial company in the metallurgy sector, in the light of eSocial to verify the consonance with information on social issues, one of the Environment, Social and Corporate Governance pillars. (ESG). It is assumed that this link can promote the company's sustainable development and possibilities for reducing social inequalities in terms of access to information. It is assumed that this link can promote the company's sustainable development and possibilities for reducing social inequalities in terms of access to information. The above objective seeks to answer whether: Is the information generated by eSocial congruent with that generated by the social aspect of

the ESG and does it satisfy the ethical issues of labor relations also in small and medium-sized companies? The study is justified because it is essential for society to verify the generation of information on sustainability, its veracity and its potential for social impact. The research is characterized as bibliographical, descriptive, with case study. From which, it was possible to verify that the set of information present in eSocial, allows small and large companies to offer investors, the government and society, expanded access to information regarding social issues, one of the ESG pillars. In addition, it brings small companies closer to large companies, in terms of quality of information relevant to labor relations, although it reduces information asymmetry, allowing the government to access data from all Brazilian companies and develop social indicators and thus implement policies public policies to reduce inequalities, one of the sustainable development goals proposed by the UN for the 2030 Agenda.

Keywords: eSocial, ESG, business information. ODS 10.

1 INTRODUÇÃO

O tema tem destaque entre as discussões pertinentes à responsabilidade social e ética empresarial. As grandes empresas estão sendo expostas as oportunidades de investimentos frente às análises de desempenho pelos indicadores do *Environment, Social and Corporate Governance* (ESG). Todavia, sabemos o papel relevante das pequenas e médias empresas em qualquer economia. No Brasil estas empresas categorizam 99% empresas existentes, são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 62% dos empregos formais.

Neste sentido, para alcance da informação para sustentabilidade também no ambiente das pequenas e médias empresas, destaca-se o papel ético que o eSocial imprime na relação de trabalho, promovendo uma simbiose entre as empresas, as pessoas e governo ao gerar benefícios mútuos.

Diante desse contexto surge a indagação a ser discutida: As informações geradas pelo eSocial são congruentes às geradas pela vertente social do ESG e satisfazem as questões éticas das relações de trabalho também nas pequenas e médias empresas?

Para discussão do problema de pesquisa, tem-se como objetivo descrever o processo de geração das informações ligadas às relações de trabalho em uma empresa industrial do ramo de metalurgia, à luz do eSocial para averiguar a consonância com as informações das questões sociais, um dos pilares *Environment, Social and Corporate Governance* (ESG).

A pesquisa é bibliográfica, descritiva, com estudo de caso. Apresenta uma exemplificação concreta dos procedimentos e responsabilidades de uma empresa do interior do estado de São Paulo em manter as principais informações relacionadas aos trabalhadores num sistema, o eSocial, que permite ao governo acompanhar práticas tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ligadas de certa forma ao ESG, em referência à saúde e à segurança do trabalhador e seus desdobramentos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESG e os indicadores ambientais, sociais e de governança

Sob uma perspectiva globalizada tem destaque o ESG, como indicadores ambientais, sociais e de governança usados para medir o desempenho sustentável das empresas.

Em constante evolução, se tornando atualizado, em função dos investidores internacionais com carteiras de investimento globais cada vez mais exigindo relatórios de alta qualidade, transparentes, confiáveis e comparáveis das empresas sobre assuntos ambientais, sociais e de governança.

Através dos três indicadores – ambientais, sociais e de governança é possível verificar se a empresa é saudável e lucrativa financeiramente e consciente a nível social e ambiental. Os indicadores ambientais indicam o comportamento da empresa em relação aos problemas ambientais como mudanças climáticas, esgotamento de recursos, tratamento de resíduos e poluição. Os sociais indicam como a empresa gere o relacionamento com os seus colaboradores, fornecedores, clientes e comunidade em que se insere e inclui questões de saúde e segurança. E os de governança referem-se a políticas empresariais e de governança aplicadas, e inclui estratégia tributária, remunerações, liderança da empresa, direitos dos sócios e acionistas, e aspecto estruturais ou de corrupção. Os

investidores globais estão em busca de empresas que demonstrem a utilização dos indicadores *ESG* termo cunhado em 2004 em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada *Who Cares Wins*. Os critérios *ESG* estão totalmente relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), realidade nas discussões no mercado de capitais e no desenvolvimento de cidades, estados e países.

No Brasil, a denominação é a *ASG* - Ambiental, Social e de Governança, chama à responsabilidade as organizações e as lideranças para a variedade de ações necessárias para sustentar um negócio consciente e próspero. Os investidores focam mais em questões relacionadas com a corrupção, ou seja, o foco é essencialmente no indicador de Governança. E, isso é importante. No entanto, está havendo a ampliação da área de ação das empresas para questões ambientais e sociais. As ações empresariais afetam diretamente a sociedade, o ambiente e o futuro delas. Na B3, a Bolsa de Valores oficial do Brasil, sediada na cidade de São Paulo, o Índice de Sustentabilidade Empresarial foi criado, em 2005, com o objetivo de refletir o retorno médio de ações de empresas de capital aberto listadas que, em 2019, eram em número de 328, com um mercado de capital na ordem de US\$ 1,138 trilhão.

No entanto, o total de empresas ativas no Brasil é de 18.440.986 entre as grandes, médias, pequenas e microempresas. Há uma simbiose total entre as empresas, as pessoas e governo e, nesse sentido, a gestão de informações é crucial para o desenvolvimento sustentável das cidades, dos estados e do país, com melhoria de qualidade de vida aos cidadãos. O Brasil, país de dimensões geográficas desafiadoras, está envidando esforços para implantação do *eSocial*, que é um sistema de registro online, elaborado pelo governo federal, para facilitar a administração de informações relativas aos trabalhadores de forma padronizada e simplificada, que deve reduzir custos e tempo das empresas na execução de pelo menos quinze obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

O relatório *Global Compact* (2004), demonstra a associação entre questões ambientais, sociais, e governança que impactam o valor informacional ético das organizações.

Nas questões ambientais foi considerado as mudanças climáticas e riscos relacionados. A necessidade de reduzir as emissões tóxicas e resíduos. Nova regulamentação ampliando os limites da responsabilidade ambiental no que diz respeito a produtos e serviços. Aumento da pressão da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos de reputação se não gerenciado corretamente. Mercados emergentes para serviços ambientais e produtos ecológicos.

Nas questões sociais foi considerado a saúde e segurança no local de trabalho. Relações Comunitárias. Questões de direitos humanos na empresa e fornecedores/ instalações dos contratados. Relações com o governo e a comunidade no contexto das operações em países em desenvolvimento. Aumento da pressão da sociedade civil para melhorar o desempenho, transparência e responsabilidade, levando a riscos de reputação se não gerenciado corretamente. Pontos que se conectam com o conteúdo do *eSocial*.

Nas questões de governança, foi considerado a estrutura e responsabilidade do conselho. As práticas de contabilidade e divulgação. A estrutura do comitê de auditoria e independência dos auditores. A remuneração executiva, e a gestão de questões de corrupção e suborno.

2.2 ODS 10 Redução das desigualdades

A relação dos ODS com os negócios está presente nas grandes empresas, no entanto, deve ser extensivo a todas as empresas. Segundo levantamento realizado com as companhias que fazem parte do ISE, Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3, 83% delas possuem processos de integração dos ODS às estratégias, metas e resultados. Martins (2016), classifica as ODS com relação às dimensões social (erradicação da pobreza; fome zero; saúde e bem estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; redução das desigualdades), ambiental (água limpa e saneamento; energia acessível e limpa; consumo e produção responsáveis; combate às alterações climáticas; vida na água; vida terrestre), econômica (trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; cidades e comunidades sustentáveis) e institucional (paz, justiça e instituições fortes; parcerias e meios de implementação), que ao traçar um paralelo com os fatores *ESG*, pontuados pelo *Global Compact* (2004), há semelhanças nas classificações sociais e ambientais, permitindo assim, conectar essa pesquisa as ODS, especificamente a redução das desigualdades informacionais, no ambiente empresarial, e ainda a contribuição dessas informações como fundamento para elaboração de políticas públicas sociais.

O 10º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável dita o seu propósito: “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”. Os aspectos informacionais tratados neste trabalho podem colaborar na geração de políticas públicas para alcance das Metas 10.2; 10.3 e 10.4 (ONU)

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

2.3 eSocial: O papel informacional para além da burocracia

Há diversas informações publicadas sobre sustentabilidade no ambiente empresarial, com destaque nas vertentes ambiental, social e de governança, como *ESG*, todavia, com maior aplicação nas grandes empresas. Mas, em 2007, é instituído entre os projetos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) o sistema chamado de eSocial, como modelo de prestação e compartilhamento de informações entre empresa e Governo Federal.

Um projeto que exige informação do fato jurídico, assim que ocorrer na relação laboral deve ser informado ao governo, por meio de arquivos eletrônicos, formato específico, prazo certo e através de software privado adquirido pela empresa.

Um projeto que inicia um processo de aproximação da informação, sobre sustentabilidade no aspecto social, entre a pequena e a grande empresa.

O eSocial veio agregar ao SPED a parte trabalhista, previdenciária e fiscal sobre a folha de pagamento, segurança no trabalho, e foi efetivamente implantado pelo Decreto nº 8.373/2014. Meio digital de comunicação e interação entre governo e corporações, trazendo inovação processual baseado em tecnologia, importante a sociedade da informação e do conhecimento. Conhecimento que segundo Harari (2016 p. 25), “é a principal fonte de riqueza” na economia global, “o mais importante recurso econômico”.

Assim, o eSocial brasileiro é definido como um modelo de prestação e compartilhamento de informações pelo empregador com o governo federal do fato jurídico, denominado de evento, que quando ocorre na relação laboral, deve ser informado ao governo por meio de um arquivo eletrônico, em formato específico, com prazo certo.

O eSocial tem por objetivo desenvolver um sistema de coleta de informações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, armazenando-as em um Ambiente Nacional Virtual, a fim de possibilitar aos órgãos participantes do projeto, na medida da pertinência temática de cada um, a utilização de tais informações para fins trabalhistas, previdenciários, fiscais e para a apuração de tributos e da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). (MANUAL eSocial, 2020, p.6)

Na questão do compartilhamento e acesso às informações, o governo preocupou-se com a proteção das informações, de forma que os órgãos participantes só terão acesso às informações não protegidas por sigilo fiscal, conforme detalhado pela portaria RFB nº 034 de 14/05/2021. A portaria também disciplina que, para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União acessar as informações não protegidas por sigilo fiscal, deverão formalizar solicitação de acesso.

O decreto instituinte do eSocial, estabelece princípios que norteiam o valor na geração, acesso, uso e compartilhamento das informações.

Quadro 1 – Princípios do eSocial instituídos decreto n° 8.373/2014

Princípios do eSocial
Viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; Racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações; Eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas; Aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; Conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte.

Fonte: Decreto n° 8.373/2014

Para entender o sistema como um todo, é necessário, para além de sua definição, princípios, e contexto cultural, traçar um panorama sobre o contexto regulatório em que está inserido o eSocial brasileiro.

A obrigação de entrega das informações, conforme manual eSocial, 2020 é indicada a todo empregador, ou contribuinte (público ou privado, ainda pessoa física equiparada como empresa) que contratar prestador de serviço pessoa física e possua alguma obrigação trabalhista, previdenciária ou tributária, em função dessa relação jurídica de trabalho. A norma alcança todas as empresas na condição de empregadoras. Empresas, equiparados a empresa, órgãos da administração pública, Cadastro Nacional de Obras, Órgão Gestor de Mão-de-Obra, Cooperativas de Trabalho e Entidades de Fins Filantrópicos, desde que tenham fatos geradores de FGTS, imposto de renda retido na fonte (IRRF) e contribuição previdenciária. Esta categoria de obrigados a gerar e entregar o eSocial foi definido pelo manual como “declarantes”.

Para a implantação do eSocial, os declarantes, foram organizados por grupos, conforme artigo 2° da Portaria Conjunta SPREV/RFB/ME n° 071/2021.

Quadro 2 – Grupos implantação eSocial

Grupo 1	Entidades Empresariais com faturamento total de receita bruta declarada na Escrituração Contábil Fiscal (ECF), acima de R\$ 78 milhões, no ano de 2016: - Empresa Pública; - Sociedade de Economia Mista; - Sociedade Anônima Aberta e a Fechada; - Sociedade Empresária Limitada, Nome Coletivo, Comandita Simples e a Comandita por Ações, Conta de Participação; - Empresário Individual; - Cooperativa, Cooperativas de Consumo; - Consórcio de Sociedades; - Grupo de Sociedades; - Empresa Domiciliada no Exterior; - Sociedade Simples Pura, Limitada, Nome Coletivo, Comandita Simples; - Consórcio Simples; - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária e de Natureza Simples); - Sociedade Unipessoal de Advogados; - Cooperativas de Consumo.
Grupo 2	Entidades Empresariais com faturamento total de receita bruta declarada na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) abaixo de R\$ 78 milhões, no ano de 2016; Exceto se: - Optantes pelo Simples Nacional, que constam nessa situação no CNPJ em 01.07.2018; e - Que fizeram opção pelo Simples Nacional no momento de sua constituição, se posterior à data 01.07.2018.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Grupo 3	Simplex Nacional (enquadrada em 01.07.2018, ou abertas após esta data, e que fizeram opção no momento de sua constituição); - Entidades sem Fins Lucrativos; - Produtor Rural Pessoa Física; - Empregador Pessoa Física (exceto doméstico).
Grupo 4	- Órgão Público do Poder Executivo Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Órgão Público do Poder Legislativo Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Órgão Público do Poder Judiciário Federal e Estadual; - Autarquia Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Fundação Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Órgão Público Autônomo Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Comissão Polinacional; - Consórcio Público de Direito Público e de Direito Privado; - União, Estado, Distrito Federal ou Município; - Fundação Pública de Direito Privado Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Fundo Público da Administração Indireta Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Fundo Público da Administração Direta Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal; - Organizações Internacionais, Representação Diplomática Estrangeira e Outras Instituições Extraterritoriais.

Fonte: Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 071/2021

A categorização dos declarantes possibilitou que o eSocial fosse implantando primeiro pelas grandes empresas, com pressuposto de maior infraestrutura, recursos financeiros e informacionais. Mas também como forma de validação do leiaute dos conteúdos, que são entregues de forma simétrica e padronizada. E prazo para adequação dos grupos de empresas pressupostas com menores recursos tecnológicos e informacionais

Esta categorização, associada às fases de entregas dos grupos, levaram ao cronograma do eSocial. Ao avaliar o cronograma, é possível observar que as empresas do grupo 1, 2 e 3 já estão gerando e entregando todas as fases informacionais. O que permite aos declarantes e aos órgãos públicos acesso às informações, coleta, armazenamento, uso e compartilhamento.

As fases foram constituídas com categorias de informações, denominados eventos. Os eventos são em essência as informações geradas e entregues pelo eSocial. Cada evento obtém um código identificador, possibilitando uma linguagem comum aos declarantes. Os eventos foram segregados em periódicos e não periódicos. Conforme o Manual eSocial, 2020, pág.(s) 23 e 24 os eventos periódicos “são aqueles cuja ocorrência tem periodicidade previamente definida, compostos por informações de folha de pagamento, de apuração de outros fatos geradores de contribuições previdenciárias.” Os eventos não periódicos “são aqueles que não têm data pré-fixada para ocorrer, dependem de acontecimentos na relação entre o declarante e o trabalhador que influenciam no reconhecimento de direitos e no cumprimento de deveres trabalhistas, previdenciários e fiscais como, por exemplo, a admissão”.

Importante salientar que todos os eventos, ou seja, todo o conteúdo informado via eSocial, são obrigações existentes antes do eSocial, reguladas por normas regulamentadora (NRs), e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A obrigação de cumprir os atos regulados eram existentes, o eSocial é apenas o ato administrativo de informar os dados no cumprimento da obrigação, criando as rotinas empresariais informacionais na execução do processo de geração das informações ligadas às relações de trabalho.

Facilitando assim a fiscalização, que desenvolve mecanismos de acompanhamento com tecnologias como a inteligência artificial. Este processo de fiscalização é declarado no plano anual de fiscalização 2022 da receita federal, através do elemento norteador denominado “Gestão tributária especializada”. Programa da receita federal que altera o foco de fiscalização de geográfico para setorial de forma especializada e integrada, trabalhando com 4 projetos, entre eles a Gestão de Riscos “que proverá as malhas, com uso recursos de TI como Inteligência Analítica aplicada aos dados.” (Plano anual de fiscalização 2022, p.9).

Quadro 3 – Cronograma eSocial

Cronograma – Início da obrigação de entrega						
Eventos		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3 Pessoas jurídicas	Grupo 3 Pessoas físicas	Grupo 4
1ª fase	Cadastramento inicial	08/01/2018	16/07/2018	10/01/2019	10/01/2019	21/07/2021
2ª fase	Cadastramentos empregados existentes	01/03/2018	10/10/2018	10/04/2019	10/04/2019	22/11/2021
	Admissões e eventos não periódicos	01/03/2021	01/10/2018	10/04/2019	10/04/2019	22/11/2021
3ª fase	Folha de Pagamento-Eventos periódico	01/05/2018	10/01/2019	10/05/2021	19/07/2021	22/04/2022
4ª fase	Eventos Saúde e Segurança no Trabalho-SST	13/10/2021	10/01/2022	10/01/2022	10/01/2022	11/07/2022

Fonte: Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME nº 071/2021

Destarte, a falta de entrega das informações corretas, e no tempo certo, levam a penalidades expressas no artigo 32-A da Lei nº 8.212/91 e no inciso II do artigo 476 da IN RFB nº 971/2009.

Além das penalidades, a reflexão deve alcançar as responsabilidades éticas das empresas, que devem ser presentes nos relacionamentos das organizações com os públicos com os quais se relaciona. Entre eles, recorte desta pesquisa, o governo e os colaboradores. Ao cumprir a obrigação de entrega das informações da relação empregado e empregador, relações pautadas pelas legalidades, pressupõe ações éticas empresariais, a partir do conceito de ética, cunhado por Cortella (2009, p.102) ; “ética é a fronteira da nossa convivência. [...] é aquela perspectiva para olharmos os nossos princípios e os nossos valores para existirmos juntos [...] é o conjunto de seus princípios e valores que orientam a minha conduta”.

Na perspectiva da ética profissional, os profissionais responsáveis por este conjunto informacional, como contadores, administradores, e Engenheiros de segurança no trabalho, exercitam seus papéis éticos. Os contadores exercitam através do cumprimento da legislação vigente, via cálculos trabalhistas e de encargos sociais, com zelo, honestidade e capacidade técnica, resguardando o interesse público: As empresas, o governo e os colaboradores. (NBC PG 01, 2019). Os engenheiros de segurança no trabalho, exercem seu papel ético, entre outros ao “adequar sua forma de expressão técnica às necessidades do cliente e às normas vigentes aplicáveis, declarado em laudo específico, os riscos de acidentes e fatores que possam afetar a saúde ocupacional, dos ambientes de trabalhos. Art. 9º letra “G”. Resolução CREA nº 1002 de 2002. Aos administradores, segundo o CC, 2002, art.1.0101 compete “o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios”. Nesta aplicação, compreende as decisões pelo cumprimento da legalidade., e pela ESG.

O eSocial, que permite ao governo acompanhar práticas tributárias, trabalhistas, previdenciárias, ligadas de certa forma ao ESG, em referência à saúde e à segurança do trabalhador e seus desdobramentos. Poderá o governo, ao acessar os dados de todas as empresas brasileiras adentrar no contexto dos indicadores e dos detalhamentos de frameworks como: GRI, SASB, IIRC, CDP, e TCFD e, assim, implementar políticas públicas benéficas à população. A credibilidade das

informações, a redução das assimetrias informacionais, implicam no fazer empresarial ético e nas relações de respeito aos stakeholders e aos *stakeholders*.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção, a proposta é destacar o conjunto de procedimentos metodológicos que, através de seus elementos, puderam alicerçar a pesquisa.

A abordagem da pesquisa é de caráter qualitativo, preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, que segundo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 9), “[...] concentra na explicação e compreensão da dinâmica das relações sociais”. Também por se tratar de questões subjetivas, que a pesquisa é qualitativa.

Quanto aos objetivos, utilizando a classificação de Gil (2002), esta pesquisa é descritiva. Para Gil (2002), a pesquisa descritiva, pretende-se descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). Assim, os fatos e fenômenos que suscitarem neste arcabouço, no entorno eSocial e ESG, serão analisados e oferecidos uma interpretação descritiva da consonância entre o ESG e o eSocial. Como recorte e limitação dessa pesquisa, a consonância do ESG com eSocial, está focada no fator social do ESG.

Como estudo de caso, Yin (2005) defende ainda a aplicabilidade do estudo de caso a “[...] fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados” (YIN, 2005, p. 20). Nesse caso tem-se fenômenos organizacionais, por ser o eSocial uma obrigação informacional no ambiente empresarial, fenômenos sociais, por compreender que o conteúdo informacional do eSocial, e do pilar social do ESG, estão voltados a mudanças sociais, no tocante a mudanças de hábitos empresariais em prol a saúde dos trabalhadores.

A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada com o profissional Controller, responsável pelo processo de implantação e geração das informações presentes no eSocial.

O estudo de caso trata de uma empresa industrial, do ramo da metalurgia, localizada no interior do Estado de São Paulo, funcionando há 75 anos, com 70 funcionários em média. Faturamento anual em torno de R\$ 20.000.000,00. Trata-se de uma empresa classificada no eSocial no grupo 2, a qual já concluiu o cronograma de fases informacionais, vigente em janeiro de 2022, consolidando o processo de geração e entrega do eSocial.

Trata-se de empresa familiar com elementos culturais declarados, como: Legalidade; Ética; Respeito às pessoas; Respeito ambiental; Organização e controle; Visão sistêmica; Aprendizado e desenvolvimento contínuo; Treinamento e capacitação; Capricho e qualidade; Assiduidade e pontualidade; Valorização de novas ideias, produzindo máquinas industriais, levando soluções duradouras ao segmento do agronegócio. Como características da cultura informacional da empresa, destaca-se os valores:

Contabilidade societária, tributária e gerencial em departamento interno, com mão de obra contratada pelo CLT;

Departamento de controladoria interno, para controle econômico e financeiro, através da sinergia entre os departamentos e construção de indicadores, com mão de obra CLT;

Gestão de recursos humanos, contendo as frentes: Administração de pessoal; Desenvolvimento de pessoal com mão de obra interna CLT;

Gestão de Saúde e Segurança no trabalho com prestação de serviços terceirizada;

Estas características demonstram as competências informacionais dentro da organização. Entretanto novas necessidades informacionais surgem com o eSocial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante os referenciais teórico do eSocial, o contexto do ESG, apurou-se a consonância do eSocial com ESG, especificamente no fator social, recorte para essa pesquisa.

Quadro 4 – eSocial em consonância com ESG

ESG – Fatores Sociais	eSocial
Saúde e segurança no local de trabalho	<u>Saúde e Segurança no Trabalho:</u> Redução à exposição aos agentes nocivos; Indicação de aposentadoria especial em função dos riscos; Exigência de Equipamentos de proteção coletiva e individual; Comunicados de acidente de trabalho (CAT); Monitoramento da saúde do trabalhador – exame periódico (ASO); Treinamentos para prevenção de acidentes de trabalho e doença ocupacional.
Relações Comunitária	<u>Eventos Trabalhistas:</u> Movimentação de pessoas - Contrato de trabalho - admissão, afastamento do trabalho e desligamentos.
Questões de direitos humanos na empresa	<u>Folha de pagamento:</u> Valorização pecuniária - Remuneração do trabalhador, descanso semanal remunerado, gratificações, horas extraordinárias, prêmios, participação nos lucros, salário-família, férias, 1/3 de férias, 13º salário, adicional noturno, abono, auxílios.
Relações com o governo e a comunidade	<u>Informações tributárias, trabalhistas e previdenciárias:</u> Governo como intermediário, entre a empresa e o trabalhador, quanto aos direitos sociais.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A partir da pesquisa de campo, com aplicação de entrevista com o responsável pela controladoria, recursos humanos e tecnologia da informação, apurou-se como ocorreu o processo de geração das informações do eSocial na empresa estudo de caso.

Como resultados observados no estudo de caso, verificou-se que:

- Não houve alteração no número de funcionários. A empresa não possuía colaboradores informais;
- Ampliou o desenvolvimento de competências informacionais;
- O custo de implementação do Software representou 0,06% do faturamento;
- O investimento em Hardware e softwares, foi considerado baixo pela empresa. Realizando em 0,2% faturamento;
- Houve agregação de valor à empresa quanto à legalidade e à ética.
- A empresa passou a realizar:
 - ✓ Avaliação qualitativa de riscos químicos;
 - ✓ Implantação de programa ergonômico;
 - ✓ Ampliação da Segurança em Máquinas e Equipamentos;
 - ✓ Implementação de auditoria interna com premiação;
 - ✓ Reforço nas orientações e reflexões promovidas sobre segurança no trabalho.
- Alavancou o papel ético dos profissionais envolvidos na empresa;
 - ✓ Dos administradores pelas decisões pelo cumprimento da legalidade e pelas estratégias no atendimento da obrigação do eSocial;
 - ✓ Dos contadores com o cumprimento da legislação trabalhista e tributária, zelo e ética na geração das informações, capacidade técnica resguardando interesse público;

- ✓ Dos engenheiros de segurança no trabalho através do levantamento dos riscos que possam afetar a saúde ocupacional de forma íntegra, com a emissão dos laudos técnicos de segurança no trabalho, concisos e transparente.

Há desafios na implementação de informações sobre as relações de trabalho para todas as empresas brasileiras - investimentos em softwares; investimento em capacitação de mão de obra; complexa legislação e normas regulamentadores com riscos de multas; necessidade de especialistas e consultorias; investimento em maquinário; treinamentos nas funções e qualificação profissional; acompanhamento de comportamentos voltados aos atos seguros no desenvolvimento das atividades profissionais.

Quadro 5 - Descrição do processo de geração das informações do eSocial

Fases	Processos de geração das informações do eSocial		Duração
Inicial	Capacitação profissional	5 colaboradores, sendo 2 do departamento de recursos humanos; 1 departamento fiscal; 1 departamento contábil, e 1 engenheiro de segurança no trabalho consultor.	6 meses
	Aquisição de Equipamentos de Tecnologias	2 computadores desktop, e 1 unidade de certificado A1. Específicos para implementação do eSocial.	3 semanas
Intermediária	Implementação do software	Busca e validação dos fornecedores de softwares; Prospecção e orçamento com 5 fornecedores; Eleito um fornecedor.	7 meses
	Elaboração e revisão de procedimentos de trabalho	Qualificação cadastral dos colaboradores; Controles referente aos Riscos Ocupacionais; Cronograma de rotinas, contemplando as operações e respectivos prazos de entrega da informação ao eSocial; Manutenção e melhoria do programa de gestão de segurança e saúde no trabalho.	2 semanas
Permanente	Manutenção e melhorias na geração e envio do eSocial	Manutenção no cronograma de rotinas; Melhorias nas ações com foco em prevenção de riscos laborais.	Constante

Fonte: elaborado pelas autoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos abordados, as discussões em torno do problema e objetivo, é possível pontuar que as informações do eSocial são geradas com responsabilidade total da empresa, por conta própria, sob pena de punições pela não geração, ou geração com dados não verdadeiros. Que atendem à estrutura conceitual framework, adotada internacionalmente como componente da transparência ética das empresas: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O eSocial aproxima as pequenas empresas com as grandes empresas, em termo de qualidade de informação pertinente às relações de trabalho. E reduz a assimetria informacional permitindo ao governo acessar os dados de todas as empresas brasileiras e elaborar indicadores sociais e assim, implementar políticas públicas benéficas à população contribuindo com a redução das desigualdades, um dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

O conjunto de informações presentes no eSocial, possibilita às pequenas e grandes empresas oferecerem aos investidores, ao governo e a sociedade, a possibilidades de ampliação das informações referente as questões sociais, um dos pilares *ESG* - Environment, Social and Corporate Governance. Sendo estas informações cruciais para o desenvolvimento sustentável das cidades, dos estados e do país, com melhoria de qualidade de vida aos cidadãos.

Percebe-se que os aspectos informacionais tratados neste trabalho podem colaborar na geração de políticas públicas para alcance o ODS 10 para redução da desigualdade, no tocante à geração de políticas públicas a partir dos indicadores informacionais gerados pelo e-Social com enlace ao ESG.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº. 8.373, de 11 de dezembro de 2014. Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 dez. 2014.

BRASIL. Instrução Normativa RFB nº. 971, de 13 de novembro de 2009. Dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e as destinadas a outras entidades ou fundos, administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 nov. 2009.

BRASIL. Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de Jul. 1991.

BRASIL. Lei nº. 10.416, de 10 de janeiro de 202. Institui o Código Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de Jan. 2002.

BRASIL. Portaria RFB nº. 034, de 14 de maio de 2021. Dispõe sobre o compartilhamento de dados não protegidos por sigilo fiscal com órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dos demais Poderes da União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mai. 2021.

BRASIL. Portaria Conjunta SPREV/RFB/ME nº. 082, de 10 de novembro de 2020. Aprova a versão S-1.0 do leiaute e do Manual de Orientação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital das Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 nov. 2020.

BRASIL. Portaria Conjunta SPREV/RFB/ME nº. 071, de 29 de junho de 2021. Dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (eSocial). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 de Jul. 2021.

CASA ONU BRASIL. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10: Redução das desigualdades. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10> >. Acesso em 02 out.2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade Profissional Geral nº 01:** Código de Ética Profissional do Contador. Brasília: CFC, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA. **Resolução nº 1002:** Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências. Brasília: CONFEA, 2002.

CORTELLA, M. S. **Qual é a tua obra?** Inquietações, propositivas sobre gestão, liderança e ética. Petrópolis: Vozes, 2009.

GERHARDT, Tatiane Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARARI. Yuval Noah. **Homo Deus:** uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MARTINS, F. Agenda 2030: **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil.** Brasília, 2016. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cmads/audiencias-publicas/audiencia-publica2016/01-12-2016-a-importancia-da-implementacao-da-agenda-2030-objetivos-dedesenvolvimento-sustentavel-para-o-brasil-1/apresentacoes/fabiana-cardoso-martins-desouza/view> >. Acesso em 2 mai. 2017. Apud GOMES. Bárbara Maria Fritzen. Indústria. Inovação e infraestrutura: ações para o desenvolvimento sustentável no corede produção.2013.246f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Paso Fundo,2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

***O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “CAMINHOS DA JUSTIÇA” COMO INSTRUMENTO
DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO ACESSO À JUSTIÇA EM FRANCA-SP E ARREDORES***

*THE UNIVERSITY EXTENSION PROJECT “WAYS OF JUSTICE” AS AN INSTRUMENT OF THE
CONSTITUTIONAL RIGHT OF ACCESS TO JUSTICE AT FRANCA-SP AND ITS OUTSKIRTS*

Área temática: Paz, Justiça e Instituições Eficazes

RAMOS, Amanda Pereira
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Graduanda em Direito
ap.ramos@unesp.br

ANTONIO, Isabel de Oliveira
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Graduanda em Direito
isabel.antonio@unesp.br

LIMA, Natália Minotti Correa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Graduanda em Direito
natalia.minotti@unesp.br

SILVA, Vitória Eduarda Brito
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Graduanda em Serviço Social
eduarda.brito@unesp.br

FERRETE, Matheus Guimarães
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Graduando em Direito
mg.ferrete@unesp.br

SCARPINATI, Júlia
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Graduanda em Direito
j.scarpinati@unesp.br

SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Advogada, Mestre e Doutoranda em Direito
isadora.magalhaes@unesp.br

CANAVEZ, Luciana Lopes
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Professora Assistente Doutora de Direito Civil e Propriedade Intelectual nos programas de Graduação
e Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, Coordenadora do projeto de extensão “Caminhos da
Justiça”
luciana.canavez@unesp.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar o projeto de extensão “Caminhos da Justiça”, desenvolvido pela UACJS, sob o olhar do acesso à justiça, verificando se o seu desenvolvimento constitui um dos instrumentos de acesso à justiça, promovendo efetivação dos mais diversos direitos. Para cumprir tal objetivo, foi utilizada a metodologia empírica, realizada por meio da análise qualitativa de dados, levantados a partir do acervo da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Para melhor compreensão dos dados levantados e tratados, foi realizada a revisão bibliográfica acerca do tema de acesso à justiça, tanto pela visão da assistência social, quanto pela visão jurídica. Tendo em vista o que foi proposto neste artigo, será abordado o acesso à justiça enquanto direito constitucional. Então, será descrito o projeto de extensão “Caminhos da Justiça”, com a apresentação dos dados tratados e levantados, bem como a análise da realidade demonstrada por eles. Por fim, serão discutidos os resultados desta pesquisa, por meio do estudo do projeto de extensão enquanto instrumento de acesso à justiça, tanto pela visão jurídica, quanto da visão da assistência social, cumprindo com a interdisciplinaridade intrínseca à essência da UACJS.

Palavras-chave: acesso à justiça, projeto de extensão universitária, Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social.

Abstract

This research intended to analyze the extension project "Paths of Justice", developed by UACJS, from the perspective of access to justice, verifying if its development constitutes one of the instruments of access to justice, promoting the realization of the most diverse rights. To achieve this objective, an empirical methodology was used, carried out through qualitative data analysis, collected from the Auxiliary Unit Centro Jurídico Social collection. For a better understanding of the data collected and treated, a bibliographic review was carried out on the issue of access to justice, both from the perspective of social assistance and from the legal perspective. Given what has been proposed in this article, access to justice as a constitutional right will be addressed. Then, the extension project "Paths of Justice" will be described, with the presentation of the processed and collected data and the analysis of the reality demonstrated by them. Finally, the results of this research will be discussed, through the study of the extension project as an instrument of access to justice, both from the legal point of view and from the point of view of social assistance, fulfilling the interdisciplinarity intrinsic to the essence of UACJS.

Keywords: access to justice, university extension project, Auxiliary Unit Legal and Social Center.

1 INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é o direito humano mais básico de todos, que teria como função assegurar todos os demais direitos existentes (CAPPELLETTI; GARTH apud ALMEIDA, 2012, p. 88). Este direito, previsto pela Constituição Federal de 1988, como será explorado por este artigo, se concretiza por meio da materialização e efetivação dos demais direitos existentes. Ele, por si, só pode ser efetivado se outros direitos, apresentados como demandas pela população, também forem concretizados. Assim, é mais abrangente do que somente acesso ao Judiciário, pelo próprio conceito de “justiça” ser maior do que esta definição. É, então, um direito-garantia.

Sua relevância e importância são confirmadas, entre tantos meios, pela elaboração de um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas, de nº 16: “Paz, justiça e instituições eficazes”, que possui como definição de realização “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” (NAÇÕES UNIDAS BRASIL).

O que foi explorado nesta pesquisa é como o desenvolvimento do projeto de extensão “Caminhos da Justiça” pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social se relaciona com o acesso à justiça. A Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) é um campo de estágio supervisionado da Universidade para a formação profissional - e pessoal - de estudantes dos cursos de Serviço Social e

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Direito, localizado na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), câmpus de Franca-SP. A Unidade promove a realização de atendimentos sociojurídico à comunidade de Franca e região.

Os objetivos da UACJS são promover a formação ética, profissional e técnica dos estagiários dos cursos de Serviço Social e Direito da FCHS/UNESP Franca; incentivar a construção de conhecimento nas áreas que atua; fornecer à população que atende a respeito de seus deveres e direitos como cidadãos; e, por fim, prestar serviços sociojurídicos à população hipossuficiente da Comarca de Franca-SP e adjacências.

Assim, neste artigo foi explorado o projeto de extensão “Caminhos da Justiça”, desenvolvido pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Este foi realizado com base no acesso à justiça, apresentado pela ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), além de analisar o progresso do programa como ferramenta para concretizar direitos fundamentais. Atrelado a isso, para executar este estudo, a metodologia empírica foi aplicada e efetuada com um diagnóstico qualitativo de dados, levantados com base nos registros da Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social. Ainda, em busca de um maior entendimento dos dados apresentados e desenvolvidos, a revisão bibliográfica do conteúdo sobre acesso à justiça foi utilizada, abordando a perspectiva da assistência social e a visão jurídica.

Dado o que foi proposto neste trabalho, o acesso à justiça será desenvolvido enquanto direito constitucional. Logo, o projeto “Caminhos da Justiça” é apresentado por meio dos dados de atendimentos realizados, assim como um estudo da realidade que estes atestam. Por último, os resultados da pesquisa serão averiguados tendo em vista a importância do projeto de extensão enquanto instrumento do direito constitucional, pela ótica jurídica e da assistência social, exercendo, assim, a interdisciplinaridade inerente a UACJS.

2 O DIREITO CONSTITUCIONAL AO ACESSO À JUSTIÇA

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, inciso XXXV, que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (BRASIL, 1988). Este é um dos incisos que exprimem o direito fundamental do acesso à justiça. Ao afirmar que a lei não excluirá lesão ou ameaça a direito de apreciação pelo Poder Judiciário, o mesmo afirma que é facultado a todos acionar o Poder Judiciário para assegurar e garantir seus direitos presentes na própria constituição e em legislação infraconstitucional.

Um outro dispositivo constitucional que compõe o direito-garantia do acesso à justiça é o inciso LXXIV, do mesmo artigo da Constituição, que determina que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Esta disposição legal é crucial para que a sociedade como um todo possua seus direitos, em geral, sejam efetivados.

Embora seja uma faculdade de todos o acesso à justiça, e seja previsto constitucionalmente, nem sempre este direito é materializado. O acesso à justiça possui barreiras invisíveis à grande parte da população, como o desconhecimento acerca de seus direitos, ou mesmo a alta burocracia e a morosidade presente na atuação do Judiciário, a alta demanda de recursos na contratação de um advogado ou na movimentação de processos. Neste sentido, é essencial que o Direito vá em direção às pessoas, ao invés de se apresentar como um elemento externo ao cotidiano, e distante das camadas mais hipossuficientes da sociedade, que possuem diversas demandas jurídicas. Como disciplina Boaventura de Sousa Santos, em “Para uma Revolução Democrática do Direito”, existindo a consciência de seus direitos, em um contexto onde as políticas públicas e de desenvolvimento do estado são insuficientes para atendê-los, a população recorre aos tribunais para ver assegurados os seus direitos (SANTOS, 2009).

Neste sentido, para que se possibilite tal acesso, é necessário que haja um meio que dialogue com as necessidades da população, e se mostre viável, verdadeiramente acessível. As assessorias jurídicas populares e escritórios-modelo presente nas universidades públicas e particulares têm papel fundamental na materialização do acesso à justiça, fazendo valer a função social da universidade, pautada no tripé de ensino, pesquisa e extensão. As assessorias, e no objeto deste estudo, a Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social da Unesp cumpre este papel para a população de Franca e arredores, e busca meios para ampliar ainda mais o acesso à justiça na região, como é o caso do projeto de extensão “Caminhos da Justiça”, demonstrado ao longo do presente artigo.

3 O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “CAMINHOS DA JUSTIÇA”

O projeto de extensão universitária “Caminhos da Justiça” é desenvolvido pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) da UNESP, localizada no câmpus de Franca-SP, por meio da unidade móvel (carreta), com o intuito de democratizar o próprio acesso à justiça na cidade de Franca-SP e região. A proposta surge como uma maneira da UACJS efetivar o direito supracitado em seus arredores, retribuindo à sociedade, inclusive, os investimentos feitos na universidade.

A iniciativa realiza-se por meio do deslocamento da unidade móvel para pontos em que, normalmente, são observadas grandes demandas sociojurídicas por parte da população hipossuficiente; como exemplo, para Centros de Referências da Assistência Social (CRAS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS). A carreta dirige-se a estes locais, com datas previamente definidas e ampla divulgação de que o projeto será feito, e atende a todos que ali estiverem e entenderem necessitar de orientações. O serviço é feito em duas frentes, a abordar as demandas sociais e jurídicas. Uma dupla de estagiários, sendo um deles estudante de Direito, e outro de Serviço Social, devidamente acompanhados de seus respectivos supervisores, realizam o acolhimento daquele indivíduo, observando suas queixas e solicitações.

A partir disso, são aconselhados e instruídos pelos profissionais. Deste atendimento, podem ser, simplesmente, esclarecidos de suas dúvidas e orientados para, por exemplo, seguir com o procedimento administrativo de sua demanda, ou encaminhados à UACJS para que as devidas diligências sejam tomadas pela via judicial. No próximo tópico, trataremos de uma análise qualitativa dos dados dos atendimentos feitos por meio da unidade móvel no primeiro semestre de 2022, para melhor demonstrar a maneira com que a carreta tem funcionado como modo de efetivação do direito do acesso à justiça.

3.1 Dados

No primeiro semestre de 2022, com a volta gradual às atividades presenciais, foram realizados dois atendimentos pelo projeto “Caminhos da Justiça”. No dia 25 de maio de 2022, foram atendidas 60 pessoas na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Franca-SP. Nesta data, 3 estagiárias de Serviço Social, 8 estagiários de Direito, e todas as supervisoras trabalharam nos atendimentos. No dia 08 de junho de 2022, foram atendidas 12 pessoas no CRASS Leste de Franca-SP. Nesta data, 2 estagiárias de Serviço Social, 5 estagiários de Direito, e todas as supervisoras trabalharam nos atendimentos. Entre as pessoas atendidas, a maioria era residente e domiciliada na cidade de Franca, no entanto, pessoas da região também foram atendidas, residentes e domiciliadas em Ibiraci-MG, Restinga-SP, e Rifaina-SP.

A tabela abaixo (tabela 1) demonstra os números de atendimentos, e quais demandas foram apresentadas pelas pessoas atendidas, denominadas pela UACJS como usuários, com a divisão entre orientações fornecidas no momento do atendimento, a respeito de como resolver a demanda apresentada, e agendamentos, em que os usuários tiveram um retorno agendado na Unidade, nos casos em que as demandas somente poderiam ser atendidas com o ajuizamento de ação judicial.

As orientações dadas aos usuários, em geral, consistem na apresentação da melhor forma de solução da demanda que as pessoas encontram realizando o atendimento. Alguns exemplos disso são os encaminhamentos a outras instituições, para que o usuário seja atendido por quem pode efetivamente resolver a lide; ou então, quando o usuário possui a necessidade e direito a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), e ainda não o recebe, e não tem conhecimento de como o fazer, a orientação é no sentido de encontrar a solução na via administrativa, em primeiro lugar. Outros usuários, ainda, apresentam dúvidas a respeito do procedimento da curatela, se é um requisito para alcançar algum direito para a pessoa que seria curatelada, e a orientação é a resposta de que não é requisito obrigatório para nada, em razão de toda pessoa ser “capaz de direitos e deveres na ordem civil” (BRASIL, 2002).

O critério para direcionar os usuários a um agendamento na UACJS, para que então uma ação seja ajuizada, é, primeiramente, verificar se a pretensão apresentada pode ser atendida de forma administrativa, ou por outros meios que não o meio judicial. Caso seja verificada a necessidade de ajuizar uma ação, então é realizado o atendimento por meio de agendamento na Unidade, e a ação é ajuizada.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dessa forma, para melhor examinar os dados levantados, foram elaborados alguns gráficos e uma tabela (tabela 1, gráfico 2 e 3), que ilustram o contexto apresentado de atendimentos, orientações e agendamentos, e as relações entre eles.

Tabela 1 - Número de atendimentos; as demandas que foram apresentadas pelos usuários; número de orientações e de agendamentos dentro dos atendimentos realizados.

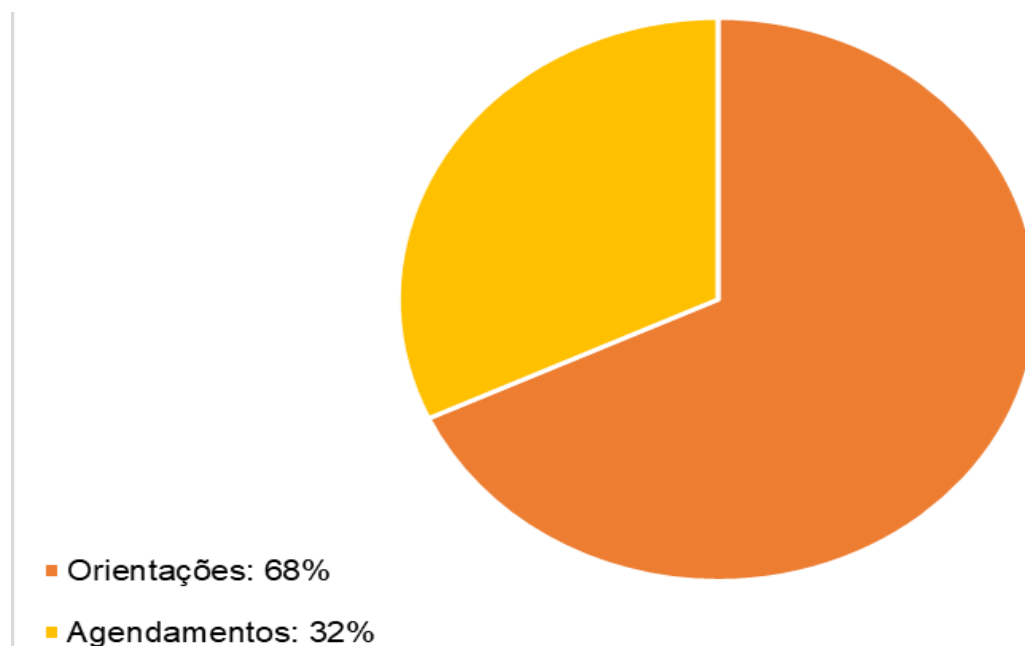
Demandas	Orientações	Agendamentos
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	27	1
Curatela	6	12
Obrigação de fazer	1	4
Guarda	1	1
Ação de alimentos	0	1
Ação de alimentos com reconhecimento de paternidade	0	1
Adoção	0	1
Alvará judicial	0	1
Aposentadoria	2	0
Cumprimento de sentença de alimentos	3	1
Regularização de documentos	2	0
Reintegração de posse	1	0
Pensão por morte	1	0
Débito com serviço de energia	1	0
Encaminhamento a outra instituição	4	0
TOTAL	49	23

Fonte: elaborada pelos autores.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gráfico 2 - Proporção aproximada, em porcentagem, de orientações e agendamentos em relação ao total de atendimentos (72 pessoas).

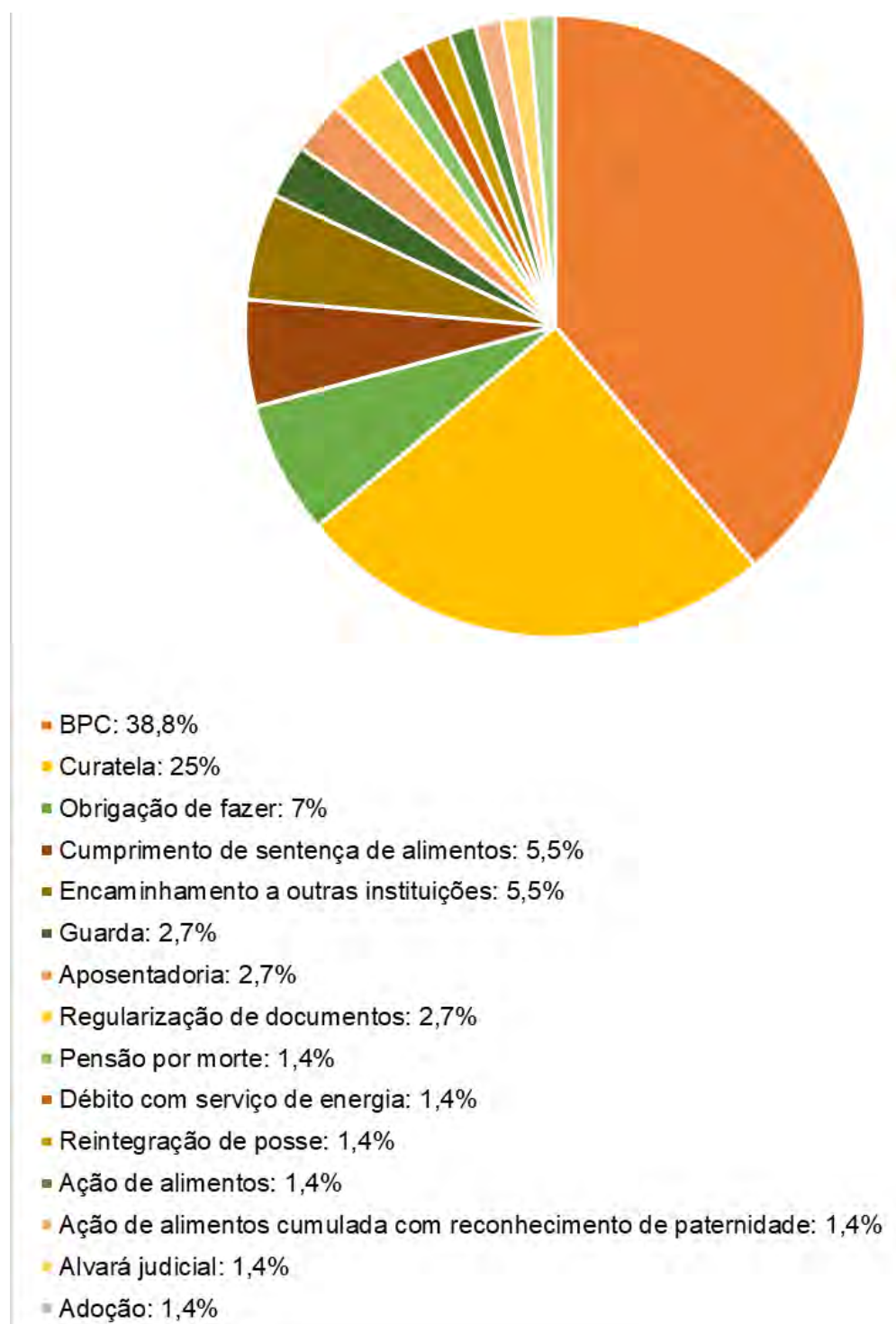


Fonte: elaborada pelos autores.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

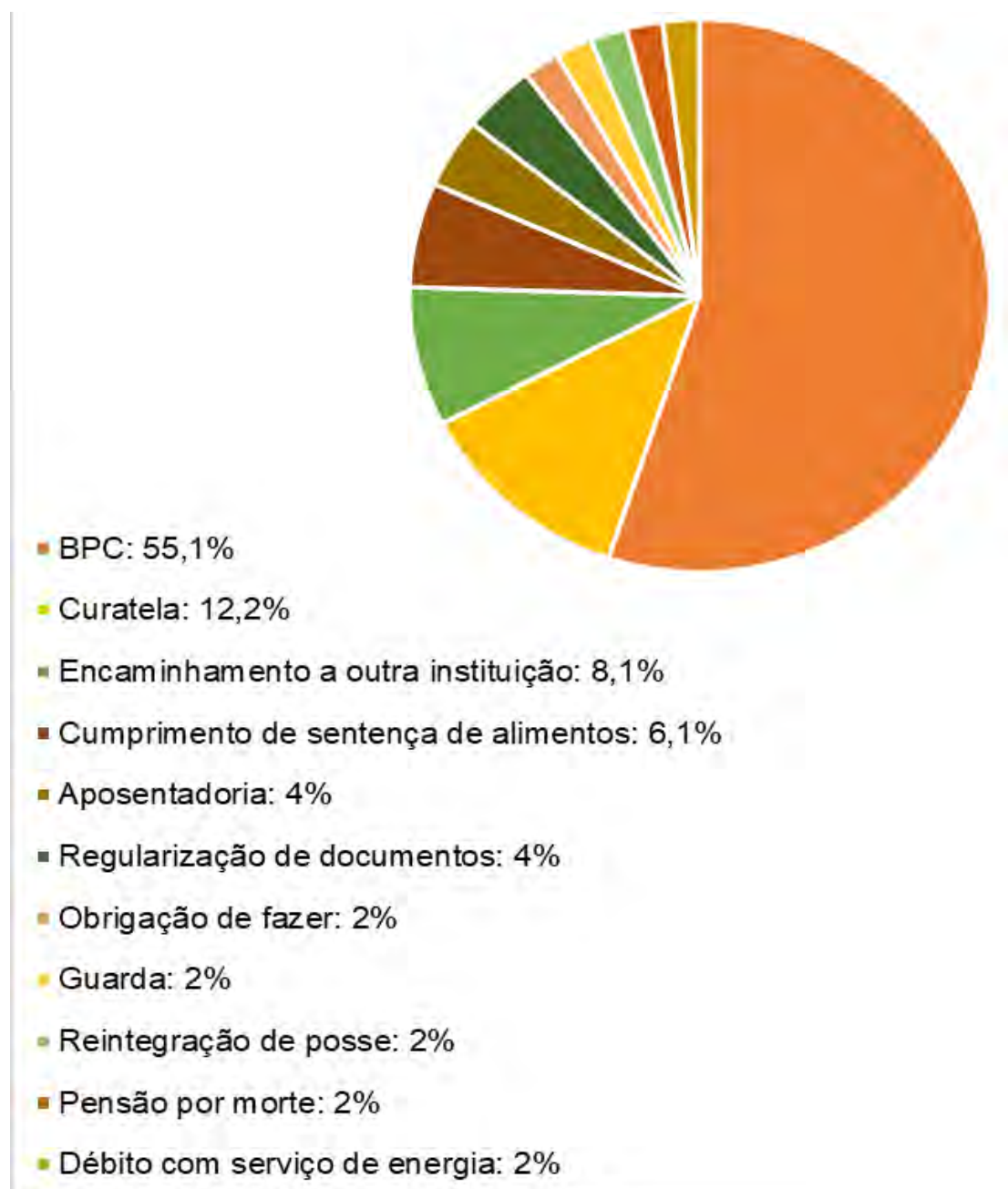
ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gráfico 3 - Proporção aproximada, em porcentagem, de demandas apresentadas pelos usuários em relação a todos os atendimentos realizados (72 pessoas).



Fonte: elaborada pelos autores.

Gráfico 4 - Proporção aproximada, em porcentagem, de demandas apresentadas pelos usuários que receberam orientações (49 pessoas).

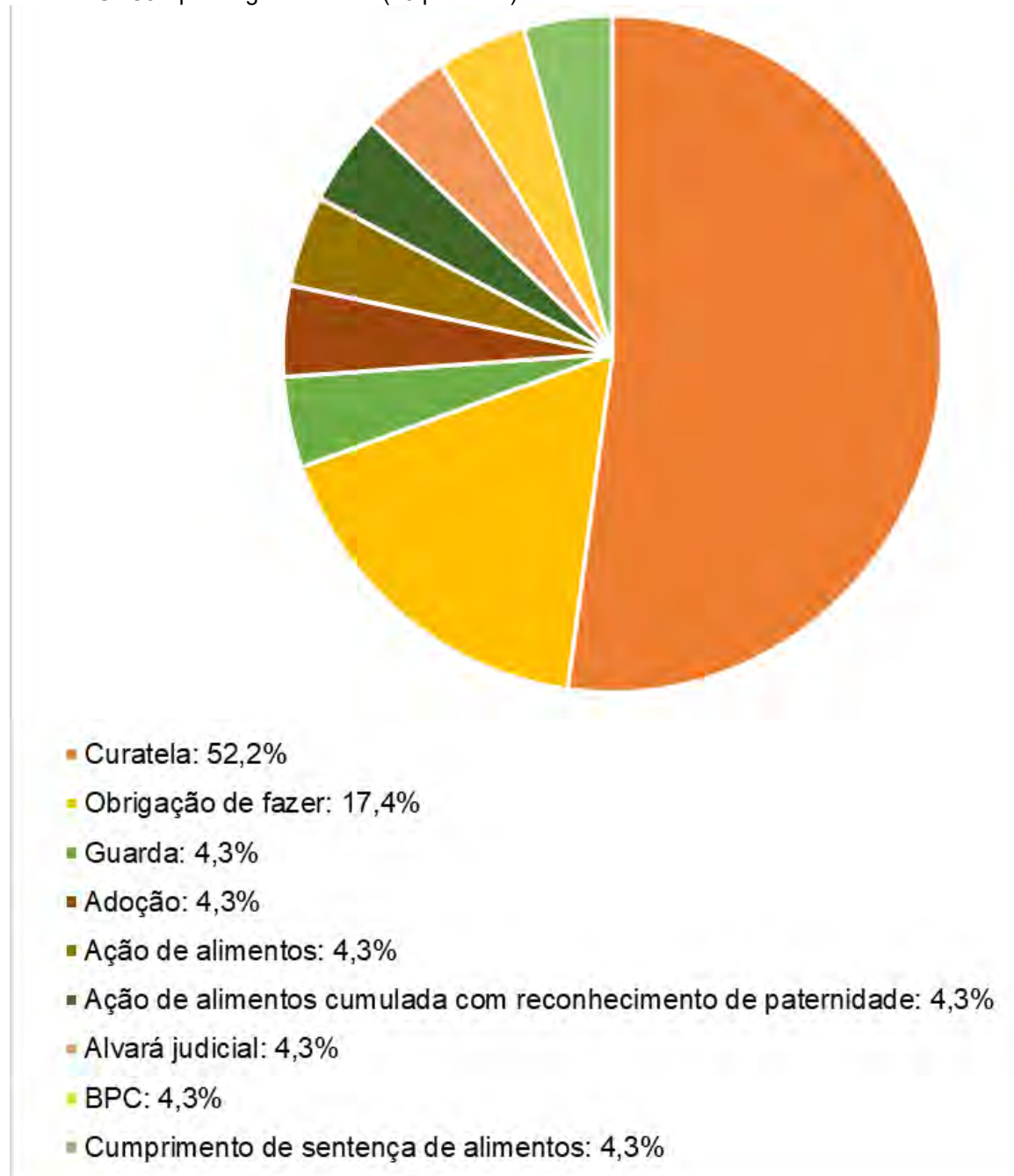


Fonte: elaborada pelos autores.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gráfico 5 - Proporção aproximada, em porcentagem, de demandas apresentadas pelos usuários que foram à UACJS para agendamento (23 pessoas).



Fonte: elaborada pelos autores.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gráfico 6 - Proporção aproximada, em porcentagem, do andamento dos casos dirigidos ao agendamento na UACJS (23 pessoas).



Fonte: elaborada pelos autores.

Então, após a exposição dos dados e estatísticas levantados, passa-se à sua análise.

3.2 Análise dos dados

De início, ressalta-se que foram feitas muito mais orientações do que agendamentos, acarretando num número pequeno, em relação ao total de atendimentos feitos, de ações ajuizadas.

A principal demanda apresentada pelos usuários foi em relação à concessão do Benefício de Prestação Continuada, e foram realizadas mais orientações do que agendamentos. Foram propostas soluções pela via administrativa para que o direito dos usuários fosse efetivado. Em razão de ter sido a demanda mais numerosa, esta predominância de orientações refletiu nos dados apresentados acima, em todos os gráficos.

A segunda principal demanda apresentada foi a curatela, e foram feitos mais agendamentos do que orientações. Agendamentos estes que, posteriormente, se tornaram ações ajuizadas. A solução proposta à demanda de curatela foi pela via judicial em razão de, nos casos atendidos, haver risco ou dano a direitos das pessoas que viriam a ser curateladas. A melhor resolução, nestes casos, seria a proteção judicial da representação civil dessas pessoas, para que conseguissem a efetivação de seus direitos.

As demais demandas apresentadas, como obrigação de fazer, cumprimento de sentença de alimentos, aposentadoria, guarda, entre outras, receberam como soluções um misto entre orientações e agendamentos - que se tornaram ações ajuizadas. Houve a desistência pelos usuários do ajuizamento de duas ações, como visto no gráfico 06.

Depreende-se, então, que o projeto de extensão não promove somente acesso ao Judiciário, e sim, verdadeiro acesso à justiça, como será explorado a seguir.

4 O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA “CAMINHOS DA JUSTIÇA” COMO INSTRUMENTO DO DIREITO CONSTITUCIONAL AO ACESSO À JUSTIÇA EM FRANCA-SP E ARREDORES

É fato que o acesso à justiça, apesar de garantido constitucionalmente, não é uma realidade, uma vez que existem diversos entraves sociais, econômicos e culturais que dificultam a solução de conflitos através do judiciário, como abordado anteriormente. Tais entraves impedem que os indivíduos, principalmente quando se trata de pessoas em situação de hipossuficiência, tenham conhecimento dos seus direitos e, para além disso, sejam capazes de lutar pela garantia destes. Nesse contexto, vê-se que a própria dinâmica do Direito é ineficaz em sua estrutura mais profunda, deixando de cumprir um de seus objetivos fundamentais: o acesso à justiça para todos.

Urge, portanto, que o Estado busque propostas e planos ativos, para que não seja necessário que o cidadão, por si só, tenha que compreender o processo judiciário e buscar formas de resolução de litígios sem que haja nenhum auxílio. Dessa forma, o projeto de extensão universitária “Caminhos da Justiça” dedica-se principalmente à facilitação do acesso à justiça de forma ativa, entendendo que é papel do Direito ir de encontro à população, invertendo a lógica aplicada no cotidiano do trabalho jurídico.

Assim, é importante compreender que, para além da solução de entraves judiciais, o acesso à justiça é relativo também ao aspecto social, uma vez que não é possível a existência de um Estado Democrático de Direito se o contexto social da população também não for abarcado. Por isso, o projeto da Unidade Auxiliar do Centro Jurídico Social da UNESP, além de oferecer assistência jurídica gratuita integral às pessoas do município de Franca e região, também permite a troca de saberes entre os profissionais do Direito e do Serviço Social, com o objetivo de traçar uma interdisciplinaridade capaz de estabelecer o que de fato significa o acesso à justiça, como se pretende mostrar a seguir.

4.1 Visão jurídica

Com o fim da Ditadura Militar no Brasil, a Assembleia Constituinte, empossada em 1987, elaborou a nova Constituição de 1988. Este documento foi fruto da redemocratização do país, por isso é considerado um marco de inauguração do novo período, conhecido como Nova República. Junto a isso, a Carta Magna foi estruturada com base em um extenso diálogo com a população brasileira, fato que a faz ser chamada de “Constituição Cidadã”. Nesta seara, este regimento é responsável por estabelecer um grande avanço no que diz respeito à noção de cidadania, positivando os direitos fundamentais do povo e, ainda, avançando rumo à consecução dos objetivos sociais do Estado.

Dentre os avanços implementados pela carta constitucional, o acesso à justiça, presente no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição, e derivado do princípio da igualdade - apresentado no caput do mesmo artigo, é caracterizado como uma ferramenta substancial para a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos (ARAÚJO; DIAS, 2021).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
(BRASIL, 1988)

Este dispositivo assegura, portanto, garantias reparadoras e preventivas, além de que a população possa solucionar seus desacordos com intermédio do Estado, competindo a ele a execução de serviços jurisdicionais, de maneira segura e legal, para, então, ser atingida a justiça e a pacificação social. Ainda, atrelam-se a promoção do acesso à justiça, também, à cidadania e à dignidade da pessoa humana (no art. 1º, incisos II e III, respectivamente) e o combate à desigualdade social, presente no artigo 3º. Tendo isso em vista, para uma ampla eficácia, é estritamente necessário

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

que esta ideia consiga abranger a todos, sem levar em consideração suas conjunturas financeiras e sociais (MESQUITA, 2011).

Contudo, é de conhecimento geral que o Brasil é um país de ampla vastidão territorial e, além disso, de grandes desigualdades tanto econômicas quanto culturais e sociais. Essas questões expandem a dificuldade das comunidades mais longínquas em obter assistência jurídica, pela falta de informação a respeito dos meios, ou mesmo pela complexidade de locomover-se até determinado local (PERSCH et al, 2021). Com base nisso, instaurou-se no Brasil um movimento público nacional para modificar a realidade de afastamento dos coletivos à tutela jurisdicional.

Assim, foi concebida a Justiça Itinerante (JI), modelo de fornecimento de assistência jurídica, pelo qual as populações afastadas podem ser atendidas e ter a oportunidade de resolver seu conflito de maneira jurídica. Todavia, mesmo com a dificuldade de definir o momento de origem da Itinerância no Brasil, por conta da informalidade dos programas e da debilidade dos registros públicos, no início da década de 90, deu-se início, em barcos e por diligência de juízes do Amapá e de Rondônia, a expansão de protótipos do sistema. Isto fez com que demais tribunais estaduais começassem a realizar esse tipo de iniciativas (IPEA, 2015).

Mesmo assim, a Justiça Itinerante apenas passou a ser institucionalizada legislativamente com a vigência da Lei nº 9.099, de 1995, responsável por conceber os Juizados Especiais Estaduais. Tal texto legislativo não se refere a Itinerância diretamente, contudo, a redação original da lei dispunha acerca de serviços e audiências a serem realizados “fora da sede da comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos” (BRASIL, 1995, Art. 94).

Em sequência, na Lei nº 10.259, de 2001, foi apresentada uma intenção de legitimar de fato a Justiça Itinerante, já que em seu art. 22, parágrafo único, permitiu que os Juizados Especiais Federais atuassem em caráter itinerante. Já em 2004, a Justiça Itinerante foi definida como obrigatória por meio da Emenda Constitucional nº 45, esta definiu que todos os tribunais do Brasil, sejam estaduais, federais ou trabalhistas (art. 125, parágrafo 7º; art. 107, parágrafo 2º; e art. 115, parágrafo 1º, respectivamente), deveriam possuir programas itinerantes. Todavia, pesquisa recente do Ipea averiguou que apenas 3,5% dos juizados federais possuem algum tipo de projeto habitual nestes moldes (IPEA, 2015).

Com isso, durante esses anos, distintas formas de Justiça Itinerantes foram instauradas no Brasil. Assim, mesmo que não haja apenas uma referência e estratégia de manejar a Itinerância, fato é que a inserção desta foi desenvolvida como uma experiência prática, na legislação e na Constituição Federal, que apresenta todo o cuidado de legitimar este programa. Dessa forma, com a intenção de consumir os direitos fundamentais apresentados pela carta constitucional, a JI transportou a justiça para locais antes não atingidos. Esta alteração de estrutura, em que o aparato judicial vai até a população, foi enaltecida pela ONU em 2005, que, mesmo reconhecendo a ausência de celeridade do sistema judiciário brasileiro, admitiu ser esta uma “experiência criativa e inovadora”, com expressiva relevância para a concretização dos direitos humanos (MESQUITA, 2011).

No que diz respeito à Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS), inicialmente, esta, com o Projeto de Orientação Sociojurídica Itinerante, realizou acolhimentos nas unidades do CRAS nas regiões Oeste, Leste e Sul da cidade de Franca. Entretanto, em 2011, a parceria firmada entre a UNESP e a Prefeitura Municipal que permitia que estes atendimentos ocorressem foi encerrada. A partir desta interrupção, a equipe técnica da UACJS, a par de seus deveres frente ao projeto de extensão junto à sociedade, passou a investigar os bairros mais distantes da unidade, relacionando as situações de vulnerabilidade para, com base no maior índice apresentado, reformular o projeto para efetivá-lo.

Feito isso, por meio de uma doação da PROEX (Pró-Reitoria de Extensão Universitária), foi proporcionado à Faculdade de Ciência Humanas e Sociais da UNESP/Franca um ônibus para realização do projeto itinerante. Uma vez que este foi adaptado com todo o aparato necessário para o atendimento, assim como estruturado com divisórias para realização de orientações individuais, focados na privacidade do usuário, foi possível retornar com o projeto, agora chamado “Caminhos da Justiça”. Logo, a carreta passou a dirigir-se até os bairros identificados, de modo que as duplas atuem por meio de entrevistas e estudos socioeconômicos dos usufruidores deste direito (SOUZA et al, 2012).

Por conseguinte, finalizado o atendimento e a compreensão da solicitação do usuário, busca-se sanar as dúvidas deste, de forma a assistir as necessidades jurídicas e evidenciar quais são as garantias fundamentais que o cidadão possui por meio de perspectivas socioeducativas da

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

assistência social. Dado este momento, a supervisão estende-se ao desenvolvimento de todo o processo por meio da Equipe Técnica, de forma a deliberar o imbrólio jurídico.

Dessa forma, conclui-se que, para além do aprimoramento das legislações, a concretização dos direitos deriva do desenvolvimento da integridade dos agentes jurídicos. Através disso, é possível acompanhar a ODS 16, que busca promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis e, alinhado à Meta 16.3, fortalecer o Estado de Direito para que os cidadãos, que antes não possuíam acesso à justiça por conta da ausência de uma maneira processual, tenham contato com um aparato judicial que desloca-se para as localidades vulneráveis que não seriam alcançadas. Enfim, a Justiça Itinerante e, portanto, o projeto de extensão “Caminhos da Justiça”, é uma ferramenta que possibilita o acesso à justiça, concretizando um preceito constitucional que, por conta das particularidades deste vasto país, por si só não seria capaz de efetuar-se.

4.2 Visão da assistência social

Diante de tudo exposto, o projeto de extensão universitária “Caminhos da Justiça” tem como finalidade acesso aos direitos que abrange para além dos direitos fundamentais que se expõem na Constituição Federal de 1988. Considerando para além de uma demanda jurídica a UACJS - Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social tem como objetivo um atendimento interdisciplinar orientando a população das demandas jurídicas e sociais, possibilitando acesso às políticas públicas, direcionamento social mediante as expressões que o Estado causa perante as questões sociais.

Considerando as demandas sociais apresentadas pela população, cabe aos profissionais possibilitar o acesso dos usuários às políticas públicas as quais são agravadas por decorrência da falta de inaccessibilidade do Estado. No contexto atual, diante das dificuldades que ocorreram devido à pandemia de Covid - 19, Franca e região se encontrou em situação de emergência em questão da garantia de direitos, a vulnerabilidade social se agravou perante as situações, decorrendo de dificuldades socioeconômicas, nesse período de desigualdade.

O Serviço Social se caracteriza com serviços socioassistenciais de média e alta complexidade do qual se articula junto às demandas que o usuário trás no momento do atendimento, buscando orientações e dando seguimento na esfera jurídica, buscando qualificar um processo de aprendizagem, com instrumentalidade que o profissional utiliza, se revela importante no momento de seguimento aos processos jurídicos, os profissionais que compõem a equipe técnica da UACJS conduzem o primeiro encontro de forma a provocar a aproximação das/os estagiárias/os com estas temáticas a partir de referenciais teóricos consolidados dentro da profissão, sem deixar de refletir com Metodologia Ativa, articulando as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que perpassam o trabalho da/o Assistente Social, em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão.

O projeto “Caminho da Justiça” possibilita que os profissionais da UACJS se aproximem do usuário, mediante a compreensão das dificuldades e falta de recursos para chegar até a unidade física, assim realizando articulação dos métodos e serviços da rede como CRAS e UBS dos bairros em situação de vulnerabilidade social, nesse período junto a orientações é realizado um estudo socioeconômico que se constrói junto a aproximação da realidade que ali se encontra. A UACJS como um campo de estágio, abrange aprofundamento de conhecimentos teóricos metodológicos se enquadrando em dimensões interventivas, “O movimento da realidade sócio-histórica, ao reproduzir-se, altera diversos aspectos da vida social e, ao fazê-lo, incide também sob as demandas institucionais e socioprofissionais” (Pontes, 1995), mediante aos atendimentos realizados é possível observar junto ao estudo social.

Perante ao exposto todo procedimento realizado pelo Assistente Social vai de encontro ao Código de ética da profissão que abrange seus princípios, consolidando ao cidadão os direitos civis e sociais, diante a luta da classe trabalhadora e equidade e justiça social aos programas e políticas sociais, com liberdade e democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como abordado anteriormente, o nosso sistema judiciário e, para além disso, o Direito brasileiro afastam-se dos seus objetivos fundamentais ao firmar-se em estruturas excludentes. Dessa forma, o acesso à justiça, garantido pela Constituição Federal, não se concretiza na prática, visto que as barreiras existentes impedem que os indivíduos, em especial aqueles inseridos em situações de hipossuficiência, tenham conhecimento de seus direitos e obrigações. Por conseguinte, temos que a justiça, um dos principais instrumentos que deveria auxiliar na promoção da igualdade, na realidade apenas contribui para a marginalização da população de baixa renda.

Diante de tal cenário, faz-se necessário a atuação do Estado na criação de políticas públicas e ações diretas para que essa lógica seja rompida. O projeto de extensão “Caminhos da Justiça”, desenvolvido pela Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UACJS) da UNESP, é um dos exemplos de iniciativas que podem ser implantadas para que exista um maior contato da população com o judiciário, buscando estreitar uma relação que, muitas vezes, torna-se distante. Dessa forma, através da unidade móvel (carreta), os profissionais do Direito e do Serviço Social vão até locais nos quais existem diversas demandas jurídicas, como nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na APAE da cidade de Franca-SP, e realizam os atendimentos com o objetivo de orientar a população.

Tais orientações, apesar de também abarcarem informações jurídicas, buscam explorar o campo social, já que os estagiários da área do Serviço Social, com a devida supervisão das assistentes sociais elaboram um Estudo Socioeconômico seguindo o Projeto Ético/Político da profissão. Constrói-se, portanto, não somente um ambiente de aprendizagem dos estagiários dos dois cursos, como também uma forma da universidade pública devolver o investimento da população na educação, uma vez que os estudantes entram em contato com os indivíduos fora dos muros da universidade, os auxiliando em suas reivindicações.

Conforme demonstra o presente artigo, a unidade móvel da UACJS é capaz de atender um número considerável de indivíduos, os auxiliando a conhecer seus direitos e deveres, bem como os norteando acerca das melhores decisões a serem tomadas a respeito de seus entraves jurídicos. De acordo com os estudos realizados, muitos desses entraves são relacionados à concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), além de questões do campo do Direito de Família, como curatela, guarda e ação de alimentos. No entanto, o projeto vai além da identificação do problema e dessas orientações jurídicas quando analisa as demandas sociais daquele indivíduo. Nesse sentido, pretende-se alcançar não o acesso ao Judiciário, mas o acesso à justiça, como é colocado no objetivo 16 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme de. Acesso à justiça, direitos humanos e novas esferas da justiça. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 2, n. 01, jan-jun 2012, p. 83-102. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/61>. Acesso em: 22 set. 2022.

ARAÚJO, Jailton M. de; DIAS, Crizeuda F. da Silva. ACESSO À JUSTIÇA COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES À LUZ DA TEORIA DAS ONDAS RENOVATÓRIAS DE CAPPELLETTI E GARTH. **Quaestio Iuris**. vol.14, n. 02, Rio de Janeiro, 2021. p.837-856. DOI: 10.12957/rqi.2021.49850. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/download/41278/37766>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília, 26 set.1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em: 25 set. 2022.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BRASIL. **Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Brasília, 12 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10259.htm. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.** Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Brasília, 30 dez. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm. Acesso em: 25 set. 2022.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Democratização do Acesso à Justiça e Efetivação de Direitos: Justiça Itinerante no Brasil. **Repositório do Conhecimento do Ipea.** Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7492/1/RP_Democratiza%20a%20a3o_2015.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

MESQUITA, Myller Kairo Coelho. Juizados especiais federais itinerantes: A realização dos direitos fundamentais. Brasília: **Seção de artigos dos Juizados Federais do DF**, 2011. Disponível em: <https://portal.trf1.jus.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C90824A3AD12A68013AD1ADFB1C6A09>. Acesso em: 25 set. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16.** Brasília. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 22 set. 2022.

PERSCH, H. C. A. *et al.* A JUSTIÇA ITINERANTE COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO DE ESTADO DE RONDÔNIA. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente - FAEMA.** v. 12, Ed. esp. Ariquemes, 2021. p. 54-76. DOI: <http://dx.doi.org/10.31072>. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/940>. Acesso em: 25 set. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça.** 3ª ed revista e ampliada. São Paulo: Imprensa. 2011. p. 135. Acesso em: 25 set. 2022.

SOUZA, A. P. *et al.* O ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DO PROJETO ORIENTAÇÃO SOCIOJURÍDICA ITINERANTE. **Revista Ciência em Extensão.** v. 8, n. 03, São Paulo, 2012. p. 238-243. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/819. Acesso em: 25 set. 2022.

SOARES, A.C.F. **Saber-Poder profissional do assistente social no campo sociojurídico.** 2009, 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2009. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/2333/1/Saber-poder%20profissional%20do%20assistente%20social%20no%20campo%20sociojur%20addico.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

TEJADAS, S.S; JUNQUEIRA, M.R; **Serviço Social e Pandemia: Desafios e Perspectivas para a atuação no Sociojurídico.** Serviço Social e Sociedade. n. 140, São Paulo. jan./abr. 2021. p.101-117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Jq7JH5Ts7LDQZVLRfBTHp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES

THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON WOMEN'S LIVES

Indicação de área temática: 05 - Igualdade de gênero

ARAUJO, Denise Conceição Garcia
Universidade de Franca; Doutoranda em Promoção de Saúde
decgarcia@yahoo.com.br

BUENO, João Pedro Beretta
Universidade de Franca; Graduação em Ciência da Computação
joaopedrobb2013@gmail.com

BERETTA, Regina Célia de Souza
Universidade de Franca; Mestre e Doutora em Serviço Social
regina.beretta@unifran.edu.br

RESUMO: As medidas protocolares de distanciamento social e físico adotadas como uma das ações no controle da pandemia de Covid-19, acarretaram inúmeras adversidades na vida das pessoas em uma escala global. As mulheres, de modo mais específico, experienciaram demasiadamente essas implicações decorrentes da conjuntura pandêmica no convívio social, impactando o poder econômico, a garantia dos direitos e na condição de saúde. Dessa forma, o presente escrito representa uma discussão sobre os diversos impactos do estado pandêmico para uma parcela populacional submetida a intensos processos de vulnerabilização social: as mulheres.

ABSTRACT: The protocol measures of social and physical distance adopted as one of the actions in the control of the Covid-19 pandemic, caused countless adversities in people's lives on a global scale. More specifically, women have overexperienced these implications arising from the pandemic situation in social life, impacting economic power, the guarantee of rights and health status. In this way, the present writing represents a discussion about the various impacts of the pandemic state for a portion of the population subjected to intense processes of social vulnerability: women.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, pandemia, covid-19.

KEYWORDS: women, pandemic, covid-19.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), em inglês - *severe acute respiratory syndrome coronavirus 2*, constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), caracterizado como o mais elevado nível de alerta proposto pela Organização, conforme preconiza seu Regulamento Sanitário Internacional (OPAS, 2020).

Com o aumento do número de casos fora da República Popular da China, sendo a cidade de Wuhan, na província de Hubei considerada o epicentro do surto, no dia onze de março de 2020, a OMS por meio da declaração do seu diretor-geral Tedros Adhanom Ghebreyesus, elevou o estado da contaminação à categoria de pandemia de Covid-19, *coronavirus disease 2019* (OPAS, 2020).

Diante desse contexto pandêmico, fez-se necessária a adoção de medidas emergenciais sanitárias a fim de conter a proliferação do vírus e preservar a vida humana. Dentre as medidas preventivas recomendadas pela OMS e adotadas por diversos países do mundo, incluindo o Brasil, com intuito de restringir o convívio social e, conseqüentemente, refrear a disseminação viral foi o distanciamento social e físico. Contudo, salienta-se que a intensidade e a realização dessa recomendação variavam de acordo com as políticas de saúde de cada governo (OPAS, 2020).

De acordo com o documento intitulado *Estratégia de Gestão – Instrumento para apoio à tomada de decisão na resposta à pandemia da Covid-19 na esfera local*, elaborado em junho de 2020

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS):

As medidas de distanciamento social associadas as demais medidas não - farmacológicas, são, até o momento, as estratégias mais efetivas para redução da velocidade de contágio e de óbitos pela COVID-19, assim como para a prevenção do colapso do sistema de saúde (BRASIL, 2020, p. 10).

Segundo as informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde (MS), as medidas de distanciamento social dividem-se em: Distanciamento Social Seletivo (DSS), Distanciamento Social Ampliado (DSA), e Bloqueio Total (*Lockdown*) (BRASIL, s/d).

A estratégia de DSS consiste em isolar apenas uma parcela da população, sobretudo, os grupos considerados com maior risco de desenvolver a forma grave da doença Covid-19, por exemplo os idosos e os portadores de doenças crônicas, tais como as cardiopatias e diabetes. O DSA limita consideravelmente o contato entre todas as pessoas e possui como objetivo “(...) reduzir a velocidade de propagação, visando ganhar tempo para equipar os serviços com os condicionantes mínimos de funcionamento: leitos, respiradores, EPI, testes laboratoriais e recursos humanos” (BRASIL, 2020, s/p). O *lockdown* é classificado como o mais alto nível de segurança e propõe a interrupção da maior parte das atividades locais por um curto período (BRASIL, 2020).

Sendo assim, entende-se que as recomendações de restrição do convívio social, utilizadas ao longo do período pandêmico, resignificaram diversos setores e práticas que compõem a vida em sociedade. A saúde, as relações de trabalho e as formas de estar e ocupar os espaços sociais sofreram inúmeras alterações durante esse período atípico, sobretudo para as mulheres (MARQUES et al., 2020).

A MULHER E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS NO CONTEXTO PANDÊMICO

Frente ao estado pandêmico e as adversidades resultantes das demandas do contingente feminino que afetam diretamente o seu estado de saúde ou doença, é válido uma análise sob a ótica dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS).

Os DDS são os aspectos sociais, econômicos, psicológicos, culturais, étnico/ raciais e comportamentais que influenciam nas condições de vida, trabalho e na ocorrência de problemas de saúde da população (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

De acordo com a Lei 8.080/1990, a saúde possui como determinantes sociais os níveis de alimentação, atividade física, habitação, saneamento básico, meio ambiente, renda, emprego, escolaridade, lazer, bem como, o acesso aos serviços essenciais para uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 1990).

A Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (CMDSS), organizada pelo Governo Brasileiro e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em outubro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada com o intuito de intensificar as discussões sobre os determinantes sociais da saúde que afetam na ocorrência de problemas de saúde. Para além disso, a Conferência destacou a importância da redução das injustiças sociais e da promoção da saúde pública (BRASIL, 2011).

A Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais em Saúde (CNDSS) por meio do seu coordenador, em sua primeira reunião em 15 de março de 2006 explica que:

A CNDSS possui todas as condições para incorporar-se e reforçar o processo da reforma sanitária brasileira, contribuindo para promover uma ampla tomada de consciência da nossa sociedade sobre as graves iniquidades de saúde que ainda persistem e que somente poderão ser combatidas com intervenções sociais baseadas no conhecimento científico e numa ampla base de sustentação política (BRASIL, 2006, p. 14).

As iniquidades de saúde que o CNDSS se refere em seu documento se mostram acentuadas para as mulheres durante o contexto pandêmico. Leão e Marinho (2002) explicam que as vulnerabilidades da condição feminina estão associadas à raça, classe socioeconômica e às desiguais relações de gênero.

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) (2004) considera as questões de gênero como um dos determinantes sociais da saúde na constituição de políticas públicas, pois, as desiguais relações de poder existentes entre homens e mulheres acarretam graves consequências para a saúde das mulheres.

Por conseguinte, a ONU Mulheres Brasil (2020), entidade das Organizações das Nações Unidas (ONU) para igualdade de gênero e o empoderamento feminino, adverte que a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), possui diferentes consequências entre os gêneros – feminino e masculino, sobretudo, calhando às mulheres os maiores efeitos das iniquidades decorrentes desse período.

De acordo com Vieira; Garcia; Maciel (2020) os indicadores sociais referentes à violência doméstica e familiar contra as mulheres aumentaram exponencialmente durante o período de isolamento social e físico. Para mais, Melo et al (2020, p.12) apontam que “as diferenças sociais como cor da pele, classe social, orientação sexual, identidade de gênero e idade, deixam algumas mulheres mais suscetíveis à violência”.

Conforme refletiram Stuker; Matias; Alencar (2020) a violência doméstica e familiar contra a mulher durante o contexto da pandemia possui fatores explicativos e fatores agravantes. O sistema patriarcal, as desigualdades de raça e classe, a cultura machista e a misoginia apresentam-se como princípios explicativos para esse fenômeno. À frente disso, operam os fatores agravantes para a violência baseada no gênero no decorrer da pandemia, sendo eles: o distanciamento social e físico, o impacto econômico negativo, a sobrecarga do trabalho reprodutivo às mulheres, o estresse e o abuso de álcool e outras drogas psicoativas (STUKER; MATIAS; ALENCAR, 2020).

A lógica patriarcal, enquanto um sistema social de poder, correlaciona-se com o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres, posto que a mulher é compreendida como propriedade da esfera masculina (pai, marido). Os sistemas sociais vigentes - capitalismo e patriarcado, submetem as mulheres a posições subalternas e a situações de vulnerabilidade e opressão (SAFFIOTI, 2002).

O fenômeno da violência doméstica e familiar contra a mulher abarca uma complexidade de condições individuais, sociais, econômicas e culturais. As súbitas alterações da vida em sociedade em função das diversas restrições durante o isolamento social, acionaram situações de tensão e estresse nas famílias que podem agravar as ocorrências de violência doméstica e familiar contra a mulher (MELO et al., 2020).

No início da pandemia, em março de 2020, a República Popular da China já apresentava um aumento nos números de denúncias de violência doméstica contra a mulher após a implementação da quarentena estendida (WANQING, 2020).

No Brasil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) mediante o relatório – *Violência Doméstica Durante a Pandemia Covid-19*, divulgou que houve um aumento nos números de feminicídios e homicídios femininos nos meses iniciais da pandemia, assinalando que a violência doméstica e familiar estava em ascensão.

O Núcleo de Gênero do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCrim) vinculado ao Ministério Público de São Paulo por meio do estudo: *Impacto da Pandemia Para Mulheres e Medidas Protetivas de Urgência – um retrato de São Paulo*, constatou que “a pandemia trouxe um impacto maior para mulheres tanto sob o aspecto psicológico, quanto sob o aspecto econômico. Para aquelas que viviam em situação de violência, a vulnerabilidade tornou-se ainda maior” (MPSP, 2020, p. 8).

O relatório ainda aponta que, em 2020 houve um aumento de 60% nos pedidos de medidas protetivas solicitados por mulheres em situação de violência, em relação ao ano anterior. O crescimento desse indicador revela a intensificação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o período da quarentena Covid-19 (MPSP, 2020).

O *Mapa da Desigualdade 2020* realizado pela Rede Nossa São Paulo (2020) revela que as consequências decorrentes da pandemia Covid-19 evidenciaram as desigualdades em níveis estruturais. Ademais, os índices no período pré-pandêmico já apresentavam um acréscimo, confirmando que o fenômeno da violência de gênero não é novo, ou limitado ao momento da pandemia (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2020).

Frente ao aumento nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher durante o período pandêmico, o Governo Federal, por meio do Ministério da Cidadania e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) lançou uma campanha de conscientização e enfrentamento à violência doméstica. O plano visou o aperfeiçoamento e a ampliação dos canais de atendimento de denúncias como o Disque 100 e o Ligue 180, além disso, a campanha conta com a

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

disponibilização do aplicativo dos Direitos Humanos Brasil e do site da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos também na Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2020).

Outra medida adotada pelo Governo Federal Brasileiro mediante o aumento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, foi a publicação da Portaria número 86 em 1º de junho de 2020, por intermédio do Ministério da Cidadania e da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, que:

Aprova recomendações gerais para o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no contexto da Pandemia do novo Coronavírus, Covid-19” (BRASIL, 2020, s/p).

A Portaria garante proteção às mulheres em situação de violência doméstica no contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e orienta sobre a atuação das equipes de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade do SUAS, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) na continuidade dos atendimentos às vítimas (BRASIL, 2020).

Para além das iniciativas governamentais, é imprescindível que a população, os gestores que trabalham na criação e administração das políticas públicas e os profissionais que atuam no enfrentamento à violência doméstica e familiar promovam o cuidado psicossocial e ofereçam o suporte necessário às mulheres em situação de violência no contexto da pandemia (MELO et al., 2020).

Todavia, as discussões realizadas por Stuker; Matias; Alencar (2020, p. 149) denotam que as ações realizadas pelos governos - Estadual e Federal, se caracterizam como medidas paliativas, portanto, insuficientes no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher. Ações mais efetivas dependem exclusivamente “(...) da ampliação do orçamento federal para as políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres”.

Portanto, diante das atuais mudanças das prioridades políticas da pasta responsável por essa demanda no Governo Federal e do desmonte das políticas públicas sociais, acredita-se que este seja (mais) um período obscuro e penoso para as mulheres (STUKER; MATIAS; ALENCAR, 2020).

Os impactos socioeconômicos causados pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) reverberaram no cotidiano feminino em diversos aspectos, sobretudo para as mulheres dos estratos sociais mais baixos. No contexto econômico, particularmente no mercado de trabalho – formal e informal, constatou-se a vulnerabilidade do público feminino diante da recessão causada pela pandemia (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

Os debates realizados por Antunes e Alves (2004, p. 338) acerca do trabalho formal, explicam que “os níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos trabalhadores, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e do trabalho, que também são desiguais”.

Portanto, a precarização da força de trabalho das mulheres não é um movimento contemporâneo, entende-se que o contexto pandêmico acelerou e exacerbou a presente deterioração da relação entre o trabalho remunerado e o contingente feminino.

Yazbek; Raichelis; Sant’Ana (2020, p. 208) apontam que “as mulheres pretas e pobres, os LGBTI+, os (as) jovens periféricos (as) e as classes trabalhadoras destituídas e subalternizadas”, padecem com a exclusão ao acesso a serviços públicos, com a informalidade e a inexistência da garantia de direitos, inclusive os direitos trabalhistas, diante do atual cenário sociopolítico brasileiro.

Nesse sentido, Barbosa; Costa; Hecksher (2020) explicam que os grupos populacionais em situação de vulnerabilidade como as mulheres, os negros, os jovens e os com menor grau de escolaridade são os mais afetados pela instabilidade econômica decorrente da Covid-19 e, os mais propensos a perderem seus empregos nesse período.

Segundo os dados do relatório *Monitor OIT: Covid-19 e o mundo do trabalho*, da Organização Mundial do Trabalho (OIT) (2021), mundialmente, as mulheres foram as mais afetadas com a perda dos postos de trabalho durante a crise gerada pela Covid-19.

De acordo com os microdados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD CONTÍNUA, 2020) conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no terceiro trimestre do ano de 2020, o indicador referente a desocupação no país foi de 12,8% entre os homens e de 16,8% entre as mulheres, além disso, observou-se que 12,9 milhões de pessoas se encontravam desempregadas no Brasil naquele período.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Com o propósito de reduzir as consequências socioeconômicas geradas pela pandemia da Covid-19 no âmbito feminino, a ONU Mulheres Brasil (2020, p. 3) orienta que os governantes direcionem seus esforços para:

Promover estratégias específicas para o empoderamento e recuperação econômica das mulheres, considerando programas de transferência de renda, para mitigar o impacto da pandemia e suas medidas de contenção, incluindo apoio para que elas se recuperem e desenvolvam resiliência para crises futuras.

No Brasil, com o objetivo de atenuar os efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), foi instituído o auxílio emergencial por meio da Lei nº 13.982 de 02 de abril de 2020 que “estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública”. Além disso, o Governo Federal determinou que as mulheres chefes de família monoparental têm direito a receber o benefício emergencial em dobro (BRASIL, 2020, s/p).

As discussões propostas por Barbosa; Costa; Hecksher (2020, p. 61) sugerem que “as mulheres devem ser afetadas de forma diferenciada nessa crise devido à ausência de atividades escolares presenciais e ao aumento das atividades domésticas e de cuidados”.

Tal hipótese propõe que as mulheres além de serem as mais prejudicadas com as consequências socioeconômicas da pandemia no novo coronavírus (SARS-CoV-2) no que diz respeito a probabilidade de desemprego, também estão suscetíveis ao aumento da responsabilização pelos trabalhos domésticos e dos trabalhos de cuidados. Essa conjuntura de responsabilização desigual traz à tona os aspectos da divisão sexual do trabalho.

A ONU Mulheres Brasil (2020, p. 1) por meio do comunicado: *Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de Gênero na Resposta*, reconhece que as mulheres são as mais impactadas na divisão sexual do trabalho, por consequência, são as mais responsabilizadas pelos trabalhos não remunerados durante a quarentena Covid-19.

A divisão sexual do trabalho se trata da distinta divisão de tarefas, obrigações e atribuições em função das relações sociais entre os sexos. Por consequência, a divisão sexual do trabalho incide nos âmbitos público e privado, e possui como característica a designação de homens à esfera produtiva e com um maior valor social agregado às suas funções. Às mulheres, cabe-lhes a esfera reprodutiva, cujas atividades são marcadas pela invisibilidade e gratuidade, como os trabalhos de cuidados e os trabalhos domésticos (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Fraser e De Souza Filho (2020) revelam que o trabalho reprodutivo se caracteriza pela gratuidade e recorrência em que se estabelece no âmbito privado. Essa função é constituída por trabalhos objetivos e trabalhos afetivos, que vão desde a disponibilidade em gerar, dar à luz, amamentar, criar e educar filhos, até o cuidado com a casa, a família e os relacionamentos que se estabelecem a partir disso.

O trabalho reprodutivo para além de ser imposto à esfera feminina como um elemento obrigatório, também foi transformado em algo natural ou até um objetivo do universo feminino. A sociedade patriarcal espera que as mulheres não questionem a responsabilização total e gratuita pelos afazeres domésticos e pelos trabalhos de cuidados com os filhos (FEDERICI, 2019).

Outra função que a sociedade comumente designa às mulheres, são os trabalhos de cuidados informais para com crianças, idosos e familiares doentes. Lima e De Moraes (2020, p. 03) explicam que o trabalho de cuidado:

(...) é ensinado desde criança, seja através de brincadeiras ou diante da necessidade de aprender este ofício para suprir as demandas dos irmãos mais novos, se aperfeiçoa, introjeta-se em nossas subjetividades, se reproduz, se mercantiliza, sempre nos condicionando às expectativas sociais ao ponto de naturalizar-se e então, nos oprimir.

Nessa acepção Pinheiro; Tokarski; Vasconcelos (2020) propõem que os estereótipos de gênero, de fato, contribuem para perpetuar a lógica da desigual divisão sexual do trabalho. A ideia de que as mulheres sejam as únicas responsáveis pelos trabalhos não remunerados de cuidados persiste nos lares marcados pelo machismo e sexismo.

Durante a pandemia da Covid-19 as escolas e as creches foram fechadas, as redes de apoio e os serviços de terceirização de trabalhos domésticos e de cuidados foram reduzidos, devido as medidas de distanciamento social e físico sugeridas pela OMS. Desta forma, os trabalhos reprodutivos no âmbito privado acentuaram-se frente às novas demandas impostas pelo contexto pandêmico. (DE OLIVEIRA; DE QUEIROZ; DINIZ, 2020).

O público feminino diante da crise se apropriou sobremaneira dos afazeres domésticos, dos cuidados com as crianças, com os idosos e familiares doentes, por vezes, acumulando inúmeras e fatigantes demandas. Nesse sentido, Antunes e Alves (2004, p. 341) explicam que “(...) o trabalho produtivo em domicílio se mescla com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino”.

Mendes (2020) prevê que a sobrecarga de funções seja ainda maior para as mulheres que continuaram exercendo um trabalho remunerado – de forma remota ou presencial, no decorrer da pandemia, e que tenham filhos em idade escolar. Uma vez que, é necessário o auxílio de um adulto para a realização das tarefas escolares, comumente exercido pelas mulheres, apontando uma feminização de diversas demandas sociais que poderiam ser compartilhadas de forma igualitária entre os sexos.

A feminização dos trabalhos de cuidados e dos afazeres domésticos presente na divisão sexual do trabalho foi primordial para a ascensão do capitalismo nas sociedades modernas. O discurso capitalista banaliza e menospreza a realização dessas atribuições e confere majoritariamente às mulheres a sua execução (FEDERICI, 2019).

Nessa perspectiva, Federici (2019) acrescenta que a feminização do trabalho doméstico e dos trabalhos de cuidados está associada à fatores culturais, no qual as mulheres são incentivadas e vangloriadas pela realização dessas funções dentro do sistema patriarcal.

O relatório *Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade*, elaborado pela OXFAM Brasil (2020), observou que no mundo todo, o público feminino emprega gratuitamente em torno de 12,5 bilhões de horas diariamente ao trabalho de cuidado não remunerado. Ademais, o relatório explica que “(...) esse sistema injusto explora e marginaliza as mulheres e meninas mais afetadas pela pobreza” (OXFAM BRASIL, 2020, p. 6).

A atual crise do cuidado agravada pela pandemia da Covid-19 se entende para o trabalho formal realizado pelas profissionais da saúde - médicas, fisioterapeutas, enfermeiras e técnicas em enfermagem que atuam na linha de frente contra o vírus SARS-CoV-2 (SANTOS et al., 2020).

Minayo e Freire (2020, p. 3556) afirmam que “(...) são tempos difíceis para os trabalhadores da Saúde”. Observa-se a intensificação e a sobrecarga de trabalho das profissionais da saúde que estão constantemente expostas ao vírus, por consequência estão sendo infectadas em massa “(...) e com indicativos de alto sofrimento mental”.

O desgaste físico, o adoecimento e o falecimento de seus pares aliado à acentuação e a precarização das atividades laborais das trabalhadoras da saúde, contribuíram para a deterioração da sua saúde física e mental no decorrer da pandemia (BITENCOURT; ANDRADE, 2021).

A atuação das trabalhadoras da saúde é essencial no enfrentamento à crise sanitária ocasionada pela Covid-19, para tal, é fundamental a consecução de ações imediatas de atenção à saúde e proteção dessa classe trabalhadora. A realização de testagem em massa das profissionais, o acompanhamento dos casos sintomáticos e assintomáticos, a atenção à saúde da profissional, ofertando suporte e atendimento psicológico quando solicitado e condições justas de trabalho como: treinamentos para as diversas demandas envolvendo a doença Covid-19, aquisição e orientação quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual (EPI) e redução da jornada de trabalho (HELIOTERIO et al., 2020).

Assim como a saúde mental das profissionais da saúde foi demasiadamente afetada pela pandemia, as mulheres em geral também experienciaram momentos de intenso desgaste emocional.

A restrição do convívio social, a instabilidade econômica, o aumento das demandas profissionais e domésticas, os sentimentos de angústia, medo e insegurança decorrentes da pandemia, interligados a apreensão de uma possível contaminação, tornaram-se gatilhos para manifestações de transtornos mentais (SOUZA; SOUZA; PRACIANO, 2020).

Os trabalhos de Souza; Souza; Praciano (2020) sugerem que durante a pandemia da Covid-19 a população feminina manifestou sobremaneira sintomatologia para ansiedade, estresse e depressão. Os autores propõem o incentivo à elaboração de políticas públicas de apoio a saúde de mental, particularmente voltadas às mulheres e suas especificidades.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Os estudos de Mendes (2020, p. 6) propõem um recorte interseccional e explicam que as mulheres pretas, pobres e periféricas padecem desmedidamente diante de um contexto de crise “(...) por decorrência de uma herança colonial e racista que sustenta os pilares da nossa estrutura de economia e trabalho ainda hoje, é gritante a disparidade de raça, gênero e classe”.

Compreende-se que a pandemia não afeta as pessoas do mesmo modo. Contudo, é inegável que as repercussões como a desvalorização e precarização do trabalho formal, a sobreposição dos trabalhos domésticos e a responsabilização pelos cuidados para com os filhos, os idosos e os doentes recaiam predominantemente sobre a figura feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentaram uma análise sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na vida das mulheres, onde pode-se observar e confirmar que os efeitos sociais e econômicos decorrentes da conjuntura pandêmica atingiram sobremaneira no âmbito feminino.

Espera-se que políticas públicas (nos diversos âmbitos, nacional, estadual e municipal) voltadas às mulheres, sejam implementadas e que seus direitos sejam garantidos afim de minimizar os diversos danos socioeconômicos resultantes da pandemia.

Entende-se a necessidade de novos e profundos estudos a fim de identificar as diversas formas com as quais as mulheres têm lidado com as consequências provenientes da pandemia, sobretudo, às implicações desse “novo normal”.

Em síntese, as discussões propostas permitiram a construção de um panorama em relação a alguns desdobramentos do contexto pandêmico sobre as mulheres. Contudo, muitas indagações ainda esperam por análises minuciosas, principalmente em função de a pandemia não ter findado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões de Melo; HECKSHER, Marcos Dantas. **Mercado de trabalho e pandemia da covid-19: Ampliação de desigualdades já existentes?** 2020.

BITENCOURT, Silvana Maria; ANDRADE, Cristiane Batista. Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 1013-1022, 2021.

BRASIL. **Comissão Nacional Sobre Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS)**. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.who.int/social_determinants/resources/ppt_cndss_bz.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL, Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS. **Estratégia de Gestão**: Instrumento para apoio à tomada de decisão na resposta à Pandemia da COVID-19 na esfera local. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Estrate%CC%81gia-de-Gesta%CC%83o-Covid-19-atualizado.julho_.pdf. Acesso em: 17 fev. 2021.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. **Conferência Mundial Sobre Determinantes Sociais da Saúde**. Brasília, 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/conferencia-mundial-sobre-determinantes-sociais-da-saude. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Medidas não farmacológicas**. Brasília, S/D Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/medidas-nao-farmacologicas>. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília, 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 19 mar. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em: 26 mar. 2021.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020.

HELIOTERIO, Margarete Costa *et al.* Covid-19: Por que a proteção de trabalhadores e trabalhadoras da saúde é prioritária no combate à pandemia? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – Pnad Contínua, 2020. Tabelas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=resultados>. Acesso em: 23 mar. 2021.

OLIVEIRA, Fernanda Abreu de; QUEIROZ, Fernanda Marques de; DINIZ, Maria Ilidiana. Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da covid 19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21486-c21486, 2020

ONU MULHERES BRASIL. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe**: dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres Brasil; 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-americas-e-caribe-faz-14-recomendacoes-para-que-mulheres-e-igualdade-de-genero-sejam-incluidas-na-resposta-a-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Monitor OIT: Covid-19 e o mundo do trabalho**. 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767028.pdf. Acesso em: 10 set. de 2021

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Folha informativa – Covid-19 – Escritório da OPAS e da OMS no Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 07 abr. 2021.

OXFAM. **Tempo de cuidar**: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LEÃO, Estela Maria; MARINHO, Lilian Fátima Barbosa. Saúde das mulheres no Brasil: subsídios para as políticas públicas de saúde. **Revista Promoção da Saúde**, v. 6, p. 31-6, 2002.

LIMA, Andressa Lidicy Moraes; MORAES, Lorena Lima de. A pandemia de Covid-19 na vida de mulheres brasileiras. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c22568-c22568, 2020.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARQUES, Emanuele Souza *et al.* A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00074420, 2020.

MENDES, Janaína Dutra Silvestre. As mulheres à frente e ao centro da pandemia do novo coronavírus. **Metaxy-Revista Brasileira de Cultura e Política em Direitos Humanos**, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; FREIRE, Neyson Pinheiro. Pandemia exacerba desigualdades na Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3555-3556, 2020.

PINHEIRO, Luana Simões; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Marcia. **Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil**. 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf. Acesso em: 24 mar. 2021.

SOUZA, Alex Sandro Rolland; SOUZA, Gustavo Fonseca de Albuquerque; PRACIANO, Gabriella de Almeida Figueredo. A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 3, p. 659-661, 2020.

STUKER, Paola; MATIAS, Krislane Andrade; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira. Políticas Públicas à violência doméstica em tempos da pandemia de COVID-19. **O Público e o Privado**, v. 18, n. 37 set/dez, 2020.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200033, 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SANT'ANA, Raquel. Questão social, trabalho e crise em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 207-213, 2020.

Os Núcleos de assistência judiciária mantidos pelas Universidade e o acesso à justiça

The Judicial Assistance Centers for Universities and Access to Justice

Área temática: 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

BORGES, Diego da Mota

Mestrando em Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Professor Universitário. Pós-graduado em Direito Processual Civil pela FDRP-USP. Pós-graduado em Direito Penal Econômico Aplicado pela PUC-Minas. Advogado.
diegomotaborges@gmail.com

BORGES, Donaldo de Assis

Doutor em História pela UNESP. Mestre em Direito pela UNIFRAN. Professor do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, Mestrado em Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF. Advogado.
donaldo.borges@gmail.com

Resumo

Por meio de pesquisa bibliográfica, a presente pesquisa teve como objetivo identificar o trabalho exercido pelos Núcleos de Assistência judiciária mantidos pelas faculdades de Direito. Também buscou-se, aqui, evidenciar que a concepção de direitos das pessoas que são atendidas pelos Núcleos são deficitárias. Assim, o trabalho desenvolvido pelos Núcleos pode ser fundamental para a concretizar a porta de entrada do acesso à justiça aos assistidos e, desta forma, viabilizar a inclusão social. Os Núcleos, nos casos de meramente franquearem advogado gratuito, seriam considerados como serviços públicos de assistência judiciária, mas, caso promovam a correta concepção de direitos aos assistidos, têm condições de promover o acesso à justiça na sua porta de entrada.

Palavras-chave: acesso à justiça, porta de entrada, concepção de direitos, núcleos de assistência.

Abstract

Through bibliographic research, the present research aimed to identify the work performed by the Legal Aid Centers maintained by the faculties of Law. It was also sought, here, to show that the creation of rights of the people who are served by the Nuclei are difficult. Thus, the work carried out by the Nuclei can be fundamental to materialize the gateway to access to justice for those assisted and, in this way, make social inclusion viable. The Nuclei, in cases where they merely provide free lawyers, would be considered as public services of legal assistance, but, in an adequate way, they would promote the creation of rights for those assisted, they are able to promote access to justice at their door of entry.

Keywords: access to justice, gateway, creation of access to rights, centers of assistance.

1 INTRODUÇÃO

O direito de acesso à justiça está diretamente relacionado à inclusão social, no sentido de concepção de direito e exercício da cidadania. Além de se constituir em algo corrente na vida dos profissionais do Direito, o acesso à justiça tem sido estudado por diversos teóricos e em várias perspectivas ao longo dos anos. Mais do que uma previsão no texto da Constituição Federal do Brasil, de 1988, o direito de acesso à justiça não é autoexecutável, ou seja, sua concretização

prescinde da atuação de diversos atores, como sociedade civil, poder executivo, poder legislativo, poder judiciário e, também, em grande medida as universidades.

O acesso à justiça, longe da definição rasa que se apresenta como comum, é muito mais do que acesso ao judiciário, ou seja, não é somente a gratuidade de advogado ou patrocínio pela Defensoria Pública, sem qualquer custo, mais do que isso, o acesso à justiça é todo o percurso: vai desde o início do ingresso para resolução da demanda (porta de entrada), mediante correta concepção de direitos, passa pela possibilidade de permanência no processo/procedimento (processo sem custo, por exemplo) e tem como desfecho a solução da controvérsia posta, respeitando as regras processuais e os direitos fundamentais dos envolvidos em um período justo de tempo (a porta de saída).

As universidades, por seu turno, especificamente as faculdades de direito, mantêm Núcleos ou Centros de Assistência judiciária, seja em razão da necessidade de prática jurídica em termos de estágio obrigatório por parte dos discentes, seja em decorrência dos deveres do ensino superior, conforme o art. 207 da Constituição Federal, que estabelece o que se pode identificar como o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse último quesito está a prestação de serviços à comunidade, *in casu*, a Assistência Judiciária Gratuita, que executado pelos Núcleos ou Centros de Assistência Judiciárias das Universidades.

Assim, o presente estudo busca apresentar o Núcleo de assistência judiciária das universidades como instrumento capaz de concretizar a “porta de entrada” do acesso à justiça.

2 DO ACESSO À JUSTIÇA

A compreensão do que é acesso à justiça demanda um aprofundamento dos estudos iniciados na década de 70, por Mauro Cappelletti e Brayant Garth, através do Projeto Florença, que foi patrocinado pela Fundação Ford e pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Ministério da Educação italianos (GALANTER, 2015).

A concepção de justiça, em várias modalidades e em diversos arranjos institucionais, cristalizou-se com o surgimento do Projeto de Florença. A obra Projeto Florença está corporificada na massiva série de diversos volumes denominada Acesso à Justiça publicada em 1978 e 1979, e em uma pequena biblioteca de volumes satélites e artigos jurídicos (GALANTER, 2015 p. 38).

Por isso é que doutrina tem afirmado que Cappelletti e Garth, em 1988, em trabalho pioneiro, identificaram no movimento de acesso à justiça três ondas, as quais precisariam ser superadas para que as pessoas tivessem efetivamente seus direitos garantidos, de modo a se tornarem cidadãos (SADEK, 2015).

A partir do Projeto Florença as três ondas de acesso à justiça passaram a ser objeto de estudos por diversos teóricos no mundo desde a década de 70.

Em termos de acesso à justiça, os teóricos têm considerado que não basta só ser permitido ou facilitado o acesso à justiça, antes é preciso franquear a concepção de direitos que se tem (porta de entrada), garantir que seja exercido esse direito (pela via judicial, por exemplo) e, por fim (porta de saída), garantir que a resposta do Estado seja rápida, pois do contrário será ineficaz.

Mas, há outro fator a dificultar o acesso, que nem sempre está ligado ao econômico, ou à pobreza. É o desconhecimento jurídico básico para reconhecer um direito juridicamente possível e propor uma ação ou formular defesa, que atingem até pessoas bem informadas, pois: “[...] mesmo consumidores bem informados, por exemplo, só raramente se dão conta de que sua assinatura num contrato não significa que precisem, obrigatoriamente, sujeitar-se a seus termos, em quaisquer circunstâncias. Falta-lhes o conhecimento jurídico básico”. (CAPPELLETTI & GARTH, 2002, p. 23).

3 DA PORTA DE ENTRADA DO ACESSO À JUSTIÇA

Compreendido o conceito de acesso à justiça e suas várias concepções, o que se pretende analisar aqui é a vertente “porta de entrada”, em que pese a relevância dos estudos a respeito das outras faces.

A porta de entrada, isto é, o início do ingresso do acesso à justiça (que pode ser pelo meio convencional judicial, ou meios alternativos de resolução de conflitos), se constitui na primeira etapa do percurso que ao final permitirá a afirmação de se tratar de acesso à justiça.

No caso, o que se questionada é a falta de concepção de direitos da população, o que implicaria em déficit capaz de servir de obstáculo à porta de entrada. Sem conhecimento correto

sobre direitos, como imaginar até é posso ir? Como analisar se é viável ou não tentar poder chegar a algum lugar?

Se expandirem o conjunto da população direitos básicos aos quais a maioria não tinha acesso tanto em função da tradição liberal-individualista do ordenamento jurídico brasileiro, como em razão da histórica marginalização socioeconômica dos setores subalternizados e da exclusão político-jurídica provocada pelo regime pós -64 (JUNQUEIRA, 1996, p. 1).

As pessoas não poderão usufruir da garantia de fazer valer seus direitos perante os tribunais, se não conhecem a lei nem o limite de seus direitos. Se a aplicação do direito é, normalmente, tarefa de especialistas (juristas em sentido lato), muitas vezes pela via do Poder Judiciário (porque a sua aplicação também é conflitual), não se coloca, por isso, a necessidade de um amplo ou generalizado interesse no conhecimento da forma (técnica) como o direito é aplicado. Mas já em relação ao seu conhecimento a situação é outra porque, aqui, o acesso ao conhecimento do direito deve ser generalizado, até como pressuposto da sua própria aplicação. Hoje, encara-se esse conhecimento como direito – direito aos direitos. (NALINI, 2016, p. 4).

Assim, para o presente estudo, o que importa é a “porta de entrada”, ou seja, a possibilidade dos Núcleos de Assistência Judiciária mantidos pelas faculdades de Direito servirem de instrumento para a concepção de direitos aos assistidos.

4 DOS NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA MANTIDOS PELAS FACULDADES DE DIREITO

Éverton Neves dos Santos reflete sobre o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), instalado na cidade de Diamantino/MT, e seu potencial para a efetivação do direito de acesso à justiça da população do entorno. Dos gregos aos modernos, recupera brevemente o processo histórico desse conceito, assimilando-o como um procedimento para a efetivação de outros direitos e, como um direito elementar, associado com a ideia de cidadania e direitos humanos. Sobre o caso em particular do NPJ, ele aponta que uma das metas desse Núcleo é prestar assistência jurídica às pessoas que não possuem condições de acesso à justiça via advocacia privada, devido a condições financeiras desfavoráveis a judicialização de questões sociais. No entanto, os dados mobilizados pelo autor o levam a concluir que os mecanismos de acesso à justiça disponibilizados no NPJ costumam ser utilizados por grupos mais empoderados de seus direitos e de outros capitais, como renda e escolaridade (BRAGHIN, 2016, p. 5).

Veja-se que, no caso específico apontado por Éverton, o Núcleo, e aqui também se considera os Centros Jurídicos, tendo em vista exercerem a mesma atividade, tem por objetivo inicial prestar assistência jurídica às pessoas que não possuem condições por meio da advocacia privada, entendida como a contratação de advogado particular, custeado pelo próprio contratante.

A função dos Núcleos (ou Centros), ainda que em uma primeira análise seja somente de assistência judiciária, isto é, de possibilitar um advogado para os que não tem condições financeiras de pagar, é muito mais do que isso, na medida em que a depender do atendimento, do profissional e dos esclarecimentos feitos aos assistidos é possível haver um impacto relevante na concepção de direitos.

A população assistida pelos Núcleos, após criteriosa análise de enquadramento financeiro (a renda familiar se enquadra e, por isso, o Núcleo irá conceder assistência judiciária) pode muito mais do que meramente receber um advogado gratuito. Teóricos têm apontado um alto déficit na concepção de direitos pela parcela da população menos favorecida o que, por consequência, implica em grave problema de acesso à justiça, já na “porta de entrada”.

Assim, os Núcleos, por estarem na linha de frente no atendimento de parte da população deficitária em termos de acesso à justiça, podem atuar na inclusão social dos atendidos, possibilitando uma correta “porta de entrada” de entrada do acesso à justiça.

A título de exemplo, o advogado que faz o atendimento a um assistido no Núcleo, inicialmente recebe a descrição fática do problema experimentado e, às vezes, inclusive a pedido do assistido em relação ao que ele pretende.

Em um determinado caso de envolvendo desavença entre vizinhos, é possível que o assistido apresente ao Núcleo os fatos e a pretensão de receber indenização proporcional ao prejuízo sofrido, mas é provável, também, que a solicitação feita pelo assistido não encontre viabilidade jurídica ou, ainda, a solução judicial para o caso fático apresentado seja mais completo ou diverso. O advogado responsável pelo atendimento pode identificar que o caso não é caso de

indenização, mas sim de obrigação de não fazer, ou, ainda, que é possível as duas medidas judiciais, tanto a indenização quanto a obrigação de não fazer.

Os Núcleos mantidos pelas Universidade têm capacidade técnica e estrutural para o atendimento da população, inclusive podendo viabilizar a inclusão social dos assistidos em termos de concepção de direitos e, por conseguinte, a “porta de entrada” do acesso à justiça.

Atualmente tem-se pelo menos três possibilidades de franqueamento de assistência meramente judiciária, pois além dos Núcleos há a Defensoria Pública do Estado e, em cidades menores sem a presente estrutura da Defensoria Pública do Estado, a OAB- Ordem dos Advogados do Brasil, pelas subseções, por meio de convênio com a Defensoria Pública, mas todos, em uma primeira análise, só direcionados ao patrocínio da causa jurídica, não em defesa do acesso à justiça.

A Defensoria e a OAB, pelo convênio com a primeira, estão diretamente relacionados ao exercício de uma política pública de assistência judiciária, mas os Núcleos, tendo em vista oriundos de Universidade, detém uma parcela de responsabilidade maior do que meramente patrocinar causas jurídicas.

Desta forma, considerando que a Constituição Federal, de 1988, contém a previsão de acesso à Justiça aos hipossuficientes, tendo instituído mecanismos apropriados para o cumprimento do direito, em relação aos deveres do ensino superior, o art. 207 estabelece o que se pode identificar como o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a extensão atuaria não somente em relação ao acesso formal à justiça (ingresso de ação judicial), mas sim como acesso material à justiça, logo na primeira etapa, ou seja, a Universidade, pelos Núcleos, pode -se utilizar da capacidade técnica de seus profissionais e viabilizar, aos atendidos, maiores concepções de direitos e, assim, viabilizar o correto exercício da “porta de entrada do acesso à justiça”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que o acesso à justiça, na perspectiva da porta de entrada, é possível de ser considerado quando do trabalho desenvolvido pelos Núcleos de Assistência Judiciária mantidos pelas faculdades de Direito. A concepção atual de acesso à justiça demanda que não só seja franqueado o ingresso nos órgãos do poder judiciário, mas sim que haja condições mínimas para esse ingresso, na medida em que nada adiantaria facilitar o percurso (ingresso) sem ao menos se ter mente onde se pode e onde se quer chegar.

Nessa linha, no trabalho prestado pelos Núcleos é possível que se exerça importantíssimo papel na vida das pessoas atendidas, para além da concessão de advogado gratuito. O atendimento, técnico e especializado, que é possível e crível que ocorra no ambiente dos Núcleos, se realizado de forma adequada e com olhar para a inclusão social dos assistidos, é capaz de propiciar a porta de entrada do acesso à justiça.

As pessoas, principalmente aquelas que são atendidas pelos Núcleos, são hipossuficientes do ponto de vista econômico, e também o são do ponto de vista sociocultural e educacional, logo a concepção de direitos é deficitária, o que pode ser perfeitamente combatido dentro dos Núcleos.

O atendimento pelos advogados do Núcleo pode possibilitar a correta concepção de direitos aos atendidos, seja em termos de melhor esclarecimento, diferentes perspectivas em relação aos problemas trazidos pelos assistidos.

Do contrário, o atendimento nos Núcleos assume um papel meramente passivo, recebendo as solicitações dos assistidos e demandando na justiça exatamente conforme proposto pelo assistido, muitas vezes de forma equivocada, em que pese exista, de fato, o direito material buscado.

O que se buscou apresentar nesta pesquisa foi que, os Núcleos, nos atendimentos, podem e devem fazer mais do já fazem, ou seja, um atendimento qualificado em com viés de inclusão social, ouvindo, compreendo, esclarecendo, mostrando novas perspectivas as pessoas, que naturalmente trazem para o Núcleo situações de crise (demandas) com ideias equivocadas ou limitadas sobre direitos.

Assim, em termos de acesso à justiça, os Núcleos ou Centros de Assistência judiciária têm papel importante, podendo promover a inclusão social dos assistidos, possibilitando a porta de entrada do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

- BRAGHIN, Simone. **Diversas faces de estudos sobre Acesso à Justiça e Cidadania**. Áskesis | v.5 | n.2 | Julho/Dezembro – 2016.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 28.08.2022.
- BRASIL. Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 28.08.2022.
- CAPPELLETTI, Mauro & GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 2002.
- DALCIN, Larissa; AUGUSTI, Rudinei Barichello. **O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como paradigma de uma universidade socialmente referenciada**. Revista Elo: Diálogos em extensão. v. 5. n. 3. Porto Alegre: PUC/RS, 2016.
- GALANTER, Marc. **Acesso à justiça em um mundo de capacidade social em expansão**. Revista Brasileira de Sociologia do Direito. v. 2, n.1, p. 37-49, jan./jun., 2015, Porto Alegre: AbraSD, 2015.
- JUNQUEIRA, Eliane. **Acesso à justiça: um olhar retrospectivo**. Revista Estudos Históricos, vol. 9, nº 18, p. 389-402, 1996.
- OLIVEIRE, Fabian Luci de; CUNHA, Luciana Gross. **Medindo o acesso à justiça cível no Brasil**. Opinião Pública. Campinas, vol. 22, nº 2, agosto de 2016. Campinas: Opinião Pública, 2016.
- REIS, Joselia Ferreira Dos. **Considerações iniciais sobre acesso à justiça, judicialização e inclusão às avessas**. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. 2 a 7 de dezembro de 2018. Universidade Federal do Espírito Santo.
- SADEK, Maria Tereza Aina. **Acesso à justiça: um direito e seus obstáculos**. Revista USP, nº 101, p. 55-66, mar./abr, 2014.
- SADEK, Maria Tereza Aina (2004). Judiciário: **mudanças e reformas**. *Estudos Avançados*, 18(51), 79-101. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/1000>
- SADEK, MTA. **Acesso à justiça: porta de entrada para a inclusão social**. In LIVIANU, R., coord. Justiça, cidadania e democracia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 170-180. ISBN 978-85-7982-013-7;
- SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. *Estudos Feministas*, 13 (1): 216, jan./abr/2005. Florianópolis, 2005.

**PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NO ATENDIMENTO DOS OBJETIVOS DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ONU 2015**

*PAYMENT FOR ENVIRONMENTAL SERVICES IN MEETING ONU'S SUSTAINABLE
DEVELOPMENT OBJECTIVES 2015*

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Cidades e comunidades sustentáveis

BERTELLI, Célio
UNESP FRANCA
Doutor em Geociências e Meio Ambiente (UNESP Rio Claro)
celio.bertelli@unesp.br

BARBOSA, Caroline C.
UNESP FRANCA
Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFRAN)
caroline.c.barbosa@unesp.br

CINTRA, Rafaela, C.
UNESP FRANCA
Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFRAN)
rafaela.cintra@unesp.br

Resumo

Este trabalho tem como objetivo levantar as características do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU em 2015. A metodologia aplicada é de natureza qualitativa, com levantamento de referencial bibliográfico a respeito do PSA e do ODS. O PSA parte do princípio protetor-recebedor e estabelece um pagamento àqueles que realizam serviços ambientais, ou seja, a manutenção de serviços ecossistêmicos. O alcance dos ODS representa a melhora do desenvolvimento ambiental, econômico e social do país, sendo que devem ser alcançadas várias metas para a Agenda 2030. Ao todo são 17 objetivos: 1- Erradicação da Pobreza, 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3- Boa saúde e Bem-estar, 4- Educação de Qualidade, 5- Igualdade de Gênero, 6- Água Potável e Saneamento, 7- Energia Limpa e Acessível, 8- Emprego Decente e Crescimento Econômico, 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10- Redução das Desigualdade, 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12- Consumo e Produção Responsáveis, 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima, 14- Vida na Água, 15- Vida Terrestre, 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação. Este trabalho concluiu que o PSA atende a todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dessa forma, auxilia na aplicação das políticas públicas e no alcance exitoso destes objetivos.

Palavras-chave: Agenda 2030, protetor-recebedor, princípio socioambiental.

Abstract

This work aims to survey the characteristics of Payment for Environmental Services (PES) in meeting the Sustainable Development Goals (SDGs) proposed by the UN in 2015. The methodology applied is of a qualitative nature, with a bibliographic survey regarding the PSA and of the SDGs. The PES is based on the protector-receiver principle and establishes a payment to those who perform environmental services, that is, the maintenance of ecosystem services. The achievement of the SDGs represents the improvement of the country's environmental, economic and social development, and several goals must be achieved for the 2030 Agenda. In all, there are 17 objectives: 1- Eradication of Poverty, 2- Zero Hunger and Sustainable Agriculture, 3 - Good Health and Well-being, 4- Quality Education, 5- Gender Equality, 6- Drinking Water and Sanitation, 7- Clean and Affordable Energy, 8- Decent Employment and Economic Growth, 9- Industry, Innovation and Infrastructure, 10- Reducing Inequality, 11- Sustainable Cities and Communities, 12- Responsible Consumption and Production, 13- Action Against Global Climate Change, 14- Life on Water, 15- Life on Earth, 16- Peace, Justice and Effective Institutions, 17- Partnerships and Means of Implementation. This work

concluded that the PES meets all the Sustainable Development Goals, thus assisting in the application of public policies and in the successful achievement of these goals.

Keywords: 2030 Agender, protector-receiver, socio-environmental principle.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aplica-se na promoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU em 2015, para atingir metas da Agenda 2030. São ao todo 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: 1- Erradicação da Pobreza, 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3- Boa saúde e Bem-estar, 4- Educação de Qualidade, 5- Igualdade de Gênero, 6- Água Potável e Saneamento, 7- Energia Limpa e Acessível, 8- Emprego Decente e Crescimento Econômico, 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10- Redução das Desigualdade, 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12- Consumo e Produção Responsáveis, 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima, 14- Vida na Água, 15- Vida Terrestre, 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação. Cada um separado em 169 metas e 254 indicadores para serem atingidas até 2030, os quais voltam-se a dimensão ambiental, econômica e social, de forma integrada e interrelacionada.

No Brasil, espera-se que sejam definidas metas nacionais, de acordo com suas circunstâncias, incorporando-as em suas políticas, programas e planos governamentais. Até setembro de 2022, são 112 indicadores produzidos, 79 em análise ou construção, 53 sem dados e 10 não se aplicam ao Brasil (BRASIL, 2022).

O Pagamento por Serviços Ambientais foi instituído no Brasil oficialmente a partir da Lei Federal 14.119/2021, e caracteriza-se como princípio protetor-recebedor, que contrapõe o princípio poluidor-pagador. Incentiva a proteção, restauração e conservação dos recursos hídricos e vegetação nativa, e consequentemente de outros recursos como o solo e o ar.

Este trabalho tem como objetivo levantar as características do Pagamento por Serviços Ambientais no atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei Federal 14.119/2021, institui o Pagamento por Serviços Ambientais, afirma em seu Artigo 2º, inciso II à VI, que serviços ecossistêmicos são benefícios importantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas e serviços ambientais são atividades individuais ou coletivas que fornecem manutenção, recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistêmicos.

Ainda de acordo com a Lei, descreve o PSA em seu artigo IV como:

IV - pagamento por serviços ambientais: transação de natureza voluntária, mediante a qual um pagador de serviços ambientais transfere a um provedor desses serviços recursos financeiros ou outra forma de remuneração, nas condições acertadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

Os que prestam serviços e os pagadores por esses serviços são estabelecidos nos incisos V e VI, o qual afirmam:

V - pagador de serviços ambientais: poder público, organização da sociedade civil ou agente privado, pessoa física ou jurídica, de âmbito nacional ou internacional, que provê o pagamento dos serviços ambientais nos termos do inciso IV deste caput;

VI - provedor de serviços ambientais: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ou grupo familiar ou comunitário que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantém, recupera ou melhora as condições ambientais dos ecossistemas.

A Lei Estadual de São Paulo 13.798/2009, institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC. Em seu artigo 23, declara que o Poder Executivo instituirá, mediante decreto, o Programa de Remanescentes Florestais, sob coordenação da Secretaria do Meio Ambiente, com o objetivo de

fomentar a delimitação, demarcação e recuperação de matas ciliares e outros tipos de fragmentos florestais, podendo prever, para consecução de suas finalidades, o pagamento por serviços ambientais aos proprietários rurais conservacionistas, bem como incentivos econômicos a políticas voluntárias de redução de desmatamento e proteção ambiental.

O recente Decreto estadual de São Paulo no 66.549/2022, que disciplina a aplicação, no âmbito estadual, da Lei federal no 14.119, e institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais – PEPSA, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSA e o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais, para propor um incentivo financeiro aos donos de terra que demonstrarem serviços ambientais.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) pode ser definido como transações de caráter voluntário entre usuários e provedores de serviços que são condicionados a regras previstas, de gestão de recursos naturais para a geração de serviços ambientais em seu território (Wunder, 2015). Este procedimento caracteriza-se como princípio protetor-recebedor, que contrapõe o princípio poluidor-pagador. O princípio poluidor-pagador utiliza de mecanismos de preços e multas para reduzir o consumo e diminuir as fontes de poluição de água, enquanto o princípio protetor-recebedor incentiva a conservação de áreas que possibilitem a melhoria da qualidade e quantidade dos cursos d'água a partir de compensações aos protetores (YOUNG et al., 2012). Dessa forma, além de incentivar os proprietários rurais para realizarem serviços ambientais, serve como fonte de renda para eles.

No trabalho “Estratégia de Restauração Ecológica, Proteção e Conservação das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, Franca – SP”, de 2021, publicado no evento “Encontro de Pesquisadores” do mesmo ano, acredita-se que as práticas conservacionistas promovem a restauração e proteção através do reflorestamento, reduz a perda do solo e processos erosivos e propicia uma dinâmica hidro florestal.

Uma forma de incentivar a proteção, restauração e conservação dos recursos hídricos e vegetação nativa, e conseqüentemente de outros recursos como o solo e o ar, é a promoção de uma recompensa monetária aos proprietários rurais que prestarem Serviços Ambientais. Portanto, o Pagamento por Serviços Ambientais é uma Política Pública que atende aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Ao todo são 17 objetivos propostos pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015. São eles: 1- Erradicação da Pobreza, 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3- Boa saúde e Bem-estar, 4- Educação de Qualidade, 5- Igualdade de Gênero, 6- Água Potável e Saneamento, 7- Energia Limpa e Acessível, 8- Emprego Decente e Crescimento Econômico, 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10- Redução das Desigualdade, 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12- Consumo e Produção Responsáveis, 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima, 14- Vida na Água, 15- Vida Terrestre, 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

De acordo com a descrição do Governo Federal Brasileiro (2022) em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela Secretaria Especial de Articulação Social, foi apresentada as seguintes características.

O objetivo 1 tem como princípio acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, possuindo 7 metas apresentadas na tabela a seguir (tabela 1):

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1- Erradicação da Pobreza	
1.1	Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia;
1.2	Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais;
1.3	Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;
1.4	Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;
1.5	Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais.
1.a	Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões;
1.b	Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza;

O objetivo 2 tem como princípio acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Têm traçado em suas 8 metas, apresentado na tabela a seguir (tabela 2):

2- Fome Zero e Agricultura Sustentável	
2.1	Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano;
2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas;
2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola;
2.4	Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo;
2.5	Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.
2.a	Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos;
2.b	Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha
2.c	Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos;

O objetivo 3 tem como princípio assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Este objetivo possui 13 metas, sendo elas apresentadas na tabela a seguir (tabela 3):

3- Boa saúde e Bem-estar	
3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos;
3.2	Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos;
3.3	Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis;
3.4	Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar;
3.5	Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool;
3.6	Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas;
3.7	Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais;
3.8	Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos;
3.9	Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo;
3.a	Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado;
3.b	Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos;
3.c	Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;
3.d	Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde;

O objetivo 4 tem como princípio assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. Possui 10 metas (tabela 4):

4- Educação de Qualidade	
4.1	Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes;
4.2	Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário;
4.3	Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade;
4.4	Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade;
4.6	Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática;
4.7	Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável;
4.a	Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos;
4.b	Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento;
4.c	Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento;

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 5 procura alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, possui 9 metas (tabela 5):

5 - Fome Zero e Agricultura Sustentável	
5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;
5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;
5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;
5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres;
5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis;

O objetivo 6 tem como meta garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos. Possui 8 metas (tabela 6):

6- Água Potável e Saneamento	
6.1	Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos;
6.2	Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade;
6.3	Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente;
6.4	Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água;
6.5	Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado;
6.6	Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos;
6.a	Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso;
6.b	Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento;

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 7 possui como princípio garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos, possuindo 5 metas (tabela 7):

7- Energia Limpa e Acessível	
7.1	Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia;
7.2	Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global;
7.3	Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética;
7.a	Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa;
7.b	Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio;

O objetivo 8 possui como principal meta promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Possui 12 metas (tabela 8):

8- Emprego Decente e Crescimento Econômico	
8.1	Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos;
8.2	Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra;
8.3	Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
8.4	Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança;
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor;
8.6	Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;
8.7	Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas;
8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários;
8.9	Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais;
8.10	Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos;
8.a	Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos
8.b	Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 9 tem como princípio construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação, possui 8 metas (tabela 9):

9- Indústria, Inovação e Infraestrutura	
9.1	Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos;
9.2	Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no emprego e no produto interno bruto, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países de menor desenvolvimento relativo;
9.3	Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e propiciar sua integração em cadeias de valor e mercados;
9.4	Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades;
9.5	Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento;
9.a	Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países de menor desenvolvimento relativo, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento;
9.b	Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, diversificação industrial e agregação de valor às commodities;
9.c	Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e empenhar-se para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020;

O objetivo 10 tem como princípio reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles e possui 10 metas (tabela 10):

10- Redução das Desigualdade	
10.1	Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional;
10.2	Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;
10.3	Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito;
10.4	Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade;
10.5	Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;
10.6	Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas;
10.7	Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas;
10.a	Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC;
10.b	Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais;
10.c	Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%;

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 11 possui como principal meta tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis e possui 10 metas para serem atingidas (tabela 11):

11- Cidades e Comunidades Sustentáveis	
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas;
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos;
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países;
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros;
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência;
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento;
11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis;
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais;

O objetivo 12 tem como princípio assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis e possui 11 metas (tabela 12):

12- Consumo e Produção Responsáveis	
12.1	Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento;
12.2	Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais;
12.3	Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita;
12.4	Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente;
12.5	Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso;
12.6	Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios;
12.7	Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais;
12.8	Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza;
12.a	Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
12.b	Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais;
12.c	Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas;

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 13 volta-se a tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima), possui 5 metas para serem alcançadas (tabela 13):

13- Ação Contra a Mudança Global do Clima	
13.1	Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
13.2	Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais;
13.3	Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;
13.a	Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível;
13.b	Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas;

O objetivo 14 foca suas metas para a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável e possui 10 metas (tabela 14):

14- Vida na Água	
14.1	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
14.2	Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos;
14.3	Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis;
14.4	Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas;
14.5	Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível;
14.6	Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuam para a sobre capacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio;
14.7	Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo;
14.a	Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos;
14.b	Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados;
14.c	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos";

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 15 preconiza proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, possui 12 metas (tabela 15)

15- Vida Terrestre	
15.1	Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;
15.2	Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;
15.3	Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;
15.4	Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;
15.5	Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;
15.6	Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;
15.7	Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;
15.8	Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;
15.9	Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas;
15.a	Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;
15.b	Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;
15.c	Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável;

O objetivo 16 tem como princípio promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, são 12 metas (tabela 16):

16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes	
16.1	Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares;
16.2	Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças;
16.3	Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos;
16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado;
16.5	Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas;
16.6	Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis;
16.7	Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis;
16.8	Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global;
16.9	Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento;
16.10	Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais;
16.a	Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime;
16.b	Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável;

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo 17 prioriza fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, possuindo 19 metas (tabela 17):

17- Parcerias e Meios de Implementação	
17.1	Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas;
17.2	Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos;
17.3	Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes;
17.4	Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento;
17.5	Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos;
17.6	Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global;
17.7	Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado;
17.8	Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação;
17.9	Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular;
17.10	Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha;
17.11	Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020;
17.12	Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado;
17.13	Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas;
17.14	Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável;
17.15	Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável;
17.16	Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento;
17.17	Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias;
17.18	Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais;
17.19	Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento;

O Pagamento por Serviços Ambientais deve atender os critérios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, apresentados anteriormente, servindo como Política Pública socioambiental e promovendo a restauração, proteção e conservação da vegetação nativa brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Godoy (1995) afirma que a pesquisa qualitativa em que o ambiente natural é a fonte de dados permite que o pesquisador imagine e crie de forma que incentive outros investigadores que explorem o tema abordado com novos enfoques.

Segundo Gil (2002), conciliado ao pensamento de Godoy (1995), a metodologia qualitativa estimula a abertura de outros projetos que possam incentivar e aprofundar as discussões acerca do

assunto principal, no caso do presente estudo, o Pagamento por Serviços Ambientais atendendo o que preconiza a ONU 2015, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Pagamento por Serviços Ambientais é uma política pública que atende a vertente socioambiental onde é aplicada. Dessa forma, promove atividades de Desenvolvimento Sustentável.

Considerando os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: 1- Erradicação da Pobreza, 2- Fome Zero e Agricultura Sustentável, 3- Boa saúde e Bem-estar, 4- Educação de Qualidade, 5- Igualdade de Gênero, 6- Água Potável e Saneamento, 7- Energia Limpa e Acessível, 8- Emprego Decente e Crescimento Econômico, 9- Indústria, Inovação e Infraestrutura, 10- Redução das Desigualdade, 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12- Consumo e Produção Responsáveis, 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima, 14- Vida na Água, 15- Vida Terrestre, 16- Paz, Justiça e Instituições Eficazes, 17- Parcerias e Meios de Implementação.

Quanto ao objetivo 1 da ODS, pode-se afirmar que o PSA atende os princípios 1.4, pois oferece uma fonte de renda aos proprietários rurais, garantindo a igualdade incluindo aqueles que se encontram em situação de pobreza e necessitam de suporte financeiro e 1.a pois garante a mobilização de recursos a partir de uma variedade de fontes.

No objetivo 2, o PSA atende aos princípios 2.3, pois serve como fonte de renda a todos os proprietários de terras que se inscreverem para prestar os serviços, ou seja, é uma oportunidade de agregação de valor, e 2.4, pois incentiva os sistemas sustentáveis da produção agrícola, dessa forma, melhora progressivamente a qualidade da terra e do solo.

O PSA atende o objetivo 3 em seu princípio 3.9, pois, como afirmado anteriormente, promove a proteção do solo, água e ar a partir da manutenção dos serviços ecossistêmicos, inclusive os protege da contaminação e poluição devido a capacidade da vegetação de filtrar estes componentes.

No objetivo 4, o PSA atende a meta 4.4, pois forma profissionais capacitados na produção de serviços ecossistêmicos.

Quanto ao objetivo 5, o PSA atende a meta 5.a pois garante que não há nenhuma distinção do pagamento por gênero, homens e mulheres possuem o mesmo alcance para receberem o pagamento.

No objetivo 6, o PSA atende as metas 6.3 pois devido os serviços ambientais, que promovem a restauração, proteção e restauração dos serviços ecossistêmicos, incluindo a água, reduz a poluição causada por qualquer atividade de pastoreio ou cultura que seriam utilizadas na área. Também atende a meta 6.6 pois promove a proteção e restauração dos ecossistemas relacionados a água, assim como a meta 6.3, o faz devido os benefícios da manutenção dos serviços ecossistêmicos.

O objetivo 7 o PSA auxilia na meta 7.3, pois com o aumento da quantidade de água, gerado pela vegetação natural restaurada e protegida, a energia gerada pela água em hidrelétricas irá aumentar também.

O PSA atende o objetivo 8 apoia a meta 8.3, isso devido a promoção da política para o desenvolvimento que apoia atividades produtivas, e a meta 8.4, dissocia o crescimento econômico da degradação ambiental, além disso, age de maneira contrária, relacionando o crescimento econômico à restauração ambiental.

O objetivo 9 é atendido pelo PSA nas metas 9.4, pois garante o pagamento para indústrias que realizam os serviços ambientais, por exemplo o sequestro de carbono, em decorrência disso, também atende a meta 9.a pois serve como apoio financeiro para facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável.

O PSA atende ao objetivo 10, na meta 10.2, pois empodera e promove a inclusão social, econômica e política de todos, não há distinção dos participantes do PSA, e em consonância a isso, a meta 10.3 também é atendida pois o PSA garante a igualdade de oportunidades.

O objetivo 11 é atendido nas metas 10.4 pois fortalece a proteção e salvaguarda do patrimônio natural do mundo, no caso a vegetação nativa, aquíferos e fauna silvestre, 11.6 pois reduz o impacto ambiental negativo, melhorando a qualidade do ar em cidades. Assim também atende a meta 11.a, pois apoia relações econômicas e ambientais positivas ao meio rural e consequentemente ao urbano e periurbano.

O PSA atende ao Objetivo 12, na meta 12.2, pois busca alcançar uma gestão sustentável e uso eficiente dos recursos naturais, e 12.4 pois apoia o manejo ambientalmente saudável de resíduos

a fim de reduzir a liberação destes ao ambiente, como é o caso do sequestro de carbono, considerado um serviço ambiental.

O objetivo 13 tem como meta atendida pelo PSA, a meta 13.3 pois aumenta a conscientização e a capacidade humana e institucional a respeito da mitigação, adaptação e redução do impacto da mudança do clima.

O objetivo 14 é atendido na meta 14.2, pois o serviço ambiental protege ecossistemas marinhos, a partir da manutenção das Matas Ciliares.

O PSA atende ao objetivo 15 nas metas 15.1 pois assegura a conservação e recuperação dos ecossistemas terrestres e de água doce, a meta 15.2 pois promove a gestão sustentável das florestas, detém o desmatamento e restaura florestas degradadas. 15.3 pois promove a restauração de terras e solo degradado pelas culturas agrícolas e pecuária. 15.4 pois assegura a conservação dos ecossistemas de montanha, em especial a biodiversidade, 15.5 pois reduz a degradação de habitat naturais, detendo a perda de biodiversidade e promovendo a proteção de espécies ameaçadas, 15.a, pois mobiliza e aumenta os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas, e por fim a meta 15.b, pois mobiliza recursos significativos para financiar o manejo florestal sustentável.

O objetivo 16 é atendido pelo PSA na meta 16.b pois promove políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável. O Pagamento por Serviços Ambientais é uma política não discriminatória que promove o desenvolvimento sustentável.

O PSA atende ao objetivo 17 nas metas 17.14 pois é visto como uma política coerente para o desenvolvimento sustentável e incentiva parcerias público-privadas e sociedade civil na estratégia para realizar o pagamento aos provedores de serviços ambientais, ou seja, uma estratégia para mobilizar os recursos dessas parcerias.

Com isso, a partir da análise dos princípios dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, foi possível perceber que o PSA atende a todos os 17 objetivos propostos pela ONU em 2015.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PSA é uma política pública que incentiva proprietários rurais e indústrias a prestarem serviços ambientais, dessa forma, ele serve como fonte de renda aos proprietários.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável traçaram metas em 17 vertentes, das quais o alcance depende da parceria internacional. No Brasil, os ODS dependem também de parcerias político-privadas e sociais, para que sejam alcançadas todas, ou ao menos a maioria dos objetivos.

A atual situação dos serviços ecossistêmicos corre risco de sobrecarregar os ambientes naturais que o promovem, portanto, o Pagamento por Serviços Ambientais serve como solução para a restauração, proteção e conservação dos recursos naturais.

O PSA promove todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável pela ONU (2015), sua aplicação auxilia no alcance para que estes objetivos sejam realizados, portanto, o investimento nesta política pública torna-se fundamental para a Agenda 2030.

REFERÊNCIAS

BERTELLI, C., FONSECA, G.A., FALEIROS, T.O., BARBOSA, C.C., CINTRA, R.C., MELO, G.T. Estratégia de Restauração Ecológica, Proteção e Conservação das Nascentes da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, Franca – SP. Encontro de Pesquisadores UNESP/Uni- FACEF, 2021.

BRASIL, Diário Oficial da União. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.119-de-13-de-janeiro-de-2021-298899394>. Acesso em: 30 de set. de 2022.

BRASIL, Governo Federal. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, 2022. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese> > Acesso em: 01 de out. de 2022.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

Godoy, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas [online]. 1995, v. 35, n. 3 [Acessado 2 Outubro 2022], pp. 20-29. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>>. Epub 18 Jul 2012. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.
> Acesso em: 30 de set. de 2022.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Agenda 2030. Assembleia Geral da ONU, 2015.

SÃO PAULO, Lei nº 13.789, de 9 de novembro de 2009. Institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13798-09.11.2009.html>>. Acesso em: 30 de set. de 2022.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 66.549/2022. Disciplina a aplicação, no âmbito do Estado de São Paulo, da Lei federal nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA, o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PPSA e o Cadastro Estadual de Projetos de Pagamento por Serviços Ambientais, e dá providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2022/decreto-66549-07.03.2022.htm>>

WUNDER, S. Revisiting the concept of payments for environmental services. Ecological Economics, v. 117, p. 234–243, 2015.

YOUNG, C. E. F. et al. Implementing payments for ecosystem services in Brazil: Lessons from the Oasis Project. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL SOCIETY FOR ECOLOGICAL ECONOMICS (ISEE), XII, 2012, Rio de Janeiro.

**POLÍTICAS DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO:
AS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS E A SUSTENTABILIDADE**

**HEALTH POLICIES AND DEVELOPMENT:
CHRONIC NON-COMMUNICABLE DISEASES AND SUSTAINABILITY**

Área temática: ODS 3 – Saúde e Bem-estar.

PIMENTA, Thalita Leal Leite
Centro Universitário Municipal de Franca
Mestre em Desenvolvimento Regional
thalitalleite@yahoo.com.br

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca
Doutora em Promoção da Saúde
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo

O presente ensaio apresenta uma revisão narrativa sobre políticas públicas de saúde, desenvolvimento sustentável e doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O desenvolvimento sustentável tem como premissa fundamental o reconhecimento da inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Só se pode entender o desenvolvimento através de um olhar integrado, e isso se expressa também quando da elaboração das políticas públicas de saúde. Atores locais devem ser incluídos na elaboração dos planos de saúde, por terem maiores e melhores condições e conhecimentos das ações que atenderão às suas necessidades. Considera-se que na formulação de políticas de saúde, ações de desenvolvimento devem respeitar a sustentabilidade. Um ambiente sustentável é fundamental para uma vida saudável. Hipertensão, diabetes, neoplasias, doenças pulmonares e cardiovasculares, estão entre as principais DCNT. Elas são consideradas uma epidemia mundial, precursoras de incapacidades e frequentemente associadas à hospitalização, diminuição da qualidade e expectativa de vida, comprometendo o futuro das pessoas. Na Agenda 2030, *assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades* é o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, cuja meta 3.4 visa reduzir em um terço a mortalidade prematura por DCNTs, via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar. Essas metas ambiciosas exigem ação dedicada dos países para garantir que recursos adequados sejam alocados às DCNTs, que as políticas relacionadas a DCNTs sejam efetivamente implementadas e aplicadas e que os sistemas de vigilância e saúde tenham recursos suficientes para sua plena implementação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Políticas públicas de Saúde; Doenças Crônicas não transmissíveis.

Abstract

This essay presents a narrative review on health public policies, sustainable development and chronic non-communicable diseases (NCDs). The sustainable development fundamental premise relies on the recognition of the economic, social and environmental inadequacy of contemporary societies development pattern. Development can only be understood through an integrated perspective. This is also expressed when public health policies are drawn up. Local actors should be included in the elaboration of their health plans, as they have greater and better conditions and knowledge of the actions that will meet their needs. It is considered that in the formulation of health policies, actions must respect sustainability. A sustainable environment is essential for a healthy life. Hypertension, diabetes, neoplasms, pulmonary and cardiovascular diseases are among the main NCDs. They are considered a worldwide epidemic, precursors of disabilities and often associated with hospitalization, decreased quality and life expectancy, compromising people's future. In the 2030

Agenda, ensuring a healthy life and promoting well-being for people at all ages is Sustainable Goal 3, whose goal 3.4 aims to reduce premature mortality from NCDs by one third, through prevention and treatment, and promote mental health and well-being. These ambitious targets require dedicated action by countries to ensure that adequate resources are allocated to NCDs, that NCD-related policies are effectively implemented and enforced, and that surveillance and health systems are adequately resourced for their full implementation.

Keywords: Sustainable development, Health public policies, Chronic non-communicable diseases.

1 INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são consideradas uma epidemia mundial, que se configuram como comorbidade preditora na piora do prognóstico de quadros agudos, são precursoras de incapacidades, frequentemente associadas à hospitalização, diminuição da qualidade e expectativa de vida, comprometendo o futuro das pessoas (WHO, 2011).

Dentre as principais DCNT estão a hipertensão arterial, o diabetes mellitus, doenças cardiovasculares, neoplasias e doenças pulmonares (BRASIL, 2011).

Na Conferência Global sobre Atenção Primária a Saúde, que aconteceu em 2018 na cidade de Astana, Casaquistão, o governo brasileiro posicionou-se em favor da Atenção Primária a Saúde, como ordenadora da rede de atenção à saúde, assumindo a mesma como um pilar importante para o enfrentamento das necessidades de saúde da população, dentre elas a epidemia de DCNT e, conseqüentemente, a efetivação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da organização das Nações Unidas (FIOCRUZ; CNS, 2018).

Neste artigo apresenta-se o conteúdo do capítulo “Desenvolvimento Sustentável”, escrito para a dissertação *Efetividade do automonitoramento do paciente com Diabetes Mellitus tipo 2, insulínica dependente*. Utilizou-se de revisão narrativa da literatura para a seleção do conteúdo apresentado.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE E DESENVOLVIMENTO

Quando da formulação de políticas públicas, os gestores devem estar conscientes de que suas atuações devem se pautar pelo entendimento de que a vida social e a melhoria da qualidade de vida acontecem em um ambiente complexo e conflituoso. Devem entender e buscar ações e soluções, de forma consensual, contribuindo para a superação das desigualdades sociais instaladas no País, promovendo o desenvolvimento e o reconhecimento da saúde e da vida como direito social e de cidadania. É necessário repensar a forma de elaboração das políticas públicas de saúde, incentivando a efetiva participação da sociedade, descaracterizando o caráter de decisão do poder central. No contexto da saúde, Franco Neto et al., citado por Akerman (2005), afirmam que esta atitude contribuiria para:

O aprimoramento do atual modelo de atenção, onde a agenda da promoção da saúde seja compreendida numa dimensão em que a produção da saúde é realizada fundamentalmente, embora não exclusivamente, fora da prática das unidades de saúde, ocorrendo nos espaços do cotidiano da vida humana, nos ambientes dos processos produtivos e na dinâmica da vidas das cidades e do campo, buscando compreender o ambiente como um território vivo, dinâmico, reflexo de processos políticos, históricos, econômicos, sociais e culturais, onde se materializa a vida humana e a sua relação com o universo (AKERMAN, 2005, p. 23).

Os atores responsáveis pela formulação de políticas públicas devem entender o território como o “espaço vivo e interativo” e principal colaborador para o real entendimento das necessidades sociais. O espaço territorial deve ser considerado para a identificação e implementação de estratégias que busquem o desenvolvimento. É importante o entendimento do território e suas relações, pois, na formulação de políticas públicas, o “local” se expressa como um território vivo de interações. No “local”, fluem vidas em suas múltiplas interações sociais, culturais, amorosas, espirituais, intelectuais, políticas, econômicas, dentre outras, manifestando-se na construção da cidadania, buscando a coesão social em um “campo” repleto de interesses conflitantes (AKERMAN, 2005).

O processo de desenvolvimento deve estar sustentado pela busca dos princípios da equidade e da inclusão social, objetivando o fortalecimento da cidadania e da democracia, amparando a

promoção e ampliação dos direitos, diminuindo as desigualdades sociais. É imperiosa a compreensão de que a manutenção do “estado de condições precárias de saúde” é determinante negativo, que se contrapõe ao desenvolvimento. O desenvolvimento exige uma lógica diferente e é importante salientar que ele não busca e não deve, portanto, minar os poucos benefícios alcançados no campo da saúde. Nesse contexto, a mobilização social mais uma vez desponta como necessária ao fortalecimento de capacidades e potencialidades e à garantia de que os benefícios oriundos do processo de desenvolvimento sejam distribuídos de forma democrática e com largo alcance social.

As questões abordadas pelo desenvolvimento são comumente confundidas pelas inerentes ao crescimento. Inicialmente, pode-se afirmar que crescimento é um conceito ligado à mudança e seus aspectos quantitativos, aos aspectos da expansão econômica, estando, por vezes, ligado a análises específicas de determinados setores econômicos. O conceito de crescimento geralmente está associado à ampliação quantitativa da produção, ensejando que esse processo está beneficiando a todos dentro de um país, que, por sua vez, é considerado desenvolvido, se apresentar altas taxas relacionadas à condição e qualidade de vida dos seus habitantes (AKERMAN et al., 2012).

No entanto, o crescimento econômico não contribui, necessariamente, para a melhoria do extrato social. Por seu lado, o desenvolvimento projeta um estado de ações que busca a melhoria dos processos produtivos e da infraestrutura do país, preocupando-se fortemente em gerar resultados qualitativos, que se reflitam no incremento do bem-estar social, principalmente dos mais necessitados.

É consenso que o crescimento pode existir sem o desenvolvimento ou até mesmo ser consequência deste, mas não existe desenvolvimento sem crescimento, o que não diminui a importância do desenvolvimento em relação ao crescimento. O fato é que desenvolvimento é a presunção de planejamento, objetivos, metas e ações, que buscam o equilíbrio do crescimento e que melhorem, também, a qualidade de vida da população. As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento necessitam de decisões políticas firmes e, para obterem maiores condições de acerto, do envolvimento da própria sociedade. É indiscutível que a participação social é fundamental para o sucesso das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Não é mais aceitável a concepção, o planejamento, a implementação e controle de ações públicas, sem a efetiva participação popular.

SEN, economista indiano ganhador do prêmio Nobel em 1998, correlaciona o desenvolvimento aos aspectos da conquista e garantia da liberdade que a sociedade deve desfrutar, bem como do seu acesso às melhorias de vida. O autor defende, ainda, a ideia de que a riqueza não basta em si própria e que ela deve proporcionar a aquisição de liberdade para o gozo da vida que se deseja; e ao afirmar que o desenvolvimento é muito mais que acumulação de riqueza ou de crescimento, relaciona-o, com destaque, à melhoria de vida e de liberdade (SEN, 2000).

Para o autor, vive-se em um mundo repleto de opulência e, contraditoriamente, em um mundo onde a privação e a opressão são extraordinárias. Nesse contexto, o desenvolvimento consiste na real eliminação de privações de liberdade, que limitam as escolhas e oportunidades de as pessoas exercerem sua condição de cidadania (SEN, 2000).

A impossibilidade da escolha é perceptível, quando se vê milhões de pessoas à margem, sem acesso à saúde, educação e alimentação, dentre outros aspectos que garantam melhores condições de vida. As restrições à liberdade política e aos direitos civis básicos, elementos construtivos da liberdade humana, também ilustram tal fato. Portanto, é salutar incentivar a valorização das liberdades e aplicá-las nas questões inerentes às liberdades individuais. A liberdade é importante por propiciar o potencial próprio da sociedade, levando-a a ser agente de mudanças, de maneira a influenciar o meio e, conseqüentemente, o status quo (expressão do Latim que significa “o estado das coisas”). O crescimento pode, ainda, ocorrer isoladamente para um determinado segmento social, empresarial, ou para determinada região. Pode-se afirmar que uma região geográfica pode crescer economicamente, sem, no entanto, ter contribuído para o desenvolvimento da sociedade local.

O desenvolvimento é uma consequência da democracia e esta, por sua vez, é o resultado da organização social, o que nos leva a considerar que uma sociedade mais organizada socialmente é, do ponto de vista político, mais participativa. Conseqüentemente, quanto mais participativa politicamente, mais desenvolvida economicamente será a sociedade.

A liberdade é um dos pontos mais importantes quando se trata do desenvolvimento. É através dela que o homem efetivamente participa das decisões sobre o modelo de desenvolvimento, interferindo nele, de forma a conseguir ainda maior liberdade e acesso às melhorias. Quanto maior a capacidade de organização dos atores locais, maiores são as possibilidades de participação “[...] e,

consequentemente, as deste ciclo de atividades indispensáveis ao processo de desenvolvimento” (WITTMANN; DOTTO, BOFF, 2004, p. 36-37).

A ampliação da liberdade humana é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento. O acesso às facilidades e liberdades econômicas, às oportunidades sociais, às garantias de transparência e segurança protetora são papéis instrumentais da liberdade e influenciam fortemente no desenvolvimento (SEN, 2000, p. 710). Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. As pessoas são agentes participativos e não apenas receptores de políticas e/ou projetos de desenvolvimento.

O Estado necessita fortalecer-se, enquanto formulador e divulgador de políticas públicas, para regular as distorções provocadas pelos mecanismos de crescimento em desfavor do desenvolvimento, tanto no campo social, cultural, jurídico e, principalmente, no político. É indispensável indagar se o desenvolvimento está contribuindo para o processo de conquista de liberdade do cidadão ou se simplesmente reproduz o modelo dominante existente, que tem uma lógica mercadológica.

Outro aspecto muito importante é o entendimento de que o desenvolvimento local ou endógeno deve ser visto sob pontos de vistas de todos os atores envolvidos, buscando o envolvimento para se obter o desenvolvimento. Deve-se envolver para desenvolver, aspecto que trará legitimidade e legalidade ao processo de desenvolvimento. Por ser um processo cujo resultado é um conflito de interesses, as prioridades a serem estabelecidas devem ser bem debatidas, objetivando identificar as reais necessidades da maioria da população, o que implica, às vezes, renúncias de alguns a favor de outros.

Esse argumento reforça a análise situacional, quando da elaboração das políticas públicas de saúde, de que os atores locais e suas representatividades é que têm maiores e melhores condições e conhecimentos das ações que atenderão às suas necessidades, e, portanto, sua participação na elaboração dos planos municipais de saúde ganha contorno de fundamental importância. É relevante ainda, salientar que se deve procurar ações de desenvolvimento que respeitem a sustentabilidade. É necessário desenvolver, respeitando o futuro.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável tem como premissa fundamental o reconhecimento da “inadequação” econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. As inadequações econômicas, sociais e ambientais causadas pelo modelo de desenvolvimento atual não reconhecem a finitude dos recursos naturais e as injustiças sociais praticadas. É necessário pensar na biodiversidade e na sociodiversidade. Só se pode entender o desenvolvimento através de um olhar integrado, sob todas as óticas (não apenas econômica, mas também social, ambiental, institucional, cultural).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável que se consolidou no final da década de 1980, quando do lançamento do documento “Nosso Futuro Comum” (Relatório Brundtland), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1983, que propôs o termo “sustentável” como estratégia de desenvolvimento, transformou-se numa ferramenta importantíssima para a preservação do planeta Terra e a manutenção da qualidade de vida do ser social inserido neste conjunto. Completando esta visão, Alencastro (2015) enfatiza que o homem se vê, atualmente, num caminho de bifurcação; ou segue os princípios da sustentabilidade ou permanece no modelo econômico de desenvolvimento que estimula o consumo e a produção descontrolada.

O conceito de desenvolvimento sustentável está em construção. Seu ponto de partida foi o compromisso político, em nível internacional, com um modelo de desenvolvimento em novas bases, que compatibilizasse as necessidades de crescimento com a redução da pobreza e a conservação ambiental (VEIGA, 2005).

Assim, Rodrigues; Rippel (2015) apontam que o desenvolvimento sustentável:

“[...] não busca somente compreender os limites do crescimento econômico, mas deixa explícita a responsabilidade do sistema econômico em proporcionar uma sociedade mais sustentável, pautada em valores humanos e ambientais.

Não obstante, Rodrigues; Rippel (2015) argumentam ainda que em um primeiro momento a ideia de sustentabilidade se limitaria a uma noção econômica e ecológica, mas que esse conceito evoluiu e incorporou outras noções essenciais para a geração de bem-estar. Assim, para os autores:

Considerando a evolução do conceito nos últimos 50 anos, o desenvolvimento sustentável pode ser caracterizado como: econômico, social, político, cultural e institucional. Dessa forma, afirma-se que o desenvolvimento sustentável é social e ético, mas condicionado aos fatores ambientais, institucionais e a viabilidade econômica (RODRIGUES; RIPPEL, 2015, p. 81).

Wang (2008) também trabalha o conceito do desenvolvimento sustentável, abordando esse conceito a partir da problemática de que esse ainda não é expressado como um direito humano e, também, criticando a sua não-relação com o direito ao desenvolvimento – posto o reconhecimento desse último em 1986, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Dessa forma, tem-se que o desenvolvimento sustentável é pensado como uma relação entre as pessoas e o meio.

Nesse sentido, o autor, ao elaborar o conceito de desenvolvimento sustentável reconhece a existência de 6 dimensões para esse, quais sejam ecológica, sociológica, econômica, tecnológica, ética e abrangente. Para Wang, na perspectiva ecológica, o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado à ideia de ecologia sustentável, isto é, o desenvolvimento sustentável a partir da sua dimensão ecológica estaria relacionada à proteção do meio ambiente e ao “*enforcement of capability of creating and renovating environmental systems*” (WANG, 2008, p. 39). A perspectiva sociológica, por sua vez, refere-se a de que forma o desenvolvimento sustentável é pensado de modo a proporcionar a melhora na qualidade e vida das pessoas, “*while living within the carrying capacity of supporting ecosystems*” (WANG, 2008, p. 39).

A terceira dimensão – econômica – tem como foco manutenção de um equilíbrio, uma harmonia entre crescimento econômico e o consumo do meio ambiente; ou seja, o desenvolvimento sustentável – por essa lógica – consiste na maximização dos benefícios concretos provenientes do desenvolvimento econômico, de forma a se manter a preservação da qualidade dos recursos naturais e os serviços que dele são provenientes.

Já a dimensão tecnológica, segundo ensina Wang, considera o desenvolvimento sustentável “*as an objective directed toward finding clearer and more effective techniques in order to reduce consumption of energy and other natural resources*” (WANG, 2008, p. 39), ou seja, aqui trata-se de encontrar técnicas que possuam maior eficácia para a diminuir o consumo de energia e dos recursos naturais.

A quinta dimensão é a ética. Conforme explica Wang: “*In ethical terms, sustainable development means fairness at three levels: intra-generation, inter-generation, and between humans and the environment*” (WANG, 2008, p. 40). De modo que, o que se busca é reforçar nas pessoas uma consciência moral de proteção ao meio ambiente, promovendo a desconstrução de ideias e comportamentos, promovendo, assim, uma sobrevivência sustentável. Por fim, a última dimensão que o autor coloca é por ele chamada de perspectiva abrangente; essa dimensão é, portanto, nas palavras de Wang (2008, p. 40):

The most representative formulation of a holistic approach to sustainable development is found in the UN's official definition, building on the report of the commission chaired by Gro Harlem Brundtland, namely, development that meets the needs of the present without compromising the capability of future generations to meet their needs.

A formulação mais representativa de uma abordagem holística para o desenvolvimento sustentável encontra-se na definição oficial da ONU, com base no relatório da comissão presidida por Gro Harlem Brundtland, ou seja, o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas necessidades.

Assim sendo, Melina Fachin (2015) também discorre acerca do direito humano ao desenvolvimento e sua (não) relação com o desenvolvimento sustentável. Contudo, no que tange o

conceito de desenvolvimento sustentável, Fachin elucida que o direito sustentável pode ser pensado a partir de 3 dimensões: econômica, social e ambiental (FACHIN, 2015, p. 269).

Nesse sentido, Fachin ensina que o desenvolvimento sustentável está atrelado à possibilidade de “tornar compatíveis o desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e a preservação ambiental” (FACHIN, 2015, p. 269), sendo que a erradicação da pobreza é essencial para que se possa aferir a efetivação desse desenvolvimento. Portanto, explica:

O desenvolvimento, mirado por meio das lentes da sustentabilidade, expõe a visão holística e humana do desenvolvimento. Holística, porque há necessidade de integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais de modo a alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Humana, porque as pessoas ocupam posição central e são protagonistas do desenvolvimento sustentável que deve por sua vez, beneficiar a todos de modo justo, equitativo e inclusivo, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade (FACHIN, 2015, p. 270).

Compreende-se, nessa perspectiva, para a efetivação do desenvolvimento sustentável essas três dimensões devem ser contempladas e, para tanto, é necessária uma ação protagonista humana. Portanto, conforme expõe Fachin, “[...] o desenvolvimento humano, sob a perspectiva sustentável, vai demandar ações à nível nacional e internacional e o reforço da cooperação internacional” (FACHIN, 2015, p. 270), de modo que “[...] o direito ao desenvolvimento é um direito humano de realização das capacidades humanas” (FACHIN, 2015, p. 270).

Além disso, no que se refere ao conceito de desenvolvimento sustentável para a ONU, tem-se que esse é definido pela Agenda 21 de 1992. No aludido documento, é formulada a concepção de que o desenvolvimento possui 3 dimensões, para que seja efetivado: a dimensão social, a econômica e a ambiental. Desse modo, a Agenda 21 compreende que o desenvolvimento sustentável demanda.

[...] comprometimento com políticas econômicas saudáveis e um gerenciamento igualmente saudável; uma administração pública eficaz e previsível; integração das preocupações ambientais ao processo de tomada de decisões; e avanço para um Governo democrático, à luz das situações específicas dos países, com a plena participação de todos os grupos envolvidos (ONU, 1992, p. 8).

No mesmo sentido é o entendimento apresentado pela Agenda 2030. Em seu preâmbulo, a Agenda vai apresentar 17 objetivos para a promoção do desenvolvimento, os chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), afirmando que “eles são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ONU, 2015, p. 1). É evidente, portanto, que a ONU compreende o desenvolvimento sustentável como uma forma alternativa de se atingir o desenvolvimento das sociedades, sem o foco único e exclusivo no lucro, primando por desenvolver o mundo nestas três dimensões.

4 A SUSTENTABILIDADE E A SAÚDE NA AGENDA 2030: as Doenças Crônicas não transmissíveis

A Agenda 2030 desponha num acordo sobre a necessidade de seguir rumo às sociedades mais inclusivas, solidárias e coerentes rumo ao desenvolvimento sustentável. Trata-se de uma agenda global e integrada que coloca a área da saúde num espaço importante como “condição prévia e um resultado e indicador de todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável”.

A saúde tem uma posição central na agenda por meio do ODS 3 e está intimamente ligada a mais de uma dezena de metas em outras relacionadas à saúde urbana, igualdade de acesso a tratamentos e doenças não transmissíveis, entre outras. De fato, os ODS representam uma oportunidade única para promover a saúde pública por meio de uma abordagem integrada de políticas públicas em diferentes setores.

O ODS 3 reconhece que, apesar do progresso na saúde global nas últimas décadas, continua a haver morbidade e mortalidade significativas e evitáveis em todo o mundo. Grande parte dessa carga de saúde está associada a fatores ambientais que devem mudar nas próximas décadas com mudanças no clima, biodiversidade, uso da terra e outros fatores.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Indiscutivelmente que as transformações socioeconômicas e as mudanças ambientais se cruzam com a saúde humana e identificam áreas de pesquisa prioritárias. A atenção aos sistemas humanos (econômico, social e político) e aos sistemas naturais da Terra pode melhorar a saúde e o bem-estar de todos. O *Future Earth Health KAN* responde a esse chamado, reunindo pesquisadores de saúde com outros cientistas naturais e sociais, especialistas em políticas de saúde e meio ambiente e líderes do governo, do setor privado e da sociedade civil (FUTURE EARTH, 2020).

A *Future Earth Health Knowledge-Action Network* é uma plataforma de pesquisa internacional que fornece conhecimento e suporte para acelerar as transformações para um mundo sustentável. Nessa empreitada, a *Future Earth* elaborou uma agenda que identifica quatro temas prioritários de pesquisa para proteger e promover de forma sustentável a saúde planetária e o bem-estar humano:

- (a) identificação e gestão de riscos (incluindo relacionados à água, higiene, saneamento e gestão de resíduos; produção e consumo de alimentos; oceanos; e eventos climáticos extremos e mudanças climáticas);
- (b) fortalecer os sistemas de saúde resilientes ao clima;
- (c) monitoramento, vigilância e avaliação;
- (d) comunicação de risco.

O conhecimento gerado a partir da pesquisa delineada pode informar políticas para construir, fortalecer e conectar comunidades de pesquisa de sustentabilidade nacionais, regionais e globais. Também pode promover colaborações com outras partes interessadas com interesse e capacidade de influenciar caminhos de desenvolvimento resilientes e sustentáveis para alcançar a saúde humana e planetária (FUTURE EARTH, 2020).

Neste sentido, o crescimento econômico, associado ao aumento da renda, juntamente com mudanças fundamentais na forma como a sociedade está organizada, permitiu mudanças nos padrões de vida que, em geral, melhoraram a expectativa de vida, o estado de saúde, o alívio da pobreza e os cuidados de saúde. O crescimento econômico também levou à degradação ambiental com consequências adversas para a saúde da população. A transição econômica variou acentuadamente ao longo do tempo, com progressos diferenciados entre e dentro dos países. Exemplos incluem compostos que danificam o ozônio que aumentam a probabilidade de câncer de pele e catarata ocular e os impactos na saúde da poluição do ar, da água e dos oceanos (ECKERT, KOHLER, 2015).

Cada vez mais, as preocupações com a igualdade dentro e entre os países estão ofuscando as mudanças econômicas. Essas desigualdades podem levar à degradação dos sistemas de saúde e das leis e regulamentações ambientais e trabalhistas (DYE, 2014).

Deixar de integrar a relação entre economia e natureza e saúde na tomada de decisões pode levar a um estresse econômico severo em períodos de tempo cada vez mais longos. A gestão coletiva organizada dos bens comuns globais é essencial para o futuro do desenvolvimento e da sustentabilidade. Portanto, percebe-se que a saúde humana e do planeta estão intimamente interligadas com as transformações socioeconômicas e as mudanças ambientais e a Agenda 2030 prevê um forte compromisso político com a saúde pública e afirma que “[...] para promover a saúde e o bem-estar físico e mental e estender a expectativa de vida para todos, deve-se alcançar a cobertura universal de saúde e o acesso a cuidados de qualidade. Ninguém deve ser deixado para trás.” (UNITED NATIONS, 2021). Saúde e bem-estar para todos em todas as idades estão no centro do desenvolvimento sustentável – como determinantes e facilitadores dos ODS.

Por outro lado, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, reconhece as doenças não transmissíveis (DCNTs) como um grande desafio de saúde pública (UNITED NATIONS, 2021). Os ODS enfatizam que as DCNTs estão inter-relacionadas com o desenvolvimento global. A crescente importância das DCNTs na agenda de desenvolvimento foi validada pelas três reuniões de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre prevenção e controle de doenças não transmissíveis em 2011, 2014 e 2018. (WHO, 2020).

A partir da primeira reunião de alto nível da ONU em 2011, as DCNTs têm recebido cada vez mais atenção nos órgãos governamentais globais. Em 2014, houve uma segunda reunião de alto nível que validou a crescente importância de abordar a crescente carga de DCNTs. Em setembro de 2015, os compromissos das DCNTs, como a promoção da atividade física, saúde mental e bem-estar e a obtenção de cobertura universal de saúde, foram incluídos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (WHO, 2020).

Assim, as DCNTs foram incluídas no ODS 3, Saúde e bem-estar, para “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. Especificamente, a meta 3.4, que visa até 2030, “reduzir em um terço a mortalidade prematura por DCNTs via prevenção e tratamento,

e promover a saúde mental e o bem-estar” (STEIN et al., 2019). Ainda podemos salientar a meta 3.4.1, que visa a “redução da taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório, tumores malignos, diabetes mellitus e doenças crônicas respiratórias”.

Contudo, dados de vários países mostram que apenas dois dos dez indicadores de progresso das DCNTs estão sendo atendidos por pelo menos metade dos 176 países que assinaram os ODS. (UNITED NATIONS, 2021). Fatores de risco comportamentais estão intimamente ligados a outros determinantes sociais, como acesso desigual aos cuidados de saúde, pobreza, gênero, fatores alimentares e educação. A falta de exercício físico e a menor ingestão de frutas e vegetais, juntamente com hábitos alimentares pouco saudáveis, estão progredindo rapidamente, mesmo em populações urbanas pobres.” (STEIN et al., 2019). A poluição do ar, o aumento da temperatura global, os sistemas alimentares e outros fatores ambientais exacerbam os riscos de DCNTs e contribuem diretamente para a crescente carga de DCNTs. As iniquidades nas DCNT são comuns devido à exposição variada, estratificação social e vulnerabilidade diferencial (UNITED NATIONS, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sucesso até agora limitado no alcance das metas dos ODS 2015–2030 levanta fortes preocupações. A Agenda 2030 é um poderoso mecanismo de responsabilização para o mundo (STEIN et al., 2019). Essas metas ambiciosas exigem ação dedicada dos países para garantir que recursos adequados sejam alocados às DCNTs, que as políticas e legislação relacionadas a DCNTs sejam efetivamente implementadas e aplicadas e que os sistemas de vigilância e saúde tenham recursos suficientes para sua plena implementação. Muito mais precisa ser feito – e rapidamente – para trazer as mudanças transformadoras necessárias.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M. **Saúde e desenvolvimento local: princípios, conceitos, práticas e cooperação técnica**. São Paulo: Hucitec, 2005.

AKERMAN, M.; RIGHI, L. B.; PASCHE, D. F et al. Saúde e desenvolvimento: que conexões? In. CAMPOS, G. W. S. et al. (Org.). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2012 (Saúde em debate; v. 170).

ALENCASTRO, M. S. C. **Ética e meio ambiente: construindo as bases para um futuro sustentável**. Curitiba: Intersaberes, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

DYE C. After 2015: Infectious diseases in a new era of health and development. **Philosophical transactions of the Royal Society of London**, v. 369, n. 1645, p. 20130426, 2014. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24821913/>> Acesso em: 12 jul. 2022.

ECKERT, S.; KOHLER, S. Urbanization and health in developing countries: A systematic review. **World Health & Population**, v. 15, n. 1, p. 7-20, 2015.

FACHIN, M. G. **Direitos humanos e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

FIOCRUZ (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ); CNS (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE). Atenção Primária e sistemas universais de saúde: compromisso indissociável e direito humano fundamental. **Saúde Debate**. V.42, n esp 1, p. 434-51, 2018.

FUTURE EARTH. **Health**. 2020. Disponível em: <https://futureearth-org.translate.google/networks/knowledge-action-networks/health/?_x_tr_sl=auto&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt> Acesso em: 10 dez. 2021.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/especiais/rio20/sobre/glossario>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York, 2015. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

RODRIGUES, Katia Fabiane; RIPPEL, Ricardo. Desenvolvimento sustentável e técnicas de mensuração. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, São Paulo, vol. 4, n. 3, p. 73-88, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/9981>> Acesso em: 8 fev. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STEIN, D. J.; BENJET, C.; GUREJE, O. et al. Integrating mental health with other non-communicable diseases. **British Medical Association**, n. 364, p. l295, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30692081/>> Acesso em: 10 ago. 2022.

UNITED NATIONS. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>> <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

VEIGA, J. E da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WANG, X. On the Right to Sustainable Development: Foundation in Legal Philosophy and Legislative Proposals. In: MARKS, S. P. (Ed.). **Implementing the right to development: the role of international law**. Genebra: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2008.

WITTMANN, M. L.; DOTTO, D. M. R.; BOFF, V. A. **Desenvolvimento Regional: capital social, redes e planejamento**. Santa Cruz do Sul: Ed. EDUNISC, 2004.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Global status report on noncommunicable diseases 2010**. Geneva: WHO, 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Statistics 2020: Monitoring health for the SDGs, 2020**. Disponível em: <https://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/2020/en/> Acesso em: 25 jul. 2022.

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES:
POTENCIALIDADE DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO
COMO LIBERDADE**

*Public Policies of Continuing Education for Teachers: Potential of Pedagogical Practice aimed
at Development as Freedom.)*

Área temática: Educação de Qualidade.

BATISTA, Flávia Afonso Xavier
Uni-FACEF
Mestranda em Desenvolvimento Regional
flavinhaaf@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo
Uni-FACEF
Dr.^a Prof.^a Programa de Desenvolvimento Regional
danifiribeiro@yahoo.com.br

CAVALCANTI-BANDOS, Melissa Franchini
Uni-FACEF
Dr.^a Prof.^a Programa de Desenvolvimento Regional
melissa@facef.br

Resumo

O presente artigo tem como foco refletir se as políticas públicas de formação continuada de professores no âmbito nacional, em especial na Resolução CNP/CP nº 01, de Outubro de 2020, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação básica (BNC) tem contribuído e fortalecido as práticas pedagógicas dos docentes da educação básica do Brasil, e deste jeito tenha garantido a capacitação dos docente para que seja garantida para os alunos educação inclusiva, equitativa e de qualidade. Para isto a metodologia empregada consiste na utilização das estruturas elementares da política pública para analisar as diretrizes presentes nesta resolução, porém nos fixaremos mais na estrutura simbólica onde chegaremos à conclusão que a Base Nacional de Formação (BNC) trata-se de um documento autoritário e instrumento de ação hegemônica do governo contra as camadas baixas da população brasileira.

Palavras-chave: Formação Continuada, Professores, Desenvolvimento, Base Nacional Curricular

Abstract

This article focuses on reflecting on whether public policies for continuing education of teachers at the national level, especially in Resolution CNP/CP nº 01, of October 2020, which establishes the national curriculum guidelines for the continuing education of teachers of education Basic Education (BNC), has contributed, contributed, and strengthened the pedagogical practices of basic education teachers in Brazil, and in this way has guaranteed the training of teachers so that an inclusive, equitable and quality education is guaranteed for students. The methodology used consists of the use of elementary public policy structures to analyze the guidelines present in this resolution, but we will focus more on the symbolic structure where we will reach the conclusion that the National Training Base (BNC) is an authoritative document and instrument of action government's hegemony against the lower strata of the Brazilian population.

Keywords: Continuing Education, Teachers, Development, National Curricular Base

1 INTRODUÇÃO

Dentro dos direitos constitucionais fundamentais está o direito a educação inclusiva e de qualidade que prepare os alunos para a vivência em sociedade e exercício para o trabalho.

A Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2015, juntamente com 193 países, lançou a agenda 2030, com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), que tem como meta o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas do planeta, com o seguinte lema: “não deixar ninguém”.

Nesta dimensão da sustentabilidade existe uma preocupação com a dimensão social do ser humano, em que os ODS visam a promoção da pessoa humana e da comunidade, sendo o presente inclusivo e não excludente e o futuro promissor para todas as pessoas no mundo.

Para atingir este objetivo de promoção do ser humano, tem-se o ODS 4 que prega a importância de: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagens ao longo da vida”, que segundo PIMENTA “...Agenda 2030 aponta que a educação é tanto um objetivo em si mesmo como um meio para atingir os outros ODS, considerada como estratégia essencial na busca pela concretização dos ODS” (PIMENTA, 2019 p. 15).

E ainda Smith e Oliveira (2019) asseveram que a educação é essencial para que se atinja com sucesso os demais objetivos (ODS 4) “...sem educação não se pode conquistar um emprego decente e sem isso a pobreza não é erradicada” (SMITH; OLIVEIRA p. 21, 2019).

Dentro das metas do ODS 4 (ONU), está a formação dos docentes, que tem papel crucial para que o ensino seja efetivo. No Brasil, esta meta está estruturada da seguinte forma: Até 2030, “assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre União, Estados e Municípios, inclusive por meio de cooperação internacional” (IPEA, 2019).

Diante destas afirmativas é de grande importância saber como a política pública de formação continuada para professores tem sido organizada no Brasil, e quais são as normativas existentes.

2. OBJETIVOS:

2.1 Objetivo Geral:

Refletir de que forma as Políticas Públicas de formação continuada de professores no âmbito nacional em especial na resolução CNP/CP nº 01, outubro de 2020, que institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação básica (BNC), têm contribuído e fortalecido as práticas pedagógicas dos docentes da educação básica do Brasil.

2.2 Objetivos Específicos:

- Conhecer as estruturas elementares da Política Pública
- Conhecer a Resolução CNP/CP nº 01, Outubro de 2020
- Compreender a estrutura simbólica da política pública da resolução CNP/CP nº 01, Outubro de 2020

3. Metodologia

A metodologia empregada neste artigo trata-se de análise bibliográfica e análise documental. No primeiro momento será discutida a importância da educação para o desenvolvimento dos alunos, e o papel do professor como mediador no processo de aprendizagem. Na sequência utilizaremos a metodologia das estruturas elementares para analisar os pontos fortes e os pontos vulneráveis da política pública de formação continuada para docentes.

As estruturas elementares da política pública trata-se da abordagem integrada, para analisar as políticas públicas. Proposta pelo professor doutor Geraldo Di Giovanni da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que atua como membro do Núcleo de estudos de Política Pública -NEPP da UNICAMP, e atualmente é chefe de gabinete da secretaria estadual de ensino superior.

Segundo Di Giovanni (2009), as estruturas elementares da política pública têm como foco “oferecer uma visão orgânica de todos os aspectos que compõem o fenômeno” de determinada política pública. Na visão do autor, as políticas públicas são muito mais que a intervenção do Estado,

mas o exercício do poder nas sociedades atuais, com uma emaranhada interação entre o Estado e sociedade.

“(…) Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal” (DI GIOVANNI, 2009, p.02).

“Essa conceituação depende, por sua vez, da concretização histórica de alguns requisitos que configuram as modernas democracias: pressupõe-se uma capacidade mínima de planificação consolidada nos aparelhos de Estado, seja do ponto de vista técnico de gestão, seja do ponto de vista político. Pressupõe-se, também, certa estruturação republicana da ordem política vigente: coexistência e independência de poderes e vigência de direitos de cidadania; e, pressupõe-se, NEPP/UNICAMP finalmente, alguma capacidade coletiva de formulação de agendas públicas, em outras palavras, o exercício pleno da cidadania e uma cultura política compatível (DI GIOVANNI, 2009, p.3)

As estruturas elementares de análise das políticas públicas proposta por Di Giovanni (2009) levam em consideração os seguintes fatores: Fator da natureza econômica com o liberalismo econômico com o pós segunda guerra mundial; a natureza geopolítica que se caracteriza pelo final da bipolarização entre o capitalismo e socialismo, e a oferta de serviços na área social e sistemas de proteção social; fator de natureza da política com a ampliação dos campos de representação com a maior participação sindicais e partidárias, ampliação do direito ao voto e novas formas de associações voluntárias.

A proposta de análise da política pública a partir das estrutura elementares da política pública são constituídas por quatro elementos: A Estrutura Formal - que corresponde as teorias e práticas que estão dentro da política pública a serem analisadas; a estrutura Material - significa o tipo de verbas e financiamentos que existe na ação em questão; a estrutura Substantiva - trata-se dos autores que estão envolvidos direta e indiretamente na política; a estrutura Simbólica - que observa os valores, linguagens e saberes que envolve as ações da política estuda.

3. Referencial Teórico

Na constituição brasileira de 1988, a educação é vista como um dos direitos imaculados, que devem ser resguardados tanto pelo Estado, pelas famílias e por toda a sociedade civil. Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Base para a educação (LDB) 9394/96. Orienta que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Nas palavras de Paulo Freire: “ A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar sujeitos capazes de fazer a transformação da sociedade, do mundo e de si...” (FREIRE, 1997). A grande missão da educação é trabalhar para que os conhecimentos culturalmente acumulados possam ser transmitidos aos alunos e assim a sociedade possa ser transformada nas diferentes áreas, portanto a educação deve ser patrimônio mundial de transformação social. Na visão de

Oliveira e Reis (2017), a escola historicamente é o local apropriado para a educação formal, local de vivência e multiplicação da cultura produzida pelo homem.

Raab e Barbosa (2019), consideraram que a aprendizagem escolar acrescenta um amplo desenvolvimento nos alunos, pois a escola possibilita aos estudantes concretizar os conhecimentos prévios que construíram durante suas histórias pré-escolares e ainda acrescentam novos conhecimentos, habilidades e competências que fazem com que os alunos se tornem sujeitos em constante aprendizagem.

A escola tem como função o local de socialização do saber (SAVANI, 1992). Os saberes pré-existentes são base para a construção formal e científica.

A escola é a instituição criada com o objetivo de socializar saberes e conhecimentos historicamente acumulados, mas também de construir outros. Assim, ela tem o papel de criar as condições para os (as) estudantes se apropriarem da cultura, até mesmo reinventando-a. Nesse sentido, o aprendizado é a apropriação individual da cultura ensinada, ao passo que o ensino é o trabalho das educadoras e dos educadores para facilitar a aprendizagem dos (as) estudantes. Precisamente, portanto, nas escolas se realiza o processo de ensino- aprendizagem (CARA, 2019 p. 26).

Sen (2019) afirma que para que os indivíduos exerçam o exercício da razão pública, é importante que as suas capacidades individuais entrem em ação, como a capacidade de argumentar, refletir sobre os aspectos em questão, analisar diferentes pontos de vista, e todos esses pontos de vista vão depender da educação, ou seja, da escolarização de qualidade que permitam que o indivíduo busque as informações corretas e faça correlações com sua cultura.

Para Paulo Freire (2018), a educação é o meio de transformação social pelo qual as pessoas tenham condição de acompanhar as mudanças e ao mesmo tempo serem agente de ação para intervir na atualidade.

A educação proporciona enriquecimento, valorização, reconhecimento e transformação de culturas, possibilita sociedades pacíficas e é indispensável para promover o sentimento de empatia. Além de ser indispensável para que haja uma sociedade inovadora, com pessoas preparadas para aceitar mudanças e adaptarem-se a elas, usufruindo das inovações e tecnologias, controlando-as e influenciando-as (Paulo Freire, 2018).

Na visão de Sen (2010), a falta de educação causa privação de liberdades, pois os indivíduos, mesmos de países considerados ricos, que são analfabetos, encontram grandes dificuldade de usufruir seus direitos, encontram dificuldades de entrar no mercado de trabalho e estarem em atividades econômicas que necessitam de mais qualificação. Sendo assim, a educação é um importante instrumento para que as pessoas venham a se tornar agentes em suas vidas.

Para Mattos e Zambam (2017), a educação como meta coletiva permite que haja um equilíbrio na sociedade, pois existe a possibilidade de igualdade, já que ela “atua como um equalizador das condições de vida, opera de forma simultânea com outras liberdades, como na saúde, atuação no mercado, participação democrática, além de ser primordial para o crescimento econômico de uma nação, podendo influenciar diretamente a melhora da vida de todos” (MATTOS e ZAMBAM, 2017 p.274).

A maior função da educação é tornar possível a compreensão do mundo. O ensino promove a conscientização do homem/mundo, é a principal ferramenta para o desenvolvimento da humanidade. Tê-la como uma meta coletiva, proporciona melhores perspectivas de igualdade, além de atuar como um equalizador das condições de vida, opera de forma intrínseca com outras liberdades, como saúde, atuação no mercado, participação democrática, além de ser primordial para o crescimento econômico de uma nação e influenciar diretamente a melhora da vida de todos (MATTOS E ZAMBAM, 2017 p.276).

Se a educação é uma forma pela qual as pessoas podem se emancipar diante das realidades dominantes, é necessário discutir o papel dos professores neste processo de construção e ressignificação do desenvolvimento humano. Segundo Paulo Freire (2018 p.24) “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”.

Para Arroyo (2013), os professores têm como ofício aproximar os alunos da dinâmica social e da dinâmica escolar, fazendo o equilíbrio das diretrizes curriculares e as dinâmicas políticas em que

as escolas então envolvidas, abrindo os currículos à riqueza das experiências sociais, do conhecimento e à diversidade cultural.

4.1 A Formação dos Professores no Brasil

Segundo os dados do Censo Escolar 2020 e do Censo do Ensino Superior 2019, juntando todos os dados o Brasil, tem mais de 2,5 milhões de professores, sendo, 2,2 milhões atuando na educação básica e 386 mil estão lecionando no ensino superior, preparando os alunos diretamente para o mercado de trabalho.

Diante destes dados precisamos questionar: Como é a preparação para os professores atuarem em sala de aula? Como está seu processo formativo? Há vivência de formação continuada por parte do docente brasileiros, visto que a educação não é uma atividade estanque, mais profundamente dinâmica?

Historicamente os professores brasileiros tiveram que buscar uma formação inicial com a chegada da lei 5.692/71 que fixava Diretrizes e normas para o ensino de 1º e 2º grau. Pimenta e Lima (2004) assevera que:

“Essa concepção de formação defende, como pressuposto, a ideia de que a realidade de ensino é imutável e os alunos que frequentam a escola também o são, cabendo à escola ensiná-los segundo a tradição. Assim, valorizam-se as práticas e os instrumentos consagrados tradicionalmente como modelos eficientes e o papel da escola resume-se ao ensino, responsabilizando o aluno pelo aprendizado (PIMENTA; LIMA, 2004).

A chegada da lei nº 9394/96 (LDB), vem contrariar o pensamento de educação estanque e imutável, vai visualizar a educação como algo que se transforma, que visa a conservação da cultura dos povos, que permite que os alunos busquem novos conhecimentos. Como fala Brandão (2007), “vamos falar de educações”, pois não existe uma única forma de fazer ou único modelo de educação.

Com a lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 1996, é exigido dos educadores de educação básica a formação em curso em níveis de Licenciatura Plena. O professor precisa buscar sua formação, e seu aperfeiçoamento durante a sua trajetória profissional através da formação continuada.

Gatti, (2008), discute o conceito de formação continuada para professores, que podem ser: curso de extensão oferecidos por universidade, reuniões de estudos entre os docente e especialistas em educação no âmbito das escolas, horas de cursos oferecidos por governos das diversas instância e cursos oferecidos por autores não governamentais. Curso em formato presencial, formato on-line, tudo que possibilita reflexão e troca de informa.

“... as discussões sobre o conceito de educação continuada nos estudos educacionais não ajudam a precisar o conceito, e talvez isso não seja mesmo importante, aberto que fica ao curso da história. Apenas sinalizamos que, nesses estudos, ora se restringe o significado da expressão aos limites de cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional – horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada” (GATTI, 2008 p. 07).

Como tem sido necessidade do mercado de trabalho a atualização constante dos profissionais em decorrência as rápidas mudanças, a educação não ficou fora desta dinâmica; segundo Gatti (2008), a formação foi colocada como forma de avanço e aperfeiçoamento pessoal. O

que exigiu a criação de políticas públicas no âmbito nacional e regional para sanar os problemas educacionais e atualização dos profissionais da educação.

Ainda para Gatti (2008), a formação continuada para os professores no Brasil, na verdade tem sido uma forma que os sistemas de ensino têm encontrado para se amenizar a formação precária de alguns profissionais. Na visão dessa autora há uma precariedade nos cursos de nível de graduação na formação de professores.

“Muitas das iniciativas públicas de formação continuada no setor educacional adquiriram, então, a feição de programas compensatórios e não propriamente de atualização e aprofundamento em avanços do conhecimento, sendo realizados com a finalidade de suprir aspectos da má-formação anterior, alterando o propósito inicial dessa educação – posto nas discussões internacionais – que seria o aprimoramento de profissionais nos avanços, renovações e inovações de suas áreas, dando sustentação à sua criatividade pessoal e à de grupos profissionais, em função dos rearranjos nas produções científicas, técnicas e culturais (GATTI, 2008 p. 58)

Para Curado e Silva (2018). As modificações realizadas nos cursos de licenciaturas nos últimos dez anos, evidencia que a os profissionais estão sendo formados para que tenham práticas pedagógicas que conduzam os alunos para aprendizagens imediatistas, o que pesquisadores da área de educação chamam de neotecnismo, como consequência deste tempo em que tem imperado esse novo estilo de formação, houve também a necessidade de modificações dos currículos escolares, o que é possível observar na Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

“Nesse sentido, o elemento crucial das políticas de formação de professores nas últimas décadas é sua fixação numa visão que enfatiza a dimensão instrumental, pragmática e neotecnista da docência em detrimento de uma perspectiva crítica, reflexiva e transformadora, alinhada à práxis. Essa visão de docência está vinculada aos interesses dos capitalistas no mercado de trabalho, expressando sua defesa em relação à educação escolar e à formação humana dos estudantes (MORAIS e HENRIQUE, 2021, p.150).

Para Pedro Demo (2015) a formação do professor, que muitas vezes é um profissional mal formado, é baseada em didáticas pré-históricas de simplesmente reprodução de manuais, portanto, este profissional mal formado se torna incapaz de definir e renovar o processo de ensino aprendizagem; e afirma: “sua produtividade é improdutiva”.

4.2 Resultados e Discursões: A análise da Resolução CNP/CP nº 01, de outubro de 2020 a luz das estruturas elementares das políticas públicas.

No dia 01 de outubro de 2020, foi publicada a resolução nº 01, pelo Ministério da Educação (MEC), sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) (BRASIL, 2020)

Para Ramos e Frigotto (2017), este documento faz parte de um conjunto de contrarreformas educacionais, pois se trata de um documento neoliberal e neoconservador dos governos Michel Temer e de Jair Messias Bolsonaro.

Moraes e Henrique (2021) asseveram que este documento enxerga a formação inicial dos docentes com o objetivo de aprender e ensinar competências. “ Capazes de relacionar a transposição da matéria a novas habilidades competitivas o que está em consonância com a lógica mercadológica e neoliberal de educação e formação humana” (MORAIS E HENRIQUE, 2021 p. 148).

Para analisar mais afundo as propostas da resolução nº 01 de 01/10/2020, usaremos como critério as estruturas elementares da política pública, para Di Giovanni (2009), as estruturas elementares são:

“ As estruturas elementares resultam, no fundo, de uma combinação entre um “olhar” subjetivo do observador que, em funções de seus próprios valores seleciona os aspectos objetivos da realidade que irá observar, indagando sobre sua coerência, organicidade e a probabilidade de configurarem uma estrutura (GIOVANNI, 2009 p.19)

Pensar na formação de educadores na atualidade, é pensar na educação que desejamos oferecer aos educandos, educadores conscientes de sua formação, são conscientes que o ensino na atualidade deve ser reflexivo, e que evidências práticas voltadas para o bem comum e a busca pela justiça social.

3.2.1 Estrutura Formal

Segundo Silva e Melo (2000), a estrutura formal da política pública tem como características a captação dos aspectos e elementos exteriores da intervenção pública, na medida que estabelece as relações indissociáveis entre uma “teoria”, um conjunto de práticas e um conjunto de resultados. Para analisar a presente resolução vamos considerar os conteúdos técnicos, políticos e ideológicos.

A resolução inicia trazendo como conteúdo prático o seu principal objetivo ideológico. “Deve contribuir para a articulação e a coordenação das políticas e ações educacionais em relação à formação de professores” (BRASIL, 2020).

Outro aspecto ideológico presente na resolução é a oferta aos alunos de aprendizagens essenciais (os chamados de direitos de aprendizagem na BNCC-Base nacional Comum) para que os alunos alcancem o desenvolvimento pleno, ou seja, para que os alunos se preparem para o exercício do trabalho.

Art 4º da resolução CNP/CP nº 01, de outubro de 2020, reforça este objetivo, confirmando o que os autores aqui já citados, Curado (2018) e Moraes e Henrique (2021), o ideal de uma escola voltada para neotecnismo.

No capítulo 01 da resolução da BNC, onde é registrado o objeto da resolução, nota-se aqui que a formação do professor, se mistura com formação profissional e performatividade “engajamento profissional” (Brasil, 2021).

Tais indicações no documento parecem se associar a um sentido de profissionalismo clássico, sob o qual uma profissão seria tomada como um organizador moral das relações sociais que, por sua vez, relaciona-se a uma profissionalidade em que o sujeito se posiciona de forma acrítica e harmoniosa frente a um ideal de serviço que pouco receberia influência das diversas relações sociais e econômicas, estruturando, assim, um sistema de solidariedade mediante a oferta de um conhecimento técnico especializado (SILVA E CRUZ, 2021 p. 4).

Silva e Cruz (2021) discutem que o texto da BNC não reconhece os professores como profissionais que pensam e sentem a educação.

Por um viés funcionalista, a profissionalidade pode ser vista como um modelo social definido a priori, e o profissional se adaptaria de modo a atender as suas prerrogativas, associando-se muito à construção de atitudes; atitudes essas ressignificadas pelo sociometabolismo do capital na atualidade, conforme já apresentamos neste texto. Trata-se, assim, do uso de um termo – profissionalidade – sem qualquer menção à sua base epistemológica; diferente da possibilidade de reconhecer a profissionalidade como uma categoria que pode nos ajudar a entender a forma como o trabalho ou o trabalhador tem se organizado no contexto do capital, reconhecendo que as profissões denominam o modo como grupo de trabalhadores têm se organizado frente às múltiplas determinações do capital e também à tríade Estado-mercado-classe (SILVA E CRUZ, 2021).

Portanto, o professor não é visto como educador, capaz de refletir sobre o papel da educação, é induzido a ser apenas um reprodutor de manuais que forma os alunos para o mercado de trabalho, não tendo a visão de educação como construção de conhecimentos, de educação como caminho de construção de saberes científicos.

4.2.2 Estrutura Substantiva

De acordo com (Silva e Melo, 2000), a estrutura substantiva de análise de políticas públicas consiste em compreender quem são os atores, agentes sociais, que pautam suas ações por orientações dotadas de objetivos implícitos ou explícitos e interesses.

Na Resolução da BNC é claramente notado o interesse implícito do governo, que a educação seja um processo que caminhe para a preparação do exercício do trabalho, para que os próximos elos da corrente da população economicamente ativa e cidadãos braçais, sejam formados de forma a realizar a manutenção do capitalismo.

Durante o texto da BNC, observamos que os entes governamentais utilizam de outras leis já existentes como a Lei de Diretrizes e Base da Educação Lei 9394/96, Estatuto da criança e do adolescente L8069/90, para podem atrelar a atuação do professor no exercício de seu ofício de acordo seus interesses filosóficos.

A Resolução cita outros personagens que também deveriam seguir a cartilha deste governo. São mencionados os discentes e as equipes pedagógicas de apoio aos docentes; as secretarias municipais e estaduais de ensino.

Para Curado e Cruz (2021), ao mesmo tempo que a BNC reconhece como importante o trabalho docente, tanto os professores como os alunos são alvo de ações pedagógicas presentes na BNCC que perpetuam a visão hegemônica de sociedade.

A contradição entre a possibilidade do reconhecimento do trabalho docente devido à sua imprescindibilidade e o controle sobre seu trabalho articulado à interdição da participação deliberativa promove uma imposição de aligeiramento e intensificação de forma a estabelecer uma divisão e atuação técnica do trabalho na hegemonia pedagógica das competências, fazendo com que os professores se adaptem aos parâmetros de aferição de produtividade quantitativos e performáticos, incongruentes com a natureza de sua atividade, reduzindo-os/as a executores/as de tarefas, destituindo-os/as do poder nas deliberações sobre as políticas educacionais impostas a regulamentações aplicadas ao mundo do trabalho (CURADO E CRUZ, 2021p.9).

Conclui-se que a proposta é mobilizar o professor para ser executor de atividades, não deixando a possibilidade de ação e reflexão da prática docente.

3.2.3 Estrutura Material

A estrutura material da análise de política pública, segundo Silva e Melo (2000), diz respeito as questões de financiamentos, custo e suporte para a realização e sucesso das políticas pública em discussão.

Na BNC, apesar de sinalizar a valorização dos professores e dos demais profissionais da educação, não viabiliza fontes de recursos financeiros para pagamento de docente, e nem menciona sobre recursos financeiros para que os professores realizem o percurso de formação continuada, argumenta que deve existir uma articulação com programas e curso que permitam a complementação e atualização do desempenho profissional, mas não descreve com quais recursos financeiros isto será efetivado, tal como pode ser verificado no Art. 14 “A Programação de Formação Continuada em Serviço deve ser articulada com programas e cursos flexíveis e moldados, que permitam a complementação, atualização ou aperfeiçoamento de seu processo de desenvolvimento profissional” (BRASIL, 2020 p.6).

3.2.3 Estrutura Simbólica

A Estrutura simbólica da análise da política pública, ainda de acordo com Silva e Melo (2000) é a relação entre as culturas nacionais e a produção científica na área, os valores e saberes, linguagens e entre os diversos autores da política pública.

A BCN trata a formação inicial e continuada dos professores como uma imposição, que o governo julga necessária, com os valores e ideais que simplesmente são impostos, o que numa visão de análise de política pública entendemos como Policy Makers, criação de políticas públicas com o viés de atender aos interesses de poderosos e não atende propriamente as necessidades dos usuários da Política Pública.

Para Taffarel, Carvalho e Uz (2021) a política pública na educação como está sendo organizada na BNCC e na BNC, os currículos escolares e a formação dos professores estão servindo de mecanismo de manutenção do capitalismo, portanto aparelhos de hegemonia. Ainda para Saviani

(2020, p12), “trata-se de um caso inédito de auto-recolonização do país, num verdadeiro crime que lesa-pátria”.

Morais e Henrique (2021) acreditam que a política pública de formação continuada trazida pela resolução é reducionista e centralizadora, aonde a prática dos docentes é imediatista e pragmática e que, portanto, é necessário questionar qual a real visão de docência que a resolução tem? Qual o fator que possibilita ela ser pública no contexto pandêmico mundial, decorrente ao COVID-19.

Taffarel, Carvalho e Uz (2021), baseado em Duarte (2010), coloca que o “Aprender a aprender” é uma pedagogia que permite tirar da escola o seu dever de transmitir o conhecimento acumulado da humanidade, o que impede o aluno de conhecer a verdade, fato este que tem reforçado o projeto histórico capitalista”.

Segundo Taffarel, Carvalho e Uz (2021), A ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) defende historicamente que a formação inicial e continuada de professores está relacionada a projetos históricos, hegemônicos e contra hegemônicos. São os projetos de formação que determinam o tipo de sociedade que pretendemos formar. Se desejamos formar para a emancipação da sociedade atual e as sociedades futuras, precisamos refletir o quanto a BCNCC e a BNC são formas de manutenção de uma sociedade burguesa, com pouco respeito as diversidades da sociedade, manutenção do capitalismo e confirmação de sistema hegemônico de poder.

3. Conclusão

Conhecendo a resolução CNP/CP nº01, sobre as elucubrações das estruturas elementares da política pública, percebemos que essa resolução não tem robustecido as práticas pedagógicas dos docentes da educação básica, mas pelo contrário tem sido mais um instrumento do governo para mecanizar a educação dos brasileiros.

As estruturas elementares nos permitem ter uma visão mais ampla dos processos da política pública, percebemos detalhes que muitas vezes passam despercebidos, pois se trata de metodologia de trabalho integrada, e com isto fica claro a observação da atuação Estado na sociedade.

E a estrutura simbólica permitiu compreender a real intenção do Estado com a educação básica pública com a resolução CNP/Cp nº01 de outubro de 2020, formação de docentes que não consegue fazer o exercício de ação-reflexão-ação de sua prática docente, que produzem em suas salas de aula, ensinamentos mecânicos, reducionistas, imediatos e pragmáticos. E tudo isto com a intensão de fazer a manutenção do capitalismo em nosso país.

Não podemos negar a importância da formação inicial e continuada dos professores brasileiros, porém é necessário que haja uma revisão das propostas de formação de professores e dos demais profissionais da educação.

Pensar em políticas públicas de formação que não estejam como propósitos obscuros, mas pensar em projetos que tenham vertente democrática, que favoreçam não somente os professores, mas também práticas de sala de aula emancipatórias, para que assim todos os envolvidos no processo didático pedagógico consigam se desenvolver como agentes em suas vidas, na sociedade e enfim, na história.

REFERENCIAS

ARROYO. Miguel G. Currículo Território em Disputa. Petrópolis. Ed. Vozes, 2013

DEMO. Pedro. Professor, o eterno aprendiz. 2015

BRASIL, Lei nº 9394/96, de 20/12/96 **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, nº 248, 23 de Dezembro de 1996.

BRASIL **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf> . Acesso em 29 SET, 2021

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

BRASIL Ministério da Educação. **Censo Escolar** < <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-escolar> > acesso em 05 de Dez de 2021

BRASIL Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 1/2020. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores**. Brasília. MEC, 2020.< <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724> > Acesso em 29 SET,2021

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007.

CÁSSIO, Fernanda. (org) CARA, Daniel. **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019

CURADO, Kátia A. P. C. da Silva. **Epistemologia da Praxis na Formação de professores. Perspectivas Crítico Emancipadora**. Campinas: Mercados de Letras, 2018.

CURADO. Projetos em disputas na definição nas políticas públicas da formação de professores para a educação básica < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8090710> > Acesso em 06 Dez 2021.

FREIRE, PAULO **Pedagogia da Autonomia**, Rio de Janeiro/ São Paulo. 56ª ed. Paz e Terra,2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997 Ed. 24

GATTI, Bernardete A. **Análise das Políticas Públicas para a Formação Continuada no Brasil, na última década**. < <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybKH/?format=pdf&lang=pt> > Acesso 05/ Dez/2021

GIOVANNI ,Geraldo Di **As estruturas elementares das políticas públicas**. < https://ava-grad.unifacef.com.br/pluginfile.php/189112/mod_resource/content/0/5_Giovanni.pdf > Acesso em 07 Dez 202

GOMES, Magno Federici e FERREIRA, Leandro José. **Políticas Públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. **Revista Direito E Desenvolvimento**, Vol. 9, nº 02/Ago/ Dez2018.

HERNANDES, Paulo Romualdo. **Fundamentos da Educação I**. Alfena. Unifal 2009

IPEA- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Educação de Qualidade**. Ipea 2019

MORAIS, João Kaio Calvalcante. HENRIQUE. Ana Lúcia Sarmento. **A compreensão de docência nas atuais diretrizes curriculares nacionais para a formação continuada de professores da educação básica**. < <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4977> > Acesso em 06 Dez/ 2021.

OLIVEIRA, Marli dos Santos e REIS, Maria das Graças. (Re) pensando a função social da escola na atualidade.< <https://serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/893/pdf> > Acesso em 01 Dez 2021

OLIVEIRA, Paulo de Tarso e SMITH, Marinês Santana. **Desenvolvimento Sustentável: Implicações Regionais das demandas dos ODS/ONU**. Franca: Uni FACEF, 2019

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PIMENTAL, Gabriela Sousa Rego.**O Brasil e os desafios da Educação e dos Educadores na Agenda 2030 da ONU**. < <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/35> > Acesso em 29 de Nov. 2021.

RAAB, Yeda e BARBOSA, Andreza. **Escola para quê? Reflexões sobre a Função da Escola Pública Estadual Paulista**.< <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653489/19241> > Acesso em 30/ Nov.2021

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROMANOWSKI Joana Paulin e MARTINS Pura Lúcia Oliver. **Desafios da Formação de professores Iniciante** < http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S168874682013000100005&script=sci_arttext> Acesso em 05/Dez/2021

SAVIANI, Dermeval. Brasil, 2020 um caso inédito de autorrecolonização. < <https://vermelho.org.br/2020/10/09/brasil-2020-um-caso-inedito-de-autorrecolonizacao-por-dermeval-saviani/>> Acesso em 07 Dez 2021

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**/ |Tradução Laura Teixeira Motta- São Paulo. Companhia das Letras, 2010

SILVA, Pedro Luiz; MELO, Marcus André Barreto. **Implementação de Políticas Públicas no Brasil. Características e Determinantes da avaliação de programas e projetos.** < <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/143/CadPesqNepp48> > Acesso em 07/Dez/2021.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke.; CARVALHO, Marize Souza; UZ, Sidnéia Flores. **Crise conjuntural e estrutura do capitalismo. Luta pela Base Nacional Comum na formação de professores ANFOPE.** < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8090711> > Acesso em 07/ Dez/2021.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Ancedo (Org). **Estudos sobre Amrtya Sem. Políticas Pública, Capabilities e Desenvolvimento.** Porto

PÓS-DESENVOLVIMENTO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ALGUMAS RELAÇÕES

POST-DEVELOPMENT AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: SOME RELATIONSHIPS

Área temática: 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis

MARETTO, Luíza Câmara
Mestranda Desenvolvimento Regional (Uni-Facef)
Psicóloga (UNESP- Assis/SP), Arteterapeuta (TRAÇOS-PE)
lumaretto2@gmail.com

RIBEIRO, Daniela de Figueiredo.
daniribeiro@yahoo.com.br

Resumo

Diante da atual crise socioambiental, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma breve genealogia da construção histórica do discurso teórico-prático do desenvolvimento; realizar uma crítica à lógica desenvolvimentista; trazer para o espaço de debate as discussões colocadas pelo chamado pós-desenvolvimento e relacionar brevemente com as propostas trazidas pelo desenvolvimento sustentável. Busca-se, assim, abrir caminho para discussões e transformações necessárias a uma *transição civilizatória* e relacional. Foi realizada, para isso, uma pesquisa bibliográfica e as discussões permearam sobre posicionamentos que integram as contradições dos diversos discursos do desenvolvimento e algumas contribuições do pós-desenvolvimento, que foram trazidas com o intuito de contribuir com o processo de um desenvolvimento sustentável. Em diversos processos históricos, os conceitos e práticas recebem críticas e são reavaliados pela contínua transformação que é base da própria vida. Assim, estudos críticos fazem parte do movimento contínuo de mudanças da produção de conhecimento e ações que tem o intuito de cuidar da vida no planeta Terra. A área do desenvolvimento faz parte de proposições e teorias que transformam realidades e contextos, e mais do que ter uma resposta pronta sobre suas metas, concluímos que se deve permanecer em escuta e construção contínua e aberta ao diálogo com o pluriverso de sabedorias e práticas relativas a modos de viver.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, pós-desenvolvimento, ontologias relacionais

Abstract

Faced with the current socio-environmental crisis, the present work aims to present a brief genealogy of the historical construction of the theoretical-practical discourse of development; carry out a critique of developmental logic; to bring to the debate space the discussions raised by the so-called post-development and briefly relate to the proposals brought by sustainable development. One of the goals here, after all, is to pave the way for these discussions and transformations necessary for a civilizational and relational transition. For this, a bibliographic research was carried out and the discussions permeated about positions that integrate the contradictions of the various development discourses and some post-development contributions were brought in order to contribute to the process of sustainable development. In several historical processes, concepts and practices receive criticism and are re-evaluated, due to the continuous transformation that is the basis of life itself. Thus, critical studies are part of the continuous movement of changes in the production of knowledge and actions that aim to take care of life on planet Earth. The area of development is part of propositions and theories that transform realities and contexts, and more than having an answer already given, we conclude that it must remain in listening and continuous construction and open to dialogue with the pluriverse of wisdom and practices of ways of living.

Keywords: sustainable development, post-development, relational ontologies

1. INTRODUÇÃO

Vivemos um momento de crise sentido por todo o Planeta Terra, uma crise definitivamente ecológica, tanto social quanto ambiental: socioambiental, havendo exploração dos seres que nos mantém vivos(os), através de uma cultura de consumo da vida e de ações de forças produtivas-destrutivas e exploratórias. Ou, dito de outra forma, estamos imersos no paradigma chamado “desenvolvimentista”, podemos denotar a superprodução industrial capitalista que foi estimulada a custas do esgotamento de seres humanos e não humanos (BURGAYA, 2020).

Para compreender esse contexto, podemos refletir sobre a própria construção histórica do discurso e práticas produzidas pelo chamado “desenvolvimento”. Foi apresentado oficialmente em 1949, a partir do discurso proferido pelo então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, e institucionalizado enquanto modelo de “progresso” homogêneo a ser seguido por quase qualquer sociedade e território, em todos os continentes, independentemente de sua cultura, visão de mundo, ontologia ou epistemologia, desejo ou modo de viver (ACOSTA, 2016). Vemos essa palavra/conceito sendo usada para embasar formas de agir e viver do já conhecido sistema capitalista, além de construir propostas e ações de governo, alinhando políticas públicas e empresas multinacionais, com o propósito da lógica chamada desenvolvimentista (BURGAYA, 2020). Assim, o desenvolvimento estaria ligado, hegemonicamente, a maneiras de viver relacionadas ao crescimento econômico explorador e extrativista, em prol de determinadas construções tecnológicas e científicas, e produções de subjetividade opressoras e assujeitadas.

O antropólogo colombiano-americano Arturo Escobar, participante dos estudos críticos do desenvolvimento, realiza uma genealogia deste termo, e o que este vem produzindo de narrativas que se transformam em ações, desde 1950 (ESCOBAR, 2014). Através dessa análise histórica, pode nos mostrar uma visão sobre como os acontecimentos são construídos e sofrem diferentes processos de transformação. Dessa forma, podemos não aceitar a lógica desenvolvimentista enquanto normativa única a ser seguida, mas sim, passível de crítica e intervenção.

Além disso, a partir de um movimento crítico a esse paradigma desenvolvimentista surgiram muitas reflexões e, também, propostas. Para uma necessária *transição civilizatória* de jeitos de viver e ver a vida, algumas pessoas, dentre estudiosas e militantes de movimentos sociais, vêm construindo novos conceitos e formas de se relacionarem, dentro de uma perspectiva *pluriversal* e do chamado *pós-desenvolvimento* (KOTHARI et al, 2021). Uma convicção diferente do “desenvolvimento como progresso”, rumo às alternativas que nutrem e respeitem a vida na Terra. Nesse caminho, muitas ações e estudos têm sido realizados. Um conceito que tem inspirado essa transformação socioecológica é o das “ontologias relacionais”. Estas trariam uma compreensão viva de territórios que se compõem, reconhecendo que todos os seres vivos compartilham e se relacionam, necessariamente, e não vivem isolados. As “ontologias relacionais” invocam relações com os territórios entrelaçados: meio ambiente, seres humanos, seres não humanos, e uma constante valorização da produção da diferença como base para a vida (ESCOBAR, 2016). Implica, ainda, em uma convivência harmônica e de comunicação sensível entre os diversos mundos e a potente produção das diversidades, dos pluriversos: diversos territórios ambientais, sociais e existenciais que se relacionam. Essa perspectiva valorizara as cosmovisões de povos originários de diferentes lugares, além de populações que têm um contato mais próximo e relacional com os seres da natureza.

Vimos surgir desde 1972, no contexto das discussões internacionais, reflexões sobre os descompassos entre desenvolvimento e meio ambiente. Foi em 1987, a partir do relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a inauguração do termo “desenvolvimento sustentável” enquanto tentativa de união das temáticas e discussões que são tanto sociais quanto ambientais, e discursos e práticas possíveis. Em 2012, na conferência das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, a “Rio+20”, 193 países produziram uma pauta de ação internacional, com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os ODS. Estas seriam guias para serem realizados por todos os países signatários em prol de um maior cuidado sustentável com o planeta, que deveriam propor agendas para a década de 2020 até 2030. Diversas(os) estudiosas(os) refletem sobre as reais transformações produzidos por esse discurso que não se

desvencilhou do “desenvolvimento”, e muitas(os) dizem que seria uma tentativa contraditória de reconciliar uma lógica de produção e consumos “ilimitados” com o equilíbrio ecológico necessário para a vida se manter na Terra. Ou seja, que os agravos ao meio ambiente e a desigualdade econômica estariam no interior do sistema capitalista, e os ODS não estariam propondo uma real mudança dessa lógica (ROCHA, URQUIZA, 2021).

São muitas as formas de ver e propor transformações para um cuidado com a vida na Terra, e não é simples, nem por meio de uma única forma de atuação que conseguiremos isso. Assim, este texto foi produzido como um exercício de reflexão sobre as diferenças e semelhanças dos movimentos citados; ou, ainda, como uma forma de problematizar o conceito de desenvolvimento para que possamos, de fato, ter transformações que valorizem a vida, e que possam atuar em construção conjunta.

Dessa forma, sem ter a pretensão de esgotar a ampla rede de reflexões sobre essas temáticas, mas a partir do desejo de contribuir com outros olhares, escutas e conexões, tem-se o objetivo de apresentar uma breve genealogia da construção histórica do discurso teórico-prático do desenvolvimento; realizar uma crítica à lógica desenvolvimentista; trazer para o espaço de debate as discussões colocadas pelo chamado pós-desenvolvimento e relacionar brevemente com as propostas trazidas pelo desenvolvimento sustentável.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO E A PERSPECTIVA DO PÓS-DESENVOLVIMENTO

Discursos produzem práticas e conceitos, e são construídos dentro de um contexto histórico, político e social, com interesses e objetivos que os atravessam. Compreender como se deu a construção do “desenvolvimento” enquanto narrativa que concebe ações, faz parte de repensar as formas que vivemos.

Arturo Escobar (2016), autor já citado, relata sobre quatro grandes fases da era do “desenvolvimento”: Nos primeiros 50 anos (1951-2000) o conceito de “desenvolvimento” nas ciências sociais atravessou três orientações teóricas:

1. A primeira foi a teoria da modernização das décadas de 50 e 60, na qual, para muitos teóricos e elites mundiais, tinha-se a certeza que as sociedades seriam desenvolvidas aliando os benefícios do capital financeiro, da ciência e da tecnologia. Assim, os países deviam seguir prescrições de grandes instituições como o Banco Mundial, a partir de conhecimentos produzidos pelos países do centro ou norte globais e, depois, também pelas periferias e sul global. A categoria da “modernização” se baseava especialmente nas transformações das “sociedades tradicionais” em “sociedades modernas”, com o modelo do progresso dos EUA em vista. Todos seriam “ricos, racionais e felizes”. Esta perspectiva estaria ligada a “teorias liberais” e teriam como uma questão primordial: como pode a sociedade se desenvolver através da combinação capital e tecnologia e, ao mesmo tempo, com ações estatais de políticas econômicas e sociais;
2. Esta primeira teoria sofreu críticas com as visões da teoria da dependência, a partir das décadas de 60 e 70, que analisava que as raízes do subdesenvolvimento se encontravam na conexão entre dependência econômica (dos países da periferia para com os do centro) e a exploração interna (especialmente de classe). Para estes teóricos, a questão era o próprio capitalismo como modelo de sociedade e que, para estes estudiosas(os) a modernização e o desenvolvimento viriam transformando as sociedades capitalista em socialistas. Estas teorias estariam no campo “marxista” de análise e proposições, e uma questão essencial para estas(os) estudiosas(os) seria como o desenvolvimento tem sido ligado à uma ideologia dominante e como ele poderia ser desligado do capitalismo e trazer uma proposta de visão socialista (ou social democrata);

3. Na chamada terceira fase, atravessada pela década de 80, em especial nos anos 90, estariam as críticas culturais ou/e “pós-estruturalistas”. Estas analisaram o desenvolvimento como um “discurso” de origem ocidental que “operava como um poderoso mecanismo para a produção cultural, social e econômica do Terceiro Mundo (...)”. (ESCOBAR, 2014, p. 28). Suas questões passariam por como chegaram a África, a Ásia e a América Latina a serem representados e inventados como subdesenvolvidos, através de um discurso de desenvolvimento que molda as realidades. Seus estudos tentavam compreender como teria operado o desenvolvimento como “estratégia de dominação cultural, social, econômica e política” (ESCOBAR, 2014, p.28).
4. O autor ainda aponta uma quarta fase que estaria ligada a uma visão neoliberal da economia e da sociedade, na qual, mais do que uma etapa em si, estaria ligada à análise da sociedade pelo neoliberalismo e um abandono parcial dos interesses com o “desenvolvimento”.

A partir dos argumentos dessa terceira fase surgiram as críticas, análises e afirmações: como discurso, o “desenvolvimento” surgiu no período após a Segunda Guerra Mundial, com raízes na construção da modernidade e do capitalismo, e construindo, neste período, uma realidade do Terceiro Mundo. Um sistema de mundo moderno colonial, capitalista e patriarcal (KHOTARI et al, 2021). Dessa forma, o “desenvolvimento” trouxe base e guiou a criação de instituições que transformaram o discurso teórico em realidade prática, como as organizações do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além das organizações internacionais como a ONU, entre outras. Além disso, este discurso criou profissões para solucionar os “problemas do desenvolvimento”, produzindo conhecimento especializado e forças práticas de saber-poder, por meio de intervenções e projetos sociais, econômico e políticos (ESCOBAR, 2016). A custos de altos danos ecológicos e sociais, seguiu-se este modelo em diversos pontos do planeta: “(...) a concepção de desenvolvimento como um crescimento linear, unidirecional, material e financeiro, movido pela mercantilização e pelos mercados capitalistas”. (KHOTARI et al, 2021, p. 37).

Então, como narrativa que produz realidade, dentro de uma perspectiva crítica do desenvolvimento, surge a proposta do pós-desenvolvimento:

Nossa convicção comum é de que a ideia de „desenvolvimento como progresso” precisa ser desconstruída para abrir caminho às alternativas culturais que nutrem e respeitam a vida na Terra. Esse modelo de desenvolvimento ocidental que domina o planeta é um constructo homogeneizante, comumente adotado pelos povos ao redor do mundo sob intensa coerção material. O contratermo „pós-desenvolvimento” comporta uma miríade de críticas sistêmicas e maneiras de viver para além desse paradigma. (KOTHARI et al; p. 29, 2021).

Assim, o pós-desenvolvimento seria um processo que poderia ocorrer no âmbito da descentralização do desenvolvimento como progresso/modelo a ser seguido, e como categoria de análise e proposição de práticas. Nessa perspectiva, trata-se de propor alternativas *ao* desenvolvimento e não alternativas *do* desenvolvimento; e, por fim, deveríamos dar maior atenção aos saberes e práticas desenvolvidas pelos movimentos sociais, pelos povos originários, camponeses, afrodescendentes, que estariam ainda em convivência mais harmônica com a natureza e os outros seres vivos, vivendo com base em *ontologias relacionais*, proporcionando assim, uma reinvenção da própria lógica de valores sobre quem conhece e sabe sobre a realidade que vive, além de como vive, para uma possível *transição civilizatória* (ESCOBAR, 2016).

2.2. ALTERNATIVAS AO DESENVOLVIMENTO, TRANSIÇÃO CIVILIZATÓRIA, ONTOLOGIAS RELACIONAIS E O PLURIVERSO

“Em um momento de transição como este, crítica e ação clamam por novas narrativas, combinadas a soluções materiais práticas.” (KOTHARI et al, 2021, p. 40)

Pensar em uma outra forma de viver em sociedade demanda recuperar passados, reconhecer os desafios, necessidades e potências do presente, e imaginar futuros. Ademais, requer

escutar não uma, mas várias formas, o *pluriverso* de saberes e práticas de convivência entre seres humanos e os demais seres vivos. Existem diversos modos de vida que habitam o nosso Planeta Terra e que o fazem de morada. Escobar (2016) propõe o “sentipensar com a terra” e afirma como muitos debates têm ocorrido no sentido de desconstruir o modelo civilizatório da modernidade eurocentrada, da modernização industrial e do desenvolvimento globalizado neoliberal. Muitos povos indígenas, afrodescendentes, mulheres e camponeses encaram este modelo civilizatório ocidental como causa da atual crise global do clima, da alimentação e da pobreza (ESCOBAR, 2014). Reconhece-se a necessidade, portanto, de novos projetos de civilização, visto fortemente nos movimentos indígenas e nas redes agroecológicas.

En muchos de estos discursos, las alternativas tienen que ser necesariamente anti-capitalistas pero no solamente esto: tienen que afirmar la vida en todas sus dimensiones, como lo sugieren las formas de existencia de las comunidades y pueblos campesinos e indígenas del Sur global. (ESCOBAR, 2014, p.47)

Envolvendo, então, múltiplas concepções de nação, natureza, economia, tempo e cidadania, propõe-se uma *transição civilizatória* que incorpore e reconheça o pluriverso de mundos que habitam nosso mundo. Estas diferentes formas de habitar poderiam trazer como proposição, *alternativas ao desenvolvimento*, vindas das ancestrais cosmovisões e práticas de comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas como contribuição para as bases de um modelo civilizatório alternativo. “Se busca, en otras palabras, „recuperar el sentido de la vida” (ESCOBAR, 2014, p. 47).

As propostas originárias emergiram em um momento de crise generalizada do Estado-nação, oligárquico e de raiz colonial, graças à crescente capacidade organizativa e programática dos movimentos indígenas e populares. Sua irrupção como vigorosos sujeitos políticos explica a emergência das ideias paradigmáticas do Bem Viver. Neste cenário também começaram a se consolidar os questionamentos e as alternativas ecologistas, muitas delas em linha com a visão das harmonias com a Natureza e o Bem Viver (ACOSTA, 2016, p. 65)

O Bem Viver expressa um conjunto de visões sul-americanas que fazem a crítica ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, propõem maneiras de viver. Expressa desejos de transformações profundas na produção de conhecimento, nos afetos, na espiritualidade, no cotidiano, uma mudança, afinal, ontológica e epistemológica. Desloca a centralidade do ser humano como habitante do nosso planeta, e o coloca como sujeito político e ético, questionando a construção moderna e colonial que separa natureza e sociedade. (CHUJI et al, 2021).

A separação moderna entre a humanidade e a natureza é rechaçada. O Bem Viver reconhece comunidades ampliadas, formadas por seres humanos e não humanos (animais, plantas, montanhas, espíritos, etc), em territórios específicos – como no conceito ayllu, comunidades socioecológicas mistas enraizadas em um território específico. (CHUJI et al, 2021, p. 211).

Desta valorização das existências de gente, bicho, planta, montanha como seres que convivem em uma mesma casa, a Terra, e os territórios contextuais, apresenta-se o conceito das “ontologias relacionais”. A ontologia faria referência, segundo Escobar, àquelas premissas dos diversos grupos sociais sobre as entidades que existem no mundo. Assim, ele traz o que seria uma ontologia dualista moderna, que separa corpo e mente, natureza e cultura, e etc., e diz que o mundo está povoado por indivíduos autossuficientes que vivem um mundo composto por objetos também autossuficientes que manipulamos à vontade, movidos por mercados, auto constituídos e auto regulados. Além disso, através das práticas sociais, as ontologias criam suas verdades, como por exemplo: se dentro de uma determinada ontologia, as montanhas são vistas como objetos sem vida e inerte, podem ser destruídas, como fazem com a mineração. Mas, se em determinada ontologia, a montanha é vista como um ser que sente, ela será tratada totalmente diferente. Esta última poderia ser considerada uma ontologia relacional.

Escobar vai descrever ainda mais sobre essa ontologia dualista moderna, na qual o processo de globalização foi impondo as visões de indivíduo, da racionalidade, da eficiência, da propriedade privada e do mercado, fragmentando as conexões com o mundo existente. Assim, o autor contrapõe com o que seria uma ontologia relacional, que traz o princípio de que as coisas não pré-existem às relações que as constituem. Ou seja, as coisas existiriam através das relações que estabelecem e que as compõem. Ou, ainda, que nas ontologias relacionais os diversos mundos – biofísicos, humanos e sobrenaturais – estabelecem vínculos de continuidade entre si. Muitas seriam, então, as sociedades não ocidentais e não modernas nas quais não existe a divisão entre natureza e cultura ou entre indivíduo e sociedade, como a conhecemos. (ESCOBAR, 2014). “(...) no existe el „individuo” sino personas en continua relación con todo el mundo humano y no-humano, y a lo largo de los tiempos.” (ESCOBAR, 2014, p. 59). Após essa diferenciação entre ontologias dualistas e relacionais, o autor conclui que existem diferentes ontologias e que, apesar de estarem inter-relacionadas, mantém sua diversidade como mundos que vivem e definem.

As ontologias relacionais nos trariam para uma lógica da *relacionalidade*, onde todos os seres estão interligados entre si. Portanto, seria imprescindível reconhecer que cada ser vivo ocupa um papel e não deve desvalorizado ou explorado, afinal seria parte inerente e interdependente entre os seres.

2.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS

A perspectiva do “desenvolvimento sustentável” não faria parte dos estudos críticos do desenvolvimento, mas faria o exercício de integrar as pautas sociais e ambientais, ou ecológicas. Nos encontros das organizações internacionais, durante anos essas necessidades estiveram desassociadas. Porém, a década de 80 trouxe como pauta essa possibilidade de começar a compreender a nossa relação e interdependência entre humanos e não humanos. Estudiosas(os) registraram o quanto esse período demarcou impactos socioambientais produzindo grandes misérias e desastres, e trouxe para a pauta o crescimento econômico neoliberal, com sua produção desenfreada e exploração indevida, favorecendo apenas as formas consumistas de estar no mundo. (KOTHARI et al, 2021). O termo da sustentabilidade surge para trazer um equilíbrio entre o que se retira e o que se coloca, para estarmos atentas(os) a demanda de diminuir os efeitos destrutivos ambientais já existentes, ocorridos através do modelo hegemônico vigente. Tentando dar conta de desigualdades econômicas com bases capitalistas e agravos ao meio ambiente e à vida, o desenvolvimento sustentável seria “o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades”. (ROCHA, URQUIZA, 2021). Assim, este movimento também tenta produzir uma ligação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, mas talvez ainda determinado por modelos específicos de crescimento do sistema capitalista.

Em 2012, os 193 Estados membros das Nações Unidas se reuniram no Rio de Janeiro e definiram os 17 objetivos do milênio, e para as proposições entre 2020 e 2030:

1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura. 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. 4: Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos. 8: Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. 9: Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. 10: Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. 11: Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. 12: Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis. 13: Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. 14: Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. 15: Proteger,

recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade. 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. 17: Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Em uma breve leitura, podemos ver as tentativas de alinhar produções econômicas, vivências sociais e ações ambientais. O ODS de número 11 teria uma proposição de transformar as habitações humanas em “cidades e comunidades sustentáveis”. As cidades são espaços de convivência e aglomeração de pessoas e outros seres vivos. Também é local de uma grande intervenção humana nos territórios ambientais, através das ruas asfaltadas, construções de casas e prédios, canalizações de rios, entre outras. São lugares nos quais podemos ver os encontros e desencontros entre ser humano e não humano, bem próximos e em relação de interdependência. Também são territórios vivos, onde se experimentam mudanças e cuidados.

Após esse breve percurso de diferentes teorias e proposições, perguntamos: os discursos do desenvolvimento sustentável tentam colocar em união e relação, o ambiental e social humano; mas estão realmente trazendo de forma radical essa integração socioambiental? Como o paradigma do desenvolvimentismo ainda atravessa as ações e objetivos do desenvolvimento sustentável? O que o pós-desenvolvimento poderia trazer de contribuições a essas reflexões e práticas?

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este texto foi produzido a partir da pesquisa bibliográfica durante os estudos críticos do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento, do caminho construído durante o primeiro ano no mestrado em Desenvolvimento Regional (UNI-FACEF) e através das discussões fomentadas pela disciplina cursada como aluna especial de Educação Ambiental, oferecida pelo Departamento de pós-graduação em Ciências Ambientais (PPGCAM -UFSCAR).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dessa parte do texto, faremos um pequeno exercício de escutar o que dizem estudiosas(os) críticas do paradigma do pós-desenvolvimento, sobre as construções do desenvolvimento sustentável e os ODS. Sem a pretensão de negar processos realizados até aqui, mas de ampliar olhares e escutas, provocar mudanças, articulações, novas possibilidades e reflexões.

Assim, logo problematizamos: reconhecendo a não sustentabilidade do modelo até então empregado de crescimento econômico-desenvolvimento, como seria possível conciliar formas estruturais capitalistas e a questão ecológica?

Na tentativa de unir desenvolvimento e as questões ambientais, o desenvolvimento sustentável “conceituou todas as formas de vida ao redor do planeta como „capital natural” e „ativos econômicos e críticos”, intensificando a mercantilização comercial da vida na Terra.” (KOTHARI et al, 2021, p. 43). Além disso, o perigo de que a sustentabilidade fosse consumida para dentro do sistema foi e é real, pois existe um esvaziamento das críticas às forças estruturais e sociais do modelo vigente. Ou seja, não se questionaria com radicalidade as causas da crise vivenciada. Nesta perspectiva, encarar os seres vivos como recursos a serem usados, e não como sujeitos, oferece uma chance para que possam ser explorados e objetificados.

Reconhecer essas contradições é um movimento importante para se ter consciência dos fatores que impedem uma transformação ontológica, como a proposta pelos estudos pluriversais. Fazem-se necessárias mudanças de valores e formas de viver a vida, em sua raiz. Os estudos críticos do desenvolvimento demarcam algumas problematizações: os ODS não necessariamente fazem uma análise das raízes estruturais da pobreza e da violência; trazem também um foco excessivo no crescimento econômico como motor do desenvolvimento, sem levar em consideração os limites biofísicos do planeta; além disso, a cultura, a ética e a espiritualidade são colocadas de lado em prol

de forças econômicas (KOTHARI et al, 2021). O foco é deixar na vista que sem uma análise crítica e política dos problemas ecológicos não teremos uma mudança nos atuais descuidos com a vida na Terra, em seus contexto e territórios.

Além das provocações críticas, para contribuir com a discussão de uma circularidade e sustentabilidade da vida, podemos trazer aqui mais um pouco sobre as visões teórico-práticas “relacionais”, comunitárias e de recriação ontológica, contrárias ao individualismo provocado pelo capitalismo. Formas que seriam de envolvimento com a Terra para a construção do desenvolvimento e com referência aos povos que mantêm viva, ainda hoje, a consciência do pertencimento com seus locais de moradia e, assim, também de cuidado. Relações e alianças em (re)construção, em território vivos, valorizando os lugares, suas culturas, suas construções sociais, além de suas condições ambientais, geográficas. Estes povos, chamados muitas vezes de indígenas, teriam memória de relações de interdependência em sua cultura e modos de viver.

Além disso, podemos aprofundar e nos inspirar pelo foco nas relações afetivas e saudáveis produzidas entre os diferentes seres vivos: cuidados com as águas da cidade, com seus rios e córregos; cuidados com as árvores que são essenciais para nossa respiração; cuidados com a terra que necessita que respeitemos seus ciclos para cultivar; cuidados com os animais. A partir das chamadas relacionalidades – consciência de que todos os seres tem sua singularidade e convivem – pode-se contribuir com as comunidades e cidades, escutando e acompanhar os ciclos, as necessidades, as potencialidades.

Como fazer escutar ontologias relacionais para construirmos locais de moradia dignos, como as cidades e comunidades?

Talvez, o que podemos trazer aqui, é que se começarmos a realmente não isolar a natureza, mas reconhecer que dependemos das chuvas, das montanhas, dos animais e eles dependem de nós, pois todos vivemos em uma única morada, e contínua relação, conseguiremos produzir assentamentos de convivência harmônica em cidades e comunidades que planejam com as paisagens, compostas por gente, planta, bicho, montanha, rios... Escutar a importância de cada ser em todo o ciclo da vida, produzir diálogos entre seres humanos e não humanos, faz parte da construção de alternativas ao desenvolvimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de convivência não é dado. A vida humana e não humana construiu diferentes relações historicamente no planeta. Vivemos um momento de crise e chamada para ações de transformações urgentes. Assim, com o intuito de provocar relações e não separações, podemos caminhar em diálogo entre teorias, práticas e seres vivos, um pluriverso de possibilidades. Podemos cada vez mais efetivar o que foi proposto como objetivos para o desenvolvimento sustentável, sem o receio da crítica, mas com o desejo de integrar as contradições e as possibilidades reais e concretas de uma necessária transição civilizatória. Podemos, ainda, projetar futuros abertos, que possam ser em relação, escutando e aprendendo com os lugares, as pessoas, as águas, as plantas... Um caminho mesmo de integração e pertencimento à natureza.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- BURGAYA, J. El Final del paradigma desarrollista. La evidencia de los limites medioambientales. *SER Social*. Brasília, v.22, n. 47, julho a dezembro de 2020.
- ESCOBAR, Arturo. *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín, Colombia: UNAULA, 2014.
- KOTHARI et al; *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2021. 576 p.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROCHA, A.O; URQUIZA, A.H.A. Desenvolvimento e povos indígenas: para uma crítica ao desenvolvimento sustentável. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 21, n.44, p. 407-434, jan./abr. 2021.

SILVA, F.J.R. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. *Revista Pegada*, v. 12, n. 2, dezembro/2016.

**PROGRAMA SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO COMO ESTRATÉGIA PARA PROMOÇÃO DA
SAÚDE DA PESSOA IDOSA: uma análise documental**

*SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO PROGRAM AS A STRATEGY TO PROMOTE THE HEALTH OF
THE ELDERLY PERSON: a document analysis*

Área temática: 03 - Saúde e Bem-estar

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Bacharel em Fisioterapia, Licenciado em Educação Física e Pedagogia (UNIFRAN)
E-mail: danielobulgo@gmail.com

BORGES, Ana Paula Oliveira
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Ciências Médicas (USP) Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Bacharel em Fisioterapia (UNICERP)
E-mail: ana.oliveira@unifran.edu.br

MARCELINO, Daniela
Anhanguera Educacional - Franca
Doutoranda e Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN).
Bacharel em Fisioterapia (Claretiano - Centro Universitário)
E-mail: danielamarcelino@saofrancisco.com.br

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharel (UNIFRAN)
E-mail: prof.cristianribeiro@gmail.com

OLIVEIRA, Leticia Natália
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutoranda e Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Bacharel em Psicologia (UNIFRAN)
E-mail: nataliaoliveiraletici@gmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Promoção de Saúde (UNIFRAN) e Mestra em Educação Física (UFTM)
Bacharel em Fisioterapia (UFTM)
E-mail: lilian.nascimento@unifran.edu.br

RESUMO

Objetivo: obter por meio de análise documental as perspectivas e contextualizações que abarca a inserção do Programa São Paulo Amigo do Idoso e do Selo Amigo do Idoso. **Metodologia:** Trata-se de um estudo do tipo descritivo, exploratório, quantitativo, retrospectivo e apoiado em pesquisa bibliográfica e documental acerca da implantação do Programa "São Paulo Amigo do Idoso" e o "Selo Amigo do Idoso", instituídos pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012. **Resultados:** É notório identificar que o referido programa, foi criado como meio instrumental para a promoção do processo de mobilização regional acerca do envelhecimento humano, sendo disseminado ainda para os vários setores governamentais e sociais, com a finalidade de corroborar com o desenvolvimento de territórios amigáveis para a pessoa idosa, por meio do desenvolvimento de ações que fomentem positivamente os municípios paulistas. **Conclusão:** Para que se tenha seguridade frente ao avançar de idade, é necessário que existam formulações, implementação e avaliações de políticas públicas, fomentos e estratégias eficazes e que possibilitem o exercício legal da cidadania geriátrica, com o objetivo de ampliar a visão biopsicossocial e multidimensional desse grupo populacional. O Programa São Amigo do Idoso, visa incentivar os municípios em buscar meios e estratégias para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa nos mais variados pilares que envolve a sociedade contemporânea. a convivência dessas pessoas com a sociedade em geral. Entretanto, os municípios ainda não são totalmente aderentes na adesão do programa, e desse modo, é necessário buscar de maneira contínua, discussões frente as necessidades que envolve a saúde da pessoa idosa, nas diferentes regiões do território do estado, visando a integração e organização da sistemática para a manutenção dessa estratégia, mas sobretudo em sua funcionalidade em consonância entre a população idosa, a sociedade e os gestores nas várias esferas do governo.

Palavras-chave: Envelhecimento humano, Pessoa Idosa, Política Pública.

ABSTRACT

Objective: to obtain, through documents, the perspectives and contextualizations that cover the insertion of the São Paulo Amigo do Idoso Program and the Amigo do Idoso Seal. **Methodology:** This is an exploratory, bibliographical, retrospective and research-based study on the implementation of the "São Paulo Amigo do Idoso" Program and the "Selo Amigo do Idoso", instituted by Decree nº 58.047, May 15, 2012. **Results:** created to identify the aforementioned program, was made as an instrumental means for a program to promote the process of regional mobilization for human training, being disseminated to the various governmental and social sectors, with the objective of corroborating with the development of friendly territories for a homebody, through the development of actions that positively promote the municipalities of São Paulo. **Conclusion:** In order to achieve age security, it is necessary to face the implementation formulations, implementation and estimates of publications, incentives and effectiveness strategies with the objective of expanding geriatric, biopsychosocial and multidimensional citizenship. of that population group. The São Amigo do Idoso Program aims to promote municipalities in seeking ways and strategies to improve the quality of life of the elderly in the most varied pillars that involve contemporary society. the coexistence of these people with society in general. However, municipalities are still adherent to the program's adherence, and thus, it is necessary to seek a way to continue, discussions such as the need for continuity and the organization that involves the health of the whole person, in regions of the different state, integration the continuous integration of the maintenance strategy, but above all in its functionality in line with a home population, a society and managers in the spheres of government.

Keywords: Human Aging, Elderly, Public Policy.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento humano se destaca por ser um fenômeno mundial, natural e progressivo, caracterizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (2005) como sendo uma pessoa idosa, aquela cuja idade cronológica se distingue por ter 60 anos ou mais em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos. Processo que abarca diversas dimensões de transformação na fisiologia humana, envolvendo aspectos biopsicossociais (OMS, 2005).

É notório observar que nas últimas décadas houve um crescimento exponencial da população idosa no cenário brasileiro, afirmando uma nova realidade demográfica e epidemiológica, identificado por meio do significativo aumento da expectativa de vida, redução das taxas de mortalidade e declínio da fecundidade, bem como pela disseminação da tecnologia digital, crescimento da indústria farmacêutica e estratégias em promoção da saúde (BRASIL, 2018).

Envelhecer no cenário contemporâneo requer uma pluralidade de ações, fomentos e estratégias que corroborem com a individualidade e coletividade da população geriátrica, uma vez que o envelhecimento é percebido de maneira singular e conforme conceitua Minayo e Coimbra (2011, p. 14):

"essa etapa do ciclo vital não é um processo homogêneo, pois cada indivíduo, vivenciará essa fase considerando sua história particular e os diversos aspectos estruturais como classe, gênero e etnia, hereditariedade, saúde, educação, acesso à serviços, apoio social e familiar, condições econômicas, dentre outras".

Assim, é constante a busca por subsídios que auxiliem a qualidade de vida, o envelhecimento ativo, novos modelos de atenção integral gerontológico, políticas públicas e práticas intersetoriais que aumentem de maneira significativa e positiva os determinantes e condicionantes do processo multifatorial e complexo que envolve a pessoa idosa, que pertence ao grupo populacional que sofre com a vulnerabilidade a desfechos adversos sociais. Esses fatores ao serem associados, podem favorecer ao preconceito, à desigualdade social e a redução da qualidade de vida (SILVA, 2018).

Pensando na evolução advinda das conquistas no cenário da saúde, a Constituição Federal de 1988 é um marco no reconhecimento para a pessoa idosa, reconhecendo o envelhecimento como direito fundamental, visando em sua essência a garantia à saúde, previdência e assistência social. Como exposto no Art. 230 da Constituição, é destacado que o núcleo familiar, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida (BRASIL, 1988).

Nesta perspectiva, o envelhecimento populacional é um direito conquistado e que demanda cada vez mais por implantações de Políticas Públicas. É por meio de Políticas Públicas Gerontológicas, que é possível promover o processo de envelhecimento ativo preconizado pela OMS (BATISTA *et al.*, 2019).

Frente essa visão, o estado de São Paulo, localizado na região sudeste do território brasileiro, com população estimada de 46.289.333 habitantes, É dividido em 645 municípios e possui dados consideráveis em diversos quesitos como: o maior número de indivíduos domiciliados em um Estado, parque industrial mais elevado do país, ampla oferta de bens e serviços culturais, diversidades étnicas e sociais, além de possuir uma gama de políticas públicas e estratégias que atuam em prol do olhar e cuidado multidimensional que cercam a vida humana, incluindo a pessoa idosa. De acordo com este mesmo censo demográfico, 95,94% dos habitantes viviam na zona urbana e apenas 4,06% na zona rural (IBGE, 2020)

Ao mesmo tempo, 51,34% eram do sexo feminino e 48,66% do sexo masculino, ademais, dados abertos disponibilizados pela Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE, 2010), destacam que São Paulo está entre os Estados com maior proporção de idosos na população: 11,6% de seus habitantes têm 60 anos ou mais.

Assim, se faz necessário analisar dados disponíveis acerca do território paulista, a fim de identificar as particularidades que permeiam o perfil sociodemográfico da população idosa e o diagnóstico de políticas públicas existentes para a tomada de decisões prioritárias nos diversos cenários da administração pública. A longevidade é de fato, uma das mais nobres conquistas da humanidade, mas também é indiscutível a urgência de inserir debates, buscas por ações

multifatoriais, barreiras, potencialidades e possibilidades para a elaboração de estratégias que são destinadas a melhoria das condições de vida da população que envelhece.

No ano de 2012, São Paulo lançou o Programa “São Paulo Amigo do Idoso”, instituído pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012, onde foram elaborados metas para promoção de amplo processo de mobilização regional, de diversos setores governamentais e da sociedade, com o objetivo de desenvolver territórios amigáveis a população idosa, adotando os mesmos paradigmas da Organização Mundial da Saúde (OMS) do Envelhecimento Ativo, otimizando oportunidades de participação, saúde, educação e segurança, com vistas a qualidade de vida das pessoas no processo de envelhecimento (BRASIL, 2019).

Esse programa, se estrutura com ações orientadas pelas diretrizes estabelecidas com os conceitos de promoção da saúde, Política Nacional do Idoso (1994), Estatuto do Idoso (2003) e publicações gerais da OMS, corroborando para a busca de fomentos e respaldos mais equitativos, que favoreçam a promoção do senso de justiça social e minimização dos efeitos de iniquidades e as exclusões sociais sofridas pela pessoa idosa.

Alinhada à estas ações, é pertinente identificar que o programa, estrutura-se também baseado na essência de instituir uma cidade ou comunidade amiga das pessoas idosas, que se destaca por ser um lugar que adapta os serviços e estruturas físicas para garantir a população idosa, um ambiente de caráter inclusivo e receptivo frente às necessidades advindas com o avançar da idade para melhorar sua qualidade de vida à medida que envelhece. Uma cidade amiga da pessoa idosa, incentiva o envelhecimento saudável e ativo, otimiza recursos para melhorar a saúde, elevar a qualidade dos aspectos basais para manutenção da vida, segurança e inclusão deste grupo populacional nos pilares sociais (OPAS, 2019).

Diante desta perspectiva, o objetivo deste artigo é obter por meio de análise documental as perspectivas e contextualizações que abarca a inserção do Programa São Paulo Amigo do Idoso e do Selo Amigo do Idoso.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho se baseia em um estudo do tipo descritivo, exploratório, quantitativo, retrospectivo e apoiado em pesquisa bibliográfica e documental acerca da implantação do Programa “São Paulo Amigo do Idoso” e o “Selo Amigo do Idoso”, instituídos pelo Decreto nº 58.047, de 15 de maio de 2012 e posteriormente reformulado para a nomenclatura “Selo Paulista da Longevidade” no ano de 2021.

Conforme expressa Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5),

“[...] análise documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Dessa forma, tal metodologia pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc.

Consoante este aspecto teórico, se visa realizar reflexões acerca da análise documental permeando a investigação de evidências científicas, utilizando procedimentos técnicos específicos para examinar e compreender o teor de documentos de diversos tipos, e deles, obter as mais significativas informações, conforme os objetivos pré-estabelecidos. Esta pesquisa tem como escopo elencar possibilidades da aplicabilidade do Selo Paulista de Longevidade frente sua constituição e conceituação de narrativa historiográficas situadas no campo epistemológico das políticas públicas do Estado de São Paulo.

A escolha dos documentos, seguindo as perspectivas e ideias expressas por Kripka, Scheller e Bonotto (2015):

[...] consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 245).

A análise foi composta pelas seguintes etapas:

- a) Critérios de inclusão: documentos e informações disponíveis de maneira gratuita, recorte temporal datado desde a criação do Sistema Único de Saúde, idioma português e dados sobre os programas "São Paulo Amigo do Idoso", "Selo Amigo do Idoso" e o "Selo Paulista da Longevidade";
- b) Critérios de exclusão: políticas públicas que não correspondiam com a população idosa, documentos não disponíveis na íntegra para leitura, materiais e informações sem cunho ou estruturação dos programas supracitados;
- c) Organização das informações coletadas a partir de uma leitura flutuante, que constitui em um contato primário com os documentos e informações que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material (BARDIN, 2011);
- d) Avaliação geral e interpretação minuciosa dos documentos e informações encontradas frente as temáticas previamente definidas. A finalidade desse tipo de organização sistêmica é facilitar as análises descritivas e críticas sobre as produções selecionadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. CARACTERIZAÇÃO RETROSPECTIVA ESTRUTURAIS DO PROGRAMA SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO

Para estruturar o programa, pesquisas em órgãos, políticas públicas, decretos e o Estatuto do Idoso, foram essenciais para fomentar ações e propostas que visasse sua idealização. Por meio da Lei 8.080/1990, o Sistema Único de Saúde foi instituído, tendo como princípios e diretrizes: universalidade de acesso em todos os níveis de assistência à saúde; igualdade na assistência, sem preconceitos e privilégio de qualquer gênero; integralidade da assistência; participação social; e descentralização político-administrativa de todos indivíduos, incluindo a pessoa idosa.

A Política Nacional do Idoso (PNI) instituída em 1994, assegura os direitos sociais e possibilita condições que facilite a sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Os desafios advindos do avançar da vida, possui uma pluralidade de dimensões e ocorrências, em tal demanda relaciona com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como com a ação reivindicatória dos movimentos sociais. A PNI visava criar subsídios para promover a longevidade com qualidade de vida, inserindo ações pautadas, não exclusivamente para a população idosa, mas também para aqueles que vão envelhecer, atuando já nas etapas anteriores do ciclo vital em prol do envelhecimento ativo (BRASIL, 1994).

Diversos princípios são necessários para se estabelecer a PNI no território nacional:

“ I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

II - O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;

III – A pessoa idosa não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;

IV - O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;

V - As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei” (BRASIL, 1994 s.p).

Posteriormente regulamentada por meio do Decreto Nº 1.948/96.6, dando início ao Conselho Nacional do Idoso. Essa Lei visa garantir direitos sociais que corroborem para a promoção da autonomia, a integração e a participação de maneira efetiva a pessoa idosa na sociedade, de modo a desempenhar sua cidadania (BRASIL, 1997).

Portanto, foi considerado a idade de 60 anos ou mais, para um indivíduo ser considerado idoso. Como elemento das estratégias e diretrizes dessa política, ganha ênfase a descentralização de ações, estreitando laços com os Estados e municípios, em parceria com entidades governamentais e não governamentais. A Lei aponta determinantes aspectos, tais como: assegurar a pessoa idosa todos os direitos de cidadania, com a família, a sociedade e o Estado os responsáveis em garantir sua participação no meio social, proteger sua dignidade, bem-estar e direito à vida (BRASIL, 1994).

Respalado pela Lei, a pessoa idosa não deve sofrer discriminação de nenhuma natureza, bem como deve ser o principal ator e o destinatário das mudanças indicadas por essa política. E, por fim, é obrigação dos poderes públicos e à sociedade em geral a aplicação dessa lei, ponderando as diferenças sociais e econômicas, bem como as regionais.

Em 1999, criou-se a Política Nacional da Saúde do Idoso pela Portaria 1.395/1999 do Ministério da Saúde, que constitui as diretrizes basais que norteiam a definição e redefinição de planos, programas, projetos e ações no campo de atenção integral às pessoas em processo de envelhecimento e aos idosos. Dentre as principais perspectivas, destaca-se: a busca pela promoção do envelhecimento ativo e saudável, preconização com foco na prevenção de doenças, a manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde da pessoa idosa, à reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, auxílio ao desenvolvimento de cuidados informais, e fomento para novas pesquisas e estudos, garantindo primordialmente sua permanência no meio social desempenhando as atividades da maneira mais autônoma possível (BRASIL, 1999).

Avançando na cronologia, em 2003, entra em vigor a Lei nº 10.741, que aprova o Estatuto do Idoso, que surge com a finalidade de regular os direitos assegurados aos idosos. O Estatuto corrobora os princípios que orientaram as discussões sobre os direitos humanos da pessoa idosa. Este documento aponta os direitos fundamentais do idoso relacionados aos aspectos: à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, a alimentos, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, profissionalização do trabalho, previdência social, assistência social, habitação e ao transporte. Ademais, discorre sobre medidas de proteção, política de atendimento ao idoso, acesso à justiça e crimes (BRASIL, 2003).

Outro documento que evidencia o avanço da legislação brasileira na defesa dos direitos da pessoa idosa, é a Portaria nº 2.528, que trata da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), aprovada em 19 de outubro de 2006. A PNSPI, objetiva permitir um envelhecimento ativo e saudável, o que constitui preservar a capacidade funcional, autonomia e manter o nível de QV em acordo com os princípios e diretrizes do SUS, que norteiam medidas individuais e coletivas em todos os níveis de atenção à saúde (BRASIL, 2006).

Nesse mesmo ano, foi realizada a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em Brasília, na qual visou garantir e ampliar os direitos da pessoa idosa e a fim de construir a Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006).

Como se trata de um estudo retrospectivo, é necessário citar que no ano 2000, 189 países membros da ONU, reuniram-se para pensar sobre o futuro do planeta e embasados nos princípios humanos básicos como: a liberdade, igualdade, tolerância, respeito à natureza e

solidariedade – tanto entre indivíduos quanto entre Estados e organizações internacionais, desencadearam o documento denominado “Declaração do Milênio”, na qual delinearam a existência de objetivos comuns a todos eles (PNUD, 2012).

A proposta, deu origem aos “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” (ODM), que tinha como base o desenvolvimento de oito metas a serem concretizadas até o ano de 2015. Em sua essência, abarcava intimamente o exposto dever de que os Estados deveriam pensar na sociedade como um todo, principalmente nos grupos mais vulneráveis, incluindo a população idosa, assim, subsidiar demandas com o processo de envelhecimento demandará programas contínuos de cuidados com o que tange a saúde, incluindo a autonomia, independência e à participação popular, relações interacionais, promoção de serviços especializados e a capacitação de pessoal (SILVA & SILVA, 2012).

Frente as conceituações supracitadas, o Programa São Paulo Amigo do Idoso foi pensado, abarcando em sua essência os dizeres previamente estipulados.

2. PROGRAMA SÃO PAULO AMIGO DO IDOSO E SELO AMIGO DO IDOSO

Os programas foram estabelecidos por meio do Decreto nº 58.047 de 15 de maio de 2012, visto que foram criados como meio instrumental para a promoção do processo de mobilização regional acerca do envelhecimento humano, sendo disseminado ainda para os vários setores governamentais e sociais, com a finalidade de corroborar com o desenvolvimento de territórios amigáveis para todos os 645 municípios paulistas, distribuídos em 42 regiões de governo, 14 regiões administrativas e três regiões metropolitanas, enfatizando o envelhecimento ativo e promoção da saúde aos indivíduos com 60 anos ou mais. Já o Selo Amigo do Idoso, foi instituído com o objetivo de estimular os municípios, entidades e a Sociedade Civil a implantarem ações referenciadas pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso, onde obterão certificação os municípios paulistas, órgãos da administração direta e indireta, entidades públicas e privadas, de acordo com boas práticas gerontológicas.

A seguir, serão ilustrados os principais critérios para a obtenção do Selo de Município Amigo do Idoso:

Tabela 1: Sistemática categórica para obtenção do Selo pelos Municípios

Passo 1: Assinatura do Termo de Adesão
Passo 2: Ações obrigatórias para receber o Selo Inicial
Passo 3: Ações obrigatórias e eletivas para receber o Selo Intermediário
Passo 4: Ação obrigatória e eletiva para receber o Selo Pleno

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2012)



Figura 1: Selos do Programa São Paulo Amigo do Idoso

Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (2012)

2.1 Descrição da etapa para obtenção do selo

Inicialmente, o município que deseja aderir ao Programa São Paulo Amigo do Idoso e habilitar-se para receber o Selo Amigo do Idoso, necessita majoritariamente assinar o documento denominado de Termo de Adesão, sendo este, basal para o início do compromisso em executar as ações que visam integrar o idoso na sua totalidade, por meio de uma ótica que priorize as múltiplas facetas do envelhecimento. Após esta etapa, o município recebe o primeiro selo, mostrando em estar disposto a realizar as ações e estratégias que corroboram para o Selo de Município Amigo do Idoso.

Em relação a primeira etapa, existe interlocução com a promoção da saúde, que se destaca por ser uma estratégia que busca melhorias da qualidade de vida dos grupos populacionais. Ações promotoras da saúde devem considerar os determinantes sociais da saúde e de que maneira estes causam impacto nos aspectos multifatoriais que envolvem a vida humana. Em consonância, para atingir um estado de completo bem-estar físico, mental e social, a saúde deve ser vista como um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas na direção de um bem-estar global (BRASIL, 2012).

Assim, a longevidade é uma realidade no cenário brasileiro, tanto em relação ao quantitativo de pessoas idosas como em relação ao aumento significativo da expectativa de vida, deste modo, essa realidade visa se estabelecer uma nova demanda de políticas públicas estruturadas que atendam às necessidades desse grupo etário. A proposta do estado em disseminar ações que promovam a saúde geriátrica por meio do Programa São Paulo Amigo do Idoso, prediz em práticas sanitárias interdisciplinares, que integram diferentes saberes e estratégias a nível intra e extra setorial, abarcando a conceituação de articular e disseminar a promoção da saúde, prevenção aos agravos da saúde e enfrentamento dos problemas existentes no território.

2.2 Etapa 2: Selo inicial

Após adesão ao Programa, o município inicia a busca pela evolução de fomentos que envolva a territorialidade, visto que no prazo de um ano se deve concretizar ações obrigatórias para obtenção do selo inicial.

A seguir, serão elencadas as metas e descrição desta etapa:

a) Criar o Conselho Municipal do Idoso

Nesse quesito, é necessária a criação de um órgão representativo da pessoa idosa, interlocutando a relação entre a comunidade e aos poderes públicos na busca de soluções compartilhadas. O Conselho tem a missão de manter em sua essência sintonia com o Estatuto do Idoso e políticas públicas a nível federal e estadual e assim adequar as leis e regulamentações. O órgão não poder ter filiação partidária e deve elencar propostas aos poderes municipais formulando políticas dirigidas à pessoa idosa (NETO, 2018).

b) Realizar diagnóstico de gestão sobre as políticas voltadas para o idoso

Analisar o desenvolvimento e mensurar o desempenho das diversas ações realizadas, para que se busque critérios avaliativos do conselho e formação da comissão municipal por meio de diagnóstico e planejamento, levantamento e análise de dados e informações sobre o que tange a pessoa idosa no município. O diagnóstico viabiliza o mapeamento e análise da formulação de propostas de ação, fortalecimento do sistema de garantia de direitos e políticas gerontológicas.

c) Realizar diagnóstico com os idosos do Município

Os saberes advindos do contato proximal com a pessoa idosa, auxilia no mapeamento territorial, permite o conhecimento de futuras tomadas de decisões acerca das políticas públicas, monitoramento das vulnerabilidades e potencialidades, identificação geral sociodemográfica e elaboração de plano de ação, o que poderá proporcionar conhecimento para o envelhecimento com dignidade, bem como a melhoria na qualidade de vida e da assistência multidimensional à pessoa idosa daquele município.

d) Incluir ações para garantia dos direitos dos idosos nos Planos Municipais de Saúde e de Assistência Social

O Plano Municipal de Saúde (PMS) é o instrumento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde para o período de quatro anos. Nele, apresentam-se os compromissos do governo para o setor saúde. A partir de uma análise situacional das necessidades de saúde da população e das especificidades intramunicipais, o PMS estabelece diretrizes, objetivos e metas a fim de garantir a atenção integral à saúde dos usuários, a PMS é a expressão da responsabilidade municipal com a saúde da população, sendo a síntese de um processo de decisão sobre o que fazer para enfrentar um conjunto de problemas. O processo de elaboração do PMS contempla uma tripla dimensão: política, técnica, econômica, valores éticos, morais e culturais.

e) Adequação/ Ampliação a cobertura vacinal de idosos

O Brasil é um dos países que existe a maior disponibilização de vacinas aos cidadãos, porém ainda existe a ausência de adesão do grupo populacional idoso a essa prática de saúde. Assim, frente o avançar da vida, se eleva a ocorrência de doenças infecciosas fazendo com que o processo de vacinação, torna-se essencial, já que constitui a melhor estratégia para o enfrentamento das infecções imunopreveníveis (OLIVEIRA *et al.*, 2016). Deste modo, o município deve incentivar por meio de ações de promoção da saúde a adesão da pessoa idosa no que tange a cobertura vacinal.

f) Implantar ações de promoção de saúde e prevenção de quedas para idosos

As quedas se destacam por ser um problema de saúde pública e que cresce de maneira exponencial, sendo considerada como a principal causa externa de morbidade e mortalidade entre o grupo populacional idoso. Além disso, pode acarretar em alterações que culminam com a redução da qualidade de vida, aumento da dependência funcional e até acarretar no óbito (ROSADO, 2021). Os municípios por sua vez, devem possibilitar ações de promoção da saúde e prevenção de agravos para o enfrentamento desse problema. Espera-se assim, que a atuação seja realizada por meio de políticas públicas, formulação de campanhas de conscientização, elaboração de metas, implantação e avaliação da efetividade.

g) Implantar ações para garantir acessibilidade aos idosos no transporte público municipal

O Programa São Paulo Amigo do Idoso, possui a integração de políticas públicas setoriais voltadas à população idosa embasadas na essência do Estatuto do Idoso, lei 10.741/2003 que prevê em seu artigo 39 que a população idosa possui direito à gratuidade para utilizar os transportes públicos coletivos (BRASIL, 2003). Ao se pensar na garantia de acessibilidade e mobilidade urbana no transporte público, o objetivo é atender as necessidades dos indivíduos, visto que a qualidade do envelhecimento está intimamente relacionada com os aspectos de mobilidade, podendo ser influenciada pela característica dos serviços de transporte oferecido pelo município.

2.3 Etapa 3: Selo Intermediário

O município após avançar na realização das metas estipuladas na etapa anterior, terá o prazo de mais 12 meses para cumprir três ações de cunho obrigatório e outras três ações eletivas. A seguir, serão elencadas e explicadas cada meta:

a) Cadastrar os idosos no CadÚnico

O Cadastro Único é um programa que organiza as informações onde o consegue localiza e conhece melhor o cenário socioeconômico dos cidadãos brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza por meio de dados fornecidos pela população, visando atender a demanda por meio de benefícios e assistências sociais desenvolvidos para amenizar a situação dos indivíduos. O CadÚnico auxilia no diagnóstico e triagem para a concessão de diversos benefícios (BRASIL, 2001).

b) Cadastrar os idosos nas Unidades Básicas de Saúde com identificação de suas necessidades de saúde

Em busca de melhoria da qualidade nos serviços de atendimento à pessoa idosa, torna-se fundamental cadastrar a população com 60 anos ou mais nas Unidades Municipais de Atenção Básica de Saúde, visto que este é um importante instrumento para qualificar e quantificar a identificação das necessidades e especificidades de saúde a nível individual e coletivo, bem como o potencial de risco e graus de fragilidade, sendo, portanto, basal para o acompanhamento das demandas biopsicossociais do sujeito que envelhece, onde o cadastro servirá ainda como um indicador municipal das condições de saúde da pessoa idosa.

c) Criar Programa de Qualificação e Formação dos funcionários envolvidos com transporte público

A fim, de ampliar o acesso ao transporte e o manejo que garantam serviço de qualidade, são necessárias ações que atendam de maneira integral a busca por melhorias no atendimento ao idoso enquanto utilizam o transporte público. Os profissionais que atuam nessa função, possuem relevância na garantia de condições para o transporte seguro, digno e cidadão, no qual as pessoas idosas se sintam integradas, incluídas e respeitadas. É missão dos municípios identificar a qualificação técnico e profissional, promovendo assim acessibilidade e qualidade na assistência e segurança (BRASIL, 2003).

2.4 Etapa 4: Selo Pleno

Após evidenciar por meios comprobatórios as ações obrigatórias e eletivas designadas pelo Selo Intermediário, o município terá que cumprir novas ações, sendo 01 obrigatória e 01 eletiva ainda não implantada pela cidade para atingir o selo pleno, sendo este o grau máximo do programa. A ação obrigatória é a repetição do diagnóstico com os idosos do Município, com o objetivo de identificar de modo multidimensional as melhorias frente a percepção das pessoas idosas quanto às ações implantadas desde a assinatura do Termo de Adesão.

3. AÇÕES ELETIVAS

Os municípios aderentes ao Programa São Paulo Amigo do Idoso, após atingirem maiores classificações do Selo Municipal Amigo do Idoso, poderão selecionar ações e estratégias eletivas, com o objetivo de ampliar a visão sobre o envelhecimento humano.

Tabela 2: 30 ações eletivas para serem escolhidas pelos Municípios:

1. Criar o Fundo Municipal do Idoso
2. Garantir assento ao idoso nos Conselhos Municipais de Saúde e Assistência Social
3. Formalizar parcerias com 2º e 3º Setores voltadas para ações com idosos
4. Desenvolver ações para ampliar a cobertura dos idosos que têm direito ao Benefício de Prestação Continuada - BPC
5. Implantar projetos em espaços públicos existentes em desconformidade com a NBR 9050
6. Implantar repúblicas para idosos independentes
7. Implantar política de concessão de crédito para reformas residenciais

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

8. Prover o serviço de fornecimento de projeto-padrão de HIS (Habitação de Interesse Social) concebido de acordo com o desenho universal
9. Elaborar / Adaptar o Código de Obras às Normas da ABNT e ao Desenho Universal
10. Elaborar / Adaptar o Código de Posturas Municipais às Normas da ABNT e ao Desenho Universal
11. Promover capacitações de profissionais de saúde para o conhecimento geriátrico gerontológico
13. Realizar fiscalização das Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPIs pela vigilância sanitária e ampliar o grau de adequação
14. Realizar ações de saúde bucal para pessoas idosas
15. Realizar atendimento domiciliar para idosos dependentes
16. Integrar atendimento dos serviços do SUS e do SUAS para o idoso (Centro de Convivência, Centro Dia e Instituições de Longa Permanência de Idosos - ILPIs)
17. Implantar ações de Segurança Alimentar voltada para o idoso
18. Implantar ações focadas na prevenção, identificação e proteção da violência contra idosos
19. Implantar serviço(s) de acolhimento e tratamento das denúncias referentes à violação de direitos do idoso
20. Implementar políticas e ações para diminuição do índice de analfabetismo local em idosos
21. Desenvolver plano de educação continuada para requalificação profissional do idoso
22. Promover cursos de capacitações que estimulem o papel de educador do idoso
23. Implementar programas pedagógicos interdisciplinares com o tema envelhecimento humano
24. Estimular ações voluntárias para atuar em projetos com idosos
25. Implementar a meia-entrada nos pontos turísticos do Município
26. Implantar projeto de monitoria para os idosos em pontos culturais e turísticos
27. Implantar ações culturais para os equipamentos de acolhimento institucional voltados para o idoso
28. Implantar projeto de resgate da história oral sobre a criação dos bairros e/ou do Município
29. Implantar projeto para facilitar o acesso e participação do idoso em atividades culturais
30. Implantar ações de incentivo à recolocação e manutenção do trabalhador que envelhece no mercado de trabalho

Fonte: Governo do Estado de São Paulo (2012)

Ressalta-se que houve alteração da nomenclatura do “Programa São Paulo Amigo do Idoso” e o “Selo Amigo do Idoso” por meio do Artigo 6 do Decreto nº 66.346 de 16 de dezembro de 2021 de São Paulo, reformula e ainda designa novas perspectivas acerca do novo modelo de inserção denominado “Selo Paulista da Longevidade”, onde se objetiva estimular pessoas jurídicas, setores públicos e privados a implantarem ações referenciadas em prol da pessoa que envelhece. É notório evidenciar que no território brasileiro, existem diversas políticas públicas, programas e estratégias que priorizam a pessoa idosa, e que analisar tal programa, se fortalece a disseminação e busca por respaldos mais equitativos no estado de São Paulo a luz da promoção da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento humano abarca inúmeros fatores que podem impactar de maneira benéfica ou negativa a vida da população idosa. Para que se tenha seguridade frente ao avançar de idade, é necessário que existam formulações, implementação e avaliações de políticas públicas, fomentos e estratégias eficazes e que possibilitem o exercício legal da cidadania geriátrica, com o

objetivo de ampliar a visão biopsicossocial e multidimensional desse grupo populacional. Nesse escopo, o estado paulista, possui o Programa São Amigo do Idoso, que em sua essência visa incentivar os municípios a buscar meios e estratégias para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa nos mais variados pilares que envolve a sociedade contemporânea. a convivência dessas pessoas com a sociedade em geral. Entretanto, os municípios ainda não são totalmente aderentes na adesão do programa, e desse modo, é necessário buscar de maneira contínua, discussões frente as necessidades que envolve a saúde da pessoa idosa, nas diferentes regiões do território do estado, visando a integração e organização da sistemática para a manutenção dessa estratégia, mas sobretudo em sua funcionalidade em consonância entre a população idosa, a sociedade e os gestores nas várias esferas do governo.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLÉIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 66.346, de 16 de dezembro de 2021. Sp.gov.br. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2021/decreto-66346-16.12.2021.html> Acesso em: 3 set. 2022.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

BATISTA, E. B. *et al.* Inclusão Digital como ferramenta ao envelhecimento ativo: um relato de experiência. **Prisma.com**, n. 38, p. 69-81, 2019.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br> Acesso em: 13 de ago. 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa. 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 04 de setembro de 2022.

BRASIL. Gabinete do Ministro de Estado da Saúde (BR). Portaria No 1.395 de 9 de dezembro de 1999: aprova a Política Nacional de Saúde do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 13 Dez 1999. Seção I, n.237-E, p.20-4.

BRASIL. Ministério de Saúde. Portaria n. 2528/GM, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa [Internet]. Brasília; 2006
Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html Acesso em 09 set. 2022.

BRASIL. **Programa São Paulo Amigo do Idoso.** Sp.gov.br. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/idosos/programas_e_projetos/index.php?p=270237 Acesso em: 3 set. 2022.

BRASIL. **Estatuto do idoso.** Brasília (DF): Senado Federal, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 3.887**, de 16 de agosto de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3887.htm . Acesso em: 08 de set 2022

BRASIL. **Lei no 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: MPAS, 1994.

FUNDAÇÃO SEADE. **Razão de sexo (1) da população de 60 anos e mais, por grupos de idade em São Paulo.** Disponível em:

<http://produtos.seade.gov.br/produtos/retratosdesp/view/index.php?loclId=1000&indId=4&temald=1>

Acesso em: 3 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prevalência populacional e dados gerais do Estado de São Paulo**. disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 1 out. 2022.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. Atas CIAIQ2015. Investigação Qualitativa em Educação/Investigación Cualitativa en Educación, v. 2, p. 243-247, 2015

NETO, H. F. M. Porto. A legislação brasileira e a política da pessoa idosa. **Revista Longeviver**, 2018.

OLIVEIRA, L. P. et al. Perfil e situação vacinal de idosos em unidade de estratégia Saúde da Família. **Rev Pesq Saúde**, v. 17, n. 1, p. 23-6, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Cidades e Comunidades amigas das pessoas idosas - Paho.org. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/cidades-e-comunidades-amigas-das-pessoas-idosas>. Acesso em: 9 set. 2022.

PNUD - Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (2012). **Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em: 09 set. 2022

ROSADO, S. R. et al. Prevalência De Quedas Entre Idosos De Uma Instituição De Longa Permanência. **e-Scientia**, v. 14, n. 1, p. 1-10, 2021.

SÁ-SILVA, J. R; ALMEIDA, C. D. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de história & ciências sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, G. C. N. et al. Violência contra idosos: uma análise documental. **Aquichan**, v. 18, n. 4, p. 449-460, 2018.

SILVA, A. C. D. A. P.; SILVA, H. P. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no milênio dos idosos. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 15, n. 3, p. 7-14, 2012.

**PROGRESSÃO CONTINUADA: IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE E DA
SOCIEDADE**

CONTINUING PROGRESSION: IMPACTS ON STUDENT AND SOCIETY DEVELOPMENT

Área temática: Educação de Qualidade

URSINI, Driely Turi
Uni-FACEF

Graduada em Licenciatura em Matemática. Professora da Rede Municipal e Estadual na Educação
Básica e Educação de Jovens e Adultos.

Aluna Especial do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Mestrado em Desenvolvimento
Regional, do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF.

dricaurisni@gmail.com

Resumo

O presente trabalho busca abordar a política pública educacional da progressão continuada, fazendo uma análise e reflexão sobre ela neste momento de volta ao ensino presencial após dois anos de ensino à distância. Especificamente, pretende-se elaborar essas observações com base na opinião de professores de escolas da cidade de Franca/SP. O trabalho busca investigar a progressão continuada a partir do olhar do desenvolvimento, pois é relevante observar a prática da política instaurada, se suas propostas e os objetivos estão sendo atingidos, além de ouvir a opinião das pessoas que estão fazendo acontecer. As metodologias de pesquisa etnográfica e revisão bibliográfica foram utilizadas para produzir o trabalho. Foi possível concluir que a problemática da progressão continuada é ainda mais preocupante em tempos de pandemia, onde o aluno é aprovado sem as habilidades de seu ano atual e de anos do ensino fundamental I, onde se aprende a ler, interpretar, escrever, além das operações básicas de matemática. O prejuízo social é incalculável, uma vez que o papel da escola – formar cidadãos com senso crítico e com habilidades para serem capazes de viver em sociedade – não será cumprido. Sendo assim, a reflexão trazida pelo trabalho é de que, se o ensino de ciclos, trazido para desenvolver os índices da educação, está de fato sendo eficaz na qualidade da mesma.

Palavras-chave: Progressão Continuada; Política Pública; Educação.

Abstract

The present work seeks to address the public educational policy of continued progression, analyzing and reflecting on it at this time back to face-to-face teaching after two years of distance learning. Specifically, we intend to develop these observations from the point of view of school teachers in the city of Franca/SP. The work seeks to look at the continued progression from the perspective of development, since it is relevant to observe the practice of the policy established, if its proposals and objectives are being achieved, in addition to listening to the opinion of the people who are making it happen. The methodologies of ethnographic research and literature review were used to develop the work. It was possible to conclude that the problem of continued progression is even more worrying in times of pandemic, where the student is approved without the skills of his current year and years of elementary school I, where he learns to read, interpret, write, in addition to the basic math operations. The social damage is incalculable, since the role of the school – to form citizens with a critical sense and with the skills to be able to live in society – will not be fulfilled. Therefore, the reflection brought by the work is that, if the teaching of cycles, brought to develop the education indexes, are in fact being effective in the quality of the same.

Keywords: Continuing Progression; Public policy; Education.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido como proposta da disciplina “Aspectos Humanos e Sociais do Desenvolvimento”, onde a docente Dra. Daniela de Figueiredo Ribeiro, do programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Uni-FACEF, convidou os discentes a enxergar o conceito de

desenvolvimento com outros olhos. A professora, gentilmente, apresentou o autor Amartya Sen e sua visão sobre o que é o desenvolvimento. De maneira pessoal foi possível refletir sobre como eu, mulher de 32 anos, formada para lecionar, havia percorrido tantos caminhos até aqui apenas aceitando a ideia tradicional de que desenvolvimento está diretamente ligado ao Produto Interno Bruto (PIB), a tecnologia, inovações, riquezas, a imagem de que “quanto mais, melhor”.

Na contramão desse pensamento, o economista indiano Amartya Sen tem um olhar mais profundo sobre o tema, de acordo com a autora Neder (2019):

[...] Sen concentra seu foco analítico em fatores que vão além da renda, industrialização, desenvolvimento tecnológico, mas também, e sobretudo, no acesso dos indivíduos a serviços de educação e de saúde, assim como o exercício de direitos civis, ou seja, as liberdades políticas e outras classificações e dimensões de liberdade. (Pg. 2-3)

Sendo assim, o desenvolvimento como é ensinado tradicionalmente busca cada vez mais dinheiro, mais tecnologia, entre outras coisas, sem pensar nos limites, como o da exploração da natureza, do humano, entre tantos outros. Enquanto isso, Sen busca olhar o desenvolvimento enquanto liberdade para o ser humano, em primeiro e principal lugar está o homem e sua autonomia para ser quem ele escolher.

Durante o decorrer deste trabalho abordaremos um tema educacional. É sabido que a educação é peça fundamental para o desenvolvimento humano e social, por isso é essencial que o ser humano tenha liberdade e também capacidade para escolher o que julga melhor para si.

No tópico 2 serão trazidos esclarecimentos a respeito da política pública educacional chamada progressão continuada, o que é de fato e quais foram as propostas para instaurá-la no sistema de educação brasileira.

Em seguida, no tópico 3 será abordada a metodologia de pesquisa etnográfica, a caracterização do local e o perfil de onde foram feitas as observações para a pesquisa.

Por fim, é feita a conclusão das observações realizadas e reflexões acerca do tema tratado durante o desenvolvimento deste trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Progressão Continuada

Para desenvolver este trabalho é necessário pontuar e trazer elucidações acerca do tema que será abordado na pesquisa etnográfica, a progressão continuada, política pública vigente na educação básica das escolas públicas do Brasil.

No ensino de Educação Básica do Brasil temos, basicamente, dois tipos de ensino: os que encerram uma série a cada ano e o aluno é reprovado ou aprovado naquele ano, ou então, por ciclos, onde o aluno pode ser reprovado apenas no final de um ciclo, que geralmente tem períodos maiores do que um ano.

Há quem defenda e também quem critique o ensino através de ciclos. A justificativa para o uso de ciclos é de que haja regularização do fluxo de alunos durante o decorrer dos anos escolares, superação do insucesso escolar e as grandes taxas de reprovação. Justificando então, o pensamento de que por não terem a reprovação ao final de cada ano, os alunos se animem e não interrompam seus estudos.

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) trouxe as orientações para as escolas que optassem por aderir ao sistema de progressão continuada, no Art. 32 a LDB diz:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 1996, p.823).

No estado de São Paulo o sistema de progressão continuada é o vigente atualmente, segundo Bizelli, Cunha e Pereira (2013):

O Conselho de Educação do estado de São Paulo instituiu o regime de progressão, permitindo que o Ensino Fundamental fosse organizado em ciclos e não mais em séries. Conforme a LDB e o regime de Progressão Continuada, a avaliação do rendimento escolar do aluno deve ser realizada periodicamente pelo professor, sendo que o aluno pode concluir o ensino fundamental em no máximo dez anos, considerando-se motivo de repetência a avaliação no último ano de cada ciclo – antigas 4ª e 8ª séries – e o excesso de faltas em qualquer série. Contudo, a ideia de reprovação por notas, na maioria das vezes, não acontece. (Pg. 151)

De acordo com os documentos oficiais publicados pelo estado de São Paulo, o nome “progressão continuada” foi adotado pois, o termo “aprovação automática” não traduz com precisão o sentido do programa, que não apenas busca normas administrativas, mas também abrange a condição pedagógica, a convicção de que toda criança tem capacidade de aprender.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A PRÁTICA ETNOGRÁFICA

No decorrer deste tópico será abordado o conceito da pesquisa etnográfica, sua prática e a aplicação deste tipo de pesquisa nas escolas, campo de observação para construir o relato deste trabalho.

3.2 ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS COTIDIANAS

A pesquisa etnográfica é uma investigação feita através da observação da cultura e da sociedade da qual se escolhe averiguar. Tem a característica desse olhar mais humano para o objeto de pesquisa. De acordo com André (1995, pg. 24):

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.

Sendo assim, este tipo de pesquisa permite que o contato do pesquisador com o meio observado, seja mais direto. A constatação dos fatos e atitudes levam a reflexões e propostas de olhares diferenciados acerca de uma mesma situação.

Dentro do ambiente escolar a pesquisa etnográfica pode ser especialmente relevante, pois, com a agitação e problemas do dia a dia, muitas vezes os profissionais da equipe pedagógica acabam não observando suas próprias práticas e ainda menos, refletindo sobre elas.

Para André (1995, pg. 34), no que diz respeito a pesquisa etnográfica nas práticas educacionais é possível dizer que:

Por meio de técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensivas, é possível documentar o não documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia a dia da prática escolar, descrever as ações e representações dos seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas de comunicação e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico.

É plausível registrar que, como diz a autora, “documentar o não documentado”, realiza um papel importante da pesquisa etnográfica, normalmente não realizado, de registrar o cotidiano. Muitos estudiosos falam da educação, sem observar o cotidiano escolar, sem refletir sobre ele, sem olhar humanamente para as pessoas que colocam em prática diversos projetos impostos, que sequer os ouviram para serem construídos.

André (1995, pg. 34) ressalta que:

Nesse sentido, o estudo da prática escolar não pode se restringir a um mero retrato do que se passa no seu cotidiano, mas deve envolver um processo de reconstrução dessa prática, desvelando suas múltiplas dimensões, refazendo seu movimento, apontando suas contradições, recuperando a força viva que nela está presente.

A observação e reflexão são valiosos instrumentos que se pode utilizar para aperfeiçoamento constante da prática. Por isso, a necessidade de tornar esta prática comum no dia a dia.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL OBSERVADO

A pesquisa foi realizada com professores de diversas escolas públicas de Ensino Fundamental II, da cidade de Franca/SP.

A autora deste trabalho atua como professora de matemática em escolas estaduais (Ensino Fundamental II) e municipais (Educação de Jovens e Adultos - EJA). Desde o início do período de atuação é notável os problemas psicossociais e de aprendizado gerados pelos dois anos de pandemia e ensino à distância, mas, conforme o final do ano se aproxima, outra questão chama atenção: a progressão continuada. Ainda mais neste momento, como essa política pública afeta os estudantes da rede pública.

Entretanto, a pandemia não é o único problema da educação. Antes mesmo dela, sempre foi possível notar os impactos da progressão continuada, política pública instalada e mal administrada em nosso país. Em escolas públicas, o estudante, por ter certeza que não será reprovado, deixa de estudar e verbaliza que o professor não poderá reprova-lo.

Ao entrevistar os professores foi possível verificar que a maioria deles também experienciam esse cenário em diferentes escolas, sejam elas de centro, rurais, de periferia, com diversos tipos de públicos, todos enfrentam situações difíceis pela falta de reprovação e assistência.

Em uma das respostas, um professor citou: "Acredito fielmente que o sistema de progressão continuada é um equívoco para os moldes brasileiros"; pois, o modelo de progressão continuada é reproduzido de países como Finlândia, Coreia do Sul, Reino Unido, entre outros.

Mas o que esses países fazem para que dê certo? Dão suporte aos alunos que necessitam. No turno e no contraturno das aulas, os estudantes que apresentam rendimentos mais baixos, recebem mais atenção e assistência dos professores. Dessa forma, podem se equiparar aos demais.

No Brasil existe outro grande problema gerado pela progressão continuada, já que por não adotar o modelo de repetência anual, ou seja, o estudante não reprovar ao final do ano, criou-se um fator cultural onde esse aluno interpreta que não precisa se esforçar para aprender e mesmo assim ser aprovado. Enquanto nos países de onde o modelo foi adotado a visão é completamente diferente, as famílias passam para os filhos a cultura de que estudar é importante e fundamental para os desenvolvimentos pessoais e sociais, por isso, a postura dos estudantes é diferente.

3.4 OPINIÃO DOS ENTREVISTADOS

Foram feitas quatro perguntas para cinco professores entrevistados, as respostas serão elencadas de forma sucinta.

PERGUNTA 1 - A Progressão Continuada é boa ou ruim para desenvolvimento do nosso sistema de educação?

BOA – 1 RUIM – 3 PARCIAL – 1

PERGUNTA 2 - Nesse cenário de volta da pandemia a Progressão Continuada ajuda ou atrapalha o desenvolvimento dos estudantes?

ATRAPALHA – 2 AJUDA – 1 NÃO TEM OPINIÃO – 2

PERGUNTA 3 - Sabendo que a progressão continuada reprova os alunos apenas em ciclos, é possível recuperar o tempo "perdido", de aprendizado intelectual e social da pandemia, aprovando os alunos mesmo sem que atinjam as habilidades essenciais esperadas para sua idade?

SIM – 0 NÃO – 3 PARCIAL – 2

PERGUNTA 4 - Quais os possíveis impactos (positivos ou negativos) você enxerga no futuro das gerações formadas através do método da progressão continuada?

Respostas: Déficit de aprendizagem, futuro sem grandes expectativas, dificuldade de muitos estudantes atenderem as demandas do mercado, pessoas desinteressadas e preguiçosas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A progressão continuada por si só não é ruim, como prova disso é possível citar diversos países que a usam e estão no ranking das melhores educações do mundo. O grande problema nessa política quando instalada no Brasil é a forma como é feita, sem os devidos suportes necessários, além da cultura criada no país onde se exalta o aluno que “passa sem fazer nada”, como se fosse uma pessoa muito “esperta” por utilizar as brechas do sistema em seu próprio favorecimento.

Por esse motivo é importante ressaltar que o que é ruim na verdade é a maneira como é gerida a política e não a política em si. Dessa forma é possível dizer que para se obter sucesso e resultados realmente positivos, é necessária uma mudança cultural de toda a comunidade escolar, e ainda, avanços na gestão e administração do modelo, buscando uma educação mais eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática da aprovação automática, já tão discutida anteriormente, merece um olhar ainda mais especial nesse momento. As consequências futuras da progressão continuada em tempos de pandemia, podem ser ainda mais devastadoras do que se está acostumado a ver nos dias atuais.

Pessoalmente, as análises e reflexões desenvolvidas no presente trabalho geram preocupação com o futuro. Se a escola tem o dever de formar cidadãos críticos e capazes de viver em sociedade, não seria certo aprovar alunos, de forma automática, que não atingem habilidades básicas esperadas para suas idades. Muitas vezes os estudantes aprovados não possuem habilidades essenciais como a leitura e a escrita, ou ainda que consigam ler, são analfabetos funcionais.

Hoje, inúmeros de nossos problemas de comunicação decorrem do analfabetismo funcional, temos cada vez mais cidadãos que teoricamente sabem ler, mas não tem capacidade de interpretar o que leem, e dessa forma, geram inúmeros desentendimentos e diversos problemas, desde os mais simples como conversas por aplicativos de mensagens até mais preocupantes, por exemplo, ao realizar compras, ler anúncios, notícias, resolver problemas, etc.

Sendo assim, é de extrema relevância que, o quanto antes, ações e políticas sejam instituídas e empregadas para recuperação dos alunos e, especialmente, aqueles que sofreram durante o tempo de pandemia.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BIZELLI, J. L.; CUNHA, M. D. da; CANDIDO PEREIRA, C. E. Impactos da progressão continuada na educação do estado de São Paulo. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 15, 2017. DOI: 10.22633/rpge.v0i15.9348. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9348>>. Acesso em: 25 set. 2022.

NEDER, R. N. A Teoria do Desenvolvimento de Amartya Sen: uma discussão teórico-empírica do papel das liberdades humanas. In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís. **Anais da IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_1057_10575cca2adb6ae26.pdf> Acesso em: 18 set. 2022.

ANEXO

Neste anexo estão as perguntas feitas por questionário do Google Forms e as devidas respostas.

Pergunta 1: A Progressão Continuada é boa ou ruim para desenvolvimento do nosso sistema de educação?

Professor 1. Ruim

Professor 2. É muito boa, pois ajuda na evasão escolar.

Professor 3. Não acho boa, pois os alunos ao longo dos anos não se preocupam, pois sabem que até sem nota, passam de ano.

Professor 4. Parcialmente, pode ser boa se de fato houver apoio (como fono, pedagogo, entre outros) para aquelas crianças que possuem alguma demanda especial para a aprendizagem seja atendida. Digo isso, pois fui uma criança que fui atendida por anos em fono, e o acompanhamento profissional me ajudou a alcançar um nível adequado de desenvolvimento. No entanto quando é aplicada sem o compromisso com as crianças que precisam de recuperação tende a reforçar o fracasso escolar.

Professor 5. Acredito fielmente que o sistema de progressão continuada é um equívoco para os moldes brasileiros. Embora ela seja defendida em outros lugares, acredito que nossa cultura não está desenvolvida para esse regime de educação. Portanto, acredito ser ruim para o desenvolvimento do nosso sistema de educação.

Pergunta 2: Nesse cenário de volta da pandemia a Progressão Continuada ajuda ou atrapalha o desenvolvimento dos estudantes?

Professor 1. Atrapalha.

Professor 2. Ajuda, muitos estão sem rotina e compromisso com os estudos.

Professor 3. Atrapalha.

Professor 4. Difícil responder, agora no 3º bimestre encontro estudantes com muitas limitações que progrediram, mas seguem com muitas lacunas de aprendizagem, acredito que deveria haver uma rede de apoio (psicólogos, fono, pedagogia, médicos, assistentes sociais) na educação.

Professor 5. Não tenho uma opinião formada a respeito desse tópico. Pensando friamente, analisando a situação, julgo que a Progressão venha a ajudar levemente a educação neste quesito.

Pergunta 3: Sabendo que a progressão continuada reprova os alunos apenas em ciclos, é possível recuperar o tempo "perdido", de aprendizado intelectual e social da pandemia, aprovando os alunos mesmo sem que atinjam as habilidades essenciais esperadas para sua idade?

Professor 1. Talvez.

Professor 2. Não recupera, porém é preciso considerar o meio onde o estudante vive.

Professor 3. Não, é bem difícil.

Professor 4. Cada aluno possui uma especificidade, para o professor é difícil identificar e atender cada uma dessas especificidades, haverá casos que sim, muitos que não.

Professor 5. Não concordo com essa afirmação. Infelizmente não consigo ver pontos positivos.

Pergunta 4: Quais os possíveis impactos (positivos ou negativos) você enxerga no futuro das gerações formadas através do método da progressão continuada?

Professor 1. Déficit de aprendizagem.

Professor 2. Depende muito do espaço onde ele vive e estuda, tem muito a ver com afinidade com professor também.

Professor 3. Um futuro sem grandes expectativas, pois os alunos não estão interessados em aprender para a vida, mas apenas para ter um certificado de conclusão do ensino médio e ficar livre da escola.

Professor 4. Na atual conjuntura vejo muita dificuldade de muitos estudantes atenderem as demandas do mercado cada vez mais exigente e tecnológico, e na dimensão humana também vejo acentuar a desmotivação e interesse por temas coletivos relevantes.

Professor 5. Acredito que a Progressão está formando alunos desinteressados e preguiçosos. Não vejo pontos positivos. Infelizmente.

**PROJETO DE EXTENSÃO NO CAMPUS DA UNESP DE FRANCA: EXPERIÊNCIAS UTILIZANDO
OS PILARES DE JACQUES DELORS (1996)**

**EXTENTION PROJECT ON THE UNESP FRANCA CAMPUS: EXPERIENSES USING THE PILLARS
OF JACQUES DELORS (1996)**

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Educação de Qualidade

BERTELLI, Célio

UNESP FRANCA

Doutor em Geociências e Meio Ambiente (UNESP Rio Claro)

celio.bertelli@unesp.br

FONSECA, Genaro A.

UNESP FRANCA

Doutor em Educação Escolar (UNESP – Araraquara)

ga.fonseca@unesp.br

BARBOSA, Caroline C.

UNESP FRANCA

Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFRAN)

caroline.c.barbosa@unesp.br

CINTRA, Rafaela, C.

UNESP FRANCA

Bacharela em Ciências Biológicas (UNIFRAN)

rafaela.cintra@unesp.br

Resumo

Este trabalho evidencia as experiências em oficinas pedagógicas no campo da Educação Ambiental seguindo os princípios de Jacques Delors, realizadas no campus da UNESP de Franca, e em sala de aula com alunos do Centro Paula Souza “Carmelino Corrêa Júnior”. A metodologia aplicada é de natureza qualitativa exploratória, a partir de visitas em campo e transformadas em práticas pedagógicas a serem aplicadas a alunos da Educação básica. Realizou-se também um extenso levantamento bibliográfico acerca do assunto cujo tema central é o Cerrado, um bioma que vem sendo degradado ao longo de toda a história brasileira, perdendo espaço para atividades de agricultura e pecuária. Dentro do campus da universidade encontra-se uma Área de Preservação Permanente com caracterização deste bioma e ecossistema Mata Ciliar, além disso, está inserido na Área de Proteção Ambiental do Rio Canoas, manancial de abastecimento público de Franca - SP. Para demonstrar à comunidade a importância deste local para a proteção e conservação dos recursos hídricos, foram realizadas oficinas pedagógicas de Educação Ambiental Crítica, seguindo os princípios de Jacques Delors: conhecer, fazer, viver e ser, temas propostos pelo projeto de extensão “Educação Integrativa Crítica, na recuperação do Cerrado e Mata Ciliar, com ênfase nas ervas medicinais no Campus da Unesp/Franca – SP”. Este trabalho resultou em visitas em campo com alunos e coordenadores com atividades de levantamento florístico, e palestras ministradas na escola técnica Centro Paula Souza “Carmelino Corrêa Júnior” tendo grande alcance entre os alunos.

Palavras-chave: oficinas pedagógicas, Cerrado, educação ambiental crítica.

Abstract

This work shows the experiences in pedagogical workshops in the field of Environmental Education following the principles of Jacques Delors, carried out on the UNESP Franca campus, and in the

classroom with students from the Paula Souza Center “Carmelino Corrêa Júnior”. The methodology applied it’s an exploratory qualitative nature, based on field visits and transformed into pedagogical practices applied to students. An extensive bibliographic survey of the subject was also carried out, whose central theme is the Cerrado, a biome that has been degraded throughout Brazilian history, a long space for agriculture and livestock activities. Inside the university campus there is a permanent preservation area with characterization of this biome and ecosystem of the Mata Ciliar, it is inserted in the Environmental Protection Area of the Canoas River, source of public supply Franca - SP. For the community to the importance of this place for the protection and conservation of water, pedagogical workshops were held on the resources of Critical Environmental Education demonstrating, following the principles of Jacques Delors: knowing, doing, living and being, themes proposed by the extension project “Critical Integrative Education”, in the recovery of the Cerrado and Mata Ciliar, with an emphasis on medicinal herbs at the Campus of Unesp/Franca – SP”. This work had scope in field visits with students and coordinators with activities of floristic survey, and lectures given at the technical school Paula Souza “Carmelino Corrêa Júnior great among the students.

Keywords: pedagogical workshops, Cerrado, Critical Environmental Education

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se desenvolve dentro da área de preservação ambiental do campus da UNESP de Franca - SP, que se configura como um laboratório natural de Educação Ambiental Crítica, seguindo os pilares de Jacques Delors (1996) conhecer, fazer, viver e ser. A área de localização do campus encontra-se inserida na Bacia do Rio Canoas, manancial que abastece a cidade de Franca. Possui em seu perímetro uma extensa mata ciliar e remanescentes de Cerrado que abrigam um tributário deste rio, o Córrego dos Correias.

O campus da UNESP foi estabelecido onde está atualmente, em 2009, no território da Fazenda Vila Eufrásia, na cidade de Franca. Parte de seu terreno é de vegetação nativa. Entretanto, devido a gravidade da atual situação em que o bioma Cerrado se encontra, é de extrema importância a procura por mecanismos que promovam sua restauração, proteção e conservação.

A Educação Ambiental Crítica estabelece que a transformação verdadeira só pode ser realizada a partir de uma mudança social da comunidade inteira, apenas assim haverá a transmissão dos ensinamentos e a mudança socioambiental do local. Portanto, este trabalho utiliza da metodologia qualitativa exploratória com ações de Educação Ambiental e pesquisas bibliográficas a respeito do assunto.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo evidenciar as experiências em oficinas pedagógicas seguindo os princípios de Jacques Delors, no campus da universidade e em sala de aula com alunos do Centro Paula Souza “Carmelino Corrêa Júnior”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O campus da UNESP de Franca está localizado na Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Canoas, em Franca - SP, determinada pelo Código Municipal do Meio Ambiente, a partir da Lei Municipal nº 09/1996, em seu artigo 55: “Fica criada, no Município de Franca, a Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Canoas, tendo em vista a sua importância para o abastecimento de água potável para a população francana.” Complementa a Lei Municipal nº 4.240, de 11 de dezembro de 1992, que considera de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto, para efeito de proteção dos mananciais hídricos e dá outras providências.

A universidade foi criada em 1962, denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca, um dos institutos isolados de Ensino Superior do estado de São Paulo. Em 1976, juntamente com outros institutos isolados, foi incorporada à UNESP. Em 2009, a faculdade foi transferida a um novo prédio, onde se encontra atualmente.

A vegetação do Cerrado ocupa 21% do território nacional, é um dos „hotspots” para a conservação da biodiversidade mundial. Nos últimos 35 anos mais da metade dos seus 2 milhões de km² originais foram perdidos para culturas de pastagem e agricultura. O Cerrado possui a mais rica

flora dentre as savanas do mundo (>7.000 espécies), com alto nível de endemismo (KLINK; MACHADO, 2005).

O termo Cerrado é utilizado para designar o conjunto de ecossistemas (savanas, matas, campos e matas de galeria) que ocorrem no Brasil Central (Eiten, 1977; Ribeiro et al., 1981). As amplas degradações ocorridas nas paisagens do Cerrado e a ameaça de muitas de suas espécies têm provocado o surgimento de iniciativas de conservação por parte do governo, de organizações não governamentais (ONGs), pesquisadores e do setor privado (KLINK; MACHADO, 2005).

As Matas Ciliares são caracterizadas por vegetação que cresce às margens de nascentes, rios, lagos, córregos e represas, ajudando a limpar e proteger as águas. Este ecossistema está presente em todos os biomas do Brasil, por isso sua vasta diversidade de plantas e animais que compõem as matas nos diferentes biomas. Cuidar das nascentes é fundamental para a preservação das Matas Ciliares, e o entorno das bacias-hidrográficas e o contrário também ocorre, com a proteção das Matas Ciliares, a qualidade e quantidade de água das nascentes e corpos d'água melhoram (SMA, 2014).

Uma das formas encontradas para a restauração, proteção e conservação deste bioma, foi a transformação social a partir da educação ambiental da comunidade em que este está inserido.

A Educação Ambiental se constituiu no Brasil como um campo de conhecimento e atividade pedagógica e política nas décadas de 70 e 80, em meio a um campo plural que reunia disciplinas científicas, matrizes filosóficas, posições político-pedagógicas, atores e movimentos sociais (LIMA, 2009).

De acordo com Loureiro (2008), na década de 80 a aproximação de educadores com processos pedagógicos freireanos e pedagogias críticas, fizeram com que surgissem propostas e ações que entendiam os problemas ambientais como consequências das relações e mediações sociais que constituem o indivíduo. Assim os problemas ambientais eram resultado da história e formações sociais, não do individual.

A legislação brasileira apresenta a proposta de Educação Ambiental a partir da Lei Federal nº9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, e a Lei estadual nº12.780 de 30 de novembro de 2007, que também preconiza a mesma vertente em âmbito estadual de São Paulo.

Os autores Polli e Signorini (2012) afirmam que: "A escola precisa criar novas formas de entender e compreender as representações socioambientais, de pensar e viver as relações com o planeta, o ambiente natural, social e econômico e cultural" (p.94).

A Educação Crítica foi proposta por Jacques Delors em 1996, e possui quatro pilares: conhecer, fazer, viver e ser. Aprender a conhecer e a estudar seu meio, aprender a fazer a prática do que foi ensinado, aprender a viver em comunidade, com diferentes culturas, aprender a ser um pensador crítico.

Com a visão crítica, aprende-se que não há leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade. Reconhece, portanto, a existência da multidisciplinaridade social em busca do desenvolvimento sustentável, considerando a singularidade e complexidade da cultura, educação, classe social, instituição, família, gênero, etnia, nacionalidade, etc. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007).

Outra determinação aceita para a educação crítica, é a educação transformadora. Esta procura a realização humana social, formando uma organização coletiva da espécie humana, deixando de ser apenas uma cópia de uma natureza deslocada do movimento total. Ou seja, busca a mudança da comunidade inteira, não apenas do indivíduo. Dessa forma, entende-se que as ações pedagógicas críticas exercitam o esforço de ruptura com os paradigmas estabelecidos, buscando propiciar a vivência do movimento coletivo (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2004).

O mapeamento ambiental, proposto por Meyer (1991, 1992 *apud*. TOZONI-REIS, 2008), propõe que a investigação e o estudo na escola e seu entorno podem ser realizados de maneira participativa, estimulando assim o desenvolvimento de atitudes investigativas, promovendo a responsabilidade, a organização e a ação necessária para a realização de trabalhos coletivos focados em cooperação.

Através desta proposta, a investigação e o estudo na escola e seu entorno podem ser realizados de maneira participativa, pois ela estimula o desenvolvimento de atitudes investigativas, instigando a responsabilidade, a organização e a iniciativa necessárias para a realização de trabalhos coletivos pautados na cooperação (TOZONI-REIS, 2008).

Um estudo realizado em 2021 denominado "Educação Ambiental Crítica „Conhecer, Fazer, Viver e ser" na Recuperação e Conservação da Área do Cerrado e Mata Ciliar da UNESP – Campus

de Franca – SP” (ALVARENGA, BARBOSA e CINTRA, 2021), apontou que a Educação Ambiental Crítica aplicada aos agentes multiplicadores, sendo esses alunos e professores das escolas técnicas públicas, poderá auxiliar na propagação da importância da recuperação, proteção e conservação da área do Cerrado e Mata Ciliar dentro do campus da UNESP de Franca – SP, isso devido ao reconhecimento das características socioambientais e socioculturais da comunidade. Atendendo assim aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU (2015).

De acordo com este trabalho, o campus da UNESP:

O Córrego dos Correias, que flui no interior do campus, é tributário do Rio Canoas, e toda área antropizada em seu entorno, exerce um papel fundamental no balanço hídrico, proteção e conservação dos recursos hídricos da sub-bacia do Rio Canoas. Faz parte deste cenário a área degradada do entorno do campus da UNESP de Franca, que vem regenerando naturalmente, tornando-se desta forma, um laboratório natural de Educação Ambiental (ALVARENGA, BARBOSA e CINTRA, 2021, p.3).

Dessa forma, teve como resultado a proposta de prática de ensino a respeito da importância do acompanhamento e monitoramento da evolução da Regeneração Nativa que vem sendo realizada nas áreas localizadas no campus da UNESP- Franca através do monitoramento na regeneração sucessional do Cerrado e Mata Ciliar, considerando a botânica, pedologia, geologia e hidrologia e leitura da dinâmica da paisagem do Cerrado em suas várias fisionomias.

A proposta também pretendia compartilhar as experiências vivenciadas ao longo dos últimos anos, junto ao grupo de extensão GEIA (Grupo de Incentivo a Educação Ambiental) da UNESP, nas ações desenvolvidas pelos alunos da graduação, com as escolas públicas, professores das diferentes áreas, envolvendo contextos históricos, culturais, patrimoniais e socioambientais.

De acordo com Trein (2008):

A visita a museus, parques, jardins botânicos e zoológicos dá a oportunidade aos estudantes de estabelecer nexos entre os conhecimentos escolares sistematizados e sua expressão em espaços não formais de ensino aprendizagem, mas que suscitam sempre novos questionamentos às certezas estabelecidas (p.45).

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável foram criados em conciliação com a Agenda 2030, em 2015, que estabelece metas com o objetivo de estimular ações até o ano de 2030, principalmente em áreas de interesse para a humanidade e manutenção da vida do planeta (SILVA; MACIEL, 2018).

Silva e Maciel (2018), ainda afirmam que, em relação às pessoas, estipula-se acabar com a pobreza e a fome, de todas as formas e dimensões, garantindo que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial em dignidade e igualdade em um ambiente saudável. Por isso, o planeta deve ser protegido da degradação, com especial atenção ao consumo e produção sustentáveis, com geração sustentável dos recursos naturais, para que assim, continue a prover as necessidades por gerações.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se desenvolve de acordo com a metodologia qualitativa exploratória, que, segundo Gil (2002), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema, visando torná-lo mais explícito ou construir hipóteses. De acordo com o autor, pesquisas exploratórias têm como objetivo o aprimoramento de ideias ou descobertas, portanto torna-se bastante flexível, possibilitando a consideração de variados aspectos relativos ao fato que se quer estudar. Nas pesquisas qualitativas, as ideias iniciais de categorias em geral são reexaminadas e modificadas sucessivamente, objetivando ideais mais abrangentes e significativos (GIL, 2002).

Para tanto, realizou-se um breve levantamento bibliográfico a respeito da educação ambiental, vegetação do Cerrado e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A principal atividade foi exploratória, na ação do proposto pelo trabalho “Educação Ambiental Crítica „Conhecer, Fazer, Viver e ser” na Recuperação e Conservação da Área do Cerrado e Mata Ciliar da UNESP – Campus de Franca – SP” (ALVARENGA, BARBOSA e CINTRA, 2021). Com aplicação de oficinas

pedagógicas seguindo os pilares de Jacques Delors (1996) conhecer, fazer, viver e ser, no campus da UNESP de Franca e no Centro Paula Souza “Carmelino Corrêa Júnior”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como planejado em 2021, a abertura do Projeto de Extensão ocorreu em 2022, denominado como “Educação Integrativa Crítica, na recuperação do Cerrado e Mata Ciliar, com ênfase nas ervas medicinais no Campus da Unesp/Franca – SP”. Com início no dia 07 de março de 2022 e estimativa de finalização em 31 de dezembro de 2022.

A prática pedagógica de educação ambiental crítica utilizando como laboratório natural o campus da UNESP de Franca, resultou nas visitas dos alunos do grupo GEIA (Grupo de Incentivo a Educação Ambiental) da UNESP de Franca, orientados pelo professor Genaro A. Fonseca e palestras em sala de aula ministrando a respeito do projeto e datas para visitas no mês de outubro.

Primeiramente, foram realizadas visitas ao Cerrado encontrado no campus da UNESP, nos dias 14 e 28 de abril de 2022, os quais estiveram presentes os participantes do projeto e do grupo GEIA como apresentado nas fotos a seguir. Nestes dias, foram determinadas as parcelas para levantamento florístico da área para abertura dos ensinamentos a respeito das espécies encontradas neste meio.

A foto (foto 1) a seguir apresenta as áreas onde foram delimitadas algumas parcelas para levantamento florístico e visita dos alunos no campus da UNESP.



Foto 1. Vista panorâmica do campo de vegetação nativa encontrado na UNESP de Franca.
Fonte: Autores, 2022.

A foto a seguir (foto 2) foi tirada no dia 14 de abril de 2022, onde há delimitação de uma parcela do Cerrado.



Foto 2. Visita ao campus da UNESP no dia 14 de abril de 2022 com delimitação de parcelas no Cerrado. **Fonte:** Autores, 2022.

A foto a seguir (foto 3) demonstra a metodologia utilizada para determinar as parcelas em campo, pelos professores, colaboradores e estagiário do projeto de extensão.



Foto 3. Foto das estacas e fita que delimitam as parcelas no Cerrado na UNESP. **Fonte:** Autores, 2022.

A equipe que realizou a visita do dia 28 de abril contou com a participação do grupo GEIA, coordenado pelo professor Genaro A. Fonseca. A foto a seguir (Foto 4) apresenta os participantes da visita deste dia, orientados pelos professores Genaro e Célio Bertelli.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Foto 4. Equipe da visita do dia 28 de abril de 2022. **Fonte:** Autores, 2022.

Outra atividade realizada no dia, foi a introdução dos alunos ao ambiente, além da criação de novas parcelas, apresentando o objetivo do projeto e as atividades propostas. A foto a seguir (Foto 5) ilustra a interação entre o grupo do GEIA e o estagiário da extensão no dia 28 de abril.



Foto 5. Interação entre estagiário da extensão e grupo GEIA no local de inserção do projeto para educação ambiental crítica. **Fonte:** Autores, 2022.

Foram realizadas palestras em sala de aula, no Centro Paula Souza “Carmelino Correa Júnior”, apresentando o projeto e propondo as visitas para serem realizadas pelos alunos ainda nos dias 14 e 21 do mês de setembro de 2022, apresentadas pelo professor Célio Bertelli com o auxílio da mestranda do Programa de Pós-Graduação de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP de Franca, Caroline C. Barbosa e a aluna especial do programa, Rafaela C. Cintra.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A imagem a seguir (imagem 1) apresenta a página inicial das palestras ministradas nos cursos de agronegócio e cafeicultura do CPS.



Imagem 1. Página inicial da apresentação em slides para palestras em sala de aula no Centro Paula Souza.
Fonte: Autores, 2022.

A seguir, foto (foto 6) da palestra do dia 14 de setembro, na turma de cafeicultura, atendendo 21 alunos.



Foto 6. Professor Cêlio Bertelli, interagindo com os alunos da turma para a palestra. **Fonte:** Autores, 2022.

No dia 28 de setembro, foram atendidos alunos de duas turmas de agronegócio, totalizando 25 alunos. A foto a seguir (foto 7) apresenta a mestranda Caroline C. Barbosa ministrando palestra a respeito da implantação de Pagamento por Serviços Ambientais na Bacia do Rio Canoas onde a escola e o campus da UNESP estão inseridos.



Foto 7. Mestranda Caroline C. Barbosa ministrando palestra no curso de agronegócio. **Fonte:** Autores, 2022.

Essas atividades aproximam os alunos do campo do projeto, dessa forma, estabelece uma educação transformadora crítica. Ao todo, até o momento, foram atendidos 46 alunos, introduzindo-os ao local em que estão inseridos.

O trabalho resultou na aplicação de oficinas pedagógicas seguindo os pilares de Jacques Delors (1996) na comunidade do entorno do campus da UNESP de Franca, a qual a vegetação nativa, principalmente a Mata Ciliar, possui grande importância, sendo onde se encontra um tributário do Rio Canoas, manancial de abastecimento público de Franca.

Foram realizadas outras palestras no âmbito de Educação Ambiental Crítica, em parceria com o projeto de extensão, apresentadas na Semana da Água, nos dias 23, 24, 28 em Ibiraci – MG, 30 de março até 1 de abril em Restinga - SP e 08 de junho de 2022 e Patrocínio Paulista - SP, com o tema Águas Subterrâneas: tornando o invisível visível, onde foram ministradas palestras de educação ambiental a respeito dos aquíferos dos municípios respectivos em que estava sendo apresentada, nos ensinamentos fundamental e médio.

O resultado caracteriza-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável como: Cidades e Comunidades Sustentáveis, Ação Contra a Mudança Global do Clima e Vida Terrestre.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo-se da importância do bioma Cerrado e da Mata Ciliar para a manutenção dos recursos hídricos e da fauna e flora locais, a aplicação de atividades que promovam a divulgação destes fatores é primordial para a preservação ambiental.

Além disso, para uma transformação ambiental bem-sucedida, é necessária uma transformação social, assim, a Educação Ambiental Crítica, seguindo os pilares de Jacques Delors (1996), promove a mudança de perspectiva não só do indivíduo, mas da comunidade no total. Portanto, a melhor maneira de incentivar a formação de novos agentes multiplicadores e pensadores críticos acerca dos problemas ambientais é justamente o estudo relacionado a prática de estudos de campo e oficinas pedagógicas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecem as direções que devem ser seguidas para o alcance da resolução dos problemas socioambientais, alguns objetivos são Cidades e Comunidades Sustentáveis, Ação Contra a Mudança Global do Clima e Vida Terrestre, os quais foram atendidos na prática deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, G., BARBOSA, C.C., CINTRA, R.C. Educação Ambiental Crítica „Conhecer, Fazer, Viver e ser” na Recuperação e Conservação da Área do Cerrado e Mata Ciliar da UNESP – Campus de Franca – SP p. 38-47. Educação ambiental em prol do desenvolvimento sustentável. / Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira; Vânia de Fátima Martino; Genaro Alvarenga Fonseca; Ana Lucia Furquim Campos-Toscano; Sílvia Regina Viel (Orgs.). – Franca: Uni-FACEF; Unesp/Franca; 2022. (Coleção: Educação e educandos, v.23).

BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Identidades da Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2004.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 1996.

Eiten, G. 1977. Delimitação do conceito de Cerrado. Arquivos do Jardim Botânico, Rio de Janeiro 21: 125-134.

FRANCA, Estado de São Paulo. Lei Complementar Nº 09, de 26 de novembro de 1996. Institui o Código do Meio Ambiente do Município de Franca, SP. Disponível em: <https://franca.sp.leg.br/pt-br/legislacao/lei-complementar-no-9-de-26-de-novembro-de-1996> Acesso em: 30 de Set. de 2022.

FRANCA. Lei nº 4.240, de 11 de Dezembro de 1992. Considera-se de interesse especial, as áreas das bacias de drenagem do Rio Canoas e Córrego Pouso Alto, para efeito de proteção dos mananciais hídricos e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/f/franca/lei-ordinaria/1992/424/4240/lei-ordinaria-n-4240-1992-considera-de-interesse-especial-as-areas-das-bacias-de-drenagem-do-rio-canoas-e-corrego-pouso-alegre-para-efeito-de-protecao-dos-mananciais-hidricos-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 30 de set. de 2022.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. Educação e Pesquisa [online]. 2009, v. 35, n. 1 [Acessado 30 Setembro 2022], pp. 145-163. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100010>>. Epub 18 Maio 2009. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100010>.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Ministério da Educação: Educação ambiental no Brasil. **Proposta Pedagógica**, p. 3 - 12. 2008.

ONU - Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil, Agenda 2030. Assembleia Geral da ONU, 2015.

POLLI, Anderson; SIGNORINI, Tiago. A inserção da educação ambiental na prática pedagógica. 2012.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Ribeiro, J.F., S.M. Sano e J.A. da Silva. 1981. Chave preliminar de identificação dos tipos fisionômicos da vegetação do Cerrado. pp. 124-133 In: Anais do XXXII Congresso Nacional de Botânica. Sociedade Botânica do Brasil, Teresina, Brasil.

SÃO PAULO, Lei estadual nº12.780 de 30 de novembro de 2007. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2007/lei-12780-30.11.2007.html#:~:text=Artigo%201%C2%BA%20%2D%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental.&text=Artigo%205%C2%BA%20%2D%20A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental,dos%20processos%20de%20gest%C3%A3o%20ambiental>. Acesso em 30 Set. de 2022.

Secretaria do Meio Ambiente, coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, Cadernos de Educação Ambiental Mata Ciliares. 2.ed.- São Paulo: SMA, 2014.

SILVA, A. A. B.; MACIEL, M. N. daC. A Convenção 169 da OIT e a Agenda 2030 da ONU: O Direito de Consulta Prévia das Comunidades Locais nas Obras de Grande Vulto. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 23-43, jan./jul. 2018.

TOZONI-REIS, M.F. de C. Ministério da Educação: Educação Ambiental no Brasil. **A Inserção da Educação Ambiental na Escola**, p. 46-53.

TREIN, Eunice. Ministério da Educação: Educação Ambiental no Brasil. **A Perspectiva Crítica e Emancipatória da Educação Ambiental**, p. 41-45, 2008.

UNESCO/ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola – Brasília, 2007. 248 p.

QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NA MODALIDADE À DISTÂNCIA E PRESENCIAL

QUALITY OF HIGHER EDUCATION IN DISTANCE AND PRESENTIAL MODALITY

Área temática: Área temática: 04 - Educação de Qualidade.

BARBOSA, Everaldo Henrique dos Santos
Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília

MORAES, Cassia Regina Bassan de
Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília

Resumo

A qualidade do ensino é determinante para o desempenho dos profissionais no decorrer de suas carreiras. O papel do educador é instruir os estudantes no autodesenvolvimento, a partir de modalidades de ensino que permeiam o presencial e à distância. Os desafios ficam cada vez mais evidentes, deliberando um alto nível de empenho dos profissionais da educação. A partir desse contexto, designa-se a seguinte questão problemática: como os profissionais da educação podem promover um ensino de qualidade na modalidade presencial e à distância? O objetivo geral consiste em identificar e expor as principais funções do profissional da educação, a fim de proporcionar uma conjuntura de aprimoramentos no ensino presencial e à distância. Para tanto, a metodologia utilizada foi a documental, visando obter um parâmetro baseado nas práticas já adotadas. A justificativa do trabalho permeia à ideia de fomentar melhoramentos na qualidade educacional e proporcionar qualidade profissional à sociedade. Os resultados demonstraram que o ensino presencial proporciona um nível de entrosamento mais incidente, visto que o ensino à distância exige um nível maior de motivação no empenho da autodisciplina. Assim, exigindo maior nível de empenho por parte dos educadores. Portanto, considera-se que os resultados atendem as demandas sociais, devido à alta demanda que a sociedade carece. O ensino tradicional permeia condições mais compensatórias, por outro lado, o ensino à distância exige um esforço maior e um compromisso com a própria aprendizagem dos estudantes. O papel dos educadores condiz em atuar frente aos desafios que o dever de professorar impõe nos resultados esperados.

Palavras-chave: Ensino à Distância, Educação, Ensino de Qualidade, Ensino Presencial.

Abstract

The quality of education is crucial for the performance of professionals throughout their careers. The educator's role is to instruct students in self-development, based on teaching modalities that permeate face-to-face and distance learning. The challenges become increasingly evident, deliberating a high level of commitment from education professionals. From this context, the following problematic question is designated: how can education professionals promote quality teaching in face-to-face and distance learning? The general objective is to identify and expose the main functions of the education professional, to provide a conjuncture of improvements in face-to-face and distance learning. For that, the methodology used was the documental one, aiming to obtain a parameter based on the practices already adopted. The justification of the work permeates the idea of promoting improvements in educational quality and providing professional quality to society. The results showed that face-to-face teaching provides a more incidental level of engagement, since distance learning requires a greater level of motivation in the commitment to self-discipline. Thus, demanding a higher level of commitment on the part of educators. Therefore, it is considered that the results meet social demands, due to the high demand that society lacks. Traditional teaching permeates more rewarding conditions, on the other hand, distance learning requires greater effort and a commitment to students' own learning. The role of educators is to act in the face of the challenges that the duty of teaching imposes on the expected results.

Keywords: Education, Classroom Teaching, Distance Learning, Quality Teaching.

1 INTRODUÇÃO

A qualidade do ensino é determinante para o desempenho dos profissionais no decorrer de suas carreiras. O papel do educador é instruir e direcionar os estudantes no autodesenvolvimento, a partir de modalidades de ensino que permeiam o presencial e à distância. Os desafios ficam cada vez mais evidentes, deliberando um alto nível de empenho aos profissionais da educação.

A aplicabilidade de metodologias que estabelecem uma dinâmica entre as bases conceituais e as tendências atuais, deliberam melhor desempenho dos estudantes e profissionais da educação. Nesse sentido, a inovação torna-se um fator fundamental e que promove um sentido promissor entre profissionais da educação e estudantes.

A qualidade da educação no ensino superior demanda métodos eficazes de subsídio à aprendizagem, devendo atender as modalidades de ensino, os quais tendem a serem vistos e vivenciados atualmente. Nesse panorama, as modalidades de ensino superior à distância e presencial exige que os docentes, mediadores e supervisores da educação desvendem paradigmas da aprendizagem.

Assim, os desafios tornam-se decisivos para que os resultados sejam eficazes e promissores para os resultados profissionais vistos e vivenciados em sociedade.

A partir desse contexto, designa-se como perspectivas responder a seguinte questão problemática: como os profissionais da educação podem promover um ensino de qualidade na modalidade presencial e à distância?

Diante disso, o objetivo geral consiste em identificar e expor as principais funções do profissional da educação, a fim de proporcionar uma conjuntura de aprimoramentos no ensino presencial e à distância.

Para tanto, a metodologia utilizada foi o estudo documental, visando obter um parâmetro consistente com base nas práticas já adotadas.

A justificativa do trabalho permeia a ideia de fomentar melhoramentos na qualidade de ensino e proporcionar melhor qualidade profissional à sociedade.

Os resultados demonstraram que o ensino presencial proporciona um nível de entrosamento mais profundo, visto que o ensino à distância, apensar de possível ensino de qualidade, exige um nível mais intenso no que condiz à motivação no empenho da autodisciplina. Assim, exigindo maior nível de empenho por parte dos profissionais da educação para combater os possíveis impasses.

Deste modo, foi construído o Quadro 1 – Panoramas emergentes das práticas em docência no ensino superior, como subsídio oferecido aos profissionais que atuam como docentes no ensino superior e correlatos.

Portanto, considera-se um estudo promissor por atender as demandas sociais encontradas atualmente, devido à alta demanda que a sociedade carece. O ensino tradicional permeia condições mais compensatórias, por outro lado, o ensino à distância exige um esforço maior e um compromisso com a própria aprendizagem dos estudantes.

Por fim, o papel dos educadores condiz no empenho de atuar frente aos desafios que o dever de professorar impõe nos resultados esperados pelas instituições de ensino de todo o país.

Na próxima seção, apresentam-se o referencial teórico, com embasamento conceitual sobre o tema abordado, a fim de subsidiar a construção de resultados consistentes e fundamentais.

2 VISÃO SISTÊMICA DA QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR

O contexto que aborda os conceitos e princípios da qualidade do ensino, traz uma concepção pluralista de especificidades relevantes que influenciam nas práticas acadêmicas (SOUZA, 2017).

Para Bertolin (2007), os desafios direcionados aos docentes e discentes são reais, representados sob reflexos de um sistema que visa cada vez mais promover uma formação de qualidade, o qual pode carecer de aspectos relevantes para tal fenômeno no desenvolver do ensino e construção de conhecimento.

Segundo, Souza (2017) a qualidade do ensino está na maneira de como a avaliativa é aplicada, sob perspectivas de propor inovações e soluções, de acordo com a realidade e vivência dos estudantes.

Nesse panorama, o autor enfatiza que “Quando se tem uma perspectiva de melhoria e adequação do sistema, ganha relevância a avaliação formativa, que tem por base a ideia de construção de uma nova realidade” (SOUZA, 2017, p. 342).

Os desafios são constantes e a missão do profissional docente consiste em transformar e evoluir a sociedade, sob o caráter do conhecimento. Além disso, propor mudanças metodológicas e aplicabilidade eficazes de ensinamentos e avaliação.

Sob sua égide, seria possível ampliar as possibilidades e transformar “o ruim” em oportunidade de crescimento, e “o bom” em melhoria, ampliação e evolução. O foco aqui se deslocaria, então, de uma função terminal da avaliação, por meio de uma nota ou conceito, para o diagnóstico proporcionado pelo processo avaliativo, subsidiando a transformação da qualidade então apurada (SOUZA, 2017, p. 342).

A qualidade do ensino torna-se um aspecto resultante de uma composição sistêmica, envolvendo dimensões que envolvem as necessidades sociais, o ambiente estrutural e a experiência do docente.

2.1 Definindo qualidade no âmbito do ensino superior

As dimensões que envolvem a qualidade do ensino superior trazem consigo aspectos relacionados a maneira como é definido os padrões de qualidade. A metodologia de ensino oferece fortes influências nos resultados do que se pode chamar de ensino-aprendizagem (SOUZA, 2017).

Diante do conceito de Bertolin (2007) a avaliação no ensino superior é tida como

[...] um processo sistemático que envolve coleta de dados, análise de informações e juízo de valor e mérito acerca da qualidade do sistema de educação superior. Dessa forma, tal processo deve contemplar etapas de definição de sistemas de indicadores, a valoração e monitoração dos indicadores, a análise e estudo dos resultados e a emissão de juízo de valor e mérito (BERTOLIN, 2007, p. 258).

Portanto, é preciso enfatizar que a composição que envolve a qualidade do ensino está na maneira como se aplica o conteúdo e como é realizado o monitoramento e a mensuração dos resultados da metodologia de ensino aplicada.

Na próxima seção, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, evidenciando caracterizações específicas das ações desempenhadas para a realização dos resultados aqui construídos.

2.2 Panoramas emergentes da educação no âmbito do ensino superior

Os panoramas emergentes da educação abrangem aspectos atuais que necessitam de atenção na aprendizagem dos estudantes universitários (BARBOSA; MORAES, 2018).

No que condiz as condições capazes de compreender a demanda universitária, o desenvolvimento de técnicas, ações e conceitos, retratam as exigências que o mercado competitivo e a sociedade precisam.

Conforme Cunha (1998) enfatiza, os princípios emergentes da educação de nível superior derivam de condições culturais, políticas, condições sociais, condições tecnológicas, econômicas, entre outras, que influenciam o comportamento e a definição de metodologias de ensino.

Deste modo, os resultados proporcionam um melhor acompanhamento da dimensão macroambiente, o qual promove a necessidade de mudanças e adaptações na educação.

Para Barbosa e Moraes (2018) a metodologia de ensino oferece um aporte essencial para a qualidade da educação no eixo superior, considerando eu o papel do docente é que delimita e impõe o andamento dos processos de construção de conhecimento dos futuros profissionais. Sendo assim, as metodologias ativas são tidas como uma complementariedade do que é visto na sala de aula, podendo oferecer ações diversas aos estudantes e uma ampla busca por evidências.

Portanto, na educação

Este método consiste em promover aos estudantes a busca fora do ambiente acadêmico resposta para problemáticas criadas e desenvolvidas em sala de aula ou não. O acompanhamento do professor é fundamental para a geração de resultados satisfatórios, uma vez que o objetivo deste processo é contribuir para a formação crítica do estudante e preparação profissional para o mercado de trabalho. BARBOSA; MORAES, 2018, p. 4).

A qualidade da educação está no conceito de promover uma adaptação ao que está acontecendo na atualidade, as necessidades sociais, profissionais e pessoais, no que condiz a tudo o que se tem como necessário para aprimorar e construir conhecimentos.

Os autores Nörnberg; Reschke e Garcia (2022) corroboram destacando que as tecnologias digitais demandam forte influências nas profissões, de modo geral. De tal modo, retratando um reflexo do contexto social, econômico e cultural, visto que, o desenvolvimento de novas tecnologias visa atender as exigências e necessidades sociais. Para tanto, a necessidade de formar profissionais capazes de entender e dominar o setor, seja qual for a profissão, é essencial estabelecer uma adequação nos ensinamentos dos profissionais.

Sendo assim, a educação é o ponto de partida para o desenvolvimento de novas ideias, contribuições sociais e tecnológicas, visando atender a uma demanda social que carece de conhecimento profundo e necessário para atender uma competitividade estabelecida na sociedade. Assim, o papel do docente está em promover uma mediação competente para suprir todo o contexto o qual está inserido.

A educação é a base para o desenvolvimento social nos mais variados panoramas profissionais, propiciando a oportunidade de centralizar a educação de qualidade como apoio estratégico da formação superior (NÖRNBERG; RESCHKE; GARCIA, 2022).

Nesse contexto, os Autores supracitados (2022) compreendem que a inovação é um ponto de partida para que os futuros profissionais atuem em consonância com as tendências sociais, consequentemente, promovendo uma formação atual e dinâmica as condições contemporâneas.

Na próxima seção, ficam estabelecidos os procedimentos metodológicos que irão direcionar a condução ao cumprimento dos objetivos definidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada foi o estudo Documental, visando obter um parâmetro consistente com base nas práticas já adotadas pela instituição pesquisada.

Este estudo se trata de uma pesquisa qualitativa e se designa de caráter descritivo e exploratório por não ter evidências concretas e exigir do pesquisador uma investigação do objetivo estudado (GIL, 2022).

Flick (2005) explana o estudo qualitativo como significativo aos panoramas que relacionam estudos sociais e estudos de campos, representando o contexto singular do universo da vida. Assim, permitindo transformações sociais de acordo com o contínuo processo de adaptação e transformação, oferecendo “novos contextos sociais e novas perspectivas” (FLICK, 2005, p. 2).

De acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 71), “[...] estudos exploratórios e descritivos combinados são estudos que têm por objetivo descrever completamente um determinado fenômeno, como por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas”.

Para a concretização deste estudo, foi realizada uma pesquisa documental de acordo com as informações disponibilizadas no site da Universidade Virtual do Estado de São Paulo, oferecendo subsídios para a definição de práticas eficazes a serem desempenhas pelos profissionais da educação. Nesse viés, podem-se observar três vantagens da pesquisa documental:

1. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.
2. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas.
3. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. É sabido que em muitos casos o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível. Em outros, a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato (GIL, 2002, p. 46).

Portanto, a pesquisa documental irá proporcionar subsídios aos resultados apontados no Quadro 1 – Panoramas emergentes das práticas em docência no ensino superior. Por conseguinte, pode-se dizer que a pesquisa documental traz uma visão que consiste em experiências, práticas e resultados exercidos por profissionais da área, bem como, da carreira profissional em docência dos autores deste trabalho.

Na próxima seção, apresenta-se os resultados e reflexões baseados na construção do referencial teórico e da pesquisa documental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta dados e informações resultantes da aplicação da pesquisa documental e, também, do aporte teórico conceitual (GIL, 2022).

A construção do Quadro 1 – Panoramas emergentes das práticas em docência no ensino superior, constantes a seguir, traz uma visualização ampla em caráter de subsídio aos docentes, mediadores e supervisores, e, também, a todos os profissionais que atuam em as práticas nas modalidades de ensino à distância e presencial.

O objetivo da construção do quadro proposto visou atender aos objetivos propostos, oferecendo informações que condizem às necessidades dos estudantes, tanto da modalidade à distância como presencial. No sentido único, a ideia de estabelecer os panoramas emergentes das práticas em docência no ensino superior, a principal contribuição está na junção de experiências e ampla visão do objeto investigado, bem como das experiências construídas dos autores desta obra. Deste modo, a contribuição do Quadro 1, sustenta a demanda conceitual e estrutural no desenvolvimento de práticas no contexto acadêmico.

Deste modo, as dimensões que retratam a construção do seguinte quadro, consistem em Comportamento, Metodologia de Ensino, Estruturação e Emocional.

Quadro 1 – Panoramas emergentes das práticas em docência no ensino superior

Dimensões emergentes do ensino superior	Necessidades dos estudantes na modalidade à distância	Necessidades dos estudantes na modalidade presencial	Ações que podem ser desempenhadas pelos docentes, mediadores e supervisores.
Comportamento	Variável/dependência do aspecto pessoal; Contato presencial e interagente com semelhantes da área o qual está envolvido. Desenvolvimento da capacidade de resolução de conflitos.	Autonomia na busca pelo conhecimento fora do ambiente acadêmico; Incentivo na aprendizagem científica e prática; Expectante e passivo, carência de ações interagentes e continua.	Acompanhamento e observação comportamental dos estudantes. Análise constante dos resultados gerados e construídos de maneira individual aos estudantes. Dispor de feedback constante aos estudantes para incentivo ao aprimoramento das habilidades. Aplicar ações para resolução de possíveis conflitos. Propor ideias e modelos de gerenciador do tempo.
Metodologia de ensino	Variação entre expositiva e demandas autônomas no cumprimento de tarefas; Ações práticas em laboratórios de experimentos;	Expressões que visem a exposição de fantasias e ideias; Participação ativa que vise ações práticas com o mundo exterior do universo acadêmico;	Gestão contínua de demandas pedagógico-organizacionais. Prover orientações e formação da autonomia para aprendizagem ativa. Ações voltadas ao uso de tecnologias contributivas ao desenvolvimento do estudante e na construção do conhecimento.
Estruturação	Ampla abertura para	Ambiente adequado	Utilização de mídias diversificadas

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

	decisão espaço-temporal na gestão das atividades.	as ações de aprendizagem, considerando os aspectos relacionados a equipamentos de mídias, suporte, material didático.	a partir de linguagens de maior proximidade com o cotidiano dos educandos. Propor visitas técnicas para compreensão e ambientação do ambiente profissional.
Emocional	Precária atenção ao componente afetivo-emocional; Acompanhamento efetivo de ações acadêmicas e <i>feedbacks</i> .	Ações de relacionamento interpessoal; Entrosamento entre os estudantes; Componentes de afetividade.	Promover espaços síncronos para atenção às demandas psicossociais como componente do planejamento pedagógico. Oferecer apoio ou direcionar os estudantes aos profissionais mais bem indicado para cuidar de especificidades de cada estudantes.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No Quadro 1 supracitado, compreende-se um comparativo das necessidades dos estudantes que estudam na modalidade presencial e à distância. É possível perceber que ambos os sistemas de aprendizagem galgam rumo ao mesmo objetivo, o qual se designa na aprendizagem e formação de profissionais competentes e de qualidade para o mercado competitivo.

Por conseguinte, compreende-se as dimensões de Comportamento, Metodologia de Ensino, Estruturação e Emocional, como condições essenciais para o desenvolvimento de qualidade do âmbito acadêmico. São cuidados essenciais que os docentes, supervisores e mediadores podem desempenhar com comum processo de ação para o aprimoramento da qualidade do ensino. Assim, proporcionando melhor desempenho dos profissionais formandos na sociedade.

Sendo assim, as ações dos docentes, mediadores e supervisores tornam-se estratégias para assegurar que os estudantes não deixem de seguir os critérios necessários para suas formações. O desafio dos docentes é uma questão pluralista, exigindo empenho de uma equipe multidisciplinar que estabelece na instituição de ensino um dever a ser cumprido.

Os resultados demonstraram que o ensino presencial proporciona um nível de entrosamento mais profundo, visto que o ensino à distância, apensar de possível ensino de qualidade, exige um nível mais intenso no que condiz à motivação no empenho da autodisciplina. Assim, exigindo maior nível de empenho por parte dos profissionais da educação para combater os possíveis impasses.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa consistiu em identificar e expor as principais funções do profissional da educação, a fim de proporcionar uma conjuntura de aprimoramentos no ensino à distância e presencial. Assim, foi possível construir um quadro com informações a respeito de ações que os profissionais da educação podem desenvolver durante a atuação profissional. Portanto, compreende-se que os objetivos foram atingidos com efetividade, visto que, sua contribuição proporciona melhor desempenho no âmbito acadêmico por parte de estudantes e profissionais da educação.

Os resultados puderam apresentar uma visão sistêmica das necessidades dos estudantes na modalidade à distância e presencial. Os estudantes que atuam na modalidade à distância apresentaram características diferentes e similares do presencial, como aspectos que interferem em práticas em laboratórios, participação ativa, discussões, envolvimento emocional, entre outros consideráveis para o desenvolvimento da qualidade do ensino.

Nesse panorama, percebe-se que o papel do corpo docente se designa em atuar em constante execução de desafios para cumprir com o dever de ensinar e orientar os estudantes na construção do conhecimento, exercendo a função de esclarecer e evidenciar ações que expressam as necessidades sociais e profissionais de quem se insere na universidade.

Os profissionais que atuam no mercado de trabalho podem atuar em não consonância com as necessidades éticas e sociais, devido à falta de conhecimento necessário, o qual deve ser

construído no ambiente acadêmico, a partir de condições contemporâneas e atuais, tidas como aspectos emergentes da educação.

O mundo atual está cada vez mais sendo transformados, onde, a inserção de novas tecnologias pulveriza as possibilidades ao redor do planeta. As possibilidades são infinitas e a diferença está em contextos estruturais, metodológicos e humanos.

Portanto, considera-se este um estudo promissor por atender as demandas sociais encontradas atualmente, devido à alta demanda que a sociedade carece. O ensino tradicional permeia condições mais compensatórias, por outro lado, o ensino à distância exige um esforço maior e um compromisso com a própria aprendizagem dos estudantes.

Por fim, o papel dos educadores condiz no empenho de atuar frente aos desafios que o dever de professorar impõe nos resultados esperados pelas instituições de ensino de todo o país e o mundo. Além de, estabelecer uma educação de qualidade de maior relevância.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. H. S.; MORAES, C. R. B. **Competência em informação no sistema de ensino**: uma reflexão sobre a pedagogia, o currículo e a didática gerada no contexto social. Universidad de Antioquia, Escuela Interamericana de Bibliotecología **Edicic** 2018 – Antioquia, Medellín, Colombia. Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/EDICIC_2018/EDICIC_2018/paper/viewFile/1718/1934.

Acesso em: 06 set. 2022.

BERTOLIN, J. C. G. **Avaliação da qualidade do sistema de educação superior brasileiro em tempos de mercantilização** – Período 1994-2003. 2007. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10339>. Acesso em: 06 set. 2022.

CUNHA, M. I. **O professor universitário na transição dos paradigmas**.

Araraquara/SP: JM Editora, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4998942/mod_resource/content/0/Professor_universitario_Cunha.PDF. Acesso em: 06 set. 2022.

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

SOUZA, V. C. Qualidade na educação superior: uma visão operacional do conceito. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 332-357, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/3d5tt9h3MSx4Sfq4s35WSCN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 set. 2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

NÖRNBERG, L.; RESCHKE, M. J. D.; GARCIA, J. B. **Impactos dos contextos emergentes na aula universitária**: tensões e perspectivas. **SciELO Preprints**, 22p., 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/3539/6543>. Acesso em: 06 set. 2022.

UNIVESP. **Universidade Virtual do Estado de São Paulo**. 2022. Disponível em: <https://univesp.br/>. Acesso em: 05 set. 2022.

**REALIDADE VIRTUAL COMO ESTRATÉGIA FISIOTERAPÊUTICA PARA A SAÚDE
BIOPSISSOCIAL DE INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN: revisão de literatura**

*VIRTUAL REALITY AS A PHYSICAL THERAPEUTIC STRATEGY FOR THE BIOPSYCHOSOCIAL
HEALTH OF INDIVIDUALS WITH DOWN SYNDROME: literature review*

Área temática: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03 - Saúde e Bem-estar

GIROLDO, Julio Cesar

Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)

Graduado em Educação Física Licenciatura – FIRP (Faculdades Integradas de Ribeirão Pires)

Educação Física Bacharel – FAETI (Faculdade de Educação e Tecnologia Itacema)

Graduando em Fisioterapia – UNICID (Universidade Cidade de São Paulo)

E-mail: juliogiroldo1@gmail.com

RAIZ, Luciana Moreira Motta

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutora em Promoção de Saúde (UNIFRAN) e Mestra em Ciências da Motricidade Humana (UNESP)

Bacharel em Educação Física (UNESP) e Fisioterapia (UNIFRAN)

E-mail: luciana.raiz@unifran.edu.br

BORGES, Ana Paula Oliveira

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutora em Ciências Médicas (USP) Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN)

Bacharel em Fisioterapia (UNICERP)

E-mail: ana.oliveira@unifran.edu.br

BORELLI, Andrea

Cruzeiro do Sul Educacional

Doutora em Ciências Sociais e mestre em História (Pontifícia Universidade Católica)

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

E-mail: andrea.borelli@cruzeirosul.edu.br

CAVALCANTE, Fabricio Vieira

Centro Universitário do Distrito Federal – UDF

Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (Universidade de Brasília)

Bacharel em Saúde Coletiva (Universidade de Brasília) e Fisioterapia (Centro Universitário Planalto do Distrito Federal),

E-mail: fabricio.cavalcante@udf.edu.br

MARCELINO, Daniela

Anhanguera Educacional - Franca

Doutoranda e Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN).

Bacharel em Fisioterapia (Claretiano - Centro Universitário)

E-mail: danielamarcelino@saofrancisco.com.br

FACIOLI-MARINHEIRO, Tábata de Paula

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutora e Mestra em Ciências pelo Programa de Reabilitação e Desempenho Funcional (USP)

Bacharel em Fisioterapia (UNESP)

tabata.facioli@unifran.edu.br

BULGO, Danilo Cândido

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde (UNIFRAN)

Bacharel em Fisioterapia, Licenciado em Educação Física e Pedagogia (UNIFRAN)

E-mail: danilobulgo@gmail.com

Resumo

A síndrome de Down (SD) é uma condição genética que pode ocorrer independente de etnia, gênero ou classe social, sendo deletéria da alteração do cromossomo 21, afetando o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo e corroborando negativamente os aspectos globais do indivíduo. Com a evolução do campo da saúde, a fisioterapia pode trazer uma gama de possibilidades terapêuticas que possibilitam o aumento da qualidade de vida da pessoa com SD e com os avanços da tecnologia no cenário contemporâneo, novas ferramentas surgem como subsídios no cenário da promoção e reabilitação em saúde, incluindo a Realidade Virtual (RV), que oportuniza ambientes interativos e digitais capazes de estimular a funcionalidade humana. Consoante ao exposto, o objetivo do trabalho é identificar na literatura a relevância da fisioterapia e da RV como estratégia para o tratamento da SD. Trata-se de uma revisão de literatura, cujas buscas foram realizadas entre os meses de junho e julho de 2022 nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e *Pubmed*. Seguindo os critérios de elegibilidade, para serem incluídos nesta revisão, foi estabelecido que os artigos estivessem disponíveis na íntegra de forma gratuita, nos idiomas português e inglês e que abordassem a RV no tratamento fisioterapêutico em pacientes com SD. Foram excluídas obras que não estavam no formato de artigo, revisões de literatura e pagos para serem lidos. O recorte temporal foi datado dos últimos dez anos (2012 a 2022). Após inserção dos critérios previamente estabelecidos, 07 artigos foram selecionados para compor esta revisão por atenderem diretamente à temática proposta. Conforme os dados científicos disponíveis na literatura, os benefícios advindos da RV no tratamento fisioterapêutico de indivíduos com SD são considerados positivos, pois a estratégia torna o ambiente multissensorial e realista, de modo com que envolva o indivíduo por meio de uma ferramenta dinâmica e moderna, potencializando os aspectos funcionais e cognitivos. Porém, são necessárias mais pesquisas que discutam a RV como ferramenta que influencia a promoção da saúde, desenvolvimento global e qualidade de vida do indivíduo com SD no cenário contemporâneo.

Palavras-chave: Fisioterapia, Realidade Virtual, Síndrome de Down.

Abstract

Down syndrome (DS) is a genetic condition that can occur regardless of ethnicity, gender or social class, being deleterious from the alteration of chromosome 21, affecting the individual's biopsychosocial development and negatively corroborating the individual's global aspects. With the evolution of the health field, physiotherapy can bring a range of therapeutic possibilities that allow an increase in the quality of life of the person with DS and with the advances in technology in the contemporary scenario, new tools emerge as subsidies in the scenario of promotion and rehabilitation. in health, including Virtual Reality (VR), which provides interactive and digital environments capable of stimulating human functionality. According to the above, the objective of this study is to identify in the literature the relevance of physical therapy and VR as a strategy for the treatment of DS. This is a literature review, whose searches were carried out between June and July 2022 in the Scientific Electronic Library Online (Scielo) and Pubmed databases. Following the eligibility criteria, to be included in this review, it was established that the articles were available free of charge in full, in Portuguese and English and that they addressed VR in the physical therapy treatment in patients with DS. Works that were not in article format, literature reviews and paid to be read were excluded. The time frame was dated to the last ten years (2012 to 2022). After inserting the previously established criteria, 08 articles were selected to compose this review, as they directly address the proposed theme. According to the scientific data available in the literature, the benefits arising from VR and physical therapy in the treatment of individuals with DS become positive, as the strategy makes the environment multisensory and realistic, so that it involves the individual through a dynamic tool and modern, enhancing the functional and cognitive aspects. However, more research is needed to discuss VR as a tool that influences health promotion, global development and quality of life for individuals with DS in the contemporary scenario.

Keywords: Physiotherapy, Virtual Reality, Down Syndrome.

1 INTRODUÇÃO

A síndrome de Down (SD) é uma condição genética que pode ocorrer independente da etnia, gênero ou classe social, sendo deletéria da alteração do cromossomo 21, afetando o desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo e corroborando negativamente para os aspectos globais do desenvolvimento, com prejuízo físico, nutricional, educacional, familiar, social e ambiental. É considerada uma cromossopatia e uma das principais causas de deficiência intelectual, sendo uma condição permanente (MARTINHO, 2011).

No cenário brasileiro, estima-se que a cada 600 a 800 nascimentos, uma criança nasce com diagnóstico de SD (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013). Nessa perspectiva, o fenótipo da SD se caracteriza por alterações como: pregas palpebrais oblíquas, epicanto, base nasal plana, face aplanada, protusão da língua, palato ogival, cabelo fino, clinodactilia do 5º dedo da mão, braquidactilia, pé plano, prega simiesca, hipotonia, frouxidão ligamentar, excesso de tecido adiposo no dorso do pescoço e predisposição para cardiopatias congênitas, alterações auditivas, endocrinológicas, do aparelho locomotor, neurológicas e hematológicas (BRASIL, 2012).

As consequências deletérias da SD para a saúde do indivíduo, podem ser diversas e, comumente necessitam de uma gama de tratamentos, incluindo atuação multiprofissional intensiva de acordo com a necessidade de cada paciente, com o objetivo de elevar a qualidade de vida (QV), que de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) se caracteriza como a percepção subjetiva física, mental e emocional que o indivíduo tem em relação a sua situação atual de vida, incluindo suas limitações, objetivos, expectativas e preocupações (OMS, 2021).

Assim, no cenário contemporâneo, a SD pode ser classificada por um sistema que descreve a funcionalidade e incapacidade relacionada às condições de saúde, refletindo uma abordagem que muda o foco das consequências da doença para destacar também a funcionalidade como um componente da saúde conhecido como Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF), caracterizando os dois níveis (Estrutura e Função do corpo; Atividade e Participação), o que gera impactos que devem ser considerados na saúde global dos indivíduos. Além disso, sabendo das alterações advindas da SD, é importante pensar no paciente como sujeito biopsicossocial, pois esse modelo de tratamento identifica de modo multidimensional o perfil funcional dos pacientes, elucidando parâmetros que permitem uma visão ampliada para o indivíduo. Portanto, a CIF pode auxiliar na elaboração e execução de estratégias e tratamentos frente a individualidade do paciente, enfatizando as potencialidades e atividades cotidianas que esse sujeito demanda, como forma de minimizar o enfrentamento das possíveis barreiras ambientais (SOUZA *et al.*, 2020).

Pensando na equipe de saúde, o fisioterapeuta atua em todas as etapas do ciclo vital, níveis de cuidados e diretamente com individualidade e coletividade, enfatizando durante suas práticas laborais a funcionalidade humana. Assim, diversas técnicas, ferramentas e estratégias podem ser inseridas nos tratamentos fisioterapêuticos, incluindo a Realidade Virtual (RV).

Desse modo, a fisioterapia é conceituada pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (2010) como sendo:

“Uma ciência da Saúde que estuda, previne e trata os distúrbios cinéticos funcionais intercorrentes em órgãos e sistemas do corpo humano, gerados por alterações genéticas, por traumas e por doenças adquiridas. Fundamenta suas ações em mecanismos terapêuticos próprios, sistematizados pelos estudos da Biologia, das ciências morfológicas, das ciências fisiológicas, das patologias, da bioquímica, da biofísica, da biomecânica, da cinesia, da sinergia funcional, e da cinesia patologia de órgãos e sistemas do corpo humano e as disciplinas comportamentais e sociais. E o fisioterapeuta é um profissional de saúde, com formação acadêmica superior, habilitado à construção do diagnóstico dos distúrbios cinéticos funcionais (Diagnóstico Cinesiológico Funcional), a prescrição das condutas fisioterapêuticas, a sua ordenação e indução no paciente bem como, o acompanhamento da evolução do quadro clínico funcional e as condições para alta do serviço” (COFFITO, 2010 n.p).

Nesse sentido, diversas abordagens podem contribuir de forma significativa para a participação do indivíduo, frente ao preconizado pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde abarcando em sua essência a QV, além de viabilizar o

desenvolvimento do indivíduo com SD. Ademais, com os avanços encontrados no campo da saúde, novas ferramentas surgem como estratégia no cenário da promoção, prevenção e reabilitação, incluindo a RV, que oportuniza ambientes interativos capazes de estimular a funcionalidade humana.

A RV é um ambiente computacional em 3D, interativo e imersivo (DELAVARIAN, AFROOZ, GHARIBZADEH, 2012), considerada uma atividade lúdica e o desenvolvimento das tecnologias e da informação digital é uma constante na sociedade moderna e contribui para o avanço e disseminação de estratégias no campo da saúde que podem trazer em sua essência benefícios diversos, assim como a motivação e a auto eficácia desses indivíduos, promovendo independência e funcionalidade nas tarefas da vida diária (DE MELLO MONTEIRO *et al.*, 2017).

À vista disso, o computador vem sendo utilizado para melhorar as comunicações sociais na SD, onde um ambiente colorido e mais interativo chama a atenção das crianças, no qual a educação e a reabilitação podem ser ajustadas conforme a necessidade de cada indivíduo, aumentando a complexidade e o grau de exposição aos estímulos de forma gradativa, conforme a motivação e a cooperação dos indivíduos (DELAVARIAN, AFROOZ e GHARIBZADEH, 2012).

De fato, dentre das inovações tecnológicas no campo da saúde, a RV se destaca por meio de seus vários benefícios, tais como, minimizar as disfunções motoras, maior interatividade e imersão no processo de reabilitação comparado aos tratamentos convencionais, incentivo a prática da atividade física, melhora sensorio-motora e informação adaptativa, favorecendo a participação ativa do indivíduo, treinamento de habilidades de planejamento, controle motor e desenvolvimento de estratégias para superar os desafios motores, melhora da marcha, controle postural, motricidades, cognição, dentre outros, corroborando significativamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da promoção da saúde na vida das pessoas diagnosticadas com SD. O presente artigo possui relação proximal com o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar, no qual visa garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas de qualquer idade, garantindo assim o desenvolvimento sustentável.

Consoante ao exposto, o objetivo do artigo é identificar na literatura a relevância da aplicabilidade da RV inserida ao contexto da fisioterapia como estratégia de saúde.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração deste trabalho, utilizou-se o método de revisão da literatura, definido como um método sistemático, explícito e reproduzível que permite identificar, avaliar e sintetizar os estudos realizados por investigadores, acadêmicos e profissionais nas bases de dados científicos (SOUSA, 2018) e que vem sendo cada vez mais utilizada por profissionais de saúde para identificar no meio científico os resultados dos mais diversos estudos no âmbito dos cuidados de saúde humana.

A busca revisão da literatura foi realizada por meio de uma busca por artigos científicos nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e *Pubmed*. A busca e seleção dos artigos foi realizada em junho e julho de 2022, abrangendo estudos publicados nos últimos 10 anos, ou seja, de 2012 a 2022. Seguindo os critérios de elegibilidade, foram incluídos os estudos que estivessem disponíveis na íntegra e de forma gratuita, nos idiomas português e inglês e que abordassem a RV no tratamento fisioterapêutico em pacientes com SD. Foram excluídos estudos que abordavam a temática em outras patologias, transtornos e síndromes, publicados em outros idiomas, revisões de literatura, pagos para serem lidos, bem como produções no formato de capítulos de livros, teses, dissertações e anais de congressos.

3 RESULTADOS

A figura 1 apresenta o fluxograma de identificação e seleção dos artigos incluídos na presente revisão. Ao total foram incluídos sete artigos, sendo os principais resultados descritos na Tabela 1.

Figura 1. Fluxograma: processo de triagem e seleção dos artigos.



Fonte: Elaborada pelos autores (2022)

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tabela 1 – Características dos estudos incluídos.

AUTOR / ANO	OBJETIVO	CONSIDERAÇÕES FINAIS
Delavarian, Afrooz e Gharibzadeh (2012)	Verificar o uso da Realidade Virtual como estratégia de treinamento, desenvolvimento motor, motivacional e auto eficácia em indivíduos com SD.	Melhora do desenvolvimento e habilidades motoras, estimulação vestibular, motivação e auto eficácia, promovendo o aprendizado e aumentando a percepção visual, assim como as funções executivas em indivíduos com SD por meio do uso da RV como recurso terapêutico.
Menezes et al., (2015)	Verificar se indivíduos com SD são capazes de desenvolver melhor desempenho na execução de uma tarefa de labirinto virtual utilizando telefone celular.	Indivíduos com SD apresentaram movimentos inconsistentes no início da tarefa, porém houve melhora significativa e diminuição do tempo de execução com a prática da RV comparado tentativas posteriores, no qual melhorou o desempenho com a prática na tarefa de labirinto, porém é necessário mais tempo para aprenderem determinados movimentos à medida que aumentam a complexidade se comparado a indivíduos com desenvolvimento normal.
Lorenzo, Braccialli e Araújo (2015)	Avaliar os resultados de intervenções com o uso da RV perante as necessidades psicomotoras de uma criança com SD.	Conforme a classificação das habilidades psicomotoras na SD, foram obtidos resultados satisfatórios, havendo progresso de desenvolvimento dos participantes após as intervenções realizadas. Esses resultados apontam a eficácia do uso da RV no desenvolvimento da motricidade fina e grossa indivíduos com SD.
Álvarez et al.,	Determinar o efeito de uma intervenção	A intervenção baseada em RV foi eficaz, proporcionando exercícios de baixo impacto para

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

(2018)	baseada em RV no desenvolvimento motor e controle postural em crianças com SD.	melhora do controle postural e, assim, elevar à melhora significativa das habilidades motoras em crianças com SD, tanto no ambiente educacional quanto terapêutico.
Silva et al., (2021)	Verificar os efeitos da RV no controle postural e propriocepção na atividade muscular de membros inferiores de crianças com SD.	A RV é uma ferramenta lúdica e mostrou-se eficiente para crianças com SD, sendo indicada para a melhora do equilíbrio estático e dinâmico, atividades musculares de membros inferiores dos indivíduos com SD.
Michalski et al., (2022)	Avaliar os aspectos de viabilidade do uso da RV em pessoas com SD.	O uso da RV foi de grande viabilidade, principalmente na compreensão e manuseio do dispositivo, no qual mostrou inúmeros benefícios semelhantes as opções tradicionais. São feitas recomendações para pesquisadores e educadores interessados em proporcionar experiências de realidade virtual para pessoas com SD.
Lopes et al., (2022)	Correlacionar variáveis e avaliar os efeitos da estimulação transcraniana associada à fisioterapia envolvendo um jogo de RV em crianças com SD.	A RV é utilizada como recurso tecnológico é promissora no processo de reabilitação no que estabelece repetição de movimentos e aprimoramento das informações sensório-motoras, adaptativas e superação de dificuldades nas atividades da vida diária. A otimização dos resultados em jogos de RV visa o treinamento interativo envolvendo múltiplos aspectos sensoriais, cuja a intensidade pode ser ajustada as necessidades dos indivíduos com SD.

RV: realidade virtual; SD: síndrome de Down; **Fonte:** Elaborada pelos autores (2022).

4 DISCUSSÃO

Em consonância com os princípios que envolvem o modelo de saúde biopsicossocial, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, lançou o documento denominado de “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, composto por 17 objetivos principais e 169 metas que compõe a Agenda Universal, visando a estimulação de ações para os próximos 15 anos em áreas de grandes relevâncias para a humanidade e para o planeta (BRASIL, 2015). A presente revisão, possui relação proximal com o ODS 3 que em sua essência visa:

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Bem-estar é a medida que um indivíduo ou grupo é capaz, por um lado, de realizar aspirações e satisfazer necessidades e, por outro, de lidar com o meio ambiente (ONU, 2015).

Nesse sentido, a fim de elevar o acesso digno à saúde e aos pilares que nela se estruturam, um estudo no qual a utilização da RV mostrou-se uma estratégia de treinamento, desenvolvimento motor, motivacional e auto eficácia em indivíduos com SD, os autores destacam que o tratamento fisioterapêutico tradicional deve ser inserido durante as sessões (DELAVARIAN, AFROOZ e GHARIBZADEH, 2012). Tal afirmação, vai ao encontro com os dizeres de Menezes *et al.*, (2015), que demonstraram que indivíduos com SD submetidos a um jogo interativo utilizando a RV, são capazes de melhorar a execução de uma tarefa, visto que no início da sessão apresentaram movimentos inconsistentes e dificuldade em realizar o que fora pedido, mas que, após inserção da técnica, houve melhora significativa e diminuição do tempo de execução com a prática da RV comparado a tentativas posteriores. Porém os autores salientam que, comparado a indivíduos com desenvolvimento normal, os pacientes com SD necessitam de mais tempo para aprenderem determinados movimentos à medida que aumentam a complexidade.

Quando realizado intervenções com o uso da RV frente as alterações psicomotoras de uma criança com SD, os autores classificaram que os resultados obtidos foram satisfatórios, pois durante as intervenções fisioterapêuticas, houve um progresso significativo do desenvolvimento dos pacientes após a sequência da conduta e técnica proposta. Nessa perspectiva, foram obtidos resultados importantes e que apontam a eficácia do uso da RV no desenvolvimento da motricidade fina e grossa indivíduos com SD associado as técnicas tradicionais latentes da fisioterapia (LORENZO, BRACCIALLI e ARAÚJO, 2015).

O desenvolvimento motor, controle postural e a propriocepção da atividade muscular de MMII em crianças com SD são também fatores importantes que podem ser impactados pelo uso da RV. A inserção dessa estratégia pode auxiliar positivamente nas atividades propostas diminuindo o impacto articular, melhorando o controle postural e aumentando as habilidades motoras das crianças (ÁLVARES *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2021). Além disso, a RV, se bem instruída e pensada em cada especificidade do paciente se destaca por ser uma abordagem lúdica e de fácil aplicação que, quando combinada com a fisioterapia tradicional, é possível atingir índices eficientes no que tange o sistema musculoesquelético e vestibular de crianças com SD, podendo ser utilizada também no cenário educacional contribuindo, inclusive, para um melhor aprendizado (ÁLVARES *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2021; MICHALSKI *et al.*, 2022).

Por fim, um estudo apresentou qual seria a eficácia de inserir e correlacionar os efeitos da estimulação transcraniana durante os atendimentos de fisioterapia envolvendo um jogo de RV em crianças com SD. Ambas técnicas utilizadas, mostraram-se promissoras no processo de reabilitação, pois quando o paciente era exposto a repetição e variabilidade dos movimentos, demonstraram aprimoramento das informações sensorio-motoras, adaptativas e superação de dificuldades nas atividades da vida diária. Assim sendo, a otimização dos resultados em jogos de RV visa o treinamento interativo envolvendo múltiplos aspectos sensoriais, cuja a intensidade pode ser ajustada as necessidades dos indivíduos com SD (LOPES *et al.*, 2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a literatura aponta uma gama de benefícios da RV como estratégia fisioterapêutica no tratamento de indivíduos diagnosticados com SD. Além de uma experiência multissensorial e realista envolvendo o indivíduo por meio de uma ferramenta dinâmica e moderna, a RV é capaz de potencializar os aspectos psicomotores, funcionais e cognitivos, o que consequentemente aumenta os níveis de atividade e participação, dentro da perspectiva biopsicossocial e uma maior aderência a terapia. Ademais, por ser uma ferramenta lúdica, tecnológica e de baixo custo possui poucas contraindicações, sendo o jogo e a brincadeira uma estratégia de terapia motivacional para o paciente com SD que irá frequentar as sessões de fisioterapia por longos períodos. Porém, mesmo com as potencialidades identificadas, ainda são necessárias novas pesquisas que discutam a RV como proposta para promoção e reabilitação de pacientes com SD, a fim de corroborar significativamente no desenvolvimento global e qualidade de vida do indivíduo no cenário contemporâneo. Sobre tudo, a utilização da RV, já é considerada uma opção terapêutica promissora a ser incorporada na rotina do fisioterapeuta.

REFERÊNCIAS

- BARROS, A. L. *et al.* **Efeitos da realidade virtual no desenvolvimento motor, equilíbrio e força muscular respiratória da criança com Síndrome de Down: relato de caso.** ASSOBRAFIR Ciência, v. 11, p. 0-0, 2021.
- BRASIL. **Diretrizes de atenção à pessoa com síndrome de Down.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012
- COFFITO – Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. **Fisioterapia | Definição.** COFFITO Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/definição> Acesso em: 11 set. 2022
- DA SILVEIRA, R. S. *et al.* **Influência da Realidade Virtual na recuperação neural de crianças com Síndrome de Down.** Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida| Vol, v. 11, n. 3, p. 2, 2019.
- DE MELLO MONTEIRO, M.C; *et al.* **Short-term motor learning through virtual reality task in individuals with down syndrome.** BMC Neurology (2017) 17:71
- GÓMEZ ÁLVAREZ, N. *et al.* Effect of an intervention based on virtual reality on motor development and postural control in children with Down Syndrome. Revista Chilena de Pediatría. 2018 Dec;89(6):747-752. DOI: 10.4067/s0370-41062018005001202. PMID: 30725064.
- INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF FUNCTIONING, Disability and Health. Geneva, Switzerland: World Health Organization, 2001. Disponível em: <https://www.who.int/standards/classifications/international-classification-of-functioning-disability-and-health>. Acesso em: 31 de julho 2022.
- LOPES, J. B. P. *et al.* Brain activity and upper limb movement analysis in children with Down syndrome undergoing transcranial direct current stimulation combined with virtual reality training: study protocol for a randomized controlled trial. **Trials**, v. 23, n. 1, p. 1-14, 2022.
- LORENZO, M.S; BRACCIALLI, P.M.L; ARAÚJO, T.C.R. Realidade Virtual como intervenção na Síndrome de Down: uma perspectiva da ação na interface saúde e educação. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.21, n 2, p 259-274, Abr – Jun, 2015.
- MARTINHO, L. S. T. **Comunicação e linguagem na Síndrome de Down.** 2011. Dissertação de Mestrado.

MICHALSKI, S. C. *et al.* Using Virtual Reality to Improve Classroom Behavior in People With Down Syndrome: Within-Subjects Experimental Design. **JMIR Serious Games**, v. 10, n. 2, p. e34373, 2022.

MORAES, Fabio Atila Cardoso *et al.* A Influência da fisioterapia em crianças com síndrome de down. *Revista Científica Rumos da inFormação*, v. 4, n. 1, p. 159-180, 2022.

Organização das Nações Unidas Brasil. **ONU Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3> Acesso em: 07 de setembro 2022.

PELOSI, M. TEIXEIRA, P. D. O; NASCIMENTO, J. S. O uso de jogos interativos por crianças com síndrome de Down. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, p. 718-733, 2019.

RABELO, A. C. A. Fisioterapia na saúde da criança com Síndrome de Down: abordagem do tratamento fisioterapêutico. 2021

ROMANO, R. G. *et al.* Avaliação do equilíbrio estático em jovens com Síndrome de Down pelo NINTENDO® WII BALANCE BOARD™: STATIC BALANCE ASSESSMENT IN YOUNG PEOPLE WITH DOWN SYNDROME BY NINTENDO® WII BALANCE BOARD™. *Revista Contexto & Saúde*, v. 21, n. 43, p. 180-191, 2021.

SOUZA, L. M. M. *et al.* Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, v. 1, n. 1, p. 45-54, 2018.

SOUZA, L. M. *et al.* A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. **SAÚDE DINÂMICA**, v. 2, n. 3, p. 41-74, 2020.

UNICEF. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasil <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 07 de setembro 2022.

REVISÃO DA 10ª CONFERÊNCIA GLOBAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE

REVIEW OF THE 10th GLOBAL CONFERENCE ON HEALTH PROMOTION

Área temática: 03 – Saúde e bem-estar.

GABRIEL, Ricardo Z.
Centro Universitário Municipal de Franca – UNI-FACEF
Mestrando em Desenvolvimento Regional
cadimrzg@hotmail.com

CESARIO, Raquel Rangel
Centro Universitário Municipal de Franca – UNI-FACEF
Dra. em Promoção da Saúde
raquelrangelcesario@gmail.com

Resumo

O artigo comenta o histórico das Conferências Globais em Promoção da Saúde, descreve mais detalhadamente a 10ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde, que aconteceu em 2021 e teve como foco assuntos relacionados ao bem-estar, e apresenta uma versão em Português da Carta de Genebra para o Bem-estar. Realizada em formato presencial, mas também virtual, com transmissão de Genebra, Suíça, o ambiente foi desenvolvido para que o público tivesse a sensação de estar presencialmente no local. Foram abordados temas com objetivos de discutir, identificar, enfatizar e explorar ações relacionadas à promoção da saúde e bem estar, e idealizado o futuro de bem-estar que se almeja para todos. Esta Conferência marcou a primeira vez em que a OMS usou o bem-estar como tema de uma grande conferência.

Palavras chave: Promoção da Saúde, Bem Estar, Carta de Genebra

Abstract

The paper comments on the history of the Global Conferences on Health Promotion, describes in more detail the 10th Global Conference on Health Promotion, which took place in 2021 and focused on issues related to well-being, and presents a Portuguese version of the Geneva Charter for Well-being. Held in a face-to-face format, but also in a virtual format, broadcast from Geneva, Switzerland, the environment was developed so that the public had the feeling of being in person at the place. Topics were addressed with the objective of discussing, identifying, emphasizing and exploring actions related to the promotion of health and well-being, and idealizing the future of well-being that is desired for all. This Conference marked the first time that the WHO used well-being as the theme of a major conference.

Keywords: Health Promotion, Well-Being, Geneva Charter.

1 INTRODUÇÃO

As Conferências Globais sobre Promoção da Saúde são um movimento que ocorre periodicamente, dele participando setores representativos de vários países, juntamente com organismos supranacionais, tais como OMS, OPAS e UNICEF, em defesa da ampliação dos campos de ação em saúde e abordagens mais efetivas para o real alcance dos objetivos traçados.

O objetivo principal dessa Conferência é promover o suporte das ideias e medidas necessárias para as ações em saúde. Na língua inglesa as mesmas são chamadas “Global Conference”, mas a maior parte das traduções para o português as denominou “Conferência Internacional”, razão pela qual essa expressão será usada para se referir às primeiras Conferências

de Promoção da Saúde. Entretanto, considerando que a Fundação Oswaldo Cruz comunicou a 10ª Conferência utilizando a expressão “global” (FIOCRUZ, 2021), assim a trataremos neste artigo.

A 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde foi realizada em novembro de 1986 em Ottawa, Canadá, onde foi apresentada uma Carta de Intenções com intuito de contribuir para se atingir Saúde para Todos no Ano 2000 e anos subsequentes. Esta Conferência foi, antes de tudo, uma resposta às crescentes expectativas por uma nova saúde pública, movimento que ocorreu em todo o mundo. As discussões focaram principalmente as necessidades em saúde nos países industrializados, embora tenham levado em conta necessidades semelhantes de outras regiões do mundo. As discussões foram baseadas nos progressos alcançados com a Declaração de Alma-Ata para os Cuidados Primários em Saúde, com o documento da OMS sobre Saúde Para Todos, assim como com o debate ocorrido na Assembleia Mundial da Saúde sobre as ações intersectoriais necessárias para o setor (HEIDMANN et al., 2006).

A 2ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, foi realizada em 1988 em Adelaide, Austrália. Conhecida também como Conferência de Adelaide, elegeu as políticas públicas saudáveis como tema central: essas são caracterizadas pelo interesse de que as políticas públicas das diversas áreas se preocupe com saúde e equidade, com compromissos do impacto dessas políticas sobre a saúde da população, tendo como principal propósito ambientes favoráveis a saúde, onde pessoas possam viver vidas saudáveis (BRASIL, 2002). Essa conferência enfatiza a importância da intersectorialidade e da governança compartilhada (VASCONCELOS, 2016).

A 3ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em Sundsvall, Suécia, 1991 (OMS, 1991), conclama que um ambiente favorável é importante para a saúde e diz que todos são promotores na criação desse (VASCONCELOS, 2016).

A 4ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Jacarta, teve como tema central a Promoção da Saúde no Século XXI. Foi a primeira a incluir o setor privado no apoio à promoção da saúde. Ela ofereceu ocasião para refletir o que se aprendeu sobre a promoção da saúde, para reexaminar os determinantes da saúde e para identificar as direções e as estratégias necessárias para enfrentar os desafios da promoção da saúde no século XXI (BRASIL, 2002).

A 5ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde foi realizada na cidade do México, em 2000, e reforçou a importância das ações de promoção da saúde nos programas e políticas governamentais, no nível local, regional, nacional e internacional. Ela confirma o valor das ações intersectoriais para assegurar a implementação das ações de promoção e ampliar as parcerias na área da saúde (HEIDMANN et al., 2006).

A 6ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Bangkok, Tailândia, em 2005, reconhece que a globalização abre novas portas, mas que para isso é preciso melhoria das tecnologias de informação e comunicação e mecanismos eficientes de trocas de experiências (VASCONCELOS, 2016).

A 7ª Conferência Internacional, que foi realizada em Nairóbi, no Quênia, em outubro de 2009, teve um significado especial por ocorrer em território africano e destacou a promoção da saúde e o desenvolvimento como temática central. A conferência da África mostrou a importância de reforçar a promoção da saúde perante as ameaças decorrentes da crise financeira, do aquecimento global e das alterações climáticas (CARVALHO, 2012).

A 8ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde teve foco nos meios de promover saúde e equidade, pela conjugação de todos os setores governamentais. Essa Conferência apontou a importância das políticas públicas sobre os determinantes da saúde e bem-estar (PEREIRA DE PAULA et al, 2012).

A 9ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em 2016 na cidade de Xangai na China, buscou discutir os princípios da Carta de Ottawa 30 anos após a sua publicação. Com quatro eixos temáticos, o evento confirmou-se como uma grande demonstração de força da China como um ator global também na área da saúde (ABRASCO, 2017).

Neste artigo, faremos uma revisão sobre a 10ª Conferência Global de Promoção da Saúde, que aconteceu na cidade de Genebra, na Suíça, nos formatos presencial e virtual, em dezembro de 2021.

Os objetivos da conferência foram:

- Discutir como estender a promoção da saúde para promover o bem-estar e a equidade, com base em evidências e experiências, para promover populações mais saudáveis.
- Identificar intervenções realistas para a promoção da saúde e bem-estar para acelerar o progresso na consecução dos ODS.

- Enfatizar o papel da promoção da saúde na preparação e resposta a emergências de saúde pública e aproveitar as oportunidades para construir sociedades mais saudáveis e justas.
- Explorar abordagens inovadoras de promoção da saúde para permitir que sociedades e comunidades prosperem.

Esta Conferência marcou a primeira vez em que a OMS usou o bem-estar como tema de uma grande conferência. Os participantes discutiram as contribuições que a promoção da saúde pode trazer para o bem-estar nas amplas áreas das pessoas, do planeta e da prosperidade.

No final da Conferência, foi emitida uma declaração política de alto nível que recomenda como os governos podem usar a promoção da saúde para promover o bem-estar.

Na Carta de Ottawa, criada na 1ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em 1986, Promoção da Saúde foi definida como o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo maior participação no controle desse processo (HEIDMANN et al., 2016).

Atualmente, em 2022, a OMS conceitua Promoção da Saúde como “o processo de permitir que as pessoas aumentem o controle e melhorem sua saúde”. Bem-estar, por sua vez, é “um estado positivo experimentado por indivíduos e sociedades. Semelhante à saúde, é um recurso para a vida diária e é determinado pelas condições sociais, econômicas e ambientais” (WHO, 2021).

A OMS define saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade” (BRASIL, 2002). Como se vê, o bem-estar faz parte do conceito de saúde.

Na carta de Ottawa, foram definidos alguns pré-requisitos para se ter boas condições de saúde, como, paz, habitação, educação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (BRASIL, 2002).

Este artigo busca descrever a 10ª Conferência Global sobre Promoção a Saúde, que teve como foco assuntos relacionados ao bem-estar.

As fontes utilizadas para a pesquisa foram o *site* oficial do evento (WHO, 2021), onde se encontram as experiências descritas e a Carta de Genebra, lançada oficialmente pelos presentes ao final da Conferência, e outros artigos relacionados com as conferências realizadas em anos anteriores.

2 POR QUE A CONFERÊNCIA FOI NECESSÁRIA?

Segundo o site da 10ª Conferência Global de Promoção da Saúde, as mudanças climáticas, as desigualdades, os conflitos e as tendências de mortalidade estagnadas foram exacerbadas pela pandemia do COVID-19 (WHO, 2021).

Os países que priorizaram o desenvolvimento social – saúde, educação, infraestrutura, tecnologia e governança – conseguiram resistir melhor às consequências socioeconômicas da pandemia. Aqueles que estão preparados para colocar suas economias a serviço do bem-estar social têm sido mais capazes de mitigar os desafios de saúde, econômicos e sociais.

Muitos dos desafios que o mundo enfrenta hoje estão enraizados em modelos econômicos e de desenvolvimento que se concentram quase exclusivamente no aumento do crescimento econômico como *proxy* do progresso da humanidade. Só recentemente foi feito um esforço sério na elaboração de políticas para neutralizar as consequências não intencionais, incluindo danos ecológicos, mudanças climáticas, exclusão social e disparidades e acesso a serviços públicos essenciais e mercadorias.

As economias de bem-estar são integrativas, com sistemas de produção e consumo na biosfera mais ampla. Elas também são empoderadoras, permitindo uma ação e controle mais direto do cidadão, em vez de limitar seu papel a consumidores ou pacientes passivos. Uma economia de bem-estar coloca a economia a serviço dos resultados de saúde, sociais e ecológicos. As sociedades com economias de bem-estar são resilientes, desenvolvem capacidade de ação e estão preparadas para superar desafios.

Reconhecendo as conquistas na promoção da saúde desde a primeira conferência global em Ottawa, Canadá, em 1986 e moldando uma agenda para o bem-estar, equidade e desenvolvimento sustentável, esta conferência abriu caminho para um compromisso contínuo com sociedades de bem-estar para todos.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A conferência aconteceu de 13 a 15 de dezembro de 2021, simultaneamente de forma presencial e em ambiente virtual, que foi desenvolvido para o que o público tivesse a sensação de estar presente ao local. Após o período de realização, continua disponível na internet para quem quiser assistir aos conteúdos gravados (WHO, 2021).

Já na abertura do link da conferência, o público tem acesso ao plenário, onde foram abordados e discutidos os Fóruns de Promoção da Saúde. O objetivo dos fóruns era desenvolver a Carta de Genebra.

Em cada Fórum foram apresentados 10 temas e cada tema foi debatido por um grupo de palestrantes.

Para todo tema apresentado, existia um moderador, e palestrantes que debatiam os temas. Houve três representantes brasileiros como debatedores em temas, como segue.

- Vinicius Gaby, estudante, Universidade de São Paulo, Brasil, com o tema *O dividendo triplo: promovendo a saúde e o bem-estar do aluno na e por meio da educação*.

- Leonardo Piovesan Mendoca, Médico Gestor Integrado em Saúde, Hospital Alemão Oswaldo Cruz, Brasil, com o tema *Promover o bem-estar, a equidade e o desenvolvimento sustentável por meio do local de trabalho*.

- Representante da Cidade de Salvador, Brasil (nome não publicado), com o tema *Caminhar, andar de bicicleta e pedalar para o bem-estar, a saúde e o meio ambiente*.

Após a realização de cada Fórum, era realizada uma pausa ativa e em seguida aconteciam apresentações de temas diversos sempre relacionados com o Bem-Estar, que tinha a participação de todo o público ao mesmo tempo.

Os temas eram apresentados por um grupo de participantes convidados, composto por formuladores de políticas e conselheiros locais e nacionais de alto nível dos Estados Membros, na saúde e também em outros setores, como educação, meio ambiente, emprego, agricultura, comércio, transporte, habitação, finanças e política externa e de desenvolvimento. Houve também representantes das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, sociedade civil, setor privado, instituições e fundações financeiras internacionais, comunidade de pesquisa e membros dos parlamentos nacionais.

O Brasil foi representado na conferência por Camila Castro, Secretária Geral e Secretária de Mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará.

No período da tarde, aconteciam os “Mergulhos Profundos”, realizados em 4 salas simultaneamente, onde o público podia escolher em qual entrar, de acordo com o tema que mais o agradava ou interessava, sempre com 1h de duração. Em seguida era realizada outra pausa ativa e a Conferência era retomada com a apresentação de um novo tema ou Fórum de Promoção da saúde.

3 A CARTA DE GENEBRA PARA O BEM-ESTAR

Uma Conferência Global de Promoção da Saúde sempre culmina com a publicação de uma Carta ou Declaração, construída e subscrita pelos participantes da Conferência, conclamando os países para apoiar e construir a visão de futuro apresentada.

Considerando a não identificação, até a presente data, de publicações da versão da *Carta de Genebra para o bem-estar* em português, apresentamos (Quadro 1) uma transcrição com tradução livre da mesma.

QUADRO 1 – Carte de Genebra para o bem-estar. 10ª Conferência Global de Promoção da Saúde. Genebra, Suíça, 2021.

A CARTA DE GENEBRA PARA O BEM-ESTAR

(10ª Conferência Global de Promoção da Saúde, Genebra, Suíça - 2021)

A Carta de Genebra para o Bem-estar expressa a urgência de criar “sociedades de bem-estar” sustentáveis, comprometidas em alcançar uma saúde equitativa agora e para as gerações futuras sem violar os limites ecológicos. A Carta baseia-se nos resultados da 10ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde, realizada em Genebra, Suíça, e virtualmente de 13 a 15 de dezembro de 2021, e o legado da Carta de Ottawa e conferências globais anteriores sobre promoção da saúde.

A urgência de agir

O mundo enfrenta crises complexas e inter-relacionadas, mas nem todos os países são impactados por eles no mesmo caminho. Pandemias recentes expuseram as fraturas na sociedade e destacaram o impacto de determinantes ecológicos, políticos, comerciais, digitais e sociais da saúde e das desigualdades em saúde, dentro e entre grupos sociais e nações. Mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição, urbanização rápida, conflito geopolítico e militarização, mudança demográfica, deslocamento populacional, pobreza e desigualdade generalizada, criam riscos de crises futuras ainda mais graves do que as experimentadas hoje. As respostas exigem investimentos que integrem a saúde e o bem-estar planetário, social, comunitário e individual, bem como mudanças nas estruturas sociais para apoiar as pessoas a assumirem o controle de suas vidas e saúde. É necessário um redirecionamento fundamental dos valores sociais e ações consistentes com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Fundamentos para o bem-estar.

As sociedades de bem-estar fornecem as bases para que todos os membros das gerações atuais e futuras prosperem em um planeta saudável, não importando onde vivem. Tais sociedades aplicam políticas ousadas e abordagens transformadoras que são sustentadas por:

- uma visão positiva da saúde integrando o bem-estar físico, mental, espiritual e social;
- os princípios de direitos humanos, justiça social e ambiental, solidariedade, gênero e equidade intergeracional e paz;
- um compromisso com o desenvolvimento sustentável de baixo carbono baseado na reciprocidade e respeito entre os humanos e na paz com a Natureza;
- novos indicadores de sucesso além do produto interno bruto que levem em conta o bem-estar humano e planetário e levem a novas prioridades para os gastos públicos;
- o foco da promoção da saúde no empoderamento, inclusão, equidade e participação significativa.

Resposta de promoção da saúde do século XXI

A criação de sociedades de bem-estar requer uma ação coordenada em cinco áreas:

1. Valorizar, respeitar e nutrir o planeta Terra e seus ecossistemas

Um planeta saudável é essencial para a saúde e o bem-estar das gerações atuais e futuras e para permitir que todos floresçam. As sociedades de bem-estar priorizam uma transição rápida e justa para uma economia de baixo carbono para manter os aumentos de temperatura abaixo de 1,5°C neste século. Eles fornecem acesso à energia limpa para todos, aumentam a biodiversidade, reduzem o esgotamento de recursos e a poluição, apoiam relações harmoniosas entre os seres humanos e a natureza e centralizam o conhecimento e a liderança indígenas. Eles promovem sistemas de água e alimentos que reduzem os danos e promovem uma nutrição saudável (incluindo a amamentação). As sociedades de bem-estar têm fortes ligações com a “Saúde Única” e a saúde planetária, incluindo o aumento da preparação para pandemias e a melhoria da saúde e da equidade.

2. Projetar uma economia equitativa que sirva ao desenvolvimento humano nos âmbitos planetário e ecológico

As sociedades de bem-estar garantem trabalho digno e seguro, comércio justo, sistemas de proteção social inclusivos, sistemas de produção e consumo baseados nos princípios de uma economia circular, sem discriminação estrutural, transições urbanas sustentáveis e respeito e preservação dos ecossistemas naturais. As economias de bem-estar reconhecem os direitos trabalhistas e as contribuições da economia informal, incluindo os cuidados prestados por cuidadores, famílias e comunidades. Eles apoiam a prevenção e redução de doenças transmissíveis e não transmissíveis por meio de regulamentação efetiva dos determinantes comerciais da saúde. As economias de bem-estar buscam reduzir os danos por meio do cumprimento da responsabilidade e da regulamentação das indústrias digital e de armas. Eles reconhecem e retificam as políticas coloniais e econômicas que dificultam o desenvolvimento econômico e social. As prioridades de bem-estar são traduzidas em ações por meio de investimentos em saúde, orçamentos de bem-estar, proteção social e estratégias legais e fiscais que garantam uma economia mais saudável e sustentável.

3. Desenvolver políticas públicas saudáveis para o bem comum

Em uma sociedade de bem-estar, os governos são os guardiões de todos os ativos da sociedade para um planeta saudável, sustentável e equitativo em nome das gerações atuais e futuras. Os governos vão prestar contas ao seu povo e garantir a participação na governança. O bem-estar forma um novo contrato social e fornece uma bússola para as políticas públicas, incluindo as decisões orçamentárias e regulatórias, para alcançar melhores resultados para indivíduos, comunidades e sociedade. Governança em todos os níveis, do local ao global, está comprometida com a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, buscando políticas multissetoriais para a saúde e uma distribuição global justa de recursos que possibilitem a saúde. A eliminação de todas as formas de discriminação estrutural e injustiça, incluindo marginalização, que impacta as pessoas de várias maneiras, é essencial para garantir o direito à saúde para todos. As parcerias com uma sociedade civil vibrante são alimentadas para fortalecer o tecido social e solidariedade social local e internacionalmente.

4. Alcançar a cobertura universal de saúde

Em uma sociedade de bem-estar, a oferta de cobertura universal de saúde é central para a proteção social para todos e a estabilidade social. A prioridade de financiamento é dada ao desenvolvimento de cuidados primários, serviços de promoção e prevenção. A governança global da saúde garante a distribuição equitativa de ativos de saúde. O bem-estar mental recebe alta prioridade na reorientação da saúde e serviços. Os profissionais de saúde são nutridos e protegidos. O financiamento da saúde é entendido não como despesas, mas como investimento para o bem-estar e a resiliência da sociedade. Governança para a saúde baseia-se no co-design e faz pleno uso da transformação digital para obter benefícios equitativos entre as populações, garantindo acesso e participação significativa para evitar a exclusão digital. Este inclui uma alta prioridade atribuída ao desenvolvimento da alfabetização em saúde das pessoas ao longo da vida. O investimento na próxima geração, especialmente no desenvolvimento e educação da primeira infância, estabelece o base para uma vida saudável, ativa e conectada.

5. Abordar os impactos da transformação digital

A transformação digital e a mudança tecnológica têm o potencial de criar novas oportunidades para conexão, alfabetização em saúde, compartilhamento de conhecimento e prestação de serviços mais eficazes e eficientes. Alguns recursos digitais, bem como a exclusão digital, podem criar isolamento e exacerbar desigualdades. Além disso, a saúde e o bem-estar podem estar em risco devido ao aumento do tempo gasto nas atividades digitais e em ambientes virtuais, da sobrecarga de informação, ódio e bullying, propagação de desinformação até marketing de produtos e comportamentos insalubres. Uma sociedade de bem-estar avalia e neutraliza danos e desempoderamento, garante acesso equitativo, e aproveita o potencial da tecnologia para o florescimento humano e planetário.

Cuidando de um futuro próspero

O bem-estar é uma escolha política. É o resultado das políticas, instituições, economias e ecossistemas em que as pessoas vivem. Isso requer uma abordagem de toda a sociedade envolvendo ação em todos os níveis, partes interessadas e setores, desde as comunidades e dentro das organizações até o governo regional e nacional. O papel da promoção da saúde é catalisar e apoiar este movimento de:

- garantir que as pessoas e as comunidades possam assumir o controle de sua saúde e levar uma vida plena com um senso de significado e propósito, em harmonia com Natureza, por meio da educação, alfabetização em saúde culturalmente relevante, empoderamento e engajamento significativos;*
- habilitar, mediar e defender uma abordagem unificadora para criar sociedades de bem-estar, moldando os determinantes da saúde em todos os contextos;*
- assegurar que os serviços sociais e de saúde, em seus componentes promotores, preventivos, curativos, reabilitadores e paliativos, sejam de alta qualidade, acessíveis e aceitáveis e sejam fornecidos de acordo com as necessidades, especialmente para aqueles muitas vezes deixados para trás.*

Essas ações devem ser apoiadas em todo o mundo por investimentos sustentados em

profissionais de saúde, promoção da saúde, infraestrutura de saúde pública e pesquisa. O cenário de desenvolvimento global mudará se o bem-estar das pessoas e do planeta se tornar central para a definição de sucesso. Uma sociedade de bem-estar mede o sucesso de acordo com um conjunto de valores diferente daqueles que são dominantes hoje e tem uma visão de longo prazo. Ela avança para além das medidas de atividade econômica, utilizando indicadores de todos os determinantes do bem-estar humano e planetário, incluindo a saúde em todas as suas dimensões, a equidade em saúde e os recursos que moldarão e salvaguardarão o bem-estar das gerações presentes e futuras. Para as pessoas, isso significa que todos desfrutem de uma vida longa e saudável, bem vivida.

O caminho a ser percorrido é fazer a transição para sociedades mais sustentáveis e equitativas e aprender com países, regiões, cidades, comunidades e culturas – especialmente culturas indígenas – como criar sociedades mais sustentáveis e equitativas. A OMS apoiará essa transição reunindo todos os atores para promulgar essa visão para sociedades de bem-estar, coletar evidências e apoiar tecnicamente seus Estados Membros e parceiros na implementação desta Carta. A saúde e o bem-estar dependem das ações de todos na sociedade. Esta Carta apela a organizações civis e não governamentais, academia, empresas, governos, organizações internacionais e todos os interessados a se engajarem em parcerias para a implementação decisiva de estratégias de saúde e bem-estar. Juntos, isso impulsionará a transformação para sociedades de bem-estar em todos os países, sem deixar ninguém para trás.

Nota: A Carta de Genebra foi desenvolvida antes e durante a 10ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde. Mais de 5.000 especialistas de 149 países participaram virtualmente, incluindo Chefes de Governo, ministros de diferentes setores, incluindo saúde, finanças, assuntos sociais e educação; líderes culturais e religiosos, outros políticos, altos funcionários públicos, profissionais de saúde, formuladores de políticas, pesquisadores, professores e representantes da comunidade. A Carta é complementada por uma série de documentos técnicos.

Considerações finais

A 10ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde preocupou-se com o Bem-Estar das pessoas em momento em que o mundo passa por uma transformação em respostas aos “maus tratos” que o homem vem causando, sem se preocupar com as consequências futuras.

É importante que cada governante se comprometa em desenvolver medidas para aumento da preservação do meio ambiente, diminuindo os impactos negativos já causados pelas ações do homem.

Desenvolver equidade econômica para que as economias de bem-estar possam reduzir os danos através da aplicação de responsabilidade e regulamentação das indústrias digitais e de armas, torna-se de suma importância, haja visto que é uma forma da indústria devolver à sociedade recursos que lhes são tirados para desenvolvimento da sua economia.

Aproximar as pessoas umas das outras, num trabalho de união, pois todos precisamos de todos, ninguém faz nada sozinho, e a luta pelo desenvolvimento é igual a todos, independente de raça ou credo.

Referência bibliográfica

ABRASCO. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **9ª Conferência Mundial de Promoção da Saúde.** [Site na Internet]. 2017. Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/tag/9a-conferencia-mundial-de-promocao-da-saude/>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **As cartas da promoção da saúde.** Brasília, Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf. Acesso em 29 de setembro de 2022.

CARVALHO, LETÍCIA F. **Empowerment**: uma alternativa em promoção de saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva. Conselheiro Lafaiete, 2012. 57p. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família). Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3896.pdf>. Último acesso em 30 de setembro de 2022.

FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO. **10ª Conferência Global de Promoção da Saúde**. [Site]. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/10a-conferencia-global-de-promocao-da-saude>. Acesso em 30 de setembro de 2022.

HEIDMANN, IVONETE T.S. Buss et al. Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções. **Texto & Contexto - Enfermagem** [online], 15(2): pag. 352-358, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/W4mZfM69hZRxdMjtSqcQpSN/?lang=pt>. Último acesso em 30 de setembro de 2022.

PEREIRA DE PAULA, D. M.; APARECIDO DE FARIA, M.; LACERDA DE ALMEIDA, J. D. Cooperação multilateral em saúde: a Oitava Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 860–869, 2013. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/127>. Acesso em: 30 set. 2022.

VASCONCELOS, CLIVIA B. **Vínculo nos grupos de promoção à saúde: uma revisão sistematizada da literatura**. [Dissertação]. Mestrado em Saúde Coletiva. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/175099/344838.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 13 de setembro de 2022.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **10ª Conferência Global sobre Promoção da Saúde**. 2021. Disponível em <https://10gchp.org/>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Health Promotion Glossary of Terms 2021**. Geneve: World Health Organization, 2021. 44p.

***SAÚDE COMO QUESTÃO DE JUSTIÇA: TENSÕES ENTRE DESIGUALDADES MATERIAIS,
NEOLIBERALISMO E RESERVA DO POSSÍVEL***

***HEALTH AS A MATTER OF JUSTICE: TENSIONS BETWEEN MATERIAL INEQUALITIES,
NEOLIBERALISM AND THE RESERVE OF POSSIBLE***

Área temática: 03 – Saúde e bem-estar

SPINIELI, André Luiz Pereira
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Mestre em Direito
andre.spineli@unesp.br

NALIN, Ana Paula Rodrigues
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Graduanda em Direito
ap.nalin@unesp.br

Resumo

Compreender o direito humano à saúde enquanto uma questão afeita aos problemas de justiça social representa inseri-lo no complexo de atuações positivas exigidas às instituições estatais, a fim de encontrar respostas concretas ao sentido moral dessa garantia fundamental, à persistência de injustiças nessa esfera e aos problemas de distribuição não equitativa de recursos em termos de saúde. Partindo-se da compreensão de que a tese da reserva do possível funciona como mecanismo restritivo do acesso ao direito humano à saúde, indicando o impacto das políticas neoliberais sobre os direitos sociais, o objetivo deste trabalho é analisar a ideia de saúde como problema de justiça por meio do estabelecimento de um vínculo com a questão da reserva do possível. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva documental, de cunho bibliográfico. Recorre-se fundamentalmente à literatura específica sobre o direito à saúde, o impacto das políticas neoliberais sobre os direitos sociais e a produção da tese da reserva do possível. A partir das teorias da justiça contemporâneas, entender a saúde como bem primário de sociedades igualitárias e justas implica compreender que o acesso a esse direito humano representa a materialização de expectativas sociais em larga escala, voltadas à produção de sujeitos plenamente cooperativos na comunidade política. O avanço neoliberal sobre os direitos sociais produziu limitações de natureza econômica à efetivação dessas garantias.

Palavras-chave: Direito à saúde, neoliberalismo, justiça social.

Abstract

Understanding the human right to health as an issue related to social justice problems represents inserting it into the complex of positive actions required of state institutions, in order to find concrete answers to the moral meaning of this fundamental guarantee, to the persistence of injustices in this sphere and to the problems of inequitable distribution of resources in terms of health. Starting from the understanding that the thesis of the reserve of the possible works as a restrictive mechanism of access to the human right to health, indicating the impact of neoliberal policies on social rights, the objective of this work is to analyze the idea of health as a problem of justice through the establishment of a link with the question of the reservation of the possible. In methodological terms, it is a descriptive documental research, with a bibliographic nature. Essentially, it utilizes specific literature on the right to health is used, the impact of neoliberal policies on social rights and the production of the thesis of the reserve of the possible. Based on contemporary theories of justice, understanding health as a primary good of egalitarian and just societies implies understanding that access to this human right represents the materialization of large-scale social expectations, aimed at producing fully cooperative subjects in the political community. The neoliberal advance on social rights produced limitations of an economic nature to the realization of these guarantees.

Keywords: Right to health, neoliberalism, social justice.

1 INTRODUÇÃO

Ao se prestar como sustentáculo para que outros direitos humanos sejam acessados pelo sujeito, o direito humano à saúde compreende uma dimensão associada às teorias da justiça contemporâneas, especialmente à ideia de justiça como equidade, de matriz rawlsiana, que indica serem os cuidados à saúde bens primários (RAWLS, 1997, p. 63) capazes de trazer aos cidadãos a concretude da liberdade e da igualdade (RAWLS, 1997, p. 63; DANIELS, 2008, p. 114). De certo modo, o acesso justo ao direito à saúde representa a materialização de pretensões sociais gerais no sentido de garantir a "justa igualdade de oportunidade e nossa capacidade de usufruir de nossas liberdades e direitos básicos e, dessa forma, poder ser um membro normal e plenamente cooperativo da sociedade pelo período completo de nossas vidas" (RAWLS, 1997, p. 63). Assim, o direito à saúde contempla uma dimensão dúplice: ao mesmo tempo em que figura como garantia estabelecida a partir de padrões normativos, encontrando base legal, também representa medida de cunho instrumental, que serve de acesso a outros direitos humanos.

Adotando-se como premissa a ideia de que, forjada por meio de inspiração direta das políticas neoliberais (MELO, 2009, p. 171), a tese da reserva do possível funciona como mecanismo restritivo em relação ao acesso ao direito humano à saúde, constituindo-se como decisão política que se molda necessariamente às condições orçamentárias do Estado, o objetivo deste trabalho é analisar a relação entre o direito à saúde como uma questão de justiça e a reserva do possível. Logo, como é possível estabelecer um vínculo entre o direito à saúde e a reserva do possível? De fato, investigar a saúde sob o ponto de vista das teorias da justiça contemporâneas demanda uma concepção extensiva desse direito, a fim de abarcar a noção de que "uma sociedade que não garante aos seus cidadãos condições de saúde, mais precisamente, de uma vida saudável, será invariavelmente injusta, pois não assegurará a todos as mesmas condições e oportunidades" (DE MARIO, 2013, p. 59).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As construções contemporâneas da teoria da justiça têm se dedicado à identificação de um estado de coisas que dialogue tanto com os direitos humanos e fundamentais quanto com as estruturas institucionais da sociedade civil. Nesse sentido, entender a saúde como um problema de justiça depende não apenas do reconhecimento desse direito como um bem determinante para que uma sociedade seja considerada bem ordenada, mas também de reputá-la como bem primário, de caráter instrumental e sem o qual são abertas margens para a introdução de desigualdades (DE MARIO, 2013, p. 35). Na medida em que a formulação teórica da justiça rawlsiana procura estabelecer parâmetros mínimos para que todos os cidadãos possam acessar suas liberdades fundamentais e usufruir de mecanismos sociais que garantam a igualdade material, a observância da saúde em um contexto de tensões e retrações motivadas pelas teses neoliberais impõe questionar acerca do possível desenho para uma sociedade devidamente justa. Assim, impossibilitar o acesso aos bens sociais de primeira ordem faz surgirem sociedades injustas e impede que os diferentes atores comunitários realizem suas expectativas e capacidades (DANIELS, 2008, p. 107).

A tentativa de ofertar uma interpretação atualizada ao direito à saúde, que esteja na contrariedade às propostas teóricas e práticas que buscam reformulá-lo, decorre do fato de que as desigualdades sociais não podem ser ignoradas se uma comunidade objetiva alcançar um sistema equitativo de distribuição de bens entre cidadãos livres e iguais (RAWLS, 1997, p. 80). Na visão rawlsiana, a busca por uma sociedade verdadeiramente justa "depende tanto de desigualdades associadas à nossa posição social como dos princípios públicos de justiça que a sociedade não apenas professa, mas, de modo mais ou menos efetivo, usa para regular as instituições da justiça de fundo" (RAWLS, 1997, p. 80). Nas últimas décadas, emergiu no âmbito dos diálogos entre a filosofia jurídica e as abordagens em políticas públicas a discussão sobre a possibilidade de introduzir o direito à saúde como um problema central para a delimitação do conceito contemporâneo de justiça social. Aliás, a interlocução entre o direito à saúde e as questões de justiça como equidade, que advêm do pensamento rawlsiano, é decorrente de uma posição que reconhece a importância do debate e entende que o direito à saúde não deve se pautar em uma lista de bens primários à sociedade, mas em elementos contidos nos princípios de justiça acordados na posição original (DANIELS, 2008, p. 106; DE MARIO, 2013, p. 59).

A postura epistemológica de Norman Daniels indica que a saúde não representa apenas uma categoria fundamental para garantir a plena participação dos sujeitos sociais no contexto de uma comunidade política, mas também um direito que permite aos indivíduos a realização de suas

expectativas existenciais (DANIELS, 2008, p. 108). Consequentemente, sociedades que não respeitam o direito à saúde tendem a ser invariavelmente injustas, uma vez que não conseguirão assegurar aos atores sociais condições mínimas para se tornarem cidadãos cooperativos. A infiltração dessas questões no contexto jurídico depende de uma análise dos elementos culturais, sociais e políticos que determinam a saúde como um bem fundamental ao leque normal de oportunidades (*normal opportunities range*). Nesse sentido, a emergência das políticas neoliberais indicou a dificuldade de concretizar direitos sociais, econômicos e culturais, dentre os quais se enquadra a saúde. Por intermédio de mecanismos processuais, o neoliberalismo provocou a dificuldade de efetivar garantias dessa natureza em razão de critérios fáticos, jurídicos e propriamente materiais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva documental, de cunho bibliográfico, cujo desenvolvimento se dá conforme a literatura específica sobre o direito à saúde e sua relação com a tese da reserva do possível, além da abordagem de textos que trabalham a introdução desse direito na matriz político-econômica neoliberal. Para isso, fundamentalmente, adota-se como marco teórico a abordagem da saúde como questão de justiça desenvolvida por Norman Daniels (2008, p. 107), tendo como base o estabelecimento de um diálogo com as políticas neoliberais responsáveis pela redução da participação estatal na concretização de direitos sociais. A hipótese de trabalho afirma que o vínculo entre o direito à saúde e a tese reserva do possível se forma por meio de uma relação de estreitamento do espectro dessa garantia, associando-se aos mecanismos neoliberais de achatamento das possibilidades de direitos em direção ao que se faz possível.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A compreensão do direito humano à saúde como uma questão de justiça (DE MARIO, 2013, p. 59) reclama trazê-lo tanto para a esfera das atuações positivas exigidas ao Estado, no sentido de promover a justiça social na realidade concreta, quanto enxergá-lo como problema de caráter jurídico-social, que ainda carece de respostas definitivas sobre o sentido moral da saúde, a (im) possibilidade de se admitir injustiças nesse campo e as diferentes formas de distribuição igualitária e justiça de recursos em saúde (PARANHOS *et al.*, 2018, p. 1003). Alinhada ao ideal de igualdade e aos valores fundantes de uma sociedade preocupada em visualizar a justiça como equidade (RAWLS, 1997, p. 64-68), a extensão do direito à saúde para o âmbito das teorias da justiça – e, assim, para a filosofia do direito e a teoria constitucional – revela que essa garantia se encontra integrada em disputas em torno de sua importância e necessidade de materialização (RAWLS, 1997, p. 63; DANIELS, 2008, p. 102).

No Brasil, uma vez que o direito à saúde possui dentre seus propósitos constitucionais a minimização das assimetrias sociais em nível nacional e regional e a promoção de condições materiais condizentes com a proposta do mínimo existencial, uma das possíveis expressões da dignidade da pessoa humana (CAMPOS, 2001, p. 21; SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 129), entender a saúde como questão (ou problema) de justiça implica pensar para além das arestas puramente jurídicas. Na verdade, trata-se de conceber o direito à saúde como garantia intimamente vinculada ao conceito de oportunidade (RAWLS, 1997, p. 63; DANIELS, 2008, p. 107). Se o acesso à saúde funciona como instrumento necessário ao atingimento de um estado de igualdade de oportunidades, as desigualdades figuram como injustiças que devem ser corrigidas pelo direito (DANIELS, 2008, p. 107).

Em sua dimensão associada à teoria da justiça, o direito à saúde é "fundamental para garantir a plena participação das pessoas em sociedade e para que elas sejam capazes de realizar suas expectativas ao longo de suas vidas" (DE MARIO, 2013, p. 59). Mais que isso, trata-se de um direito humano que exige diretamente a transposição das diretrizes previstas lei para a realidade objetiva por meio do dispêndio de recursos econômico-financeiros (SARLET; FIGUEIREDO, 2008, p. 144). A partir desses elementos, o acesso à saúde se torna alvo potencial de vulnerações jurídicas e econômicas na medida em que é confrontado por limitações orçamentárias que cortam "drasticamente os encargos sociais" (CHAUÍ, 2000, p. 28) e revelam a existência de questões latentes de injustiça em relação à distribuição material da saúde como direito social (MELO, 2009, p. 167; ANDRADE *et al.*, 2013, p. 639).

A ascensão e conformação social das políticas neoliberais no Brasil trouxeram consigo a possibilidade de reduzir a capacidade prestacional do Estado em direitos sociais ao material, fática e

juridicamente possível, sobretudo no âmbito do direito à saúde (MAGALHÃES; BURLANDY; SENNA, 2007, p. 1416), a fim de permitir que parte da riqueza fosse captada e retornada distributivamente à sociedade (MELO, 2009, p. 168), de forma desigual. Se a doutrina neoliberal concebe o direito à saúde como garantia que "não nasce em árvores" (GALDINO, 2002, p. 173) ou que impede o desenvolvimento econômico (MELO, 2009, p. 173), a reserva do possível se insere como espécie de reorientação das prioridades estatais em matéria de direitos sociais. Em um cenário formatado pelas desigualdades e injustiças no acesso à saúde, faz-se necessário observar o impacto do engrandecimento das políticas neoliberais e a afirmação judicial da reserva do possível como alternativa ao cumprimento de deveres constitucionais estatais em relação ao direito à saúde.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para além da compreensão do direito à saúde como uma questão de justiça, a associação judicial desse direito humano à tese da reserva do possível revela não uma relação de prosperidade, mas sim de redução da incidência material dessa garantia na realidade objetiva, informada por uma política neoliberal de achatamento das possibilidades participativas do Estado na construção de níveis justos de acesso aos direitos sociais (MELO, 2009, p. 171). Ao admitir que as atividades não lucrativas, embora importantes para o desenvolvimento social, sejam encampadas pelo Estado, o neoliberalismo dificulta a redistribuição de bens materiais e, conseqüentemente, faz com que os direitos sociais deixem de ter espaço nessa lógica (DE MARIO, 2013, p. 269). Enquanto construção dogmática empregada no direito brasileiro como alternativa à não materialização dos direitos sociais, a tese judicial da reserva do possível influencia diretamente a (des) construção de políticas públicas na esfera do direito à saúde (DE MARIO, 2013, p. 270).

Nesse sentido, verifica-se a existência de uma relação entre desigualdade, direito à saúde como questão de justiça e políticas neoliberais que abrem espaço para a tese da reserva do possível. A aproximação entre as duas primeiras categorias se torna evidente ao passo em que há significativos déficits em relação aos níveis de acesso ao direito à saúde no Brasil, ocasionados por fatores socioeconômicos e culturais (ANDRADE *et al.*, 2013, p. 639), que se traduzem em injustiças (DANIELS, 2008, p. 107). Porém, no que diz respeito ao embate entre o direito à saúde e o avanço neoliberal sobre os direitos sociais, provocado pela reserva do possível, percebe-se que essa tese funciona como mecanismo limitador do impacto material do direito à saúde, impedindo, de acordo com argumentos que remontam às possibilidades econômico-financeiras do Estado, a efetivação dessa garantia. Para além dessa problemática, a fragilidade do direito à saúde fornece margem para afirmar que um Estado despreocupado com a materialização do direito à saúde de sua população é necessariamente desigual e injusto.

Se o direito à saúde exige disponibilidade econômico-financeira do ente responsável para sua concretização, a reserva do possível aparece como acessório neoliberal capaz de reduzir os índices de exigibilidade estatal e obscurecer as possibilidades de materialização de garantias de ordem social. Portanto, conclui-se que a relação entre o direito à saúde como uma questão afeita às teorias da justiça contemporâneas, que reclamam uma visão ampla desses temas para afirmar a simbiose entre saúde, justiça e oportunidades sociais, e a tese da reserva do possível está calcada no próprio avanço neoliberal, que permitiu a ascensão socioeconômica desses ideais, ainda que afetasse a população quanto ao acesso à saúde e, como consequência, criassem sociedades injustas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mônica Viegas *et al.* Desigualdade socioeconômica no acesso aos serviços de saúde no Brasil: um estudo comparativo entre as regiões brasileiras em 1998 e 2008. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 4, p. 623-645, 2013.

CAMPOS, Germán José Bidart. Lo explícito y lo implícito en la salud como derecho y como bien jurídico constitucional. *In*: MACKINSON, Gladys Juana; FARINATI, Alicia (Coords.). **Salud, derecho y equidad**: principios constitucionales, políticas de salud, bioética, alimentos y desarrollo. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2001.

CHAUÍ, Marilena. Ideologia neoliberal e universidade. *In*: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2000.

DANIELS, Norman. **Just health**: meeting health needs fairly. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DE MARIO, Camila Gonçalves. **Saúde como questão de justiça**. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

GALDINO, Flávio. O custo dos direitos. In: TORRES, Ricardo Lobo. **Legitimação dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene; SENNA, Mônica de Castro Maia. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1415-1421, 2007.

MELO, Tarso de. Neoliberalismo e "reserva do possível". **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 15, n. 1, p. 167-176, 2009.

PARANHOS, Denise Gonçalves de Araújo Mello *et al.* As teorias da justiça, de John Rawls e Norman Daniels, aplicadas à saúde. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 119, p. 1002-1011, out./dez. 2018.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Almiro Pisetta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. Algumas considerações sobre o direito fundamental à proteção e promoção da saúde aos 20 anos da Constituição Federal de 1988. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 1, n. 67, p. 125-182, 2008.

**SEGURANÇA DO PACIENTE E QUEDAS EM IDOSOS EM UNIDADE DE TERAPIA
INTENSIVA: revisão de literatura**

PATIENT SAFETY AND FALLS IN THE ELDERLY IN INTENSIVE CARE UNIT: literature review

Área temática: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03- Saúde e Bem-estar

MARCELINO, Daniela
Anhanguera Educacional
Doutoranda e Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Graduada em Fisioterapia (Claretiano Centro Universitário)
E-mail: danielamarcelino_fisio@hotmail.com

BULGO, Danilo Cândido
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Doutorando e Mestre em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Graduado em Fisioterapia, Educação Física e Pedagogia (UNIFRAN)
E-mail: danilobulgo@gmail.com

OLIVEIRA, Leticia Natália
Universidade de Franca (UNIFRAN)
Doutoranda e Mestra em Promoção de Saúde (UNIFRAN)
Graduada em Psicologia (UNIFRAN)
E-mail: oliveiranatalialeticia@gmail.com

GIROLDO, Júlio César
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)
Graduado em Educação Física - Licenciatura e Bacharel (Faculdades Integradas Ribeirão Pires)
E-mail: Juliogiroldo1@gmail.com

GONÇALVES, Cristian Ribeiro
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduado em Educação Física Licenciatura e Bacharel (UNIFRAN)
Doutorando e mestre em Promoção da Saúde (UNIFRAN)
E-mail: prof.cristianribeiro@gmail.com

LEITE, Carolina Beatriz Honorato
Universidade de Franca/UNIFRAN
Graduada em Estética e Cosmética - Bacharel em Fisioterapia (UNIFRAN)
Pós-Graduanda em Fisioterapia em Geriatria e Gerontologia (UNIUBE)
E-mail: carolinabhonorato@gmail.com

NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes do
Universidade de Franca/UNIFRAN
Doutora em Promoção de Saúde (UNIFRAN) e Mestra em Educação Física (UFTM)
Bacharel em Fisioterapia (UFTM)
E-mail: lilian.nascimento@unifran.edu.br

RESUMO

Objetivo: verificar na literatura o gerenciamento dos riscos assistências em pessoas idosas internadas por quedas em unidades de terapia intensiva. **Metodologia:** realizou-se uma revisão da literatura pautada em buscas nas bases de dados *Medline* e *Lilacs*, disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol, em um recorte temporal entre os anos de 2017 a 2022. Para obtenção dos dados utilizou-se uma busca por meio dos descritores científicos “Falls” AND “safety” AND “elderly” AND “Intensive Care Units”. Foram encontrados inicialmente 45 artigos: (n= 41) disponíveis na *Medline* e (n = 4 artigos) *Lilacs*. Durante a análise de títulos e resumos, cinco obras foram elegíveis para compor o trabalho. **Resultados:** Após leitura na íntegra e análise dos estudos acerca dessa temática, verificou-se que as condições das síndromes geriátricas mais encontrados foram: *delirium*, perda auditiva, insônia, lesão por pressão, incontinência urinária, tontura, síncope, déficits de cognição, polifarmácia, dependência funcional e as quedas. **Considerações Finais:** Frente a esse contexto, é necessário pensar em estratégias que envolvam uma assistência segura dos pacientes idosos, propagando protocolos sobre a segurança do paciente e sua importância na prevenção de quedas.

Palavras-chave: Pessoas Idosas, Quedas, Unidade de Terapia Intensiva.

ABSTRACT

Objective: to verify in the literature the management of care risks for people who are domestic and hospitalized in intensive care units. **Methodology:** a literature review was carried out by searching Medline and Lilacs databases, prioritizing articles available in Portuguese, English and Spanish, in a time frame between the years 2017 to 2022. A search through the descriptors “Falls” AND “safety” AND “elderly” AND “Intensive Care Units”. Initially, 45 articles were found: (n=41) available on Medline and (n=4 articles) Lilac. During an analysis of abstracts, five works were presented to compose the work. **Results:** deepening of the issues and the difficulty of analyzing studies of these circumstances, urgent steps, deepening the circumstances, deepening understanding, adaptation by pressure, incope, cognition deficits, cognition polycontinence, functional dependence and falls. Final **Considerations:** In view of this protocol, it is necessary to think safely about strategies that involve care for elderly patients, propagating protocols on patient safety and its importance in the prevention of falls.

Keywords: Elderly People, Falls, Intensive Care Unit.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo complexo, cujas alterações vivenciadas durante a trajetória de vida causam interferência na maneira individual do sujeito, assim as particularidades irão influenciar no estilo de vida de cada um, com isso, a repercussão do envelhecer é compreendida pelos idosos de diferentes maneiras, a considerar a história e o estilo de vida, as redes sociais, a disponibilidade de suporte afetivo e os valores entendidos por eles como importantes para a qualidade de vida (FREITAS; QUEIROZ; SOUSA, 2010).

Para Minayo e Coimbra (2011, p. 14) "o envelhecimento não é um processo homogêneo, cada pessoa vivencia essa fase da vida de uma forma, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia) a eles relacionados, como saúde, educação e condições econômicas".

É considerado um fenômeno mundial, sendo caracterizado como pessoa idosa, o indivíduo de ambos os sexos cuja faixa etária se dá por 60 anos ou mais nos países em desenvolvimento, como o Brasil, e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos (BRASIL, 2003).

As pessoas idosas necessitam que os riscos assistenciais sejam gerenciados e se esses riscos forem negligenciados, esse grupo populacional pode apresentar a síndrome geriátrica, que se manifesta clinicamente nas unidades de cuidados críticos. Geralmente essas condições incluem: delirium, perda auditiva e visual, insônia, lesão por pressão, incontinência urinária, tontura, síncope, déficits de cognição, polifarmácia, dependência funcional e as quedas (ANPALAHAN, M.; GIBSON, S. J, 2008)

O declínio funcional e físico e as comorbidades crônicas em pessoas idosas, são fatores de riscos para a internação em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), levando uma crescente alta da mortalidade durante a internação seguida de perda da funcionalidade após a alta hospitalar. Cerca de 35% - 50% de pessoas idosas apresentaram desospitalização da UTI para as instituições de longa permanência (ILP) devido ao impacto frente a perda importante da funcionalidade, ficando assim esses idosos dependentes para atividades de vida diária (AVD) (TANGUI *et al.*, 2017).

A queda, pode desencadear redução na capacidade funcional e acarretar perdas da autonomia e da independência. As consequências mais comuns são: fraturas, imobilidade, restrição de atividades, institucionalização, declínio da saúde, prejuízos psicológicos como o medo de sofrer novas quedas e, também, o risco de morte, além do aumento dos custos com os cuidados de saúde e prejuízos sociais relacionados à família (DUARTE *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, se faz necessário pensar em estratégias multidimensionais que corroborem para a visão integral da pessoa idosa, e desse modo, o presente estudo contempla a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Agenda 2030 que promoveu a elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assim o ODS 3 visa em sua essência garantir o acesso a saúde de qualidade e promove o bem-estar para todos, em todas as idades, incluindo assim a pessoa idosa. Nesse manejo, o envelhecimento humano pode tornar os indivíduos mais susceptíveis a quedas e complicações como fraturas, internações recorrentes, dentre outras alterações que impactam fatores negativos a saúde psicofísica social (ONU, 2015)

Pensar nos ODS auxilia em ações para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos as idades e lugares, possam desfruir de paz e de prosperidade. Desse modo, sabe-se que as quedas em pessoas idosas é uma condição que acarreta um alto índice de mortalidade, e nessa perspectiva, o ODS 3 que enfatiza a "Saúde e Bem-estar" destaca em suas metas "3.4 reduzir a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, promover a saúde mental e bem-estar; 3.8 oferecer o acesso à saúde e serviços de saúde a toda população, acesso a medicamentos e vacinas" (BRASIL, 2021, s.p).

Assim o objetivo desse estudo é identificar na literatura dados acerca da segurança do paciente no gerenciamento de quedas em pessoas idosas durante sua internação hospitalar em UTIs.

PROCESSO METODOLÓGICO

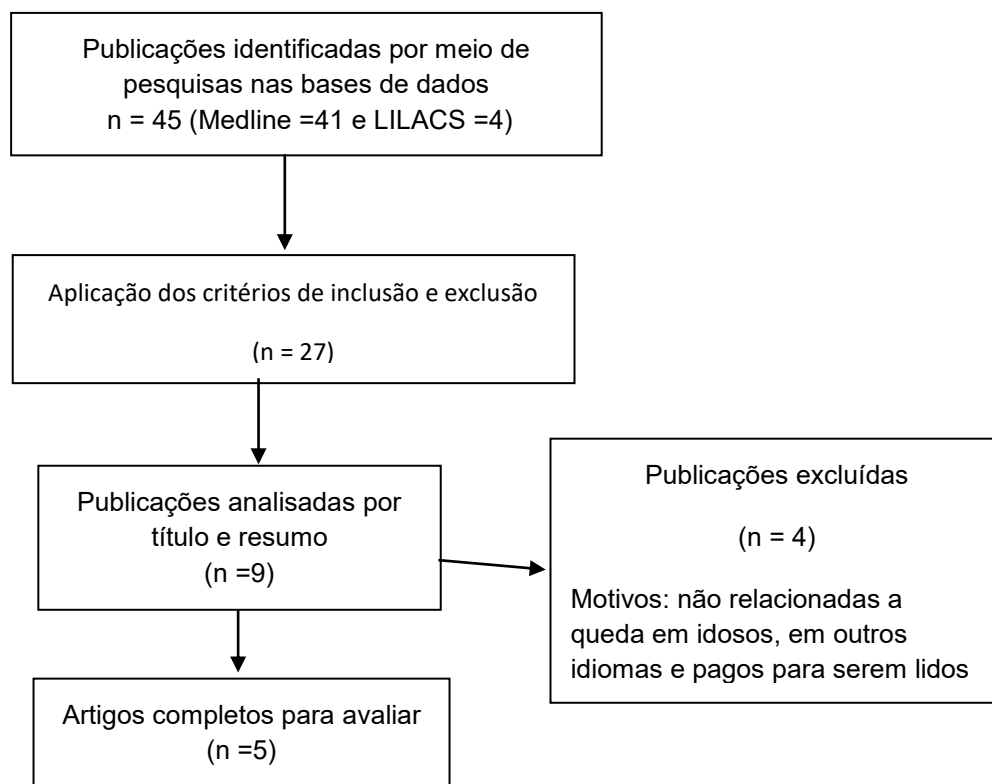
Para o levantamento de dados, as buscas foram realizadas na base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), sendo utilizadas a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System On-line* (MEDLINE). Os descritores científicos foram utilizados pela plataforma do DECS, sendo utilizados para a presente busca, "Falls" AND "safety" AND "elderly" AND "Intensive Care Units". Para os critérios pré-estabelecidos para a seleção dos artigos foram incluídos artigos nos idiomas português, inglês e espanhol, datados em um recorte temporal de 2017 a 2022 e que relatassem a relevância da temática abordada nesse grupo populacional. A questão norteadora a se basear para a busca bibliográfica foi: "Pensando nos pacientes idosos internados em UTI, o que pode ser realizado para gerenciar os riscos assistenciais

de quedas e uma assistência segura durante sua internação?”. A questão foi elaborada de acordo com a estratégia PVO (*Population/População, Variables/Variáveis and Outcomes/Resultados*) (FRAM; MARIN; BARBOSA, 2014). A busca dos estudos ocorreu em setembro de 2022 por dois revisores independentes, visto que verificaram primeiramente a leitura dos resumos dos artigos e dos títulos e resultaram na eleição dos estudos com base nos critérios de inclusão e exclusão pela questão norteadora. Na sequência, os revisores analisaram os artigos lidos e selecionados na íntegra.

Foram elegíveis 45 artigos pela busca bibliográfica nas bases de dados por meio da utilização dos descritores científicos descritos anteriormente, sendo Medline (n = 41 artigos) e LILACS (n = 4 artigos). Após realizar os critérios de inclusão e exclusão, 27 artigos foram excluídos, sendo Medline (n = 26) e LILACS (n = 1). Depois de realizar esses critérios, foi iniciada a análise de títulos e resumos dos artigos, resultando em cinco artigos que compuseram a síntese quantitativa.

Os artigos elegíveis para compor esta pesquisa integrativa, foram lidos na íntegra, onde os processos de inclusão e de exclusão serão descritos no fluxograma a seguir.

Fluxograma 1: Processo de busca e seleção das obras



Fonte: Autoria Própria (2022)

A seguir, serão elencados as obras e principais achados acerca da temática estudada por ordem decrescente (2021 – 2017), autores, ano, objetivo, método e principais resultados:

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AUTORES / ANO	OBJETIVO	MÉTODO	RESULTADOS
YOUNG, <i>et al.</i> , (2021)	Evidenciar a mortalidade após uma queda em comparação com um padrão regressão logística, modelo baseado em dados de admissão imediatamente disponíveis e identificar a relação de pacientes idosos na UTI.	Foram analisados os pacientes internados entre 2012 e 2017 no centro de trauma classificado como nível 1, sendo coletadas 14 variáveis que descrevem os pacientes, as características da lesão e a fisiologia no momento da internação. Foram calculados valores para cada algoritmo de mortalidade e alta para casa após episódios de quedas geriátricas.	Dados apontam que a taxa de mortalidade foi 3% e três vezes maior para idosos (com 65 anos ou mais) (5,0% <i>versus</i> 1,6%, $P < 0,001$). As cinco principais variáveis que contribuem para a previsão da mortalidade em ordem decrescente de importância foram a escala de coma de Glasgow, avaliação da pupila e do sistema respiratório e da temperatura.
SILVA, <i>et al.</i> , (2021)	Analisar as características e as associações com os óbitos dos idosos traumatizados hospitalizados em uma UTI.	Estudo com dados de prontuários geriátricos em indivíduos internados por quedas em UTI. Foram incluídos pacientes com 60 anos ou mais de idade com características sociais gerais, históricos de saúde, do trauma e de cuidados intensivos. Para identificação das principais características foi realizada análise descritiva.	A maior prevalência foi do sexo masculino com idade entre 60 e 79 anos, com comorbidades politraumatizadas, trauma contuso tendo como principal causa externa as quedas. A região do corpo mais afetada foi cabeça e pescoço e a gravidade do trauma foi leve).

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SPECHT, <i>et al.</i> , (2020)	Verificar a incidência e relatar os casos de quedas em idosos na assistência crítica.	Estudo prospectivo de coorte, realizado em uma UTI no Sul do Brasil. Os pacientes foram acompanhados desde as internações até a alta. Foram avaliadas as variáveis clínicas e assistenciais. A análise descritiva foi realizada seguida pela notificação dos casos.	Foram monitorados 551 pacientes durante seis dias de internação, gerando 7.839 observações. Houve quatro casos de quedas, com taxa de incidência de 5,1/10.000
RICHARDSON, <i>et al.</i> , (2017)	Identificar a incidência de quedas nos pacientes críticos e os fatores de risco mais propensos a contribuir para as quedas.	Os incidentes de quedas foram revisados retrospectivamente usando um sistema local de notificação de incidentes, durante um período de dois anos de quatro unidades de cuidados críticos.	Foram avaliados 42 incidentes indicando uma baixa taxa de lesões e de ocorrência (0-99 quedas/1000 dias de leito). A idade média dos pacientes foi de 58 anos e o fator de risco mais comum para as quedas foram: confusão mental ou agitação psicomotora, seguidos de pacientes dependentes que tentavam se movimentar sem auxílio.
TANG, <i>et al.</i> , (2017)	Compreender as alterações das síndromes geriátricas mais comuns entre pacientes idosos de uma UTI incluindo as quedas.	Foram coletados dados demográficos, informações relacionadas à saúde e avaliação de síndromes geriátricas. A gravidade da doença no prazo de 24 horas de internação na UTI foi medida por meio da Fisiologia Aguda e Avaliação Crônica de Saúde (APACHE II). O índice de Função de Katz foi utilizado para avaliar o declínio funcional das síndromes geriátricas.	Nessa perspectiva, 308 idosos foram avaliados, onde 46 participantes foram a óbito durante a internação. 137 pacientes concluíram o estudo e foram incluídos na análise dos dados. Durante a pesquisa, foi visto que a permanência média na UTI foi média de nove dias o tempo total de internação foi de 22 dias.

DISCUSSÃO

Ao pensar no atendimento biopsicossocial à pessoa idosa, é necessário identificar a importância da equipe multiprofissional na execução de cuidados aos agravos à saúde dos indivíduos com 60 anos ou mais. Além disso, importante repensar sobre os cuidados à saúde da população idosa e os motivos pelos quais eles são internados nos serviços de urgência e emergência.

Tang *et al.*, (2017) neste estudo, definiram "queda" como um evento que resultou em uma pessoa que veio a cair inadvertidamente no térreo, ao chão ou em outro nível inferior.

Os resultados dos estudos revisados indicaram que o interesse pelo estudo de quedas em pessoas idosas em estado crítico internados em Unidades de Terapia Intensiva adulto, ainda está muito deficiente, uma vez que foram encontrados uma pequena quantidade de estudos publicados acerca desta temática. Conforme descrito na busca, foi constatado que entre os trabalhos selecionados em relação ao sexo dos participantes dos estudos e a presença de quedas no âmbito hospitalar em pacientes idosos, houve uma maior prevalência em participantes do sexo masculino com (62,5%) e da população de idosos internados em UTI com idade entre 60 e 79 anos (70,2%) (SILVA, *et al.*, 2021).

No estudo de Specht *et al.*, (2020) a maioria dos pacientes que apresentaram quedas foram homens com idade média de 60 anos, embora no estudo 5 foi identificado um número considerável de mulheres que sofreram politraumatismos (37,5%), a maioria das internações entre idosos foram do sexo masculino, devido a maior tendência a quedas, acidentes de trânsito e trabalho (SILVA, *et al.*, 2021).

O aumento do número de pessoas idosas vem acompanhado de um registro crescente nas internações por motivos de quedas e incidência de complicações nessa população (MASCARENHAS, *et al.*, 2015). Embora indivíduos de todas as idades apresentem riscos de sofrer quedas, a população idosa possui índices mais alarmantes, o que culmina em um problema de saúde pública, uma vez que tais eventos podem corroborar negativamente com a incapacidade funcional, ou com a morte, possuindo desse modo, elevados danos a nível psicológico, social e econômico, impactando diretamente na redução da autonomia da pessoa idosa e da sua independência.

Em seu estudo com idosos internados em UTI, mais de 90% dos participantes receberam alta com pelo menos uma síndrome geriátrica, um aumento significativo da linha de base de 75,2% sendo um terço dos idosos precisariam de cuidados de enfermagem continuado e receberam alta para instituições de longa permanência, isso foi um aumento de 2,6 vezes em número da linha de base (11,7%) (TANG, *et al.*, 2017).

Silva *et al.*, (2021) cita em seu estudo que 56,3% das internações foram devido a quedas e que o aumento das taxas de trauma entre as pessoas idosas, pode ser explicado pela maior ocorrência de quedas, que se apresenta como a primeira causa de Traumatismo Crânio Encefálico entre idosos, seguidos pelos acidentes automobilísticos, destacando a importância do traumatismo craniano tanto na mortalidade quanto na morbidade hospitalar dos idosos.

No estudo de Young *et al.*, (2021) é notório identificar que os pacientes internados entre os anos de 2012 e 2017 no centro de trauma classificado como nível 1, nele foram coletadas 14 variáveis que descrevem os pacientes, as características da lesão e a fisiologia no momento da internação, essas foram calculados valores para cada algoritmo de mortalidade e alta para casa após os episódios de quedas. Em seu estudo De Oliveira *et al.*, 2017, demonstraram que as instituições hospitalares não agregam efetivamente aos protocolos de gerenciamento de segurança do paciente, atribuindo assim as vulnerabilidades do sistema a adesão da cultura de segurança, ao comprometimento da equipe e a comunicação entre a equipe de saúde.

Specht *et al.*, (2020) em seu estudo aplicou a escala de risco de queda Morse com pontuação mediana de 50 (15-105), sendo que dessa pontuação 484 ou seja (87,8%) dos pacientes pontuaram 50 apresentando assim um alto risco de quedas e 38 (6,9%) pontuaram 35 apresentando risco média para quedas. Apesar desse estudo ter incluído 551 pacientes que foram acompanhados por vários dias, o baixo número de quedas limitou a aplicação de métodos estatísticos mais robusto, ficando assim restritos a relatar os casos contribuindo para gerar discussão sobre a aplicação da escala de Morse na UTI.

Foram identificadas um número de quatro quedas sendo que a incidência predita de quedas é de 5,1/10.000 verificações/dia com intervalo de confiança de 99% (0,9 a 16). Considerando o tempo de permanência do paciente na unidade de terapia intensiva em 6 dias (3- 12,7), a densidade de incidência de quedas é de 7/10.000 verificações /dia com intervalo de confiança de 99% (1,2 a 22). Desses quatro pacientes que apresentaram queda durante o acompanhamento do estudo, a maioria

eram homens (75%) com idade média de 61 anos, nenhum desses pacientes faziam uso de medicamentos analgésicos ou sedativos nas últimas 24 horas que antecederam a queda e todos possuíam avaliação negativa para delírium, dois desses pacientes estavam em isolamento por precaução de contato devido a germe multirresistente. Esses pacientes estavam sentados em poltrona no momento da queda, sendo que 3 deles (75%) não estavam com nenhum tipo de protocolo de contenção mecânica e dois desses pacientes, ou seja (50%) estavam com apoio para os pés. Os pacientes que sofreram quedas não ocorreram danos graves e não foi observado nenhuma remoção acidental de dispositivos invasivos, sendo 1 desses pacientes ou seja (25%) que apresentou deslocamento do cateter venoso central (SPECHT *et al.*, 2020).

Para Richardson e pesquisadores (2017) as quedas são eventos adversos comuns nos hospitais que resultam em consequências físicas, financeiras e psicológicas de grande relevância, consequentemente é de prioridade fundamental uma boa avaliação do paciente, incluindo risco de quedas e instituição de protocolos assistências de prevenção de quedas em pacientes no cuidado crítico.

A prevenção de quedas faz parte das estratégias do “Programa Nacional de Segurança do Paciente”, dentre outros cinco protocolos básicos que foram definidos pela OMS, englobando parte do Programa, cirurgia segura, prevenção de úlceras por pressão, prática de higiene das mãos em serviços de saúde, segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos (BRASIL 2013).

As evidências apontadas neste estudo, mostram que as quedas na população geriátrica no cenário contemporâneo, se destacam por ser uma importante temática de saúde pública, e embora os dados acerca da mortalidade apresentem variação entre os estudos, este se mantém em um nível alto, uma vez que o óbito por quedas é considerado como uma das causas de mortes que poderiam ser evitáveis quando se trata da pessoa idosa. A luz da promoção da saúde, a Organização Mundial de Saúde, Organização das Nações Unidas e órgãos nacionais, trabalham em prol do desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento à prevenção de quedas em idosos, porém este estudo poderá auxiliar a literatura científica, pois ainda são limitados os números restritos de artigos envolvendo a temática estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que na literatura ainda são escassos os artigos e estudos direcionados a fim de compreender a análise da segurança de pacientes idosos internado em unidades de terapia intensiva por motivos de queda, sendo necessárias pesquisas acerca de averiguar a assistência segura da pessoa idosa e suas repercussões durante sua internação. As quedas ocorrem com menos frequência na UTI, o que pode ser explicado pelo uso de protocolos e práticas de segurança do paciente. Destaca-se que esta revisão permite fazer recomendações de estudos futuros que, sobretudo, busquem construir diferentes protocolos de implantação e intervenções que auxiliem na promoção da saúde e diminuição de riscos assistências de pacientes idosos internados no âmbito hospitalar e em unidades de terapia intensiva. Mais estudos são necessários nesse cenário para se ter respaldos mais equitativos acerca dos cuidados e a relação entre quedas e a pessoa idosa internada em UTIs.

REFERÊNCIAS

ANPALAHAN, M.; GIBSON, S. J. Geriatric syndromes as predictors of adverse outcomes of hospitalization. **Internal medicine journal**, v. 38, n. 1, p. 16-23, 2008.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria Especial de Articulação Social. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2021. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em 09 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 10.741/2003 e Lei nº 13.466/2007. Estatuto do Idoso.

BRASIL; MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 1.377, de 9 de julho de 2013. Aprova os Protocolos de Segurança do Paciente. **Diário Oficial da União**, p. 47-47, 2013.

DE OLIVEIRA SOUZA, L. et al. O uso de protocolos de segurança do paciente nas instituições hospitalares. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research**, v. 19, n. 1, p. 70-77, 2017.

DUARTE, G. P. et al. Relação de quedas em idosos e os componentes de fragilidade. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 21, 2019.

FREITAS, M. C; QUEIROZ, T. A; SOUSA, J. A. V. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 407-412, 2010.

FRAM, D; MARIN, C. M; BARBOSA, D.. Avaliação da necessidade da revisão sistemática e a pergunta do estudo. **Enfermagem Baseada em Evidências. São Paulo: Atheneu**, p. 21-28, 2014.

MINAYO, M. C. D. S.; COIMBRA, C. E. A. J. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL- ONU BR. A Agenda 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 13 de agosto de 2022

RICHARDSON, A; CARTER, R. Falls in critical care: a local review to identify incidence and risk. **Nursing in critical care**, v. 22, n. 5, p. 270-275, 2017

SILVA, M. M. da et al. Características de idosos traumatizados hospitalizados em uma unidade de terapia intensiva. **Arq. ciências saúde UNIPAR**, p. 117-124, 2021.

SPECHT, A. M; SOUSA, G. P. D; BEGHETTO, M. G. Incidence of falls in a cohort of critical adults: a cause for concerns?. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 41, 2020.

TANG, H. J. et al. Changes of geriatric syndromes in older adults survived from Intensive Care Unit. **Geriatric Nursing**, v. 38, n. 3, p. 219-224, 2017.

TREVISAN, C et al. Nutritional status, body mass index, and the risk of falls in community-dwelling older adults: a systematic review and meta-analysis. **Journal of the American Medical Directors Association**, v. 20, n. 5, p. 569-582. e7, 2019.

YOUNG, A. J. et al. Using machine learning to make predictions in patients who fall. **Journal of surgical research**, v. 257, p. 118-127, 2021.

**TELEMEDICINA COMO FATOR DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
PROPOSTA DE UM ESTUDO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DE ITUVERAVA-SP**

**TELEMEDICINE AS A FACTOR FOR PROMOTING REGIONAL DEVELOPMENT: PROPOSAL FOR
A STUDY IN HEALTH ESTABLISHMENTS IN ITUVERAVA-SP**

Área temática: Saúde e Bem-estar.

SCAPIM, Murilo Henrique de Oliveira
Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF
Discente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
murilo.scapim@outlook.com

CARVALHO NETO, Silvio
Centro Universitário Municipal de Franca – UNIFACEF
Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF
silviocarvalhoneto@gmail.com

Resumo

Qualquer sistema de saúde enfrenta problemas de acesso, equidade, qualidade e custo. O cenário da pandemia de Covid-19 abalou as estruturas dos sistemas de saúde em todo o mundo. A telemedicina, nesse contexto, vem sendo vista como um artifício importante para enfrentar a diversidade de desafios dos sistemas de saúde universais. O avanço das tecnologias de informação e comunicação na área da saúde e na sociedade oportunizou o crescimento da oferta de serviços de saúde em diversos formatos e especialidades. Entretanto, a contribuição da telemedicina no desenvolvimento sustentável de uma região é pouco explorada pelos pesquisadores da área de desenvolvimento regional. Nesse contexto, este trabalho tem por objetivo geral propor uma pesquisa que investigue a contribuição da telemedicina como um fator de promoção ao desenvolvimento regional. O método de pesquisa utilizado será o exploratório qualitativo, em que a coleta de dados ocorrerá através de um questionário e entrevistas em profundidade, a análise dos dados obtidos será realizada por meio das técnicas de análise de conteúdo.

Palavras-chave: E-saúde. Telemedicina. Desenvolvimento Sustentável.

Abstract

Any health system faces problems of access, equity, quality and cost. The scenario of the Covid-19 pandemic has shaken the structures of health systems around the world. Telemedicine, in this context, has been seen as an important device to face the diversity of challenges of universal health systems. The advancement of information and communication technologies in the health area and in society has provided an opportunity for the growth of the offer of health services in different formats and specialties. However, the contribution of telemedicine to the sustainable development of a region is little explored by researchers in the area of regional development. In this context, this study has the general objective of proposing a research that investigates the contribution of telemedicine as a factor to promote regional development. The research method used will be qualitative exploratory, in which data collection will occur through a questionnaire and in-depth interviews, the analysis of the data obtained will be carried out through content analysis techniques.

Keywords: e-health. Telemedicine. Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 tornou a saúde um direito de todos e um dever do Estado. A saúde pública brasileira teve o conceito sobre saúde ampliado, deixando de ser apenas a ausência de doenças para um conceito qualitativo, no que diz respeito a qualidade de vida da população, porém é necessário superar fortes desigualdades sociais para a promoção da saúde no país (DESENVOLVIMENTO, c2013).

Os sistemas de saúde em todo o mundo enfrentam uma série de desafios onde se destacam o acesso, equidade, qualidade e custo como sendo os principais problemas em uma realidade que apresenta uma população cada vez mais longa e com mudanças nas concepções de saúde e doença (MALDONADO et al., 2016).

Segundo o estudo intitulado “Demografia Médica no Brasil 2020”, realizado pela colaboração entre o Conselho Federal de Medicina (CFM) e a Universidade de São Paulo (USP) revelou um aumento significativo de 2,4 médicos por mil habitantes, com projeção que essa proporção aumente nos próximos anos. Porém, destaca que persistem desigualdades na distribuição desses profissionais, como exemplo, a diferença da quantidade de médicos presentes nas capitais e nos municípios do interior (SCHEFFER et al., 2020).

Nesse contexto, a telemedicina é um artifício de grande potencial frente a esses desafios. Em sentido amplo, pode ser definida como o emprego das tecnologias de informação e comunicação na saúde, proporcionando a ampliação da oferta e da cobertura da assistência médica, principalmente em casos em que a distância é um fator comprometedor (MALDONADO et al., 2016).

É evidente que “a telemedicina vem sendo vista como uma ferramenta importante para o enfrentamento dos desafios contemporâneos dos sistemas de saúde universais.” (MALDONADO et al., 2016).

A discussão de como a telemedicina pode contribuir para o desenvolvimento, em particular o desenvolvimento econômico, ambiental e social de uma região, tendo em vista uma atividade relativamente emergente, tem sido pouco explorada pelos pesquisadores da área de desenvolvimento regional.

Neste cenário, o estudo e a percepção da contribuição da telemedicina ao desenvolvimento regional justifica-se importante, visto que o tema pode integrar agendas de políticas públicas que objetivem a promoção do desenvolvimento da sociedade.

A expansão tecnológica atrelada à área da saúde, especialmente a telemedicina, aliada ao processo de transformação digital vivenciado pela sociedade pode contribuir para que um estabelecimento de saúde promova em sua comunidade local e regional aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, em particular o social, ambiental e econômico.

Portanto, a partir da intenção de investigar a contribuição e a relação das modalidades de telemedicina com o desenvolvimento de uma região, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: como a telemedicina pode contribuir para o desenvolvimento regional?

O objetivo geral deste trabalho é propor uma pesquisa que investigue a influência que a telemedicina tem sobre o desenvolvimento regional, que consiste na interação, de forma holística, dos aspectos econômicos, ambientais e sociais. Para atingir o objetivo geral de pesquisa, são propostos alguns objetivos específicos:

- Identificar quais as unidades de saúde com instalações de telemedicina e quais modalidades são exercidas.
- Analisar a relação que a telemedicina tem com o desenvolvimento regional.
- Analisar os aspectos de desenvolvimento sustentável proporcionados pela telemedicina e sua contribuição para o desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nos países em desenvolvimento, do ponto de vista social, econômico e ambiental, a telemedicina possibilita a democratização do acesso aos serviços de saúde especializados em regiões remotas, em razão da sua natureza interdisciplinar engloba avanços tecnológicos de outras áreas, reduz custos e impede diferentes indústrias (MALDONADO et al., 2020). Se adequadamente regulamentada e gerenciada, a telemedicina tem potencial para resolver grandes desafios da saúde e contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma região.

Em conformidade Germinari e Oliveira (2021) salientam que a telemedicina é um elemento coadjuvante aos serviços de saúde, pois possibilita a superação de alguns dos problemas vivenciados pela sociedade moderna e oportuniza a melhoria da oferta dos serviços médicos, alicerçando a promoção do direito social à saúde.

No Brasil sua prática é regulamentada desde a Resolução nº 1.643/2002 do CFM, porém limitada a situações específicas, onde a define como “o exercício da medicina através da utilização de metodologias interativas de comunicação áudio-visual e de dados, com o objetivo de assistência, educação e pesquisa em saúde.” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2002).

Em decorrência da crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2) é sancionada a lei nº 13.989 em 2020, que amplia e autoriza temporariamente o uso de modalidades da telemedicina em caráter emergencial durante o enfrentamento da crise sanitária (BRASIL, 2020). Nesse mesmo período, o CFM como uma medida de aperfeiçoar a eficiência dos serviços de saúde prestados durante o combate à Covid-19, por meio do ofício nº 1.756/2020 reconhece em caráter excepcional e temporário a possibilidade e a eticidade de uso da telemedicina, a ser exercida através das modalidades de teleorientação, telemonitoramento e a teleinterconsulta (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2020).

Segundo Maldonado e Cruz (2021) “a tendência de adoção da telemedicina, catalisada pelo contexto da pandemia Covid-19 e pelas tecnologias associadas à revolução 4.0, é concreta”.

Nessa realidade, a telemedicina apresenta-se como uma estratégia eficaz tanto para apoiar profissionais de saúde em locais remotos como também para assistir pacientes em cenários com grandes disparidades regionais de acesso aos serviços de saúde e desigualdade na distribuição de médicos, de grande importância durante a pandemia de Covid-19 onde constituiu-se um desafio considerável atender às demandas por serviços de saúde (NEVES, 2022).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa proposto é o exploratório qualitativo. Pois, segundo Gil (2022, p. 41) as pesquisas de natureza exploratória têm como objetivo proporcionar maior proximidade com o problema, torná-lo mais evidente e possibilitar a construção de hipóteses. Sellitz et al. (1967, p. 63, apud GIL, 2022, p. 41), Gil acrescenta que para este tipo de pesquisa:

[...] a coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve:
1) levantamento bibliográfico; 2) entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; e 3) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

A pesquisa iniciar-se-á através de uma revisão bibliográfica em fontes como livros, artigos científicos, dissertações e teses visando construir uma base teórica para nortear a investigação proposta no problema de pesquisa.

A fim de alcançar os objetivos pré-estabelecidos a pesquisa se estende ao levantamento de dados externo. Para tanto, visando o entendimento da realidade, o método de investigação utilizado para coleta de dados será um questionário destinado aos estabelecimentos de saúde situados na cidade de Ituverava-SP. O questionário visa entender a percepção dos usuários da telemedicina sobre como essa prática influencia a promoção dos aspectos econômicos, ambientais e sociais do desenvolvimento.

A coleta de dados externos se expande a entrevistas em profundidade com gestores dos estabelecimentos de saúde, visando maior entendimento dos aspectos que compreendem a problemática de pesquisa.

A escolha por estes estabelecimentos justifica-se pelo fato da cidade de Ituverava-SP ser referência na prestação de assistência hospitalar para a comunidade local e regional e atenderem a uma demanda social.

A análise dos dados obtidos ocorrerá por meio das técnicas de análise de conteúdo. Pois, de acordo com Minayo (2014, p. 303), a análise de conteúdo é comumente usada para o tratamento dos dados em uma pesquisa qualitativa. Visto que a “análise de conteúdo diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos.” (MINAYO, 2014, p. 303).

Em complemento, Bardin (2007, p. 5) destaca que a análise de conteúdo atualmente é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e conteúdos extremamente diversificados.”

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário atual a prática da telemedicina recebeu um grande impulso dado pela pandemia e por tecnologias fomentadas pela revolução 4.0, onde evidenciou-se como uma estratégia para enfrentar os diversos desafios dos sistemas de saúde.

Embora sua adoção tenha sofrido progressos e retrocessos, a telemedicina demonstra-se como uma ferramenta eficaz para apoio aos profissionais de saúde em locais remotos e em cenários

de grandes disparidades de acesso aos serviços de saúde e desigualdade na distribuição de especialistas.

Este trabalho propõe o desenvolvimento de uma pesquisa visando obter resultados que contribuam para a área multidisciplinar do desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. -- São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Lei no 13.989, de 15 de abril de 2020. Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2). Diário Oficial da União, Brasília, 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.989-de-15-de-abril-de-2020-252726328>. Acesso em: 14 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Ofício CFM no 1.756/2020. Disponível em: https://portal.cfm.org.br/images/PDF/2020_oficio_telemedicina.pdf. Acesso em: 14 abr. 2022.

_____. Resolução CFM no 1.643/2002. Define e disciplina a prestação de serviços através da Telemedicina. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2002/1643>. Acesso em: 14 abr. 2022.

DESENVOLVIMENTO e Saúde. Saúde Amanhã, c2013. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/desenvolvimento-e-saude/>. Acesso em: 20 maio 2022.

GERMINARI, Jefferson Patrik; OLIVEIRA, Bruno Bastos de. O desenvolvimento da telemedicina no Brasil: desafios e entraves normativo-jurídicos. 1. ed. Uberlândia: LAECC, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7. ed. Barueri: Atlas, 2022.

MALDONADO, José; CRUZ, Antonio. Impactos da Covid-19 na telemedicina no Brasil. Cadernos do Desenvolvimento. v.16, n.28, p. 173-196. Rio de Janeiro, 2021.

MALDONADO, José; MARQUES, Alexandre Barbosa; CRUZ, Antonio. Telemedicina: desafios à sua difusão no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, v. 32, Rio de Janeiro, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NEVES, Úrsula. Telemedicina na pós-pandemia: como iremos seguir? Portal Pebmed, 2022. Disponível em: <https://pebmed.com.br/telemedicina-na-pos-pandemia-como-iremos-seguir>. Acesso em: 2 abr. 2022.

SCHEFFER, M. et al., Demografia Médica no Brasil 2020. São Paulo, SP: FMUSP, CFM, 2020. 312 p. ISBN: 978-65-00-12370-8.

SELLTIZ, Claire et al. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DA VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19 NO MUNICÍPIO DE FRANCA-SP POR MEIO DE SIMULAÇÃO DO MODELO SIR USANDO O GEOGEBRA

AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF VACCINATION AGAINST COVID-19 IN THE MUNICIPALITY OF FRANCA-SP THROUGH SIMULATION OF THE SIR MODEL USING

Área temática: Saúde e Bem-estar.

MÉRCURI, Johnny Luís
Licenciatura em Matemática pelo Centro Universitário
Municipal de Franca – Uni-FACEF
Especialização em Ensino de Matemática pela Universidade
de Franca - UNIFRAN
Mestrado em Matemática pela Universidade Federal do
Triângulo Mineiro - UFTM
johnnymatematica@hotmail.com

Resumo

O surto da COVID-19 tornou-se a maior preocupação dos órgãos governamentais de todo o mundo. Devido a sua importância muitos pesquisadores buscaram de alguma forma contribuir, tanto na produção da vacina quanto na predição da disseminação do vírus. A modelagem matemática teve seu papel nessa contribuição e um dos modelos mais utilizados para analisar o comportamento da COVID-19 em uma população foi o modelo compartimental SIR (Suscetíveis-Infectados-Recuperados). O presente artigo buscou analisar o impacto da vacinação na população suscetível do município de Franca-SP, com base nos dados coletados do boletim epidemiológico do município e o vacinômetro do estado de São Paulo. Realizou-se simulações do modelo SIR usando o *software* GeoGebra e com base nas simulações comparou-se o modelo gerado com os dados coletados, podendo assim, tirar conclusões em relação ao impacto da vacinação na população do município. Assumindo o modelo gerado como hipótese de comportamento do número de infectados, caso não houvesse vacinação na população, fez-se a comparação entre a curva gerada e os resultados coletados, assim, pode-se concluir mediante as simulações que a vacinação teve um impacto significativo na redução no número de casos confirmados o que reforça a importância da vacinação contra a COVID-19 na população suscetível.

Palavras-chave: Modelagem Matemática, COVID-19, Modelo SIR.

Abstract

The COVID-19 outbreak has become the biggest concern of government agencies around the world. Due to its importance, many researchers have sought to somehow contribute, both in the production of the vaccine and in the prediction of the spread of the virus. Mathematical modeling played a role in this contribution and one of the most used models to analyze the behavior of COVID-19 in a population was the SIR (Susceptible-Infected-Recovered) compartmental model. The present article sought to analyze the impact of vaccination on the susceptible population of the city of Franca-SP, based on data collected from the epidemiological bulletin of the city and the vaccinometer of the state of São Paulo. Simulations of the SIR model were performed using the GeoGebra software and, based on the simulations, the generated model was compared with the collected data, thus being able to draw conclusions regarding the impact of vaccination on the population of the municipality. Assuming the model generated as a hypothesis of the behavior of the number of infected, if there was no vaccination in the population, a comparison was made between the generated curve and the collected results, thus, it can be concluded through the simulations that the vaccination had a significant impact in the reduction in the number of confirmed cases, which reinforces the importance of vaccination against COVID-19 in the susceptible population.

Keywords: Mathematical Modeling, COVID-19, SIR Model.

1 INTRODUÇÃO

A modelagem matemática é o ramo da matemática que tem por objetivo, obter modelos que possam descrever com uma razoável precisão um determinado fenômeno analisado, podendo ser, por exemplo, um fenômeno físico, químico, biológico e econômico. Ao se analisar o comportamento de um fenômeno e realizar a coleta de dados, com o auxílio de *softwares* podem-se realizar simulações a fim de prever o comportamento desse fenômeno e assim tirar conclusões.

A epidemiologia matemática, um dos ramos da modelagem matemática, se tornou mais expressivo nas mídias no final de 2019 e início de 2020, momento qual o mundo voltou suas atenções para o surto de SARS-COV-2 que se originou na cidade chinesa de Whuan, segundo a página do instituto Butantan. Em 2020 a OMS declarou o novo coronavírus como sendo de “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) - que é o mais alto nível de alerta declarado por essa Organização, conforme está previsto no Regulamento Sanitário Internacional” segundo (MESQUITA, MEIRA, NETO, 2020, p.2) o que refletiu diretamente na preocupação dos órgãos de saúde de todo planeta.

Visto o grau de importância em reduzir o número de contágios pela COVID-19, devido a sua alta taxa de contágio e reforçar a importância da vacina no combate da COVID-19 o presente artigo buscou responder a seguinte pergunta, qual foi o impacto da vacinação no município de Franca em relação ao número de casos confirmados?

Para responder a pergunta levantada, realizaram-se simulações aplicando o modelo compartimental SIR que é composto pelo compartimento dos Suscetíveis representado pela letra S, Infectados representado pela letra I e os Recuperados, representado pela letra R. As simulações foram realizadas ajustando os parâmetros do modelo até que a curva do compartimento I esteja razoavelmente próxima ao número de casos confirmados em seguida realizou-se a comparação entre o modelo simulado e o número de vacinados.

2 MODELO COMPARTIMENTAL SIR

Um dos modelos compartimentais mais estudado é o modelo SIR (Suscetíveis – Infectados – Recuperados) proposto por Kermack e Mckendrick em 1927, de acordo com (FARIAS, 2022, p.9). O modelo SIR permite analisar o comportamento de uma determinada infecção presente em uma população suscetível, ele é composto por três equações diferenciais que analisam a distribuição da população no decorrer do tempo. A dinâmica que rege o deslocamento dos indivíduos pelos compartimentos é determinada pela taxa de infecção e a taxa de recuperação, representadas por β e γ respectivamente.

Segundo (COSTA et al., 2021) no modelo SIR considera-se uma população $N(t) = S(t) + I(t) + R(t)$, portanto a população $N(t)$ estudada é fixa, o que caracteriza a não inserção de indivíduos no compartimento S. O sistema de equações diferencial que descreve o modelo SIR é representado a seguir:

$$\begin{cases} \frac{dS}{dt} = -\beta \frac{S}{N} I \\ \frac{dI}{dt} = \beta \frac{S}{N} I - \gamma I \\ \frac{dR}{dt} = \gamma I \end{cases} \quad (I)$$

De acordo com o sistema de EDOs (I), tem-se que a primeira EDO representa a taxa de variação dos suscetíveis ao longo do tempo t , a segunda EDO representa a taxa de variação dos infectados ao longo de t e a terceira EDO representa a taxa de variação dos recuperados ao longo de t .

A dinâmica entre os compartimentos depende da taxa de infecção β e a taxa de recuperação γ , essas duas taxas são de extrema importância, pois através delas pode-se determinar um dos parâmetros mais importantes no estudo de epidemiologia matemática o número de reprodução basal, conhecido por R_0 .

2.1 NÚMERO DE REPRODUTIBILIDADE BASAL (R_0)

Em epidemiologia o número de reprodutibilidade basal é extremamente importante, pois através dele consegue-se determinar o número de casos secundários produzidos quando um infectado é introduzido em uma população suscetível, segundo (COSTA et al., 2021). Portanto, tal número pode ser utilizado para analisar o comportamento de uma epidemia em uma população suscetível.

De acordo com (COSTA et al., 2021) em relação o fator R_0 , tem-se três situações possíveis:

- i) Se $R_0 > 1$ a epidemia está crescendo
- ii) Se $R_0 = 1$ a epidemia está em equilíbrio endêmico
- iii) Se $R_0 < 1$ a epidemia vai se extinguir

Logo, obter um valor de $R_0 > 1$ implica em uma epidemia onde a taxa de infecção é maior que a taxa de recuperação, já se o valor de $R_0 < 1$ implica em um movimento decrescente onde a taxa de recuperação é maior que a taxa de infecção o que caracteriza uma possível extinção do número de infectados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o IBGE o município de Franca possui uma população estimada de 358.539 habitantes, com base no último censo realizado em 2010. No contexto do enfrentamento da COVID-19 o governo municipal adotou medidas restritivas de distanciamento social, uso de máscara e em alguns momentos até mesmo foi decretado *lockdown* durante alguns dias, a fim de reduzir o número de infectados.

Ao se aplicar o modelo compartimental SIR para realizar simulações o modelo desconsidera qualquer tipo de interferência na taxa de contágio, logo a curva simulada de infectados não considera qualquer tipo de medida tanto restritiva quanto de vacinação.

O propósito da pesquisa é o de analisar o impacto da vacinação na população, para isso tirou-se conclusões do número de casos simulados em relação ao número de casos confirmados e vacinados coletados. O presente artigo não focou no impacto do distanciamento social e nem a quantidade de doses tomadas por indivíduo, focando apenas no quantitativo total de doses aplicadas na população suscetível.

No que tange as simulações, adotou-se o sistema de equações diferencial (I). Buscou-se variar os parâmetros β (taxa de infectados) e γ (taxa de recuperados) até que a curva do compartimento I (Infectados) se ajuste razoavelmente ao número de casos confirmados coletados nos três últimos meses.

Os dados em relação ao número de casos confirmados foram retirados do boletim epidemiológico do município de Franca e os dados sobre a quantidade de pessoas vacinadas foram obtidos do vacinômetro de São Paulo, disponíveis na internet, os *links* das páginas se encontram nas referências.

Os dados foram agrupados por mês, no momento das simulações usando o *software* GeoGebra assumiu-se uma normalização dos dados, dividindo os casos confirmados e quantidade de vacinados pela população total do município. A seguir, tem-se os dados coletados e os parâmetros obtidos nas simulações com os respectivos resultados.

3.1 DADOS

Inicialmente realizou-se a coleta de dados disponível no boletim epidemiológico do município, os dados coletados estão presentes na tabela a seguir e foram organizados em períodos mensais.

Tabela 1 – Casos confirmados e quantidade de pessoas vacinadas no município de Franca

Mês por Ano	Casos confirmados por mês	Quantidade de pessoas vacinadas por mês
03/2020	2	0
04/2020	36	0

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

05/2020	87	0
06/2020	246	0
07/2020	943	0
08/2020	2473	0
09/2020	2369	0
10/2020	2019	0
11/2020	743	0
12/2020	1492	0
01/2021	5307	8817
02/2021	3749	28093
03/2021	2675	61471
04/2021	2668	80097
05/2021	5075	90404
06/2021	5532	120910
07/2021	4147	166554
08/2021	2597	246459
09/2021	2062	171470
10/2021	812	105604
11/2021	363	89307
12/2021	530	88019
01/2022	10778	145977
02/2022	11305	74121
03/2022	3871	57061
04/2022	1322	52825
05/2022	3991	68663
06/2022	3816	65529
07/2022	2589	38789

Fonte: Tabela criada pelo autor, com base nos dados coletados no boletim epidemiológico do município de Franca e do vacinômetro.

A seguir, tem-se a representação da distribuição dos dados da tabela 1 usando o *software* EXCEL versão 2007, gerando o gráfico de linhas com os respectivos marcadores por período.

Gráfico 1 – Quantidade de casos confirmados por mês



Fonte: Criado pelo autor usando o *software* Excel versão 2007.

Gráfico 2 – Quantidade de vacinados por mês



Fonte: Criado pelo autor usando o *software* Excel versão 2007.

No dia 18/01/2021 chegou à cidade de Franca o primeiro lote da vacina contra a COVID-19. Os pontos em vermelho nos gráficos 1 e 2 representam o mês em que se iniciou a vacinação da população.

3.1 PARÂMETROS DAS SIMULAÇÕES

O presente artigo não objetivou especificamente em um valor ideal para os parâmetros. A fim de responder a pergunta de pesquisa levantada, realizaram-se variações dos parâmetros β e γ com o objetivo de ajustar a curva de infectados simulada ao número de casos confirmados nos meses de maio, junho e julho de 2022. Todas as simulações foram realizadas utilizando o *software* GeoGebra online.

Os pontos dos gráficos, que representam o número de casos confirmados foram normalizados, divididos por 358.539 que é a população do município. Nos gráficos obtidos pelas simulações, adotou-se os números naturais para representar os meses, onde o número 1 representa o mês 03/2020 e o número 29 representa o mês 07/2022. Como os valores dos casos confirmados foram normalizados, todo sistema de equações diferencial deve ser normalizado da mesma forma, portanto os eixos das ordenadas dos gráficos apresentam a porcentagem da população suscetível do município, logo no sistema de equações diferencial (I), tem-se que $S/N = 1$.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se realizar as simulações aplicando o modelo SIR, buscou-se variar os parâmetros β e γ de tal forma que a curva de infectados esteja próxima dos meses de maio, junho e julho de 2022. Após alguns testes modificando os parâmetros, obteve dois valores próximos ao objetivo proposto, foram eles $\beta = 1,36$ e $\gamma = 0,75$. Os dois gráficos a seguir, representam a distribuição de casos confirmados e a simulação do sistema compartimental SIR com os parâmetros obtidos.

Gráfico 3 – Simulação do modelo SIR, curva de infectados com $\beta = 1,36$ e $\gamma = 0,75$



Fonte: Criado pelo autor usando o *software* GeoGebra.

Gráfico 4 – Simulação do modelo SIR, com $\beta = 1,36$ e $\gamma = 0,75$



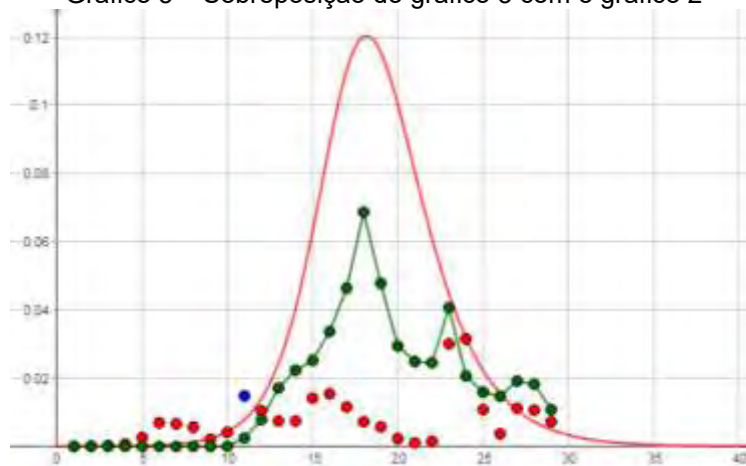
Fonte: Criado pelo autor usando o *software* GeoGebra.

De acordo a simulação gerada, pode notar que o pico da pandemia ocorreria 18 meses após o primeiro caso confirmado, no mês de agosto de 2021 com aproximadamente 12% da população suscetível infectada nesse mês. Durante todo período pandêmico, aproximadamente 74% da população suscetível se infectaria pelo vírus.

Observou-se na simulação apresentada do gráfico 3 que os casos confirmados 12 meses após o primeiro caso e os casos confirmados no intervalo do 23° e 29° mês, estão razoavelmente próximos a curva obtida. Ao se analisar o intervalo entre 13° e o 22° mês os valores estão totalmente fora da curva de infectados gerada, esse intervalo coincide com o período de aplicação da vacina na população do município, fato que pode ter influenciado diretamente na redução do número de casos confirmados.

Visto a redução do número de casos confirmados após o início da vacinação (no mês de janeiro de 2021, representado pelo ponto em azul nos gráficos 3 e 4) resolve-se realizar uma comparação entre o gráfico 3 e o gráfico 2, número de vacinados mensal.

Gráfico 5 – Sobreposição do gráfico 3 com o gráfico 2



Fonte: Criado pelo autor usando o *software* GeoGebra.

No gráfico 5 os pontos em verde representam o número de vacinados, para uma melhor comparação os valores de vacinados foram divididos pelo valor da população do município multiplicado por 10.

Ao analisar os resultados do gráfico 5, conclui-se que um mês após o mês de início da vacinação no município o número de casos confirmados reduziu significativamente, quando se compara a curva simulada gerada em relação aos casos confirmados coletados. De todos os meses analisados os meses que apresentaram o maior número de casos confirmados foram os meses de janeiro e fevereiro de 2022, provavelmente causados pelas flexibilizações e um possível relaxamento nos cuidados tomados pela população.

Um resultado interessante é a curva gerada apresentada no gráfico 3, ela possui uma boa quantidade de casos confirmados que estão próximos a simulação gerada, proporcionando a hipótese de que a curva de infectados poderia se portar como a do modelo proposto. Então, se não houvesse vacinação da população suscetível no 11° mês após o primeiro caso registrado, no 18° mês o município teria 12% da sua população infectada e durante todo o período pandêmico 74% da população iria contrair o vírus, se considerarmos que os meses de maio, junho e julho de 2022 são alguns dos últimos meses de todo período pandêmico.

Portanto, ao se considerar os meses de maio, junho e julho de 2022 como sendo alguns dos últimos meses de todo período pandêmico e tomando por base esses últimos meses para ajustar a curva do compartimento I do modelo SIR, têm-se que o número de casos confirmados da COVID-19 no município de Franca se portaria de acordo com o modelo apresentado no gráfico 3 com os parâmetros $\beta = 1,36$ e $\gamma = 0,75$. O pico da pandemia ocorreria no mês de agosto de 2021 exatamente 18 meses após o primeiro caso confirmado com cerca de 12% da população suscetível infectada somente nesse mês. Durante todo período pandêmico, aproximadamente 74% da população suscetível se infectaria pelo vírus, de acordo com a simulação apresentada no gráfico 4.

Ao se analisar o número de reprodutibilidade basal, apresentado por (COSTA et al., 2021), conhecido por R_0 usando por base os valores de $\beta = 1,36$ e $\gamma = 0,75$ obtidos, tem-se que $R_0 \cong 1,8$. Isso quer dizer que aproximadamente 1,8 pessoas continuam disseminando o vírus.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Obter um modelo fidedigno é algo complexo e quase impossível, pois envolve muitas variáveis e mensurar essas variáveis é um processo árduo. Contudo, obter um modelo próximo a realidade é considerado de extrema importância, mesmo não representando totalmente o comportamento analisado ele se comporta próximo a realidade e tais resultados trazem conclusões relevantes na medida de decisões.

No contexto da COVID-19 não é diferente, obter um modelo que descreva o comportamento da disseminação do vírus na população é de suma importância o que auxilia os órgãos de saúde na medida de decisões a fim de combater o vírus. A vacinação da população do município de Franca foi uma das peças chave no combate da COVID-19, o que pode ser constatado ao se comparar o modelo gerado na pesquisa em relação ao número de casos confirmados coletados.

Assumindo a hipótese de que o número de infectados se portaria como o modelo gerado, verificou-se que o número de casos confirmados reduziu drasticamente ao se iniciar a vacinação da população suscetível. Em períodos de aumento no número de vacinados a taxa de crescimento de infectados foi sempre negativa, voltando a aumentar somente após uma redução na aplicação da vacina na população.

Portanto, pode-se concluir que a vacinação teve um impacto bastante expressivo na redução de número de casos confirmados da COVID-19 no município de Franca. Caso a vacinação não fosse aplicada na população, aproximadamente 74% de toda a população do município teriam contraído o vírus ao passo que até o mês de julho de 2022 aproximadamente 3% da população do município já contraiu a COVID-19, uma redução de quase 96% ao se comparar o possível número de infectados do modelo em relação ao número acumulado de infectados até o mês de julho de 2022. O que reforça a importância da vacinação para reduzir o número de casos no município.

REFERÊNCIAS

Boletim epidemiológico do município de Franca; Acessado em: 10/08/2022; Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1855&Itemid=1875

COSTA, F. S. et. al.; Modelo SIR aplicado na dinâmica da COVID-19 no Estado do Maranhão, Brasil, Acessado em: 02/08/2022; Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/rmat/article/view/4845/3709>

FARIAS, A.V; Um estudo da modelagem epidemiológica SIR usando conceitos de derivadas de ordem inteira e fracionária;

Acessado em: 01/08/2022; Disponível em: https://imef.furg.br/images/stories/Monografias/Matematica_aplicada/2017/AyrtonFarias.pdf

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Acessado em: 10/08/2022; Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>

INSTITUTO BUTANTAN; Acessado em 01/08/2022; Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>

MESQUITA, E. G. C; MEIRA, J. L; NETO; J. R. L. D;Aplicação do Modelo SIR á COVID-19: distanciamento social e (des)evolução da pandemia do Tocantins; Ano: 2020

Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/10560>

VACINÔMETRO DE SÃO PAULO; Página do governo de estado de São Paulo sobre a quantidade de vacinas aplicadas; Acessado em 11/08/2022; Disponível em: <https://vacinaja.sp.gov.br/vacinometro/>

**UM BREVE HISTÓRICO DA VELHICE FRENTE AOS DESAFIOS DO ENVELHECIMENTO DA
POPULAÇÃO MUNDIAL**

*A BRIEF HISTORY OF OLD AGE AGAINST THE CHALLENGES OF THE AGING OF THE WORLD
POPULATION*

Área temática: Desenvolvimento Social e Políticas Públicas

OLIVEIRA, Gabriel Afonso Mei Alves de
Uni-FACEF: Centro Universitário Municipal de Franca
Mestrando em Desenvolvimento Regional
labareda@labaredaagropecuaria.com.br

GUERRA, José Alfredo Padua
Uni-FACEF: Centro Universitário Municipal de Franca
josealfredo@facef.br

Resumo

O atual artigo foi produzido a partir de estudos realizados para efeitos de elaboração da dissertação de mestrado na área de Desenvolvimento Regional do Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, tendo como foco a Arte como alternativa de política pública frente ao Envelhecimento da População de Franca (SP). Nossa pesquisa exigia que realizássemos, inicialmente, uma análise da Literatura sobre a História de Velhice de forma a poder compreender a visão, ou visões, das sociedades sobre o idoso e qual o impacto dessa visão sobre a adoção, ou não, de políticas públicas centradas no bem-estar psicológico desse recorte populacional. Norteamo-nos, como ponto de partida, pelo estudo de duas obras. A primeira delas, *De senectute*, foi escrita por Marco Túlio Cícero e data de 44 a.C.; a segunda, *A Velhice*, de autoria de Simone de Beauvoir, uma obra corajosa da segunda metade do século XX. Seja no tempo de Cícero, seja na atualidade, a velhice é um problema, principalmente para os próprios idosos. Entretanto, enfrentar esse tema, do qual tantos indivíduos se esquecem, é essencial para o bem-estar da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Velhice; Pós-mortalidade; Envelhecimento Populacional

Abstract

The current article was produced from studies carried out for the purpose of elaborating the master's dissertation in the area of Regional Development of the Centro Universitário Municipal de Franca - Uni-FACEF, focusing on Art as an alternative of public policy against the Aging of the Population of France (SP). Our research required us to carry out, initially, an analysis of the Literature on the History of Old Age in order to understand the vision, or visions, of societies about the elderly and what is the impact of this vision on the adoption, or not, of public policies focused on the elderly. in the psychological well-being of this population group. As a starting point, we are guided by the study of two works. The first of these, *De senectute*, was written by Marcus Tullius Cicero and dates from 44 BC; the second, *Old Age*, by Simone de Beauvoir, a courageous work from the second half of the 20th century. Whether in Cicero's time or today, old age is a problem, especially for the elderly themselves. However, facing this issue, which so many individuals forget about, is essential for the well-being of society as a whole.

Keywords: Old age; Postmortality; Population-ageing.

1 INTRODUÇÃO

Quem é o velho?

De fato, não há um consenso entre os estudiosos do tema, uma vez que os fatores envolvidos para a delimitação de um marco único, tais como aqueles relacionados à saúde, à produtividade, aos aspectos sociais e psicológicos levam esse debate até o terreno da individualidade e da subjetividade.

Entretanto, neste artigo será utilizado o parâmetro da Organização Mundial de Saúde (OMS), que considera a idade de 60 anos para que a pessoa seja considerada pertencente à terceira idade.

É com base na idade de 60 anos, ou mais, que os estudos estatísticos permitem que tenhamos dados unificados sobre o envelhecimento da população mundial e também do Brasil e suas regiões e municípios.

Assim,

Em todo o mundo, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais está crescendo mais rapidamente que a de qualquer outra faixa etária. Entre 1970 e 2025, espera-se um crescimento de 223 %, ou em torno de 694 milhões, no número de pessoas mais velhas. Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos. Até 2050 haverá dois bilhões, sendo 80% nos países em desenvolvimento. (OMS. 2005, p.8)

Para a OMS (2005, p.8), o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos nossos grandes desafios.

Isso é um fato inegável, uma vez que nunca antes na história da humanidade tantos homens e mulheres tiveram uma expectativa de vida tão grande.

Muitos são os aspectos que colaboraram para isso. Dentre eles estão o avanço da medicina, das práticas agrícolas, da redução da mortalidade infantil e a relevância do biocapital como investidor em pesquisas voltadas para o prolongamento da vida.

Ao esmo tempo em que uma parcela restrita da humanidade, embalada pelos avanços da ciência de ponta, sonha com a imortalidade, há um problema inadiável para ser enfrentado: como as sociedades globais se prepararão para a necessária transformação a partir da qual a pessoa idosa terá o seu papel e prestígio social ressignificado?

Na maioria das sociedades, homens e mulheres temem a velhice, pois o envelhecimento é relacionado ao ocaso, ao fim da existência. O pensamento de finitude da existência humana é considerado inconveniente, indesejado e afastado tão logo surge.

Dessa forma, falar de envelhecimento - de fragilização do corpo, mente e psique – é algo indesejado para grande parte da sociedade e esse é um dos grandes desafios a ser enfrentado.

A inquietação com o envelhecimento e a ânsia por manter o viço da mocidade é antiga.

Isso é de tal forma verdadeiro que quando os Irmãos Grimm, no início dos anos 1800, coletaram histórias orais do folclore alemão, dentre elas estava a da conhecida Branca de Neve, vítima da perseguição de sua madrasta má quando ela soube pelo seu espelho mágico que a jovem era mais bela do que ela.

Seja na oralidade do folclore alemão, seja no conhecido mito de Narciso, que morreu de fome e sede por não conseguir desviar os olhos da própria beleza, o imaginário construído por sociedades diferentes, em diferentes momentos, demonstram essa necessidade que a espécie humana tem de burlar o inevitável, de evitar aceitar o envelhecimento e viver conscientemente o processo da própria existência.

Por outro lado, desde os tempos remotos se impôs a questão da sobrevivência da espécie humana, diretamente relacionada à produtividade, à virilidade, ao vigor físico e mental; aspectos esses situados no extremo existencial oposto ao da terceira idade.

Cumpra-nos perguntar como diferentes povos, em diferentes épocas, lidaram com tal paradoxo? Como as sociedades contemporâneas lidam com essa problemática? Qual é o espaço e o papel que nossas sociedades reservam às pessoas idosas? Qual é a visão que as pessoas idosas têm de si próprias?

Parece-nos que procurar encontrar algumas respostas para tais questionamentos é imprescindível para buscar a desconstrução de velhos paradigmas e abrir espaço para a construção,

a renovação e o alicerçamento de um espaço social ativo, justo e adequado para as pessoas da terceira idade.

Neste artigo pretende-se refletir um a história da velhice de diferentes povos, com diversas estruturas sociais. Pretende-se com isso verificar se o aumento da longevidade humana de fato nos coloca diante da necessidade de enfrentarmos nossos medos e recriarmos nossa maneira promover a convivência de seres da nossa espécie, de todas as idades.

Indo na contramão da personagem Dorian Gray, do romance filosófico O retrato de Dorian Gray, de Oscar Wilde (2011), no qual Gray compactua com o diabo (como em Fausto, de Goethe) para permanecer jovem e belo enquanto a pintura de seu retrato envelhece oculta no sótão; buscaremos trazer à luz aspectos relacionados ao envelhecimento populacional, para que se possa encarar o desafio de ir além do hedonismo para encontrar o homem pleno e consciente do processo natural da vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na introdução da obra A velhice, Simone de Beauvoir (1990) captura, de imediato a atenção do leitor ao apresentar a circunstância em que o príncipe Sidarta teve a sua primeira revelação.

Quando do nascimento do príncipe, o pai o apresentou aos sábios do reino para saber qual destino era reservado àquela criança. Foi alertado que ele seria um iluminado, alguém que iria transformar o mundo na busca da Verdade.

Preocupado, o pai decidiu afastá-lo do contato com o mundo para poupá-lo das misérias humanas e, assim, reverter a profecia.

Eis como somos introduzidos ao tema da velhice por Beauvoir:

Quando Buda era ainda o príncipe Sidarta, encerrado por seu pai num magnífico palácio, ele escapuliu várias vezes para passear de carruagem nas redondezas. Na primeira saída encontrou um homem enfermo, desdentado, todo enrugado, curvado, apoiado numa bengala, titubeante e trêmulo. Espantou-se e o cocheiro lhe explicou que era um velho: “Que tristeza”, exclamou o príncipe, “que os seres fracos e ignorantes, embriagados pelo orgulho próprio da juventude, não vejam a velhice! Voltemos rápido para casa. De que servem os jogos e as alegrias, se eu sou a morada da futura velhice?” (BEAUVOIR. 1990, P.7)

Sidarta Gautama, o Supremo Buda, teria vivido nos séculos VI a.C. a V a.C. (FOLHA, 2021). Se, portanto, tomarmos por base o momento histórico no qual o fato acima descrito se passa, podemos ir além da primeira revelação vivenciada pelo príncipe Sidarta para compreender que cinco séculos antes de Cristo, mesmo na fronteira do longínquo Nepal, a velhice era vista como um infortúnio e, por isso mesmo, mantida fora do olhar daqueles aos quais Sidarta se refere como sendo “seres fracos e ignorantes, embriagados pelo orgulho próprio da juventude” e também afastada do convívio do próprio príncipe.

Quatro séculos depois dessa primeira iluminação de Buda, mais precisamente em 44 a.C., coube a Marco Túlio Cícero, escrever *De Senectute* ou *Catão, o Velho*, obra que dedicou ao amigo Tito Pompônio Ático, recém-chegado de Atenas.

Cícero e Ático eram dois velhos. Tinham 62 anos e 66 anos, respectivamente; idades avançadas para aquela época. Cícero compartilhava, portanto, os mesmos sentimentos que o amigo em relação à fase da existência. Exatamente por isso, a dedicatória é particularmente interessante:

“Oh! Tito, se em algo te ajudar, ou se tornar mais leve o que agora, agarrando-se em tua alma, te oprime e angustia - qual será o prêmio?”. Seja-me permitido, pois, oh! Ático, falar-te com os mesmos versos com que se falou a Flamínio – „aquele homem de extrema pobreza, mas de virtude rico“– embora saiba que não és como Flamínio: „dia e noite, de angústia atormentado“. Conheço a moderação e o equilíbrio de teu caráter e sei que de Atenas trouxeste não apenas o cognome (Ático), mas também a

afabilidade e a prudência [...] De momento, deu-me vontade de compor, e dedicar-te algo sobre a velhice. (CÍCERO, I, p.1).

Apropriando-se do diálogo, Cícero discorre sobre a juventude e sobre a velhice, para mostrar que há tanto juventude e velhice inconvenientes como juventude e velhice convenientes. Seu objetivo é propor um caminho que dilua os conflitos de gerações que permita a existência de harmonia entre jovens e velhos.

Mesmo ultrapassando as fronteiras imaginadas por Cícero, passados já dois milênios, talvez possamos nos apropriar desses dois conceitos e refletir sobre o que é conveniente e o que é inconveniente na visão que nossa sociedade mantém sobre o envelhecimento para assim conseguir emancipar as pessoas daquilo que for nocivo para o bem comum.

Parece-nos que um dos caminhos seguros para conhecer as inconveniências sociais sobre a velhice passa pela obra “A Velhice” de Simone de Beauvoir, publicada pela primeira vez em 1970. Essa filósofa existencialista - que já havia analisado de forma profunda o papel da mulher na obra “O Segundo Sexo”, lançado em 1949 - decide lançar o olhar sobre a percepção da sociedade sobre os idosos, ou sobre a velhice.

Simone de Beauvoir tinha então 62 anos e seu companheiro, Jean-Paul Sartre, era um homem de 65 anos. Mais do que uma mulher e um homem, eram agora dois idosos numa sociedade que começava, demograficamente, a envelhecer.

Essa obra de Beauvoir é obrigatória para quem pretender entender as engrenagens sociais que movem o comportamento humano em uma sociedade que - contrariamente ao que ocorreu com Sidarta ao ver um velho pela primeira vez - recusa-se a enxergar que em cada ser que nasce há a possível promessa de envelhecer. E por isso, quase sempre lida mal e de maneira inconveniente – para usar o pensamento de Cícero – com as fases da vida.

Para além de Cícero e Beauvoir, buscamos nos apoiar em estudos de outras áreas, principalmente em publicações do *World Population Prospects* da ONU.

Curiosamente, com a aceleração do envelhecimento populacional, a medicina se antecipou à sociologia, economia, filosofia e outras ciências, para enxergar de maneira prática a necessidade de reinventar a perspectiva de envelhecer. Diferentemente de seus pares daquelas pesquisas que buscam descobrir a imortalidade, hoje esses profissionais da saúde veem o ser humano que envelhece como alguém que precisa ser redescoberto, pois é possível envelhecer bem.

Por isso, dada a importância do tema, outras áreas acadêmicas também precisam se apropriarem desse tema para dar a sua colaboração.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa que utilizamos foi a revisão sistemática que “é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema” (Sampaio e Mancini, 2007, p.84).

Como a validação de toda pesquisa passa, necessariamente, pela possibilidade de ser reproduzida por outros pesquisadores através da utilização de um método explícito, observamos o sugerido por Levy e Ellis (apud Conforto, Amaral e Silva, 2011) no tocante a seguir um processo que obedecesse à coleta, conhecimento, compreensão, análise, síntese e avaliação de obras e trabalhos acadêmicos obtidos em bases de dados.

Utilizamos as palavras-chave: história da velhice; envelhecimento e longevidade; envelhecimento demográfico; gerontologia; seguridade e bem-estar do idoso.

Obtidos os resultados, descartamos aqueles que não eram publicações científicas e depois procedemos à leitura dos resumos e triagem daqueles que demonstravam atender à nossa pesquisa. Esses foram integralmente lidos para depois selecionarmos os mais significativos.

As obras de Cícero e Beauvoir faziam-se presentes em um grande número de trabalhos sobre o tema, assim, optamos por transformá-las em espinha dorsal para agregar os principais resultados observados nos trabalhos científicos pesquisados.

A partir daí, somamos textos da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre o tema e, também, dados obtidos em consulta ao site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nas referências tem-se acesso aos trabalhos pesquisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas prepara estimativas e projeções oficiais sobre a população mundial através do *World Population Prospects (WPP)* e disponibiliza esses indicadores demográficos para estudos dos países membros ou de pesquisadores.

O espaço temporal das estimativas e projeções fixa-se entre 1950-2100. Os dados apresentados estão organizados por região, faixa etária, sexo, taxa de fertilidade e estimativa de vida.

Do relatório das Perspectivas da População Mundial 2019: Destaques, e da revisão publicada em 2022 destacaremos as informações e análises relativas à população com 60 anos ou mais na região da América Latina e Caribe.

Mais especificamente sobre o envelhecimento da população mundial, a Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Secretaria das Nações Unidas publicou, em 2020 o relatório *World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons*, em tradução livre, Destaques do Envelhecimento da População Mundial 2020: Arranjos de vida para idosos, que nos permite aprofundar a pesquisa sobre esse recorte populacional.

Apresentados os dados, nós nos dedicaremos aos aspectos culturais para entender como as sociedades lidam com a população idosa e quais são os arranjos dessa parcela populacional para encaminhar sua vida.

As projeções da Divisão de População da ONU têm apresentado projeções que indicam que o percentual da população com 60 anos, ou mais, vem se acelerando desde 1950, inicialmente de maneira lenta para se tornar acelerado no século XXI.

A tabela I abaixo, elaborada pelo Laboratório Demográfico e Estudos Populacionais da Universidade de Juiz de Fora (LADEM), a partir dos dados apresentados pela Divisão de População da ONU (2019), permite-nos analisar o crescimento absoluto dos idosos 60 anos e mais, de 65 anos e mais e 80 anos e mais, bem como o percentual que representavam ou representarão nos anos selecionados:

População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais
Mundo: anos selecionados entre 1950 e 2100 (em mil)

Anos	Total	60 anos e +	65 anos e +	80 anos e +	% 60 e +	% 65 e +	% 80 e +
1950	2.538.381	202.157	128.709	14.281	8,0	5,1	0,6
2000	6.145.494	610.886	422.209	71.715	9,9	6,9	1,2
2020	7.796.819	1.049.748	727.606	145.504	13,5	9,3	1,9
2050	9.735.034	2.079.639	1.548.852	426.367	21,4	15,9	4,4
2100	10.874.902	3.069.374	2.456.436	881.008	28,2	22,6	8,1
2100/1950	4,3	15,2	19,1	61,7	3,5	4,5	14,4

Tabela I - Fonte: UN/Pop Division - World Population Prospects 2019

Observemos que a população mundial em 1950 era de pouco mais de 2,5 bilhões de habitantes e projeta-se que chegará a quase 11 bilhões em 2100. Segundo a WWP, será atingida a marca de 8 bilhões de habitantes. Atualmente, a população idosa mundial mais de 20% da população mundial e será de mais de 50% em 2100.

A Tabela II, também elaborada pelo LADEM a partir do relatório *World Population Prospects – 2019*, demonstra que o percentual da população brasileira com 60 anos ou mais será maior do que o percentual mundial:

**População absoluta e relativa de idosos de 60 anos e mais, 65 anos e mais e 80 anos e mais
Brasil: anos selecionados entre 1950 e 2100 (em mil)**

Anos	Total	60 anos e +	65 anos e +	80 anos e +	% 60 e +	% 65 e +	% 80 e +
1950	53.975	2.627	1.606	153	4,9	3,0	0,3
2000	174.790	13.874	9.175	1.429	7,9	5,2	0,8
2020	212.559	29.857	20.389	4.159	14,0	9,6	2,0
2050	228.980	67.361	52.026	15.376	29,4	22,7	6,7
2100	180.683	72.386	61.544	28.210	40,1	34,1	15,6
2100/1950	3,3	27,6	38,3	184,8	8,2	11,5	55,2

Tabela II - Fonte: UN/Pop Division - World Population Prospects 2019

Ao compararmos as tabelas I e II, especificamente as colunas relativas à população com 60 anos ou mais, constatamos que a população brasileira deverá passar um processo de envelhecimento mais rápido do que a população mundial. Prevê-se que a população idosa mundial em 2100 equivalerá a 28,2% da população absoluta e a brasileira será de 40,1%. Ou seja, em 2100, de cada 100 brasileiros 40 serão idosos.

Atualmente, a população brasileira com 60 anos ou mais corresponde a 14% (segundo o WPP) e 14,7% (segundo o IBGE) de uma população de mais de 215 milhões de habitantes. Ou seja, estamos falando de 31,6 milhões de pessoas.

Como vivem essas pessoas? Qual é a sua expectativa de futuro? Como podem colaborar com a sociedade e se sentirem parte ativa dessa mesma sociedade? Como tornar a velhice mais saudável e mais palatável em uma sociedade que pratica a cultura do invisível? Como trazer bem-estar e qualidade de vida para essas milhões de pessoas que na atual conjuntura estão parcialmente alijadas?

Cícero trouxe o conceito de juventude e velhice convenientes para expor seu ponto de vista sobre a possibilidade de criar um equilíbrio entre gerações distintas, permeado pelo reconhecimento das qualidades mútuas e da possibilidade de uma convivência harmoniosa, respeitosa e produtiva para a sociedade. Para tanto, apontou os males da juventude e velhice inconveniente que, salvaguardada a realidade histórico-social e política daquele século I a.C., aponta-nos o caminho da reflexão sobre as circunstâncias em nosso próprio tempo que se mostram obstáculos à construção de uma sociedade mais justa para todos.

O ponto de partida passa pelo esforço coletivo e pode estar atrelado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da ONU. Permeando alguns deles, como, por exemplo, o ODS 1- Erradicação da pobreza, em todas as formas; ODS 2 – Fome zero e agricultura sustentável; ODS 3 – Saúde e bem-estar; ODS 4 – Promoção de educação de qualidade (ao longo da vida); ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, dentre outros que, por certo colaboram para a construção de uma rede de proteção.

Ainda, faz-se necessário considerar o alerta que nos faz Beauvoir (1990) já no preâmbulo de sua obra:

Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um dele reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido dessa singularidade que é preciso aprendê-la.

E acrescenta em seguida (Beauvoir, 1990):

[...] o sentido ou não sentido de que se reveste a velhice no seio de uma sociedade coloca toda essa sociedade em questão, uma vez que, através dela, desvenda-se ou o não sentido de qualquer vida anterior. Para julgar a

nossa coletividade, é necessário confrontar as soluções que ela escolheu com as que outras adotaram, através do tempo e do espaço.

Beauvoir (1990) se baseia em estudos da etnologia para buscar conhecer a forma como sociedades primitivas lidavam com a velhice. Os documentos são extremamente raros. Ela cita dois documentos encontrados durante a pesquisa.

Um deles, o romance japonês Narayama, de Fukazawa, baseado em fatos reais, traz a história de uma mulher velha que vivia em uma aldeia tão pobre que, para sobreviverem eram obrigados a sacrificar os velhos: eles eram transportados para as montanhas chamadas “montanhas da morte”, sendo ali abandonados.

Quando O’Rin, uma velha septuagenária, piedosa e abnegada, amada pelo seu filho, ouve o canto de Narayama, sabe que é chegado o tempo de sua peregrinação até a “montanha da morte”. Na véspera é feita a festa dos Mortos, a única grande festa do ano, e no dia seguinte ela cumpre a tradição e é deixada sozinha para morrer.

O que a Etnologia ensina é que primitivamente não era incomum que os velhos, principalmente os doentes e os decrepitos, fossem mortos ou levados para morrer.

Na sociedade brasileira, que até pouco tempo tinha famílias numerosas, era comum observar que dos filhos, normalmente uma filha, ficava destinada a cuidar dos pais idosos.

Atualmente, com o declínio das taxas de natalidade e a maior expectativa de vida, as reflexões sobre o tema são tão oportunas quanto urgentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, instituiu no Brasil o Estatuto do Idoso, hoje denominado Estatuto da Pessoa Idosa, que garante o arcabouço legal necessário para que a pessoa idosa possa viver a terceira idade amparada, com lazer, convivência familiar e dignidade.

Há, entretanto, um longo caminho a ser percorrido para que as mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas sejam introjetadas pela sociedade como um todo; de tal forma que caiba a todos os idosos desfrutar da vida em família, ser respeitado, ter direito ao lazer, ao trabalho e à participação social saudável.

A incorporação da legislação aos usos e costumes será fruto de um trabalho árduo, pois que passará pela mudança de mentalidade da população e da ampliação da visão que o próprio sistema econômico tem do idoso.

Projeções do envelhecimento populacional como as apresentadas pelo World Population Prospects, das Nações Unidas dão o embasamento estatístico para as tomadas de decisões, porém o desafio está em ultrapassar a dimensão estatística para alcançar a humanidade de cada pessoa, como pretendiam Buda, Cícero e Simone de Beauvoir.

REFERÊNCIAS

CONFORTO, E.C.; AMARAL D.C. e SILVA, S.L. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto. Porto Alegre, 2011

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019). **World Population Prospects 2019: Highlights** (ST/ESA/SER.A/423).

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2020). **World Population Ageing 2020 Highlights: Living arrangements of older persons** (ST/ESA/SER.A/451).

XXII ENCONTRO de PESQUISADORES

INTERDISCIPLINARIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO. **Buda:** a história de Sidarta Gautama. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/webstories/cultura/2021/09/buda-a-historia-de-sidarta-gautama/>> Acesso em 06 de set. de 2022.

MARCO TÚLIO CÍCERO. **Cato maior seu de senectute:** Catão, ou diálogo sobre velhice. Tradução e notas de Marino Kury. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

NAÇÕES UNIDAS, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, Divisão de População (2022). *Perspectivas da População Mundial 2022, Edição Online* .

WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. Rio de Janeiro: L&PM, 2001.

SAMPAIO, R. F., & MANCINI, M. C. **Estudos de revisão sistemática:** um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev. bras. fisioter., São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007

DUPAS, G.. Ciborgues e o mundo que vem por aí. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ALVES, J. E. D. Envelhecimento populacional continua e não há risco de geronticídio. **Laboratório de Demografia e Estudos Populacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em <<https://www.ufjf.br/ladem/2020/06/21/envelhecimento-populacional-continua-e-nao-ha-perigo-de-um-geronticidio-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>> Acesso em 12 de set. de 2022.

***Vacinação Infantil e do Recém Nascido Pré-Termo no Brasil: Avanços E Retrocessos
Históricos***

Child And Pre Term Newborn Vaccination In Brazil: Historical Advances And Setbacks

Área temática: 03 – Saúde e Bem-Estar

FERREIRA, Lorryne Jasmim

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutoranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca

Pós graduada em Fisioterapia Neonatal e Pediátrica pela rede CERTRO

jasmim_loh@hotmail.com

PEREIRA, Lorena Rodrigues

Universidade de Franca/UNIFRAN

Mestranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Patos de Minas

Pós graduada em Fisioterapia Cardiorrespiratória e UTI pela Universidade de Patos de Minas

lorena.7rp@hotmail.com

TOZATI, Camila Aparecida Letro

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutoranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Psicologia pela Universidade de Franca

Bacharel em Direito pela Universidade de Direito de Franca

camilatozati37@gmail.com

BURANELLO, Mariana Colombini

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutoranda em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Mestre em Atenção à Saúde pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca

colombiniburanello@gmail.com

ALMEIDA, Leonardo Costa de

Universidade de Franca/UNIFRAN

Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Fisioterapia pela Universidade de Franca

leocalmeoda964@gmail.com

GOULART, Héilton Rodrigues

Universidade de Franca/UNIFRAN

Mestrando em Promoção de Saúde pela Universidade de Franca

Bacharel em Nutrição pela Universidade de Franca

Pós graduado em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade de Franca

Licenciado em História pela Universidade de Franca

hrgoulart@hotmail.com

BORGES, Marilurdes Cruz

Universidade de Franca/UNIFRAN

Doutora em Linguística.

Docente dos programas de Pós-Graduação em Linguística e Promoção de Saúde

marilurdescruz@gmail.com

Resumo

A mortalidade infantil por doenças evitáveis é um tema que sempre deve ser debatido quando falamos sobre promoção e prevenção da saúde desse público, o assunto se faz presente também com uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma estratégia e abordagem fundamental para redução das mortes evitáveis do público infantil é através e graças a vacinação, e quando abordado o público de recém-nascidos pré-termo, devido a inúmeros fatores que se deu desde a gestação, nascimento e alta hospitalar, esses determinantes devem ser analisados com maior rigor e seriedade dada fragilidade desse público. Porém, quando falamos sobre vacinas muitas são as notas falsas lançadas na sociedade o que dificulta assim que a cobertura vacinal seja atingida de forma satisfatória e preocupa o mundo com a volta de doenças já erradicada e consequentemente o aumento da mortalidade infantil. Analisar a cobertura vacinal de recém-nascidos pré-termo foi o objetivo do presente trabalho, abordando também todas as questões históricas envolvendo o termo vacinação. Os resultados obtidos através da realização do estudo foram preocupantes já que em território nacional somente alguns estados mantiveram boa cobertura vacinal nos últimos anos. Conclui-se então a importância de mais estudos voltados para a educação em saúde, a propagação de informações verdadeiras sobre a vacinação infantil, análise sobre a cobertura vacinal e maiores debates sobre o tema.

Palavras-chave: Cobertura Vacinal, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Recém-nascido Pré-termo.

Abstract

Infant mortality from preventable diseases is a topic that should always be discussed when we talk about health promotion and prevention for this public, the subject is also present with one of the goals of the Sustainable Development Goals (SDGs), a fundamental strategy and approach for reducing preventable deaths of children is through and thanks to vaccination, and when addressed the public of preterm newborns, due to numerous factors that occurred since gestation, birth and hospital discharge, these determinants must be analyzed with greater rigor and seriousness given the fragility of this public. However, when we talk about vaccines, many are the false notes released in society, which makes it difficult for vaccination coverage to be achieved in a satisfactory way and worries the world with the return of already eradicated diseases and consequently the increase in infant mortality. Analyzing the vaccination coverage of preterm newborns was the objective of this study, also addressing all the historical issues involving the term vaccination. The results obtained through the study were worrisome because in Brazil only a few states have maintained good vaccination coverage in recent years. It is then concluded the importance of more studies focused on health education, the dissemination of truthful information about childhood vaccination, analysis of vaccination coverage and more debates on the subject.

Keywords: Infant Premature, Sustainable Development, Vaccination Coverage.

1 INTRODUÇÃO

A vacina é a forma mais eficaz de se prevenir doenças. Quando se fala sobre o público infantil, torna-se ainda mais necessária e indispensável, pois por meio dela é possível reduzir a contaminação e mortalidade desse público. Programas e políticas públicas nacionais implementam campanhas e ações voltadas para alcançar o maior índice de cobertura vacinal, com isso, é possível promover a saúde da população e não permitir que doenças consideradas, já erradicadas, possam voltar a assombrar o Brasil.

A preocupação da redução da mortalidade infantil evitável é algo que está em debate não apenas em território nacional, estando presente inclusive como uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (MUNDO, 2016).

É fato que a conquista deste objetivo está cada vez mais longe quando o território nacional é analisado. Em 2020, 11,51 a cada 1000 nascidos vivos menores de 1 ano vieram a óbito por mortes evitáveis, a região com maior número de óbitos foi o Norte com (14,5), seguido pelo Nordeste (13,0), Centro-oeste (11,2) Sudeste (10,5) por fim o Sul (9,1) (RELATÓRIO LUZ, 2022).

O público infantil é beneficiado quando vacinados da maneira correta com todas as doses necessárias, e mais beneficiados ainda são aqueles que, desde o nascimento, já enfrentam

adversidades como os recém-nascidos pré-termo. Recém-nascidos pré-termo possuem particularidades fisiológicas advindas do seu nascimento de maneira prematura, eles são classificados em três diferentes níveis de prematuridade, prematuros extremos cujo nascimento ocorrera antes de completarem 28 semanas gestacionais; muito pré-termo (28 a <32 semanas gestacionais); pré-termo tardio (32 a <37 semanas gestacionais) (VARIANE; MAGALHÃES, 2020).

Mesmo com inúmeras políticas públicas e campanhas de vacinação (ações que respondem de forma positiva as metas dos ODS), o número da cobertura vacinal está cada vez mais preocupante o que leva a análise de diversos motivos, como por exemplo, como as famílias dos recém-nascidos pré-termo estão agindo frente a este cenário? Há uma percepção enganosa por parte da população sobre as vacinações? Há a necessidade de executar ações complementares às campanhas de vacinação? o objetivo deste estudo é avaliar os avanços e retrocessos históricos no Brasil sobre a vacinação de recém-nascidos pré-termo e crianças menores de 5 anos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Os Objetivos e Metas da Humanidade

A extrema pobreza, a fome, as guerras e as brigas pelos direitos da humanidade sempre fizeram parte das preocupações mundiais. Dessa forma, diversas reuniões e objetivos foram travados durante todo o processo de desenvolvimento e evolução social. Em 1987, “Nosso Futuro em Comum”, foi o primeiro documento a abordar as necessidades do desenvolver de modo sustentável, definindo-o como “a competência da humanidade em garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras” (COMUM, 1991 p.46).

A Resolução nº55/2 da Assembleia Geral da ONU, intitulada como “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, foi uma das ações mais ativas pela busca do desenvolvimento sustentável mundial. Foram reunidos, na sede da Organização das Nações Unidas na cidade de Nova Iorque, entre os dias 6 e 8 de setembro do ano 2000, chefes de Estado e de Governo em uma reunião cujo foco era a reafirmação e a elaboração de objetivos mundiais que visavam à conquista de um mundo mais pacífico, justo e próspero (MILENIO, 2000).

A declaração abrangia valores considerados fundamentais e essenciais para as relações sociais internacionais, sendo eles: a liberdade que defendia a democracia a partir da participação popular; a igualdade entre os gêneros a respeito de seus direitos e deveres; a solidariedade solução dos problemas daqueles mais desfavorecidos, na qual deveria ser também de responsabilidade dos mais afortunados; a tolerância frente às diferenças étnicas, culturais, de linguagem e de crenças; e o respeito pela natureza, buscando o bem estar da geração atual e das suas futuras gerações (MILENIO, 2000).

Como resultado da reunião, foram elaboradas 8 metas: erradicar a pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, dentre elas foram estipulados 18 objetivos e 48 indicadores (METAS, 2003).

No Brasil, foi estabelecido o “Grupo Técnico para Acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” graças ao Decreto Presidencial de 31 de outubro de 2003, que possuía a responsabilidade de elaborar planos de ação e monitoramento na aquisição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (BRASIL, 2003).

Os ODM foram estabelecidos para o acompanhamento e análise entre os anos 1990 à 2015, no Brasil, houve a criação de diversas políticas públicas em prol do cumprimento das metas, podendo citar o Bolsa Família que, em maio de 2012, foi responsável por atender 13,5 milhões de famílias. Já na educação, o investimento era de R\$114,3 bilhões de reais no ano de 2012 (BRASIL, 2012).

Outras conquistas nacionais, a partir do grupo técnico, foram as políticas públicas “Saúde Mais Perto de Você” e a “Rede Cegonha”, a última é responsável por fornecer as parturientes uma atenção humanizada, acesso seguro ao pré-natal, parto e nascimento, atenção integral à criança, puerpério adequado e todo o processo de transporte sanitário, assegurando a diminuição das mortes evitáveis (BRASIL, 2012; BRASIL, 2011).

No ano de 2012, a fim de adequar aos novos tempos todos os objetivos já instaurados, foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência Rio+20, onde Chefes de Estados e Governo e representantes de alto nível juntamente com a população civil reafirmaram e reconheceram a

necessidade das propostas estabelecidas especialmente sobre a pobreza extrema e a fome mundial (SUSTENTÁVEL, 2012).

O tempo necessário para que isso ocorresse foi de dois anos por meio de diversas reuniões e adaptações. Isso para que os 193 países-membros integrantes da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas pudessem adotar os novos objetivos mundiais. Como produto da reunião, eles estabeleceram as bases necessárias para a elaboração das novas metas e de seus ajustes, visto que o período de vigência dos ODM estava se encaminhando para o final. Assim os países-membros da Organização das Nações Unidas puderam traçar novos horizontes para o período seguinte (ROMA, 2019).

O novo documento é munido de 17 objetivos e dentre eles 169 metas ao total. O documento traz como objetivo principal

Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás. (MUNDO, 2016. p. 1)

Assim como os ODM os ODS esclarecem a importância e a necessidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o documento também deixa claro a questão da igualdade de gêneros ser um fator fundamental e essencial para que o progresso realmente exista e seja significativo. O empoderamento faz parte da maioria das metas a serem cumpridas, seja o empoderamento feminino, de grupos vulneráveis, ou seja, toda a população deve ser empoderada para que o desenvolvimento ocorra (MUNDO, 2016).

A nova Agenda repassa a responsabilidade da forma de atuação livre aos estados:

Reafirmamos que cada Estado tem, e exerce livremente, soberania plena e permanente sobre toda a sua riqueza, seus recursos naturais e sua atividade econômica. Implementaremos a Agenda para o pleno benefício de todos, para a geração do presente e para as gerações futuras. Ao fazê-lo, reafirmamos nosso compromisso com o direito internacional e sublinhamos que a Agenda deverá ser implementada de forma consistente com os direitos e as obrigações dos Estados em conformidade com o Direito Internacional. (MUNDO, 2016. p. 7)

Os ODS possuem como objetivos os seguintes temas: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Saúde e Bem-estar; Educação de Qualidade; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Indústria Inovação e Infraestrutura; Redução das Desigualdades; Cidades e Comunidades Sustentáveis; Consumo e Produção Responsáveis; Ação Contra Mudança Global do Clima; Vida na Água; Vida Terrestre; Paz Justiça e Instituições Eficazes; Parcerias e Meios de Implementação (MUNDO, 2016).

No Brasil, de todas as 169 metas, somente 3 foram classificadas como inapropriadas no cenário nacional, porém, ainda que 167 fossem apropriadas, houve a necessidade de adaptação de 128 metas globais, devido as diferenças territoriais, culturais, sociais, com o objetivo de torná-las reais e adequadas frente a realidade brasileira (ROMA, 2019).

Muitas são as dificuldades enfrentadas em território nacional para o cumprimento adequado das ODS, grande território para fiscalização, baixo conhecimento populacional, cenário pandêmico, crise financeiras. Entretanto, é de responsabilidade de todos: país, governo, Estado e população para que as metas sejam efetivas da sua melhor maneira.

2.2 Vacina e sua chegada ao Brasil

As questões relacionadas sobre saúde-doença, sempre foram temas de grandes debates tanto no quesito de cura, mas também no pensamento de prevenção e proteção. O entendimento do conceito de saúde-doença sofreu diversas mutações durante toda a trajetória da humanidade. A doença na antiguidade era vista como um castigo necessário, uma penalidade frente às ações

daquele indivíduo doente, ações essas frente aos Deuses, quando tratamos de religiões politeístas ou já na religião monoteísta, uma ação de Deus para a punição daquele ser (VIANNA, 2011).

Hipócrates teve um papel importante no entendimento e definição de doença, em que atribuía a doença ao ambiente no qual o indivíduo está inserido, definindo como uma desarmonia entre os aspectos intrínsecos e extrínsecos, ou seja, o ambiente e as questões fisiológicas. Em 400 a.C., projeta o tratado “Os Ares e os Lugares” que traz a relação do lugar, da água, dos ventos e das moradias em relação à saúde e à doença em que são acometidos (VIANNA, 2011). Muitas foram as teorias frente a este contexto, especialmente sobre as formas de transmissão e concepção das doenças.

É certo que sempre houve a busca pela saúde, pois, a humanidade em todo o tempo esteve à procura da melhor qualidade de vida. Conforme as doenças foram surgindo devido a criação das comunidades, o aumento populacional e as questões sanitárias acerca das mesmas, a procura se intensificou não somente olhando para as questões curativas, mas sim de preventivas e promocionais à saúde (LIMA, 2021; VIANNA, 2011).

Os primeiros indícios de prevenção de doença ocorreram na China no século X contra varíola, doença letal e sem cura até então. A partir do pó das cascas geradas pelas feridas dos acometidos, era produzido o pó com o vírus inativo, e esse pó era utilizado de forma tópica nas feridas daqueles que já estavam contaminados com o vírus da varíola e com suas feridas ainda sem cicatrização, processo esse nomeado como Variolação (BUTANTAN, 2021^a).

Já em 1776, Edward Jenner, naturalista e médico franco-inglês, se aproximou mais das vacinas e da formulação que é conhecida e disseminada nos dias de hoje. Observando os moradores das áreas arredores que contraíram o vírus cowpox, vírus esse encontrado nos bovinos e que possui semelhança ao vírus da varíola, eles não eram afetados quando expostos ao vírus da varíola. A partir disso, começou sua pesquisa, injetou em uma criança o vírus cowpox e analisou suas reações, de forma óbvia a criança adoeceu, mesmo que de maneira leve, após seu restabelecimento de maneira total, a criança novamente foi submetida a outra dose da doença, dessa vez a varíola humana. Como resultado desse processo, a criança não tivera nenhum sintoma ou acometimento da doença (BUTANTAN, 2021^a).

Houve uma disputa sobre o responsável pela admissão da vacina no Brasil, disputa essa solicitada pelo filho do Marquês de Barbacena e pelo filho de Francisco Mendes Ribeiro de Vasconcelos, cirurgião. Como resultado da análise, foi elaborado o documento “Parecer Sobre a Introdução da Vacina no Brasil” em que, em suas 19 páginas, fica comprovado o mérito ao Marquês de Barbacena que trouxera a vacina realizada da mesma forma técnica elaborada em 1776. Assim, foi chegada a primeira vacina no estado da Bahia no ano de 1804 (BUTANTAN, 2021^a).

Em busca da segurança frente a imunização, Marquês de Barbacena enviara 7 crianças a Lisboa – Portugal, para que fossem vacinadas e observadas, após o procedimento, as vacinas foram enviadas ao Rio de Janeiro e, por meio da técnica braço a braço, os membros da Corte foram os primeiros a receberem a imunização. Após toda repercussão e aprovação, em 1811, criou-se uma comissão vacínica no Rio de Janeiro, tamanho feito da época (LIMA, 2021).

Mesmo frente a comprovação da diminuição dos óbitos, especialmente por fatores religiosos, houveram disseminações de informações ludibriadoras de que as vacinas eram algo prejudicial e até mesmo amaldiçoadas e toda a repercussão negativa fez com que Dom João IV decretasse obrigatoriedade da vacinação em todo o País em 1846, com força de decreto imperial (LIMA, 2021).

No final do século 18 e começo do século 19, o cenário no Brasil era devastador devido a contaminação da população com a Febre Amarela, peste bubônica e varíola, os médicos sanitaristas Oswaldo Cruz, Vital Brazil, Emílio Ribas e Adolpho Lutz foram os responsáveis pela intervenção e, consequentemente, o controle do surto da peste bubônica nos portos de Santos e do Rio de Janeiro. Devido a esse grande feito, Oswaldo Cruz foi nomeado diretor geral de saúde pública do governo federal e, juntamente com a nomeação, foi incumbido da responsabilidade do controle das outras duas doenças que assombravam o país (BUTANTAN, 2021^b).

Oswaldo Cruz viajou até Cuba para entender como se deu o controle da febre amarela no país, ao voltar ao Brasil e identificar o transmissor da doença, o mosquito *Aedes aegypti*, ordenou o isolamento dos doentes e a limpeza dos focos, algo que a imprensa e a população não viram com bons olhos, feito isso, a varíola agora era a doença restante a ser controlada. Com os números assustadores dos acometidos com a varíola, 1.800 internados e 3.500 mortos no Rio de Janeiro, cidade com o total de 800 mil habitantes, Oswaldo, então, propôs ao Congresso a instauração da Obrigatoriedade na vacinação, a fim de diminuir o número de mortos (BUTANTAN, 2021^b).

Com a aprovação da Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904, tornava-se proibida a realização de casamentos, viagens, admissão em novos empregos, matrículas em escolas sem a apresentação do atestado de vacinação, além de aplicação de multas caso o indivíduo se recusasse a se vacinar (BRASIL, 1904). Dava-se início, desse modo, a “Revolta das Vacinas” que acontecera entre 10 e 16 de novembro de 1904, a população contra a lei foi às ruas protestarem como resultado da revolta, houve 945 prisões, 461 prisões e deportações ao norte com condenação a trabalho forçado, 110 feridos e 30 mortos (BUTANTAN, 2021b).

A lei foi revogada pelo presidente Rodrigues Alves, em 16 de novembro. Passados os anos, em 1908, outro surto pairou sobre a população brasileira, 6.500 mortes pela doença, e fez com que, de forma voluntária, a população procurasse a vacinação devido ao medo. Toda essa ação fez com que a população identificasse a importância da vacinação e, com isso, em 1980, a OMS declarou a erradicação da varíola em todo o mundo (BUTANTAN, 2021b).

Dado o contexto histórico, o Brasil se tornou referência na logística e estrutura da imunização em massa em período pré-pandêmico. As políticas públicas voltadas à imunização infantil demonstraram durante anos a sua eficácia como apresentado no Quadro 1.

Quadro I Evolução da cobertura de vacinação em menores de um ano (1980-97)									
Vacina	Ano								
	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Pólio	69	52	58	93	78	86	96	99	102
DTP	37	66	65	95	75	74	94	95	96
Sarampo	56	67	78	104	79	102	97	99	106
BCG	59	66	79	129	105	115	113	117	113
HB	-	-	-	31	33	11	15	84	92
Hib	-	-	-	-	-	-	-	-	88

DTP - vacina contra difteria, tétano e coqueluche
 BCG - vacina contra tuberculose
 Pólio - vacina contra poliomielite
 HB - vacina contra hepatite B
 Hib - vacina contra *Haemophilus influenzae* b
 Obs.: Mais recentemente foi incorporada no programa a vacina contra gripe.
 Fonte: PNI, 1998 (dados até 1990) e www.funasa.gov.br (dados a partir de 1995)

Fonte: (GADELHA; AZEVEDO, 2003).

Infelizmente, esse cenário não é um dos mais promissores atualmente, muitos foram os fatores que levaram a vacinação infantil no Brasil entrar em decadência nos últimos anos, sendo o principal deles a divulgação falsa de notícias sobre a vacina, algo já vivido em 1904.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a produção do presente estudo, foi realizada uma revisão bibliográfica analítica, em diferentes bases de dados, acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a análise histórica dos seus cumprimentos e da criação e disseminação da vacina no país. Posteriormente, foi apresentado dados sobre a vacinação infantil no Brasil através do banco de dados disponível para consulta via TABNET DATASUS e a sua relação com a prematuridade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os ODS abordam como suas metas “Meta 3.2 - até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos até 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos até 25 por 1.000 nascidos vivos” e “Meta 3.4 - até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar” (MUNDO, 2016 p.23).

Uma das formas então de se prevenir as mortes evitáveis desses recém-nascidos é através da prevenção e promoção fornecidas pelas vacinas. O Brasil, até o ano de 2015, possuía excelente cobertura vacinal, o Programa Nacional de Imunizações era classificado como um dos melhores do mundo, conseguindo então cumprir a promessa da diminuição da mortalidade infantil (JUNIOR, 2013; STAVARIM, 2019).

Já se sabe a relevância da vacinação para a prevenção de contaminações e até mortes em toda a população. Entretanto, é necessário discutir a importância da vacinação ao público infantil, especialmente aos recém-nascidos pré-termo. O sistema imunológico do recém-nascido pré-termo já se encontra atípico daqueles cujo nascimento ocorrera dentro do tempo favorável, por isso há a necessidade do destaque especial a esse público.

Muitas são as características que levam o recém-nascido pré-termo ser mais suscetível a contaminações das doenças, sendo elas: a carência de frequentes punções e cateteres; uso de corticosteroides; vias áreas de menor calibre, levando-os a maior vulnerabilidade as doenças respiratórias; menor estoque energético; e as próprias causas do nascimento pré-termo. Outro fator determinante para que esse grupo seja mais vulneráveis as doenças é a sua baixa resposta imune específica (FONSECA, 2021). É fundamental salientar que independentemente da idade gestacional em que ocorreu o nascimento prematuro e seu peso, a vacinação pode ocorrer nesses indivíduos, não somente pode, como esse público deve ser vacinado a fim de evitar a mortalidade (SUCCI; FARHAT, 2006).

Atualmente, o calendário de vacinação prematuro 2022/2023, elaborado pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), contém o total de 12 vacinas que devem ser aplicadas no recém-nascido pré-termo até a idade de 1 ano e 3 vacinas imunoglobulinas, essas aplicadas em casos especiais. No calendário, possui toda informação necessária para que não haja nenhuma intercorrência ao vacinar esse público, traz também comentários sobre a forma e a quantidade de doses permitidas para injeções no mesmo dia (SBIM, 2022).

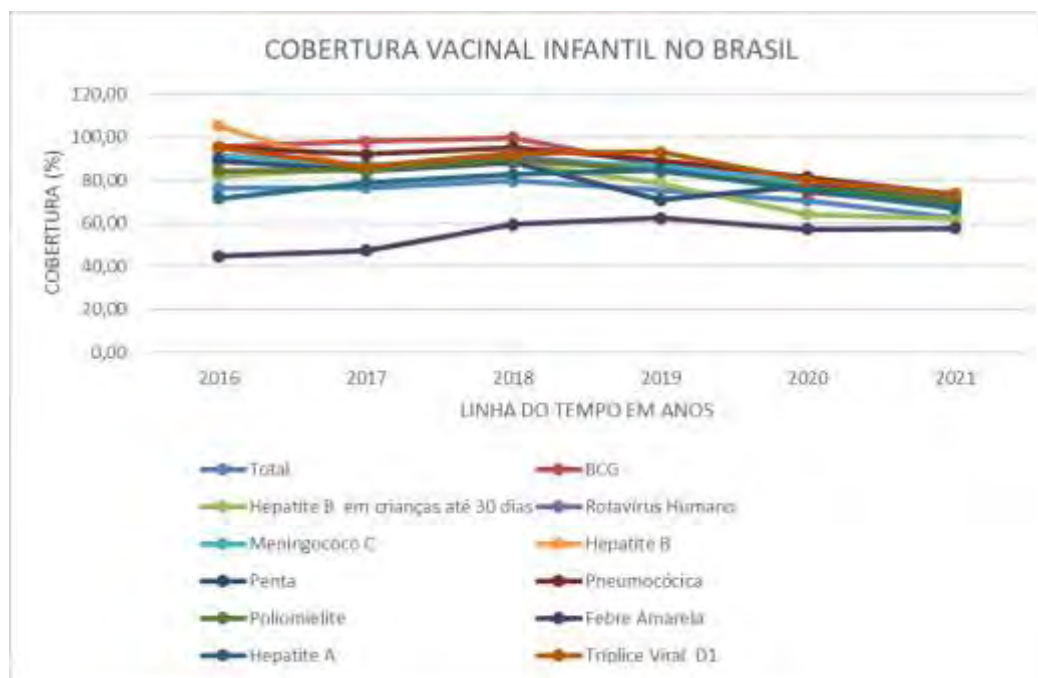
Outra informação importante dentro do calendário de vacinação do prematuro 2022/2023 é a disponibilidade das vacinas no Sistema Único de Saúde (SUS) e a sua disponibilidade nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Centros de Referências para Imunobiológicos Especiais (CRIE). Das 15 vacinas, somente uma possui a sua disponibilidade nas Clínicas Privadas de Vacinação, sendo ela a Meningocócicas B (SBIM, 2022).

Mesmo com a disponibilidade das vacinas, sendo algo de fácil acesso, infelizmente, a cobertura vacinal entrou em queda nos últimos sete anos. Os dados disponíveis sobre cobertura vacinal no DATASUS, de 2016 para 2021 (sete anos) apresentam uma queda total na cobertura vacinal infantil de 76,15% em 2016 para 62,62% em 2021. As vacinas com maior queda de cobertura foram, respectivamente, hepatite B (queda de 34,7%), BCG (queda de 26,4%) e tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba) (queda de 21,9%).

O gráfico abaixo ilustra a cobertura vacinal infantil no Brasil nos últimos sete anos:

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL



FONTE: DATASUS, 2022.

Apenas 44,6% dos municípios brasileiros, conseguiram se manter na meta da cobertura vacinal para as seguintes doses BCG (Bacilo de Calmette e Guérin) responsável pela prevenção das meningites; pentavalente, rotavírus e a meningocócica C (STAVARIM, 2019).

Em 2017, quase 3 milhões de crianças que completaram 12 meses de idade não estavam imunizadas totalmente contra o vírus da poliomielite (ZORZETTO, 2018). A poliomielite é causada por um vírus localizado no intestino (*poliovírus*), sendo altamente contagiosa, o contágio ocorre através do contato direto com alimentos e/ou água contaminados, fezes, secreções e gotículas dos acometidos, como resultado do contágio, pode-se haver a paralisia total dos membros da criança, principalmente nos membros inferiores.

Outro dado preocupante é o surto de sarampo nas regiões dos Estados de Roraima e Amazonas, no começo do ano de 2018, registrando o total de 314 casos até junho/2018. O fator determinante para o surto do sarampo foi a queda da taxa de vacinação do tríplice viral que em 2015, alcançava o total de 96% da população infantil e, no ano de 2017, caiu para 84%, evidenciando assim ainda mais a notabilidade das vacinas (ARROYO et al., 2020).

Muitas podem ser as causas da diminuição da cobertura vacinal desse público, sendo elas: como não há casos próximos, as famílias não veem a necessidade da vacinação, falta de tempo para ida às UBS, falta da vacina nas UBS, falta de confiança na vacina advinda de informações falsas propagadas pela internet, aumento dos movimentos anti-vacina, as condições sociodemográficas da família, medo, baixo nível de escolaridade e tantos outros (FRANCO et al., 2020; ARROYO et al., 2020).

A pandemia da COVID-19 é outro fator que contribuiu para a redução da cobertura vacinal nas crianças, segundo dados do UNICEF, houve um retrocesso de três décadas devido à pandemia. As recomendações de isolamento social, unidades de saúde básicas fechadas e os trabalhos da equipe de saúde da família temporariamente suspensos impossibilitaram o acesso às vacinas durante os períodos de isolamento restrito, o que de alguma forma pode levar um tempo, anos ou décadas, para se regularizar. Além disso, muitas crianças ficaram em situação de maior vulnerabilidade social e econômica, com a crise desencadeada pela pandemia, o que também pode ter influenciado na cobertura vacinal (UNICEF, 2022).

Infelizmente, ainda se encontra uma lacuna nos dados quando analisado o grupo de recém-nascidos pré-termo, mesmo sabendo de toda a suscetibilidade do grupo, pouco se obtém esses dados para fins de análise e acompanhamento. Além de não obtermos os dados da vacinação, ainda se encontra uma barreira quanto ao motivo que levam as famílias de recém-nascidos pré-termo a não vacinarem suas crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já é de conhecimento da grande maioria da população que as vacinas é a principal forma de se prevenir inúmeras doenças. Porém, há ainda uma parcela dessa população que não reconhece essa importância e até divulga informações falsas sobre a mesma. O recém-nascido pré-termo já possui uma facilidade maior a contrair inúmeras doenças devido ao seu sistema imunológico imaturo, sendo assim, é possível observar a necessidade de se realizar ações com foco na educação em saúde para que a população não deixe de vacinar esses recém-nascidos pré-termo. O presente estudo convida aqueles que se interessam pelo tema para a elaboração de novas pesquisas no intuito de divulgar a importância e demonstrar o quanto o recolhimento desses dados são fundamentais para a conquista da saúde desses indivíduos.

REFERENCIAS

ALMA-ATA, Declaração de. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde; 6-12 de setembro 1978; Alma-Ata; USSR. **Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. Declaração de Alma-Ata**, v. 15, 1978. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf Acesso em: 23 de ago. 2022.

ARROYO, Luiz Henrique et al. Áreas com queda da cobertura vacinal para BCG, poliomielite e tríplice viral no Brasil (2006-2016): mapas da heterogeneidade regional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

BRASIL. Portaria Nº 1,459, de 24 de Junho de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS – a Rede Cegonha. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Decreto de 31 de Outubro de 2003. Institui Grupo Técnico para acompanhamento das Metas e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn10011.htm. Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Lei nº 1.261, de 31 de outubro de 1904. Torna obrigatórias, em toda a Republica, a vacinação e a revaccinação contra a variola. Diário Oficial da União: seção 1, p.5158, 2 nov 1904.

BRASIL. Ministério da Saúde. 8ª Conferência Nacional de Saúde: Relatório Final. Brasília. Ministério da Saúde, 1986. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf Acesso em: 23 ago. 2022.

BUTANTAN, Instituto. Imunização, Uma descoberta da Ciência que vem Salvando Vidas Desde o Século XVIII. Instituto Butantan. São Paulo, 10 de jun de 2021a. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/imunizacao-uma-descoberta-da-ciencia-que-vem-salvando-vidas-desde-o-seculo-xviii> Acesso em: 23 ago. 2022.

BUTANTAN, Instituto. Há Mais de 100 Anos, Revolta das Vacinas foi Marcada por Mortes, Estado de Sítio e Fake News. Instituto Butantan. São Paulo, 05 de nov de 2021b. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/ha-mais-de-100-anos-revolta-da-vacina-foi-marcada-por-mortes-estado-de-sitio-e-fake-news> Acesso em: 23 ago. 2022.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Ed. 2ª, Rio de Janeiro. 1991.

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VARIANE, G.; MAGALHÃES, M. Novembro: Mês da Prevenção da Prematuridade: Departamento Científico de Neonatologia. **Sociedade Brasileira de Pediatria**. Nº8. **Setembro**, 2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/DocCient-Neonatal-SBP_Prematuridade_18112019_1.pdf Acesso em: 26 ago. 2022.

FONSECA, Ana Monize Ribeiro et al., Considerações Sobre a Vacinação dos Prematuros e sua Importância. p. 123 – 137, 2021. In: JUNIOR, Fábio Ferreira de Carvalho. **Alergia e Imunologia: Abordagens Clínicas e Prevenções**. Editora Científica Digital. Guarujá, São Paulo. v.1. 2021. DOI: 10.37885/210404163

FRANCO, Maria Angélica Eloi et al. Causes of the progressive fall in polyomyelitis vaccination rates in Brazil. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 6, p. 18476-18486, 2020.

GADELHA, Carlos; AZEVEDO, Nara. Inovação em vacinas no Brasil: experiência recente e constrangimentos estruturais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 10, p. 697-724, 2003.

JUNIOR, Jarbas Barbosa da Silva. 40 anos do Programa Nacional de Imunizações: uma conquista da Saúde Pública brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 1, p. 7-8, 2013. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v22n1/v22n1a01.pdf> Acesso em: 24 ago. 2022.

LIMA, Allan Michel Bezerra et al. ORIGENS HISTÓRICAS DA VACINAÇÃO NO BRASIL. **Científica-Multidisciplinary Journal**, v. 8, n. 2, p. 1-9, 2021.

MILENIO, Declaração do. Nações Unidas. 2000. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf> Acesso em: 16 ago. 2022.

MUNDO, Transformando Nosso. a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Recuperado em**, v. 15, p. 24, 2016.

RELATÓRIO LUZ. VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 e Desenvolvimento Sustentável Brasil: Grupo de Trabalho Da Sociedade Civil para Agenda 2030. 2022. Disponível em: https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web-1.pdf Acesso em: 26 ago. 2022.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Ciência e cultura**, v. 71, n. 1, p. 33-39, 2019.

_____. As Metas de Desenvolvimento do Milênio: Metas Objetivos e Indicadores. 2003. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/metadesenvolvimento_milenio.pdf Acesso em: 16 ago. 2022.

_____. O Brasil e os ODM. 2012. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

SBIM, Sociedade Brasileira de Imunização. Calendário de Vacinação Prematuro 2022/2023, 2022. Disponível em: <https://sbim.org.br/images/calendarios/calend-sbim-prematuro.pdf> Acesso em: 24 ago. 2022.

SIORIKI, Areti Aphrodite. et al. Vaccinations in infants born preterm: an update. **Current Pediatric Reviews**, v. 16, n. 2, p. 148-155, 2020.

STAVARIM, Luiz Felipe. Revista Radis Analisa os Fatores da Redução da Cobertura Vacinal no Brasil. ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. São Paulo, 18 jan de 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/revista-radis-analisa-os-fatores-da-reducao-da-cobertura-vacinal-no->

XXIII ENCONTRO de PESQUISADORES

ODS: CONQUISTAS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

[brasil/39091/#:~:text=A%20revista%20Radis%20traz%20em,dados%20do%20Minist%C3%A9rio%20de%20Sa%C3%BAde](#). Acesso em: 24 ago. 2022.

SUCCI, Regina Célia de Menezes; FARHAT, Calil Kairala. Vaccination in special situations. **Jornal de pediatria**, v. 82, p. s91-s100, 2006.

SUSTENTÁVEL, Desenvolvimento. O futuro que queremos: Declaração Final da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). **Rio de Janeiro-Brasil**, 2012. Disponível em: <https://riomais20sc.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O-Futuro-que-queremos.pdf> Acesso em: 16 ago. 2022.

UNICEF, United Nations International Children's Emergency Fund. Genebra/ Nova Iorque, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-de-covid-19-alimenta-o-maior-retrocesso-continuo-nas-vacinacoes-em-tres-decadas>. Acesso em: 01 set. 2022.

VIANNA, Lucila Amaral Carneiro et al. Processo saúde-doença. **Módulo Político Gestor, UNASUS/UNIFESP**, 2011. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/332141/mod_resource/content/1/Vianna%20-%20Processo%20sa%C3%BAde%20doen%C3%A7a.pdf Acesso em: 23 ago. 2022.

ZORZETTO, Ricardo. As Razões da Queda da Vacinação. **Revista Pesquisa Fapesp**. 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-razoes-da-queda-na-vacinacao/> Acesso em: 25 ago. 2022.

Uni-FACEF

Centro Universitário Municipal de Franca

